

MIGRAÇÕES: MOBILIDADE SOCIAL E ESPACIAL

XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização



Martin N. Dreher
(Organizador)

Migrações: Mobilidade Social e Espacial

XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização

São Leopoldo, 2010



© Instituto Histórico de São Leopoldo
Av. Dom João Becker, 491
93010-010 São Leopoldo/RS

Por ocasião do cinquentenário do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) – 1975-2025 – estamos compartilhando com leitores e leitoras o e-book originalmente publicado no ano de 2010 em CD, resultado do “XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização”.

S612m Simpósio de História da Imigração e Colonização (19.: 2010, São Leopoldo, RS)
 Migrações: mobilidade social e espacial. 19º Simpósio de História da Imigração e Colonização / Organizador: Martin N. Dreher. – São Leopoldo: Oikos, 2010.
 927 p. – 1 CD-ROM
 Conferências e comunicações apresentadas no XIX Simpósio de Imigração e Colonização, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de 15 a 17 de setembro de 2010.
 ISBN 978-85-7843-156-3
 1. Imigração – Mobilidade social – Emigração. 2. Mobilidade social – Imigração – Colonização – História. I. Dreher, Martin N.
CDU 316.34

Apresentação

Vincular pesquisa, ensino e estudo da História da Colonização e da Imigração na América Latina, especialmente no âmbito da mobilidade social e espacial, vem se tornando uma necessidade, à medida em que vão sendo produzidos, em número expressivo, livros, teses e dissertações sobre colonização e imigração e seu impacto na América Latina, mormente nos séculos XIX e XX. Inicialmente preocupado, desde 1974, com a história da imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul, o Instituto Histórico de São Leopoldo aos poucos resolveu abrir seus simpósios de imigração e colonização a outras etnias, passando a adotar temáticas motivadoras para seus simpósios. Assim, motivou simpósio sobre a nacionalização da era Vargas. Depois acentuou a temática da contribuição da imigração para a história da imprensa. Os últimos quatro simpósios estiveram dedicados às leituras e às interpretações da imigração na América Latina (2004), à Imigração e às Relações Interétnicas (2006), à questão da saúde, da corporeidade e da educação (2008) e, em 2010, à mobilidade social e espacial. De sua parte, com a criação do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, o Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos passou a ser centro aglutinador de estudos migratórios e sentiu-se no dever de proporcionar espaços para compartilhar e debater os estudos realizados e/ou em andamento. Por isso, os simpósios de imigração e colonização do Instituto Histórico de São Leopoldo, desenvolvidos em estreita colaboração com a UNISINOS adquiriram o sentido de seminários internacionais, para os quais passaram a ser convidados estudiosos e pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do exterior.

Em 2010, o evento contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, que trouxeram sua contribuição através de conferências, de mesas-redondas e da coordenação de seminários temáticos, nos quais se reuniram pesquisadores do país e do exterior que nos brindaram com mais de noventa comunicações. Os textos das conferências, das mesas-redondas e das comunicações

estão reunidos na presente publicação e são, agora, colocados à disposição do grande público estudioso da história da imigração e colonização.

A publicação do presente CD-Rom é possível graças ao apoio da Fundação CAPES, à qual apresentamos nosso agradecimento. Agradecimento seja também expresso às bolsistas de iniciação científica Greisi Fabiane Griesang Jung (FEPERGS) e Keity Link Seifert (BIC-UNISINOS).

São Leopoldo, setembro de 2010.

Prof. Dr. Martin N. Dreher

SUMÁRIO

CONFERÊNCIAS

<i>Mobilidade social e espacial como objetos da História</i> – Chiara Vangelista	9
<i>Mobilidade espacial nos Estados Alemães</i> – Helga I. L. Piccolo	25

MESAS-RENDODAS

<i>Migração, mobilidade social e emigração no exemplo de mecklenburgueses</i>	
– Martin N. Dreher	41
<i>Existem teuto-russos no Brasil?</i> – René E. Gertz	56
<i>Polônia, poloneses e o processo migratório no Brasil: mobilidade social e espacial</i>	
– Thaís J. Wenczenovicz	70
<i>Migrações e germanidade: Oeste do Paraná e Marechal Cândido Rondon</i> – Valdir Gregory	94

SEMINÁRIO TEMÁTICO 1 – COMUNICAÇÕES GERAIS LIGADAS A MIGRAÇÕES

<i>Do Minho ao Guaíba. Inserção social de portugueses reinois na vila de Porto Alegre, início do século XIX</i> – Adriano Comissoli	118
<i>O discurso da AIB e os movimentos migratórios da comunidade judaica no Rio Grande do Sul</i> – Cristine Fortes Lia	130
<i>Uma questão de (in)civilidade no Brasil meridional: a imigração açoriana no Rio Grande do Sul e as interpretações da historiografia</i> – Daniel Luciano Gevehr	144
<i>Aspectos da vida cotidiana na Hospedaria de Imigrantes do Crystal - Porto Alegre (1891-1897)</i> – Gabriela Ucoski da Silva	157
<i>Professores também migram: um levantamento dos anúncios de emprego no Jornal do Professor</i> – Isabel C. Arendt	170
<i>Do que se preserva ao que se silencia: João Pedro Schmitt revisitado</i> – Maíne Barbosa Lopes	181
<i>Italianos x trentinos: uma rivalidade entre imigrantes na serra gaúcha</i>	
– Marcelo Armellini Corrêa	196
<i>Cruzando as fronteiras (da razão) no Novo Mundo: o Hospício São Pedro e os imigrantes (Porto Alegre/RS, 1884-1948)</i> – Marcelo Parker	205
<i>De Mecklenburg-Schwerin para o mundo ou de “ladrão de cavalo” à condição de colono: imigração alemã</i> – Marcos Antônio Witt	215
<i>Entre súplicas, qualificações e eleições: redes sociais e Guarda Nacional no Brasil meridional (1850-1870)</i> – Miquéias Henrique Mugge	222
<i>Migrações no século XX: êxodo de descendentes dos formadores da Colônia Alemã da Ponta das Torres</i> – Nilza Huyer Ely	235
<i>A ação mediadora da revista St. Paulus-Blatt na relação leitor e estado, no Rio Grande do Sul, entre 1912 a 1934</i> – Samuel Klauck	241
<i>Cemitérios das colônias alemãs: Elementos escultóricos como indicativo de prosperidade econômica e mobilidade social</i> – Sandro Blume	253
<i>Monumento aos Açorianos – a cidade como lugar de memória</i> – Tatiane de Lima	268

SEMINÁRIO TEMÁTICO 2 – MOBILIDADE SOCIAL E ESPACIAL NA EUROPA EM EMIGRAÇÃO

Sorvedouro de homens, que tem despovoado a Europa: Emigração para o Brasil e nacionalismo na imprensa portuguesa na primeira metade do oitocentos

– Álvaro Antonio Klafke	275
<i>Relações e mobilidade na Península da Jutlândia</i> – Carlos Augusto Trojaner de Sá	286

SEMINÁRIO TEMÁTICO 3 – MOBILIDADE SOCIAL E ESPACIAL NA AMÉRICA LATINA

Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de fronteira

<i>(paróquia de Alegrete, 1821-1844)</i> – Luís Augusto Farinatti	302

SEMINÁRIO TEMÁTICO 4 – TRAJETÓRIAS FAMILIARES E IMIGRAÇÃO

<i>Unões estratégicas: uma família que se fez elite</i> – Carina Martiny	315

<i>O casamento fora do casamento: os índices de ilegitimidade entre os nubentes que casam na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre – 1772-1835</i> – Denize Terezinha Leal Freitas	328

<i>A “grande senhora” – memória e trajetória docente em Lomba Grande/RS</i> – José Edimar de Souza	340

<i>Realidades transtornadas pela Guerra dos Farrapos: Estado e sociedade na construção da subsistência cotidiana</i> – José Iran Ribeiro	354

<i>Família, Morte e Sentimentos: Reflexões sobre História Social na Alemanha posterior à Reforma e suas evidências nas áreas de imigração do Rio Grande do Sul</i> – Martin N. Dreher	367

<i>Os eleitores, os juízes almotacés e as redes familiares na Câmara Municipal de Rio Pardo, 1811 a 1830: algumas considerações</i> – Ricardo Schmachtenberg	381

SEMINÁRIO TEMÁTICO 5 – SOCIABILIDADES E ETNIAS

“Seguiram para a praia”: imigrantes alemães e a vilegiatura marítima no

<i>Rio Grande do Sul</i> – Joana Carolina Schossler	395

<i>O rito do casamento como manifestação cultural entre gerações</i> – Maria Lúcia Bettega	405

<i>Lembranças do eu com o outro: sociabilidade entre alemães e maracaenses</i> – Marina Helena Chaves Silva	420

<i>“Pobres e desordeiros?”: Um estudo sobre sociabilidade e identidade entre imigrantes europeus no Paraná do final do século XIX</i> – Renata A. Sopelsa	431

SEMINÁRIO TEMÁTICO 6 – URBANIZAÇÃO E MOBILIDADES

<i>A colonização italiana em Pelotas: A Colônia Maciel</i> – Angela Beatriz Pomatti	442

<i>L'emigrazione «qualificata» dei marmistitoscani in Brasile</i> – Antonio de Ruggiero	453

<i>Uma vila operária na colônia italiana: O caso Galópolis (1906-1941)</i> – Daniela Ketzer Milano ..	466

<i>Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência: considerações sobre mobilidade populacional em um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS</i> – Danielle Heberle Viegas	480

<i>A Brazil Railway Company e o incipiente processo de colonização e urbanização da região do contestado (1906-1916)</i> – Delmir José Valentini	493

<i>No rol dos sulamericanos: o imigrante árabe em São José do Rio Preto-SP no início do século XX</i> – Henry Marcelo Martins da Silva	505

<i>Insulares em Porto Alegre: a imigração siciliana na capital (1875-1920)</i>	
– Leonardo de Oliveira Conedera	523
<i>Cadeias migratórias e a recepção de médicos italianos: o caso de Ricardo D’Elia</i>	
– Leonor C. B. Schwartzmann	535
<i>A Trajetória de um padre imigrante na Colônia Silveira Martins (1881-1900)</i>	
– Maíra Ines Vendrame	548
<i>Migrações internas: uma análise do município de Novo Hamburgo (RS)</i>	
– Maria Regina Klein	560
<i>Reelaborando os espaços nacionais: o olhar da revista O Cruzeiro</i> – Marlise Regina Meyrer	579
<i>Mobilidade e ausência: Teresa com os filhos na América</i> – Núncia Santoro de Constantino	593
<i>Os imigrantes italianos na “Princesa do Sul”: Aspectos da presença italiana em Pelotas (1815-1925)</i> – Paulo César Possamai	598
<i>Nicolau Amoretti: um porto-alegrense na Colônia Caxias</i> – Roberto do Nascimento	611
<i>Migrações involuntárias: questões metodológicas</i> – Zelinda Rosa Scotti	616

SEMINÁRIO TEMÁTICO 7 – IMPACTOS RELIGIOSOS

<i>Iniciação no batuque ijexá-jejê: ensaio etnográfico sobre o ritual de feitura de uma militante da mobilização negra em Pelotas-RS</i> – Carla Silva de Ávila	625
<i>Tensão e conflito no campo religioso sul rio-grandense (1900-1930)</i> – Marta Rosa Borin	635

SEMINÁRIO TEMÁTICO 8 – MOBILIDADES E QUESTÕES DE TERRAS

<i>Um coronel nas terras do mundo novo: Santa Cristina do Pinhal no século XIX</i>	
– Doris Rejane Fernandes	648
<i>Inmigración y acumulación de riqueza inmobiliaria en las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe, Argentina. Algunas interpretaciones a partir de una fuente fiscal (1864-1875)</i>	
– Juan Luis Martiren	668
<i>Partir para ficar: deslocamentos temporários de trabalhadores rurais e a manutenção de pequenas propriedades no Sertão da Bahia - 1990-2009</i> – Maria Andréa Angelotti Carmo	683
<i>Um “voo para tão longe”: a migração para/na colônia Neu-Württemberg</i>	
– Rosane Marcia Neumann	696

SEMINÁRIO TEMÁTICO 9 – EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E LETRAS

<i>Täuschungen – Ilusões. Conto em forma de cartas de Wilhelm Rotermund – palavras transmitidas entre dois continentes</i> – Gerson Roberto Neumann	710
<i>A Mobilidade social no ensino de língua alemã no RS</i> – Karen Pupp Spinassé	724
<i>(Contra) Mobilidade social e espacial na obra ficcional Quem faz gemer a terra, de Charles Kiefer</i> – Lisiane Alves Savedra	736
<i>Migrações e Educação: Referências conceituais para pesquisar o diálogo intercultural na história da educação</i> – Lúcio Kreutz	746
<i>A língua e cultura alemãs na região de Pelotas: projetos e perspectivas</i> – Maria Nilse Schneider	758
<i>A emigração pomerana para as Américas retratada no romance O pescador de arenques</i>	
– Richard Jeske Wagner	769

SEMINÁRIO TEMÁTICO 10 – MOBILIDADES E HISTÓRIA AMBIENTAL

<i>A escola alemã na colônia Hammonia: uma análise das aulas de português</i> – Daniela Gertsch	777
<i>Reflexões de História Ambiental: relações entre o meio ambiente e construções sócio-culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes</i> – Márcio José Werle	791

SEMINÁRIO TEMÁTICO 11 – MULHERES E CRIANÇAS

<i>Menores, órfãos e estrangeiros nos processos de tutela do Juizado de Órfãos de Porto Alegre</i> – José Carlos da Silva Cardozo	802
<i>Onde estão os lugares malditos da cidade: a imprensa e a difusão de imagens sobre o meretrício de Taquara</i> – Daniel Luciano Gevehr , Jaciara Brizzola Moraes, Maicon Diego Rodrigues, Leonardo Cardoso Wichinheski	813
<i>Política de formação de mão de obra e amparo a meninos pobres na Escola Elementar Industrial de Caxias</i> – Ramon Victor Tisott e Augusto Neftali Corte de Oliveira	824
<i>O trabalho de menores numa Vila Operária: o caso de Galópolis</i> – Vania Herédia.....	837

SEMINÁRIO TEMÁTICO 12 – MUNDO DO TRABALHO

<i>A Igreja Católica na promoção de uma cultura cooperativa no Rio Grande do Sul (1950-1970)</i> – Alba Cristina Couto dos Santos	847
<i>“Que qualificação que tem que ter pra cortar coxa?” Problematização da disputa na sociedade: a alegação da falta de trabalhadores por parte da COPAGRIL e a explicação através dos trabalhadores</i> – Ariele Souza de Vargas	860
<i>Criando animais, produzindo liberdades: o trabalho cativo na pecuária (Alegrete, século XIX)</i> – Marcelo Santos Matheus	872
<i>Paixões, excessos, moléstias: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830/1850)</i> – Paulo Roberto Staudt Moreira e Natália Garcia Pinto	886
<i>Patíbulo construído – negro enforcado: resistência escrava em Rio Pardo</i> – Olgário Paulo Vogt e Roberto Radünz	900
<i>Rumo: liberdade - Trajetórias dos antigos escravos na serra gaúcha</i> – Loraine Slomp Giron e Roberto Radünz	914

Mobilidade social e espacial como objetos da História

Chiara Vangelista

Universidade de Gênova, Itália

Introdução

Os historiadores contemporâneos raramente trabalharam na perspectiva da mobilidade social e espacial dos grupos humanos, pois consideraram este enfoque como de tradicional pertencimento à Sociologia e à Geografia, apesar de importantes exemplos procedentes da historiografia moderna e medieval, mais atentas a estas vertentes dos processos de formação das sociedades. No caso da História contemporânea, o tema passou a ser de interesse quando a disciplina, na segunda metade do século passado, orientou-se de maneira evidente na história das classes populares e, por consequência, dentro deste tema, nas migrações dos séculos XIX e XX.

Novas sensibilidades e novas metodologias levaram os historiadores a considerar os grupos e as sociedades humanas como organismos em movimento e, ao mesmo tempo, radicados em espaços específicos e, eu acrescentaria, construtores de espaços específicos. No caso da história das migrações, a perspectiva da mobilidade não se afirmou desde o início, mas paulatinamente, acompanhando a tomada de consciência – na prática de pesquisa, e não só nas declarações de princípio – de que a mobilidade espacial do migrante comporta um conjunto de transformações e de rupturas que precisam ser analisadas na totalidade ou, quando não analisadas em todas as suas vertentes (porque este enfoque prejudica frequentemente uma visão global do processo em favor da fragmentação das experiências dos diversos indivíduos ou de grupos específicos regionais), pelo menos assumidas como contexto geral e imprescindível do objeto de pesquisa dos estudos migratórios.

De fato são só, mais ou menos duas, décadas que os historiadores dos processos migratórios enfrentaram de maneira sistemática o tema da mobilidade, desenvolvendo as premissas que estavam nos estudos das cadeias migratórias, até chegar à percepção da transnacionalidade do contexto migrante e da circularidade de muitas migrações¹.

Penso, então, ser de muito interesse o enfoque deste Seminário, que conjuga os fenômenos da mobilidade, espacial e social, com a pluralidade das experiências migratórias e a multiplicidade das fontes que os historiadores estão acostumados a

¹ No caso das migrações italianas um importante balanço e momento de discussão sobre estes aspetos foi o seminário organizado em 2004 em Turim, pela Fondazione Giovanni Agnelli (Tirabassi, 2005)

analisar. Como, por outro lado, os historiadores dão o melhor de si trabalhando com as fontes e não com as teorias, que pouco lhes competem, vou desenvolver o assunto desta minha fala, apresentando o roteiro de um emigrante piemontês do começo do século XIX: nascido em 1820, depois de várias migrações entre a terra dele e a França, partiu para o Uruguai, em 1856, para ali permanecer até a morte, em 1899.

Escolhi a história deste migrante – o nome dele era Jean-Pierre Baridon – por três motivos. Em primeiro lugar, porque o roteiro de Jean-Pierre Baridon é paradigmático de uma emigração antecedente à de massa, num período em que os diversos indivíduos experimentavam na sua própria vida a transição entre as migrações do antigo e do novo regime. Em segundo lugar, porque este roteiro contém algumas peculiaridades culturais e religiosas, que evidenciam de maneira especial a dimensão étnica na questão da mobilidade social e territorial, e da percepção do espaço entre os migrantes; terceira razão, porque a trajetória de Jean-Pierre Baridon se situa no período do *Risorgimento* e da Unificação italiana, da qual se celebrará o ano que vem os 150 anos, aniversário que ocasiona novas reflexões e debates.

Vida e trajetórias de Jean-Pierre Baridon

Jean-Pierre Baridon viveu entre 1820 e 1899. No final da vida dele, em 1895, organizou em um caderno manuscrito de 114 páginas a história da emigração valdense no Uruguai, história que é de fato um relato autobiográfico, do qual, na metade do século passado, Teofilo G. Pons fez uma ampla relação, publicada em vários fascículos do *Bollettino della Società di Studi Valdesi*, na qual baseia-se a síntese da vida de Baridon feita neste parágrafo (Pons, 1954-1956).

Jean-Pierre Baridon, último de oito filhos, nasceu em Villar, uma aldeia da montanha piemontesa, no nordeste da Itália. Aos nove anos ele era pastor, tradicionalmente a primeira ocupação que os filhos dos camponeses da montanha tinham para contribuir com a economia da família, e, sendo protestante, acompanhava este trabalho com o estudo da Bíblia. Aos dezesseis anos, para não ficar sempre guardião de ovelhas e aprender uma profissão, como ele escreve, emigra para a vizinha França, na região da Provença, tendo como única bagagem uma camisa, e nem um centavo para a viagem, pois esta se fazia a pé, encontrando ao longo do caminho os meios de sustentação. Então, na primeira fase de suas migrações além-fronteira a finalidade imediata foi a de se alimentar, e de fato ele continua com sua antiga ocupação, de guardião de gado, em troca da comida. Em breve, porém, ele ganha um

dinheiro, e graças à instrução religiosa, porque à diferença de seus coetâneos (estamos em 1836) ele sabe ler e escrever, dá aulas ao filho do patrão, incluindo nos seus cursos também a aritmética. Os ofícios se acumulam: à noite é guardião do gado, de dia agricultor e professor; de vez em quando volta para casa, de acordo com as colheitas em sua terra, e deixa quase todas suas poupanças para a família (na primeira viagem deixa para família 190 francos dos 200 ganhos) e volta para a França.

Cinco anos depois da sua primeira emigração, em 1841, recebe a carta de convocação para o serviço militar. O serviço, em Turim, a capital do então Reino de Sardenha, é vivido por ele como uma outra forma de emigração, isto é, na sua visão, como uma maneira para aprender outras profissões, no caso fundamentalmente duas: o alfaiate e o escrivão. Sendo a maioria de seus comilitões analfabeta, ele se especializa na escrita de cartas familiares e oficiais para seus companheiros, desfrutando inclusive de seu bilinguismo: o italiano, que estava virando a língua oficial, e o francês, a língua dos valdenses e das classes cultas piemontesas. Em 1849 ele servira o Reino outra vez, participando das guerras da Independência da Itália (em Novara, onde é feito prisioneiro). Após o serviço militar e antes da guerra, ele volta aos Vales de sua terra, trona-se carpinteiro até encontrar outro trabalho em Turim, como camareiro no mais elegante hotel da cidade, tornando-se *valet de chambre* duma princesa russa.

Esta passagem repentina das toscas e pobres montanhas piemontesas para a alta sociedade da capital do Reino não deve estranhar. Em Turim, como em geral entre os nobres, ou nas classes sociais cultas e abastadas do Reino, havia o costume, talvez a moda, de hospedar como criados pequenos protestantes, muito pobres, como forma de caridade e para a conversão ao catolicismo, prática que tem semelhanças com o que se fazia na mesma época no Brasil, com as crianças e os adolescentes indígenas.

Depois de dez anos de serviço no hotel, ele se despediu, em 1854. Na estada em Turim, ele tinha aperfeiçoado sua instrução, frequentando o Pastor protestante que ali lecionava. A esta altura ele estava em plena maturidade. Voltando outra vez a sua terra, aplicou o que tinha aprendido até então na leitura e no estudo da Bíblia e se dedicou à pregação itinerante nos mercados, nas feiras, nas festas religiosas. Por falta de titular, foi nomeado professor suplente da escola e nesta ocasião introduziu nas escolas valdenses pela primeira vez – no seu dizer - o ensino de duas outras matérias: a educação física para os rapazes e a costura para as moças, ambas aprendidas por ele mesmo na sua trajetória: a primeira no serviço militar e na guerra, a segunda ao longo de suas migrações.

No entanto, a vida e os horizontes dos Valdenses tinham mudado de forma significativa. Até 1848, com a única exceção do período da ocupação de Napoleão, os Valdenses tinham vivido numa espécie de gueto representado por seus Vales: eles não podiam deslocar-se livremente e as duras restrições às quais eram submetidos atingiam seu culto, sua economia e sua sociedade. Os efeitos da “superpopulação” das montanhas, no significado dado por Braudel a esta expressão (Braudel, 1986: 25-28), eram assim acrescentados a esta situação especial, reservada pelo Reino de Sardenha aos discípulos do lionês Valdo, presentes no Piemonte desde o século XIII (Molnar, 1974 e 1983). Em 1848 houve uma mudança irreversível, com o édito de libertação assinado pelo Rei Carlos Alberto, destinado ao súditos judeus e valdenses, abrindo o gueto de Turim e o gueto virtual dos Vales (Jahier, 1898). As liberdades civis não incluíam, porém, a liberdade da pobreza e da fome e a abertura do “gueto” dos Vales significou em primeiro lugar a liberdade de emigrar de forma aberta, para a Itália e para o estrangeiro. Deve ser sublinhado que para os Valdenses a mobilidade espacial significava também a oportunidade de evangelização fora do Piemonte, o que logo se concretizou com a organização dos *colporteurs* (mascates), vendedores da Bíblia (Geymonat, 1898; Cignoni, 1998; Vinay, 1980).

Na ocasião da libertação se ativaram outra vez as consolidadas redes de solidariedade do mundo protestante europeu e depois americano (Tourn, 1898), que haviam sustentado os Valdenses desde o século XVI: no final de 1855 (fazia um ano que Jean-Pierre era professor) chegou nos Vales Valdenses um promotor inglês da colonização protestante em América². A ocasião reuniu no Templo 600 pessoas e o debate foi muito vivo, pois nesta ocasião, como por vários anos, a direção da igreja valdense não foi favorável à emigração para a América, do Norte e do Sul.

Nosso Jean-Pierre Baridon também era contrário a esta emigração de longa distância; de maneira geral, para seu povo, e de maneira particular para si próprio, tendo atingido finalmente a posição que ele queria. Porém é interessante notar o episódio que o levou a uma escolha que ia cambiar a vida dele, outra vez e de forma definitiva. Ele conta que mudou de opinião e se fez promotor da emigração quando em suas andanças nas montanhas encontrou um lugarejo em que viviam umas famílias, com 30 crianças no total, que tinham como recurso para seu abastecimento uma horta de 6 metros por 4, formada por terra levada até lá e posta sobre um rochedo plano. Em 1895, na época em

² Poucos anos antes (1850) já tinham chegado missionários da Igreja Mórmon, que tinham convertido e animado para a emigração para os Estados Unidos algumas famílias de Valdenses (Watts, 1941).

que ele organizava suas memórias, depois de quasi quarenta anos de permanência no Uruguai, o contraste com a extensão das terras americanas devia ser notável, tanto que este episódio cristalizou-se na memória dele como a causa da sua mudança de opinião em relação à emigração transoceânica.

Em poucos meses Baridon amadurece o projeto de emigração para a América do Sul. Em novembro de 1856 Baridon se casa e, junto com a esposa e com duas famílias de conterrâneos, parte do porto de Génova para a Argentina. Ao chegar em Montevideo, o pequeno grupo resolveu ficar, pois lá eles encontraram um valdense que atua como confeitoiro, profissão típica piemontesa; em 1857 estão já numa colônia, a *Florida*; neste ano chegam dos Vales outras 75 pessoas, sempre em núcleos familiares. Baridon é considerado o chefe da colônia e continua exercitando sua tarefa de professor e de pregador, até chegar, em 1859, um Pastor enviado do Piemonte.

A vida das colônias valdenses no Uruguai e, depois, na Argentina, estas últimas fundadas em territórios próximos aos confins com o Uruguai, é bastante difícil, por motivos externos (intolerância religiosa por um lado, tensões entre Pastores ingleses e piemonteses por outro: Giglioli, 1917; Tron, 2008; Geymonat Hopper, 2008) e internos, gerados pelos protestos contra a má administração inglesa das colônias. Estas tensões são uma das causas da proliferação das colônias valdenses, no Uruguai e na Argentina, as primeiras das quais todas fundadas por Jean-Pierre Baridon.

Na perspectiva do presente trabalho, alguns detalhes desta fase da experiência migratória de Baridon serão retomados nos próximos parágrafos; aqui observamos que Baridon tornou-se o líder, ainda que amiúde contestado, das colônias valdenses na Argentina e no Uruguai, dentro das colônias como nas relações externas. A experiência americana deixou traços dolorosos em sua vida, como a morte por doença da filha maior e o grave ataque que os índios fizeram a um de seus filhos, ocasião em que morreram vários colonos e vários índios. Em 1888, Baridon voltou uma vez para sua terra – fato bastante raro na época. Logo regressou à colônia de Rosário-Tala, que havia fundado e onde faleceu em 1899.

A autobiografia e seus direitos

A leitura do texto de Jean-Pierre Baridon oferece a possibilidade de formular algumas questões historiográficas relativas à mobilidade social e espacial das classes populares no século XIX, que valem em parte também para os tempos presentes. Para

aprofundar este assunto, porém, é necessária uma reflexão sobre o sentido e as características da fonte histórica de que estou aqui tratando.

O texto de Baridon se apresenta como uma história da primeira fase da imigração valdense no Uruguai. O título completo do manuscrito é de fato *Abrégé de l'histoire de la colonie vaudoise et l'origine de son émigration l'an 1856 par J.P. Baridon, un des premiers émigrants de la Plata et compris un abrégé de l'histoire de l'auteur qui s'est occupé tout le temps de la colonie Rosario-Tala, Entre Rios, Rép. Argentine. Janvier 1895*. Como acontece, frequentemente, com os relatos das pessoas comuns em relação ao passado, a biografia coincide com a história (aliás este aspecto é até mencionado na segunda parte do título do caderno), no sentido de que para estes autores a assim chamada *veracidade* da história contada está no testemunho direto do vivido. Então, a autobiografia se entrecruza com os fatos históricos e dá a estes sustento probatório. A autobiografia-história estabelece a *verdade*, põe os acontecimentos na *ordem certa*. Na visão do autor, a autobiografia-história cumpre a função de ensinamento.

A prática na análise deste tipo de fonte mostrou que as pessoas comuns (nesta categoria incluo os quase iletrados, ou os que, como Baridon, têm um bom manejo da escrita) são motivadas a cumprir esta tarefa pela presença na própria trajetória pessoal de duas experiências: a guerra, ou a emigração. Estes dois acontecimentos, que se entrecruzam em muitas autobiografias relativas à primeira metade do século XX e aos dias de hoje, fornecem duas motivações fundamentais: a dignidade histórica de sua própria vivência, e a possibilidade de criar nela uma trama, que proporcione sentido a uma existência.

De fato, quando uma pessoa vira protagonista, herói de uma história? Aqui entramos no centro do assunto de nosso seminário internacional. A pessoa comum percebe-se como protagonista de uma narração quando ela tem a ventura, mas sobre tudo a coragem, de atuar numa mobilidade espacial (Lotman, 1975). Esta mobilidade espacial é percebida como a capacidade de modificar o curso dos acontecimentos. A literatura grega e o imaginário a ela conexo ensinam-nos que o herói é aquele que rompe ou ultrapassa os confins, o que vai além do horizonte, o que cria uma discontinuidade não só entre espaços, mas inclusive entre o presente e o futuro, para si mesmo e para o seu grupo. A mobilidade é então o núcleo, o sentido da narração, o que leva o protagonista para dentro da História.

Há, porém, uma diferença entre o herói da mitologia clássica e o humilde herói-migrante. Na literatura clássica o herói fica de qualquer maneira vencedor, ou vencido. A derrota em nada diminui a natureza heroica dele. No caso da autobiografia popular, pelo contrário, o herói o é – então a pessoa comum tem o *direito* à biografia – quando é vencedor, quando o propósito realizado de ultrapassar os confins tem como resultado o bem estar, a segurança, o prestígio, o reconhecimento social por seu próprio grupo e pelos “outros”. Então, a autobiografia emigrante atinge a legitimidade social, quando a mobilidade espacial produz ou simplesmente une-se com a mobilidade social.

Esta conexão subjetiva entre mobilidade espacial e social é um aspecto que deve ser considerado com cuidado no estudo da história dos movimentos migratórios, seja na análise dos testemunhos dos protagonistas, seja em nossa própria prática historiográfica, pois há hoje uma tendência na historiografia de privilegiar este tipo de roteiro, inclusive nas análises gerais, por causa do interesse especial por questões de relevância objetiva, como as estratégias emigratórias e a transnacionalidade. Esta é uma postura oposta àquela adotada nos estudos migratórios anteriores, desenvolvidos principalmente nos anos Setenta do século passado, quando os historiadores se orientavam principalmente nos aspectos mais trágicos do processo migratório.

A mobilidade social

Na trajetória de Jean-Pierre Baridon o tema da mobilidade social é central. Ele é um homem que *se faz* por ele mesmo, sai de sua pátria aos 16 anos, tendo como bagagem uma experiência de guardião das ovelhas da família, uma camisa e nem um centavo. Porém, ele tem uma bagagem socio-cultural. Como protestante, ele tem algo mais que a maioria dos outros emigrantes italianos da época: ele sabe ler e escrever, pois ele tem a obrigação religiosa de ler diretamente a Bíblia. Não só: enquanto protestante italiano, ele é bilingue: ele sabe o francês (idioma que será fundamental para sua emigração à França), idioma falado em seus Vales, língua que aproxima estes montanhese piemonteses ao centro para eles mais próximo do protestantismo, Genebra – e nesta língua ele redige a autobiografia – e o italiano, que, no projeto da unificação da Itália, está virando o idioma oficial do Reino de Sardenha³. Podemos acrescentar que

³ Aos 4 de março de 1848 o *Statuto Albertino* (art. 62) estabeleceu o italiano como língua oficial das Câmaras.. No mesmo ano e em 1850 e 1857 redigiram-se, por mãos dos Ministros Cibrario e Lanza, decretos para a introdução da língua italiana obrigatória nas escolas. A partir de 1859 (Lei Casati), o italiano se torna, definitivamente, obrigatório em todas as escolas do Reino e para todas as disciplinas. Agradeço ao professor Walter Cesana por estas informações.

ele é plurilingue, porque, ainda que não tenhamos documentação a respeito, ele seguramente praticava o dialeto piemontês, que naquela época se falava muito mais que o italiano, e o dialeto dos vales valdenses, o *patois* franco-provençal (*langue d'oc*). Por consequência, por sua pertença específica sócio-cultural, ele tem conhecimento da diferença entre uma língua falada (os dialetos) e a língua escrita (o francês e o italiano).

Resumindo, Jean-Pierre Baridon parte aos 16 anos com esta bagagem: uma camisa e sua pertença étnico-cultural, a qual lhe proporciona algum conhecimento da Bíblia, que está na origem de seu saber ler e escrever, a prática de duas línguas, uma das quais, o francês, será fundamental, junto ao *patois*, para a emigração à vizinha França.

Por que Baridon emigra, ultrapassa as fronteiras? A motivação dele é: para aprender uma profissão. Em outras palavras, ele tinha que contribuir para o sustento de seus pais e, por extensão, de seus irmãos, porque aquela ocupação de pastor de seu próprio gado, um rebanho que imaginamos muito modesto, não dava dinheiro. Ele viaja a pé, para poupar dinheiro que, aliás, ele não tem na primeira migração, mas que ele teria, nas posteriores: na simples contabilidade camponesa, valia a pena passar uma semana de viagem a pé, com a fome como companheira, mais do que gastar o dinheiro para pagar uma passagem (Roletto, 1918; Dematteis, 1971; Geymonat Hopper, 2008).

Nas primeiras semanas da sua emigração, na França, ele pratica o trabalho que sabe fazer: guardião e cuidador de gado. Em breve, porém, ele aprende a ser carpinteiro e inclusive desfruta de seu enxoval cultural, saber ler e escrever e fazer as contas - aprendidas estas últimas no exercício da economia migrante - e vira preceptor do filho do patrão, na França. Seus conhecimentos serão ainda mais desfrutados por ele no período do serviço militar, quando seus companheiros analfabetos pedem a ele que escreva cartas, pessoais ou oficiais, nas duas línguas que ele conhece, até dez cartas por dia, anota ele. Seus ganhos procedem também do trabalho de alfaiate, provavelmente aprendido na emigração na França, pois aquela camisa da bagagem sem dúvida não tinha sido suficiente.

O serviço militar amplia de maneira específica seus conhecimentos, numa experiência comum aos soldados da época: aprende a importância da atividade física feita por ele próprio e não aplicada ao duro trabalho manual ao qual ele já estava acostumado.

Os conhecimentos acumulados ao longo da emigração e do serviço militar permitem a Jean-Pierre Baridon, ao voltar a sua aldeia nos Vales Valdenses (como se chamam até hoje), avançar em sua mobilidade social: é contratado como professor

suplente, numa aldeia que tinha falta provisória de Pastor. De fato, ele não só ensina as noções básicas e a Bíblia, mas também introduz pela primeira vez – afirma ele – para os moços, o ensino da ginástica, aprendida no serviço militar, e a costura, para as moças.

A vida dele parece entrar numa fase de estabilidade e sossego: deixados os trabalhos mais humildes, ele é agora uma pessoa de certo prestígio na comunidade.

Porém, o horizonte amplía-se, outros confins apresentam-se para ser ultrapassados: o Oceano, a América.

A mobilidade espacial

A emancipação dos Valdenses decretada pelo Rei Carlos Alberto, em 1848, não havia resolvido o problema da pobreza, sempre muito grave nos Vales piemonteses, ainda mais num momento em que a grande crise agrícola que começava a golpear a Europa inteira mostrava seus efeitos (Pons, 1956; Ribet, 1941). O franqueamento da terra, isto é, a possibilidade de sair legalmente dos confins dos Vales, tinha expandido os horizontes migratórios dos Valdenses, que na nova situação tinham a possibilidade de emigrar para a Itália (as destinações imaginadas eram a Sardenha, a Pulha, a Calábria, esta última antigo assentamento valdense) ou ainda, através dos portos italianos, partir para o resto do mundo com mais facilidade. A tradicional rede de solidariedade protestante, que tinha para os Valdenses três polos em Genebra, em Londres e em Amsterdã, proporcionava outras possibilidades de saída nas áreas do mundo em que ingleses e holandeses tinham interesses políticos e econômicos: África do Sul, Austrália, Canadá, América do Sul (Vangelista e Reginato, 2009). A estes países acrescentavam-se os Estados Unidos, especialmente pela ação missionária da Igreja Mórmon, que também atingia os protestantes italianos.

Nosso Jean-Pierre Baridon encontra-se então, nos anos Cinquenta do século XIX, num espaço mudado repentinamente. Neste novo contexto, a situação local (de pobreza e de “super-população”) interage com o contexto nacional (o projeto de unificação da Itália e a abertura dos confins étnicos-religiosos dos Valdenses) e o contexto internacional (a mobilidade da mão de obra, a independência e a formação dos Estados latino-americanos, a expansão dos efeitos da primeira Revolução Industrial). A escolha de Baridon e de duas outras famílias, seguidas em breve por outras, é a de optar pela Argentina, para onde se dirigiam os interesses ingleses e os fluxos migratórios já consolidados dos lígures e piemonteses. Chegados em Montevideo, os pioneiros valdenses fazem uma opção ulterior, contrária ao que a companhia de colonização

inglesa na Argentina havia planejado, ficando no Uruguai. Em tal situação – e este é um dado interessante sob o perfil da mobilidade espacial e da construção do espaço emigrante - o étnico interage e ganha na conjunção com o internacional: os Valdenses ficam no Uruguai porque em Montevideo encontram um conterrâneo deles, que atuava como confeitiro e que lhes proporciona algo de mais importante do que um projeto internacional de colonização: a própria experiência emigratória e o conhecimento do país.

Jean-Pierre Baridon, com a esposa dele e após várias e complexas peripécias, funda as primeiras quatro colônias valdenses no Uruguai e na Argentina, funda escolas e contribui para a construção de templos. Nesta nova aventura, pratica todos os conhecimentos acumulados nas experiências migratórias antecedentes: de credor de gado, de carpinteiro, de alfaiate, de professor e, esperando o Pastor que será enviado em breve do Piemonte, de ministro de culto também.

A experiência colonizadora será muito difícil, para a vida pública (a responsabilidade em relação as outras famílias, as diatribes religiosas, as relações com os administradores das colônias) e para a vida pessoal, com a morte por doença da filha mais velha e o grave ferimento de um filho, golpeado pelos índios. De toda maneira, ele vira o chefe reconhecido, ainda que discutido, da comunidade valdense no Uruguai e na Argentina e como tal tem contatos com as autoridades máximas do Uruguai e pronuncia discursos públicos, como aquele dirigido a Edmondo de Amicis, por ocasião da sua passagem por Montevideo, em 1884.

6. O espaço migrante

A vida de Baridon transcorreu quase que toda antes da grande migração para a América Latina. Seu roteiro é diferente daquele dos que participaram da grande onda migratória, e também das migrações atuais. Se bem que o tema da mobilidade social tenha sido bastante esclarecido até aqui, penso que tenho ainda algumas observações a fazer no âmbito da mobilidade espacial, ou, melhor dizendo, no tocante ao tema da construção do espaço pelos emigrantes deste período, que tem, aliás, alguns pontos em comum com o espaço migrante dos dias atuais.

As considerações seguintes baseiam-se não na narração autobiográfica dele, mas na análise das suas ações, assim como são por ele contadas.

Um elemento importante de reflexão é o fato de que a distância geográfica constitui uma variável secundária, no discurso como no que foi por ele vivido. A

distância não parece ser medida tanto pelos quilômetros, ou pelas dificuldades do caminho, mas pelas relações conhecidas ou potenciais que os lugares de emigração proporcionam. Baridon não emigra “para a França”, mas para vilarejos e cidades específicas, ligadas por rotas invisíveis ao conjunto da migração montanhesa; lugares onde ele encontra trabalho, e pessoas que o apreciam e o ajudam, num espaço em que os pontos de referência estão representados pelas oportunidades de emprego, mas também pela presença do Pastor e do culto valdense. No Uruguai o primeiro impacto segue estas dinâmicas: é a presença do confeitiro conterrâneo que determina a decisão do grupo de mudar o destino da viagem, decepcionando a campanha colonizadora que os havia atraído até lá.

Quero refletir sobre este espaço migrante específico em relação a duas vertentes: primeiro, a reconstrução do espaço dos Vales valdenses na América; segundo, a visão e construção dum espaço global.

Baridon e seus companheiros inserem-se, nas colônias no Uruguai e na Argentina, num espaço geográfico que não podia ser mais distinto daquele de origem. Em lugar de montanhas e vales estreitos, se encontram as planícies das pampas. Porém se a paisagem e o clima são diferentes, é possível plantar as mesmas frutíferas e vinhedos e criar o mesmo gado que na Itália, com um retorno que lá teria sido inimaginável, e desta maneira continuar com as produções típicas de queijos e de geléias de fruta e reproduzir na emigração alguns dos sabores das origens.

A exemplo dos emigrantes católicos, para os quais o espaço era organizado não só em função da atividade produtiva, mas também dos polos da vida religiosa: a capela, a Igreja do Santo padroeiro, a Igreja paroquial, os valdenses no Uruguai percebiam e construíam um espaço imaterial no qual primeiramente a escola e quando possível o Templo representavam a centralidade do núcleo e ao mesmo tempo ordenavam a hierarquia espacial dentro das colônias, e das colônias entre si. Os Valdenses, em síntese, realizaram a reconstrução do espaço material e imaterial das origens, adaptado à conformação geofísica e social dos novos assentamentos. Os quais, aliás, tinham para aqueles emigrantes uma vantagem a mais em relação aos Vales valdenses: ser espaços monoreligiosos, simbolicamente e socialmente organizados na base dos princípios pregados por Valdo, enquanto que nos vales de origem, ainda que sendo “gueto” valdense, católicos e protestantes disputavam o mesmo território, numa guerra de simbologias contrapostas.

Outro aspecto é relativo ao espaço global no qual se situam os emigrantes daquela época, dos quais Baridon é um exemplo paradigmático, que atravessa a passagem do antigo para o novo regime.

As primeiras migrações de Baridon, realizadas em plena Restauração e dentro de um sistema de segregação típico do *ancien régime*, têm um caráter cíclico e circular, com ocupações diversificadas (agricultura, artesanato, criação, edificação, etc.), migrações dependentes de fatores climáticos e sazonais, em que as distâncias eram calculadas na base do tempo empregado e da possibilidade de encontrar no caminho oportunidades de serviços de breve duração para a manutenção imediata (Corti, 2003). Apesar de naqueles vales do Piemonte já no final do século XVIII aparecerem os sinais da revolução industrial, principalmente com a refinação das técnicas de fiação da seda, a situação de pobreza dos habitantes era tal que não era possível para eles aproveitar a redução no preço dos transportes.

O roteiro exemplar de Baridon acompanha-nos na passagem deste tipo de manejo do espaço característico do *ancien régime*, para outro, ligado contemporaneamente à libertação do cativo da terra e à consolidação das rotas marítimas transoceânicas. Estes dois últimos eventos fazem com que o horizonte migrante se amplie praticamente para o mundo inteiro: suas opções de movimento cobrem todos os continentes, e estamos na metade do século XIX, não na segunda globalização dos dias atuais.

O grupo de emigrantes dos quais Baridon é um representante de relevo está sem dúvida dentro de um contexto transnacional. Com efeito, este grupo atua em um conjunto de dinâmicas que mantêm no tempo ligações locais, familiares, sociais, culturais, religiosas, econômicas e até políticas com a pátria de origem (Cohen, 2005).

O conceito de transnacionalidade é aplicado, no estudo das migrações, a uma situação de bi-localidade, isto é, a atitude que leva muitos emigrantes a estar ligados a dois lugares distintos: o de origem e o de acolhida. Acho que é importante, nos estudos migratórios, considerar a bi-localidade seja na sua dimensão efetiva, isto é, relações que o historiador pode documentar e reconstruir entre os dois polos de ação dos migrantes, seja na dimensão imaginária, levada através das gerações no sentir dos indivíduos e das coletividades.

Em outras palavras, este espaço de ação no limite das fronteiras geográficas, políticas e culturais pode às vezes ficar no nível imaterial, que por sua vez produz práticas e ações no real, mas só no país de chegada, não no contexto de partida. Este

processo ficou evidente quando, a partir dos anos Setenta e Oitenta do século passado, os descendentes dos emigrantes italianos, mas também alemães, japoneses, etc, voltaram àquela que eles consideravam a pátria ancestral e não só o lugar de suas origens. Aquelas pátrias revelaram-se, e se revelam também em nossa atualidade, esquecidas do passado comum, inclusive em sistemas de exclusão dos recém chegados.

Voltamos a Jean-Pierre Baridon, porque ainda não explorei toda a potencialidade de sua experiência, no âmbito da mobilidade espacial como objeto da História. No caso dele e de seu grupo de pioneiros na América do Sul me parece que não se pode falar de uma simples bi-localidade. A narração de Baridon proporciona indícios de uma percepção do espaço mais complexa. O seu espaço imaginário, mas também concreto nas suas relações e potencialidades é o produto de uma acumulação de experiências individuais e coletivas, étnicas e culturais, amadurecidas em vários países do mundo. O horizonte dele inclui a França, para onde ele emigrou na juventude, mas também os outros países nos quais aconteceu a migração circular – no tempo e no espaço - de outros seus conterrâneos: Inglaterra, Holanda, Alemanha, Suíça, África do Sul, Estados Unidos, todos países envolvidos aos poucos nos itinerários dos Valdenses, a partir da fundação deste movimento religioso, no final do século XII; a estes acrescentamos as outras oportunidades de emigração além da América do Sul, que o próprio Baridon teve em sua vida: a Austrália e o Canadá.

Então, o que nos impede de definir o senhor Baridon como um cosmopolita⁴? O fato de que seu espaço material e imaterial não transcende sua pertença étnica e religiosa. O espaço dele, material e imaterial, tem dois polos fixos: o lugar onde ele está ou poderia estar, e o centro da sua religiosidade, a pequena cidade de Torre Pellice, no Piemonte, onde se reúne a Mesa Valdense, ponto de referência espiritual e institucional que permanece nos andares dele e de seus correligionários pelo mundo.

Neste sentido, o espaço deste emigrante piemontês tem algo de parecido ao dos missionários católicos, porque as migrações dele estão intimamente conectadas com o princípio evangelizador. Então no projeto migratório há a necessidade da permanência nas próprias convicções, mas também a necessidade de difundir a palavra do Evangelho, aqui na interpretação protestante e, no específico, valdense.

Não é anacronismo formular a questão do cosmopolitismo em relação a um emigrante piemontês da metade do século XIX. Jean Pierre Baridon respirava o ar de

⁴ Cabe notar, para uma reflexão sobre a identidade valdense, que uma das colônias no Uruguai foi nomeada *Cosmopolita*.

seu tempo, que era o da formação dos estados nacionais, na Europa e na América. Por estranho que possa parecer à luz dos nacionalismos que nasceram no século XX, no começo do século XIX a ideia de pátria, e não de nação, conceito mais recente, era unificadora de realidades muito distantes entre si.

A Pátria, sinônimo de liberdade, era imaginada e construída em espaços e em circunstâncias específicas, na consciência porém de participar de um grande projeto comum, que ultrapassava os confins nacionais, naquela época mais teorizados do que reais.

Na primeira metade do século XIX houve com efeito migrantes cosmopolitas, isto é, que construíam e manejavam um espaço sem fronteiras. Tratava-se de gente do povo – os marinheiros aos quais os efeitos da revolução industrial tinham aberto um mundo sem fronteiras e ao alcance de seus navios – e dos revolucionários liberais, que tinham combatido em várias partes da Europa e da América, formados, os mais velhos, na guerra de Independência dos Estados Unidos (me refiro ao general LaFayette e a seus soldados) e, os mais novos, nas guerras napoleônicas.

Num entrecruzamento entre migrações, compromisso político e exílio, eles manejavam um espaço com pontos de referência de um lado e do outro do oceano, passando, numa alternância de lutas e de exílio, da Itália, à Grécia, à Espanha, à França, à Inglaterra, aos Estados Unidos, à América Latina, em vários casos todos países cruzados numa única vida (Lazzarino Del Grosso, 2006; Sartor, 2006).

Acompanhando os itinerários destes homens e de algumas mulheres, geralmente pouco conhecidos, porque ignorados por longo tempo pela historiografia, percebemos que não foi só Garibaldi a pessoa capaz de manejar um espaço global. Jean-Pierre Baridon, rapaz que se aproveitou de suas migrações, motivadas pela extrema pobreza, como meio de ascensão cultural e social, era um homem daquele tempo.

O roteiro dele, que podemos reconstruir graças ao raro e precioso texto escrito na primeira pessoa, leva-nos a reconsiderar as características mais gerais das migrações daquele período que, vistas na perspectiva da mobilidade social e espacial, mostram-nos como a emigração foi sim uma história difícil, de muito trabalho, separações, lutos, discriminações, mas foi também uma maneira de construir um espaço de liberdade.

Referências bibliográficas

Braudel, F. *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell'età di Filippo II*, Torino, Einaudi (Paris 1949, 5º ed. fr. de 1982), 1986.

- Cattarulla, C. *Di proprio pugno. Autobiografie di emigranti italiani in Argentina e in Brasile*, Reggio Emilia, Diabasis, 2003.
- Cesana, W. “Fare gli italiani” in montagna. *Dinamiche di alfabetizzazione, istruzione popolare e costruzione della “nazionalità” nel XIX secolo. Il caso cuneese*, Tesis de Doutorado em Historia, Universidade de Gênova, 2011.
- Cignoni, M. “I Valdesi in Italia”, in Bellioni, B., Cignoni, M., Romagnani, G.P., Tron, D., *Dalle Valli all'Italia 1848-1998. I Valdesi nel Risorgimento*, Torino, Ed. Claudiana, 1998, pp. 103-130.
- Cohen, R. “Reti di migranti transnazionali”, em M. Tirabassi, *Itinera. Paradigmi delle migrazioni italiane*, Torino, Edizioni Fondazione Giovanni Agnelli, 2005, pp. 21-42.
- Corti, *Storia delle migrazioni internazionali*, Roma-Bari, Gius. Laterza & Figli, 2003.
- Dematteis, G. *Il Pinerolese: l'eredità storica nella formazione della regione*, Torino XXX, 1971.
- D'Intino, F. *L'autobiografia moderna. Storie forme problemi*, Bulzoni, Roma, 1998.
- Geymonat, P. “Emancipazione ed evangelizzazione”, *Bollettino del Cinquantenario dell'emancipazione*, Torino, Unione Tipografico-Editrice, 1898 pp. 95-105.
- Geymonat Hopper, R.A. *El templo y la escuela. Los valdenses en el Río de la Plata*, Montevideo, Editorial Planeta S.A., 2008.
- Giglioli, I. *Italiani e tedeschi nel Brasile. I Valdesi nell'Uruguay. Enconomia più che Economia*, Istituto Agricolo Coloniale Italiano, Firenze, 1917.
- Jahier, D. “Charles Albert et les Vaudois avant 1848”, *Bollettino del Cinquantenario dell'emancipazione*, Torino, Unione Tipografico-Editrice, 1898, pp. 1-32.
- Lazzarino Del Grosso, A.M. “Patria e Umanità: l'azione politica dei patrioti italiani in America Latina”, in Fondazione Casa America, *Il Risorgimento italiano in America Latina*, Ancona, Affinità Elettive, 2006, pp. 31-48.
- Lotman, J.M. “Il metalinguaggio nelle descrizioni tipologiche della cultura”, em J.M. Lotman, B.A. Uspenskij, *Tipologia della cultura*, Milano, Bompiani, 1975.
- _____. *La semisfera. La simmetria e il dialogo nelle strutture pensanti*, Venezia, Marsilio, 1985.
- Molnar, A. 1974. *Storia dei Valdesi. I; Dalle origini alla Riforma (1176-1532)*, Torino, Ed. Claudiana, 1974.
- _____. *História do valdismo medieval*, Buenos Aires, La Aurora, 1983.

Pons, T.G. “Jean Pierre Baridon un pionnier de notre émigration”, *Bollettino della Società di Studi Valdesi*, n. 95 (1954), pp. 23-44 (primiera parte); n. 97 (1955), pp. 58-78 (segunda parte); n. 99 (1956), pp. 41-75, pp. 41-75 (terceira parte).

1956. *Cent'anni fa le valli. Il problema dell'emigrazione*, Torre Pellice, Società di Studi Valdesi.

Ribet, A.G. *Lo spopolamento delle Valli*, Torre Pellice, Società di Studi Valdesi, 1941.

Roletto, G.B. *Ricerche antropogeografiche sulla Val Pellice*, Firenze, Le Monnier, 1918.

Sartor, M. “Patrioti, avventurieri, a volte pittori, scenografi e litografi. Un breve viaggio tra gli esuli artisti e i loro contemporanei latinoamericani”, in Fondazione Casa America, *Il Risorgimento italiano in America Latina*, Ancona, Affinità Elettive, 2006, pp. 269-280.

Tirabassi, M. (a cura di). *Itinera. Paradigmi delle migrazioni italiane*, Torino, Edizioni Fondazione Giovanni Agnelli, 2005.

Tourn, D. “Fra discriminazioni e libertà civili. I Valdesi nel Piemonte sabauda prima del 1848”, in Bellioni, B., Cignoni, M., Romagnani, G.P., Tron, D., *Dalle Valli all'Italia 1848-1998. I Valdesi nel Risorgimento*, Torino, Ed. Claudiana, 1998, pp. 9-46.

Tourn, N. “L'émancipation et l'émigration”, *Bollettino del Cinquantenario dell'emancipazione*, Torino, Unione Tipografico-Editrice, 1898, pp. 106-126.

Tron, E. *I Valdesi nella regione rioplatense*, Torino, Ed. Claudiana (1° ed. 1948), 2008.

Vangelista, C. e Reginato, M. “L'emigrazione valdese”, em P. Corti e M. Sanfilippo (a cura di), *Storia d'Italia, annali 24. Migrazioni*, Torino, Einaudi, 2009, pp. 161-182.

Vinay, V. *Storia dei Valdesi. III; Dal movimento evangelico italiano al movimento ecumenico (1848-1978)*, Torino, Ed. Claudiana, 1980.

Watts, G.B. *The Waldenses in the New World*, Durham, North Carolina, Duke University Press, 1941.

Mobilidade espacial nos Estados Alemães**Spatial mobility of the german states***Helga I. L. Piccolo**UFRGS***RESUMO**

Após a derrota de Napoleão, uma nova estruturação territorial foi aprovada no Congresso de Viena, constituindo-se a Liga Alemã (Deutscher Bund), de onde, nos anos vinte do século XIX, saíram levas de emigrantes para o Brasil. Se a conjuntura nos chamados Estados Alemães era a da Restauração, na América Latina era a das Independências de antigas colônias ibéricas. No caso brasileiro, destaca-se que o objetivo primordial a ser alcançado com a emigração era engajar mercenários que como militares o governo imperial necessitava para a sua segurança. O engajamento de soldados era proibido e, por isso, eles foram embarcados para o Brasil como se colonos fossem. Schaeffer, como “Agent d’Affaires Politiques” nomeado por D. Pedro I, considerado o criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil, desempenhou um papel importante não só como aliciador de militares mas também preocupou-se em enviar genuínos colonos. Muitos dos quais se estabeleceram no sul do Brasil. Mas promessas feitas a esses emigrantes, nem sempre puderam ser cumpridas, o que esteve na raiz de reações/proibições contrárias à emigração em diversos Estados alemães. Mas isso não foi impedimento para que a corrente emigratória deixasse de se fortalecer num futuro próximo, contribuindo para que resultados positivos fossem dela decorrentes, no Brasil.

Palavras-chave: Alemanha – emigração – mobilidade espacial.

ABSTRACT

After Napoleon’s fall, a new territorial structure was approved at the Viena Congress, forming the German League (Deutscher Bund), from where, in the first twenty years of the XIX century, came waves of emigrants to Brazil. If the conjuncture in the so called German States was of Restoration, in Latin America it was of Independence for former Iberic Colonies. In the Brazilian case, it is emphasized that the original objective to be achieved with the immigration was to engage mercenaries into the Imperial Army, necessary to sustain security. Employing soldiers was forbidden, so they were shipped to Brazil as if they were peasants (“colonos”). Schaeffer, as the

“Agent d’Affaires Politiques” appointed by D. Pedro the First, considered the creator of the initial German immigration to Brazil, played a significant role not only as enticer of militia but also pursued the envoy of true peasants, many of which established in southern Brazil. But the promises made to these immigrants were not always fulfilled, justifying the reaction/prohibition contrary to the emigration from several German States. But that did not stop the emigratory wave from increasing in the following years, contributing that positive results were derived in Brazil.

Key-words: Germany – emigration – spatial mobility.

Mobilidade espacial nos Estados Alemães

Desde o momento em que me foi enviado o programa do Seminário, questioneei o título da conferência que deveria proferir no evento. Devo deixar claro que da sua elaboração não participei, o que significa que ele me foi, praticamente, imposto. Considero o título um tanto quanto equivocado, permitindo que dele se faça diversas e distintas leituras. Tenho dúvidas, o que explica porque vou me distanciar do que possivelmente se pretendia quando foi elaborado. Mas qualquer que seja o significado, sou obrigada a confessar as minhas dificuldades e limitações porque não tenho os necessários conhecimentos sobre o que consta no título como “Estados alemães”. Parto do princípio de que, como outros tantos conceitos de natureza política, o conceito de Estado também é polissêmico. Nos elementos constitutivos do que seja Estado, incluo, entre outros, a organização política, o poder político, a gestão deste poder, a soberania e a territorialidade¹.

A pergunta que se coloca é se com a dissolução do Sacro Império Germânico em 1806, com as derrotas de Napoleão e com “a reestruturação territorial e política da Alemanha em 1815” e a criação do **Deutscher Bund** integrado por 35 países e quatro Cidades Livres, os Reinos, os Grão-Ducados, os principados, os ducados e condados então estabelecidos, podem ser considerados Estados?². A mim parece que não.

Referindo a mobilidade a movimento, os denominados Estados alemães também tiveram a sua historicidade, sujeitos a uma mobilidade, isto é, a configuração do Deutscher Bund de 1815 não ficou estática, o que dificulta acompanhar a sua evolução.

¹ Dicionário de Política – Org. Bobbio, Norberto/Matteucci, Nicola/Pasquino, Gianfranco. Brasília Editora da Universidade de Brasília, 1986.

² Hunsche H. Carlos & Astolfi, Maria. *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tomo I, Porto Alegre G&W, 2004, p. 74.

Como o Seminário sobre Migrações também corresponde a mais um Simpósio de Imigração e Colonização (no caso é o XIX), as considerações que pretendo fazer referem-se ao processo migratório alemão para o Brasil e, mais especificamente, para o Rio Grande do Sul, tendo o seu limite cronológico em torno de 1830.

Esse ano não foi uma escolha aleatória. Ele é importante tanto para a História brasileira como para a História do Deutscher Bund (Liga ou Confederação alemã, onde o que havia de comum era a língua).

Em 1830, a Lei do Orçamento suprimia os gastos com a imigração/colonização estrangeira no Brasil, o que teve um significativo impacto não só sobre a continuidade do projeto iniciado em 1818 com a fundação da primeira colônia em Nova Friburgo – Rio de Janeiro, e que a partir de 1824, com a fundação da Colônia de São Leopoldo, teve um substancial incremento, mas que também afetou o desenvolvimento de núcleos coloniais até então criados.

Conforme Reinhart Koselleck³, desde 1830 começou um novo momento de tensão política em toda a Europa. As forças da burguesia alcançaram um êxito que lhes fora negado em 1814/1815, quando foi excluída das programações e decisões. O impacto das causas da Revolução Francesa de julho de 1830 foi grande em diversas regiões do “Deutscher Bund” e violenta foi a repressão de autoridades constituídas com perseguições e prisões. Não deve ser esquecido que, com a criação desta Liga, as potências signatárias do Congresso de Viena pretendiam manter tanto a segurança externa como a interna, insistindo-se na Independência e inviolabilidade dos chamados Estados alemães. Era o triunfo da Restauração. Paradigmáticas com o mal-estar reinante em função da política de Restauração foram a Festa no Castelo de Hambach, em 1832, e ações da Burschenschaft de Heildelberg em prol da proclamação da República alemã. As fugas de lideranças envolvidas em movimentos ou atos de reação foram exemplos de uma possível mobilidade espacial.

A consulta a um mapa histórico da época da Restauração mostra a fragmentação da Liga Alemã, apesar das incorporações territoriais decididas no Congresso de Viena em favor dos vencedores. Hoje, a República Federal da Alemanha é uma federação. Federados, seus estados, suas cidades livres e sua capital, tiveram um desenvolvimento histórico próprio e neste desenvolvimento uma questão, entre tantas outras, esteve

³ Não consta o título do artigo ou texto publicado em 1983, do qual foi extraída a citação (por nós traduzida) e transcrita no Capítulo 10 sobre a “Desilusão e o Desânimo” do “Bildatlas der Deutschen Geschichte”, p. 196. Gütersloh/München. Bertelsman Lexicon Verlag, 2001.

colocada: a das migrações. E cabe ao pesquisador garimpar, nos seus arquivos – que são muitos – informações que possam subsidiar os seus estudos sobre a imigração e colonização alemãs no Brasil, cujos inícios se situam na época da vigência do **Deutscher Bund**. Portanto, a pesquisa não se restringe a espacialidade porque esta, necessariamente, deve ser articulada com uma temporalidade.

Migrar não foi para alemães um fenômeno do século XIX. Muito antes das migrações ultramarinas para o ocidente tendo, entre outros destinos, os Estados Unidos e a América Latina, ocorreram desde o período carolíngio, na Idade Média, migrações continentais para o leste europeu, explicadas não só por pressões demográficas. A germanização e a cristianização também foram projetos pensados⁴.

Quando se fala em migrações, duas questões devem ser vistas preliminarmente: porque se migra (portanto, as causas) e para onde se migra. A questão das causas já foi muito enfatizada na historiografia pertinente, mas não me parece fácil levantar, hoje, a totalidade delas ainda mais que muitas foram sazonais (e, portanto, não estiveram na raiz de todo o processo migratório) e outras foram localizadas não abrangendo todo o território alemão.

É por isto que a produção do conhecimento histórico vem se preocupando em pesquisar de onde vieram para o Brasil as diversas levas de emigrantes, salientando ainda que alguns governos procuraram impedir (ou restringir) a saída deles e porque o fizeram, como foi o caso da Prússia e da Áustria⁵. O certo é que no **Deutscher Bund** foram tomadas medidas restritivas quanto à mobilidade espacial.

Nas pesquisas realizadas em Stuttgart, consultando o acervo do Instituto de Relações Estrangeiras, me deparei com um texto de autoria de Hansheinz Keller sobre a emigração do Hunsrück para o Brasil, no qual ele questiona as condições sociais e as crises econômicas como explicação para as suas causas. Para ele estas condições certamente desempenharam um papel importante, favorecendo a emigração, mas põe em dúvida a ênfase nelas. Dando ao movimento emigratório um outro significado, defende a tese de que esse foi também o sintoma de uma corrente espiritual. Para isso, trabalha com documentos de época, incluindo cartas de emigrantes, neles procurando e

⁴ Press, Volker – Von der mittelalterlichen zu frühneuzeitlichen Ostsiedlungsbewegung – ein Rückblick. *Deutsche im Ausland – Fremde in Deutschland*. C.H. Beck, München, 1992, pp. 29-35.

⁵ Hunsche, Carlos H. & Astolfi, Maria. *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Tomo I, Porto Alegre G&W, 2004, pp. 79-109.

achando vestígios que corroborem essa opinião, ou seja, para ele não conta apenas o que está claramente expresso, mas o que está subentendido. É destacado o que o Governador de Trier assinala, num relato de 03 de janeiro de 1828. Para o administrador, a emigração era uma mania funesta, comparando-a com uma doença endêmica (“epidemische Krankheit”) que não afetava apenas os pobres, mas também os abastados. Keller fundamenta ainda sua tese com o impacto da Revolução Francesa na Renânia onde persistia a idéia de liberdade e igualdade, e, sobretudo, o sonho da Unidade sacrificada pelos interesses pessoais dos príncipes⁶.

E o “ser livre” no Brasil é tema recorrente na correspondência enviada por emigrantes a familiares que permaneceram em solo alemão.

A questão do destino escolhido para morar no ultramar também merece alguns comentários, especificamente se atentarmos para a existência (ou não) de uma política imigratória no Brasil. Neste sentido, na historiografia se encontra referências ao Decreto de 16 de março de 1820, assinado por D. João VI como tendo servido de “base para todas as tentativas posteriores de contratar imigrantes na Europa”⁷ com o que se pode não concordar. Mas o decreto foi invocado por Schaeffer, cujo papel como aliciador de imigrantes é conhecido – ao enfrentar dificuldades na obtenção dos “certificados de recepção” necessários para angariar soldados e colonos. Segundo Oberacker⁸, cuja opinião Hunsche encampa, “ao fim e ao cabo, nada continha de defraudador, já que existia o decreto de 16 de março de 1820, que garantia aos colonos que fixassem residência em terras concedidas pelo governo, a equiparação política aos demais súditos”.

Este decreto, lido e analisado com atenção, não nos autoriza a concordar com Schaeffer que “forçou” o seu entendimento ao invocá-lo, tendo em vista seus objetivos específicos que, teoricamente, estavam delineados nas Instruções datadas de 21 de agosto de 1822 e recebidas de José Bonifácio. Este decreto de 1820 deve ser contextualizado. Sendo do ano de 1820 – mas anterior à eclosão da Revolução do Porto, que neste mesmo ano minou as bases do absolutismo português – foi, pois, elaborado antes da proclamação (1822) e institucionalização da Independência do Brasil com a

⁶ Keller, Hansheinz. *Die Brasilienauswanderung aus dem Hunsrück – Sympton einer geistigen Strömung*. Institut für Auslandsbeziehungen. Stuttgart, 17, Januar 2007, pp. 228-232.

⁷ Hunsche, Carlos Henrique. *História da Imigração alemã no Brasil*. São Paulo: Editora Cultura Brasileira, julho de 1978, s/p.

⁸ Oberacker Jr., Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer – Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole/IEL, 1975, p. 20.

Carta de 1824. Assim, não se pode afirmar que pelo decreto os imigrantes fossem logo considerados cidadãos brasileiros, como consta, por exemplo, na obra de Hunsche sobre a História da Imigração no Brasil. O decreto é muito claro ao referir-se a eles como súditos de Sua Majestade. E, como súditos, aparecem na clássica obra “Hundert Jahre Deutschun in Rio Grande do Sul” (1922), onde consta a palavra “Untertanen”, bem como na tradução feita por Arthur Blasio Rambo (1999).

A política imigratória brasileira não foi apenas marcada pela descontinuidade (e neste sentido a lei orçamentária de 1830 foi um divisor de águas), mas pela legislação pertinente ao que era concedido aos imigrantes. O que se deve evitar são generalizações.

O decreto de 1820 nunca foi implementado e, no caso do Rio Grande do Sul, comparando as suas disposições com o que o governo imperial ofereceu aos imigrantes chegados a São Leopoldo em 1824 e, mais tarde, com a lei geral de 1848 (que concedeu às províncias 36 léguas quadradas para a colonização) e as leis provinciais de 1851 e 1854, percebe-se claramente como a política imigratória brasileira foi condicionada por momentos político-institucionais.

Restringindo as nossas considerações, como já foi dito, aos anos em torno de 1830, não pode deixar de ser lembrado quem se empenhou na Liga Alemã pelo aliciamento de emigrantes, não importando se vistos como colonos e/ou soldados. Além da atuação de Schaeffer está a promoção levada a efeito por armadores transatlânticos. Hunsche (2004, pp. 96 e 98) faz observações a respeito, mostrando como nas cidades livres hanseáticas – especificamente Hamburg e Bremen – os armadores foram “propagandistas” da emigração alemã para o Brasil, possibilitando-lhes lucros porque os seus barcos velejavam “com carga completa nos dois sentidos, partindo com emigrantes e retornando com gêneros brasileiros”.

Mas, das pesquisas bibliográficas feitas, que não abarcam tudo o que foi escrito sobre imigração alemã e, por isso, evidentemente, não são conclusivas – o texto consultado que me proporcionou informações significativas foi o de Klaus Richter⁹, também citado por Jorge L. da Cunha¹⁰.

Algumas afirmações de Richter são instigantes, começando pelo título do seu artigo que aponta para conflitos de interesses no que concerne às primeiras emigrações

⁹ Richter, Klaus. “Hamburgs Rolle im Interessenkonflikt um die ersten Auswanderungen nach Brasilien”. In *Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte*. Band 63, 1977, pp. 87-126.

¹⁰ Cunha, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995, pp. 39-41.

para o Brasil, tendo Hamburg como porto de saída. Este porto já era, dos Estados da União Alemã, aquele que tinha um intenso comércio marítimo com o Brasil, que era o seu mais importante parceiro. Para os armadores que atuavam em Hamburg, os seus navios que iam sem carga para o Brasil de onde voltavam com mercadorias, o embarque de pessoas para o ultramar representava um ganho. Schaeffer se aproximou deles obtendo crédito e espaço nos navios para organizar o transporte de emigrantes.

É preciso tomar em consideração que Schaeffer recebeu, em 26 de abril de 1823, instruções do governo de D. Pedro para estabelecer-se em Hamburg como “Privatmann” (isto é, como particular). É possível comprovar que desde 29 de abril de 1823 estava estabelecido em Hamburgo. Deveria, sozinho, restringir-se a conseguir uma emigração voluntária para o Brasil, sem sobrecarregar o erário público. É mais do que sabido que o Imperador entendia ter necessidade de soldados, em vista de problemas de política interna, e sua preferência era por mercenários alemães que, por conta do Brasil, deveriam ser embarcados partindo de Hamburgo, como se colonos fossem. Poucos colonos genuínos deveriam ser alistados, considerados como um “mal necessário” por causa das restrições ao agenciamento de soldados.

A emigração para o Brasil foi festejada em Hamburgo por aqueles que a viam como uma possibilidade para solucionar problemas sociais e de segurança, evitando, assim, que os marginalizados sobrecarregassem as instituições que assistiam os necessitados. Eram os adeptos da teoria “Sicherheitsventil” (válvula de segurança).

Apesar das proibições em torno do aliciamento de soldados, Schaeffer escondia suas intenções falando em nome de D. Pedro I. E colocava-se aí um grande problema político: o reconhecimento da Independência do Brasil que interferia nas relações entre Hamburg e Portugal, visto que este ainda não o fizera, e protestava contra a atividade de Schaeffer. Esta questão esteve entre outras questões na base de restrições impostas à saída de emigrantes pelo porto de Hamburgo. Neste sentido, são interessantes as observações feitas por Richter sobre a posição assumida por Senadores¹¹ da Cidade Livre hanseática, que se caracterizou pela ambiguidade de decisões tomadas tendo em vista os interesses em jogo. Se por vezes fez “vistas grossas” à emigração, para o Brasil outras vezes impôs limites. Esta ambiguidade explica porque fechou os olhos para a emigração de presidiários se eles estivessem dispostos a vir como voluntários ao Brasil.

¹¹ Senador era o membro do Senado que em Hamburgo (assim como em Bremen) representava, então, o órgão superior do governo da cidade.

Por sua vez, a Prússia também se manifestou contra a emigração, preocupada que estava com a saída de súditos que ainda tinham obrigações militares.

De fato, os emigrantes eram na sua maioria aliciados como soldados a quem foram feitas uma série de promessas. E quando isto ficou claro e tornou-se pública a missão de Schaeffer como “Agent d’Affaires Politiques” de D. Pedro I, sofrendo uma oposição cada vez maior do Senado de Hamburgo, ele resolveu transferir suas atividades para Bremen, onde esperava encontrar menos dificuldades. Assim como se assinala a mobilidade espacial dos candidatos à emigração, também deve ser assinalada a mobilidade de Schaeffer necessária ao cumprimento do que ele considerava serem suas obrigações.

Eram evidentes as posições antagônicas no que dizia respeito à emigração para o Brasil diante dos interesses em jogo. E havia os que perguntavam “quais esperanças aguardavam os alemães no Brasil”?

No “Hessisches Staatsarchiv”, em Darmstadt, encontra-se uma documentação muito vasta sobre a emigração para o Brasil. O Códice 65/3 é, para os meus objetivos de pesquisa, fundamental. Dedicado todo ele à emigração, é também nele que se encontra uma vasta documentação contra a atuação de Schaeffer. Hessen fora o “primeiro país a enviar emigrantes ao Brasil” (Hunsche, 2004, pp. 99-100) e o foi até 1826 quando, por dificuldades políticas enfrentadas por Schaeffer, “cessaram as remessas de colonos e soldados da região”. Neste ano de 1826, foram baixadas regras contra a emigração para o Brasil. As licenças para uma emigração legal, que eram burocraticamente enormes, foram suspensas pelo governo que afirmou não mais fornecê-las para quem as pedisse. Uma Circular de 06 de janeiro de 1826, datada de Mainz, foi dirigida pelo governo do Grão-Ducado de Hessen a todos os “Bürgermeister”, acusando Schaeffer de contratar soldados e não colonos. Junto encontram-se depoimentos de quem esteve no Brasil e com eles alertou-se os “Auswanderlustige”, procurando demovê-los.

Exemplifiquemos com alguns depoimentos, usados para desmascarar Schaeffer. Hermann Dietrich, de Göttingen, a quem fora prometido ser no Brasil engajado como militar numa Guarda de Honra e para isto receberia um cavalo, voltou (porque teve dinheiro necessário) por não ter encontrado no Rio de Janeiro alguém que o esperasse. Para ele, não foi cumprida a promessa feita. Konrad von Meyer – que veio ao Brasil no “Argos”, afirmava que Schaeffer prometia mais do que o governo brasileiro oferecia. Há também um impresso (“Druckschrift”) de autoria de um tal Schumacher, comandante de um navio que transportou colonos e engajados como militares em que

estes escrevem sobre as promessas não cumpridas e do engodo logo perceptível quando se chegava ao Brasil.

Num ofício de 18 de abril de 1825, assinado por Schaeffer, eram dadas garantias a Frantz Dorn de que ele seria admitido não só como colono, mas também como cidadão brasileiro. A questão da cidadania prometida por Schaeffer (e não só ao acima citado Frantz Dorn) merece algumas observações. Ser cidadão brasileiro foi definido pela Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824. Era uma questão que precisou ser regulamentada e todos que pesquisam sobre a emigração alemã para o Brasil, sabem que a obtenção da cidadania não foi facilitada aos estrangeiros. Não nos parece que Schaeffer tinha autorização para prometé-la e, ao fazê-lo, agiu, no mínimo, de má fé no seu aliciamento de emigrantes.

Schaeffer, como o único a tratar de questões de emigração em Hamburg, começou a perder espaço quando sua competência foi abalada pela interferência do embaixador brasileiro em Viena, o Conde de Rezende (Richter, 1977, pp. 106-107) que, com instruções do governo imperial, passou a ser o interlocutor autorizado. Para entender essa perda de espaço, não se deve tomar em consideração apenas as reações contra as suas intenções na Liga Alemã, mas também as mudanças na política interna brasileira. Em 17 de julho de 1823, com a nomeação do 2º Gabinete imperial, José Bonifácio – de quem Schaeffer recebera as instruções nas quais baseava sua atuação –, fora afastado como ministro do Reino e Estrangeiros. Schaeffer passou a enfrentar problemas políticos que interferiram nos seus objetivos que eram embarcar para o Brasil mais colonos, enquanto D. Pedro I queria soldados.

Mas não foi somente Schaeffer que passou a enfrentar obstáculos. Visto como um bom empreendimento, não foi apenas em Hamburg que se organizaram “redes” de apoio à emigração. Em Amsterdam, por exemplo, elas também surgiram. Ali, em 17 de maio de 1825, foi assinado um contrato sendo o capitão Konrad Brandligh o primeiro contratante, seguido de outros contratantes, todos eles alemães. Tratava-se das condições para o transporte ao Rio de Janeiro de 266 pessoas com mais de 12 anos, de 128 crianças entre 4 e 12 anos, e 94 crianças abaixo de 4 anos. Todo um código (de nº 65/2) encontrado já no citado “Hessisches Staatsarchiv” aborda a ação desse primeiro contratante que foi condenado, visto ter sido comprovado ser o contrato por ele assinado um engodo. Em 25 de novembro de 1825, o rei dos Países Baixos apreciou a “grave condescendência” do governo do Grão Ducado de Hessen no caso Brandligh, prescrevendo que intenções como as desse capitão não tivessem mais lugar. O governo

se posicionou contra o envolvimento de gente dos Países Baixos com estrangeiros, no sentido de embarcar emigrantes para países no além-mar. Empresas como a de Brandligh foram consideradas ilícitas e repreensivas.

Da leitura dos dois citados códigos percebe-se, claramente, toda uma mobilidade espacial envolvendo a emigração: de onde vinham os que queriam partir para o ultramar; por onde tiveram que passar para chegar aos portos de embarque; os problemas (e não só financeiros) que enfrentaram ficando-lhes, por vezes, a dúvida sobre o que os esperava se tivessem que voltar aos lugares de origem por não lhes ter sido possível embarcar por falta de recursos ou porque retornaram do Brasil decepcionados.

Isto também é visível quando se consulta qualquer elenco de arquivos alemães – estatais e/ou particulares – com os seus respectivos acervos. Indico, aqui, o “Führer durch die Quellen zur Geschichte Lateinamerikas”¹². Algumas informações aqui transcritas são a título de exemplos que falam por si (a tradução é nossa).

Nas observações preliminares referentes ao atual Estado de Baden-Württemberg, consta que somente nos inícios do século XIX foi instituída a emigração, quando na Alemanha, após as guerras de libertação contra Napoleão, as condições se haviam novamente consolidado e quando na América Latina se chegava à organização de Estados independentes. O inverno de fome de 1816-1817 que no sudoeste alemão assumiu proporções alarmantes ocorreu na época dos primeiros recrutamentos que o governo brasileiro levou a cabo na vizinha Suíça. Colonos suíços atravessaram o território de Baden e não foi possível evitar que, em 1819, ao governo desse Estado fossem encaminhados os primeiros pedidos de licença para a emigração. Na verdade, tanto o governo de Baden como o de Württemberg, foram, em princípio, contrários a essas licenças, recusando-as, mas, em 1821, permitiu-se que o Cônsul russo no Rio de Janeiro, Georg Heinrich-Freiherr von Langsdorff levasse 45 pessoas para o Brasil depois de ter assegurado a hospedagem para elas. Em 1826, a emigração para o Brasil foi permitida a todos que pudessem comprovar o pagamento da travessia para si e sua família.

Sobre Bayern, lê-se:

¹² Este Guia de fontes para a História latino-americana foi publicado pelo Staatsarchiv der freien Hansestadt Bremen, vol. 38, em 1972. A data explica porque arquivos dos estados alemães da ex-DDR não estão listados.

Na não insignificante emigração alemã para o Brasil nos anos 20 e 30 do século XIX, os bávaros tiveram apenas uma participação diminuta. Seu governo recusou os alistadores brasileiros e se rebelou contra o rápido reconhecimento que o Major Schäfer encontrou, como agente brasileiro, nas cidades hanseáticas.

Nas observações sobre Hessen consta que neste Estado a emigração para o Brasil nos anos 20 do século XIX se fez perceptível e especialmente forte. De autoria do naturalista Georg Wilhelm Freyreiss, que em 1813 chegou ao Brasil, apareceu em Frankfurt (sua cidade natal) no ano de 1824 a obra “Beiträge zur näheren Kenntnis des Kaisertums Brasilien”, em que defendia sob um prisma favorável as perspectivas para os imigrantes alemães.

Quanto ao território que corresponde hoje à Renânia-Palatinado, é destacada a febre emigratória. Em torno de 1825, no Hunsrück ocorreram, com sucesso, os alistamentos através do Major Schaeffer para a colônia imperial brasileira de São Leopoldo no Rio Grande do Sul.

Essas observações feitas objetivaram mostrar a riqueza documental de alguns arquivos alemães que disponibilizam acervos com informações sobre a emigração alemã para o Brasil e com alguns poucos exemplos procuramos apontar para a mobilidade espacial dentro dos limites cronológicos citados.

Mas nossos interesses específicos situam-se na região da então Renânia do Sul (hoje Rheinland-Pfalz e Saarland). E eles se afunilam na ênfase em St. Wendel. A justificativa para essa ênfase é determinada pela leitura feita da nominata dos colonos que vieram no trimastro Olbers que, em 26 de setembro de 1828, zarpou de Bremerhaven para o Rio de Janeiro, onde chegaram em dezembro deste ano (Hunsche/Astolfi, 2004, pp. 177-189). Na lista de emigrantes constam 767 pessoas, sendo a maioria de Trier e 74 de St. Wendel.

Alguns dados de caráter histórico devem ser tomados em consideração. A Renânia, antes de começar o processo emigratório para o Rio Grande do Sul, passara (e ainda passava) por momentos históricos que se refletiram na ordem política. Espaço fronteiriço, foi profundamente influenciada pela Revolução Francesa.

Antes de 1789, havia na região uma série de pequenos principados que, dentro da estrutura federalista do Império, gozavam de grande autonomia. A França, ao anexar a margem esquerda do Rio Reno, provocou uma gigantesca reorganização territorial, à

custa destes principados menores e, sobretudo, dos religiosos, reorganização que, para os súditos, representou a submissão a novos senhores. A maioria dos senhores beneficiados se uniu, em 1806, na “Liga Renana” sob o protetorado francês.

Mas uma nova reestruturação foi decidida no Congresso de Viena (1814/1815), após a derrota napoleônica. A Prússia incorporou parte dos territórios que haviam sido ocupados pela França (especificamente o que é, hoje, conhecido como Hunsrück e Sarre), excluindo o Palatinado (“Pfalz”) que foi absorvido pelo Reino da Baviera, não integrando, assim, a Renânia Prussiana à margem esquerda do rio Reno.

Porém, na reorganização política da Província do Reno (cuja capital era Koblenz) estava incluído, entre outros territórios, o Principado de Sachsen-Lichtenberg que, em 1816, o Duque de Sachsen-Coburg-Saalfeld assumira como indenização que a Prússia foi obrigada a pagar por decisão do Congresso de Viena, pelas perdas sofridas pelo príncipe em consequência da dominação francesa.

Os emigrantes que vieram para o Rio Grande do Sul da Renânia vivenciaram as re-estruturações territoriais ocorridas, com as respectivas mudanças de senhorio. A terra natal desses emigrantes fora afetada por transformações sociais como frutos da Revolução Francesa. Aboliu-se a vassalagem, instituiu-se a liberdade profissional, a autonomia municipal, a igualdade perante a lei e o serviço militar geral obrigatório. Mas muitas das reformas ficariam, então, no meio do caminho. Na maioria dos casos, o cidadão ficou excluído da participação política, sendo lento o processo de outorga de uma constituição da parte de alguns príncipes a seus súditos. Vivenciaram, pois, também a Restauração. Será que uma decepção com os rumos políticos que ela traçou, estabelecendo tutela sobre o povo, frustrou expectativas de uma vida mais livre anunciada pelas reformas? E será que uma possível frustração contribuiu para a sua decisão de emigrar? Parece-me que é neste sentido que deve ser lida a tese defendida por Hansheinz Keller já citada.

Na margem esquerda do Reno a ocupação francesa liquidou com o senhorio feudal (“Feudalherrschaft”), tornando o camponês livre. Mas isto nem sempre significou uma melhora nas suas condições de vida. Em vez de um bem-estar, a maioria da população empobreceu. E, para isto, contribuiu a necessidade de adaptação às mudanças estruturais na agricultura, que atingiram o direito secular de exploração e uso das pastagens e das florestas (de onde se extraía lenha e madeira) e, com isso, acumularam-se dificuldades para a sobrevivência. Na região, cada aldeia, cada família, constituía uma autarquia, dependendo de si mesmo e não dispondo de um auxílio de fora. Não

havia, como hoje, um Estado com um cunho social para amparar os necessitados. Com a queda da mortalidade infantil (devido a campanhas de vacinação, ordenadas durante o domínio francês) subiu o número de habitantes. E, com a constante partilha da propriedade, o tamanho da terra disponível tornou-se pequeno demais para dar o sustento aos herdeiros e suas famílias. Esta situação já seria suficiente para alimentar um movimento emigratório.

Afunilando para St. Wendel (que desde 1817 era um dos três distritos do Principado) as considerações que estão sendo feitas sobre a Renânia, são necessárias algumas informações sobre o Principado de Lichtenberg, que foi criado conforme decisão do Congresso de Viena e entregue ao Ducado de Sachsen-Coburg-Saalfeld com 26.000 habitantes. Uma fria recepção a essa decisão mostrou que a separação da Liga estatal francesa de modo algum representou libertação, sendo recebida como uma dolorosa incisão. No Principado a população católica se viu confrontada com uma administração evangélica. O Duque, desde logo, deixou claro que via o território que lhe fora adjudicado como objeto de troca em negociações com a Prússia¹³. A nova administração viu-se às voltas com uma oposição da população cidadina, empenhada na manutenção das aquisições essenciais da Revolução Francesa e da época napoleônica. Além do que, os “mestres de ofício” pretendiam restaurar a velha ordem corporativa, o que significava dar vida novamente a relações feudais abolidas. Também foram formuladas censuras contra a “Comissão de terras ducal” porque ela feria os sentimentos liberais dos cidadãos e pisava a lei. Se o duque, de certo modo, controlou a situação política, a aparente calma iniciada com a presença da duquesa na cidade, de 1824 até sua morte em 1831, foi afetada com o impacto da Revolução Francesa de 1830 na região. O Conselho Municipal, sob influência dessa Revolução, retoma, com veemência, suas queixas. No centro das queixas estava a não convocação do Conselho de Governo, o que gerou uma situação ilegítima, pois, sem a consulta a ele, os impostos e as leis introduzidas não podiam ser reconhecidos. Esse Conselho havia sido criado integrado por 7 (sete) membros eleitos via censo alto e com a cooperação do duque. A primeira reunião fora em 1823, a segunda em 1824, havendo neste ano debates acirrados por causa da lista civil do duque e por isso o Conselho não fora mais convocado.

¹³ No ano de 1834, o Principado foi vendido à Prússia, sendo transformado no distrito de St. Wendel, integrando o Distrito Governamental de Trier.

Percebe-se a existência de um espírito liberal na região. Parece-nos que a influência francesa não pode ser desconsiderada. E fica a pergunta: Os emigrantes que vieram ao Brasil, oriundos da Renânia, sejam de Trier ou de St. Wendel, por exemplo, internalizaram as chamadas conquistas que obtiveram no período napoleônico e que perderam com a dominação prussiana? A leitura da obra de Manfred Koltes (1992) indica numerosas possibilidades de resposta para a época imediatamente anterior a da vinda de emigrantes para o Rio Grande do Sul. Por sua vez, Bernhard Planz (1990) destaca que se o sentimento da população urbana do território do ex-Principado de Lichtenberg, em face da nova dominação, foi de um acentuado distanciamento da política até 1848, também o foi de uma fortalecida emigração, apesar de decisões governamentais procurando dificultar a emigração ao ultramar.

Como o nosso Seminário trata de Migrações, queremos encerrar a nossa despretensiosa palestra com um exemplo de mobilidade espacial de um emigrante que, em 18 de março de 1829 chegava à Colônia de São Leopoldo e que na citada nominata dos passageiros do trimastro Olbers aparece como sendo originário de Sachsen-Coburg (St. Wendel). Trata-se de Johann Philipp Elicker. Autor de três cartas escritas em 18 de março de 1834, 25 de março de 1845 e 26 de dezembro de 1845, de Wiesental/Novo Hamburgo, e endereçadas ao seu irmão Johann Georg Elicker, residente em Niederlinxweiler, St. Wendel, Província do Reno, Reino da Prússia. O missivista nascera em janeiro de 1792 em Niederlinxweiler, próximo a St. Wendel. Do Principado de Lichtenberg que era, então, a sua pátria, saiu em maio de 1828, partindo em 26 de setembro deste ano do Porto de Bremen no veleiro Olbers para o Rio de Janeiro, onde chegou em 17 de dezembro. Em 08 de fevereiro de 1829 partiu de navio para Porto Alegre, de onde seguiu para a Colônia alemã de São Leopoldo lá chegando em 18 de março. Vivenciara, pois, as re-estruturações territoriais que haviam ocorrido na Renânia, com as respectivas mudanças de senhorio. Só não assistiu a venda do principado porque já estava domiciliado no Rio Grande do Sul. A porção de terra que recebeu estava situada no que é hoje Novo Hamburgo.

Como outros emigrantes que vieram no Olbers da mesma pátria, é possível afirmar que entre as famílias com a mesma origem havia laços de solidariedade que na Colônia se aprofundaram. Da solidariedade e das relações entre os membros dessas famílias as cartas de Elicker dão conta. Alguns nomes citados seriam de futuros Muckers, o que traz novas indagações ao pesquisador que levanta questões/perguntas

nem sempre respondidas, formula hipóteses objetivando reavaliar o conhecimento histórico. E este foi o nosso propósito.

Podemos concluir que o Rio Grande do Sul foi vivenciado pelos imigrantes alemães como um espaço de experiências nem sempre conforme o horizonte de expectativas criado a partir de promessas oferecidas (ou vislumbradas) para que saíssem de sua pátria de origem.

Referências bibliográficas

- Bobbio, Norberto/Matteucci, Nicola/ Pasquino, Gianfranco (org.) – *Dicionário de Política*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1986. 1318p.
- Bildatlas der Deustchen Geschichte – Güterloh/München. Bertelsmann Lexicon Verlag, 2001. 336p.
- Cunha, Jorge Luiz da – *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul, UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995. 303p.
- Hunsche, Carlos Henrique – *História da Imigração Alemã no Brasil*. São Paulo, Editora Cultura Brasileira, julho de 1978.
- Hunsche, Carlos H. & Astolfi, Maria – *O Quadriênio 1827-1830 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, Tomo I, 2004. 574p.
- Keller, Hansheinz – *Die Brasilienauswanderung aus den Hunsrück* – Sympton einer geistigen Strömung. Zeitschrift Institut für Auslandsbeziehungen. Stuttgart 17.Januar 2007.
- Koltes, Manfred – *Das Rheinland zwischen Frankreich und Preussen. Studien zu Kontinuität und Wandel am Begin der preussischen Herrchaft (1814-1822)*. 1992, Böhlau Verlag Köln; Weimar; Wien. 547p.
- Koselleck, Reinhart – *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1979, 1. ed. 389p.
- Müller, Max – *Die Geschichte der Stadt St. Wendel, von ihren Anfängen bis zum Weltkrieg*. Saasbrücker Druckerei und Verlag. Saarbrücken, 1927. 286p.
- Oberacker Jr., Carlos H. – *Jorge Antonio von Schaeffer – Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre, Ed. Metrópole/IEL, 1979. 125p.
- Planz, Bernhard. *Die Saarregion zwischen 1815 und 1856*. Saarbrücker Druckerei und Verlag, Saarbrücken 1990.
- Piccolo, Helga I. L. – Emigração alemã para o sul do Brasil no século XIX: propaganda e expectativas. Experiências de imigrantes no Rio Grande do Sul. In *Emigración*

centroeuropa a América Latina. V. III, Universidad Carolina de Praga, Editorial Karolinum, 2005.

Piccolo, Helga I. L. – Cartas: Recordações e testemunhos do vivenciado. In *Emigración centroeuropa a América Latina*. IV, Universidad Carolina de Praga, Editorial Karolinum, 2006.

Press, Volker – Von der mittelalterlichen zu früneuzeitlichen Ostseidlungsbewegung – ein Rückblick. In *Deutsche im Ausland – Fremde in Deutschland. Migration in Geschichte und Gegenwart*. Verlag C.H. Beck, München, 1992. 542p.

Richter, Klaus – Hamburgs Rolle im Interessenkonflikt um die ersten Auswanderung nach Brasilien. In *Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte*, Band 63, 1977.

Schwebel, Karl H. (ed.) – *Führer durch die Quellen zur Geschichte Lateinsamerikas in der Bundesrepublik Deutschland*. Staatsarchiv der Freien Hansestadt Bremen, 1972. 437p.

Migração, mobilidade social e emigração no exemplo de mecklenburgueses

Martin N. Dreher

Tenho minhas raízes, basicamente, em duas regiões alemãs, não muito distantes uma da outra. Meus dois avós são originários do antigo Palatinado. Minha avó paterna, mesmo sendo já quarta geração no Brasil, tinha, igualmente, suas raízes neste antigo território eleitor do Sacro Império Romano Germânico. Já a avó materna descendia de suábios, nome dado aos habitantes de Württemberg. Como no Rio Grande do Sul se convencionou designar todos os originários do Palatinado, mas também aqueles que vinham do Hesse, de Hunsrücken, termo que designa os originários de um planalto situado no atual estado alemão de Rheinland-Pfalz, também eu só conhecia hunsrücken e suábios. Depois conheci tio Alfred Grassatis. Estranhei seu sobrenome. Ele me explicou que sua família era originária do Báltico, mas que ele nascera e crescera em Berlim. Quando iniciei meus estudos humanísticos, em São Leopoldo, havia todo um grupo de colegas que eram designados de pomeranos. Descendiam de imigrantes originários da antiga Província Pommern, território colonizado pela Ordem Alemã e, posteriormente, integrado à Prússia. Quando ouvia anedotas sobre alemães ainda ouvia dizer de bávaros, mas creio que era por aí que terminava minha geografia. Nas aulas de geografia, no contexto do curso humanístico, ouvi dizer de emigrações alemãs que haviam produzido os teuto-russos, os alemães da Zips, estudados por um de meus professores, Erich Fausel, de alemães da Boêmia, etc. Jamais, no entanto, ouvia falar de um estado como o Grão-Ducado Mecklenburg., muito menos de que no início do século XIX o grão-ducado estava dividido em dois: Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz, menos ainda sabia eu que do primeiro dos dois territórios havia saído contingente apreciável de pessoas, entre as quais bom número de crianças, para o Brasil.

Quando da elaboração de minha tese de doutorado¹, concluída em 1975, Mecklenburg continuou distante de meu horizonte. A expressão aparece, aliás, duas vezes. Em uma delas ao me referir a imigrantes que chegaram a Juiz de Fora/MG, a outra quando informo que o embaixador prussiano no Rio de Janeiro passou por Mecklenburg, coletando dinheiro para a construção de templo luterano naquela cidade. Quando fui solicitado a assumir docência a nível de pós-graduação, dando ênfase na

¹ DREHER, Martin N. Igreja e Germanidade. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. 2ª Ed. revista e ampliada. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

imigração e colonização, tive que reler os clássicos da história da imigração: Truda², Pellanda³, Porto⁴, Amstad e Phillip⁵, Roche⁶ e, depois, as publicações de Fouquet⁷, Oberacker⁸ e Hunsche⁹. Destaque mereceram os textos de Ferdinand Schröder¹⁰ que por estarem publicados em língua alemã pouco eco faziam na historiografia brasileira. No entanto, Schröder forma ao lado de Emílio Willems¹¹ um dos mais sérios conjuntos de estudos sobre a imigração. Ambos têm o mérito de não invisibilizar pessoas. Schröder, principalmente, fala de pessoas retiradas de casas de correção e de prisões, das negociações travadas pelo agente do governo brasileiro para imigração, Jorge Antônio Von Schaeffer, e, principalmente, nos dá conta dos arquivos que teria estudado no Grão-Ducado de Mecklenburg e em Hamburgo. Fiquei tão positivamente impressionado com Schröder que traduzi sua tese de doutorado¹². No texto de Schröder impressionou-me, principalmente, o grande número de crianças que faziam parte do grupo de mecklenburgueses enviados ao Brasil. Foi por causa dessas crianças que me dediquei à temática que devo apresentar nesta oportunidade.

No início, o estudo sobre essas crianças e seus pais foi frustrante por causa de um senso comum que se criara na historiografia relativa à imigração alemã no Brasil. De Schröder eu sabia que haviam sido enviados ao Brasil. Jorge Luiz da Cunha¹³ havia retomado o assunto, mas não chegou a aprofundá-lo. Não era essa a intenção de sua tese. Os demais autores apresentavam, mais ou menos, o seguinte: Von Schaeffer

² TRUDA, Francisco de Leonardo. A Colonização Allemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930

³ PELLANDA, Ernesto. A Colonização Germanica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Barcelos, Bertaso & Cia, 1924.

⁴ PORTO, Aurélio. O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

⁵ Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul 1824-1924. Herausgegeben vom Verband Deutscher Vereine. Porto Alegre; Typographia do Centro, 1924.

⁶ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

⁷ FOUQUET, Carlos. O Imigrante Alemão e seus descendentes no Brasil 1808 -1824 – 1974. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974,

⁸ OBERACKER Jr. Carlos H. A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1968

⁹ HUNSCHÉ, Carlos H. O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Província de São Pedro. 2ª edição revista e ampliada. Porto Alegre: A Nação, 1975; O Ano 1825 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

¹⁰ SCHRÖDER Ferdinand. Die Deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859. Berlin: 1930.; Brasilien und Wittenberg. Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin e Leipzig: Walter de Gruyter, 1936.

¹¹ WILLEMS, Emílio. Assimilação e Populações Marginais no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940; A Aculturação dos Alemães no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

¹² A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859 [1931]. Tradução e apresentação de Martin N. Dreher. Porto Alegre e São Leopoldo: Editora da PUCRS e Editora UNISINOS, 2003

¹³ CUNHA, Jorge Luís da. Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.

recrutou presidiários em Mecklenburg, enviou-os para o Brasil. Os primeiros já deram problema nos navios e foram fuzilados; os que chegaram ao Rio Grande do Sul foram para São Leopoldo, fizeram baderna e, então, foram despachados para a projetada colônia de São João das Missões, a caminho da qual e na qual, quase todos, desapareceram miseravelmente. Os que retornaram foram enviados para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Nos dois casos, São Leopoldo, a colônia exemplo da imigração, teria ficado livre dessa “mancha”. Theodor Amstad e Arno Philipp resolveram a questão de forma mais sutil: Vieram mecklenburgueses para o Rio Grande do Sul, *antes* da imigração alemã. Reuniram-se em bandos de salteadores, tendo saqueado igrejas. Formaram tesouro que foi enterrado na região de Estância Velha/RS. Assim também estava resolvida a questão. ... Mas o que acontecera com as minhas crianças?

Lembro do dia em que Jorge Luiz da Cunha fez a entrega ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo de cópia de cinco maços de documentos do Arquivo Secreto e Principal de Schwerin. Mais tarde, procurei pelos documentos e recebi a informação de que eles não estavam ali. Havia se invisibilizado. Jorge da Cunha forneceu-me, então, nova cópia dos maços. Preparei grupo de estudantes para a transliteração do alemão gótico. Com eles deciframos a documentação e, ato contínuo, realizamos a tradução. Deu-se então o processo de ressuscitamento e de visibilização dos antigos habitantes das casas de correção e do presídio criminal de Mecklenburg-Schwerin. Pouco a pouco conseguimos verificar que eles não haviam perecido todos miseravelmente. Havia sobrevivido, seus filhos haviam constituído famílias e seus descendentes eram, agora, professores universitários, pastores e padres, políticos, músicos, comerciantes e, alguns, até nomes de ruas e de avenidas. Estávamos diante da agradável tarefa de, enquanto historiadores, devolver dignidade a pessoas estigmatizadas¹⁴ e fazer de *outsiders insiders*¹⁵. Por isso, publicamos a documentação e, como subproduto deste investimento de tempo conseguimos reabilitar também, parcialmente, a memória de Jorge Antônio Von Schaeffer¹⁶.

O que aconteceu com os mecklenburgueses que formam parte considerável da imigração alemã para o Rio Grande do Sul até o ano de 1830? De que segmentos sociais

¹⁴ Conceito tomado de GOFFMAN, Erving. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC: 1988

¹⁵ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

¹⁶ Cf. DREHER, Martin N. Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil/ Sträflinge aus Mecklenburg-Schwerin und die Anfänge deutscher Einwanderung in Brasilien. São Leopoldo: OIKOS, 2010.

provinham? Que atividade profissional exerciam? Já participavam de mobilidade social na Europa? Continuavam socialmente móveis no Brasil oitocentista? Foi o que procuramos verificar.

Desde o final da Idade Média, farta documentação apresenta queixas e queixumes acerca de falsos mendigos. A pobreza é, então, fenômeno que perpassa toda a Europa¹⁷. No entanto, ao longo da história europeia há alterações na forma de se perceber a pobreza. Houve crescente preocupação com os pobres e com a minoração de sua dor. Ao mesmo tempo e paralelamente a essa preocupação houve crescente perseguição e marginalização. O próprio mundo dos pobres era muito diferenciado. Sua situação era uma ao final da Idade Média e passou a ser outra quando do início da industrialização. Suas estratégias de sobrevivência eram distintas. As mulheres pobres eram mais atingidas do que os homens. Distintas eram as situações dos mendigos que vagavam Europa a fora. Havia grandes e pequenos ladrões. Havia bandos de salteadores. Lembro apenas o caso do Schinderhannes¹⁸, cujo lugar-tenente migrou para São Leopoldo e cujos filhos foram os fundadores de um dos principais clubes de alemães de Porto Alegre. Mas havia também os ciganos, perseguidos até hoje, se pensarmos em sua relação com o governo Sarkozy, na França. Havia muitos processos que faziam do ser humano um pobre. Podemos acompanhar a história de alguns pobres, observar as estruturas por eles montadas para sobreviver e para poder sair de sua situação de miserabilidade.

Os pobres dos quais falo a seguir têm um palco de atuação: O Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin.

Mecklenburg era, ao longo do século XIX, território alemão junto ao Mar Báltico e confrontava-se com as províncias prussianas da Pomerânia, Brandenburg, Hannover, Schleswig-Holstein e o território da cidade de Lübeck. Administrativamente, estava dividido em duas porções, os Grão-Ducados de Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz, em área correspondente a 16.091,11 Km². Ocupamo-nos aqui com Mecklenburg-Schwerin, pois é desse Grão-Ducado que virão os emigrantes de 1824 e 1825¹⁹.

¹⁷ Cf. RHEINHEIMER, Martin. Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850. Madrid: Siglo XXI, 2009.

¹⁸ Cf. SCHEIBE, Mark. Schinderhannes, sein Lebensweg zwischen Taunus, Wetterau, Hunsrück und Odenwald. 3. Aufl. Kelkheim: Historische Kommissions für die Rheinlande, 2006.

¹⁹ Cf. DREHER, Martin N. Servidão da Gleba em Mecklenburg e os Primórdios da Imigração Alemã para o Brasil. In: Martius-Staden-Jahrbuch 57, São Paulo: Instituto Martius-Staden, 2010, p. 33-52.

O Grão-Ducado de **Mecklenburg-Schwerin**, apesar de enclaves na Prússia e em Mecklenburg-Strelitz, estendia-se por 161 km ao longo do Mar Báltico e tinha costa plana e coberta por dunas. As maiores altitudes no território não passavam dos 178 metros. O solo, formado por mistura de areia e barro, era de fertilidade variável. As matas ocupavam 2.337 km². 7/10 das terras estavam destinadas à agricultura. O clima era úmido e frio, com temperatura média anual de 7,9° C.

No território, com seus 13.161,62 km², dos quais 666,8 eram ocupados por lagos e rios, 5.592,61 km² eram propriedade do Senhor Territorial, 5.598,26 km² pertenciam à nobreza, 450,26 km² eram propriedade de mosteiros e 1.519,91 km² pertenciam às cidades. A população, em 1890, tinha um total de 578.342 habitantes, divididos em 570.200 luteranos; 5.034 católicos, 492 calvinistas, 434 cristãos pertencentes a outras denominações e 2.182 israelitas. Nas propriedades do Senhor Territorial viviam 192.250 pessoas; as demais propriedades estavam nas mãos da nobreza, vivendo nelas 118.526 habitantes, e dos mosteiros, nos quais habitavam 8.102 indivíduos; nas 42 cidades viviam 278.558 pessoas. Todos os agricultores se encontravam, em 1890, em situação de aforamento (*Erbpachtverhältnis*), excetuando-se alguns que se encontravam em relação de arrendamento temporário. As principais cidades eram Rostock, Schwerin, Wismar, Güstrow, e Parchim. Ainda em 1895, 295.599 habitantes estavam envolvidos com agricultura, atividades florestais, pecuária e pesca (48,7%), 156.107 habitantes dependiam da indústria (25,7%), 58.536 habitantes atuavam no comércio e no setor dos transportes (9,7%), 16.244 habitantes eram diaristas e empregados domésticos, 33.952 habitantes atuavam no funcionalismo público e em profissões liberais.

A produção agrícola estava dedicada à criação de gado e ao cultivo de centeio, trigo, cevada, aveia, feno.

Na administração, 43 tribunais de bailio (*Amtsgerichte*), 3 tribunais de comarca e 1 Tribunal Superior Territorial, partilhado com Mecklenburg-Strelitz e localizado em Rostock, cuidavam dos aspectos jurídicos. Em Güstrow eram realizadas as sessões do tribunal do júri, comuns a ambos os Grão-Ducados. O Ministério do Estado, em Schwerin, era composto pelos integrantes dos quatro ministérios: Exterior, Interior, Justiça, ao qual estavam afetas as questões educacionais, religiosas e médicas, Finanças. O Grão-Ducado não conheceu um Orçamento de Estado. A administração das finanças estava dividida em três caixas, designadas de territorial, territorial-estamental e estamental. As caixas eram: a Caixa das Rendas Grão-Ducais, a Caixa de Receitas Territoriais e a Caixa Territorial. As custas administrativas eram de responsabilidade do

Senhor Territorial, sendo cobertas por receitas oriundas das propriedades do Grão-Duque. Os impostos eram estabelecidos anualmente em acordo celebrado com os estamentos e eram entendidos como “auxílio”. Os estamentos, no entanto, não controlavam as receitas e as despesas grão-ducais. Somente os ganhos de fundo constituído por venda de terras grão-ducais eram comunicados aos estamentos, anualmente. Gastos extraordinários eram tirados de uma Caixa de Receitas Territoriais, existente desde 1809 e que só obtinha recursos com a concordância dos estamentos. A Caixa Territorial destinava-se a cobrir as necessidades da administração estamental. Seus recursos eram oriundos de imposto sobre as geiras.

No tocante à religião e ao ensino, a Igreja Luterana, majoritária, estava dividida em 7 Superintendências e 35 Sínodos. Creio ter ficado evidente que, nesse Grão-Ducado, pequena minoria era dona do território e senhora de sua população. As mudanças na estrutura social dependiam dela e, quando ocorressem, seriam feitas em seu benefício, como veremos a seguir.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX imperou uma espécie de feudalismo em Mecklenburg, conhecido como “*vererbte Leibeigenschaft*” que poderia ser traduzido por “servidão-da-gleba hereditária”. Os proprietários das terras controlavam a economia e governavam suas terras com autoridade absoluta. Os agricultores estavam totalmente na dependência da nobreza que os podia comprar ou vender com ou sem a propriedade. Os impostos a serem pagos pelos agricultores eram alterados de dois em dois anos e, normalmente, eram majorados. Não lhes era facultado adquirir mais terra do que já possuíam. Nos latifúndios eram produzidos produtos destinados à exportação, valendo-se da mão de obra dos agricultores, servos e diaristas. Aos latifundiários dava-se a designação de “Landjunker” (=jovem nobre). No tocante ao século XIX, pode-se afirmar que os latifundiários haviam conseguido expulsar, mais e mais, os agricultores de suas terras. Adquiriam a pouca terra que tinham. Esse tipo legal de grilagem era designado de “*Bauernlegen*”.

Com essa política, dezenas de milhares de agricultores perderam suas terras, levando a que a nobreza agrária detivesse quase que todo o território. As dívidas dos pequenos proprietários levam a que, somente em 1800, 12.000 agricultores tenham seus bens penhorados pela nobreza. Aos que trabalhavam em suas terras, os latifundiários pagavam, em média, 1 centavo (*Pfennig*) a hora, em jornadas de trabalho que iam de sol a sol. Como morassem nas terras, desse salário eram descontados os alimentos como

batatas, madeira, etc. A pretendida reforma do Barão von Stein (1807), que buscava emancipar os agricultores, jamais foi implementada em Mecklenburg.

Nos anos de 1806 a 1813, o território de Mecklenburg passou por profunda crise, conhecida como “*Franzosentid*”, a ocupação francesa. Furtos e violência faziam parte do dia a dia, descrito nos contos de Fritz Reuter, o mais importante escritor de Mecklenburg. Os dois territórios mecklenburgueses foram forçados a aderir à Federação Renana, liderada por Napoleão Bonaparte. Mais de 2.000 homens foram recrutados em Mecklenburg para participar da campanha contra a Rússia: menos de 100 retornaram!

Após a derrota de Napoleão na Rússia, os dois territórios foram os primeiros a se retirar da Federação Renana, participando ativamente da guerra de libertação contra Napoleão. Em 1815, os duques de Mecklenburg receberam o título de Grão-Duque, passando os territórios a serem Grão-Ducados. Finda a guerra, a região passou por profunda depressão econômica, que persistiu até a década de 1820.

No ano de 1820 foi eliminada, legalmente, a servidão-da-gleba e os agricultores foram liberados de seus compromissos em relação aos latifundiários. Isso levou a uma piora na situação dos agricultores, pois a lei também liberou os latifundiários de todos os seus compromissos em relação à população camponesa! Não tinham mais o compromisso de oferecer trabalho e salários aos residentes em suas terras. Isso levou à miséria generalizada. O camponês está, literalmente, separado da terra.

Após a eliminação da servidão-da-gleba, as antigas propriedades camponesas, as *Hufen*, foram transformadas em propriedades hereditárias. Esses agricultores podiam adquirir sua casa e cerca de 40 ha. de terra. Principalmente em terras da Coroa foram criadas *Büdnerstellen* (propriedades de pequenos agricultores) com cerca de 7 hectares. Dessa terra podia ser alimentada a família, mas o agricultor tinha que prestar serviços a terceiros para ter dinheiro em espécie. Nessa época surgem também os *Häusler* (diaristas com pequena propriedade). Eles recebiam 2.500 m² para se proverem de víveres, mas exerciam atividades artesanais como alfaiate, carnicheiro, sapateiro, padeiro ou jardineiro. Os *Kossaten* ou *Kötner* (lavradores [caseiros] sem terra) recebiam moradia e 400m² de terra para plantio. Os diaristas, *Tagelöhner*, não tinham terra para cultivo próprio e moravam em *Mietskaten* (casebres de aluguel).

A situação descrita ajuda a entender o fato de dezenas de milhares de mecklenburgueses emigrarem no século XIX e ainda no século XX. Apesar dos esforços políticos feitos e que perpassam a revolução de 1848, foi somente em 1945 que

aconteceu reforma agrária em Mecklenburg, mas aí já sob o regime que formaria a República Democrática Alemã.

Com a eliminação da servidão-da-gleba surgiram problemas adicionais para a população antes serva. O estado tentou contornar esses problemas, promulgando as “*Aufenthalts- und Niederlassungsgesetze*” (Leis relativas à permanência e residência), promulgadas entre 1820 e 1860. Resumidamente, estabeleceram que os mecklenburgueses não podiam residir onde quisessem em território de Mecklenburg, mas somente na cidade ou no território em que haviam nascido, ou na localidade em que o proprietário da terra lhes permitisse residir. A partir da eliminação da servidão-da-gleba os proprietários de terras temiam ter que zelar pela saúde do trabalhador rural em caso de doença e, por isso, não raro, o expulsavam da terra. Com isso, reduziram o número de seus trabalhadores a um mínimo. Para os trabalhadores despedidos surgiu, agora, o problema de não terem um “*Niederlassungsrecht*” (direito a residência), que sempre esteve condicionado a ter trabalho fixo. Com isso, essas pessoas também não podiam contrair matrimônio, pois este estava condicionado ao *Niederlassungsrecht*. Quem não tinha residência fixa, que estava condicionada a trabalho fixo, não podia constituir família! De fato e de direito, muitos mecklenburgueses eram *Heimatlose* (sem pátria) em seu próprio território! Isso levou a que, em 1900, na Alemanha, 224.692 pessoas nascidas em Mecklenburg tinham que residir fora do território deste Grão-Ducado por serem *Heimatlose*.

A consequência foi a vagância. Nas listas dos correicionários da Casa de Correção de Güstrow que optaram, livremente, por emigrar para o Brasil encontramos número considerável de pessoas cujo “motivo de encaminhamento” à Casa de Correção é serem “sem pátria”, ou estarem ali “para correção”, ou ainda “por vagabundagem”, “por mendigar”, “por falta de legitimação”, isto é por falta de documentos. A maioria, quando inquirida sobre o local anterior de residência responde: “vagabundeia”, “indeterminado”, “sem pátria”, “aqui e ali”, “viajava”, “aqui e acolá”, “vagando”. Todos têm ou tinham profissão. Em sua maioria tinham sido servos, depois diaristas, caseiros, empregadas domésticas, criadas, etc. Mas havia também tais pessoas que tinham sido soldados, escreventes, padeiros, alfaiates, moço de recados, sapateiro, caçador, pregueiro, escoveiro, serralheiro, tecelão, oleiro, tanoeiro, carnicheiro, cirurgião, holandês, moleiro, cadeireiro. O fim da servidão-da-gleba, as guerras, a industrialização haviam lançado todas essas pessoas para a margem da sociedade. Para sobreviver em época de necessidade cometeram algum crime, furtos maiores ou menores. Pegos, eram

encaminhados para correção. O julgamento feito em relação à maioria é de ordem moral: não querem trabalhar. Por isso o encaminhamento “para correção”. Deveriam ser corrigidos e aprender a trabalhar.

Güstrow, originalmente palácio-residencial, fora transformado em uma Casa de Trabalho Rural e, sob essa designação, re-inaugurada em 15 de abril de 1817, mas destinava-se exclusivamente a receber 1) mendigos e vagantes, além de seus familiares, de ambos os sexos, que não podiam ser extraditados por não existir Estado por eles responsável. Em resumo: não tinham a condição de vassalos. 2) Além disso, pessoas súditas do Grão-Ducado, em relação às quais nenhuma comuna tinha compromisso. 3) Mendigos e vagantes do território que, após tentativas de autoridades locais não haviam se afastado da mendicância, da vagância e da ociosidade e que, em sua opinião, careciam de medidas mais drásticas para “corrigirem” seu modo de vida. As pessoas classificadas nos grupos 1 e 2 eram designadas de *Heimatlose*, sem pátria, mas o conceito também pode ser traduzido por vadio ou vagabundo. O terceiro grupo abrangia os *Korrektionäre*, correccionários. Vagabundos eram consideradas as pessoas que exercessem atividade proibida, inútil ou perigosa ou aquelas que sem estarem providas do necessário passaporte ou “legitimação” buscassem sobreviver no território, exercendo atividade inadmissível ou insuficiente: condutor de urso, apresentador de marionetes, funâmbulos, músicos. As crianças que fossem encontradas com os pais quando de seu aprisionamento não eram admitidas na instituição, pois se entendia que a convivência iria depravá-las. Por isso, eram confiadas a famílias “bem constituídas”, em áreas rurais, que recebiam uma pensão alimentícia. Crianças de peito ou subnutridas permaneciam na instituição aos cuidados de uma *Kinderfrau*, ama seca, até que pudessem ser encaminhadas a famílias. Quando as crianças atingiam o décimo quarto ano de vida e haviam participado do ensino confirmatório e sido confirmadas, os diretores da Casa de Trabalho encaminhavam-nas a patrões, *Dienstherrn*, em área rural.

A detenção na Casa de Trabalho era por tempo determinado, mas a saída dela só podia acontecer quando o detento tivesse conseguido trabalho ou quando houvesse a convicção de que, doravante, não iria mais mendigar, mas alimentar-se “de maneira digna”.

A História e a historiografia não raro estigmatizaram pessoas e grupos humanos. No caso específico da história da imigração alemã, alguns grupos foram especialmente estigmatizados: penso nos Mucker, nos mercenários alemães e no tratamento que

mereceram na historiografia militar. Entre o estigmatizados estão os mecklenburgueses. Eles são fruto de uma sociedade que experimenta profundas transformações sociais. São raros os casos de emigrantes mecklenburgueses que não tenham profissão. Há entre eles número significativo de artesãos. Nos anos de 1824 e 1825, contudo, o artesanato estava em crise na Europa. O tear a vapor tornava supérfluo o trabalho do tecelão. Os moinhos necessitavam de menos moleiros, os remendões não tinham mais espaço. No campo fora eliminada a servidão da gleba, mas consideráveis contingentes humanos foram colocados à margem do processo produtivo. Além disso, arados mecânicos substituiriam seus arados de madeira puxados por cavalos. Restava a mendicância, a vagância e a vagabundagem, fazendo teatro de marionetes nas praças, cantando nas ruas, levando animais presos a correntes, fazendo acrobacias. Como último recurso restava o pequeno furto que podia degenerar, levando ao assassinato. A situação desses enormes contingentes humanos era lida com critérios morais: não queriam trabalhar. E foram conselhos de ordem moral que acompanharam os mecklenburgueses, quando de sua partida para o Brasil. Foi por razões de ordem moral e legal que foram encaminhados a Casas de Correção, a Casas de Trabalho Rural. Nelas deveriam apreender a trabalhar a terra ou outro “trabalho digno”, em um mercado de trabalho que lhes era desfavorável ou que não mais necessitava de sua força e trabalho. Só saíam da Casa de Correção quando tivessem trabalho. Com isso, estavam condenados a aí permanecer indefinidamente. Nas Casas de Correção chegavam por terem estado a mendigar em áreas em que não lhes era lícito mendigar! Também o mendigo tinha que ter passaporte válido que o autorizava a mendigar em áreas nas quais tivesse pátrio direito. As crianças, filhas de pais mendigos eram deles separados até atingir a idade de 14 anos. Aí eram confirmadas pela Igreja Territorial e confiadas a patrões, geralmente em áreas rurais, que lhes ensinariam as lidas domésticas ou os empregariam como mão-de-obra barata. Nossa documentação está a apontar para meninas adolescentes que foram violentadas por seus patrões, engravidaram, praticaram aborto e foram condenadas por esse crime. Outras, exploradas, vingaram-se colocando fogo na propriedade do patrão. As contingências levaram-nas de volta às Casas de Correção onde haviam ingressado com seus pais. Numa sociedade patriarcal e ante a possibilidade de emigrar, submeteram-se ao casamento com outro detento, pois como mulheres não poderiam ser proprietárias. No Brasil, algumas foram vendidas por seus maridos, outras venderam seus corpos, outras estabeleceram-se como comerciantes.

Majoritariamente, porém, fizeram parte do grupo de agricultoras inseridas no regime da pequena propriedade rural, inaugurada com a imigração alemã²⁰.

Para sobreviver e iniciar vida nova, optaram pela oferta do Major Jorge Antônio Von Schaeffer. Schaeffer lhes fez as seguintes promessas, bem amparado por instruções de José Bonifácio e por lei de D. João VI que prometia a condição de súdito para quem viesse a trabalhar a terra no Brasil:

“Por incumbência Altíssima do Governo Territorial do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, com a reserva de sua Altíssima ratificação, foi estabelecido e celebrado entre a Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstrow e o Representante Plenipotenciário do Alto Governo Brasileiro para os colonos, Senhor Major von Schaefer, Cavaleiro da Ordem de Cristo etc, por causa da aceitação das pessoas que se apresentaram como colonos no Brasil, o contrato abaixo:

Etc. etc. etc. etc. etc. etc. etc.

§ 4.

Os colonos não pagarão quando de sua chegada ao Brasil qualquer ressarcimento para seu traslado ao Brasil, para si e para os objetos que lhes for permitido levar consigo, bem como para a alimentação, auxílio médico e medicamento fornecidos durante o mesmo, seja em forma de moeda efetiva, valor monetário ou serviços. Aqueles colonos que se destinarem ao estamento militar receberão desde o dia de seu embarque em Hamburgo, além da ração, o salário determinado em moeda efetiva, equivalente a 8 schilling segundo a moeda daqui.

§ 5.

Quando da chegada ao Brasil, cada um deles é livre para
*ser colono na agricultura, em um ofício ou uma arte, ou ainda exercer um
negócio, ou ser soldado.*

§ 6.

Como colono para a agricultura o mesmo receberá e é assegurada a todo.

²⁰ De grande valia como introdução às condições sociais na Alemanha do período é a obra de Rheinheimer, Martin. *Arme, Bettlr und Vaganten*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenburg Verlag, 1998. Veja-se também WIKANDER, Ulla. *Von der Magd zur Angestellten. Macht, Geschlecht und Arbeitsteilung 1789-1950*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1998.

1. em uma das províncias do sul do Império, com clima adequado a alemães, para cada família com cerca de 2 a 5 crianças 200 geiras de terra à 120 varas quadradas, e proporcionalmente mais, quando a família for maior.
2. Uma casa adequada à extensão dessas terras.
3. Os animais, o inventário para o campo e para a casa necessários à condução de uma lavoura; como cavalos, muares, bois, vacas, cabras etc.
4. As sementes necessárias para a sementeira, como milho, arroz, feijão etc.
5. Víveres para si e sua família por dezoito meses.
6. Todos os colonos serão abrigados, até que as casas próprias que lhes serão entregues estejam construídas, em casas vizinhas.
7. Pelo espaço de oito anos, liberação de todos os impostos públicos, quer consistam de dinheiro ou produtos ou serviços.

Finalmente

8. Todos os objetos mencionados do nº 1 ao 5 inclusive permanecerão para sempre livre propriedade dos colonos.

§ 7.

Como artista ou artesão, o mesmo receberá, enquanto o desejar:

- a. Trabalho de parte do Governo contra o pagamento usual no Brasil, e além disso
- b. durante esse tempo uma mordida que lhe será assinalada.

§ 8.

Caso o colono adventício escolher o serviço como soldado, os mesmo receberá:

- a. uma capitulação por 6 anos.
- b. Durante este tempo, o vestuário, alimentação e soldo determinado no Brasil.
- c. Após este tempo, também terá a liberdade de exercer uma arte ou ofício.

O soldado desincorporado receberá, então, tudo aquilo que foi prometido a estes colonos nos parágrafos 6 e 7, caso não opte em assumir nova capitulação e terá o direito precípuo de escolher a parte do Império, na qual queira se assentar.

- d. Assim como é prometido a cada um esperança de um advancement no exército e àquelas patentes para as quais se qualificar mercê seu bom comportamento moral e suas capacidades, assim qualquer um que se tornar inválido poderá contar com certeza com a providência e o apoio do Governo.

§ 9.

Todo o colono também tornar-se-á, a partir do instante de seu embarque para o Brasil, cidadão brasileiro e gozará dos mesmos direitos como os demais residentes natos.

Passados 10 anos todo o colono, que talvez tenha adquirido alguma riqueza, terá a liberdade, às próprias custas, de deixar o Brasil e retornar e o alto Governo do Brasil não oporá qualquer impedimento a essa partida.

§ 10.

Cada colono adulto do sexo masculino receberá quando de sua partida, por conta da Casa de Trabalho Rural, um enxoval prescrito pelo Major von Schaefer, consistindo de

Um casacão

Um casaco de linho

Duas camisas

Duas calças

Um par de coturnos e

Um boné,

os quais o senhor Major von Schaefer promete fornecer por 10 rixdaler.

Este contrato foi diversas vezes aprovado e assinado por ambas as partes.

Assim dado em *Güstrow*, a 3 de maio de 1824.”

Antes do embarque para o Brasil, todos foram indultados. É importante que se diga que o governo de Mecklenburg-Schwerin não ofereceu indulto a todos os prisioneiros. Número significativo não recebeu o indulto e teve que continuar nas casas de correção e presídios. Os encaminhados para o Brasil, no entanto, num total de três transportes nos anos de 1824 e 1825, só foram libertados de seus grilhões ao embarcarem nos navios que os trariam ao Brasil. Nesses navios não se encontravam apenas pessoas oriundas das casas de detenção de Mecklenburg, mas também colonos recrutados em outras regiões da Alemanha. De um dos transportes temos diário elaborado por oficial alemão que nada escreve em desabono dessas pessoas, mas de outros passageiros.

Os “avulsos”, isto é, os solteiros permaneceram, majoritariamente, no Rio de Janeiro, onde foram incorporados a batalhões de estrangeiros²¹. Muitos atuaram na Cisplatina e, após sua desincorporação estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, mas também no Paraná e em São Paulo. Casais com família foram, via de regra, enviados ao Rio Grande do Sul.

Os sonhos desses migrantes, mas também suas decepções estão descritos em um maço que contém os autos de inquirição realizada com dois dos prisioneiros que retornaram a Mecklenburg após dois anos de estada no Brasil, sendo encaminhados à Casa de Correção de Güstrow, pois seu indulto só valia para o Brasil. Os retornados Günther e Sichtling informaram sobre diversos dos ex-detentos. No caso da maioria aparece a informação “recebeu colônia própria”. No caso de outros se ouve dizer de morte ou assassinato. Houve mulheres que caíram na prostituição na cidade do Rio de Janeiro. Outras se estabeleceram com pequeno comércio. O sonho, por vezes, provocava delírio que nada tinha a ver com a realidade, como podemos constatar no relato:

O outrora supervisor de refeitório daqui, Schulze, com sua esposa e seus quatro filhos. Ele recebeu uma colônia própria no Rio Grande; a esposa estava grávida quando daqui emigramos e seu parto ocorreu a caminho do Rio de Janeiro para a colônia que lhe fora designada. Como diversas pessoas tomaram conhecimento do fato, ofereceram-se para ser padrinhos da criança recém-nascida, e nesta oportunidade foram lhe dados presentes tão ricos pelos padrinhos que o Schulze não só pôde adquirir uma segunda colônia, mas também instalar seu negócio²².

A realidade foi outra. A família Schulze que deveria ter ido para São Leopoldo foi encaminhada para São João das Missões e lá pereceu²³. De São João das Missões restou o cemitério localizado na antiga redução de São João Batista, onde podem ser encontrados túmulos com inscrições alemãs. Em São Leopoldo e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no entanto, a memória dos mecklenburgueses pode ser recuperada. Caroline Von Mühlen pôde dedicar-se a essa tarefa em sua dissertação de mestrado²⁴.

²¹ Cf. LEMOS, Juvêncio Saldanha. Os Mercenários do Imperador. A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993; ANDRÄ, Helmut. Deutsche Söldner in Brasilien. Band I: Ins Land gekommen während des I. Kaiserreiches in den Jahre 1824 bis 1829. São Paulo: KMK, 2000.

²² Cf. DREHER, Martin N. Degredados de Mcklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil. São Leopoldo: OIKOS, 2010, p. 195.

²³ Cf. HUNSCHE, Carlos H. O Ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 574.

²⁴ MÜHLEN, Caroline Von. Da exclusão à inclusão social. Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

Há, no entanto, outros tantos trabalhos a serem escritos. Nos livros de registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo sua memória está muito presente²⁵. Em 4 de dezembro de 1826, casaram em São Leopoldo Johann Philipp Einsfeld e Maria Catharina Hinrichs. A noiva era natural de Seedorf, em Mecklenburg, junto a Lentzen, 16 anos de idade, era evangélica e filha de Johann Joachim Hinrichs e de Luise, nasc. Köhler. O pai era agricultor, dera entrada na Casa de Correção de Dömitz, em 14 de setembro de 1819. Seu crime “furtos”. A mãe era pessoa livre e, à época de embarque para o Brasil, a filha Marie tinha 13 anos. O pai estava condenado à prisão perpétua. Em São Leopoldo, o pai faleceu a 4 de setembro de 1825. Sua sepultura pode ser encontrada no Cemitério Evangélico de Lomba Grande. Os Einsfeld, descendentes de Maria Catharina Hinrichs povoam o Brasil. O mesmo acontece com os Groth, os Haack, os Heinecke, os Krüger, os Ulrich, os Albrecht, os Willborn, os Von der Deecken, que viraram Dequem, os Gerling e tantos outros.

A história dos primórdios da imigração alemã no Rio Grande do Sul merece ser reescrita por causa dos que foram esquecidos ou invisibilizados. É necessário dar voz aos silenciados pioneiros, pobres, mendigos e vagantes, levados à mobilidade social e espacial, chegados ao Brasil, onde sob novas condições reconstruíram existência..

²⁵ Cf. DREHER, Martin N. Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX). 3ª Ed. São Leopoldo: OIKOS, 2010 (CD-Rom).

Existem teuto-russos no Brasil?

*René E. Gertz**

Convocado a participar desta mesa-redonda para apresentar algo sobre “teuto-russos” no Brasil, desisti da idéia inicial de fazer uma pesquisa minimamente sistemática sobre o tema. Essa intenção derivava do meu interesse pela história da imigração alemã em geral e do fato de que meus quatro avós foram “teuto-russos”, isto é, imigrantes que vieram ao Brasil como cidadãos russos, ainda que com tradição cultural alemã.

De forma sincera, devo confessar que não tive tempo de fazer essa pesquisa. Por isso, resolvi tecer apenas alguns comentários muito pessoais, baseados em vivências próprias e em algumas fontes absolutamente secundárias. Viso, portanto, muito mais à indicação de algumas pistas a serem verificadas em possíveis estudos futuros, do que à apresentação de conclusões, de resultados pesquisados.

Uma primeira questão a ser tematizada refere-se à própria adequação ou não de estatuir os “teuto-russos” no Brasil como objeto de análise. Nós certamente estamos corretos se estatuímos como objeto de pesquisa uma entidade designada com expressões como “alemães no Brasil”, “teuto-brasileiros” ou algum outro termo equivalente. Isso porque há uma visibilidade geográfica, física, econômica, política, cultural envolvendo setores populacionais derivados do processo de imigração vinda da Alemanha, desde a década de 1820. Essa visibilidade é objetiva, com regiões claramente delimitadas por uma população entre a qual predomina determinada cor de pele, determinado tipo físico, mas também com estruturas de propriedade características, derivadas da forma de ocupação do espaço. E também temos uma visibilidade subjetiva, que pode consistir tanto numa identidade autoatribuída quanto numa identidade atribuída pela população que constitui o entorno.

Especialistas sabem que os “alemães no Brasil” não são homogêneos, que se diferenciam quanto à origem regional, na Alemanha (pomeranos, westfalianos, *hunsrückerianos* etc.), mas também quanto ao tipo de inserção ecológica. Eles podem ter sido urbanos, na Alemanha, e se tornado rurais, no Brasil, ou vice-versa, terem sido

* Professor nos Departamentos de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

estabelecidos, aqui, em “colônias mistas” ou em “colônias homogêneas”. Isso pode ter consequências para uma análise que se pretende científica, acadêmica, mas certamente passa despercebida para a maioria das pessoas comuns, que se referem a todos eles, indistintamente, como “alemães”, atribuindo-lhes, eventualmente, qualidades e/ou defeitos comuns. Há casos em que só um estudioso muito especializado chega a ter consciência das diferenças entre duas ou mais comunidades ou regiões. Pode-se imaginar que duas localidades constituídas de “alemães no Brasil” sejam absolutamente iguais a partir de uma série de indicadores físicos, de indicadores econômicos, sociais, de indicadores políticos, culturais, e só um linguista treinado consegue notar uma distinção entre as formas de falar.

Essa é a questão que me preocupa. Em que medida faz sentido falar de um objeto histórico chamado “teuto-russos” no Brasil? Certamente, algumas autoridades brasileiras do tempo em que migraram para cá pensavam e falavam em trazer “alemães” para o país, e, da mesma forma, a opinião pública brasileira, até hoje, se refere a eles como tais, ignorando a especificidade de serem adjetivados de “teuto-russos”. Inversamente, há referências de autoridades e do senso comum que os classificam como “russos”. Assim, existem até livros com estudos bastante específicos sobre “alemães” em certos estados que não fazem referência a “teuto-russos”, ainda que eles se tenham estabelecido ali. Um exemplo é um livro de Werner Aulich, do início da década de 1950, chamado *Alemães no Paraná*, que possui um subtítulo que justamente sugere a busca por peculiaridades, e que é o seguinte: “Ensaio histórico e *caracterológico*”. Mas os únicos “alemães” com alguma especificidade ali referidos com certo vagar são os suábios do Danúbio e os menonitas.¹

Os suábios do Danúbio são descendentes de alemães que haviam feito parte de uma política de colonização da monarquia austroúngara, cujas áreas de assentamento passaram a pertencer à Hungria, à Romênia e à Iugoslávia, depois da Primeira Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial, essas populações sofreram forte repressão política e cultural, transformando-se, depois dessa guerra, em refugiados – e uma parte deles veio parar em Entre Rios, Guarapuava, no Paraná. Esse era um episódio recente, na época da publicação do livro – e talvez por isso tenha sido recordado. Os menonitas, por sua vez, podem ter chamado a atenção do autor por razões religiosas, mas, especialmente, por razões

¹ AULICH, Werner. *O Paraná e os alemães: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos*. Curitiba: Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953, p. 44-48.

econômicas. Ele escreveu: “... todas essas unidades pequenas já podem ser consideradas empresas lavradias, mormente em vista de sua estruturação econômica, baseada numa cooperação modelar. De resto, os menonitas de há muito vem aplicando a chamada ‘agricultura inglesa’ – limitação e eliminação da terra inculta, emprego de adubos, estabulação, isto é, uma agricultura de tipo racional”.² Como se vê, a aparente razão central para uma referência a eles é um fator econômico – e não fatores etnicoculturais ou mesmo religiosos.

A constatação nos permite dizer que, ao menos nesse livro, o autor não se preocupou em apresentar e analisar uma entidade chamada “teuto-russos”. E isso justifica a preocupação com sua existência, com a validade de se perguntar se eles existem e se representam algum diferencial que merecesse ser evidenciado, analisado? Será que esse qualificativo traz alguma contribuição para os estudos que tentam avaliar a importância de “alemães” e/ou dos próprios “russos” no Brasil?

Se respondo afirmativamente a essa indagação, isso se deve ao fato de que parto do pressuposto de que, de fato, existem algumas especificidades que caracterizam populações originárias de uma imigração “teuto-russa”, que podem e devem ser destacadas. Quero antecipá-las, para depois apresentar alguns escassos detalhes. Destaco, no mínimo, três aspectos que merecem atenção: 1º) vivências em país diferente daquele de origem, antes de chegar ao Brasil, isto é, migrantes que fizeram uma migração anterior àquela de chegada ao Brasil; 2º) certa peculiaridade no próprio tipo de pessoas que saiu da Alemanha para a Rússia, significando que a migração para aquele país incluiu contingentes com alguma peculiaridade – vou destacar, em especial, peculiaridades religiosas; 3º) diferentes levas vindas para o Brasil tiveram diferentes motivações para migrar para cá, as quais os distinguem dos “alemães” em geral, mas também os distinguem entre si; aqui se trata de mostrar que a motivação de sair da Alemanha para a Rússia pode ter sido uma, mas a saída da Rússia para o Brasil pode ter sido bem outra, dependendo da época dessa migração, diferenciando esses imigrantes pela cronologia.

Definidas essas preliminares, comecemos com algumas poucas informações sobre o deslocamento de alemães da Alemanha para a Rússia. Durante o reinado de Catarina II, na Rússia, que se estendeu de 1762 a 1796, foram tomadas medidas para atrair imigrantes

² AULICH, op. cit., p. 47.

alemães. A imperatriz prometeu que eles ficariam isentos de impostos por 10 anos, do serviço militar para sempre, incluindo seus descendentes, gozariam de liberdade religiosa, de autonomia cultural, de liberdade de locomoção, de facilidades para a aquisição de terras. Em períodos posteriores, ocorreram outras ondas migratórias e também remigrações dentro da própria Rússia, dando origem a várias regiões de colonização alemã. Mas não há dúvida de que duas delas possuem um significado especial para a migração “teuto-russa” ao Brasil, a dos assim chamados “alemães do Volga” e a dos “alemães da Volínia”. O primeiro grupo estabeleceu-se numa Rússia mais profunda, numa região que ainda estava em processo de integração no império russo, não muito distante das fronteiras do sul com o mundo asiático, tendo sofrido, por isso, com os desafios resultantes da fragilidade do Estado russo, na região, e da presença de grupos nômades, que, muitas vezes, faziam incursões aos seus povoados.

As promessas feitas aos imigrantes de isenção do serviço militar enquanto “alemães”, mesmo para as gerações nascidas em território russo, a garantia de liberdade e de autonomia cultural e religiosa, mais essas frequentes hostilidades vindas dos citados grupos das vizinhanças fizeram com que a unidade e a identidade dessa população se mantivessem por muitos anos, até a primeira crise, cerca de 110 anos após o estabelecimento inicial – isto é, no intervalo entre as décadas de 1760 e 1870. A consequência foi a consolidação de colônias homogêneas, tanto do ponto de vista étnico quanto também do ponto de vista religioso.

A liberdade religiosa prometida e garantida pelo governo russo, mais a possibilidade de autogoverno trouxeram consigo justamente uma complexificação maior dessa população do que aquela que existia dentro da própria Alemanha. Dessa forma, grupos religiosos minoritários, cujo espaço de manobra dentro de uma Alemanha dividida em duas grandes confissões reconhecidas e prestigiadas pelo poder estatal era limitado, foram atraídos para a região. Nesse sentido, a tradicional dicotomia religiosa alemã entre católicos e protestantes “tradicionais”, representados por luteranos e calvinistas, foi ampliada, na Rússia, com a presença de outras confissões, como a dos menonitas. A promessa de liberdade cultural e religiosa atraiu e favoreceu em especial este último grupo, os menonitas, tendo em vista que sua doutrina e prática religiosa se caracteriza por certa tendência em evidenciar seu caráter

peculiar, sua preferência por comunidades rurais separadas e, ainda, uma relativa impermeabilidade à convivência com um mundo exterior mais secularizado.

Mas os menonitas não foram o único grupo religioso não-pertencente às grandes igrejas institucionalizadas. Ali também se estabeleceram batistas e outros grupos aparentados. Isso significava que comunidades religiosas que na própria Alemanha viviam em certo desconforto – quando não sob pressão, e, em épocas mais remotas, até haviam sido perseguidas – conseguiram estabelecer-se e viver suas peculiaridades em relativa liberdade, firmando sua identidade. Na comparação com o Brasil, um país no qual, desde sua constituição como país independente, vigora uma ideologia de integração e assimilação de imigrantes, a tolerância russa para com a manutenção das peculiaridades étnicas e religiosas foi tão marcante que ainda em 1924, portanto mesmo depois da instalação do regime soviético, foi constituída a República Soviética Autônoma Socialista dos Alemães do Volga, cujo idioma oficial era o alemão. A população dessa região, como um todo, era, então, composta de cerca de dois terços de “alemães”.

A configuração de colônias homogêneas também foi fortalecida pelo fato de que na Rússia vigorou, até o início da década de 1860, a servidão. Isso fez com que os “alemães” constituíssem um grupo socioeconomicamente diferenciado da massa da população russa, pois receberam terras, favorecendo sua diferenciação em relação à elite autóctone, mas, sobretudo, em relação aos russos em geral. Ainda que, obviamente, houvesse relatos de pobreza e de miséria entre os “alemães”, não há dúvida de que, como grupo, apresentassem um grau de desenvolvimento tecnológico relativamente mais elevado. Poderia dizer-se que constituíam uma “elite modernizante”.

A segunda região de uma densidade populacional de origem alemã relativamente grande na Rússia foi a Volínia, localizada mais ao norte, em território que pertence atualmente à Ucrânia. Ainda que, evidentemente, haja muitas semelhanças entre a colonização com alemães nas margens do Volga e esta última região, existem também algumas pequenas diferenças, que não podem ser ignoradas. Há, inicialmente, registros da presença de alemães menonitas, desde o começo do século XIX, e, no decorrer dos decênios seguintes, também outros alemães foram migrando para a região. Mas foi, sobretudo, a partir da década de 1860 que a migração para lá assumiu um caráter mais intenso. Isso se deveu a alguma instabilidade na Polônia, onde também se localizava uma

população de origem alemã, parte da qual migrou para a Rússia, e ao fato de que, neste momento, ocorreu o final da servidão neste último país. Esta medida abalou a estrutura socioeconômica local, com os latifundiários russos entrando em crise. Uma das consequências foi a disponibilização para a venda ou então para o arrendamento de terras aos colonizadores alemães. O próprio governo russo apoiou a vinda de imigrantes. Com isso, houve uma expansão sensível de “colônias alemãs” na região. Alguns números ilustram o aumento da população alemã na região – de cerca de 6.000, em 1863, aumentaram para 28.000, em 1871, para 102.000, em 1889, 124.000, em 1904, atingindo 200.000, em 1914.³

Numa situação talvez comparável à brasileira em suas regiões mais típicas de imigração e colonização com imigrantes centro-europeus, primeiro nos estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e, depois, com as migrações para outros estados, com a manutenção de uma estrutura de propriedade semelhante, essa população foi responsável pelo surgimento de uma nova camada social intermediária entre a população local. “As condições sociais nas colônias eram excepcionalmente boas, não existia classe superior nem proletariado, os jovens de colônias de arrendamento mais pobres iam trabalhar naquelas em que havia proprietários, conseguiam poupar algum dinheiro, e, com alguma frequência, conseguiam ser proprietários também”.⁴ Com isso, a população de origem alemã da região podia ser classificada como predominantemente pertencente a uma classe média rural relativamente bem situada.

Mesmo que não se pudesse falar, em absoluto, de uma “assimilação” dos “alemães” na Volínia, e mesmo que aqui quase todos fossem protestantes, em meio a uma população não-protestante, essas colônias se distinguiram significativamente das do Volga justamente naquilo que tange à inserção entre as populações envolvidas, pois os contatos foram, aqui, bem mais intensos e diversificados que lá. Os próprios grupos que constituíam a população envolvente eram bastante ecumênicos, pois provindos de origens e influências muito diversificadas. A região localizava-se nos limites da Polônia, e muitos dos “alemães” tinham vivido na própria. A região registrava, ainda, um número considerável de judeus,

³ Emma Evgrafova (Klepps). Die Wolhyniendeutschen. Disponível em http://www.kulturbruecke.kspu.ru/die_wolhyniendeutschen.htm A autora cita como fonte de seu texto: Friedrich Rink. *Heimatsbuch*, 1959. Stuttgart.

⁴ Ibid.

sendo, portanto, uma zona de confluência de povos e de culturas muito diferentes, mas de tradição secular. E é dentro desse caldo que se constituiu a mentalidade dessa gente. Assim, só para dar um exemplo dos efeitos dessa inserção numa realidade ecumênica, uma autora escreveu que “havia, na Volínia, muitos alemães que não só dominavam sua língua materna (alemão clássico ou dialeto), mas também, de forma perfeita, todas as cinco línguas regionais”.⁵ Nesse sentido, o autor destas linhas sempre brincou com suas filhas cobrando delas bom conhecimento de, no mínimo, quatro línguas, já que duas bisavós das moças, analfabetas, imigradas da Volínia, dominavam, de forma perfeita, três línguas: alemão, polonês e russo.

Além dessas duas regiões de colonização alemã mais densa, há, naturalmente, registros sobre “alemães” espalhados por várias outras áreas, dentro do império russo, incluindo as profundezas da Sibéria. Mas naquilo que tange ao nosso interesse, que é o da vinda de “teuto-russos” para o Brasil, essas duas são as mais significativas.

A partir da década de 1870, dois fatores se conjugaram para desencadear uma migração de “teuto-russos” para o Brasil. Um foi o próprio crescimento populacional, com a necessidade de buscar novas áreas de colonização. E essas áreas, muitas vezes, não foram buscadas dentro do império russo pelo fato de que a antiga hospitalidade russa para com os alemães e seus descendentes se modificou por essa época. Concretamente, na Rússia começaram a ganhar força tendências que pleiteavam uma “russificação” geral da população, com restrições à liberdade cultural nas escolas, mas, sobretudo, com o cancelamento do privilégio secular de isenção do serviço militar. Este último aspecto significou um incômodo para todos os “alemães”, mas era fatal para os menonitas, que, tanto na doutrina quanto na prática, se negavam ao serviço militar.

Esses dois fatores explicam por que a partir de meados da década de 1870 se registrasse uma imigração de “teuto-russos” do Volga para o Paraná. Um livro clássico sobre essa imigração/colonização, editado por ocasião de seu cinquentenário, em 1927, informa que um dos atrativos para a vinda ao Brasil teria sido o fato de se tratar de um país católico, motivo pelo qual parte significativa desses imigrantes era composta de católicos, mas protestantes de diversas confissões os seguiram. Além disso, o projeto contou com o apoio pessoal de D. Pedro II, o qual, algum tempo depois, demonstrou seu interesse pelo

⁵ Ibid.

empreendimento visitando-o pessoalmente e estabelecendo contato com os moradores.⁶ Eles foram espalhados em Moema, Taquary, Dona Gestrudes, Pellado, Guarauna, Botuquara, Tavares Bastos, perto de Ponta Grossa, Papagaios-Novos, Quero-Quero, Lago e Pugas, perto de Palmeira, e em Mariental e Johannisdorf, perto de Lapa, em colônias confessionais.⁷

Os dois pastores que escreveram o citado livro registram algumas supostas peculiaridades que, aparentemente, os incomodavam. Assim, informaram que entre os “teuto-russos” exercia muito poder “o conselho de homens idosos” (*der Rat der alten Männer*). Sobre ele, disseram: “O costume à subordinação às decisões desses ‘pais’ se apossou de tal forma do coração e das mentes dos colonos que até a autoridade do cura de almas, do professor, e mesmo das autoridades se curva diante delas”. Essa suposta peculiaridade, porém, só deve ter chamado a atenção dos clérigos porque eles não estavam familiarizados com a vida camponesa, de qualquer origem étnica. Mais adiante, lê-se que “em meio ao seu contexto lusobrasileiro, as colônias de alemães do Volga no Paraná constituem um pequeno mundo alemão em particular. Acostumados, desde a Rússia, a não se meter em negócios da política, e de delegar a arte da administração estatal aos governantes, eles desconhecem debates políticos e sistemas partidários. Muito raramente um alemão do Volga se ocupa com política. As conversas giram, quase sempre, em torno de igreja, escola, comunidade, família, lembranças, agricultura, gado, e também em torno de cerveja e vinho”.⁸

Essas palavras sugerem duas observações. A primeira é a de que qualquer história tradicional sobre a imigração *alemã* em geral, no Brasil, reproduz essa mesma visão – contra a qual estou escrevendo há mais de 30 anos, mas que continua viva em muitas cabeças. Ou seja, sob este aspecto, os “teuto-russos” não se distinguiriam dos demais “teuto-brasileiros”. A segunda observação diz respeito ao fato de que não há registros de uma memória negativa, traumática, sobre o passado na Rússia nem um endeusamento da

⁶ BREPOHL, Friedrich Wilh.; e FUGMANN, Wilhelm. *Die Wolgadeutschen im brasilianischen Staate Paraná*. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags-Aktiengesellschaft, 1927, p. 17 e segs.

⁷ Disponível em

http://www.ieclbhistoria.org.br/home/index.php?option=com_content&task=view&id=2172&Itemid=40 (acessado em 8 de setembro de 2009).

⁸ BREPOHL e FUGMANN, op. cit., p. 85 e 90, respectivamente. Algumas informações adicionais sobre a imigração de “alemães do Volga”, sobretudo católicos, para o Paraná, podem ser conferidas em MÜLLER, Estevão. *De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR): memórias da emigração dos alemães do Volga, 1878-2008*. Curitiba: Editora Champagnat, 2008.

nova vida no Brasil. Pelo contrário, muitos ficaram decepcionados com a realidade que encontraram aqui, e se arrependeram da decisão de terem deixado a Rússia. Nesse sentido, o citado livro de Werner Aulich relata que “quando em 1879 chegou ao Rio de Janeiro o pastor Wilhelm Hasenack, contratado como primeiro pastor para os teuto-russos, o ministério competente nem quis deixar viajar até o Paraná, porque muitos alemães do Volga, depois do fracasso de seus ensaios agrícolas, já estavam em vias de emigrar de novo, mas finalmente um dos funcionários do ministério opinou que, em todo caso, se devia fazer uma tentativa, desde que, talvez, o pastor conseguisse reter os colonos”.⁹

Até aqui, algumas poucas considerações sobre a imigração de e a colonização com “alemães do Volga”...

Um exemplo de imigração com número significativo de “alemães da Volínia” temos na Colônia Guarani, fundada em 1891, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.¹⁰ Concebida e promovida pelos republicanos que recém haviam tomado o poder no Rio Grande do Sul, o povoamento foi propositalmente misto, tanto do ponto de vista étnico quanto religioso. Os pesquisadores das fontes que registram o ingresso de pessoas naquele empreendimento colonizador encontraram representantes de, no mínimo, “15 expressões étnicas”, como escreveram ao apresentar a obra que reúne os resultados da pesquisa.¹¹ Somente pesquisas mais consistentes poderiam avaliar a importância dessa experiência multiétnica e multiconfessional para a configuração daquilo que chamei, em outro lugar, de “condutas de vida” do conjunto dessa população.¹² Com a expressão “condutas de vida” refiro-me mais ou menos àquilo que outros pesquisadores classificaram como “mentalidades”. Mas não tenho dúvidas de que essa realidade possui certa importância, pois, como mostrei em um texto publicado em 2003, a região que se desenvolveu a partir do desdobramento e da expansão da antiga Colônia Guarani – cujo centro urbano mais

⁹ AULICH, op. cit., 78.

¹⁰ Deve-se chamar a atenção para o fato de que a Colônia Guarani, localizada em território então pertencente ao município de Santo Ângelo, não é idêntica com o atual município de Guarani das Missões. A colônia original abrangia um território bem mais amplo, incluindo áreas hoje pertencentes a municípios como Senador Salgado Filho, Ubiretama, Santa Rosa, Cândido Godoy. O erro de confundir o atual município de nome semelhante com a antiga colônia foi feito, inclusive, por frei Rovílio Costa e demais editores do livro *Povoadores da Colônia Guarani, 1891-1922* (Porto Alegre: Edições EST, 2004), p. 7.

¹¹ Ibid., p. 5.

¹² GERTZ, René E. Condutas de vida *versus* comportamento frente ao Estado, a partidos e a eleições. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin; e CARVALHO, Enildo de M. (orgs.). *Explorando possibilidades: experiências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 46-67.

expressivo é Santa Rosa – constitui, hoje em dia, a mais ecumênica do estado do Rio Grande do Sul, com a presença mais diversificada de grupos étnicos e religiosos. Nessa região, as estatísticas eleitorais, por exemplo, registram uma clara configuração política ecumênica, uma distribuição muito uniforme do espectro político, sem radicalismos ou tendências unilaterais – como penso ter mostrado no citado texto.¹³

Duas características parecem ser marcantes para esse grupo, em confronto tanto com os “alemães do Volga” quanto em relação aos alemães da Rússia em geral que vieram mais tarde – e aos quais me referirei logo a seguir. Uma primeira, deriva do fato de que quase todos vieram antes da revolução russa de 1917, o que significa que não vieram com a experiência de eventuais perseguições que possam ter vivenciado grupos de “teuto-russos” chegados posteriormente. Ainda que restrições do Estado russo em relação à autonomia cultural, e, sobretudo, a convocação para o serviço militar possam ter constituído razões para migrar, essas razões não foram as únicas, pois, no mínimo, a pressão demográfica e a perspectiva daqueles que não eram proprietários de se transformarem em tais aqui no Brasil foram motivos tão importantes quanto os primeiros. Além disso, esta última motivação fez com que também russos e poloneses da mesma região se deslocassem para o Brasil. Daí deriva outro aspecto marcante. Esses “teuto-russos” traziam da Rússia a vivência com outras etnias, sobretudo, com russos e poloneses, mas também com judeus, por exemplo.

A segunda característica significativa desse grupo foi sua filiação e também sua inserção religiosa. Na Colônia Guarani, brasileiros de origem portuguesa, poloneses, russos, evidentemente, não eram protestantes, mas os “teuto-russos” o eram em sua quase totalidade. Mesmo que nas suas origens, lá na Volínia, quase todos eles fossem luteranos, “havia batistas entre os alemães que vieram para a Volínia na década de 1860, e como os luteranos não estivessem muito bem organizados, aqueles se expandiram e chegaram a constituir cerca de um quinto da população de origem alemã”.¹⁴ Além disso, entre as citadas quinze etnias que migraram para Guarani, havia também batistas vindos da Suécia, por exemplo, membros da Assembléia de Deus, congregacionais e outros. Isso significa que os “teuto-russos” não foram os “responsáveis” – em especial, os “responsáveis” únicos –

¹³ GERTZ, René E. A Alemanha e os teuto-brasileiros. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; e SOBOTTKA, Emil (orgs.). *Sociologia, pesquisa e cooperação – Achim Schrader: homenagem a um cientista social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 115-128.

¹⁴ ELLINGSON, Irmgard Hein. Volhynian Legacy. Disponível em <http://www.feefhs.org/journal/9/ellingson.pdf> (acessado em 8 de setembro de 2010).

pelo estabelecimento de um grande pluralismo étnico e religioso na colônia. Mas significa que eles se inseriram num contexto que se coadunava com suas vivências plurais anteriores, na Volínia, e assim, no mínimo, deram sua contribuição para a construção de toda uma região plural e ecumênica. Ainda que talvez tenha exagerado um pouco, um “teuto-russo” escreveu o seguinte, numa recente dissertação de mestrado, sobre a importância deles dentro da Colônia Guarani: “O número de imigrantes da Volínia era tão expressivo que ocupava várias linhas, cada qual com vários quilômetros de extensão... Sua influência era tão marcante que outros alemães ou mesmo poloneses, que vieram se estabelecer no meio deles, aderiram a esse dialeto e estilo de vida”.¹⁵

E é aí que reside, no meu entender, a grande importância desse grupo para a história não só da imigração e colonização alemã, mas para a configuração de uma parte não-desprezível da sociedade gaúcha como um todo. A Colônia Guarani sofreu, como todas as “colônias” do Rio Grande do Sul, o processo que o historiador Jean Roche chamou de “enxamagem”, isto é, muitos dos próprios imigrantes deixaram a colônia para estabelecer-se em outros lugares, mas, sobretudo, seus descendentes se espalharam pela região, e mais tarde em especial para o oeste do Paraná, de onde hoje já atingem a fronteira norte do Brasil. Penso, no entanto, que a cidade de Santa Rosa e a região do Grande Santa Rosa foram as mais diretamente influenciadas pela experiência dessa colônia e de seus habitantes. Ainda que seja difícil avaliar a contribuição de cada grupo na construção dessa sociedade, os “teuto-russos”, no mínimo, participaram dela.

Chegamos, com isso, à última parte destas considerações. Quem colocar a palavra “teuto-russos” em qualquer instrumento de busca encontrará um grande número de referências a eles, mas notará que, quase sem exceção, essas referências tratam dos sofrimentos pelos quais passaram para chegar ao Brasil (e a outras partes do mundo), e de como essas adversidades foram revertidas aqui, transformando-os em cidadãos agradecidos e muito preocupados em corresponder a essa hospitalidade, com trabalho e produção material, além da fidelidade ao Estado que os acolheu. Trata-se de algo totalmente diferente daquilo de que se falou até agora – essas manifestações reproduzem a memória daqueles

¹⁵ BUSSE, Valdino. *A práxis pastoral entre imigrantes alemães e seus descendentes na região noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Faculdades EST, 2009 (dissertação de mestrado em Teologia).

“teuto-russos” que vieram após a revolução soviética de 1917. Vou, simplesmente, reproduzir alguns poucos exemplos desse tipo de manifestação.

Numa pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina, com mais de 300 famílias “teuto-russas”, foram registradas manifestações como: “pressionaram o pai porque não era filiado no Partidão [da União Soviética]: ‘teus filhos não trabalham em comunas, e [você?] tem sua propriedade e é gerente da Cooperativa’. Este era o motivo. Daí conversei com a mulher e o pai, e decidimos sair”. Mesmo depois da saída da União Soviética e da chegada ao Brasil, em 1930, a situação foi de miséria. Colocados na Bahia, onde, “não fosse a intervenção do consulado alemão, teriam sido dizimados pelo calor e [pela] malária”, estavam “com os pés cheios de bicho de pé”. Ganharam dinheiro do consulado para uma recuperação de dois meses, no Rio de Janeiro, “depois viemos para cá. Viemos por Porto Alegre”.¹⁶

Mais ou menos na mesma época em que foi realizada essa pesquisa, duas estudantes de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina produziram um vídeo chamado "Sem Deus, sem imperador, nós por nós mesmos – da Rússia ao Brasil: a trajetória dos teuto-russos", no qual entrevistaram pessoas na mesma região do oeste de Santa Catarina. As manifestações foram muito semelhantes às aquelas anteriormente citadas: "O Stálin não respeitava a palavra de Deus e tomava nossa safra". E, a partir dos depoimentos, as autoras do vídeo relatam: “Em 1924, com a morte de Lênin, começou um período de luta feroz pelo poder. O ditador Josef Stálin venceu Leon Trotski, e assumiu o governo russo em 1929. Stálin governou com mãos de ferro para garantir o poder. Proibiu a prática religiosa, e todos foram forçados a ingressar nas comunas, frentes de trabalho em comum. A religião era praticada às escondidas. Havia perseguições e fuzilamentos, e trabalho forçado, nos campos de concentrações. A alternativa para os teuto-russos foi a fuga, ainda em 1929. Cerca de 180 famílias chegaram em 1930 no Brasil, empreendendo viagem a pé, de carroça, e de trem pela Europa até seguir de navio para o Brasil”.¹⁷

A lembrança das vivências posteriores à revolução russa de 1917 é tão marcante que na Paróquia Martin Luther, de Porto Alegre, filiada à Igreja Evangélica de Confissão

¹⁶ WERLANG, Alceu. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no oeste de Santa Catarina – Atuação da Cia. Territorial Sul-Brasil. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, ano 13, n. 11, p. 12-53, 1999. As citações estão nas p. 44 e 45.

¹⁷ Disponível em <http://www1.an.com.br/2001/jan/03/0ane.htm> (acessado em 26 de agosto de 2010). As autoras do vídeo são Débora Tozzo e Leyla Spada.

Luterana no Brasil, se rememorou, no ano 2000, os “70 anos da imigração teuto-russa ao Brasil”. Isso significa que aqui se deu a essa imigração *posterior à revolução* um destaque tal que a história dos 53 anos anteriores, desde a primeira imigração “teuto-russa”, em 1877, para o Paraná, simplesmente ficasse esquecida, para apresentar esta última como a verdadeira (e única?) imigração “teuto-russa”. O pastor Alfredo Gutjahr, ele mesmo considerando-se um “teuto-russo”, disse o seguinte: “Mais e mais a vontade de abandonar a Rússia foi crescendo, e secretamente alastrou-se como uma epidemia entre os descendentes alemães. Sair deste inferno e desta prisão, na qual eles se sentiam inseridos. Emigrar! Sim, emigrar. Um mundo de preocupações, de incertezas, mas também de esperanças encerra-se nesta palavra. Significa despedida da pátria, da terra, da horta e do quintal, do bezerro no curral; da velha macieira que o avô ainda havia plantado. É a separação da família, de parentes e de amigos, para ir ao encontro do desconhecido, colocando em jogo a sua sobrevivência; mais do que isto, colocando em jogo a sua própria existência. Conseguiram sair via Moscou aproximadamente 5.000 pessoas; milhares não conseguiram sair e tiveram que voltar para o lugar de origem. Os pais que resistiam eram presos e levados para os campos de trabalho forçado. Os seus familiares nunca mais tiveram notícia deles. De Moscou para Riga, a capital da Letônia, de lá para Hammerstein, na Alemanha, onde ficaram alojados e receberam documentos alemães”.¹⁸

Na mesma ocasião, outro “teuto-russo”, Bertoldo Hartfelder, fez o seguinte relato: “Por volta de 1930, o meu pai já era falecido, saímos de Saratow, na Rússia, em direção ao leste para a China. Minha mãe, os irmãos dela, um dos quais era casado, estes todos adultos, e nós crianças e adolescentes (uma irmã minha, uma sobrinha, e eu com cinco anos de idade), nos pusemos em marcha. Ao sairmos de lá, deixamos para trás todos os bens que tínhamos, pensando apenas em salvar nossas vidas. A viagem foi feita com diversas dificuldades, foi feita a pé, a cavalo, trenó e trem de carga. Os 2 irmãos mais velhos ficaram para trás trazendo alimentos e agasalhos que seriam necessários durante a viagem. Certo dia, porém, foram pegos no caminho e perderam tudo o que estavam levando, e quase suas vidas também. Chegaram a estar diante de um pelotão de fuzilamento. Mas, graças a Deus, o pior não aconteceu, e eles foram presos. Alguns meses depois, conseguiram fugir do local

¹⁸ Disponível em

http://www.ieclbhistoria.org.br/home/index.php?option=com_content&task=view&id=2172&Itemid=40
(acessado em 26 de agosto de 2010).

onde ficaram retidos trabalhando, e conseguiram juntar-se a nós. Assim chegamos na cidade de Harbin, na China, e lá permanecemos cerca de 3 a 4 anos”.¹⁹

Em igual contexto de rememoração de vivências traumáticas – ainda que poucos anos depois –, foi publicado um livro com o significativo título *Escapando do paraíso vermelho: uma trajetória de milhares de quilômetros da escravidão comunista à liberdade*.²⁰ Esse tipo de relatos sobre as condições traumáticas em que “teuto-russos” se transferiram da União Soviética para o Brasil poderia ser ampliado com muitos outros exemplos, em prosa e verso. É óbvio que é difícil e, inclusive, perigoso, fazer generalizações quando se trata de grupos de seres humanos. Mas não há dúvida de que estes últimos “teuto-russos” se distinguem claramente daqueles vindos da Volínia antes da revolução russa de 1917. Pode-se imaginar que eles se caracterizem por uma mentalidade que, possivelmente, os impulsionou para uma intensa atividade econômica e de organização livre no campo da produção material, mas pode-se imaginar que, por outro lado, apresentem restrições para uma ampla aceitação do pluralismo político.

Tudo isso indica que um estudo da imigração “teuto-russa” para o Brasil deve lidar com, no mínimo, três grupos ou três facetas, ao longo do período que inicia em 1877. Ao menos é isso que sugerem as considerações aqui apresentadas. Para não haver malentendidos, volto a destacar que aqui foram apenas formuladas hipóteses, e não apresentados resultados de pesquisa. É possível que um estudo sistemático para verificar essas hipóteses indique a necessidade de sua reformulação ou até sua refutação integral. Em relação à pergunta formulada no título deste texto (se existem “teuto-russos” no Brasil?), evidentemente, deve-se responder de forma afirmativa. Para estudá-los, porém, é necessário ter clareza sobre quais “teuto-russos” se queira estudar.

¹⁹ Disponível em <http://www.mluther.org.br/imigracao/bertoldo.htm> (acessado em 10 de setembro de 2010).

²⁰ NEUMANN, Erica Margita. *Escapando do paraíso vermelho: uma trajetória de milhares de quilômetros, da escravidão comunista à liberdade*. Porto Alegre: Editora Alternativa Cultural, 2004. Mais informações sobre o mesmo tema podem ser encontradas em várias passagens de MÜLLER, Estevão. *Documentário da imigração alemã nos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Editora Champagnat, 2009. Cf. também as informações disponíveis em

<http://www.mluther.org.br/imigracao/escapando%20do%20paraíso%20vermelho.htm>

e em

http://freepages.genealogy.rootsweb.ancestry.com/~neumannfamily/pt/pt_livro_publicado.htm (acessados em 10 de setembro de 2010).

Polônia, poloneses e o processo migratório no Brasil: mobilidade social e espacial

Wenczenowicz, Thaís Janaina¹

RESUMO: Através do tema Imigração Polonesa no Brasil, com crescente importância na historiografia contemporânea, procura-se definir de forma mais precisa a trajetória deste importante grupo de homens e mulheres que estiveram envolvidos no processo migratório nacional. Esse é um grupo étnico que vem crescendo enquanto objeto de estudos em se referindo à imigração no Brasil e sul do país. Busca-se analisar os processos endógenos e exógenos que envolveram a vinda de milhares de poloneses que tinham como objetivo tornar-se proprietários rurais. Viagem, instalação, relações diplomáticas, povoamento, questões relacionadas ao cotidiano são apresentadas a partir de pesquisa bibliográfica e uso de História Oral Temática.

Palavras-chave: imigração, poloneses e Polônia.

Considerações Iniciais

Tentar apresentar razões explicativas que justificam o deslocamento de milhares de seres de um continente para outro não pressupõe uma resposta imediata e simples. Implicação ainda maior quando se apresenta como autores centrais desta trama os imigrantes poloneses. Com sobrenomes recheados de consoantes, mulheres com lenços na cabeça, hábitos alimentares e traços fisionômicos semelhantes apresentam-se em solo brasileiro, em 1875, os poloneses.

O presente artigo busca analisar fatos da imigração polonesa em nível nacional, estadual e regional, buscando compreender as razões relacionadas ao processo imigratório, as quais foram diversas e profundas. Como se sabe, no século XIX, à semelhança de outros países europeus, a Polônia vivia grave crise econômica, política e social, que obrigou que milhares de indivíduos viajassem para o Novo Mundo. Também neste texto, procura-se contextualizar a presença polonesa no Rio Grande do Sul e o processo de ocupação e povoamento nas Colônias Novas e Velhas, bem como a instalação e organicidade nesses espaços de vivência coletiva. Por fim, descrevem-se o cultivo da terra, a colheita e a produção agrícola nos núcleos coloniais poloneses. O texto divide-se em 4 partes: Polônia:

¹ Doutora em História PUCRS. Docente e pesquisadora UNOESC.

produção econômica e a terra, A presença polonesa no Rio Grande do Sul, Colonização e Povoamento e Instalação no lote colonial.

1.1 Polônia: produção econômica e a terra

As razões da emigração polonesa foram diversas e profundas. No século XIX, à semelhança de outros países europeus, a Polônia vivia grave crise econômica, política e social, que obrigou a que milhares de indivíduos viajassem para o Novo Mundo. Entretanto, nos séculos XVI e XVII, a Polônia apresentava-se como uma nação poderosa, organizada politicamente e de considerável desenvolvimento econômico.

O cenário econômico positivo polonês devia-se à exportação de alcatrão, cereais, madeira e serragem para a Europa Ocidental, particularmente para os Países Baixos, Inglaterra e norte da Alemanha, fato este que aumentou a renda da nobreza, como também das cidades.

Na esfera política, esse foi um período de vigor e de ausência de ameaças externas. As poucas guerras ocorriam apenas na fronteira norte da Polônia e na Lituânia. Porém, observava-se o crescente interesse da Prússia e da Rússia frente à nação polonesa. A correlação de forças não era favorável à Polônia

O crescimento da nação polonesa despertou a atenção de seus vizinhos: Áustria, Prússia e Rússia, que desencadearam uma série de invasões, fragmentando a organização política e estabilidade econômica. Tal fato levou muitos poloneses a abandonarem o país em busca de vida digna e livre.

A Polônia dos séculos XVII e XVIII apresentava características antagônicas às dos seus grandes vizinhos: Prússia e Rússia. Enquanto esses países centralizavam o poder, a nação polonesa conhecia o enfraquecimento do poder central. O exército polonês constituía-se, sobretudo, de milícias camponesas mantidas e controladas pela nobreza, as quais eram utilizadas pelo governo central em guerras defensivas. (WACHOVICZ, 1974, p. 83).

A situação geral era propícia à mudança. Entretanto, a nobreza não permitia a diminuição de seu poder, anulando as tentativas de mudança na Dieta (Câmara). A Dieta – *Sejm* – era regida por leis anacrônicas que encaminharam o país à desorganização política.

O *liberum veto* era apresentado como defesa das liberdades das minorias. Ele dava direito a cada deputado do *Sejm* de anular uma decisão parlamentar. Geralmente, o veto era exercido em benefício da nobreza. Nas votações referentes às cobranças de impostos, o veto impedia que a tributação se estendesse aos nobres. O poder de veto impossibilitava o Parlamento polonês de legislar baseado no poder de maioria. Qualquer grupo anulava os trabalhos parlamentares, por mais importante que fosse a decisão. (POLSKA AGENCJA INFORMACYNA, 1991, p. 4).

Dentre as principais razões do movimento migratório, pode-se citar o excesso de mão-de-obra nas aldeias e vilas, o elevado crescimento demográfico, a falta de terras para as novas gerações, a ausência de legislação agrária, o êxodo rural para os centros industriais devido à mecanização rural, perseguições políticas e religiosas. Sem dúvida, a grande razão da imigração foi a possibilidade de imigrar para uma nação onde fosse possível tornar-se proprietário de terra.

Acresce-se também a ação dos propagandistas e recrutadores de imigrantes que foram conhecidos como “agentes recrutadores”. Estes espalharam-se pelas diversas regiões da Polônia, com a finalidade de entusiasmarem a população a emigrar. Espalharam-se artigos, livretos, brochuras e comunicados sobre as excepcionais condições oferecidas pelo Brasil.

Na Polônia, como assinalado, tais agentes encontraram campo propício de trabalho, devido aos inúmeros problemas econômicos, políticos - três partilhas territoriais -, e sociais em que vivia a população polonesa da época. O reino da Polônia e a Galícia foram as regiões que mais sentiram o efeito da atuação dos agentes recrutadores. (URBAN, 2004, p. 24)

Na Polônia era quase inviável tornar-se proprietário de terra. Nos séculos XVIII e XIX, o poder político e econômico estava nas mãos da nobreza. A pequena e média burguesia progredia com dificuldade, enquanto a alta burguesia, ligada à alta nobreza, acelerava o passo, sem questionar a estrutura vigente. “O camponês polonês, tanto sob o domínio prussiano como sob os outros domínios, vivia num sistema social altamente hierarquizado. Numa aldeia as classes sociais eram nítidas e sua mobilidade muito hierarquizada.” (WACHOVICZ, 1974, p. 86). Obrigado a arrendar a terra, o camponês cedia grande parte do seu trabalho como renda.

Nesse contexto que bloqueava a ascensão social desde os segmentos subalternos, o camponês era visto e tido como simples força braçal, geradora de trabalho. Seu alheamento a quase tudo que se encontrava situado fora de sua aldeia e arredores – *okolica*, apoiado pela aristocracia e pelo clero, dificultava-lhe a luta pela imposição da divisão da terra e de leis agrárias.

“Vivendo pois, numa comunidade semi-feudal, possuía oportunidades de pertencer a poucas instituições sociais. A comuna e a paróquia eram o seu mundo. Sua participação na primeira era muito limitada. Medidas restritivas do governo faziam com que sua participação na administração comunal fosse a de espectador passivo. (WACHOVICZ, 1974: 86).

Também o pequeno proprietário via-se em grande dificuldade. “Na área econômica, a situação dos poloneses tornara-se ainda mais cruciante. Os impostos prediais e territoriais eram tão pesados que os proprietários não tinham com o que pagar e, para não caírem na prisão, eram forçados a vender suas reduzidas propriedades.” (STAWINSKI, 1976: 15). Durante dezenas de anos, a economia polonesa alicerçou-se na agricultura, com destaque para alguns produtos básicos, como a batata, o centeio e o trigo. A Posmânia e a Pomerânia Ocidental eram bons exemplos: tratava-se de regiões essencialmente agrícolas, com um número incipiente de indústrias.

O caráter agrário da Polônia e a carência de terra explicam o fato de a imensa maioria dos poloneses que partiram para o Brasil ser camponesa. “O camponês, ávido por terra, da qual tirava seu sustento, vem procurá-la onde ela existe em abundância, na América. Esta é a grande aspiração dos que preferem o Brasil como seu novo habitat. Noventa por cento dos que vieram para este país são agricultores.” (WACHOVICZ, 1974: 27).

Dois grandes períodos caracterizaram os movimentos migratórios poloneses para o Brasil entre os anos de 1890 e da I Guerra Mundial, nomeados pela historiografia de “febre brasileira”. O primeiro abrange de 1890 até 1897, quando o governo brasileiro proporcionou transporte gratuito aos imigrantes, através de contratos com companhias de navegação; o segundo iniciou-se em 1906.

As primeiras levas de poloneses dirigiram-se para o Paraná e o Rio Grande do Sul. São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo também receberam poloneses, que se espalharam pelos centros urbanos e pelas fazendas de café. De 1897 a 1906, caiu bruscamente o

número de imigrantes poloneses; chegavam apenas imigrantes isolados, geralmente atraídos por amigos e parentes residentes no Brasil.

Assinala-se que o segundo período inicia-se por volta de 1906, quando o Brasil, necessitando de mão-de-obra barata e numerosa para a construção de estradas-de-ferro, notadamente São Paulo – Rio Grande do Sul, volta à sua antiga política de proporcionar passagem gratuita a quem desejasse imigrar.

É possível apontar na história da imigração polonesa uma periodização mais detalhada das etapas do processo migratório. Esta divide-se em sete períodos: “1) até 1869 – início da emigração em massa; 2) 1869/90 – primeira fase da emigração em massa; 3) 1890/1914 – etapa da febre brasileira; 4) 1914/1918/20: queda da emigração originada pela I Guerra Mundial e os acontecimentos nacionais; 5) 1918/1939: emigração dirigida, relacionada com ações do Estado polonês; 6) 1939/1945: etapa dos refugiados de guerra; 7) 1945: etapa contemporânea.” (SMOLA, 1996: 23).

Em seu estudo pioneiro sobre os poloneses no Rio Grande do Sul, Edmundo Gardolinski apresenta um total de 27 mil imigrantes vindos para o Estado do Rio Grande do Sul, originando as colônias até então desocupadas, descritas na tabela abaixo:

Tabela 1 – Famílias de imigrantes poloneses vindos ao Rio Grande do Sul

Colônias	N.º de famílias
Alfredo Chaves	10
Nova Virgínia	100
Nova Bassano	180
Monte Vêneto	30
Nova Roma	60
Capoeiras	100
Antônio Prado	200
São Marcos	600
Santo Antônio da Patrulha	200
Total	1.480

Fonte: GARDOLONSKI, Edmundo. *Imigração e colonização polonesa*. Porto Alegre: Regional, 1958. p. 12.

1.2 A presença polonesa no Rio Grande do Sul

Em sua maioria, os emigrantes da Polônia eram camponeses pobres, que não tinham bens imóveis na terra de origem. Em geral, possuíam pouca ou nenhuma escolaridade: “Nem todos os imigrantes sabiam ler e escrever, pois alguns recorriam a amigos, para que em seu nome escrevessem cartas. Por sua vez, os que escreviam mostram que tinham, apenas instrução primária.” (STAWINSKI, 1976: 79).

Oriundos da região ocupada pela Prússia, os primeiros imigrantes poloneses teriam chegado ao Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Estes se estabeleceram na margem esquerda do rio das Antas, na Colônia Santa Tereza, que se limitava, ao norte, com a Oitava Seção da Colônia Alfredo Chaves e, ao sul, com a região de colonização alemã.

Os poloneses provenientes da região sob o domínio russo somente começaram a chegar ao Rio Grande do Sul no final de 1889. Em sua maioria eram oriundos de Varsóvia, Kalisz, Plock e arredores. A viagem inicial rumo ao porto de Bremen era feita de trem, via Berlim. Entretanto, sabe-se que os poloneses partiram de várias regiões da Europa Ocidental, quando nestes estivessem instaladas as Empresas de Transporte e o país possuísse um porto.

A travessia do oceano, de Bremen ou Hamburgo até o Rio de Janeiro ou São Paulo, não era feita em menos de 18 dias. Durante a permanência nos barracões dos imigrantes, geralmente em Ilha das Flores, as famílias aguardavam a definição da região em que iriam se estabelecer. Em geral, após uma semana de descanso, a viagem prosseguia em direção aos seus destinos.

A travessia era feita sobretudo em navios de porte, a vapor ou mistos, visto que, a partir de 1840, as embarcações movidas à vela foram substituídas por navios de casco metálico, impulsionados com motores movidos a carvão. Cada navio transportava, em média, setecentas a oitocentas pessoas. Houve embarcações que excederam esse número.

“Os navios eram de madeira com rodas laterais além de ter mastros e velas para o uso durante bom tempo em alto mar e, a velocidade que podia chegar a 1.500 ‘cavalomotor’, era de 9 pés marítimos.” (STOLZ, 1997: 33).Dentre as empresas transportadoras de poloneses estava a Bendazewski & Serra Azul e F. Missler Bremen.

No princípio da imigração polonesa, as passagens marítimas eram por conta dos próprios imigrantes. Após a proclamação da República, o governo brasileiro comprometeu-

se a custear as despesas de viagem desde o embarque nos portos europeus até o desembarque em Ilha das Flores, na baía de Guanabara. A partir de 1890, um grande número de poloneses partiu para o Brasil, para ocupar terras devolutas no Sul.

Durante o percurso os imigrantes se organizavam a partir da quantidade de viajantes, espaço disponível e normas cotidianas apresentadas à coletividade por parte da empresa contratadora responsável pela travessia. Dentre os espaços de memória mais observados em poloneses os mais salientados referem-se à alimentação servida a bordo durante a travessia e à superlotação dos navios.

A alimentação, durante a travessia, era abundante e, em geral, mais farta e rica do que a conhecida na Polônia pelos camponeses. “Durante a viagem alimentou-nos a carne de dois bois.” (STOLZ, 1997: 33). Os animais eram abatidos, segundo as necessidades, no decorrer da viagem. A carne servida aos passageiros não era comida habitual das populações camponesas da Polônia.

Em caso de enfermidade, os imigrantes permaneciam por um maior período no espaço do desembarque. Designava-se atenção e havia cuidado para que doentes e enfermos não rumassem para as colônias, evitando, assim, o contágio com os demais e contribuindo para a disseminação de moléstias e epidemias, tão comuns em cenário europeu.

Em decreto n.º 247 de 19 de agosto de 1899, estabelecia-se no capítulo II, a recepção e o estabelecimento de imigrantes de tal forma:

Art. 10 – A todo estrangeiro, seja qual for sua nacionalidade, vindo espontaneamente para o Estado e que queira dedicar-se à agricultura e constituir-se pequeno proprietário rural, dará o Estado transporte desde a cidade de Rio Grande até o lugar do destino;

Art. 11 – Na capital se proporcionará, por prazo que não exceda a dez dias, hospedagem aos imigrantes que se destinarem à agricultura;

Art. 12 – Na sede dos núcleos para que forem transportados terão hospedagem e alimentação por espaço de oito dias, que não poderá ser excedido, salvo a enfermidade ou motivo de força maior;

Art. 13 – Todo estrangeiro, agricultor, que tenha vindo à sua custa até a Capital, apresentando-se à repartição competente dentro de seis meses após a sua chegada e

exibindo passaporte e documento comprovatório de bons antecedentes, poderá ser transportado para os núcleos por conta do Estado;

Art. 14 – À chegada nos núcleos o imigrante escolherá um dentre os lotes medidos e que estiverem em disponibilidade;

Art. 15 – Dentro de oito dias será transportado para a secção ou linha em que esteja situado o lote escolhido e neste imediatamente localizado;

Art. 16 - Na ocasião do estabelecimento receberá o imigrante ferramenta de trabalho (enxada, pá, alvião, machado, facão, martelo e pregos) até a quantia de 30\$000 réis, que lhe será debitada;

Art. 17 – No primeiro semestre de seu estabelecimento terá o imigrante, chefe de família, ou por ele um filho maior, trabalho, em caminhos vicinais, percebendo 500 réis por metro corrente;

- Único. Este artigo não excederá de 125\$000 réis para cada família, ficando o colono obrigado a conservar em bom estado o caminho vicinal ou geral na frente do lote e os marcos divisórios.

Art. 18 – No caso de moléstia e absoluta falta de recursos terá o imigrante no primeiro ano de seu estabelecimento auxílio para dieta e compra de medicamentos e outros socorros necessários e que lhe possam ser prestados. (IOTTI, 2001: 737-738).

O traslado, relações diplomáticas, distribuição de terra e outras questões relacionadas ao fluxo migratório eram registrados e homologados em forma de lei, segundo decretos e incisos, de conformidade com o governo federal. No aspecto traslado e meios de hospedagem salienta-se a preocupação quanto à saúde e acomodações dos imigrantes. O decreto n.º 9.081, de 3 de novembro de 1911, que dá novo regulamento ao serviço de povoamento, composto de 277 artigos, condensa todas as medidas necessárias à colonização e à imigração, sendo esta promovida pela União diretamente ou mediante acordo com os governos estaduais, empresas de navegação, companhias ou associações particulares.

A permanência dos imigrantes nas hospedarias durava o período necessário para que se efetuasse o despacho aduaneiro das bagagens, desinfecção, quando for conveniente e a indicação ou escolha do destino ou espera de condução para a colônia designada. Ressalta-se que o processo de alojamento nas hospedarias não poderia exceder o prazo de oito dias

e, em caso extraordinário ou de força maior, a decisão recaía para a Diretoria de Serviço de Povoamento.

Em caso de doença, os imigrantes recém-chegados obtinham tratamento médico, medicamento e dieta, sendo recolhidos à enfermaria da hospedaria quando necessário, tratando-se de enfermidades passageiras; e podendo ser removido para ambulatórios e hospitais mais próximos quando a hospedaria não tivesse meios de oferecer o devido tratamento. Em caso de moléstias contagiosas ou infecciosas, ou quando necessário tratamento melhorado, a preocupação era maior e se fazia imediatamente a isolamento dos enfermos.

Geralmente enquanto os imigrantes permaneciam nas hospedarias, estes ficavam subordinados às medidas de ordem, higiene e disciplina, aos órgãos públicos competentes. Consta-se que a maior rigidez no cumprimento das normas que vigoravam em prol da moralidade, condições sanitárias e segurança do estabelecimento ficou registrada na hospedaria do Rio de Janeiro – denominada de Hospedaria Ilha das Flores.

Também nesta hospedaria os imigrantes poloneses puderam usufruir da prestação de serviço de 3 médicos encarregados do serviço médico-cirúrgico, 1 médico especialista de moléstia dos olhos, 1 farmacêutico, 1 prático de farmácia e o serviço de uma ou mais parteiras, de acordo com as necessidades correntes nos barracões espalhados na Ilha das Flores. (IOTTI, 2001: 564).

1.3 Colonização e Povoamento

Vários problemas surgiram no início das atividades de assentamentos coloniais de imigrantes poloneses. Dentre os mais citados estão a viagem realizada dos grandes centros até os lotes coloniais devido à dificuldade que apresentavam os meios de transportes frente à condição geográfica. O imigrante polonês procedia de uma realidade diferenciada do meio rural e urbano. Em geral, vivia em seu *habitat rural* relativamente *urbanizado*, inserido no contexto europeu. Ao emigrar para o Rio Grande do Sul, antes da I Guerra Mundial, estradas, ferrovias e meios de transporte variados já eram comuns em diversas regiões da Polônia.

A viagem rumo à nova propriedade iniciava com o carregamento das malas nas mulas ou nas costas. Reservavam-se cavalos mansos para as mulheres e as crianças mais novas.

Geralmente, os homens e os filhos seguiam a pé ou revezavam-se na maioria dos animais. Os imigrantes seguiam a viagem em fila indiana; à frente, ia o responsável pelo grupo, acompanhado de funcionário da empresa colonizadora. Parava-se para almoçar e para o descanso de homens e animais. As regiões designadas aos poloneses, como assinalado, raramente havia estradas como as conhecidas em solo polonês, sendo o caminho realizado por picadas abertas na mata. Não raro, precisava-se abrir o caminho com auxílio do facão e expressivo esforço físico.

Outro apontamento refere-se à acomodação dos imigrantes nas hospedarias e barracões, enquanto não fossem destinados a seus lotes. Era difícil acomodar número tão grande de pessoas, com costumes e dialetos diferentes, em pouco espaço. A título de exemplo, podem-se citar as Colônias de Ijuí e Boa Vista do Erechim, onde os imigrantes ficavam dispostos em um barracão, esperando a designação dos lotes, nem sempre considerando suas diferenças linguísticas e condições físicas - quente e mal ventilados -. Alemães, italianos, judeus e poloneses dividiam o mesmo espaço.

No momento da instalação no lote colonial, a edificação da residência estava entre as mais importantes para início do empreendimento. Em geral, foi o colono que edificou sua casa, utilizando-se de material encontrado na propriedade: barro, madeira, palha e pedra. Os pregos, algumas vezes utilizados pelos imigrantes alemães e italianos, não foram utilizados na arquitetura polonesa. Os poloneses utilizaram sobretudo o sistema de encaixes de madeira - *blocausse* -, usado na Polônia durante vários séculos, sobretudo na área rural.

Os imigrantes não eram exigentes no que se referia à moradia, já que a situação habitacional na Polônia era difícil. “As casas eram pequenas e mal ventiladas. Antes de emigrarem, muitos camponeses moravam em casas locadas. Muitas casas - *budynek*, *chalupa*, *chypa*, *dom* e *strzecha* - eram desconfortáveis, sem instalações sanitárias, assemelhando-se às choças medievais.” (TEMPSKI, 1971: 309-313).

Nem todas as famílias eram direcionadas para a mesma região. As que se dirigiam ao Rio Grande do Sul continuavam de vapor até Porto Alegre ou Rio Grande, onde descansavam por alguns dias. Ali eram informadas sobre a região onde se instalariam. Geralmente, prosseguiram, a seguir, por via fluvial até o porto de São João do Montenegro.

A distribuição e dispersão dos imigrantes poloneses pelas diversas localidades do Rio Grande do Sul era feita em São João do Montenegro. Então, as famílias polonesas partiam, por diferentes caminhos, de carreta, a cavalo ou a pé, transportando bagagens e crianças.

No decorrer de poucos anos, surgiram vários núcleos poloneses, como São Marcos de Cima da Serra (município de Francisco de Paula); Nova Roma e Castro Alves (município de Antônio Prado); Linhas Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona (municípios de Veranópolis e Nova Prata).

Após resolverem problemas iniciais candentes, tais como dificuldades com o estabelecimento, baixa qualidade das terras (acidentadas e pedregosas), péssimas vias de comunicação vicinal que tornavam o transporte caro e precário, os imigrantes depararam-se com um novo problema: a falta de terras para seus filhos.

A partir do século XX, a pequena extensão das colônias (12,5 ha) fez com que os poloneses, defrontando-se novamente com o problema da falta de terra, procurassem novas fontes coloniais no rio do Peixe e Paiol Grande (Erechim) – Colônias Novas.

Os poloneses aproveitaram a oportunidade de vender suas terras, quando os italianos de Nova Trento (Flores da Cunha) se encontravam na mesma situação, sem lotes coloniais para seus filhos recém-casados. “Por sua vez, os novos casais italianos faziam questão de iniciar a vida em lote colonial que não distasse longe dos pais, parente e amigos.” (STAWINKI, 1976: 74).

Na primeira década do século XX, iniciou-se nova onda migratória polonesa rumo ao Alto Uruguai, ao norte do Rio Grande do Sul. “A região do Alto Uruguai e Planalto Médio foi dividida em ‘colônias’ ou lotes rurais de 250 mil m² (25ha). O Governo Estadual facilitava o pagamento, concedendo a cada família o empréstimo de 500 mil-réis, quantia essa que devia ser devolvida em pequenas prestações e em longo prazo. O título definitivo de propriedade do lote era concedido ao colono após a cobertura daquela dívida para com o Estado. A maioria dos colonos conseguiu franquear os lotes, trabalhando na construção de estradas.

Em geral, as colônias do Alto Uruguai e Planalto Médio foram divididas em lotes rurais – colônias – de 250.000 m². O preço de cada lote girava em torno de 500 mil-réis. O governo estadual financiava a compra, devendo o imigrante pagar a terra em prestações. A dívida colonial originava-se do valor das terras, derivados dos auxílios e de multas

decorrentes do atraso das parcelas da dívida. Se o pagamento integral da dívida colonial ocorresse no período do segundo ano de estabelecimento, o proprietário obteria uma redução de 12% sobre o valor da dívida colonial. (CASSOL, 1979: 30).

A organização dos novos núcleos de colonos poloneses deu-se segundo o processo já conhecido nas “Velhas Colônias”. Em geral, cada comunidade era composta de trinta a quarenta famílias. No Estado do Rio Grande do Sul existem várias cidades e distritos que possuem a significativa presença de núcleos poloneses. Entre eles pode-se citar: Alecrim, Alpestre, Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Cândido Godói, Capoeirê, Carlos Gomes, Erechim, Erval Grande, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas, Giruá, Horizontina, Iraí, Marcelino Ramos, Paim Filho, Palmeiras das Missões, Planalto, Porto Lucena, Santa Rosa, Seberi, Três de Maio, Tucunduva e Viadutos.

Além disso, vale lembrar que, a partir de 1911 e 1912, e sobretudo após a I Guerra Mundial, milhares de agricultores poloneses emigraram da Polônia para as Colônias Novas e Velhas do Rio Grande do Sul as quais contribuíram para o acréscimo populacional de origem europeia.

Mesmo com a possibilidade de ocupar outro lote colonial em nova região, não era permitido, segundo a legislação vigente, que os imigrantes ocupassem os lotes que não tenham sido legalmente concedidos. A posse também era efetivada somente após a cultura por mais de seis meses.

Quanto à posse do lote colonial havia duas formas de recebimento do título: provisório e definitivo. Títulos provisórios eram passados e entregues ao imigrante em 90 dias depois de sua localização e de ter feito a preparação da terra para o cultivo. Já o definitivo era expedido quando o concessionário havia realizado o pagamento integral da dívida contraída para com o Estado e de que terão plena e geral quitação do título.

Grande parte dos imigrantes que ocuparam espaço geográfico nas Colônias Novas obtiveram primeiramente o título provisório e após longo tempo o definitivo. Devido às dificuldades geográficas e de cultivo do solo, como já assinalado, vários são os casos de negociação da dívida colonial, aspecto que fazia com que o título definitivo levasse um período maior para ser entregue ao proprietário.

As regiões a que se destinavam os imigrantes poloneses no Estado do Rio Grande do Sul eram acidentadas e de difícil acesso, pois os melhores terrenos já haviam sido ocupados

pelos alemães, judeus e italianos. Dentre vários exemplos pode-se citar o município de Áurea, situado no norte do Estado, onde suas terras foram classificadas pela Inspetoria Estadual de Terras, majoritariamente de baixa qualidade produtiva e com a presença de diversos acidentes geográficos. (WENCZENOVICZ, 2001: 112).

Entretanto, em meio às dificuldades, o que mais lhes interessava, impulsionando-os neste reinício de vida, era a possibilidade de se tornarem proprietários. Sabe-se que a baixa qualidade da terra, para um grupo essencialmente camponês, repercutiu na configuração social dos imigrantes poloneses que ocuparam espaço em praticamente todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.

Denota desta especificidade econômica e social o estigma e preconceito vivenciado pelos imigrantes poloneses desde o momento de sua inserção na política migratória sulina. Atribuições culturais e sociais sinalizam o processo de segregação deste grupo, contrastando com os demais fluxos migratórios.

O fato de os poloneses emigrarem de um país dominado política, econômica e culturalmente fez com que os mesmos fossem vistos como 'polacos sem bandeira'. Aqui eles são assentados nos núcleos coloniais administrados pelo Estado Positivista e, para os positivistas, a Polônia estava num patamar inferior ao da Alemanha e da Itália. Acresce-se ao contexto as inúmeras dificuldades enfrentadas no momento da instalação dos núcleos coloniais, onde ocorreram vários enfrentamentos entre os funcionários da Inspetoria Geral de Terras e os imigrantes poloneses. (GRITTI, 2004: 209-210).

1.4 Instalação no lote colonial

Na propriedade colonial trabalhavam todos os membros da família. Nos primeiros anos tiveram que vencer as dificuldades impostas pelo meio, pois não estavam acostumados com o desmatamento e a queimada. Raízes e tocos representavam outra dificuldade. Havia também a falta de recursos para sobreviver e para contratar alguém para as tarefas mais especializadas, como a derrubada das árvores.

O lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, sendo que o sucesso dependia do bom desempenho da família. O trabalho da mulher ultrapassava os limites da casa e da educação dos filhos. Ela trabalhava na roça, no estábulo, no galinheiro

e na horta. As crianças eram recrutadas para as mais variadas tarefas. Iam para a roça, cuidavam dos animais e auxiliavam no trabalho doméstico.

Nas propriedades predominava a policultura e a criação de animais que, geralmente, abrangia aves, porcos, alguns bovinos e cavalos para puxar o arado e a carroça. A idéia central do colono era a auto-suficiência. O excedente produzido era destinado à venda para comerciante local ou regional.

Alguns produtos colhidos eram destinados ao beneficiamento, dentro de um incipiente processo de industrialização herdado da Polônia. Destacam-se os alambiques, que aproveitavam a cana-de-açúcar, os moinhos que produziam a farinha de milho e trigo e as frutas que se transformavam em polpa e geléias.

Sabe-se que os colonos obedeciam, nas opções de plantio, às oscilações de mercado, procurando sempre se dedicar a uma cultura de maior rentabilidade. A vantagem do colono era que se tratava de cultura anual ou bianual, para enfrentar os momentos de crise.

As dificuldades impostas pelo relevo acarretaram muito trabalho e constituíram um obstáculo para a ascensão financeira dos imigrantes poloneses e para a sobrevivência da família. A acidez do solo, associada à falta d'água e o ataque das formigas deixavam o colono em estado miserável em grande parte dos núcleos coloniais. Entretanto, é neste cenário que este grupo desenvolve atividades visando a edificação e instalação de construções que permitiram a sobrevivência em solo sul-riograndense.

Em geral, a residência media quatro por seis metros e era coberta de pequenas tábuas feitas de madeira, como as moradias italianas. A casa compreendia um ou dois cômodos: cozinha e quarto, sem assoalho, com o piso de terra batida. Os imigrantes dormiam em camas trazidas da Polônia ou em tarimbas construídas por eles. A fumaça e as más condições de higiene eram comuns nessas diminuídas moradias. A cozinha era separada dos quartos para isolar o ambiente das cinzas, fumaça, odores e picumã. Essa lógica de construção também era habitual na zona colonial italiana.

Ainda não existe um trabalho especializado sobre a arquitetura residencial e a mobília do grupo polonês no Rio Grande do Sul. O pouco que se sabe sobre o assunto está esparsa em capítulos de estudos sobre o tema e na história oral. De forma geral, as mesmas condições de produção, os mesmos materiais, os mesmos recursos técnicos disponíveis no ambiente determinaram uma importante unidade no que se refere à moradia colonial.

As famílias construíam suas próprias casas e fabricavam também seus móveis e peças de vestuário. No mobiliário encontravam-se bancos, mesa, guarda-comidas e, nem sempre, o armário. As roupas eram penduradas em pregos fixos nas paredes dos quartos. Nessas peças predominava o uso da madeira. (WENCZENOVICZ, 2002: 87).

Quanto ao mobiliário residencial acrescenta-se: “Ainda armamos algumas prateleiras para a guarda de uso diário e construímos com tampos de caixas, uma mesa tosca e alguns bancos. Já podíamos então comer, sentados à mesa.” (WEISS, 1949: 49). O guarda-roupa, era o prego. Às melhores peças do vestuário, usadas geralmente em eventos religiosos e festivos, reservava-se o canto dos quartos onde pregava-se uma madeira sem farpas para não comprometer as peças e posteriormente pendurá-las. As roupas sujas iam para o tanque ou para cestos designados para este fim. O processo de higienização, lavagem e preservação do vestuário familiar estava reservado ao universo feminino.

Além da casa, as propriedades possuíam outras construções, duas delas muito importantes: o galpão e o abrigo de animais. A facilidade de acesso a um ponto de abastecimento de água foi determinante na localização da casa, do galpão, do abrigo dos animais e do banheiro.

Nas proximidades da residência, os imigrantes construíram o galpão, de utilidade variada. Servia como depósito de implementos agrícolas, oficina e, em dias chuvosos, de local para as crianças brincarem. Como na região colonial italiana, o galpão era um prédio erguido sem acabamento esmerado, sobretudo para armazenar os cereais.

Inicialmente os animais eram encerrados em cercas de arbustos, espinhos e galhos entrelaçados. Mais tarde, surgiram as cercas de taipas de madeira e pedra, elemento farto em regiões ocupadas por imigrantes poloneses, dispensando a estética. Era grande a preocupação com a saúde e segurança dos animais - aves, bovinos, caprinos, muares e suínos -, pois serviam nas lidas agrícolas e como fonte de proteína alimentar.

Com o passar do tempo, surgiram os cochos para o sal dos animais, que podiam receber coberturas de duas águas, e alguns depósitos para armazenar cereais, lenhas e forragens. Se possível, construía-se um bebedouro, permitindo o acesso dos animais à fonte de água, na área aberta reservada à criação dos mesmos, diminuindo o trabalho do colono de conduzi-los para saciar a sede.

Algumas propriedades tinham apiários, alambiques, coelheiras e pequenas oficinas. Também próximas à casa, eram destinadas áreas de plantio para horta e pomar. Na horta plantavam-se hortaliças e legumes. As árvores frutíferas podiam estar espalhadas pela propriedade. Mesmo que a preferência fosse a carne, devido à escassez deste produto na Polônia, os legumes e vegetais eram consumidos fartamente.

Com a melhoria das instalações, solucionou-se a preocupação com os hábitos de higiene corporal. Com a construção dos primeiros banheiros coloniais, houve a possibilidade de tomar banhos mais demorados e tranquilos. Até então, o córrego ou rio servia de grande banheira e os arbustos, de banheiros.

Com a ampliação das áreas construídas observa-se que o espaço designado para a realização da higiene corporal e necessidades físicas passaram a ocupar o mesmo local, porém com características arquitetônicas diferenciadas. “Uma casinha de um por dois metros dividia ao meio, servindo uma parte para o W.C. colonial, contendo um banco sobre um buraco fundo, e a outra parte para o chuveiro colonial, que consistia em uma lata de querosene perfurada e suspensa por cordão de couro cru.” (WEISS, 1949: 56).

A gamela e o tanque serviam para a higiene individualizada. Pela manhã, fazia-se a higiene matinal, lavando-se a face e as mãos; ao meio-dia, repetia-se a operação, lavando também os pés. À noite, o banho era mais longo e rigoroso, devido às inúmeras atividades braçais realizadas durante o dia. Geralmente, as crianças eram lavadas com água quente e muito sabão. Lavar a cabeça era tarefa do sábado. No verão a limpeza corporal era mais sistemática, devido à alta temperatura. (WENCZENOVICZ, 2002: 89).

Ao contrário da constituição social vivenciada da Polônia, onde se vivia em pequenas vilas, com pequenas nesgas de terra para cultivar e pouco espaço nas residências, no Brasil os colonos se depararam com grandes extensões devolutas. O processo de colonização e povoamento em lotes coloniais isolados, afastando as famílias, fez com que estes providenciassem espaço de convivência coletiva: escola e igreja.

A localização geográfica de grande parte dos núcleos constituídos majoritariamente por imigrantes poloneses, forçou-os a um isolamento, assim como o tipo de atividade econômica, quase que exclusivamente agrícola, determinou em parte seu fechamento à penetração da cultura nacional por meio da educação.

Considerando que a maioria dos imigrantes não sabia ler ou escrever, não se exigia do polonês, para ingresso na atividade agrícola, nenhum nível de conhecimento, domínio da prática ou técnica. A atividade era decorrente do tipo de organização produtiva da colônia, cuja base era a mão-de-obra familiar. Desde a infância, as crianças ajudavam seus pais na agricultura, não necessitando uma aprendizagem duradoura e orientada.

Inicialmente, os poloneses viam a escola como uma forma de instruir seus filhos, já que esta não era encarada como necessária à ascensão social. A atividade econômica não demandava nenhum tipo de preparo que a escola pudesse fornecer.

As primeiras aulas ocorreram em espaço coletivo, como capela ou na residência do professor, segundo acerto das partes envolvidas – pais e professor. As aulas eram ministradas, inicialmente, em polonês. A tarefa era executada por algum colono que sabia escrever, ler e dominava as quatro operações aritméticas. O pagamento poderia ser em gêneros coloniais. O professor geralmente assumia outros cargos na comunidade, como direção de coral, sessões religiosas, organizador de atividades festivas ou recreativas e até conselheiro.

Livros eram peças raras. Existiam algumas preciosidades que acompanharam os imigrantes da Polônia até o Brasil. Estes possuíam função muito mais decorativa do que instrutiva. O nível escolar dependia das aptidões e preparo técnico do professor, bem como do desenvolvimento e envolvimento dos alunos.

Até a nacionalização, ocorrida em 1938, praticamente todas escolas dos núcleos poloneses, eram bilíngues e em turno integral. O horário e calendário escolar eram determinados pelos pais, considerando a época das colheitas. Esta atitude devia-se à visualização do gasto com a manutenção da criança na escola e à ausência de um elemento na cadeia produtiva.

O clero também influenciou na educação nas colônias. O impulso inicial em criar escolas coloniais incentivadas por religiosos católicos demonstrou a permanência da submissão do grupo, pois saindo de uma ambiente senhorial, onde sua iniciativa era diminuída, criou seus primeiros espaços de socialização, com características do Velho Mundo.

Como se constatou, a escola colonial serviu para tirar do analfabetismo uma considerável camada da população de imigrantes poloneses. Entretanto, somente com o

desenvolvimento econômico das colônias, nos séculos XIX e XX, e a consequente integração na economia regional e estatal, que o ensino começou a atuar como elemento indispensável e imprescindível aos imigrantes.

A iniciativa e desejo de construção de um espaço religioso em cada núcleo colonial esteve ligado intrinsecamente à esmagadora preponderância do elemento aldeão, na composição mental católica do imigrante polonês. A paróquia era, na Polônia do século XIX, o único espaço onde o polonês tinha a oportunidade de participar, ocupando cargos na administração local das atividades paroquiais ou fazendo parte de associações religiosas.

A adoção do cristianismo católico por parte da Polônia, ocorreu em final do século X. A decisão partiu do poder político da época, pois este vínculo serviria de elo entre a Polônia com o restante da Europa ocidental, privando os príncipes germânicos do cômodo pretexto de fazer ataques constantes por serem os poloneses em sua maioria pagãos. Com a cristianização, a posição política do império polonês foi fortalecida. Este também beneficiou-se no cenário internacional frente aos demais Impérios e principalmente em relação a seus vizinhos que permaneciam pagãos. (WACHOVICZ, 1974: 24).

A adoção do catolicismo por derivar de um acordo político, representou para as camadas dirigentes uma significativa melhoria na condição econômica e social, fazendo com que a maioria da população composta por camponeses ou proletários rurais, e comerciantes formassem um padrão de comportamento que com o passar dos séculos se concretizaria como a grande marca do imigrante polonês: a religiosidade católica.

Ressalta-se a esta condição imposta ao imigrante polonês, a profunda religiosidade essencialmente aos elementos católicos. O clero aliado à nobreza afigurou-se ao homem simples do campo como seu explorador, daí a junção de ambos que figurou em dois fatores: a nobreza ampliava seus bens pela guerra, ou saques, enquanto os eclesiásticos cresciam com as arrecadações/doações e ambos obtinham resultados positivos devidos à dominação cultural e mental através do domínio religioso.

Mesmo que o religioso católico fosse tratado em solo nacional da mesma maneira como o era o senhor na Polônia, viam a capela/igreja como um centro de convergência e socialização. Espaço sagrado designado às celebrações e outras atividades religiosas,

adquiriu uma conotação mais ampla. A frequência aos espaços religiosos configurou-se uma fuga do cotidiano.

Enquanto predominaram as ideias da estrutura mental vigente nas aldeias polonesas, a obediência ao representante religioso foi total. Essa obediência do camponês ultrapassava as fronteiras de ordem espiritual e prosseguia na temporal.

Considerações Finais

Em lei de 1882, o governo imperial autorizou a venda das terras públicas estaduais a particulares, com o compromisso de que promovessem a colonização. Todavia, não raro, estas terras foram loteadas e vendidas aos imigrantes por preços quadruplicados.

Nos anos 1880, o Brasil encaminhava-se para a abolição da escravidão e os grandes cafeicultores preocupavam-se com o espectro da falta de mão-de-obra em suas fazendas. Sendo o café o principal produto da economia nacional, seriam grandes os reflexos negativos de tal medida. A política imigratória foi a solução adotada pelo poder político brasileiro. Esta possuía três objetivos básicos:

- substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre, num momento em que ocorria expansão do capitalismo a nível mundial;
- povoamento e colonização de áreas ainda virgens, com a possibilidade de surgimento de núcleos de pequenos proprietários agrícolas;
- diversificação da estrutura produtora que contribuísse para o abastecimento interno do país e amenizasse o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentos.

Com a República, proclamada em 15 de novembro de 1889, as terras devolutas passaram à propriedade e domínio dos Estados da Federação, de acordo com o artigo 64 da Constituição Federativa de 1891. Em decorrência deste fato, a colonização e imigração passam à competência dos governos estaduais, agora regidos por Constituição própria, em regime de Federação. No Rio Grande do Sul, a legislação base foi a Lei n.º 28, de 5 de outubro de 1899, sobre “Terras Públicas, Colonização e Florestas” e o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 313, de 4 de julho de 1900.

O fato de que os Estados e a União subsidiariam e assumiriam conjuntamente a empresa de imigração e colonização oficial, acarretava atritos e dificuldades ao poder público em vários momentos. Por essas e outras razões, o governo do Estado do Rio Grande do Sul rompeu, em 1914, seu acordo com a União, pondo fim à imigração oficial subsidiada no Estado (Decreto n.º 2. 098, de 13 de julho de 1914).

Após essa decisão, as empresas colonizadoras fortaleceram o processo de atração desses imigrantes. Na região do Alto Uruguai, surgiram duas empresas responsáveis pela ocupação e legalização dos lotes nas áreas rural e urbana. A primeira foi a Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda; e a segunda, a empresa de Colonização gerenciada pelo Estado.

Os propagandistas e recrutadores de imigrantes eram conhecidos como “agentes recrutadores”. Eles espalharam-se pelas diversas regiões da Polônia, com a finalidade de entusiasmarem a população a emigrar. Espalharam-se artigos, livretos, brochuras e comunicados sobre as excepcionais condições oferecidas pelo Brasil.

Na Polônia, como assinalado, tais agentes encontraram campo propício de trabalho, devido aos inúmeros problemas econômicos, políticos - três partilhas territoriais -, e sociais em que vivia a população polonesa da época. O reino da Polônia e a Galícia foram as regiões que mais sentiram o efeito da atuação dos agentes recrutadores.

Inicialmente, emigraram ao Brasil agricultores da parte alemã dos atuais territórios poloneses. Incorporados à corrente imigratória alemã, eles confundiram-se com a mesma. Por isso, até hoje existem contradições estatísticas sobre os números de imigrantes poloneses que vieram para a América Latina. Muitos poloneses, ao chegaram aos novos países, declaravam em seus passaportes que eram alemães.

Os poloneses provenientes da região sob o domínio russo começaram a chegar ao Rio Grande do Sul em fins de 1889. Eram originários das regiões de Varsóvia, Kalisz, Plock e arredores. A viagem inicial rumo ao porto de Bremen era feita de trem, via Berlim.

A travessia do oceano, de Bremen até o Rio de Janeiro, não levava menos que 18 dias. Durante os dias de permanência nos barracões dos imigrantes, na Ilha das Flores, as famílias aguardavam qual seria o Estado onde iriam estabelecer-se. Após uma semana de descanso, a viagem prosseguia em direção aos seus destinos.

Nem todas as famílias eram direcionadas para o mesmo Estado. Os que se dirigiam ao Rio Grande do Sul continuavam a viagem de vapor até Porto Alegre, onde descansavam

por alguns dias. Ali eram informados sobre a região onde se instalariam. Geralmente, prosseguiram, a seguir, por via fluvial, até o porto de São João do Montenegro. A maioria dos imigrantes poloneses chegados à região de Áurea eram originários das regiões polonesas de Lublin e Siedle, então dominadas pela Rússia. Na sua maior parte, eram camponeses pobres, que não possuíam bens imóveis na terra de origem. Em geral, possuíam pouca ou nenhuma escolaridade.

Quanto ao estabelecimento no lote territorial, o colono aproveitava primeiramente as terras de cultivo mais acessível, as regiões com menos pedras e inclinações, não desconsiderando, porém, o relevo acidentado da região. As propriedades rurais eram, em sua maioria, de 12 a 25 hectares. Com o passar do tempo, o colono passou a recorrer às reservas florestais devido à falta de madeira para ampliar as instalações ou de lenha, utilizada para o cozimento da alimentação e o aquecimento da residência, nos dias frios.

As casas em geral foram construídas próximas às vias de comunicação. Na maioria das vezes foi o colono quem edificou sua residência, utilizando material encontrado em sua propriedade, como: barro, madeira, palha e pedra. Os pregos utilizados pelos imigrantes alemães e italianos, na arquitetura polonesa não foram empregados. Os poloneses utilizaram o sistema de encaixes de madeira chamado *blocausse*, método usado na Polônia, durante vários séculos, mais notável na área rural. As ramagens e as samambaias também marcaram presença.

Em torno da casa, o colono organizou uma horta e um pomar e, depois de vencidos os primeiros momentos de edificação, um jardim. Dentre as construções, contemplaram os estábulos, galpão, galinheiros e pocilgas. O mobiliário foi construído pelo próprio colono, utilizando os materiais disponíveis na propriedade, considerando as necessidades familiares.

Na propriedade colonial trabalhavam todos os membros da família. Nos primeiros anos tiveram que vencer as dificuldades impostas pelo meio, pois não estavam acostumados com o desmatamento e a queimada. Raízes e tocos representavam outra dificuldade. Havia também a falta de recursos para sobreviver e para contratar alguém para as tarefas mais especializadas, como a derrubada das árvores.

O lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, sendo que o sucesso dependia do bom desempenho da família. O trabalho da mulher ultrapassava os

limites da casa e da educação dos filhos. Ela trabalhava na roça, no estábulo, no galinheiro e na horta. As crianças eram recrutadas para as mais variadas tarefas. Iam para a roça, cuidavam dos animais e auxiliavam no trabalho doméstico.

Nas propriedades predominava a policultura e a criação de animais que, geralmente, abrangia aves, porcos, alguns bovinos e cavalos para puxar o arado e a carroça. A idéia central do colono era a auto-suficiência. O excedente produzido era destinado à venda para comerciante local ou regional.

Alguns produtos colhidos eram destinados ao beneficiamento, dentro de um incipiente processo de industrialização herdado da Polônia. Destacam-se os alambiques, que aproveitavam a cana-de-açúcar, os moinhos que produziam a farinha de milho e trigo e as frutas que se transformavam em polpa e geléias.

Sabe-se que os colonos obedeciam, nas opções de plantio, às oscilações de mercado, procurando sempre se dedicar a uma cultura de maior rentabilidade. A vantagem do colono era que se tratava de cultura anual ou bianual, para enfrentar os momentos de crise.

As dificuldades impostas pelo relevo acarretaram muito trabalho e constituíram um obstáculo para a ascensão financeira dos imigrantes poloneses de diversas comunidades. As dificuldades foram tamanhas que, em momentos, colocaram em jogo a sobrevivência da família. A acidez do solo, associada à falta d'água e o ataque das formigas deixavam o colono em estado miserável.

Referências bibliográficas:

- ANAIS DA COMUNIDADE BRASILEIRO-POLONESA. Curitiba: volumes I e II, 1970.
- CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre-Berthier, 1979.
- CASSOL, Ernesto. *Estado e colonização no projeto do PRR: a colônia de Erechim*. Erechim. *Diário da Manhã*, 1991.
- CASSOL, Ernesto. *Empresa Colonizadora Luce-Rosa & Cia. Ltda*. Um estudo de fontes. Revista Perspectiva, n.º 7, 1978
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Percursos de Hana na Polônia e no Brasil*. In: Revista de Estudos Leopoldenses, v. 10, n.º 1, 2000.

- GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Riograndense*. Canoas: Regional, v.5, 1958
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro.
- GUTIERRES, Éster & Rogério. *Arquitetura e assentamento ítalo-gaúchos (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- IOTTI, Luiza Horn. (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- KULA, Marcin. *A emigração polonesa no Brasil à luz do estado das pesquisas conduzidas na Polônia*. Varsóvia, 1990.
- KRUPINSKI, Rosália. *Paróquia Nossa Senhora Monte Claro (1915-1990)*. Passo Fundo: UPF, 1990.
- LACERDA, de Faro Ciro. *O essencial sobre a Polônia*. Rio de Janeiro: Ed. De Vida, 1944.
- MAESTRI, Mário & CARBONI, Florence. *Raízes Italianas no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Passo Fundo: Edupf, 2000.
- MARMILICZ, Paulo Tomaz. *A antiga colônia polonesa de Guarani das Missões e suas relações atuais: reflexão em torno do camponês guaraniense, sua trajetória histórica, suas realizações econômicas e desafios – 1891-1996*. Ijuí: Policromia, 1996.
- MODTKOWSKI, Luiz Isidoro. *A colonização polonesa em Áurea – Rio Grande do Sul*. In: 1º Seminário Brasil-Polônia. Curitiba, 1998.
- POLSKA AGENCIA INFORMACYNA. Polônia, 1991.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. São Paulo: Brasiliense, 1982. Tradução, apresentação e notas de Luiz Roberto Salinas Fortes.
- SMOLA, Krzysztof & DEMBICZ, Andrej. A presença polonesa na América Latina. *Roteiros poloneses na América Latina*. CESLA: Centro de Estudos Latino-Americanos. Varsóvia: Universidade de Varsóvia, 1996.
- STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS. Caxias do Sul, 1976.
- STOLZ, Roger. *Cartas de imigrantes*. Porto Alegre: Edições EST, 1997

TEMPSKI, Edwino. Quem é o polonês? *Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba: 1971.

URBAN, T. *Tu e Tam: aqui e lá. Memória da imigração polonesa no Paraná*. Primeiro de Maio: Edições Mirobilis, 2004

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês – raízes medievais na mentalidade emergente*. Tese de concurso à Docência Livre. Disciplina de História Medieval. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

WAIBEL, Léo. *Princípios da colonização européia no Brasil*. Revista Brasileira da Geografia, 1949.XI, n.º 2.

WEISS, João. Colonos na Selva. Colonos na Selva. *Emigrantes como agricultores*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1949

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. *Montanhas que furam as nuvens! Imigração Polonesa em Áurea (1910-1945)*. Passo Fundo: EDIUPF, 2002.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas: núcleo de imigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves (1890)*. Tradução e notas de Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

Depoentes orais:

KESSLER, Vicente. Depoimento oral, em 10 de setembro de 2003. Áurea.

KRZYSCZAK, Wenceslau. Depoimento oral, em 8 de janeiro de 2001, Linha São Sebastião, Áurea.

Migrações e germanidade: Oeste do Paraná e Marechal Cândido Rondon

Valdir Gregory¹

Este texto é sobre migrações para o Oeste do Paraná em meados do século XX, época em que havia uma política do governo brasileiro denominada de Marcha para o Oeste, que visava, dentre outros objetivos, povoar áreas da fronteira oeste do Brasil com descendentes de europeus nascidos em território nacional. Diversas empresas madeireiras e colonizadoras atuaram nesta região, organizando e incentivando migrantes a se estabelecerem nessas fronteiras. Vários grupos étnicos e de diferentes localidades participaram desta mobilidade populacional, ocupando áreas abertas à colonização na margem esquerda do rio Paraná. Predominaram os migrantes internos ao Brasil nesse povoamento. O enfoque está voltado para a presença de indivíduos e de grupos que se identificaram e ainda se identificam como descendentes de alemães e que procuram ressaltar símbolos que representam a germanidade. No início, trata-se de **Imigração e a participação de alemães**, apontando para a formação de colônias, principalmente no sul do Brasil, bem como para as migrações internas no Brasil, enfocando a participação de descendentes de falantes da língua alemã e de grupos que procuram manter e construir identidades vinculadas a este passado imaginário. Em seguida, aborda-se **O povoamento no Oeste do Paraná**, mostrando tratar-se de ocupação em que predominavam migrantes descendentes de europeus estabelecidos na região sul do Brasil. Nesta situação, trata-se de **Religiosidade e germanidade**, que são categorias que interferem na organização social desses grupos. Em seguida, sob o subtítulo **Espaços étnicos**, estabelece-se uma relação entre as instituições família, comunidade e escola e o cultivo de identidades. Na parte final, em **Considerações finais**, procura-se trazer alguns apontamentos referentes a migrações.

Palavras-chave: Migrações; Alemães; Paraná.

¹ Doutor em História pela UFF/Niterói, Professor Associado da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Imigração e a participação dos alemães

Em um texto publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, abordei a presença de alemães no Brasil. Nas próximas páginas, trago algumas observações e dados do mesmo (Ver Gregory, in: IBGE, 2000), informando que a participação de europeus na ocupação, na conquista e na organização do território brasileiro ocorreu, a partir do século XVI, em decorrência de políticas e de ações do mercantilismo, tendo, no período colonial, o predomínio de portugueses, além de negros africanos e da presença indígena. A partir do século XIX, processou-se a substituição do trabalho escravo pela imigração. Nas regiões Sudeste e Sul do país, foram estabelecidos colonos alemães em diversas localidades, a exemplo de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1824, São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829. Foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como Santa Izabel e Santa Leopoldina (ES), fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis (RJ), em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora (MG), em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus (BA), em 1818 (Magalhães, 1993, p. 12). O crescimento de fluxos migratórios ocorreu na segunda metade do século XIX, com a participação de várias etnias/nacionalidades, destacando-se portugueses, italianos, espanhóis, alemães.

No caso dos imigrantes alemães, vários se tornaram proprietários de terras, outros exerceram as funções de artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Houve uma significativa variedade de regiões de procedência de grupos alemães que se dirigiram para o Sul do Brasil, durante o século XIX, atestando certa heterogeneidade cultural de parte desses grupos de imigrantes. Em várias colônias predominaram povoadores falantes do alemão oriundos de diversas localidades da Europa. A região do Hunsrück forneceu o maior contingente de imigrantes camponeses para as colônias da Região Sul, que falavam o hunsrückisch, um dialeto alemão.

No Sul, esse povoamento proporcionou a formação de grupos, nas colônias e dentro delas, mais ou menos homogêneos e isolados. Ocorreram disputas e encaminhamentos entre a formação de colônias mistas e a formação de núcleos mais homogêneos. Os povoados formados dentro dos núcleos coloniais, denominados de linhas, tendiam a receber colonos de origens étnicas e religiosas semelhantes, formando comunidades que se percebiam mais homogêneas. Estas situações estão contextualizadas no debate da questão racial no país, na qual, de um lado, a ideologia do

branqueamento via no abasileiramento e na mestiçagem de alemães a melhoria da “raça brasileira” e, de outro lado, o perigo da formação de “quistos étnicos” no Brasil. Esses colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, dentre outros) foram portadores de valores, de culturas e de estilos de vida, a partir dos quais se adaptaram, construíram e constituíram um novo espaço social inserido num contexto mais amplo, que condicionou e condiciona o modo de ser desses migrantes.

Os imigrantes que se fixaram nas colônias na região Sul do Brasil e seus descendentes foram responsáveis pelo aumento do número de colônias, bem como por deslocamentos para diversas localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e para outras regiões brasileiras.

No Paraná, a colonização com colonos estrangeiros foi bastante reduzida no Império, se comparada aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A imigração em escala mais significativa só se processou já em fins do século XIX e durante o século XX. Ruy Wachowics (1982, p.113-117) menciona os principais grupos étnicos que imigraram para o Paraná no século XIX. O grupo alemão teria atingido 15 000 pessoas, dirigindo-se às margens dos rios Negro e Mafrá, nas proximidades de Curitiba e nos Campos Gerais. O grupo polonês, de 28 000 imigrantes, no século XIX, e de 27 000, no século XX, formou as Colônias de Pilarzinho e Abranches, nas proximidades de Curitiba, e as Colônias mais ao Sul do Estado: Orleans, Santa Cândida, Malet, Irati, Ivaí, São Mateus e outras. O grupo italiano, em torno de 15 000 imigrantes, estabeleceu-se nos arredores de Curitiba, onde, mais tarde, foram se formando bairros da cidade, como Santa Felicidade, conhecidos pelas tradições culturais dos imigrantes. O grupo ucraniano, uns 35 000 imigrantes, se localizou na região de Rio Claro, Senador Correia, Cruz Machado, Prudentópolis.

No que se refere aos teuto-russos, tema tratado nesta mesa por René Gertz, gostaria de trazer alguns dados para o debate. A partir da imigração de teuto-russos, foram criadas colônias nas proximidades de Curitiba, abrangendo partes dos Campos Gerais.

Estêvão Müller trata de imigrantes no Paraná de etnia alemã “de outras regiões da Europa, dominadas pela Rússia, além dos que habitavam as regiões do Volga”. Seriam o bucovinos da Bucovina, os suábios do Danúbio, outros vindos das regiões do Volga, da Sibéria, da Ucrânia e de outras regiões do vasto império soviético. (Müller, 2005, p. 19)

Segundo o autor, o primeiro grupo de colonos alemães no Paraná veio da região de Trier em 1929 para Rio Negro. Eram 20 famílias e depois mais outras. Em 1887/1888 teriam vindo a Rio Negro os bucovinos. Estes teriam migrado da Baviera para a Bucovina em 1840/1841. De Rio Negro foram para Lapa e Colônias vizinhas. Eram católicos. (Müller, 2005, p. 38 a 40)

No município de Palmeira, foram fundados outros povoados com migrantes teuto-russos. Foram separados por religião, sendo os católicos encaminhados para os núcleos Pugas, Lago, Santa Quitéria e Alegrete e os protestantes para os lotes Papagaios Novos e Quero-Quero, conforme segue.

Tabela 1: núcleos e números de lotes, famílias e pessoas.

Núcleo de Pugas: 02/04/1878, 61 lotes, 4.119ha, 30 famílias, 101 pessoas.
Núcleo Lago: 14/04/1878, 66 lotes, 5.680ha, 56 famílias, 181 pessoas.
Núcleo Santa Quitéria: 01/06/1878, 37 lotes, 1.284ha, 33 famílias, 125 pessoas.
Núcleo Alegrete: 29/06/1878, 26 famílias.
Núcleo Quero-Quero: 01/06/1878, 76 famílias, 218 pessoas.
Núcleo Papagaios Novos: 01/06/1878, 25 lotes, 2.100ha, 25 famílias, 73 pessoas.

Nota: Tabela organizada por Valdir Gregory, baseada em informações de Müller, 2005, p. 118 a 124.

Os migrantes eram instalados nas colônias e recebiam animais, ferramentas, veículos. Eram lhes proporcionadas condições para iniciarem seus trabalhos de criação, plantio, transporte e outros nas suas terras. Alguns, segundo o autor, obtinham receitas/rendas com o transporte de erva mate. Por exemplo, “para Quero-Quero, foram destinados 20 carros e muitos animais vacuns, cavaleiros e suínos. Podemos indicar que Carlos Hartmann recebeu 1 vaca, 4 bois, 1 cavalo, 10 porcos, 17 galinhas e um veículo.” No núcleo Papagaios Novos, coube “a Henrique Stahel 4 bois, 2 cavalos, 3 porcos, 21 galinhas e um veículo”. (Ver Müller, 2005, p.118 a 124)

Estêvão Müller informa que os alemães do Volga, os Wolgadeutschen, no Paraná eram grupos oriundos da Renânia que migraram para a Rússia em 1763/1764 e, em 1878, teriam desembarcado em Antonina com destino a diversas regiões do Paraná. O município de Lapa teria sido destino de alguns. Em 09/06 de 1878, chegaram 21 famílias do Volga a Mariental, numa fazenda adquirida pelo governo. Também, no mesmo município, foram fundadas as colônias de Johannesburg e Colônia Municipal. (Ver Müller, 2005, p. 147 e 148)

Os menonitas teriam ido da Suíça/Prússia Ocidental para a Rússia em 1788 e, a partir de 1873, migrado para o Canadá, Estados Unidos e Brasil. Em 1930, teriam migrado para Ibirama, Santa Catarina, 226 famílias, formando um grupo de 1200 pessoas. (Müller, 2005, p. 101) “Quatro colônias foram formadas pelos menonitas em Santa Catarina: Stolzplateau – no alto da serra; Gnadental, Walheim e Witmarsum no vale do Rio Kruehl...” (Müller, 2005, p. 103) Depois fundaram Witmarsum no município de Palmeira, no Paraná.

Os suábios foram instalados em Entre Rios no município de Guarapuava em 06/06/1951, distribuídos em cinco povoados: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Socorro e Samambaia. Seriam 464 famílias, num total de 2448 pessoas. Eram falantes do alemão que, a partir de 1740, povoaram áreas da Hungria, mantendo a língua alemã. Perderam bens e a pátria durante a guerra (1939-45) e formavam um contingente de pessoas bastante heterogêneo, havendo católicos e luteranos. (Ver Müller, 2005, p. p. 199 a 211).

Aida Mansani Lavallo, tratando de memórias de Ponta Grossa a partir de registros e lembranças do clube cultural Germânia-Guaíra, contextualiza a imigração para esta região no final do século XIX, quando a predominância era de falantes do alemão procedentes de diversas localidades da Europa. Dentre estes, estariam os russos-alemães, aos quais teriam sido destinadas áreas de terras adquiridas de 15 proprietários, com área de 99.141.285 m² (9.914ha), com verbas do Ministério da Agricultura, na década de 1870. (Lavallo, 1996, p. 45)

Teriam formado 17 povoados na Colônia Otávio. De acordo com relatório provincial de 1880, essa colonização deu-se em 17 núcleos com os dados a seguir:

Tabela 2: núcleos e número de casas, famílias, pessoas.

Eurídice: 15 casas, 10 famílias, 62 pessoas;
Moema: ? casas, 35 famílias, 160 pessoas;
Trindade: 27 casas, 30 famílias, 107 pessoas;
Adelaide: 36 casas, 36 famílias, 173 pessoas;
Floresta: ? casas, 23 famílias, 65 pessoas;
Taquari: 33 casas, 73 famílias, 314 pessoas;
Guaraúna: 50 casas, 51 famílias, 133 pessoas;
Tavares Bastos: 35 casas, 50 famílias, 192 pessoas;
Tibagi: ? casas, 32 famílias, 100 pessoas;

Dona Luísa: 21 casas, 27 famílias, mais de uma centena de pessoas;

Uvaranas: 50 casas, 76 famílias, 281 pessoas;

Rio Verde: “outro núcleo fracassado, pois só 30% dos imigrantes permaneceram e não se dedicavam a nenhuma atividade econômica, vivendo na maior ociosidade...”

Santa Rita: 28 casas, 28 famílias, mais de 100 pessoas;

Itaiacoca: ? casas, 23 famílias, 192 pessoas;

Santa Matilde: 24 casas, famílias, pessoas. Em 1880 não constava nenhum morador;

Botuquara: 16 casas, apenas 6 famílias, restaram mais de cem pessoas.

Nota: Tabela organizada por Valdir Gregory, baseada em informações de Lavalle, 1996, p. 45 a 54.

O relatório do Dr. Rodrigo Otávio de 1879 enfoca problemas da colonização e dá conta de um desapontamento em relação às instalações e condições de produção. O fracasso teria a ver, também, com as poucas condições de adaptação dos imigrantes teuto-russos do Volga. Os colonos estariam abandonando suas propriedades. Outras fontes, tais como relatórios e correspondências, teriam mencionado vários problemas. Os proprietários reivindicariam preços muito elevados para suas terras, o gado de proprietários vizinhos estaria invadindo plantações por falta de disciplinarização do assunto. Haveria diferenças entre os migrantes, embora falassem a mesma língua e fossem oriundos da mesma região. Há registros de doenças, mas não haveria necessidade de se ter um médico na localidade. Os imigrantes teriam trazido diferenças entre eles. “Não existia entre eles uma unidade religiosa”, tendo católicos e protestantes. “Das 614 famílias que chegaram, no início dessa colonização, 332 eram católicas” (núcleos Trindade Adelaide, Floresta, Tavares Bastos, Tibagi, Dona Luísa, Uvaranas, Rio Verde e Santa Rita), e, 282, protestantes (núcleos Eurídice, Moema, Taquari, Guarauna, Guarauninha, Santa Matilde, Botuquara e Itaiacoca). Adeptos dos diferentes credos reivindicavam padres e pastores falantes do alemão. Em síntese, os resultados teriam sido frustrantes por causa de maus resultados das lavouras, da invasão do gado nas plantações. Colonos vendiam suas ferramentas e alugavam suas terras para invernagem de tropas. Outros se dedicavam ao transporte de erva mate, obtendo melhores rendas. Participavam da construção de estradas para o Mato Grosso e para o norte do Paraná e de ferrovias, como a São Paulo-Rio Grande. Assim, diversos tiveram êxito no comércio, na indústria e na diversificação de atividades rurais. Até havia alistamento de teuto-russos, feito por um procurador, para receberem terras melhores na

Argentina. (Ver Lavalle, 1996, p. 45 a 54) Algumas dessas atividades não constavam dos objetivos apontados por autoridades para promover a imigração.

Na relação dos 299 sócios de 1896 do Clube Germânia Guaíra de Ponta Grossa, 55 não são considerados alemães ou descendentes e aparecem mais nas numerações finais da relação. Portanto, 244, a maioria, é identificada como alemães. Constatam informações sobre religião e, em vários, as especificações de alemães-russos. (Ver tabela no Anexo I p. 312 a 322. In: Lavalle, 1996.)

De modo diferente do período do Império, no início da República, o Paraná contou com mais imigrantes estrangeiros e imigrantes descendentes de europeus, para seus programas de colonização, que os outros dois estados sulinos. Os colonos de origem interna, provenientes de antigas regiões coloniais do Sul, praticamente, só começaram a participar do processo de colonização do Paraná a partir da década de 1920, dirigindo-se, principalmente, para o Sudoeste e para o Oeste do Estado (Petrone, 1980, p. 131).

Algumas questões da ocupação do Sudoeste do Paraná foram tratadas por Wachowics (1985, p.198), a partir dos registros de casamento, onde foi verificado que, do total de 97.786 cônjuges registrados do período de 1900 a 1975, a presença de paranaenses era de 31,4%, de catarinenses 24,8%, de gaúchos 42,9% e de uma insignificante presença de migrantes procedentes de outros estados da federação e de migrantes estrangeiros.

Constatou-se que 99,1% dos que casaram na região eram oriundos de regiões coloniais dos três estados sulinos. Esses dados evidenciam o processo migratório, iniciado pelos imigrantes europeus no século passado. O autor mostrou que essas populações se originaram, em sua maioria, da Região do Alto Uruguai, tanto do lado gaúcho como do lado catarinense. São regiões que tinham recebido levas de descendentes de imigrantes das regiões de colonização mais antigas, caracterizando um constante processo de deslocamento de pessoas em relação à população destas regiões.

Nas primeiras décadas do século XX, a participação de colonos catarinenses na colonização do Paraná foi diminuta. Mas, a partir de meados da década de trinta, sua participação começou a aumentar. Nos anos 1950, iniciou-se um fluxo maior de migrantes para as regiões de fronteira agrícola do Estado. A participação de colonos gaúchos e catarinenses começou a diminuir, novamente, a partir dos anos 1970.

Toda essa corrente migratória formou uma frente pioneira de colonização no Sudoeste e, depois, no Oeste Paranaense.

O Povoamento no Oeste do Paraná

A colonização das terras do Oeste do Estado do Paraná, com migrantes internos, foi intensificada a partir da participação de empresas colonizadoras após 1930. Participaram dela descendentes de europeus nascidos no Brasil, que foram se estabelecendo junto aos habitantes que viviam nesta região.

Há relatos que destacam a origem étnica predominante de alemães e de italianos e a sua vinda dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o Oeste do Paraná. O quadro, a seguir, mostra que tais informações constam de dados fornecidos por diversas colonizadoras.

Tabela 3 - Habitantes das colônias do Oeste do Paraná em 1960.

SECÇÃO	Hab.	DESCENDÊNCIAS						
		Italiana		Alemã		Outras		Eleitores
Fazenda Britânia	30.000	40%	12.000	50%	15.000	10%	3.000	6.120
Medianeira	4.500	90%	4.050	10%	450	-	-	500
Gaúcha	5.400	90%	4.860	8%	432	2%	108	630
Matelândia	7.000	60%	4.200	30%	2.100	10%	700	700
Criciúma	2.800	90%	2.520	5%	140	5%	140	470
Piquiri	5.000	50%	2.500	40%	2.000	10%	500	845
Céu Azul	2.500	50%	1.250	40%	1.000	10%	250	485
Lopeí	800	50%	400	40%	320	10%	80	97
Porto Mendes	1.200	40%	480	40%	480	20%	240	207
Totais	59.200	54,5%	32.260	37%	21.922	8,5%	5.018	10.054

Fonte: Anexo dos Relatórios de Empresas Colonizadoras, 1960. Organizado por Valdir Gregory a partir dos dados dos relatórios das empresas colonizadoras.

A tabela mostra registros da população presente nas terras das principais colonizadoras na primeira década deste período de colonização no Oeste do Paraná, pois os dados dão conta da colonização que teve início no final da década de 1940 e que continuou durante a década de 50. No caso da Gleba Céu Azul, a maioria de descendência de italianos e os poucos de descendência de alemães se contrapõe a alguns

de outras “raças”, que não necessitam receber uma identidade. São simplesmente alguns outros. Foi, portanto, um rápido crescimento populacional². Mostra, também, a predominância e as etnias da região que seguirão, em índices semelhantes, durante a década seguinte na qual se completará o fluxo massivo de migrantes para a região. Embora não se tenha dados, no momento, pode-se afirmar que fenômeno semelhante ocorreu com outras colonizadoras no Oeste e Sudoeste do Paraná (Gregory, 2002, p. 125). Um exemplo foi a Gleba dos Bispos, que formou a micro região de Missal, na qual ocorreu forte presença de migrantes falantes do alemão (Ver Klauck). Missal costuma ter a *Deutschfest* (festa alemã) como uma manifestação de sua germanidade. Dois Irmãos, um distrito de Toledo, organiza a cada ano a *Brüderfest* (festa dos irmãos).

Com relação à Fazenda Britânia, ou seja região de Toledo, a tabela informa que 90% eram alemães (50%) e italianos (40%). Kalervo Oberg (Oberg e Jabine, 1960, p.36) informa que mais de 75% dos pioneiros de Toledo e de três municípios adjacentes eram descendentes de alemães e de italianos e que 85% dos colonizadores de Toledo nasceram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, segundo pesquisa feita em 1956. Esta mesma pesquisa mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19,3% portugueses, 5,2% eslavos e 2,5% espanhóis. O autor entende que “naturalmente, um homem de origem germânica falaria com outros da mesma origem; um italiano falaria a pessoas de sua antiga colônia italiana”. Dessa forma, descendentes de alemães ou de italianos migraram para Toledo, “estabelecendo novas povoações com predominância de descendentes germânicos ou italianos. General Rondon é 95% germânico, enquanto que Novo Sarandi e Nova Concórdia são predominantemente de origem italiana. Muitas cidades, como a de Toledo, são mistas” (Oberg e Jabine, 1960, p. 31).

No conjunto, há registros de uma composição populacional de descendentes de italianos e de alemães, além de outras etnias/nacionalidades em proporções menores. Há, então, a percepção de que teria ocorrido uma colonização mista, mas com predomínio de descendentes de italianos e alemães. Enfoca-se, também, que, em algumas localidades, teriam se formado comunidades nas quais ou descendentes de italianos, ou descendentes de alemães teriam sido hegemônicos. O ato de atribuir identidade étnica se deve à mentalidade de que as origens assentadas em ascendências proporcionariam qualidades e/ou defeitos aos indivíduos e aos grupos. Tais discursos

² A população do Oeste continuou a crescer rapidamente tanto que, atualmente, os dados censitários apontam uma população em torno de 1.400.000 habitantes na região.

estão imersos numa perspectiva de classificação valorativa dos humanos a partir de identidades atribuídas e percebidas desde o nascimento. Ainda mais, desde a concepção do indivíduo.

Outro aspecto a se considerar é o fato de que imigraram alemães para os núcleos urbanos das colônias e para as cidades, atuando no comércio, na indústria e nos serviços. A partir do desenvolvimento de regiões coloniais e do crescimento demográfico, além das migrações para novas colônias e frentes de colonização, ocorreu continuamente o êxodo rural, que se intensificou a partir da modernização agrícola dos anos sessenta do século XX. Em algumas cidades desses núcleos coloniais, há o predomínio de população germânica, que mantém fortes marcas culturais da sua origem.

Religiosidade e germanidade

Um indicativo, dentre outros, a ser considerado a respeito da expansão geográfica dos alemães pelo Brasil é a presença das igrejas luteranas, principalmente a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Nestas igrejas evangélicas luteranas, predominam os que se consideram descendentes de alemães, embora essas igrejas não sejam restritas a esses grupos étnicos e, também, há descendentes de alemães que professam o catolicismo.

Os alemães se difundiram pelo território e entre a população brasileira, construindo hegemonias identitárias em determinadas áreas e influenciando outras. Esta difusão, no entanto, provocou a necessidade de integração e de convivência com brasileiros de outras origens, exigindo a predominância de elementos culturais brasileiros.

No caso de Marechal Cândido Rondon, em 1951 foram fundadas quatro comunidades religiosas na vila, além de outras em diversos povoados próximos. Na Igreja Católica Sagrado Coração de Jesus, atuaram, inicialmente, cinco famílias, que, em 1951, tiveram sua primeira missa com celebração de crisma, feita na escola e “com a presença de 150 pessoas de outros credos”. Lembro de comentários que escutei na minha infância, dando conta de estranhamentos pelo fato de, no Paraná, haver celebrações em que católicos e protestantes rezavam e cantavam juntos. Isto tem a ver com as condições de fronteiras de ocupação em que várias fronteiras, entre elas as religiosas, se diluíam. A Igreja Martin Luther (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB), a Igreja de Deus (Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IECLB), a Igreja Batista, a Igreja Congregacional do Brasil, além de outras, têm expressiva

atuação em Marechal Cândido Rondon e foram fundadas nas décadas de 1950 e 1960 (Gregory, Lúcia, 2010, p. 188). Outras localidades desta micro-região apresentam dados bastante semelhantes, a exemplo de Nova Santa Rosa, Mercedes, Pato Bragado e outras.

Através de Luciano Lüdke, formado em história pela Unioeste e tendo desenvolvido trabalho de conclusão de curso de graduação sobre a identidade dos teuto-russos, obtive informações sobre os pastores Guilherme Lüdke e Valdemar Martin, da Igreja Evangélica do Brasil. Estes pastores escreveram memórias e suas respectivas árvores genealógicas, em que deram destaque às suas origens teuto-russas.

Guilherme Lüdke nasceu em 30 de julho de 1909 na aldeia de Chorlin, Minsk, Rússia Branca e mora atualmente em Marechal Cândido Rondon aos 101 anos de idade. Em julho de 2000, houve celebração, homenagem e festa para comemorar os 100 anos de vida do pastor (Ver o Jornal O Presente de 31 de julho de 2009, Marechal Cândido Rondon). Em função desta pesquisa e deste texto, fui visitá-lo, por duas ocasiões, no final do mês de agosto de 2000. Mora com a família do sobrinho Luciano Lüdke. Na última vez estava assistindo futebol na televisão, um dos seus passatempos preferidos, motivo pelo qual conversamos pouco. No entanto, cederam-me uma cópia da sua biografia de mais de 50 páginas de narrativas, documentos e imagens. Gosta de ler e escrever. No texto escrito por ele, informa que, com um ano e meio, em 1911, emigrou, com sua família, para o Brasil, indo morar em Paiol Grande, em Erechim-RS. Morou em Porto Feliz (hoje Mondai) em Santa Catarina. Em 1927 foi a Linha 15 de Novembro, em Santa Rosa-RS, e em 1928 foi estudar em Porto Alegre no Seminário Concórdia. No ano de 1936 fez estágio em Poço das Antas, Montenegro –RS e em Porto Alegre. No fim de 1937, exerceu o ministério na Paróquia Evangélica Luterana “da Cruz”, Sertão de São Vicente, Sertão da Mata-RS. Até 1953 (durante 16anos) exerceu o ministério nesta paróquia. De 1953 a 1956, atuou na Paróquia São Pedro, Três de Maio-RS. De 1956 até 1966, trabalhou na Comunidade Evangélica Luterana Trindade, Vila Machado, Tucunduva-RS. A partir de 1966, assumiu a Paróquia Evangélica Luterana Cristo, Marechal Cândido Rondon-PR, formada por nove comunidades espalhadas pela região. (Ver Árvore genealógica, p. 16 a 25) Em 19 de novembro de 1951, obteve a naturalização brasileira do presidente Getúlio Vargas. (Árvore genealógica, p. 29).

Valdemar Martin, pastor da Paróquia Evangélica Luterana Cristo de Marechal Cândido Rondon-PR, também, está escrevendo uma genealogia de sua família, retrocedendo até o início do século XX, na Rússia. Seus ascendentes teriam vindo da Volynia/Rússia (atual Ucrânia). Já fomos colegas professores da Universidade Estadual

do Oeste do Paraná – Uniãoeste. Fui procurá-lo na loja Celulares Reuter de propriedade do seu filho Roni Martin, onde o encontrei consertando aparelhos eletrônicos. Na sua oficina, ele me mostrou documentos e o seu trabalho de genealogia na tela do computador. Fez leituras e comentários até passar do meio dia. Eu me atrasei para o almoço de sábado com a família. Ele, talvez, também. Levou um susto quando olhou as horas e sugeriu que continuássemos em outra oportunidade. Tinha informado que nasceu em Salgado Filho-RS, trabalhou em Santa Rosa-RS, Marechal Cândido Rondon-PR. Participa da organização de encontros da família Martin, em Salgado Filho - RS. No seu texto, dentre relatos, narrativas e fotografias, estão inseridos mapas da Rússia com destaque a localidades povoadas por alemães. Também estão reproduzidos documentos pessoais civis e de iniciação religiosa. (Texto de mais de 70 páginas digitado a ser publicado em breve)

Cristiano Lüdke, no seu trabalho de conclusão de curso de graduação, usou entrevistas de Guilherme Lüdke, Valdemar Martin e Ernesto Phal para rememorar vivências no Rio Grande do Sul e narrativas de seus ascendentes na Europa. Embora tivessem vivido parte importante de suas vidas em Marechal Cândido Rondon, as falas transcritas por Luciano se voltam para um passado em outras localidades. Parece que, no Oeste do Paraná, a identidade teuto-russa teria sido diluída a tal ponto de não aflorar na memória desses depoentes centenários, quase centenários. Há uma forte atenção relacionada à religiosidade por parte desses teuto-russos. Lembranças de um passado teuto distante, passagens pela Rússia e a construção de vidas no Rio Grande do Sul, em Paiol Grande, na Grande Santa Rosa, povoam memórias migratórias.

Mudando de confissão religiosa, a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil - IECB (Ver Gregory et alii, 2009, p. 26 a 30), por sua vez, fundou diversas comunidades no Oeste do Paraná a partir de 1959. São as Paróquias de Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa, Cascavel. Famílias filiadas à Igreja Evangélica Congregacional do Brasil - IECB, que residiam no Rio Grande do Sul, começaram a chegar ao Estado do Paraná. Ernesto Schulz, de Santa Rosa – RS, veio em 1954 para Marechal Cândido Rondon. Reinoldo Neunhaus, de Três Passos, veio em 1957. Paulo Scheffler, de Três de Maio, em 1958 e outras famílias migraram para esta localidade. Estas famílias buscavam assistência espiritual de suas igrejas. Encaminharam carta aos seus ex-pastores no Rio Grande do Sul e especialmente ao Rev. Richardt Kner, que residia em Ijuí – RS e que desempenhava a função de Superintendente (presidente) da Igreja Geral, enviado pela

igreja dos Estados Unidos para o Brasil. Membros desta igreja enfatizam a presença da Igreja Congregacional nos Estados Unidos, apontando para a origem e para os princípios comuns na Europa. Nos dias 20 a 22 de fevereiro de 1959, realizou-se, em Esperança – Três Passos-RS, o Concílio Geral da IECB, onde Reinholdo Neunhaus, de Marechal Cândido Rondon, representava o anseio e pedido das famílias do oeste do Paraná. A igreja designou o pastor Gottfried Rode, de Maurício Cardoso – RS, para ir ao Paraná, prestar assistência às famílias congregacionais. O dia 01 de agosto de 1959 teria sido comemorado porque foi quando o primeiro pastor congregacional chegou. A sua mudança foi descarregada em Nova Santa Rosa- PR, na residência da filha Olinda, casada com Edvino Herzog, que possuía uma pequena serraria. Na residência da filha, ele permaneceu até a construção da primeira casa pastoral. O pastor encontrou em torno de 25 famílias congregacionais espalhadas em diversas localidades do oeste do Paraná.

Um dos elementos importantes da cultura e da identidade era, pois, a questão da religião, exigindo das empresas colonizadoras atenção especial para o religioso. A Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná Ltda. – MARIPÁ, fundada em abril de 1946, trouxe o Pe. Antônio Patuí para a região de Toledo. Sob a orientação deste, foram construídos uma igreja, uma escola e um dormitório para alunos internos, quarto para o padre, cozinha e dependências para o alojamento das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, trazidas pelo reverendo em outubro de 1946 (Niederauer, 1992, p. 61). Logo no início, portanto. No livro *Nós somos distritos de Toledo* (Yoshida, 1988, p. 99), num subitem “Vila Ipiranga conta sua História”, vê-se que diversas localidades foram sendo atendidas sob o aspecto religioso e isso foi considerado da maior importância: “Igreja Católica - a primeira a ser construída, em 1954 com o auxílio da MARIPÁ [...] Vila Ipiranga possui, sem nenhum favor, um dos mais belos templos católicos do interior da região oestina”. São mencionadas, também, igrejas de outros credos cristãos como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Comunidade Evangélica Luterana Missouri Trindade.

Aqui se percebe a relação empresa colonizadora e igreja. Esta relação era fundamental porque o espírito religioso dos colonos e a influência de padres e de pastores nas antigas colônias requeriam que a nova colônia evidenciasse que o novo espaço colonial seria, também, um espaço onde Deus teria seu lugar. Ter boas relações com a igreja católica e com as igrejas evangélicas garantiria a boa propaganda de pastores e de padres junto aos colonos dispostos a encararem a migração. A maioria dos religiosos era descendente de imigrantes, falantes de dialetos e conhecedores da situação

social e das dificuldades econômicas de seus fiéis. Os seus conselhos incluíam, por vezes, a recomendação da migração para determinadas fronteiras agrícolas. Os colonos, por sua vez, consultavam-nos. O sagrado se constituía em fator influenciador de negócios. Instruir, pois, agentes vendedores de terras que religiosos, como o Padre Patuí, o Pastor Pawelke, pastor da Igreja Martin Luther – IECLB - de Marechal Cândido do Rondon, garantiriam os préstimos religiosos aos colonos animava os religiosos de áreas de emigração a incentivarem colonos a migrarem para colônias da fronteira agrícola.

O texto que relata a criação do distrito de São Luiz do município de Toledo (Yoshida, 1988, p. 35) diz que a "religião e a raça" foram usadas como requisitos pelo colonizador Miguel Dewes para o comércio de lotes e que “as famílias sulistas que migravam para cá eram dotadas de profunda fé religiosa recebida pelos antepassados europeus”. Lotário Meinerz (Yoshida, 1988, p. 85) lembra que o Pe. Hélio Bamberg é um orgulho para a comunidade por ser filho de membro da comunidade e ter sido ordenado sacerdote. Relata as dificuldades do vigário, Pe. Aloísio Baumeister, que tinha que vir no “lombo de burro”, depois comprou uma moto. Mais tarde, “com a ajuda da comunidade e de seus parentes da Alemanha, comprou um jipe de capota de aço e aí a coisa melhorou [...] as missas ou cultos eram bem participados, pois o povo, tradicionalmente católico, fazia questão de não faltar às missas ou rezas e continua assim até hoje”. A fala a respeito deste padre incorpora aspectos da modernização. O reverendo experimentou o lombo do burro, o acelerador da moto, o guidão do jipe. Experiências que vão simbolizando que as coisas melhoraram.

Da mesma forma, Valdomiro Aloísio Hammes (Yoshida, 1988, p. 95) enfatiza que “para igreja e escola sempre tivemos mão forte, pois estas duas casas foram de grande valia para nós e nossos 10 filhos que são todos sadios e fortes”. Percebe-se, nestas falas, a presença de líderes religiosos com sobrenomes alemães e o envolvimento comunitário com a igreja. É lembrado que veio ajuda da Alemanha.

Nesses relatos, percebe-se que predominaram os sobrenomes alemães e os nomes em português na nominação de padres, pastores, líderes e dos próprios depoentes. Religiosidade, etnicidade, comunidade eram elementos constitutivos de identidades nessas localidades. Personagens identificados como religiosos recebem atributos que rememoram origens europeias, nesses casos, origens alemãs, mesmo que os migrantes tenham vivenciado cotidianos em várias localidades e territorialidades europeias ou paisagens coloniais no sul do Brasil. Projetam sobre e a partir de líderes

identidades mais ou menos diluídas em diversos tempos e lugares.

Espaços étnicos

Ressaltar laços familiares, o desejo de permanecerem próximos aos parentes e conhecidos, após a constituição de novas famílias, contribuiu para que grupos familiares adquirissem lotes coloniais nas frentes de colonização para, então, se deslocarem em grupos. Isto ocorreu, principalmente, nas colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Oeste do Paraná. O grupo familiar poderia, também, ser ampliado e/ou substituído pelos laços de vizinhança e da comunidade. Elementos de identificação poderiam pesar para a decisão de optar em viver em determinada localidade. Um desses elementos, muitas vezes, era o étnico/nacional, baseado na língua falada e na identidade nacional dos antepassados presentes em imaginários, mais ou menos, explícitos. Tanto os imigrantes como os descendentes de imigrantes, em geral, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Giralda Seyferth (Seyferth, 1990, p. 79) afirma que os migrantes costumam guardar “alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de ‘absorção’, ‘assimilação’ e ‘aculturação’ não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.”

Na maioria das vezes, o pertencer a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos familiares e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores. Neste sentido, Seyferth (Seyferth, 1990, p. 91) comenta que “a utilização da língua alemã no meio familiar, certos padrões alimentares”, e outras características, tais como a ideia “de que a eficiência e a capacidade de trabalho decorrem da germanidade, o ideário da *Wohnkultur* – hábito de morar bem, de viver bem, são os elementos que, na opinião dos colonos de origem alemã, os distinguem dos demais.”

Há “*assimilação*” e “*aculturação*” das culturas originais imigrantes. Portanto, alguns valores culturais e ideológicos desapareceram e/ou perderam significados, outros permaneceram ou sofreram adaptações. Podem ser recriados e reformulados. Dentre os elementos culturais mais valorizados estão a língua e os costumes, tanto para os colonos do meio rural como para os que moram em áreas

urbanas. Já as diferenciações ocorrem no aspecto religioso, moral e familiar, seja entre imigrantes de etnias diferentes, seja com os brasileiros, cujo convívio dependia e depende de situações e momentos geopolíticos. Introduzir novos valores ou valores estranhos na cultura de um grupo significa criar um momento de instabilidade, de mudança de atitudes. Emílio Willems (Willems, 1980, p. 149) comenta que a tentativa de conservar certos valores culturais originários toma, por vezes, a feição de centros de resistência à assimilação, como por exemplo, na escola, na Igreja Evangélica alemã e na imprensa. Dessa forma, a defesa da identidade étnica e cultural das populações de origem ou descendência alemã estabeleceu uma espécie de ideologia, o *Deutschtum* ou “*germanismo*”. Este conceito assumiu, nos textos produzidos sobre o assunto, o significado étnico-nacional, em alguns momentos, e o sentido cultural, em outras ocasiões.

Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas alemãs vinculadas a comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs (Ver Kreutz, 1985).

Lúcia Teresinha Macena Gregory (Gregory, Lúcia, 2010, p. 226) informa que, até o final da década de 1960, foram criadas em Marechal Cândido Rondon 31 escolas. Com relação às escolas confessionais, destacam-se, atualmente, o Colégio Rui Barbosa (iniciou como Escola Luterana Concórdia), ligado à Igreja Evangélica Luterana do Brasil, o Colégio Marthin Luther, ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana e integrante da rede Sinodal de escolas, e o Colégio Cristo Rei, da Igreja Católica. Estes educandários vêm construindo, mais ou menos, identidades de conotação de germanidade.

Uma delas era a Escola Luterana Concórdia, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana Cristo, fundada em 1955 (Gregory, Lúcia, 2010, p. 227-229). “Através da escola, a população se reúne, comemora, festeja, ocupando ruas e praças num espaço que se faz eminentemente urbano.” As escolas dos distritos de Rondon podiam desfilar na sede ou no próprio distrito. Esta festividade seria, “além de um momento cívico, um momento de lazer, porque deixaram de lado o trabalho e afazeres cotidianos para poderem se divertir” (Gregory, Lúcia, 2010, p. 230).

Uma das comemorações e festas fortemente presente em registros e lembranças é a visita do presidente do Brasil e descendente de alemães do Rio Grande do Sul. A vinda do Presidente General Ernesto Geisel, em 1976, costuma ser rememorada e registrada como fato marcante para Marechal Cândido Rondon. Werner Wanderer e sua

esposa Elisabeth se apresentam como “amigos pessoais de Ernesto e Luci Geisel”. O Jornal Rondon Comunicação lançou edição especial sobre o evento. Através da frase da capa “Hoje, o tão esperado dia”, a edição, com 24 páginas, foi dedicada especialmente “à visita de Geisel e ao desenvolvimento de MCR” (Gregory, Lúcia, 2010, p. 295).

Em torno da escola, como também da igreja e de associações, o cultivo e a preservação de elementos culturais se estendeu a diversas gerações, persistindo mais ou menos até os dias atuais. Pode-se afirmar que alguns dos elementos de preservação e difusão da língua, identidade e cultura alemãs, por parte dos imigrantes e descendentes alemães, referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no associativismo, na organização das comunidades religiosas, entre outros. Tendo vivido isolados os imigrantes alemães, durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Os professores, a princípio, eram pessoas da colônia, mas com o desenvolvimento das colônias, vieram os religiosos, que, muitas vezes, se dedicavam, também, ao ensino. Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores, cujo papel tinha por meta ensinar a ler, a escrever, a contar e a transmitir valores comunitários e culturais, o que poderia significar manter costumes e tradições (Ver Kreutz, 1985).

Seyferth (Seyferth, 1990, p. 82) lembra que “as escolas não surgiram apenas por motivos étnicos, mas sobretudo porque o governo brasileiro não deu maior atenção à questão do ensino e, o que é mais grave, ao ensino primário, nas regiões povoadas com imigrantes”. A criação e a manutenção de escolas serviam para “evitar o problema do analfabetismo, eles próprios tomaram a iniciativa de estabelecer escolas, inicialmente comunitárias e depois particulares, que, com o tempo, se transformaram em ‘escolas étnicas’.” Por consequência, milhares de descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã, ficando o domínio da língua oficial brasileira em segundo plano, ou mesmo como língua de uso precário e deficiente.

O resultado disso provocou o cultivo da língua e de tradições culturais de origem. Aos poucos a língua alemã tornou-se uma espécie de símbolo de origem. Além do ensino da língua alemã em praticamente todas as colônias alemãs, tal fato, por consequência, acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de almanaques e de sua divulgação, tanto para o interior dos núcleos coloniais como para outras províncias, sendo que algumas continuam até hoje.

Clarice Nadir von Borstel observou que os dialetos mais falados em Marechal Cândido Rondon são o *Hunsrückisch*, o *Pommersche Platt* e o *Hochdeutsch*. Também há registros do *Westphälisch* e *Deutsch-russ*, falados apenas por um número reduzido de descendentes de alemães. O *Hunsrückisch*, procedente do *Hunsrückisch* do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, daria origem a um novo falar alemão através da infiltração de elementos de outros dialetos do alemão e de termos do português (Borstel, 1992. p. 67-68). Este *brasilianischedeutsch* simboliza assimilações, adaptações, incorporações de elementos culturais além das fronteiras da língua.

Lúcia Teresinha Macena Gregory (Gregory, Lúcia, 2010, p. 94), analisando a cultura fotográfica em Marechal Cândido Rondon, relata que “na época, devido à presença significativa de falantes do alemão, era preciso falar e entender essa língua para se encaminhar um bom entendimento no relacionamento e, conseqüentemente, nos negócios, no que Levino, que enfim chegou, logrou vantagens”. Írica Kaefer teria observado que um fotógrafo auxiliar da Foto Kaefer não teria permanecido muito tempo na vila porque “não sabia falar muito bem a língua alemã”.

As igrejas e a escola tiveram, pois, importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, de ensino e de festas. Esta organização em torno da capela/escola/salão remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas. Segundo Seyferth (Seyferth, 1990, p. 53), “as associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos.” Exemplo disto são as sociedades recreativas e esportivas (clubes de caça e tiro, salões de baile, jogo de bolão). Eram atividades de lazer e, ao mesmo tempo, um lugar de preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros.

Diversas festas, bailes, atividades escolares e cívicas, jogos de bolão e carteados também aconteciam em Marechal Cândido Rondon. E ocorrem ainda. Em alguns bares e em residências, é jogado o *Schafskopf* (cabeça de ovelha), um jogo de baralho considerado alemão. Diz-se que aprende bem este jogo aquele que é, além de alemão, inteligente. Nos ambientes do carteados surgem lembranças diversas. Podem servir de laboratório de pesquisa, um espaço lúdico e de trabalho.

Lúcia Teresinha Macena Gregory (Gregory, Lúcia, 2010, p. 253 e 255) descreve o Baile de *Kerb* (*Kerbfest*), a partir de imagens e textos referentes a Rondon. A *Kerbfest* estaria entre as festas mais lembradas em entrevistas. “A festa iniciava pela manhã com

a celebração religiosa. Era animada pela banda musical, do amanhecer ao entardecer, encerrando-se com o tradicional Baile de Kerb”. Está em registros que esta festa seria de comemoração e agradecimento pela “sobrevivência dos colonos a uma difícil viagem marítima”. A ideia teria sido de um grupo de alemães do Rio Grande do Sul, “com a promessa de realizar anualmente uma confraternização ‘caso todos sobrevivessem à longa viagem’”. Serviria para representar um tributo à boa colheita, em que haveria exibição da superioridade masculina e de idealização da mulher. Para a mulher seria “uma oportunidade para servir o café, com cucas, bolos e bolachas, que eram preparados na véspera como parte dos festejos”.

Em imagens de festas de carnaval, aparecem desfiles de blocos, segundo Lúcia Teresinha Macena Gregory (Gregory, Lúcia, 2010, p. 234), “com bandeiras do município, bandeirinhas com as cores da Alemanha, num sinal de tributo às questões germânicas locais, além de bandeiras características confeccionadas pelos blocos”. Os temas apresentariam aspectos de âmbito local e nacional. “Uma referência à ambientação local é a criação do bloco de carnaval ‘Colôno Samba’, numa alusão ao colono, um personagem real que integra o espaço local.” Der Kolonist e o samba, o ser colonial ensaiando passos de samba pode ser visto como uma tentativa hibridização cultural alemã brasileira.

Em 1986, foi elaborado o projeto de germanização de Marechal Cândido Rondon. Esse projeto previa incentivos fiscais para imóveis cuja fachada fosse construída em estilo germânico, Enxaimel ou Casa dos Alpes, e a realização de uma festa típica: a *Oktoberfest*. (Ver Stein, 2006)

Um deles é o Centro de Eventos Werner Wanderer, construído no início da década de 2000 e inaugurado em 23 de outubro de 2003. Matérias da imprensa local descrevem-no como marco importante da germanização da cidade. O Jornal O Presente³, em matéria de capa e páginas internas, informa que ele possui “uma área de 6.380,26 metros quadrados e uma capacidade para receber um público de até dez mil pessoas, o prédio conta com 34 fachadas, que retratam linhas arquitetônicas de várias regiões da Alemanha”. Atualmente está em construção o teatro municipal de Marechal Cândido Rondon, cujo projeto retoma o estilo arquitetônico considerado germânico e que propõe dar continuidade a esta caracterização.

³ Jornal O Presente, Marechal Cândido Rondon, 23 de outubro de 2003.

A Casa Gasa vem sendo divulgada como um espaço cultural e de memória de Marechal Cândido Rondon onde são desenvolvidas atividades culturais, pedagógicas e turísticas.

De acordo com o projeto de preservação e gestão da Casa Gasa (Estudo, 2003), esta “encontra-se em área central da cidade de Marechal Cândido Rondon e, desde a sua construção na década de 1960, vem chamando a atenção da comunidade local pelos seus traços arquitetônicos ímpares para a região”. O projeto traz como idéia central **“GASA: uma vida de muitas histórias”**, que propõe ser desenvolvido num esforço conjunto e integrado, entre diversas instituições, “visando à organização, a catalogação e a preservação do patrimônio Gasa, deixado por **Heribert Hans Joachin Gasa** (in memoriam), objetivando a integração do mesmo à história e memória local, regional e nacional”. O projeto menciona, ainda, a necessidade da “gestão do acervo composto por materiais textuais, audiovisuais, objetos de arte, móveis, instrumentos de trabalho, automóvel, instrumentos musicais e demais objetos pessoais que deverão ser organizados e disponibilizados para a visitação pela comunidade local, turistas e a pesquisadores”.

A vida cultural desses (i)migrantes influenciou, por meio de diversas formas, algumas localidades, podendo-se destacar certos hábitos alimentares, encenações teatrais típicas, corais de igrejas, bandas de música e assim por diante. Exemplo característico é a *Oktoberfest*, que, a princípio, surgiu como uma forma de manifestação contra as atitudes tomadas pelo Estado Novo em proibir atividades culturais que idenficassem a germanidade. Hoje, ela é uma festa que simboliza a alegria alemã, tendo incorporado, com adaptações e modificações, a gastronomia, a música e a língua alemãs.

O que se quer evidenciar é que a paisagem construída materialmente em Marechal Cândido é diversificada, mas que predomina uma preocupação por uma caracterização germânica. Esta caracterização foi sendo criada em discursos, projetos e manifestações que fortalecem representações que apontam para a construção de uma identidade local denominada de germanidade.

Considerações finais

Estamos numa época em que as mudanças aparecem sempre mais céleres. Perceber-se-ia certa aniquilação do espaço pelo tempo, uma “compressão de tempo e espaço”, no dizer de Doreen Massey (Massey, In: Arantes, 2000, p. 177). Haveria certa

ruptura com algumas ideias, como a de lugar. “A noção (idealizada) de uma época em que os lugares eram (supostamente) habitados por comunidades coerentes e homogêneas é contraposta à fragmentação e rupturas atuais.”

Tentar construir a vida em outros lugares do nascimento implica em deslocamento em que a referência do eu “vai em direção a um outro que virá a ser, a partir dos encontros com o novo espaço e com os outros (...) As formas de lidar com esse rompimento e a inserção no novo meio serão decisivas para o destino do migrante” (Pacelli Ferreira, 1999, p. 51). Haveria uma redefinição de identidade daquele que se embrenhou em outro universo e isso implicaria certo custo, o peso de ‘uma angústia ligada à incerteza’. É temor da perda com relação ao que ficou para trás e a incerteza do que virá, o que gera inquietude, fascínio. Rememorar lugares e coisas passadas de lugares do passado integra a construção e a desconstrução de identidades.

A migração *stricto sensu* é a passagem física de um lugar para outro, é uma experiência que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes. “A história da migração está interessada nos processos pelos quais os migrantes, individual e coletivamente, se estabelecem em uma nova região ou país e pelas maneiras em que as redes de trabalho e os estilos de vida do local de origem são recriados e modificados ... mudanças no interior de comunidades étnicas estabelecidas e relações de contestação à cultura dominante são freqüentemente motivações para o registro e a promulgação de histórias da origem e da chegada de migrantes” (Thomson, 2002, p 341-2).

As migrações são fenômenos sociais de caráter histórico, ou seja, cada migração adquire uma especificidade única e original em diversos aspectos. “O ato de migrar está associado ao nosso cotidiano, à procura de algo melhor, sempre mais adiante” (Nadalin, 2001, p. 9).

Os dados, imagens e símbolos relacionados à construção de um imaginário ligado a uma suposta origem germânica foram narrados e discutidos na perspectiva de dar a perceber a construção e a divulgação de uma identidade. Por um lado, a contribuição da cultura ligada a essa origem étnico/nacional contribuiu e continua a contribuir para o estabelecimento de discursos e de uma visualização de hegemonias, exemplificada, neste texto, no Oeste do Paraná e, mais especificamente, em Marechal Cândido Rondon. Por outro lado, também, gera preocupações no sentido de se admitir outras e tão ricas manifestações culturais de vários grupos. Ou seja, que certa marca identitária em construção admita a pluralidade e a presença democrática da diversidade.

Que a cidadania seja percebida na inclusão, embora haja uma aceitabilidade e um cultivo de valores denominados de germanidade.

Bibliografia

Árvore genealógica da família Lüdke, com breve histórico. Outubro de 2004. 49p. Impresso digitado e encadernado, cedido pelo neto Cristiano Lüdke. 49p. (Experiência e conhecimento de Guilherme Lüdke, autor atual desta ÁRVORE GENEALÓGICA, COM BREVE HISTÓRICO, p. 49).

AULICH, Werner. **O Paraná e os Alemães. Estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos**. Curitiba: Editado pela Comissão de festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953.

BORSTEL, Clarice Nadir Von. **Aspectos do Bilingüismo em Marechal Cândido Rondon**. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Letras - Lingüística) Curso de Pós-Graduação em Letras- Lingüística, UFSC, 1992.

Brasil 500 anos de povoamento/ IBGE, Centro de Documentos e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO MEMORIAL HANS GASA: UMA VIDA DE MUITAS HISTÓRIAS. Marechal Cândido Rondon, 2003.

GREGORY, Lúcia Teresinha Macena. **FOTOGRAFIAS E MEMÓRIAS: a trajetória da Foto Kaefer em Marechal Cândido Rondon, PR (1954-1990)**. Niteroi/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2010 (Tese de Doutorado em História).

GREGORY, Valdir, SEIDEL, Dorival e NOGUEIRA, Carla Simone. **A Igreja Evangélica Congregacional do Brasil 50 anos de vivência comunitária Marechal Cândido Rondon e região**. Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2009.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização no Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970**. Niterói: 1997. Tese (Doutorado), UFF, 1997. 360p.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná**. Cascavel, Edunioeste, 2002.

Jornal O Presente, Marechal Cândido Rondon, 23 de outubro de 2003.

KREUTZ, Lúcio. **Magistério e Imigração Alemã : o professor católico teuto-brasileiro da Restauração**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica.

- LAVALLE, Aida Mansani. *Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996. 320 p.
- LÜDKE, Cristiano. *Desterritorialização e reterritorialização: imigração teuto-russa para o Vale do Alto-Uruguai/ES (1908 a 1930)*. Marechal Cândido Rondon, 2004. TCC/graduação de história Unioeste).
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1993. 321p.
- MAGALHÃES, Marionilde. **Pangermanismo e Nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998.
- MASSEY, Doreen. In: ARANTES, Antônio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas/SP, Papirus, 2000, p. 177.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) *Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história*. Canoas : Ed. Ulbra, 1994.
- MÜLLER, Estêvão. *Peregrinos à procura de liberdade: odisséia da imigração alemã no Paraná*. Curitiba: Champagnat, 2005.
- MULLER, Keith D. **A Ocupação do Sul do Brasil. O caso de Toledo-Pr.** Toledo: Arquivo Histórico Willy Barth, mimeo, 1973.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba, SEED, 2001, p. 9.
- NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná. A História de um Latifúndio Improdutivo, sua Reforma Agrária, sua Colonização, seu Progresso**. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.
- NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Plano de Colonização da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A- MARIPÁ**. Toledo: 1955, mimeo.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História. A problemática dos lugares*. In: **Projeto História**, São Paulo: n.º 10, PUC, 1993.
- OBERG, Kalervo e JABINE, Thomas. **Toledo. Um Município da Fronteira Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Estudos n.º 03. Edições SSR, 1960.
- PACELLI FERREIRA, Ademir. *O Migrante na Rede do Outro. Ensaio sobre alteridade e subjetividade*. Editora TeCorá: Rio de Janeiro/Belo Horizonte, 1999, p. 51.
- PAWELKE, J. **Ficando Rico no Oeste do Paraná. Uma pequena história do oeste do Paraná especialmente do município de Marechal Cândido Rondon**. s.d. mimeo.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n.º 3, 1989.

POUTIGNAT, Philippe e FENART, Jocelyne Streiff. **Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: editora da UNESP, 1998.

QUEIRÓS, Ilse Lorena von Borstel Galvão de. **A Oktoberfest de Marechal Cândido Rondon, Pr: um estudo sobre o significado do lazer entre os descendentes de alemães**. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação Física) Curso de Pós-Graduação em Educação Física, UNESP, 1999.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios Lutas e Conquistas. História de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e Identidade Étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Oscar. (et alii) **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)comovedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. SP, vol, 22, n. 44 , (pp. 341-363), 2002, p 341-2.

WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1980.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes (coord.). *Com Licença somos do distrito de Toledo : projeto repensando os distritos de Toledo*. Toledo : Prefeitura do Município de Toledo: SMED, 1988.

**Do Minho ao Guaíba. Inserção social de portugueses reinois na vila de
Porto Alegre, início do século XIX.**

*Prof. Ms. Adriano Comissoli**

Resumo: Analisamos a migração de indivíduos naturais do norte de Portugal para a o sul da América. Este movimento se reiterou durante a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX e teve como um de seus efeitos o recrutamento do grupo mercantil atuante no Rio Grande de São Pedro. Paralelamente, este grupo de comerciantes reinois foi o principal responsável por fornecer homens para as tarefas da Câmara municipal de Porto Alegre. Apresentamos as ligações familiares, com especial atenção aos matrimônios, que orientaram o deslocamento destes minhotos e que possibilitaram sua alocação em posição social e política privilegiada em Porto Alegre.

Palavras-chave: família, matrimônio, migração.

Esta comunicação se destina a expor alguns dados coligidos a partir do trabalho que desenvolvemos dentro de nosso processo de doutoramento, um estudo que aborda a administração e a elite sul rio-grandenses entre os anos de 1808 e 1831. Aqui apresentamos algumas conclusões referentes ao estudo da composição social da Câmara de Porto Alegre, com destaque para o mecanismo de recrutamento de seus membros. Veremos como o fenômeno migratório português, destacadamente a migração de homens da província do Minho foi importante para abastecer a Câmara porto-alegrense de oficiais.

Deixar o lar: a vida em Portugal.

Para compreender o fluxo migratório que forneceu homens ao Brasil é necessário conhecer a vida dos mesmos em Portugal, desvendando o elemento que os levou a abandonar sua terra natal. A estrutura demográfica de Portugal no século XVIII e inícios do XIX descortina um acentuado desequilíbrio na distribuição da população entre suas províncias. No norte, notadamente no Minho, encontramos uma alta concentração de habitantes por quilômetros quadrados, enquanto nas regiões do Alentejo e do Algarve observa-se um povoamento muito mais esparsos. Durante o século XVIII, o Minho abrigava cerca de um quarto da população de Portugal continental

* Doutorando PPGHIS-UFRJ. Esta pesquisa conta com o apoio da CAPES na forma de bolsa de pesquisa.

espremida na fração de 1/12 de seu território.¹ A elevada concentração humana combinava-se igualmente à pequena propriedade agrícola e a um sistema familiar de privilégio da família tronco, o que imputava a valorização do celibato definitivo feminino e a migração dos componentes masculinos de inúmeras famílias. De fato, o Minho, assim como o arquipélago dos Açores, fornecia à monarquia lusitana os homens necessários ao povoamento das possessões de além mar mais do que outras regiões.

Em Portugal, a partir da expansão marítima, a emigração se constituiu não somente como resultado de conjunturas específicas, mas como uma constante estrutural, dado o fluxo contínuo de pessoas para o ultramar, do qual somente uma pequena fração retornava à Europa. As taxas de emigração de Portugal em direção ao Brasil oscilaram entre 1,5 a 4 mil pessoas/ano, sendo este máximo atingido ao tempo da intensa movimentação do século XVIII em direção às minas de ouro. Na primeira metade do oitocentos o fluxo desaceleraria novamente para 1,5 mil pessoas/ano, sem deixar de ser expressivo.²

Estes deslocamentos populacionais abasteceram o estado do Brasil em diversas regiões. A população subiu de cerca de 1,5 milhões de habitantes para 2 milhões em 1800. Embora o Rio Grande de São Pedro contribuisse com um percentual pequeno dos habitantes da América lusa (entre 1,3 e 1,8%), a região conheceu acentuado crescimento demográfico no final do século XVIII e início do XIX.³ Em 1780 computavam-se, com base nos censos paroquiais, um total de 17.923 pessoas vivendo na capitania, sem incluir as crianças abaixo da idade de confissão eclesiástica. Em 1802 um novo mapa populacional registrou 36.721 habitantes, o que significa a duplicação da população em apenas 22 anos. Não se pode menosprezar o efeito da incorporação do território missioneiro em 1801, que adicionou alguns milhares de indígenas à capitania, mas os contingentes guaranis dificilmente atingiriam números tão elevados. Novo salto demográfico se verifica em 1814, segundo Antônio Eleutério de Camargo, autor do *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, quando o número de habitantes quase dobraria novamente, atingindo a marca de 70.656 moradores. Conforme Helen Osório esse número subiria para 92.180 pessoas em 1819,

¹ SERRÃO, José Vicente. "O quadro humano", in. HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807), Vol. 4.** Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

² SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX).** Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999.

³ ALDEN, Dauril. "O período final do Brasil colônia: 1750-1808", in. BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: A América Latina Colonial, volume II.** São Paulo/DF: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

confirmando o crescimento acentuado da população do Continente.⁴ A velocidade do crescimento populacional parece deixar pouca dúvida de que neste momento o Rio Grande era um receptor de correntes migratórias, tanto de outras partes da América, quanto de Portugal, sem esquecer a contribuição da migração compulsória dos escravos africanos. Como explicar de outra forma um aumento de mais de 400% na população em cerca de 40 anos?

Esse crescimento mesclou na região pessoas de diversas condições sociais e econômicas. Havia índios dos antigos povoados jesuíticos, cativos trazidos de África, soldados destacados de diversas partes da monarquia, mas também jovens que deixaram as superpovoadas áreas do norte português em busca de oportunidades no além mar. Dada a estrutura familiar e agrícola da região, migrar era uma das melhores opções.

No Minho dos séculos XVIII e XIX percebemos a predominância de famílias-tronco, dentro das quais se evitava a fragmentação do patrimônio valendo-se de transmissão de herança para um único herdeiro. Essa estratégia de preservação das propriedades agrícolas, vista como necessária devido às suas reduzidas extensões, terminava por condenar os descendentes masculinos não-herdeiros a situações bastante delimitadas. De um lado, o celibato definitivo, quase sempre resultado do encaminhamento para a vida religiosa. De outro, a submissão ao herdeiro privilegiado como mão de obra dependente. Por fim, a alternativa da migração, muito mais presente aos homens do que às mulheres, que visava manter o equilíbrio entre a população e a disponibilidade de recursos, dando vazão à população excedentária. Portanto, o perfil dos homens que abasteceram a América lusa de braços livres em idade produtiva era, não exclusivamente, mas predominantemente, de homens minhotos não primogênitos em busca de colocações econômicas.

Era uma emigração majoritariamente jovem, masculina, e, ao que tudo indica, alfabetizada, que se inseria em grande medida dentro de uma lógica de expulsão de filhos excedentários de grupos domésticos de lavradores razoavelmente abastados do Nordeste, a zona agrícola mais rica e densamente povoada de Portugal, e também de

⁴ As informações são respectivamente de ANRJ. “Mapa geográfico do Rio Grande de São Pedro, suas Freguesias, e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de Outubro de 1780”. Códice 104, vol.2, fl. 134. AHU-RS. Carta do governador Paulo José da Silva Gama ao príncipe regente Dom João, 4 de dezembro de 1804, cx. 7, doc. 485. CAMARGO, Antônio Eleutério de. *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Apud. CESAR, Guilherme. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Globo, 1980. P. 251. OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822**. Niterói: Tese de Doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 1999. P. 169.

filhos de artesãos; uma emigração de remediados, portanto, dotados de dois capitais extremamente valiosos: saber ler e escrever, num reino esmagadoramente analfabeto, e um espectro de relações que lhes garantiam uma colocação conveniente no local quase sempre urbano de destino.⁵

Eles deixaram Guimarães, Braga, Porto e outras localidades menores em direção a Lisboa, de onde seguiram principalmente para o Rio de Janeiro e daí para todo o Estado do Brasil. Muitos para o extremo sul do mesmo.

Viver de seu negócio e governar o bem comum: a colocação na vila de Porto Alegre.

Deixar o norte de Portugal era uma necessidade não apenas individual, mas social. Não se tratava somente de buscar opções econômicas mais vantajosas, mas de garantir a sustentabilidade da casa paterna, mantendo o equilíbrio entre a capacidade produtiva da terra e o número de bocas a alimentar. Mas a saída implicava possuir contatos que garantissem o deslocamento espacial e a realocação econômica. Circuitos de migração interligando o norte de Portugal e Lisboa, resultando no recrutamento do grupo mercantil, foram apontados por Pedreira, que demonstrou que os tios abriam as portas de suas casas para receber os sobrinhos que como eles haviam sido forçados a deixar o Minho.⁶ O instrumento, entretanto, se prolongava até o extremo sul da América, sendo responsável por fornecer novos mercadores ao Rio Grande de São Pedro. Os comerciantes estudados por Osório eram predominantemente minhotos, 87,5% dos que faleceram entre 1775 e 1825 eram desta província, bem como 66,7% dos que estavam na ativa em 1808.⁷ No sul da América do Sul a atividade mercantil estava na mão dos migrantes que haviam deixado o Minho para evitar o colapso produtivo.

O circuito que interligava o norte de Portugal ao Rio de Janeiro e depois ao Rio Grande de São Pedro, contudo, não se esgotava no recrutamento mercantil. Os comerciantes reinóis que se instalaram em Porto Alegre não somente tinham a oportunidade de fazer carreira no comércio como mais tarde, ao se tornarem moradores fixos, ascendiam ao exercício da política local, ocupando os cargos da Câmara da vila,

⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas”, *Topoi*, nº 27. P. 77.

⁶ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**, Lisboa, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995.

⁷ OSÓRIO, Helen. Op. Cit.

algo percebido para o século XVIII e agora confirmado para o XIX.⁸ A tabela 1 nos demonstra a composição do conselho através da naturalidade de seus oficiais.

Tabela 1. Naturalidade dos oficiais da Câmara de Porto Alegre (1808-1828)⁹

Local	Quantidade	%
Portugal	34	53,1
Rio de Janeiro	8	12,5
Santa Catarina	5	7,8
Rio Grande de São Pedro	3	4,7
Colônia do Sacramento	3	4,7
Minas Gerais	3	4,7
Pernambuco	2	3,1
Açores	1	1,55
Não identificados	5	7,8
Total	64	99,95

Fonte: AHCMPA. Livros de Registro de Matrimônio, autos de justificação de matrimônio e testamentos. APERS. Inventários. CARVALHO, Mario Teixeira.

Nobiliário Sul-Riograndense. CHCSCPA. Livro 1 de entrada de irmãos (1825-1851).

ANRJ. Cadernos de informadores de 1814 e de 1818.

Os números não deixam dúvidas. Primeiro constata-se que o corpo de vereadores de Porto Alegre é composto majoritariamente por sujeitos nascidos fora do espaço da capitania/província do Rio Grande de São Pedro. Os sul rio-grandenses são apenas 4,7% dos oficiais, a esmagadora maioria vinha de outras regiões. A instituição que tradicionalmente abrigava elites locais dependia no sul de fluxos populacionais de outras partes da monarquia lusitana. Dentre os migrantes a predominância de portugueses nascidos no Reino é a segunda certeza que se destaca pelo levantamento. Os portugueses europeus são mais da metade do total. Isso implica em movimento

⁸ COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2008. COMISSOLI, Adriano. “A vila coroada: perfil social dos vereadores de Porto Alegre (1808-1828)”, in. **Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. VII mostra de pesquisa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG, 2009.

⁹ Foram considerados todos os oficiais que efetivamente tomaram posse nos cargos de juiz ordinário, vereador e procurador a despeito de serem escolhidos por pelouros ou barrete. Para o sistema de eleição da Câmara ver. , Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre**. Op. Cit.

migratório em direção ao sul, o que por sua vez encontra fundamento nos dados de crescimento populacional anteriormente apontados. Das gentes que se dirigiam ao extremo sul uma parcela era de portugueses do Reino que mais tarde ingressaria na instituição camarária. Vejamos na tabela 2 de que parte de Portugal eram oriundos estes reinos.

Tabela 2. Local de nascença/batismo dos oficiais da Câmara de Porto Alegre originários de Portugal (1808-1828).

Local	Quantidade	%
Portugal (sem especificação)	7	20,5
Arcebispo de Braga	8	23,5
Cidade de Braga	1	2,9
Vila de Melgaço	2	5,9
Vila de Guimarães	4	11,7
Vila de Barcelos	1	2,9
Bispado do Porto	5	14,7
Cidade do Porto	4	11,7
Vila de Arouca	1	2,9
Lisboa	1	2,9
Total	34	99,6

Fonte: AHCMPPA. Livros de Registro de Matrimônio, autos de justificação de matrimônio e testamentos. APERS. Inventários. CARVALHO, Mario Teixeira.

Nobiliário Sul-Riograndense. CHCSCPA. Livro 1 de entrada de irmãos (1825-1851).

ANRJ. Cadernos de informadores de 1814 e de 1818.

Dos que foi possível obter especificação e excetuando-se Lisboa, todas as localidades especificadas se situam ao norte de Portugal. A vila de Arouca poderia constituir-se exceção por se encontrar na província da Beira, mas ainda assim respondia à comarca de Aveiro, bastante próxima espacialmente das regiões mais setentrionais. A concentração no arcebispo de Braga se deve ao fato de este ser um dos mais amplos do Reino, abarcando inúmeras vilas e povoados densamente habitados. Fica mais do que clara a expressividade dos reinos do norte na Câmara de Porto Alegre, os nascidos no Minho são 25 indivíduos, ou seja, 39% dos 64 oficiais do período 1808-1828 e

73,5% dos reinos. A tabela 3 demonstra que eles se encaixam no perfil de recrutamento do grupo mercantil.

Tabela 3. Ocupação econômica dos oficiais da Câmara de Porto Alegre nascidos em Portugal (1808-1828).

Atividade	Quantidade
Comércio	27
Comércio e agropecuária	6
Comércio e charqueada	1
Total	34

Fonte: ANRJ. Caderno de informadores de 1814 e de 1818. AHCMPA. Processos de Justificação Matrimonial. CHCSCM. Livro 1 de entrada de irmãos (1825-1851). APERS. Processos de inventários *post mortem*. MAGALHÃES, Manoel Antônio de. “Almanack da Vila de Porto Alegre.

Os dados sobre a atividade mercantil dos camaristas oriundos de Portugal são ainda mais expressivos do que os sobre a localidade de nascimento. Todos os vereadores e procuradores nascidos na Europa estavam atrelados ao ramo comercial. A migração do Minho para a vila às margens do Guaíba, ou seja, do extremo norte português para o extremo sul da América, era responsável por recrutar comerciantes e dentre estes os oficiais que configuravam metade dos ocupantes da Câmara.

Para perceber como se desenvolvia a passagem do Minho para Porto Alegre vamos recorrer a alguns exemplos, nos afastando da avaliação serial. Antônio Fernandes Teixeira declarou em 1821 que havia saído de menoridade de sua “pátria”, isto é, a freguesia de São Miguel d’Arcurillo na qual morava na área do bispado do Porto. Ele teria chegado a Porto Alegre contando cerca de 10 anos de idade vindo na companhia de Antônio José da Silva Guimarães, que nessa altura era já um comerciante estabelecido na vila. Se este acompanhamento se deu por todo o caminho ou somente a partir de Lisboa ou do Rio de Janeiro não está claro no depoimento. A história foi confirmada pela testemunha Antônio José Pinheiro Lima, um negociante que atuara como tesoureiro da Câmara, que disse que Fernandes Teixeira trabalhara com Guimarães, “entrado na loja lhe custara chegar a balcão”. Coincidência ou não, tanto o empregador quanto a testemunha vieram do arcebispado de Braga para o extremo meridional da

América. Antônio José da Silva Guimarães nascera na freguesia de São Miguel de Cremonil, enquanto Pinheiro Lima era natural da de Santo André de Radufe.¹⁰

Antônio José Pinheiro Lima não contempla nossa pesquisa direta por não haver exercido os ofícios maiores da Câmara, mas ele era igualmente comerciante e minhoto. Após chegar a Porto Alegre, ele casara-se com a filha de André Bernardes Rangel, um camarista nascido na freguesia de Viamão no próprio Continente de São Pedro. Fora testemunha no auto de justificação matrimonial de Pinheiro Lima mais um minhoto. Antônio José Pereira Machado era natural da freguesia de Quintais, arcebispado de Braga e em 1818 dizia-se dele que vivia de seus moinhos, mas que fora anteriormente negociante, além de possuir bens de raiz. Em seu inventário *post mortem*, datado de 1823, constavam uma morada de casa na rua de Bragança, uma chácara fora do portão da cidade, um terreno no caminho novo e uma ilha fronteira “a esta cidade”.¹¹ Contudo, ao testemunhar a favor de Pinheiro Lima ele declarou viver de negócio. Disse mais que o conhecera primeiro no Rio de Janeiro cerca de 3 anos antes do depoimento, embora infelizmente não especifique como se desenvolveu este encontro. Uma segunda testemunha, Antônio Nogueira Gandra, natural da cidade do Porto que possuía loja de ourives em Porto Alegre, afirma que conhecia Lima desde “sua pátria” e que conhecera aos pais do mesmo, pois ele testemunha comerciava na dita freguesia. A última testemunha de Lima detinha certa projeção social, pois se dizia professo na Ordem de Santiago da Espada. Antes disso, porém, este capitão Manuel José de Souza Guimarães era um negociante nascido na vila de Guimarães, tendo nessa época conhecido ao noivo e seus pais.¹²

Como se percebe estes sujeitos se reencontravam em Porto Alegre após conhecimentos prévios. A natureza e a força destes laços permanecem obscuras, mas nos fornecem margem para pensar que orientaram a opção do deslocamento em direção ao extremo sul da América. Como afirma Osório no caso dos comerciantes, “Sobrinhos, auxiliados por tios, acabavam por percorrer os mesmo itinerários da geração anterior. Tais redes não eram exclusivamente familiares, e envolviam amigos, compadres e conhecidos provenientes das mesmas localidades de origem”.¹³

¹⁰ AHCMPA. Autos de justificação matrimonial de Antônio Fernandes Teixeira e Inácia Rodrigues do Vale, 1821/26.

¹¹ Inventário de **Antônio José Pereira Machado**, 1º cartório de órfão de Porto Alegre, Processo: 785 Maço: 32 Ano: 1823.

¹² AHCMPA. Autos de justificação matrimonial de Antônio José Pinheiro Lima e Maria Angélica Rangel, 1804/5.

¹³ OSÓRIO, Helen. Op. Cit. P. 255.

Domingos de Almeida Lemos Peixoto, como inúmeros outros antes dele, deixou sua pátria, a freguesia de Santo Ildefonso na cidade do Porto, de menoridade, dirigindo-se para o Rio de Janeiro. Quanto tinha 13 anos se passou a Porto Alegre época em que afirmaram terem lhe conhecido suas três testemunhas: Antônio Soares de Paiva, Pedro Medeiros Souza e Francisco José Cidade. O último, um comerciante natural da Ilha de Santa Catarina afirmou que o trouxe do Rio de Janeiro para sua própria casa. Isso teria ocorrido dez anos antes do processo matrimonial. Este acolhimento era fruto de uma teia de relações que permitia a reiteração deste movimento migratório. Em Porto Alegre, após instalado, Domingos provavelmente trabalhou junto a Francisco no comércio do mesmo. Em 1795 ele tomou posse pela primeira vez como vereador, cinco anos após casar-se com um das filhas do então capitão José Francisco da Silveira Casado, um criador de gados natural dos Açores que havia sido oficial da Câmara em 6 diferentes legislaturas. A trajetória de Domingos foi certamente ascendente. Ao falecer em 1837 deixou um patrimônio avaliado em 15 contos de reis o que contabiliza quase 2.000 libras esterlinas em moeda da época.¹⁴ Contudo, Domingos reiterava os laços de sociabilidade desenvolvidos pelo fluxo migratório dos minhotos. Ele casou a filha Felicidade Perpétua de Almeida com Antônio Bernardes Machado. A esta altura já não deve surpreender que o genro de Domingos fosse minhoto, migrante, comerciante e vereador.

Coincidência que todos estes homens viessem a se reencontrar no sul do mundo anos depois de deixarem suas “pátrias” em ocasiões distintas? Eles nasceram em regiões próximas, afirmavam conhecimento mútuo reiterado em diversas ocasiões e locais. Por vezes foram vizinhos ou então suas famílias tinham trato direto. Eles deixavam a terra em que nasceram relativamente novos, entre os 10 e os 13 anos de idade. Não são todos os casos que informam, mas os aqui relatados demonstram que os sujeitos contavam com alguém que os acolhesse e empregasse. Com o tempo os jovens estabeleciam-se e providenciavam o sustento vivendo de seu negócio. Casavam-se com mulheres nascidas no Rio Grande de São Pedro, mas muitas vezes filhas de outros migrantes que operavam no comércio e na Câmara dando continuidade a este padrão.

José Antônio da Silva Neves casou-se com a filha de Antônio José Martins Bastos, demonstrando este movimento. Martins Bastos migrara primeiro, deixando o arcebispado de Braga estabeleceu comércio em Porto Alegre e participou da Câmara.

¹⁴ Inventário de **Domingos de Almeida Lemos Peixoto**, 1º cartório de órfão de Porto Alegre, Processo: 1235 Maço: 59 Ano: 1837.

Silva Neves saiu da cidade do Porto e no sul da América conhecia suas duas testemunhas, uma delas afirmando que haviam sido vizinhos em Portugal por sete anos. Como em quase todos os casos investigados, Silva Neves participou da Câmara após o seu casamento o que indica que o matrimônio precedia a vida política. Nesse sentido podemos interpretar que o casamento era lido como um fator de estabilidade e de fixidez. Ao adentrarem a Câmara estes minhotos haviam ultrapassado os tempos de migrar, estavam inseridos na sociedade. Após casarem-se estes homens eram vistos como pertencentes à vila, cidadãos nos termos do Antigo Regime e, portanto, elegíveis aos ofícios camarários.

Existem dois elementos a serem extraídos dos dados aqui alinhavados. Ambos tratam do fator de movimentação dos migrantes. O primeiro deles demonstra que a saída de Portugal se fazia necessária para a manutenção do equilíbrio social no norte do Reino, mas ao mesmo tempo aponta para uma inserção bem sucedida no extremo sul da América. Os minhotos não apenas se estabeleciam com comércio como terminavam por ter grande expressão numérica na Câmara de Porto Alegre. Esta inserção social vitoriosa se reiterava no tempo, visto que os migrantes se sucediam com o passar dos anos. Para tanto este movimento migratório parece ter contado com uma rede de relacionamentos que orientava o deslocamento e garantia a acolhida dos sujeitos na vila meridional. Ao que tudo indica ainda que a estrutura agrária e as formas de transmissão de herança obrigassem os filhos varões não primogênitos a abandonarem sua terra natal eles não eram simplesmente lançados ao mundo, pois outras sociabilidades eram acionadas para garantir sua sobrevivência. Na opção por Porto Alegre eles encontravam não apenas o necessário para garantir seu sustento como podiam ascender ao nível de elite local. Neste caso, a constituição de um segmento da elite sul rio-grandense, notadamente o setor mercantil que dominava o acesso à Câmara, dependia fortemente de um circuito migratório para garantir sua continuidade. A opção pelo recrutamento de novos migrantes visava simultaneamente reiterar o movimento de extração de contingentes do Minho para manter seu equilíbrio demográfico e privilegiar a renovação das alianças destes comerciantes com redes relacionais externas ao Continente de São Pedro.

Referências bibliográficas

ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil colônia: 1750-1808”, in. BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: A América Latina Colonial, volume II**. São

Paulo/DF: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

CARVALHO, Mario Teixeira. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, 1937.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul – Período Colonial**. Porto Alegre: Globo, 1980.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2008.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. “Almanack da Vila de Porto Alegre”, in: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 30, 1867, p. 43-74.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas”, **Topoi**, nº 27.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737 – 1822**. Niterói: Tese de Doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 1999.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social**, Lisboa, Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 1995.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999.

SERRÃO, José Vicente. “O quadro humano”, in. HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807), Vol. 4**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

O discurso da AIB e os movimentos migratórios da comunidade judaica no Rio Grande do Sul

*Cristine Fortes Lia**

Resumo: Nas primeiras décadas do século XX, a Ação Integralista Brasileira (AIB) construiu e reproduziu uma série de discursos de caráter segregacionista, evidenciando a existência de inimigos da nação brasileira. Entre estes supostos inimigos ocupavam lugar de destaque os judeus, grupo que motivou os integrantes da AIB a publicarem uma expressiva quantidade de livros e artigos para a imprensa. Estes escritos, alguns com a intenção de promover a mobilização popular contra o referido grupo, denegriam a imagem dos imigrantes judeus, objetivando impedir sua entrada no Brasil. No entanto, as atividades anti-semitas da AIB coincidem com o período imigratório e migratório das comunidades judaicas em terras brasileiras. A análise desses discursos e a abrangência dos mesmos na mobilidade dos imigrantes judeus são uma abordagem de grande significado para a compreensão das estratégias de negociação de permanência da comunidade judaica no Rio Grande do Sul.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), cujas atividades foram marcadas por um forte caráter anti-semita, costuma ser enfocada pela historiografia brasileira como um dos setores de atividades mais violentas contra a comunidade judaica (em especial no Estado do Rio Grande do Sul, onde a AIB teria abarcado um expressivo número de filiados).

Além disso, destaca-se frequentemente o importante papel doutrinário do grupo integralista, cujas publicações, em livros ou periódicos, contribuíram para a formação de um sentimento anti-judaico no estado gaúcho. Maria Luiza Tucci Carneiro (1995) considera que o maior número de obras anti-semitas publicadas durante a Era Vargas,

* Doutora em História – PUCS. Professora da Universidade de Caxias do Sul – UCS.

em todo o Brasil, é de autoria de integralistas¹. É inegável a importância dessas publicações para a divulgação de temor e desprezo com relação aos imigrantes judeus no sul do Brasil. Entretanto, a abrangência da ação violenta da AIB contra a referida comunidade, bem como a aceitação e reação aos seus pronunciamentos nos periódicos locais, precisa ser redimensionada.

Os pronunciamentos dos integralistas, através da imprensa escrita gaúcha, direcionavam-se, basicamente, a alarmar a população local sobre os perigos da imigração judaica para o Rio Grande do Sul, dado o suposto poder de dominação exercido por esse grupo de imigrantes. Para a AIB, o imigrante judeu era um conspirador internacional, sempre envolvido em estratégias poderosíssimas de dominação mundial. Para exercerem esse domínio, segundo os integralistas, os judeus se utilizavam da maçonaria, do comunismo e do capitalismo internacional. O judeu era o inimigo permanente, presente nas articulações capitalistas e comunistas.

Considerados ateus, esses imigrantes, na ótica da Ação Integralista Brasileira, estavam envolvidos na destruição do catolicismo no Brasil. Os jornais integralistas, então, publicavam com frequência matérias que destacavam a importância da manutenção do catolicismo como religião oficial, dada sua relevância nas tradições do país. Gustavo Barroso, em entrevista ao periódico *O Integralista*, observa a necessidade de manutenção da referida crença. “*O catolicismo é a religião da grande maioria, ou melhor da quase totalidade dos brasileiros. [...] Demais a religião católica, [...], mais interesse e responsabilidade por isso mesmo tem na defesa das tradições de nossa civilização, tão ameaçadas hoje [...]*” (O INTEGRALISTA, 13/03/1935, p. 01).

A ameaça às nossas tradições, a que Gustavo Barroso se referia, certamente era a presença dos imigrantes judeus. Nesse sentido, destacamos a intensa relação estabelecida entre o catolicismo gaúcho e a AIB, cujos objetivos centravam-se na eliminação de inimigos comuns aos dois grupos. Os discursos integralistas contemplavam as aspirações da Igreja Católica para a manutenção de seu *status* de religião legítima e oficial do Estado. Por muito tempo, católicos e integralistas mantiveram estreitas relações de colaboração.

Sempre apontados como perigosos, o plano “judaico-maçom” foi constantemente noticiado, destacando a potencialidade destrutiva desses indivíduos. Em

¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

21 de abril de 1936, o jornal *Correio do Povo*², publicou um expressivo texto na sessão “A pedidos”, de Mario Ferreira de Medeiros, que se assinava chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul. Nesse texto, intitulado “Pelo bem do Brasil, Anauê! Integralismo versus judaísmo internacional. Uma palavra de ordem aos cento e trinta núcleos integralistas do Rio Grande do Sul”, o referido chefe provincial conclamava os integrantes da Ação Integralista para a luta contra os judeus maçons.

Para isso, apresentava inúmeros argumentos que evidenciavam a relação judaísmo e maçonaria e a extensão das atividades dessa organização. Exigia o comprometimento dos membros da AIB para salvar a nação, e afirmava não temer pela própria vida que estaria em jogo nesta luta, dada a periculosidade de seus oponentes, os judeus maçons. Para ele, comunismo, maçonaria e judaísmo eram sinônimos, já que partiam da mesma vertente do mal. Era preciso “[...] *limpar o Brasil da peste comunista. Banqueirismo, maçonaria e comunismo, tudo é a mesma coisa: ‘judaísmo internacional’!*” (CORREIO DO POVO, 21/04/1936, p. 11).

Assim, o alvo máximo da luta integralista centrava-se nos judeus, considerados a fonte de todos os males³. O padre Ricardo Liberalli⁴, compartilhando das mesmas idéias integralistas, publicou, em 1932, um texto no periódico gaúcho *Estrella do Sul*⁵, afirmando serem os judeus os responsáveis por todas as desordens do mundo, inclusive a Revolução Francesa e a Revolução Russa.

Na opinião do padre, os maçons, por serem ingênuos⁶, haviam se deixado dominar pelos judeus, que agora se utilizavam daquela instituição para implantar seu domínio mundial. Liberalli concluiu seu texto com um comentário de alerta, destacando

² O jornal *Correio do Povo* não era publicação da AIB, entretanto suas páginas foram frequentemente utilizadas para a divulgação das idéias da Ação Integralista.

³ Interessantemente, muitas vezes, os integralistas afirmavam não possuírem nenhum tipo de restrição aos judeus. Nos pronunciamentos que se seguem, pode-se, algumas vezes, observar essa tendência. Entretanto, é inegável o anti-semitismo pregado pela AIB. Entretanto, por mais significativa que fosse a adesão anti-semita, a mesma nunca foi consenso, provocando até atritos entre Gustavo Barroso (certamente o expoente mais radical dessa corrente anti-judaica) e Plínio Salgado.

⁴ O padre Ricardo Liberalli, inicialmente apenas simpatizante das idéias integralistas, acabou tornando-se um seguidor do sigma. Sempre fora, mesmo antes de sua adesão ao integralismo, um difusor de idéias contra os judeus.

⁵ Apesar de não constituir uma publicação integralista, o jornal católico *Estrella do Sul* foi um mecanismo constante de divulgação das opiniões integralistas. Publicava assuntos relativos ao andamento do catolicismo no Rio Grande do Sul e abria um considerável espaço para as discussões propostas pela AIB, principalmente as que diziam respeito à maçonaria e ao judaísmo.

⁶ A maçonaria era, frequentemente, apresentada nos textos integralistas como uma instituição ingênuas, que estava sendo utilizada pelos judeus na conspiração internacional de conquistar o mundo. Na ótica integralista, a maçonaria seria inicialmente, em essência, uma organização sem objetivos nefastos, mas teria sido corrompida pela presença judaica, que, aproveitando-se da ingenuidade da instituição, a teria dominado para utilizá-la para fins perversos.

a necessidade de preservação do catolicismo, o perigo de um Estado laico e o problema da entrada de judeus em terras gaúchas.

Anos mais tarde, o alerta permanecia o mesmo, o padre Ricardo Liberalli (nessa época já Monsenhor), em um artigo destinado aos pastores protestantes, destacava os horrores secretos da maçonaria. “*A maçonaria, meus caros pastores, é o mesmo Anticristo, porquanto que é o posto avançado dos judeus, pela qual desejam implantar o comunismo ateu no mundo*” (ESTRELLA DO SUL, 12/08/1937, p. 07). Interessante observar que na campanha de difamação os judeus são, ao mesmo tempo, comunistas ateus e capitalistas internacionais. A Rússia comunista era considerada fruto da ação do capitalismo judaico.

Em abril de 1937, o *Estrella do Sul*, transcreveu um artigo do periódico paulista *O Operário*, sustentando a idéia de que a reconstrução da economia russa havia acontecido sob o “signo do capitalismo israelita”. A Rússia era uma prova da maléfica ação judaica nas nações. “*A verdade é uma: a Rússia está dominada por um capitalismo estatal de péssima espécie, cujos aproveitadores famintos são judeus e outros nefandos exploradores*” (ESTRELLA DO SUL, 29/04/1937, p. 01).

Assim, o perigo judaico centrava-se no fato de sua dominação capitalista ser capaz de introduzir o comunismo, regime extremamente temido por diversos setores da sociedade da época, nas nações que subordinava. Importante observar que toda essa campanha, com todas essas informações, não possuía nenhuma prova concreta do que afirmava. Era impossível comprovar a existência de uma organização judaica na Rússia, entretanto, nunca foi possível, nesse período, desmentir essas acusações.

Qualquer agitação interna ou externa era vista como obra do judaísmo. A Ação Integralista Brasileira, com a ajuda de seus colaboradores⁷, ambicionava impedir a entrada de novos imigrantes judeus no país e controlar (através da formação de uma sociedade vigilante) as ações da comunidade judaica já instalada no território brasileiro, em especial nos estados com maior número de imigrantes. A desconfiança lançada contra a referida comunidade permitiria legitimar possíveis ações da AIB. Assim, em qualquer conflito, destacavam a presença de judeus, era a prova de que com um pequeno descuido a dominação judaica poderia acontecer.

⁷ A Ação Integralista Brasileira sempre contou com a colaboração de indivíduos e instituições que, embora não vinculassem seus nomes à AIB, sempre prestaram auxílio divulgando os ideais propostos pela mesma.

Nas estatísticas de todo o mundo o judeu ocupa o primeiro lugar. No Brasil vemos que o judeu tem sua maneira de negociar sem pagar imposto. Os seus recibos não levam selo. Sendo ele um técnico no contrabando não paga taxa alfandegária. Isso acontece em todas as capitais do universo. O judaísmo é uma praga, é um flagelo, é uma desgraça universal. Conforme o noticiário dos jornais os judeus tomaram parte salientíssima nos últimos acontecimentos que ensangüentaram o país. Não tínhamos dúvida quanto a participação deste elemento na preparação do plano comunista. Acreditamos mesmo que cada estabelecimento judaico seja uma célula do comunismo. Viemos notando as freqüentes visitas de oficiais do exército a determinado estabelecimento de móveis da Rua Vigário José Inácio. Uma coisa digna de nota foi a distribuição de convites para uma reunião de israelitas na sociedade Linat Hazedek, a rua Bento de Figueiredo para a criação de uma nova organização sionista. Esse convite foi distribuído dois dias após a jugulação do levante do norte (A LUTA, 07/12/1935, p.01).

O artigo do periódico gaúcho *A Luta*, além de incriminar os judeus pela Intentona Comunista de 1935, determinava as atividades criminosas desenvolvidas pelos mesmos “em todas as capitais do universo”, bem como identificava locais, na capital gaúcha, de encontro da comunidade para atividades ilícitas. Os leitores desse jornal certamente passaram a olhar o estabelecimento de móveis da rua Vigário José Inácio, citado no referido artigo, com extrema desconfiança.

A AIB divulgava a idéia de que os imigrantes judeus não pretendiam se fixar em terras no sul do país, mas sim dominá-lo, por isso se mantinham contra essa imigração. Além de perigosos, eram improdutivos e ateus, de forma que, inúmeras vezes, os membros da Ação Integralista se dirigiram à imprensa para manifestar seu repúdio a essa corrente migratória. Destacavam, também, o problema do “isolamento” judeu em determinadas regiões das cidades, os núcleos judaicos – referidos, em geral, como ghettos – eram considerados como “células” de perversão e conspiração. Lançavam desconfiança sobre as colônias agrícolas, as zonas comerciais (como referia o artigo anterior) e residenciais judaicas.

Em 1941, Anor Butler Maciel publica artigos alardeando sobre o problema dos imigrantes judeus reunirem-se em bairros “próprios”. Segundo ele, o povo brasileiro “tradicionalmente cavalheiresco e acolhedor” não percebia o perigo eminente da concentração da comunidade judaica em zonas específicas da cidade. Maciel reforçava, constantemente a ideia de desconhecimento dos brasileiros do “problema internacional

judaico”, que só havia sido percebido com a publicação de livros como *Os protocolos dos sábios de Sião*⁸, e com a campanha nazista na Alemanha.

O autor integralista⁹ fez circular essas ideias em periódicos de cidades como Porto Alegre e Pelotas, que possuíam expressivas comunidades judaicas no período. O texto que abordava a questão, publicado em janeiro de 1941 nos periódicos *Diário de Notícias* e *A Opinião Pública*, das referidas cidades respectivamente, tinha caráter de denúncia, de despertar a atenção da comunidade local para o problema, “[...] *que a colônia judaica no Brasil, muito mais que qualquer outro grupo estrangeiro, timbrava em não se assimilar aos nacionais, conservando-se completamente isolada*” (A OPINIÃO PÚBLICA, 14/01/1941, p. 03).

O texto reforçava a idéia do isolamento através da identificação de associações culturais, esportivas, recreativas e religiosas voltadas exclusivamente para a comunidade judaica. Destacava, ainda, os impedimentos de casamentos mistos e a defesa de manutenção da “raça” dos judeus. Observava que não eram as perseguições governamentais que os confinava, mas sim a própria comunidade que se isolava dos nacionais, permanecendo nos bairros por ela conquistados.

Anor Butler Maciel não identificou qual solução deveria ser tomada com relação aos bairros judaicos, mas enfatiza a necessidade de medidas de controle, da necessidade de integração, do perigo da ausência de vigilância. Chamava, dessa forma, a atenção da comunidade local para o grupo judaico, que deveria passar a ser observado com desconfiança: se não se integrava era porque tramava algo negativo contra a cidade, possivelmente depois de dominar os bairros passaria a exercer domínio sobre toda a cidade e todo o país.

Os bairros judaicos eram vistos, através desse tipo de campanha, como um grande problema, o próprio título do texto de Maciel é “Judaísmo, problema brasileiro”, cuja solução ainda não havia sido encontrada. Na ausência de uma solução oficial, essas ideias divulgadas através da imprensa incentivaram atitudes violentas e hostis contra a comunidade judaica. Não foram raros pequenos grupos que se reuniam para se dirigirem

⁸ COHN, Norman. *El mito da la conspiración judia mundial: Los protocolos de los sabios de Sión. Madrid: Alianza, 1983.*

⁹ Em 1941, a Ação Integralista Brasileira já estava oficialmente extinta do cenário político brasileiro, mas apesar da extinção de sua organização política a “voz integralista” continuava se fazendo presente no anti-semitismo do Estado Novo. Anor Butler Maciel não desapareceu da vida pública e política do Rio Grande do Sul, tornando-se Procurador Geral do Estado entre 1939 e 1941, mantendo publicamente suas opiniões anti judaicas.

aos bairros ou estabelecimentos comerciais judaicos para realizar provocações, insultos e algumas demonstrações de violência.

Importante observar que a preocupação com os bairros judaicos não foi uma constante para os Integralistas. Em 1934, discursando no bairro Bom Fim, Amílcar Silveira destacou que os imigrantes judeus moradores do referido bairro não eram considerados inimigos pela AIB. Pelo contrário, admitiu as possibilidades de engrandecimento da nação pela obra desses imigrantes, e garantiu haver um lugar para eles, bem como para alemães e italianos, dentro do integralismo, desde que estivessem dispostos a se submeter às diretrizes da AIB. O Bom Fim aparecia, nas palavras ditas por Silveira e publicadas no periódico *O Integralista*, como um reduto de bons e bem intencionados homens.

Não podemos, entretanto, superestimar as boas relações entre a comunidade judaica moradora do Bom Fim, bem como a das demais regiões do estado, e os membros da AIB. A tolerância entre os mesmos era frágil, e essa fragilidade fez-se sentir inúmeras vezes através de violentos atritos entre os dois grupos. No início do ano de 1936, o periódico *Correio do Povo* relatou uma série de “pancadarias” envolvendo membros da comunidade judaica e da AIB. A avenida Oswaldo Aranha era o palco dessas constantes agitações (um dos maiores núcleos da AIB no estado ficava justamente no bairro Bom Fim).

Em 30 de janeiro de 1936, o *Correio do Povo* publicou uma extensa matéria sobre uma pancadaria ocorrida na noite anterior nas ruas do bairro Bom Fim, envolvendo integralistas e membros da colônia israelita. Segundo o periódico, os constantes atritos entre os dois grupos já haviam ganho a atenção das autoridades e da polícia que, com certa frequência, aparecia no bairro para controlar as agitações, “no sábado último a polícia ali esteve, a fim de intervir em outro conflito, sendo nessa ocasião detido um homem que se encontrava armado de navalha” (p. 12).

Nessa reportagem, em função de uma pancadaria em um sábado à noite, o jornal *Correio do Povo* se propôs a levantar as razões dos constantes conflitos, tentando ouvir os dois lados e observando a grande concentração de pessoas no local, que se aglomeravam para assistir aos conflitos, “uma multidão considerável de curiosos, homens, mulheres e crianças, que comentavam o caso de maneira mais diversa” (p. 12).

Segundo o periódico, alguns acusavam os “camisas-verdes” de provocarem os judeus moradores do bairro e os integralistas presentes apontavam os judeus como os

provocadores, “*nós não podemos mais andar de camisa verde. ‘Eles’ nos provocam de todo o jeito. Ridicularizam o nosso cumprimento em levantar a mão direita. Acham graça em tudo. Falam em papagaios e outras ofensas que não podemos aturar*” (p. 12). As contradições de opiniões quase levaram a outra pancadaria, que foi contida pela polícia, presente no local.

Ainda insatisfeita, a reportagem do *Correio do Povo* se dirigiu a um estabelecimento de propriedade de um integralista e outro de propriedade judaica, para colher maiores esclarecimentos. Tanto na casa de ferragens de Olimpio Dornelles Maier, integralista, como no café restaurante (que funcionava na parte térrea do edifício do cinema Baltimore) de Natalio Hoesman, judeu, as acusações eram mútuas; os integralistas reclamavam de insultos e provocações e os judeus acrescentavam acusações de agressões, como atirar pedaços de charutos acesos no rosto de membros da comunidade judaica, ameaças com cabos de enxada, etc.

Outras testemunhas também relatavam as constantes provocações e a frequente acusação aos judeus, por parte dos integralistas, de serem comunistas. As pancadarias envolviam homens de todas as idades e fica bastante evidente, através dos depoimentos dados na época ao jornal *Correio do Povo*, que o número de integralistas no bairro Bom Fim era bem inferior ao de judeus (o bairro era considerado a colônia israelita em Porto Alegre), no entanto promoviam constantes provocações, marcadas pelo uso da violência física contra os moradores do bairro.

Além disso, costumavam, os integralistas, dizer que não provocavam os judeus, como se não houvesse constante divulgação do anti-semitismo defendido por um grande número de membros da AIB. O andar, o vestir, as saudações e todo o conjunto de rituais que norteavam a forma de ser dos seguidores do sigma eram considerados uma afronta para a comunidade judaica do bairro.

De forma, que foi necessário, por algum tempo, manter um aumento do policiamento no bairro, para conter as agressões. Não existem dados concretos que determinem o número de conflitos no Bom Fim. É difícil precisar todo o montante de atividades desenvolvidas pela AIB no Estado do Rio Grande do Sul. A doutrinação da Ação Integralista ultrapassava os limites das páginas dos periódicos e ganhava o espaço público, através de comícios, passeatas, etc. Além disso, suas ideias serviam de inspiração para atitudes, isoladas ou coletivas, de violência contra determinados grupos (o que acontecia, muitas vezes, sem que emergisse nenhum nome de membro da AIB

nesses episódios). Questiona-se, entretanto, o poder conspiratório, muito apontado pela historiografia brasileira, dos camisas-verdes em grandes mobilizações de brutalidade contra os imigrantes judeus no estado gaúcho.

Em 1937, um comício integralista no Bom Fim terminou em confronto, devido a uma provocação a Plínio Salgado, que acarretou pancadaria, tendo como resultado vários feridos e um morto (que não participava do comício, apenas assistia a uma aula e foi atingido por acaso). Os moradores do Bom Fim não foram diretamente relacionados ao episódio, mas certamente se faziam presentes ao ataque a Plínio Salgado.

Se os constantes confrontos entre esses dois grupos não evidenciam uma mudança de atitude por parte da AIB, no que se refere a manter sua presença no Bom fim, revela a possível razão pela qual os militantes da Ação Integralista passaram a não tolerar a presença da comunidade judaica no referido bairro da capital gaúcha. Possivelmente a ideia do “gheto dominador” decorra desses incidentes. Esses conflitos permitem, também, redimensionar o poder de ação dos camisas-verdes e o de reação da comunidade judaica.

Elimina-se, assim, a tão explorada ideia de passividade dos imigrantes judeus perante as atitudes violentas dos integralistas. Fica evidente que a comunidade judaica não se calava diante das afrontas realizadas pelo grupo e, tampouco, os camisas-verdes subestimavam a capacidade de reação desses indivíduos. A situação de vítima não foi explorada pela chamada colônia israelita, pelo contrário, interagiram continuamente com os membros da AIB. O noticiário dos periódicos da época revela uma certa frequência desses confrontos.

Redimensiona-se o papel intimidador da Ação Integralista Brasileira frente à comunidade judaica no Rio Grande do Sul. Os mecanismos de intimidação e propagação do anti-semitismo não foram tão abrangentes como, muitas vezes, postula a historiografia brasileira. Além dos enfrentamentos diretos que dispersavam passeatas e comícios, os imigrantes judeus também encontraram na imprensa, grande instrumento divulgador dos ideais integralistas, um espaço para expor seu descontentamento face à campanha anti judaica que estava sendo erguida.

Em fevereiro de 1934, iniciou um grande conflito entre a comunidade judaica de Pelotas e o jornal *A Opinião Pública*, da mesma cidade. O embate surgiu em função da publicação, neste periódico, de folhetins do livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, traduzido por Gustavo Barroso e divulgado pela AIB, ressaltando a tentativa de domínio

do mundo pelo capital judaico, o que ofendeu profundamente os imigrantes judeus daquela região.

A comunidade judaica de Pelotas, indignada com o fato, encaminhou uma carta, em 29 de janeiro de 1934, para *A Opinião Pública* que, no entanto, só publicou a resposta dada pelos editores do periódico, isentando-se da responsabilidade pela publicação do referido material integralista (que não foi citado como tal), por tratar-se de notícia paga. Afirmava, também, ser impossível transcrever a carta da comunidade israelita pelo fato da mesma não ter pago a devida taxa para divulgação.

Não encontrando espaço na *A Opinião Pública*, a Federação Israelita Pelotense encaminhou seu descontentamento ao *Diário Popular* que, em 02 de fevereiro de 1934 (mesma data da publicação da resposta dada pelo *A Opinião Pública*), transcreve a referida carta. Sob o título de “Em torno da transcrição dos ‘Protocolos dos Sábios de Sion’ pela Opinião Pública”, o jornal *Diário Popular* publicou as considerações da comunidade judaica sobre a divulgação dos *Protocolos* através daquele instrumento de imprensa. Sem atribuir responsabilidade ao periódico que divulgou o material sobre os *Protocolos*, já bastante vulgarizado, julgava ser necessário fornecer maiores esclarecimentos sobre o livro, o que fez em um extenso e esclarecedor texto sobre a obra.

Considerando o livro uma falsificação grosseira e estúpida, a Federação Israelita, em momento algum, atacou a imprensa ou a AIB; manteve-se na postura de instrumento esclarecedor de um equívoco que poderia provocar danos à sociedade. Encerrava seu pronunciamento revelando credibilidade ao *A Opinião Pública*, e sua crença de que o “mal-entendido” da referida publicação seria corrigido em breve.

Apesar da retratação do periódico pelotense não ter acontecido, a comunidade judaica garantiu o direito de expressar-se e indignar-se com a campanha anti-semita promovida. Não se calou frente às hostilidades da imprensa local. Alguns meses depois, em 15 de outubro de 1934, através da página 02 de *O Libertador*, aparecia a denúncia, também transcrita no *Correio do Povo* de Porto Alegre, de que os integralistas pretendiam organizar-se na cidade de Pelotas, e a necessidade de organizar a defesa da alguns grupos.

O jornal ainda fazia alarme em torno das palavras de Plínio Salgado, ditas em São Paulo dias antes, que acusava os judeus de serem criminosos comunistas, controladores das organizações bancárias internacionais, provocadores das desordens

nos países dos quais pretendiam se apoderar. Chamava a atenção da comunidade judaica local, considerada pelo periódico como bastante numerosa, sobre o perigo iminente e a necessidade de organizar sua defesa. Nesse sentido, os imigrantes judeus pareciam obter maior simpatia da comunidade local do que os integralistas.

Na luta contra o anti-semitismo integralista não apenas os imigrantes judeus se engajaram, outros grupos da sociedade local manifestaram seu repúdio ao preconceito anti-judaico propagado pela AIB, fortalecendo a presença judaica no Rio Grande do Sul. Foi o caso de Pedro Rubens Wayne, que, em 1937, publicou em *A Opinião Pública* um extenso texto ridicularizando as concepções integralistas a respeito do judaísmo, e apontado inúmeros méritos do grupo judeu em diversas situações e localidades no mundo todo. Buscava, dessa forma, propagar o valor desses imigrantes frente à ignorância do grupo que a eles se opunha.

São brasileiros, alemães, italianos, portugueses batizados nas Igrejas Católicas romanas ou protestantes. Não são os judeus os patrões que pagam ninharias para homens, mulheres e crianças passarem os dias nos trabalhos estafantes das fábricas, dos campos e estabelecimentos outros. Einstein, Freud, Wasserman, consumindo suas existências metidos nos laboratórios, esquecidos dos confortos e do bem estar da vida mundana, desprendidos de lucros e recompensas materiais, são exemplos de que entre os judeus se trabalha também com fins elevados unicamente. Se no meio deles têm muitos que devem ser combatidos porque fazem parte da legião de homens de todas as crenças que são perniciosos a renovação social, então que sofram o choque de nossas armas. Mas serão indivíduos isolados. Só três coisas levam animosidade contra a raça judia: a inveja, a burrice, ou os que como Hitler estão pagos para isso. O sr. Gustavo Barroso que deixe de histórias próprias de Hitleres ou de negras velhas porque se elas impressionaram meninos de outros tempos, já não servem nem para as crianças de hoje (A OPINIÃO PÚBLICA, 26/07/1937, p. 04).

Dentro da própria AIB, alguns membros buscaram minimizar a campanha anti-semita promovida. É o caso do já citado atrito entre Gustavo Barroso e Plínio Salgado em função do radical anti-semitismo de Barroso. O jornal *Estrella do Sul* chegou a publicar casos de agressões promovidas entre os camisas-verdes em função dessa discórdia, o que levava o periódico a concluir que o integralismo passava uma grave crise interna.

Causou escândalo a violência de que foi vítima o Sr. Ovídio Cunha, secretário do Sr. Gustavo Barroso; colhido por cinco homens elegantemente

trajados foi esbordoado e teve a cabeça raspada a navalha. Atribui ele o fato a integralistas, por ter ele acompanhado a Gustavo Barroso na oposição ao Sr. Plínio Salgado que não admite a campanha anti-judaica (ESTRELLA DO SUL, 25/06/1936, p. 02).

Os membros da AIB desmentiam o atrito, mas eram inegáveis as divergências no que se referia à causa judaica, bem como era perfeitamente perceptível o espaço de demonstração de desapontamento com essa postura anti-semita por parte dos imigrantes judeus e da sociedade local. Um texto de Ernani Fiori (que fora membro a AIB até 1934) publicado no *Diário de Notícias*, em novembro de 1938, já após a extinção da Ação Integralista, ilustra bem a complexidade dessa questão para os camisas-verdes e revela a influência que o pensamento anti-semita do grupo recebia da reação contra essa postura.

Fiori afirmou que “*o judeu é diferente dos demais. Ele vive entre todos e de todos se distingue*” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/11/1938, p. 05). No mesmo texto, defendeu e acusou os judeus de diversas formas: por serem perseguidos se lançavam em profissões audaciosas e de ganhos fáceis, por serem humilhados reagiam tentando dominar o mundo, através da inteligência e do dinheiro.

De uma forma bastante confusa, Fiori pregou a necessidade de garantir um lugar para os judeus, afirmando que o Estado não devia permitir nenhuma injustiça ou vexame ao povo judeu. Desse momento do texto em diante, o ex-integralista inicia sua explicação das diferenças latentes entre cristãos e judeus: ambos crucificaram Jesus, mas os cristãos se reconciliaram com ele, e o povo judeu “*desgraçadamente, pela Cruz se afastou dos caminhos da eleição divina ... Este é o sentido trágico de seu destino!*” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/11/1938, p. 05).

Então, apesar de serem os crucificadores irreconciliáveis de Cristo, deveria ser garantido um local, sob atenta vigilância, para os mesmos no suposto Estado moderno. Fiori revelava, quando ressaltava a crucificação, as diferenças e a necessidade de vigilância, as suas imutáveis crenças anti-semitas, mas perante a pressão da sociedade, inclusive da Igreja, passou a propor possibilidades de “ajustamento” do grupo judaico à sociedade local.

Esse tipo de posicionamento reitera a fragilidade de expressão anti-semita da AIB, super valorizada em estudos sobre o assunto. Não queremos com isso desconsiderar a importância da atividade doutrinária dos seguidores do sigma dentro da ótica do anti-judaísmo. Por mais que a comunidade judaica tenha encontrado espaço

para demonstrar sua indignação com os ideais preconceituosos dos camisas-verdes, e que setores não judaicos da sociedade gaúcha tenham expressado seu repúdio à doutrina integralista, o anti-semitismo por eles pregado encontrou boa aceitação entre diversos grupos da sociedade do Rio Grande do Sul.

Os integralistas reforçaram o clima anti judaico que já vinha sendo erguido anos antes, fortalecendo o anti-semitismo que iria encontrar bases sólidas no Estado Novo, bem como sua pregação contra os imigrantes judeus se legitimou em função de uma predisposição que já se encontrava na sociedade local; postular contra os judeus não correspondia a uma ideia nova. Mas é sempre necessário relativizar a abrangência dessas postulações integralistas, para uma abordagem mais complexa da situação judaica durante a Era Vargas. Houve toda uma gama de reações da comunidade judaica que não pode ser desprezada pela historiografia. Nesse sentido, reitera-se que não se buscou minimizar a ação dos integralistas, mas ampliar a visibilidade da reação dos imigrantes judeus. Bem como de outros setores da sociedade gaúcha que, mesmo não sendo membros da comunidade judaica, apoiavam esta imigração e publicaram textos de repúdio, crítica e ironia às ações da AIB, identificando o anti-semitismo dos integralistas como ignorância e/ou inveja do sucesso alcançado pelos imigrantes judeus.

Da mesma forma, os pronunciamentos da AIB, mesmo causando agitações, nunca foram capazes de inibir a mobilidade judaica no Rio Grande do Sul. Suas ações isoladas, como as de agressões no bairro judaico, encontravam pouco “eco” na sociedade local e não alcançavam êxito em estimular ataques iguais por outros grupos não ligados à Ação Integralista. Também não foram eficazes em inibir fluxos migratórios para o Brasil, nem em controlar a mobilidade interna dos imigrantes judeus, que continuaram se deslocando dos núcleos agrícolas para os centros urbanos e compondo os bairros judaicos. Tudo isso amplia a necessidade de reavaliar o potencial da ação anti-semita do grupo integralista no Rio Grande do Sul.

Periódicos consultados

Correio do Povo, Porto Alegre, 1935 a 1945.

Diário de Notícias, Porto Alegre, 1935 a 1945.

A Opinião Pública, Pelotas, 1910 a 1945.

Diário Popular, Pelotas, 1930 a 1945.

O Libertador, Pelotas, 1934.

Estrella do Sul, Porto Alegre, 1930 a 1940.

A Lucta, Porto Alegre, 1935-1936

O Integralista, Porto Alegre, 1934

Uma questão de (in)civilidade no Brasil meridional: a imigração açoriana no Rio Grande do Sul e as interpretações da historiografia

Daniel Luciano Gevehr¹

Resumo: O artigo analisa o papel desempenhado pelos imigrantes açorianos no Rio Grande do Sul a partir de alguns clássicos da historiografia rio-grandense, procurando identificar os “diferentes imigrantes” presentes nessas obras. Assim, analisamos as diferentes visões existentes sobre o açoriano na historiografia rio-grandense, preocupando-nos em não reconstituir a história deste processo migratório, mas sim identificar, nas obras analisadas, o perfil construído por seus autores para esses imigrantes do século XVIII. Tendo como referencial o entendimento de que as obras sobre a imigração açoriana no Rio Grande do Sul se encontram em temporalidades e contextos distintos, é que passaremos a investigar essa rica produção, que ora os apresenta como sujeito grosseiro e rude; trabalhador e honesto, ora como construtor da identidade gaúcha.

Palavras-chaves: Historiografia. Imigração Açoriana no Rio Grande do Sul. Representações Sociais.

Introdução

Quando nos propomos a estudar a ocupação e o povoamento das terras que constituem o atual Rio Grande do Sul, precisamos, antes de mais nada, entendê-lo dentro de um contexto mais amplo, que é o platino colonial. As preocupações com a ocupação do território no Rio Grande do Sul se deram muito mais tarde do que aconteceu no nordeste brasileiro, uma vez que nestas áreas da colônia havia, desde cedo, o interesse com a economia da cana-de-açúcar e a introdução do sistema escravagista.

Todavia, não podemos esquecer que havia, no sul América, a disputa pela definição das fronteiras entre as duas Coroas Ibéricas. Observamos que o avanço espanhol se efetivava partindo do Pacífico em direção ao Atlântico e o avanço português realizava o movimento contrário, ou seja, confrontava-se com o avanço espanhol, partindo do Atlântico para o Pacífico. Por esse motivo é que também as duas metrópoles enfrentaram tantos conflitos durante a demarcação de suas possessões na América. É, portanto, neste contexto de conflito

¹ Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professor das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), Faculdade IENH (IENH) e Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI).

entre as duas Coroas, que devemos compreender o povoamento do Rio Grande do Sul durante o período colonial.

Com as descobertas de ouro em Paranaguá, Jaraguá e Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a metrópole passa a suspeitar da possível existência de riquezas minerais nas terras ao sul, entre elas o Rio Grande do Sul. Conforme Corcino Medeiros dos Santos² é também com a valorização do muar e do gado para abastecimento das áreas de mineração, que o Rio Grande passa a funcionar como uma economia dependente, contribuindo com isso, é claro, para a consequente valorização destas terras. Sendo uma imensa área, compreendida entre a Capitania de São Paulo e a Colônia de Sacramento e considerada um grande deserto demográfico, se fazia necessário no século XVIII dar início ao povoamento destas áreas, para defendê-las de possíveis ataques espanhóis que poderiam vir a prejudicar os interesses lusos no Brasil meridional.

Dentro deste contexto de ocupação da terra:

Era imperioso criar núcleos de povoadores entre os extremos de São Paulo e Sacramento: o litoral de Paranaguá, de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro não podia continuar a ser o imenso e perigoso deserto como quase integralmente estava sendo conservado.³

Ainda de acordo com WIEDERSPAHN:

Os casais açorianos mandados de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul se achavam compreendidos em sua destinação, no esquema colonizador dirigido aprovado por D. João V, de acordo com as instruções de 1747 enviadas a Gomes Freire de Andrade, para serem localizados entre São Francisco do Sul e o morro de São Miguel, no Chuí, obedecidas certas normas que ainda estavam sendo estudadas em Lisboa, decorrentes das negociações em curso com as autoridades do vizinho reino, em Madrid, e conduzidas por Alexandre de Gusmão.⁴

Desta forma, enquanto que a área ao sul do Brasil encontrava-se à espera de povoadores, as ilhas da Madeira, Cabo Verde e Açores já estavam superpovoadas e suas

² SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

³ BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*. 2. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978. p. 14.

⁴ WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1979. p. 41.

populações passando por inúmeras dificuldades. Com o objetivo de tentar solucionar este problema de superpovoamento nas ilhas, seus habitantes fizeram representações ao Rei, pedindo que concedesse a graça de transportá-los para a América Portuguesa. Em 31 de agosto de 1746 publicou-se nas Ilhas o Edital, abrindo inscrições para os casais que desejassem migrar. Como garantias, o Rei oferecia algumas vantagens para os emigrantes, como custeio do transporte pela Fazenda Real, porém impunha uma restrição, os homens não poderiam ter mais de quarenta anos de idade e as mulheres mais de trinta anos de idade, além da obrigatoriedade de serem de religião católica.

A Coroa garantia ainda que, assim que chegassem ao Brasil, as mulheres que tivessem idade superior a doze anos e inferior a vinte, casadas ou solteiras, receberiam cada uma 2\$400 de ajuda de custo. Os casais receberiam 1\$000 por filho. Os artífices receberiam 7\$200 réis, além de receberem, quando chegassem ao sítio de destino, uma espingarda, ferramentas diversas para o trabalho, sementes, duas vacas e uma égua. A terra seria distribuída de forma que cada casal deveria receber uma data de terra (1/4 de légua quadrado ou 272 hectares). Caso a família fosse muito numerosa e necessitasse de uma propriedade maior, deveria solicitar ao governador do distrito. A coroa estabeleceu ainda que o número máximo de casais seria de quatro mil, devido às dificuldades de acomodação e transporte de todas estas pessoas para o Brasil. Feliciano Velho Oldenberg foi o responsável pelo transporte dos açorianos para a nova terra, trazendo em 1748 a primeira leva de imigrantes para o Rio de Janeiro.

O primeiro contingente de imigrantes açorianos deve ter chegado em 1752, no sítio de Viamão, onde se encontravam já instalados vários estancieiros, sendo nomeado seu comandante o capitão Francisco Pereira Pinto, a quem o governador Pascoal de Azevedo mandou em 29 de maio de 1753, 640\$000 réis para custear as despesas com os casais açorianos. As condições em que se encontravam estes recém chegados era bastante difícil, uma vez que não viram cumprir-se todas as promessas feitas pela Coroa, quando do Edital. Foi apenas em 1772 que as primeiras datas de terra foram distribuídas aos casais, com título legítimo.

A estância do Morro de Santana era local adequado para o estabelecimento dos casais, uma vez que apresentava posição privilegiada em relação ao rio Guaíba e ao mar. Com este propósito a autoridade régia decidiu estabelecer um povoado açoriano neste local, desapropriando a estância de Ignácio Francisco, passando o local a chamar-se Porto dos Casais

e mais tarde Porto Alegre. Estabelecidos, num primeiro momento nos campos de Viamão, a colonização açoriana dirigiu-se em direção aos rios Jacuí e firmaram-se nas margens do Guaíba, sendo as primeiras povoações as de Viamão, Vacaria, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas e Estreito, avançando mais tarde para o interior do território, protegida com a guarnição de Santa Maria.

O povoamento das terras do Rio Grande do Sul, realizado com os casais açorianos prosperou até 1763, ano em que Rio Grande foi invadido pelos espanhóis, o que segundo a análise de Corcino Medeiros dos Santos não provocou grandes problemas para a colonização, sendo a área ainda muito extensa e, portanto, podendo atender aos interesses da população imigrante.

Os governos do brigadeiro Marcelino de Figueiredo (1769-1780) e do brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral e Câmara (1780-1801) foram decisivos para a imigração açoriana no Rio Grande do Sul. Foi com Marcelino de Figueiredo que o número de freguesias passou de oito para quinze, além de ter organizado muitas das povoações que se achavam em total desordem. Fundou assim a freguesia e vila de Porto Alegre, a vila dos índios de Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí), as freguesias de Santana do Morro Grande de Viamão, Conceição da Serra (Osório), São Luís das Mostardas, Santo Amaro e São Nicolau do Jacuí (Cachoeira). Após a saída de Marcelino de Figueiredo, assume o cargo Sebastião da Veiga Cabral e Câmara, que realizou grandes progressos com a demarcação das fronteiras e tentando organizar o processo de ocupação das terras e desenvolvendo novas atividades econômicas.

Se o tema da imigração açoriana no Rio Grande do Sul nos leva a refletir sobre os condicionantes e os impactos de sua ação nas terras do Brasil meridional ele também se apresenta como um tema bastante relevante para análise da História Cultural. Nessa perspectiva, de analisar as representações construídas sobre os açorianos na historiografia pertinente ao tema, é que iniciamos o levantamento e análise de parte dessa produção, que em diferentes épocas e contextos acabaram imprimindo diferentes interpretações sobre os açorianos instalados no Rio Grande do Sul.

Os Açorianos no Rio Grande do Sul e a produção historiográfica

Em nossa análise selecionamos algumas obras que consideramos referenciais no estudo da imigração açoriana no RS. É a partir delas que procuramos entender as diferentes construções das representações historiográficas produzidas sobre os açorianos que se estabeleceram no RS. Com o objetivo de sistematizar de forma clara e objetiva nosso estudo, iremos organizá-lo a partir dos autores levantados, considerando-se também as respectivas datas de publicação, que por sua vez acabam por revelar o contexto ideológico e social em que cada produção se insere.

Iniciamos com a obra *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*⁵, de 1979, escrita por WIEDERSPAHN. O autor afirma que o imigrante açoriano foi responsável por diversas transformações na estrutura fundiária e também na transformação social do atual RS. Chama a atenção para o fato de que os açorianos vieram para cá para formar a *argamassa étnica sul-brasileira*⁶, destacando-se assim que o açoriano veio a sobrepor-se às demais etnias que eram minoria nestas terras ao sul do Brasil, defendendo a idéia de que se a imigração não ocorreu perfeitamente como era esperado, esta não foi por culpa dos açorianos, mas sim pela morosidade das decisões da Coroa.

Evidencia-se na obra a integração que o açoriano realizava com os demais habitantes do sul, já que se apresentava em maior número, sendo que esta integração se dava ora por políticas de casamentos, negócios de compra e venda de mercadorias e todo tipo de relações sociais estabelecidas entre açorianos e os demais habitantes da região:

Mais numeroso e forte, demograficamente, que as demais correntes povoadoras de lagunistas, paulistas, portugueses reinóis ou madeirenses, fluminenses e até nordestinos, este coeficiente açoriano passou a integrar praticamente a quase totalidade das genealogias familiares sul-riograndenses.⁷

Observamos também que na sua obra é destacado o papel desempenhado pelos açorianos enquanto formadores da cultura sul-riograndense, sendo que, segundo o autor existe algo de açoriano em tudo o que se nos apresenta como sendo tipicamente sul-riograndense.

Completando esta ideia, o autor conclui que foram os açorianos aqueles que ainda se uniram em benefício da luta pela defesa do território rio-grandense, sendo responsáveis

⁵ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979.

⁶ Ibidem, p. 131.

⁷ Ibidem, p. 133.

também pela demarcação dos limites do território entre Portugal e Espanha durante o século XVIII :

Açorianos pacatos, paulistas audaciosos e precavidos e antigos moradores do nosso litoral, limitado pelos paredões da serra do Mar e de sua matas agrestes, conglomerando-se então como cavaleiros andantes e impetuosos em torno de seus chefes locais para, em cooperação com tropas de linha de outras regiões brasileiras, traçarem a golpes de lança e de espada nossas fronteiras meridionais definitivas, frente aos nossos antigos rivais e adversários daquela triste mas superada "corrida do Rio Grande".⁸

Em seguida temos a obra *História do Rio Grande do Sul*⁹, publicada em 1985 e de autoria de FIDÉLIS DALCIN BARBOSA, que destaca como motivo da imigração açoriana no RS a necessidade urgente de povoar estas terras para garantir a posse efetiva e impossibilitar o avanço espanhol.

BARBOSA chama a atenção pelo uso de adjetivos para referir-se aos açorianos e, portanto, acreditamos ser de fundamental relevância transcrevê-los aqui. Porém, devemos levar em consideração que a forma como BARBOSA retrata os açorianos baseia-se na opinião de Souza Docca, e para tanto cita este autor:

Os açorianos formavam a elite do povo português, os elementos mais excelentes da península, pertencentes à nobreza portuguesa. Dotado de natural vivacidade, trabalhador, liberal, hospitaleiro, generoso, alegre, expansivo, morigerado, caritativo, vigoroso e sóbrio, inimigo da vida militar.¹⁰

Logo em seguida, cita novamente as ideias de Souza Docca para adjetivar os açorianos: *As mulheres açorianas – continua o mesmo historiador – eram em geral belas, esbeltas, virtuosas, inteligentes, de olhos castanhos, de extrema vivacidade e de grande meiguice.*¹¹

De acordo com as ideias apresentadas acima, percebemos que BARBOSA, ao referir-se aos açorianos tenta imprimir uma imagem positiva a respeito dos açorianos, recorrendo a palavras de forte significado.

⁸ Ibidem, p. 134.

⁹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Martins Livreiro Editora, 1985.

¹⁰ Ibidem, p. 38.

¹¹ Ibidem, p. 38.

Já o caráter trabalhador do imigrante açoriano é evidenciado na obra *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura do Rio Grande do Sul*¹², de 1948, de autoria de Dante de Laytano. Em seu estudo o autor refere-se aos habitantes provenientes das Ilhas como sendo os responsáveis pelo desenvolvimento inicial da atividade agrícola no RS, uma vez que, segundo LAYTANO, até então se praticava apenas a atividade pecuarista. Segundo ele, foram os açorianos que introduziram no RS a atividade agrícola, diversificando a economia da região que, até aquele momento, dedicava-se apenas à produção pecuarista. O papel desempenhado pelos açorianos no desenvolvimento econômico da região é, segundo o autor, a herança maior que eles deixaram.

Contrapondo-se às representações construídas sobre os imigrantes açorianos apresentadas até aqui, temos o depoimento de Francisco Ferreira de Souza, cirurgião-mor do 1º Regimento do Rio de Janeiro, que esteve no RS em 1777, e deixou registradas suas impressões sobre o lugar e o tipo humano:

Como a maior parte dos seus habitantes deste continente são insulanos ou ilhéus, os termos, os costumes, os vestuários são grosseiros, e pela mesma ordem de grosseria criam seus filhos. Esta notícia que relato não é com a intenção de satirizar costumes menos polidos de sua gente grosseira, que não tem obrigação de ser civilizada. [...] Os homens, o seu uso comum é andarem em vésia, poucos de capote, e os mais usam de um pano aberto pelo meio, a que chamem poncho, pela qual abertura mantem a cabeça, etãobem (sic) lhes serve de cobertor na cama ou xale. Usam mais os homens de bota de pano grosso, ou picote, com os pés descalços, esporas grandes e chapéu da mesma natureza, com uma fita de cor, ou preta ou rodeada a copa. As mulheres são muito grosseiras (como tãobem (sic) os homens), trazem as camisas mui (sic) sujas, e de ordinário de estopa posto que poucas de linho grosso; os corpos são mui (sic) mal feitos, só sabem falar de éguas, potrancas, cavalos, leço, bois e bolas. As saias são de beata, e por sapatos [calçam] tamancos, por cuja razão têm os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são tãobem (sic) grosseiros, e as unhas mal sujas. Tanto os homens, como as mulheres, têm grande paixão pelo tabaco, como igualmente por uma erva chamada mate, da qual usam dela grosseiramente pisada em um porongo, ou cuia com esta bebida por almoço além de mais que dela usam em todo dia. Os meninos logo de tenra idade aprendem a laçar cachorros, quando maiores terneiros, e quando homens potros,

¹² LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e a agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948.

potrancas, éguas, cavalos, quer domésticos quer xucros. A ler e escrever se não empregam, pois todo o destino é laçar, é arrear e bolear ¹³

Como podemos observar, a imagem construída sobre o açoriano difere das demais apresentadas até o momento, uma vez que percebemos a intenção, ainda que negada, de representar o açoriano rio-grandense de forma negativa. É claro que devemos levar em consideração que se trata de uma descrição do século XVIII, realizada por um habitante do centro da Colônia que, portanto, parte da sua realidade para então analisar a situação de miséria e abandono em que viviam os açorianos no sul do Brasil.

Desta forma, observamos que a forma como o imigrante açoriano é retratado nesta crônica é bastante hostil, descrevendo-o como portador de uma cultura inferior e de hábitos nada louváveis, sendo retratado, portanto, como ser que muito se diferenciava das demais áreas da Colônia. Foi o único momento – ainda que inserido no contexto do século XVIII - em que observamos um olhar depreciativo sobre os açorianos instalados nas terras do sul do Brasil.

Contraopõe-se a essa ideia negativa dos açorianos, temos as obras do General JOÃO BORGES FORTES que, sem dúvida, situa-se como um dos maiores nomes da história riograndense. Seleccionamos duas de suas obras, que consideramos mais significativas, *Troncos seculares*¹⁴ e *Os Casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*¹⁵, nas quais procuramos analisar as formas como são representados os imigrantes açorianos.

Em *Troncos seculares*, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1931, o autor identifica os açorianos como responsáveis pelo povoamento e desenvolvimento do RS, salientando que estes eram pessoas de bom caráter, boa conduta e acima de tudo, muito trabalhadores. Destaca ainda em seu estudo que, os açorianos foram determinantes na defesa do território sul-riograndense, contra os ataques espanhóis pela conquista do Rio Grande.

Somando-se a estas feições, o autor afirma que é motivo de orgulho, descender destes imigrantes do Arquipélago, uma vez que foram estes os responsáveis por lançarem as bases para o futuro do RS. Comprovamos essas ideias com as palavras do autor:

Essa fecunda semente de uma raça forte e sadia, laboriosa e honrada, bela física e moralmente, espalhou-se pelo seio da terra que a recebia carinhosamente e fez

¹³ CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: 1605 – 1801*. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 133/134.

¹⁴ BORGES FORTES, João. *Troncos seculares*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1998.

¹⁵ _____. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.

surgirem Porto dos Casais, Taquari, Triunfo, Santo Amaro, Estreito. Expandindo-se, penetrou pelas regiões interiores e com o seu denodo as foi arrebatando ao domínio castelhano.¹⁶

Soma-se a essa ideia a seguinte passagem:

São os nomes de que somos hoje portadores. Qual a família rio-grandense que, remontando aos seus antecedentes, não vai deparar nos vértices com os velhos troncos originários do Arquipélago? Qual a família que não se orgulha de provir remotamente daquela gente que todos os autores de história e sociologia, descrevem como uma raça perfeita pelas suas aprimoradas qualidades?¹⁷

Na segunda obra analisada, cuja primeira edição foi publicada em 1932 com o título de *Casaes*, BORGES FORTES confirma as suas afirmações já realizadas anteriormente em sua obra *Troncos seculares*. Percebemos a constante recorrência a determinados termos de forte significado para adjetivar os imigrantes açorianos, que segundo o autor eram da mais alta moral e conduta. Com isso, observamos que o autor qualifica os açorianos como sendo os grandes fundadores do RS, uma vez que foram estes que estabeleceram povoados e formaram as primeiras cidades como Taquari, Porto Alegre, Mostardas e Estreito, entre outras mais.

Outro aspecto citado na obra é a transformação étnica que os açorianos provocaram. De acordo com o autor, foram os açorianos os responsáveis por uma chamada “melhoria étnica”, conforme ele próprio demonstra no trecho abaixo:

Viamo-nos, assim, libertados, quer da mácula dos degredados, quer da chaga da escravatura, com todas as suas tristes e vergonhosas consequências. Podemos os descendentes dos casais regozijar-nos dos ancestrais de nossa raça, límpida nas suas origens”.¹⁸

Ainda, em conformidade com seu pensamento destacam-se as qualidades encontradas entre os imigrantes açorianos:

Os três elementos fundamentais da mais pura procedência originaram um tal tipo de raça em que se acentua sensível superioridade ao português do Reino, não só sob o aspecto das linhas exteriores do físico, como principalmente pelo lado intelectual, sendo o açoriano muito mais inteligente e laborioso do que os filhos do

¹⁶ Ibidem, p. 44.

¹⁷ Ibidem, p. 45.

¹⁸ Ibidem, p. 16.

continente. O açoriano se diferencia ainda pelo seu caráter pacífico, afetuoso e amável, como por sua espontânea hospitalidade e bondade de coração. Era essa gente que a metrópole escolhera para ir colonizar as terras novas que ia ganhando no sul do Brasil. Abençoado desígnio, feliz origem! ¹⁹

O autor evidencia ainda as qualidades, tanto dos homens quanto das mulheres açorianas. Os homens são representados como trabalhadores e ordeiros, respeitadores das leis e as mulheres ótimas donas de casa, cuidadosas com seus afazeres domésticos e sendo, inclusive retratadas como santas, indicando sua conduta moral inquestionável.

Já em outro trecho da obra o autor afirma que os açorianos são *honrados, simples e austeros os homens, santas e virtuosas as mulheres. Foi dos lares dessa gente que saíram as esposas que se fizeram mães dos rio-grandenses. Bendita semente, a dos açorianos !* ²⁰

E logo em seguida complementa afirmando que os açorianos são os construtores do RS, tendo em vista que são citados pelo autor como os pioneiros no processo de urbanização dessas terras do sul.

Outro autor, RUBENS DE BARCELOS, na obra *Estudos Rio-Grandenses*²¹, cuja primeira edição data de 1955, afirma que os açorianos chegaram ao RS para exercerem seu papel de povoadores e fixarem fronteira nesta área. É visível a forma como o autor identifica os açorianos, destacando o fato de que, na verdade, apenas a terra havia mudado para os açorianos, uma vez que estes trouxeram para o Brasil todas as suas características açorianas, transplantando-as e praticando-as aqui na nova terra. Evidencia-se ainda a boa índole do açoriano, bem como a vontade de trabalhar, representando-se assim como um povo ordeiro, trabalhador e honesto, que ao estabelecer-se nessas terras, trouxe consigo seus traços étnicos e culturais, que vieram para dar uma maior “civilidade” ao gaúcho. Conforme o autor:

Com efeito, só a terra mudava para os açoritas. Em lugar das ilhas nativas, rodeadas pelo oceano, a paisagem nova do cenário americano. Lavradores, o seu trabalho consistiria em agricultural a terra, cultivando o trigo e a vinha, como na pátria de origem. Nem a alimentação diversificava daquela a que estavam afeitos. Continuavam no novo habitat o insulamento social em que tinham vivido,

¹⁹ Ibidem, p. 23.

²⁰ Ibidem, p. 154.

²¹ BARCELOS, Rubens de. *Estudos Rio-Grandenses. Motivos de história e literatura*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1960.

conservando os mesmos hábitos, os mesmos costumes, as mesmas crenças, sob condições climáticas semelhantes às do arquipélago.²²

Concordando, em grande parte com o pensamento de RUBENS DE BARCELOS, encontramos as palavras de ARTHUR FERREIRA FILHO. Procuramos analisar a forma como este autor refere-se aos imigrantes açorianos, buscando em sua obra *“História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)”*²³, cuja primeira edição foi de 1958, elementos que fazem referência à forma como FERREIRA FILHO interpreta os açorianos, e constroi uma imagem a seu respeito. Desta forma, observamos que o autor utiliza palavras de forte significado ao referir-se aos açorianos, enobrecendo-os e caracterizando-os como gente pacífica, bons agricultores e conhecedores de construção, dando a ideia de que estes, portanto, eram pessoas muito dadas ao trabalho e que contribuíram para a formação do RS.

Destacamos ainda a preocupação do autor em tratar das dificuldades enfrentadas pelos açorianos desde a chegada ao Brasil e que, portanto, se estes conseguiram se desenvolver, foi em virtude da sua própria vontade de vencer, uma vez que não receberam os auxílios prometidos por parte da Coroa Portuguesa: [...] *a maior parte dos imigrantes fôsse (sic) constituída de gente pacífica, bons agricultores e iniciados nas artes das construções. Sobretudo, gente de bons costumes e habituados ao trabalho.*²⁴

Logo em seguida completa seu pensamento afirmando: *Os que chegaram, viram-se nos primeiros tempos a braços com dificuldades acabrunhantes – abandonados, sem recursos, saudosos da terra distante, desiludidos, sentindo falharem tôdas (sic) as promessas de seu rei.*²⁵ E finalmente com o objetivo de completar sua análise afirma:

Mas a maioria, finalmente encontrou energias para se impor aos obstáculos de tôda (sic) sorte que a incúria dos governos não soubera resolver. Seus filhos já identificados com o meio, tornaram-se gaúchos, estancieiros e milicianos destemidos na defesa do solo rio-grandense.²⁶

Assim, de acordo com o autor, os açorianos trouxeram a sua vontade de conquistar e desenvolver a nova terra ocupada, mesmo com todos os contratempos causados pelo descaso

²² Ibidem, p.13.

²³ FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1965.

²⁴ Ibidem, p. 33.

²⁵ Ibidem, p. 33.

²⁶ Ibidem, p.34.

da Coroa para com eles. Percebemos, nas palavras do autor, o claro objetivo de recriar uma imagem gloriosa para os açorianos, que venceram, mesmo em meio a todos os obstáculos enfrentados.

Considerações finais

Percorremos parte da produção historiográfica existente sobre a imigração açoriana no Rio Grande do Sul, em especial aquela considerada clássica pela historiografia. Através dela foi possível estabelecer um forte vínculo entre a difusão das ideias positivas sobre os imigrantes nas obras analisadas e seus autores. Isso se deve, principalmente aos laços étnicos que identificam esses autores com o tema de suas análises. Observa-se, entretanto, que a única visão detratora dos açorianos é apresentada pelo militar do século XVIII, que os descreveu a partir do olhar eurocêntrico. Nas demais interpretações, os açorianos aparecem como elemento civilizador e responsável pelo início do desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Sul.

Conclui-se, portanto, que as diferentes interpretações construídas pelos diferentes autores nessas obras são, antes de mais nada, o resultado da idealização de um imigrante ímpar e responsável pela *argamassa étnica* que constituiria mais tarde a sociedade sulina. A leitura dessas fontes sobre a presença da imigração europeia no Rio Grande do Sul nos permite, acima de tudo, avaliar historicamente, como diferentes autores acabaram construindo – e difundindo – determinadas imagens e representações sobre os açorianos no extremo sul do Brasil.

Referências bibliográficas

- ANAIS da II Semana de Estudos Açorianos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- BANN, Stephen. *As invenções da história. Ensaio sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Martins Livreiro Editora, 1985.
- BARCELOS, Rubens de. *Estudos Rio-Grandenses. Motivos de história e literatura*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1965.
- BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos. Presença lusa na formação sul-riograndense*. 2. Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.

- BORGES FORTES, João. *Troncos seculares*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1998.
- CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul: 1605 – 1801*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- LAYTANO, Dante de. *Açorianos e Alemães no Desenvolvimento da Colonização e Agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1948.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro: 1737-1822*. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.
- RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. *Entre a doçura e a brutalidade: A construção da imagem açoriana no Rio Grande do Sul*. In: *Estudos Leopoldenses/Série História*. São Leopoldo, n.01, jan.-jun.1997. {Programa de Pós-graduação em História, UNISINOS}.
- RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul – Século XVIII*. Porto Alegre: IEL, 1965.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul. Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1979.

Aspectos da vida cotidiana na Hospedaria de Imigrantes do Crystal Porto Alegre (1891-1897)

Gabriela Ucoski da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos do cotidiano vividos na Hospedaria de Imigrantes do Crystal, durante os anos de 1891 a 1897. Esta, localizada em Porto Alegre e criada num momento de grande fluxo de imigrantes que chegavam ao país e ao Rio Grande do Sul, foi resultado de inúmeras políticas realizadas pelo governo, tanto central como local, a fim de dar organização aos serviços prestados para receber essa mão-de-obra estrangeira.

Introdução

As hospedarias de imigrantes são instituições da segunda metade do século XIX, período em que houve grandes deslocamentos populacionais em várias partes do mundo. Organizar, tanto a saída dessa população quanto a sua chegada, era tarefa imprescindível para manter a organização desses movimentos.

Dentre as várias realizações, nesse sentido, estava a construção de hospedarias, tanto para os emigrantes como para os imigrantes, a fim de que estes pudessem permanecer, nesses locais, por um pequeno período de tempo até que seus destinos finais fossem definidos. (PAIVA; MOURA, 2008)

O Brasil, a partir de 1850, passou a receber imigrantes em maior número, bem como a incentivar a vinda destes, pela necessidade que tinha de substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Isso acontecia porque se vivia num contexto no qual o tráfico foi abolido, concomitantemente, com o crescimento, cada vez maior, de desejos abolicionistas. A carência que o escravo deixava, principalmente, nas lavouras de café em São Paulo, levou o país a estimar a vinda de imigrantes. (HOLANDA, 1982)

Ademais, nesta época, o Império possuía uma grande quantidade de terras devolutas não aproveitadas, especialmente no Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969). Povoá-las e fazê-las produzir, significava aumentar o comércio, abrir estradas que facilitariam as comunicações, ou seja, promover o desenvolvimento (PESAVENTO, 1992). Isto, numa época em que, paulatinamente, o Brasil vinha se inserindo no mercado internacional. (CONSTANTINO, 1990)

¹ Licenciada e Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Assim, a vontade de emigrar, aliada ao incentivo do Brasil a fim de atrair esses imigrantes, causou a entrada de inúmeros destes no país, sobretudo, a partir de 1874. Para tanto, viu-se a necessidade de recepcionar essa população que chegava. Como em outros países receptores de imigrantes, criaram-se políticas de hospedagem, e, consequentemente, hospedarias de imigrantes.

Tem-se o conhecimento das políticas de imigração que se destinavam a tratar dos assuntos da hospedagem dos imigrantes. Igualmente, sabe-se da existência de certas hospedarias, como a do Brás, em São Paulo, que teve sua história registrada e sua estrutura transformada em Memorial dos Imigrantes.

No entanto, no Rio Grande do Sul, poucos estudos foram realizados quanto a este assunto. Partindo da curiosidade de conhecer melhor a história desta hospedaria, buscaram-se referências suas. Encontraram-se, apenas, algumas breves referências sobre hospedarias que funcionaram no Rio Grande do Sul, e algumas rápidas menções feitas por imigrantes que passaram por estas. Ademais, estas breves referências, por vezes, mostraram-se confusas e contraditórias.

Todavia, encontrou-se, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, um vasto e rico conjunto documental deixado pela Hospedaria do Crystal. Ao analisar esta documentação, notou-se a possibilidade de conhecer, em linhas gerais, o seu funcionamento e alguns aspectos da sua vida cotidiana.

Assim, a falta de trabalhos concernentes ao assunto da recepção e da hospedagem dos imigrantes recém-chegados ao Rio Grande do Sul, aliada à existência de fontes documentais ainda não exploradas, foi a motivação para a realização desta pesquisa.

Foi através dos ofícios da administração da hospedaria à Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização, responsável pela sua organização, que se obtiveram conhecimentos sobre fatos ocorridos e característicos desse estabelecimento.

Entretanto, seria um erro acreditar na possibilidade de reconstruir integralmente o cotidiano vivido neste estabelecimento; porém, conhecimentos podem ser inferidos das fontes. Assim, a problemática de pesquisa que esse trabalho propôs responder girou em torno da seguinte questão: que aspectos faziam parte do cotidiano de imigrantes e funcionários dentro da Hospedaria do Crystal?

Para responder a problemática de pesquisa, utilizaram-se os ofícios da administração da Hospedaria do Crystal à Delegacia da Inspeção Geral de Terras e Colonização. Foram estas fontes documentais que permitiram observar que certos casos

se repetiam constantemente ao longo do tempo, ou mesmo apresentavam semelhanças entre si. Assim, procurou-se relatar as situações vividas na hospedaria a fim de compreender alguns aspectos da sua vida cotidiana.

Buscou-se, ademais, conceituar o que é vida cotidiana partindo-se, então, da conceitualização de Agnes Heller. A partir do pensamento da autora, elaborou-se o pressuposto de que a vida cotidiana na Hospedaria do Crystal é a vida dos imigrantes e funcionários que por lá passaram. Portanto, é a partir das suas atitudes que a história dessa hospedaria se configura.

A política imigratória a partir de 1850

Com o objetivo de estruturar a recepção dos imigrantes no Brasil, inúmeras leis foram criadas e modificadas durante a segunda metade do século XIX. Uma parte destas destinava-se a tratar da hospedagem dos imigrantes recém-chegados, pois era de fundamental importância acolher os imigrantes, após longos dias de viagem, até que estes pudessem ter seu destino decidido. Desde 1867, o Império tratou de estabelecer casas de hospedagem em cada colônia. Todavia, foi a partir de 1876 que esse serviço recebeu uma estrutura mais bem organizada, com a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Já em 1890, a Inspetoria ganha nova organização, acarretando em mudanças na organização das hospedarias. A partir de então, exceto para as localizadas na capital federal e municípios próximos, as hospedarias ficariam subordinadas às delegacias da Inspetoria Geral nos estados da República, como é o caso do Rio Grande do Sul. (IOTTI, 2001)

No estado, durante toda a segunda metade do século XIX, o governo rio-grandense tratou de colocar em prática as determinações de 1867, estabelecendo casas de hospedagem em várias colônias do estado, incluindo a capital. Neste local e em Rio Grande, já existiam hospedarias para imigrantes desde 1857. No entanto, a que ficava localizada na capital começou a apresentar problemas estruturais 10 anos depois, em 1867; assim, foi construído, na Praça da Harmonia, um novo estabelecimento para alojar imigrantes recém-chegados. Em 1886, esta hospedaria começou a apresentar problemas e viu-se a necessidade de uma nova estrutura para tal serviço. (RIO GRANDE DO SUL, 1850-1899)

Contudo, em 1887 alugou-se uma casa localizada na Rua Sete de setembro, em Porto Alegre, para abrigar os imigrantes. Dois anos mais tarde, esta hospedaria foi fechada e o serviço de hospedagem dos imigrantes passou a funcionar em Charqueadas.

De 1890 a 1912 não há referências sobre hospedarias de imigrantes em Porto Alegre nos documentos oficiais do governo. Quanto aos estabelecimentos nas demais colônias do estado, poucas informações são reveladas nos relatórios dos presidentes da província. (RIO GRANDE DO SUL, 1850-1899)

É somente pelos documentos deixados pela Hospedaria de Imigrantes do Crystal que se pode saber que existiu, em Porto Alegre, uma casa de hospedagem durante a década de 1890. Esse conjunto documental permitiu o conhecimento, em linhas gerais, do seu funcionamento e da sua organização.

Funcionamento e cotidiano na Hospedaria do Crystal

O conjunto documental desta hospedaria não permitiu uma reconstrução integral do seu funcionamento. Entretanto, ao analisar esta documentação notou-se a existência de grandes semelhanças na organização do alojamento do Crystal com a grande hospedaria do Brás, em São Paulo. Assim, percebeu-se a possibilidade de que ambas as hospedarias adotassem procedimentos análogos.

Ao chegar na Hospedaria do Crystal, os imigrantes tinham seus dados coletados e registrados em grandes livros; por estes, fazia-se o controle de todos aqueles que chegavam e que deixavam a hospedaria.

Havia dois tipos de registros. Os diários, os quais controlavam todos aqueles que chegavam e deixavam a hospedaria, assim como quantificavam os imigrantes que já se faziam presentes. Uma parte destes boletins diários quantificava, do mesmo modo, os imigrantes que se encontravam doentes (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1891-1895). Já os registros de movimentação de imigrantes determinavam a quantidade de todos aqueles que passaram pela hospedaria durante um período de tempo específico. Nestes registros, constavam os dados fornecidos pelos imigrantes, sendo tais: sexo; estado civil – divididos entre casados, solteiros ou viúvos; idade – se maior ou menor de 12 anos; religião – dividida entre católicos e não católicos; nível de instrução – levando-se em consideração se sabiam ou não ler; profissão – categorizados em agricultores, operários ou outro ofício classificado de “diversos”; e, por último, o número de famílias. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1895-1896)

Na Hospedaria do Crystal sabe-se que os imigrantes recebiam rações para a sua alimentação durante o período em que permaneciam hospedados. Estas dividiam-se em

inteiras, meias e quartas, de acordo com a faixa etária dos imigrantes. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1892)

A hospedaria possuía uma enfermaria para cuidar dos imigrantes que chegavam doentes, ou que, porventura, viessem a adoecer. A alimentação deste local era diferenciada das rações que eram fornecidas aos imigrantes. O tratamento dado aos imigrantes nesta enfermaria carece de mais pesquisas, mas sabe-se, através dos boletins diários, que os casos de falecimento neste local eram comuns, inclusive, o de crianças.

Do modo como se fazia o controle de chegada dos imigrantes, fazia-se o de saída. Após alguns dias na hospedaria, os imigrantes rumavam para as colônias que lhes eram destinadas. Assim, nos registros da Hospedaria do Crystal é possível saber para onde estes imigrantes se dirigiam ou se acabavam permanecendo em Porto Alegre. É através deles que se pode conhecer a quantidade de imigrantes que se dirigiram para determinadas colônias, assim como a nacionalidade destes. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1895-1896)

Quanto à estrutura da Hospedaria do Crystal e à qualidade de seus alojamentos, novas pesquisas necessitam ser feitas. Entretanto, os funcionários que nela trabalharam e as principais despesas que eram realizadas são conhecidas.

Todos os documentos da Hospedaria do Crystal eram assinados pelo seu administrador, o qual poderia mudar de tempos em tempos. Esse administrador era nomeado pelo Inspetor Geral, após a nomeação proposta pelo delegado da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Além do administrador, a hospedaria contava com médicos, enfermeiros, farmacêuticos, intérpretes, escrivães, guardas, serventes e fiscais. Em um ofício do administrador ao delegado da Inspetoria de Terras e Colonização, em 1874, pedia-se, ainda, a nomeação de um carpinteiro.

Quanto às condições higiênicas da hospedaria e as acomodações oferecidas aos imigrantes, pouco se conhece. Em relação à data em que a hospedaria deixou de funcionar, não se tem conhecimento. Sabe-se de dados com as despesas desta, especialmente com o corpo de funcionários, registrados até 1904 (IOTTI, 2001). Franco (1998) afirma que, em 1899, o 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, por enfrentar dificuldades de alojamento, usou algumas dependências da hospedaria para se acomodar. Entretanto, o autor não dá mais informações, o que não permite saber quando a Hospedaria deixou de funcionar. Todavia, acredita-se que nos primeiros anos do século XX seus serviços já não eram mais oferecidos aos imigrantes.

No que se refere aos aspectos da vida cotidiana dentro da hospedaria, pôde-se conhecer algumas situações vividas tanto por imigrantes como por funcionários. Conforme Agnes Heller (1989, p. 17), “a vida cotidiana é a vida de todo homem”. Este, “participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade”. Dessa forma, é possível dizer que a vida cotidiana na Hospedaria do Crystal era formada pelos aspectos da vida dos imigrantes que por lá passaram. Apesar dos imigrantes serem os personagens principais desta história, a hospedaria não poderia funcionar sem os empregados que trabalhavam diariamente neste local.

Uma situação que se mostrou comum e que afetava diretamente a vida dos imigrantes envolvidos eram os problemas com as suas bagagens. Por vezes, tinha-se reclamações do não envio destas, que não chegavam junto com os imigrantes, ou seja, tanto aqueles imigrantes que tinham poucos pertences quanto aqueles que possuíam vários, acabavam por perdê-los.

Além dos problemas com as bagagens, a hospedaria enfrentava problemas com seus funcionários. Em diversos documentos foram relatadas dificuldades com os empregados, das mais diversas espécies. Além das reclamações do administrador em relação aos serviços prestados por esses funcionários, eram frequentes os casos de demissão.

Entretanto, os problemas que ocorriam na Hospedaria do Crystal não eram causados somente por funcionários. Alguns imigrantes foram responsáveis por gerar situações diversas. Isabel Rosa Gritti (2001), ao trabalhar com o preconceito em relação aos imigrantes poloneses, traz um episódio ocorrido dentro da hospedaria.

Em fevereiro de 1891, a Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização comunicou ao governador do estado um incidente ocorrido na hospedaria. Tratava-se de um ferimento causado por um imigrante polonês; todavia, os motivos para tal confusão e a identidade da pessoa agredida não constam no relato do caso. Por este acontecimento pedia-se uma força policial para evitar que novos episódios como este voltassem a acontecer, visto que o polonês que iniciou o conflito não foi preso, já que os demais imigrantes não permitiram. Em resposta ao delegado da Inspetoria Geral, o Inspetor Geral informou que estava autorizada a retirada, mesmo que a força, dos imigrantes poloneses que estavam causando incômodos.

Consoante Gritti (2001), havia também resistência de alguns imigrantes em deixar a hospedaria, pois se tratavam de trabalhadores urbanos, ou seja, não estavam acostumados com a vida agrícola e, por isso, desejavam permanecer em Porto Alegre.

Em outros casos, havia imigrantes que, por não se adaptarem à vida na colônia, voltavam à hospedaria. Os problemas com os imigrantes poderiam resultar em casos de repatriação.

Não eram só imigrantes ou funcionários os responsáveis por causarem situações inconvenientes dentro da hospedaria ou atrapalhar o andamento dos seus serviços. Casos de força maior poderiam causar incômodos na organização da hospedaria. A Revolução Federalista, que tumultuou o estado entre 1893 e 1895, prejudicou a imigração e a colonização, afetando os serviços oferecidos pelo estabelecimento no que tange à saída dos imigrantes deste local e de sua viagem até as colônias. Sendo assim, ocorriam problemas com o tempo de permanência dos imigrantes neste local.

Independente do tempo em que ficavam alojados na hospedaria, os imigrantes eram alimentados e tinham suas enfermidades tratadas. Todavia, nem todos os imigrantes se recuperavam das suas enfermidades e acabam falecendo, sendo a morte um fato presente no cotidiano do estabelecimento.

Seja qual for a intensidade com que estes episódios tenham afetado a vida dos imigrantes, eles fizeram parte do cotidiano da Hospedaria do Crystal. Segundo o pensamento de Heller (1989, p.20), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico [...]”. Assim, a vida cotidiana dos imigrantes constitui, também, a história da hospedaria.

Conclusão

A onda migratória em massa que se originou, sobretudo, na Europa no final de século XIX e início do XX, teve amplos reflexos no Brasil. Grande parte dessa população se dirigiu ao país, onde sua presença era muito desejada. O país tinha, ainda, o desejo de tornar produtivas as terras devolutas do Império, já que, paulatinamente, a economia brasileira começava a se inserir no mercado internacional. A solução encontrada para alcançar tais objetivos foi a busca de mão-de-obra estrangeira e livre, que sobrava nos países da Europa e que estava disposta a se dirigir ao Brasil.

Especialmente nos últimos anos do século XIX, quando o número de imigrantes começa a crescer, via-se a necessidade de estruturas mais amplas para acomodar os imigrantes, principalmente em Porto Alegre. No entanto, o que se notou foi a falta de estabelecimentos apropriados para tal atribuição.

Para que essas hospedarias pudessem funcionar, eram necessárias ações que visassem estruturar tal serviço. Para tanto, constatou-se que, conforme a delimitação que

esse trabalho propôs, o órgão responsável pela administração das mesmas foi a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, juntamente com as suas delegacias nos estados da República.

Ademais, com essas fontes documentais, pôde-se conhecer um pouco da vida cotidiana deste local acrescentando à história dos imigrantes que por lá passaram, bem como dos funcionários que lá trabalharam. Entre os acontecimentos da vida cotidiana da hospedaria, notou-se que problemas eram frequentes, fossem eles causados por imigrantes, por funcionários, ou por fatores externos. Ao mesmo tempo, imagina-se que esses problemas eram comuns, não só nesta hospedaria, mas também em muitas outras. Os casos de falecimentos, da mesma forma, eram recorrentes.

Mesmo com esse conjunto documental, não foi possível esclarecer totalmente a história da Hospedaria do Crystal. Primeiramente, as datas de sua criação divergem. Sérgio da Costa Franco coloca que a hospedaria teria sido construída em 1891; o relato do imigrante polonês João Stawinski, que chegou aos barracões do Cristal em dezembro de 1890, faz concluir que esta hospedaria poderia ter sido criada em data anterior. Além disso, os boletins diários de entrada e saída de imigrantes mostram que esta já estava em funcionamento desde o dia 1º de janeiro de 1891.

Em segundo lugar, há dúvidas no fato dessa hospedaria ter sido inteiramente construída para tal função. No ofício do administrador ao delegado da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, em 1893, este questionamento surge no momento em que o primeiro solicita a este último o envio de um pedreiro para construir uma nova estrutura que serviria de refeitório, pois o “antigo barracão”, apresentava rachaduras que poderiam colocar em risco a segurança de imigrantes e de funcionários.

Por este motivo, pode-se pensar que a Hospedaria do Crystal, assim como as outras criadas na capital, utilizaram estruturas previamente existentes para alojar os imigrantes. O fato dos administradores referirem-se, algumas vezes, à estrutura da hospedaria como “barracões”, leva a crer que esta não se constituía de uma edificação inteiramente construída ao mesmo tempo, mas sim composta por alguns desses barracões que, juntos, formavam a Hospedaria do Crystal. Não se está afirmando que esta não foi inteiramente edificada pelo governo, mas que existe a possibilidade de algumas partes de sua estrutura terem sido reaproveitadas de antigas construções já existentes, o que não seria incomum, visto já ter havido procedimento semelhante em tempos anteriores em relação a outras hospedarias.

A falta de mais referências sobre este tema foi a principal dificuldade enfrentada na realização dessa pesquisa. Os poucos dados sobre a hospedaria e a falta de bibliografia sobre esta, assim como sobre o assunto da hospedagem dos imigrantes no Rio Grande do Sul, impossibilitaram que todas as questões acerca do assunto fossem solucionadas. Como já dito, os documentos deixados por essa hospedaria foram as fontes que permitiram não ter dúvidas quanto à sua existência e o período em que funcionou, ainda que haja incertezas quanto à data em que iniciou e encerrou suas atividades.

Referências

Fontes Bibliográficas:

ALVIN, Zuleika Maria Forcione. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O Brasil italiano (1888-1920)*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DE BONI, A. Luis, COSTA, Rovilho. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1984.

CONSTANTINO, Núncia Maria Santoro. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade portoalegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP 1990.

DIÉGUES JR., Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/MEC, 1964.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 1998.

GARDOLÍNSKI, Edmundo. *Imigração e colonização polonesa*. In: Becker Klaus (org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1958, v.5.

GIRON, Loraine Slomp. *A imigração italiana no RS: Fatores determinantes*. In: BARROS, Eliane Cruxên. (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: a emergência do preconceito*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1982. V. 3 – II Tomo.

IOTTI, Luiza Horn, org. *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. *Imigração e Poder: A Palavra oficial sobre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

KLEIN, Hebert S. *Imigração Espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.

_____. *Migração Internacional na História das Américas*. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República*. São Paulo: Revista Instituto de Estudos Brasileiros. 1981.

Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/revista/revista023/rev023arlindanogueira3.pdf>

PAIVA, Odair da Cruz, MOURA, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PESAVENTO, Sandra. *O imigrante na Política Rio Grandense*. In: BARROS, Eliane Cruxên. (org.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 1 v.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas de minha cidade*. Porto Alegre: Sulina, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). *República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SPINATO, João Laner. *E assim eles contavam*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875-1975*. Porto Alegre: EST, 1999.

UMANN, Josef: *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1997.

ZABOLOTSKY, Jacinto Anatólio. *A Imigração Russa no Rio Grande do Sul*. Santa Rosa: Coli Gráfica e Editora Ltda, 2007.

Fontes Documentais:

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Boletins diários da entrada de imigrantes* - Hospedaria do Crystal. Catálogo de Imigração e Colonização. Porto Alegre, 1891-1895.

_____. *Mapa das rações pedidas* – Hospedaria do Crystal. Catálogo de Imigração e Colonização. Porto Alegre, 1892.

_____. *Dietas fornecidas a enfermaria* – Hospedaria do Crystal. Catálogo de Imigração e Colonização. Porto Alegre, 1891-1894.

_____. *Discriminação de despesas com a Hospedaria do Crystal*. Catálogo de Imigração e Colonização. Porto Alegre, 1895-1896.

_____. *Ofícios da administração para a delegacia da Inspeção Geral de terras e Colonização* – Hospedaria do Crystal. Catálogo de Imigração e Colonização. Porto Alegre, 1893-1897.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, o comendador Patrício Correa da Câmara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello*, em segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1867.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha*, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril de 1868. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Sertório*, em 1ª sessão da 13ª legislatura. Porto-Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1869.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente*, conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de

Mello, em segunda sessão da 14ª legislatura. Porto-Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1872.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente desta província passou a administração da mesma ao Exmo.sr.dr. João Pedro Carvalho de Moraes*, no dia 1 de dezembro de 1872. Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873a.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Fala com que o Exmo.sr.dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província abriu a 1ª sessão da 15ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 1 de Março de 1873*. Porto Alegre: Tipografia do Constitucional, 1873b.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Pedro Soares passou a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo.sr.dr. José Leandro de Godoy e Vasconcellos*, a 27 de fevereiro de 1882. Porto Alegre: Tipografia do Conservador, 1882.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Fala apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul pelo presidente da província o Exmo.sr. desembargador Henrique Pereira de Lucena*, ao instalar-se a 2ª sessão da 21ª legislatura em 7 de março de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887a.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório apresentado pelo Exmo.sr. Desembargador Henrique Pereira de Lucena Presidente da Província do Rio Grande do Sul a S. Exa. o Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca*, 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma província em 8 de maio de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1887b.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório apresentado a S. Exa. o Sr. Dezm. Miguel Calmon du Pin Almeida presidente da província do Rio Grande do Sul pelo Exmo.sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca*, 1º vice-presidente ao passar-lhe a administração da mesma província aos 9 dias do mês de novembro de 1886. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1886.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório apresentado ao Ilmo.e.exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º Vice-presidente, por S. Exa., o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova, 2º vice-presidente, ao passar-lhe a administração da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, em 27 de outubro de 1887c.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório com que o Exmo.sr.dr. Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º vice-presidente, passou a administração da província do Rio Grande do Sul ao presidente Exmo.sr.dr. Rodrigo da Azambuja Villanova*, em 27 de janeiro de 1888.

Porto Alegre: Oficinas Tipográficas do Conservador, 1888.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul
_____. *Relatório apresentado a S. Exa. o Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins, presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, pelo 2º vice-presidente Exmo. Sr. Coronel João de Freitas Leitão ao passar-lhe a administração da província em 24 de julho de 1889.

Disponível em: http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/rio_grande_do_sul

**Professores também migram: um levantamento dos anúncios de emprego
no Jornal do Professor**

*Isabel Cristina Arendt**

Resumo: Migrações têm sido movidas, além de outros fatores, por vontade de trabalhar em outro país, estado ou município. Os anúncios de emprego, publicados no Jornal Geral para o Professor [*Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*] são fonte importante para verificar como, especialmente na década de 1930, diversos profissionais, os quais têm formação de professor ou se apresentam como tal, oferecem-se para atuar em escolas no Brasil, ou mesmo buscam novo espaço de trabalho em outro estado ou município. Estes anúncios apresentam-nos dados biográficos sobre os profissionais que se candidatam, e estes dados apresentam-nos sua procedência, formação e aspiração no que se refere a trabalho. O objetivo da comunicação é analisar estes dados para verificar que tipo de profissional se coloca à disposição das escolas alemãs e evangélico-luteranas no sul do Brasil.

Os anúncios de emprego, publicados no Jornal Geral para o Professor [*Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul*] são fonte importante para verificar como, especialmente no final da década de 1920 e início de 1930, diversos profissionais, os quais têm formação de professor ou se apresentam como tal, oferecem-se para atuar em escolas no Brasil, ou mesmo buscam novo espaço de trabalho em outro estado ou município. Estes anúncios apresentam-nos dados biográficos sobre os profissionais que se candidatam, como procedência, formação e aspiração no que se refere a trabalho.

A fonte em questão – o jornal ALZ – foi por nós analisada sob a perspectiva da construção de um discurso em prol de uma identidade de professor, de escola, de germanidade.¹ Este jornal, porém, pode servir também de fonte para uma análise de outros aspectos que envolvem a história da imigração alemã para o Brasil. Nesse sentido, e considerando o tema central do evento – migrações: Mobilidade Social e Espacial – a seção intitulada “*Stellenanzeigen*” [anúncios de vagas] é fonte que nos

* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS. Atua no Acervo Documental e de Pesquisa, Memorial Jesuíta, Biblioteca - UNISINOS. E-mail: isaarendt@uol.com.br.

¹ Este estudo corresponde ao projeto de doutoramento, defendido em 2005 e publicado em 2008. Na tese tratamos da contextualização do ALZ como objeto e fonte de pesquisa, analisando também as condições de produção, a linha editorial e os objetivos, além do público leitor (ARENDR, 2005 e 2008a).

revela descrições de migrantes – professores, na sua maioria alemães - que se apresentam com o objetivo de obter uma colocação, um novo trabalho como professor em escola “alemã-brasileira”, no meio rural ou urbano, ou até mesmo em casas de família. O objetivo do presente texto é analisar estes dados para verificar a procedência dos profissionais que se colocam à disposição das escolas alemãs e evangélico-luteranas no sul do Brasil, limitando-nos aos anúncios publicados neste *Jornal do Professor*.

Cabe lembrar que a periodicidade do jornal ALZ era mensal. Em alguns casos, havia a publicação de dois números em um exemplar, especialmente os referentes a janeiro e fevereiro, como é o caso de 1925, 1926, 1929 a 1933. Entre 1917 e 1919, houve interrupção da circulação deste periódico em função das circunstâncias relacionadas ao posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial e à circulação de periódicos em língua estrangeira. O jornal voltou a ser impresso mensalmente em 1920, até 1938, último ano de sua publicação, quando a periodicidade foi irregular: apenas três números referentes aos meses de janeiro a setembro.

A responsabilidade sobre a colocação dos professores, assim como as necessidades das escolas eram definidas pela Diretoria da Associação de Professores Alemães Evangélicos no Rio Grande do Sul, cujos objetivos consistiam, em “fomento às escolas teuto-brasileiras e elevação do nível espiritual e material dos professores” (SATZUNGEN, ALZ, 1906, p.1). Este objetivo seria alcançado mediante as seguintes ações previstas em seus estatutos: indicação de professores adequados às comunidades alemãs-brasileiras e sociedades escolares organizadas; elaboração de material didático adequado; organização e manutenção de uma biblioteca; publicação de um jornal especializado; realização de conferências; manutenção de um Fundo de Pensão e Pecúlio; providência de vagas para seus associados (ibid.). Em relatório de Franzmeyer (ALZ, nov. 1936, p.1), de setembro de 1936, consta que teria sido 438 o número de sócios naquele ano².

Verifica-se que havia organização específica para centralizar a oferta de vagas de emprego para professor. Evidência disso está no cabeçalho da primeira página do *Jornal do Professor* (ALZ) - comparável ao expediente dos jornais mais recentes - o qual informa a Diretoria da Associação, o redator do ALZ, bem como o responsável pela Central de Empregos e/ou Vagas [*Zentralstelle für Stellennachweis*]. No início da década de 1920, o presidente da Associação de Professores Evangélicos acumulava

² A título de comparação, em 1908 eram 63 associados; em 1915, 115; em 1931, 248; e em 1935, 333. (ARENDE, 2005 e 2008a)

também a função de responsável pela central de empregos e vagas. Em janeiro de 1929, era o Prof. Paul Fräger, Diretor do Seminário de Formação de Professores, localizado em São Leopoldo.

A partir do final da década de 1920, notícias sobre profissionais e/ou professores que se candidatavam a uma vaga em escolas são publicadas no Jornal ALZ, em seção especificamente dedicada a esta finalidade. Duas entidades centralizam e divulgam as informações:

- a Associação de Professores Evangélicos Alemães do Rio Grande do Sul, bem como do Sínodo Riograndense [*Bezirkverband Rio Grande do Sul des Deutschen Evangelischen Lehrervereins und Riograndense Synode*];
- a Liga Nacional de Professores Teuto-Brasileiros [*Landesverband Deutsch-Brasilianischer Lehrer*].

As vagas são publicadas em duas colunas específicas de anúncio, mediante o título “*Stellenvermittlung*”: em uma coluna anuncia-se as vagas existentes nas escolas, noutra os professores e/ou profissionais oferecem-se para atuar em escolas. Esta, por sua vez, é subdividida em anúncios que separam aqueles referentes à primeira Associação citada e à Liga Nacional, com sede em São Paulo.

Possivelmente com o objetivo de padronizar os dados fornecidos, a Associação de Professores Evangélicos Alemães³ edita um formulário específico para preenchimento dos candidatos a vagas, o qual pode ser visto no seu formato original em anexo ao presente texto. Reproduzimos, a seguir, a tradução dos itens deste formulário, pelo qual verifica-se a riqueza de informações solicitadas. É pertinente observar que nem todas elas são publicadas nos anúncios ou talvez não tenham sido fornecidas na íntegra pelo informante e/ou candidato:

Página 1

- nome e pré-nome
- data e local de nascimento
- empregos anteriores (local e período)
- eventual outra profissão exercida
- pessoas de referência
- nacionalidade
- confissão religiosa

Página 2

- fala português (fluente, suficiente, pouco, ainda não)
- se é musical
- quais instrumentos musicais toca
- se está disposto a atuar na igreja (organista)
- se sabe dirigir um coro

³ Informações sobre esta Associação podem ser obtidas em ARENDT, 2008b.

- desde quando está no Brasil
- solteiro ou casado
- número e idade dos filhos
- endereço para contato
- quais escolas frequentou
- formação profissional
- exames prestados
- capacidades/dons especiais
- se está vinculado a uma Associação de Professores (qual)
- se não, pensa em associar-se caso obtenha vaga de professor
- se quer que sua candidatura seja publicada no Jornal do Professor e no “Schulbuch/Rotermund”. Se sim, com nome e endereço?
- pedidos especiais com relação à vaga
- pretensão salarial
- observações

(Fonte: ALZ, jan./fev. 1931, p. 13-14. Veja-se o original em anexo.)

Já a Liga [ou Associação] Nacional de Professores Teuto-Brasileiros [*Landesverband Deutschbrasilianischer Lehrer* - LDL] foi pensada em 1925, em meio ao Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras [Schultag] – realizado no Rio de Janeiro naquele ano - porém foi oficializada apenas em 1927 conforme Nobre (2004, p. 112), tendo sua sede na cidade de São Paulo. Seus associados eram as Associações Teuto-Brasileiras de Professores e professores que não podiam vincular-se a alguma Associação de Professores.

Com um texto introdutório e explicativo é publicada a seção de anúncios de empregos, intitulada *Stellenvermittlung des Landesverbandes Deutsch-Brasilianischer Lehrer*, nos primeiros números do ALZ de 1929. A intenção de criar uma “agência de empregos”, no entanto, é anterior, pois no I Congresso Nacional das Escolas Teuto-Brasileiras – ocorrido em 1920 - já fora criada uma comissão para discutir a formação dos professores e uma agência de empregos (NOBRE, 2004, p. 144).

O texto ou “observação” [Zur Beachtung!], informa que a edição dos anúncios de emprego foi decisão dos representantes das associações de professores, em Reunião de Diretoria [Hauptvorstandssitzung] em Joinville. Seriam enviados 200 exemplares dos anúncios para Associações de Professores, bem como para seus grupos regionais [Bezirksgruppen], além de seminários e consulados alemães e austríacos. Seu conteúdo seria publicado ainda nos dois Jornais para Professores, além do *Schulbuch* de Rotermund, para obter o maior alcance possível no Brasil inteiro. Solicita-se dados

detalhados como: idade, referência, formação, conhecimento do português, assim como dados sobre sua pretensão de trabalho/vaga – tipo de escola e aulas, salário, além de outras condições (ALZ, v. 26, n. 8, ago. 1929, p. 12.)

Salienta-se que a inclusão na lista não significava uma recomendação do *Landesverband*. Alguns anúncios terminam com a informação de que havia outras pessoas se oferecendo para trabalho, e os diretores e dirigentes de associações escolares deveriam dirigir-se ao *Lehrerverband* (ALZ, ago. 1929, p. 13).

Mediante um levantamento dos anúncios das duas associações, classificamos os mesmos em quatro categorias, para os quais apresentamos alguns exemplos:

1. professores que se candidatam para depois emigrar

Alguns externam sua intenção de trabalhar no Brasil, em caráter temporário, por alguns anos. São exemplo disso os seguintes casos:

a) **Karl Eugen Ebert**, 26 anos, evangélico, atuante como professor há cinco anos, encontra-se na Alemanha, disposto a atuar nos trópicos por 5 a 10 anos em escola rural ou urbana (ALZ, ago. 1929, p. 12).

b) **Fritz Grosshaus**, nascido em Württemberg, em 1882, professor substituto, atuava mais como artista e consultor e pretendia atuar como professor de arte.

c) **Stanislau Tilinger**, austríaco [*Altösterreicher*], 59 anos, sua última atuação era no *Gymnasium zu Mährisch-Ostrau (Deutsch-Böhmen)*, a qual teve que deixar em função do decreto do governo theco-eslováquio. Pretendia atuar como professor de alemão, latim, inglês, espanhol, geografia e história ou como bibliotecário. O contato seria através do Consulado Austríaco no Rio de Janeiro (ALZ, ago. 1929, p. 12)

d) **Käthe Weimar**, com formação específica para atuar como professora em liceus, escolas primárias e médias [*Lyzeen, Mittel- und Volksschulen*], oferece-se para atuar em escola alemã no exterior, e coloca-se à disposição para atuar em escola rural, podendo iniciar a qualquer momento. Apresenta como referência para contato o Reitor de uma Escola Média localizada em Wiesbaden na Alemanha (ALZ, ago. 1929, p. 12).

2. professores que já migraram e atuavam no Brasil há anos

a) **Willi Lange**, 48 anos, solteiro, formação como autodidata, leciona alemão e português, com pretensão de lecionar alemão, português, música (harmonia e composição) em escolas urbanas. Atua na Linha Brasil, Santa Cruz do Sul. Apresenta-se

como antigo professor prussiano [*früherer preussischer Lehrer*] (ALZ, mar. 1929, p. 11);

b) Benvenuto E. Dellevie, natural de Hamburgo, 56 anos, prestou exame como professor de escolas federais no RS [*Lehrer für Federalschulen*], estava há 36 anos no Brasil e procura trabalho no norte do Brasil, em região mais quente e, por isso, mais adequada para sua saúde. Apresenta-se como associado da Associação de Professores Evangélicos no RS e residente em Santa Cruz do Sul/RS (ALZ, ago. 1929, p. 12);

c) Walter Hesse, nasceu na Alemanha, emigrou para o Brasil muito jovem, tem 22 anos de idade, frequentou por três anos o Seminário Concórdia em Porto Alegre, atuava como professor na região de Ijuí há mais de um ano quando se candidatou, salientando que dominava língua do país – português – e que servia ao Sínodo Missouri, porém pretendia transferir-se para o Sínodo Riograndense (ALZ, mar. 1929, p. 11);

d) Karl Georg Werner, nascido em Dresden (em 1875), evangélico, casado com um filho, informa que atuava como professor desde 1911 em Santa Catarina, procurava vaga de professor com melhor remuneração. Apresenta como referência o Dir. Dr. Soechting, da Escola Alemã de Joinville/SC (ALZ, ago. 1929, p. 12);

e) Karl Herbst, nascido em Kuppentin (em 1896), com formação de professor, a atuou na Neue Schule em Blumenau (1926 e 1927), pretendia lecionar música e *Turnen* em escola localizada em cidade maior. Apresenta como referência o Dir. Dr. Soechting da Escola Alemã de Joinville/SC e informa que é membro da Associação de Professores de Santa Catarina e da *Ruhegehaltskasse* (ALZ, ago. 1929, p. 12);

f) Waldemar Neukirch, nascido em 1876 em Kiew, casado sem filhos, estudou direito, atuava há sete anos como professor e inspetor em Reval. Lecionava psicologia, lógica, economia nacional, instrução cívica e matemática, procurava vaga em escola urbana e apresenta um endereço de São Paulo para contato (ALZ, ago. 1929, p. 12);

g) Frida Römer (Fräulein), 38 anos, diploma de Londres e Nancy na área de línguas, professora de línguas: alemão, inglês, português, francês; procura vaga como professora

em família boa, e indica a Casa Surmann em São Paulo como endereço de contato (ALZ, ago. 1929, p. 12);

h) Viúva de um professor [sem identificação de nome] que atuou em escolas alemãs-brasileiras, 42 anos, evangélica, professora de jardim de infância, emigrou em 1911, sem colocação desde morte do marido; procura vaga como professora ou dama de companhia [*Hausdame*], onde pudesse levar sua filha de 10 anos e colocá-la em boa escola alemã; informa que o filho de 17 anos está atendido; sugere contato através do *Landesverband*, São Paulo (ALZ, ago. 1929, p. 12).

3. professores ou profissionais que vêm por outros países, antes de entrar no Brasil:

Apresentamos quatro casos, pois não são os mais freqüentes, porém significativos:

a) Albert Brauer, nascido em 1885, em Leipzig, freqüentou a *Realschule* até os 16 anos e cursou 4 anos de Escola de Artes em Paris (*Ecole Polytechnique*), formado em aquarela e gravura, atuou por 4 anos na África e 6 anos na Índia como comprador para a Casa Louvre de Paris [*Kaufmann für das Haus Louvre*]; informa, ainda, que participou da 1. Guerra (1914-1919); encontrava-se desde 1920 no Brasil, atuando como colono em Porto Feliz/SC; procura trabalho como professor de artes (ALZ, ago. 1929, p. 12);

b) Um professor – alemão - está atuando na Argentina e procura uma vaga de professor no Brasil – leciona alemão, espanhol, inglês, francês. (ALZ, fev. 1934, p. 12). Neste, os anúncios já são mais resumidos – 9 professores se oferecem. Verifica-se, porém, que a maioria possui formação na Alemanha, alguns pretendem obter colocação em escola no exterior.

c) professora de jardim de infância, com formação para tal, 26 anos de idade, com experiência no exterior (naquele momento, na América do Norte), que fala fluentemente inglês e francês, um pouco de português, oferece-se para atuar como professora de jardim de infância ou educadora (ALZ, jan/fev. 1933, p. 14)

d) professor, 34 anos, solteiro, atuou por 10 anos na Alemanha e na Romênia, 3 anos no Brasil; leciona latim, inglês, português e matemática. (ALZ, n. 7, jul. 1934, p. 13)

4. Professores descendentes de alemães, cidadãos brasileiros

Este pode ser um último grupo, porém não citamos nomes e trajetórias, por não estarem diretamente relacionados ao objetivo do presente texto. Em todo caso, possibilitam uma avaliação de suas trajetórias de migração dentro do estado e do país.

Se estabelecermos um comparativo entre o número de profissionais que se oferecem para atuar, considerando apenas o ano de 1931, verificamos a predominância dos professores formados na Alemanha, muitos dos quais se candidatam a partir de sua origem, ou seja, possivelmente arriscavam a emigração apenas quando tivessem obtido certeza de uma vaga para trabalho. Outra questão a ser considerada é a proporção inferior de vagas relativamente ao número de oferta de profissionais, a qual corresponde a uma proporção, em média, de três candidatos por vaga. Esta e outras questões permanecem para um estudo mais específico.

Em 1934, os anúncios já não são editados em todos os exemplares do ALZ, e no número de janeiro de 1935 é anunciada a posse da nova diretoria da Associação, bem como um professor responsável pelas vagas e colocações dos professores, porém não são mais publicados anúncios (ALZ, n. 1, jan. 1935, p. 13).

A título de considerações finais, reafirmamos que este não é um estudo conclusivo, pois estas fontes permitem, ainda, a abordagem de outras questões como a formação específica dos profissionais que se candidatam, sua experiência, a proporção de mulheres nessa área.

Referências

ARENDT, Isabel C. **Educação, religião e identidade étnica: o Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos; Oikos, 2008a.

_____. A Associação de Professores Evangélicos Alemães no RS (1901 – 1938). In: ARENDT, Isabel C.; GRÜTZMANN, Imgart; SIDEKUM, Antonio (Org.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história** (*Festschrift* em Homenagem ao Prof. Arthur Blasio Rambo). São Leopoldo/RS: Nova Harmonia, Oikos, 2008b. p. 169-190.

_____. **Representações de germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no RS]**. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

Der neue Vorstand. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 32, n. 1, jan. 1935, p. 13.

[FRANZMEYER]. Verhandlungsbericht über die Hauptversammlung des Deutschen Evangelischen Lehrervereins am 9. September 1936; Bericht des Vorsitzenden. In: **Allgemeine Lehrerzeitung - ALZ**, Porto Alegre, v.33, n.11, nov. 1936, p. 1.

NOBRE, Sônia Ap. dos Santos. **Associação dos Professores Teuto-Brasileiros do Estado de São Paulo: uma reconstrução histórica da trajetória de um órgão associativo voltado à educação étnica no período de 1916 a 1938**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2004.

Satzungen des Deutschen Evangel. Lehrervereins von Rio Grande do Sul. In: **Allgemeine Lehrerzeitung - ALZ**, v.6, n.6, dez. 1906, p. 1.

Stellengesuch. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 31, n. 7, jul. 1934, p. 13.

Stellenvermittlung des Deutschen Ev. Lehrervereins für Rio Grande do Sul. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 28, jan/fev. 1931, p. 13-14.

Stellenvermittlung. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 26, n. 3, mar. 1929, p. 11.

Stellenvermittlung. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 26, n. 8, ago. 1929, p. 12-13.

Stellenvermittlung. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 30, jan/fev. 1933, p. 14

Stellenvermittlung. In: Allgemeine Lehrerzeitung – ALZ, v. 31, n. 1, jan. 1934, p. 12.

Anexo – Formulário original

Nr. 1/2.

Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul.

15

**Stellenbermittlung des Deutschen Ev. Lehrerbereins für
Rio Grande do Sul
S. Leopoldo, Caixa postal 9**

Nachstehenden Fragebogen bitte ich auszufüllen und unter Beifügung von
Rückporto möglichst mit beglaubigten Zeugnisabschriften und etwaigen
Empfehlungen umgehend an mich zurückzusenden.

Zur Auftrag: Seminardirektor Dr. Holder.

Fragebogen

Name und Vorname:

Geburtsdag und Geburtsort:

Beruf:

Früher bekleidete Lehrstellen (Ort und Zeit):

.....

.....

Etwalge andere berufliche Stellungen (Ort und Zeit):

.....

.....

Wer kann Auskunft über Sie erteilen?

.....

.....

Staatsangehörigkeit:

Religionsbekenntnis:

Seit wann in Brasilien?

Ledig oder verheiratet?

Zahl und Alter der Kinder:

.....

Anschrift:

.....

Welche Schulen besuchten Sie? Wie lange?

.....

Etwalge berufliche Ausbildung:

.....

Abgelegte Prüfungen:

.....

Besondere Neigungen und Fertigkeiten:

.....

Sprechen Sie Portugiesisch? (Fließend, ausreichend, wenig, noch nicht)

Sind Sie musikalisch?

Welche Instrumente spielen Sie?

Sind Sie zu kirchlicher Mitarbeit bereit? (Organistendienst usw.)

Können Sie einen Gesangsverein leiten?

Gehören Sie einem Lehrerverein an? Welchem?

Für Nichtmitglieder: Gedenken Sie, wenn Sie eine Stelle erhalten, dem Lehrerverein beizutreten?

.....

Wünschen Sie die Veröffentlichung Ihres Besuches in der „Lehrerzeitung“ und im „Schulbuch“? Wenn ja, mit oder ohne Angabe des Namens und der Anschrift?

.....

Besondere Wünsche bezüglich der zu vermittelnden Stelle (Stadtschule, Kolonieschule, Pflanzland, Potreiro, Familienwohnung usw)

.....

.....

Welche Gehaltsansprüche machen Sie?

Besondere Bemerkungen:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Ich verpflichte mich, der Stellenvermittlung (Anschrift: Seminardirektor Dr. Holder, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Caixa postal 9) von der etwaigen Übernahme einer Lehrstelle umgehend Mitteilung zu machen. Falls ich innerhalb von 4 Monaten nicht um Verlängerung nachforsche, bin ich mit der Streichung meines Namens aus der Bewerberliste einverstanden.

....., den 193....
(Ort) (Datum)

.....
(Unterschrift)

Do que se preserva ao que se silencia: João Pedro Schmitt revisitado

Maíne Barbosa Lopes*

Resumo: O trabalho analisa as construções em torno da memória de um imigrante, João Pedro Schmitt, estabelecido na hoje cidade de Novo Hamburgo/RS, durante o século XIX. Ao estudarmos a criação de um museu local – Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser, localizado no bairro de Hamburgo Velho/NH – observamos que o tombamento do prédio se justificava pela memória de seu antigo proprietário, imigrante de prestígio na região. Através da documentação sobre o processo de tombamento do prédio que posteriormente abrigaria o Museu, bem como das reportagens de jornais veiculadas especialmente na região do Vale dos Sinos/RS durante as décadas de 1970/80, percebemos que quanto mais se aproximava a data do tombamento do prédio, mais o nome de João Pedro Schmitt era atrelado ao edifício e referenciado como o “fundador” de Novo Hamburgo. Tal afirmação em torno da figura deste imigrante leva-nos a questionar sobre as formas pelas quais a sua história tem sido contada e ressignificada a partir da criação do Museu.

O presente texto analisa as construções em torno da memória do imigrante João Pedro Schmitt, estabelecido na hoje cidade de Novo Hamburgo durante o século XIX. Tomamos conhecimento da história deste imigrante durante nossas pesquisas em 2008¹, ao analisarmos a criação de um museu local – Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser – cujo prédio, localizado no hoje bairro Hamburgo Velho e tombado, se justificava pela memória de seu antigo proprietário, um imigrante de prestígio na região, que havia contribuído para o desenvolvimento econômico do local. Ao analisarmos a documentação do processo de tombamento do prédio que posteriormente abrigaria ao Museu, bem como as reportagens de jornais veiculadas especialmente na região do Vale dos Sinos – RS, observamos que quanto mais se aproximava a data do tombamento do prédio, mais o nome de João Pedro Schmitt era atrelado ao edifício e referenciado como o fundador de Novo Hamburgo. Tais sentenças em torno da figura deste imigrante

* Mestranda em História pela Unisinos - bolsista CNPq.

¹ Pesquisa realizada para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso: LOPES, Maíne Barbosa. *Representações da memória Imigrante na criação de um museu local* – Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser. 2008. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [2008].

levam-nos a questionar não somente a trajetória histórica de João Pedro Schmitt no então distrito de *Hamburguer Berg*, como também as formas pelas quais a sua história tem sido contada e re-significada por instância da criação do Museu, na casa que lhe pertenceu.

Desta forma, e a partir de documentação pertinente, interessa-nos verificar parte dos silêncios em torno da trajetória histórica de João Pedro Schmitt, assim como aquilo que se desejou lembrar a respeito do imigrante. Dada a seletividade da memória, compreendemos que determinados aspectos são muitas vezes privilegiados em relação a outros, podendo contribuir para a elaboração de uma determinada memória oficial. Catroga aborda a seletividade da memória como uma *re-presentificação* do passado feita a partir do presente, o que implica a visão de quem o constrói. É assim que para ele, toda a recordação tende “a objetivar-se numa narrativa coerente que, em retrospectiva, domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos do real-passado quando este foi presente, atuando como se, no caminho, não existissem buracos negros deixados pelo esquecimento” (2001, p. 46). Logo, parece-nos que a memória em torno de João Pedro Schmitt, revisitada durante as tratativas para a preservação da casa que lhe pertenceu, pode dizer-nos mais do que aquilo que ela rememora.

João Pedro Schmitt revisitado

Dentre as muitas reportagens de jornal pesquisadas, que se relacionavam com a preservação da Casa Schmitt-Presser, uma em particular chamou-nos a atenção pela matéria apresentada: “Casa do fundador de NH deve ser restaurada”². Assim como esta, uma série de reportagens passou a referir-se, especialmente do começo dos anos 1980 em diante, ao nome de João Pedro Schmitt como o dono e ex-morador da Casa mencionada – período em que se buscava o seu tombamento e restauração.

A documentação encontrada no próprio museu, a respeito da sua criação e do tombamento da casa, nos permitiu verificar que a preocupação com a sua salvaguarda era uma aspiração de longa data. As tratativas para a sua preservação envolveram diversas negociações junto ao governo municipal e até mesmo ao governo nacional, o que culminou com o seu tombamento pelo IPHAN em 1985. Para este empreendimento, realizaram-se inúmeras campanhas com publicação de materiais na tentativa de trazer

² Movimento: casa do fundador de NH deve ser restaurada. *Jornal do Comércio do Vale*. Novo Hamburgo, 25 de março de 1982.

visibilidade à história da Casa e à sua necessidade de preservação³. Sperb, uma das participantes do processo de salvaguarda da Schmitt-Presser, alertou que a *venda* [ou casa de negócio] de “João Pedro Schmitt deu grande impulso à atividade comercial em Hamburgo Velho. Sua atuação foi importante para o desenvolvimento daquela região, tanto que em 1847 o lugar era identificado com sua pessoa”⁴. A autora salienta que até mesmo a Câmara de Vereadores de São Leopoldo chegou a definir a região como o *lugar onde mora João Pedro Schmitt*, relacionando o progresso do local com o de seu morador⁵.

O período de funcionamento da *venda* de João Pedro Schmitt foi aproximadamente de 1830 até 1870, sendo que em 1857 o povoado de Hamburgo Velho se tornou o 4º distrito de São Leopoldo sob a denominação de Nossa Senhora da Piedade. Após a morte de João Pedro Schmitt, em especial na virada do século XIX para o XX, o prédio foi alugado à família Reiss, nele funcionando uma padaria. Em seguida, o antigo prédio da *venda* de João Pedro Schmitt passou a abrigar, até o início da década de 1970, a loja de armarinhos Presser, então propriedade de uma de suas netas. Em meados dos anos 1970, o prédio, já em desuso, foi percebido pelo seu mau estado de conservação, durante a restauração da casa situada ao lado da Schmitt-Presser e na qual até hoje se encontra a Fundação Ernesto Frederico Scheffel⁶.

³ Como a publicação do Jornal *Hamburguerberg*, por exemplo, editado nos primeiros anos da década de 1980.

⁴ SPERB, Angela T. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul/1980*. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Instituto Histórico de São Leopoldo. Anais – 1987.

⁵ “O nome Alt-Hamburg ou Hamburgerberg, como também se chama, nada tem a ver com *Hamburg* (Hamburgo). O povoado encontra-se num morro, onde, por volta de 1826, morava um alemão na qualidade de primeiro colono: Johan Peter Schmidt, chamado sumariamente Hannpeter. O morro, em que se erguia sua casa

residencial, chamava-se Hammpeterberg (Morro do João Pedro), do qual mais tarde se fez “Hamburgerberg””.

KAHLE, Maria apud RABUSKE, 1974. Cf. em SPERB, 1987, p. 19.

⁶ O artista Ernesto Frederico Scheffel, durante as tratativas para as obras de restauração do prédio que acolheria a Galeria de Arte Municipal, acompanhado pelo então prefeito do município, Miguel Schmitz, expõe ao proprietário da Casa Presser seu interesse pela preservação da mesma, ação que é compartilhada pelo Prefeito

Municipal. Porém, é durante o início das obras da Galeria, em 1975, que o artista percebe a demolição de antigas edificações que vinham ocorrendo nos anexos da Casa Presser. Diante das depredações efetuadas, o proprietário da casa que já havia prometido a sua preservação, concorda em ceder a casa ao município. Cf. em SPERB, Angela T. Síntese do processo de preservação da edificação. In: *RELATÓRIO do Monumento Nacional ‘Casa Presser’ dirigido aos órgãos executivos*. Jul. a dez./1989. Acervo Fundação Ernesto Frederico Scheffel.

Segundo o relatório referenciado, foi desde este momento que a Casa Schmitt-Presser passou a despertar o interesse de parte da comunidade local, desencadeando um movimento pela sua preservação. Seu tombamento, porém, só se efetivou em 1985 e sua restauração ocorreu entre 1990 e 1992 com o desígnio de ser transformada em museu comunitário, responsável por contar a história da imigração e seu desenvolvimento em Novo Hamburgo. Porém, foi com a exposição desenvolvida no então Museu-Casa, em 1992, que João Pedro Schmitt foi definitivamente assumido como personagem fundamental na história do município, uma vez que a exposição teve como destaque principal a reconstituição da *venda* que pertencera ao imigrante.

Assim, as reportagens de jornais pesquisadas enfatizam a preocupação da comunidade – ou de um grupo de interessados – para com a necessidade de preservação da Casa Schmitt-Presser desde a década de 1970. Observamos em relatório da “Casa Presser”⁷ que no ano de 1976,

“o Jornal NH começa a divulgar as idéias de Scheffel quanto ao Centro Histórico de Hamburgo Velho como centro turístico nos moldes europeus (área revitalizada, comercial e cultural), sugestões de leis que incentivem o proprietário a conservar e restaurar imóveis de valor histórico, sugestões para que a casa de J. Pedro Schmitt seja transformada em Museu ou Casa do Imigrante, com móveis e utensílios da Colônia”.

Efetivamente, encontramos no Jornal NH, especialmente de 1975 em diante, publicações que discorrem sobre a preservação de prédios antigos como a Casa Schmitt e arredores, sendo Ernesto Frederico Scheffel muitas vezes entrevistado ou aparecendo como apoiador desta idéia⁸. Em uma de suas edições, em 30 de março de 1978, por exemplo, divulgam-se alguns dos projetos para restauração de prédios propostos por Scheffel, sendo um deles para a Casa Schmitt. Porém as publicações se acentuam na década de 1980 até o tombamento da Casa pelo IPHAN⁹.

⁷ RELATÓRIO do Monumento Nacional ‘Casa Presser’ dirigido aos órgãos executivos. Jul. a dez./1989. Acervo Fundação Ernesto Frederico Scheffel.

⁸ Cabe destacar que o artista Ernesto Frederico Scheffel vivia em Florença (Itália) desde 1959, onde participou de diferentes projetos de restauração, o que permitia que ele atuasse como referência nas questões relativas ao patrimônio histórico em suas vindas à sua terra natal.

⁹ Assinalamos que um dos diretores do Jornal NH, Paulo Sérgio Gusmão, foi, na mesma época, nomeado membro tanto do Movimento de Defesa ao Acervo Cultural Gaúcho (MDACG/Sec.) – este proposto inicialmente por Scheffel e apoiado por professores, amigos e moradores de Hamburgo Velho, foi criado em 08 de junho de 1977–, quanto do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (COMPPAHC), criado pelo Prefeito Eugênio Nelson Ritzel, em 03 de novembro do mesmo ano.

Além disso, a expectativa de tombamento da Casa Schmitt-Presser permitiu o desenvolvimento de outras ações preservacionistas no bairro de Hamburgo Velho. Enquanto as dificuldades políticas e econômicas para o tombamento e restauração da Casa arrastaram-se por mais de dez anos, algumas pessoas do bairro buscaram outros meios para despertar o olhar do poder público para a causa da Schmitt Presser. Foi o caso do Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico e Artístico, com a pintura das fachadas dos prédios históricos de Hamburgo Velho. Estas medidas, sempre apoiadas pela imprensa – e especialmente representadas pelo Jornal NH – permitiram um crescimento das práticas que apoiavam a preservação do patrimônio da cidade, despertando o interesse da comunidade e a preocupação com a perda tanto da Casa Schmitt quanto de outros bens que passaram a ser percebidos como patrimônio.

Neste sentido, entendemos que as práticas utilizadas pelo grupo que aspirava ao tombamento da Casa se realizaram num campo simbólico que “retirava o fato do cotidiano”, revestindo-o de significações (KERSTEN, 2000, p. 49). Isto é, a Casa deixava de ser apenas um edifício velho, em vias de ruína e despercebido pela população para se transformar em elemento simbólico e representativo desta comunidade. Sua história foi, aos poucos, rememorada, situando-a num determinado tempo em que ela recebeu função de destaque. Sua arquitetura, da mesma forma, especialmente após pronunciamento do especialista Günter Weimer e de demais técnicos, passou a ser assumida como exemplar característico da cultura alemã, mostrando como os rituais realizados em prol do tombamento e da preservação da mesma permitiram que ela se constituísse em Monumento da cidade.

Segundo Catroga, a memória é reavivada pelo rito, possuindo um papel pragmático. Isto é, “em nome de um patrimônio comum (espiritual e/ou material), ela visa inserir os indivíduos em cadeias de *filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os* em relação a *outros*¹⁰” (2001, p. 50). Assim, seja pelas suas características arquitetônicas, enquanto um dos últimos remanescentes do estilo enxaimel no Rio Grande do Sul, seja pela sua condição histórica ancorada na memória de João Pedro Schmitt – o que remontava à origem do bairro e desenvolvimento do município –, a Schmitt-Presser foi selecionada em meio às demais casas para ser preservada, contribuindo para a constituição de uma identidade local.

¹⁰ Grifos do autor.

Retomando a reportagem inicialmente citada, veiculada no *Jornal do Vale*¹¹, constatamos que o Movimento de Recuperação do Patrimônio Histórico de Hamburgo Velho, composto por integrantes da comunidade, intensificava sua campanha pela restauração da Casa, alegando o valor histórico da mesma por ter pertencido *ao fundador de Novo Hamburgo* e alertando para o risco de seu desmoronamento. A fotografia divulgada nesta publicação mostra o péssimo estado de conservação em que se encontrava a Casa no início da década de 1980, período anterior ao seu tombamento e restauração. Nela aparece uma faixa exposta em frente à fachada da Casa, na qual se lê: “Queremos a restauração da casa do fundador de Novo Hamburgo: JOÃO PEDRO SCHMITT”. Dado o tom expressivo da frase, questionamos sobre em que medida esta afirmação seria capaz de influenciar na memória dos moradores de Hamburgo Velho, ou sobre o quanto a memória de João Pedro Schmitt não estaria sendo utilizada com outro fim, qual seja, o intuito de sensibilizar para a necessidade do tombamento da casa. Distingue-se de imediato uma convergência, por parte dos agentes do movimento preservacionista, para que o nome de João Pedro Schmitt estivesse atrelado à importância histórica da casa, dada a urgência de sua preservação.

No intuito de percebermos qual foi o apoio oferecido pelos jornais da região referente à memória de João Pedro Schmitt como dono da Casa e “fundador de Novo Hamburgo”, realizamos um levantamento das reportagens publicadas que tiveram por assunto a preservação do patrimônio de Hamburgo Velho e Novo Hamburgo. O primeiro levantamento compreendeu o período de 1975 até 1989, por abranger o momento em que a Casa Schmitt passou a ser alvo de ações preservacionistas até o período posterior ao seu tombamento e efetiva desapropriação, quando ocorreram as primeiras medidas encaminhadas para o início do restauro. O segundo levantamento das fontes de jornal envolveu os anos de 1990 a 1992, período em que ocorre a restauração da casa e sua transformação em Museu Comunitário.

No primeiro levantamento destas reportagens, veiculadas entre 1975 a 1989, verificamos que exatamente metade das publicações relacionadas ao patrimônio no município de Novo Hamburgo tratava sobre a preservação da Schmitt-Presser. Número bastante significativo, especialmente se considerarmos que deste total, novamente quase a metade, aproximadamente 45% delas, abordavam a história da casa e enfatizavam o

¹¹ Movimento: casa do fundador de NH deve ser restaurada. *Jornal do Comércio do Vale*. Novo Hamburgo, 25 de março de 1982.

seu pertencimento a João Pedro Schmitt, identificando-o como o fundador do município.

Chama a atenção que, nos primeiros anos deste levantamento, o nome do imigrante é raras vezes mencionado, porém na década de 1980 seu nome passa a ser constantemente referido nas reportagens sobre o andamento das ações que almejavam o tombamento e restauração da casa. Já nas reportagens dos primeiros anos da década de 1990, seu nome passa a ser citado em praticamente todas as reportagens, uma vez que o cenário já é outro: com a restauração da Casa entre 1991-1992, a memória de João Pedro Schmitt é mais uma vez objeto de culto, haja vista a réplica de um antigo armazém colonial construída no primeiro piso da Casa recém tombada. Tal armazém, segundo grande parte das fontes de jornal pesquisadas¹², foi inspirado no armazém que pertenceu a João Pedro Schmitt, e baseado na descrição de seu inventário do ano de 1868.

Como já evidenciamos, nossa hipótese é de que o nome de João Pedro Schmitt e a sua história de vida – de imigrante que não somente constituiu riqueza na hoje cidade de Novo Hamburgo, mas que contribuiu com o desenvolvimento e progresso da região – tenham sido destacados junto com a história de sua Casa para justificar o tombamento da mesma, que possuía então mais de 150 anos. Observamos nas reportagens selecionadas que além da preocupação com a preservação da Schmitt-Presser, desenvolveu-se ainda, entre as pessoas engajadas no movimento, o interesse pela preservação de todo o núcleo constituído por antigos casarões de Hamburgo Velho. O medo da descaracterização do bairro, motivado por um sentimento de pertencimento ao lugar, levou parte do grupo envolvido no movimento de preservação a reconstituir a memória do bairro que, fundado durante a colonização, se ampara na identidade alemã imigrante. Conforme destacou Pollak, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator externamente importante do sentimento de continuidade e de

¹² Conferir em: Casa Presser, 158 anos de história. *Jornal NH*. Novo Hamburgo, 07 de maio de 1992; Novo Hamburgo preserva história da imigração alemã. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 26 de setembro de 1992; Museu Comunitário em Hamburgo Velho. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 25 de junho de 1992; Gincana para Casa Schmitt-Presser. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, agosto de 1992; Últimos retoques na Casa Presser. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 23 de setembro de 1992; Primeiro museu-armazém comunitário. *Jornal NH*. Novo Hamburgo, 15 de outubro de 1992; Últimos retoques na Casa Presser. *Jornal NH*, Novo Hamburgo, 23 de setembro de 1992; Cientistas na Casa Presser. *Jornal NH*. Novo Hamburgo, 07 de agosto de 1992; Comissão define museu comunitário. *Jornal NH*. Novo Hamburgo, 17 de junho de 1992; entre outras reportagens.

coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLACK, 1992, p. 204).

No artigo já citado sobre o inventário de João Pedro Schmitt, Angela Sperb trouxe um dado a respeito do posicionamento de João Pedro Schmitt durante a Revolução Farroupilha. Lembrou que por ter se colocado ao lado dos imperiais, Schmitt teve sua casa incendiada pelos rebeldes. Dado isso, a autora ressaltou a possibilidade de que “a casa reconstruída seja a que hoje está situada na Avenida Daltro Filho, ao lado da Galeria de Arte – Fundação Ernesto Frederico Scheffel, em Hamburgo Velho” (SPERB, 1980, p. 20). Sobre este aspecto, percebemos que existe uma convergência para que a casa mencionada tenha sido aquela que pertenceu a João Pedro Schmitt, embora não haja uma certeza. Conforme seu inventário, João Pedro Schmitt foi um imigrante muito rico que, possuindo diversas casas, poderia ter residido em qualquer uma delas. Não é de nosso interesse, contudo, comprovar se o prédio do Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser pertenceu ou não à pessoa de João Pedro Schmitt, mas apenas de refletir sobre como a sua memória foi sendo usada para se alcançar o tombamento e a restauração da Casa.

Em pesquisa recente sobre alianças e disputas fundiárias na região da antiga Colônia de São Leopoldo, Mugge e Costa mostraram o envolvimento de João Pedro Schmitt e seu sócio, João Kramer, em uma contenda de terras na Fazenda do Padre Eterno. Conforme os autores, João Pedro Schmitt era natural de Bechenheim, localidade situada no Hessen do Reno, tendo chegado à região nas primeiras levas de imigrantes, em 1825. Em seu texto, os autores corroboram o fato de que o imigrante trilhou uma trajetória ascendente na localidade, tornando-se proprietário de uma casa de negócios (2009, p. 201-202). Por outro lado, o que os autores se propõem a identificar é que, em um período em que ainda havia certa negligência para com a demarcação dos lotes de terras dos colonos, operavam-se comportamentos, decisões, estratégias e vivências de sujeitos “imersos num sistema social impregnado de tensões e conflitos” (2009, p. 207).

Segundo a documentação pesquisada por Mugge e Costa no Arquivo Histórico do RS, os sócios João Pedro Schmitt e João Kramer acusaram na justiça uma série de famílias de colonos de terem invadido uma parte da Fazenda do Padre Eterno em 1851, área que haviam adquirido em leilão público em 1842, e requeriam a reintegração dos lotes invadidos (2009, p. 201). Entretanto, para os autores, Schmitt e Kramer haviam ampliado os limites da fazenda, avançando sobre áreas limítrofes pertencentes a luso-

brasileiros e a colonos já estabelecidos na Picada Dois Irmãos. Acirradas as disputas entre os colonos já estabelecidos na área de Schmitt e Kramer e estes, João Pedro Schmitt aparece novamente em outros processos, gerados a partir dos desentendimentos ligados à contenda. Em um deles, João Pedro Schmitt teria sido ofendido de ladrão em frente a sua casa de negócios [tudo indica que seja a Casa hoje tombada como patrimônio] por um dos colonos envolvidos na disputa das terras do Padre Eterno. Schmitt, por sua vez, defendeu-se dizendo que este colono, Jacob Dreyer, teria ido manchar a sua reputação (2009, p. 204-205).

Tais dados trazidos na pesquisa destes autores confirmam o papel de destaque ocupado por João Pedro Schmitt na região de Novo Hamburgo durante o século XIX, como dono de casa de negócios e comprador de terras. Mas indicam também seu comportamento estratégico que o identificava como invasor e especulador de terras, prática que apesar de ilegal deve ser compreendida na dinâmica da época, em que fazia parte do jogo social aceito e praticado por grande parte dos residentes do Padre Eterno (COSTA e MUGGE, 2009, p. 207). Mencionamos estas informações e também aquela contida no texto de Sperb – sobre a possibilidade de que a Casa situada ao lado da Galeria de Arte Ernesto Frederico Scheffel houvesse pertencido a João Pedro Schmitt – na intenção de refletir sobre quais elementos da história deste imigrante foram recobrados e incorporados à história da casa.

Observamos, portanto, que ao privilegiar a recordação de alguns aspectos da trajetória de João Pedro Schmitt e permitir o silenciamento de outros – como o envolvimento de Schmitt em diferentes processos judiciais –, os responsáveis pelo movimento de preservação da Casa acabaram por promover a construção de uma determinada memória em torno do imigrante: de *vendeiro* e especulador de terras do século XIX, João Pedro Schmitt foi rememorado nas últimas décadas do século XX como “fundador de Novo Hamburgo”. Neste aspecto, é Pollak mais uma vez quem nos auxilia, lembrando que a memória e a identidade “podem perfeitamente ser negociadas” (POLLAK, 1992, p. 204). Se a memória do dono da casa é também a memória da imigração alemã em seus diferentes desdobramentos, logo, as pessoas envolvidas no movimento pela preservação da Casa souberam resgatar *a memória que interessava* de seu proprietário para comprovar a importância histórica do mesmo; consequentemente, a importância histórica da Casa que lhe pertenceu.

Inclusive depois que a Casa foi tombada como Patrimônio Nacional pelo IPHAN, encontramos no site deste órgão, no que tange à descrição do bem tombado, o nome de João Pedro Schmitt como um atestado de historicidade do prédio e como uma das justificativas para a sua preservação¹³. Sobre este aspecto, verificamos que a memória que serviu numa primeira instância para atrair os olhares da comunidade de Novo Hamburgo para a preservação da casa, também se fez presente no seu processo de tombamento quando os membros do COMPPAHC enviaram a documentação da casa ao IPHAN, pedindo a sua preservação. Como enfatizou Kersten, o processo formal e jurídico de tombamento agrega novos valores ao bem patrimonial, atribuindo-lhe uma carga simbólica.

A Casa à qual se atrelou o nome de João Pedro Schmitt, olhada na sua materialidade, torna-se um símbolo da identidade alemã imigrante depois de seu tombamento. A imagem do imigrante, neste aspecto, opera como um reforço desta identidade, funcionando ambas como um estereótipo¹⁴ representativo da cultura e identidade alemã. Neste sentido, o estereótipo da casa ou aquilo que ela representa simbolicamente através de sua estrutura material, quando atrelada à figura de João Pedro Schmitt, alcança um grau mais acentuado no imaginário da comunidade, pois que abaliza a identidade do grupo de imigrantes e seus descendentes. A evocação de João Pedro Schmitt, assim, traz consigo a memória do tempo passado, a memória ligada à imigração. No tocante a esta questão, Catroga enfatiza que a tarefa destas liturgias de recordação “é a de criar sentido e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade” (2001, p. 51).

O imigrante proprietário da casa ao ser identificado como “fundador” da cidade agrega os valores vinculados ao exemplo de colono trabalhador. Uma vez comerciante, João Pedro Schmitt detinha o controle das compras e vendas da região, nascendo assim, conforme Pesavento, como “uma das personas do capital, responsável por uma cadeia de transformações que se seguiram”. Segundo ela, os “alemães foram os comerciantes das vendas localizadas junto aos lotes, das casas comerciais no entroncamento das

¹³ Além deste aspecto, a arquitetura da Casa Schmitt-Presser foi um dos principais fatores que possibilitou o seu tombamento a nível nacional, uma vez que ela representa um dos últimos remanescentes em estilo enxaimel a possuir algumas vedações externas ainda em adobe, sua forma original.

¹⁴ Compreendemos estereótipo aqui conforme a conceituação de Bardin, enquanto a ideia que temos de algo, ou ainda, como “a representação de um objeto (coisas, pessoas, ideias) mais ou menos desligada de sua realidade objetiva, partilhada pelos membros de um grupo social com certa estabilidade” (BARDIN, 1977, p. 51-52).

linhas ou nos núcleos coloniais” (PESAVENTO, 1994), possuindo posição estratégica. Esta memória de progresso e desenvolvimento alcançado pelo dono da casa é, a nosso ver, um dos motivos de ter sido vinculada à história da casa. Ou ainda, nas palavras de Woodward, “ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado – possivelmente um passado glorioso” (WOODWARD, 2004, p. 27), um passado capaz de validar a identidade do grupo.

Retomando a reportagem que estávamos analisando, destacamos a afirmação nela contida de que

“por se constituir num testemunho vivo das primeiras casas definitivas construídas pelos colonos vindos da Alemanha que ocuparam o Vale dos Sinos e por ser a casa do fundador da cidade é que os integrantes do Movimento de Recuperação do Patrimônio querem o tombamento histórico do prédio. [...] Segundo eles, a casa de João Pedro Schmitt constitui-se numa das mais antigas construções em estilo enxaimel do Estado e um exemplo da arte manual e artesanal que os germânicos trouxeram de seu país de origem”¹⁵.

Neste trecho, além de mais uma vez João Pedro Schmitt figurar como o *fundador da cidade*, observamos com clareza a relação existente entre o estilo no qual foi construída a casa e a identidade do grupo, o que revela, mais uma vez, um sentido de pertencimento à identidade alemã imigrante. Na reportagem, a Casa se oferece como testemunho da imigração no município, no dizer de Le Goff, *sinal do passado*, assumindo aí a função de monumento. Segundo o autor, “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação” (1990, p. 535), sendo entendido como um legado à memória coletiva. O poder de perpetuação, nesta instância, pode levar-nos a pensar ainda na capacidade que a casa assume de preservar a memória da imigração alemã em detrimento da memória de demais etnias presentes em Novo Hamburgo.

Em outra reportagem, de dias anteriores àquela trabalhada até aqui, a Casa aparece de fato vinculada à noção de monumento: “A casa de João Pedro Schmitt [...] é Monumento da cidade de Novo Hamburgo e Patrimônio insubstituível da comunidade, por se constituir num testemunho vivo das primeiras casas definitivas construídas pelos

¹⁵ Movimento: casa do fundador de NH deve ser restaurada. *Jornal do Comércio do Vale*. Novo Hamburgo, 25 de março de 1982. Ano 3, n. 605.

colonos alemães que ocuparam o Vale dos Sinos e por ser a casa do fundador da cidade”¹⁶. A noção de monumento aqui recebe novamente o sentido de perpetuação do passado, de rememoração que tem por função preservar uma identidade.

Ressaltamos, finalmente, que a história de João Pedro Schmitt, com a criação do museu e reconstituição do seu antigo armazém sob a forma de uma exposição, foi assumida como parte integrante da história de Novo Hamburgo, tornando-se assim re-significada no presente e elevada a ‘lugar de memória’ pela sua comunidade. Entretanto, conforme Pierre Nora há que se atentar sempre para a criação destes espaços, uma vez que eles podem ser compreendidos como “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 13). Para Nora, os lugares de memória privilegiam focos de apenas uma minoria, motivo pelo qual precisam ser preservados. “Se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los” (NORA, 1993, p. 13). Neste sentido, fica clara a acusação de Nora para com as formas pelas quais são preservadas as memórias e identidade de um grupo, em grande parte, pertencentes a apenas uma minoria. O autor destaca que “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993, p. 17). Tal sentimento de perda da memória resultou, assim, em um aumento no acúmulo de testemunhos e documentos nas instituições de memória causando uma espécie de materialização da mesma. Não só os historiadores oficiais, mas outros setores da sociedade, como etnias e minorias sociais, passaram a buscar pelas suas origens. É nesse movimento, de interesse pela preservação da sua memória, que nos pareceu atuar a comunidade local de Hamburgo Velho.

Considerações finais

Ao estudarmos as formas pelas quais a história de João Pedro Schmitt passou a ser revisitada desde fins da década de 1970, verificamos um recorrente interesse por sua memória, onde apenas algumas características de sua experiência como imigrante, no século XIX, foram ressaltadas. Em pesquisa aos jornais locais, ficou claro que, na medida em que se acentuava a necessidade de preservação da Casa Schmitt-Presser, um determinado grupo relacionado com o Movimento de Recuperação do Patrimônio

¹⁶ Casa do fundador de Novo Hamburgo: planos para o futuro museu histórico. *Jornal do Comércio do Vale*.
Edição do dia 03 de abril de 1982.

Histórico de Hamburgo Velho soube fazer uso da memória de João Pedro Schmitt, trazendo para o presente apenas os aspectos da sua história que o tornavam digno de ser adotado como o “fundador de Novo Hamburgo”. Não buscamos, entretanto, julgar se as ações empreendidas pelo grupo do Movimento de Preservação da Casa foram ou não válidas para alcançar o fim almejado, mas apenas buscamos ressaltar como interesses, associados ao apoio da imprensa, são capazes de configurar uma determinada memória oficial que, no caso desta pesquisa, permitiu a construção de uma espécie de herói fundacional para a cidade.

Constatamos também que o interesse pelo passado e história do bairro adquiriu outras nuances, especialmente se atentarmos para a crescente busca e preservação das identidades culturais sentidas nas últimas décadas (FUNARI, 2006). O risco da perda e/ou desmoronamento da casa, anunciado pelos agentes que buscavam o seu tombamento, assumiu um caráter ligado à preservação da identidade e cultura imigrante estabelecida no município, uma vez que a Schmitt-Presser constitui um dos poucos exemplares remanescentes da arquitetura alemã do período inicial da imigração na região.

Através dos jornais locais consultados – especialmente representados pelo Jornal NH – pudemos inferir que, uma vez apoiadores do movimento pela preservação da Casa Schmitt-Presser, estes contribuíram para a construção de uma memória da Casa calcada na história de João Pedro Schmitt. Sua imagem, de homem de prestígio que contribuiu para o desenvolvimento da região, foi cuidadosamente atrelada à memória da Casa, no interesse de atestar a historicidade da mesma e à necessidade de sua preservação. Na análise de aspectos que davam conta da sua trajetória de vida no século XIX, confirmamos a importante posição social ocupada por João Pedro Schmitt como dono de casa de negócios e agenciador de terras, tal qual alegavam os participantes do movimento pela preservação da Casa que lhe pertenceu, mas tomamos conhecimento também do caráter ardiloso de Schmitt, mostrando-se como imigrante que soube transitar dentro das práticas, mesmo que ilícitas, no que se refere à invasão dos limites das propriedades rurais no século XIX.

Assim, na seleção dos aspectos da vida de João Pedro Schmitt que pareciam dignos de serem memorados e no silenciamento de outros, os responsáveis pelo movimento de preservação da Casa, apoiados pela imprensa local, possibilitaram a construção de uma determinada memória em torno da história do imigrante. A face

trabalhadora de João Pedro Schmitt foi privilegiada; sua trajetória de ascensão econômica viabilizava o seu reconhecimento como homem de prestígio, permitindo-lhe ser assumido como o fundador de Novo Hamburgo. Por outro lado, aspectos como o de seu envolvimento em sucessivos processos judiciais por disputas de terras e outras características que sugerem um comportamento estratégico por parte do imigrante, identificando-o como invasor e especulador de terras, não foram em nenhum momento evidenciados. De homem comum à sua época, ainda que econômica e socialmente privilegiado, João Pedro Schmitt foi elevado a uma espécie de mito fundacional do município, sem nem mesmo ter feito parte dos primeiros colonizadores que chegaram à região.

Se inicialmente a memória de João Pedro Schmitt não era comum aos moradores de Novo Hamburgo, com o tombamento da casa e sua transformação em instituição museológica que reconstitui o armazém de meados do século XIX, esta memória passou a integrar a história local, reafirmando um pertencimento e/ou uma identidade alemã imigrante. Ressaltamos ainda que a reconstituição do antigo armazém que existia na Casa de João Pedro Schmitt, é hoje objeto de visita do Museu. Tal exposição, a nosso ver, – tal qual ocorre com todos os museus – atua como importante veículo de legitimação do passado histórico da imigração, neste caso, passado assentado na elaboração da figura de João Pedro Schmitt. É, por fim, através da seleção do que se recorda/preserva e do que se silencia que a memória coletiva e o passado são tantas vezes assumidos e instrumentalizados, permitindo a solidificação das identidades.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa Ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 43-69.
- COSTA, Miguel Ângelo da Silva; MUGGE, Miquéias Henrique. Tecendo Alianças, transacionando interesses: disputas fundiárias na antiga fazenda do Padre Eterno – São Leopoldo (1851-1864). In COSTA, Miguel Ângelo da Silva; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo de M. (orgs.). *Explorando Possibilidades*. Experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Coleção passo-a-passo, n. 66, p. 35
- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História*. Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.
- LOPES, Máine Barbosa. *Representações da memória Imigrante na criação de um museu local – Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser*. 2008. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [2008].
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Ed. PUC-SP, nº 10, 1993, p. 7-28.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.
- SPERB, Angela T. O inventário de João Pedro Schmitt. In: *IV Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul/1980*. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Instituto Histórico de São Leopoldo. Anais – 1987.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Italianos x trentinos: uma rivalidade entre imigrantes na serra gaúcha

*Marcelo Armellini Corrêa**

Resumo: O texto aborda os conflitos existentes entre os imigrantes que vieram da região do Trentino-Alto Adige ao norte da Itália e de outras regiões da Itália. Na época em que emigraram para o Rio Grande do Sul, entre 1875 e 1914, a Província de Trento pertencia ao Império Austro-Húngaro e por isso os trentinos eram chamados de austríacos, pois chegavam ao Brasil com o passaporte austríaco e os demais imigrantes italianos chegavam com o passaporte italiano. Como eram súditos de diferentes coroas, isto às vezes causava atritos e rivalidades entre esses imigrantes, já que os trentinos eram fieis ao Imperador da Áustria Francisco José e os demais italianos eram fieis ao rei da Itália Humberto II.

Palavras chave: Trento - trentinos -Tirol - Áustria - ultramontano - Império Brasileiro – colônias - 1ª guerra - liberais

Causas e fatores da emigração trentina

Os trentinos, como os demais imigrantes, vieram para o Brasil e Rio Grande do Sul em maior número entre 1875 e 1914. Ao analisar as causas e os fatores que podem explicar a emigração trentina que se acentuou a partir de 1873, durante o período da grande emigração, pode-se considerar que foram as mesmas que mobilizaram os demais emigrantes italianos, presentes no próprio contexto italiano, trentino, brasileiro e gaúcho. Algumas especificidades relacionadas às características históricas e culturais, humanas e geográficas da região do Trentino contribuíram, segundo Grosselli (1999) para que cerca de 30.000 tirolezes italianos buscassem as terras americanas, entre 1874 e 1914.

Grosselli (apud Francheschi, 2007, p.18) situa a implantação do capitalismo e da industrialização em todo o norte da Itália como fatores importantes para a partida de emigrantes. As pequenas frações de terra nas quais as famílias somente podiam manter uma agricultura de subsistência não lhes garantiam a sobrevivência. As terras pouco férteis, poucos rios, situados em regiões montanhosas, e o clima rigoroso dificultavam seu modo de vida, exigindo mais trabalho para sobreviver. Assim, a própria geografia do Trentino pode ser considerada como um dos fatores que influenciaram na sobrevivência de sua população.

Catástrofes naturais, que trouxeram prejuízos de natureza econômica e política, também contribuíram para o êxodo trentino para outras terras, como a crise da seda, decorrente da praga da pebrina que matava o bicho-da-seda e as terríveis enchentes de 1882 e 1885. Para o autor, a exorbitante carga de impostos que onerava os cidadãos, acrescido do cansaço dos camponeses de serem usados pelo militarismo vigente, são fatores a serem considerados pela sua repercussão na vida desses emigrantes. Assim, a situação vivida pelos camponeses trentinos, sem terras para plantar, sem frutos para colher e sem espaço para produzir, levou-os a buscarem melhores condições de vida além-mar, fugindo da industrialização e de uma agricultura de subsistência. Buscaram a terra, seu *habitat* natural, que pudesse lhes garantir a sobrevivência.

Propaganda

A imensa propaganda emigratória instalada na Itália contribuiu para a criação de uma imagem de que na América, e em especial no Brasil, isso seria facilmente encontrado. Era o mito da *Cocanha*, ou seja, o mito da fartura.

A ação dos agentes da imigração para o Brasil estava concentrada no nordeste da Itália, na região do Vêneto, próxima às regiões trentinas, onde os camponeses tinham a fama de ser gente trabalhadora e submissa as autoridades. A propaganda era intensa e buscava aliciar os imigrantes, utilizando estratégias que atraíam os trentinos e que muitas vezes lhes trouxeram grandes dificuldades.

Segundo Gardelin (apud Gardelin e Costa, 1992), já no ano de 1869 começou a ser feita a propaganda de nossas exorbitantes e magníficas terras da região serrana, nos países centrais da Europa. Um deles foi a Áustria (Tirol).

Apesar da região do Trentino ainda não fazer parte da Itália recém unificada, sua população era etnicamente italiana e culturalmente influenciada pelas províncias vênetas vizinhas. O Trentino era uma região italiana que fazia parte do Tirol, uma das províncias do Império Áustro-Húngaro, que à época se dividia em Tirol alemão e Tirol italiano, também chamado de Trentino, cuja capital era Trento (Gardelin, apud Gardelin e Costa, 1992, p. 30).

Foi no período de 1874 a 1878, que mais se intensificou a saída dos trentinos, em decorrência do Governo Imperial brasileiro ter oferecido gratuitamente a viagem por mar aos emigrantes (Grosselli, 1999). Além dos trentinos, outros emigrantes do império Áustro-Húngaro preferiram o Brasil como os tchecos, os poloneses e os húngaros. Foi

grande o número de habitantes do referido império que emigrou no período de 1876 a 1901: cerca de 1.300 milhões de pessoas.

Já de muitas décadas, senão séculos, a emigração trentina de suas áreas rurais se modificava, uma transferência temporária começava a se transformar em permanente, de européia para transoceânica. Em 1875, emigraram mais pessoas do que nos últimos anos procedentes. Esta saída para o Brasil realizou-se em duas principais direções: como imigração para ocupar, povoar e colonizar terras das colônias devolutas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e como substituição de mão de obra escrava em terras paulistas.

Com suas aptidões agrícolas e artesanais, construídas em sua região de origem, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura e de indústrias madeireiras, de tecelagem, de metalurgia, de viticultura, de alimentos, entre outras.

Grosselli (1999), afirma que a forte influência dos fazendeiros paulistas na política de imigração, fez com que o governo deixasse de subsidiar as viagens transoceânicas e isso contribuiu para a redução do fluxo imigratório para o Brasil. Este fluxo foi deslocado, preferencialmente para os Estados Unidos, que ofereciam ao imigrante melhores condições.

Trentinos e governos italiano e brasileiro

Naquela época, os trentinos entravam no Brasil com passaporte austríaco e eram chamados de tirolese, porque sua região de origem- Trentino Alto-Ádige- estava sob o domínio do Império Áustro-Húngaro.

Ao optarem pela saída do Tirol italiano ou do Trentino, recebiam o passaporte austríaco e tinham de se declarar não mais pertencentes a essa comunidade, perdendo seus direitos de súditos do império. Eram informados de que não receberiam nenhuma ajuda do governo na solução de seus problemas. Segundo Possamai (2005), os trentinos não contaram com o respaldo do governo austríaco às suas reivindicações. Os colonos foram abandonados pelo governo, que desaconselhava a emigração e procurava impedi-la por meios legais, deixando de se responsabilizar pelos que tomavam a decisão de emigrar, pois o governo Áustro-Húngaro despreocupava-se de seus súditos emigrados, especialmente dos grupos que pertenciam a etnias minoritárias de seu império. Essa situação levou os trentinos a serem mais subservientes às autoridades brasileiras.

Os trentinos no nordeste do Rio Grande do Sul

Segundo Frosi e Mioranza (2009) e Possamai (2005, p. 87) 7% dos emigrados italianos que vieram para o sul eram trentinos, provindos em sua maioria do sul da Província de Trento (98%), principalmente das localidades de Fiera di Primiero, Pèrgine e Roveretto. Bolzano contribuiu apenas com 2%. Vieram em maior número para as primeiras três colônias imperiais de Conde d'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Colônia Caxias, vieram também para Santa Maria de Soledade, Silveira Martins e Alfredo Chaves durante o Império Brasileiro. Em Porto Alegre, instalaram-se na colônia de Vila nova de Itália (Possamai, 2005).

Segundo os estudos de Gardelin (apud Gardelin e Costa, 1992, p. 14), as primeiras famílias de imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul em outubro de 1873. Eram considerados de origem tiroleza ou austríaca, originários do Trentino e pertencentes as famílias dos Renzo, Travessa, Stroppa, Felicetti, Sivori, Santini, Martinazzo e Campelli. Estes iniciadores da colonização italiana no solo gaúcho se instalaram na colônia Caxias, nome dado em 1877, conhecida inicialmente como Campo dos Bugres, denominação que era dada aos índios caingangues que viviam na região, também chamados de coroados, pertencentes à tribo dos jês (Gardelin e Costa, 1993).

Os austríacos, popularmente conhecidos como “tirolezes” são o segundo grupo que, em massa, chega à colônia Caxias (Gardelin e Costa, 1993, p. 157). Segundo os autores, falavam o dialeto trentino, ainda hoje preservado e fundiram-se com a população de maioria vêneta. Devido à proximidade e à influência cultural da Áustria na região, o dialeto trentino é muito parecido com o alemão, ou seja, uma fala de língua italiana com algumas palavras de língua alemã. Segundo Grosselli (apud Possamai, 2005), durante o império, teriam entrado cerca de 1700 trentinos na Colônia Caxias, onde havia três travessões habitados, majoritariamente, por trentinos. O Travessão Trentino e o Travessão São Vígilio, santo protetor de Trento, estavam localizados na segunda légua, e o Travessão Tirolês, localizado na quarta légua. Este último recebeu o nome em homenagem aos imigrantes que vieram da província do Tirol, Pertencente ao Império Áustro-Húngaro.

É curioso que os administradores poderiam tê-lo chamado de “austríaco”, “Francisco José II” ou, ainda Sissi (esposa do imperador). Fixaram-se no

tirolês certamente pela aversão que eles tinham às causas da unificação italiana (Gardelin e Costa, 1992, p. 76).

As colônias Dona Isabel e Conde d'Eu foram criadas antes da Colônia Caxias, em 1870. Naquela época, o Governo Imperial queria povoar aquela região da serra gaúcha de difícil acesso, esquecida no meio das florestas. Para isso, o governo brasileiro incentivou colonos alemães que já estavam instalados em terras baixas, próximas à subida da serra, como Lajeado. Mas essa tentativa não deu certo porque os poucos colonos alemães que se arriscaram desbravar aquelas selvas, acabaram retrocedendo devido às dificuldades. Em 1874, o governo brasileiro tentou outro empreendimento para povoar a região com a chegada de 48 franceses, que também retiraram-se ao verem as dificuldades da região. No entanto, a tentativa de ocupação destas duas colônias deu certo, somente com a chegada de imigrantes italianos à região no ano de 1875. Em 1877, na Colônia Dona Isabel, havia 1929 colonos, dos quais 1302 eram italianos, **505 tirolese**s, 12 franceses e 10 brasileiros, segundo Perrod (apud Costa; De Boni; Salvagni e Grison, 1992).

Para Lorenzoni (apud Costa; De Boni; Salvagni; e Grison, 1992), a primeira leva de imigrantes que chegou a estas duas colônias era composta de cerca de 40 famílias, todas oriundas da Província de Trento, e não de 48 imigrantes franceses como alguns sustentam. No ano de 1883, em Conde d'Eu a presença trentina era mais destacada na Linha Figueira de Melo, com 527 indivíduos, e na Linha Azevedo e Castro, onde seriam 147. Em Dona Isabel, foram registrados 174 austríacos na linha Leopoldina e 512 na Estrada Geral, onde superavam os italianos (Possamai, 2005). Estas duas colônias como gêmeas tiveram sempre uma única administração até sua emancipação, que se efetuou no ano de 1884.

A rivalidade entre imigrantes trentinos e italianos

“Desde o principio da imigração, os trentinos faziam questão de afirmar uma identidade separada em relação aos outros italianos” (Possamai, 2005, p. 87). Assumiam com orgulho a denominação de tirolese, aceitando a política de assimilação implantada pelo governo austríaco quando o Principado de Trento foi anexado à Áustria com o nome de Tirol Meridional, Italiano ou Trentino, sem, no entanto, impor a germanização na região. Além disso, os trentinos provinham do norte, região mais rica, econômica e

culturalmente, com forte tradição religiosa católica, contrapondo-se aos imigrantes da região sul da Itália que aqui chegaram, em maior número algumas décadas depois, que eram mais pobres, sem instrução, com uma cultura predominantemente camponesa, ainda com características medievais. A rivalidade entre as regiões do norte e do sul italianos era de muitos séculos, devido a suas diferenças culturais e econômicas.

A rivalidade entre italianos e trentinos tinha a ver com o sentimento regionalista e também com as posições adotadas pela Áustria e pela Itália em relação à Igreja Católica, especialmente sobre a **Questão Romana**. Os trentinos achavam-se mais católicos do que os italianos por não pertencerem a um Estado que era condenado pelo papa. Para esses imigrantes, diferenciar-se dos demais italianos era reafirmar sua rejeição à propaganda anarquista e socialista que existia na Itália (Possamai, 2005). A unificação italiana deu-se pelo ideário liberal e isso não contribuiu para desenvolver a luta para integrar o Trentino ao reino da Itália, pois a influência do clero católico era muito forte na região. O clero queria preservar os costumes dos trentinos desse tipo de influência, pois era fiel às orientações do papa, que vinha se opondo ao governo liberal instalado na Itália, com influência maçônica, desde a Unificação. O clero participava do movimento ultramontano que buscava a volta do poder do papado e da igreja Católica na Itália, destituído com a Unificação italiana, desde 1848.

A Igreja Católica foi para o campesinato italiano e trentino o que o Estado nacional foi para a burguesia emergente [...] na igreja se formava os quadros dirigentes do campesinato, para o qual o padre era mais que um sacerdote, mas também um líder intelectual (Possamai, 2005, p. 41).

Segundo Grosselli (apud Possamai, 2005), a luta pela incorporação do Trentino à Itália era uma preocupação somente burguesa e cidadina, pois os camponeses não entraram nessa luta, porque pouco se importavam com os ideais da burguesia, que queria a unificação da província à Itália, o que somente veio a ocorrer em 1919.

A aversão que os trentinos manifestavam em relação aos demais italianos decorria também da discriminação que sofriam, por não pertencerem a um grupo étnico que ainda não se constituía em um estado nacional. Eram chamados de *senza bandiera* (sem bandeira) pelos imigrantes de passaporte italiano

Segundo Lorenzoni (apud Possamai, 2005, p. 88), os trentinos mantinham a máxima união entre si e um grande apego e saudade de sua cara Áustria, demonstrando

sempre uma certa aversão à Itália e aos italianos. Os italianos apresentavam-se como súditos de sua majestade Vitor Emanuel, enquanto os trentinos eram súditos de Francisco José. “No Brasil, os trentinos transferiram a simpatia que sentiam pelo imperador Francisco José a Dom Pedro II e, quando a monarquia brasileira caiu, em 1889, os jornais católicos do Trentino manifestaram sinais de luto” (Grosselli, apud Possamai, 2005, p. 93).

Em 1884, o engenheiro chefe das colônias Conde d’Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves, temia que o rancor existente entre italianos e trentinos pudesse ocasionar o esfacelamento das colônias, acarretando descrédito ao império do Brasil. Alertava o governo provincial que seria necessário evitar um possível confronto, pois no dia 25 de dezembro os trentinos inaugurariam uma bandeira austríaca, mas nada de grave aconteceu.

A pedido dos elementos mais destacados do grupo trentino de Conde d’Eu e Dona Isabel, a municipalidade de Trento enviou uma bandeira provincial de seda. A bandeira ficou hasteada por oito dias na fachada da casa de um trentino, em Dona Isabel, onde recebia um verdadeiro culto por parte dos trentinos. No dia do aniversário do Imperador Francisco José, os trentinos de Dona Isabel e Conde d’Eu se reuniram para inaugurar a bandeira com missa solene e bênção.

A Primeira Guerra Mundial acirrou a rivalidade entre os italianos e os trentinos residentes no Rio Grande do Sul, pois Itália e Áustria lutaram em lados opostos. A disputa entre italianos e austríacos foi levada à imprensa por jornais. O jornal *IL Trentino* surgido em Porto Alegre, em 1915, era contra os nacionalistas italianos e defendia o estado multinacional austríaco como um modelo para o Brasil, habitado por gente de diferentes etnias (Possamai, 2005).

Uma coluna, redigida por um padre, atacava a unificação italiana, qualificada de um atentado contra o quinto e o sétimo mandamentos, e o desejo da Itália de anexar o Trentino e Trieste ao seu território (Possamai, 2005, p. 220).

Nessa época, a rivalidade entre italianos e trentinos ocasionou hostilidades e violência. O padre João Morelli, passou a defender a Áustria após a quebra do Tratado da Tríplice aliança pela Itália em 1915. Sua atitude exaltou os ânimos em Muçum, onde a população local, dividida entre italianos e austríacos ficou em pé de guerra. Em 1916, trentinos e italianos enfrentaram-se em Santa Justina, depois que os italianos de Caxias

do Sul roubaram o sino da igreja onde seria realizada uma missa em homenagem ao imperador Francisco José. No dia do armistício, em 1918, diante das casas de trentinos e austro-húngaros que viviam em Caxias do Sul, os italianos fizeram manifestações hostis.

No Tratado de Saint Germain, assinado entre Itália e Áustria em 10 de setembro de 1919, os austríacos cederam ao governo italiano o Trentino, e de certa forma acabaram com a rivalidade existente entre os dois grupos de imigrantes, já que agora eram súditos do mesmo monarca com a anexação do Trentino ao reino da Itália.

Ao que tudo indica, a comunidade trentina manteve, ao menos até o final da Primeira Guerra Mundial, uma forte coesão que não era garantida pela etnicidade, mas pelo forte sentimento regionalista, pela fidelidade ao regime monárquico e à linha ultramontana do catolicismo. Nem todos os imigrantes trentinos se enquadram neste perfil, pois apesar das diferenças com os demais italianos, e embora se considerassem súditos austríacos, os trentinos colaboravam na criação de sociedades italianas, pois sentiam que a comunicação era mais fácil com seus compatriotas do que com os austríacos de língua alemã.

Portanto, o que diferenciava os trentinos dos demais italianos era seu conservadorismo, característica da sociedade austríaca, e sua orientação política de direita se opondo às ideias liberais, maçônicas e anarquistas que estavam presentes na Itália no século XIX. Segundo Possamai (2005, p.93): “Para tal imigrante, portanto, diferenciar-se dos demais italianos era reafirmar sua rejeição, tanto da propaganda socialista ou anarquista, quanto dos agentes de uma italianidade anticlerical ou ambígua.” Para o autor, se os austríacos tinham fama de conservadores, os tirolezes os superavam. O trentino típico representava o tipo ideal para o clero ultramontano intransigente, que não poupou esforços em alimentar a ligação afetiva dos imigrantes com Trento e com a monarquia austríaca, numa tentativa de preservá-los da propaganda anticlerical difundida pelos liberais italianos.

Bibliografia

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. *As Colônias Italianas Dona Isabel e Conde d’Eu*. 1ª ed, Porto Alegre: EST, 1992. Apoio da Fondazione Agnelli. Torino/Itália.

2 livro de registros de imigrantes 1886-1888. Colônia Alfredo Chaves. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Documento

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt e PETERSEN, Jorge Roberto, transcrição e revisão.

Alfredo Chaves- Imigração e povoamento/Registro de Imigrantes 1888-1892. Livro de registro de imigrantes, livro transcrito. Colônia Alfredo Chaves. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul.

GROSSELLI, Renzo Maria. ***Noi Tirolesi, Sudditi Felici di Don Pedro II.*** Porto Alegre: Edições EST, 1999.

FRANCCESCHI, Janice de. ***A Imigração Italiana: Da Quarta Colônia à Cachoeira do Sul.*** Porto Alegre: PUCRS, 2007 (Trabalho de Conclusão do Curso de História).

GARDELIN, Mário e COSTA, Rovílio. ***Os povoadores da Colônia Caxias.*** 1^a ed, Porto Alegre: EST/FH, 1992.

GARDELIN, Mário e COSTA, Rovílio. ***Colônia Caxias: Origens.*** 1^a ed, Porto Alegre: EST Edições, 1993 (Coleção Fontes).

POSSAMAI, Paulo. ***“Dall’Italia siamo partiti” a questão da italianidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)***/ Paulo César Possamai. Passo Fundo. UPF editora, 2005.

Cruzando as fronteiras (da razão) no Novo Mundo: o Hospício São Pedro e os imigrantes (Porto Alegre/Rs, 1884-1948)

Marcelo Parker

Resumo: O objetivo deste artigo é lançar algumas luzes sobre a presença imigrante dentro do Hospício São Pedro de Porto Alegre nos primeiros sessenta anos de seu funcionamento (entre a inauguração, em 1884, e o final da década de 1940). Apesar das variadas causas patológicas que motivavam a internação (ou ainda das razões “nebulosas” e socialmente punitivas disfarçadas de problemas mentais) tinham eles em comum, com raras exceções, o pertencimento às classes sociais inferiores. Serão usados dados quantitativos extraídos dos relatórios dos diretores da instituição às secretarias estaduais, à qual a instituição estava vinculada e ainda informações qualitativas coletadas em alguns prontuários de estrangeiros que passaram pelo manicômio.

Porta aberta aos estrangeiros

O Hospício São Pedro foi criado em 1884 pela Lei n. 1403 de 9 de junho de 1882, entrando em funcionamento dois anos depois, após décadas de luta, por parte de entidades filantrópicas do Rio Grande do Sul, para que fosse criado um espaço específico para o exercício da psiquiatria no Estado, nos moldes do Hospício Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. No primeiro regulamento da instituição, de 13 de junho de 1884, não há nenhuma referência a estrangeiros, mas não havia restrições, uma vez que entre os primeiros 41 pacientes herdados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre¹ e da Cadeia Civil, 5 eram não-brasileiros. Até o final do ano, outros 8 se juntariam a eles. Num cenário social de milhares de imigrantes chegando ao país para as colônias a eles destinadas, ou mesmo para as cidades mais urbanizadas, não teria mesmo como os hospitais psiquiátricos deixarem de refletir esta nova realidade social.

Mas já no Artigo 1º do Capítulo I do segundo regulamento, datado de 8 de outubro de 1892, portanto, o primeiro do período republicano, está escrito que “O Hospício São Pedro tem por fim tratar e asyalar gratuitamente, ou mediante retribuição,

¹ Os primeiros habitantes do Hospício São Pedro foram os pacientes internados na Santa Casa de Misericórdia devido a transtornos mentais. Todo o processo de criação do manicômio se deu no âmbito da Santa Casa, conduzido pelo pensamento filantrópico, e está descrito com detalhes no livro *Palácio para guardar loucos: Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*, de Yonissa Wadi (2002). A ligação entre as instituições permaneceu desde a criação do São Pedro, em 1884, até o advento da República, quando o segundo Regulamento sacramentou a separação entre ambos.

os alienados de ambos os sexos, sem distinção de nacionalidade ou religião”². Este artigo foi mantido nos regulamentos de 1903 e 1925.

O relatório escrito em 15 de agosto de 1895 pelo Dr. João Abbott, então Secretario d’Estado dos Negocios do Interior e Exterior ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Julio Prates de Castilhos, aponta uma população de 257 pacientes no São Pedro. Dentre eles, 76 eram estrangeiros. Já àquela época destacavam-se os italianos, com 34 alienados, como o maior grupo entre os não-brasileiros, seguidos pelos alemães (11) e portugueses (9). Além destes, naquele momento, havia 3 franceses e 19 estrangeiros classificados como “diversos”³.

O maior hospício do Rio Grande do Sul sempre conviveu com o problema da superlotação, abrigando muito mais doentes do que teria condições para fazê-lo, gerando uma série de dificuldades para a eficácia no tratamento das enfermidades mentais. E à medida que ia crescendo o número de habitantes, também os estrangeiros, já a essa altura um contingente numericamente importante no sul do Brasil, se tornavam mais numerosos. Em 1907, o número de internos era de 419, 90 deles imigrantes. Segundo Wadi (2008), “em 1908, a distribuição por nacionalidade estava assim composta: num total de 573 internos, 76,09% eram brasileiros; 12,39% italianos; 2,26 alemães; 1,39% portugueses; 0,34% franceses e 7,5% de diversas nacionalidades, predominando os poloneses e russos” (p. 54). Dois anos depois, havia 133 estrangeiros num universo de 543 alienados, portanto, 24,4%.

Segundo Cheuiche (2010)⁴, uma correspondência do então diretor do hospício, Dioclécio Pereira, com o então secretário do Estado de Negócios do Interior e Exterior, Protásio Alves, mostra que “no elemento estrangeiro, italianos em sua maioria, que povoavam as colônias do Estado” (p. 43), o maior problema era o alcoolismo. Também eram comuns distúrbios psíquicos associados a fixações religiosas, classificadas pelos médicos da época como “delírio místico”.

² HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 8 de outubro de 1892. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

³ SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de agosto de 1895. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1895. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

⁴ Ver em *Serviço de Memória Cultural > Histórico*, disponível em <http://www.saude.rs.gov.br/dados/1285935100250A%20Historia%2028%20set.pdf>. Acesso em 2 de setembro de 2010.

Com o transcorrer das décadas e a diminuição do fluxo imigratório para o país, também diminuiu a entrada de estrangeiros no manicômio. Isso fica mais claro ainda no período da Segunda Guerra Mundial, com todo o contexto de proibições e medidas de exceção tomadas pelo governo brasileiro durante o conflito. Em 1941, por exemplo, 12,88% da população manicomial era composta de imigrantes, número menor do que na primeira década, quando, conforme apresentado anteriormente, chegaram a representar mais de 20% do contingente total. Sem maiores detalhes quanto ao ano de suas entradas, pode-se supor que muitos fossem antigos “hóspedes”, já que vários dos prontuários consultados revelam longas estadias de 30, às vezes 40 anos vividos dentro da instituição.

Neste levantamento aparecem dados relativos às crianças internas na instituição – 24 ao todo, oito delas estrangeiras, sete meninos e uma menina, sem especificação quanto à nacionalidade. Mas já em 1948, é possível uma melhor visualização sobre o movimento de entrada, graças a uma pesquisa solicitada pelo Departamento Estadual de Saúde, denominada *Movimento de doentes segundo os grupos de nacionalidade, estado civil, cor, sexo e diagnóstico*. Segundo estes dados, 96,1% dos admitidos naquele ano eram brasileiros, o que revela uma participação bem menor de imigrantes entre os recém chegados ao São Pedro⁵.

As causas dos encaminhamentos

As colônias não paravam de enviar seus trabalhadores para o São Pedro⁶. E quais seriam as razões para estas requisições de internamentos? Segundo Wenczenovicz,

Distúrbios mentais dos mais variados eram classificados como alienação mental, como o fato de um indivíduo não conversar por alguns dias, chorar à tardinha seguidamente, cantarolar em tom mais alto enquanto trabalhava na roça. Para as mulheres, contava também o fator humor. Brigar seguidamente com as crianças, discutir ou não responder quando solicitada pelo marido podiam ser classificadas como casos de alienação (2002, p. 150-151).

⁵ Estes dados quanto aos anos de 1941 e 1948 estão em Cheuiche (2010). Disponível em <http://www.saude.rs.gov.br/dados/1285935100250A%20Historia%2028%20set.pdf>. Acesso em 2 de setembro de 2010.

⁶ A relação entre a vida difícil nas colônias, especificamente as italianas, e o desencadeamento de distúrbios mentais é traçada por Yonissa Wadi na obra *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*, de 2009.

O processo de colonização levado a cabo pelo Império e que teve continuidade com a República sonhava com um colono trabalhador, obstinado e resistente às intempéries da dura vida nas regiões destinadas aos europeus. Este perfil desejado pelo Novo Mundo fica claro nesta comunicação:

Fica proibido aos navios de emigrantes transportar para o Império, loucos, idiotas, surdos, mudos, cegos e entevados, se não acompanhados de parentes ou indivíduos que se mostrem em estado de prover a subsistência daqueles (STOLTZ, 1997, apud WENCZWNOWICZ, 2002, p. 66, 67).

Mas no caso de alguma “máquina” estragar, e nem o padre ou médico da região (quando havia) acharem uma solução local, o lugar no maior manicômio do Estado passava a ser requerido. Apesar de todos os problemas de infraestrutura e falta de pessoal com que conviveu desde a sua criação⁷, o São Pedro nunca parou de receber mais e mais “condenados” à vida asilar, ainda que quase nunca fossem cumpridas as mínimas condições legalmente exigidas para que os internos fossem aceitos.

Segundo o Capítulo II, Inciso 1º do Art. 4º, *Da admissão e saída dos alienados*, no terceiro regulamento, ficava determinado que

São competentes para requisitar: o secretario do interior e exterior, o chefe de polícia e o juiz de órfãos d’esta capital; as auctoridades residentes nos outros municípios do Estado só poderão requisitar por intermédio do chefe de polícia; si o alienado fôr militar a requisição partirá de seu superior auctorisado; essas requisições deverão declarar o nome, idade, naturalidade, residência e estado do alienado e ser acompanhadas de pareceres médicos ou documentos de interdição, si os houver, e na falta d’elles da exposição minuciosa dos factos que motivaram a reclusão⁸.

⁷ Em sua 1ª mensagem ao que chamou de “patriótica Assembléa”, em 20 de setembro de 1908, o Presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves, admitiu que o São Pedro “(...) está longe de possuir as condições hygiene e conforto que os fins a que elle se destina, exigem. De acordo com o ilustre profissional que o dirige e com o senhor doutor Secretario de Estado dos Negocios do Interior e Exterior, medico de nomeada, penso ali realizar importantes melhoramentos”. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u788/000015.html>. Acesso em 11 de outubro de 2010. Na prática, porém, o Estado nunca se empenhou em proporcionar estes melhoramentos, e sempre que estes ocorreram foi devido às fortes pressões dos diretores e da imprensa.

⁸ HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 7 de fevereiro de 1903. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

No Inciso 2º do mesmo artigo, que trata das petições para os internamentos, há uma orientação de que as mesmas

deverão ser acompanhadas dos pareceres de dois facultativos que tenham examinado o alienado 15 dias, no máximo, antes de sua admissão, ou de documentos legais comprobatórios da demência. Tanto os requerimentos como os documentos que os instruírem deverão trazer sellos e reconhecimento das assignaturas por tabelião publico⁹.

Mas o fato é que raras eram as internações que cumpriam estes pré-requisitos, e ainda assim conseguiam se realizar. Nos relatórios enviados pelos diretores do São Pedro anualmente aos secretários do Estado do Interior e Exterior – órgão ao qual a instituição estava vinculada – são constantes as queixas quanto a este problema enfrentado quase diariamente: a chegada de pacientes, principalmente vindos de municípios do interior, sem as informações mínimas relativas às suas enfermidades. Isso dificulta em muito a missão de reconstituir a vida de um imigrante e, principalmente, o que o teria levado, em algum momento a adentrar os portões de um manicômio.

O número de não-brasileiros é conhecido, graças aos já referidos relatórios dos diretores, mas nestas tabelas só há especificação, no que se refere aos estrangeiros, quanto ao seu sexo. Nenhuma referência específica quanto à causa de suas internações. Os dados sobre estado civil, moléstia, falecimentos, altas, cidade de procedência e idade não especificam a nacionalidade. Esta limitação foi explicitada pelo então diretor, Francisco de Paula Dias de Castro, em 1896: “Como já tive ocasião de referir em relatórios anteriores, desde que se inaugurou este estabelecimento, só pode ser feita a classificação que se impõe em qualquer hospital, isto é, a dos sexos”¹⁰.

Mas ainda que não haja uma tabela que especifique estes casos e traga particularidades sobre os casos dos estrangeiros, a análise feita diretamente sobre os prontuários permite lançar algumas luzes sobre estes internamentos. Assim definiu a incipiente psiquiatria da época os sintomas de alguns dos imigrantes que chegaram ao São Pedro: *Dipsomania*, *Mania aguda*, *Excitação maníaca*, *Supermania religiosa*, *Hipermania ansiosa pré-senil*, *Demência paranoide*, *Psicose maniaco-depressiva*,

⁹ Op.cit.

¹⁰ SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de agosto de 1895. Porto Alegre, Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1895. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Epilepsia, *Alcoolismo crônico*, *Ideias melancólicas*, quase todos enquadrados como de 4ª classe, destinados à enfermaria geral. Já no quesito ocupação, a mais frequente é “lavrador” ou “agricultor”, o que é bastante sintomático da principal ocupação dos imigrantes que viviam nas colônias gaúchas.

Uma certeza é que os estrangeiros não eram agrupados de acordo com a etnia à qual pertenciam. Nos quatro regulamentos elaborados para o São Pedro – o último, de 1925, continua vigorando até hoje – as divisões se dão por sexos e, dentro desta categoria, por classes, de acordo com a possibilidade de pagamento das despesas que cada um possui. Desta forma, a naturalidade nunca foi um fator levado em conta para o tratamento ou a acomodação dos alienados.

Também é sabido que o único momento em que homens e mulheres conviviam no mesmo espaço era durante as missas realizadas na instituição por padres capuchinhos, organizados pelas Irmãs da Congregação de São José que, desde 1910, trabalhavam no São Pedro. Por mais que seja tentador imaginar os imigrantes reunidos entre seus pares, mantendo algumas de suas tradições culturais e reproduzindo no microcosmo da instituição psiquiátrica características de seus estilos anteriores de vida, o fato é que o hospício e a maneira como era administrado tendia a fazer desaparecer qualquer especificidade e unificar seus habitantes – desumanizar, como diriam os mais críticos, ao modelo asilar adotado no Brasil, inspirado diretamente no francês.

De qualquer modo, pode-se dizer que as condições precárias em que viviam nas colônias se repetiam no São Pedro, especialmente na ala masculina¹¹. A partir da atuação das Irmãs de São José, as condições de higiene em que passaram a viver as mulheres do manicômio melhoraram bastante, mas no lado masculino este quadro só começou a mudar na década de 50. Portanto, além da superlotação, conviviam com a sujeira que só contribuía para a proliferação de doenças. Segundo os relatos dos diretores aos superiores do Executivo estadual, muitos óbitos se deram devido a estas precariedades higiênicas.

Em 1925 o São Pedro recebeu o seu quarto regulamento¹², o terceiro da era republicana. Neste, o artigo 48 determinava que “Os doentes estrangeiros que se internarem no estabelecimento, serão ahi mantidos pelos respectivos consulados”. Isso

¹¹ Chamada de *Divisão Pinel*, em homenagem ao psiquiatra francês Philippe Pinel. A ala feminina, *Divisão Esquirol*, era uma referência ao também francês Jean-Étienne Dominique Esquirol, discípulo de Pinel.

¹² Através do Decreto n. 3.550, que aprovou este regulamento, a instituição deixa de ser Hospício para se chamar, oficialmente, Hospital São Pedro do Rio Grande do Sul.

aconteceu por que os municípios de origem dos pacientes, que deveriam prover a manutenção dos mesmos no São Pedro, raramente o faziam. Isso é uma reclamação frequente nos relatórios dos diretores aos secretários do Estado.

Fragmentos de histórias

Nos prontuários médicos é ainda possível constatar que vários destes estrangeiros não dominavam o idioma português, o que é bastante compreensível, uma vez que muitos grupos de imigrantes costumavam viver fechados em suas comunidades e interagiam com brasileiros ou outras etnias apenas em momentos específicos, como na venda e compra de mercadorias. Mas, nestes casos, bastava-lhes que alguns dominassem o idioma do país onde viviam. Esta particularidade em muitos dos pacientes imigrantes dificultava demais o trabalho dos psiquiatras e do corpo de enfermagem, principalmente pela falta de informações, no momento da internação, que dessem pistas sobre o que os tinha levado até ali.

Este é o caso, por exemplo, de uma polonesa¹³ que ingressou no São Pedro em 1916, aos 35 anos de idade, com o diagnóstico de delírio crônico alucinatório e esquizofrenia. Ao contrário da maior parte dos imigrantes que iam parar naquele hospício, não era agricultora nem provinha das colônias, mas sim de Porto Alegre, onde exercia a profissão de doméstica. Segundo o seu prontuário, não falava nem compreendia o português. Entre as coisas “ininteligíveis” que pronunciava, os médicos podiam ouvir seguidamente a palavra “casa”. Tendo voltado ao lar após ter alta em 1931, lá permaneceu durante seis anos e meio até retornar a pedido do genro. Faleceu “repentinamente” em 1944.

Há também o caso de uma alemã¹⁴, doméstica de Rio Grande, diagnosticada com Psicose maníaco-depressiva, 23 anos, que não entendia as perguntas que lhe eram feitas durante os interrogatórios médicos. Nos primeiros dois anos e meio de vida no São Pedro teve as suas despesas pagas pela firma Fraeb & Cia. Depois disso este pagamento foi suspenso e, a pedido da empresa, ela foi transferida para a classe dos indigentes, onde veio a falecer em 1937, aos 44 anos de idade. Seu prontuário não permite saber se conseguiu aprender o idioma português durante a estadia no manicômio, mas é provável que não, uma vez que, no quadro de escassez de

¹³ HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 145 (APRS – Cx. 20).

¹⁴ HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 155 (APRS – Cx. 12).

funcionários que lhe era característico, não havia profissionais que se encarregassem de tal tarefa.

“O interrogatório fica reduzido porque o paciente não fala bem o português e o compreende mal. Só fala o polonês”. Assim está escrito no prontuário de um outro estrangeiro¹⁵ que adentrou os portões do São Pedro falando apenas seu idioma de origem. Ainda assim os médicos conseguiram confirmar que se embriagava normalmente. Demonstrava “atitude um tanto indiferente com o meio ambiente”, o que pode ter sido agravado pelo fato de não entender as orientações de médicos e enfermeiros ou mesmo o que conversavam os outros pacientes. Seu prontuário revela seis entradas no São Pedro, num período de 33 anos, sempre por alcoolismo. Sabe-se que foi internado pela primeira vez em outubro de 1920. Tinha nesta ocasião 45 anos. Sua última passagem teve fim em abril de 1953, quando recebeu alta e foi dado como curado.

Os prontuários são muito precários no que diz respeito a informações que possam ajudar a reconstituir a vida dos imigrantes dentro do São Pedro. Além da decomposição dos arquivos ao longo das décadas, que pode ter vitimado cartas, bilhetes, requisições e outras documentações que trouxessem novos elementos sobre suas vidas, há também o notório descaso do poder médico em registrar para o papel as impressões sobre seus pacientes – para desespero de nós, historiadores. Em todo o caso, parece óbvio que estas centenas de pessoas que cruzaram o oceano¹⁶ em busca de melhores condições de vida tinham em mente um futuro diferente do que acabaram encontrando. Fossem realmente portadores de distúrbios mentais ou apenas “desgarrados”, indivíduos que não se enquadraram no padrão comportamental exigido pela sociedade do país que adotaram, o fato é que o Novo Mundo não lhes foi generoso. Alguns receberam alta e puderam voltar para suas famílias, outros encontraram no São Pedro o último domicílio. Mas mesmo no caso dos que conseguiram sair é improvável que a experiência manicomial não lhes tenha deixado marcas profundas.

Referências

¹⁵ HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 2805 (APRS – Cx. 20).

¹⁶ Embora tenha encontrado nos relatórios e prontuários alguns pacientes originários da Argentina e Uruguai, a maioria dos estrangeiros era mesmo de imigrantes europeus, além de alguns poucos do Oriente Médio.

DOCUMENTOS

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 145 (APRS – Cx. 20).

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 155 (APRS – Cx. 12).

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Prontuário nº 2805 (APRS – Cx. 20).

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 13 de junho de 1884. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 8 de outubro de 1892. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 7 de fevereiro de 1903. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

HOSPÍCIO SÃO PEDRO. Regulamento para o Hospício São Pedro, de 29 de dezembro de 1925. Acervo do Serviço de Memória Cultural do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Porto Alegre.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de agosto de 1895. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1895. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de setembro de 1897. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1897. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de julho de 1899. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1899. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e

Exterior, em 8 de setembro de 1908. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1897. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 28 de agosto de 1929. Porto Alegre, Oficinas à vapor da Livraria Americana, 1897. Memória Parlamentar da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

LIVROS

WADI, Yonissa. *Palácio para guardar loucos: Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 2002.

_____. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WENCZWNOWICZ, Thaís Janaína. *Montanhas que furam nuvens! Imigração polonesa em Áurea – RS (1910-1945)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

ARTIGOS

WADI, Yonissa. Médicos e loucos no sul do Brasil: um olhar sobre o Hospício São Pedro de Porto Alegre/RS, seus internos e as práticas de tratamento da loucura (1884-1924). *Asclépio*. Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia, 2008, vol. LX, n. 2, julio-diciembre, 2008. p. 43-74.

SITES

CHEUÍCHE, Edson. De hospício a hospital: um pouco da história do Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre. In: Serviço de Memória Cultura da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.saude.rs.gov.br/dados/1285935100250A%20Historia%2028%20set.pdf>.

Acesso em 2 de setembro de 2010.

CENTER FOR RESERACH LIBRARIES. PROVINCIAL PRESIDENTIAL REPORTS (1830-1930) Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u788/000015.html>.

Acesso em 11 de outubro de 2010.

**De Mecklenburg-Schwerin para o mundo ou de “ladrão de cavalo”
à condição de colono: imigração alemã**

*Marcos Antônio Witt**

Resumo: A partir da pesquisa de Martin Dreher e de sua equipe, pretendo dar continuidade aos estudos relacionados à Colônia alemã das Torres no que tange ao envio de imigrantes alemães àquela localidade e à estigmatização que os marcou. Além disso, pretendo relacionar este tema ao naufrágio ocorrido em dezembro de 1824, próximo a Mostardas, do qual resultou a afirmação de que imigrantes náufragos teriam ido diretamente a Três Forquilhas. O objetivo desta comunicação é esclarecer afirmações equivocadas sobre a formação da Colônia alemã das Torres.

Tio Tino foi acusado por Piva de roubar um pelego.

No entanto, ele sempre se defendeu, dizendo que o pelego estava caído na estrada. A autoridade da época obrigou Tio Tino, que já era um homem de

mais idade, a ficar com o pelego nas costas,

junto à multidão que assistia o juramento da bandeira.

Isto foi uma grande humilhação para ele.¹

O presente texto é um *mix* de lembranças da infância e tradição oral da família e de contribuições de pesquisas e estudos sobre o tema proposto para esta discussão. Em relação às lembranças e o que foi contado de geração em geração, pergunto-me porque às vezes ouvia falar mal do sobrenome do meu pai – Witt – e não do sobrenome da minha mãe, Strassburg; porque parte da família Witt havia migrado para outra religião, chamada de *Seita dos Witt* por um pastor da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil); ou, então, porque pequenas histórias de violência e desonestidade, muitas vezes, eram relacionadas à família Witt. No que tange às pesquisas e aos estudos, valer-me-ei das contribuições de Martin Dreher e sua equipe de bolsistas e orientandos sobre os imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, especialmente os trabalhos de Dreher e Caroline von Mühlen, e de uma pesquisa própria sobre o naufrágio do

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; historiador no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo; associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

¹ Depoimento de Elma Strassburg Witt. São Leopoldo, 22 de julho de 2010. “Tio Tino” era meu irmão de meu avô, José Albino Witt Primo, descendentes de imigrantes alemães na Colônia do Vale do rio Três Forquilhas. De acordo com a depoente, o fato narrado deve ter acontecido entre a década de 1930 e a de 1940.

bergantim “Flor de Porto Alegre”, em dezembro de 1824, próximo a Mostardas/RS.² Tratando-se de um *mix*, deve-se esclarecer de imediato que a subjetividade permeará todo o texto, principalmente quando as lembranças vierem à tona.

A recente discussão sobre os imigrantes advindos de Mecklenburg-Schwerin tem origem no projeto de pesquisa de Martin Dreher, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. A documentação trabalhada por Dreher e sua equipe estava com seu colega Jorge Cunha, da Universidade Federal de Santa Maria, o qual repassou este material para que Dreher pudesse transliterá-lo, traduzi-lo e publicá-lo na forma de artigos e livro. Se por um lado, parte da historiografia clássica da imigração alemã já havia mencionado os imigrantes apenas de Mecklenburg-Schwerin, fazendo observações que somente agora foram relativizadas, Dreher trouxe o tema novamente à luz, demonstrando que estes imigrantes e seus descendentes não só sobreviveram, mas se espalharam por todo o Rio Grande do Sul, acompanhando a marcha dos migrantes pelo Oeste.

Quando trabalhei o naufrágio de dezembro de 1824, tinha o objetivo de desmistificar a falsa afirmação de que uma parte dos náufragos havia se dirigido primeiramente à Colônia alemã de Três Forquilhas. De acordo com as pesquisas e estudos levantados até o momento, nunca houve projeto de colonização para Três Forquilhas, mas sim, para Torres, onde deveria ter sido fundado um único núcleo colonial com imigrantes católicos e protestantes. Uma grande enchente provocada pelo rio Mampituba e o fato de os imigrantes serem em número maior do que o previsto, levaram à divisão do grupo, sendo os católicos instalados em São Pedro de Alcântara, mais próximo de Torres, e os protestantes no Vale do rio Três Forquilhas, um pouco mais distante da vila torrense. É importante salientar que toda a documentação pesquisada registra que estes imigrantes alemães chegaram a Torres somente em 17 de novembro de 1826! Rastreamento os autores que teriam mencionado este equívoco – náufragos marchando pelo litoral em direção norte, rumo a Três Forquilhas – cheguei até Balduino Rambo, o qual afirmou que:

² DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010; VON MÜHLEN, Caroline. *Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2010; WITT, Marcos Antônio. “Mitos” e “verdades” sobre a formação da Colônia alemã das Torres: o caso de um naufrágio. In: DREHER, Martin Norberto et al (Orgs.). *Saúde: corporeidade – educação*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 243-250. (CD-ROM).

Do total de 908 aportados em 1825, **uma parte, tendo sofrido naufrágio, nos bancos de areia perto de Mostardas, seguiu por terra o litoral norte**, onde os católicos fundaram a Colônia de São Pedro de Alcântara, perto de Torres, e os protestantes, a de Três Forquilhas, no vale do rio do mesmo nome.³

Não se pode afirmar, ainda, que Rambo seja o autor de tal idéia; outros, antes dele, talvez tenham dito isto e Rambo, por razões desconhecidas, ouviu e repetiu. O peso de sua autoridade intelectual fez com que Hunsche⁴ e outros repetissem a informação, sem se dar conta do equívoco cronológico. É possível que a história do naufrágio do bergantim “Flor de Porto Alegre” se una a outro equívoco apresentado por Aurélio Porto. De acordo com o autor:

No mesmo navio, Schaeffer, que não conseguira, apesar de todos os seus esforços engajar elementos totalmente bons, fizera embarcar dezenas de criminosos, assassinos e ladrões, tirados das cadeias de Mecklenburg, que eram levados para bordo ainda com as algemas nos pulsos.

Pertencem a essa leva os célebres ladrões de igrejas que durante algum tempo, constituídos em quadrilha, chefiados por um tal Sibernagel, saquearam os templos de Santana do Rio dos Sinos, Viamão e outros. Elementos indesejáveis, muitos deles foram conduzidos para S. João das Missões, acompanhando para o Uruguay forças platinas que ali passaram. Outros ficaram por Missões. Traduzindo os nomes confundiram-se na população nacional e foram troncos de várias famílias que ali ainda se conservam.⁵

Segundo Porto, imigrantes de Mecklenburg-Schwerin teriam chegado ao Brasil e, quase que imediatamente, se dedicado ao crime. Visto por esta lógica, não seriam imigrantes desejáveis, mas outra categoria de estrangeiros chegados ao Brasil, quase sempre relacionados à má índole, dispersos entre grupos desordeiros e, por fim, totalmente descaracterizados de sua germanidade. A Colônia de São João das Missões, de 1825, teve vínculos com o litoral, uma vez que famílias que para lá se dirigiram, retornaram e se fixaram em Três Forquilhas, como foi o caso dos Bobsin. De acordo com o raciocínio de Porto, o litoral também foi contemplado com imigrantes

³ RAMBO, Balduino. *Enciclopédia Rio-Grandense*. vol. I, p. 80-81. [grifo nosso].

⁴ HUNSCHKE, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização no Rio Grande do Sul* (Província de São Pedro). Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 286.

⁵ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996, p. 44-45.

“indesejados”. Se atentarmos para as palavras de Rambo e Hunsche, os imigrantes náufragos que se dirigiram diretamente a Três Forquilhas, também não teriam passado por Porto Alegre e São Leopoldo, estando fora do eixo imigratório: Alemanha, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Leopoldo. O que isto significa? Estes equívocos, somados, podem ter gerado a ideia coletiva de que os *maus* imigrantes foram direcionados a São João das Missões e ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), deixando São Leopoldo para os *bons* e *industriosos* colonos e artesãos alemães.

Como descendente de um imigrante de Mecklenburg-Schwerin, as versões equivocadas sobre o processo imigratório para o LNRS me tocam diretamente. Durante muito tempo, consolidou-se a imagem de que São Leopoldo fora uma Colônia próspera e rica, e que sua irmã, Colônia das Torres, dividida entre São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, fora um insucesso, uma vez que os dados estatísticos apontavam discrepâncias entre os negócios realizados pelos leopoldenses e pelos litorâneos. Deixou-se, neste caso, de analisar a especificidade de cada região. Von Mühlen, além de pesquisar tema inédito, trouxe à discussão o compromisso e a ética do historiador, ou seja, com quem ele se compromete e como tentará reconstituir a vida dos seus pesquisados.⁶ Em boa hora, von Mühlen se posicionou aos lado dos excluídos, optando por investigar o que aconteceu com os descendentes de algumas famílias de Mecklenburg-Schwerin. Ao fazer isto, a autora se viu no meio de uma grande trama social e familiar, o que foi também objeto de investigação. Para fazer isto, von Mühlen cotejou diversos autores, dentre os quais, Ellen Fensterseifer Woortmann, que trabalhou a Colônia alemã de Dois Irmãos e um grupo de sitiantes nordestinos de Sergipe em sua Tese de Doutorado.⁷

Woortmann apresenta em seu estudo uma categoria importante para se entender as relações familiares dentro do universo colonial: *keim*⁸ traz em si o potencial de futuro de alguém, isto é, se a herança biológico-social da família é boa, então, aquele indivíduo terá grandes possibilidades de construir uma vida de sucesso, pautada no trabalho e na honestidade. O contrário é lógico: se a herança biológico-social da família é ruim, então, a união com qualquer um de seus membros representará problemas no amanhã. Quando li a Tese de Woortmann pela primeira vez, de imediato lembrei de tudo que havia ouvido sobre o casamento de meus pais. Minha mãe recebeu admoestações sobre o seu

⁶ VON MÜHLEN, op. cit.

⁷ WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.

⁸ WOORTMANN, op. cit., p. 136-149.

futuro pretendente; alguns não entendiam como uma moça do centro de Itati (parte da Colônia alemã de Três Forquilhas) estava namorando e pretendia casar com um Witt “lá de cima”, com menos estudo, cultura e, o pior, com um histórico de família que certamente comprometeria o futuro do casal. O casamento de Elma e José Otacílio é um dos muitos exemplos de como o conceito *keim* foi gerenciado pelas famílias de descendentes de imigrantes alemães. Apesar das diferenças apontadas por quem não acreditava na união, as duas parentelas se uniram e tiveram que estabelecer diálogo a fim de promover o casamento dos filhos e garantir o convívio social de todos os envolvidos.

Penso que os rótulos e o imaginário que se depositam sobre determinada Colônia ou família são melhor analisados se tomarmos como referência o tempo das mentalidades, ou seja, estigmas não podem ser mensurados pelo tempo cronológico, simplesmente por datas, mas sim, por um outro tempo, muito mais lento, que passa pelo campo das mentalidades. Hoje, estou convencido de que os fatos vivenciados pelos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin, ainda em território alemão, mais a produção de parte da historiografia clássica da imigração alemã, são responsáveis pelos estigmas que estas pessoas receberam ao longo do período em que estiveram em “casas de correção”, na Alemanha, durante a travessia do Atlântico e, principalmente, no momento da chegada e fixação em solo brasileiro. Os estudos de Dreher e de sua equipe uniram fragmentos de uma história que ainda precisava ser melhor trabalhada; desde o porquê de se estar preso na Alemanha e o destino destas pessoas aqui no Brasil, muitas lacunas careciam de informações ou análises renovadas. O fato de estar preso por ser considerado “ladrão de cavalo” como que rotulou o imigrante Carl Witte⁹, de 36 anos, de profissão ferreiro, e fez com que sua parentela fosse vista e reconhecida como um grupo de *keim* ruim. O estigma deste imigrante, analisado por von Mühlen, atesta que os registros da mentalidade são os mais duráveis e os mais difíceis de serem contornados.

O estudo de von Mühlen aponta, ainda, para as estratégias sociais que estes imigrantes desenvolveram ao longo da travessia pelo Atlântico e em solo brasileiro. A situação matrimonial do imigrante Witt e de sua companheira atestam que souberam driblar os impedimentos e conseguiram oficializar sua relação. Conforme von Mühlen:

O casal Johann Carl Witt e Maria Luiza Feldner, por exemplo, deixou o presídio e Casa de Correção, em dezembro de 1824. Maria Luiza seguiu para o Brasil na condição de criada de Johann Carl Witt, pois ainda não havia

⁹ De acordo com DREHER, op. cit., p. 113.

casado, já que ela tinha impedimento: já era casada. O matrimônio do casal só foi realizado por um padre, pois ambos professavam religião luterana, em 21 de junho de 1825, em Porto Alegre. Para o padre, Maria Luiza não fora casada, já que, abençoada em seu matrimônio por pastor luterano, vivia em concubinato.¹⁰

No caso específico da família Witt, de Três Forquilhas, ainda gostaria de mencionar dois fatos que reforçaram o estigma trazido de Mecklenburg-Schwerin. O primeiro fato está relacionado ao nome do meu avô José Albino Witt Primo. Através de um documento parcial, de apenas duas páginas, soube que um homem, com nome idêntico ao do meu avô, estava envolvido em um assassinato, ocorrido provavelmente em 1º de abril de 1919. No documento constavam os dois nomes, diferenciados pelo acréscimo de “Primo” em um deles. Foi daí que tomei conhecimento de que meu avô agregou a palavra “Primo” ao seu nome para ser diferenciado do parente que estava envolvido no crime.¹¹ Afora a diferenciação do nome, algo significativo pois é o que nos identifica socialmente, ao que tudo indica, um membro da família envolveu-se em um assassinato, o que repercutiu não só pela Colônia, mas também pelos arredores. O Segundo fato que gostaria de mencionar, diz respeito à chegada de uma nova religião no Vale do rio Três Forquilhas. Na década de 1960, missionários irlandeses começaram a visitar algumas famílias da Colônia, propondo conversão a sua fé. A proposta dos religiosos chamou a atenção de parte da parentela Witt, havendo a migração de alguns para a religião recém-chegada. A entrada destes missionários provocou conflitos não só entre as instituições religiosas, mas também entre as próprias famílias. Ao que parece, o envolvimento de parte dos Witt com os irlandeses foi tal que foram rotulados de “Seita dos Witt”.

Os dois casos exemplificam as situações, às vezes extremas, a que famílias são submetidas. Violência, conflitos religiosos, entre outros, podem ser vistos e analisados como formuladores ou reforçadores de um *keim* ruim; mesmo aquelas lembranças diluídas pelo tempo, que se parecem mais com uma névoa do que com algo mais palpável, são indícios de que o cotidiano nem sempre foi pautado por relações sociais tranquilas e amistosas. Como descendente do imigrante “Carl Witt”, preso por ter sido acusado de “ladrão de cavalo”, deixo afluír minha subjetividade e tomo partido da

¹⁰ VON MÜHLEN, op. cit., p. 157.

¹¹ Ver: WITT, Marcos Antônio. Bem vindos ao labirinto: a sutileza dos homônimos na pesquisa histórica. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel, SCHENKEL, Dislaine, BRUSIUS, Liége Lana e FETTER, Maribel Eloá (Orgs.). *Raízes de Igrejinha*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 343-347.

família de que descendo, analisando os fatos transcorridos ao longo do XIX e do XX como situações que se fizeram presentes em todo o cenário colonial. Marcos Justo Tramontini quebrou paradigmas ao afirmar que os conflitos eram, antes de tudo, uma tentativa de se colocar socialmente.¹² Assim, os xingamentos verbais, as brigas corporais, o alcoolismo, dentre outras formas de violência, conforme Tramontini, devem ser analisados sob a ótica da organização social dos imigrantes. No cotidiano difícil da sobrevivência, criar conflitos se constituía, muitas vezes, na única forma de ser ouvido.

Como foi salientado no início deste texto, ele foi construído a partir da composição de lembranças da infância e tradição oral com pesquisas e estudos sobre os temas aqui desenvolvidos. Mesmo que a subjetividade tenha permeado todo o texto, gostaria de frisar que as experiências de vida dos imigrantes de Mecklenburg-Schwerin tornaram-se mais do que relevantes para a releitura de certos aspectos da história da imigração no Brasil. Para alguns, poderá ser um paradoxo o fato de que imigrantes saídos de “prisões” possam hoje, com suas histórias de vida, colaborar para a renovação dos estudos históricos. Não se discute aqui a formação de classes ou grupos hierárquicos entre os imigrantes, mas, por outro lado, há que se reconhecer que os “excluídos”, expressão de von Mühlen, foram contemplados e ganharam voz quando o *amarelo*, o *mofo* e as *teias* foram retirados da documentação sobre os “degredados” de Mecklenburg-Schwerin.

¹² TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

Entre súplicas, qualificações e eleições: redes sociais e Guarda Nacional no Brasil meridional (~1850-1870)

Miquéias Henrique Mugge¹

miqueias@gmail.com

Resumo: O presente artigo dedica-se ao tema dos vínculos pessoais, das redes sociais e, principalmente, da ação/atuação política dos seus protagonistas, sob a perspectiva histórica. No escopo do espaço que constituía a política local concernente à Guarda Nacional, nos anos de marcada tentativa de centralização política (1850-1870) por parte do Governo Imperial do Brasil, versa sobre como sujeitos participantes da Guarda Nacional de São Leopoldo/RS (e, especialmente, questões ligadas à qualificação) operacionalizavam tal instituição como instrumento para formação de redes, especialmente aquelas ligadas ao clientelismo político, em uma época em que as tensões sociais tornar-se-iam mais sensíveis, os conflitos amadureceriam e ganhariam mais relevo naquela região cuja população era majoritariamente de alemães e descendentes.

Palavras-chave: Guarda Nacional, Império, Brasil oitocentista, clientelismo, redes.

No outono de 1850 três rapazes nativos da Imperial Colônia de São Leopoldo, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, viajaram ao Rio de Janeiro e hospedaram-se em Petrópolis. João Dick, Felipe (ou Philipp) Dreyer e Pedro Wolf carregavam uma petição em língua alemã, na qual muitos pais de família apresentavam ao Imperador do Brasil o latente prejuízo que sofreriam caso seus filhos viessem a ser chamados para o serviço ativo da Guarda Nacional da localidade.²

A Guarda Nacional do Brasil foi criada em 1831, durante o que chamamos de Período Regencial. Instrumento da política liberal, a instituição foi parida em um momento de conturbações políticas. Era invocada em momentos de defesa da ordem e garantia da segurança, com o intuito de defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império recém-independente. Foi organizada em todo o território brasileiro, sob tutela dos municípios, a fim de estabelecer e resguardar a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército na manutenção da paz em

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq-GM.

² AN. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1850 (1850/1856) – Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.

fronteiras e costas. Subordinava-se aos juízes de paz, juízes criminais, presidentes de província e ministros da Justiça. Em diversos documentos oficiais temos registrados os objetivos maiores do nosso objeto de estudo neste artigo. Por vezes, ela é considerada sustentáculo do trono constitucional.

A historiografia brasileira ocupou-se pouco da Guarda Nacional. Citada muitas vezes, mas analisada apenas por alguns pesquisadores, percebe-se grandes lacunas que vêm sendo preenchidas gradativamente, principalmente diante da ampliação dos Programas de Pós-Graduação em História no território nacional. Destacamos aqui a tese de doutorado defendida por Castro em 1968 e publicada em 1977³, em que analisa a Guarda Nacional como instrumento de ascensão social de pessoas de classes menos favorecidas e a implicação dessa situação frente ao sistema social então vigente; o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queirós, que aborda a instituição como força opressora organizada; Rodrigues, Falcon e Neves⁴, que publicaram seu relatório de pesquisa em 1981, referindo-se à Guarda Nacional em território fluminense, focando, principalmente, aspectos oficiais e estruturais; a obra de Uricoechea⁵, que, segundo Saldanha, considera que “a Guarda Nacional seria responsável pela militarização da sociedade local na medida em que o súdito, tornado miliciano, supria a falta de funcionários públicos necessários para consecução racional do governo”.⁶

Talvez tenhamos, a partir dos trabalhos mais recentes, e do *boom* dos estudos acerca do Brasil Imperial (1822-1889), mais pesquisadores debruçando-se sobre a Guarda. No Rio Grande do Sul, destacamos os trabalhos de José Iran Ribeiro⁷: *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*, que explicita a transição de servidores das milícias para guardas nacionais qualificados, na Província do Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XIX; e a tese de doutoramento de André Átila Fertig, recentemente publicada.⁸

³ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

⁴ RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. *A guarda nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

⁵ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

⁶ SALDANHA, F. H. D. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. Annablume; FAPESP, 2006.

⁷ RIBEIRO, J. I. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

⁸ FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Editora UFSM, 2010. Utilizamos aqui a referência da tese: FERTIG, A. A. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A

Clientelismo político em tempos belicosos trata da Guarda Nacional sob o pano de fundo da consolidação do Estado Imperial Bragantino, propondo-se um profundo e abrangente estudo da instituição.

Os nossos questionamentos, outrossim, neste artigo, abrangem não somente o aparato burocrático ou a estrutura, mas também, e principalmente, os sujeitos e atores que participavam, como guardas nacionais, em um espaço geográfico específico e um recorte temporal igualmente delimitado.

Sabemos que a historiografia recente tem demonstrado inúmeras possibilidades de abordagem da história política do cotidiano, ou seja, das práticas sociais e de suas interfaces com os comportamentos dos mais variados sujeitos em contextos e cenários também variados. Se, durante muito tempo, o foco esteve centrado na política dos atores entronizados no panteão da historiografia dos generais e dos homens de Estado, hoje, além de analisarmos fatos de seus afilhados, criados, agregados, e das “gentes” sem ocupação, também temos conhecimento de suas vivências, de seus comportamentos e de suas estratégias diárias, estejam elas nas margens ou nas frestas dos sistemas de controle da sociabilidade. Assim sendo, a presente pesquisa tem em seu escopo mais abrangente percorrer os “fios” e os “rastros” das redes políticas configuradas em uma área de colonização/imigração alemã no Rio Grande de São Pedro, no decurso das décadas de 1850 a 1870.

A questão do recrutamento em território nacional pode ser entendida no contexto do processo de construção de um Estado e das mudanças que se operavam nas relações entre o poder central e seus agentes. Sabe-se que, em âmbito local, a obediência aos mandatos do poder central foi problemática, sujeita à barganha e traição, à formação de redes sociais de amizade, de camaradagem, de parentesco e de clientelas. Assim, “não se podem compreender a dinâmica e os limites do recrutamento no Império sem tomar em conta que os agentes responsáveis pelas levas representam um dos principais obstáculos à sua efetividade”.⁹

Kraay, em seu estudo acerca do recrutamento militar no Brasil imperial, defende que este foi “moldado por uma complexa rede de relações patrono-cliente entre o

Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873). Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, 2003.

⁹ MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 130.

Estado, membros da classe senhorial e os pobres livres”.¹⁰ Complexas regras não escritas possivelmente governaram a prática na província, durante o século XIX, como nos apontam as fontes já consultadas e a historiografia. Estas regras seriam compostas por um sistema em que contribuíram Estado, classe de senhores de terras e escravos e boa parte dos pobres livres, todos, provavelmente, defendendo seus benefícios, por muitas vezes significativos.

Principalmente no tempo de guerras externas, como a Campanha contra Oribe e Rosas e a Guerra do Paraguai, as reclamações levantaram, em diversas partes do país, “um alarido cujo sentido reside na revelação do sistema normal (e, em geral, aceitável) do recrutamento em tempo de paz”.¹¹ Dessa forma, o recrutamento estaria fortemente enraizado no sistema de patronato, tanto como mecanismo de coerção quanto, em última instância, para manter as hierarquias de classe, incluindo aí a diferenciação entre pobres livres com e sem honra.

Aqueles três suplicantes, João Dick, Felipe Dreyer e Pedro Wolf, da Imperial Colônia de São Leopoldo, chamados ao serviço da Guarda Nacional, levaram à Corte, diretamente, petição na qual muitos chefes de família assinavam declaração representativa do grande prejuízo que a Colônia sofreria caso os filhos seus viessem a ser chamados para o serviço da Guarda Nacional e da Primeira Linha. Para José Antonio Pimenta Bueno, Presidente da Província, que responde à representação dos alemães, os suplicantes são instrumentos de homens mal intencionados. Que homens eram esses? Qual a ligação entre os suplicantes Johannes Dick, Philipp Dreyer e Peter Wolff, entre si e com os homens mal-intencionados? Foram eles escolhidos ou selecionados para ir à Corte? Por quê? Quem eram os atores desse complexo jogo político que envolvia desde as altas autoridades provinciais aos mais simples camponeses/colonos, situando conflitos em um corte vertical da sociedade? Que interesses moviam as escolhas e estratégias dessas pessoas? Como os Guardas Nacionais garantiam ou não a hegemonia de líderes destacados localmente? Qual a dimensão da atuação destes sujeitos históricos? Como, no início do apogeu da tentativa de centralização por parte do governo imperial (década de 1850), os chefes locais coagiam?

¹⁰ KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos* – Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, vol. 3, n. 3: 113-151, 1999, p. 113.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 114.

Não responderemos estas questões aqui. No entanto, traremos à baila aquelas referentes ao procedimento teórico-metodológico que melhor nos auxiliará a alcançar parte das respostas.

Adotamos como pressuposto a assertiva de Barth, de que sociedade não se resume ao agregado de relações sociais, sugerindo substituir interação social por rede social. O conceito de agregado de relações sociais, assim, não consegue dar conta de complexas conexões. Para Barth, “as formas características dos atos e relações sociais não se reproduzem através de processos que podem, eles próprios, ser representados como sendo constituídos pelas mesmas relações sociais”.¹²

Ou seja, admitimos a afirmação de Barth, que as complexidades da organização social não podem ser aprisionadas em “totalidades bem delimitadas, nem ordenadas em hierarquias unitárias entre parte e totalidade”.¹³ As sociedades, assim, são sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento. Mesmo assim, assumimos que toda interação social está inserida em redes sociais mais amplas, cujas fronteiras se cruzam, e as primeiras envolvem uma convergência que surge através de diversos processos, que ultrapassam a negociação.

As relações interpessoais passam a ser interpretadas como espaço de interação que articulam o poder, a cooperação e os conflitos. Estas ligações não podem ser consideradas isoladamente, como *links* relacionados a normas que definem um conjunto de práticas e expectativas recíprocas, mas sim, como o espaço de interações que ligam o poder, a cooperação e o conflito social em uma determinada configuração.

Restabelecer os vínculos nos contextos dinâmicos permite compreender o seu significado. Assim, há segmentos de uma rede de relações cuja forma e propriedade detêm uma gama de comportamentos possíveis. São determinados comportamentos escolhidos que, por sua vez, têm efeitos sobre formas e propriedades.

As redes sociais como metodologia que privilegia estudar indivíduos, seus laços e relações, que são empiricamente observáveis, constituem-se de ligações permitindo englobar e ultrapassar o conjunto de relações ou elos de todo o tipo estabelecidas por um indivíduo membro de uma determinada linhagem.

¹² BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 170.

¹³ Idem, *ibidem*.

Para Bertrand,¹⁴ a análise da natureza e do funcionamento das solidariedades em uma sociedade tal constitui um dos questionamentos essenciais ao qual uniu-se a História Social e, particularmente, aquela que se desenvolveu nas linhas das problemáticas e métodos suscitados pelos fundadores dos *Annales*.

A micro-análise das redes de relações sociais tornou-se um tema caro à micro-história italiana, destacando-se como objetos privilegiados os estudos biográficos e estudos de caso. Em diversos trabalhos, relacionados em geral a comunidades no Antigo Regime, produzidos por autores como Edoardo Grendi e Giovanni Levi, as noções de mediadores e redes sociais foram retomadas em associação a aspectos como por exemplo, relações clientelares, mediação entre centro e periferia, estratégias de alianças, trajetórias familiares e a capacidade de articulação e adaptação das comunidades diante do advento de novas conjunturas políticas e econômicas externas, mas que atingiram diretamente uma região. Tal noção de rede social é entendida como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais.

De igual forma, considerando o recrutamento e a qualificação dos guardas nacionais, no período em que as analisaremos, também como um produto de conjunto de normas e procedimentos normativos e, por conseguinte, como um momento privilegiado de observação da luta política cotidiana, propomo-nos escapar das generalizações e utilizar a escala de análise vinculada às aparições significativas da vida cotidiana dos personagens do processo. Assim, o que visualizamos é que são “as dimensões dos mundos sociais de diferentes categorias de pessoas e de diferentes campos estruturados de relacionamentos [que] demonstram a natureza precisa da escala que opera na realidade”.¹⁵

Podemos abranger alguns conceitos, a fim de estabelecer maiores relações entre esses pressupostos teóricos e o objeto de nossos estudos. Primeiro, podemos nos debruçar sobre a obra de Graham, e utilizar o conceito de *clientelismo*, que formaria redes de laços assimétricos e verticais. Assim, proteger pobres da ameaça da qualificação para o serviço da ativa da Guarda Nacional significaria também formar uma clientela. Um meio de garantir a ordem social, para o autor.

¹⁴ BERTRAND, M. Familles, fideles et réseaux: les relations sociales dans une société d’Ancien Régime. In: CASTELLANO, J. L.; DEDIEU, J. P. *Reséaux, familles et pouvoirs dans Le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002.

¹⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 138.

As clientelas, ou o clientelismo, como cultura política fundamentada em relações pessoais alicerçadas em trocas de favores, protagonizada por algum sujeito que detém o poder e concede a outrem quaisquer tipos de proteções/auxílios, para receber em troca fidelidades, apoios políticos e lealdades pessoais, estiveram imbricadas nos meandros da Guarda Nacional, principalmente no tocante ao recrutamento e às Juntas de Qualificação. Fertig destaca que a Guarda Nacional “era um dos principais veículos da política clientelista”.¹⁶ Ao serem qualificados como Guardas Nacionais, sujeitos quaisquer entravam no jogo e nas tramas políticas de determinadas localidades e passavam a ser vistos como “clientes em potencial”.

Oficiais nomeados pelos Presidentes das Províncias provinham, quase sempre, de classes abastadas. Ao contrário de oficiais, soldados rasos eram operários, homens que trabalhavam na terra, pequenos posseiros, colonos e homens de cor. Mudar de lugar social, por exemplo, *via Guarda Nacional*, exigia que constantemente o ator e qualificado definisse (e redefinisse) suas próprias posições em relação aos outros, ampliasse e diminuísse seu espectro relacional, ativasse (e desativasse) laços pré-estabelecidos e quase sempre circunstanciais.¹⁷

Esses laços, como exemplo, poderiam ser ativados em tempos eleitorais. A Guarda Nacional servia para este fim. Oficiais poderiam modificar votos de subordinados, como ocorreu na disputa entre Manuel Luís Osório (que promoveu a causa liberal) e seu adversário conservador, no Rio Grande do Sul, em 1871.

A qualificação para o serviço da ativa da Guarda Nacional, assim, serviria como forma de intimidação e requisição de apoio eleitoral. A compra de isenções, para que alguns oficiais angariassem fortunas sobre as custas de outrem, atemorizado com a pulverização na província das chamadas para as guerras, também era comum.

Eleições e política cotidiana

¹⁶ FERTIG, A. A. op. cit. 2003, p. 45.

¹⁷ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. Ver páginas 27 a 66. Sabemos das complicações envolvidas na construção do conceito *clientelismo*. Adotamos a concepção do brasilianista aqui citado. No entanto, ver: CARVALHO, Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997. Ver também: VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M. de, NEVES, L. M. B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

Fertig afirma que “as eleições representavam o apogeu da instrumentalização política da Guarda Nacional”.¹⁸ Concordamos em absoluto com essa assertiva. Mas perguntamo-nos: como, de fato, nos meandros da política local e cotidiana, ocorria essa instrumentalização, por parte de *atores sociais* qualificados?

No início do mês de setembro de 1860, na Vila de São Leopoldo, tivemos um caso que certamente nos ajudará a responder esta pergunta. No dia seis, mais precisamente, o Tenente Coronel Antonio José da Rocha Jr., Comandante do 12º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional e o Major do mesmo corpo, Sr. José Alvez de Moraes, trocaram farpas em lugar público. O fato se tornou notório e as repercussões não tardaram a acontecer.¹⁹

José Alvez de Moraes e Antonio José da Rocha Jr., homens de destaque local, desafiaram-se publicamente. *Com respeito aos trabalhos eleitorais*, o duelo ocorreria naquele dia já supracitado. Ao sair de casa, o primeiro viu-se confrontado com o segundo, que lhe falou: *precisava ter uma entrevista particular com o senhor, com armas*. A arma foi escolhida: espada. No entanto, ao dirigir-se ao interior de sua casa, Rocha Jr. aponta uma pistola à cabeça de Moraes. O tumulto estava criado. Certamente, neste momento, a família de Moraes apareceu. Houve gritaria e o Sr. Coronel Hillebrand, ex-Diretor da Colônia de São Leopoldo, aparece ali e grita: *queremos uma eleição de paz!*

O caso, é claro, chegou aos ouvidos do Presidente da Província e do Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca da Capital e São Leopoldo, Luiz Manoel de Lima e Silva. Houve intervenção do poder provincial na colônia, distante sete léguas da capital. Procedeu-se uma investigação que resultou em um pequeno caderno, de capa azul, constante no fundo Comando Superior da Guarda Nacional de PoA e SL, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Lima e Silva ordenou que o Chefe do Estado Maior da comarca se dirigisse à Vila vizinha e interrogasse as testemunhas, na casa da Câmara Municipal, *para poder contar-se com certeza e verdade o ocorrido*.

¹⁸ FERTIG, A. “Espoleta” de todos os partidos. A Guarda Nacional nas eleições do Império do Brasil (1850-1873). In: Ciênc.let., Porto Alegre, n. 37, p. 89-105, jan./jun. 2005, p. 89.

¹⁹ AHRS. Guarda Nacional, Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Maço 24. Ofício dirigido ao General e Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca da Capital, pelo Major do Corpo No. 12 da Guarda Nacional, em São Leopoldo, José Alvez de Moraes (e seguintes). 15 de setembro de 1860.

As testemunhas foram arroladas: Coronel João Daniel Hillebrand (alemão cidadão brasileiro, setenta anos, médico); Major Joaquim José de Oliveira (natural de Porto Alegre, quarenta anos, tabelião); José Correia Ferreira da Silva (natural dos Açores, setenta e um anos, negociante); Francisco Ferreira Bastos (natural da Bahia, quarenta e um anos, procurador da Câmara Municipal); Gregório Teixeira Lopez do Carmo (natural de Pelotas, vinte e cinco anos, fiscal da Câmara); Carlos Voges (brasileiro, vinte e três anos, ourives). Inquiridas, deram seus depoimentos, e seguiram um padrão: havia indisposições entre os conflituosos homens, motivadas por questões eleitorais, que, por sua vez, geravam indisciplina por parte dos guardas nacionais subordinados a eles.

Esse caso, certamente, é notório. Provém de práticas que, mesmo que ilegais, faziam parte de regras do jogo social “aceito”, que, por vezes, exacerbavam-se e causavam constrangimentos públicos. Era, pois, uma época de *tão calamitosas intrigas eleitorais que se avizinhava*.

O confronto resultou em um Conselho Disciplinar, do qual não sabemos o resultado. Antes dele, o Comando Superior da Capital tentou intervir, transferindo um dos duelistas para Taquari. Não obteve sucesso: removê-lo do campo de suas *pellejas eleitorais* seria trazer desconfianças inventivas por parte dos partidários do dito Major. Ou seja, “uma disputa eleitoral tornava-se um momento privilegiado para que os comandantes da Guarda Nacional instrumentalizassem suas clientelas”.²⁰ Essa operacionalização da instituição, muitas vezes, causava conflitos intra-grupo, principalmente quando ocorria exibição de poderio e violência.

Em dias de eleição, por exemplo, os oficiais da Guarda Nacional, como Rocha Jr. e Alvez de Moraes, se encontravam às voltas da paróquia, trajados com seu uniforme elegante, sua espada e suas botas, expressando “nitidamente as relações hierárquicas que impregnavam os vínculos cotidianos”.²¹ Nessas épocas *calamitosas*, duelavam também os *capitais relacionais*. Ativavam-se e reativavam-se antigos e novos laços para que se vencesse um pleito.

Outrossim, formavam-se e desfaziam-se intrincados processos constituídos de interesses, interdependências, quiçá alianças, nos quais indivíduos de facções rivais mobilizavam formas de ação política que, na maioria das vezes, era variável: concedia-

²⁰ FERTIG, A. A. Op. cit. 2005, p. 92.

²¹ GRAHAM, R. Op. cit., p. 161.

se isenções em troca de dinheiro, votos, proteção;²² ofereciam-se substitutos para ir à guerra; relacionavam-se homens à reserva, quando poderiam servir na ativa.

Acerca dos personagens proeminentes, Costa afirma que “seus dependentes esperam intervenções ante as autoridades para obter exceções a lei e a disposições gerais teoricamente aplicáveis a todos. O recrutamento militar, enquanto instrumento político utilizado pelos chefes para coerção dos menos favorecidos e proteção de seus apaniguados, é um exemplo cabal de relações perpetradas em torno desses elos sociais”.²³ Essas *margens de negociação* faziam parte do elemento constitutivo de vínculos pessoais firmados entre atores implicados em uma rede social que, por sua vez, compõe e conforma o tecido social.

Philipp Dreyer,²⁴ aquele moço que, com 23 anos, se dirigiu à capital do Império brasileiro, sabemos, presenciou todas essas disputas eleitorais, como tantas outras que envolviam a Guarda Nacional. Seu pedido não foi aceito: ele não foi dispensado do serviço da ativa. Àquele mesmo rapaz, que em 1850 reclamava das “arbitrariedades do recrutamento para a Guarda Nacional”, é destinada a tarefa de inserir sujeitos no jogo e nas tramas políticas de tal localidade, e estes passariam a ser vistos como “clientes em potencial”.²⁵ Em 1861, ou onze anos depois de sua súplica, ele tem sua primeira patente de oficial aceita pelo Presidente da Província: tornara-se *Alferes*. Destacado na Guerra do Paraguai como *Capitão* (1865), em 1871 o encontramos como Capitão Vogal da mesa qualificadora. Agora ele goza de influência e destaque locais, tanto que é selecionado para participar de um momento-chave. Ao qualificar moradores da Vila de São Leopoldo, o Conselho de Qualificação da Guarda Nacional determinaria a quem competia ser cidadão, que nível de respeitabilidade social àqueles sujeitos era destinado, que condições sociais, principalmente relativas ao exercício da cidadania, lhes eram de direito.

Por óbvio, essa e tantas outras famílias, como as dos suplicantes que citamos lá em cima, de diversas localidades, participaram de processos judiciais, seus integrantes

²² APERS. Cível e Crime, São Leopoldo, processo número 2934, maço 57, estante 74. Autos Crimes: A Justiça *versus* Tenente Francisco Ferreira Bastos. 1º de março de 1858.

²³ COSTA, M. A. S. da. Em nome de “nossos amigos políticos”: vínculos pessoais, poder e influência ao tempo do Império do Brasil. *VIII Mostra de Pesquisa do APERS*. 2010. [no prelo].

²⁴ Os outros dois sujeitos que, com Philipp, peticionaram a súplica, não tiveram trajetória semelhante. Entretanto, encontramos-os como compadres de Dreyer no decorrer do século XIX.

²⁵ FERTIG, A. A. Op. Cit. p. 45.

foram qualificados à Guarda Nacional e como votantes, recrutados ao Exército, etc. E, assim, teceram alianças que transcenderam o universo intrafamiliar, acionando ligações interpessoais e participando de *complexas redes de relações*. Temos, pois, realidades *circunstanciais*, onde transparecem comportamentos, decisões e vivências de sujeitos imersos no sistema social do Brasil oitocentista, permeado por tensões e conflitos. Entretanto, não só de breves alianças eram tecidas essas redes. As mais duradouras também nos interessam. Igualmente aquelas que se desenvolveram durante transações de interesses.

Conclusões

Instrumento político-eleitoral, a Guarda Nacional era reconhecida possuidora deste papel, principalmente se analisarmos ofícios dos Presidentes da Província, relativamente aos Conselhos da Guarda Nacional, intrincadamente ligados às concessões, seja de isenções, seja de dispensas, com a finalidade da formação de grupos de apoio político localmente. Líderes locais rivais lutavam pela formação de bandos políticos, disputando sujeitos passíveis a inserirem-se em uma rede clientelar de relações assimetricamente organizadas e, algumas, ainda remanescentes do intercurso das disputas entre farroupilhas e legalistas.

Forças políticas oriundas da organização da Guarda Nacional poderiam ser mobilizadas em disputas eleitorais ao nível local, ou convencer autoridades centrais da idoneidade e retidão de chefes locais, oferecendo-lhes mercês, nomeações e inserções no complexo aparelho burocrático imperial. Outrossim, o contexto belicoso permitia que as Juntas Qualificativas selecionassem para o serviço ativo inimigos políticos ou pessoas a eles vinculadas.

SIGLAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional/RJ

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

GN – Guarda Nacional

PoA – Porto Alegre

SL – São Leopoldo

FONTES

AHRS. Guarda Nacional, Comando Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo. Maço 24. 16 de novembro de 1861.

AHRS. Guarda Nacional, Comando Superior de Porto Alegre e São Leopoldo. Maço 24. Ofício dirigido ao General e Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca da Capital, pelo Major do Corpo No. 12 da Guarda Nacional, em São Leopoldo, José Alvez de Moraes (e seguintes). 15 de setembro de 1860.

AHRS. Guarda Nacional, Companhia de Infantaria de São Leopoldo, maço 104. 6 de março de 1850.

AN. Série Justiça – Gabinete do Ministro – II1850 (1850/1856) – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Ofícios reservados (número 9 e seguintes). Agradeço ao Prof. Dr. Paulo R. S. Moreira, pelo envio deste documento.

APERS. Cível e Crime, São Leopoldo, processo número 2934, maço 57, estante 74. Autos Crimes: A Justiça versus Tenente Francisco Ferreira Bastos. 1o de março de 1858.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 170.

BERTRAND, M. Familles, fideles et réseaux: les relations sociales dans une société d'Ancien Régime. In: CASTELLANO, J. L.; DEDIEU, J. P. *Reséaux, familles et pouvoirs dans Le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS Éditions, 2002.

CARVALHO, Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*: Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

COSTA, M. A. S. da. *Em nome de “nossos amigos políticos”*: vínculos pessoais, poder e influência ao tempo do Império do Brasil. VIII Mostra de Pesquisa do APERS. 2010. [no prelo].

FERTIG, A. “Espoleta” de todos os partidos. A Guarda Nacional nas eleições do Império do Brasil (1850-1873). In: *Ciênc.let.*, Porto Alegre, n. 37, p. 89-105, jan./jun. 2005, p. 89.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FERTIG, A. A. *Clientelismo político em tempos belicosos*. A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873). Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, 2003.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: *Diálogos* – Revista do Departamento de História da UEM. Maringá, vol. 3, n. 3: 113-151, 1999, p. 113.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 138.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 130.

RIBEIRO, J. I. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005.

RODRIGUES, A. E. M.; FALCON, F. J. C.; NEVES, M. de S. *A guarda nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1981.

SALDANHA, F. H. D. *Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. Annablume; FAPESP, 2006.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, J. M. de, NEVES, L. M. B. P. das. *Repensando o Brasil do oitocentos*. Cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

Migrações no século XX: êxodo de descendentes dos formadores da Colônia Alemã da Ponta das Torres.

Nilza Huyer Ely

Historiadora. Sócia do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL)

Resumo: Os descendentes dos imigrantes que formaram a antiga Colônia Alemã da Ponta das Torres, em meados do século XX, sentiram a necessidade de buscar, em outros espaços, meios com que prover a subsistência da família.

Em 1826, por iniciativa do governo provincial, foi escolhida a Ponta das Torres, na divisa com a província de Santa Catarina, para a formação de uma colônia com imigrantes alemães. A finalidade maior seria a mão de obra livre para o cultivo da mandioca e a produção de farinha para “o municio das tropas”, além da diversificação agrícola, cujo solo e clima eram apropriados para o plantio dos diversos gêneros, em especial a cana de açúcar.

O espaço aprazado, à margem direita do rio Mampituba, para a instalação dos imigrantes tornou-se pequeno, devido, ao maior número de indivíduos que lá aportaram, além de enchentes que ocorreram naquele ano.

Incumbido de demarcar os lotes no Vale do Três Forquilhas, para onde seriam encaminhados os protestantes, o agrimensor Frederico Voss deve ter recebido como orientação, mensurar a frente dos lotes, junto a ambas as margens do rio, que deveriam ter 100 braças de frente e tantas quantas se encontrassem, a partir dali, até o divisor de águas nos morros da Serra Geral, ocasionando lotes com extensão variada entre 800 e 1.600 braças de fundos.

O lugar mais apropriado para a construção de suas moradias, seria na parte plana do terreno nas proximidades do rio, formando assim a Colônia de Três Forquilhas.

Os católicos foram instalados entre as lagoas do Forno e do Jacaré, onde formaram a Colônia de São Pedro de Alcântara,

A prole das famílias foi logo aumentando, era a necessidade de braços para o árduo trabalho da colônia. O progresso econômico do colono dependia da mão de obra familiar. Além de não disporem de recursos, era vedada, ao imigrante, a posse de escravos.

Com o falecimento do proprietário, viria a divisão sucessória. O fracionamento longitudinal, por óbvio, era inevitável. A cada novo inventário, novo fracionamento, com faixas de poucos metros de largura e, em muitos casos, mais de três quilômetros de extensão.

A agricultura de subsistência foi o sustentáculo das colônias do Litoral Norte/RS, que tinha como carro chefe a cana de açúcar.

O jovem do início do século XX já não se satisfaz em levar uma vida de dificuldades e privações, não tem perspectiva para um futuro melhor.

A expectativa do aproveitamento da cana de açúcar desvaneceu com a extinção da usina Santa Marta, junto à lagoa da Pinguela, nas proximidades de Osório (restam apenas ruínas à margem da BR 101). Somando-se a tudo isto, a constante frustração das promessas governamentais como: rodovias, ferrovia, a interligação lacustre, o porto marítimo de Torres, entre tantas outras.

O jovem deixava a agricultura no momento em que era convocado para o serviço militar. Preferia ficar na Capital do Estado ou cidades vizinhas, onde encontraria emprego e uma vida com algum conforto

Inicia a década de 1940 e com ela o êxodo, agora, de famílias inteiras que deixam o Litoral Norte/RS.

A maioria, com os recursos obtidos com a venda da propriedade no interior, se estabelece, com um pequeno comércio, em Porto Alegre ou arredores.

Em minha atividade profissional, como Exatora Estadual, nas cidades de Gravataí e Cachoeirinha nas décadas de 1960/70, pude testemunhar, o grande número de egressos do Litoral Norte/RS que se estabeleceram com comércio ou indústria tornando-se contribuintes da Receita Estadual.

Os mais ousados cruzam o rio Uruguai e o Iguaçu em direção ao Oeste Paranaense, onde adquirem áreas maiores a preços muito inferiores aos praticados no nosso Estado.

O Senador Pedro Simon, em seu livro *A Diáspora do Povo Gaúcho*, diz: [...] “Todas as culturas admiram aqueles que têm a coragem de mudar suas vidas para melhor. O migrante, de modo geral, é visto com respeito porque ousou sair de um ambiente que dominava para enfrentar o desconhecido”.¹

¹ SIMON, Pedro. *A diáspora do povo gaúcho*. Brasília: Senado Federal. 2009. P. 15

Assemelha-se, a atitude dos migrantes do século XX, com o que fizeram nossos antepassados que tiveram, como agravante, deixar a pátria além mar para se tornarem “o outro” em terras brasileiras.

Contava-me Wilma Huyer Klippel, egressa da Colônia de Três Forquilhas, que migrou em 1961, residindo, inicialmente na localidade de Três Lagoas/Foz do Iguaçu, sobre a solidariedade entre aqueles que haviam chegado antes e já estavam instalados, acolhendo em suas casas os recém-chegados migrantes, auxiliando-os na aquisição de uma área de terras, fornecendo para os neófitos, gêneros alimentícios até que ocorresse a primeira colheita.

Os aglomerados, assim formados, deram origem a vilas que, rapidamente, seriam cidades, como aquela que foi denominada, inicialmente “cidade gaúcha”, oficializada mais tarde como São Miguel do Iguaçu.

Ainda hoje se encontram vilas no oeste paranaense com predominância de migrantes gaúchos e seus descendentes. Mais de 90% de uma comunidade religiosa luterana de Três Lagoas, nas proximidades de Foz do Iguaçu, segundo informações que recentemente obtive, descendentes de alemães e italianos, têm sua origem no Rio Grande do Sul, grande parte no Litoral Norte/RS.

A religiosidade dos gaúchos, tanto alemães quanto italianos, acompanhou-os em terras paranaenses. Wilma e seu marido João Antônio Klippel, tão logo se estabeleceram em Três Lagoas, doaram parte de sua propriedade, para a construção do templo confessional e do cemitério, onde mais tarde ambos foram sepultados.

Inúmeros são os sobrenomes de famílias egressas do Litoral Norte/RS constantes em listas telefônicas de Foz do Iguaçu e cidades vizinhas como: Borges, Eberhardt, Flores, Gross, Hoffmann, Klippel, Lumertz, Scheffer, Maggi, Sparremberger, Trespach, Witt, entre outros.

Segundo SIMON: [...] “Dezenas de milhares de modestos agricultores gaúchos viraram o jogo. Deixando um passado de pobreza e dificuldades, conseguiram na sua nova terra, mediante trabalho dos mais árduos, recursos para construir boas casas e para educar seus filhos.

Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento, mostrou que quem migra ganha, em média, 8,5% mais do que as pessoas naturais do estado onde ele se fixou. Já na comparação com o seu conterrâneo que permaneceu no estado de origem, o migrante ganha 15% mais.

De acordo com os pesquisadores do Ipea, quem migra é, na média, mais apto, motivado, empreendedor ou ambicioso.

“Há um risco muito grande na migração, porque o destino é um ambiente mais hostil do que sua casa. O fato de que nesse ambiente o migrante já estaria saindo um pouco em desvantagem, e mesmo assim na média ganha mais, é um forte indicativo de que ele, de alguma forma, é mais habilidoso, tem mais força de vontade”, diz Pedro Cavalcanti Ferreira, da Fundação Getúlio Vargas. “Esta seria uma característica que o leva a migrar”.

“O interessante é que, além de ganhar mais do que o não migrante do seu Estado de origem, o migrante também ganha mais que o não migrante do seu Estado de destino”, afirma Naércio Menezes Filho da Universidade de São Paulo.

O estudo dos economistas brasileiros, reforçando a tese de que o migrante é mais motivado e empreendedor do que o não migrante guarda semelhança com estudos realizados por pesquisadores americanos. Estes concluíram que as pessoas vindas de outros países, que moram nos Estados Unidos, são mais aptas e ambiciosas do que as nascidas naquele país”.²

Continuando a citação “[...] Posso dizer, sem nenhum medo de errar que, em todos os lugares deste imenso país em que novas terras foram incorporadas à produção agrícola, lá estavam os gaúchos”.³

[...] Na verdade, os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Se os paulistas estenderam as nossas fronteiras procurando por ouro e prata, nós asseguramos a posse para o Brasil de vastas extensões devolutas.

Sim, foram os gaúchos que alargaram as fronteiras agrícolas deste país. E ainda hoje, com seu trabalho e seu suor, eles continuam a ser desbravadores de novas terras neste início de século XXI. O Brasil muito deve aos migrantes gaúchos”.⁴

² SIMON.Op. cit p.16

³ idem p. 19

⁴ idem p.33

Grande parte dos desbravadores gaúchos não se satisfaz, apenas com o sucesso alcançado no oeste paranaense, ansiaram por novas terras, novas realizações, faz parte de sua índole. Com características especiais de dedicação e amor ao trabalho, tenacidade e perseverança, foram responsáveis pela grande contribuição dos migrantes para o desenvolvimento do país, inclusive os egressos do Litoral Norte/RS.

Entre tantos que, partindo do Litoral Norte/RS, se instalaram em outros estados aumentando a fronteira agrícola com boas colheitas em regiões outrora imaginadas não aproveitáveis pelos habitantes locais, cabe destacar duas famílias que hoje são muito conhecidas, não só no Litoral Norte/RS, como no cenário nacional e internacional:

Blairo Borges Maggi, filho de André Antônio Maggi e Lucia Borges Maggi. Avós paternos: Antonio Maggi e Carolina Lumertz Maggi. Avós maternos: Jacó Francisco Borges e Carolina Maria Borges. Nasceu em 29.05.1956, conforme Registro de Nascimentos de Três Forquilhas – 2º distrito de Torres/RS.

E, seu primo Eraí Maggi Scheffer – filho de pequenos agricultores do interior do município de Torres/RS, começou a trabalhar na lavoura ainda menino.

Quando o pai faleceu em 1976, em São Miguel do Iguaçu/PR, assumiu os negócios da família. Não tinha dinheiro para comprar mais terras, passou a arrendar terras dos vizinhos. Uma prática comum, ainda hoje, entre os migrantes.

Considerado o maior produtor individual de soja do mundo, Blairo Borges Maggi é responsável por 5% da produção anual do grão brasileiro.

Na safra 2005/2006 perdeu o título para seu primo Eraí Maggi Scheffer.

Maggi foi considerado pela Revista Época, um dos 100 brasileiros mais influentes do ano de 2009. Governador de Mato Grosso de 2003-2007 e reeleito p/2007-2010, renunciou em março para candidatar-se ao Senado.

Scheffer plantou, na safra 2010, 300 mil Ha de soja. Atualmente é Scheffer o maior produtor individual de soja do mundo (Revista ISTOÉ dinheiro) de 12.06.2010.

“Nossa vida hoje é igualzinha de quando plantávamos 27 alqueires lá no sul” diz Scheffer.

O desmatamento no centro-oeste e norte brasileiro, que foi incentivado há poucas décadas, está sendo um pesadelo para a população que se preocupa com o futuro do nosso planeta. A floresta amazônica, considerada pelos ambientalistas como o “pulmão do universo”, está sendo dizimada a cada ano.

O desmatamento no Brasil repercute em jornal americano: “[...] Em 2003, o primeiro ano de Maggi como governador do Estado, o ritmo do desmatamento em Mato Grosso mais do que dobrou. O ano passado o jornal New York Times evidenciou que a destruição da Floresta Amazônica tinha aumentado para dois quintos da mata original”.

Se por um lado aplaude-se por terem sido grandes desbravadores, ou “os bandeirantes do século XX” como diz SIMON, por outro verifica-se o desmatamento incontido da floresta amazônica, depois de terem deixado o Litoral Norte/RS pela necessidade, inclusive, da preservação da mata atlântica, migrantes há que estimam que o ecossistema jamais será afetado.

Segundo palavras de MAGGI, que diz:

“para mim, 40 por cento de aumento no desmatamento não significa nada, não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. Nós estamos falando de uma área maior do que a Europa que nem sequer foi tocada, portanto não há para se preocupar”.

Eis o paradoxo entre a necessidade de expandir a produção de grãos para alimentar a população e a preservação da biosfera, sempre há o reverso da medalha.

Mas, este não é o tema desta comunicação.

A ação mediadora da revista St. Paulus-blatt na relação leitor e estado, no rio grande do sul, entre 1912 a 1934

Samuel Klauck¹

Resumo: Este trabalho analisa o papel da revista St. Paulus-Blatt, na ação mediadora de orientação dos seus leitores em sua relação com o Estado. A pesquisa é delimitada no período de 1912 a 1934, no qual a Folha de São Paulo - nome da revista traduzido para o português, foi editada e redigida pelo sacerdote jesuíta Teodoro Amstad. Busca elucidar como o periódico de caráter católico, a partir dos seus discursos, entendidos como práticas formativas e informativas, contribuiu para que os leitores - colonos teuto-brasileiros, conseguiram estabelecer e/ou compreender questões relacionadas ao Estado. Enfatiza com propriedade as questões jurídicas e o serviço militar obrigatório, que direta ou indiretamente se relacionavam com ações do Estado e interferiam no cotidiano deste grupo.

O processo de assentamento de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, durante os séculos XIX e XX, imprimiu características específicas à região, como as associadas ao desenvolvimento econômico, político e cultural. Contudo, essa questão permite uma compreensão ampla e plural. E, dentro deste contexto, nos reportaremos à condução da vida cotidiana da população católica imigrante ou descendente deste grupo, na inserção progressiva na sociedade brasileira, a partir da atuação efetiva da Igreja, representada pelo Catolicismo da Imigração², com ênfase ao papel da imprensa nessa ação.

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu. Doutor em História pela UFPR (2009). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional. E-mail: samuelk98@msn.com.

² Isso pode ser definido como a primeira forma de catolicismo efetivo entre os imigrantes e seus descendentes, que pode ser resumida em práticas religiosas, afirmadas pela presença de missionários jesuítas de língua alemã. Antes mesmo da oficialização da Província Missionária Jesuíta do Sul do Brasil, em 1869, já havia religiosos entre os imigrantes católicos e, o que nos anos subsequentes, até 1920, aumentará progressivamente, com a vinda de mais padres e de irmãos leigos. Além disso, nesse interim, a própria Ordem inaciana iniciou o processo de formação de seus próprios religiosos. Essa forma do catolicismo inseriu definitivamente os seus principais agentes, os jesuítas, como representantes da Igreja Católica sob o viés do ultramontanismo, em solo sul-riograndense.

Neste sentido, o recorte nos conduz a analisar o papel dos jesuítas nesse processo no Rio Grande do Sul³ e tomamos como foco a Revista St. Paulus-Blatt – ou Revista de São Paulo. Ela surge associada à Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, em 1912.⁴ E, em específico, ao tratamento dado pelo periódico, na condução dos leitores na sua relação com o Estado.

As análises se concentrarão temporalmente no período em que o sacerdote Teodoro Amstad ocupou as funções de redator e editor da revista: inicia-se em 1912 com o lançamento da revista e termina com o seu afastamento em 1934. Durante 22 anos ficou à frente do periódico, sendo que desentendimentos internos levaram-no a àbdicação das funções (SCHALLENBERGER, 2009, p. 343). A temporalidade encontra-se justificada no perfil impresso por Amstad nas páginas do periódico durante esse período.⁵ Contudo, cabe destacar, que a revista continuou a circular até 1941, quando foi proibida a imprensa alemã no Brasil. Foi retomada em 1948 e, desde então, circula em edições mensais até o presente momento.

O recorte proposto acaba por definir a delimitação espacial da pesquisa. Como veículo de imprensa da Sociedade União Popular, teve como público alvo os católicos descendentes de alemães das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, sendo ali, até 1927, sua principal área de circulação.⁶ Nos anos posteriores a revista alcança a região oeste de Santa Catarina, sendo distribuída no núcleo de colonização da Sociedade localizado em Porto Novo, atualmente município de Itapiranga. Contudo, essa nova área de abrangência pode ser caracterizada como um apêndice e/ou, numa definição cultural,

3 Cabe destacar que a ação missionária inaciana, alcançou diversos campos, como a educação, o associativismo, a organização de comunidades e a difusão do ultramontanismo (Cf. SILVA, 2003).

4 A Sociedade União Popular também conhecida como *Volksverein* foi uma associação católica organizada pelos jesuítas em conjunto com lideranças leigas e religiosas. Essa entidade buscava atender os interesses religiosos, culturais, sociais e materiais dos católicos de língua alemã no Rio Grande do Sul. Os seus princípios formam um conjunto discursivo que integra os textos da revista e farão parte das reflexões desenvolvidas ao longo do nosso trabalho. A revista, neste contexto, surge como um dos objetivos dessa sociedade, pois a Igreja Católica estimulava a formação de periódicos junto às Sociedades e/ou Associações católicas.

5 A edição de janeiro de 1935 apresenta um artigo de despedida e agradecimento ao trabalho de Amstad frente à revista: “Com o presente número a St. Paulus-Blatt entra em uma nova fase.” (ST. PAULUS-BLATT, 1935, p. 3). Situação que corrobora nossa delimitação temporal da pesquisa. As fontes que originalmente se encontram em língua alemã, serão apresentadas em tradução livre feita pelo autor.

6 As áreas de colonização alemã e de seus descendentes se espalharam desde 1824, de São Leopoldo até a região fronteira de Santa Catarina e Argentina chegando ao Noroeste do Rio Grande do Sul, já em fins do século XIX (WILLEMS, 1980, p. 42-43).

uma extensão dos modelos coloniais e do catolicismo pregados no estado sul-riograndense.

Cabe destacar que a imprensa passa a ser compreendida, em nosso trabalho, como uma *estratégia* da instituição religiosa. Por sua vez, a utilização desse meio de comunicação perpassa o uso de uma linguagem autorizada, utilizada pela instituição e/ou seus representantes, como portadora de autoridade simbólica dentro do campo religioso e que é capaz de forjar certa visão de mundo.

Essa linguagem autorizada passa a ser legitimada a partir da posição social de quem a apresenta. Sobre a utilização da linguagem como uma forma de *impor certa visão de mundo*, encontra-se em Piere Bourdieu (1996, p. 87) uma definição elucidativa: “O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima.” Enfoque que, na compreensão da revista St. Paulus-Blatt, permite perceber o uso da linguagem como uma estratégia de afirmar uma visão de mundo, defendida e propalada pela Igreja.

O efeito da linguagem somente ocorre a partir do reconhecimento das palavras e/ou discursos. Assim a definição do sucesso desse *jogo* encontra equivalência na definição de eficácia simbólica que, segundo o autor, somente é exercida

[...] na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede. (BOURDIEU, 1996, p. 95)

As definições apreendidas em Bourdieu permitem entender a revista como uma forma de linguagem autorizada, quando se reconhece que seus princípios discursivos são emanados da Igreja. A instituição, por sua vez, está investida de autoridade perante o grupo, onde o periódico circulou. Da mesma forma, o seu editor será compreendido como um porta-voz autorizado pela instituição.⁷

Os sentidos produzidos pelos textos da revista acabam por constituir um imaginário social, objetivando a manutenção da identidade católica dos leitores. Por sua

⁷ Apreendemos a definição de porta voz de Bourdieu. Segundo ele “O porta-voz autorizado consegue agir com as palavras em relação a outros agentes e, por meio do seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador”. (1996, p. 89).

vez, a interpretação desse processo se dará a partir do destaque de Bronislaw Baczko, que sustenta que todo imaginário social “[...] torna-se inteligível e comunicável através da produção de ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efetiva a reunião de representações coletivas numa linguagem”. (BACZKO, 1985, p. 311). Situação que nos faz reportar à revista como portadora de sentidos, significados e representações que se tornam visíveis no objetivo desta imprensa em ser instrumento de manutenção da catolicidade dos leitores através da organização da vida prática e cotidiana dos leitores.

Esse papel era desenvolvido a partir de orientações destinadas aos aspectos culturais, religiosos, doutrinários, aos cuidados e afazeres ligados à produção agropecuária, familiar e associativa. Mas, como o objetivo da revista era formar, informar e orientar os leitores de forma ampla, as edições da revista permitem perceber que uma das preocupações das lideranças do *Volksverein* era manter os leitores informados e orientados sobre questões que direta ou indiretamente envolviam o Estado. Ao mesmo tempo em que se buscava manter os colonos irmanados no catolicismo social, cabe destacar que não se poderia prescindir da presença de instâncias governamentais.

Os colonos de descendência alemã estavam sujeitos ao crivo das estruturas institucionais da Igreja e do Estado. Enquanto a primeira objetivava mantê-los católicos e se posicionava, via organização da Sociedade União Popular, como a principal responsável pelo bem estar material, cultural e religioso, o segundo se fazia presente de forma intangível, mas efetiva, através de normas e regulamentações. A revista, enquanto instrumento de orientação, passa a ser compreendida como mediadora dos colonos em relação às situações que envolvessem a ordem estatal. De forma direta, a aproximação dos leitores desta questão se apresenta nas questões jurídicas e na obrigatoriedade do serviço militar.

A resolução de questões legais da vida prática dos colonos ocupa espaço nas orientações oferecidas a eles pelas páginas da revista. O quadro de informações jurídicas caracteriza a preocupação da Entidade e do editor em oferecer aos leitores soluções adequadas para problemas comuns e corriqueiros. Ao mesmo tempo, serve como subsídio aos colonos sobre a legislação em vigor e ao seu cumprimento. Os conteúdos deste quadro ofereciam facilidades à vida familiar e social, mas, sobretudo, buscavam manter e preservar o cotidiano dos sócios dentro da esfera da legalidade com o Estado. Vista de outra forma, a orientação servia para a manutenção da ordem, para estabelecimento de uma relação regrada e como garantia dos direitos e deveres de todos.

Isso, em vários momentos, pode ser encontrado nas páginas da revista com relação direta à vida dos colonos.

A primeira referência a esta questão é feita na edição 4/5 de 1914. (ST. PAULUS-BLATT, 1914, p. 61-63). Nos anos posteriores a temática reduz sua intensidade, mas não deixa de ser percebida. Entre vários exemplos, a edição número 5 de 1923 publica um texto de orientação jurídica que envolve especificamente a vida cotidiana dos leitores. O artigo intitulado *Determinações legais sobre documentação de compra e venda e outros documentos* orienta sobre como proceder em quatro situações corriqueiras na vida dos colonos. (ST. PAULUS-BLATT, maio de 1923, p. 2.)

Em primeiro lugar, a fonte destaca a necessidade de registrar em cartório os documentos que comprovem a venda privada de bens, ou seja, via contrato. Nesse aspecto lembra, sobremaneira, da questão de compra e venda de lotes de terra sem a lavratura da escritura. Em segundo, ressalta a necessidade do registro hipotecário do imóvel quando da passagem da escritura de compra e venda. Desta pode ser apreendida a sobre-titulação de lotes. Apesar da fonte não fazer referência ao problema, isso fica implícito quando se aponta a necessidade de averbar as devidas propriedades junto ao registro de imóveis, evitando assim que eventuais compradores não o façam de forma descabida. Na sequência, o texto informa aos leitores sobre o recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais, para selar a legalidade da transação. E, por fim, trata da questão de venda fracionada de lotes e de como proceder diante dessa situação. (ST. PAULUS-BLATT, maio de 1923, p. 2.)

O conteúdo abordado neste artigo ocupa papel importante na organização da vida prática dos leitores dedicados à agricultura ou detentores de lotes rurais, cujo bem principal são as áreas de terra. A orientação transmitida permite compreender que se buscava preservar essa conquista. Ao mesmo tempo, procurava-se evitar que pessoas desonestas enganassem os sócios da Entidade e zelava-se pela legalidade das transações comerciais de compra e venda de lotes junto ao Estado. Preservar a propriedade do colono e lembrá-lo do processo legal, como garantia de sua proteção representam a essência dos argumentos da matéria.

A questão jurídica voltará de forma intensa a partir das edições de 1929, quando a revista passa a dedicar um quadro exclusivo à temática. Intitulado *Instrução Jurídica*, trará nas suas diversas edições informações básicas, mas necessárias à vida do proprietário de terras. As abordagens destacadas procuram apresentar e esclarecer ao leitor o Código Civil Brasileiro aprovado em 1916 e, em vigor na época, desde 1917.

Entre tantos exemplos que poderíamos destacar, apresentamos as referências sobre como lavrar um testamento (1929, p. 6), pagar os impostos que incidem sobre a propriedade (1929, p. 11), sobre a obrigação militar (1929, p. 6), como proceder para fazer o inventário (1929, p. 7), questões relativas à falência (1930, p. 8), além de outros.

Dos conteúdos extraídos do Código Civil Brasileiro, é possível perceber que foram selecionados principalmente os que se direcionavam aos interesses dos sócios da Sociedade. A propriedade e a garantia legal desta e/ou a transferência a compradores ou herdeiros forma o alicerce central da discursividade dos textos que compõem o quadro jurídico. A manutenção desta realidade favorecia a atividade rural e ao mesmo tempo possibilitava a permanência do modelo de vida comunitária preconizada com a associação dos católicos teuto-brasileiros.

As informações transmitidas serviam para corroborar os princípios do *Volksverein* e do catolicismo social no Rio Grande do Sul, quando esta Entidade e a própria Igreja se colocavam como mediadoras das questões legais frente ao Estado. Mas é possível compreender que as abordagens também contribuíam para a preservação das comunidades e dos bens familiares. A comunidade leitora católica encontrava no quadro jurídico da revista um instrumento seguro para organizar suas práticas cotidianas. Ao mesmo tempo, a proteção contra instabilidades e problemas de posse e/ou transferência dos bens servia como garantia de manutenção familiar.

As informações do quadro jurídico permitem entender que a indicação orientacional oferecida não deve ser compreendida de forma estrita, pois a manutenção da identidade dos leitores perpassava a organização da vida cotidiana: imiscuindo valores religiosos, práticos, culturais e materiais, em consonância com a realidade social dos colonos, é possível perceber evidências de que as informações dos conteúdos jurídicos serviam para definir e proteger a comunidade. Eles ofereciam sentidos de segurança à família e à propriedade. A inobservância à legislação poderia levar à perda de propriedade, ao endividamento desnecessário e a problemas com o fisco.

Ao mesmo tempo, as situações de ordem jurídica e material poderiam evitar intrigas, conflitos entre vizinhos e desalojamento dos familiares. A situação inversa permite presumir impactos de ordem moral sobre a religião, sobre a manutenção da família e sobre a educação dos filhos. Desta forma, as informações oferecidas ao leitor não significam somente agregar conteúdos técnicos, mas relacionam-se com a preocupação da manutenção da identidade pessoal, familiar e comunitária dos católicos descendentes de alemães, nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul.

A presença do Estado entre os sócios do *Volksverein* – leitores da revista –, também se faz sentir de forma direta em questões polêmicas para a época. Além da presença do aparato estatal na organização produtiva das regiões coloniais organizadas pela Entidade, através da cobrança efetiva dos impostos, o periódico permite entender que a relação entre os colonos e o poder constituído se concentrava em três frentes: o serviço militar obrigatório, a participação política e a tentativa de ingerência nas escolas comunitárias.⁸

Questões militares fazem parte da memória dos imigrantes alemães. Direta ou indiretamente, eles passaram por períodos turbulentos da história brasileira que tiveram como palco o sul do Brasil. Os primeiros imigrantes conviveram com os difíceis anos da Revolução Farroupilha; posteriormente, no conflito contra Rosas, o governo imperial utilizou mercenários alemães como soldados; castigados com grandes perdas de vidas durante a revolução federalista; mas foram, sobretudo, os descendentes que tiveram que se adaptar à nova legislação militar brasileira, após o final da Primeira Guerra Mundial, que instituiu o serviço militar obrigatório.

O “silêncio obrigatório” com a proibição da imprensa em língua alemã também alcançou a revista, o que pode ser aferido na suspensão da sua circulação nos anos de 1917, 1918 e 1919,⁹ fazendo com que questões envolvendo a nova legislação militar fossem divulgadas nas suas páginas somente após o início da sua vigência. Já na edição de janeiro de 1920 a revista dedica atenção ao decreto 12.790, de 02 de janeiro de 1918, que instituiu o serviço militar obrigatório. O texto intitulado *Sobre o Serviço Militar Obrigatório no Brasil: Uma instrutiva conversa entre um professor escolar e colonos*, reproduzido em forma de diálogo, buscava esclarecer aos leitores os principais pontos sobre a questão. (ST. PAULUS-BLATT, 1920, p. 58-61)

Mesmo sem indicação de autoria, o texto permite perceber que o assunto fazia parte das questões correntes entre os leitores e era uma das preocupações da própria Sociedade União Popular. Uma evidência de que as lideranças da Entidade estavam atentas aos desdobramentos dessa situação e buscavam dar a devida instrução aos sócios pode ser apreendida dos argumentos do texto que destaca, de forma enfática, a obrigatoriedade do Serviço Militar, mas ressalta que toda legislação precisa ser

⁸ Dentro do nosso recorte, analisaremos, doravante, apenas a questão do serviço militar obrigatório. Sobre a temática política conferir René Gertz (1991) e, sobre as escolas comunitárias, as obras de Arthur Blásio Rambo (1994; 1996) e Lúcio Kreutz (1991).

⁹ Neste período a revista foi publicada em 3 números. Dois em 1917 e um em 1919.

compreendida. Também no programa da Assembleia Geral do *Volksverein*, ocorrida em Porto Alegre em 21 de abril de 1921, encontramos evidências da preocupação da liderança religiosa com o assunto. Neste dia, consta a apresentação do discurso de Amstad aos delegados, intitulado *O que pode e necessita fazer o Volksverein contra a injusta legislação militar*. (ST. PAULUS-BLATT, 1921, p. 1)

A extensão do texto também serve como indicativo da importância da temática para os leitores. O texto de 1920, citado acima, não é concluído nesta edição. As 4 páginas de diálogos são complementadas com mais 9, nas edições seguintes. (ST. PAULUS-BLATT, 1921, p. 2-3; 1921, p. 5-8; 1922, p. 4-6). Entre os aspectos destacados, a forma didática de apresentação dos conteúdos é fundamental. O diálogo estabelecido entre o professor e moradores da colônia busca reproduzir o cenário, de fato comum no estado, com questões e respostas precisas, em uma linguagem acessível aos destinatários.

Estas “aulas” publicadas na revista revelam aspectos importantes da relação dos sócios do *Volksverein* em relação ao serviço militar. A obrigatoriedade aproxima e integra os descendentes de imigrantes com o Estado, permite demonstrar que essas populações, distantes de serem quistos étnicos, buscavam cumprir o que a legislação nacional exigia, além de demonstrar que é um orgulho aos descendentes de alemães poderem prestar este compromisso para o Brasil.

Contudo, essa legislação – a partir da obrigatoriedade do serviço militar – acaba por criar um empecilho a grande parte dos leitores, quando, em muitos casos, precisam liberar seus filhos aptos para o trabalho na lavoura, a cumprirem o tempo determinado na guarnição militar. É possível perceber certa resistência a essa situação, pois o argumento do “professor” indica que é preciso compreender a legislação antes de tudo. Destaca que se os pais comprovarem a necessidade do filho nas atividades familiares, este poderia ser dispensado. Também procura esclarecer aos colonos que não são todos os filhos que ingressarão nas forças militares, já que o processo é feito via seleção e/ou voluntariado.

Estas orientações passadas pelo “professor” indicam que os leitores estavam instigando as lideranças da Entidade a apresentarem soluções sobre o assunto. Sanar estas questões servia para aliviar a tensão existente com a possível perda da força de trabalho dos filhos, necessária na economia produtiva de caráter familiar, nas regiões coloniais. Dentro da problematização, os excertos informam que também existem

vantagens e benefícios advindos da carreira militar, orientando aos colonos sobre a possibilidade dos seus filhos estabelecerem um futuro neste quadro.

No conjunto destas informações, o autor também procura enfatizar que os jovens recrutas ou soldados, ao ingressarem no serviço militar não devem esquecer de quatro premissas advindas da educação familiar e religiosa. Conforme indicado na edição de fevereiro de 1922, cita que estas são: a) obrigação com a obediência, como sinal de respeito à autoridade, b) rezar, mesmo estando no quartel, c) manter a santificação do domingo e, por fim, d) receber os sacramentos. (ST. PAULUS-BLATT, 1922. p. 6). A relação permite perceber que se procurava demonstrar que os filhos dos colonos estavam em consonância com a legislação, mas adverte-os que, mesmo sob os serviços do Estado, deveriam manter o vínculo com a educação recebida da família e da Igreja.

Os aspectos apontados indicam que o *Volksverein* se preocupava com a manutenção da identidade católica dos filhos dos colonos, mesmo após ingressarem nos quadros militares. Compreende-se que a apreensão do autor em informar que, geralmente, nas cidades onde se localizam as guarnições, é possível encontrar sacerdotes que possam ouvir as confissões; que as Igrejas costumam realizar pelo menos duas missas aos domingos, e que na folga o soldado a assista; que a hora da oração seja lembrada constantemente. No conjunto, são evidências do controle que a instituição religiosa mantinha sobre os fiéis.

Ainda nesta mesma edição, o autor instiga os leitores a comprarem um livrinho de orações escrito pelo padre Bernhard Bolle e editado pelo *Volksverein*. Segundo seus argumentos, este serviria para a manutenção do sentimento espiritual dos jovens durante o período de obrigação do serviço militar e com grande valor para a vida futura. (ST. PAULUS-BLATT, 1922. p. 6). Isso reforça o preceito de orientação religiosa que a Entidade tinha e, ao mesmo tempo, permite compreender a preocupação com a laicização dos valores dos jovens vinculados ao serviço militar.

Em consonância com as orientações presentes no diálogo estabelecido entre o “professor” e os colonos, a revista publicou em dois números os artigos da legislação brasileira sobre a obrigatoriedade do serviço militar. (1922, nº 3, p. 4-6; nº 4, p. 3-4). O texto é apresentado de forma bilíngue: os artigos se encontram traduzidos do português para o alemão. Segundo a nota introdutória, esta é a forma da revista contribuir para levar aos seus leitores o teor da legislação e ajudá-los na compreensão dos conteúdos.

Em outra situação é possível encontrar evidências de que a Sociedade União Popular procurava, de forma efetiva, auxiliar os colonos na resolução de problemas com

as questões militares. Em artigo intitulado *Ajuda Jurídica contra o abuso do Fisco Militar* (ST. PAULUS-BLATT, 1926, p. 9), a revista, em nome da Entidade, posiciona-se a favor de colonos de Santa Cruz do Sul, sobre denúncias de cobranças abusivas de taxas militares. Em seu conteúdo fica explícito o compromisso do *Volksverein* em defender seus sócios. Da mesma forma, fica evidente que esta problemática se fazia presente no cotidiano dos leitores.

Apesar de poucas referências textuais sobre o assunto durante a década de 20, isso não significa que a Sociedade tenha ficado alheia às questões. Já em 1921, no auge das discussões sobre a obrigatoriedade do Serviço Militar, a revista lembra, ao citar dois exemplos de transtornos enfrentados por jovens filhos de colonos, que ela, como representante da Sociedade União Popular, não ficará alheia à situação. (ST. PAULUS-BLATT, 1921, p. 8)

Evidência dessa realidade pode ser encontrada na retomada dos assuntos a partir da mudança da legislação. Em artigo intitulado *Serviço Militar*, a revista traz aos leitores as novidades do decreto 20.581 de 29 de outubro de 1931 sobre essa obrigatoriedade. Lembra que

Ainda hoje há somente uma isenção para abandonar um ano. Essa isenção somente pode ser adquirida pelo próprio recruta que é o único apoio dos pais. Onde é entendido único apoio dos pais, o filho sorteado que realmente é o único e, sozinho com sua força de trabalho, sustenta os pais. Logo que os pais possuírem um pedaço de terra ou o pai ainda for válido, a isenção não será concedida. (ST. PAULUS-BLATT, 1931, p. 14)

O excerto, apesar da característica de orientação, mantém nos seus argumentos a preocupação central com o envio de jovens, filhos de colonos, para integrarem os quadros militares. O texto enfatiza as dificuldades para conseguir a isenção, pois, presumivelmente, todos os sócios do *Volksverein* de forma direta ou indireta possuíam lotes rurais e/ou eram ativos. Mas, sobretudo, a retomada destes assuntos significa que o periódico não descuidou das necessidades de informação dos seus sócios. Ao mesmo tempo, indica que a questão não estava esgotada e o colono leitor tinha na sua Entidade e no seu órgão de comunicação os instrumentos que lhe garantiam proteção nesta relação com o Estado.

Como consideração final é possível afirmar que o papel da revista, como instrumento de formação, orientação e informação dos leitores católicos em língua

alemã no Rio Grande do Sul, foi importante para a organização do espaço colonial, sob o crivo dos interesses da Igreja católica e do *Volksverein*. A ação da St. Pulus-Blatt, no contexto analisado, favoreceu e consolidou as vivências práticas/cotidianas de sujeitos, de suas famílias, dos seus núcleos comunitários e as instâncias do Estado. Nesse sentido, o periódico cumpriu a função de mediador, ocupando um espaço de destaque, como uma linguagem autorizada que frisa o alento e a proteção de um grupo expressivo da população do Rio Grande do Sul. Por fim, cabe ressaltar que o perfil social presente nos discursos mediadores, também contribuiu para o reforço da identidade católica teuto-brasileira.

Referências Bibliográficas

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (V. 5, Anthropos – Homem). p. 296-332.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- GERTZ, René. **O perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial – magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: EFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária Teuto-Brasileira Católica: a associação dos professores e a escola normal**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- RAMBO, Arthur Blásio. **A escola comunitária teuto-brasileira**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2009.
- SILVA, Neli Schäfer Tesch da. **A compreensão jesuítica da identidade (étnica) teuto-brasileira católica rural no Rio Grande do Sul: instrumento (de poder) do projeto de restauração católica regional (1872-1961)**. São Leopoldo, 2003. 552 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- ST. PAULUS-BLATT. Belehrendes und Unterhaltendes: Vereinfachtes Inventarverfahren. nº 4/5, 1914. p. 61-63.
- ST. PAULUS-BLATT. Das Testament. Porto Alegre, n. 5, maio de 1929. p. 6.
- ST. PAULUS-BLATT. Die Grundsteuer. Porto Alegre, n. 8, agosto de 1929. p. 11.

ST. PAULUS-BLATT. Die wichtigsten Bestimmungen der Militärgesetze Brasiliens. Porto Alegre, n. 3, março de 1922. p. 4-6.

ST. PAULUS-BLATT. Die wichtigsten Bestimmungen der Militärgesetze Brasiliens. Porto Alegre, n. 4, abril de 1922. p. 3-4.

ST. PAULUS-BLATT. Gesetzesbestimmungen über Kaufpapiere und andere Papiere. Porto Alegre, n. 5, maio de 1923. p. 2.

ST. PAULUS-BLATT. Inventar. Porto Alegre, n. 10, outubro de 1929. p. 7.

ST. PAULUS-BLATT. Militärdienst. Porto Alegre, n. 12. Dezembro de 1931. p. 14.

ST. PAULUS-BLATT. Militärisches. Porto Alegre, n. 11, 1921. p. 8.

ST. PAULUS-BLATT. Über die Militärflicht in Brasilien: Eine lehrreiche Unterhaltung zwischen einen Schullehrer und einem Kolonisten. Porto Alegre, n. 8, 1920. p. 58-61.

ST. PAULUS-BLATT. Über die Militärflicht in Brasilien: Eine lehrreiche Unterhaltung zwischen einen Schullehrer und einem Kolonisten. Porto Alegre, n. 10, outubro de 1921. p. 2-3.

ST. PAULUS-BLATT. Über die Militärflicht in Brasilien: Eine lehrreiche Unterhaltung zwischen einen Schullehrer und einem Kolonisten. Porto Alegre, n. 11, novembro de 1921, p. 5-8.

ST. PAULUS-BLATT. Über die Militärflicht in Brasilien: Eine lehrreiche Unterhaltung zwischen einen Schullehrer und einem Kolonisten. Porto Alegre, n. 2, fevereiro de 1922, p. 4-6.

ST. PAULUS-BLATT. Über die Militärflicht in Brasilien: Eine lehrreiche Unterhaltung zwischen einen Schullehrer und einem Kolonisten. Porto Alegre, n. 2, 1922. p. 6.

ST. PAULUS-BLATT. Ueber den Bankerott. Porto Alegre, n. 8, agosto de 1930. p. 8.

ST. PAULUS-BLATT. Ueber die Erfüllung der Militärflicht. Porto Alegre, n. 9, setembro de 1929. p. 6.

ST. PAULUS-BLATT. Was kann und muss der Volksverein gegen die ungerechte Militärgesetzgebung tun. Porto Alegre, n. 10, 1921. P. 1.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

Cemitérios das colônias alemãs: Elementos escultóricos como indicativo de prosperidade econômica e mobilidade social

Sandro Blume

Resumo: Até meados do século XX, nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, eram realizados funerais pomposos, com a presença de muitas pessoas, sociedades de cantores e de atiradores, além do repicar de sinos. As cerimônias que envolviam a morte quebravam o silêncio, fazendo com que o falecido deixasse essa vida em meio a um ritual que anunciava aos vivos e aos dignitários celestes o prestígio do morto. Uma sofisticada arquitetura cemiterial, presente em alguns cemitérios das colônias alemãs, percebida através da construção de jazigos imponentes e luxuosos, igualmente se constituía em indicativo importante de mobilidade social e, por extensão, das relações sociais, políticas e econômicas de sua parentela. É o que esta comunicação se propõe a focalizar.

Em diferentes períodos históricos o homem relacionou-se com a morte de várias formas. Até meados do século XX, nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, eram realizados funerais pomposos, com a presença de muitas pessoas, sociedades de cantores e de atiradores, além do repicar de sinos. As cerimônias que envolviam a morte quebravam o silêncio, fazendo com que o falecido deixasse essa vida em meio a um ritual que anunciava aos vivos e aos dignitários celestes o prestígio do morto.

A presente comunicação adota como referencial as representações simbólicas presentes nas imagens funerárias constantes em túmulos e lápides de cemitérios das colônias alemãs. Ao mesmo tempo, em alguns cemitérios erguiam-se construções que evidenciavam e eternizavam diferentes famílias.

O prestígio do morto não se avaliava somente pelo número de pessoas que compareciam às cerimônias fúnebres, ou mais ainda, pelo grau de importância que essas pessoas ocupavam na vida social e política da localidade. A grandeza e a sofisticação do túmulo também refletia a importância social do morto e de sua família, seguindo uma estratificação social que gradativamente se instalava também nos cemitérios.

Dentre as inúmeras formas de expressão do homem diante da morte, destaca-se a edificação de túmulos e a colocação das lápides, que variavam entre a simplicidade da cruz de madeira e a sofisticação do mausoléu, sempre de acordo com as condições econômicas da família do morto.

A construção de jazigos imponentes e luxuosos é resultado das novas funções que gradativamente afastavam o cemitério da exclusividade do âmbito do sagrado. Ele passa a se constituir também em local privilegiado da perpetuação da memória individual e familiar “imortalizada” em materiais nobres e duradouros como o bronze, o granito e o mármore. Além de demonstrarem as aspirações e dúvidas do ser humano em relação à morte, também se constituíam em indicativos importantes para a definição do grau de prestígio do morto e, por extensão, das relações sociais, políticas e econômicas de sua parentela.

A arquitetura e a estatuária refletiram profusamente a intensidade do investimento coletivo no cemitério entre os anos de 1889 a 1930¹. Nesse período, as manifestações funerárias estão relacionadas às características sentimentais do período romântico², com as presenças idealizadas do sublime e do erótico³, traduzindo-se através de alegorias que propõem a personificação de figuras angelicais, que adquirem sexo, mostram juventude, demonstram devoção religiosa⁴, exprimem apelo sentimental e emocional, além de um discreto sensualismo. Em outras situações adotam atitudes melodramáticas, traduzindo tristeza, desolação, consolação e sofrimento, saudade, além da dicotomia negação/aceitação da morte.

Assim como o barroco, enquanto expressão artística, também se manifestou de forma tardia no Brasil, ou seja, somente depois de iniciada a exploração das minas de

¹ VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História**. São Paulo: Ática, 1997. Conforme o autor, entre os anos de 1890 até 1920-30, cresceu a utilização da estatua funerária, acentuando a afirmação do luto burguês. Nesse período, houve uma proliferação de jazigos compostos por inúmeros símbolos, estatua sagrada e estatua profana. De uma forma romântica, Vovelle caracteriza este período como a “idade de ouro” do cemitério, onde o luto era expresso de forma institucionalizada, bem como transcrito na pedra. Da mesma forma, Vovelle, baseado na história das mentalidades, instiga a pesquisa sobre os vestígios que a morte deixa. Para ele, as fontes iconográficas e arqueológicas possuem uma importância tão grande quanto o discurso formal. A história da morte é também uma “*história de silêncios*” (VOVELLE, 1987, p.130-131).

² O romantismo foi um movimento cultural, artístico, religioso, filosófico e teológico ocorrido na Europa por volta de 1800, que representa as mudanças no plano individual, destacando a personalidade, sensibilidade, emoção e os valores interiores. Ao valorizar e idealizar os acontecimentos anteriores à Revolução Francesa, a arte romântica se opôs aos ideais do racionalismo da época, propondo a elevação dos sentimentos acima do pensamento. Já as tradições religiosas oriundas do Barroco Religioso Alemão, anteriores ao romantismo, se caracterizam principalmente pela piedade.

³ Enquanto o barroco religioso alemão mostra sua face pietista através dos epitáfios contidos nas lápides, o romantismo se traduz, além de epitáfios, principalmente através das alegorias que ajudam a compor conjuntos tumulares luxuosos e requintados.

⁴ A linguagem comum entende por devoção, Cf. Dicionário “Aurélio”, verbete “devoção”. “o ato de dedicar-se ou consagrar-se a alguém ou à divindade (...). Um sentimento religioso, o culto, prática religiosa, enfim, uma dedicação íntima, uma afeição, afeto a um objeto de especial veneração”. Como podemos perceber, a devoção tem como característica a fidelidade, o pacto entre o santo e o devoto. Usando uma expressão de Pierre Bourdieu, diríamos que ela está inserida em uma “economia de trocas de bens simbólicos”. Se uma das partes falha, esse vínculo se rompe, perde-se a credibilidade, dificultando a dimensão relacional (devoto & divindade) existente na devoção. Vide também sobre este conceito, BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, Papirus Editora, 1996, p.157.

ouro nas Minas Gerais, as manifestações artísticas do Romantismo também foram adotadas tardiamente em relação à Europa. Essas manifestações passaram a ocorrer com mais intensidade nos cemitérios das colônias alemãs no momento em que se verificaram condições econômicas e materiais para tal. Somente quando há dinheiro é que se verifica essa tentativa de imitação da estética da burguesia alemã.⁵

Neste sentido, o cemitério também passa a ser indicativo do processo econômico, e desse modo, dos padrões de vida de determinadas classes sociais.⁶ Nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, com a sepultura e o mausoléu pretendendo preservar a memória dos defuntos “exponenciais”⁷, oriundos das classes economicamente abastadas, o cemitério também representou atitudes típicas das sociedades ocidentais imbuídas do espírito da conservação, da acumulação e da reprodução.⁸

A mobilidade e a inserção social do indivíduo não constavam somente na ornamentação do jazigo, mas também na descrição das honrarias que o morto havia adquirido em vida. Alguns epitáfios, ao mesmo tempo em que supervalorizavam a biografia do morto, orientavam condutas aos vivos, realçando com mais intensidade as virtudes morais do que o sentimento religioso:

⁵ Verifica-se nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul práticas peculiares que nunca existiram de fato na Alemanha ou, que já tinham deixado de existir. Conforme informação de Martin Dreher, as construções de casas em estilo enxaimel são um exemplo de imitação feita posteriormente. Aplicado largamente entre os imigrantes do Rio Grande do Sul durante o século XIX, esse estilo arquitetônico já não era usado na Alemanha nessa mesma época.

⁶ Nos cemitérios das colônias alemãs do Rio Grande do Sul os investimentos em túmulos faustuosos foram escassos. Cemitérios como La Recoleta - Buenos Aires, Argentina, Père Lachaise - Paris, França; Cemitérios da Consolação e do Araçá em São Paulo; Cemitério da Santa Casa em Porto Alegre; entre outros, possuem monumentos de grande relevância artística, além de reunirem túmulos de pessoas famosas.

⁷ Utilizo a expressão “exponenciais” de Marcos Antônio Witt, para definir as lideranças locais que obtiveram êxito em termos de crescimento sócio-econômico e inserção política. Conforme o autor “Para os ‘exponenciais’, política e economia não estavam dissociadas; para imigrantes e descendentes que abriram espaço no meio político, o crescimento e a consolidação econômica equiparavam-nos aos vizinhos nacionais. Isso explica, por exemplo, por que alemães tornaram-se proprietários de escravos. Compreende-se, de igual modo, a razão pela qual as vendas – estabelecimentos comerciais – foram vitais para a ocupação do lugar de líder na comunidade em que o vendeiro residia”. WITT (2008, P.21)

⁸ Na Alemanha de 1870 verifica-se um aumento dos túmulos de arquitetura monumental oriundos dos investimentos da classe média urbana, dos industriais e banqueiros. Nesse contexto, o cemitério proporcionou um fórum de análise do desempenho individual bem como local de celebração do prestígio pessoal. Materiais caros como mármore e bronze eram utilizados na construção dos túmulos. Já no final do século XIX o granito veio para concretizar o desejo de utilização de materiais com durabilidade, assim como tinha sido com a utilização do ferro no início daquele século. Vide FISCHER, Norbert. **Vom Gottesacker zum Krematorium - Eine Sozialgeschichte der Friedhöfe in Deutschland seit dem 18. Jahrhundert.** Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades des Fachbereichs Philosophie und Sozialwissenschaften der Universität Hamburg 1996, p.148, <http://www.sub.uni-hamburg.de/opus/volltexte/1996/37/>.

“Como esposo, como pai, como amigo,
Aqui descansa, chorado por muitos
Um homem que sempre praticou a virtude
e amou a fidelidade e a integridade (retidão)”.⁹

1. Elementos escultóricos nos túmulos: representações da religiosidade e elementos simbólicos da dor.

Nos cemitérios das regiões de imigração alemã convivem túmulos expressando a memória e a cultura do luto¹⁰ correspondentes às várias camadas da sociedade - camponesas, operárias, burguesas, católicas ou protestantes – todos materializando posturas em relação à morte presentes no cotidiano.

Em relação às simbologias verificadas nas lápides, são bastante comuns as representações de Cristo, na condição de morto crucificado, simbolizando a dor e na condição de instrumento para a salvação dos cristãos.

Quando um símbolo acompanha uma figura humana, passa a ser uma alegoria.¹¹ Tais figuras humanas, geralmente femininas com características angelicais, acompanhadas de símbolos, dão significado à alegoria, geralmente representando um sentimento relacionado ao morto. Nesse sentido, a alegoria funerária é uma figura que denota uma ideia por meio de sua representação, oferecendo uma leitura que será lida na medida em que o sujeito tenha compreensão para decifrar o código dos elementos significados e simbolizados.

⁹ Lápide do Cemitério Evangélico de Dois Irmãos: Hier Ruht Peter Wolf, *1/3/1835 em Altweidelbach, comarca de Koblenz, +29/7/1905

“Als Gatte, als Vater, als Freund,
Ruht hier von vielen beweint
Ein Mann der Tugend stets übte

Und Treue und Redlichkeit liebte” Tradução de Sandro Blume

¹⁰ Adotamos a expressão “cultura do luto” conforme o entendimento de DREHER (2009b), como sendo reunião de elementos cerimoniais, passando por vestes, comidas, bem como da estrutura estética dos cemitérios.

¹¹ Entendemos que as alegorias são obras ficcionais que apresentam um objeto para dar idéia de outro. De acordo com a análise de BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.18, que busca compreender a alegoria enquanto categoria estética, a mesma se constitui em revelação de uma verdade oculta. Uma alegoria não representa as coisas tal como elas são, mas pretende antes dar-nos uma versão de como foram ou de como poderão ser. O centro da visão e análise alegórica de Benjamin é a exposição que fornece sobre o estilo barroco, do qual emergem as alegorias que proporcionam a visão da finitude do homem, indicando sentimentos, como a dor, a desolação e a melancolia.



Figura 1: Túmulo da família Hofmann contendo alegoria representando a tristeza.

Local: Cemitério Evangélico de Montenegro

Presentes em vários cemitérios das colônias alemãs, as alegorias da tristeza e da saudade, compostas por estátuas femininas, geralmente debruçadas sobre o túmulo, trazendo flores na mão, mencionam a condição da eternidade e da dor. Refletem de forma latente, o vazio deixado pela morte e a postura de quem fica em relação a quem vai. Esperam reencontro na eternidade ao mesmo tempo em que apresentam a cisão e o rompimento entre a vida e a morte.

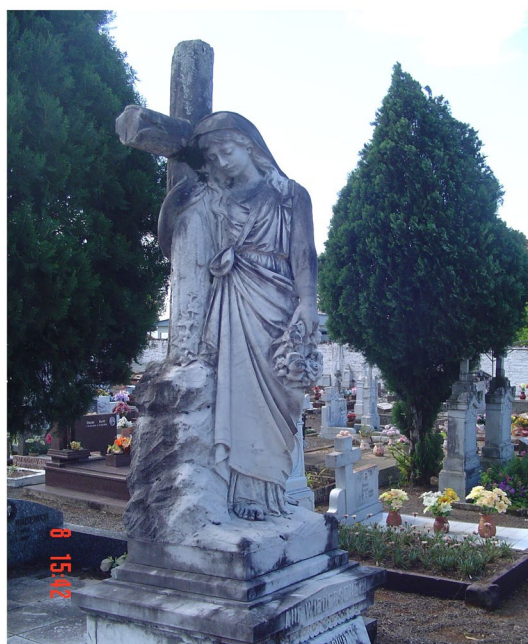


Figura 2 – Figura feminina apoiada na cruz com guirlanda na mão, alegoria representando a saudade.

Lápide de Erna Lydwine Holler

Local: Cemitério Evangélico de Ivoti.

Fotógrafo: Sandro Blume

Classificadas em alegorias sentimentais e alegorias cristãs¹², as primeiras são aquelas que denotam um significado emocional, traduzindo os sentimentos. São características deste grupo a tristeza, a desolação, o silêncio, a saudade e o sofrimento. Já as alegorias cristãs expressam um sentimento religioso, geralmente indicando as virtudes como a fé, a esperança, a caridade, a justiça, a eternidade, a oração, a morte e o Juízo Final.

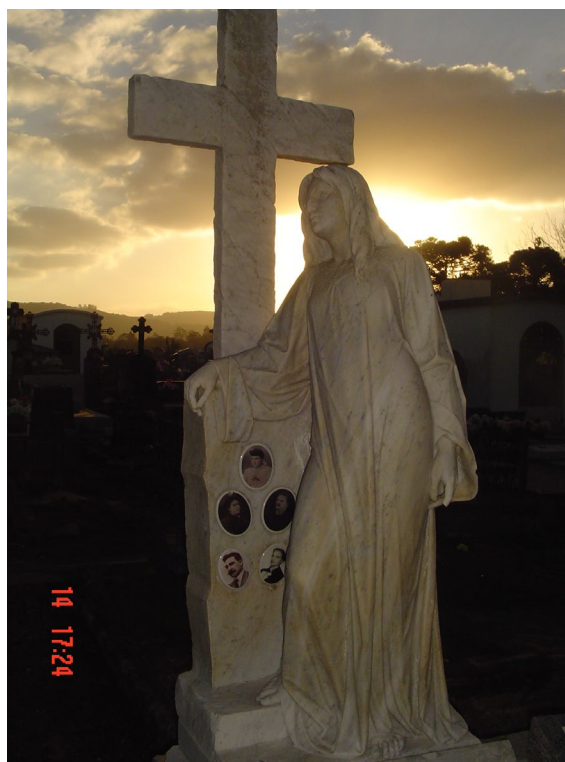


Figura 3: Alegoria da saudade no túmulo da família de Manoel Pereira Brodt

Local: Cemitério Público de Sapiranga

A alegoria do anjinho orante, representada pela figura do anjinho com as mãos entrelaçadas, em posição de oração, se constitui na personificação de uma das representações mentais do cotidiano: a da necessidade da oração. Essa alegoria, apesar de estar presente em túmulos de adultos, é encontrada com mais frequência nos túmulos

¹² LEITE, Daniel T.Meireles. Alegorias nos cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre:EDIPUC-RS, 2.Edição, 2008, p.114

de crianças, onde certamente representa uma identificação com a criança, além de objetivar incentivar os vivos a orar pela alma ali sepultada.



Figura 4: Sepulturas ornamentadas com o anjinho orante

Local: Cemitério Evangélico da Alta Feliz.

Fotógrafo: Sandro Blume

As sepulturas de adultos que também apresentam um anjo ajoelhado com as mãos postas e os olhos voltados para os céus possuem a alegoria que representa a indicação e sugestão do lugar para onde a alma do falecido tende a seguir depois de seu desprendimento do corpo.¹³

Entretanto, as escassas alegorias encontradas nos cemitérios da zona colonial alemã indicam que estava restrita a poucos imigrantes e descendentes, essa possibilidade de ostentação. Concentram-se essencialmente em cemitérios de localidades colonizadas por imigrantes e que cedo adquiriram feições de centros

¹³ Vide LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida – a usura na idade média**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.13. Para o autor, durante séculos, como possibilidades de caminho para a alma, houve apenas duas alternativas representadas pelo paraíso e pelo inferno, contando o homem com o seu livre arbítrio para decidir se seguiria o caminho do bem ou do mal aqui na terra, selando, assim, seu destino no pós-morte. Quando essa divisão simplista se tornou extremamente difícil ou mesmo insuportável, um novo lugar surgiu, recebendo a denominação de purgatório.

urbanos¹⁴, devido a fluxos demográficos e econômicos. Esses locais em processo de urbanização e industrialização viabilizaram economicamente o advento de uma elite local, que procurava demonstrar seu alto padrão de vida, inclusive, nos cemitérios. Fora do meio urbano, para a grande maioria dos colonos, os poucos recursos econômicos inviabilizavam investimentos vultosos na ornamentação dos túmulos.



Figura 5: Alegoria da saudade no túmulo da família Michaelsen

Local: Cemitério Municipal de São Sebastião do Caí

Já o outro aparato representacional presente nas lápides, as simbologias, diferentemente das alegorias, ocorriam com uma incidência maior nos cemitérios das colônias alemãs, uma vez que eram gravadas na própria pedra, independente da sofisticação ou suntuosidade do túmulo. Como sua confecção não gerava custos extras, o acesso a essa modalidade de lápide foi mais democratizada nas colônias, estendendo-se também aos colonos de baixo poder aquisitivo. Um dos componentes de conteúdo simbólico presente na arte tumular nos cemitérios das colônias alemãs é a coluna

¹⁴ As alegorias estão presentes nos cemitérios evangélicos de Montenegro, Hamburgo Velho, Ivoti, Estância Velha e Taquara. Foram verificadas também no Cemitério Público de São Leopoldo, Cemitério Público de São Sebastião do Caí, Cemitério Municipal de Taquari e Cemitério Municipal de Estrela.

partida. Normalmente instalada no topo do túmulo, sempre dotada de ornamentos complementares, está associada à interrupção da vida.¹⁵

Observamos, também, que não são somente condições econômicas que determinam o tipo físico da sepultura, pois há a simbologia a respeito dos herois, dos religiosos e de membros de sociedades estruturadas em crenças e costumes específicos – como a maçonaria.



Figura 6: Lápide Peter Noll, contendo simbologia maçônica.

Local: Cemitério Evangélico de Feliz.¹⁶

A fabricação de pedras tumulares em arenito se constitui na modalidade mais usual da época estudada, sendo elaborados geralmente por aqueles que fabricavam também as pedras para os moinhos. Túmulos mais sofisticados eram elaborados por casas especializadas de Hamburgo Velho, São Leopoldo e Porto Alegre.

¹⁵ BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil. In: **X Encontro Nacional da ANPAP**, 1999, São Paulo. *Anais 99*. São Paulo: PND Produções Gráficas, 1999, p. 142-147.

¹⁶ Peter Noll era evangélico e maçom, comerciante e proprietário de muitas terras em Feliz/RS. O pastor de Feliz litigiou-se com ele por ser maçom, e ameaçou não enterrá-lo no cemitério local. Então Peter deu terras para que se fizesse um novo cemitério, onde encontram-se seus restos mortais.

Em Hamburgo Velho, a firma de Fritz Siegel fabricava monumentos tumulares em mármore e arenito, e anunciava seus produtos no seguinte formato nas páginas do Deutsche Post, edição do dia 01.10.1916:

A oficina de pedras sepulcrais
de
Fritz Siegel, Hamburger-Berg
Oferece-se para a execução de todos os serviços do setor de mármore e arenito, como
Monumentos tumulares
Em qualquer estilo desejado com ou sem imagem
Molduras de túmulos
em arenito
Imagens para sepulturas
Em massa de mármore
Monumentos em mármore
a partir de Rs 300\$000

Envio pedras sepulcrais para fora, cuidadosamente empacotadas; por solicitação também as montamos –
Desenhos de monumentos sepulcrais estão à disposição.

Preços sólidos!

Sólida execução!

Grades sepulcrais, bem como colunas com correntes.¹⁷

Se num primeiro momento, no período que se estende de 1824 até o final da Revolução Farroupilha, as condições econômicas nas Picadas se nivelavam pela simplicidade e precariedade, na segunda metade do século XIX, túmulos que se destacavam pela suntuosidade celebravam o enriquecimento de alguns imigrantes ou descendentes através das atividades econômicas que exerciam. Geralmente, famílias de vendedores que enriqueceram nas Picadas, se constituiriam na burguesia local.

No cenário colonial, as vendas eram o ponto de convergência nas respectivas localidades, espaço para onde os homens iam beber cachaça e jogar baralho, reforçando

¹⁷ Além de Fritz Siegel, a Casa Aloys de Porto Alegre anunciava amplamente seus produtos em anuários e periódicos que circulavam nas colônias alemãs. Outras firmas como a empresa de Heinrich Lore (São Leopoldo), José Floriani Filho, Irmãos de Angeli e Bertagna e Keller todas de Porto Alegre, também se destacaram no ramo de marmoraria, artefatos, mausoléus e estatuárias para cemitérios. Todas essas empresas possuíam clientes nas regiões de colonização alemã. Sobre a firma J.Aloys Friederichs vide SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

laços de amizade ou inimizade¹⁸. Em termos econômicos locais, as vendas se traduzem no resultado do excedente agrícola gerado pelas pequenas propriedades dos colonos. Os donos das vendas revendiam os produtos aos atacadistas donos de casas comerciais e lojas de importação e exportação de São Leopoldo e Porto Alegre. Em algumas localidades as vendas também funcionaram como instituições bancárias, onde os colonos depositavam suas economias em forma de caderneta de poupança, sobre as quais incidiam juros.¹⁹

As lápides de Jacob Diefenthäler e de seus irmãos Peter Dienfenthäler, no Cemitério Evangélico de Hamburgo Velho, e de Philipp Diefenthäler,²⁰ no Cemitério Evangélico de Estância Velha, exemplificam a inserção social privilegiada de algumas famílias nas colônias alemãs, fruto do crescimento econômico. Nos túmulos dessa família se evidencia a sofisticação do trabalho em mármore através de alegorias que contrastam com os demais túmulos nos respectivos cemitérios.

Embora saibamos que a morte é igual para todos, devemos considerá-la como discriminadora entre os vivos, dos que enterram os seus mortos. Ao lado de túmulos imponentes e suntuosos, encontramos jazigos em total abandono – inclusive sem identificação das pessoas ali sepultadas. Túmulos do século XIX que ainda permanecem intactos nos cemitérios, construídos com pedras e mármore de boa qualidade, são um nítido reflexo de uma melhor condição financeira.

¹⁸ Brigas depois das bebedeiras podiam ocorrer no interior das vendas, resultando em tragédias. Vide Primeiro Livro da Comunidade Evangélica de Picada Hartz, registro nº 1 do ano de 1925: “Em 29/1/1925 Ferdinand Zöhler, *19/10/1888, na Picada Hartz, +28/1/1925, levou um tiro e gravemente ferido no abdômen, no interior da venda de H. Hoffmann por volta de 9:30 hrs. do dia 26 de janeiro, vindo a falecer na casa dos pais. Filho de Jacob Zöhler e Pauline Haag. Idade: 36 anos, 3 meses, 8 dias. Sepultado no cemitério junto à igreja de Picada Hartz.”

¹⁹ Os vendeiros concediam empréstimos aos colonos, sendo procurados pelos colonos quando estes não possuíam o capital necessário para a compra de animais, terrenos, carroças, casas, arados e outros equipamentos agrícolas. Obviamente, os empréstimos eram concedidos mediante cobrança de juros. Vide SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã do Vale no Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974, p.69-70.

²⁰ Tradicional família de donos de vendas. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao Sol – Estratégias políticas – Imigração alemã Rio Grande do Sul – Século XIX*. São Leopoldo: OIKOS, 2008, p.113-127. O autor apresenta relação de bens descritos nos inventários de Jacob e Peter Diefenthäler, ratificando a posição social exponencial que ocupavam.



Figura 7: Comparativo entre lápide de uma família conhecida no meio social pelo sobrenome que carrega e, cruzeiros de madeira sem identificações se deteriorando fora dos muros do cemitério.

Local: Cemitério Público de São Sebastião do Cai

A condição econômica do indivíduo geralmente se apresenta com clareza quando se observa seu túmulo. Muito embora em menor número, existem construções tumulares sofisticadas que não dizem respeito ao poder econômico do falecido, mas de sua importância como membro reconhecido no seio social e a necessidade de prestar homenagem ao falecido.

No cemitério Católico de Ivoti, uma das lápides mais antigas e que permanece preservada, é a do Professor Mathias Schütz. O túmulo desse professor, apesar de não apresentar suntuosidade, foi edificado com materiais de boa qualidade, cuja lápide tem resistido à ação do tempo, cumprindo sua função de eternizar a memória. Entretanto a qualidade superior dos materiais usados na construção não corresponde a uma possível situação financeira privilegiada da família do professor. A comunidade local certamente se empenhou, ao longo dos anos, em preservar a lápide e a memória, por tudo aquilo que Mathias Schütz representou nos primórdios da localidade. Depreende-se então que não é somente a condição financeira do falecido o fator garantidor de “status”, de distinção social e de homenagens após a morte. Há o envolvimento de fatores que relevam a identidade do falecido com a sociedade e com as pessoas com as quais se relacionava.

Outro exemplo de afirmação de uma memória no sentido positivo nos conduz a Santa Maria do Mundo Novo, onde a comunidade local também se empenhou em eternizar a memória do seu estimado pastor Roos. Sua lápide transformada em monumento visa perpetuar a recordação no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. Dessa forma: “atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”²¹.

Nesse sentido, é possível sintetizar o nível de sofisticação da ornamentação e da arquitetura tumular²² da seguinte forma: como parâmetro de diferenciação social, mas não somente pelos aspectos econômicos – mas também pela influência do sujeito no meio social, consubstanciada em manifestações de apreço demonstradas ao falecido pelas pessoas da comunidade.

As manifestações de reconhecimento oriundas das comunidades de Bom Jardim e Santa Maria do Mundo Novo, aos seus filhos ilustres, se constituem em exemplos de criação e produção da memória. Na condição de reconstrução seletiva e subjetiva do passado, a memória sob o viés sociológico de Maurice Halbwachs²³, com base na sociologia da memória, é percebida como sendo construída por grupos sociais que vão determinar o que vai ou não ser lembrado.



Figura 8: Alegoria representando a saudade



Figura 9: Alegoria da lembrança

²¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 535

²² Utilizamos a expressão arquitetura tumular, objetivando conceituar o conjunto das formas estilísticas e artísticas que compõem o túmulo ou mausoléu. Nessa composição podem estar presentes a simbologia, a alegoria, o epitáfio e a fotografia reunidos num túmulo que apresenta determinada forma arquitetônica.

²³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

Local: Cemitério Municipal de Taquara

no túmulo da família Oderich

Local: Cemitério Municipal de S. S. do Cai

Ao enfatizarmos a questão da estratificação social e dos cemitérios como reprodutores das questões sociais, estamos demonstrando como a sociedade sempre esteve dividida, pois nem mesmo num lugar considerado “santo” ou, coloquialmente, de “descanso”, há um princípio de igualdade. Logicamente cabe enfatizar que nossas pesquisas contemplaram somente cemitérios tradicionais e não os atuais cemitérios-jardins, os quais já não são constituídos de acrópoles ou obras de arte.

Além da memória positiva, que é construída e cultuada pela comunidade, verifica-se em vários cemitérios da região a existência de memórias negativas, do silêncio e do trauma. As lápides de suicidas são exemplos de memórias que tendem naturalmente ao abandono, ao esquecimento e à ausência de toda e qualquer forma de saudade. Destituindo, assim, os sujeitos das memórias ou recordações na acepção dada por Roberto DaMatta (1987, p.12), “*Quanto mais saudade, mais intensa é a memória do morto ou do lugar. Quanto menos saudade, menos intensidade na recordação.*” Esta é, em última análise, a memória que caminha para a extinção, que vai ficando cada vez mais *tênue* na medida em que o tempo passa e as gerações a esquecem.

Os elementos alegóricos presentes nos túmulos sofisticados tornam-se mais escassos por volta da década de 1950, praticamente desaparecendo no decorrer do século. Os jazigos passaram a ser construídos com menos detalhes simbólicos e a arquitetura apresenta mais simplicidade, com formas retas com a utilização de materiais como a cerâmica e o granito. Essa atitude pode ser percebida em cemitérios de vários países, como observou Michel Vovelle(1997), e também nos cemitérios das colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Também julgamos que na sociedade atual, a construção de imponentes obras funerárias deixou de ser objeto de maiores preocupações da família. Até meados da década de 50, túmulos requintados indicavam status social. A partir daí, a sociedade encontrou novas formas de demonstrar a riqueza, como por exemplo, através da aquisição de automóveis de alto valor de mercado.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil. In: X Encontro Nacional da ANPAP, 1999, São Paulo. *Anais 99*. São Paulo: PND Produções Gráficas, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus Editora, 1996.
- DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- DREHER, Martin N. Família, Morte e Sentimentos – Reflexões sobre História Social na Alemanha posterior à Reforma. 2009b, (mimeo.)
- FISCHER, Norbert. Vom Gottesacker zum Krematorium - Eine Sozialgeschichte der Friedhöfe in Deutschland seit dem 18. Jahrhundert. Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades des Fachbereichs Philosophie und Sozialwissenschaften der Universität Hamburg 1996.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.
- LEITE, Daniel T. Meireles. Alegorias nos cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry R. (Org.). Cemitérios do Rio Grande do Sul: Arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2. Edição, 2008.
- LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida – a usura na idade média. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. Documento/Monumento. In: História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1992
- SEYFERT, Giralda. A Colonização Alemã do Vale no Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868-1950). São Leopoldo: Oikos, 2006.
- VOVELLE, Michel. Imagens e Imaginário na História. São Paulo: Ática, 1997.
- WITT, Marcos Antônio. Em busca de um lugar ao Sol – Estratégias políticas - Imigração alemã Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo: OIKOS, 2008

Monumento aos Açorianos – a cidade como lugar de memória

Tatiane de Lima¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo estudar o grupo de imigrantes açorianos por outro viés dado através da análise do monumento a eles dedicado e tendo como pano de fundo a cidade de Porto Alegre. Olhamos o monumento não somente enquanto um bem material edificado, mas como uma representação que nos oferece uma determinada leitura do passado e que nos permite visualizá-lo carregado de simbologias. Consideramos a cidade enquanto lugar de memória e o monumento enquanto objeto de reflexão, pois é através de tal materialização da memória em espaços públicos que buscamos fazer uma leitura da cidade. Nesta perspectiva, analisaremos também de que forma se deu a apropriação das memórias que este monumento preserva bem como os possíveis interesses que perpassaram a construção de tal monumento.

A imigração açoriana

Desmembrando as origens da cidade de Porto Alegre, iniciamos no Arquipélago dos Açores, situado na Europa, que na época do infante D. Henrique fora povoado por flamengos, judeus, mouriscos, entre outros. Sendo um local de clima favorável e pacífico, por estar distante dos conflitos de Portugal Continental, sua população proliferou-se, estando por volta do século XVII as ilhas super povoadas.

Como forma de garantir suas necessidades, a Corte envia através de recrutamento, açorianos a fim de povoarem o Sul do Brasil, crendo ser a melhor maneira de garantir a posse de terras, conforme o Tratado de Madri havia estabelecido. Os benefícios e promessas aos açorianos eram muitos: lotes de terras, instrumentos de trabalho, alguns animais e ajuda de custo.

Estes primeiros grupos foram destinados a ocupar a área dos então Sete Povos das Missões, mas devido à hostilidade indígena, acabaram por aportar na cidade que hoje é Porto Alegre.

Ali passam a ser identificados de forma homogênea enquanto açorianos, ilhéus, ou portugueses, constituindo uma só identidade, e não mais denominações regionais de

¹ Estudante de Licenciatura Plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bolsista de Iniciação Científica UNIBIC/UNISINOS.

acordo com suas ilhas de origem, sendo esta nova construção identitária bastante comum no processo migratório.

Consideramos aqui o grupo de açorianos enquanto imigrantes, pois de acordo com Sayad (1998) a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço [...] físico (1998:15), o que nos leva a dizer que ser imigrante é fundamentalmente ser de outro lugar. É ser percebido como estrangeiro no país de adoção e nessa condição ‘viver provisoriamente’ nesse país. Como apontou Sayad (1998:16) o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa.

O Monumento aos Açorianos: construção e inauguração

O trabalho se propõe então a analisar de que forma se materializou a memória açoriana imigrante na cidade de Porto Alegre, sendo que este recorte faz parte de um projeto² mais amplo em que visamos estudar os principais grupos imigrantes presentes nos estados do Sul do Brasil através da construção de monumentos em sua homenagem.

Buscando em Le Goff (1990:535) a definição de monumento, temos sua raiz no verbo *monere*, significando recordar, sendo então o monumento um sinal do passado, aquilo que evoca o passado e o perpetua, voluntária ou involuntariamente.

Quando observamos um monumento rememoramos o passado de um povo, de uma cidade, porém não sabemos que agentes ou grupos sociais produziram o objeto. Sabemos que na grande maioria das vezes, autoridades dos mais variados âmbitos estão relacionadas a esta edificação, consagrando o passado, mas também legitimando-se através desta ação. Pensar que a criação de um monumento seria um movimento neutro é uma certa ingenuidade, visto que há uma grande disputa no que se refere às imagens públicas que identificam um todo, um coletivo que, segundo nossas pesquisas, em sua grande maioria envolvem um determinado grupo da sociedade, e também o Estado. A partir destas considerações buscamos saber quais as relações que perpassaram a construção de um monumento e por que a evocação desta memória açoriana na cidade

² Projeto de Pesquisa “A Memória em Monumentos: uma releitura da imigração no Brasil”, sob orientação da Prof^a Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos.

de Porto Alegre. Queremos saber, também, em que contexto se fez a proposta para a sua construção.

Consideremos desde já que os monumentos em geral possuem caráter comemorativo com função de homenagem, e temos neste estudo o monumento como *res publica*, ou seja, algo em exposição na cidade.

O Monumento aos Açorianos foi inaugurado em 26 de março de 1974, porém a ideia inicial surgiu muito antes, entre os anos de 1935 e 1936, pelos urbanistas Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Artur Ubatuba de Faria. Como contribuição à “urbanização de Porto Alegre”, dentre outros projetos, criaram um Monumento aos 60 Casais Açorianos, um obelisco que, pensa-se, seria construído onde hoje se situa a Usina do Gasômetro, como uma espécie de entrada monumental da cidade. Mas a proposta ficou somente no papel.

Já no ano de 1961, por iniciativa de Leonel Brizola, governador do Estado na época, se realizou um concurso, mediante sua autorização, para que juntamente com a Praça dos Açorianos³, se erguesse uma obra de arte como forma de homenagear os casais que chegaram por volta de 1752 ao porto d’Ornelas. Como vencedora do concurso sai Maria de Lourdes Sanchez Hecker, formada em escultura pelo Instituto de Artes de Porto Alegre. Porém, com a sucessão governamental, o concurso é esquecido, assim como a realização da obra.

Já, a partir do ano de 1969, sob o governo de Telmo Thompson Flores⁴, a cidade de Porto Alegre passa por notáveis transformações urbanas. Nomeado primeiramente pelo Governador Walter Peracchi de Barcellos, e no ano de 1971, pelo Governador Euclides Triches, sua gestão se caracterizou por grandes obras e planejamento do crescimento urbano da cidade, na tentativa de ser guardada uma memória de realizações em sua administração, confirmando assim a máxima de Mario Chagas quando diz que “o poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos.” (2000:35)

³ O Monumento aos Açorianos está localizado em um ponto histórico: o Parque dos Açorianos, próximo à ponte de pedra e ao viaduto que também prestam homenagem aos primeiros povoadores advindos da Europa. Representação que se dá inclusive pela sua localização e ligação com a cidade do passado.

⁴ No ano de 1964 o governo do regime militar cassou o mandato do prefeito Sereno Chaise, e a partir daquele ano, os prefeitos das capitais passam a ser nomeados.

As obras viárias realizadas a fim de facilitar o trânsito na cidade, o calçamento da rua da Praia para o tráfego de pedestres, e os espaços de cultura e lazer como a mudança do Auditório Araújo Viana, contribuíram para modificar a paisagem urbana e a maneira de viver esta cidade, o que produziu alguns protestos pelo fato de ter sido deixada para trás a Porto Alegre de outrora. Entretanto, a modernidade característica do período aguçou o movimento de preservação do patrimônio histórico. Por meio da pressão de grupos intelectuais, a prefeitura nomeou uma comissão para inventariar prédios e espaços de preservação histórica. Outro meio encontrado pela prefeitura para tornar visível a preocupação com o patrimônio da cidade foi publicar obras históricas, álbuns comemorativos e, através de encomendas de painéis e esculturas, rememorar o passado porto-alegrense.

É então que a ideia de construção de um monumento em homenagem aos primeiros povoadores da cidade de Porto Alegre é retomada. A Secretaria de Obras e Viação, ignorando ou desconhecendo (ainda não sabemos) o fato da existência de um concurso anterior, convida o escultor Carlos Tenius⁵ a projetar um monumento aos açorianos. Primeiramente a proposta era de um trabalho em grupo, juntamente com Vasco Prado e Francisco Stockinger. Por se tratar de três artistas com características bastante específicas, havia dificuldade em juntá-los num único trabalho. Carlos Tenius apresentou em 1973 uma pré-maquete de sua autoria para o monumento, que imediatamente foi aceita.

A obra em sua forma escultórica possui altura mínima de 7,50 metros e máxima de 15 metros, com um comprimento de 24 metros, e pesando em torno de 10 toneladas. Feito em aço-anticorrosivo chamado SAC, que aos poucos vai dando a coloração avermelhada que o monumento possui foi produzido pela USIMINAS, é todo trabalhado em solda elétrica e custou aos cofres públicos em torno de 500 mil cruzeiros.

No monumento os açorianos estão representados de forma simbólica, como um grupo de pessoas se movimentando de oeste para leste, numa projeção ao céu e traz como marco os seguintes dizeres: “Jamais sonhariam aqueles casais açorianos que da semente que lançaram ao solo brotaria o esplendor dessa cidade”, assinado pelo prefeito Thompson Flores e o Embaixador de Portugal José Hermano Saraiva, que também

⁵ Carlos Gustavo Tenius, nascido em Porto Alegre em 08 de maio de 1939, graduado em Escultura no Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

foram oradores do ato solene, onde o prefeito Thompson, exaltou a contribuição açoriana à cidade, e o Embaixador de Portugal José Hermano Saraiva, falou em agradecimento à homenagem e hospitalidade. Além deles, outras autoridades governamentais se encontravam presentes ao ato inaugural. Em março de 1974, durante a semana de Porto Alegre, ocorreu a inauguração do monumento, que se deu no bojo das comemorações do Biênio da Colonização e Imigração, evento celebrativo do feito dos pioneiros, em especial o sesquicentenário da imigração alemã e o centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Analisando a obra verificamos que o seu diferencial é a figuração do esforço coletivo do povo que aqui chegou, não desmerecendo, porém, os esforços individuais. Aqui cabe dizer que a representação, tal como a vemos no Monumento aos Açorianos, é um “instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de o mostrar tal como ele é.”(Chartier, 1990, p.20). Em entrevista ao Jornal Correio do Povo em 24 de março de 1974, Carlos Tenius confirma o que dizemos, quando afirma: “Foi justamente tendo em vista este espírito, que construí verdadeiros gigantes de aço. Eles não são os açorianos propriamente ditos, mas a homenagem que a cidade presta à grandeza do legado que os açorianos nos deixaram. As dimensões, bem como o próprio tratamento figurativo se prendem ao fato de tratar-se de homens [...]”.

A cidade como lugar de memória

Neste estudo também tomamos a cidade como objeto de reflexão, através de uma leitura de suas representações da realidade e onde os monumentos, que são peças fundamentais desta investigação, são mostrados enquanto suportes materiais da memória. Os objetos escultóricos que compõem a paisagem urbana vão além de uma função paisagística ou decorativa. Eles são representantes da sociedade que os produziu. Se eles permanecem com seu caráter monumental nas cidades contemporâneas é porque há a identificação social e histórica com as peças públicas, e também po que de alguma forma traduzem a memória da cidade em forma de imagem, de símbolo.

Desde a antiguidade, as esculturas gregas possuíam a função de evocar ideias. Com o passar do tempo, os monumentos e seu local de construção (a cidade) acabam por perder sua função prioritária de elo entre passado e presente, para outras mídias. A

própria transformação da cidade contribui para o que antes era um local de permanência, se transforme apenas em local de passagem.

Partimos do pressuposto de que o monumento tem caráter (co) memorativo sendo que no processo de imigração a construção de um monumento é uma forma de homenagem ao grupo imigrante que recebe tal honraria, acontecendo geralmente em datas simbólicas como cinquentenários, centenários ou sesquicentenários. Entendemos estas comemorações como parte do processo de construção da memória coletiva da cidade enquanto lugar de memória. Nora (1981, p. 306, apud LOFEGO) diz que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar os arquivos, de que é preciso respeitar aniversários, organizar celebrações [...]”

No contexto da imigração, os monumentos construídos nestas datas simbólicas têm também a capacidade de reforçar a identidade do grupo homenageado e apresentar uma nova perspectiva na maneira de percebê-la. É então que se compreende a lógica do monumento: remeter a algo ausente, rememorar, despertar a lembrança, eternizar através do imaginário social. Foi o que encontramos, até agora, no Monumento aos Açorianos em Porto Alegre.

Referências bibliográficas

- ALVES, José Francisco. *A escultura pública de Porto Alegre: história, contexto e significado*. Porto Alegre: Artfolio, 2004. 264 p.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: *Museu e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia*. Nº 19. ULHT, 2002, p. 35-67.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FREIRE, Cristina. *Além dos mapas. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Anablume, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Memória e Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. (Coord.) *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984b. p. 11-51 e 95-106. (Enciclopédia Einaudi, vol. 1).
- MACEDO, F. Riopardense de. O Monumento aos Açorianos. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre. 19 de agosto de 1973. p. 48.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p. 279-290.

PROJETO HISTÓRIA: REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA E DE DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. São Paulo: EDUC, 1981. Anual. p. 301-314.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *Dois monumentos aos açorianos no Sul do Brasil: (re) leituras de uma identidade construída*. ANPUH Rio de Janeiro, julho de 2010, digitalizada.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / comemoração: as utilizações sociais da memória. In : *Revista Brasileira de História – Órgãos Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº 44, 2002. PP. 425-438.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 378 p.

SONDERMANN, Susana. Gigantes de Aço Homenageiam Povoadores do Porto dos Casais. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre. 24 de março de 1974. p. 20 – 21.

SOUZA, J. P. Coelho de. Os Açorianos. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre. 21 de março de 1974. p. 04.

TREVISAN, Armindo. *Escultores contemporâneos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, UFRGS, 1983. 160 p.

Sorvedouro de homens, que tem despovoado a Europa: Emigração para o Brasil e nacionalismo na imprensa portuguesa na primeira metade do oitocentos

*Álvaro Antonio Klafke**

Resumo: A comunicação pretende analisar alguns textos jornalísticos que abordam o problema da emigração portuguesa para o Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX. Parto, basicamente, de periódicos de Lisboa e Porto, com o objetivo de valorizar os aspectos públicos do debate, relacionando os discursos condenatórios à saída do país com um tema candente de então, especialmente depois de 1820: o da (re)construção nacional e do nacionalismo. O estudo dirige-se, de maneira ampla, à apreciação que os articulistas portugueses ofereciam ao público sobre o Brasil, e mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Em virtude da situação de guerra civil – Farroupilha –, entre 1835-1845, a situação política da província surgia como elemento importante na argumentação contrária à emigração.

Introdução

Este artigo pretende analisar alguns textos jornalísticos que abordam o problema da emigração portuguesa para o Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX. Parto, basicamente, de periódicos de Lisboa e Porto, com o objetivo de valorizar os aspectos públicos do debate, relacionando os discursos condenatórios à saída do país com um tema candente de então, especialmente depois de 1820: o da (re)construção nacional e do nacionalismo. O estudo dirige-se, de maneira ampla, à apreciação que os articulistas portugueses ofereciam ao público sobre o Brasil, e mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Em virtude da situação de guerra civil – Farroupilha –, entre 1835-1845, a situação política da província surgia como elemento importante na argumentação contrária à emigração.

Fazer-se ao mar

Os eventos políticos do século XIX, ao determinarem, na sua primeira metade, o desmembramento do império português, com a independência de sua parte americana,

* Doutorando em História na UFRGS. Trabalho executado com apoio da CAPES e CNPq/ Brasil.

colocaram em pauta um dos temas mais discutidos do período, o da emigração lusitana para o Brasil. Nos parlamentos, gabinetes, chancelarias e redações de jornais, daqui e de lá, debatia-se a conveniência de um movimento populacional que levava milhares de pessoas a “fazer-se ao mar” em busca de nova vida, ou na expectativa de enriquecimento rápido, e retorno. Jorge Fernandes Alves sustenta que, do ponto de vista das razões para a saída, “a leitura social do liberalismo oitocentista tendia a reduzir a complexidade causal da emigração a dois tipos de explicação”. Uma, a emigração *espontânea*, derivada da decisão individual, e garantida constitucionalmente. Outra, a que mais nos interessa, seria a *patológica*, entendida como fruto das “deficiências do organismo social e das suas tensões expulsivas”, ligada à situação de penúria que incapacitaria um julgamento individual, e neste caso se atribuía ao Estado um papel importante como regulador ou dissuasor do fluxo migratório.¹ Ora, neste caso, em tempos de debates públicos intensos e violentos, nos quais a imprensa colocava-se como veículo dos julgamentos de um tribunal superior – a opinião pública – a *questão* da emigração era onipresente.

Novos rumos

“Portugal, reduzido ao seu território europeu, é uma das nações mais pequenas e fracas da Europa; [...]. O que dá a Portugal alguma importância são as suas possessões transatlânticas, e suas relações de parentesco e de comércio com o Brasil”.² Em 1826, o *Imparcial* lamentava a perda do Brasil e manifestava dúvidas acerca da sobrevivência de Portugal sem suas colônias. Nota-se, ainda no contexto do seccionamento do império português, a preocupação com a manutenção do que restava deste, e o tema, intrinsecamente relacionado, das relações com o Brasil. Desde o vintismo, entrara em cena o nacionalismo, pois Portugal vivia a profunda crise de identidade que a perda da colônia acarretara, pois, para além das consequências econômicas,

“tratava-se, sobretudo, de avaliar os seus efeitos no plano estritamente simbólico da identidade nacional, ou seja, a ruptura política com o Brasil traduzia-se, no imediato, na necessidade de ‘criação’ de um novo discurso que contemplasse esta mudança. Da dolorosa amputação, havia, pois, que fazer nascer o

¹ ALVES, Jorge Fernandes. Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX. *Ler História*, n. 48, 2005, p. 142.

² *Imparcial*. Porto, n. 20, 23 de setembro de 1826.

reconhecimento da alteridade, tanto mais difícil de acontecer quanto, antes, a ligação com o Brasil era para Portugal quase umbilical. A forte interpenetração entre o plano imaginário e o real nas relações entre Portugal e o Brasil, no decurso do século XIX, seria, aliás, em grande medida, a responsável por um conjunto de ambiguidades que os escritos oitocentistas não deixaram de refletir”.³

Neste quadro e, portanto, sob várias perspectivas, a emigração, em meados do XIX, teve que ser publicamente analisada, discutida e, principalmente, criticada nestes anos difíceis. Sim, havia aspectos positivos, como o alívio de pressão demográfica, especialmente no norte de Portugal, e notadamente a manutenção dos vínculos de comércio e afluxo de divisas enviadas pelos emigrados.⁴ A emigração vinha, portanto,

“a substituir o vazio criado pelo decréscimo comercial, num quadro em que as invisíveis correntes e as encomendas familiares se tornaram decisivos para a manutenção dos veleiros do Porto. A emigração assumia ainda o papel de manter o mercado brasileiro em situação residual, pois os produtos da nossa indústria e agricultura, pouco motivadores, não conseguiam conquistá-lo”.⁵

Contudo, os fatores negativos pareciam ser preponderantes, na visão geral da imprensa portuguesa. Assim, entre os argumentos que justificavam o discurso contrário à emigração para o Brasil, estava o combate à queda demográfica geral, a necessidade de “colonização” interna (ocupar o Alentejo e o Algarve relativamente despovoados), e, para muitos, as possibilidades econômicas que adviriam da reorientação do fluxo migratório, do Brasil para as possessões africanas. Essa valorização da África transparece em um texto da Revista Semanal, de Lisboa, intitulado “Possessões Ultramarinas”, no qual se afirma, resignadamente:

³ MAIA, Fernanda Paula Souza. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: A Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 26.

⁴ “Os limites de desenvolvimento industrial cerceavam por sua vez as possibilidades de emprego nas cidades ao excedente demográfico expelido da comunidade rural”. Durante todo o período de massiva emigração, mas especialmente na segunda metade do XIX, ocorreu “um envio regular de dinheiro por parte dos emigrantes. Rapidamente, as ‘remessas’ tornaram-se um dos suportes financeiros fundamentais do Estado. PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002, p. 22.

⁵ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, s/e, 1994, p. 63.

“Apesar do muito que hemos perdido daquilo que nossos maiores conquistaram, e que tem sido bastante para enriquecer de gêneros coloniais 2 grandes Nações – apesar do pouco que nos ficou, esse pouco é mais do que suficiente para nos tornar independentes do Brasil para o nosso consumo, e de nos dar ainda muitos e preciosos gêneros para a nossa exportação”.⁶

Na década de 1830, notava-se uma retomada do discurso imperial português, que redundaria no chamado neo-colonialismo da segunda metade do século XIX. Aflorava então a ideia de fazer da África negra um “novo Brasil”, discurso bastante disseminado e, para desgosto ou vergonha de muitos liberais, em sintonia com os interesses escravocratas. Isso é nítido numa carta de um português radicado no Brasil, publicada pelo *Nacional*. O missivista que se chamava “O Patriota” protestava contra a forma como a Inglaterra reprimia o tráfico de escravos, e clamava: “Faça Portugal de Cabo Verde e África o seu Brasil”.⁷

Melancólicas notícias

Lembremos, de passagem, que também as propostas de colonização africana enfrentavam oposição, e nesse sentido podiam ser motivo de crítica. Aqui tratamos, porém, das relações com o Brasil, e essas constituíam grande motivo de ataques ao governo, dependendo da posição política do periódico e de sua posição relativa ao gabinete do momento, que nesses anos mudava muito. Um (entre muitos) artigo do *Nacional*, grande representante do liberalismo radical de Lisboa, lamentava a emigração para o Brasil: “Aonde irá parar uma tal despopulação se isto assim continua?! Entendemos que em pouco tempo veremos os nossos campos completamente abandonados e sem cultura! E as nossas cidades reduzidas a insignificantes aldeias!”.⁸

O discurso nacionalista do periódico tem uma fundamentação econômica bastante clara. Mas, das razões internas justificadoras do discurso contra a emigração, logo passar-se-ia aos relatos das agruras que, no local de destino, aguardariam os iludidos. Assim, em meados de 1836, o jornal transcrevia texto do *Liberal Açoriano*, que também lamentava a

⁶ *Revista Semanal*. Lisboa, n. 430, 14 de abril de 1836.

⁷ *O Nacional*. Lisboa, n. 713, 21 de abril de 1837.

⁸ *O Nacional*. Lisboa, n. 299, 13 de novembro de 1835.

continua saída de açorianos para o Brasil, e neste caso a situação política do Império brasileiro era vista como fator de dissuasão, pois “os sintomas de desunião e animosidade que as isoladas e vastas províncias daquele Império apresentaram em 1822, tem ultimamente produzido a sua natural consequência”. Uma das “consequências naturais” se fazia sentir claramente no Rio Grande do Sul, “cantão o mais análogo à aclimatização dos Europeus, para onde em porção considerável se dirigiam os que daqui saíam”, mas que “arde hoje em guerra civil. A independência do Governo central foi proclamada; um regime republicano instituído; um exército organizado – e o canhão já troou contra os sectários da indivisibilidade do território brasileiro, a fim de dar estabilidade à nova ordem de coisas”.⁹ É curioso que o periódico antecipa a proclamação da República Rio-Grandense, o que só ocorreria em setembro, mas a mera desinformação, ou o exagero deliberado, não são de estranhar neste período, ainda mais quando se trata de mostrar-se favorável à causa dos farrapos, posição que o jornal ostentava então, mas que logo revisaria.

E a mudança, entre outros fatores, tem a ver com os interesses dos portugueses. Em 17 de junho, confirmava-se a notícia de “ter rebentado a revolução na Província do Rio Grande”, e os alvos seriam os portugueses, “em que vão desfechar-se os furores canibais, os ódios, a vingança daquela gente infame, que nem sexo, nem idade respeita, e para quem o Direito das Gentes é uma quimera, quando não é apoiado pela força, que o faça respeitar”. Acrescenta que grande número de portugueses saiu da província, e seus bens têm sido objeto da “rapina daqueles *virtuosos republicanos*” [itálico no original, o que então era marca de ironia]. O artigo termina exigindo providências dos governos de Portugal e especialmente do Brasil.¹⁰ O protesto tinha, sim, razão de ser, em vista de algumas manifestações dos mais exaltados farroupilhas.¹¹ Também é de justiça reconhecer que essa retórica era utilizada no próprio Rio Grande do Sul, como ferramenta de descrédito dos farrapos, por parte dos legalistas. O exagero, marcado pela recorrente acusação de barbárie aos adversários políticos de qualquer cor, era verdadeiro lugar comum

⁹ *O Nacional*. Lisboa, n. 456, 1 de junho de 1836.

¹⁰ *O Nacional*. Lisboa, n. 467, 17 de junho de 1836

¹¹ Vários episódios demonstram a intensidade que por vezes alcançavam, na província, os conflitos entre brasileiros e portugueses. Um Juiz de Paz de Porto Alegre, Pedro José de Almeida, vulgo Pedro Boticário, destacado militante da causa farroupilha, protagonizou alguns deles. Pedro Boticário, também chamado Vaca Brava, foi um violento inimigo dos portugueses, chegando a apresentar aos farrapos uma proposta de deportação, acompanhada de lista nominal, de mais de 400 lusitanos. A ele é atribuído o seguinte dito: “A liberdade se rega com sangue, não com esterco; estas cousas não se comporão, enquanto não se jogar a peteca por estas ruas com as cabeças dos galegos”.

da política de então (também eram “bárbaros” os Miguelistas, principais oponentes do periódico). Além disso, o “Direito das Gentes”, como se vê, era bandeira que todos empunhavam.

No extremo norte do país, região, aliás, mais ligada à emigração para o Brasil, o *Artilheiro* repercutia as mesmas notícias de forma muito semelhante, com uma linguagem ainda mais assustadora. Sob o título de “Melancólicas notícias do Império do Brasil”, afirmava-se:

“Os da canalha já falam em saque, e dividirem entre si as casas e mulheres dos do Partido da Legalidade! Chegaram os Bárbaros a arrancarem o coração e beberem o sangue de um pobre homem que suspeitavam ter correspondência com o Presidente daqui expedido. Os Chefes desses Farroupilhas prometem em proclamações à sua gente que lhes hão de conceder saque e vingança, o que se teme tenham a esta hora realizado, com o que perde esta praça [Rio de Janeiro] imenso cabedal.”¹²

Nestas manifestações, recolhidas entre inúmeras do mesmo teor, há que se notar, ainda, a função dissuasória desta retórica, em relação aos emigrantes, de mistura com um tom de reserva severa quanto às possibilidades do Brasil em manter-se unido, em uma espécie de revanche que estes herdeiros do vintismo amiúde deixavam transparecer.¹³ Os ressentimentos mútuos entre brasileiros e portugueses não devem ser exagerados, mas tampouco ignorados, porque exerciam papel importante, mormente em termos “propagandísticos”, se é permitida a utilização do termo. Antes da sua morte, D. Pedro, I ou IV, era razão de disputa e distúrbio. Comentando notícias de que o governo brasileiro estava preocupado com os rumores de conspiração pelo retorno do ex-imperador, o redator do *Periódico dos Pobres*, de Lisboa, afirmava, em 1834, que D. Pedro abdicara por vontade própria, pois “poderia seguramente firmar o seu trono à custa de algum sangue dos demagogos”, e que já recusara “proposições, que lhe foram feitas da parte de um

¹² *Artilheiro*. Porto, n. 132, 20 de junho de 1836.

¹³ O *Artilheiro* publica um interessante “Dicionário das verdades verdadeiras”, satírico e crítico. Alguns verbetes relacionados ao tema das problemáticas relações entre Brasil e Portugal exemplificam o aqui se está argumentando: *Brasil*: é um filho que, sendo maior de 25 anos, casando, tendo descendência, e bens de seu, se viu obrigado a ir viver debaixo de outro teto, e fundar outra família. (n. 16, 21 de janeiro de 1836) *Colônia*: espécie de Gatinho, que custa a criar, e depois arranha. (n. 35, 15 de fevereiro de 1836) *Despovoar*: o mesmo que fundar Colônias, ou proteger o Comércio, com prejuízo da Lavoura. (n. 51, 5 de março de 1836)

considerável partido de Brasileiros, que o sabem apreciar, e lamentam sua falta”. A seguir, toca uma nota patriótica: “E, desculpe-se-nos este rasgo de orgulho nacional, se o Senhor D. Pedro fosse capaz de nutrir semelhantes ideias, à vista do conhecimento que ora tem dos Portugueses e dos Brasileiros, de certo não seria no Brasil que ele hoje preferiria imperar”.¹⁴

Nacionalismo e emigração

A pregação – o termo não é casual – anti-emigração do Nacional determinava, ou ajudava a moldar, uma visão absolutamente catastrofista do processo político mundial:

“O descobrimento da América foi uma das maiores calamidades que têm caído sobre a Europa; a troca de alguns objetos de luxo, nos tem dado guerras intermináveis, enfermidades desconhecidas, vícios, crimes, e sobretudo tem aquele malfadado país [Brasil], onde os europeus exterminaram a maior parte dos indígenas, um sorvedouro de homens, que tem despovoado a Europa, e a Ásia, sem povoar-se a si”.

Após este intróito de ordem geral, o redator se desesperava, clamando contra a emigração e pedindo medidas legais que impedissem a saída dos emigrantes, além de questionar, ameaçadoramente, os interessados: “...mas sabeis o ódio, que no Brasil se tem declarado contra os Portugueses? Que esses degenerados e bastardos Filhos da Lusitânia fazem timbre de oprimir, e vilipendiar aquilo a quem devem o ser? [...] a fortuna que os espera no Brasil é serdes escravos de negros e mulatos, nossos naturais inimigos”.¹⁵

Como alerta Valentim Alexandre, momentos de reforço da identidade nacional invariavelmente vêm acompanhados de demonstrações xenófobas. Em Portugal as vítimas eram os galegos, numerosos imigrantes que faziam, sobretudo, trabalhos braçais. No Brasil, as vítimas eram, entre outros, os portugueses.¹⁶

De resto, o aviso contido no texto, descontado o teor racista, tinha alguma razão de ser, uma vez que é sabido que “a coexistência do trabalhador livre e do trabalhador escravo

¹⁴ *Periódico dos Pobres*. Lisboa, n. 17, 20 de janeiro de 1834.

¹⁵ *O Nacional*. Lisboa, n. 761, 22 de junho de 1837.

¹⁶ ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 713-714.

ocasionou uma inevitável deterioração das relações do trabalho assalariado. A situação dos engajados, detentores de um contrato de trabalho extremamente desfavorável, era próxima do trabalho servil”. Também é verdade que a continuidade do fluxo de portugueses, e a consequente rede de relações, possibilitou melhores condições de adaptação, sobretudo em meio urbano.¹⁷ Mas o que realmente nos merece atenção, no texto em questão, é a complexidade de um discurso que mistura elementos da construção da identidade, com a constituição de um Portugal que buscava, como todos os demais países neste momento de recomposição internacional, seu lugar no concerto das nações. No primeiro caso o *outro* é o Brasil e seu alegado ódio aos antigos metropolitanos. Registre-se, novamente, que existem fundamentos concretos para receios dessa ordem, embora o exagero de tom.

Um segundo elemento visível, corroborado por outros excertos desse e de outros jornais, é a reflexão que pondera o passado, em termos globais, e busca apresentar soluções que permitam a inserção do país no novo mundo “civilizado”. Note-se que o redator passa por alto da contradição que poderia surgir entre a sua apreciação histórica e a defesa sempre feita da colonização da África, para onde deveria ser direcionada a emigração. A esta altura, a entrada ou manutenção no clube dos estados-nações, e era disso que se tratava, exigia um mínimo de poderio nacional, requisito para a legitimidade e demonstrativo de capacidade de conquista, elemento apreciável para o liberalismo oitocentista, ao contrário do que muitos acreditam.¹⁸

Se aceitarmos que a nova nação se legitima, entre outros fatores, pela força, econômica e militar, e se atentarmos para as pressões de toda ordem, internas e externas, que Portugal vivenciava à época, talvez isto permita uma compreensão mais serena dos recorrentes e violentos – muitas vezes – discursos sobre a emigração. Não se tratava meramente de respostas ao anti-lusitanismo brasileiro, ou da benemerência de querer proteger compatriotas, antes eram manifestações articuladas, conscientes ou não, em um contexto específico da história contemporânea do país.

Conclusão

¹⁷ PEREIRA, Miriam Halpern. A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano. *Ler História*, n. 56, 2009, p. 23.

¹⁸ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Que reflexões nos permitem essas manifestações? Penso que a relação entre emigração e discurso nacionalista pode ser estabelecida pelo menos em dois aspectos fundamentais, interligados. O primeiro é aquele que diz respeito à construção da identidade nacional de novo tipo, pós 1820, que faz refluir o sentimento de valorização do território continental português, depois das lutas contra as tropas napoleônicas e no contexto da separação do Brasil. Aqui, a identidade também se constroi pela alteridade, e a imagem dos brasileiros (além de outros, como os ingleses, eternos aliados rivais, e galegos, mão-de-obra barata em Lisboa) foi muito utilizada como contraposição ao *português* idealizado que a esta altura tratava-se de construir.

Um segundo aspecto diz respeito à necessidade de uma nação de fazer-se respeitar, de constituir-se grande e poderosa, voz corrente na visão liberal oitocentista. Ora, Portugal, por um lado, não podia privar-se da sua força produtiva; por outro, via-se na contingência de pensar em reforçar a sua presença na África. Um terceiro elemento, não desprezível, e que ganha peso no decorrer do século, era o incremento que as relações com o Brasil, graças aos emigrados, proporcionavam à economia portuguesa. Daí as ambiguidades do discurso referente à emigração. Ambíguo, por vezes, mas majoritariamente tendente a condenar o processo, numa tentativa de voltar-se para dentro, o que não aconteceu ao final.

O fato incontestável da cotidiana e ferrenha campanha anti-emigração pela imprensa portuguesa obriga a pensar na sua eficácia. Percebe-se, por números também incontestáveis, que não teve êxito.¹⁹ “O sonho de fortuna rápida, ou pelo menos de promoção social, esteve em Portugal durante mais de cem anos associado predominantemente ao Brasil”.²⁰ Muitas vezes, escapa-nos a dimensão humana destes processos históricos, que reaparece, por exemplo, em dados como os do aumento significativo da correspondência, de todo o tipo, o que tornou o próprio correio um negócio lucrativo no norte de Portugal.²¹

Para encerrar, tentando resgatar um pouco dessa humanidade, citemos um caso peculiar, no qual transparece o sonho, acima referido, junto com a religiosidade oitocentista, além de uma boa dose de ambição, entre interesseira e ingênua. Um candidato à emigração, numa carta de devoção à sua confraria do Bom Jesus de Matosinhos, promete

¹⁹ Os dados de fluxo migratório mostram que a tendência foi de incremento, no decorrer do século. Por ex. ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros...* op. cit., p. 359.

²⁰ PEREIRA, Miriam Halpern. *A emigração portuguesa...* Op. cit., p. 24.

²¹ ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros...* op. cit., p. 63.

uma “toalha de seda ou cetim com franjas e bordada a ouro, uma arroba de cera em velas e uma contribuição em dinheiro”. O que quer ele em troca?

“Senhor Bom Jesus de Matosinhos eu vou para o Rio Grande do Sul (Brasil) se me derdes vida, saúde e fortuna; se me permitirdes que eu lá case com uma rapariga virgem, de sangue como o meu, branca bonita, prendada, que não tenha nenhum defeito, que em tudo seja perfeita, que seja de boa família, que tenha boa educação, que a sua beleza não desmereça, que seja mais nova que eu oito a doze anos, que goze perfeita saúde, se tudo isto me permitirdes Meu Senhor Bom Jesus de Matosinhos, que se realize nestes cinco anos mais próximos...”²²

Uma idealização, assim como idealizados eram os informes que tentavam demover os pretendentes de sair. Mas contra tais expectativas, não haveria argumentos que o demovesse.

Fontes e Bibliografia

Periódicos:

O Artilheiro, Porto, 1835-1837.

Imparcial, Porto, 1826-1828.

O Nacional, Lisboa, 1834-1842.

Periódico dos Pobres, Lisboa, 1826-1848.

Revista Semanal, Lisboa, 1833-1834.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: s/e, 1994.

_____ Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX. *Ler História*, n. 48, 2005.

²² Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, M. Conceição Azeredo Pinto. A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e seus reflexos na Vila de Matosinhos. *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II vol., Porto, 1985, p. 113-115. Apud ALVES, Jorge Fernandes. *Os Brasileiros...* op. cit., p. 189.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAIA, Fernanda Paula Souza. *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PEREIRA, Miriam Halpern. A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano. *Ler História*, n. 56, 2009.

_____. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo – Ijuí: FAPESP/UNIJUÍ, 2003.

Relações e mobilidade na Península da Jutlândia

Carlos Augusto Trojaner de Sá¹

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de evidenciar a relação do Reino Dinamarquês com a Confederação Germânica e a Prússia. Essa abordagem é necessária para entender o processo que levou os ducados de *Schleswig* e *Holstein* a fazerem parte do II *Reich* Alemão. Para entender esse fato histórico, devemos ter em mente alguns conceitos básicos sobre as questões que envolvem essa análise: a questão linguística, o nacionalismo alemão e dinamarquês do século XIX, além da questão cultural. Essa análise ajuda a compreender muitas vezes a mentalidade do emigrante que veio para a América, pois além de não ser alemão até o ano da unificação alemã, também não sabia a qual nação pertencia devido às guerras que se desenvolveram nessas regiões de fronteira na Jutlândia.

Palavras Chaves: Nacionalismo, Prússia, Dinamarca.

No início do século XIX, uma nova doutrina de fronteira-limite vinculada à identidade nacional surgiu, não entre os franceses, mas entre os alemães. Usualmente se toma como marco o Discurso à Nação Alemã² de Johann Gottlieb Fichte (1807/08). A reação alemã à doutrina das fronteiras naturais dos franceses foi o conceito de fronteira baseado no princípio da nacionalidade. Fazendo uso de uma ideia mística de “povo”, Fichte defende a unidade territorial do estado e de que seus limites sejam derivados da existência (histórica) de língua e cultura comuns. Diversos autores apontam que uma das principais consequências no século XX da doutrina de fronteira baseada na identidade nacional foi o conceito de autodeterminação dos povos.

A situação da Península da Jutlândia, e mais propriamente dos ducados de *Schleswig* e *Holstein* começaram a preocupar a Europa no século XIX, principalmente as potências estrangeiras, como a Grã-Bretanha, França e Rússia, que não aceitariam uma Dinamarca enfraquecida em favor da Confederação Germânica, nem a Prússia adquirir o ducado de *Holstein* com o importante porto naval de *Kiel* e com isso controlar todas as rotas de comércio através do mar Báltico. Essa tensão surge devido as

¹ Carlos Trojaner é aluno de pós-graduação em História Contemporânea pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Email: carlosaugusto@t-online.de

² Original em Alemão: *Reden an die deutsche Nation*.

grandes aspirações de Bismarck, ou seja, de sua política expansionista de cunho militar e econômico.

Através de obras de escritores da época, como a de Samuel Laing de 1852, cujo título é *“Observations on the social political state Denmark and the duchies of Sleswick and Holstein”* e a obra de Travers Twiss de título *“The relations on duchies of Schleswig and Holstein to the crown of Denmark and the Germanic Confederation”* de 1848, é possível perceber uma preocupação constante das potências estrangeiras, principalmente da Inglaterra na resolução da questão dos ducados, além disso, outra discussão presente nessas obras é a dupla nacionalidade dos ducados, argumentada por ambos os nacionalismos, tanto alemão como dinamarquês.

Devemos ter em mente que essa discussão iniciada no século XIX, partiu da obra de Fichte que teve um reflexo em toda a sociedade intelectual da época principalmente na prussiana; a partir desse momento é importante ter em mente o que foi o nacionalismo alemão do século XIX e seus desdobramentos na sociedade.

O nacionalismo alemão do século XIX

O surgimento de uma consciência nacional nos vários estados alemães foi particularmente rápido e recente, não se podendo falar dessa consciência antes de 1806. Foi em 1815 que atingiu a sua maturidade, principalmente após as guerras napoleônicas.³ Seus “arquitetos” foram os intelectuais profissionais e não a aristocracia ou a elite dirigente como em outras nações europeias. Desde muito cedo, sabe-se que, nos estados alemães, os intelectuais da classe média constituíam um grupo social à parte da sociedade, os quais foram resultado da educação ministrada nas universidades alemãs.

Contudo, os princípios da identidade cultural alemã surgem na Idade Média e com ligação ao Sacro Império Romano, porque aqui se tentou estabelecer um império com povos de culturas semelhantes, assim como afirma Elias:

O império alemão medieval e, em particular, alguns dos mais notáveis imperadores medievais serviram por muito tempo como símbolos de uma Grande Alemanha que se perdera - e, por isso mesmo, também como símbolos de uma secreta aspiração à supremacia na Europa. Entretanto, foi a fase medieval do processo de formação do Estado

³ KITCHEN, Martin. *A history of modern Germany, 1800-2000*. Malden: Wiley-Blackwell, 2006, p.57.

alemão, em particular, que contribuiu significativamente para o fato de que na Alemanha esse processo não acompanhou o ritmo dos processos de formação do Estado em outras sociedades europeias.⁴

A partir do século XVIII fizeram-se tentativas com o objetivo de definir as fronteiras de um provável estado alemão, desde o rio Elba ao rio Reno e até a Hungria. Estas tentativas foram, no entanto, apenas geográficas, porque a ideia de Estado-nação era ainda desconhecida, não existindo neste período uma consciência intelectual e política do ser alemão.

O que merece ser aqui salientado é que, somente nos finais do século XVIII, se levanta a questão do que é ser pertencente ou não a uma determinada nacionalidade. Neste contexto, nação é constituída por uma comunidade de indivíduos, isto é, um povo que partilha a mesma língua, costumes e lendas, um passado e territórios comuns.⁵

Cabe também ressaltar que a identidade germânica não se manifestou de forma acentuada até a ocupação napoleônica e haveria de marcar a ideia de nacionalidade alemã, enfatizando a vertente regional desta. Ao mesmo tempo a aquisição territorial, se demonstra uma vontade unificadora alemã, apoiada pelo uso de uma língua comum. Estas tendências, com origem numa classe que estava a crescer socialmente, a classe esclarecida, conhecida nos estados germânicos por *Bildungsbürgertum*⁶, estavam de acordo com o que se passava na Europa.⁷

As oportunidades surgidas aos *Bildungsbürger* no funcionalismo público alemão começaram, no entanto, a diminuir a partir de fins do século XVIII, face à crescente concorrência por parte da nobreza. Este fato explica, como no ano de 1770, Goethe e Herder, na cidade de Estrasburgo, passam da orientação da *Aufklärung*⁸ para o germanismo que caracteriza todo o movimento *Sturm und Drang*.⁹ Desta forma, podemos destacar que a filosofia das luzes nos estados alemães não desenvolveu no

⁴ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 18.

⁵ BAYCROFT, Timothy ; HEWITSON, Mark. *What is a Nation 1789-1914*. New York: Oxford University Press, 2006, p. 63-66.

⁶ Tradução: Intelectuais da classe média.

⁷ WEHLER, Hans-Ulrich. *Nationalismus*. München: Beck, 2001, p. 62-63.

⁸ Tradução: Movimento iluminista.

⁹ O *Sturm und Drang* foi essencialmente um movimento de protesto e também um movimento da juventude. Era contra basicamente três aspectos: os governantes absolutistas nos estados alemães e o mundo da corte da nobreza, a moral burguesa, e a velha tradição da arte e literatura. Trata-se de um movimento precursor do Romantismo, que na Alemanha se manifestou de forma mais moderada. A inspiração veio de Rousseau, com o regresso ao natural e a revolta contra as convenções. Os *Stürmer* proclamavam a liberdade absoluta, no amor e na política, neste caso com um forte pendor nacionalista.

campo da ideologia política a mesma força provocada na França. A partir de 1770 já defrontava uma reação anti-intelectual e anticosmopolita, chamada de *Sturm und Drang*.

O Movimento Iluminista não deixou, contudo, de ter implicações políticas, por ser nitidamente político e por ter influenciado as ideias e o pensamento de autores como Kant, Herder, Fichte e Hegel. No Iluminismo, Kant buscou uma resposta para o progresso homogêneo da humanidade visando a liberdade e a moralidade, em outras palavras, a paz. Kant ainda é contra a não originalidade da literatura e dos costumes alemães, imitando os estrangeiros que Herder combate por uma originalidade germânica. Posteriormente, este pensador foi um dos principais teóricos do movimento do *Sturm und Drang*.¹⁰

Com o Movimento do Iluminismo, a exigência da liberdade de pensamento exigia a liberdade política e a oposição ao Despotismo Esclarecido, uma vez que o sistema Absolutista era a característica geral dos estados alemães. A Europa central, no caso, os reinos alemães do século XVIII assim como toda a Europa, ficou na época da filosofia das luzes: a *Aufklärung*, cujo centro difusor era a Universidade de *Halle* e posteriormente a Universidade de *Göttingen*. Aquele movimento, derivado das concepções de Gottfried Leibniz, foi designado por um discípulo deste, cujo nome é Christian von Wolff.¹¹ No entanto, a *Aufklärung* apenas entrou e penetrou num restrito núcleo da intelectualidade alemã, coexistindo com o movimento do Pietismo¹². Embora se tratando de um movimento de ideias políticas, ele foi essencialmente uma pedagogia da razão crítica nas categorias éticas, tendo em vista os problemas morais e religiosos da sociedade.¹³

Com a vitória das forças do Antigo Regime, devido ao esmagamento das sublevações populares, por parte do exército, o Rei da Prússia tentou agrupar em torno de si mesmo uma federação dos Estados do Norte, mas a Áustria, com o apoio da Rússia, intimida o governo de *Berlin* com um ultimato, perante o qual a Prússia se vê na

¹⁰ NÓBREGA, Vandick. Londres da. *Alemanha: esteio do mundo livre*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, p. 328-332.

¹¹ PINKARD, Terry. *German Philosophy 1760-1860: The Legacy of Idealism*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002, p. 20

¹² O pietismo alemão um movimento surgido na Igreja Luterana na segunda metade do século XVII, que teve como uma de suas características mais evidentes a reação contra um cristianismo que sob muitos aspectos se tornara vazio, tendo uma prática dissociada da genuína doutrina bíblica. O alvo do pietismo era o retorno à teologia viva dos apóstolos e da reforma, com forte ênfase na pregação do Evangelho, acompanhada de um testemunho cristão condizente.

¹³ NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte 1800-1866: Bürgerwelt und starker Staat*. München: Beck, 1994, p. 403-404.

obrigação de recuar. A ideia de uma Alemanha liberal e parlamentar unida pela vontade de uma nação alemã propiciou a queda do Parlamento de *Frankfurt*. Ao mesmo tempo, se dá o início das rivalidades entre a Áustria dos Habsburgos e a Prússia que dominava o problema da unidade alemã.

Além de Herder e Fichte, existiu o romantismo como movimento que impulsionou a valorização das particularidades germânicas. Este movimento se caracteriza por uma resposta aos receios e frustrações dos *Bildungsbürger*, provocados pelo Iluminismo. O valor potencial deste, o Iluminismo, era a razão e o racionalismo, tudo aquilo contra o que os românticos se revoltaram.¹⁴ A acusação destes à sociedade do Iluminismo era a generalização da sua experiência pessoal nela registrada, de modo que a promessa não cumprida do Iluminismo para com os intelectuais sem sucesso levou-os a pensar que a razão separava o homem da comunidade.¹⁵

Na nação alemã, a língua era um elemento central para o seu pensamento, com isso durante o século XVIII, não tanto pela discussão acerca da pureza da língua, mas sobre a diversidade das línguas e a origem da linguagem. O debate corria em torno da origem divina ou humana daquela.¹⁶

Na perspectiva de Herder, salienta-se que, sendo a linguagem uma faculdade humana, uma capacidade anterior e interior à própria espécie humana, então a diversidade das línguas não seria explicada por fatores externos acima referenciados, mas apenas por fatores de ordem interna. Em termos amplos, Herder destacava que as línguas se haviam progressivamente alterado e afastado de uma origem comum, por vontade do próprio homem de uma determinada comunidade e que o caráter interior da língua estava em estreita relação com a cultura; ao mesmo tempo em que salientava a dicotomia, o homem criava a língua e esta criava o homem, destacando a complexa relação entre o indivíduo, o social, a língua e a cultura, que constituiu a base filosófica

¹⁴ O romantismo alemão não se exprime somente em poesia e em literatura, mas em música, em pintura, em arquitetura; atuou nos costumes, no traje e no cenário da vida. As escolas românticas que surgem são diversas também. A primeira, a de Jena, a dos Schlegel, de Fichte, de Schelling e a de Novalis, são revolucionárias no princípio; o seu pensamento é, sobretudo, filosófico e crítico. A segunda, a escola chamada de Heidelberg, agrupa escritores renanos, silesianos e prussianos; é mais rica de poesia, mais pobre de pensamento; é ela, entre outras escolas, que insiste na grandeza e na beleza do passado alemão, da paisagem alemã, do Reno alemão.

¹⁵ GREENFELD, Liah. *Nacionalismo: Cinco Caminhos para a Modernidade*. Martins: Publicações Europa-América, 1998, p. 234-236.

¹⁶ TOUCHARD, Jean. *História das Idéias Políticas: Da revolução Americana ao marxismo*. Vol. III. Martins: Europa-América, 1991, p. 137.

do pensamento de Herder, frequentador da Faculdade de Teologia da Universidade de Königsberg, grande centro cultural na época.¹⁷

Como podemos observar, a reflexão sobre a linguagem que corria nos estados alemães dos finais do século XVIII e princípios do século XIX não era uma questão somente acadêmica, mas sim uma reflexão política e nacionalista, sendo de destacar como um caso muito prático a posição assumida por Von Humboldt na Prússia.

Quando as forças invasoras napoleônicas abandonam o território alemão em 1813, surgem novamente os argumentos políticos relacionados com a comunidade de costumes, língua e literatura, que apontavam para a natural unidade política de um povo, partilhada por um povo com a mesma língua e cultura, revendo-se num passado histórico comum.¹⁸ Como exemplo, a figura de Von Humboldt que faz da história da Germânia uma história familiar, dando uma maior ligação à imagem de um todo social, unido indiscutivelmente por laços familiares. De acordo com este pensador prussiano, a unidade alemã teria de ser marcada pelo estado, mas focado fundamentalmente na língua, na cultura, nos costumes, nos mitos, numa palavra, na memória coletiva e histórica de um povo, compartilhada ao longo dos tempos.

Na obra já citada, *Reden an die deutsche Nation* de Fichte, publicada entre finais de 1807 e início de 1808, conhecida como a base do nacionalismo alemão, o autor busca articular um sentimento nacional, uma expressão ideológica, uma vez que este pensador propõe a possibilidade de uma nova época para a unidade alemã, através dos melhores caminhos visando à construção desse futuro, como, por exemplo, através da educação nacional.

Fichte também destacava que as várias diferenças existentes entre os alemães e os outros povos de língua germânica assentavam na tribo ou na etnia¹⁹ a que pertenciam, na língua que falavam no território onde se instalaram na memória coletiva²⁰ e na história comum, destacando que os alemães haviam permanecido nas

¹⁷ BAYCROFT, Timothy; HEWITSON, Mark. *What is a Nation?* 1789-1914. New York: Oxford University Press, 2006, p. 44-45.

¹⁸ WEHLER, Hans-Ulrich. *Nationalismus*. München: Beck, 2001, p.65-66.

¹⁹ Entende-se por etnia um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e território, segundo Norberto Bobbio. *Dicionário de política*. 5 ed. Brasília: UnB, 2000, p. 449.

²⁰ Entende-se por memória coletiva um conjunto de representações sociais acerca do passado que cada grupo produz, institucionaliza, guarda e transmite através da interação de seus membros, segundo Paolo Jedlowski. “La sociologia y La memoria colectiva”. In: RIVERO, Alberto Rosap ; BELLELLI,

terras inicialmente povoadas pela tribo original e preservando a mesma língua, em oposição a outros povos que se desviaram das suas origens germânicas. Fichte, além disso, procurava destacar que do desvio resultariam as consequências políticas, sublinhando por outras ideias e palavras; que o desvio linguístico havia sido a causa da diferença real existente nos vários sistemas políticos e entendendo que a mudança territorial por si só não modificava a configuração de um povo que continuasse a utilizar a língua original.

É de notar que as ideias formuladas por Fichte vão ao encontro das propostas de Herder, no que se refere à tênue influência de fatores externos na formação da língua. Mas ainda vai mais longe quando abordava que a língua alemã era a única língua natural sobrevivente, sublinhando que a língua alemã era a língua original, a única língua europeia que estabelecia uma relação direta com o real, o que procurava realçar que os conceitos de liberdade, de humanidade e outros só eram válidos e verdadeiros quando pronunciados na língua alemã.

Com essas questões podemos concluir que os pensadores alemães do século XVIII, se basearam na comunidade étnica, de língua, da cultura e de história, mostrando em termos jurídico-filosóficos a aquisição de consanguinidade na formação da nacionalidade alemã, sendo por isso o resultado de uma construção ideológica. Contudo, merece ser destacado que o nacionalismo alemão fez tudo para a elevação simbólica das massas, pois venerou o povo (*Volk*), e modificou de modo profundo e consistente a natureza da hierarquia dos estatutos na sociedade alemã. Porém mesmo com esses movimentos, a unidade completa alemã, só foi possível após a unificação econômica, isto é através do *Zollverein*²¹.

Com isso devemos ter em mente que o surgimento desse nacionalismo alemão não chegou a todas as parcelas da sociedade, ficando muitas vezes restrita aos intelectuais e às elites governantes, ou seja, o povo das regiões disputadas e principalmente de *Schleswig* que é uma região predominantemente rural não eram participantes dessas discussões.

Guglielmo ; BAKHURST, David (Eds.) *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, p. 131-132.

²¹ O *Zollverein* foi uma das principais medidas que aproximou os vários estados alemães, pois constituía uma união aduaneira, aonde não existiam mais impostos nas fronteiras, além disso, na véspera da unificação alemã em 1871, era notável o resultado econômico em todos estados que faziam parte do *Zollverein*, sendo as ferrovias a sua principal ligação.

A cultura como origem de conflito

Como observamos anteriormente, durante toda a primeira metade do século XIX, os intelectuais alemães, partidários da Confederação Germânica e da Prússia, sistematizaram e difundiram seus ideais. Até 1848 podemos dizer que essa discussão ficou apenas no campo das ideias em relação à região de *Schleswig e Holstein*, porém nesse mesmo ano por consequência da derrota nas guerras napoleônicas (1814), a Dinamarca como aliada da França, ano após ano vinha mergulhando numa forte crise política e econômica.²² A então elite dos ducados de *Schleswig e Holstein*, composto em sua grande maioria por comerciantes prussianos, descontentes com essa situação criam em janeiro de 1848 um governo provisório, reconhecidos por *Berlin* (Prússia) e *Frankfurt* (Confederação Germânica).

O governo provisório, francamente apoiado por Frederico Guilherme, rei da Prússia, muito interessado na independência dos ducados, convocou em três de abril de 1848 uma assembleia do povo, com a intenção de ser aprovada a admissão dos ducados no *Deutscher Bund*²³.

O governo da Dinamarca não se importava com as ligações entre *Holstein* e a Prússia, mas não desejava perder *Schleswig*.²⁴ Os laços políticos entre os dois ducados são grandes e declara que ambos são indivisíveis, uma guerra é desencadeada. A guerra se arrasta de 1848 até 1851.²⁵

A guerra chega ao seu fim depois de várias batalhas e perdas de ambos os lados, com vitória Dinamarquesa; então uma comissão de pacificação austro-prussiana foi enviada para o Ducado de *Holstein*. A Comissão dissolveu-se a 11 de janeiro de 1851, os funcionários entregaram seus postos e o exército foi reduzido. Os austríacos

²² CARR, Willian. *Schleswig-Holstein 1815 – 1848: A Study in National Conflict*. England: University of Manchester, 1963, p. 39.

²³ Uma união pouco coesa de Estados alemães soberanos e cidades livres foi criada em 1815 no Congresso de Viena. Inicialmente, a Liga contava com 41 e no final com 33 membros. O objetivo da confederação era preservar a segurança interna e externa de todos os seus países membros. A Liga possuía um único órgão: a Dieta Federal, sediada em *Frankfurt am Main*. As disputas entre a Áustria e a Prússia, que se acirraram a partir da metade do século XIX, levaram ao fim da Liga Alemã, dissolvida em 1866.

²⁴ Em 1448, Christian I torna-se rei da Dinamarca. Por ser de família oriunda da região de *Holstein*, assina ele um documento em 1481, chamado *Vertrag von Ripen*, onde a unidade política dos ducados é reafirmada. Como *Schleswig* oficialmente pertence à Dinamarca, o mesmo é válido para seu ducado irmão *Holstein*. Sendo assim é declarado neste documento que ambos os ducados são para sempre inseparáveis.

²⁵ SVENDSEN, Nick. *The first Schleswig-Holstein war 1848-50*. England: Sgd Ltd edition, 2008, p. 23.

ocuparam *Holstein* e os dinamarqueses *Schleswig* e *Rendsburg*, prometeu-se um acordo entre a Dinamarca e a Prússia, com o nome de Tratado de Londres²⁶, aonde se firmaram uma autonomia aos Ducados, embora ligados a Coroa Dinamarquesa.²⁷ Apenas em maio de 1852, é assinado o Tratado de Londres, que separa ambos os ducados, retornando *Schleswig* à Dinamarca e *Holstein* se torna um estado independente.

Um grande motivo para a Guerra dos Ducados acontecer partiu da influência exercida por parte dos nacionalistas alemães, sobretudo nas classes influentes da sociedade, com isso justificavam uma ação militar em resgate aos patriotas alemães que viviam sob a “opressão” da Coroa Dinamarquesa. Aqui cabe uma ressalva, na literatura latina, principalmente na brasileira, existem alguns equívocos na interpretação da identidade de *Holstein*, em certos livros analisados, sobretudo nos de língua portuguesa como também em espanhol, é mostrado que *Holstein* era de população esmagadoramente alemã. Nesta análise sustento que esta abordagem está equivocada. Partindo da ideia de Hobsbawm:

[...] assim como Holstein-Lauenburg, que também pertencia a Dinamarca e Luxemburgo e que também tinha raízes não-germânicas. Não incluía o então Schleswig dinamarquês. Por outro lado, a União Alfandegária Alemã (Zollverein), originalmente formada em 1834, por volta de meados da década de 1850 incluía toda a Prússia, mas nenhuma parte da Áustria.²⁸

Portanto, *Holstein* não pode ser afirmado como alemão em sua totalidade, como declaravam os nacionalistas alemães do século XIX. *Holstein* assim como outras regiões de fronteira entre estados sofrem através do tempo sucessíveis trocas, tanto culturais como populacionais, porém o que mais se conserva é a classe dominante geralmente. Outra questão importante para essa análise é o processo de formação dos vários estados alemães e de seus estados vizinhos. Como assegura Elias:

²⁶ Original: *London Protokols*

²⁷ RAFF, Diether. *Deutsche Geschichte, Vom Alten Reich zur Zweiten Republik*. München: Hueber, 1985, p. 133.

²⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. 3 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 84.

O processo de formação do Estado entre os alemães foi profundamente influenciado pela sua posição como bloco intermédio na configuração desses três blocos de povos. Os grupos latinizado e eslavo sentiram-se reiteradamente ameaçados pelo populoso grupo germânico. E com igual frequência, os representantes do nascente Estado alemão sentiram-se ameaçados de vários lados ao mesmo tempo. Cada grupo explorou implacavelmente a mínima oportunidade de expansão que lhe foi oferecida. As forças no interior dessa configuração de Estados levaram a uma constante separação do centro daquelas áreas situadas na periferia, regiões que abandonaram o grupo de Estados germânicos e se estabeleceram como Estados independentes.²⁹

Com isso podemos ter bem claro que a formação política de *Holstein*, assim como a dos demais estados alemães é um processo com características bem particulares e afirmar a sua total germanidade nada mais é que uma análise equivocada³⁰.

Outro ponto aonde os nacionalistas alemães se apoiavam para a incorporação dos ducados era a questão linguística³¹. Porém ao longo de séculos de desenvolvimento as diversas línguas europeias foram se mesclando e criando novos dialetos, dessas fusões surgiu um dialeto chamado baixo-alemão.³² Língua essa falada nos países baixos e ao norte da atual Alemanha. Durante os séculos seguintes, após a Idade Média, a linguagem do baixo alemão passou a ser falado na parte sul do ducado de *Schleswig*. Inicialmente, neste ducado, tinha sido a língua dinamarquesa predominantemente falada desde a Idade Média. Mesmo assim o idioma dinamarquês ainda dominava na parte norte de *Schleswig*. Por volta de 1800, nas áreas no meio de *Schleswig* encontravam-se tanto os idiomas do baixo alemão como o dinamarquês.

O idioma alemão foi então se espalhando lentamente em detrimento do idioma dinamarquês. Por exemplo, o dinamarquês ainda era falado na península de *Schwansen* até cerca de 1780, mas depois foi diminuindo. A fronteira de línguas no século XIX foi sendo construída aproximadamente onde é a fronteira atual entre a Dinamarca e a

²⁹ ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 17.

³⁰ O desenvolvimento econômico de *Holstein* se deu em grande parte por participar do Sacro Império Romano Germânico e posteriormente da Confederação alemã. *Holstein* tinha um grande atrativo econômico, o porto de *Kiel*, que possuía o canal de *Kiel*, que era a mais importante via navegável entre o Mar do Norte e o Mar Báltico, com isso controlar *Holstein* era de grande importância geopolítica.

³¹ A população etnicamente alemã dos ducados ocupava principalmente as regiões com maior intensidade comercial, sendo assim, *Kiel* e as proximidades de *Hamburg*.

³² Em alemão *Plattdeutsch*, refere-se às regiões geograficamente baixas do norte da Alemanha atual e de partes vizinhas do norte da Europa. O baixo-alemão desenvolveu-se a partir do saxão antigo e do baixo-alemão médio falado pelos cidadãos da Liga Hanseática. Quando a Liga chegou ao seu fim, a língua perdeu sua importância junto com ela, mas continuou sendo falada.

Alemanha. A vitória do Império Alemão posteriormente nas chamadas guerras de unificação resultou em germanizar completamente as áreas originais mistas com ambos os idiomas.

Essa presença do idioma alemão na Jutlândia se deve ao fato de que o alto-alemão (*Hochdeutsch*) era a língua usada no comércio e no governo no Império dos Habsburgos, principalmente a partir do Reinado de Maria Theresia durante o século XVI. Isto abarcava uma grande área da Europa central e do leste. Até meados do século XIX era a língua falada por todos em quase todo o Império, inclusive nas regiões de origem eslava; pela língua que se falava não se distinguia a nacionalidade, mas sim seu status na sociedade, comerciante ou camponês.

Por meio de um decreto em 14 de maio de 1840, o idioma dinamarquês foi introduzido na parte norte de *Schleswig* nas escolas e nas igrejas. Duas facções nacionalistas surgiram então: os *Dänemark bis zur Eider*³³, que apoiaram o domínio dinamarquês em todas as terras ao norte do rio *Eider*, liderados por Orla Lehmann³⁴, e aqueles que apoiavam a influência cultural alemã em todo *Schleswig*.³⁵

Com isso o domínio político e econômico do governo dinamarquês em *Schleswig* estava sendo desestabilizado. Contando com a sua atividade comercial e econômica impulsionada através do *Zollverein*, a zona alemã etnicamente isolada do sul passou a expandir seus domínios geográficos por todo ducado. Linguisticamente, populações falantes do baixo alemão acharam conveniente aprender o *Hochdeutsch* devido à facilidade na esfera econômica. Com isso a língua alemã, em vez do dinamarquês, tornou-se típica em *Holstein* e *Schleswig* do sul por motivos estritamente econômicos e não nacionais ou de algum tipo de aproximação com a cultura alemã como argumentavam os nacionalistas alemães.

A resolução da Jutlândia

A partir da metade do século XIX, com o problema da península da Jutlândia resolvido, a Prússia, através de Bismarck, busca sua autoafirmação como peça

³³ Nome derivado em grande medida da frase de chamada política que esse movimento usava: “*Dänemark bis zur Eider!*” ou seja, “Dinamarca até o Eider”.

³⁴ Peter Martin Orla Lehmann foi um dos principais nacionalistas dinamarqueses do século XIX, de cunho liberal, ajudou a implantar na Dinamarca uma Monarquia constitucional, também defendia que *Schleswig* e *Holstein* deveriam pertencer à Dinamarca.

³⁵ SIGMANN, Jean. 1848 Las revoluciones românticas y democráticas de Europa. Madrir: Calle Plaza, 1977, p. 92.

fundamental no processo de unificação dos vários estados independentes aglomerados pela chamada Confederação Germânica. *Holstein* torna-se então o primeiro alvo para a expansão do Império Prussiano, já que antes da Guerra dos Ducados fazia parte do Império Romano Germânico e ao mesmo tempo pertencente à Coroa Dinamarquesa.

Em 1857, Christian IX é coroado rei da Dinamarca, e declara que de acordo com a resolução de 1481, *Holstein* deve ser reincorporado, mesmo que a força, ao seu ducado irmão. Isso motiva uma intervenção armada por parte da Prússia e de Áustria. Cristiano IX, pressionado pelos nacionalistas dinamarqueses, aprovou a unificação do ducado de *Schleswig* ao reino da Dinamarca.³⁶ Devemos lembrar que o *Vertrag von Ripen* havia proclamado que *Schleswig* e *Holstein* eram indivisíveis politicamente, mas a anexação ao Reino dinamarquês em 1863 por Cristiano IX através da *Novemberverfassung*³⁷ separou *Schleswig* politicamente de *Holstein*, que era um território independente. Isto se tornou um ótimo pretexto para as aspirações nacionalistas alemães. Otto Von Bismarck aproveitou-se então para dar novo impulso ao movimento nacionalista alemão.

Em janeiro de 1864, enquanto a Dieta decidia enviar um contingente militar aos ducados, as tropas prussianas, juntamente com as austríacas, entraram no ducado de *Schleswig*, dando início a chamada *Zweiter Schleswigscher Krieg*³⁸. À rápida derrota dinamarquesa, em agosto de 1864, seguiu-se a elaboração de um tratado de paz provisório assinado em Viena no dia 30 de outubro pelo qual a Dinamarca renunciava a todos os direitos sobre os ducados de *Schleswig*, *Holstein* e *Lauenburg*, em favor do imperador da Áustria e do rei da Prússia. Os próprios termos desse acordo, entretanto, tornavam inevitável o reinício da disputa austro-prussiana pela hegemonia na Confederação Alemã, sobretudo quando ficou evidente que Bismarck queria chegar a uma solução inteiramente prussiana, sem o império austríaco para a solução dos problemas dos ducados.³⁹

Em março de 1865, a Prússia estabeleceu uma base naval em *Kiel*, manifestando abertamente as suas intenções. A Áustria, após uma tentativa de apelo à Dieta, terminou por aceitar a perda dos ducados de *Schleswig* e *Lauenburg* para a

³⁶ KOLLU, Michael. *Deutsche Verfassungs geschichte: Vom Alten Reich bis Weimar (1495–1934)*. Berlin: Springer, 2008, p. 491.

³⁷ Tradução: Constituição de Novembro.

³⁸ Tradução: Segunda Guerra de *Schleswig-Holstein*.

³⁹ PELLISTRANDI, Benoît. *As relações internacionais de 1800 a 1871*. Edições 70, Lisboa: 2000, p.106-108.

Prússia, conservando apenas *Holstein*, conforme ficou estabelecido na Convenção de *Gastein*, em 14 de agosto de 1865.⁴⁰ Achando que o momento propício para a unidade talvez já estivesse suficientemente configurado, Bismarck fez duas reivindicações: alterar a organização do Parlamento, que a partir de então seria eleito por sufrágio universal, e discutir uma reforma geral da Confederação, o que lhe garantiu o apoio de todas as classes no interior da Prússia e da grande burguesia alemã, principalmente nos estados do norte. Ao adotar uma política que certamente não poderia ser aprovada pela Áustria, Bismarck, além de dividir as forças da Confederação Alemã, conseguiu romper definitivamente com o governo de Viena. De acordo com uma decisão tomada pelo governo de Berlim, a solução das divergências entre as duas potências só poderia ser obtida pela força das armas. Contando com a neutralidade francesa, desde o encontro de Napoleão III com Bismarck na cidade francesa de Biarritz, em outubro de 1865, e aliada à Itália, a Prússia declarou guerra aos pequenos Estados fieis à Áustria.⁴¹

Em 16 de junho de 1866, o exército prussiano obteve sucessivas vitórias e, em 3 de julho do mesmo ano, derrotou definitivamente as forças austríacas na batalha de Sadowa.⁴² Bismarck, entretanto, apressou-se em deter o avanço das tropas prussianas, a fim de evitar problemas internacionais, mostrando-se favorável ao término da guerra.

Com o tratado de paz, assinado em Praga em 23 de agosto de 1866, a Áustria retirou-se do mundo germânico, passando a exercer sua influência apenas na região danubiana.⁴³ Estava então firmada a exclusiva influência Prussiana na península da Jutlândia e com isso o final da disputa que envolveu grande parte do século XIX.

O imigrante no Brasil

Como vimos, a península da Jutlândia, que compreende o *Schleswig-Holstein* atual, durante todo o século XIX esteve envolvida em um conflito étnico entre dinamarqueses e alemães, no qual cada um tinha suas bases ideológicas. A população em grande maioria participou desse conflito apenas no campo de batalha servindo a quem a proposta agradava mais satisfatoriamente.

⁴⁰ VIDIGAL, Armando. "Guerras da unificação Alemã". In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 302.

⁴¹ MALLESON, G. B. *The Refounding of the German Empire 1848 – 1871*. Read Books, 2006, p. 97.

⁴² SOLKA, Michael. *German Armies 1870-71 - Prussian*. Vol. 1. Great Britain: Osprey Publishing, 2004, p. 3-4.

⁴³ KITCHEN, Martin. *A history of modern Germany, 1800-2000*. Malden: Wiley-Blackwell, 2006, p. 111-112.

A industrialização no *Schleswig-Holstein* antes de pertencer ao *Zollverein* teve praticamente um desenvolvimento muito modesto, fato que causou uma grande crise na agricultura afetando toda a região. Somente em 1832, a estrada ligando *Altona* e *Kiel* foi construída e somente em 1844 o primeiro transporte ferroviário de administração pública, fatos estes que eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região, pois *Kiel* era um importante porto desde a Liga Hanseática. O grande avanço de industrialização seguinte só teve início após a anexação dos dois estados pela Prússia após 1866. Em particular, os estaleiros e a indústria de alimentos teve maior ascensão.

Com a Guerra dos Ducados a partir de 1848, somando-se a crise de alimentos, a população começou a emigrar principalmente para o continente americano, o destino quase sempre foram os Estados Unidos, pelo valor da passagem, porém no Brasil tivemos cerca de dois mil imigrantes, naturais das regiões do *Schleswig-Holstein*. Além disso, outro grupo não natural da península migrou para o Brasil, onde ficou conhecido como os *Brummer*⁴⁴.

Outra análise que todo esse contexto dos estados germânicos no século XIX nos permite fazer em relação a esse emigrante é sobre a sua identidade. O estado brasileiro que mais recebeu imigrantes do *Schleswig-Holstein* seguindo a linha de Emílio Willems foi Santa Catarina. Na minha pesquisa atual tenho identificado nas listas da Colônia Dona Francisca, hoje Joinville, que esse imigrante não sabia ao certo sua nacionalidade. Após 1868, existem registros de emigrantes vindos de uma mesma cidade, porém de origens diferentes, um exemplo é a cidade de *Altona*, localizada atualmente no estado de *Holstein* na parte sul, ao lado de *Hamburg*. O interessante nas listas de chegada é que os emigrantes se referem as suas origens de três formas diferentes, às vezes sua nação é *Holstein*, Prússia ou Dinamarca.⁴⁵ Com isso podemos perceber o conflito que todas as ações bélicas, conflitos intelectuais e trocas de governo causaram na mentalidade desse emigrante. Porém essa temática ainda tem um longo caminho para percorrer e não se esgota neste artigo.

Somente após o final da Primeira Guerra Mundial, a questão dos ducados voltou a ser levantada, porém neste caso, no ano de 1919, a solução para esse conflito

⁴⁴ O termo "*Brummer*", resmungão, identifica os membros da Legião Alemã que lutou nas guerras no *Schleswig-Holstein* e quando veio ao Brasil contava com cerca de 50 oficiais e 1.800 soldados, recrutados em 1852 para lutar na guerra contra Rosas na Argentina. Após a guerra com a Argentina, alguns "*Brummer*" ficaram no Rio Grande do Sul, atuando nas áreas do comércio, ensino e jornalismo, como foi o caso de Karl von Koseritz.

⁴⁵ Listas disponibilizadas pelo Arquivo Histórico de Joinville.

que vinha ocorrendo desde o século XIX aconteceu de maneira diferente. Foi realizado então um plebiscito em todo *Schleswig-Holstein* sendo a *Sonderjütlandia* (Jutlândia do Sul) a única região a se unir com a Dinamarca, *Holstein* permaneceu para Alemanha.

Referências bibliográficas

BAYCROFT, Timothy ; HEWITSON, Mark. *What is a Nation 1789-1914*. New York: Oxford University Press, 2006.

CARR, Willian. *Schleswig-Holstein 1815 – 1848: A Study in National Conflict*. England: University of Manchester, 1963.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GREENFELD, Liah. *Nacionalismo: Cinco Caminhos para a Modernidade*. Martins: Publicações Europa-América, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital 1848-1875*. 3 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KITCHEN, Martin. *A history of modern Germany, 1800-2000*. Malden: Wiley-Blackwell, 2006.

KOLULLA, Michael. *Deutsche Verfassungs geschichte: Vom Alten Reich bis Weimar (1495–1934)*. Berlin: Springer, 2008

NIPPERDEY, Thomas. *Deutsche Geschichte 1800-1866: Bürgerwelt und starker Staat*. München: Beck, 1994.

NÓBREGA, Vandick Londres da. *Alemanha: esteio do mundo livre*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961.

PINKARD, Terry. *German Philosophy 1760-1860: The Legacy of Idealism*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002

RAFF, Diether. *Deutsche Geschichte, Vom Alten Reich zur Zweiten Republik*. München: Hueber, 1985.

SIGMANN, Jean. *1848 Las revoluciones românticas y democráticas de Europa*. Madrir: Calle Plaza, 1977.

SOLKA, Michael. *German Armies 1870-71 - Prussian*. Vol. 1. Great Britain: Osprey Publishing, 2004.

SVENDSEN, Nick. *The first Schleswig-Holstein war 1848-50*. England: Sgd Ltd edition, 2008.

TOUCHARD, Jean. *História das Idéias Políticas: Da revolução Americana ao marxismo*. Vol. III. Martins: Europa-América, 1991.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Nationalismus*. München: Beck, 2001.

**Territórios sobrepostos: as migrações na constituição de uma sociedade de
fronteira (paróquia de Alegrete, 1821-1844)**

Luís Augusto Farinatti

Prof. Departamento de História da UFSM

Doutor em História Social pela UFRJ

lafarinatti@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe um estudo da constituição de uma sociedade na zona de fronteira entre os impérios coloniais ibéricos e, depois, entre os nascentes estados sul-americanos. O foco se detém nas migrações que convergiram para a formação da paróquia de Alegrete, na primeira metade do século XIX. As principais ondas migratórias vieram, de um lado, de diversas paróquias localizadas nas áreas de colonização portuguesa mais antiga, no Rio Grande de São Pedro e, de outro, de vários dentre os 30 povos das missões guaraníticas. Além disso, outras regiões também enviaram migrantes para aquele espaço, como a Banda Oriental, o litoral argentino e províncias do recém criado Império do Brasil. Ainda havia importante afluxo de população escravizada, tanto natural do Brasil quanto da África. As principais fontes empregadas foram os registros de batismo.

Palavras-chave: Migrações, Rio Grande do Sul, século XIX, Fronteira

A partir de 1801, os luso-brasileiros assentados no Rio Grande de São Pedro, conjuntamente com tropas regulares do Império Português, promoveram a conquista do território dos Sete Povos das Missões Guaraníticas, ao norte do rio Ibicuí, e também das áreas das estâncias missioneiras, ao sul desse mesmo rio. Ao contrário do que já foi repetido tantas vezes, esta última não era uma “terra de ninguém”. Trabalhos recentes têm reavaliado a presença de povos como charruas e minuanos, bem como a atuação dos guaranis missioneiros como partes de uma malha social e econômica estável e com dinâmica própria, muito antes da ocupação permanente de platinos e luso-brasileiros.¹

Nas décadas de 1810 e 1820, convulsionadas pelos processos de independência no Prata e no Brasil, a região localizada entre os rios Ibicuí (ao norte) e Quaraí (ao sul) tornou-se uma zona de fronteira em meio aos Estados nascentes. Sob o domínio português, em 1817, foi estabelecida, ali, uma capela, que recebeu o nome de N.Sra. da

¹ Entre outros: WILDE, 2001; MENZ, 2001; PANIÁGUA, 2003; NEUMANN, 2004 e 2005; MORAES, 2006 e 2008; GARCIA, 2007.

Conceição do Alegrete. Como veremos, esse é um local privilegiado para o estudo da dinâmica social de uma área de fronteira, em meio à desintegração da ordem colonial e da constituição das novas unidades políticas que buscavam instituir seus projetos de soberania no sul da América.

Trata-se de um estudo em andamento e o que trago nesta comunicação são apenas os primeiros resultados, tomados a partir de uma das abordagens possíveis. Aqui, são investigadas as origens das mães e pais livres e libertos presentes nos registros de batismo realizados em Alegrete, entre 1821 e 1844. Através desse procedimento, creio ser possível reconstruir, ainda que parcialmente, alguns dos movimentos migratórios que influenciaram na composição daquela sociedade de fronteira.

Registros de batismo, população e migrações

O Império do Brasil reiterou as práticas do Império Português no que se refere ao batismo, dotando-o de múltiplas dimensões. Considerava-se que ele promovia a entrada do batizando no universo dos cristãos, abrindo-lhe as possibilidades da salvação da alma. Porém, além disso, aquele ato também inseria o batizando em uma comunidade política: a dos súditos daquele que era por obra e graça de Deus o Imperador de Portugal, Brasil e Algarve e, depois, do Império do Brasil. Assim, o estabelecimento de uma capela na terra conquistada tinha por fim propiciar, além do atendimento espiritual dos cristãos, também a instauração de um elemento do Estado conquistador no coração das novas terras.

Os registros de batismo têm sido amplamente utilizados pelos historiadores dos séculos XVII a XIX para estudar temáticas diversas, como a história demográfica de determinada paróquia, as características das unidades familiares, as alianças estabelecidas via compadrio, as estratégias sociais de escravos e livres, o prestígio social de determinados sujeitos. Entre outros aspectos, há um que interessa particularmente a este trabalho. Os curas deviam registrar informações completas sobre os pais do batizando: seus nomes, condição jurídica, seu local de nascimento. A maioria dos registros feitos na paróquia de Alegrete, entre 1821 e 1844, traz essas informações, permitindo uma abordagem analítica sobre a constituição de uma sociedade naquela zona de fronteira entre diferentes projetos de soberanias, em um tempo de marcantes reordenações políticas, econômicas e sociais na região.

Ainda que a instalação da capela de Alegrete somente tenha se dado em 1817, o primeiro assento registrado é de dezembro de 1816. Contudo, os registros efetuados entre esse ano e o de 1820 não apresentam regularidade, somando, no total, apenas 30 assentos. Assim, para efeitos deste estudo, preferi trabalhar com os registros a partir de janeiro de 1821 e estendê-lo até outubro de 1844.² Nesse período, foram registrados 4.524 batismos em Alegrete, com ampla maioria de batizados livres (80%), conforme se pode perceber na tabela 1.

TABELA 1 – Condição Jurídica dos Batizados – Alegrete (1821-1844³)

Condição Jurídica	Batizados	% de batizados
Livres	3.643	80%
Escravos	848	18,5 %
Libertos	23	1%
Sem referência	10	0,5%
TOTAL	4.524	100%

Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Dividi o intervalo de tempo analisado em três sub-períodos. O primeiro vai de janeiro 1821 até janeiro 1827, quando a igreja de Nossa Sra. da Conceição de Alegrete foi fechada, em razão da grave situação trazida pela Guerra da Cisplatina. A igreja apenas foi reaberta após o final do conflito, em dezembro de 1828. Trata-se de uma época dividida entre anos de paz relativa (1821-1824) e outra de guerra aberta (1825-1827). Refiro-me à “paz relativa” porque, ainda que a ameaça artiguista estivesse desfeita, a região ainda era disputada entre as soberanias nascentes e, também, porque a situação da Banda Oriental, anexada pelos portugueses, depois brasileiros, como Província Cisplatina, nunca deixou de ser contestada pela maioria dos habitantes de fala espanhola dos dois lados do Rio Uruguai.

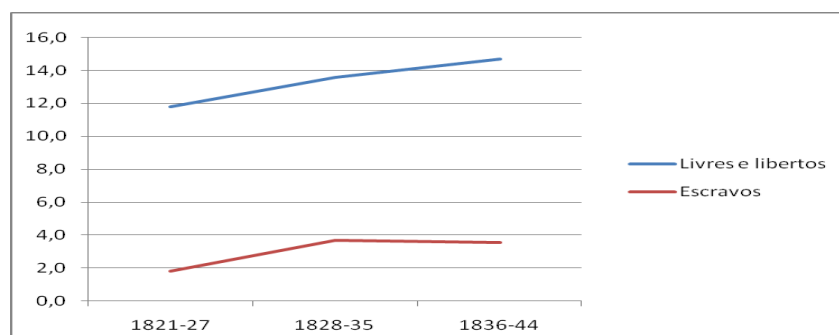
² Esse marco final se dá em virtude de haver trabalhado, em uma primeira versão, com as transcrições dos registros de batismo efetuados pelo Centro de Pesquisas de Alegrete (CEPAL- coordenação Prof. Danilo Santos). Depois, foi realizado o cotejo com os originais. Quando da realização da coleta de dados para a primeira parte desta pesquisa, os registros que estavam disponíveis no Arquivo Diocesano de Uruguaiana iam, de forma contínua, até outubro de 1844. Ademais, considero esse um intervalo de tempo pertinente para os propósitos deste estudo, uma vez que cobrem os primeiros tempos de instalação da capela, depois paróquia, até quase o final da Revolução Farroupilha.

³ Até outubro de 1844.

O segundo sub-período principia com a re-abertura da igreja de Alegrete, já finda a guerra, em dezembro de 1828. Trata-se de um interregno de paz que se estende até o início da Revolução Farroupilha (1835). Novamente, há que se relativizar a estabilidade da região. Apesar da emergência da recém-criada República Oriental do Uruguai ter colocado um freio às pretensões expansionistas brasileiras, a fronteira entre o novo país e o Império ainda era um local de incerteza e irregularidade institucional. Além disso, os conflitos se reiteraram no país vizinho, onde muitos riograndenses tinham bens, negócios, aliados e parentes. Por sua vez, o terceiro sub-período é de guerra aberta, pois está todo inserido dentro da vigência do conflito farroupilha (janeiro de 1836 até outubro de 1844).

Considerando essa divisão, a evolução do batismo dos livres e libertos apresenta uma contínua elevação, o que, provavelmente, se deve tanto a um crescimento vegetativo como à contínua chegada de migrantes na Fronteira. Porém, esse crescimento não foi uniforme. Os números apresentados no gráfico 1 referem-se às médias mensais de batismo em cada período. Elas tiveram um crescimento de cerca de 15% do primeiro para o segundo período e um acréscimo menor (8,5%), do segundo para o terceiro período. Não é possível determinar o quanto desse crescimento se deu em razão de um aumento populacional e o quanto se deve atribuir a uma maior procura do batismo por parte da população local. De qualquer modo, os índices mais significativos no segundo recorte temporal, provavelmente, devem-se ao fato de que ele foi o único livre de guerra, dentre os períodos estudados.

Gráfico 1 – Média mensal de batismos (Paróquia de Alegrete – 1821-1844)



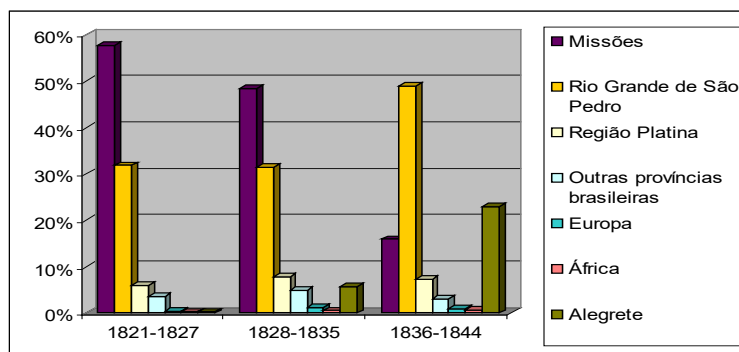
Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

No que se refere à população escravizada, também se nota um crescimento importante no segundo período (51%), sugerindo crescimento econômico da região, mas houve uma estabilização no período da Revolução Farroupilha, o que é compreensível em virtude da situação de guerra. Essa população apresenta naturalidades muito diversas. Os pais e mães escravos crioulos, em maioria, não trazem seu local de nascimento. Quanto aos batizados africanos, a informação de sua “nação” aparece em parte dos registros. Neste artigo, analiso especificamente a população livre e liberta, o que não implica em diminuir a importância da população escravizada na Fronteira, como alguns estudos se acostumaram a fazer. Ela será objeto de trabalhos futuros.

Naturalidade de mães e pais dos batizados livres e libertos

Vejamos os dados do gráfico 2:

**Gráfico 2 – Naturalidade das mães de batizados
(Paróquia de Alegrete – 1821-1844)**

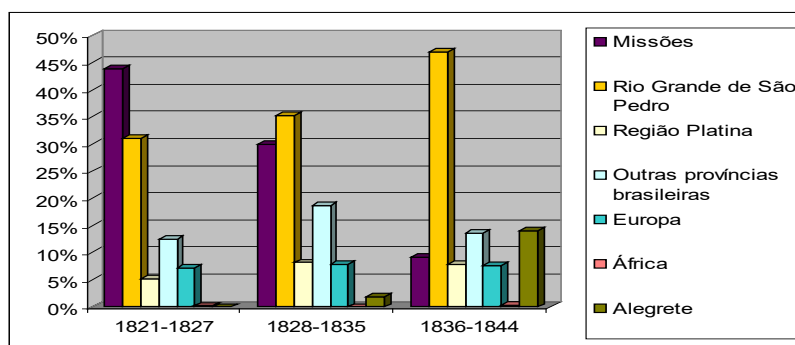


Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Segundo os dados apresentados no gráfico “2”, a maior parte das mães presentes nos registros de batismo, como era de se esperar, eram naturais dos povos missioneiros e das zonas de colonização luso-brasileira do Rio Grande de São Pedro. Há, porém, uma clara inversão da preponderância entre esses dois espaços. Entre 1821 e 1827, 58% das

mães de filhos batizados em Alegrete era natural das Missões Guaraníticas⁴, contra 32% de naturais do Rio Grande de São Pedro. No período seguinte (1828-1835), a preponderância das mães missioneiras prossegue, mas em um nível menor (48% contra 31% das naturais do RS). Por fim, no terceiro período, todo contido dentro da Revolução Farroupilha (1836-1844) a proporção de mães missioneiras despencou para apenas 16%, enquanto que as mães rio-grandenses alcançaram 49%. Ao mesmo tempo, surge com importância um segmento que não existia no primeiro período e era pouco relevante no segundo: as nascidas em Alegrete, que alcançam aqui 23% do total de mães de batizados para as quais pude encontrar registro. Isso, naturalmente, se deve ao fato de que a Capela de Alegrete, edificada em 1817, já passava a ter tempo suficiente de existência para que as primeiras meninas ali batizadas alcançassem a idade adulta. Há, por fim, um conjunto minoritário de mães naturais de outros locais: região platina, Europa, outras províncias brasileiras e África. Individualmente, são pouco expressivas, mas, somadas, atingem 10% e 14% ao longo dos períodos estudados, percentuais que não são desprezíveis e apontam para uma relativa heterogeneidade na população feminina que migrou para aquela fronteira nas primeiras décadas do século XIX.

**Gráfico 3 – Naturalidade dos pais de batizados
(Paróquia de Alegrete – 1821-1844)**



Fonte: Arquivo Diocesano de Uruguaiana. Livros de Batismos 1 a 4. Transcrição realizada pelo Centro de Pesquisas de Alegrete.

Como mostram os dados do gráfico “3”, no que se refere aos pais dos batizados em Alegrete, a tendência geral é semelhante ao caso das mães, ainda que com algumas

⁴ Naturalmente, considerei “Missões” todos os povos missioneiros em todo o período, mesmo aqueles que já haviam se transformado em povoações brasileiras quando do registro.

diferenças. No primeiro período, o predomínio dos missioneiros em relação aos nativos do Rio Grande (44% a 31%, respectivamente) é menor do que no caso das mães, mas ainda é marcante. Por sua vez, estes últimos ultrapassam os primeiros já no segundo período, ainda que, como no caso das mães, haja aí uma tendência para o equilíbrio. De qualquer modo, no conjunto de batismos, ambas as categorias mantêm-se como majoritárias nesses dois primeiros recortes temporais. No período da guerra dos farrapos, a tendência acentua-se fortemente, com os nativos do Rio Grande alcançando 47% e os missioneiros apenas 9%.⁵ Assim como no caso das mães de batizados, é também nesse período que a presença de pais naturais de Alegrete se torna mais relevante (14%).

Do Rio Grande de São Pedro

Entre as mães naturais do Rio Grande de São Pedro, a grande maioria havia nascido na região de Rio Pardo (53% a 70%), seguidas pelas naturais da região do Jacuí (entre 6% e 10%).⁶ No caso dos pais, o predomínio era também da região de Rio Pardo, ainda que não fosse tão grande (52% a 55%) e as regiões do Jacuí (10% a 19%) e de Viamão - Porto Alegre (13% a 15%) alcançam índices um pouco mais expressivos. Assim, pode-se notar uma presença majoritária de naturais das zonas limítrofes, daquela Fronteira de Rio Pardo.

Por dois motivos, esse resultado é o que se esperava. De um lado, aquela região era a principal base para aqueles que iam se infiltrando no território das estâncias missioneiras, arreando gado e fazendo estabelecimentos pecuários, desde fins do século XVIII.⁷ De outro, foi um dos pontos de lançamento para as expedições de 1811 e 1816,

⁵ Se tomamos as médias de batismos por meses em cada período, observamos a mesma tendência. As mães missionleiras estavam presentes, em média, em 6 batismos por mês entre 1821 e 1827, no segundo período em 2,8 e no terceiro a média é de apenas 1,3. No caso dos pais, acompanha-se a mesma tendência: 2,8 no primeiro período, 1,2 e 0,6 nos seguintes. O fato de haver uma queda maior do primeiro para o segundo período deve ser minorado, em razão de haver uma distorção nos números: no segundo período, há um aumento muito pronunciado de registros sem referência à naturalidade dos genitores. No caso dos naturais do Rio Grande, há uma queda do primeiro para o segundo período (em parte, ao menos, também devida ao grande número de registros sem referência à naturalidade dos genitores) e uma marcante recuperação na vigência do conflito farroupilha (mães: 3,9; 2,7; 5,8; pais: 2,0; 1,6; 4,1).

⁶ Considerei região de Rio Pardo: Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada; região do Jacuí: Triunfo, Santo Amaro e Taquari; a terceira região envolve Porto Alegre e Viamão. Ainda houve ocorrências minoritária de naturais de várias outras localidades, como Santo Antônio da Patrulha, Vacaria, Rio Grande, Bagé, Santa Maria e Canguçu.

⁷ É possível mesmo que alguns dos genitores que compareceram à pia batismal dizendo-se naturais de Rio Pardo fossem nascidos nas terras recém-conquistadas, onde ainda não havia capela, e tivessem sido batizados em Rio Pardo.

que garantiram o domínio dos luso-brasileiros sobre a região. Esses homens podiam vir sós ou, talvez mais comumente, migravam com mulheres e, por vezes, filhos. Os mais aquinhoados traziam seus escravos para estabelecer estâncias na fronteira recém-conquistada. Muitos deles participaram das campanhas contra Artigas, na década de 1810, arrearam gado e arrancharam-se, sendo que os mais privilegiados dentre eles conseguiu sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa.

Há que se notar que, entre os homens, apesar das principais tendências serem as mesmas do que entre as mulheres, existe uma maior heterogeneidade dos locais de nascimento. Como está expresso nos gráficos “2” e “3”, a diferença entre os percentuais ocupados pelas duas principais categorias (naturais do Rio Grande de São Pedro e das Missões) e as demais é menor. Somadas, estas últimas atingiram entre 25% e 35%, muito mais do que os 10% a 14% encontrado entre as mães. Destaque-se a presença de naturais de outras províncias brasileiras, que não o Rio Grande do Sul, com percentuais entre 12% e 19%, destacando-se a presença de paulistas.⁸ Como vimos, mesmo dentre os naturais do Rio Grande, a presença de pais nascidos em outras regiões que não a de Rio Pardo é maior do que a de mães.

Assim, pode-se arriscar uma hipótese para os deslocamentos da população luso-brasileira que participou da conquista e ocupação daquela parcela dos antigos territórios missioneiros que foi transformada em paróquia de Alegrete, nas primeiras décadas do século XIX. Essa onda populacional foi composta, majoritariamente, por homens e mulheres nascidos no Rio Grande de São Pedro, especialmente na região de Rio Pardo, limítrofe às áreas recém conquistadas. Mais do que entre as mulheres, era importante entre os homens também a presença de naturais de outras áreas do Rio Grande e de outras províncias brasileiras. Esses, em parte, casaram-se com mulheres rio-grandenses, especialmente as naturais da região de Rio Pardo. É possível que parte desses homens tenha migrado, primeiro, para Rio Pardo, estabelecido relações e, a partir dali, participado da invasão luso-brasileira, seja nas colunas militares, seja fundando estâncias nas novas áreas. A maior presença de mulheres naturais da região de Rio Pardo ratifica, então, o papel da região como importante entreposto na conquista da Fronteira. O local foi palco não apenas de aprovisionamento e organização de tropas, mas também de relações e estratégias sociais decisivas no processo de avanço para oeste. Isso mais fortemente na fase da conquista, nas primeiras décadas do Oitocentos,

⁸ São Paulo inclui, aqui, os territórios que, depois, viriam a fazer parte da província do Paraná. É o caso dos pais naturais da vila de Castro, que tem o maior índice entre os nascidos em paróquias paulistas.

mas provavelmente também, de forma menos decisiva, até o final do período estudado aqui.

Missioneiros

Retomemos, agora, a tendência de queda na presença de mães e pais naturais das Missões, ao longo do período estudado. Se tomarmos as médias de batismos por meses em cada período, observamos a mesma tendência. As mães missioneiras estavam presentes, em média, em 6 batismos por mês entre 1821 e 1827, no segundo período em 2,8 e no terceiro a média é de apenas 1,3. No caso dos pais, acompanha-se a mesma tendência: 2,8 no primeiro período, 1,2 e 0,6 nos seguintes. O fato de haver uma queda maior do primeiro para o segundo período deve ser minorado, em razão de haver uma distorção nos números: no segundo período, há um aumento muito pronunciado de registros sem referência à naturalidade dos genitores.

Assim, a redução na proporção de naturais das Missões parece não se dever apenas ao aumento dos naturais de outras áreas, mas a uma verdadeira redução de sua presença. As explicações para essa transformação ainda não são claras, a esta altura da pesquisa, mas podem-se apontar alguns caminhos. O fato de que a tendência de queda é contínua ao longo de todo o intervalo de tempo estudado sugere que houve chegada expressiva de migrantes vindos daquelas áreas na década de 1810 e 1820, resultando nos números do primeiro período estudado aqui. Por essa mesma razão, ao que tudo indica, essas migrações perderam muita força nos períodos seguintes e, além disso, parece ter havido também uma redução progressiva da população missioneira no local, talvez por emigração.

As invasões portuguesas do início do Oitocentos encontraram os *pueblos* missioneiros em crise, em um processo iniciado com a expulsão dos jesuítas, em 1767. Além disso, as guerras de independência no Prata e o processo de assentamento dos conquistadores portugueses causaram o rompimento da já combalida estrutura missioneira. Os guaranis das reduções mais ocidentais viram seus povoados e suas estâncias serem desmantelados, sofrendo com saques e com um processo brutal de espoliação. Muitos juntaram-se a Artigas, outros aos portugueses e outros tantos empreenderam um processo migratório tanto dentro de seus antigos domínios quanto para fora deles. No início da década seguinte, quando Artigas foi finalmente vencido e exilou-se no Paraguai, novos movimentos daqueles grupos tiveram lugar. Parte desses

guaranis deve ter mesmo se instalado na recém criada paróquia de Alegrete, ou naquele local, já antes da criação da paróquia.

Em janeiro de 1821, o viajante francês August de Saint-Hilaire passou pelo campo de Belém, na região localizada entre os rios Quaraí e Arapey, e notou grande presença de guaranis. Afirmou que, depois da derrota de Artigas, esse povo sofria com as perseguições em Entre-Rios. Disseram-lhe que cerca de 3.000 guaranis haviam passado o rio Uruguai e haviam vindo buscar refúgio no lado oriental, então sob domínio dos portugueses. Estes, apesar de haverem sido seus inimigos na guerra, tinham por instrução acolhê-los, já que eles podiam ser muito úteis como trabalhadores, soldados e povoadores daquela Fronteira. Saint-Hilaire anotou em seu diário: *“Com a maior parte dos homens mortos durante a guerra, as mulheres e as crianças, principalmente, vieram refugiar-se junto aos portugueses. A maioria desses índios foram encaminhados para a Capela de Alegrete, onde, parece, ganharão terras.”* (SAINT-HILAIRE, 1997, p. 223).

Essa informação encontra eco em um requerimento enviado ao governador da Capitania, o Marquês de Alegrete, em 1817, no qual alguns moradores luso-brasileiros da região entre os rios Ibicuí e Quaraí pediam autorização para a reconstrução da capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que fora queimada por tropas inimigas. A autorização foi concedida e a capela foi acrescida do nome de Alegrete. Dentre outros motivos, os autores do requerimento pediam a reconstrução da capela *“...ainda mesmo para serem aldeados os Naturaes que se acham presente em serviço de campanha com suas famílias, estas fazendo peso ao exército, por não haver um lugar certo onde as depositem, e no fim da dita campanha ficando dispersos serão muito prejudicados...”* (ARAÚJO FILHO *apud* PANIÁGUA, pp. 82-83).

Assim, na década de 1820, uma importante população de guaranis egressos das Missões estava instalada em Alegrete. Como foi dito, a diminuição da presença de genitores missioneiros no segundo período provavelmente se deve, em parte, ao fato de que a paróquia deixou de receber expressivos contingentes de migrantes guaranis naquele período. Um outro fator cujo efeito se faria notar progressivamente seria uma fecundidade menor da população missioneira em relação aos migrantes vindos do Rio Grande de São Pedro. Ainda não realizei essa análise, mas o fato de que o percentual de filhos de pais incógnitos entre as mães missioneiras (41%) é muito maior do que entre as mães rio-grandenses (12%) sugere que essa hipótese deve ser considerada.

Porém, a queda no percentual de genitores missioneiros que compareceram à pia batismal na paróquia de Alegrete também pode ter ocorrido em virtude da saída de parte dessa população. Talvez uma parcela dentre eles tenha participado do êxodo dos guaranis que emigraram acompanhando o líder oriental Frutuoso Rivera, que invadira a região missioneira que estava sob domínio dos brasileiros, em 1827 (GOLIN, 2002).

Por sua vez, a nova redução apresentada no período da Revolução Farroupilha ainda deve estar refletindo o fato de que não houvera a chegada de grandes contingentes de missioneiros desde meados da década de 1820 e, ainda, como vimos, também pode ter influência de um menor número de filhos entre as mães missioneiras. Porém, a redução é tão importante que, novamente, podemos estimar a existência de algum fator que tenha catalisado essa tendência. Uma grande perda de vidas de missioneiros durante o conflito pode ser sugerida, porém, se fosse o caso, seria de se esperar que houvesse uma redução maior de homens do que de mulheres, já que os homens envolvem-se diretamente nos combates. Não é isso o que se observa, uma vez que, do segundo para o terceiro períodos, a queda de presença de mães missioneiras foi de 54%, enquanto que de pais foi de 50%, ou seja, percentuais equilibrados com pequena vantagem para as mães. Ainda assim, não se pode duvidar que a situação de guerra aberta, vivida na paróquia durante todo o período, possa ter influenciado em novos deslocamentos dos missioneiros, seja de homens ou de mulheres, seja para evitar, para participar ou para acompanhar as forças combatentes.

Os missioneiros que compareceram à pia batismal, em Alegrete, apresentavam um predomínio marcante dos naturais de São Borja e, secundariamente, de Japejú. Bem depois deles, São Nicolau, La Cruz e São Luis também se sobressaem. Uma variedade de outros *pueblos* também aparece, com baixa representatividade.⁹ No primeiro período, entre as mães há um equilíbrio entre os povos de Japejú e São Borja (26% cada). Entre os pais, há mesmo um predomínio dos nascidos em Japejú, que eram 30% dos pais missioneiros, contra 24% dos de São Borja. Nos outros dois períodos, os índices dos naturais de Japejú caem para 16% e 3% entre as mães e 9% e 4% entre os homens, sendo ultrapassados, já no segundo período, pelos naturais de São Luis (8% entre as mães) e São Nicolau (14% entre os pais).

No momento, não tenho uma explicação para o quase desaparecimento dos naturais de Japejú. Por alguma razão ainda a pesquisar, é possível que eles tenham

⁹ Entre outros: São Tomé, Apóstolos, São Miguel, Santo Ângelo, São João Batista, San Inácio Mini, Jesus, Corpus e Candelária.

protagonizado mais fortemente um dos processos que descrevi como possíveis de terem causado a diminuição geral de mães e pais missioneiros em Alegrete: por exemplo, podem ter sido majoritários em algum tipo de deslocamento para fora da paróquia. De qualquer modo, seu relevante papel, junto com São Borja, este sim o principal *pueblo* de naturalidade dos missioneiros em Alegrete, aponta para um padrão semelhante ao encontrado para os naturais do Rio Grande. A maior parte da região de Alegrete englobava, exatamente, as estâncias desses dois *pueblos*. Assim, aquele era o seu território, o local de onde, desde há muito, eles e seus ancestrais tiravam sua sobrevivência e, talvez, onde parte deles estivesse arranchado mesmo antes da chegada dos luso-brasileiros. Afinal, ali estiveram localizados seus postos de estância e esses locais envolviam moradias temporárias. Como destacou Edson Paniágua, tratava-se não de um território vazio, como tentaram fazer crer os discursos que fazem coro aos conquistadores, mas sim de uma antiga espacialidade missioneira (PANIÁGUA, 2003).

Provavelmente, uma parte expressiva dentre eles realmente *migrou* para aquele local. Contudo, tratava-se de uma migração dentro de referentes espaciais culturalmente consolidados, mas que, a partir do impacto do meteoro das invasões luso-brasileiras, precisavam ser matéria de novos processos de territorialização, protagonizados pelos próprios missioneiros.

No caso destes agentes, todo estudo deve basear-se em cuidadosa análise para evitar o etnocentrismo. Afinal, suas noções em relação a *deslocamento*, *fixação* e *território* provavelmente não eram as mesmas que tinham os luso-brasileiros. Não se deve interpretar seus deslocamentos apressadamente, a partir de modelos que lhes são exógenos. Estariam eles, mesmo, “fixados” na paróquia? É provável que se deva dizer o mesmo quanto aos escravos, afinal, diferentes também devem ter sido aquelas noções protagonizadas por crioulos e africanos, vindos de diversas partes da América Portuguesa e da África. Parece-me que seria interessante considerar mais detidamente, como parte da história social do século XIX, a construção de processos de *territorialização* por sujeitos que participavam de um mesmo processo histórico, mas em posições diferentes e, por vezes, confrontantes, abastecidos por concepções culturais diversas. Este pequeno artigo tentou ser apenas a apresentação das bases empíricas de algumas dessas questões. Espero haver demonstrado que a zona de fronteira, aqui analisada, é um laboratório pertinente para esse estudo.

Referências Bibliográficas

BRÜGGER, Sílvia. *Minas Patriarcal: Família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Anablume, 2007.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (tese de doutorado)

HAMEISTER, Martha. *Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1863)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (Tese de Doutorado).

MORAES, María Inés. La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrarios en Uruguay. In *Ciencia & Ambiente*. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

MORAES, María Inés. *La pradera perdida. Historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo prazo (1690-1970)*. Montevideu: 2008.

NEUMANN, Eduardo. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII IN: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos e NEUMANN, Eduardo dos Santos (org). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.

NEUMANN, Eduardo. Práticas letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (Séculos XVII e XVIII) / Eduardo Santos Neumann. Tese de Doutorado: IFCS-UFRJ – Rio de Janeiro, 2005.

PANIÁGUA, Edson. *Fronteiras, violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete*. São Leopoldo: Unisinos. Dissertação de Mestrado em História, 2003.

SAINT-HILAIRE, August. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2ª. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia. Hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS-PPGH, 2006, (dissertação de mestrado).

WILDE, Guillermo. Los guaraníes despues de la exclusión de los jesuítas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas. *Revista Complutense de História de América*, 2001, n. 27, pp. 69-106.

Uniões estratégicas: uma família que se fez elite¹

Carina Martiny²

Resumo: Em 1825 chegava a São Leopoldo, com nove anos de idade, Francisco Pedro Trein, acompanhado dos pais e de dois irmãos. Passaram-se algumas décadas e, no quartel final do século XIX, os Trein figuravam como uma das mais importantes famílias de São Sebastião do Cai (RS), sendo que sua atuação e o reconhecimento de sua posição superior ultrapassavam, inclusive, os limites municipais. Este trabalho analisa algumas das estratégias utilizadas pelos membros da família Trein na constituição e ampliação de sua rede de relações como garantia para manter e ampliar seu status social, econômico e político. Baseados no conceito de rede social evidenciamos a importância da complementaridade dos laços estabelecidos pelos indivíduos, tomando como fio condutor da análise a trajetória desta que constituiu uma das mais destacadas famílias da elite caiense.

Em 31 de dezembro de 1825 chegou a São Leopoldo, aos nove anos de idade, acompanhado dos pais, João Francisco Trein e Maria Jacobina Moog, e de mais dois irmãos – Felipe Carlos e Maria Carolina – Francisco Pedro Trein, estabelecendo-se com a família em Bom Jardim, interior da colônia de São Leopoldo (HUNSCHE, 1975, p.283). Tendo em 1847 se casado com Catarina Kessler, também imigrante, Francisco Trein passou a residir em Linha do Hortêncio, onde abriu uma casa de negócios no mesmo ano. Em duas décadas o negócio prosperou de tal modo que, em 1869, Trein abriu uma filial de sua casa comercial na povoação de Porto do Guimarães (ROCHE, 1969, p. 435).

Passados mais de cinquenta anos da chegada de Francisco Trein à colônia de São Leopoldo, em 1877, tomava posse, na primeira Câmara Municipal de São Sebastião do Cai (1877-1880), Felipe Carlos Trein, filho de Francisco Trein. Alguns anos depois, em 1892, era Christiano Jacob Trein, outro filho de Francisco, quem compunha o primeiro Conselho Municipal do período republicano (1892-1896). Se por um lado evidenciamos a presença de Felipe Carlos e Christiano Jacob atuando na instituição camarária municipal, por outro constatamos que Francisco Trein nunca o fez. Entretanto, tal constatação não pode levar-nos a afirmar que Trein não possuísse importante papel na política local. Ao contrário, a análise

¹ Este artigo foi elaborado a partir do terceiro capítulo *Criando, mantendo e ampliando relações: investimentos e estratégias para a formação de redes de poder* de nossa Dissertação de Mestrado “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município” *Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Cai, 1875-1900)* (MARTINY, 2010).

² Mestre em História pela UNISINOS.

documental permite-nos afirmar que Trein foi importante personagem da política municipal de São Sebastião do Caí tendo presidido, na primeira eleição realizada para a Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, em 1875, na condição de Juiz de Paz, a mesa eleitoral da paróquia de São José do Hortêncio. A anulação desta eleição deveu-se muito em função da própria atuação de Trein como presidente da mesa, que, segundo acusaram seus opositores, fez uso de artifícios fraudulentos para garantir a vitória de seu partido – o Partido Liberal – no pleito.

O fato de Trein presidir a mesa eleitoral demonstra que este imigrante já ocupava um lugar de destaque na política local quando da criação do município de São Sebastião do Caí³, já que o exercício das funções de Juiz de Paz da paróquia de São José do Hortêncio já era exercido por Trein antes de 1875. Em 1873 havia sido eleito para o cargo de Juiz de Paz da paróquia de São José do Hortêncio com 131 votos, o que então representava quase 14% do total de votos da paróquia, percentagem esta bastante significativa se levarmos em conta que os 86% restantes estavam divididos entre 47 indivíduos.⁴

Como demonstraremos ao longo da análise, a família Trein construiu, ao longo do século XIX, um status político, econômico e social que lhe garantiu o pertencimento ao grupo reduzido do que denominamos de “a elite caiense”, ou seja, aqueles indivíduos que controlavam os setores econômicos mais importantes do município – a produção de excedentes agrícolas e agromanufaturados voltada para a exportação e o comércio local – e que garantiram participação nos principais órgãos de poder municipal.

Certamente uma análise do papel do imigrante e de seus descendentes na política e economia locais não somente seria possível a partir do caso da família Trein como também muito pertinente. Entretanto, a proposta deste artigo volta-se para outros questionamentos: como um imigrante e sua família conseguiram alcançar, num período de meio século, tanta importância política? Quais as estratégias utilizadas pela família Trein para garantir o acesso ao poder? Este artigo busca explorar, a partir de um corpus documental variado, algumas das estratégias utilizadas pela família Trein na construção, manutenção e ampliação de seu status social, econômico e político. Acreditamos que foi a partir das variadas relações estabelecidas pelos membros da família Trein – ou seja, na constituição de sua rede social – que estes indivíduos constituíram-se como parte da elite política municipal.

³ O município de São Sebastião do Caí foi criado pela lei nº 995 de 1º de maio de 1875, desmembrando-se do município de São Leopoldo.

⁴ Entre estes 47 indivíduos que receberam votos além de Francisco Trein, foi João Daniel Collin quem recebeu significativa percentagem dos votos (aproximadamente 12% do total de votos).

Trabalhamos, pois, com o conceito de rede social, entendendo rede como uma transversalidade de laços que podem ser mobilizados em função de uma dada finalidade, sendo que, no caso por nós analisado, a finalidade seria constituir-se enquanto uma família de elite. Este entendimento do conceito de rede social remete àquele elaborado por Michel Bertrand, para quem as redes sociais se constituem como

[...] complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y muy desigualmente (BERTRAND, 2000, p. 74).

Constituindo uma rede: tecendo laços matrimoniais

A análise dos laços matrimoniais constituídos pelos membros da família Trein revela que esta foi uma importante estratégia utilizada, garantindo tanto o status econômico da família quanto a presença desta no principal órgão de poder municipal oitocentista – a Câmara Municipal.

A 2 de setembro de 1874, no então povoado de Porto do Guimarães, segundo os registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, uniram-se matrimonialmente Francisco Trein, terceiro filho de Francisco Pedro Trein e Catharina Kessler, então com 22 anos e negociante como o pai, e Margaretha Zirbes, 17 anos, filha de Guilherme Zirbes e Magdalena Müller (LIVROS, [1874] 2003, f. 22).

A união matrimonial entre Trein e Zirbes resultava em vantagens econômicas para as duas famílias. Francisco Trein era filho de um dos maiores negociantes da região, sendo evidente para os Zirbes que, se o filho já seguia os passos do pai nos negócios, sucesso não lhe faltaria, e sua filha teria um bom futuro assegurado. Já o patriarca da família Trein parece ter buscado assegurar, através do casamento de filhos e filhas, uma espécie de sociedade comercial com potenciais concorrentes nos negócios, assim como garantir a permanência de sua família no círculo de poder político local. Do ponto de vista econômico, o casamento de Francisco Trein e Margaretha Zirbes não fugia à regra que orientou todos os demais casamentos dos filhos de Francisco Pedro Trein. Além da ligação com a família Zirbes, encontramos referências a uniões matrimoniais com outras famílias de negociantes: com a família Ritter, cujo patriarca, Georg Henrique Ritter era cervejeiro e vendeiro em Linha Nova; com a família do negociante de São José do Hortêncio, João Jacob Schmidt; e, com a família

Noll, de comerciantes de Picada Feliz.⁵ Com essas uniões, as famílias envolvidas concentravam todo o capital econômico e simbólico que até então haviam acumulado nos novos casais que então se formavam.⁶ A estratégia matrimonial da família Trein se estenderia para a próxima geração, como mostram alguns dos casamentos de filhos de Christiano Jacob Trein. Sua filha Catarina acabou casando-se com Frederico Mentz que, junto ao sogro, administrou a casa comercial que este herdara do pai. Outra filha de Christiano Trein, Matilda Trein, casou-se com Antônio Jacob Renner (A. J. Renner), que ao final do século XIX tornou-se um importante empreendedor no ramo da produção têxtil.⁷

Mais um importante aspecto acerca das ligações matrimoniais da família Trein merece ser destacado: muitas das alianças matrimoniais da família Trein converteram-se em importantes alianças econômicas, que lhe garantiam o fortalecimento de sua posição econômica privilegiada. E então, vale analisar mais atentamente o caso do segundo matrimônio de Felipe Carlos Trein, realizado com Guilhermina Ritter, filha de Jorge Henrique Ritter. Esta aliança matrimonial, muito provavelmente, levou à aproximação de Trein com Adolpho Carlos Oderich, casado com Henriqueta Ritter, sua cunhada. A aproximação familiar se refletiu nos negócios – ou foi refletida pelos negócios, não temos como determinar isto exatamente por falta de informações – surgindo então a sociedade entre Felipe Carlos Trein e

⁵ Não estamos supondo aqui, através deste exemplo, que as relações entre os integrantes da família Trein eram relações características de uma família patriarcal, no sentido de que as relações eram pautadas em uma “submissão constante e necessária de todos os membros a um chefe com poderes senhoriais” (HAMEISTER, 2006, p. 41). Consideramos, antes, que esta foi uma estratégia utilizada pela família Trein dentro de um contexto possível, no sentido de uma racionalidade limitada tal qual Levi a caracteriza (LEVI, 2000). Lembremos, por exemplo, que, como elite, tais famílias muito provavelmente frequentavam os mesmos locais de sociabilidade, mantinham relações mais próximas, o que aumentava as chances de união entre si, união esta que lhes pareceu vantajosa. Mas não se deve desconsiderar o importante papel que a família assume para os imigrantes. Para Cacilda Machado o ato de imigrar conferiu à família o importante papel de mediadora das relações do indivíduo com o meio social (MACHADO, 1997). Assim, torna-se mais compreensível o sentido da estratégia matrimonial dos Trein, enquanto uma estratégia familiar e não individual.

⁶ Esta mesma interpretação já foi feita por Marcos Witt acerca do casamento de Carlos Frederico Voges Sobrinho e Philipina Risina Schmitt (WITT, 2006, p. 98).

⁷ A. J. Renner nasceu em 1884, natural da localidade que hoje constitui o município de Alto Feliz – então parte do distrito caiense de Picada Feliz –, filho de Jacob Renner e Clara Fetter. A. J. Renner trabalhou, inicialmente, com seu pai, na fábrica de banha que este possuía e, em seguida, em Porto Alegre, na Joalheria Foernges, onde aprendeu o ofício de ourives. Aos 18 anos transferiu-se para o município de São Sebastião do Caí, abrindo sua própria ourivesaria. Em 1905, após casar-se com Matilda Trein, tornou-se sócio de seu sogro, e seis anos depois, sócio do empreendimento têxtil Frederico Engel & Cia, que acabou tornando-se a empresa A. J. Renner & Cia. Apesar da fábrica de tecidos ter permanecido em São Sebastião do Caí até 1914, a fábrica de fiação foi logo transferida para Porto Alegre, com o objetivo de facilitar os contatos comerciais com a fronteira através da linha férrea Porto Alegre - Uruguaiana (REICHEL, 1978, p. 41). A indústria têxtil gaúcha, em especial, o grupo A. J. Renner, foi objeto de análise de Heloísa Reichel, em sua Dissertação de Mestrado defendida na UFRGS, em 1978, e publicada no mesmo ano, sob o título *A Indústria Têxtil no RS: 1910-1930* (REICHEL, 1978).

Adolpho Oderich, tanto nos negócios comerciais de Trein, quanto na fábrica de banha de Oderich, fundada em 1892.⁸

Também no caso dos negócios de Christiano Jacob Trein podemos constatar uma sociedade que esteve ligada a relações familiares. Mesmo não tendo conseguido localizar o inventário de Christiano Trein, pudemos contar com informações de algumas obras que fazem referência à família Trein e a seus empreendimentos. Este é o caso do trabalho já clássico de Jean Roche (1869), no qual a firma que Christiano herdara de seu pai é correntemente utilizada como exemplo de empreendimento de sucesso dirigido por imigrantes e descendentes germânicos, do trabalho de Hunsche e Astolfi (2004), que trazem importantes informações sobre as alianças matrimoniais desta família, e da pesquisa mais recente de Ana Cristina Beiser sobre a família Ritter. Como já referido anteriormente, Christiano Jacob Trein casou-se com Elisabete Ritter, outra filha de Jorge Henrique Ritter (transformando-se, assim, em concunhado de seus irmãos Felipe Carlos e Guilherme, casados com outras filhas de Ritter). O casamento ocorreu em 27 de janeiro de 1874 (HUNSCHE; ASTOLFI, 2004, p. 753) sendo que, seis anos depois, em 1880, Christiano firmava sociedade com Henrique Ritter Filho, seu cunhado. Beiser faz referência a esta união comercial:

O estabelecimento, situado nessa cidade portuária [São Sebastião do Caí], que teve importante papel no escoamento de mercadorias coloniais no início do século XX, e que fora fundado em 1869 por Franz Peter Trein, pai de Christian Jacob Trein, passou a chamar-se “Trein e Ritter” a partir da chegada do novo sócio (BEISER, 2009, p. 10).

Em 1888, Ritter deixaria a sociedade, e a casa comercial passou a chamar-se, apenas, Christian Jacob Trein & Cia. Entretanto, como aponta Roche, a empresa comercial de Trein era, fundamentalmente, familiar, uma “dinastia comercial”, de modo que, depois da saída de Ritter, foi com os genros A. J. Renner e Frederico Mentz que Trein estabeleceu sociedade a partir de 1898. Porém, como Renner deixou a sociedade em 1911, para dedicar-se a sua empresa têxtil, coube a Trein e Mentz a abertura de uma filial da casa comercial em Caxias e a transferência de sua sede para Porto Alegre. À frente da administração da casa comercial de

⁸ O inventário de Felipe Carlos Trein revela que ele possuía, em 1899, 15:970\$000 (15 contos, 970 mil-réis) como parte da fábrica de banha de Adolpho Oderich, enquanto metade do capital da casa comercial Carlos Trein & Cia pertencia ao mesmo Oderich. Para mais informações sobre o desenvolvimento dos negócios da família Oderich, ver a descrição que Masson faz da constituição dos “Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros Ltda”. que teve na fábrica de banha de Adolpho Oderich sua precursora (MASSON, 1940, p. 64-67).

São Sebastião do Caí – que então se tornara uma filial –, ficou Christiano Jacob Trein, até seu falecimento, em 1916 (ROCHE, 1969, p. 436).

Assim, os casamentos da família Trein basearam-se em uma estratégia familiar que buscava, predominantemente, atender a anseios econômicos. No entanto, pudemos constatar que os casamentos também visavam a manutenção do prestígio social e da posição política das famílias que se uniam através deles. Para o caso dos Trein, em especial, prestígio e capital político parecem ter sido fundamentais. Dos 10 filhos de Francisco Pedro Trein, ao menos oito se casaram com membros de outras famílias de prestígio que ocuparam cargos na Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.⁹ Marcos Witt observa, neste sentido, que “arranjos familiares eram imprescindíveis para o funcionamento da sociedade como um todo, mas, inclusive, nas relações de poder tanto públicas quanto privadas” (WITT, 2006, p. 81).¹⁰

A análise do quadro de vereadores em São Sebastião do Caí revela que os laços matrimoniais da família Trein serviram também para consolidar sua presença no círculo de poder local. Uma primeira e superficial análise do grupo de indivíduos que, entre o período de 1877 e 1900 ocuparam algum posto na Câmara Municipal pode levar à constatação de que apenas dois membros da família Trein exerceram o papel de vereadores: Felipe Carlos e Christiano Jacob. Entretanto, ao levarmos em conta os matrimônios realizados pelos membros desta família constatamos que foram seis e não dois membros que estiveram na Câmara Municipal. Francisco Trein Filho, terceiro filho de Francisco Trein, casou com Margarida Zirbes, filha de Guilherme Zirbes, vereador na Câmara de 1881-1882. Outros dois filhos de Francisco Trein uniram-se à família de João Jacob Schmidt, que fora vereador por duas ocasiões – 1877 a 1880 e 1881 a 1882 –; Júlio Trein casou, em primeiras núpcias, com Maria Cristina Schmidt, filha de João Jacob Schmidt, e Maria Matilda Trein casou com João Jacob Schmidt Filho. Mas a

⁹ Entendemos que a presença na Câmara Municipal se constituía em meio de expressão do prestígio que dado indivíduo possuía ante os demais membros da sociedade. O poder simbólico de que nos fala Bourdieu, ou seja, o poder que dissimula a violência que é intrínseca a toda forma de poder (BOURDIEU, 1990a, p. 194), é o poder da representação, ou seja, o poder que dado indivíduo – mandante ou representante – possui para falar e agir em nome de uma coletividade – mandatários ou representados (BOURDIEU, 1990a, p. 189). No artigo *A delegação e o fetichismo político* (1990a) Pierre Bourdieu aborda a ilusão que se instala quando o poder do mandatário, do representando ou porta-voz é considerado pelos representados e por si próprio como *causa sui*, ou seja, quando não é mais possível identificar o lugar de onde emana o poder na relação circular entre representantes e representados, quando não é mais possível saber se o grupo existe porque existe o representante ou se o representante existe em função da coletividade que representa. Segundo o sociólogo francês, “*em aparência* o grupo faz o homem que fala em seu lugar, em seu nome – este é o pensamento em termos de delegação –, ao passo que *na realidade* é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo. É porque o representante existe, porque *representa* (ação simbólica), que o grupo representado, simbolizado, existe e faz existir, em retorno, seu representante como representante de um grupo” (BOURDIEU, 1990a, p. 189, grifos do autor).

¹⁰ A análise que empreendemos se inspira nos trabalhos de Muaze (2006) e de Witt (2008), que entendem também as alianças matrimoniais como estratégias familiares que visavam à manutenção e ampliação do capital simbólico e econômico das famílias envolvidas.

família Trein esteve ligada também à família de Henrique Ritter Filho, vereador de 1887-1890. Felipe Carlos Trein, Cristiano Jacob Trein e Frederico Guilherme Trein, os três filhos de Francisco Trein, casaram com irmãs de Henrique Ritter Filho, respectivamente, Guilhermina Ritter (segundas núpcias de Felipe Carlos), Elisabete Ritter e Catarina Ritter. Pela via matrimonial, os Trein também estabeleceram relações com a família do vereador Pedro Noll, já que Frederico Trein casou-se com Carolina Noll, sobrinha do vereador. Assim, ao invés da família Trein ter tido apenas dois representantes seus como vereadores na Câmara Municipal, a “família ampliada de Francisco Trein” possuiu, na realidade, seis representantes na edilidade municipal.

Estas estratégias matrimoniais da família Trein parecem observar regras e valores próprios de uma sociedade em que a igualdade social e o prestígio eram fundamentais para a consolidação da união entre famílias de elite. O casamento, longe de ser uma escolha individual ainda, ao final do século XIX, constituía um negócio de família, na medida em que dele dependiam a sobrevivência e o sucesso financeiro e social de toda a família. A partir da análise das uniões matrimoniais da família Trein pode-se afirmar que o casamento constituía-se em “um negócio de família, um contrato que consolidava redes de aliança e solidariedade econômicas, políticas e sociais”, sendo esta uma estratégia e escolha familiar mais do que individual (MUAZE, 2006, p. 50-51). Neste mesmo sentido, Mary Del Priore observa que, no século XIX,

Apesar dos espaços de encontros se terem multiplicado, embora jovens pudessem se conhecer, trocar emoções e mesmo “namorar” – palavra que não tinha, na época, o mesmo sentido que lhe emprestamos mais tarde –, os motivos do casamento continuavam a passar longe do coração. [...], nas classes média e alta rígidos códigos barravam a espontaneidade dos gestos (DEL PRIORE, 2005, p. 156).

Isto, no entanto, não significa afirmar que todos os casamentos eram arranjos baseados em uma racionalidade que buscava auferir sempre as maiores vantagens possíveis. Marcos Witt bem observou que “Todavia, as famílias não eram exclusivamente manipuladas por interesses materiais” (WITT, 2008, p. 85), existindo a possibilidade de uniões virem a ser realizadas puramente por sentimentos afetivos. Entretanto, podemos afirmar que estes se constituíam em exceção entre as famílias dos setores privilegiados da sociedade, já que a regra era assegurar benefícios através dos casamentos. Apesar de não podermos, convictamente, afirmar que os casamentos dos membros da família Trein foram arranjados

pelo patriarca – prática muito comum no século XIX, como observado por Mary Del Priore (DEL PRIORE, 2005, p. 157)¹¹ – acreditamos que o patrimônio e os atributos daqueles que ingressaram na família Trein pela via do matrimônio, apontem para o empenho de Francisco Pedro Trein em dirigir as escolhas de seus filhos. O fato é que – como procuramos mostrar –, as uniões matrimoniais firmadas pela família Trein – e por tantas outras famílias da elite brasileira Oitocentista – evidenciam o emprego de uma estratégia que visava, fundamentalmente, manter e ampliar seu prestígio, tanto em termos econômicos, quanto em termos políticos e sociais.

Ampliando relações: a atuação econômica da família Trein

A posição privilegiada ocupada pelos membros da família Trein na sociedade caiense foi construída não somente através de estratégias intra-familiares mas, também, através de relações estabelecidas com membros de outros setores da sociedade local. Buscando mapear os meios pelos quais a família constituiu uma ampliada rede de relações, analisamos mais atentamente alguns aspectos da atividade econômica a qual esta família se dedicou. Resulta desta análise a constatação de que a família Trein beneficiou-se da ocupação econômica à qual se dedicou – o comércio – utilizando-a como importante instrumento de constituição e ampliação de redes sociais, que lhe garantiam relevância social assim como facilitavam sua inserção na vida política municipal. Neste sentido, concordamos com Witt que ressalta a importância da ocupação com o comércio e das relações mantidas por um indivíduo através de sua atividade ocupacional na determinação do papel político por ele desempenhado (WITT, 2008, p. 247-250).¹² Também Sperb destacou aspectos que explicam a importância do comerciante na região colonial:

Sem nenhuma dúvida era o vendeiro a pessoa mais bem informada de toda a região e também aquele que de uma certa forma podia decidir sobre os destinos de um grande grupo de pessoas. Era ele que estabelecia as regras nas transações comerciais com os colonos. (SPERB, 1987, p. 18).

¹¹ Segundo Mary Del Priore, “Com honrosas exceções em alguns grupos da elite, a mentalidade das relações familiares e sociais era profundamente marcada pelo ambiente rural que predominava até então. Uma rede de solidariedades, deveres e obrigações mútuas a consolidava. O consentimento dos mais velhos continuava abençoando as uniões e cabia ao pai decidir e determinar o futuro dos filhos sem lhes consultar, [...]” (DEL PRIORI, 2005, p. 157).

¹² Ao analisar o caso de um colono alemão que foi eleito Juiz de Paz em Torres em 1829, Witt constatou que tanto a sua profissão – era comerciante – quanto a sua rede de relações podem ter sido fundamentais para que fosse eleito (WITT, 2008, p. 247-250), na medida em que facilitaram o acesso aos círculos de poder.

Quanto ao primeiro aspecto apontado por Sperb, de que o vendeiro era a pessoa mais bem informada de toda região, é preciso considerar que, além das ligações que estabelecia a partir de sua venda – enquanto ponto de encontro, de transmissão e circulação de informações – costumeiramente, este indivíduo mantinha contatos também com a capital da província, para onde se dirigia, de tempos em tempos, com a finalidade de adquirir mercadorias a serem revendidas. Certamente os membros da família Trein ampliaram suas relações a partir da atividade comercial, seja estabelecendo contatos fora do âmbito municipal, já que sua atividade comercial os mantinha em contato com Porto Alegre, seja reforçando os laços no âmbito municipal, através da relação que mantinha com os clientes de suas casas comerciais ou com os agricultores que quem adquiria os excedentes produtivos.

No que concerne ao segundo aspecto destacado por Sperb, de que era o vendeiro quem “estabelecia as regras nas transações comerciais com os colonos”, cabe destacar que este constituiu importante instrumento à disposição dos comerciantes para o estabelecimento de novas relações – sobretudo relações de dependência dos pequenos agricultores em relação ao comerciante local – no âmbito municipal. Sandra Pesavento, além de apontar como uma das características da formação econômico-social do Rio Grande do Sul “a subordinação da agropecuária colonial ao capital comercial/industrial de origem imigrante” (PESAVENTO, 1983, p. 69), enfatiza a intermediação comercial praticada pelo comerciante que “praticamente isolava o produtor direto dos estímulos do mercado, assumindo os comerciantes uma função oligopólica/oligossônica, controlando a venda dos artigos não-coloniais e a compra dos produtos da região (PESAVENTO, 1983, p. 75).

Também eram os comerciantes que realizavam o transporte das mercadorias das pequenas propriedades até as casas comerciais ou ao porto existente junto à vila de São Sebastião do Caí para dali ser exportado para a capital da província. Como Roche bem observou, comércio e transporte eram, muitas vezes, atividades inseparáveis, já que “Em todas as colônias, a regra constituiu a associação do comércio e do transporte nas mãos de uma única pessoa: o comerciante local” (ROCHE, 1969, p. 423), de modo que a questão do transporte dos produtos adquire grande relevância quando tratamos das relações mantidas entre comerciante e produtores.¹³ Assim, criava-se um elo de dependência do produtor em relação ao comerciante, já que, como ressalta Becker, o primeiro dependia do último para transportar suas mercadorias até Porto Alegre, caso quisesse garantir a colocação de seus produtos coloniais no mercado da capital (BECKER, 1978, p. 102).

¹³ Também Witt, ao analisar questões relacionadas ao funcionamento da venda da família Voges, constatou “que comércio e transporte eram percebidos como negócios inseparáveis” (WITT, 2008, p. 223).

Outro importante mecanismo à disposição dos comerciantes para a conquista de aliados políticos – e, portanto, para a formação de uma clientela – foram os sistemas de troca e de concessão de crédito praticados em suas casas comerciais:

Da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono leva sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios. Traz um saco de feijão, uma lata de banha ou uma dúzia de ovos se apenas precisa de pouca coisa; traz mais se prevê grandes compras. As trocas fizeram-se, pois, de início, à vista.

Depois, certos comerciantes abriram contas-correntes a seus fregueses acreditados. Levavam, na receita, os ovos ou o toucinho, e, na despesa, o sal, o açúcar, o café ou os tecidos; era já um embrião do crédito (ROCHE, 1969, p. 411)

A importância do sistema de crédito é também constatada por Sampaio, que observa a possibilidade das relações pessoais entre credores e devedores serem tão fundamentais, a ponto de, inclusive, “distorcer[em] as características não só do mercado de crédito em particular como da economia em geral” (SAMPAIO, 2002, p. 35).

Esta mesma modalidade de sistema de crédito de que trata Roche foi identificada por Witt, ao analisar o funcionamento das vendas no Litoral Norte sul-rio-grandense, e ao comprovar que a atividade bancária do vendeiro – que emprestava e guardava o dinheiro de clientes – era prática usual num período bem anterior ao apontado por Janaína Amado. Se, para Amado – baseada nas informações que Roche oferece –, foi somente após 1890 que o comerciante tornou-se “banqueiro”, guardando o dinheiro do colono e concedendo crédito sob uma taxa de 12% (AMADO, 2002, p. 125, nota 27), para Witt, tal atividade já era realizada por comerciantes do Litoral Norte na década de setenta do século XIX.¹⁴ Entretanto, como demonstrado por Antonio Carlos Jucá de Sampaio, este sistema existia já bem antes disso na economia brasileira. No caso do Rio de Janeiro, já no século XVII, podem-se observar as atividades de uma pequena elite envolvida com o capital mercantil, atuando no sistema creditício, sistema que, segundo o historiador, sustentava a dependência do produtor ao comerciante, já que “o comerciante adiantava para o produtor as mercadorias de que esse necessitava, em geral em troca de sua safra futura” (SAMPAIO, 2002, p. 31).

Considerando os inventários que analisamos, podemos afirmar que esta era uma prática comum também nas casas de negócio de São Sebastião do Caí, e, ainda, que tal

¹⁴ Ao analisar o livro de escrituração do estabelecimento comercial que, muito provavelmente, pertenceu a Luiza Voges, Carlos Frederico Voges Sobrinho e Christóvão Schmitt, Marcos Witt constatou que já em 1871 tais empréstimos a juros eram realizados (WITT, 2008, p. 194).

sistema, pela abrangência e pelas relações de confiança que pressupunha, criou possibilidades de ampliação de relações e de criação de laços de dependência que poderiam ser utilizados a favor do comerciante no campo político. Assim como outros comerciantes¹⁵, também os comerciantes da família Trein utilizaram-se deste mecanismo.

A partir da relação das dívidas ativas da casa comercial Carlos Trein & Cia, constantes no inventário de Felipe Carlos Trein, identificamos a constituição, por este comerciante, de uma importante e ampliada rede de relações, tanto através do mecanismo de venda a prazo quanto através da prática usurária. Tais práticas apontam para o estabelecimento de relações de confiança e dependência que uniam negociantes e fregueses, relações estas que poderiam ser convertidas em ganhos no campo político. Como credor, Trein podia, através do empréstimo fornecido, ganhar a simpatia do cliente; ou então, poderia fornecer o crédito mediante a cooptação do cliente como aliado político. Como apontado por Sampaio, o controle do crédito, além de garantir a definição das “feições das relações econômicas no interior da sociedade”, era também “estratégico numa sociedade com baixa liquidez” (SAMPAIO, 2002, p. 44), se mantendo ativo nas zonas coloniais em fins do século XIX.

Conclusão: para além do indivíduo

Acreditamos que através desta breve incursão que fizemos nas relações mantidas pela família Trein, confirmamos a importância do procedimento recomendado por muitos pesquisadores: de que para entender a atuação de determinados indivíduos no âmbito do poder, deve-se ampliar o olhar, transcender o indivíduo e tomá-lo como parte de uma estrutura vincular, na qual as relações que estabelece são centrais – sobretudo, as familiares e econômicas –, para constituir-se e manter-se enquanto membro da elite local.

Fontes documentais

LIVROS de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil (século XIX). Casamento de Franz Trein e Margaretha Zirbes a 2 de setembro de 1874. In: DREHER, Martin Norberto (tradução e edição). **Subsídios para o estudo da história dos primórdios da imigração alemã na Colônia Alemã de São Leopoldo, Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História (UNISINOS); Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (UNISINOS), 2003. v. 3 Casamentos, n. 17, f. 22. 1 CD-ROM.

¹⁵ Na pesquisa realizada para a elaboração da Dissertação de Mestrado analisamos 27 inventários, sendo que destes, 14 tinham relação com vereadores-negociantes de São Sebastião do Caí. Dentre estes 14, em seis encontramos referências às dívidas ativas que suas casas comerciais possuíam. Dentre estes estão o inventário de Henriqueta Trein, primeira esposa de Felipe Carlos Trein e o próprio inventário deste filho de Frederico Trein.

TREIN, Felipe Carlos (Inventariado); TREIN, Guilhermina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1899 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 545, Maço n. 18, Ano 1899, APERS.

TREIN, Francisco (Inventariado); TREIN, Catharina (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1883 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 150, Maço n. 6, Ano 1883, APERS.

TREIN, Henriqueta (Inventariado); TREIN, Felipe Carlos (Inventariante). **[Inventário]**. São Sebastião do Caí, 1878 [Manuscrito]. Localização: Cartório Órfãos e Ausentes, Auto n. 52, Maço n. 2, Ano 1878, APERS.

Referências bibliográficas

AMADO, Janaína. **A revolta dos mucker**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

BECKER, Klaus. A navegação fluvial iniciada pelos colonos alemães. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BEISER, Ana Cristina Pires. **Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/fredericoritter.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990a. p. 188-206.

DEL PRIORI, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)**. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

HUNSCHÉ, Carlos Henrique; ASTOLFI, Maria. **O quatriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: G&W Artes Gráficas, 2004. v. 3.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOJAS RENNER. **Nossa história**. Disponível em < <http://www.lojasrenner.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

MACHADO, Cacilda da Silva. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991).

Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2009.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”** Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 363 f. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MASSON, Alceu. **Caí (Monografia)**. São Sebastião do Caí: Tipografia Caiense; Kusminsky e Ely, 1940. (Edição da Prefeitura Municipal de Caí).

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

REICHEL, Heloísa Jochims. **A indústria têxtil no RS: 1910-1930**. Porto Alegre: IEL/Mercado Aberto, 1978.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.29, 2002, p. 29-49.

SPERB, Angela Tereza. O inventário de João Pedro Schmitt. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 4., 1980, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Gráfica UNISINOS, 1987. p. 17-44.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

**O casamento fora do casamento:
os índices de ilegitimidade entre os nubentes que casam na Freguesia Madre
de Deus de Porto Alegre – 1772-1835**

Denize Terezinha Leal Freitas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

Bolsista Milton Valente.

RESUMO: A presente comunicação procura investigar as principais características referentes à população que não casou na Paróquia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre entre 1772-1835 através dos índices de ilegitimidades dos noivos que optaram pelo matrimônio na localidade. Essa apresentação pretende destacar o papel do casamento enquanto uma variável social, na qual estão em jogo importantes estratégias familiares e/ou individuais que permitem ou não o acesso ao altar. Por meio da análise quantitativa dos registros paroquiais de casamentos verificamos aspectos significativos referentes aos índices de legitimidade dos nubentes que permitem evidenciar o processo de formação e desenvolvimento populacional durante as diferentes fases de Porto Alegre no final do século XVIII e meados do século XIX.

O casamento é uma importante variável social porque permite identificar as múltiplas escolhas e estratégias individuais e/ou coletivas. Contudo, somente uma parcela da população consegue alcançar o altar, isto é, a opção pelo matrimônio e as diferentes trajetórias e circunstâncias, que os indivíduos tecem ao longo de sua existência serão condicionantes fundamentais para o acesso ou não ao casamento. Sendo assim, objetivamos identificar através dos índices de ilegitimidade dos noivos encontrados nos assentos matrimoniais da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835) a parcela correspondente da população, na qual as uniões não foram sacramentadas segundo os preceitos estipulados pela Igreja Católica.

Além disso, vale salientar que o acesso e a busca pelo casamento permitem compreender o alcance das normativas da Igreja na sociedade. A opção de casar, também possibilita entender as relações familiares e as dinâmicas de cada grupo familiar para estabelecer as escolhas matrimoniais dos nubentes, isto é, os parâmetros das escolhas matrimoniais alteram-se, conforme o *status* social, econômico, cultural e político dos grupos envolvidos. Assim, dependendo do tipo de sociedade, esse sacramento pode ter pouca importância, dentro da hierarquia dos sacramentos, e/ou

servir como uma maneira de disciplinar o desejo.

Para a elite colonial da América Latina, Socolow (2000) afirma que o casamento era considerado “el medio esencial para consolidar alianzas familiares” ou “para crear importantes lazos sociales, políticos e económicos con individuos y grupos considerados esenciales para la supervivencia de la familia” (SOCOLOW, 2000, p. 36).

No caso do Brasil, por outro lado, conforme verificou Machado (2008), para as camadas populares da Matriz de Nossa Senhora dos Pinhais, as escolhas matrimoniais refletiam uma série de estratégias de sobrevivência e/ou ascensão social entre a população livre, forra e escrava, na qual, muitas vezes, era reproduzido o sistema patriarcal na organização familiar de muitos dos arranjos estabelecidos.

Para Porto Alegre, há inúmeros casos nos quais se pode exemplificar a dispensa de impedimentos para que fossem contraídas as núpcias. Por exemplo, no dia 29/11/1834, na Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre, foi realizado, pelas nove horas manhã, o casamento de José Ignácio de Souza Feijó, viúvo de Joana Dorothea da Purificação, com Dorothea da Purificação, natural da Freguesia Nossa Senhora da Conceição de Viamão, filha legítima de Manuel Pacheco Barboza e Sebastiana Dorothea da Purificação; receberam as bênçãos e foi realizado o matrimônio por “não haver impedimento além do de afinidade em primeiro grau e do de consangüinidade em segundo por linha transversal, de que havia sido dispensados pela competente autoridade” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS – PORTO ALEGRE, 1772-1835, v. 4, p. 209).

Assim, devido aos graus de parentesco, neste caso, entre cunhados, e devido à acusação de trato ilícito com a mãe da nubente (afinidade em primeiro grau), foram constatados os impedimentos que, conforme se observa, foram dispensados pelo vigário. Outro exemplo é o casamento de Alexandre Joze da Silveira com Anna Maria da Silva, que se realizou no dia 08/02/1835, ambos nubentes naturais da Cidade de Porto Alegre, os quais foram “dispensado do impedimento de afinidade lícita no terceiro grau” ((PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS – PORTO ALEGRE, 1772-1835, v. 4, p. 217).

Entretanto, verifica-se que a capacidade de adaptar-se à legislação canônica estava diretamente ligada às diversas estratégias desenvolvidas pelos indivíduos que tentavam regularizar os seus relacionamentos perante a Igreja. O uso de testemunhas facilitava e agilizava a burocracia para a realização do matrimônio, pois, servia como uma garantia de que os contraentes estavam aptos e desimpedidos de qualquer

compromisso para efetivarem o casamento.

Além disso, com o passar do tempo, as estratégias também se modificaram; desta forma, durante o século XIX encontram-se muitos casamentos que foram legitimados, apesar de serem informados impedimentos. Também, com a chegada dos imigrantes alemães, a partir de 1824, alguns matrimônios que ocorreram entre católicos e protestantes exigiram que o vigário solicitasse o juramento do cônjuge não católico de educar os filhos sob os preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana.

Para aqueles noivos que eram pobres ou miseráveis, as núpcias eram até mesmo facilitadas, caso os contraentes já estivessem vivendo juntos. Nesses casos, atenuavam-se os valores materiais (custos do casamento) transportando-se os mesmos para os espirituais. Conforme Faria (2008), alguns nubentes deveriam cumprir tarefas religiosas, durante um tempo, estipuladas pelo padre, desde a limpeza da Igreja, até mesmo o pagamento de penitências.

Vale enfatizar que, antes de qualquer coisa, o casamento durante o período colonial e imperial significava muito mais do que a legitimação espiritual da união entre os indivíduos. Todavia, envolvia a formação de alianças e a redistribuição patrimonial para as camadas mais abastadas da sociedade ou um veículo de ascensão social e/ou estratégia de sobrevivência para as camadas mais inferiores. Neste sentido, para Nascimento (2006), o casamento toma o sentido de um negócio familiar, pois:

A partir do relacionamento entre homens e mulheres é que a família reconstrói a dinâmica pela qual ela estrutura sua identidade social e constrói os seus valores. A família é o eixo de referência pelo qual os seus participantes elaboram e determinam suas relações sociais, além de ser o apoio para que homens, mulheres e crianças se organizem em torno da realização de projetos comuns (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Índice de legitimidade

O casamento exerce um papel fundamental na tentativa de organização do mundo cristão e serve, muitas vezes, de extensão do braço eclesiástico na formação e na manutenção das famílias. Entretanto, a ascensão ao matrimônio nem sempre se tornou uma opção unânime entre a população. Compreendendo o conceito de família como “célula constitutiva de todo ente social, como fuente esencial de la socialización de los individuos, y como motor propulsor de las iniciativas individuales” (MORENO, 2004, p.13) e seguindo as conclusões de Faria (1998), que se referem à pluralização do conceito de família para a realidade brasileira, constata-se que o matrimônio e a

emergência da família nuclear nem sempre tornou-se um padrão correspondente à realidade das populações luso-brasileiras.

Mas, como identificar a parcela da população livre que não optou e/ou não conseguirá ascender ao altar, a partir das atas de registros matrimoniais? A resposta encontra-se no fato de o pároco identificar, entre os nubentes, a sua filiação e, obviamente, indicar aqueles que são frutos de relações ilícitas, isto é, os ilegítimos - filhos de relações carnavais fora dos laços-sacramentais do casamento.

Com isso, através do índice de legitimidade, visualiza-se que o caminho até o altar não fazia parte da realidade de todos, isto é, muitas pessoas - por questões culturais, econômicas, políticas e/ou sociais - não escolhiam e/ou não podiam se casar. Além disso, são consideráveis a posição e as influências sociais, políticas e econômicas que colocavam os sujeitos com intenção de se casar em uma posição favorável e/ou desfavorável para contrair os votos de casamento.

Sendo assim, a disposição dos interessados em casar no mercado matrimonial era fundamental. Por exemplo, Goldschmidt (1986) salienta que o caso de casamento entre mulheres pobres e escravos poderia significar uma importante estratégia de sobrevivência e de amparo material. Já Faria (1998) salienta que mulheres mães solteiras adquiriam um *status* inferior no mercado matrimonial; entretanto, com o passar do tempo, conforme suas proles iam crescendo, a expectativa de casamento ia gradativamente aumentando, pois, para as populações rurais, os filhos simbolizavam um importante veículo de mão de obra no sustento familiar.

Vale ressaltar que, concomitantemente ao temor contra as pressões eclesiásticas e a iminência do castigo eterno, que poderiam estimular a legitimidade das uniões, outros obstáculos e dificuldades de acesso ao casamento, também, atuaram em favor das relações ilícitas. Segundo Bassanezi (1994):

As dificuldades impostas pela burocracia e exigências da Igreja e as altas taxas cobradas pelos processos de dispensa e realização das cerimônias matrimoniais, a ausência ou displicência do clero e a situação de grande mobilidade populacional são apontadas como responsáveis pelo volume de uniões consensuais existentes (BASSANEZI, 1994, p.383).

De acordo com o gráfico 1 que segue:

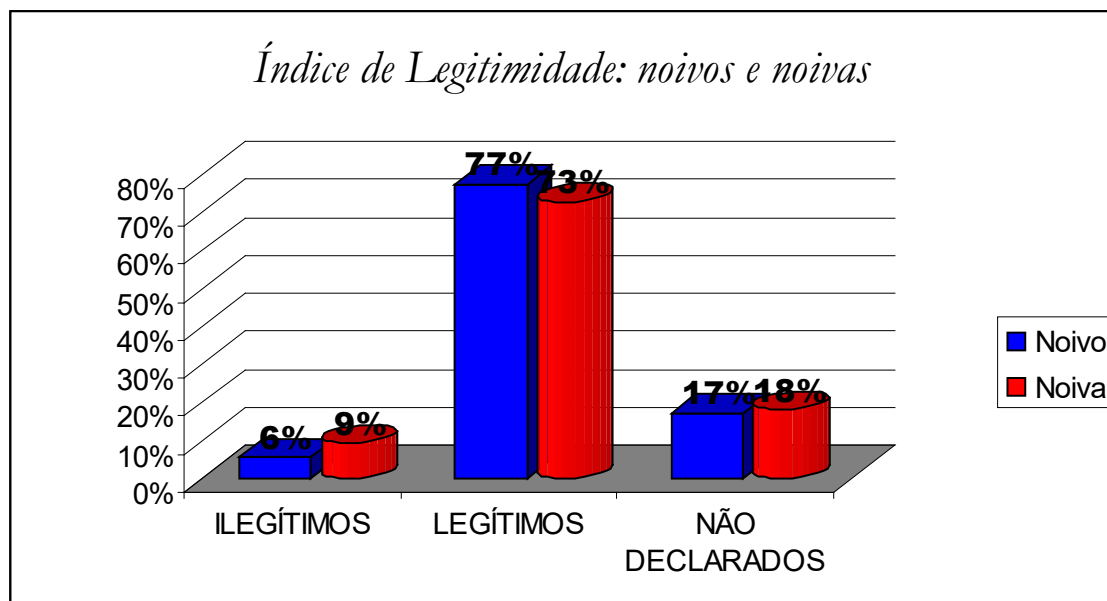


Gráfico 1: Índice de legitimidade: noivos e noivas.

Fonte: Registros Paroquiais da Freguesia N. Sra. Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835).

Pode-se observar que aproximadamente 80% dos nubentes são legítimos, ou seja, são frutos de relações lícitas, enquanto cerca de 20% dos contraentes compõem a parcela dos ilegítimos, o que permite constatar que 1/5 dos casamentos correspondem a noivos e/ou noivas ilegítimas - que nasceram de uniões não consagradas pela Igreja. Esses indicadores evidenciam que a prática do casamento dá-se muito mais na esfera da disponibilidade dos sujeitos perante o mercado matrimonial e que a ilegitimidade não se apresenta como um obstáculo para aqueles que pretendem contrair matrimônio. Além disso, Scott (1999) conclui que:

Enquanto as instituições dominantes procuravam 'domesticar' a família e a vida familiar, fazendo com que elas transcorressem sob a égide das tradições consagradas a partir do Concílio de Trento, e cumprissem o seu papel de gerar bons cidadãos através do matrimônio, como pretendiam os moralistas, as condições efectivas em que viviam algumas populações tornavam virtualmente impossível que todos alcançassem aqueles ideais de vida familiar, baseados nos laços do sagrado matrimônio tal como era instituído nas diversas constituições sinodais que vigoravam no Arcebispado de Braga no período pós-tridentino (SCOTT, 1999, p. 399).

Além disso, a ilegitimidade, nesses casos, vem reafirmar que o casamento não era a única via de acesso à vida conjugal. No entanto, a busca pelo matrimônio por filhos oriundos de relações fora do sacramento indica que a Igreja atuou no sentido de

tornar o matrimônio o principal veículo de acesso à formação de novos núcleos familiares: “a condição de nascimento, a cor e os privilégios definiam, posicionavam e distinguíam os indivíduos” (PRAXEDES, 2004, p. 2). Tais marcas, segundo o autor, serão registradas nos documentos, principalmente, nos de cunho eclesiástico.

Definir quem era legítimo e/ou ilegítimo poderia representar uma forma de estigmatização (PRAXEDES, 2004). No entanto, pode-se entender como parte do próprio vocabulário eclesiástico da Igreja, visto que o pároco faz esta denominação por ser uma das estipulações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ou seja, deve-se referenciar a filiação dos nubentes, quando estes são solteiros. Além disso, esses filhos (as), frutos de relações ilegítimas, casam-se e, sobretudo, com filhos (as) legítimos, isto é, trata-se apenas de uma questão burocrática, pois, havia a necessidade de nomear a filiação dos contraentes.

Entretanto, Socolow (2005) afirma que não se pode compreender o casamento como única via de acesso ao relacionamento das pessoas. Segundo a autora a ilegitimidade é o principal indicador de que o casamento é uma variável social, isto é, opta-se pelo casamento dependendo das condições sociais, políticas, culturais e econômicas, que são relativas à viabilidade de casar. A autora indica que isso não fornecia impedimento para outros relacionamentos dentro ou fora dos laços matrimoniais:

Relativamente poca gente se casaba, pero esto no significaba que muchos adultos se mantivieran castos. La frecuente manifestacion de uniones consensuales, ‘matrimonios’ que podían durar desde algunos meses hasta varios años, es en parte responsable por los altos índices de ilegitimidad encontrado a lo largo de la América Latina Colonial (SOCOLOW, 2005, p. 32).

A dinâmica entre a prática e a teoria, no campo da legislação canônica e da Doutrina Católica, já evidenciam que as demandas sociais, políticas, econômicas e temporais influenciam diretamente os usos e costumes dos sujeitos.

Na Tabela 1, encontram-se diversos arranjos matrimoniais que configuram os casamentos de acordo com a legitimidade:

Tabela 1: Índice de legitimidade por arranjos matrimoniais.

Noivo + Noiva	Nº	%
ILEGÍTIMO + ILEGÍTIMA	49	2%

ILEGÍTIMO + LEGÍTIMA	88	3%
ILEGÍTIMO + NÃO DECLARADA	18	1%
LEGÍTIMO + ILEGÍTIMA	193	7%
LEGÍTIMO + LEGÍTIMA	1802	62%
LEGÍTIMO + NÃO DECLARADA	241	8%
NÃO DECLARADO + ILEGÍTIMA	24	1%
NÃO DECLARADO + LEGÍTIMA	206	7%
NÃO DECLARADO + NÃO DECLARADA	263	9%
TOTAL	2884	100%

Fonte: Registros Paroquiais da Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1835).

Optou-se por apresentar, nesse caso, as combinações encontradas entre os nubentes caracterizados nos assentos. Dentre as categorias declaradas, destaca-se que os nubentes denominados por “expostos” foram considerados como ilegítimos, uma vez que se parte do princípio de que a legitimidade está ligada aos filhos originários das relações conjugais sacramentadas pelo matrimônio.

De acordo com a Tabela 1, fica claro que mais da metade dos nubentes que casaram em Porto Alegre são filhos legítimos, ou seja, oriundos de relações lícitas, segundo as normativas da Igreja. 62% dos arranjos matrimoniais dão-se entre nubentes legítimos, o que fornece indicadores de que há um estímulo à construção de novas uniões, sacramentadas por parte de eixos familiares, formadas por casais que sacramentaram, perante a Igreja, suas uniões conjugais. Entretanto, o acesso ao matrimônio, também, se estendia àqueles cujos laços familiares não correspondiam a uma família nuclear.

Segundo Lott (2008), o Catecismo Tridentino previa, como premissa para a concretização do matrimônio, dever: “ser contraído entre pessoas legítimas, ter o consentimento expresso pelos nubentes, ser consumado com a união física e formar um vínculo indissolúvel” (LOTT, 2008, p. 72); entretanto, na prática, a Igreja Católica procurou estimular o acesso ao matrimônio, muitas vezes, fazendo concessões a muitos tipos de impedimentos. Isso se deve ao fato de o objetivo central da Igreja ser o de regulamentar a vida cristã das populações, mas, para alcançar tal missão, muitas

questões elaboradas pelas Doutrinas Eclesiásticas, como as próprias denominações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, tiveram que ser flexibilizadas e/ou moldadas a partir da realidade encontrada nos mais distintos recantos dos domínios lusitanos.

Não obstante, dentre as combinações de casamento, há 14% das uniões, nas quais pelo menos um dos contraentes é ilegítimo. Esse dado permite enfatizar que o acesso ao casamento, apesar de expandido pela flexibilidade das normativas eclesiásticas, por parte dos párocos, não correspondia à totalidade da população. Além disso, em meados do século XIX, são identificados muitos casais que contraem matrimônio e legitimam seus filhos resultantes de uniões pré-nupciais - ou seja, existentes antes do casamento - e o pároco enumera os filhos oriundos da relação conjugal pré-sacramento e legitima os nascidos desta relação. Como por exemplo, tem-se o caso de Jerônimo Francisco Vargas, viúvo de Vicência Maria Conceição, que contraiu matrimônio com Maria Francisca Oliveira, viúva de Antero Jozé Pinto, no dia 21 de dezembro de 1825, e “os quais declararão os contrahentes que por este matrimônio subsequente legitimarão; e queirão que legitimados ficasem os *seis filhos de ambos* havidos de nomes Tristão, Constança, Maria, Clara, Cândida e Ana” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS – PORTO ALEGRE, 1772-1835, 3º Livro de Casamento, folha 131 4 v.).

Além disso, não se pode ignorar que o concubinato foi, por muito tempo, um dos principais veículos de acesso à reprodução, desde a vinda dos primeiros desbravadores das terras do Novo Mundo. A ausência de mulheres europeias e a falta de estrutura eclesiástica dificultaram, por muito tempo, a regulamentação das uniões. Com isso, vê-se que o impacto da prática do casamento, já desde os primórdios da colonização, tornou-se um desafio, tanto para o Estado, quando para a Igreja, perante a realidade encontrada na América Portuguesa.

Segundo Fernandes (2002), a atuação católica em difundir a moral cristã através do casamento atuou, diretamente, contra as relações ilícitas, adquirindo, assim, uma conotação pejorativa a qualquer espécie de união consensual fora dos laços matrimoniais. E ainda, Figueiredo (1997) enfatiza que a busca por legitimação das uniões tinha como objetivo criar condições sociais para que uma elite branca pudesse se constituir e reproduzir-se, ao longo do tempo. Daí, a importância do casamento enquanto regulador social; por isso, apesar dos casamentos mistos, a partir dos impedimentos matrimoniais, a dinâmica das escolhas seria bem mais criteriosa:

As exigências da burocracia eclesiástica, os altos custos do processo matrimonial, a falta de mulheres e os constantes recrutamentos militares foram elementos que muitas vezes dificultavam a difusão do matrimônio legal no Brasil Colonial e Imperial. Durante muito tempo, o matrimônio foi tido como uma instituição da elite que necessitava dele a fim de solidificar os laços de amizade entre as famílias oligárquicas locais que necessitavam dele para cuidar da manutenção de seu poder e do patrimônio territorial. Entretanto, as recentes críticas historiográficas ao modelo familiar patriarcal da Colônia e do Império demonstram que o matrimônio cristão foi muito difundido em ambas as sociedades e ampliou-se para além do estreito círculo dos ‘homens bons’ da Colônia e das elites imperiais (FERNANDES, 2002, p. 59-60).

Para a Porto Alegre do século XIX, encontram-se casamentos aos quais os párocos dispensam uma série de impedimentos relativos às relações de consanguinidade dos nubentes, independentemente do seu *status quo*, revelando que nem sempre a dispensa ocorria para um grupo privilegiado, pois, até mesmo o conceito de elite torna-se distinto para as mais diversas regiões do Brasil Colônia e Império. Conforme Figueiredo (1997), para preservar cargos, patrimônios e *status*, muitos casamentos que ocorriam entre camadas superiores foram dispensados de impedimentos de consanguinidade, pois, “legislava-se a fim de preservar a pureza racial como critério para o acesso a cargos de importância política e econômica e social na comunidade” (FIGUEIREDO, 1997, p. 28.).

No caso de Francisco Manuel Azevedo, natural da Freguesia de São José, da Corte do Rio de Janeiro, que contraiu casamento com Dona Maria Balbina da Silva Rosa, natural de São João do Carahí, aos 26 dias de novembro de 1825, ambos filhos legítimos e dispensados do “impedimento no quarto grau de linha collateral dezigual”, (PARÓQUIA NOSSA SENHORA MÃE DE DEUS – PORTO ALEGRE, 1772-1835, 4º Livro de Casamento, folha 43, verso) identifica-se um exemplo típico de casamento que detinha representação e repercussão social, devido à ata ser ricamente registrada e, também, pelos títulos, como por exemplo: “dona”.

Segundo Muaze (2008), o casamento tornava-se um acontecimento que saía da esfera privada, para tornar-se um evento público. De acordo com a autora:

Desta forma, as escolhas matrimoniais, assim, como o compadrio e as alianças por amizade, faziam parte das estratégias de manutenção de bens e prestígio daquelas que eram consideradas ‘as melhores famílias do Império’(MUAZE, 2008, p. 55).

Conclusão

Sendo assim, percebe-se que a população que se casa em Porto Alegre é constituída por um complexo sistema de redes, em que estão imbricados interesses de ordem social, econômica, cultural, política e étnica; pelos quais passam escolhas que levam em consideração o *status* e a hierarquia, bem como as maneiras de driblar a estagnação das diferentes formas de manutenção do *status quo* da sociedade de Antigo Regime.

As relações ao longo do século XIX tendem a constituírem-se a partir das mais distintas maneiras. Os nubentes tendem a traçar estratégias cada vez mais particulares, ultrapassando diferentes barreiras, como as de ordem religiosa, política, social, jurídica, etc. e envolvendo os interesses familiares e sua disposição, diante do mercado matrimonial. Além disso, a opção pelo casamento torna-se cada vez mais plural à medida que transcorrem os primórdios do século XIX e as escolhas dos parceiros, do momento do casamento, das testemunhas e do local serão determinadas, também e/ou, sobretudo, em função das redes sociais constituídas e/ou reforçadas, através dos enlances matrimoniais.

Quanto ao casamento, percebeu-se que, se por um lado, seu acesso não era exclusividade da população como um todo, o matrimônio significou uma importante via de acesso à construção e/ou afirmação de laços familiares e sociais. De acordo com os resultados encontrados nos livros de casamentos, constatou-se que a maioria dos nubentes eram filhos(as) legítimos(as) (70%), casavam-se com cônjuges solteiros(as) (82%) e eram noivos e noivas solteiros (90%) e optavam por realizar a cerimônia de casamento entre os interditos religiosos que coincidiam com o final da colheita de trigo (janeiro e fevereiro – viu-se que, aproximadamente, há um aumento de 45% dos casamentos realizados neste período).

De modo geral, salienta-se a pretensão de aprofundamento da presente pesquisa a respeito do papel do casamento e da família, no contexto de Porto Alegre, e de uma análise dos Autos de Justificações Matrimoniais, observando-se os tipos de impedimentos matrimoniais e, dentre os identificados, quais os principais encontrados na localidade. Sendo assim, até a defesa, busca-se compreender melhor as possibilidades de análise qualitativa dos registros matrimoniais, cruzando-se alguns exemplos de atas de casamentos com os respectivos Autos de Justificativas matrimoniais.

Referências Bibliográficas:

- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 2001, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994. p. 381-432.
- _____. Os eventos vitais na reconstituição histórica. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-172.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- FERNANDES, Evandro. **Os matrimônios de acatólicos no Brasil Império**. 2002. 196 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2002.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GOLDSCHMIDT, Eliana. A motivação matrimonial nos casamentos mistos de escravos. São Paulo, **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, n. 3, 1986, p. 1-16.
- LOTT, Mirian Moura. **Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)**. São Paulo: Annablume, 2008.
- MACHADO, Cacilda. **Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial**. Ouro Preto: ABEP, 2002.
- MORENO, J. Luis. **Historia de la familia em el Rio de La Plata**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- MUAZE, Mariana. **As memórias de Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP, 2004.
- NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família brasileira: ontem e hoje. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006, p.1-24
- PRAXEDES, Vanda Lúcia. **A teia e a trama da “fragilidade humana”: os filhos ilegítimos em minas gerais (1770-1840)**. Belo Horizonte: FAFICH, 2004.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Sobre os aspectos de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiástica. In: DORE, Andréa & SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 413-427.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

_____. **Vida privada e cotidiano no Brasil: na época de D. Maria e D. João VI**. Lisboa: Estampa, 1993.

SOCOLOW, Susan Migden. Amor y matrimonio em la América Latina. In: GHIRARDI, M. Mónica. (Comp.). **Cuestiones de família a través de las fuentes**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira mulheres chefes de família (1765-1850)**. São Paulo: Unicamp, 2004.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Loyola, 1999.

A “grande senhora” – memória e trajetória docente em Lomba Grande/RS

José Edimar de Souza¹ - UNISINOS

profedimar@gmail.com

Resumo: O estudo biográfico, cujo objetivo é desvelar/desbravar, na trajetória de vida, como se deu o processo de constituição docente em classes multisseriadas. A trajetória da professora Maria Thiesen (1942/1969) problematiza pelas memórias as relações e contextos que se tramam no espaço rural de Novo Hamburgo. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a metodologia da História oral – modalidade trajetória docente, valendo-se de entrevistas semi-estruturadas e de fontes escritas e documentais. Autores como Beatriz Fischer, Maria Stephanou, Flavia Werle, entre outros, auxiliam como ferramenta de análise na construção das relações e significados acerca das memórias. A história desta professora mensura a história da educação pública em Lomba Grande, percebendo-se no depoimento da professora a valorização dos costumes da região e das escolas rurais.

Palavras-chave: Trajetória docente, memória, Docência Rural.

O contexto de Lomba Grande: história da professora “Gersy”

“Sou uma professora feito a machado”

(Maria Gersy Höher Thiesen)

Lomba Grande, distrito da cidade de São Leopoldo, dezoito de março de 1924, na localidade de “*Rosenthal*”, atual localidade de Santa Maria, nasceu “Maria Gersy Höher Thiesen”, filha do professor José Afonso Höher e da escritã Erna Olinda Höher. A historiadora Liene SCHÜTZ (1976, p. 107) afirma que “*A localidade de Lomba Grande era o 6º Distrito de São Leopoldo, criado por Lei Municipal nº 39 em dezembro de 1904.*”. A narrativa da epígrafe sintetiza a consciência de si, de sua constituição, da sua história e principalmente do seu percurso docente, expressão utilizada numa das entrevistas realizadas para um estudo mais amplo², sobre a trajetória docente em classes multisseriadas.

¹ Graduado em História – Unisinos; Especialista em Gestão da Educação – UFRGS; Psicopedagogo Clínico e Institucional – FEEVALE; Mestrando em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS - Linha de Pesquisa Educação, História e Políticas.

² A professora Maria Gersy Höher Thiesen é uma das colaboradoras da pesquisa em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Educação, na UNISINOS, orientado pela profa. Dra. Beatriz T. D. Fischer.

A origem do nome, segundo informação de antigos moradores, está ligada ao seu relevo que é ondulado, com muitos morros, diversas altitudes, onde se realizavam carreira de cavalos. SCHÜTZ (2001) recorda que apenas na década de quarenta do século XX é que o espaço de Lomba Grande é incorporado ao território de Novo Hamburgo

“Em 1940, foi anexada a Novo Hamburgo através de acordo, para que Novo Hamburgo tivesse mais uma saída. Determinava a lei que um município para se emancipar precisava ter duas entradas e duas saídas. Era um dos critérios que regulavam o processo emancipacionista. Até 1940, Novo Hamburgo contava apenas com a BR-116 como saída/entrada. Era preciso mais uma saída. Em 1969, Lomba Grande era chamado de 3º Distrito de Novo Hamburgo. Através da lei número 78/1979, a localidade de Lomba Grande transformou-se em bairro. E a Lei Municipal de 1985 definiu seu perímetro urbano e rural.” (SCHÜTZ, 2001, p.107)

Lomba Grande compreende uma área de 156,31 quilômetros quadrados de belas paisagens, o que corresponde a dois terços do território atual da área urbana de Novo Hamburgo. Situa-se a leste, com o Rio dos Sinos, ao norte com os municípios de Campo Bom e Sapiranga, ao sul com o município de Gravataí e a leste com Taquara. Ainda faz limite a sudeste com Sapucaia, oeste com São Leopoldo e nordeste com os bairros Canudos e Santo Afonso, em Novo Hamburgo.

As Aulas Régias e Aulas Públicas vão se efetivar neste espaço, principalmente na década de 1930. Embora a escola pública mais antiga do município estar localizada na localidade do Taimbé (interior de Lomba Grande) – Escola Municipal Bento Gonçalves (1884). Em 1884 já havia duas escolas públicas em Novo Hamburgo e na data da emancipação, dia 5 de abril de 1927, existiam sete escolas estaduais, uma municipal e seis escolas particulares, totalizando quatorze escolas que atendiam 924 alunos.

A história desta professora mensura as raízes históricas do lugar. Quando vivemos num lugar somos reconhecidos por alguma coisa que fazemos pelo que fazem nossos pais ou as pessoas com quem vivemos, ou por coisas que nos vão acontecendo. Fazendo amigos, indo à escola, ajudando os outros. Tudo isto faz parte da construção da história de cada um, da história de todos nós, isto é a memória, a memória coletiva de um acontecimento marcante na comunidade é História e é Cultura.

Como afirma o historiador Eric Hobsbawm (2000):

A história da sociedade é, entre outras coisas, a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos. É a história das sociedades e também da sociedade humana ou de certos tipos de sociedade e suas possíveis relações (...) ou do desenvolvimento geral da humanidade considerada como um todo. (HOBSBAWM, 2000, p. 92).

A narrativa de histórias, ou narrativas dos professores e das crianças sobre a vida escolar podem ser simultaneamente consideradas como história ficcional e ficção histórica, pois ambas fazem referência à realidade vivida e inventada no vivê-la. Porque ao serem inventadas já se tornaram vividas.

Neste perscruto, a memória é uma possibilidade para que se permita viajar pelo tempo e as lembranças são um espaço próprio para se consolidar uma ligação entre os homens, fundada sobre a memória. A história se constrói nas ações simultâneas e coletivas num determinado ambiente. Porque somos o que somos devido ao que as memórias fizeram de nós. Parecido a muitos, mas iguais a ninguém.

BECKER (1994) acrescenta que a história de vida, de trajetórias aproxima-se mais do terra a terra, a história valorizada é a história própria da pessoa, nela são os narradores que dão forma e conteúdo às narrativas à medida que interpretam suas próprias experiências e o mundo no qual são elas vividas.

A trajetória docente desta professora começa muito cedo, nos anos quarenta do século XX, a professora “Gersy”, como é lembrada e gosta de ser chamada, inicia seu percurso como “a Grande Senhora” no Jardim da Infância do Grupo Escolar de Lomba Grande sob os olhos do pai, que na época além da docência exercia a função de “professor regente³” das aulas reunidas do grupo (atual Escola Estadual de Ensino Médio Madre Benícia). *“Então meu pai foi chamado pela delegada de Ensino. D. Nair Becker. [...] em São Leopoldo. [...] E aí ele foi chamado para unir as escolas, para unir as escolas e formou - se então às escolas reunidas nº 5. (THIESEN, 2010)”*.

BRITTO (2007) apresenta tabela com diferentes documentos sobre Lomba Grande. Interessa-nos o Decreto Municipal nº 016/24 – E que designa a professora Maria G. Höher para reger Jardim de Infância, cita sua atuação “nas AULAS REUNIDAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS de Lomba Grande”. Tal informação nos mostra que neste bairro rural também existiram, no começo de sua história como parte

³ Nesta época a função burocrática de um diretor ficava a cargo do professor regente.

da cidade de Novo Hamburgo, as aulas reunidas, e o mais interessante ainda é observar a junção de aulas estaduais e municipais em uma mesma denominação.

Então eu, o papai ficava o responsável pelo 1º Ano e eu , 2º Ano D. Elfrídia Enck, 3º D. Anália Kill, acho, ou Flores, não tenho certeza. Era uma senhora, já uma moça de idade, mas ela não conseguia impor respeito para os aluninhos então papai vivia lá e eu sozinha com aquela turminha. [...] E a D. Julieta Bohrer na 4ª série e o professor Kill Kunrath na 5ª Série. O edifício é hoje o salão paroquial da comunidade católica, o salão de festas. Ali, dali, a gente passou alguns aninhos, ali e aí vieram mais professores, depois, que eu não me recordo mais assim. E eu fui parar no jardim da Infância Dr. Getúlio Vargas, era no mesmo edifício, só numa sala, o mesmo prédio, as vezes falta as palavras, sabe e na nossa casa (refere-se a sua idade avançada) já dizia mãe. Tinha 4 mesinhas larguinha e em cada 6 cadeirinhas e (mas isto tu não precisa escrever) ali eu era **A GRANDE SENHORA**. Tinha um quadro grande [...]. Um quadro grande assim (mostra com as mãos) do tamanho da parede, era o quadro este quando eu levei junto para escola Expedicionário. (THIESEN, 2010).

A professora Maria Gercy foi uma ativista e grande articuladora entre os professores da zona rural; durante muitos anos recebia o salário dos professores que atuavam em diferentes localidades de Lomba Grande, foi uma professora lembrada pelo grupo de professores que estão sendo entrevistados na pesquisa mais ampla desta investigação. Quanto à turma do Jardim de Infância, naquela época algumas classes recebiam nomes, ela então, intitulou a sua de Dr. Getúlio Vargas, numa homenagem ao então presidente da República.

A prefeitura era ali (referindo-se ao prédio antigo) e nós tínhamos que ir buscar o dinheiro lá, isto já no tempo que eu trabalhava no grupo (que era estadual), pergunto se tinha que ir buscar no município, sim para professores municipais e para o professor Kunert. Lógico, elas (professoras) bem que gostavam porque elas não precisavam ir, não precisavam pagar passagem e eu ia feliz da vida porque eu podia passar um sábado e um domingo em casa da vó em Hamburgo velho, passear, sabe. E no outro dia buscava o nosso dinheiro, sabe, isto era quando eu estava trabalhando no grupo, depois é que foi para a São Jacó, João Moreira, ainda continuava aquele negócio, tal dia pagando, tal dia tu vai chova ou faça sol. (THIESEN, 2010).

Gercy é lembrada por todos os dez professores/as colaboradores/as desta pesquisa mais ampla, além disso, na comunidade de Lomba Grande ela imprimiu, na

sua época, um hábito de leitura entre os que tinham poucos recursos e possibilidades, quando ela ia para o centro da cidade, na área urbana, comprava um livro para cada professor e vizinhos. Então havia uma combinação, todos liam e ela criou uma forma de registro para que todos soubessem se já haviam lido a revista de romances “Roman-Quelle”, em alemão, deveriam registrar na última folha o seu nome para que todos lessem. Veja o registro num dos exemplares de leitura onde se lê “lido: D. S. D; D. O.B. D. D. Rosa e Edda”.



Caminhos metodológicos

A história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba em uma página. Esse processo de escolhas, de recortar algumas cenas, de dar destaque a certos acontecimentos é um exercício que está intrinsecamente relacionado com o sujeito que conta essa história, com suas experiências e com suas indagações, e por esse motivo não pode ser considerado um processo neutro.

A história de cada um é um pouco do que agregamos e constituímos pelos lugares em que passamos, estivemos e atuamos. O mais gratificante no percurso da trajetória de vida é a possibilidade de poder refletir sobre realidades em que as práticas se concretizam, fazendo com que a realidade seja algo vivo e constante no tempo, não meramente um fato isolado ou perdido que se possa recuperar e analisar, pelo contrário, que esteja marcado pelos protagonismos de cada sujeito.

Para FISCHER (2009) a história de vida se constitui como metodologia de trabalho que data já da primeira metade do século. Sua introdução na América Latina, por exemplo, pode ser identificada como um fenômeno do pós-guerra e resulta da

tomada de consciência, no Terceiro Mundo, da necessidade de elaboração do conhecimento de seus problemas específicos.

Neste sentido a perspectiva metodológica utilizada neste estudo é a técnica da história de vida, entendida como possibilidade para articular a dimensão individual, a vida experienciada por determinada pessoa, aos fenômenos sociais mais amplos e complexos. A partir dos fragmentos da história que emergiram da recolha da memória pela entrevista oral, caderno de campo e cotidiano da pesquisa foi possível estabelecer algumas reflexões, mesmo que provisórias, utilizando um conjunto de aportes teóricos.

Para Manacorda (1992, p.7), o estudo da história da educação permite analisar o processo educativo e escolar pelo qual a humanidade elabora a si mesma; interroga como, em cada época, o objetivo da educação e a relação educativa forma concebidos em função do real existente e de suas contradições; indaga a opinião geral sobre o fenômeno escolar; verifica o prestígio concedido ou negado à figura do profissional da educação. (STEPHANOU e BASTOS, 2009, p. 424).

Nesta pesquisa, entende-se como História o campo de produção do conhecimento que se nutre de teorias explicativas e de fontes que corroboram para a compreensão das diferentes ações humanas no tempo e no espaço. Este exercício de pensamento que possibilita a reflexão da realidade pela História é a possibilidade de “(...) validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado (...)” (STEPHANOU e BASTOS, 2009, p. 417). A Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documentos de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido pelos indivíduos daquilo de que se lembram e esquecem, a um só tempo.

A docência: espaços percorridos

"Em nossos dias, já ninguém duvida de que a história do mundo deve ser reescrita de tempos em tempos. Esta necessidade não decorre, contudo, da descoberta de numerosos fatos até então desconhecidos, mas do nascimento de opiniões novas, do fato de que companheiro do tempo que corre para a foz chega a pontos de vista de onde pode deitar um olhar novo sobre o passado". (GOETHE, 1993, p. 104)

A história se atualiza na medida em que as memórias se materializam e constituem narrativas plurais. Ao “deitar um olhar sobre o passado” se fazem opções que levam à construção de espaços distintos, esquecidos, lugares por legitimar. Contar a história da educação do espaço rural de Lomba Grande, um território peculiar no contexto da história da imigração e ocupação do Vale dos Sinos é um convite a pensarmos neste espaço, talvez como um não lugar. Área do então território do Linho Cânhamo, do distante distrito da cidade de São Leopoldo, do distrito de Novo Hamburgo até bairro rural da cidade de Novo Hamburgo. Esta possibilidade se revela no jeito de ser lomba-grandense, nas narrativas que sinalizam o esquecimento e situação “marginal” com que se identificam. *“Somos esquecidos, ficamos numa lonjura só, nada vem pra cá.”*. Neste sentido, as marcas e lembranças falam da diversidade dos povos que contribuíram para o desenvolvimento e progresso das localidades, do ponto de vista da escola, da educação; principalmente, os imigrantes alemães tiveram papel de destaque.

A trajetória de vida é fundamental para a constituição docente, do ponto de vista que o conhecimento é o que cada pessoa traz consigo em sua essência como forma própria de saber. Entendendo que todo saber é válido para a construção do conhecimento, neste percurso, cada indivíduo é um agente fundamental na elaboração da cultura que se constitui. Cada um é a síntese da cultura que representa e que se explica pela trajetória histórica, a experiência individual e de vida e de partilha de cada pessoa. Assim, as pessoas aprendem e educam-se umas as outras e mutuamente ensinam e aprendem, através do diálogo mediatizado por mundos e vivências de comunidades diferentes, mas nunca desiguais.

Os imigrantes alemães⁴, ao chegarem à localidade que viria a ser Novo Hamburgo, logo fundaram as primeiras escolas, pois, para estes imigrantes, a leitura e a escrita eram de fundamental importância. A religião luterana sugeria que ao lado de cada igreja deveria haver uma escola. Assim, a história da educação na cidade está intimamente ligada ao valor dado à educação pelas pessoas que se estabeleceram na zona rural de Lomba Grande.

Não havia recursos para criação do número de estabelecimentos de ensino

⁴ Outra colaboradora da pesquisa, professora Márcia Scherer Nunes lembra que havia professores de origem portuguesa, espanhola nos idos de 1930. Na localidade do Quilombo, por exemplo, era um professor particular que trabalhava nas casas das famílias, recebia algumas moedas. *“Então, este professor era muito mulherengo e a minha avó, foi até a prefeitura pra abrir uma escola, já tinha o armazém, o cemitério, faltava a escola”* NUNES, 2010.

necessário para atender toda demanda dos filhos dos imigrantes, então, muitos colonos cediam compartimentos em suas residências para que fossem ministradas aulas. Como professores, atuavam imigrantes alemães mais instruídos da comunidade que, com boa vontade, superaram as dificuldades de falta de material didático. Os pais pagavam mensalmente pelo ensino de seus filhos.

Bom, dali fui pra, da São Jacó, fui pra, pra, Castro Alves, não, não, não pra, pera guri, Expedicionário João Moreira, Santa Maria do Butiá, lá eu tive nove anos, aí nós já morávamos aqui embaixo, na Santa Maria, hoje chamam de Santa Maria, mas tinha um nome muito bonito em alemão “Rosenthal”, traduzindo para o português era “Vale das Rosas” devia ter ficado, bem mais bonito que Santa Maria que não é nada de Santa Maria. (THIESEN, 2010).

Neste contexto as Aulas Reunidas do Grupo Escolar, em 1942, ano em que Maria Gersy inicia no Jardim da Infância, funcionavam em salas cedidas pela Igreja Católica da localidade. Em seguida a professora Gersy começa a trabalhar na Escola Municipal Expedicionário João Moreira, em Santa Maria do Butiá, na época região chamada pelos imigrantes alemães de “Rosenthal”. Além destas escolas a trajetória docente inclui a passagem pela Escola Municipal Humberto de Campos, Escola de Santa Maria, e Escola Municipal Castro Alves. Nesta escola a professora trabalhou de 1960 até 1969, quando se aposentou.

Eu levei junto (quadro) para escola Expedicionário João Moreira, (Sr. José, não era Santa Maria e concorda com o marido) Ele diz Humberto de Campos? E Gersy pergunta para Roseli, Qual é o nome da escola da tua mãe? Este nome foi escolhido pela mamãe, agora é Humberto de Campos, pois era um ótimo escritor e nossa aquele tempo o Correio do Povo era aquelas folhas grandes, sabe, que mamãe sempre lia Humberto de Campo e se é pra escolher um nome. E aí Gersy é pra ti escolher um nome e então escolhe esse nome e escolheu porque ele era um bom escritor. Isso foi na escola que é da Elia. Daqui eu fui e casamos e eu fui para lá, em São Jacó, na escola Humberto de Campos. (THIESEN, 2010).

Investigando os arquivos da Secretaria de Educação de Novo Hamburgo (SMED), no arquivo passivo encontram-se poucos documentos referentes à Escola João Moreira. Em consulta aos documentos e jornais no Arquivo Público de Novo Hamburgo (APNH), no período de 1940 a 1943 encontra-se vasta documentação referente ao Grupo Escolar de Lomba Grande, atual Escola Estadual Madre Benícia. Nestes documentos, principalmente no Jornal 5 de abril é possível encontrar documentos sobre

a criação do Grupo Escolar bem como uma prestação de contas feitas pela Sra. Nair Becker, representante da inspetoria de ensino do estado em Novo Hamburgo.

A memória como salienta HALBWACHS (2006, p. 72) *“para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinadas pela sociedade”*. No decorrer das entrevistas e com os demais colaboradores desta investigação procurei mais informações e dados sobre a Escola João Moreira, desconhecida dos funcionários da Prefeitura, nos arquivos e principalmente pelos entrevistados. A escola que permanecia “apenas” na memória da professora Gersy, que durante um período atuou como docente nesta escola permanecia uma incógnita até encontrar o documento “Decreto Nº 43” na SMED com data de 12 de junho de 1951, assinado pelo prefeito Carlos Armando Koch. Ele registra o seguinte, referindo-se à escola Expedicionário João Moreira.

“Artigo 1º - São denominadas ‘Escola Municipal Duque de Caxias’ a unidade escolar localizada na estrada que parte da sede de Lomba Grande à localidade de Sta. Maria do Butiá; ‘Escola Municipal Expedicionário João Moreira’, a unidade escolar situada na localidade de Sta. Maria do Butiá; e ‘Escola Municipal Humberto de Campos’ a unidade escolar localizada em São João do Deserto. Todas estas unidades estão localizadas no terceiro distrito – Lomba Grande.” (DOCUMENTO Nº1, 1951)

Dessa forma, um detalhe importante para a pesquisa é que apesar da professora Gersy ter trabalhado até aproximadamente 1947 na Escola João Moreira, apenas em 1951 ela recebe uma denominação. Em consulta a outros documentos, não se encontra o registro de desativação desta escola. Outros documentos referem o número do decreto de criação e desativação das demais escolas municipais de Lomba Grande conforme segue no documento nº 2 de 1999. De fato, a Escola Roque Gonzáles, que aparece neste documento como “Zona Urbana”, no momento da sua criação, situava-se num espaço, até então, denominado rural. Outra expressão encontrada ainda é o termo “suburbanas”, ou como no caso dos documentos que se encontram no (APNH).

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
Secretaria de Educação e Desporto - SMED

Escolas Municipais desativadas de Novo Hamburgo

Zona Rural					
Nº	Nome da Escola	Localidade	Decreto de Criação	Decreto de Desativação	Obs.
1	E.M. Pres. Wenceslau Braz	Wallahal	Criação nº 24/62 - 05/04/62	Nº 35/82 - 23/03/82	
2	E.M. Pres. Arthur Bernardes	Quilombo Norte	Criação nº 26/62 - 05/04/62	Nº 35/82 - 23/03/82	
3	E.M. Princesa Izabel	Quilombo Sul	Criação nº 32/82 - 11/03/82	Nº 68/83 - 18/03/83	
4	E.M. D. Pedro I	São João do Deserto	Criação nº 21/78 - 15/02/78	Nº 71/86 - 04/07/86	
5	E.M. Dom Henrique	Sta Maria do Butiá	Criação nº 21/78 - 15/02/78	Nº 71/86 - 04/07/86	*
6	E.M. Epitácio Pessoa	Taimbé	Criação nº 21/78 - 15/02/78	Nº 71/86 - 04/07/86	

Zona Urbana					
Nº	Nome da Escola	Localidade	Decreto de Criação	Decreto de Desativação	Obs.
1	E.M. Roque Gonzales	Roselândia	Criação nº 21/78 - 15/02/78	Nº 149/94 - 27/07/94	

Observações:

* Reg de Imóveis nº 37689 fl. 40 de 23/07/63, desativada, volta ao proprietário

Como a maior parte dos documentos referentes à Escola Humberto de Campos se encontram atualmente na EMEF Bento Gonçalves, em busca feita nos arquivos passivos encontram-se alguns documentos avulsos referentes aos primeiros tempos da escola Humberto de Campos, que atualmente se localiza na localidade da Linha São Jacó, desativada desde 2005. No caderno de chamada encontra-se uma folha datando o ano de 1946 como primeiro ano de funcionamento das Aulas Públicas como o nome da professora Maria do Carmo Magalhães. O documento está incompleto, pois algumas folhas foram arrancadas.

Em relato, a professora Márcia Scherer Nunes lembra do professor Oscar, que trabalhou nos anos cinquentas na escola, num curto período *“levou uma parte da nossa história”*. Ela refere-se ao fato de muitas folhas de chamadas terem sido arrancadas do livro de chamadas. Este fato possibilitou refletirmos sobre a hipótese de que os professores levavam estes documentos como forma de comprovarem seu efetivo trabalho e terem como reaver soldos em atraso, do erário público. Ainda é provável que estes documentos tenham sido levados para comprovarem uma trajetória profissional a ser considerada para a aposentadoria.

Sobre este aspecto, ainda localizando documentos sobre a professora Hélia Koetz (também é uma das professoras colaboradoras da pesquisa), de casa “Gomes Pereira”, encontramos folhas de chamada avulsas da Escola Humberto de Campos, na documentação da Escola Rui Barbosa⁵. A trajetória docente da professora Hélia iniciou na Escola Humberto e quando se aposentou estava na Escola Rui Barbosa.

Na escola de Santa Maria, Gercy trabalhou muito em prol da Igreja Nossa Senhora da Conceição. *“Lá a Gercy também era professora, pra todo pau, toda obra, inclusive que vacinar eu fiz lá.”* No período em que estavam construindo a Igreja, as

⁵ Os documentos estão sob a guarda da EMEF Washington Luis. A escola foi fechada em 2004.

missas eram realizadas no espaço da Escola Municipal de Santa Maria. A professora ainda registra que cantava, rezava e ensinava catecismo para os alunos. E quando havia missas e cerimônias ela precisava se deslocar até Santa Maria da Butiá para participar das celebrações.

Ai eu fui pedir um armário para guardar as minhas coisas e eu escrevi para a Orientadora daquela época, ela era Orientadora das escolas municipais, ela trabalhava em Novo Hamburgo. Iracema Grin, era funcionária nova na prefeitura nova. Eu disse que é porque vocês decerto sabem que as missas são realizadas dentro da minha sala de aula e eu não quero que alguém mexa nos livros e pedi então um armário. Assovia, só não fui pra rua porque rabo não tinha pra puxar, até, não sei se você já ouviu falar em Mário Pereira, era um vereador nosso, homem muito inteligente lá de Santa Maria, ai depois a sogra do Mário, era professora aposentada, como era o nome dela ainda pai. A dona, a mãe da Nair do João, a Dona, ai chegou assim pra mim, disse Gercy, porque eu tava muito cansada naquele dia, tinha só uma cadeira, a minha cadeira, que eu muito pouco sentava na sala de aula, eu me sentei, e o padre começou a baixar o pau, eu disse, esse padre tá falando pra mim, eu deixa a falar, eu só escutando, quando o sino terminou a missa, o pessoal não ia logo embora e ficava as comadres conversando com os compadres e então diz a Cecília Fischer, essa professora aposentada, disse Gercy, o que é que o padre tem contra ti, diz tudo ele falou e ele olhava tez assim pra ti, pro lado que eu tava sentada, ai mexeu na abelheira e de tarde a petiça teve que vir pra Lomba Grande, eu queria botar em pratos limpos com o subprefeito, meu consogro, e eu tava em ponto de bala mesmo, naquele dia eu teria dito tudo que queria, mas você me atendeu, você teve medo de enfrentar a Gercy, não me atenderam, eu vim embora porque tava anoitecendo embora com a minha petiça porque tava anoitecendo, mais a coisa não ficou assim, porque lá entre eles houve alguma coisa, enfim o meu armário veio, pude guardar os livros e continuei do mesmo modo. Seu José: Acho que o Mário Pereira se entendeu também. Gercy: Eu acho. (THIESEN, 2010)

A partir do relato, observa-se as relações de poder expressas na ação do padre da paróquia de Santa Maria, na relação da Igreja com o Sub-prefeito do Distrito e das articulações com a elite da localidade. Porém, a professora Gercy, buscando esclarecer o fato, procura as autoridades para conversar, observa-se a coragem desta professora, que não deixava por menos quando percebia que algo não estava correto. Este perfil, jeito de ser professora, revela o reconhecimento com que é lembrada na comunidade, como emociona aos que a escutam falar. De todos os entrevistados, esta professora se

particulariza, pois, durante as entrevistas, ela menciona que “*fui escrevendo minha despedida*” e depois de intensa pesquisa, encontrei num livro de registro de visitas que foi aberto em 1953, na Escola Castro Alves e o último registro data de 2001, uma ata de despedida intitulada “Minha despedida” de maio de 1969. Era comum que cada autoridade ao visitar a escola, deveria registrar sua assinatura. A equipe de supervisores registrava impressões e encaminhamentos neste livro.

Minha despedida

Hoje foi meu último dia de aula.

Estou aposentada desde o dia 8 de maio. Interessante é que não me sinto muito satisfeita, pois já sinto agora saudades, - dos rostinhos mimosos dos alunos – das colegas, que estimo tanto, - da tão devotada e meiga D^a Amélia, a nossa querida servente; - enfim de tudo isso, que foi minha vida de professora. Nela houve lutas, - desenganos, mas muitas horas felizes.

Sinto deixar a minha querida “Castro Alves”.

Mas ao deixa-la, peço a Deus, que dê, a cada professora que nela lecionar, tudo aquilo que sempre quis dar aos meus filhos de 4 horas diárias, pois por cada crianças senti o afeto de mãe, procurei dar o que de melhor tinha a dar: amor. Sei que erreí muitas vezes, mas sou humana e não divina, pois somente criaturas divinas é que não erram. Peço perdão que com meus erros tenha prejudicado ou ofendido, e desejo que minhas colegas ao findarem o tempo de magistério, possam dizer: - Não ofendi ninguém, dei amor, muito amor, jamais fui professora de fim de mês, consegui fazer daquelas que me foram confiadas, criaturas úteis à Deus, à Pátria, à Sociedade, eduquei-as, enfim, para serem felizes.

A todos que aqui ficam e que por acaso chegarem a ler estas minhas palavras de despedida, o meu pedido a Deus de que sejam muito felizes, e o meu abraço amigo Adeus Gersy. (DOCUMENTO 3, 1953)

Constatações e reflexões:

As palavras da professora revelam a prática de amor e dedicação ao magistério público nesta localidade, uma vida entregue à vocação da docência, principalmente em classes multisseriadas. Ao narrar, fica evidente a paixão e encantamento pela literatura, pelas histórias que seus alunos insistiam em pedir que ela repetisse, e a outra turma da Escola Municipal Castro Alves parava para escutar impedindo que a colega (professora Eni Beck) conseguisse continuar a aula com o 3º e 4º ano. Ao mesmo tempo em que se constitui professora nos idos dos anos 40 e 50 do século XX, acompanha o momento da

abertura de muitas escolas rurais e conta com detalhes a dificuldade e descaso da coisa pública pelo ensino rural.

Em profundo e denso estudo, FISCHER (2009) apresenta crítica sobre a constituição docente a partir dos estudos na perspectiva oral e análise da Revista do Ensino. Neste estudo é possível perceber a “vocação” para a docência e o peso do apostolado que a missão de amor e sacrifício para o magistério exigia. Mais que uma vocação, a dimensão missionária revela o poder de uma época (século XX) em que uma das opções em que as mulheres trabalhadoras pudessem ocupar um espaço na sociedade era pela via da educação. Ser professora representava também a “pretensa” independência

Ao estudar as trajetórias profissionais se oportuniza o trânsito por diferentes espaços, vivências, sentimentos, histórias... e são essas experiências que constituem os sujeitos. A partir do momento em que se elucidam as memórias singulares à realidade é possível caracterizar uma realidade e perceber o que as identifica e as torna especial, diferente e particular ao mesmo tempo em que servem de referências e inspiração para quem está no percurso ou a caminho da descoberta da docência.

Referências bibliográficas

- BECKER, H. (1994) **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2a. ed. São Paulo: Hucitec;
- BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá. **O fechamento das Escolas Rurais: a lógica dos sobreviventes no campo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia – Ênfase em Séries Iniciais. UNISINOS, 2007;
- DOCUMENTO 1: Decreto Nº 43. Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 12 de junho de 1951;
- DOCUMENTO 2: Escolas Municipais desativadas de Novo Hamburgo, 11 de agosto de 1999. Setor de Planejamento/SMED;
- DOCUMENTO 3: LIVRO DE REGISTRO DE VISITAS DE AUTORIDADES E DE SUPERVISÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CASTRO ALVES. Localidade: Passo dos Corvos, Lomba Grande- Novo Hamburgo. Aberto em 1953 e com registro da última visita em 2001. DATA: 26/05/1969;
- FISCHER, Beatriz D. *A professora Primária nos impressos pedagógicos (1950/1970)*. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara. (org.) **História e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2009;

- GOETHE, J. *Companheiros de viagem: Goethe e Schiller*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993;
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006;
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000;
- NUNES, Márcia Scherer. **Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes multisseriadas em Lomba Grande**. Novo Hamburgo, 16 de abril de 2010 e 15 de maio de 2010. Ex-professora e diretora de Escolas Municipais de Lomba Grande – Novo Hamburgo. Entrevista concedida à José Edimar de Souza;
- SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Os bairros de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, RS: [s/d], 2001;
- THIESEN, Maria Gercy Höher. **Entrevista oral sobre a trajetória de vida e docente em classes multisseriadas em Lomba Grande**. Novo Hamburgo, 23 de abril de 2010 e 13 de maio de 2010. Ex-professora e diretora de Escolas Municipais de Lomba Grande – Novo Hamburgo. Entrevista concedida à José Edimar de Souza;
- WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). Constituição do Ministério da Educação e Articulação entre os níveis federal, estadual e municipal da educação. In: STEPANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.) **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Realidades transtornadas pela Guerra dos Farrapos: Estado e sociedade na construção da subsistência cotidiana

“Para um homem enriquecer não há nada como uma revolução.
Olhe: os assaltos de uma cidade; a emigração dos proprietários;
A falta de ordem nas escriturações das repartições públicas;
Os roubos aos particulares; e por fim compram-se casas baratas;(…)
Negocia-se à grande com a nação, e aí é que temos mel aos potes:
O que vale cinco, mete-se por vinte e cinco; e assim é o mais.”
(Caldre e Fião, 1979 [1851])

Prof. Dr. José Iran Ribeiro

Dep. de Metodologia do Ensino/ CE/ UFSM

jiranribeiro@gmail.com

Resumo: Durante a Guerra dos Farrapos foram mobilizados milhares de militares de outras províncias do Império para lutar no Rio Grande do Sul. Esses efetivos e alguns de seus familiares foram alojados nas cidades que permaneceram fiéis a autoridade Imperial. Para lá também seguiram muitas famílias sul-rio-grandenses fugindo da Guerra no interior. Essas localidades tiveram suas populações acrescidas, gerando muitos problemas aos seus administradores. A reunião de tantas gentes, os cercos republicanos e a desestruturação das referências cotidianas, a ação de comerciantes visando lucros contando com a parceria de alguns administradores militares ou lutando contra a austeridade de outros, etc, dificultaram a vida nas cidades imperiais. Aquele foi um contexto em que o Estado não tinha forças para se impor e a vida das populações citadinas foi duramente afetada por isso tudo.

Durante a Guerra dos Farrapos foram mobilizados milhares de militares de outras províncias do Império para lutar no Rio Grande do Sul. Esses efetivos e alguns de seus familiares foram alojados nas cidades que permaneceram fiéis à autoridade Imperial. Para lá também seguiram muitas famílias sul-rio-grandenses fugindo da Guerra no interior. Essas localidades tiveram suas populações acrescidas, gerando muitos problemas aos seus administradores. A reunião de tantas gentes, os cercos republicanos e a desestruturação das referências cotidianas, dificultaram a vida nas cidades imperiais. Aquele foi um contexto em que o Estado não tinha forças para atender todas essas demandas e necessitava do apoio de alguns grupos de interesse da sociedade civil. Esses grupos aproveitavam tais interações para alcançar vantagens em

negócios mais ou menos escusos, contra os quais o Estado não tinha grandes possibilidades de reação, ainda que as empreendesse, mas sem poder desarticular esses interesses porque precisava dos auxílios que prestavam.

Esboçando o cenário

Durante a Guerra dos Farrapos foram mobilizados milhares de militares de outras províncias do Império para lutar no Rio Grande do Sul e alguns trouxeram junto seus familiares¹. Esses efetivos foram alojados nas cidades que permaneceram fiéis a autoridade Imperial: Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte. Para lá também seguiram muitas famílias sul-rio-grandenses fugindo da Guerra no interior². Essas localidades tiveram suas populações acrescidas, o que gerou muitos problemas aos administradores civis e militares. A reunião de tantas gentes, os cercos republicanos e a desestruturação das referências que balizavam o cotidiano na província dificultaram a vida nas cidades imperiais sul-rio-grandenses, principalmente no final da década de 1830. Na época os lucros da pecuária haviam desmotivado a produção de subsistência e desde há muito a província importava alimentos de outras regiões. Portanto, se normalmente a oferta de alimentos não era grande, pode-se entender que a Guerra dificultou ainda mais aquela realidade.

O sustento das gentes e os problemas de suprimento

Não era uma tarefa fácil garantir o sustento dentro das cidades-guarnições. Em 1835 havia cerca de 13.000 habitantes em Porto Alegre (Bento, 1989, p. 8), ao que se somou mais de 3.000 militares em 1839³. As populações civis sofriam com os problemas de abastecimento e com o alto preço dos alimentos, os militares do Exército

¹ Várias questões do texto foram tratadas com maior detalhamento em Ribeiro (2009).

² Antônio J. da Cunha foi um dos migrantes chegados na capital da província. Residia com sua família num sítio em Aldeia dos Anjos, onde “possuía um estabelecimento de lavoura, em que sustava sua família, o que abandonou desde o sítio”. Pai de “bastantes filhas e filhos, dos quais um os rebeldes induziram preso, e outro tem servido a legalidade”, requereu que o comissariado lhe abonasse uma ração diária para viver (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Fundo Polícia (P), Maço (M.) 63, Porto Alegre, 11/8/1839, juiz de direito Manoel P. da S. Veloso ao Presidente da Província (PP) RS). O caso demonstra a reorganização sócio-econômica produzida naquele panorama. Pois, além de sustentar a família, Antônio comercializava parte dela e ajudava a abastecer a capital da província. Com os cercos dos republicanos não só este e outros proprietários deixaram de produzir e passaram a depender do auxílio do governo para sobreviver, tornando difícil a subsistência dos habitantes das cidades imperiais.

³ AHRS, Fundo Câmara Municipal de Vereadores (CM), M. 132, Porto Alegre, 1/5/1839, signatado pelos vereadores ao PP RS. Em função disso foi determinado que o Comissariado do Exército suprisse as rações de etapa às famílias emigradas da campanha (Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Códice (Cód.) 90, Corte, 20/12/1837, Sebastião do R. Barros ao PP RS).

nem tanto, pois recebiam algum auxílio do governo e seus soldos, o que nem sempre era suficiente para a manutenção das famílias⁴.

Num demonstrativo da despesa mensal com a manutenção da guarnição em Rio Grande e São José do Norte tem-se uma ideia dos gastos realizados. O documento não refere se estes homens tinham família, mas é certo que ao menos alguns dos guardas nacionais as tinham e não recebiam qualquer auxílio das repartições do Exército⁵. Muito provavelmente, se o governo custeasse meias rações de etapa (rações de alimentos, de gêneros ou de dinheiro fornecidas pelo Exército aos militares) às famílias dos guardas nacionais o gasto seria maior do que o custo das rações fornecidas aos familiares dos praças de 1ª linha. A maioria destes preferia deixá-los nas províncias de origem recebendo parte consignada dos soldos. Diferentemente, as famílias dos guardas nacionais continuaram vivendo em meio à carestia dos anos de Guerra nas cidades-guarnições. O 2º corpo de artilharia de posição é a única unidade do Exército listada no documento, as demais eram grupamentos provisórios, integrados por indivíduos de origens profissionais e sociais diversas. É importante destacar que somente o corpo de artilharia era contemplado com todas as formas de pagamentos descritas, mas nada para suas famílias, assim como os demais civis empregados na defesa militares nos primeiros anos da Guerra, apesar dos muitos protestos⁶.

Em 1837, em Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte faltavam vários alimentos. Nesta última vila costeira chegou-se ao extremo de faltar peixe fresco⁷. Ao abandono de muitas lavouras, à conseqüente desarticulação das redes de abastecimento e à maior concentração de pessoas, somavam-se as limitações impostas pelas autoridades ao trânsito de comerciantes. Concomitantemente, a necessidade de quebrar os cercos e derrotar os farrapos resultou no aumento das guarnições militares e na ampliação das necessidades de subsistência, cabendo aos administradores do Exército suprir os crescentes efetivos militares chegados de outras partes do Brasil.

Não obstante, nos documentos anteriores a 1837 dificilmente mencionava-se qualquer cuidado com o gasto de dinheiro. A partir dali tornam-se comuns as alusões de

⁴ AHRS, Fundo Autoridades Militares (AM), M. 138, Rio Grande, 23/11/1842, major João N. da Silva ? ao PP RS; M. 133, Porto Alegre, 5/10/1839, Felipe N. de Oliveira ao comandante da guarnição.

⁵ AN, SG, IG¹ 173, Rio Grande, 27/10/1837, Antonio E. de M. e Brito.

⁶ AHRS, AM, M. 125, Rio Grande, 7/7/1837, coronel Francisco de C. M. Pita; M. 134, fazenda da Tamanca, 3/9/1840, comandante do 11º batalhão caçadores Francisco F. da F. P. Pinto; ambos ao PP RS.

⁷ AHRS, AM, M. 136, Rio Grande, 24/1/1841, cirurgião-mor e diretor do Hospital Militar Bernardo M. da Cunha ao comandante da guarnição; M. 122, São José do Norte, 17/6/1836, Francisco de C. M. Pitta ao comandante das forças.

obediência às ordens de conter gastos⁸. Este é o momento em que o partido conservador deu uma nova orientação política e gerencial ao governo. Segundo Souza, o ministério da guerra instaurou uma gestão diligente, pautada pelo zelo aos negócios públicos (1999, p. 85-121). Simultaneamente os orçamentos do ministério aumentaram consideravelmente. Portanto, houve um esforço do governo central no sentido de racionalizar a administração e qualificar sua intervenção na província. Porém, sabe-se pouco sobre a capacidade gerencial do governo e sobre sua independência da sociedade civil para a realização daquele esforço de guerra.

É importante considerar como funcionava o suprimento para os efetivos militares no Brasil. Até as primeiras décadas do século XIX não havia um serviço de intendência auxiliando as forças em operações (Del Re, 1955, p. 288). Por ocasião das guerras, o governo central nomeava comissários e durante a Farroupilha estes administradores chegavam da Corte na província para gerir as necessidades e os recursos existentes, contratando e pagando fornecedores⁹. Na falta de comissários os comandantes contratavam diretamente o fornecimento¹⁰ e, para Osório (2001, p. 109), os contratos de arrematação eram um dos mais vantajosos no fim do período colonial. A sistemática de abastecimento de alimentos para as guarnições militares era simples. Muitos produtos vinham da Corte e de Santa Catarina, mas as quantidades nem sempre correspondiam à necessidade. Na falta de gêneros, os comissariados podiam adquiri-los dos comerciantes locais, orientados para coibir os abusos, discriminando-se “os lugares sitiados pelo inimigo dos que tem comércio franco” e levando-se em conta “sempre vantagens em favor da fazenda nacional”.¹¹

Apesar da autoridade e do poder legal de fixar os preços, as decisões e sua execução dependiam de sujeitos não necessariamente comprometidos com a austeridade

⁸ Arquivo Nacional (AN), Série Guerra (SG), IG¹ 278, fazenda Monte Alegre, 10/7/1840, Manoel J. Rodrigues ao ministro da guerra (MnG); AHRS, AM, M. 133, Porto Alegre, 12/5/1849, diretor do hospital geral militar Antonio J. de Moraes; M. 137, Porto Alegre, 17/2/1841, tenente-coronel Severo da C. L. e Prates; estes dois ao PP RS; AN, SG, IG¹ 280, Três Cruzes, 20/4/1838, José R. Barbosa ao encarregado de negócios do Brasil no Uruguai.

⁹ AN, SG, IG¹ 177, Porto Alegre, 3/1/1842, Antonio C. G. da Silva; AHEx, Cód. 91, Corte, 19/6/1841, José C. Pereira ao PP RS.

¹⁰ AN, SG, IG¹ 279, estância do Pedro Serra, 18/8/1841, comandante da 1ª divisão Antonio C. Seara ao comandante do Exército; AHRS, AM, M. 142, São Borja, 14/1/1844, comandante da Fronteira de Missões; M. 144, Pelotas, 28/9/1845, tenente-coronel Martinho B. F. Tamarindo; P, M. 62, Porto Alegre, 14/1/1838, juiz municipal Domingos J. ? Bastos; os três últimos ao PP RS. As orientações aos comissários podem ser consultadas em AHEx, Cód. 74, Corte, 1/6/1841, João B. de Gouvêa ao PP RS; AHRS, AM, M. 140, Pelotas, 16/8/1843, comandante da 2ª brigada Manoel M. de Souza ao PP RS.

¹¹ AHEx, Cód. 90, Corte, 18/1/1839, Sebastião do R. Barros ao PP RS; AN, SG, IG¹ 277, São José do Norte, 30/10/1837, marechal Antonio E. de M. e Brito ao MnG; IG¹ 174, Rio Grande, 30/12/1837, Antonio C. G. da Silva a Antonio E. de M. e Brito; Porto Alegre, 17/4/1839, Antonio E. de M. e Brito ao MnG; AHEx, Cód. 90, Corte, 19/7/1839, conde de Lages ao PP RS.

desejada pelo governo: os comerciantes. Os comissários se viam obrigados a comprar gêneros por valores mais altos que os tabelados, porque os comerciantes não ofertavam senão pelo preço que estabeleciam, argumentando escassez¹². Então, reclamavam às autoridades municipais e à população porque as grandes quantidades compradas pelo Exército auxiliavam no aumento dos preços¹³. Era impossível “obrigar o possuidor de vender ao povo por menos do que o governo compra”, registrou um comissário¹⁴.

Os vereadores de Porto Alegre entendiam que os sitiados e os comerciantes eram os principais culpados pela situação, notadamente estes. Sendo que alguns negociantes se recusavam a vender pequenas porções, fazendo com que as repartições do governo adquirissem quantidades para vender em pequenas porções aos mais pobres¹⁵. Assim, algumas lideranças propuseram a intervenção do Estado no mercado de alimentos, a realização de avaliações sobre as quantidades existentes visando garantir a oferta e a manutenção dos preços em parâmetros aceitáveis, para impedir o contrabando de produtos para as áreas ocupadas pelos republicanos¹⁶. Enfim, havia grande preocupação sobre a quantidade de produtos disponíveis para o abastecimento da população das cidades-guarnições.

Ações e reações dos delegados imperiais e de alguns grupos de interesse

Contudo, se as conjunturas da Guerra podiam ampliar os negócios e os lucros para os negociantes, também podiam resultar-lhes em prejuízos¹⁷. Entretanto, não existem estudos sobre as vantagens obtidas pelos comerciantes durante a Guerra contra os republicanos rio-grandenses¹⁸. O certo é que os comerciantes viam a Guerra como uma grande possibilidade de lucro e pelejaram para alcançá-lo. O oponente inconfesso era a disposição austera de alguns administradores militares responsáveis pelas

¹² AHRS, CM, M. 104, Porto Alegre, 13/5/1837, signatado pelos vereadores ao PP RS.

¹³ AN, SG, IG¹ 174, Porto Alegre, 6/9/1839, deputado comissário general Antonio C. G. da Silva.

¹⁴ AN, SG, IG¹ 174, Porto Alegre, 5/4/1839, comissário Francisco C. Maleval; 4/4/1839, juiz de paz Manoel V. Pinto; ambos ao PP RS.

¹⁵ AHRS, CM, M. 131, Porto Alegre, 4/5/1838, signatado pelos vereadores ao PP RS; AHRS, CM, M. 132, Porto Alegre, 7/1/1839, signatado pelos vereadores ao PP RS.

¹⁶ AHRS, CM, M. 132, Porto Alegre, 22/6/1839, vereadores; APERS, PC 533, 20, Porto Alegre, 1836; AHRS, P, M. 62, Porto Alegre, 24/11/1837, chefe de Polícia Manoel J. de F. Travassos Filho; AHRS, CM, M. 132, Porto Alegre, 15/6/1839, signatado pelos vereadores; M. 134, Rio Grande, 16/8/1840, coronel Jacinto P. de A. Corrêa; AHRS, CM, M. 131, Porto Alegre, 7/11/1838, 15/11/1838, signatado pelos vereadores; todos ao PP RS.

¹⁷ AHRS, P, M. 62, Porto Alegre, 2 e 18/4/1838, chefe de Polícia ao PP RS.

¹⁸ Miranda (2006) e Figueira (2001) mostraram, respectivamente, os lucros dos comerciantes que suprimam Exército Imperial durante a Guerra da Cisplatina e a Guerra contra o Paraguai, sendo que as vantagens auferidas neste último contexto foram imensamente superiores as obtidas durante a luta pelo domínio da Banda Oriental do rio Uruguai.

negociações com os fornecedores. O que é evidente por um processo-crime envolvendo comerciantes e o novo responsável pelo arsenal de guerra de Porto Alegre. Mas, antes de tratar propriamente do processo, é necessário conhecer seu antecessor.

O capitão baiano João L. de A. e Silva era filho do comerciante José J. Silva¹⁹ e servia na arma de caçadores, mas sempre fez esforços para se manter trabalhando na administração das finanças ou de suprimentos das tropas. Em 1836, o capitão já estava casado com uma mulher rio-grandense – filha de um português e irmã de outros dois oficiais do Exército – e participou dos combates para a retomada Imperial de Porto Alegre. Dois anos depois, era major graduado e vice-diretor do arsenal de guerra de Porto Alegre, mas requereu voltar à função no ano seguinte e ser confirmado nela meses depois. Pode-se estimar o prestígio de João nessa época. Um de seus filhos havia sido batizado pelo doutor Araújo Ribeiro, ex-presidente da província, e outro por Clemente J. de Moura, futuro cônsul geral do Brasil na Argentina, sendo que o próprio capitão apadrinhou filhos de oficiais baianos e portugueses²⁰. Enfim, o capitão baiano era um homem influente e bem relacionado na sociedade sul-rio-grandense, especialmente entre os indivíduos oriundos e/ou vinculados a Bahia e a Portugal. Porém, em 1843, foi exonerado da função na direção no arsenal de guerra e recebeu ordem de prisão por razões desconhecidas. Se é que foi detido, em 1845, ele foi nomeado assistente interino da repartição do quartel-mestre general. Depois disto, nomeado comandante da polícia de Porto Alegre, uma atribuição importante e a única que se sabe não ter relação com o abastecimento das tropas²¹.

Dentre os novos diretores para o arsenal foi nomeado o tenente-coronel Francisco F. de M. e Vasconcelos, que partiu da Corte recomendado de austeridade. Desde sua nomeação o arsenal deixou de estar subordinado ao comando da guarnição de Porto Alegre, passando à alçada direta do presidente da província. Sabe-se que o

¹⁹ Importante comerciante português radicado na Bahia, dono de uma frota de navios de comércio entre o Brasil e Portugal, fundador da primeira casa de seguros daquela província. As ocupações de pai e filho reproduzem o entendimento de Mattoso sobre a sistemática dos grandes comerciantes baianos fazerem os filhos ingressar em setores da administração pública (1992, p. 491). Kraay também evidenciou os vínculos entre oficiais e comerciantes na Bahia (2001).

²⁰ www.geneall.net/p/forum_msg.php?id=55859#lista, acesso em 24/9/2008; Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias (CHF), Registros de Batismo (RB) – Porto Alegre, Mf (micro-filme) 1390970, 1842, 1842; AHRS, AM, 123, Porto Alegre, 16/8/1836, marechal João de D. Mena Barreto; M. 133, Porto Alegre, 22/8/1839, marechal Tomaz J. da Silva ao PP RS; CHF, RB – Porto Alegre, Mf 1390969, 1836; 1836; Mf 1390970, 1847; AHEx, Cód. 90, Corte, 23/6/1838; 7/10/1839, 11/9/1840, os três últimos do MnG ao PP RS; CHF, RB – Porto Alegre Mf 1390969, 1838, 1839.

²¹ AHEx, Cód. 91, 15/5/1843; 20/11/1843; todos MnG ao PP RS; Ordens do Dia do barão de Caxias (ODBC), n^{os} 216 (7/5/1845), 244 (10/9/1845), 245 (15/9/1845); AHRS, AM, M. 146, Porto Alegre, 11/11/1847, major João L. de A. e Silva ao PP RS.

tenente-coronel era uma figura de confiança dos mais altos administradores imperiais da Guerra no sul, cabendo-lhe substituir o presidente da província quando este deixasse Porto Alegre²².

Voltando ao processo que chamou a atenção para as relações entre os comerciantes locais e seus negócios com o arsenal de guerra, em princípio, a investigação não tinha relação alguma com a substituição do comando do arsenal de guerra. Eram averiguadas as razões que levaram o novo diretor do arsenal a bater com sua bengala no caixeiro português Domingos J. de S. Braga, na rua da Praia. As autoridades judiciais logo descobriram que o oficial agrediu o caixeiro depois de haver sido ofendido verbalmente pela vítima. Esta informação justificava a atitude do agressor e encerraria o processo, mas os investigadores continuaram inquirindo as testemunhas, todos portugueses estabelecidos como negociantes no Brasil.

Ao primeiro depoente, Francisco F. de Almeida, foi perguntado se conhecia o agressor e que relação havia entre eles. Respondeu ter sido amigo do réu, mas que a relação acabou depois que o “acusado, na qualidade de diretor do arsenal de guerra desta cidade, recusara uns panos que ele testemunha pretendia vender para o mesmo arsenal”. A testemunha referia-se a uma proposta que fizera ao governo algum tempo antes. Na ocasião, o ministério da guerra aceitou os preços apresentados pelo comerciante para a compra de alguns tecidos²³, antes do tenente-coronel desfazer o negócio. O depoente destacou que depois do negócio ter sido cancelado, perdera as “esperanças de vender para o arsenal enquanto o acusado fosse diretor”.

As autoridades inquiriram se as amostras de tecido que o comerciante havia apresentado não eram superiores ao produto que realmente seria entregue na efetivação do negócio. Hipótese firmemente negada. O comerciante asseverou que tinha relações de proximidade com a vítima, chegado ao Rio Grande do Sul com recomendação de um amigo comerciante da Corte. Também foi perguntado se Francisco e outro negociante se propuseram a custear a denúncia e o processo contra o militar. Ao que também respondeu negativamente, mas disse que o patrão do caixeiro agredido disponibilizou 2 contos de réis para o que fosse necessário. Deve-se mencionar que, anos depois,

²² AHEx, Cód. 91, Corte 15 e 17/5/1843, MnG ao PP RS; AHRs, AM, M. 140, Porto Alegre, 21/6/1843, tenente-coronel Francisco F. de M. Vasconcelos ao PP RS; Porto Alegre, 21/6/1843, marechal Tomaz J. da Silva ao PP RS.

²³ AHEx, Cód. 91, Corte, 11/8/1842, MnG ao PP RS.

Francisco F. de Almeida foi agraciado com o grau de oficial, portanto o segundo, da Imperial Ordem da Rosa por seus serviços ao Estado Imperial brasileiro²⁴.

A testemunha João de A. Viana negou “ter-se declarado inimigo” do tenente-coronel “por não ter podido conseguir vender gêneros para o arsenal de guerra”, mas ameaçou o camarada que acompanhava o militar e trocou ofensas com os dois. O negociante Gaspar R. A. Guimarães negou que houvesse ocorrido uma reunião de caixeiros para escolher qual dentre eles iria se apresentar como testemunha. Entretanto, é importante destacar que todas as 7 testemunhas se conheciam, 5 eram homens com mais de 30 anos e 2 eram meninos aprendizes de 14 anos. Basta mencionar do testemunho do tenente-coronel que, em sua opinião, a queixa visava exclusivamente desestabilizar o trabalho que desenvolvia há 1 ano no arsenal e, assim, obrigá-lo a se demitir. Resta dizer que o tenente-coronel foi absolvido e o queixoso preso, apesar dos protestos do cônsul de Portugal na cidade²⁵.

Então, pode-se passar a considerar o sentido dos movimentos. As informações a respeito do capitão demitido da função de diretor do arsenal sugerem que ele, apesar de ser um oficial de carreira, possuía largo tirocínio nas lides do comércio. Tanto havia aprendido o ofício com o pai na Bahia, como havia conseguido ser responsabilizado pelas negociações entre o Exército e os fornecedores de gêneros. Sendo que, muito provavelmente, havia intermediado o oferecimento dos tecidos proposto ao governo pelo português Francisco F. de Almeida. Tudo leva a crer que o major era prezado entre comerciantes. Não foi por outra razão que estes prejudicados pelo novo diretor do arsenal, aproveitaram-se da oportuna agressão no caixeiro para tentar desestabilizá-lo.

Ainda assim, não há como afirmar que o major demitido da direção do arsenal de guerra era conivente com orçamentos superfaturados ou com adulterações na qualidade dos produtos ofertados pelo comerciante ao governo. Afinal, apesar da ordem de prisão, o major voltou a ser encarregado de atribuições ligadas ao suprimento das tropas. Entretanto, pode-se inferir que, se não participava intencionalmente de negociatas, os comerciantes conseguiam melhores vantagens com ele do que as obtidas com outros administradores. Os depoimentos das testemunhas também permitem inferir que pelo menos alguns portugueses valiam-se da proximidade identitária com o vice-

²⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Fundo Processos Crime (PC) (Porto Alegre), Nº 857, M. 29, 1853.

²⁵ APERS, PC (Porto Alegre), Nº 709, M 24, 1844; Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, “O Imparcial”, 8/2/1845; AHRs, P, M. 66, Porto Alegre, 1 e 12/2/1845, chefe de Polícia ao PP RS; 3/2/1845, cônsul de Portugal ao chefe de Polícia.

diretor demitido do arsenal de guerra para auferir lucros dos negócios estabelecidos com o governo. Que a unidade entre esses negociantes era suficientemente forte para permitir que atuassem em grupo visando prejudicar as autoridades mais criteriosas na seleção dos artigos para o suprimento do Exército, ou que não tinham disposição para arranjos com o grupo. Os 2 contos de réis disponibilizados para os custos do processo contra o novo diretor do arsenal demonstram ao menos parte do montante das possibilidades de lucro não concretizadas pelos comerciantes desde a nomeação do tenente-coronel. A importância da soma e a mobilização de vários comerciantes na defesa da vítima permitem mensurar o quanto as atitudes do oficial, obstaculizando negócios rendosos, desagradaram àqueles comerciantes.

Algumas autoras têm ressaltado a importância dos portugueses no comércio do Brasil. Faria destacou que os portugueses eram preferenciais para as atividades de comércio (1998, p. 175); Ribeiro demonstrou que eles disputavam o mercado de trabalho na Corte excluindo outros segmentos das oportunidades de negócio (2002, p. 360). Portanto, pode-se crer que a queixa geradora do processo-crime foi parte de um plano dos comerciantes visando manter os lucros que alcançavam tempos antes.

Para além das estratégias de grupos e das relações entre indivíduos, é importante compreender a maneira como os administradores do Estado compreendiam as atitudes destes negociantes e o desempenho dos agentes responsáveis pelo gerenciamento das repartições do Exército. Parece óbvio que os mais importantes administradores do Exército Imperial na Corte e na província não desconsideravam a proximidade de alguns de seus representantes com as redes de relações, em princípio, alheias à estrutura militar. Porém, se estas relações agilizavam o abastecimento do Exército, no que o governo não tinha condição de atender, significavam grande evasão de recursos.

Alguns encaminhamentos

Esse é o momento de situar as circunstâncias e entendimentos. Apesar de iniciativas para qualificar e aumentar a produção dos arsenais de guerra do Império, o governo Imperial não dispunha de condições estruturais para suprir todo o necessário aos militares, especialmente no Rio Grande do Sul, onde os efetivos aumentavam a cada ano. Assim, despender recursos era muito mais aceitável que sofrer derrotas militares e o governo teve de aceitar ofertas onerosas de negócio para manter seus defensores na luta contra os que atentavam contra a unidade do Império. Semelhante ao que aconteceria em escala maior durante a Guerra contra o Paraguai.

Contudo, depois que foram sufocadas as Revoltas Liberais, em 1842, a Corte pôde respirar melhor. Restava derrotar somente os republicanos rio-grandenses e todas as atenções e esforços foram direcionados para o sul. Era a continuidade de um processo, pois, antes disso, a hegemonia conservadora na câmara dos deputados, a partir de 1837, permitiu a criação da contadoria geral da guerra, repartição dedicada exclusivamente à fiscalização dos gastos relativos ao financiamento do Exército Imperial. Conforme o ministério, somente a partir deste ano o governo passou a poder controlar melhor os gastos, evitando dispêndios excessivos de recursos e coibindo as fraudes dos oportunistas²⁶. Esta maior capacidade de controlar as finanças do ministério pode explicar a demissão do major João L. de A. e Silva, a nomeação do tenente-coronel Francisco F. de M. e Vasconcelos para a direção do arsenal de guerra de Porto Alegre, assim como as motivações que causaram tanto desagrado nos comerciantes envolvidos no processo contra esse último militar. Contudo, não havia porque exonerar militares inteirados nas redes comerciais que haviam sido importantes para a manutenção das forças imperiais na província, como também deixar de honorificar os comerciantes que auxiliaram no esforço de guerra. Mesmo porque, apesar de melhoradas, especialmente na Corte, até 1845 as repartições do Estado continuaram deficitárias em atender as necessidades do Exército, tornando necessário contar com fornecedores particulares, ainda que a custos elevados em negócios nem sempre lícitos.

Outra face dos limites da capacidade de gerenciamento dos administradores do Exército pode ser observada nas idas e vindas da sistemática para o fornecimento da subsistência aos efetivos e da população em geral. As etapas fornecidas aos militares e a alguns civis podiam ser pagas em dinheiro ou em gêneros, conforme fosse o desejo do recebedor. Inicialmente, somente os militares expedicionários e suas famílias deviam ser aprovisionados. Os homens recebiam uma ração de etapa inteira e mais meia ração para cada familiar. Os problemas de abastecimento afetaram a regularidade do fornecimento e, mesmo quando as rações eram supridas, nem sempre eram suficientes para o sustento das famílias. Resultando que algumas mulheres de militares tiveram de buscar as escassas ofertas de emprego como lavadeiras e engomadeiras para complementar a renda familiar²⁷.

²⁶ Relatórios do MnG, 1839, 1840, 1842, 1843, 1844, 1845.

²⁷ AHRS, AM, M. 126, Rio Grande, 1/1/1837, tenente-coronel Henrique M. de O. Lisboa; AN, SG, IG¹ 279, Pedro Serra, 21/8/1841, tenente-coronel João N. da Silva ao comandante da brigada.

Os comissários de cada guarnição estabeleciam o valor das etapas em cada cidade-guarnição e o faziam sem que os comandantes militares parecessem compreender a lógica em que baseavam suas decisões. A documentação sugere inclusive que havia grande autonomia do comissariado, inclusive para diminuir as etapas²⁸. Isso causava grande descontentamento²⁹. A documentação não informa qual era o raciocínio dos responsáveis ao determinar a diminuição dos valores de etapas justamente quando os preços aumentavam consideravelmente. Podem ter sido ecos da economia engendrada pelo governo conservador. Então, o governo tentava manter um número maior de militares na província com uma disponibilidade crescente, mas limitada, de recursos³⁰.

A substituição dos pagamentos em dinheiro por pagamentos em produtos limitava a autonomia dos indivíduos mobilizados, sujeitando-os às decisões dos comissários responsáveis pela aquisição dos gêneros. No início de 1842, foi determinado que as praças só recebessem suas rações de etapa na forma de gêneros e que os oficiais poderiam continuar recebendo-as em dinheiro. Ainda que teoricamente isso não acarretasse maiores consequências, a redução do valor das etapas e a precedente dependência em relação ao comissariado fizeram diminuir a disposição dos efetivos³¹. E os que podiam tenderam a deixar de servir, onerando ainda mais os militares do Exército e os guardas nacionais destacados.

Outra consequência foi o acirramento das tensões entre os agentes do Estado que respondiam pelas diferentes divisões da estrutura administrativa do Exército. De um lado os comissários, burocratas tentando implementar as resoluções do poder central,

²⁸ AHRS, AM, M. 121, Rio Grande, 18/6/1836, coronel João C. da Silva ao comandante das forças no RS; AN, SG, IG¹ 177, Rio Grande, 28/12/1837, Antonio de E. de M. e Brito ao chefe de comissariado Antonio C. G. da Silva; AHRS, AM, M. 121, Rio Grande, 19/6/1836, Antonio E. de M. e Brito.

²⁹ AN, SG, IG¹ 174, Porto Alegre, 23/9/1839, Saturnino de S. e Oliveira ao MnG; AN, SG, IG¹ 173, tesouraria do Rio Grande do Sul, 16/2/1838, Antonio R. Rodrigues ao PP RS.

³⁰ Os gestores podem ter calculado que as quantias disponíveis para os gastos com o abastecimento de todo o efetivo não eram intermináveis. Se o valor das etapas continuasse a ser aumentado, o preço dos gêneros também subiria. Nesta circunstância, se os militares, ao invés de optarem por receber o valor das etapas em dinheiro – significando muitos pequenos consumidores como pouco poder de barganha frente a comerciantes ávidos por vender em grandes quantidades e encarecendo as vendas em pequenas porções – optassem por receber as etapas em alimentos – significando a concentração de maiores recursos nas mãos de uma autoridade que, mesmo parcialmente dependente da oferta dos comerciantes, tinha maior poder de barganha ao comprar em quantidades cada vez maiores – os preços poderiam não subir tanto. Portanto, a escolha de gêneros ao invés de dinheiro resultaria numa economia para o governo e facilitaria o trabalho dos comissários.

³¹ ODBC, nº 7 (9/12/1842); AHRS, AM, M. 122, São José do Norte, 2/9/1836, comandante da guarnição do Norte Francisco C. M. Pita ao PP RS; São José do Norte, 27/9/1836, major João N. da Silva ao comandante da guarnição Francisco C. M. Pita; M. 139, Porto Alegre, 18/12/1837, comandante Francisco X. da Cunha ao comandante da divisão.

visando um melhor gerenciamento do orçamento disponível e dos custos da Guerra; de outro, os comandantes militares conhecedores das necessidades dos efetivos e dependentes da disposição de seus subordinados. Em 1842, a situação ainda não estava resolvida e o presidente da província anexou vários documentos para demonstrar a necessidade de melhor administrar o suprimento do Exército³².

As dificuldades para a implementação da diminuição do valor das etapas resultaram de vários condicionamentos. A falta de uma melhor capacidade administrativa e de maior respaldo da repartição dentro da estrutura militar dificultaram a efetivação de suas proposições. Para que isto ocorresse, o presidente acreditava que somente se o governo central regulamentasse o comissariado e criasse uma estrutura permanente poderia capacitar a repartição a dar conta de suas atribuições e a fazer frente às pressões dos comandantes militares.

Contudo, como sugere essa discussão, não seria num contexto de guerra, no qual o Estado precisava do maior empenho possível dos militares, que haveria condições para a implementação de medidas administrativas centralizadoras que viessem em desacordo às necessidades e aos interesses dos oficiais da tropa. Isso leva a crer que medidas neste sentido só poderiam realmente se concretizar depois da pacificação geral do Império. Entretanto, segundo o relatório do ministro da guerra de 1845, mesmo depois que a Guerra acabou no Rio Grande do Sul, os gastos militares na província continuaram elevados e os funcionários encarregados da administração ainda não conseguiam contabilizar onde a totalidade dos recursos era empregada. Sinal de que os comandantes militares aproveitavam-se das demandas da Guerra para manter considerável autonomia em relação aos gestores burocratas da estrutura militar.

Bibliografia

BENTO, Cláudio M. *Porto Alegre: memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias*. Edição do autor, 1989.

CALDRE E FIÃO, José A. do V. *O corsário: romance rio-grandense*. Porto Alegre: IEL/ Brasília: INL, 1979 [1847].

DEL RE, J. J. *A intendência militar através dos tempos*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³² AN, SG, IG¹ 177, Porto Alegre, 8/2/1842, Saturnino de S. e Oliveira ao MnG.

- FIGUEIRA, Divalte G. *Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: USP/ FAPESP, 2001.
- FRANCO, Sérgio da C. *Porto Alegre cidade sitiada (1836-1840)*. Um capítulo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-Era Brazil: Bahia, 1790's-1840's*. California: Stanford University Press, 2001.
- MATTOSO, Kátia M. de Q. *Bahia, século XIX: uma província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MIRANDA, Márcia E. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: ALERGS/ MPERGS/ CORAG, 2000.
- ODBC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. *Guerra dos Farrapos*. Ordens do dia do general barão de Caxias (1842-1845). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- RIBEIRO, José Iran. *“De tão longe para sustentar a honra nacional”*: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2009.
- SOUZA, Adriana B. *O Exército na consolidação do Império*. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B. & GOUVÊA, Maria de F. S. (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Família, Morte e Sentimentos
Reflexões sobre História Social na Alemanha posterior à Reforma e suas
evidências nas áreas de imigração do Rio Grande do Sul

Martin N. Dreher

Resumo: Nos anos posteriores à Reforma ocorreram profundas transformações na maneira de tratar a morte e os mortos na Alemanha. Essas maneiras tiveram seu reflexo no Brasil, especialmente naquelas regiões colonizadas por imigrantes alemães. A tradição medieval via vida e morte como atos contínuos. Com o advento do Protestantismo surgiu uma cultura do luto, na qual vida e morte não eram mais atos contínuos, mas separados. Nessa cultura do luto estão expressas novas formas de sentimento, cujo significado histórico não ficou restrito apenas à Reforma. De que fontes dispomos para nos aproximar das emoções expressas em épocas passadas? Como podem emoções se tornar palpáveis para o historiador? Nos cemitérios das regiões marcadas por uma cultura imigrante, deparamo-nos com uma arquitetura da morte. Os túmulos são expressão de uma cultura do luto que corresponde a camadas da sociedade, camponesas, operárias, burguesas, católicas ou protestantes. Nos túmulos temos materialização de posturas em relação à morte. Sua forma, mas também as inscrições neles contidas nos dizem de posturas de famílias em relação à morte e à cultura da morte.

Nos anos posteriores à Reforma ocorreram profundas transformações na maneira de tratar a morte e os mortos na Alemanha. Essas maneiras tiveram seu reflexo no Brasil, especialmente naquelas regiões colonizadas por imigrantes alemães. A tradição medieval via vida e morte como atos contínuos. Com o advento do Protestantismo surgiu uma cultura do luto, na qual vida e morte não eram mais atos contínuos, mas separados¹. Nessa cultura do luto estão expressas novas formas de sentimento, cujo significado histórico não ficou restrito apenas à Reforma.

Impõe-se, desde logo, uma questão: De que fontes dispomos para nos aproximarmos das emoções expressas em épocas passadas? Como podem emoções se tornar palpáveis para o historiador? Que categoria da História Social pode expressar uma categoria designada de “emoção”, “sensibilidade”? Lembro que “emoção”,

¹ Entendemos sob “cultura do luto” todas as formas de expressão relacionadas a morte e mortos. Ela engloba elementos cerimoniais, passando por vestes, comidas até a estrutura estética dos cemitérios.

“sensibilidade” são conceitos que dizem respeito a indivíduos. Como podemos abrangê-los em conceitos que descrevam expressões do coletivo?

Nos cemitérios das regiões marcadas por uma cultura imigrante, deparamo-nos com uma arquitetura da morte. Com essa expressão, refiro-me à arte cemiterial encontrada nesses espaços de memória e do luto. Os túmulos são expressão de uma cultura do luto que corresponde a camadas da sociedade, camponesas, operárias, burguesas, católicas ou protestantes. Nos túmulos temos materialização de posturas em relação à morte. Sua forma, mas também as inscrições neles contidas nos dizem de posturas de famílias em relação à morte e à cultura da morte.

1.

A Reforma teve profunda influência sobre o trato com a morte e com os mortos. Vejamos uma vez quais eram as expressões mais comuns no trato com os mortos. É indubitável que nos dias de Lutero e dos demais reformadores havia formas específicas de lembrar e até de cultuar os mortos. Aspecto central desse cultuar os mortos era a convicção de que os vivos podiam melhorar, propiciar a salvação das almas dos mortos. Consequência dessa convicção era que a morte não representava fronteira inexorável entre o aquém e o além. A morte era estágio intermediário, possibilitava intermediação dos vivos em favor dos mortos, tornando-se inclusive obrigação social dos vivos.

A crença no Purgatório², apresentado como espaço intermediário, do qual as almas deveriam ser libertadas o mais rápido possível, levou a que, no século XIII, as famílias da burguesia rica, depois as de setores médios mandassem celebrar missas anuais por seus mortos, adquirissem indulgências e similares. A celebração de missas anuais evidencia que as famílias eram comunidades solidárias que não só se auxiliavam em vida, mas também na morte e prestavam auxílio a seus mortos.

Os vivos deviam a seus falecidos intercessão e esperavam que seus descendentes fizessem o mesmo em relação a eles. Especialmente os membros do núcleo familiar encomendavam missas pelas almas de seus falecidos que deveriam propiciar redenção do Purgatório: os cônjuges deviam isso um em relação ao outro, os filhos em relação aos pais. Os parentes de primeiro grau só eram envolvidos, quando os mortos não tinham filhos ou cônjuges que assumissem o compromisso. Os antepassados, a partir da segunda geração, os netos e suas famílias só eram mencionados de maneira sumária. A

² Entre as muitas obras recentes sobre o Purgatório, cf. VOVELLE, Michel. *As Almas do Purgatório, ou, O Trabalho do Luto* [1996]. São Paulo: UNESP, 2010.

comunhão solidária das famílias também se expressava nos túmulos familiares em lugar proeminente, próximo das igrejas, ou em casos mais expressivos dentro das igrejas.

Os aniversários dos mortos possibilitavam, assim, o encontro de vivos e de mortos. A separação de tempo e espaço era superada por meio da oração junto a um túmulo. Nesses atos, consolidava-se a importância da família para seus membros, mas também a importância desta ou daquela família para a cidade.

Essa forma de rememorar os mortos dava amplo espaço ao luto. Através da oração possibilitava-se a qualquer hora o contato com o morto. O sentimento de culpa ou a culpa real em relação ao falecido podia ser reparado por meio de doações e orações. As missas anuais possibilitavam a repetição ritual e a elaboração do luto individual. Esse sentimento de culpa teve importância significativa na evolução da doutrina das indulgências e para a aquisição de indulgências em favor dos mortos e, principalmente, das almas do purgatório³. O auge das discussões travadas levou à publicação de 95 teses por parte do professor universitário Martin Lutero, em 31 de outubro de 1517⁴

Lutero e os demais reformadores colocaram a preocupação pela pessoa falecida nas mãos de Deus. Negaram a crença no Purgatório e, com isso, também o compromisso dos familiares de trabalharem pela rápida liberação e redenção do falecido. Os aniversários da morte deixaram de ser celebrados e novos cemitérios foram instalados, fora dos muros da cidade. Como substitutivo do culto aos mortos surgiu no Protestantismo o sermão fúnebre que visava facilitar a despedida e que lembrava a dignidade do falecido.

Mesmo que concordemos com a crítica dos reformadores às práticas vigentes na passagem do século XV para o século XVI, devemos constatar que a separação entre vivos e mortos propiciada pelo Protestantismo deve ter sido de difícil absorção para os indivíduos. A morte passava, novamente, a ser uma despedida até o dia do Juízo Final. Isso, se condenação eterna não significasse despedida eterna. Com isso, diminuíram as possibilidades de elaboração do luto decorrente da perda de membros da família.

2.

³ Cf. DREHER, Martin N. *A Igreja no Mundo Medieval*. São Leopoldo: Sinodal, 1994, p. 41-46.

⁴ Cf. LUTERO, Martinho. *Debate para o Esclarecimento do Valor das Indulgências*. In: LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. V. 1: *Os Primórdios*. Escritos de 1517 a 1519. São Leopoldo e Porto Alegre: Sinodal e Concórdia, 1987, p. 21-30.

As mudanças ocorridas em relação à morte, nas relações entre vivos e mortos colocaram as pessoas ante a tarefa de procurar por novas formas de enfrentar o luto e de lembrar os mortos. Andrea Kammeier-Nebel e Norbert Fischer⁵ chamam a atenção para as Crônicas Familiares, para as Autobiografias e Diários que se tornam usuais na Alemanha desde meados do século XIV e nos quais, de forma privada, são recordados os mortos. Nas Crônicas Familiares eram anotadas memórias, também destinadas a futuras gerações. Tinham caráter privado e, por isso, também podem ser vistas como expressão do debate íntimo em relação à morte. O luto se transfere para o privado e se transforma em cultura de lembrança e de memória.

No Rio Grande do Sul, o autor encontrou as Familienbibeln, Bíblias de Família, nas quais há páginas em branco destinadas a anotações de parte da família. Elas trazem anotações relativas a nascimentos, casamentos, batismos, e óbitos. Nesta mesma categoria podem ser incluídas publicações como “Das Tägliche Brot des Christen.. Ein Vergeßmeinnicht” (O pão cotidiano do cristão. Um miosótis)⁶ ou “Klassisches Vergeßmeinnicht. Gedenkbuch für alle Tage des Jahres” (Miosótis clássico. Memorial para todos os dias do ano)⁷.

Marcantes são as formulações que encontramos no início de das “Tägliche Brot”⁸:

⁵ Familie, Tod und Trauerkultur – Sozialgeschichtliche Überlegungen zum Wandel von Gefühlsstrukturen im nachreformatorischen Deutschland. In: KLEINAU, Elke, SCHMERSAHL, Katrin e WEICKMANN, Dorion (eds.) “Denken heißt Grenzen überschreiten”. Beiträge aus der sozialhistorischen Frauen- und Geschlechterforschung. Eine Festschrift zum 60. Geburtstag von Marie-Elisabeth Hilger. Hamburg: von Boeckel Verlag, 1995, p. 65-83.

⁶ Basel: Verlag von C.F. Spittler, 1885. Literalmente, a palavra Vergeßmeinnicht=miosótis é “não te esqueças de mim”. O Livrinho quer, pois, auxiliar a que não se esqueça datas importantes.

⁷ Konstanz: Verlag von Carl Hirsch, s.d.

⁸ Wohl dem, der Jesum liebet

Und an sein Wort sich hält;
Wird er gleich oft betrübet
In dieser argen Welt,
So ist das Wort des Lebens
Ihm mehr als Freud und Leid;
Da sucht er nie vergebens,
Er findet Seligkeit

Bist du vielleicht geirret
Vom rechten Lebenspfad,
Weil dich die Welt verwirret
Und ganz verlocket hat;
Hier ist das Wort der Wahrheit,
Das zeigt dir die Bahn,
Auf der man bei der Klarheit
Des Lichts nicht irren kann

Bist du vielleicht betrübet

Feliz do que ama a Jesus
 E em sua palavra se atém;
 Mesmo que muito magoado
 Neste mundo cruel,
 A palavra da vida
 Lhe é mais do que alegria e dor;
 Jamais buscará em vão,
 Encontra bem-aventurança.

Se talvez te desviaste
 Do bom caminho reto,
 Pois o mundo te entonteceu
 E muito te encantou;
 Aqui tens a palavra da verdade,
 Que te mostra o trilho,
 No qual com a clareza
 Da luz não podes te enganar.

Estás talvez tristonho

Und zweifelst fort und fort,
 Ob Gottes Herz dich liebet?
 Komm, hier ist Gottes Wort!
 Das Zeigt in Jesu Schmerzen
 Dir die Barmherzigkeit,
 Die tiefbetrübte Herzen
 Mit ew'gem Trost erfreut.

Hast Du nicht Kraft zum Guten,
 Bist du lebendig tot?
 So mag dein Herz wohl bluten
 In solcher großen Not.
 Doch wird das Wort dich stärken,
 Es gibt den Müden Kraft
 Er, der zu guten Werken
 In Christo neu uns schafft.

Und wenn kein Licht sich findet
 An jedem dunklen Ort.
 Wenn dir die Welt verschwindet
 So hast Du Gottes Wort!
 Das ist dein Stab und Stecken,
 Ein Trost, der ewig bleibt,
 Der alle Todes-Schrecken
 Besieget und vertreibt.

E duvidas sem cessar,
Se o coração de Deus te ama?
Vem, cá está a palavra de Deus!
Ela mostra nas dores de Jesus
A ti a misericórdia,
Que alegra com consolo eterno
Os corações mui atribulados.

Te falta força pro bem,
Estás morto em vida?
Teu coração, por certo, sangra
Em tão grande dor.
Mas a palavra te fortalecerá,
Dá força aos cansados.
Ele que, para boas obras,
Em Cristo nos renova.

E quando não encontrares luz
Em todos os lugares escuros.
Quando o mundo te desabar,
Tens a palavra de Deus!
É teu cajado e bordão,
Consolo que eterno permanece,
Que a todos os temores da morte
Vence e espanta.

Estas formulações barrocas do Pietismo luterano alemão encontram seu correspondente na piedade romano católica do Sagrado Coração de Jesus⁹.

Se até o século XVI as Crônicas Familiares registravam apenas a data da morte, a intercessão e os dados relativos ao local do sepultamento, a partir do final do século XVI já é costume descrever a morte de forma mais circunstanciada, sendo mencionada a

⁹ Cf. DREHER, Martin N. A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 120-129.

doença que levou à morte, sua duração e como ocorreu a morte. Nos casos de matrimônios são mencionados os anos de sua duração, o número de filhos e apresentada breve caracterização dos anos de vida comum. No caso da mulher, mencionam-se os apelidos carinhosos que recebeu, os anos de sua vida, não se poupando louvores a sua postura. Sempre é expressa a dor pessoal e descreve-se detalhadamente o sepultamento.

Tais necrológios valiam-se de lugares comuns e são expressão de uma postura comum diante da morte. No entanto, eles são expressão de mudanças ocorridas na cultura do luto que deve ser creditada à nova concepção do morrer, introduzida pelo Protestantismo.

Lutero se gloria em diversos escritos pelo fato de em “nossas igrejas” (comunidades) haverem sido abolidas as vigílias, missas pelas almas, purgatório, celebrações pelos mortos. Nas comunidades luteranas permaneceram, contudo, as intercessões nas participações de falecimento. Inicialmente, elas ainda se referem ao morto, paulatinamente, porém, transferem-se para a pessoa que faz a participação e para os familiares. A alma do morto é confiada à graça e à misericórdia de Deus. No pedido por intercessão são mencionados, além da graça de Deus, a paz eterna, uma alegre ressurreição e um fim abençoado. Pode acontecer de estar incluído pedido por “força” para vencer o luto e enfrentar a vida sem a pessoa falecida.

Esta tradição migrou para o Brasil com as famílias de imigrantes e podia ser percebida, ainda, em 1933, na participação de falecimento abaixo:

Participação de Falecimento e Agradecimento

Com coração profundamente aflito damos a conhecer a todos nossos parentes, amigos e conhecidos a nota de luto de que meu querido esposo, nosso bom pai e avô

Otto Rodenbusch

faleceu silenciosamente e em paz, após longo sofrimento, suportado com grande paciência, a 6 de janeiro. Ele nasceu a 3 de junho de 1853 em Burgenberg, Principado de Birkenfeld (Alemanha), como filho de Heinrisch Rodenbusch e de sua esposa, nasc. Müller. Com seus pais, emigrou em velho veleiro, no ano de 1862, para o Brasil, onde se assentaram na Picada Café. No ano de 1886 casou-se com Catharina Laux, filha de Georg Laux. Após apenas três anos de matrimônio, ela faleceu no ano de 1889, deixando-lhe duas crianças (1 filho e 1 filha), a segunda criança foi batizada junto ao esquife da mãe e seguiu-a na morte. O segundo matrimônio foi contraído com Karolina Kirschner, filha de Christoph Kirschner e de sua esposa Luise, nasc. Fries. Este

matrimônio foi abençoado com 8 crianças, das quais uma filha o antecedeu na morte há 17 anos. Após seu casamento, residiu primeiro na casa paterna, depois constituiu com grande esforço sua própria propriedade e quando suas forças enfraqueceram sempre mais, vendeu sua propriedade a seu filho e construiu novamente um lar para si, onde pensava encerrar seus dias. Apesar de sua avançada idade ainda exercia sua atividade preferida na plantação, até que finalmente, em dezembro, grave doença - foi acometido de câncer no estômago – o forçou a abandonar seu serviço. Todo auxílio médico, infelizmente, foi em vão. Após haver recebido há alguns meses a Santa Ceia, foi operado a 4 de janeiro e a 6 de janeiro, ao meio dia, por volta da 1 hora, foi redimido de seu pesado sofrimento. Alcançou a idade de 74 anos, 7 meses e 3 dias e deixou, além de sua esposa enlutada, 8 filhos e 8 genros e noras, bem como 28 netos e um grande círculo de parentes.

Agradecimento

Em primeiro lugar dizemos cordial agradecimento ao Senhor Dr. Schmidt, Picada Café, aos senhores médicos de Porto Alegre que fizeram o grande esforço de constatar a doença do querido falecido, por meio de Raio X, ao Senhor Dr. Wederhake, Santa Maria, Senhor Dietzmann, Senhor Dr. Nelz, Linha Imperial, e ao sempre solícito Senhor Neumann, Linha Imperial, por seus esforços. Além disso, expressamos sincero agradecimento ao Senhor Pastor Schwabe pelo consolo trazido a partir da Palavra de Deus, aos solícitos vizinhos que nos socorreram com conselho e ação; a todos que visitaram nosso falecido em seu leito de doença; à Sociedade de Cantores do Morro Bock, à Sociedade de Cantores “Amigos do Canto” de Picada Café, ao Coro Misto de Holanda por suas apresentações, aos coveiros bem como a todos os que ornamentaram sua sepultura com flores e coroas.

Picada Café, 10 de janeiro de 1933.

Em nome dos sobreviventes:

a esposa enlutada

Karolina Rodenbusch

e 8 filhos

Necrológio

Tu, amado esposo e pai, tu,

Quão cedo partiste já para o descanso eterno!

Nós te amávamos tanto, tanto!

No entanto, teu Salvador te ama mais.

Quão profunda foi a dor que sentimos;
 De tristeza quase se nos partiu o coração,
 Quando tivemos que te ver sofrendo tanto,
 E não podíamos auxiliar, só orar e implorar.
 Que o querido Deus minorasse o sofrimento
 E enviasse força a nosso fraco coração!
 Foi o que fez, mas a ti levou
 E conduziu-te a lugar muito mais belo.
 A nós, porém, deu a esperança,
 Que algum dia estaremos junto a ti.
 Adeus, então, nas santas alturas,
 Nas quais todos então nos reveremos!¹⁰

¹⁰ Publicado em Neue Deutsche Zeitung. Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1933, p. .6. Devo a indicação do texto a meu aluno Sandro Blume. A transliteração do alemão gótico e a tradução são de minha autoria.

Todesanzeige und Danksagung

Tiefbetrübten Herzens machen wir unsern Verwandten, Freunden und Bekannten die Trauernachricht, daß mein lieber Gatte, unser guter Vater und Großvater

Otto Rodenbusch

nach einem langen, mit großer Geduld getragenen Leiden am 6. Januar still und ruhig heimgegangen ist. Er wurde geboren am 3. Juni 1858 in Burgenberg, Fürstentum Birkenfeld (Deutschland), als Sohn des Heinrich Rodenbusch und seiner Frau, geb. Müller. Mit seinen Eltern wanderte er im Jahre 1862 auf einem alten Segelschiff nach Brasilien aus, wo sie sich in der Kaffeeschneiß niederließen. Im Jahre 1886 verheiratete er sich mit Catharina Laux, Tochter von Georg Laux. Nach nur dreijähriger Ehe starb sie im Jahre 1889 und hinterließ ihm 2 Kinder (1 Sohn und 1 Tochter), das zweite Kind wurde am Sarge der Mutter getauft und folgte ihr im Tode nach. Die zweite Ehe schloß er mit Karolina Kirschner, Tochter von Christoph Kirschner und seiner Ehefrau Luise, geb. Fries. Diese Ehe wurde mit 8 Kindern gesegnet, von denen eine Tochter ihm vor 17 Jahren im Tode vorangegangen ist. Nach seiner Verheiratung wohnte er zuerst in seinem Elternhaus, später gründete er mit schwerer Mühe seine eigene Besitzung und als dann seine Arbeitskraft immer schwächer wurde, verkaufte er sein Anwesen an seinen Sohn und baute sich wieder ein neues Heim, wo er gedachte, sein Leben zu beschließen. Trotz seines hohen Alters versah er noch seine Lieblingsarbeit in der Plantage bis endlich im Dezember seine schwere Krankheit begann – er bekam Magenkrebs – die ihn zwang, seine Arbeit aufzugeben. Alle ärztliche Hilfe war leider vergebens. Nachdem er vor einigen Monaten noch das heilige Abendmahl empfangen hatte, wurde er am 4. Januar operiert und am 6. Januar, mittags um 1 Uhr, ist er vom seinem schweren Leiden erlöst worden. Er brachte sein Alter auf 74 Jahre, 7 Monate und 34 Tage und hinterläßt außer seiner trauernden Gattin 8 Kinder und 8 Schwiegerkinder sowie 28 Enkel und einen weiteren großen Verwandtenkreis.

Danksagung

An erster Stelle sagen wir herzlichen Dank Herrn Dr. Schmidt, Baumschneiß, den Herren Ärzten von Porto Alegre, die sich die Mühe gaben, mittels Röntgendurchleuchtung das Leiden des lieben Verschiedenen festzustellen, Herrn Dr. Wederhake, Santa Maria, Herrn Dietzmann, Herrn Dr. Nelz, Linha Imperial, und dem stets hilfsbereiten Herrn Neumark, Linha Imperial, für ihre Mühewaltungen. Aufrichtigen Dank sprechen wir ferner aus Herrn Pfarrer Schwabe für den gespendeten Trost aus Gottes Wort, den hilfsbereiten Nachbarn, die uns mit Rat und Tat unterstützten; allen die unsern lieben Verschiedenen am Krankenbett besucht haben; dem Gesangsverein von Bocksberg, dem Gesangsverein “Sängerfreund” von Picada Café, dem gemischten Chor von Holland für ihre erhebenden Darbietungen, den Grabmachern sowie allen denen, die sein Grab mit vielen Blumen und Kränzen schmückten.

Picada Café, 10 Januar 1933.

Im Namen der trauernden Hinterbliebenen:

O pedido por morte bem-aventurada e por alegre ressurreição merecem atenção. Philippe Ariès¹¹ chama a atenção para o fato de que no final da Idade Média, a morte era vista como uma última provação: o moribundo deveria resistir às tentações do diabo e permanecer firme na fé. Os vivos ainda poderiam, por meio da oração, de missas encomendadas, promover sua redenção. Como isso fosse rejeitado pelo Protestantismo, importava morrer “corretamente”, pois havia a esperança de que a pessoa falecida recebesse a graça da paz eterna, voltando a se reunir com a família na ressurreição.

Com isso, alteram-se desde meados do século XVI as descrições da morte. Antes se descrevia que a pessoa falecera após receber os sacramentos. Agora, passa-se a descrever a morte com palavras que descrevem a morte ideal, destacando-se a postura do moribundo: as pessoas morrem orando, em silêncio, tranquilas, conscientes, confiando em Deus. Nesses conceitos, expressa-se a despedida “desejada” do mundo. Após essa descrição, afirmava-se que os familiares expressavam a certeza de que o (a) falecido(a) tudo fizera para alegre ressurreição.

Além disso, passam a ser anotados o texto em que se baseou o sermão, o acompanhamento do cortejo fúnebre, que o sepultamento aconteceu de maneira digna, e que os mortos “descansam” de “todo o sofrimento” na sepultura, onde aguardam a ressurreição.

Die trauernde Gattin Karolina Rodenbusch
und 8 Kinder

Nachruf

Du lieber Gatte und Vater du,
Wie gingst du so früh schon zur ewigen Ruh!
Wir lieben dich doch so sehr, so sehr!
Jedoch dein Heiland liebt dich noch mehr.
Wie fühlten wir doch so tiefen Schmerz;
Vor Wehmut wollt uns fast brechen das Herz,
Als wir dich mußten so leiden sehen,
Und wir konnten nicht helfen, nur bitten und fleh'n.
Der liebe Gott woll' lindern den Schmerz
Und Kraft uns senden ins schwache Herz!
Das hat er getan, doch dich nahm er fort
Und führt dich an einen viel schöneren Ort.
Uns aber gab er die Hoffnung ein,
daß wir einst werden dort bei dir sein,
So lebe denn wohl, in den seligen Höh'n, wo wir uns alle einst wiederseh'n!

¹¹ O homem perante a morte. 2 vls. Mem Martins: Publicações Europa-América 1988 e 2000.

Desde o final do século XVI começam a se manifestar também evidências de sentimentos pessoais de luto. Eles também estão expressos nos sermões fúnebres e nos hinos fúnebres.

3.

As alterações na apreciação da morte e a concepção das relações entre vivos e mortos colocaram os seres humanos desde a Reforma ante à necessidade e à tarefa de encontrar novas formas de honrar a memória dos mortos e de superar o luto. Uma dessas formas foi a de fazer anotações nas crônicas familiares, nas autobiografias e diários. Nesses documentos os representantes dos segmentos médios e superiores das cidades anotavam também a morte dos membros da família para sua memória e para a de futuras gerações. É óbvio que tais anotações eram feitas para o uso familiar e são, por isso, expressão das lutas travadas com a morte e com sua superação. Daí que são também expressão da lida com o luto. O luto passou, pois, a fazer parte do privado e passou a constituir cultura de lembranças e de memórias.

Se no início foram feitas apenas anotações relativas à data e ao local da morte e do sepultamento e, eventualmente, do texto da alocução fúnebre, desde o final do século XVI passou-se também a descrever, com detalhes, as circunstâncias da morte, a doença que a ela levou, sua duração, e forma como morreu a pessoa. Os anos de vida matrimonial, a convivência do casal, o número de filhos, se e quantos antecederam os pais na morte, os dias, meses e anos de sua vida e o desenrolar do sepultamento propriamente dito também foram anotados. Confira-se a menção de todos esses itens no necrológio de Rodenbusch, acima.

Note-se que o referido está a indicar a postura das pessoas diante da morte e menos para rituais estabelecidos como se poderia supor. São indicativos de mudanças ocorridas na cultura do luto. O pano de fundo são as novas concepções acerca da morte e morrer que encontramos no protestantismo.

Em 1524, Lutero escreveu prefácio a uma coletânea de hinos para sepultamento. Ali escreveu: “Em nossas igrejas afastamos, eliminamos e acabamos com as abominações papistas como vigílias, missas pelas almas, cerimônias, purgatório e todo outro tipo de fantasmagorias”¹². Com isso, no entanto, não estava eliminada a

¹² LUTHER, Martin. Werke. Kritische Gesamtausgabe, Vol. 35, Weimar: Böhlau, 1923, p. 478.
LUTERO, Martinho. Obras Seleccionadas, Vol. 7: Vida em Comunidade: Comunidade – Ministério –

intercessão pela pessoa falecida, mas ela era sempre concluída com a expressão de que a alma do/da falecido/a era confiada à graça e à misericórdia de Deus. Os familiares não deixavam de incluir a eles próprios nessa intercessão. Além da graça e da misericórdia de Deus, pedia-se por “alegre ressurreição” e por “um fim (morte) misericordioso”, além de força para vencer o luto¹³.

Essas formulações não são simples criação do emergente protestantismo. Philippe Ariès constatou que no final da Idade Média, a morte era tida por última provação, na qual o moribundo deveria resistir aos sussurros de satanás e confessar sua fé¹⁴. Aos familiares restava, ainda, a possibilidade e o consolo de promover a redenção do falecido por meio de oração, missas, indulgências. O protestantismo, como vimos na citação de Lutero, negava essa possibilidade. Com isso, o “bem morrer” passou a ter importância decisiva¹⁵.

Assim, desde o século XVI modificam-se as descrições da morte das pessoas. Antes, os autores escrevem que a pessoa morreria cristãmente e após haver recebido os sacramentos. Essa prática vai continuar nos necrológios de cristãos católicos como podemos constatar também no Brasil¹⁶. No meio protestante, a morte da pessoa vai ser descrita com palavras que descrevem a morte ideal, segundo a qual o falecido morreu orando, quieto e confiado, em sã consciência, confiando em Deus e esperando, tranquilo, a morte. Os familiares e amigos almejavam para si morte semelhante. Um clássico desse tipo de morte encontramos na descrição que Johann Mathesius fez da morte de Lutero¹⁷.

Essa nova leitura materializou-se nos novos cemitérios e nas pedras sepulcrais, gerando nova estética sepulcral. Desde o século XVI a história dos cemitérios na Alemanha experimentou profunda mudança. Aconteceu toda uma série de transferências

Culto – Sacramentos – Visitação – Catecismos – Hinos. São Leopoldo e Porto Alegre: Sinodal e Concórdia, 2000.

¹³ Nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul circulava amplamente a obra de STARK, Joh. Friedr. *Tägliches Hand-Buch in guten und bösen Tagen. Aufmunterung, Gebete und Gesänge für Gesunde, Betrübe, Kranke und Sterbende*. Kaiserslautern e Leipzig: Aug. Gotthold's Verlagsbuchhandlung, s.d. No livro há uma série de orações, nas quais a temática é recorrente. Esta publicação foi trabalhada por DREHER, Scheila dos Santos. “O pontinho da balança”: História do cotidiano de mulheres teuto-brasileiras evangélicas no sul do Brasil, na perspectiva do privado e do público. São Leopoldo: Faculdades EST, 2008.

¹⁴ O homem perante a morte. Vol. 1. Mem Martins: Publicações Europa-América 2000, p. 131-133.

¹⁵ Cf. os sermões fúnebres de SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel. *Predigten*, Vol. 4. Berlin: G. Reimer, 1835, p.821-840.

¹⁶ Cf. BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: Recortes do cotidiano*. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

¹⁷ MATHESIUS, Johann. *D. Martin Luthers Leben in siebzehn Predigten*. Leipzig: Reclam, s.d., p. 359-361.

de cemitérios nas *ciudades* alemãs¹⁸. Cemitérios que antes se encontravam dentro de igrejas ou junto a elas foram transferidos para a periferia das cidades, ou seja, para fora dos muros da cidade. Dois foram os motivos que levaram a isso. O primeiro deles é de ordem higiênica: os cemitérios localizados dentro dos muros das cidades estavam superlotados. O outro diz respeito à situação religiosa alterada em decorrência da Reforma. Fora dos muros das cidades surgiram os novos “Gottesäcker”, literalmente: “campos de Deus”, cemitérios, e que se transformariam em novo espaço de sociabilidade. Não deve causar espanto o fato de a maior parte dos novos cemitérios ter sido protestante.

Este novo espaço sepulcral levou a novas preocupações estéticas e arquitetônicas. Faltava-lhe a antiga referência dos cemitérios que era o templo, junto ao qual estavam localizados os antigos cemitérios. Fato é que as novas formas de trabalhar o luto familiar estavam a exigir espaço adequado. Não deveria, também, ser esquecido que a burguesia que se estabelecia cada vez mais no cenário alemão buscava por espaços, também nos cemitérios, em que fosse distinguida. Esses anseios encontraram expressão nos novos cemitérios.

No espaço da presente comunicação não nos é possível descrever a arquitetura desses novos cemitérios na Alemanha. Seja, no entanto, permitido observar que neles se expressa, no meio urbano, a consciência que a burguesia alemã tem de sua importância. Não raro, como acontece em cemitérios de Halle e Nürnberg, por exemplo, relevos que ornamentam as sepulturas querem expressar a dor pela perda de um casal, do esposo que perde a esposa, ou dos esposos ladeados pelos filhos, também daqueles que os antecederam na morte. Se antes, no interior dos templos, eram colocados altares, nos quais os doadores pretendiam que fossem celebradas missas em intenção da alma do doador e os próprios doadores se faziam esculpir em posição de oração ante o altar, nos novos cemitérios, o burguês e sua família, também esculpidos, oram diante do Cristo crucificado ou da cruz sem o *corpus*, simbolizando o Cristo ressurreto, expressão da confiança no Cristo crucificado e ressurreto. Mortos e vivos aguardam a alegre ressurreição. Ao visitar a sepultura, os familiares deveriam saber que seus mortos estavam bem guardados no lugar no qual também eles haveriam de aguardar a ressurreição.

¹⁸ Cf. DERWEIN, Herbert. *Geschichte des christlichen Friedhofs in Deutschland*. Frankfurt am Main: Franzmathes Verlag, 1931. FISCHER, Norbert. *Vom Gottesacker zum Krematorium – Eine Sozialgeschichte der Friedhöfe in Deutschland seit dem 18. Jahrhundert*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 1996.

Não há dúvidas de que a reforma produziu novas formas da cultura do luto e de emocionalidade no trato com os mortos. Os sermões fúnebres e os novos cemitérios o expressam. A estética dos cemitérios expressa as transformações sociais. Os jazigos familiares expressariam a nova cultura do luto.

Nos séculos que se seguiram haveria novas mudanças, melhor, nova dinâmica, na qual se buscou por estética mais ligada à natureza. É a natureza que, principalmente, desde o final do século XVIII, vai moldar a aparência dos cemitérios. A maior influência veio dos “jardins ingleses”, locais de passeio. Nos cemitérios assim moldados, tornavam-se possíveis os passeios de famílias burguesas¹⁹.

Aqui havia influências do Romantismo que buscava a superação da morte. Os reformadores do século XVI haviam se voltado contra isso, mas as “luzes” traziam mudanças.

Nos cemitérios da imigração alemã do Rio Grande do Sul, exceção feita a Porto Alegre, onde se estabelecia burguesia imigrante²⁰, manter-se-iam tradições anteriores à idade das Luzes, trazidas pelos pobres, mendigos e vagantes que compunham as levas de imigrantes e que não faziam parte da burguesia alemã. Por isso, nos cemitérios de imigrantes do Rio Grande do Sul vamos encontrar tradições anteriores ao século XIX, representativas do mundo da Reforma seja ela protestante ou católica. Na imigração preservaram-se fazes da cultura do luto que já desapareciam na região de origem, que, hoje, constitui a Alemanha.

No cemitério luterano de Linha Clara, Teutônia, encontrei a inscrição:]

“Hier harret der fröhlichen Auferstehung....”

“Aqui espera a alegre ressurreição...”

Com essa sentença, a família Osterkamp, originária da Westfália, expressava sua cultura de luto em terras do Rio Grande do Sul, mas também se consolava ao visitar o sepulcro com a certeza cristã da ressurreição, quando haveria reencontro. O micro riograndense reflete macro da Europa Central.

¹⁹ Cf. DERWEIN, Herbert. *Geschichte des christlichen Friedhofs in Deutschland*. Frankfurt am Main: Franzmathes Verlag, 1931. FISCHER, Norbert. *Vom Gottesacker zum Krematorium – Eine Sozialgeschichte der Friedhöfe in Deutschland seit dem 18. Jahrhundert*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau, 1996.

²⁰ Cf. GANS, Magda. Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUH/RS, 2004..

Os eleitores, os juízes almotacés e as redes familiares na Câmara Municipal de Rio Pardo, 1811 a 1830 – algumas considerações.

Ricardo Schmachtenberg¹

Doutorando em História pela UNISINOS/CAPE

cado.rs@ibest.com.br

Resumo: O presente artigo tem por finalidade compreender as relações familiares que ocorreram na Câmara Municipal da Vila de Rio Pardo no período de 1811 a 1830, levando-se em conta os cargos de eleitor e de juiz almotacé na respectiva câmara. Já é pensamento corrente que as Câmaras Municipais desempenharam papel importante na integração política da colônia com a metrópole e que elas funcionavam como agentes organizadoras dos assuntos municipais. Neste universo, as disputas pelos cargos camarários eram intensas visto que fazer parte da câmara garantia ao indivíduo certo status social. E dentro deste contexto, estabelecer relações familiares, a partir de alianças matrimoniais, se tornou importante estratégia adotada por famílias como forma de reiterar sua posição social, política e econômica. Os casamentos, portanto, se configuraram momentos privilegiados de consagração de alianças, de redes sociais para que um determinado grupo ou bando se perpetue no poder, tanto econômico, político e/ou social.

Palavras-chaves: eleitores, juiz almotacé, redes familiares, câmara municipal

Introdução

A partir das últimas décadas as discussões e as inflexões que envolvem as redes familiares e seus espaços de sociabilidade, a história de famílias e suas conexões, suas estratégias e suas relações familiares no período colonial brasileiro, em especial, tem ganhado uma maior visibilidade por parte da historiografia brasileira. Já dizia Gilberto Freyre que “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado,... é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América” (FREYRE, 1999, p. 18-9). Ou seja, a história de famílias passou a ser alvo de projetos de pesquisa, alvo de trabalhos acadêmicos que discutem não só a formação da

¹ Professor da Rede Estadual e Municipal de Ensino do Rio Grande do Sul.

família, mas também as suas relações e estratégias para se manterem dentro de um cenário político-administrativo do Brasil colônia e imperial.

A família, como problema, permitiu novas abordagens, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua estrutura ou sua crise passaram a ser de interesse dos especialistas. Registros de batismo, casamento, listas nominativas, fontes paroquiais, inventários, testamentos, ampliaram o espaço de abordagem da história das famílias e ao mesmo tempo uma renovação nas metodologias até então utilizadas contribuíram para ampliar os conhecimentos sobre as famílias brasileiras; são fontes de primeira ordem para uma análise e estudo sobre a família. Enquanto os testamentos fornecem a parte subjetiva no processo de transmissão de bens, os inventários permitem avaliar de maneira precisa as fortunas dos indivíduos (SILVA, 2009).

Esses registros possibilitam fazer a reconstituição de famílias e da demografia de algumas regiões do Brasil, além de possibilitar importantes discussões sobre a ilegitimidade, o abandono de crianças, a sazonalidade dos eventos e o compadrio (BACELLAR, 2008.). E a partir do cruzamento nominal dos mapeamentos populacionais com os registros de batismo e casamento se viu o grau de riqueza e a composição da unidade doméstica, assim como as alianças matrimoniais e de compadrio (FARIA, 1998, p. 40.). Assim, o termo família segundo Faria “extrapola os limites consaguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, inclua em suas análises as demais relações além da consaguinidade e da coabitação” (FARIA, 1998, p. 43.).

Dentro desse contexto, estabelecer família, de preferência com casamento legal, era fundamental para a economia e estabilidade de uma unidade doméstica e o casamento na Igreja representava seguir os padrões da época, seguir os padrões de uma sociedade dominante e para a mulher, principalmente, representava respeitabilidade perante essa mesma sociedade, era um meio de inserção e prestígio social. Casar-se representava e significava buscar um respeito perante a sociedade local, ainda mais se fossem recém-casados, atrelados às teias da família extensa, deveriam em pouco tempo estabelecer relações perante a sociedade. Segundo Muaze, “...o casamento era um importante sacramento da religiosidade católica...a celebração do casamento consistia num evento que fugia do cotidiano, todavia tinha aí sua origem e preparação” (MUAZE, 2008, p. 50-51.). De modo geral, a família seguia estratégias que promoviam tanto a preservação e ampliação do status e patrimônio como a diversificação das atividades,

alternando alianças motivadas por interesses políticos e econômicos, mediante casamentos endogâmicos e exogâmicos (MARTINS, 2007, p. 424.). É possível verificar que o casamento era um ritual que conferia não somente um ar de celebração, mas também representava prestígio, ostentação, negócios, laços e redes de comunhão, deixava de ser um acontecimento privado para se tornar um acontecimento público. Portanto, o casamento pode ser considerado uma questão de propriedade, pois almejava a preservação da fortuna sem perder de vista a aquisição de prestígio.

Ou seja, segundo Muaze “a política de casamentos era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das melhores famílias” (MUAZE, 2008, p. 32.). Da mesma forma, Gouvêa afirma que os casamentos se “configuraram momentos privilegiados de consagração de alianças, quer no âmbito político quer no econômico e/ou social” (GOUVÊA, 2005, p. 181.). Assim, os rituais familiares sejam eles casamento, batismo, entre outros, se tornaram importantes mecanismos de relações, de redes sociais, para que um determinado grupo ou bando se perpetue no poder, seja ele econômico, político ou social. Os acordos matrimoniais envolviam interesses de ambos os lados das casas familiares. Podemos também explicitar que estes rituais geravam não só relações sociais, mas relações de poder, de mando, em que a elite demonstrava sua força e seu prestígio perante a sociedade local e, suas famílias e redes sociais, continuavam nas mais altas esferas do poder, seja ele político, econômico ou social. Neste sentido, as relações familiares, a partir de alianças matrimoniais, se tornaram importantes estratégias adotadas por famílias como forma de reiterar sua posição social, política e econômica.

E é importante considerar que quanto maior a rede em que os indivíduos estão envolvidos, principalmente no que se refere às aspirações políticas, maiores suas chances de sucesso (MARTINS, 2007, p. 424.). Sendo assim, os arranjos matrimoniais e familiares foram fundamentais no processo de reprodução social. Nesse jogo político, grupos familiares envolviam sogros, genros, cunhados, afilhados e outros indivíduos da esfera familiar para que de alguma forma estivessem envolvidos na política local, principalmente. E neste processo, são fundamentais as redes de sociabilidade e de parentesco que envolvem seus personagens, que envolvem esta elite e considerar as relações dinâmicas e constantes com a sociedade, através de estratégias de alianças e jogos de interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor. Sendo assim, “o noção de rede complementa a compreensão do sentido que assume o termo

elites, pela consideração de que formam grupos com identidades construídas a partir de suas relações” (MARTINS, 2007, p. 409.).

O poder político-econômico desta elite representa não só o seu perfil social, mas a capacidade e o poder de oferecer e retribuir benefícios, num esquema de trocas, de relações de poder e que se esmera na vida cotidiana, sai da esfera privada e amplia os laços de negociações e privilégios. Neste sentido, “a prática relacional extrapola o sentido exclusivamente econômico, ligado à necessidade de estabelecer alianças vantajosas do ponto de vista material ou de manutenção dos bens e propriedades da família, para assumir o sentido de busca de uma maior previsibilidade e mesmo interferência no ritmo dos acontecimentos” (MARTINS, 2007, p. 409.). Isto é, a riqueza era considerada essencial, mas não era o único elemento para dar continuidade ao grupo familiar. Riqueza, poder político e prestígio social, apesar de relacionados, não eram indissociáveis no Brasil (MUAZE, 2008, p. 203.).

No Brasil, assim como em outras áreas de colonização lusitana, as famílias e a própria elite se adaptaram e redesenharam uma nova configuração econômica, política e social e a partir disto se utilizaram de estratégias, alianças e redes para ascender socialmente, adquirir poder, status e afirmar sua posição de liderança perante a sociedade local. Liderança e poder estes que circulam em torno da câmara municipal. É nela que as redes de poder e alianças serão forjadas e articuladas para que um determinado grupo controle a política local. É através da ocupação dos cargos na câmara municipal que grupos familiares concentradores de riqueza firmaram seu domínio político, econômico e social. Carregados de poder e prestígio social, esses cargos eram almejados e preenchidos pelos “homens bons” da vila. Assumir os cargos da câmara seja ele de eleitor, vereador, procurador ou juiz representa status, prestígio perante a sociedade local.

Rio Pardo no contexto do Brasil colonial e imperial

Na confluência dos rios Pardo e Jacuí, num ponto com relevo elevado e de grande posição estratégico-militar, limite e principal fronteira no sul do Brasil, para a coroa portuguesa, Gomes Freire de Andrade, encarregado da construção de um forte, ordenou que fosse ali construída uma fortificação com a denominação de forte Jesus-Maria-José. Para a construção do forte em 1754, ficou encarregado o engenheiro João Gomes de Mello, que viera juntamente com o capitão de Dragões Francisco Pinto Bandeira, comandando um destacamento de 60 homens. Logo se percebeu que o

regimento era pequeno perante as investidas indígenas e espanholas na região. Foi então destacado para o forte o tenente-coronel Tomaz Luís Osório e um destacamento de 400 militares, dando origem ao povoado (LAYTANO, 1979). Posteriormente, o regimento teve seu efetivo militar aumentado, constituído basicamente por militares, escravos e em algumas ocasiões, mulheres livres e cativas.

A fortaleza, apesar de ser uma construção simples, cumpriu com sua função que era assegurar o domínio português na região e resistir às investidas indígenas e espanholas. Essa situação favoreceu a vinda de imigrantes lusos, muitos eram militares com o intuito de defender o território, bem como paulistas, muitos deles tropeiros e sesmeiros e colonos açorianos vindos da região das missões e ocupando terras próximas ao rio Jacuí, contribuindo para o crescimento populacional da localidade. Em 1780, o núcleo urbano possuía 2.374 pessoas. Além disto, foram demarcados novos terrenos urbanos, surgiram oficinas, profissionais liberais se fixaram na região, inaugurava-se a igreja Matriz e o registro crescente do número de comerciantes em Rio Pardo. Em 1803 esse número passou para 3.739 habitantes. Em 1807 a população de Rio Pardo era de 7.032 pessoas, incluindo índios, libertos e cativos. No mesmo período, havia em Porto Alegre 4.702 pessoas, e em Rio Grande, 10.817 (SOUZA, 1998, p. 31.). Para o ano de 1814, ratificando a importância e o crescimento populacional de Rio Pardo, a Vila possuía o maior contingente populacional de brancos, o segundo maior contingente de escravos, assim como de indígenas da Capitania.

Em pouco tempo Rio Pardo passou de capela curada em 1762 a freguesia de Nossa Senhora do Rosário pela Provisão Eclesiástica de 1769. Em 1806 o Príncipe Regente determinou que se criassem outras vilas.² Através da Resolução Régia de 27 de abril de 1809 foram criadas as Vilas de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (MIRANDA, 2000, p. 47-55). Nesse mesmo ano o Rio Grande é elevado à condição de capitania geral, tendo seu governador o poder de conceder sesmarias, fato esse até então controlado pela capitania do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo surgiram novas freguesias e o aparato administrativo da capitania configurava-se. Em 07 de outubro de 1809, juntamente com Santo Antonio da Patrulha, Rio Pardo é elevado à condição de vila, Porto Alegre e Rio Grande já eram vilas nessa época, mas

² Em 04 de dezembro de 1803 em carta enviada pelo Governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, Paulo José da Silva Gama ao príncipe regente, D. João, sobre a dificuldade de aplicação da justiça em toda a capitania, com uma só câmara e um só juiz ordinário, propunha a criação de quatro distritos, cada um com uma vila com a sua respectiva câmara e juiz: vila de Porto Alegre, vila do Rio Grande de São Pedro, vila de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo e vila de Santo Antonio da Patrulha. AHU – Rio Grande do Sul, cx. 13, doc. 31.

foram incorporadas ao documento. No entanto, a eleição dos primeiros oficiais camarários e a instalação do Pelourinho³ só ocorreram em vinte de maio de 1811.⁴

O povoado⁵ passou a se destacar como pólo comercial e com uma importante função jurídico-administrativa, até porque, sua jurisdição ocupava, na época, mais da metade da área total da capitania, abrangendo toda a fronteira oeste. A localização geográfica de Rio Pardo não só a transformou num ponto estratégico militar para a coroa lusitana, motivo de sua existência inicial ser essencialmente militar, mas também fez dela um importante entreposto comercial. Às margens do rio Jacuí, a Vila era o ponto central para onde convergiam os negociantes e comerciantes para as diferentes partes da província, de seu porto e de suas casas de comércio saíam as mercadorias para a região da Campanha, Missões e Campos de Cima da Serra, entre outras regiões da Capitania. Além disto, o transporte fluvial servia para abastecer de secos e molhados o entreposto, intensificando-se as linhas de navegação que ligavam a Vila com a capital, Porto Alegre, através do Rio Jacuí.

Com a expansão da pecuária e da agricultura, Rio Pardo foi ponto de início da produção da lavoura comercial do trigo com importante papel nas exportações sul rio-grandenses e, principalmente, o aumento das atividades mercantis, a Vila torna-se um importante entreposto comercial da capitania. Neste sentido, é possível perceber que a pecuária não foi a única, apesar de ser a mais importante, fonte econômica da região e em especial de Rio Pardo. A cultura do trigo também se tornou fonte de riqueza para muitas vilas e povoações. Os comerciantes foram outro segmento importante na formação e desenvolvimento da região. Como posto avançado de fronteira, a localidade passou a atrair uma série de negócios, vendedores de escravos e grandes armazéns. Predominavam as casas comerciais e os estabelecimentos especializados em serviços: alfaiates, sapateiros, ourives, boticários, tavernas, padarias, etc (SOUZA, 1998, p. 50-82.). A vila de Rio Pardo, portanto, era o ponto central para onde se dirigiam os negociantes e comerciantes, ou seja, esta rede ligava vários pontos nos quais o comércio se desenvolvia. Geralmente os negociantes das casas de comércio também eram homens

³ Pelourinho: coluna geralmente de pedra, onde eram divulgados os editais públicos ou abertas às arcas dos pelouros, isto é, dos votos para a escolha dos membros do Senado da Câmara.

⁴ Auto de criação desta nova Vila do Rio Pardo e levantamento do Pelourinho. Autos de nomeação dos oficiais camarários. Livro Termo de Criação da Vila de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP.

⁵ Rio Pardo seria elevado à condição de cidade somente no ano de 1846. Termo de declaração da elevação desta Vila a categoria de cidade. LTCVRP. Livro nº 01 – 1811. Rio Pardo: AHMRP.

de prestígio na sociedade, tinham participação na vida política de Rio Pardo, assim como os militares e estancieiros.

Além das casas comerciais, de pequenas indústrias de curtume de couros e tecidos, em Rio Pardo também ocorriam as feiras de comércio popular ou mercados de praça, já que provavelmente nunca tenha existido uma estrutura física construída especificamente para o mercado público como em outras cidades, a exemplo do que ocorreu em Porto Alegre, importantes pela sua função de abastecimento da população. A Câmara Municipal, órgão administrativo, é quem definia os horários de funcionamento do mercado e aplicava multas caso alguém deixasse sujo o local ou a qualidade dos alimentos fosse ruim, ou tivesse problemas com pesos e medidas de suas balanças, conforme determinação do código de postura municipal. A qualidade dos alimentos, os pesos e medidas das balanças e verificação da limpeza do local foram de responsabilidade dos juízes almotacés. Portanto, Rio Pardo conheceu seu período áureo de desenvolvimento econômico nas últimas décadas do século XVIII e nas décadas iniciais do XIX como base militar para a coroa portuguesa e até mesmo após a independência do Brasil, se tornando um importante entreposto comercial ligando várias partes da província do Rio Grande de São Pedro com a capital e por suas atividades agrícolas e pecuárias. Contudo, a partir da década de 40 do século XIX iniciou-se um processo de estagnação econômica da vila.

A Câmara Municipal de Rio Pardo e a redes familiares

Em 20 de maio de 1811, a câmara municipal é criada e a Vila de Rio Pardo é oficialmente instalada. Da mesma forma, realizou-se a eleição dos eleitores e estes por sua vez indicaram os nomes dos indivíduos que fizeram parte do processo de eleição para os cargos camarários.⁶ Pelo sistema de pelouro, elegeram-se – juízes, vereadores e procurador – para os três anos subsequentes, nomeando-se também os demais oficiais que fazem parte da instituição. Apesar da distância em que esses homens se encontravam de Portugal, o processo de eleição preconizado nas Ordenações pode ser observado aqui. Na primeira sessão, foram escolhidos os seis eleitores, os quais debaixo de juramento indicaram aqueles que ocupariam os principais cargos camarários da Vila de Rio Pardo. Pelo pelouro foram eleitos os oficiais camarários. A câmara de Rio Pardo

⁶ Os eleitores eram indivíduos eleitos pelo “povo” e pela nobreza local e que escolhiam pelo sistema de pelouro os “homens bons” que ocupariam os cargos camarários (vereador, juiz e procurador) da câmara municipal.

era composta por dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, e posteriormente a câmara elegia os demais oficiais que compunham a instituição como juiz de órfãos, escrivães, tesoureiro e juízes almotacés. Estes deveriam providenciar suas cartas de confirmação, porque sem elas não poderiam tomar posse em seus cargos.

Em Rio Pardo, no período de 1811 a 1830 foram realizadas oito eleições para a escolha dos eleitores, sendo que a última, em 1828, foi para Juiz de Paz, segundo os tramites previstos nas Ordenações. Na primeira eleição para os eleitores da Câmara de Rio Pardo houve um total de duzentos e setenta e sete votos e o primeiro candidato com maior número de votos foi o capitão Manoel Thomas do Nascimento com quarenta e dois votos, o capitão Manoel da Silva Paranhos com trinta e quatro, o tenente Manoel Pereira de Carvalho com trinta, o capitão Antonio Gonçalves da Cunha com vinte e quatro, o capitão Joze da Roza Fraga com vinte e três e o tenente João Pedrozo de Albuquerque com vinte votos. É importante destacar que os seis eleitos para o cargo de eleitores totalizaram cento e setenta e três votos ou 62,5% do total de votos e que todos eles exerceram patentes militares, desde tenente até capitão. E ainda, dos seis eleitos nesta primeira eleição, cinco exerceram algum cargo de oficial camarário e apenas o capitão Manoel da Silva Paranhos não exerceu o ofício de juiz almotacé.⁷

É importante destacar que esses eleitores, escolhidos entre os “homens bons” da vila é que escolheriam os futuros oficiais camarários e que as diferenças verificadas entre os que recebiam mais votos e os que recebiam menos votos evidenciam a existência de indivíduos que detinham uma maior influência no meio político local. Nesta primeira eleição é imprescindível destacar também que os indivíduos eleitos para eleitores eram militares e provavelmente não eram “naturais da terra”, o que de certa maneira contraria as determinações das ordenações que diziam que os cargos de governança, incluindo os eleitores, deveriam pertencer aos naturais da terra. Nestas eleições, as ordenações determinavam que os eleitores fossem nomeados secretamente e a apuração dos nomes dos indivíduos que participariam do processo como eleitores deveria ser feita pelo juiz da eleição e pelos vereadores, que escolheriam os mais votados. No caso da vila contar com juiz de fora, este presidiria o processo. Também era necessária a presença do corregedor ou ouvidor da comarca à qual o conselho pertencia.

⁷ Livro dos Termos de Eleição de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811/1828, p. 01. Atas e termos das eleições de Rio Pardo. Rio Pardo: AHMRP. Livro de Atas da Câmara Municipal de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811/1818. Rio Pardo: AHMRP.

Escolhidos os seis eleitores, eram separados de dois a dois para elaborarem as listas com os nomes daqueles que ocupariam os principais cargos da câmara nos três anos seguintes. Portanto, fazer parte deste universo de eleitores também pode ser considerado como algo de prestígio, porque eram eles que escolhiam os indivíduos que ocupariam os principais ofícios camarários, eram os eleitores que escolhiam aqueles indivíduos que administrariam a vila. No período de 1811 a 1828 ocorreram oito eleições para eleitores, totalizando 151 candidatos, o que nos dá uma média de 18,9 candidatos por eleição, sendo que destes eram escolhidos apenas seis, o que nos dá uma média de 3,15 candidatos por cada vaga disputada para eleitor.⁸

Dos 151 candidatos que concorreram à eleição dos eleitores, apenas 23 ou 15,2% conseguiram se eleger. Portanto, podemos concluir que um número muito restrito e pequeno de indivíduos conseguiu se eleger, ou seja, foram eleitos para o cargo de eleitor por mais de uma vez. É importante destacar também que dos 23 eleitos, 13 ou 56,5% deles se elegeram mais de uma vez para o ofício de eleitores. Outro dado importante a acrescentar é que destes 23 eleitos, apenas dois candidatos não ocuparam cargo de oficial camarário (juiz, vereador ou procurador), ou seja, dos 21 eleitos para eleitores e que ocuparam cargo camarário, 14 deles exerceram o ofício de vereador, 11 o ofício de juiz ordinário, 6 o de procurador e 4 o de juiz de órfãos. Da mesma forma em que se elegeram os eleitores, foram eleitos também outros oficiais camarários. Dentre eles os juízes almotacés.⁹

Era de sua responsabilidade fazer as corridas e correições pela vila, fiscalizar os estabelecimentos comerciais, a sanidade urbana e organizar a construção de pontes, a pavimentação das ruas e verificar se os proprietários mantinham adequadamente seus imóveis. Os almotacés exerciam o chamado direito de almotaçaria: o poder de mediar conflitos e o direito de administrar a vila ou cidade durante o período colonial e primeiro reinado brasileiro. Eles eram eleitos em pares pela câmara municipal e no caso de Rio Pardo, exerciam o cargo por três meses, podendo ser reeleitos várias vezes. A

⁸ Livro dos Termos de Eleição de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811/1828. Rio Pardo: AHMRP.

⁹ Juiz almotacé: Almotacé vem do árabe Al-mohtacel, que se deriva do verbo “hoçaba”, contar, calcular. Oficial que tem a seu cargo cuidar da igualdade dos pesos e medidas, taxar e às vezes distribuir os mantimentos. Para cada termo da capitania, eram escolhidos, pela câmara, dois almotacés, entre os homens bons da vila, que poderiam ser reconduzidos ao cargo várias vezes, sucessivamente. Fazia-se a nomeação a cada dois meses; em cada mês serviam os almotacés os juízes ordinários e vereadores do ano anterior. Oficiais eleitos pela câmara municipal e no caso de Rio Pardo eram escolhidos dois almotacés entre os homens bons da vila, para atuar no período de três meses. Eles deveriam enquadrar-se aos preceitos das Ordenações e atuar com prudência, agindo com moderação nos três ramos do viver urbano: o mercado, o construtivo e o sanitário.

Câmara Municipal passou a ser, portanto, depositária do direito de almotaçaria. Os juízes almotacés depois de fazerem as corridas, se dirigiam à câmara para relatar as correições e condenações. Além disto, os produtos comercializados na vila deveriam ser almotaçados, isto é, examinados pelo almotacé, que verificava a qualidade do produto, tabelava os preços e cobrava os tributos municipais cabíveis. Muitos destes oficiais, eleitores ou juízes almotacés, se tornaram troncos de importantes e prestigiadas famílias em Rio Pardo. Já dizia Laytano sobre a questão das famílias em Rio Pardo que a vida militar estava entrelaçada com a vida civil e com a vida econômica (LAYTANO, 1979.) e porque não dizer também com a vida política.

Um exemplo disto é o Sargento-Mor Antonio Simões Pires, juiz almotacé em 1815¹⁰ e que exerceu por três vezes a função de eleitor na Câmara Municipal de Rio Pardo. Casou-se em 1789 com Maria do Carmo Violante de Queiroz e Vasconcelos, filha do Tenente de Dragões Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos e de Maria Eulália Pereira Pinto, e bisneta do capitão Manuel dos Santos Barreto, patriarca desta família Pereira Pinto no Rio Grande do Sul. De suas filhas, Rosa Violante de Vasconcelos casou-se com o Coronel José Antonio Martins e Maria Esmênia Simões Pires casou-se com Manuel Jose Ferreira de Faria que exerceu o cargo de vereador em 1815, de juiz ordinário em 1817 e foi por quatro vezes juiz almotacé da Câmara Municipal.¹¹

Temos também a família Albuquerque, seu patriarca em Rio Pardo, João Pedrozo Albuquerque foi juiz almotacé em 1814, exerceu por duas vezes a função de eleitor e foi tesoureiro da Câmara em 1821. Seu filho Manoel foi juiz almotacé em 1820, capitão de milícias e mais tarde recebeu uma carta patente de Tenente-Coronel¹², Comendador da Ordem de Cristo, rico comerciante, casou-se com Mafalda Sinfronia, filha do Marechal João de Deus Mena Barreto e que em 1846 hospedou em sua residência o imperador D. Pedro II e sua esposa (LAYTANO, 1946, p. 43-46.). Somente uma importante família, de prestígio social, poderia hospedar em sua residência o imperador do Brasil, D. Pedro II. O outro filho de João, José Pedrozo de Albuquerque foi Ministro dos Negócios da Justiça e Interior da República de Piratini.

¹⁰ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP.

¹¹ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP. Livro dos Termos de Eleição de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811/1828. Rio Pardo: AHMRP. Registros de casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo. Índice de casamento – 1762 a 1896. AHCMPA.

¹² Livro de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Registros e encaminhamentos gerais da Câmara. AHMRP.

Outro caso importante a se destacar entre as famílias de Rio Pardo são os irmãos José Joaquim Figueiredo Neves e Thomas de Aquino Figueiredo Neves. O primeiro foi Major, juiz almotacé por duas vezes (1811 e 1814)¹³, vereador (1826) e juiz ordinário (1812) e neste mesmo ano recebeu a carta de concessão de uma sesmaria como forma de recompensa pelos serviços prestados à coroa¹⁴. O segundo foi Capitão, juiz almotacé por duas vezes (1812 e 1820) e juiz ordinário também duas vezes (1819 e 1820), também recebeu uma carta de concessão de uma sesmaria. Do casamento de José Joaquim Figueiredo Neves com Francisca Ermelinda de Andrade, filha do Capitão de Dragões Joaquim Thomaz de Andrade e Siqueira, descende José Joaquim de Andrade Neves que em 1867 recebeu o título de Barão do Triunfo (BARATA, 2001, p. 984.).

Outra importante família de destaque no cenário político de Rio Pardo foi a família Veloso Rebelo. José Veloso Rebelo foi almotacé por duas vezes (1812 – 1817)¹⁵, seu irmão Manoel Veloso Rebelo, juiz almotacé em 1827 e rico estancieiro de Rio Pardo e Francisco Veloso Rebelo, também estancieiro. Manoel Veloso Rebelo casou-se com sua sobrinha, Josefina Veloso Cidade, filha de José Veloso Rebelo. A filha de Francisco Veloso Rebelo, Manuela Branco Pereira casou-se com João de Sá Brito, que foi juiz almotacé em 1816¹⁶ e dessa relação descende Inocêncio Veloso Pederneiras, que foi Barão de Bojuru e dono da Estância Pederneiras (BARATA, 2001, p. 2253-54.). Ainda temos a família do militar Caetano Coelho Leal, eleito por duas vezes para exercer o cargo de eleitor, foi oficial camarário e seu filho, o tenente Antonio Jose Coelho Leal exerceu o cargo de juiz almotacé em 1823 e por duas vezes o cargo de vereador, em 1817 e 1829. Foi casado com Anna Joaquina de Souza, filha de Joze Antonio de Souza, que exerceu o cargo de eleitor uma vez e o cargo de juiz almotacé em 1813, juiz de órfãos em 1814 e juiz ordinário em 1815.¹⁷

É possível perceber a partir das informações acima que as redes e alianças familiares e as relações próprias da família também se tornaram importantes estratégias

¹³ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP.

¹⁴ Livro de Registros Gerais da Câmara de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811. Registros e encaminhamentos gerais da Câmara. AHMRP.

¹⁵ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP.

¹⁶ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP.

¹⁷ Livro de Posse e Juramentos. Livro nº 02 – 1811/1847. Termo de posse e juramento da Câmara Municipal de Rio Pardo. AHMRP. Livro dos Termos de Eleição de Rio Pardo. Livro nº 01 – 1811/1828. Rio Pardo: AHMRP. Registros de casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo. Índice de casamento – 1762 a 1896. AHCMPA.

para que determinados grupos familiares se mantivessem no poder, principalmente poder político, através da Câmara Municipal, seja no cargo de eleitor, de vereador, juiz ordinário, procurador e até mesmo em setores ditos de segundo escalão da Câmara, como é o caso do juiz almotacé. Trata-se de uma estrutura social em que o indivíduo – político – está fortemente vinculado às relações familiares e redes sociais. Antes de serem homens públicos, eram representantes de interesses e negócios de grupos ou famílias que se aproximavam do poder. No caso específico para Rio Pardo, é na Câmara Municipal que esse jogo de redes e teias irá se perpetuar, é nesta importante instituição que os grupos familiares celebraram as alianças políticas e matrimoniais para reforçar o seu poder político perante a sociedade local e ainda mais, reforçar seu prestígio e sua posição social de elite. Até porque os cidadãos que participavam do governo local, nas câmaras municipais, recebiam privilégios, honras e títulos da coroa lusitana e a ocupação de cargos na administração local constituía-se na principal via de exercício da cidadania no Antigo Regime português. Nesta disputa pelo controle dos cargos camarários, a elite vai se valer de suas estratégias para garantir sua posição no posto mais elevado da hierarquia econômica, política e administrativa local para poder ter acesso e contato direto com a administração da colônia. Segundo Kühn,

“por detrás dessas estratégias – familiares ou não – estava um objetivo bem definido: o controle da *economia do bem comum*, um conjunto de mecanismos econômicos e políticos que permitiram uma acumulação de recursos pelas *melhores famílias da terra*...esse tipo de economia era também o resultado de jogos políticos, ou seja, de alianças que viabilizavam o acesso à Câmara e às mercês régias” (KÜHN, 2006, P. 227.).

Portanto, a permanência destas redes familiares no poder baseia-se na sua própria dinâmica interna, na capacidade de perceber novas oportunidades de negócios, nos novos caminhos para a participação política, buscando novas alianças e estratégias, portanto, transformando-se constantemente. Neste sentido, sua continuidade está determinada por uma constante revisão de seu comportamento político e econômico, nas transformações que ocorrem, interna ou externamente, na própria rede, de forma a conservar suas estreitas relações com o poder.

Referências bibliográficas

- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Árvore da Terra, 2001, t. 1, vol. 1.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As fontes para o estudo da população na Capitania de São Paulo em princípios do século XIX. SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (orgs.). *A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 35ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680 – 1730). BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- KÜHN, Fábio. A prática do dom: família, dote e sucessão. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, vol. 1.
- LAYTANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. 2ª ed. Porto Alegre: AGE, 1979.
- _____. *Almanaque de Rio Pardo*. Porto Alegre: Impresso nas Oficinas Gráficas da Tip. do Centro, 1946.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; NICOLAZZI, Norton Frehse (orgs.). *Audiências e Correições dos Almotacés (Curitiba, 1737 a 1828)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.)...(et al.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOUZA, Sabrina Silva de. *Comerciantes em Rio Pardo-RS: atuações comerciais e relações sociais (1830-1835)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 1998.

“Seguiram para a praia”: imigrantes alemães e a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul

Joana Carolina Schossler

Mestre em História pela PUC-RS

Resumo: Desde o século XIX, a vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul é uma prática usual entre imigrantes alemães e seus descendentes. Associada aos preceitos naturalistas da medicina europeia difundida pela imigração médica especializada, os banhos de mar foram realizados em um primeiro momento com finalidades terapêuticas. Contudo, ao longo das primeiras décadas do século XX, os banhistas “descobriram” nos banhos de mar prazerosas sensações que se sobrepuseram ao discurso médico. Com base na bibliografia especializada, nos jornais *Correio do Povo*, 5 de abril, *Revista do Globo*, *A Gaivota*, e registros fotográficos, o presente trabalho tem por intenção mostrar a significativa parcela de imigrantes alemães e seus descendentes, que seguiam para as praias gaúchas para a prática do veraneio e sociabilidades.

Palavras- chave: Litoral gaúcho, imigração alemã, sociabilidade

“Seguiram para praia...”

A chegada de imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, introduziu, através da classe médica, o conhecimento científico relacionado às práticas terapêuticas difundidas na Europa.

Deste modo, os saberes relacionados às práticas hidroterapêuticas se disseminou com poder em algumas comunidades de imigração alemã. Além disso, anúncios e matérias sobre tratamentos hidroterápicos nos jornais de língua vernácula, prestaram informações aos leitores teuto-brasileiros sobre os tratamentos em voga nos sanatórios europeus e brasileiros, contribuindo para o conhecimento científico e sua prática.

Em meados do século XIX, as viagens até às praias de mar levavam cerca de oito dias a serem realizadas. De Porto Alegre, caravanas seguiam para os balneários, para a prática dos banhos terapêuticos. Segundo o registro do professor Antônio Coruja, a absoluta precedência de porto-alegrenses a Cidreira na primeira metade do século XIX, esclarece a afeição que eles tinham pelo balneário.¹

¹ CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Erus Editora, 2ª edição, 1983, p. 51.

Continuando o passeio pela Caridade fora, atravessou os cercados do defunto Amarelo (Chácara de Mariante), e estava já a chegar aos Moinhos-velhos, quando se viu embaraçado por umas carretas pertencentes ao Jardim Pago e ao Nicolauzinho que conduziam da Cidreira umas famílias que tinham ido aos banhos de mar grosso.²

Neste período, alguns anúncios em jornais da época, também evidenciam o deslocamento de curistas às praias de mar.

As pessoas que quiserem ir aos higiênicos banhos da Cidreira, encontrarão boas conduções em espaçosas carretas que se acharão na Várzea desta cidade, em princípios de janeiro entrante e por cômodos preços; acrescentando-se que lá também encontrarão boas acomodações. Pode-se desde já tratar com João de Deus Gomes, na casa de negócio do mesmo, no Campo do Bonfim, esquina da rua da Azenha.³

Outra evidência remota dos primeiros banhos de mar no litoral norte aparece em meados da segunda metade do século XIX. Esta referência reporta-se ao necrológio divulgado na revista *A Gaivota*, que lastima a perda da mais antiga veranista da praia da Cidreira, Cristina Schneider, que faleceu aos 92 anos de idade.⁴ Desta estimativa, é possível deduzir que, possivelmente, a banhista alemã frequentava o balneário desde 1866.

Neste mesmo período, já havia na praia de Tramandaí um hotel, cujo nome estava relacionado às práticas medicinais dos banhos de mar. Trata-se do *Hotel da Saúde*, fundado em 1888, de propriedade de Leonel Pereira de Souza.⁵

Importante destacar neste anúncio do *Hotel da Saúde* o fato de que seu escritório se localizava em Porto Alegre. Outro fator são os imigrantes como agenciadores da vilegiatura, pois o público imigrante, sobretudo alemão e italiano, é notório.

Dez anos após a abertura do *Hotel da Saúde*, o imigrante Jorge Eneas Sperb, procedente de São Leopoldo, construiu em Cidreira o *Hotel Sperb*.⁶ Curiosamente, a

²Idem, p. 32- 34.

³ *O Mercantil*, 8/1/1884. Acervo: MCSHJC.

⁴ *A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul*, 1942. IHGRS.

⁵ FORTINI, Archymedes. *Revivendo o passado*. Porto Alegre: Sulina, 1953, p. 71.

⁶ SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 21.

mesma família Sperb, residente na antiga Rua Beco do Rosário, em Porto Alegre, foi localizada no trabalho de Magda Gans como fabricante de carretas⁷, o que mostra uma ligação familiar, já que estas mesmas carretas conduziam às praias banhistas e diversos artigos alimentícios.

De Porto Alegre a Tramandaí, as carretas de carga tracionadas por bois, levavam oito dias de viagem. Cinco dias antes de Jorge Sperb sair para Tramandaí com sua família de São Leopoldo, onde moravam, ia a Porto Alegre para despachar as carretas de bois, de sua propriedade, carregadas de bebida, alimentos e outros artigos que se faziam necessários para a manutenção e funcionamento do Hotel Sperb. (...). As carretas de bois carregadas com mantimentos, que saíam cinco dias antes de Porto Alegre, seriam alcançadas pela carreta de cavalos da família de Jorge E. Sperb. Era tudo muito bem calculado. Chegavam mais ou menos juntas.⁸

Importante lembrar que no Rio Grande do Sul do século XIX, as regiões do litoral e do interior representavam duas fronteiras para a expansão colonial. As fracassadas experiências da colonização alemã no litoral norte, próximo de Torres, pareciam selar o destino do litoral como “território do vazio”.

Roquette-Pinto, ao passar pela comunidade de *Pôrto da Colônia*, vizinha do mais antigo núcleo de colonização alemã, observou “uma praia limpa; nem uma cabana, nenhum sinal de gente”.⁹ Prosseguindo a viagem, ao chegar à *Colônia de São Pedro*, ele constatou uma comunidade em meio à solidão.

O aspecto das casas era decadente. Apesar do clima, ideal, da uberdade do solo, a colônia declinou porque foi estabelecida no meio da solidão, longe de qualquer centro consumidor ou exportador, sem poder transportar os produtos da terra. O arraial de São Pedro, perdido naquela serra, entre vales belíssimos, tinha o ar de uma vila abandonada. (...). No entanto, as construções que havíamos achado nesse arraial contrastavam, pelo adiantamento industrial que pressupõe, com aquela solidão. Tínhamos visto uma pequena igreja, uma olaria e mesmo uma *destilação* arruinadas.¹⁰

⁷ GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850- 1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 64.

⁸ Depoimento de Flávia Sperb Zinck (neta de Jorge E. Sperb) *apud* SOARES, L. op. cit., p. 35.

⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1962, p. 31.

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

Sobre o aspecto desolador daquela comunidade, o pesquisador ainda comenta que muitos colonos arruinados migraram para as comunidades de Três Forquilhas ou Barra do Ouro. A dificuldade de comunicação e produção de alimentos também foi ressaltada por Roquette-Pinto, que ao voltar de Torres para Tramandaí, foi interpelado por um morador que supôs que eles fossem pescadores de Tramandaí, querendo trocar ½ saco de feijão por alguns bagres secos.

O raro comércio dessa gente isolada é assim feito, à primitiva. Mesmo os produtos da indústria fabril que algum mascate leva, com mil dificuldades, eles adquirem por troca, dando, em cereais, três ou quatro vezes mais do que teriam feito se por lá houvesse dinheiro.¹¹

A colonização alemã acabou se espalhando pelos vales, onde o ar puro das colinas verdejantes, os rios sinuosos e a terra fértil sob a mata a derrubar, contrastavam com a paisagem deserta, inculta e inóspita do litoral marítimo.¹² Essa ao menos foi a impressão registrada por Roquette-Pinto, que ao chegar à comunidade italiana da Barra do Ouro, viu “surgir uma casinha, toda de madeira, coberta por tabuinhas, no meio de uma roça que respirava prosperidade”.¹³ Aliviado, o viajante diz que a impressão que esta colônia deixa é muito melhor que aquela recebida na alemã de São Pedro, pois na Barra do Ouro, mau grado o isolamento, tudo floresce.¹⁴

Deste modo, a faixa litorânea ficou relegada às comunidades que viviam da pesca e das sobras de naufrágios, que, velhos, ficavam encravados na areia.¹⁵ Porém, sem tardar o afluxo de curistas adeptos das terapêuticas talássicas cresceu na orla marítima, necessitando interagir com os nativos para conhecer melhor o ambiente.

Segundo o relatório da assembléia legislativa sobre o município de Cidreira, foi somente após 1860 que as carretas puxadas por bois começaram a ir para Cidreira.¹⁶ Alguns dos primeiros veranistas que vinham para esta praia como os primos Leopoldo e Edmundo Bastian, Carlos Dauth, Ernesto Scheneider, Alberto Bins e as famílias

¹¹ Idem, Ibidem.

¹² CORREA, Sílvia M.S. **Germanismo e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul**. XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização - “Saúde: Corporeidade – Educação”. São Leopoldo: Unisinos, 2008, p. 5.

¹³ ROQUETTE-PINTO, op. cit., p. 35.

¹⁴ Idem, p. 36.

¹⁵ Idem, Ibidem, p. 20

¹⁶ **Os novos municípios do rio Grande do Sul: Cidreira**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1988, p. 17.

Bopp e Cristoffel, solicitaram aos nativos a construção de choupanas de palha iguais às dos pescadores, para passarem o verão.¹⁷ Essas habitações foram mencionadas por Roquette-Pinto, que esteve na localidade em 1906.

Diante do mar, aí sempre muito batido, no imenso areal, erguem-se umas 20 choupanas de madeira, cobertas de palha, onde, nos meses de verão, algumas pessoas de Porto Alegre vêm habitar, trazendo consigo o indispensável à vida. Quando por lá passamos, em nenhuma dessas casinhas havia gente. A cobertura dos tetos meio levantada pelo vento, as portas desconjuntadas, batendo livremente, davam ao lugarejo, onde nem água potável existe, o mais desolador aspecto.¹⁸

Inicialmente, ir à praia nada mais era que um recurso de poucos, ou seja, um sinal de distinção social. Como na sociedade sulina praticamente não houve uma nobreza aristocrática, foi necessário formar uma elite burguesa para ser protagonista da vilegiatura marítima. Deste modo, as águas geladas das praias gaúchas tiveram como cenário da vilegiatura marítima uma elite ligada ao setor comercial e industrial, assim como profissionais liberais da área médica e intelectuais.

Neste sentido, a elite gaúcha desempenhou o papel de condutor do desejo da beira-mar. Os médicos, por sua vez, com a propagação do discurso terapêutico e da prática dos banhos de mar, possuem o poder político e social de colocar a natureza ao seu favor, civilizando, através do discurso higienista da modernidade, aquilo que era considerado atrasado.¹⁹

Além disso, a medicalização e a presença de especialistas na estação balnear suscitou a aceitação, resignando a necessidade de uma adesão racional aos banhos, que eram praticados cheios de angústia e inquietação.²⁰ Aos poucos, a adesão passional dos banhos se sobrepôs a este sentimento de agitação, supondo uma distração lúdica, que era encontrada nas viagens, nos hotéis, nos jantares, nas festividades e nos jogos, condições estas criadas, sobretudo, para promover a sociabilidade.

¹⁷ GONZALES, Myrthes T. **Cidreira. Anos 20**. Cidreira: EDESUL/SEC, s/data; apud: CORREA, op. cit.; p. 3.

¹⁸ ROQUETTE-PINTO, op.cit., p. 18.

¹⁹ CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres- SAPT (1910- 1950)**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008, p. 70.

²⁰ URBAIN, Jean-Didier. **Sur la Plage : mœurs et coutumes balnéaires (XIX-XX siècles)**. Petite Bibliothèque Payot: Paris, 2007, p. 146.

A sociabilidade no litoral norte, sobretudo entre uma “elite urbana” e alemã de Porto Alegre, já aparece no final do século XIX, em uma matéria da *Koseritz’ Deutsche Zeitung* (KDZ), que informa sobre a festa de aniversário do diretor-chefe do jornal KDZ, Karl von Koseritz, que costumava passar seu aniversário, em 3 de fevereiro, na praia de Cidreira. Aliás, Koseritz publicou um artigo de arqueologia sobre um crânio de Cidreira.²¹ Porém, infelizmente, a sua coleção etnográfica foi perdida com o incêndio ocorrido durante a Exposição Brasileira-Alemã de 1881, cuja idealização foi do próprio Koseritz, mas que teve fortes críticas, inclusive de membros da comunidade teuto-brasileira e de colegas do jornalismo e da política, como ter Brüggen.²²

A matéria sobre o aniversário de Koseritz saiu na primeira página da KDZ, mencionando alguns membros da comunidade teuto-brasileira, ou melhor, da sociedade de banhistas, *Badegesellschaft*, como João e Fritz Diehl, Friedrich e Jacob Christoffel, A. Wallau, Adolf Nabinger, que estavam em Cidreira e que participaram da organização da festa surpresa de aniversário em homenagem ao comendador Koseritz, além de vizinhos e numerosos amigos. Cabe salientar que João Diehl foi apresentado por essa matéria jornalística como o infatigável chefe do estabelecimento de banhos, *Badeetablissement*, de Cidreira. Houve música de Conceição do Arroio (Osório), e os instrumentos eram violão, flautas, violino e gaita de boca, além de discursos, inclusive, do aniversariante, que agradeceu a festa surpresa. Este foi o penúltimo aniversário de Koseritz que morreu em 30 de maio de 1890.²³

Essa matéria acusa a presença de uma comunidade de veranistas, ou melhor, da sociedade de banhistas, *Badegesellschaft* – para usar a expressão do jornal –, que era composta em sua maioria por imigrantes e descendentes alemães.

Mas para dar sentido ao tempo de cura e descanso nas praias, os empreendimentos hoteleiros ao longo da costa litorânea precisaram desenvolver atividades que quebrassem com o rotineiro quadro contemplativo da natureza e o vai-e-vem das ondas, que tornavam a estação calmosa um verdadeiro tédio.

Deste modo, os hotéis foram os responsáveis por gerenciar o tempo dos hóspedes, proporcionando a eles atividades que deixavam a vida à beira-mar suavemente animada. Além disso, houve a invenção social de um espaço para novas

²¹ GERTZ, René. **Carlos von Koseritz: seleção de textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 99-101.

²² **Koseritz’ Deutsche Zeitung**, 23/2/1889. Acervo MCHJC/POA.

²³ Idem, *Ibidem*.

sociabilidades. Assim, o deslocamento do hotel ao lugar de banhos, os passeios, jogos, jantares e bailes favoreciam a exibição de si, mas também o conhecimento do outro.²⁴

No intuito de produzir um interesse multiplicador pelos estabelecimentos, os hotéis publicavam listas com os nomes dos hóspedes, ressaltando profissionais liberais, empresários, políticos e jornalistas. As listas com o nome dos hóspedes também confirmam o indicativo de que no período inicial da vilegiatura marítima predominavam imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, pois estes se sobressaem entre os veranistas.²⁵

O jornal *5 de abril*, de Novo Hamburgo, também noticiava o nome dos veranistas que “seguiram para a praia”, ressaltando na maioria das vezes sua atividade profissional. A volta da praia também era notificada nesta coluna social, assim como a prática do veraneio em outros locais, como a serra gaúcha.

Muitos hotéis também publicavam anúncios em jornais de língua vernácula. O *Hotel Atlântico* em seus anúncios na revista *A Gaivota* divulgava seu estabelecimento em português e alemão.²⁶ Já o *Hotel Sperb, Bassani, Sartori e Balneário Riograndense* publicavam em alemão no próprio *Deutsches Volksblatt*, o que possibilita confirmar que a prática do veraneio era habitual entre a comunidade germânica. Os hotéis ainda salientam seus serviços, destacam o nome do proprietário e enfatizam “esperar com prazer sua prezada visita”.²⁷

Tramandaí, a caixinha de jóia no Oceano Atlântico se alegraria com sua visita! Não deixe de visitar ali o Hotel Beira-Mar de Willrich & Hencke. A melhor localização possível – cozinha e adega de boa reputação, quartos exageradamente limpos, banheiros com água corrente e ducha, luz elétrica

²⁴ RAUCH, André. Las vacances et la nature revisitée (1830-1939). In: CORBIN, Alain. *L'avènement des loirs (1850-1960)*. Paris: Flammarion, 1995, p. 83. Tradução nossa.

²⁵ Lista dos hóspedes no *Balneário Hotel* em 1929: Rodolpho Simch, engenheiro e professor em mineralogia, Gastão Bernd, Hugo Teixeira, advogado e ex-juiz da vara Commercial, general João Frederico Ribeiro, major Sulferino Ribeiro, Cal. Fabrício Oswaldo Gutheil, do alto commercio, Edegar Eifler, Rosauo Gonçalves, negociante, Antonio Lopes, representante na praça do RJ, João Angelo Pivato, José Maria Gonçalves, Waldemar Arnt, Exma. Viúva Araponga, Nicolau Birnfeld, João Herlein, Lucindo Dal'Pasollo, Nelson Fontes, Salvador de Rosi, major Mario Cruz, Fernando Lombiese, Ergasto Crespo, industrialista em São Leopoldo, Homero Terrago, Jayme Terrago, de Uruguaiana, João Gonçalves Ferreira, alto funcionário da prefeitura municipal; José Roque. Jovens do alto comércio e bancos da capital: Pinto Vieira, Machado, Lewy da Casse, H. Gertum, Francisco Guimarães, A. Travi, Bruno Kirchof, Olavo Godoy, Só, Rapone, Nicolau, Padre Pires, Targar, G. Meneghetti, Faillace, Licht, Tadesco, Scarpini. In: *A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul*, 1929. IHGRS.

²⁶ *A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul*, 1930. IHGRS.

²⁷ O mais belo frescor de verão? Onde? Em Tramandaí! Hotel Sperb, de irmãos Sperb. O hotel de praia mais antigo, existente há mais de 40 anos. Aqui se oferecem aos hóspedes todas as comodidades, conforto, higiene e preços módicos. Excepcional água potável, cozinha de primeira. Hotel Sperb espera com prazer por sua prezada visita. *Deutsches Volksblatt*, 3/12/1939. MCSHJC. Tradução nossa.

própria, também em todos os chalés, água filtrada encanada, também em todos os chalés, atendimento simpático, preços módicos.²⁸

Em seus vastos salões, os hotéis ofereciam refeições de acordo com os horários dos banhos realizados no início da manhã e no final da tarde. No *Hotel Picoral*, o café da manhã era servido até 8 horas e 30 minutos, o almoço das 11 às 12 e o jantar das 17 às 18 horas.²⁹ Essa delimitação temporal reunia os hóspedes em um mesmo ambiente, possibilitando o relacionamento e a sociabilidade entre desconhecidos.

Os banhos de mar e as refeições em conjunto proporcionavam aos banhistas a contemplação dos rostos, corpos, manifestações miméticas, gestos, comportamentos, palavras ou gritos. Estes elementos, depois de assimilados, decifravam os signos do prazer que eles comunicavam.³⁰ Portanto, os banhistas também foram protagonistas para diversificação dos entretenimentos, pois eles deslocaram para as areias os hábitos do mundanismo urbano, estabelecendo durante o veraneio relações efêmeras, porém não menos “elegantes”.

Desta forma, a emergência do prazer durante os banhos de mar, a evolução dos meios de transporte e as atividades em torno dos hotéis, permitiram que a beira-mar se tornasse para a sociedade gaúcha um espaço de lazer e sociabilidades, onde a cada ano a comunidade de veranistas estabelecia novos laços sociais, efêmeros ou permanentes.

²⁸ **Deutsches Volksblatt**, 3/12/1939. Tradução nossa.

²⁹ RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem história**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 142-143.

³⁰ URBAIN, op. cit., p. 155.

Bibliografia

CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres- SAPT (1910- 1950)**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. **Antigualhas; reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Erus Editora, 2ª edição, 1983.

CORREA, Sílvio M.S. **Germanismo e banhos medicinais nos primórdios dos balneários no Rio Grande do Sul**. XVIII Simpósio de História da Imigração e Colonização - “Saúde: Corporeidade – Educação”. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

FORTINI, Archymedes. **Revivendo o passado**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

GANS, Magda Roswita. **Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René. **Carlos von Koseritz: seleção de textos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GONZALES, Myrthes T. **Cidreira. Anos 20**. Cidreira: EDESUL/SEC, s/data.

RAUCH, André. Las vacances et la nature revisitée (1830-1939). In: CORBIN, Alain. **L'avènement des loirs (1850-1960)**. Paris: Flammarion, 1995.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1962.

RUSCHEL, Ruy Ruben. **Torres tem história**. Porto Alegre: EST, 2004.

SOARES, Leda Saraiva. **A saga das praias gaúchas: de Quintão a Torres**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

URBAIN, Jean-Didier. **Sur la Plage : mœurs et coutumes balnéaires (XIX–XX siècles)**. Petite Bibliothèque Payot: Paris, 2007.

Outras fontes:

A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul, 1930. Acervo: IHGRS.

A Gaivota, revista das praias balneárias do Rio Grande do Sul, 1942. Acervo: IHGRS.

Os novos municípios do rio Grande do Sul: Cidreira. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1988.

Correio do Povo, 4/1/1925.

Deutsches Volksblatt, 3/12/1939.

Koseritz' Deutsche Zeitung, 23/2/1889.

O Mercantil, 8/1/1884. Acervo: MCSHJC.

O rito do casamento como manifestação cultural entre gerações

Maria Lúcia Bettega

*Universidade de Caxias do Sul-primiero@terra.com.br*¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo descrever o rito de passagem, o casamento, na comunidade rural de Nova Palmira e identificar, nas narrativas, significados a ele atribuídos em diversas gerações. A pesquisa utiliza o método etnográfico, para análise do conteúdo, com o corpus construído a partir de trinta entrevistas sobre o tema. Para a definição dos sujeitos, que compuseram o corpus da pesquisa, foi levado em consideração a idade, o sexo, o estado civil e a condição de morar no local. A partir dessas variáveis, foram criados três grupos de entrevistados, divididos por idades distintas, a fim de caracterizar as gerações. O estudo contribuiu para mostrar que esse rito se mantém como parte da cultura, e como os valores presentes nas narrativas são elementos constitutivos da identidade cultural.

Palavras-chave: gerações, rituais, casamento, identidade cultural.

Introdução

O significado da identidade cultural pode ser compreendido por meio das práticas simbólicas que se manifestam na vida coletiva, e os ritos podem ser meios de entender esse coletivo pelo seu simbolismo. Cada comunidade possui suas peculiaridades que, por certo, determinam as diferenças. No caso da comunidade rural de Nova Palmira, colonizada por imigrantes alemães e italianos, a cultura foi marcada pela presença dessas duas etnias que se mantiveram como forças sociais fortes na localidade. O diferencial dessa comunidade rural reside no fato de haver uma ligação, em aspectos culturais, entre as duas etnias e uma vida comunitária partilhada, apesar das diferenças existentes entre elas.

Cada cultura tem sua lógica interna sustentada por um conjunto de práticas, costumes, crenças, tradições, símbolos que se manifestam através das instituições sociais. O casamento é uma dessas instituições que representa uma etapa decisiva da vida e tem se mantido nas diversas culturas como forma de união simbólica e de

¹ Professora do Departamento de Comunicação da Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Letras e Cultura Regional pela Universidade de Caxias do Sul.

renovação. Celebrado como um rito de passagem, faz parte de um patrimônio da cultura que se renova dialeticamente.

A localidade de Nova Palmira está situada na região sul de Caxias do Sul, da qual também é distrito, e está a uma distância de 25 km desta cidade. Caracterizada por uma região de fronteira², onde alemães e italianos buscaram construir, lado a lado, espaços³ em que pudessem ser cultuadas as diferentes tradições trazidas em suas bagagens.

Pelas características descritas da localidade, optou-se por realizar essa pesquisa, utilizando-se o método etnográfico, devido à riqueza presente em sua base epistêmica e metodológica. A escolha do método etnográfico sustentou-se na possibilidade de apreender os aspectos específicos e as diversas perspectivas que a comunidade em estudo pudesse apresentar, acerca da estrutura de significados do rito de passagem, o casamento.

Como instrumento básico para a coleta de dados, fez-se uso de entrevistas do tipo narrativa, o que permitiu que os entrevistados lembrassem fatos importantes de suas experiências pessoais e contassem suas “histórias”. Segundo Barthes (1993, p. 252), a narrativa “está presente em cada idade, em cada lugar em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo nenhum, um povo sem narrativa”.

Os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foram: morar em Nova Palmira, a idade, o sexo e o estado civil. A partir dessas variáveis, foram criados três grupos de entrevistados, num total de trinta pessoas, divididos por idades distintas, a fim de caracterizar as gerações. O *corpus* dessa investigação reflete a visão dos sujeitos acerca dos rituais e da importância deles em suas vidas.

O estudo contou com o auxílio da obra de Bakhtin para entender as falas e os significados que os sujeitos atribuíam às suas vivências quando tratavam e narravam acerca desse rito. Essa contribuição teórica foi usada no momento da análise das

² Nova Palmira é considerada uma área de fronteira por reunir culturas distintas no processo de ocupação.

³ Nova Palmira é um dos distritos de Caxias do Sul – RS. É composta de um pequeno centro onde estão localizados a igreja católica, a capela mortuária ecumênica, que atende os moradores pertencentes à religião católica e evangélica de profissão luterana e dois cemitérios. Conta ainda com um hotel fazenda que é referência para o local. No seu entorno, existem propriedades rurais, que se dedicam às atividades primárias, principalmente às hortifrutigranjeiras.

narrativas e na separação dos significados que apresentavam. Usou-se ainda obras de Mircea Eliade (1972) e de Segalen (2002) que estudam os ritos a partir das teorias de Durkheim, Mauss e Van Gennep.

O rito e suas representações sociais

O interesse pelo estudo de rituais de passagem, especificamente o casamento, oportunizou leituras produtivas e constatações da multiplicidade de sua presença na sociedade. O casamento é visto como expressão de valor que a cultura utiliza como forma de celebração, com especificidades e singularidades que denotam sua organização, manutenção e reprodução.

A compreensão do fenômeno *casamento*, enquanto instituição, implica em considerar, sobremaneira, o contexto sociocultural em que ocorre, não sendo possível entender os indicadores que norteiam suas práticas sem procurar o sentido que lhe é atribuído. Assim, as diversas formas de cerimônias de casamento refletem valores culturais que dependem da cultura em que se inserem e dos valores que a sustentam.

Muitas histórias são conhecidas na comunidade de Nova Palmira sobre episódios de casamentos, que se manifestaram como resistência cultural ou como elemento de identidade social. Nas histórias relatadas, percebe-se a força das palavras e a forma pela qual é possível compreender os rituais e suas representações.

Segundo Segalen “[...] todo o rito é sempre contemporâneo [...] o que existe, na realidade, é uma constante recomposição das formas simbólicas” (2002, p. 11). A autora traz à luz da sociedade contemporânea uma forma de observar alguns rituais. Apesar do uso difundido desse termo, ela mostra que é possível dar sentido à palavra, sem considerar todo o comportamento repetitivo como um ritual. Para ela, os rituais são as sínteses dos valores que estão em evidência numa determinada cultura que vão sendo transferidos de geração a geração. Então, eles são poderosos instrumentos de influência entre as famílias e as comunidades constituintes de sociedades específicas.

As razões da conservação dos ritos podem ser confirmadas nas idéias de Van Gennep quando afirma que:

O ato de viver de um ser humano é composto de passagens sucessivas de uma sociedade para outra e de uma condição social para a outra. Essas etapas são realizadas de tal modo que o início e o término tenham as mesmas naturezas,

ou seja, nascimento, puberdade, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação e morte (1978, p. 26).

Encontra-se no rito a ideia de uma linguagem carregada de elementos simbólicos, presentes em momentos que marcam mudanças na vida social das pessoas. Além disso, alguns ritos, entre eles o de passagem, identificam e lembram um momento peculiar no qual acontece a desconexão com o tempo e o espaço cotidiano.

Assim, os diferentes estágios que o ser humano atravessa são pontuados por ritos de passagem que, segundo Van Gennep (1978, p. 123), “se fundam sempre na mesma idéia, a saber, a materialização da modificação de situação social”.

Van Gennep (1978) analisa o rito a partir de um conjunto de significados e como um fenômeno dotado de mecanismos recorrentes. Para ele, os *ritos de passagem* em sua constituição básica podem ser compreendidos pelos mecanismos pelos quais são usados. Ao classificar os mecanismos, é possível entender as sequências cerimoniais. Logo, os ritos de passagem podem ser vistos como objeto de estudo por sequências cerimoniais, de ritos de separação, de margem e de agregação. Nessa decomposição proposta pelo autor, existe um percurso a ser estudado.

[...] todos os ritos de passagem ou de “transição” caracterizam-se por três fases: separação, margem [...] e agregação. A primeira fase (de separação) abrange o comportamento simbólico que significa o afastamento do indivíduo ou de um grupo, que de um ponto fixo anterior na estrutura social, quer de um conjunto de condições culturais (um estado), ou ainda de ambos. Durante o período “limiar” intermediário, as características do sujeito ritual (o transitante) são ambíguas; passam através de um domínio cultural que têm poucos, ou quase nenhum, dos atributos do passado ou do estado futuro. Na terceira fase (reagregação ou reincorporação), consuma-se a passagem (VAN GENNEP apud TURNER, 1974, p. 116).

Por seguirem um roteiro ou uma liturgia específica, os rituais são eventos especiais comprovados como práticas usuais de uma sociedade. Além disso, os rituais, que trazem uma cultura aprendida, se diferenciam de outros eventos, pois possuem um método e uma forma peculiar de manifestação de valores coletivos. Os ritos existem e buscam unir as ações realizadas em épocas diferentes, num mesmo espaço ou em espaços recriados, garantindo assim a manutenção de mitos materializados nos rituais. Uma vez fixada a simbologia de um ritual, sua eficácia dependerá da repetição do rito. Essa forma de expressão existe nas sociedades, independente de seu grau ou escala de valores. Entretanto, Van Gennep chama atenção de que nem sempre essas sequências

cerimoniais acontecem da mesma forma na sociedade. Existem variações, uma vez que “não são igualmente desenvolvidas em uma mesma população nem em um mesmo conjunto cerimonial” (1978, p. 31). Diz ainda que

[...] o esquema completo dos ritos de passagem admite em teoria ritos preliminares (separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação), na prática estamos longe de encontrar a equivalência dos três grupos, quer no que diz respeito à importância deles quer no grau de elaboração que apresentam.

Nos grupos sociais, os ritos não só assumem função privilegiada – quando se instauram e permanecem coesos –, como também são fundamentais para que as estruturas de poder sejam capazes de manter os diversos níveis de dependência nos quais se instalam os vínculos entre as pessoas.

Em qualquer organização, os momentos ritualizados contribuem para a formação da identidade e da imagem do grupo. Essa imagem se fortalece e torna-se mais intensa, à medida que as cerimônias estiverem impregnadas de signos simbólicos.

O rito do casamento como parte da cultura

Como os mitos, os ritos também expressam valores estabelecidos no passado e ratificados ou reiterados no presente. O casamento, como o ritual de passagem que caracteriza a agregação é, ao mesmo tempo, simbólico, social e material. Para os jovens esposos, essa passagem marca o acesso a um novo estado, o de adulto, na medida em que os jovens deixam a casa dos pais para construir uma nova morada.

O casamento, como rito de passagem, objeto deste estudo, se manifesta como instituição social na cultura com diferentes implicações sociais, ou seja, busca não só regulamentar a relação sexual e a procriação, mas também as relações sociais entre famílias e grupos humanos. Busca, também, regular a descendência, a herança, a sucessão e a ordem social, as funções mais antigas do ritual do casamento. Para Segalen, perceber essas variabilidades e significados que o ritual do casamento possui faz compreender “as causas de sua manutenção na sociedade moderna” (2002, p. 119).

O casamento é uma instituição que marca a vida do ser humano pela passagem que gera. Ele tem se manifestado, ao longo dos tempos, um mecanismo encontrado para a manutenção dos grupos sociais, como parte da cultura que representa.

Azevedo, quando fala do casamento em seus estudos sobre o namoro e o noivado, diz que “a interpretação dos componentes éticos e estruturais dessa instituição é parte substancial da análise da organização social tanto de populações simples quanto das complexas” (2004, p.76). Essa afirmação evidencia o significado simbólico que cada grupo atribui para suas práticas sociais, principalmente para aquele, que considera fundamental à manutenção da vida coletiva.

Dessa maneira, Azevedo, quando discorre sobre as regras do casamento, define-as como “critérios e normas derivados da organização social, dos sistemas de parentesco e dos tabus de incesto, que determinam a escolha de cônjuges e a ratificação das uniões conjugais” (2004, p. 76). Esse autor evidencia que o casamento é precedido por entendimentos estabelecidos entre os futuros cônjuges e entre suas famílias, e coloca o noivado como fase imprescindível para a concretização do casamento. Diferencia o noivado do namoro quando esse é oficializado na família e no grupo social. Diz que o namoro tende a: “i) encaminhar e facilitar escolhas probatórias de futuros cônjuges e conduzir a seleções adequadas; ii) evitar a promiscuidade sexual no futuro, fixando a afetividade em parceiros únicos da união monogâmica; e iii) habituar aos mores relativos ao casamento e aos papéis de pai e mãe ou de marido e mulher” (2004, p. 130).

Essas tendências revelam uma preocupação por parte da sociedade em garantir a reprodução social, em manter controle através de algumas instituições que objetivam a manutenção do ‘*status quo*’, a existência da família e dos papéis sociais que a estrutura.

Azevedo (2004, p. 312), quando fala que os ritos exemplificam um dos traços da cultura, ressalta a ideia de que os ritos são transmitidos pela herança social e que “corresponde à tendência de evitar a dificuldade e os riscos de criar o novo, quando existem fórmulas consagradas pela eficácia e pela experiência”. A riqueza do estudo realizado por esse antropólogo mostra a sabedoria que existe por parte da sociedade na manutenção de certos ritos e nos símbolos que carregam consigo as representações sociais e os valores da cultura.

O rito do casamento é caracterizado por diferentes significações culturais. Cada sociedade faz uso dos ritos como formas de manifestações culturais que expressam valores próprios. De acordo com Van Gennep (1978, p. 32) o ritual do casamento é visto como “a passagem de um estado para o outro em uma sociedade mágico-religiosa ou profana e realizada por meio de uma cerimônia que tem suas próprias particularidades”.

A partir desse estudo cultural, buscou-se mostrar que o rito do casamento pode exteriorizar diferentes dimensões da vida social, pois subjacente à ideia do rito, encontram-se os valores da cultura vigente, os significados desses valores e a representação deles para a sociedade em estudo.

O casamento como ideia de construção da família

O ato de realizar o ritual do casamento mostra que os sentimentos acerca desse rito encontram-se no imaginário dos entrevistados como meio de garantir a existência da família. A ideia de que para formar a família era importante casar é evidente, a ponto de aparecer como parte de um estatuto repassado pelas gerações anteriores e incorporado pela sociedade como norma. Essa norma é identificada como parte da cultura e aparece nas crenças e nos costumes passados, como modelo de formação de família, de geração para geração.

[...] quando existe o casamento, a gente se une e forma uma família [...]
(Elsa, 81 anos, casada).

[...] naquele tempo a gente pensava em ter uma família. (Helena, 58 anos, casada).

[...] a gente casou. Hoje temos três filhos. Acho que tenho uma família ótima. (Raquel, 35 anos, casada).

[...] Porque acho que quando se tem uma mulher se tem tudo. Eu, principalmente, tenho uma esposa que é uma maravilha. Vale ouro. Brigar nunca se brigou. (Mário, 87 anos, viúvo).

Percebe-se que os valores atribuídos ao ritual são vistos como elementos necessários na construção da família. Foi possível identificar que a família, de uma maneira geral, possui um conjunto de crenças, princípios e padrões de comportamento. Esse conjunto de elementos não só fundamenta as relações entre os indivíduos, como também exerce um grau de influência nas gerações posteriores. Dessa forma, supõe-se que a essência do rito do casamento reside na união de duas pessoas com o propósito de constituir uma família.

[...] Eu sempre pensei que o casamento era para ter uma família. (Helena, 58 anos).

[...] Nós vivemos juntos 56 anos juntos, sempre nos demos bem [...] A gente tinha que responder sim, também para o padre. Porque ele disse que tinha que respeitar a noiva nos dias pesados e nos dias bom. Até a morte nos separar [...]. (Vendelino, 83 anos, viúvo).

Essa afirmação remete ao entendimento de que o casamento continua sendo o ato da constituição do grupo familiar, alicerçado na cultura que o mantém e nos valores que o sustentam. É assim que se perpetua, no grupo entrevistado, a continuidade da forma de pensar, viver e agir. É no ritual do casamento que gestos determinados, palavras estabelecidas, objetos definidos, pessoas escolhidas, emoções e sentimentos, adquirem poder simbólico com o propósito de elucidar os laços criados através do próprio rito.

Esse aspecto ressalta a concepção do rito como elemento de união, tendo em vista a constituição da família, expressa como manutenção de valores éticos. A manutenção do ritual do casamento na localidade aparece como condição da continuidade da família como instituição.

Como se percebe, o valor atribuído ao casamento, no quadro das expectativas sociais para a formação da família, aparece em todas as gerações dos entrevistados com o mesmo significado. Para os entrevistados, a família é constituída unicamente por meio do casamento.

A força da religião na manutenção do rito do casamento

O casamento, enquanto rito religioso é revestido de símbolos culturais que o fortalecem e o mantém como norma da cultura. A presença de hábitos religiosos comprova a importância que a comunidade atribui à religião como elemento de identificação cultural. Nas abordagens dos entrevistados, percebe-se que a religião é considerada um fator decisivo na escolha do parceiro e pode ser vista como a chave para explicar a manutenção da união e a busca do rito. Como diz Eliade (1972, p. 11), o mito “relata de que modo algo foi produzido e começou a *ser*. O mito fala apenas do que *realmente* ocorreu, do que se manifestou plenamente”.

[...] Não conheço outra religião, mas não sei se casaria em outra religião. (Leandro, 36 anos, casado).

[...] O mais importante é o casamento religioso. (Irton, 64 anos, casado).

[...] O padre disse que o casamento era para a vida toda e nós sempre lembramos essa condição. (Angelina, 83 anos, viúva).

[...] Nunca na vida eu trocava de religião para casar. (Elsa, 81 anos, casada).

As influências das tradições religiosas se mantêm entre as gerações dos entrevistados. A escolha do parceiro que pertencesse ao mesmo credo era uma exigência da família. Porém, quando essas escolhas não seguiam o percurso natural, a troca de religião por parte de um dos elementos era condição já pré-estabelecida, como diz uma entrevistada: “eu era evangélica e fiquei católica” (Lires, 44 anos, casada). Percebe-se que a escolha por um parceiro de outra religião para casar não era vista como algo natural.

A religião tem lugar central entre os grupos sociais da comunidade rural pesquisada, encorajando-os a seguirem os valores religiosos aprendidos nos grupos familiares e, principalmente, seguindo todos os elementos rituais ditos pelo padre que detém a autoridade religiosa apoiada em textos estabelecidos.

Pode-se dizer que a força que a religião possui, no decorrer de mais de cinco décadas, para a realização e manutenção do casamento, justifica o que dizem os entrevistados. Os entrevistados mais velhos, primeira geração, afirmaram que os jovens nem questionavam a possibilidade de namorar alguém que fosse de outra religião. “O pai sempre dizia: tem gente que chega da religião católica para vocês escolherem” (Elsa, 81, casada). A segunda geração entrevistada demonstrou que a realização do casamento com um elemento que pertencia a outro credo implicava em mudança de religião, o que pode ser comprovado na afirmação: “ele era evangélico e eu optei por ficar do lado dele” (Hermínia, 54, casada). E, na terceira geração, é possível visualizar uma abertura para uma discussão religiosa “não casaria em outra religião [...] mas, também, acho que Deus é um só” (Leandro, 36 anos, casado). Percebe-se, no dizer desse entrevistado, que mesmo que exista a possibilidade da troca de religião, ela ainda é um valor a ser preservado.

É oportuno destacar que tanto a religião católica como a protestante atuam de forma decisiva na cultura e alimentam a importância do rito na realização do casamento. A presença de ambas enriquece a comunidade e mostra a possibilidade de coexistência da religião, dividida em seus preceitos, mas integrada como força de coesão social.

A concepção econômica presente no rito

A presença de valores materiais que influenciavam a realização do rito do casamento e de como ele era usado para promover a estabilidade econômica do grupo aparece com destaque no estudo. Percebe-se, portanto, que o aspecto econômico do rito

se manifesta como uma regra estabelecida pelo grupo familiar como meio de garantir uma estabilidade pela manutenção da ideia do trabalho, do sustento do grupo e da manutenção do patrimônio herdado.

As falas dos entrevistados, nas três gerações, mostraram que a forma de escolha dos parceiros era centrada em padrões patriarcais, baseada em preceitos econômicos, representados pela ideia do “bom partido” e influenciada por condições socioeconômicas.

[...] Ele era o melhorzinho que tinha por aqui. O resto era colono e ele era motorista, bem arrumadinho, de ray-ban. Eu pensei, eu nunca vou precisar trabalhar, só vou viajar. (Elsa, 81 anos, casada).

[...] Ele era o mais novo da família. Sabia arrumar relógios e máquinas de costura. (Irma, 79 anos, viúva).

[...] Ela era pobre, mas honesta. (Natalino, 69 anos, viúvo).

[...] Achei que ele era um rapaz que gostava de trabalhar” (Helena, 58 anos, casada).

[...] Gostei dele, pois estava de sapatos de bico fino, calça social, camisa social e gravata. (Raquel, 35 anos, casada).

Essas falas mostram o que Van Gennep afirma quando analisa o aspecto econômico de alguns modelos de casamento. “O casamento tem sempre alcance econômico, que pode ser mais ou menos amplo e que os atos de ordem econômica [...] misturam-se com os ritos propriamente ditos” (1978, p.106).

Nas narrativas analisadas, evidencia-se que alguns símbolos materiais influenciaram a escolha do parceiro. “Eu já conhecia um pouco a família dele” (Clari, 52 anos, casada). Essa fala reflete a associação feita acerca do possível candidato ao grupo econômico de inserção, uma vez que poderia ser um elemento de influência nas relações sociais.

Aparece também com certa evidência o valor econômico presente no rito, na forma como ele é pensado socialmente quando os noivos preparam a cerimônia e organizam o rito. É o caso das vestimentas, é o caso da festa que, mesmo com dificuldades econômicas, faz parte do ritual.

As emoções e as redes de relações sociais

Os valores afetivos possuem diferentes formas de expressão. A maneira como o indivíduo expressa suas emoções está relacionada a um conjunto de ideias, preceitos, discursos e modelos aos quais têm acesso e, por intermédio do que vivencia com a família e com os grupos sociais, com o qual ele se identifica. Nos depoimentos colhidos, com os entrevistados da primeira geração, é possível constatar que a formalização de sentimentos amorosos não era feita de forma direta. Pode-se entender que o amor era expresso por palavras como; “boazinha”, “simples”, “diferente” e “boa”.

[...] Ela era boazinha, muito séria, muito boazinha. (Mário, 87 anos, casado).

[...] Eu gostava dele, porque ele era simples. (Angelina, 83 anos, viúva).

[...]Ela era diferente. Nem comparar com as moças de hoje. (Vendelino, 83 anos, viúvo).

[...] O que me chamou a atenção é que ele vinha de uma família boa. (Olga, 81 anos, viúva).

Percebe-se que alguns “jogos” no início do namoro para a realização do casamento, entre as gerações mais antigas, eram baseados na conduta do indivíduo e em questões pessoais, baseadas no “jeito de ser”. Essas formas de escolha foram se transformando. Essa mudança ocorreu por diferentes fatores, dentre os quais a modernização transmitida pelos meios de comunicação e a influência que os centros urbanos exercem sobre as zonas rurais.

O estabelecimento das relações e uniões entre os jovens, para a realização dos rituais inseridos no namoro, noivado e casamento, passou a se centralizar mais pela simpatia, pela atração física e os ambientes propícios oportunizaram a mudança no modo de escolha.

[...] Achei carinhoso e simpático. (Lucinda, 55 anos, casada).

[...] Eu achava ela bonita e trabalhadora. (Celso, 47 anos, casado).

[...] Eu achei ela diferente, mais quieta. Ela não era uma daquelas que se metia no meio da turma. (Volnei, 38 anos, casado).

[...] Ela tinha simpatia. Achei que ela era do meu jeito. (Rafael, 35 anos, casado).

[...] Eu gostava do jeito dele, do sorriso dele, de como ele conversava. (Joice, 34 anos, casada).

Percebe-se que a escolha do parceiro seguia caminhos comuns e semelhantes entre as gerações. Com uma pequena mobilidade, a escolha do parceiro, nos entrevistados da primeira geração, era voltada para a importância que a família possuía

no local, ou seja, “ele vinha de uma família boa” (Olga, 81 anos, viúva) e da reputação que a pessoa possuía junto ao grupo social, “ela era séria” (Volnei, 38 anos, casado). Os entrevistados da segunda e terceira geração, um pouco mais flexíveis, demonstraram que os valores observados nas escolhas dos parceiros recaíram mais sobre o modo de ser, o tipo físico e a autenticidade do pretendente. A partir da análise realizada sobre as formas que os entrevistados das diferentes gerações escolheram os parceiros para casar, pode-se dizer que os casamentos realizados em diferentes épocas, enquanto vetores de difusão de uma cultura são, na visão de Segalen (2002, p. 144), “o lugar da expressão das identidades regionais, familiares e sociais singulares, e os agentes de uma uniformização geral do esquema”.

Nesse estudo, observou-se que o ritual do casamento e da escolha do parceiro como sendo um valor a ser preservado é defendido entre os entrevistados com mais de 60 anos. Quanto aos mais jovens, o ritual do casamento se revela como uma repetição de cerimônias, como algo que justifica a existência da instituição família, porém prevalece a ideia de ser uma forma de dar sentido à vida.

[...] Posso falar bem do casamento, porque sete filhos não é brinquedo. (Mercedes, 92 anos, viúva).

[...] Hoje as pessoas não casam mais, mas eu acho o casamento importante porque se tem uma companhia. (Lucinda, 55 anos, casada).

[...] Atualmente eu já noto que as pessoas casam e dizem que, se não der certo, eles vão se separar. (Joice, 34 anos, casada).

A manutenção dos rituais no seio familiar através do tempo é essencial para a manutenção da identidade familiar e do grupo social. Essa visão de que o ritual do casamento é visto como algo indissolúvel e essencial para a organização do grupo familiar aparece nas três gerações com o mesmo significado. Logo, essa visão dos entrevistados pode ser sustentada nas teorias de Segalen (2002, p. 142) quando diz que o casamento é hoje o lugar de “revivescências culturais”.

A manutenção dos rituais no seio familiar, através do tempo, é essencial para a manutenção de sua identidade e do grupo social. Mas isso não significa que esses costumes permaneçam sempre os mesmos: quando o casamento fracassa, surgem outras formas de ver o ritual.

[...] Eu não casaria mais hoje. Não sei se é por causa da minha parte que não deu certo. (Sadi, 58 anos, divorciado).

[...] Não deu para sempre. Para mim, a coisa mais importante foi quando nasceu o meu primeiro filho. (Hedi, 63 anos, divorciada).

[...] Para mim, o casamento não era tão importante assim. O que marcou mesmo o dia do casamento foi à presença dos amigos do meu pai. (Sadi, 43 anos, casado).

Constata-se nas falas desses entrevistados, pertencentes à segunda e à terceira geração, que existe uma dinâmica não tão positiva com relação ao ritual do casamento, embora se possa identificar que os valores referentes à família continuam importantes. Aparece nos depoimentos desses entrevistados que as relações familiares possuem sentido de coesão. O pai, os amigos e o filho são forças que sustentam a cultura da família e, de certa forma, substituem as relações conjugais que se estabeleceram pelo casamento que não deu certo.

Assim, todos os atos que constituem a cerimônia do casamento trazem para o grupo experiências de socialização entre os membros das famílias. Essas experiências buscam transmitir normas culturais que regulamentam o comportamento dos envolvidos, assim como crenças e costumes de gerações passadas que servem de modelo para as atuais gerações.

Dessa forma, as circunstâncias familiares têm importante papel na organização do evento e na manutenção dos costumes inseridos na ritualização do casamento, como diz Geertz “nossas idéias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso próprio sistema nervoso, produtos culturais” (1989, p. 36).

Considerações finais

A análise dos dados da pesquisa apresentada permitiu conhecer o que pensa o grupo social estudado e as lembranças importantes que permaneceram no imaginário como características culturais. O estudo identificou no rito do casamento os seguintes valores: o valor da família, os critérios de religiosidade, a força do trabalho comunitário, a manutenção dos encontros em espaços multifuncionais e a preservação de hábitos e práticas sociais. Esses valores refletem a consciência coletiva do grupo, o que permite afirmar que são elementos constitutivos de sua identidade cultural.

A manutenção dos rituais de passagem está ligada às formas de como o ser humano se organiza enquanto parte integrante de um grupo social; as transformações que os indivíduos realizam em seu meio, incorporando os mitos existentes no contexto familiar e reafirmando-os no contexto social, nos diferentes momentos de sua vida.

Esse estudo revelou a riqueza do rito e a força do mito da família e da religião nas diversas gerações entrevistadas e comprovou a presença marcante do casamento como valor na comunidade. O rito se manifesta ainda como elemento de reprodução do grupo social, como força moral e como valor social, expresso em conceitos como reputação, honra e *status* social. As famílias, ao expressarem o desejo de casar “direito” os seus filhos, não estão preocupadas apenas em cumprir mais um ritual, mas sim em reproduzir a estrutura moral por meio de valores que acreditam na honra familiar, na dignidade, no prestígio que traz o casamento e no *status* social que representa o estado civil. As formas tradicionais de preparação do casamento continuam sendo defendidas por muitos dos entrevistados, independente de classe social. A manutenção do rito reflete a importância que a família possui como instituição.

Referências

- AZEVEDO, Thales de. *O cotidiano e seus ritos: praia, namoro e ciclos da vida*. Recife: Editora Massangana, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- BARTHES, Roland. *Introdução à análise estrutural da narrativa*. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BETTEGA, Maria Lúcia. *História de Nova Palmira: tempo, memória e registro*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2006.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ELIADE, M. *Mito e realidade*. Tradução: Póla Civelli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GENNEP, Arnold Van. *Os rituais de passagem*. Apresentação de Roberto DaMatta. Petrópolis: Vozes, 1978.
- JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin. W. e CASSEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LEACH, Edmund. *Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados; uma introdução ao uso da análise estruturalista em antropologia social*. Tradução: Carlos Roberto Oliveira. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORAES, Régis Org. *As razões do mito*. Campinas. SP: Papirus, 1988.

SEGALEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

TURNER, Victor. *O processo ritual – estrutura e antiestrutura*. Tradução: Nancy Campi de Castro. Petrópolis: Vozes, 1974.

Lembranças do *eu com o outro* sociabilidade entre alemães e maracaenses¹

Marina Helena Chaves Silva²

Resumo: Pretendo neste trabalho, analisar como se processaram as relações entre os moradores de Maracás, na Bahia, e alemães no período da II Guerra Mundial. Localizado na região sudoeste da Bahia, esse município dista de Salvador cerca de 370 km, possui clima frio, chegando a atingir 8 a 9 graus entre os meses de junho a agosto. Por ser área de difícil acesso, a cidade foi transformada em campo de confinamento para *eixistas* no período da guerra. Ao longo de quase dois anos – entre 1943 a 1945 – os alemães ali estiveram, compartilhando com os moradores o mesmo espaço social. Até que ponto um grupo interferiu na vida do *outro*? Que estratégias foram adotadas pelos moradores no processo de reconhecimento do *diferente*? Nosso estudo será norteado pela conceito de *tipologias das relações com outrem* desenvolvidas por Tzevtan Todorov.

Pretendo neste trabalho analisar como se processaram as relações entre os moradores de Maracás, na Bahia, e alemães no período da II Guerra Mundial. Localizado na região sudoeste da Bahia, esse município dista de Salvador cerca de 370 km, possui clima semi-árido, chegando a atingir 8 a 9 graus entre os meses de junho a agosto. Por ser área de difícil acesso, a cidade foi transformada em campo de confinamento para *eixistas* no período da guerra. Ao longo de quase dois anos – entre 1943 a 1945 – os alemães ali estiveram, compartilhando com os moradores o mesmo espaço social. Até que ponto um grupo interferiu na vida do *outro*? Que estratégias foram adotadas pelos moradores no processo de reconhecimento do *diferente*? Nosso estudo será norteado pelo conceito de *tipologias das relações com outrem* desenvolvidas por Tzevtan Todorov (1999). Antes, porém, faz-se necessário apresentar o cenário baiano no período do conflito mundial.

Breves considerações sobre o contexto da II Guerra Mundial na Bahia

¹ Esse artigo tem sua origem na dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, promovido pela Universidade do Rio de Janeiro/UNIRIO, em convênio com a UESB. SILVA, Marina Helena Chaves. *E eis que chegam os alemães: alteridade e memória em Maracás*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UESB, 2001.

² Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia; professora adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Campus de Jequié.

Com o desenrolar da II Guerra e os sucessivos afundamentos de navios brasileiros, alguns na costa baiana e sergipana, o Brasil resolveu aderir ao conflito ao lado dos países aliados. O clima nas grandes cidades era de revolta contra os imigrantes alemães, italianos e japoneses. As notícias nos jornais giravam em torno de práticas de espionagem e do perigo que algumas colônias de imigrantes representavam para o Brasil. Os alemães foram considerados suspeitos e, por isso, passaram a ser alvo de denúncias, apedrejamentos e agressões diversas, tanto físicas como de suas casas de comércio e fábricas. As prisões eram frequentes, assim como o clima de insegurança dos imigrantes alemães e de seus descendentes.

Embora os conflitos étnicos tenham se acentuado no Sul do País, onde a população estrangeira e, sobretudo alemã, era predominante, na Bahia o número de alemães era bastante restrito, o que não impediu que, a partir de 1941, a presença germânica tenha sido também transformada em caso de polícia. De acordo com dados obtidos no Consulado da República Federal da Alemanha, cerca de 156 pessoas (oitenta e quatro homens, vinte e quatro mulheres e quarenta e seis crianças) foram enviadas para o município de Maracás, escoltadas pelo Major Oscar Sá, da Polícia Especial de Choque. Dos internados, a maioria residia em Salvador: cinquenta e quatro homens e duas mulheres; os demais, moravam em cidades litorâneas ou mesmo no interior do Estado.

Entre os prisioneiros, havia tripulantes de navios que aportaram em Salvador em 1939. Parcela significativa dos alemães residentes nas cidades litorâneas, sobretudo na capital do Estado e que estavam ligadas a diversas atividades econômicas também foram enviados para este município. Entre eles, havia comerciantes e empregados desse setor, bem como de fábricas de charutos localizadas na região do Recôncavo baiano; funcionários do Banco Transatlântico Alemão; lapidador de pedras preciosas; ourives; mecânicos; pintor e escultor; garçom; cozinheiros; empregada doméstica; pastor luterano; empreiteiros; professor do Colégio Alemão e carpinteiro.

A 25 de setembro de 1943, tomou posse na função de prefeito de Maracás o militar Major Oscar Sá, nomeado pelo Interventor da Bahia. A 02 de outubro de 1943 o prefeito, encaminhou ao Presidente do Conselho Administrativo da Bahia o projeto de decreto-lei para abertura de créditos suplementares, tendo em vista os seguintes argumentos: a elevação dos preços dos produtos em decorrência da guerra e dos salários de pessoal encarregado de

realizar a conservação de cerca de trezentos quilômetros de rodovia; *as despesas que a Prefeitura terá de fazer com a localização de súditos do eixo neste município*³.

Os alemães foram distribuídos em dois lugares: na cidade de Maracás e numa fazenda denominada Boca do Mato, que dista da sede cerca de 20 quilômetros. E de que modo os maracaenses representavam os alemães? Até que ponto a guerra e os seus efeitos vão fazer parte do cotidiano daquela cidade? O enfoque desenvolvido a seguir permite a reconstrução desse acontecimento através das lembranças dos que presenciaram e conviveram com o *outro*.

³ Livro de atas da Prefeitura Municipal de Maracás (naquela época era conhecido como borrão). Nele, eram transcritos todos os ofícios encaminhados às demais instâncias do poder. Fls.34-34b.

Os alemães, na visão dos maracaenses

É necessário salientar, de imediato, o caráter peculiar do encontro entre maracaenses e alemães: além de apresentarem diferenças culturais marcantes, eram diferentes também do ponto de vista jurídico, visto que os alemães estavam ali na condição de prisioneiros.

A primeira distinção, de ordem cultural, caracteriza-se por ser uma tendência dos agrupamentos humanos. Nesse caso, diante de um estranho, o indivíduo ou grupo demonstra reação, a qual pode ser de dois tipos: de admiração e aceitação ou de desprezo e recusa, isso porque estar em grupo pressupõe a existência de sentimentos de segurança e bem-estar que advêm do uso de uma mesma língua e de um passado comum. Contudo, mesmo quando o estranho desperta no grupo reação negativa, há, quase sempre, um aspecto positivo de curiosidade perpassando, de forma oculta essa reação negativa (LEITE: 1983, 1-2).

Em alguns casos, o contato com o estrangeiro pode despertar em um outro grupo sentimentos de desconfiança e às vezes medo. A não compreensão de sua língua, a dificuldade em entender seus gestos pode contribuir para isso. O estranho, porém, também atrai, provoca admiração, desperta sonhos sobre a terra distante. O *outro* parece sempre mais bonito, mais atraente. Além disso, o outro geralmente é notado através de uma postura etnocêntrica, ou seja, o indivíduo ou grupo tende a utilizar como referencial de avaliação o seu próprio grupo, exacerbando quase sempre os seus padrões de comportamento, considerando-se enquanto *centro de tudo* (LEITE: 1983, 1-2).

No caso específico da presença alemã em Maracás no período da II Guerra Mundial, o estranho se apresentava, para alguns moradores, como alguém que viera ameaçar a ordem ali existente. Alteridade e etnocentrismo: maracaenses e alemães, conviveram num mesmo espaço social, olharam-se, encontraram-se e se estranharam. Nos relatos, os alemães aparecem como prisioneiros, razão porque nos deteremos, primeiramente, na análise dessas representações, buscando apoio em alguns documentos e no cotejamento do discurso de moradores.

Significado de *prisão* no imaginário dos maracaenses

Para os moradores de Maracás os recém chegados eram criminosos, pessoas que foram enviadas para lá por terem cometido alguma espécie de delito e, conseqüentemente, estavam sendo punidos:

Os alemães vieram pra aqui, eu não sei a data não, mas foi durante a guerra, a II Guerra Mundial. Ai eles chegaram aqui uma meia noite, umas dez horas da noite. Vieram dois caminhões cheios de alemães (...), chegou assim um número de uns

duzentos, na primeira remessa. Depois teve outra remessa. Na segunda, tornou a vir uns centos e tantos, quase duzentos. Aí eles chegaram aqui e veio um coronel, Oscar Sá, da polícia aqui da Bahia (...), com o acompanhamento de vários soldados, porque eles tinham medo deles. Aquela coisa de guerra, não é?

Vieram por causa da guerra. Quando o Brasil declarou guerra a Alemanha, pois o Brasil estava fora da guerra (...). Então chegaram uns navios cargueiros em Salvador e aí pegaram os navios prenderam esses alemães - a maioria deles era marinheiros navais.

A fala de Elesbão Antonio de Santana⁴ é carregada de sentido, possui historicidade, demonstra uma preocupação do interlocutor em situar-se cronologicamente, identificando em seu discurso os acontecimentos vivenciados naquela época. Eni Pulcinelli Orlandi salienta que há uma relação direta do imaginário com a história, à medida que ela garante o sentido das palavras e contribui para sua circulação, processo que a autora denomina de determinismo histórico dos sentidos (1996, 33). Desse modo, o Sr. Elesbão procura, primeiramente, estabelecer uma relação entre os alemães e o contexto ao qual eles estão inseridos - a II Guerra Mundial; depois ele se desloca para o município e relata as circunstâncias dessa chegada: procura quantificar o número de alemães que foram exilados, ressaltando os motivos que determinaram esse acontecimento. A condição de *prisioneiros está* implícita em todo percurso da sua exposição.

A guerra propriamente dita e as razões que determinaram a prisão dos alemães representavam muito pouco para Taciana dos Santos⁵. Entretanto, o fato em si interferiu na sua história de vida, pois foi determinante para que ela conhecesse Oscar dos Santos, um dos soldados que foram enviados para Maracás com a missão de policiar os alemães. Assim, o ato de lembrar esse acontecimento significa, para ela e outros entrevistados, relacioná-los a sua vida pessoal. No caso de Taciana, na época uma menina de treze anos, residente numa área próxima à Fazenda Boca do Mato, a guerra era algo distante e o *outro* que de repente aparece naquele lugar era estranho, tanto no aspecto físico quanto na língua:

⁴ Elesbão Antonio de Santana, 90 anos, aposentado, um conhecedor da memória local, sendo constantemente procurado por estudantes e estudiosos para contribuir em seus trabalhos de pesquisa. Relato sobre o confinamento dos alemães em Maracás após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, Maracás, 1999/2000. Entrevista concedida a Marina Helena Chaves Silva.

⁵ Viúva do soldado Oscar dos Santos, um dos soldados enviados para Maracás, nessa época; é doméstica, tem dez filhos; nasceu em 1931 nas proximidades da Fazenda Boca do Mato. Relato sobre o confinamento dos alemães em Maracás após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial; Maracás, 1999/2000. Entrevista concedida a Marina Helena Chaves Silva em 06.09.1999.

Ele [Oscar dos Santos] veio de Salvador, com os alemães na vez que vieram presos. Eu acho que era negócio de guerra, não é? Eles vieram presos pra aqui, eu acho que foi coisa de guerra. Aí o Major comprou essa fazenda na mão de um tio da gente que era o pai de comadre Alzira. Comprou a fazenda pra colocar eles, porque foi o lugar melhor que ele achou. A gente morava perto, quando eles chegaram lá, a gente tudo com medo, tanto homem, aqueles homens diferentes (...) Aqueles homens fortes, brancos, aquela fala diferente, tudo diferente, não é? Porque a gente não entendia o que eles falavam direito.

O estranhamento diante do *outro* aparece nos discursos de vários entrevistados: ele é uma constante. Enviados para Maracás em diferentes levadas, compostas em sua maioria por homens, caracterizavam-se por serem diferentes e diante da diferença havia o medo. A rotina daquela cidade foi quebrada por um grande número de indivíduos, a princípio, do sexo masculino, escoltado por soldados, tendo no comando o Major Oscar Sá. Assim, o que amedrontava os maracaenses era não só o fato de serem diferentes, mas de serem prisioneiros. E o que teriam feito para merecerem a prisão? Assim, justifica Bernadete: *Foi no tempo de uma revolta lá que tiveram, que prenderam muito alemão da guerra. Aí uma parte de alemão veio pra aqui. (...) Vieram para cá da Alemanha. Vieram para cá, foram presos, trouxeram presos para o Brasil e daí vieram para aqui.*⁶

A justificativa apresentada pela entrevistada demonstra, mais uma vez, que a II Guerra Mundial, por mais que fosse considerada uma ameaça, tinha pouca significação no imaginário das camadas menos favorecidas de Maracás. A maracaense não apenas minimiza esse acontecimento que é comumente denominado pelos estudiosos de *Grande Guerra*, como traça toda uma trajetória entre o local de delito e da aplicação da pena. A Alemanha provavelmente, passou a ter representatividade em sua vida naquele momento, assim como de uma parcela da população local. Porém, havia moradores que acompanhavam as notícias sobre a guerra e os seus efeitos no território nacional. Ao ser indagado sobre quem teria sido responsável pelo envio dos alemães para Maracás e os objetivos dessa medida, Álvaro Bezerra afirma: *Deve ter sido o general Pinto Aleixo... Renato Onofre de Pinto Aleixo, que na ocasião era o interventor [da Bahia]. Porque eles [os governantes] receavam que dentre os alemães devia*

⁶ Bernadete, viúva, trabalhou na fábrica de charutos que foi aberta pelo alemão Conrado Grave logo após a guerra. Casou-se anos depois com um dos soldados que vieram para Maracás acompanhando os alemães, o Sr. Geraldo da Natividade. Relato sobre o confinamento dos alemães em Maracás após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial; Maracás, 2000. Entrevista concedida a Marina Helena Chaves Silva em 01.01.2000.

*existir algum espião. Então procuraram isolá-los e vigiá-los lá. Por isso o Coronel Oscar Sá foi pra lá*⁷.

Se o "crime" cometido pelos alemães teve diferentes versões para os maracaenses, a condição de prisioneiro é citada em todos os relatos. Para Foucault, o poder de punir obedece a cinco ou seis regras básicas. Uma delas, da idealidade suficiente, baseia-se no princípio de que a punição não é algo que provoque dor, não é o sofrimento, mas sim a ideia de uma dor, a própria ideia da pena. A outra regra, apontada por Foucault, *dos efeitos laterais*, estabelece que não é o culpado o mais atingido pela pena, porém aqueles que não cometeram crime algum. Esses devem estar convencidos de que o crime leva à punição. Para exemplificar, se reporta a Beccaria quando afirma que a escravidão provoca muito mais sofrimento para os que a vêem do que para os próprios escravos, ou seja, a ideia de escravidão é muito mais dolorosa do que a própria situação de escravo (1987, 79-80).

Assim, a ideia da pena está fortemente inculcada na memória dos moradores de Maracás. A ideia de prisão, por outro lado, tem um caráter bastante peculiar: não se tratava de uma cadeia pública, de um local gradeado; não havia algemas, os *condenados* (alemães) não estavam afastados por completo dos *inocentes* (maracaenses): *Eles eram uns prisioneiros que andavam por todos os lugares que queriam ir. A polícia tava lá, mas a polícia era amiga deles, que era Oscar [marido de Taciana], era muito amigo deles, não maltratava eles, nem nada. Era muito amigo deles*⁸.

Há, no imaginário de Carmélia Gonçalves Costa e de outros moradores, alguns pontos que são conflitantes: a representação de prisão que compunha o imaginário daqueles moradores provavelmente não correspondia àquilo que estava sendo vivido pelos alemães. Se na época da guerra soava estranho, cinquenta anos depois é mais ainda, diante do aumento da violência e da sofisticação dos aparelhos repressivos. Pensar num sistema carcerário em que os indivíduos desfrutavam da companhia da mulher e dos filhos, que lhes garantia o direito de ir e vir pelas ruas da cidade de Maracás, tendo a sua volta uma polícia amiga, certamente instigava os maracaenses a observá-los com grande interesse, para que fosse possível avaliar em que medida eram diferentes de todos eles.

⁷ Dr. Álvaro Bezerra [Relato sobre o confinamento dos alemães em Maracás após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial], Salvador, 1999. Entrevista concedida a Marina Helena Chaves Silva, na residência do depoente, no dia 09.07.1999.

⁸ Carmélia Gonçalves Costa, nasceu próximo à Fazenda Boca do Mato, em 1922, solteira, filha de pais lavradores, irmã da D. Taciana. Relato sobre o confinamento dos alemães em Maracás após a entrada do Brasil na II Guerra Mundial; Maracás, 1999. Entrevista concedida a Marina Helena Chaves Silva em 06.09.1999.

O eu e o outro: depois do medo, a sociabilidade

Todorov, ao discutir a problemática da alteridade, afirma que as relações com o *outro* se fundam em três dimensões: o plano axiológico, ou seja, diante do *outro* estabeleço juízo de valor; o plano praxiológico, que se caracteriza pela atitude de se aproximar ou se distanciar do *outro* e, ainda, de manter-se neutro ou indiferente em relação a *ele*. E, por último, o plano epistêmico, ou seja, o ato de conhecer ou ignorar a identidade do *outro*. Afinidades e relações podem ser encontradas entre eles, contudo, um não determina o outro, não há hierarquia nem graus entre eles. Por outro lado, cada eixo pode reunir uma diversidade de comportamentos (1999, 223-224).

No que tange ao primeiro eixo, o plano axiológico, vimos que o estranhamento do eu com o *outro* originou, inicialmente, o medo entre ambos: os maracaenses temiam o diferente, o estrangeiro que ali chegava na condição de prisioneiro; os alemães, por sua vez, temeram encontrar no *outro* reações e atitudes similares às que já haviam experimentado em Salvador e em outras cidades onde moravam. Porém, além do medo experimentaram a curiosidade, o desejo de conhecer o diferente.

Para os maracaenses, especificamente os que vivenciaram aquela realidade, o impacto provocado pela presença do estranho é seguido por comportamentos que refletem valores que foram inculcados pela sociedade disciplinar (FOUCAULT: 179-180). Desse modo, percebe-se nos depoimentos, bem como nas notícias de jornais da época que a imagem do alemão está associada ao mal, portanto, tende a provocar, momentaneamente o afastamento da comunidade local. Ao mesmo tempo em que procuravam distanciar-se do *outro*, a curiosidade os instigava, principalmente pelas peculiaridades que estão relacionadas a eles: o que fizeram para estarem ali como prisioneiros? Que tipo de prisão seria aquela, se andavam *livremente* pelas ruas? Sua fisionomia condizia com a condição de prisioneiros? Quem eram e de onde vieram? Provavelmente essas e outras questões devem ter sido formuladas pelos maracaenses, além de outras relacionadas à língua e à cultura dos alemães.

Por sua vez, os alemães encontravam-se diante de uma realidade adversa: destituídos das atividades que desempenhavam, sem notícias dos parentes e amigos que residiam na Alemanha, marcados pela guerra e colocados num lugar desconhecido. A atitude inicial de aproximação foi comum a ambos, embora com objetivos diferentes: o maracaense observava o *outro*, buscava conhecê-lo. Os alemães, ao fazerem o reconhecimento do lugar, procuraram

identificar os seus habitantes⁹, pois precisavam perceber até que ponto se constituíam em uma ameaça para sua segurança.

Reconhecimento feito, passado o momento de maior tensão e de adaptação ao lugar, grande parte deles vivenciou aquela realidade e aguardou o fim da guerra. Liberados após o término do conflito, saíram do município e não mais retornaram. No período em que permaneceram ali, se mantiveram na condição de estrangeiros, conforme relato a seguir:

A gente não teve nada de acontecimento de maior destaque. É tudo o que rola normalmente. Não houve incidência ou acontecimentos, a gente viveu normalmente ali até a guerra acabar. Então ficaram poucos, poucos ficaram lá. Alguém comprou fazenda, mas deixou o Grave tomar conta (...). A cidade não tinha progresso, não tinha condições. Três ou quatro ficaram lá. Ficou Grave, Helmut Stelter (...) Foram Grave e Stelter. O Herbert sustentava Helmut Stelter lá e o Bunge também ficou lá, o escultor ficou lá também, tentou a vida, mas não foi muito pra frente.

O Sr. Stahlmann é enfático na sua afirmação. A estadia naquela cidade foi circunstancial, temporária. O discurso gira em torno deles, nos seus interesses, consequentemente, não há lugar para o *outro*. Esta reflexão nos leva a recorrer a Orlandi quando diz: “O europeu nos constrói como seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna” (1990, 47). Estrangeiros, são lembrados pelos moradores a partir da quantidade: *era um carreiro, uma porção*. Portanto, a permanência dos alemães na memória está diretamente associada aos que ficaram em Maracás e se aproximaram mais da comunidade.

Aproximar-se do outro que era diferente: essas diferenças são apontadas em todos os depoimentos quer de forma direta, como aparecem nos relatos dos maracaenses, quer através da descrição da cidade ou do acontecimento vivido, como foi feito pelos alemães. Entre o afeto e o conhecimento, houve encontros e desencontros, mudanças que ocorreram não apenas no espaço social, mas que atingiram também os indivíduos, o grupo.

A diferença linguística não impediu a comunicação até porque alguns falavam o idioma nacional, embora para a população mais humilde o ato de falar o português carregado de sotaque já se constituía numa dificuldade. Para Álvaro Bezerra, que estudou o idioma alemão quando morava em Salvador, o confinamento desses imigrantes em Maracás lhe propiciou reencontrar o seu professor, chamado Juergen Jensen, e, consequentemente,

⁹ A nosso ver a atitude dos alemães foi muito semelhante a de Colombo quando chega à América e parte para o reconhecimento da nova terra. Para Todorov “Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem”. (Todorov: 1999, 41)

retomar as aulas. Assim, a língua em si não constituía nenhum problema, embora recorde a dificuldade de Ruppert Schenk em falar o português: *todos se comunicavam muito bem, eu mesmo fui convidado para um casamento, ele falava tão mal o português que me convidou para o casamento*. Há um aparente contraste na sua afirmação: ao mesmo tempo em que recorda a dificuldade linguística de Schenk.

Considerando que a divergência linguística tornava mais complexo o ato de conhecer o *outro*, não consistindo, porém, num entrave, observa-se nos relatos que os maracaenses criaram alguns mecanismos para facilitar esse procedimento. Carmélia Gonçalves Costa cita os alemães que conheceu, deixando indícios da forma adotada na época para distinguir cada um deles: *dos que eu lembro... Adolfo, Carlos, Ricardo, Fleita, Augusto, Augustinho; tinha outro com o nome atrapalhado Rex, Rex, Gasta [Rudolf Gaster], João Gordo, outro João (...), que era muito alto, a gente chamava de João Comprido*. Como se pode perceber, em alguns casos foi necessário estabelecer uma correlação entre os nomes em alemão e em português: *Adolf/Adolfo, Karl/Carlos, Richard/Ricardo*. Outros critérios foram: 1) tamanho - *Augusto/Augustinho, Ricardo/Ricardinho, Helmut/Helmutão*; 2) compleição física – *João Gordo/João Comprido*.

Alguns alemães ficaram conhecidos pelo que fizeram em Maracás em proveito da coletividade. É o caso de Armin Scola, tripulante de um dos navios germânicos que aportaram em Salvador em 1939, rememorado pelo alemão Karl Stahlmann:

A cidade era uma rua. Não tinha calçamento nenhum, não tinha luz elétrica, não tinha nada, até que um alemão fez a instalação elétrica. Foi Armin Scola. Ele arranhou um motor velho que o Prefeito arrumou. Naquele tempo, petróleo era difícil, [Scola] pegou o motor Covas, fez um gerador e colocou rede nas principais ruas. Instalações elétricas de algumas casas foi ele quem fez.

Embora não tenha sido mencionado o nome do Sr. Armin Scola pelos moradores. A instalação da luz elétrica é reconhecidamente citada como uma contribuição dos alemães. Há no espaço maracaense outras marcas da presença alemã que servem de referência para lembrar os seus autores: a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graças, a imagem desta santa localizada em seu interior e o altar-mór; a escultura do índio Maracás; o prédio onde está situado o Colégio Normal Municipal de Maracás; a imagem de Nossa Senhora de Santana; uma balaustrada situada em uma das laterais da Praça Rui Barbosa.

Para concluir, pode-se afirmar que a II Guerra Mundial, ainda que pouco lembrada pelos moradores de Maracás, provocou alterações significativas em suas vidas, fazendo-os interagir com *outros*. As diferenças culturais determinaram novas formas de sociabilidade, marcadas a princípio pelo medo, estranhamento e confronto e, por último, pelo convívio.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* - História da violência nas prisões. 18^a. ed. Petrópolis-RJ : Vozes, 1987.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro* – História de uma ideologia, 4.ed., São Paulo: Ática, 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista* – Discurso do confronto: velho mundo e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Editora Unicamp, 1990

_____. *Interpretação* – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2^a. Ed. Petrópolis-RJ : Vozes, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América* - a questão do outro, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

“Pobres e desordeiros?”**Um estudo sobre sociabilidade e identidade entre imigrantes europeus no Paraná do final do século XIX***Renata Sopelsa**Aluna do Doutorado em História, UFPR.*

RESUMO: Surgida no Caminho das Tropas, ao longo dos oitocentos Ponta Grossa era integrante da chamada ‘sociedade campeira’, como ficou conhecida a população que vivia basicamente nas grandes fazendas, às voltas com a criação de animais. Todavia, nos primeiros anos da República, a cidade passou a abrigar um número maior de moradores, que vinham de diversas cidades e regiões do país em busca de emprego e melhores oportunidades de vida. A cidade recebeu ainda, um número significativo de imigrantes europeus. Assim, deu-se a construção de uma nova figuração social, uma sociedade formada por uma pluralidade de indivíduos que passaram a dividir o espaço urbano. Nele esses novos moradores inseriram-se em diversas tramas e tensões no encontro com os habitantes locais, ou mesmo na convivência entre si. Como era de se esperar deu-se então o desencontro, o conflito aberto, o crime, conforme apurado nas fontes. Nesse sentido, essa comunicação tem o interesse de analisar a ressocialização vivenciada esses indivíduos, sobretudo os imigrantes, buscando desvelar as resistências e oposições por eles enfrentadas ao longo desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade, imigração e crime.

Noite de 14 de junho de 1901. Uma noite ‘gelada’ de inverno! Mas nessa mesma noite, indiferentes ao frio, homens e mulheres, muitos jovens e solteiros, outros já casados e com mais idade divertiam-se ao som de shotz e valsinhas no pequeno espaço, e nem por isso menos aconchegante, de uma das casas localizadas nos arredores da cidade de Ponta Grossa, no Paraná.

Tudo corria bem, até que “às onze horas da noite mais ou menos” um dos pares do salão acabou se desentendendo. Segundo testemunhas, Aguida, uma imigrante russa, moça bonita, com 16 anos de idade, doméstica, desfechou um tapa no rosto do italiano Frederico Mansani, após ser por ele desrespeitada. Mansani, irritado com a reação da senhorita, desferiu-lhe um empurrão e em seguida foi contido pelos presentes e levado

para fora do ambiente de festa. Entre os convivas que repreenderam o agressor estava Luiz Adão, jovem jornalista, brasileiro, solteiro, de 26 anos, amigo de Aguida

E, saindo ambos

... para o jardim da frente da casa, onde continuaram a falar sobre o incidente que se deu na sala de baile, assim conversavam, quando o dito José de tal, irmão de Taquinio, que também saiu para o jardim, aproximando-se de Luiz Adão, deu-lhe traiçoeiramente uma facada, produzindo o ferimento descrito no corpo de delito.¹

Terminava, desse modo trágico, o baile na casa de João Loth, outro imigrante, por sua vez alemão. E daí para frente o que se viu, segundo as testemunhas do crime, foram pessoas correndo de um lado para o outro, gritaria e um rapaz sangrando muito, afirmando em alta voz e repetidamente que ‘não queria morrer’.²

Mas, o que há de novo nesse episódio?

Certamente bailes e festas ou reuniões ou jogos que acabavam em virtude de um desentendimento ou outro, por vezes devido a disputas por mulheres, não era um acontecimento novo na cidade, ou mesmo na região, tendo em vista o relato feito por viajantes acerca das formas de divertimento apreciadas pelos habitantes dos Campos Gerais.³

Todavia, os fatos ocorridos nessa noite fria e escura do mês de junho desvelou, sim, novos elementos e uma importante mudança nas formas de sociabilidade vivenciadas pelos indivíduos que compunham a ‘sociedade ponta-grossense’. Com efeito, entre eles agora não estavam apenas os descendentes dos tropeiros, dos membros das comitivas, peões e ex-escravos, os ‘lusos-brasileiros’. Entre eles agora figuravam também italianos, alemães, portugueses, russos e espanhóis, homens e mulheres, jovens e crianças que atravessaram o Atlântico em busca de uma vida melhor, mais tranquila,

*Bolsista da Capes.

¹ Processo Criminal por Lesão Corporal, ano de 1901, réu José Balcini. Acervo de documentos históricos, Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Idem.

³ SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 11 e 12. Saint-Hilaire, naturalista francês que percorreu várias províncias brasileiras entre 1816 e 1822, ficou bastante conhecido entre os historiadores devido ao seu conjunto de obras de expressivo valor documental, passou pela região dos Campos Gerais em 1820, percorrendo povoados, vilas e várias fazendas.

mais segura. É a eles, aos imigrantes, que buscaremos dar visibilidade ao longo dessa comunicação, que tem como objetivo analisar o processo de ressocialização de imigrantes europeus na cidade de Ponta Grossa, no final do século XIX e início do XX.

Ponta Grossa e seus antigos moradores...

Ponta Grossa, assim como várias cidades que se formaram ao longo do conhecido Caminho das Tropas, teve sua formação histórica fundamentada na produção de grandes propriedades rurais. Tais ‘fazendas’ representavam verdadeiras unidades sócio-econômicas, afinal possuíam uma economia quase autárquica voltada para o comércio do gado e para uma produção de subsistência, atividades em que era empregada a mão-de-obra escrava. Afora os cativos, nelas também viviam os agregados, indivíduos que compunham uma camada intermediária, haja vista que apesar de livres, trabalhavam sem remuneração. No decorrer do tempo, esses indivíduos e seus patrões inseriram-se no comércio das tropas. Atraídos pela possibilidade de aumentar seus lucros, os fazendeiros percorriam os caminhos que iam da Província de São Pedro em direção à feira de Sorocaba e ao seu lado uma parcela significativa da população campeira, “estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses”, de modo que “os habitantes dos Campos Gerais tinham sobretudo costumes de gaúchos”.⁴

Perante a troca de experiência entre os membros das comitivas, faz-se pertinente afirmar que na primeira metade do século XIX a população espalhada pelas vilas e pousos dos Campos Gerais construiu uma trama social singular, onde escravos, agregados, fazendeiros, velhos, jovens, mulheres e crianças conviviam em um ambiente dominado pelas lides campeiras, pelo trato de animais, e dessa experiência instituíram um modo de vida específico. É importante ressaltar ainda que se tratava de uma sociedade hierarquizada e alicerçada no paternalismo dos grandes proprietários rurais, detentores do poder político regional.

No entanto, já na segunda metade desse século, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, vilas que desenvolveram-se em função do caminho das tropas, visto que localizadas a semelhantes distâncias uma da outra configuravam-se como locais apropriados para que as comitivas em trânsito descansassem após uma etapa da viagem,

⁴ BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968, p. 38.

assistiram a uma maior movimentação e a cristalização de um poder urbano sobre o poder rural. Despreocupadas com o trabalho nas fazendas que passaram a ser dedicadas ao aluguel das pastagens, muitas famílias de proprietários transferiram suas moradias para as cidades, moradias que já não são tão rústicas como as do campo. Na verdade, muitas vezes nem seus costumes o eram, pois entre eles figuravam indivíduos que se haviam formado bachareis em São Paulo, Pernambuco ou até na Europa.

Com o tempo, também os trabalhadores das fazendas que não encontravam mais colocação no campo dirigiram-se para o meio urbano, a eles vindo somar-se diversos migrantes vindos de outros municípios do Paraná, muitos de outros estados, à procura dos empregos trazidos com a construção das linhas férreas. Ponta Grossa enfim crescia, tornando-se gradativamente um novo espaço sócio-cultural, pois já não comportava mais algumas poucas e esparsas casas de comércio destinadas a atender aos tropeiros. Ganhava ares de cidade. Passava a abrigar indivíduos estranhos... entre eles centenas de imigrantes. Com efeito, no final da década de 1870 chegaram à região os imigrantes europeus.⁵

...A chegada dos novos moradores

A vinda desses imigrantes seguia os passos do projeto iniciado há algumas décadas no Paraná, e que ganhou contornos mais nítidos após a sua emancipação política, ocorrida em 1853. Na verdade, as motivações em fixar elementos estrangeiros orientaram-se pela carência de gêneros alimentícios, que obrigava a população regional a importar artigos do exterior e de outras províncias, comprados a altos preços. Os imigrantes passaram a ser então considerados capazes de romper com tal carência, pois, na visão da elite paranaense, esses “colonos morigerados e laboriosos” iriam resolver a escassez de mão-de-obra, agravada a partir do remanejamento dos cativos para a lavoura cafeeira⁶, e sanar a crônica crise de abastecimento com o incremento de novas técnicas de produção agrícola.

⁵ Nesse sentido, é válido pensar que a antiga cidade campesina de população luso-brasileira e cujo cotidiano era profundamente influenciado pelo trabalho no campo, nesse momento histórico estava adquirindo outras características. Para tomar de empréstimo as palavras de Norbert Elias, Ponta Grossa era uma estrutura de indivíduos interdependentes. ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁶ Cabe lembrar que nesse momento histórico, devido à proibição do tráfico de escravos, ocorreu o remanejamento de cativos das fazendas de criação dos Campos Gerais, para as fazendas de café.

Concomitantemente buscavam ainda garantir a ocupação territorial e, sem dúvida, excluía de seus planos o concurso da população indígena. Mais ainda, para eles era premente romper com a herança escravocrata, posto que o negro, ‘violento e nada confiável’, não possuía ‘condições morais, nem culturais’, para tal empreitada. Alinhados ao ideário vigente em outras partes do Brasil, concebiam o imigrante europeu como ‘pacífico e trabalhador’, portanto capaz de regenerar o elemento nacional. Dessa maneira, a imigração era considerada um “fator étnico de primeira ordem destinada a tonificar o organismo nacional abastardado por vícios de origem e pelo contato que teve com a escravidão”.⁷

No que tange a Ponta Grossa, inicialmente, cerca de 2.400 colonos procedentes da região do Volga foram direcionados para áreas afastadas do núcleo urbano. Entretanto, inúmeras famílias que vieram para trabalhar na terra, acabaram em pouco tempo dirigindo-se para a cidade, afinal haviam sido assentadas em solos improdutivos. Mais para o final dos oitocentos, juntamente com eles, homens e mulheres de outras nacionalidades também construíram suas casas na cidade.

De fato, contribuindo para a expansão do espaço urbano, esses imigrantes passaram a marcar sua presença na sociedade local já na técnica e estilo de construção de suas moradias. É interessante destacar que, conhecedores das técnicas de trabalho com a madeira, acabaram inovando as habitações até mesmo dos brasileiros, pois eram excelentes artesãos, marceneiros e carpinteiros.

Além dessas atividades, esses indivíduos sobressaíram-se nos ramos comerciais, pois suas vendas iam de alfaiatarias e açougues até diversas casas de secos e molhados. Outros ainda alcançaram sucesso no ramo industrial, pois montaram pequenas fábricas de banha, olarias, curtumes e fábricas de bebidas.

Já as mulheres, afora o cuidado com a casa e as tarefas ligadas à criação dos filhos, comumente ajudavam o marido ou os pais no trabalho da lavoura, no caso das famílias que permaneceram no campo apesar das adversidades.

Outro grupo, dotado de menor poder aquisitivo, dedicava-se aos trabalhos domésticos nas casas das ‘famílias tradicionais’ da cidade, ou ainda realizavam serviços

⁷ Relatórios de Presidentes da Província do Paraná, 1855, p 21. IN: NADALIN, Sérgio. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001, p 73.

de lavadeira e passadeira, arrumadeira, outras faziam bolos e broas e salames para serem vendidos de porta em porta, algumas vendiam areia bem fina, que buscavam a quilômetros do meio urbano, para servirem de ‘cera’ na ausência desta na limpeza das residências, vendiam lenha, vendiam hortaliças, e, algumas ainda acabavam por comercializar o próprio corpo para seu sustento.

Assim, tanto quanto seus companheiros de imigração, as mulheres buscaram inserir-se no mercado de trabalho de diversas maneiras, a fim de ajudar no sustento das suas famílias, dadas as dificuldades encontradas nesse ‘novo mundo’, que pouco ou nada tinha a ver com o sonho inicial de que aqui, nas terras brasileiras, encontrariam a riqueza e uma vida menos sofrível.

Com efeito, muito embora esses imigrantes tenham vivenciado um cotidiano repleto de dificuldades, nem por isso deixavam-se abater, e sim ao contrário, mostraram-se afeitos ao trabalho, e embora vistas como ‘estranhos’, como ‘diferentes’ pelos moradores locais, empreenderam um processo de inserção em meio aos nacionais, mesmo que a partir de trabalhos e tarefas por eles renegados, mal vistos.

Pobres e bagunceiros... Ou pessoas de ‘boa sociedade’

Mas a vida não se faz apenas de trabalho e dificuldades.

Resulta claro na leitura das fontes utilizadas para essa pesquisa, que em seus momentos de ‘não-trabalho’ esses imigrantes frequentavam e gostavam de festas, gostavam de dançar, beber, de divertir-se.

Pode-se elucubrar que, tais momentos de divertimento, como são descritos nos processos crimes, faziam parte dos traços culturais dos grupos migrantes. Nesse sentido, reunir-se para dançar, conversar, comer, para beber, era um hábito talvez comum para esses indivíduos, que uma vez no Brasil, nesse novo mundo, buscaram não reproduzir, e sim reinventar, reinterpretar suas formas de diversão e até criar outras. E em meio a esse processo de reinvenção ou de criação, resulta claro que estava uma estratégia capaz de inseri-los nesse novo mundo social.

É interessante perceber que nesses momentos lúdicos promovidos pelos imigrantes, italianos e alemães sobretudo, estavam presentes indivíduos de várias nacionalidades, e muitos nacionais, e pouquíssimos ponta-grossenses.

Assim, diferentemente daqueles imigrantes que chegaram a Ponta Grossa com melhores condições econômicas, e que, em pouco tempo estabeleceram casas

financeiras e algum 'status' social, apesar de continuarem a ser vistos como 'outsiders', por sua condição sócio-econômica esses imigrantes integraram-se aos grupos populares da cidade.

Todavia, as pistas fornecidas pelas fontes deixam entrever a preocupação desses estrangeiros em serem vistos como diferentes desses grupos populares no que dizia respeito ao estereótipo de pobreza e desordem ou imoralidade, ou em outras palavras, no que tangia à falta de interesse no trabalho, ao não respeito pela família, à propensão para a desordem, para a violência.

Tal aferição nos remeteu ao estudo de Denys Cuche, autor que ao analisar a questão da identidade cultural concluiu que esta "é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato". Para ele, deve-se sempre ter em vista que a "construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas."⁸

Dessa maneira, o autor defende uma concepção relacional e situacional da identidade, cujas bases aponta como sendo dadas por Frederik Barth

Para Barth, deve-se tentar entender o fenômeno da identidade através da ordem das relações entre os grupos sociais. Para ele, para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural. Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações.⁹

Dentro dessa perspectiva, não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si, posto que a identidade existe sempre em relação a uma outra. Logo, tornou possível pensar que após virem à tona as diferenças entre os grupos estabelecidos na cidade e os imigrantes é que os traços identitários desses últimos ganharam contornos mais

⁸ CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. Cuche aborda as limitações que as noções de identidade baseadas em teorias objetivistas e subjetivistas apresentam, pois se as primeiras consideram os indivíduos como seres estáticos que recebem sua identidade pronta e acabada no interior de um grupo etno-cultural, as segundas, buscando mostrar o caráter mutável da identidade, pecam ao enfatizar excessivamente o seu aspecto efêmero. Em sua opinião, "adotar uma abordagem puramente objetiva ou puramente subjetiva para abordar a questão da identidade seria se colocar em um impasse. Seria raciocinar fazendo a abstração do contexto relacional". Somente este contexto poderia explicar, num dado momento, porque tal identidade é afirmada ou reprimida.

⁹ Idem.

definidos. Ou, em palavras mais diretas, após a afirmação da alteridade deu-se a afirmação da identidade.

Não obstante, ainda na discussão sobre a construção de identidades culturais, buscou-se apoio nos trabalhos do sociólogo Pierre Bourdieu que, em seu texto “A identidade e a representação”, lembra que

... somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros. O conjunto das definições de identidade funciona como um sistema de classificação que fixa as respectivas posições de cada grupo. A autoridade legítima tem o poder simbólico de fazer reconhecer como fundamentadas as suas categorias de representação da realidade social e seus próprios princípios de divisão do mundo social. Por isso mesmo, esta autoridade pode fazer e desfazer os grupos.¹⁰

Segundo Bourdieu, cada grupo busca por apropriar-se dos meios de definir sua identidade, haja vista que está em jogo

...o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida... pelo menos as vantagens negativas implicadas no facto de já se não estar sujeito a ser-se avaliado ou a avaliar-se... em função de critérios mais desfavoráveis.¹¹

Com efeito, nas suas falas aos juízes e magistrados, percebe-se claramente a defesa de si mesmos e de sua nacionalidade, de seus traços culturais característicos. Não faziam festa para promover desordens, faziam para divertir-se em família, entre amigos.

Sucedem que, tal como no caso da bela imigrante russa, nos demais igualmente se faz referência a formas de diversão que ocorriam nas residências ou casas de comércio - que fechadas à noite serviam também como salão de bailes - e descritas pelos imigrantes como reuniões ‘de boa sociedade’, ou frequentadas somente ‘pela boa

¹⁰ Ibidem, p. 186.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989, p.15.

sociedade'¹², em uma clara alusão ao fato de esses eventos serem realizados por famílias pacíficas, pessoas trabalhadoras, apegadas ao respeito e à família, e não por bagunceiros.

E assim, se vez após outra, essas festas acabavam em conflito, isso era culpa dos brasileiros que não sabiam respeitar as famílias, ou ainda a um ou outro imigrante desavisado, ou arruaceiro, bêbado, que faltava com respeito às moças.

Cite-se a declaração da testemunha no processo envolvendo Aguila, a imigrante alemã Josefina, de 26 anos, solteira, lavradora, a qual afirma que “...viu a moça dizer a Frederico Mansani que ele sendo Homem casado não devia dizer a ela os nomes feios que disse quando dançavam juntos...”.

Cite-se também outro processo crime, o qual surgiu depois que três brasileiros, negros, com faixa de idade entre 18 e 30 anos, tentaram invadir um baile que estava acontecendo na casa de comércio do imigrante italiano Vicenti Motti, dando tiros na porta e forçando a entrada, acabado assim com a diversão. Nesse baile estava presente Joana Rosemberg, russa, solteira, lavradora, de 40, que afirmou categoricamente ser aquela uma festa de família, de pessoas de respeito, de dignidade, e não lugar de bagunceiros.¹³

Já em outro baile, outro crime, estava participando a russa Catarina, de 34 anos, lavadeira, casada, sem filhos, baile esse que lá pelas tantas foi finalizado com a agressão feita ao gaiteiro, um italiano animado que teve que se esconder debaixo de um banco, para não ser partido ao meio pelos golpes de facão de seu agressor, um brasileiro enciumado, que tentava defender sua honra, ameaçada após sua mulher olhar diversas vezes para a vítima. Infelizmente, esse processo encontra-se incompleto, e nem mesmo o nome da mulher do réu é citado. Apenas Catarina aparece com sua versão dos fatos, em que mais uma vez se vê a preocupação em mostrar ser integrante de uma ‘boa sociedade’.¹⁴

Com efeito, na leitura dos processos percebe-se claramente a defesa por parte dessas ‘outsiders’ de seus valores e costumes, de imagem de si, a defesa da sua identidade. Doravante, ao invés de arrefecerem a identidade negativa a elas imposta,

¹² Termos usados pelos imigrantes em seus depoimentos nos processos criminais.

¹³ Processo Criminal por Lesões Corporais, ano de 1896, réu Laurindo Alves de Araújo.

¹⁴ Processo Criminal por Lesões Corporais, ano de 1896, réu Pedro Victorasso.

essas imigrantes buscaram se apropriar das vantagens de avaliar-se e ser avaliadas segundo princípios mais favoráveis.

Dialogando com Norbert Elias, entende-se que os processos migratórios, “às vezes, são concebidos simplesmente como aspectos geográficos: tudo o que parece acontecer é as pessoas se deslocarem fisicamente de um lugar para o outro. Na realidade, elas sempre se deslocam de um grupo social para outro. Sempre têm que estabelecer novos relacionamentos com os grupos já existentes”.¹⁵ Todavia, esse processo de ressocialização nem sempre transcorria de maneira tranquila, sem traumas, sem desencontros. Perante os evidentes indícios fornecidos pelas fontes, para muitos imigrantes esse processo foi bastante tumultuado.¹⁶

Assim italianos, alemães e russos, poloneses que migraram com suas famílias em busca de melhores condições de vida, para trabalhar, mas que nem por isso deixaram de desfrutar os momentos de não-trabalho, as horas de descanso à sua maneira, foram forçosamente levados a reconstruir suas identidades culturais frente a um contexto de conflitos e tensões que, por certo, não estavam entre as suas preocupações quando por aqui aportaram. Ou seja, foi o encontro, ou melhor, o ‘desencontro’ com os nacionais que os fez visualizar-se como diferentes, mas nem por isso como ‘inferiores’.

Eram pobres sim, não haviam conseguido melhorar de vida, e aqui certamente encontram as mesmas dificuldades que os fizeram partir de suas regiões de origem. No entanto, pobres, diferentes na língua, nos costumes e até nas vestimentas, mas trabalhadores... mas honestos. Homens e mulheres de família. Homens e mulheres de ‘boa sociedade’. Era assim que eles desejavam ser vistos. Era assim que eles se viam.

Referências bibliográficas

- BALHANA, Altiva Pilatti. **Política imigratória do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, 12, maio/junho, 1969.
- BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: Estruturas Agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

¹⁵ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹⁶ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders...**, op.cit., p. 174.

- CHAMA, Guísela. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1990.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. O arraial do Pitangui: o Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa. In: DITZEL, C H.M. e LÖWEN SAHR, C. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- _____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. **O processo civilizador**. V. I e II. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.
- GONÇALVES, Maria Ap. Cezar & PINTO, Elisabete Alves. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: UEPG, 1983.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense**. Curitiba: Ed UFPR, 1996.
- PINTO, Elisabete Alves & GONÇALVES, Maria Aparecida. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, 199

A colonização italiana em Pelotas: A Colônia Maciel

Angela Beatriz Pomatti¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender a colonização italiana em Pelotas e o cotidiano desses imigrantes. A política de colonização da região das Serras dos Tapes, na referida cidade, foi estabelecida pelos proprietários de terra, como investimento imobiliário, além de buscarem solução alternativa para a substituição dos escravos no campo. Foram relacionadas cerca de sessenta e uma colônias, após 1900, formadas principalmente por alemães, italianos e franceses. Estas foram instaladas longe das propriedades escravocratas e das terras de planície destinadas às charqueadas. Em nove das colônias mencionadas foram encontrados imigrantes italianos, que se instalam de forma mais significativa, na zona rural, com a implantação das colônias oficiais, na década de 1880. Entre essas está a Colônia Maciel (1885), fundada pelo Governo Imperial. Assim, a contextualização desta Colônia torna-se importante para o estudo do tema em questão.

A presença italiana na cidade de Pelotas é anterior à política de colonização e de imigração organizada pelo Governo, que tem o ano de 1875 como data oficial da chegada dos italianos ao Rio Grande do Sul. Porém, estes fizeram, em sua grande maioria, parte da população urbana, exercendo atividades nas cidades e não nas áreas rurais, como os que se direcionaram às Colônias².

No século XIX, após as terras das planícies serem exploradas economicamente através das charqueadas, os interesses das classes dominantes voltaram-se para a Região Serrana da cidade, primeiramente explorando a madeira e formando lavouras, e depois dando espaço à formação de colônias de imigrantes³.

Um dos motivos que incentivaram a adoção da política de colonização da região das Serras dos Tapes, na cidade de Pelotas, estava no “desejo de investimento imobiliário dos grandes proprietários de terra na Serra dos Tapes”⁴.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq integral.

² PEIXOTO, Luciana da Silva. *Memória da imigração italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas*. Monografia de Conclusão de Curso. UFPel. Pelotas, 2003. p. 5.

³ ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: EDUFPel, 2000, op.cit., p. 67.

⁴ ANJOS, 2000, op.cit., p. 78.

Em 1848, o Governo Provincial autorizou a criação da Colônia denominada São Francisco de Paula, que nunca chegou a ser colocada em prática. Vale referir que a colonização no período foi desenvolvida principalmente por empresários locais, que introduziram colonos na Serra dos Tapes⁵. No ano seguinte surge, a Associação Auxiliadora da Colonização de Estrangeiros, que tem como principal objetivo auxiliar a imigração de agricultores estrangeiros⁶. Diversas Colônias são criadas com empreendimentos privados; entre os anos de 1850 e 1858, surgem 16 novos núcleos agrícolas⁷.

Na década de 1880, a iniciativa governamental toma a frente do movimento colonizador, criando em terras devolutas, entre 1881 e 1882, três núcleos, a saber, Acioli, Afonso Pena e Maciel. Estes estavam localizadas em terras que estavam em litígio, entre os Municípios de Pelotas e Canguçu⁸. A Câmara Municipal também criou uma Colônia, denominada de Municipal⁹. Essas Colônias organizadas pelo Governo foram emancipadas em pouco tempo e passaram a se auto-administrar, cabendo ao Governo apenas a venda dos lotes e a liquidação das dívidas existentes¹⁰.

Marcos Hallal dos Anjos relacionou em sua pesquisa cerca de 60 Colônias, após 1900, formadas principalmente por alemães, italianos e franceses. Os imigrantes instalaram-se longe das propriedades escravocratas e das terras de planície destinadas à atividade principal da cidade, que era a produção saladeril. Mesmo assim, eles não estavam totalmente isolados, pois a região encontrava-se próxima à cidade, podendo estes se abastecer e comercializar os seus excedentes agrícolas¹¹.

A Serra dos Tapes foi dividida em pequenas propriedades, estabelecendo-se ali imigrantes que não chegavam, na maioria dos casos, diretamente da Europa, e sim de colônias situadas mais ao Norte do Rio Grande do Sul e mesmo de outras Províncias¹².

Para atrair os imigrantes, tanto o Governo como também os particulares se empenhavam em campanhas de incentivo junto aos países europeus. Porém, os imigrantes que chegavam a Pelotas não encontravam situação muito diferenciada do restante do País. Em 1886 a hospedagem dos que chegavam à cidade ainda não era

⁵ GRANDO, Marinês Zandavalli. *Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 69.

⁶ ANJOS, 2000, op.cit., p. 66-67.

⁷ GRANDO, 1990, op.cit., p. 73

⁸ PEIXOTO, 2003, op.cit., p. 6.

⁹ GRANDO, 1990, op.cit., p. 73

¹⁰ PEIXOTO, loc.cit.

¹¹ ANJOS, 2000, op.cit. p.74.

¹² GRANDO, 1990, op.cit., p. 73

organizada, não tendo nem ao menos um barracão para que se instalassem. A situação piora com o passar dos anos – sendo que muitas vezes, esses imigrantes ficavam no porto à espera de empregadores. O repasse das despesas era outro problema enfrentado, pois aquelas tardavam a chegar, deixando esses imigrantes completamente desamparados¹³.

Não tendo um local fixo para hospedar esses imigrantes, as autoridades alugavam hotéis na zona do porto, que não contavam com conforto e com asseio, para que aqueles pudessem se fixar e se alimentar; ainda, recebiam uma quantia fixa que poderia ser gasta por cada pessoa. Outro local utilizado foi o Armazém da Mesa de Rendas Provinciais, que quando havia lugar, cedia o espaço para a hospedagem dos imigrantes¹⁴.

Durante os anos em que a imigração italiana sofreu um elevado aumento na cidade de Pelotas – período que abrange o final da década de 1880 e início da década de 1890 –, a produção do charque sofreu um abalo, causado pela abolição da escravidão – uma vez que a principal população consumidora desse produto eram os escravos –, além da concorrência da produção saladeril desenvolvida na região do Prata e em outras regiões do próprio Estado. Em nível estadual, as medidas econômicas tomadas por Júlio Prestes de Castilhos reorientaram a Economia, favorecendo as pequenas propriedades e consequentemente a Região da Serra, visto que no sul prevaleciam os latifúndios¹⁵.

Além dos imigrantes se instalarem junto às regiões das Colônias, muitos deles acabam por procurar os centros urbanos, nos quais se dedicavam principalmente ao comércio, à hotelaria e ao artesanato para poderem desenvolver as suas atividades.

Em Pelotas, Carla Bontempo destaca que os imigrantes que chegaram à cidade durante o período da grande imigração acabaram tentando buscar ocupação no comércio ou nas Colônias, sem o grande auxílio prometido a eles – isso é uma espécie de reprodução do que ocorreu com os imigrantes italianos em todo o País¹⁶. Marcos Hallal dos Anjos destaca principalmente a presença dos imigrantes italianos na prestação de

¹³ CAVINI BONTEMPO, Carla Gabriela. Preferem-se estrangeiros: os trabalhadores imigrantes em Pelotas. In: *História em Revista*. V.12-13. dez, 2006, dez 2007. p. 190-192.

¹⁴ Ibid., p. 191.

¹⁵ GILL, Lorena Almeida. A cidade de Pelotas (RS) e as suas epidemias (1890-1930). In: *História em Revista*. V. 11 DEZ. 2005. Pelotas, p. 191.

¹⁶ CAVINI BONTEMPO, 2006/2007, OP.CIT., p. 196.

serviços, fortemente marcada no ramo da hotelaria, além de se encontrarem no setor industrial e comercial¹⁷.

Conforme Marcos Hallal dos Anjos é possível reconhecer que, durante o último quartel do século XIX, o grupo étnico alemão era em maior número na zona colonial da cidade. Porém, nos últimos anos do mesmo século, o grupo étnico italiano acaba por constituir-se em maioria na referida zona¹⁸.

Das 61 Colônias a de que se tem referência em nove delas encontramos italianos. São elas: Colônia São Domingos (1875), possuía poucos italianos e foi fundada por herdeiros de Domingos de C. Antiqueira; Colônia Municipal(1882), fundada pela Câmara, possuía algumas famílias italianas; Colônia São Simão (1883), fundada por Simão da Rocha, composta de famílias italianas e brasileiras; Colônia Affonso Pena(1885), fundada pelo Governo Imperial, composta de famílias italianas; Colônia São Luiz (1885) e Colônia Mariana (1885), fundadas por Luiz Juvencio da Silva Leivas, composta de alemães e de poucos italianos; Colônia Santo Amor(1885), fundada por Dr. Vicente Cypriano de Maia, composta de alguns italianos; Colônia Maciel (1885), fundada pelo Governo Imperial, era composta apenas de famílias italianas; Colônia São Zacharias (1885), fundada por Zacharias Delgado, possuía algumas famílias italianas¹⁹.

Esses imigrantes foram instalados próximos à cidade, mas distantes das propriedades charqueadoras e das planícies utilizadas para a criação de gado. Deve-se ressaltar que o solo da Serra dos Tapes era de qualidade, e os imigrantes, pela proximidade com os dois grandes centros – Pelotas e Rio Grande – tinham a possibilidade de comercializar os seus excedentes. Entretanto, muitas vezes, a situação das estradas de acesso era precária, onerando o transporte, bem como o valor dos cereais e dos demais produtos comercializados pelos agricultores das Colônias, dificultando as suas condições de sobrevivência²⁰.

A Colônia Maciel

O contingente mais significativo de imigrantes italianos a se instalar na área rural de Pelotas só ocorreu com a implantação das Colônias oficiais, durante a década

¹⁷ ANJOS, 2000, op.cit. p. 116-119.

¹⁸ ANJOS, 2000, op.cit., p. 83.

¹⁹ Ibid., p. 68-71.

²⁰CAVINI BONTEMPO, 2006/2007, op.cit., p. 194.

de 1880. Segundo dados levantados por Leila Maria Fetter, nesse período cerca de 314 italianos chegam a Pelotas, e 72 deles têm como destino a Colônia Maciel²¹.

As terras destinadas à Colônia Maciel ocupavam a área de 18.564.848 m², divididas em três núcleos: o primeiro deles era composto por 50 lotes rústicos e por 31 urbanos, sendo que 2 lotes seriam ocupados pelo cemitério e pela escola. Um deles posteriormente foi utilizado para a construção da igreja da Colônia. Os outros dois núcleos eram compostos de 7 e 8 lotes, respectivamente; eram todos rústicos e foram vendidos em concorrência pública, com pagamento à vista²².

Em 1888 desembarcaram em Pelotas 72 imigrantes italianos, chamados pelos parentes que aqui residiam em núcleos coloniais. Aqueles foram instalados em lotes na Colônia Maciel. No ano de 1889, o primeiro núcleo já estava sendo ocupado por 50 famílias²³.

Um documento que nos traz informações relevantes sobre a História da Colônia e dos seus primeiros moradores é o Livro Tombo da Paróquia Sant'Ana da Colônia Maciel²⁴. As primeiras páginas deste documento se destinam a relatar um pouco do que se sabia sobre a fundação da Colônia Maciel e a trazer alguns dados históricos sobre o local. Não é possível afirmar com precisão a data em que esse documento foi escrito, no entanto, sabe-se que a sua elaboração foi posterior à instalação dos primeiros imigrantes.

Sobre a origem do nome da Colônia, não há menção no Livro Tombo. A única informação que consta no mesmo faz referência ao nome ter sido dado, pelo fato do dono das terras, antes das mesmas serem tomadas pelo Governo Imperial, ter como sobrenome Maciel.

Desta forma, o Livro Tombo informa: “O nome da Colônia Maciel, teve origem do primitivo dono deste lote de mattos, de 50 colônias mais ou menos Fulano de Tal... Maciel”²⁵.

O intuito de preservar um pouco da História da referida Colônia é apresentado nas primeiras linhas do documento:

²¹ WULFF FETTER, Leila Maria. A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. UCPel. Pelotas, 2002. p. 165.

²² PEIXOTO, 2003, op.cit., p. 6.

²³ PEIXOTO, loc.cit.

²⁴ O documento original encontra-se no Museu Etnográfico da Colônia Maciel, localizado na própria Colônia, porém o acesso ao documento foi realizado por meio de uma cópia digitalizada deste último, gentilmente cedida pelo equipe do Museu.

²⁵ LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANT'ANA, DA COLÔNIA MACIEL, p. 1.

Histórico da Colônia Maciel, da Capella e da criação da nova freguesia de Santa Ana, cuja sede está na 1ª seção da Colônia Maciel. Não me é possível recolher e reproduzir aqui todos os dados históricos de alguma importância, porém dos mais notáveis vão aqui.²⁶

O Livro Tombo também traz outros dados: uma data, considerada como a de fundação da Colônia, identificada inicialmente como 1883; porém, acima desta, encontra-se o ano de 1884 e um pequeno comentário que alude a ser esta a data do início da colonização da região. Desta forma, segundo o documento, durante esses anos se deu a divisão das terras em lotes coloniais; um ano depois, a introdução de imigrantes, em sua maioria da região do Vêneto, mais especificamente, da Província de Treviso²⁷.

Para a instalação dos imigrantes italianos na Colônia, uma das medidas tomadas pelo Governo foi a construção de um barracão no centro da Colônia, onde os italianos ficavam hospedados até a sua instalação nos lotes coloniais. Próximo ao barracão foram separados quatro lotes urbanos, destinados à construção do cemitério. Ainda, o lote onde havia o barracão, posteriormente, seria destinado para a edificação da Igreja²⁸.

Consta no Livro Tombo que:

Foi nos anos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos para a Maciel. Aqui escrevemos os nomes das famílias que começaram a povoar estas colônias e derrubar os Mattos. No primeiro anno, tiveram auxilio do governo tanto de viveres, como de ferramentas para os trabalhos²⁹.

Além disso, esse documento contém uma listagem, com nomes dos primeiros imigrantes que chegaram à Colônia Maciel durante o período de 1884 e 1886 e dos quais o redator do Livro Tombo teve conhecimento. No próprio Livro, consta a informação de que esta listagem não estaria completa. Neste sentido: “E outros mais cujos os nomes não pude conseguir conhecê-los”³⁰.

Alguns desses nomes são seguidos de dados referentes à profissão e ao estado civil. Porém, estes são bastante incompletos, na maioria dos casos. Abaixo segue a tabela contendo os nomes dos imigrantes e as informações encontradas junto aos mesmos, de acordo com o Livro Tombo da Colônia Maciel:

²⁶ LIVRO TOMBO, loc.cit.

²⁷ LIVRO TOMBO, loc.cit.

²⁸ LIVRO TOMBO, op.cit., p. 1.

²⁹ LIVRO TOMBO, loc.cit.

³⁰ LIVRO TOMBO, loc.cit.

Quadro I.

Nome dos imigrantes	Atividade	Outras informações	Ano
Noé Talamini	Moleiro	Construiu a primeira casa	1884-1886
Jorge Bonat	Agricultor		
Pedro Bonat	Agricultor		
Antonio Marini	Comerciante		
Domingos Franconi	Agricultor		
Antonio Scaramuzza	Agricultor		
Luiz Genini (Zanini)		Solteiro, apelido Marespro	
Francisco Balbinotti	Agricultor		
Matheus Campores		Solteiro, do Tyrol	
Leopoldo Aldrighi	Agricultor		
Joaquim Aldrighi	Comerciante.		
Luiz Aldrighi	Agricultor		
José Aldrighi	Agricultor		
Domingos Gasparoni	Agricultor		
Francisco Biché	Agricultor	Francês	
José Arbés	Agricultor	Francês	
Eugenio Tassi	Agricultor		
Manoel Bortolo	Agricultor	Solteiro	
Cesar Schiavon	Agricultor	Apelido Zanete	1887 em diante
Silverio Domingos Schiavon	Agricultor	Apelido Zanete	
Norberto (Celeste) Schiavon	Agricultor	Apelido Zanete	
João Doro	Agricultor.		
Angelo Artuso	Agricultor		
Angelo Cesson	Agricultor		
Angelo Tavanetti	Agricultor		
Angelo Camellato	Agricultor	Solteiro	
Antonio Meggiatto	Agricultor		
Josué Bonnano	Agricultor		
Luiz Zaffalon	Agricultor		
Abraham Stocco	Agricultor		
Sebastião Formentin	Agricultor		
Antonio Giaconnin	Agricultor		

José Giacconnin	Agricultor		
Eugênio Cavalin	Agricultor		
Antonio Pegoraro	Agricultor	Pai de Pedro, Angelo e Giacomo	
Luiz Zanatto	Agricultor		
Eugenio Zoia (Zoggia)	Agricultor		
Antonio Zanetti	Agricultor		
Antonio Zanetti	Agricultor	Sobrinho	
Bortolo Balbinotti	Agricultor		
Justo Casarin	Agricultor		
Antonio Portancciolo	Agricultor		
Vicente Meggiato	Agricultor		
Innocenti Voltan	Agricultor		
Eugenio Morello	Agricultor		
José Bassi	Agricultor		
José Zanotti		Apelido Biélla	
Natal Marcolin		Apelido Scatola	

Quadro elaborado a partir dos dados obtidos no Livro Tombo da Paróquia de Sant'Anna da Colônia Maciel.³¹

Segundo os dados encontrados no Livro Tombo, a maioria dos imigrantes é de origem italiana; no entanto dois nomes de colonos são apresentados como franceses. Dos quarenta e sete registros apresentados, apenas em quatro deles não consta a informação sobre a sua profissão. Dos demais, um é classificado como moleiro e os outros todos como agricultores. Ressalta-se também que, pelo que se pode notar, esses registros dizem respeito apenas aos homens da família, não constando nenhum registro feminino.

Como era de praxe, a fim de colonizar as terras devolutas, necessitava-se propagandear-las para que existissem interessados em instalar-se nestas terras. Esse foi o intuito de Carl O. Ullrich³², que deu ênfase à descrição das colônias alemãs – principalmente da Colônia Santo Antônio. Também discorre acerca de outras localidades e traz informações relevantes sobre quase todas as colônias da Serra do Tapes.

O texto, como foi dito anteriormente, provavelmente tinha o caráter de propagandear a região, visto que enfoca aspectos como lotes que estavam à venda, a sua

³¹ LIVRO TOMBO, op.cit., p. 2-3.

³² O ensaio de Carl O. Ullrich foi escrito para a Associação Central de Geografia e Incremento dos Interesses Alemães no Exterior, durante o final do século XIX, e publicado originariamente no livro *Conselhos aos Emigrantes para o Sul do Brasil*, (p. 89-112) lançado em Berlim, no ano de 1898.

localização e os seus valores, além das condições de vida dos agricultores que já se encontravam estabelecidos; trazia, ainda, alguns conselhos, direcionados aos alemães sobre as Colônias do Sul do Brasil³³.

O artigo em questão corrobora a ideia de que esses colonos italianos, instalados na Colônia Maciel, eram imigrantes novos, ou seja, teriam vindo diretamente da Itália, diferentemente da grande maioria dos demais núcleos coloniais da cidade de Pelotas, pois, segundo Ullrich:

Das colônias locais apenas algumas foram colonizadas por novos imigrantes (Santo Amor, Maciel e Colônia Municipal). A maioria foi ocupada por colonos de São Lourenço, Santa Clara, Santa Silvana e recentemente por colonos de Blumenau (estado de Santa Catarina) ou pelos filhos deste³⁴.

Sobre a Colônia Maciel, Ullrich descreve que se situava paralela a outra Colônia, denominada Santa Helena. Além disso, no ano de 1898, era:

(...) uma colônia do governo de 50 lotes de 360.00 m², habitados por 56 famílias italianas num mesmo número de casa. Há 5 casas comerciais, dois moinhos, uma escola da comunidade, uma escola do governo e uma igreja católica. A produção é de milho, feijão, tremoço, vinho, cevada, trigo, etc³⁵.

Também descreve a qualidade inferior do vinho, se comparado ao da Colônia Santo Antônio. Essa inferioridade, para o referido autor, se dá por dois motivos: primeiro pelo pouco esforço dos produtores em melhorar o produto; segundo pela falta de recursos e de adegas, necessários para a produção de um bom vinho³⁶. As condições oferecidas aos imigrantes que se instalaram nessa Colônia não se diferenciavam muito das descritas para o restante do Estado. De acordo com Marcelo Panis:

Quando chegavam às colônias a realidade era a mesma enfrentada por todos estes imigrantes: recebiam ajuda em comida, ferramentas e sementes, que durava em média seis meses, período após o qual as colônias deveriam ser auto-suficientes, ou seja, produzirem aquilo do que necessitassem para viver. Porém, a paisagem encontrada era absolutamente desprovida de qualquer estrutura para instalação ou segurança das famílias³⁷.

³³ ULLRICH, Carl O. As colônias alemãs no Sul do Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 57, jun. 1980.

³⁴ Ibid., p. 67-68.

³⁵ Ibid., p. 67.

³⁶ Ibid., p. 64.

³⁷ PANIS, 2009, op.cit., p. 125.

Ullrich afirma no decorrer de seu texto, veementemente, que na região da Serra dos Tapes, embora a situação não fosse fácil ao princípio, com um pouco de esforço, os colonos supririam suas necessidades e melhorariam suas condições de vida, principalmente por poderem comercializar a sua produção na cidade. Ainda ressalta que a vida se tornava mais fácil para agricultores que tinham família, pois adultos e crianças trabalhavam na lavoura. Artesãos também tinham grandes chances de sucesso, pois havia trabalho para eles. Os únicos, segundo o autor, que não se adaptavam bem eram os do comércio, em virtude de nunca terem trabalhado com a terra³⁸.

Todavia, mesmo o texto tendo esse caráter propagandístico, o autor não se detém apenas na descrição favorável à Colônia, principalmente quando descreve a Colônia Maciel. Visto que mais adiante no texto, destaca também as dificuldades encontradas. Ele descreve vários núcleos coloniais, entre eles a Colônia Maciel, detalhando que as terras desta eram bastante acidentadas, sendo que os lotes aráveis quase inexistiam³⁹. Sobre isso ele observa que: “A qualidade do solo é de 1 e 2. Há muito pouco solo arável, sendo bastante acidentado, com muitas rochas e alguns lotes sem nenhuma terra arável. As estradas no interior da colônia são muito ruins”⁴⁰.

O artigo também evidencia as péssimas condições das estradas, principalmente no interior, o que, de certa forma, contraria a facilidade de comercialização dos produtos coloniais, devido à dificuldade de transportá-los⁴¹. Chega inclusive a comentar a importância da instalação de uma ferrovia, declarando que isso deveria ser buscado junto ao Governo brasileiro.

Para Ullrich:

Deveria-se conseguir junto ao governo brasileiro: (...) – que o governo local instalasse ferrovias para as regiões distantes (Rio Pelotas) e construísse boas estradas para as terras mais próximas, antes mesmo destas serem colonizadas, no sentido de providenciar uma das principais condições de sobrevivência das mesmas⁴²;

Outra reclamação encontrada em seu texto refere-se à necessidade de o Governo providenciar um médico distrital para essas regiões distantes das cidades – aqueles

³⁸ ULLRICH.1980, op.cit., p. 66-67.

³⁹ Ibid., p. 73.

⁴⁰ ULLRICH.1980, op.cit., p. 64.

⁴¹ Ibid., p. 63-64.

⁴² Ibid., p.67.

moradores que se encontravam distantes do auxílio médico. Neste sentido solicita: “– que mais tarde fosse providenciado para um distrito maior uma espécie de médico distrital, pago pelo governo, principalmente para as regiões distantes das cidades, portanto, distantes também do auxílio médico”⁴³.

Deste modo, com base nas informações analisadas até o momento, podemos concluir que as dificuldades, principalmente referentes às condições de vida, encontradas pelos imigrantes italianos instalados na Serra dos Tapes – mais especificamente na Colônia Maciel – foram grandes. Além disso, a pequena distância entre a Colônia e a cidade não era um facilitador de vida, visto que as estradas eram péssimas, impossibilitando muitas vezes o escoamento da produção, a compra de bens necessários e o atendimento médico em caso de moléstias. Os dados também nos possibilitam compreender como foi a criação e o desenvolvimento dessa Colônia, que apenas recentemente tem despertado o interesse dos historiadores.

⁴³ Ibid., p.67.

L'emigrazione «qualificata» dei marmisti toscani in Brasile

Antonio de Ruggiero

Scuola di dottorato in «Studi storici per l'Età moderna e contemporanea»

Università degli Studi di Firenze

Resumo: La mia ricerca intende ricostruire la tipologia della presenza di emigranti toscani nelle regioni meridionali del Brasile ed individuare, soprattutto, l'influenza avuta da essi nello sviluppo culturale, artistico e professionale delle maggiori città. Tra le varie attività intraprese, vorrei dedicare una maggiore attenzione ad una certa emigrazione “qualificata” toscana. Fra gli emigranti non mancarono, infatti, uomini dotati di professionalità: gli scalpellini della Lunigiana, i cavatori e gli scultori di Carrara, gli artigiani del legno, i muratori ed i pittori. Casi emblematici si ritrovano a Porto Alegre, con alcuni abili marmisti che, provenienti da Carrara si affermarono nella decorazione di facciate di palazzi pubblici e privati nei primi del '900. Anche nella città di Sao Paulo, si affermarono alcuni architetti, capimastri e artisti, che richiamati dall'espansione urbana riuscirono a costruire edifici pubblici e privati, con l'inserimento di monumenti e altri elementi decorativi.

Il presente lavoro intende ricostruire quello che fu il contributo di una certa manodopera specializzata all'interno dei flussi migratori dalla regione italiana della Toscana verso il Brasile meridionale nel periodo della «grande emigrazione». In particolare, un numero consistente di lavoratori toscani del marmo e più in generale della pietra, si distinse per la propria attività nei principali contesti urbani. Ciò avveniva negli anni di maggiore espansione delle città brasiliane mete dell'emigrazione italiana, sempre più bisognose di manodopera qualificata per le decorazioni nelle nuove numerose costruzioni edilizie, per la statuaria e per l'arte funeraria. Molti lavoratori in questo settore, provenivano dal territorio delle cave del marmo di Carrara e di Pietrasanta nel territorio appenninico delle Alpi Apuane nel Nord della Toscana.

Dalla Toscana emigrarono verso il Brasile circa 80.000 persone dal 1875 al 1914. Dal 1888, poi, con l'abolizione della schiavitù e la conseguente richiesta di manodopera, il Brasile, ed in particolare in Brasile meridionale (che rappresenta il bacino di accoglienza di quasi la totalità dell'immigrazione italiana), divenne una delle mete preferite anche per i toscani emigranti. Come è dimostrato dalle statistiche ufficiali

del Regno d'Italia raccolte in *Annuario statistico della emigrazione italiana dal 1876 al 1925* (Edizione del Commissariato Generale dell'Emigrazione, Roma, 1926) i picchi più alti in Toscana si raggiunsero nel triennio 1895-96-97 quando emigrarono in Brasile rispettivamente 7419, 6902 e 8163 persone. In sintesi estrema si può affermare che scelsero il Brasile gli italiani più affamati di terra: i toscani non erano tra questi e la loro vocazione non era legata esclusivamente all'occupazione agricola. Non a caso fra gli emigranti toscani si riscontra un buon numero di lavoratori dotati di professionalità già acquisite in patria, come gli scalpellini della Lunigiana, i cavatori e gli scultori di Pietrasanta e di Carrara, i panificatori lucchesi e i figurinai.¹

Già nel 1910 il professor Attilio Mori, con uno studio sull'emigrazione toscana risultato vincitore di un premio bandito dall'Accademia dei Georgofili, evidenziò con statistiche ufficiali la netta predominanza di due aree geografiche come la Lunigiana e la Garfagnana, che rappresentavano il cuore dei movimenti migratori regionali «in proporzioni considerevoli, superiori anzi a quelli di ogni altra provincia del Regno». In Toscana, infatti, le «regioni emigratorie» coincidono da secoli con l'area appenninica e subappenninica, compresa l'area delle montagne pistoiesi, da cui si emigrava già dalla fine del '700. Si tratta, quindi, di un fenomeno di mobilità legato alle condizioni della montagna, più che all'esclusiva carenza del fabbisogno agricolo. Storicamente anche in Ancien Regime, gli uomini delle montagne avevano sviluppato una forte «cultura della mobilità».² Gli spostamenti non erano la conseguenza univoca del binomio povertà-sovrappopolamento, ma si profilava anche la diffusione delle migrazioni legate all'esercizio dei mestieri itineranti qualificati e alla vasta ramificazione di reti commerciali, artigianali e imprenditoriali. Una lunga abitudine agli spostamenti umani ha dato origine alla capacità di adattarsi alle trasformazioni e alle crisi ricorrenti. Questi uomini riuscirono, quindi, con maggior facilità, a cogliere le opportunità offerte dalla grande emigrazione, all'interno di mercati di lavoro e di sistemi commerciali «internazionali». Molti di loro, carbonai, cavatori, minatori, marmisti e figurinai

¹ Sulle caratteristiche dell'emigrazione toscana in Brasile, cfr. Maria Rosaria Ostuni, *Storia/storie dell'emigrazione toscana nel mondo*, Lucca, 2006; Id. (a cura di), *Il perché andiedi in America...: immagini dell'emigrazione lucchese: la Valle del Serchio*, M.Pacini Fazzi, Lucca, 2001; Lucilla Briganti, *L'emigrazione toscana in America Latina tra '800 e '900*, in «Africana», 1997, pp.41-59; Id., *La Lucchesia e il Brasile, storia di emigranti, agenti, autorità*, in «Documenti e Studi», Rivista dell'Istituto storico della resistenza e dell'Età contemporanea in provincia di Lucca, 14/15, 1994.

² Cfr. Attilio Mori, *L'emigrazione dalla Toscana e particolarmente dal casentino*, Roma, 1910; Adriana Dadà, *Emigrazione e storiografia. Primi risultati di una ricerca sulla Toscana*, in «Italia contemporanea», 1993, n.192; Caroline Doucki, *L'émigration toscane de 1860 à 1914: rythmes et flux*, in «Studi Emigrazione», n.109, 1993.

esercitarono anche all'estero il mestiere che esercitavano nei luoghi di origine. Questo anche grazie alle forti catene migratorie che si vennero a creare attraverso delle reti parentali e amicali che collegavano i luoghi di arrivo a quelli di partenza.

Ed è soprattutto nel contesto urbano che si inserisce l'emigrazione toscana, oggetto del nostro studio. Come ha sottolineato Nuncia Santoro de Constantino «l'immigrazione urbana nel Brasile meridionale è stata spesso dimenticata dagli studiosi, attirati dall'esperienza della colonizzazione, più rilevante sotto il profilo quantitativo e del successo».³ Un recente articolo dello storico Vittorio Cappelli ci fornisce dati più precisi sui processi di urbanizzazione in Brasile. All'inizio del XX secolo, il 10% della popolazione brasiliana viveva in città con più di 10.000 abitanti. I 618 municipi del 1871 divennero 1168 nel 1910. E quelli con al centro una città di almeno 5000 abitanti si quadruplicano dal 1871 al 1920, passando da 200 a 800.⁴

Nelle principali città di immigrazione europea fu sempre presente una grande quantità di commercianti o di artigiani italiani. Talvolta si impadronirono di determinate attività, costituendo dei veri e propri monopoli, occupando determinati settori economici e colmando spazi vuoti nella struttura occupazionale brasiliana tradizionale. La componente artigianale e artistica, in particolare, può essere considerata una caratteristica che marcò una parte dell'emigrazione toscana in Brasile. Negli anni a cavallo tra Ottocento e Novecento molti architetti, capimastri e artisti italiani contribuirono alla progettazione, realizzazione e decorazioni di chiese, teatri, piazze, edifici pubblici e privati. Tra questi si fece sentire l'influenza dei toscani che giunsero nelle città richiamati dall'espansione urbana e dall'opportunità di costruire edifici pubblici e privati, riorganizzare piazze e luoghi pubblici con l'inserimento di monumenti e altri elementi decorativi. Molti professionisti, insomma, utilizzarono le proprie conoscenze per inserirsi in un mercato nuovo ed emergente come quello brasiliano, che richiedeva come non mai manodopera qualificata.

Nell'ambito dell'emigrazione toscana in Brasile, un caso esemplare è quello relativo agli scultori, e più in generale ai lavoratori ed artigiani del marmo o della pietra locale: una mobilità di personale qualificato, che può contraddistinguersi come peculiare dell'emigrazione toscana. Bisogna premettere, infatti, che la zona della Toscana da cui si partiva con più frequenza comprendeva quel territorio appenninico,

³ Nuncia Santoro de Constantino, *Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di un'identità*, «Altreitalie», luglio-dicembre 2002.

⁴ Cfr. Vittorio Cappelli, *Immigrazione e urbanizzazione. La presenza degli italiani nelle «alte Americhe»*, in «Passato e presente», a.XXV (2007), n.71, p.23.

delle cosiddette Alpi Apuane, che possiedono una ricca presenza di cave marmoree. Tutte le attività collegate al marmo in questo territorio, tradizionalmente hanno dato lavoro ad un consistente numero di operai qualificati nel mestiere. Quando nella seconda metà del XIX l'emigrazione di massa italiana coinvolse in maniera massiccia le rotte transoceaniche molti tra loro ritennero conveniente inserirsi nei nuovi mercati americani, che potevano offrire opportunità remunerative. Anche le informazioni sui caratteri dell'emigrazione italiana, raccolte dal Ministero italiano di Agricoltura Industria e Commercio nel 1888 indicavano per la provincia di Massa Carrara, una propensione alle partenze verso il Nuovo Mondo, per «la mancanza di lavoro prodotta dai forti dazi protettori che colpiscono i marmi lavorati alla loro introduzione all'estero». Si insisteva anche sulle continue richieste dall'estero di «buoni lavoratori» qualificati.⁵

Queste condizioni divennero la spinta prevalente, sia nel Circondario di Castelnuovo Garfagnana che in quello di Massa Carrara, per molti muratori, scalpellini, inservienti, ma anche «artisti scultori» e «decoratori», che partirono verso il Sud America con lo scopo di mettere a frutto le proprie competenze.⁶ Si vedrà che nelle città brasiliane a fine secolo questa corrente di emigrazione professionalmente qualificata avrà una posizione preminente e caratterizzerà in buona parte il fenomeno migratorio toscano.

Uno studio pionieristico della studiosa italo-americana Regina Soria nel 1997 approfondiva il fenomeno della diaspora italiana nel contesto specifico della emigrazione «qualificata», relativamente alle professioni artistiche e artigianali espresse dai nostri connazionali nelle principali città degli Stati Uniti d'America. All'interno della ricerca si distaccava per importanza il contributo effettivo espresso dagli artigiani toscani con un riferimento particolare ai figurinai e ai lavoratori del marmo provenienti dalla Lucchesia e dalla Lunigiana, che si ricollegavano spesso all'*Accademia di Carrara* nata nel 1769 per volontà dello scultore Giovanni Olivieri.⁷

Elementi interessanti sono emersi anche dalle ricerche più recenti di Nicola Guerra, che hanno evidenziato una significativa emigrazione precoce dai territori apuani verso il Nuovo Mondo, di «pionieri del marmo» che durante tutto l'Ottocento

⁵ Informazioni date dai prefetti intorno alle cause dell'emigrazione avvenuta dalle rispettive provincie, in Ministero dell'Agricoltura Industria e Commercio (MAIC), *Statistica della emigrazione italiana avvenuta nel 1888*, Roma, 1889, p. 201.

⁶ MAIC, *Statistica dell'emigrazione italiana avvenuta nel 1888*, op. cit., pp. 104-107.

⁷ Cfr. Regina Soria, *Fratelli lontani: il contributo degli artisti italiani all'identità degli Stati Uniti 1776-1945*, Liguori, Napoli, 1997.

realizzarono opere importanti non solo negli Stati Uniti, ma anche in alcuni paesi del Sud America. Se per primi a inizio secolo furono gli scultori impegnati nelle costruzioni di importanti monumenti negli Usa, successivamente il flusso di uomini, e spesso insieme di blocchi di marmo provenienti dalle cave toscane, aumentarono consistentemente, fino a raggiungere il proprio apice in coincidenza con gli spostamenti dovuti al periodo della grande emigrazione. Il ciclo del lavoro del marmo permise presto una differenziazione dei mestieri ad esso legato anche nelle nuove patrie, dove mantenne una caratterizzazione prettamente toscana proprio in virtù del legame con la zona di Carrara, della Lunigiana e della Garfagnana. Incisero anche le catene migratorie che si vennero a creare tra i lavoratori «qualificati» provenienti da questi territori. Nel caso del Sudamerica fino ad oggi l'attenzione è stata più spostata verso alcuni stati come l'Uruguay dove numerosi cavatori e scalpellini carraresi a metà dell'Ottocento aprirono laboratori a Montevideo e, al contempo, si dedicarono all'estrazione del marmo sul monte Pan de Azucar che battezzarono con il nome di «Nueva Carrara». Altri numerosi casi interessanti di questo genere sono stati riscontrati nella vicina Argentina e nel Cile.⁸

Ad oggi non esiste un simile studio complessivo sul Brasile. Solo negli ultimi anni alcune ricerche specifiche sull'arte funeraria e sull'utilizzazione del marmo di Carrara nello stato di São Paulo sono state eseguite dalla storica dell'arte Maria Eliza Borges, che ha analizzato con precisione la produzione e la proliferazione di laboratori del marmo di filiazione italiana, e nella maggior parte dei casi «toscana», in questo stato.⁹

In realtà, dai numerosi dati raccolti emerge che il Brasile non rimase certo escluso dalle cosiddette «strade del marmo». Non solo l'arte funeraria, ma più in generale l'edilizia che ebbe come immediata filiazione l'arte plastica, decorativa e la statuaria in generale, rappresentò uno dei primi settori in cui gli italiani giunti in Brasile riuscirono ad affermarsi, in relazione alle costruzioni dei principali centri urbani e allo sviluppo vertiginoso di questi ultimi negli anni caratterizzati dai grandi flussi migratori. Fu così che la manodopera qualificata di architetti, ingegneri, capimastri, scultori ornamentatori italiani occupò sempre un posto di prima linea. Inevitabilmente il contributo dei toscani provenienti dalle zone della lavorazione del marmo e della pietra,

⁸ Cfr. C. Rapetti, *Cento anni di emigrazione lunigianese e apuana. Appunti per una storia*, in *Per terre assai lontane: cento anni di emigrazione lunigianese*, Comunità montana della Lunigiana, 1998, pp. 9-12.

⁹ Cfr. Maria Eliza Borges, *Arte funeraria no Brasil (1890-1930): officio de marmoristas italianos em Ribeirao Preto*, Belo Horizonte, C/Arte, 2002.

si distaccò per l'importanza e per il numero di laboratori ed officine che riuscirono ad aprire nelle più importanti città e cittadine caratterizzate dalla nostra emigrazione. Si riscontra, poi, almeno per il periodo di nostro interesse un costante legame dei lavoratori con il proprio territorio di origine. Alcuni tra loro, arrivati in Brasile da bambini, dopo un apprendistato nelle botteghe artigianali di padri o parenti, tornavano per qualche anno ad affinare gli studi e le proprie abilità nelle scuole italiane della regione di provenienza, prima di far ritorno in Brasile con una competenza maggiore e assai apprezzata. Del resto, fin dagli anni a cavallo tra '800 e '900, anche i principali organi di stampa della comunità italiana in São Paulo, dedicavano spazi importanti e a caratteri cubitali, ad inserzioni continue per la richiesta di «scalpellini» qualificati che potessero contribuire alle principali costruzioni eseguite in città. In genere emigrarono dalle zone del marmo giovani produttivi con abilità artistiche e tecniche ancora molto rare nel paese di accoglienza. È evidente che non sempre e non tutti riuscirono a realizzare le proprie speranze di una sistemazione e di una solidità economica nelle città brasiliane in cui si stabilirono, ma la maggior parte delle indicazioni raccolte attraverso le fonti consolari e l'abbondante documentazione riguardante l'incidenza dell'emigrazione italiana in determinati settori ci spingono, però, a considerare certa manodopera qualificata come privilegiata in un contesto come quello di alcuni stati brasiliani che assistettero tra Otto e Novecento ad un fervore architettonico e ad un processo di modernizzazione nelle principali città coinvolte dall'emigrazione italiana. Come sottolinea la Borges, alcune centri urbani si europeizzarono «soprattutto sotto la diretta influenza dei canoni italiani, nell'architettura, nella decorazione, nella pittura, nella scultura pubblica».¹⁰

Tale processo, assai evidente nelle «terre del caffè», coinvolse, però, anche alcune città degli stati più meridionali dove l'influenza dell'immigrazione europea, ed in particolare italiana, inserì nell'edilizia pubblica e privata nuovi elementi decorativi.

Uno dei casi più interessante si registra a Porto Alegre con il marmista carrarese Adriano Pittanti, tra precursori assoluti di questo tipo di emigrazione qualificata toscana in Brasile. Il suo arrivo nella capitale del Rio Grande do Sul risale al 1868 ben prima che cominciassero i flussi migratori regolarizzati dal governo riograndense, verso le colonie agricole. Molti autori brasiliani fanno risalire la sua scelta di emigrare in questi luoghi ad un consiglio direttamente ricevuto di Garibaldi che negli anni Trenta

¹⁰ M.E. Borges, *Arte funeraria e il commercio carrarese in Brasile*, in *Carrara e il mercato della scultura*, a cura di S. Berresford, Motta editore, Milano, 2007, p.270.

dell'Ottocento aveva aiutato i rivoluzionari *farrapos* che chiedevano l'indipendenza dall'Impero nel Rio Grande do Sul. Pittanti sarebbe stato infatti partecipe come volontario nella campagna garibaldina del 1867 contro le truppe pontificie. Fatto prigioniero inizialmente, ed accusato in seguito di aver alimentato nel Paese cospirazioni anarchiche, avrebbe deciso di cambiare aria dirigendosi in un luogo così lontano, che poteva però offrire opportunità lavorative. Nel 1869 riuscì ad avviare un primo *atelier* del marmo nella Rua do Rosario a Porto Alegre, dimostrando fin da subito buone qualità imprenditoriali. Tre anni dopo allargò il proprio esercizio servendosi della collaborazione del fratello Domenico. Mostrò fin da subito abili capacità imprenditoriali che gli permisero un'affermazione concreta nel settore. Capace di offrire «tutti i tipi di decorazione in appartamenti di lusso» sia per gli interni che per le facciate la Casa Pittanti & C. garantiva anche l'esclusiva nella «fabbricazione perfetta e duratura di pavimenti, piastrelle e rivestimenti moderni».¹¹ Nella sezione di Arte della *Grande Exposição Comercial e Industrial* che si tenne a Porto Alegre nel 1875, Pittanti fu l'unico marmista della Provincia che compariva con l'esposizione di un monumento funebre dedicato ai volontari della Patria; una statua di angelo; due leoni scolpiti in pietra; un lavabo di marmo finissimo di Carrara; ed infine diverse opere in cemento per ornamenti di casa.

Il fiuto commerciale, le continue richieste di lavori, e la volontà di allargare il proprio giro d'affari lo spinsero ad esplorare direttamente, e non sempre con successo, le cave locali della vicina località di Encruzilhada, da cui poter estrarre una pietra efficace che potesse competere con la qualità del marmo italiano, per ovviare alle difficoltà delle importazioni. In pochi anni all'*atelier* della famiglia Pittanti furono commissionate molte opere pubbliche e private, soprattutto statue e sculture molto apprezzate dalla critica locale. In particolare si segnala la fabbricazione della statua del *Conde de Porto Alegre* nel 1884, uno dei monumenti più antichi della provincia, che si trova nella omonima piazza centrale di Porto Alegre.

Sempre da Carrara giunse a Porto Alegre qualche anno più tardi, nel 1892, Ranieri Fortini che discendeva da una famiglia legata da diverse generazioni alla estrazione e lavorazione del marmo di Carrara. Fin da bambino si era dedicato a questa arte, per perfezionarsi in seguito nella locale scuola di disegno ed architettura. Quando

¹¹ A. Damasceno, *Artes plasticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*, Globo, Porto Alegre, 1971, pp. 161; Altre notizie biografiche relative alla figura di Adriano Pittanti si ritrovano in Armindo Trevisan, *L'italianità nelle arti plastiche del Rio Grande do Sul*, in AA.VV., *Cultura italiana. 130 anos 1875-2005*, Porto Alegre, 2005.

arrivò nel Rio Grande do Sul la sua professionalità era già nota e ben consolidata dopo anni di carriera in Italia, Francia, Algeria e soprattutto dopo aver collaborato nelle opere del Teatro Colon a Buenos Aires e nei lavori marmorei del Teatro Municipal di Rio de Janeiro. A Porto Alegre lavorò nei primi anni presso il laboratorio di un connazionale, Ernesto Girolami, che si occupava soprattutto della decorazione di interni ed esterni di palazzi pubblici ed abitazioni private, utilizzando una pietra locale che si era scoperta efficace a tali finalità. Il merito principale di Fortini fu quello di essere stato il primo nel Rio Grande do Sul a propagandare l'eccellenza della ben più economica pietra locale ricavata nei pressi di Taquari, che poteva garantire sotto tutti gli aspetti grande qualità e resistenza, lavorata con gli stessi processi usati per il marmo di Carrara.¹²

Ad inizio secolo si registra la presenza delle prime *marmoarias* anche nella vicina città di Pelotas a cui si lega il nome del lucchese Angelo Giusti, giunto con i primi flussi migratori nello stato del Rio Grande. Lo stesso si può dire per la città di Caxias do Sul, la principale colonia italiana dello stato, dove ai primi del Novecento si installò il laboratorio di scultura «Enrico Cia & Filhos». Il proprietario emigrato da Pietrasanta verso la fine dell'Ottocento, dopo aver appreso in patria l'arte della lavorazione marmorea, raggiunse la città di São Paulo nel 1895 per esercitare la professione in alcune officine di scultura aperte da corregionali, stabilendosi più tardi prima a Porto Alegre ed infine a Caxias dove si avvale della collaborazione dei due figli nati e cresciuti nel paese sudamericano. La ditta specializzata soprattutto nell'arte funeraria si occupava anche di «qualsiasi altra costruzione edilizia», ottenendo importanti riconoscimenti in diverse esposizioni in tutti gli stati meridionali del Brasile. In un almanacco commerciale del 1925, in relazione alla officina di Caxias, si legge: «Essa sparge un po' dovunque i suoi lavori di egregia fattura artistica nel Rio Grande, nel Paraná ed in Santa Catharina, usando nella produzione esclusivamente i nostri magnifici marmi di Toscana ed i bellissimi graniti riograndensi».¹³

Fu, però, e non poteva essere altrimenti, la città di São Paulo che negli anni a cavallo tra i due secoli accolse il maggior numero di toscani impiegati in questo settore professionale.

Anche la Camera di Commercio italiana nata a São Paulo nel 1902, riconosceva la grande rilevanza dell'importazione dei marmi italiani in Brasile, poiché «molto

¹² Cfr. Camera di Commercio Italiana nel Rio Grande do Sul, *Ditte di oriundi italiani nel Rio Grande do Sul-Brasil*, Porto Alegre, 2000, p.47.

¹³ *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande do Sul*, vol. II, Posenato Arte & Cultura, Porto Alegre, 2000, p. 70.

ricercati ed apprezzati nella statuaria locale». Il marmo di Carrara in particolare, ma anche quello della Versilia, veniva utilizzato nella maggior parte delle case signorili per costruire scale, pavimenti e ogni genere di rivestimento. Molte volte le officine del marmo più conosciute nella città, ricevevano ordinazioni anche dai luoghi più distanti del nord brasiliano. In altre occasioni le statue già confezionate arrivavano direttamente dai laboratori delle Apuane, altre volte si utilizzavano una parte di graniti locali per ammortizzare i costi elevati del marmo toscano. Nel 1913 furono esportate da Carrara ben 224.612 tonnellate di marmo in blocchi, lastre, e lavori, di cui 13.605 indirizzate al Brasile. Le statistiche della Camera di Commercio italiana negli anni '20 del Novecento confermavano che le principali aziende legate alla lavorazione dei marmi come le segherie della pietra, officine di monumenti, statue ecc., erano «nella maggioranza opere di nostri connazionali i quali molto hanno contribuito per lo sviluppo di questa che è a tempo stesso una industria ed un'arte».¹⁴

Già a fine '800 era operativa in São Paulo la «Marmoraria Carrara», fondata e condotta da Nicodemo Roselli che, oltre alle abilità artigianali ed artistiche dimostrate attraverso pregevoli lavori di decorazioni edilizie, così come nelle statue e nei monumenti funerari, seppe con grande abilità mantenere un rapporto diretto con la terra lunigianese da cui importava grandi quantità di marmo. La «Marmoraria Carrara», sostenuta anche da una solida campagna pubblicitaria sulle pagine del giornale degli italiani, il «Fanfulla», era molto conosciuta, infatti, per utilizzare esclusivamente la pietra italiana. Come si legge in un almanacco del 1936, riguardante gli esercizi commerciali italiani a cinquanta anni dall'inizio delle politiche migratorie massicce nello stato paulista, le statistiche di importazione per il porto di Santos constatavano che 9/10 dei marmi provenienti dall'Italia era destinati a questa grande ditta, che possedeva grandi spazi per il deposito ed una buona attrezzatura industriale.¹⁵ Nel 1903 Nicodemo Roselli fu raggiunto dal giovane nipote Antonio Roselli proveniente da una famiglia di Cortona dedita per tradizione alla lavorazione del marmo. Dopo un periodo di lavoro con lo zio riuscì ad aprire un proprio laboratorio, la ditta «Roselli & Gelli», in società con il pisano Alfredo Gelli, conosciuto a São Paulo.¹⁶

Non era da meno in città dal 1898 la «Marmoraria Tomagnini» una filiale molto produttiva della grande ditta Tomagnini che a Pietrasanta occupava centinaia di operai.

¹⁴ Camera Italiana di Commercio ed Arti S.Paolo (Brasile), *Relazione presentata alla crociera della R. nave «Italia»*, aprile 1924, p.34.

¹⁵ Cfr. *Cinquant'anni di lavoro degli italiani in Brasile*, Vol. I, SEI, São Paulo, 1936, p. 443.

¹⁶ Cfr. Maria Eliza Borges, *Arte funeraria e il commercio carrarese in Brasile*, op. cit., p. 273.

Dai laboratori della storica officina toscana «Giuseppe Tomagnini e fratello» erano usciti nella seconda metà dell'Ottocento una grande quantità di artigiani e maestri scalpellini della Versilia che creando nuovi laboratori rafforzarono la notorietà di Pietrasanta che divenne uno dei distretti per la lavorazione del marmo più conosciuti al mondo. Quando si aprirono nuove opportunità di lavoro all'estero con i grandi flussi migratori, molti di questi operai tentarono maggior fortuna nei principali centri urbani che richiedevano abbondante manodopera qualificata di questo genere.¹⁷ Alcuni tra i tecnici più capaci riuscirono a conquistare posizioni invidiabili nei luoghi di accoglienza. Così fu nel caso di Roberto Tonetti, un cugino dei fratelli Tomagnini scelto per aprire una grande filiale in Brasile. L'azienda, che mantenne il nome originale e che impiegò molti lavoratori provenienti dalla Versilia, conquistò fin dai primissimi anni del Novecento un grande sviluppo, in virtù del processo di profondo rinnovamento edilizio condotto nella capitale dello stato paulista in quegli anni. Tra le altre cose, infatti, la ditta fu prescelta dal più noto architetto dell'epoca, Ramos de Azevedo, per la fornitura dei marmi che avrebbero decorato i più importanti edifici della São Paulo moderna.

Se in un primo momento fu certo la principale città dell'immigrazione italiana ad attirare la grande maggioranza della manodopera qualificata per lavori di edilizia, a cui si associavano le opere di arte plastica e statuaria in generale, negli anni successivi la costruzione e l'ampliamento di nuove città e cittadine legate anch'esse all'espansione economica nelle terre della coltura del caffè, fu la causa principale di un incremento della richiesta di ingegneri, capimastri, scultori, ornamentatori. Questo valeva in particolar modo per alcune cittadine del Sud del Minas Gerais dove incisiva fu la presenza di emigranti toscani, e per altri centri urbani dello stato paulista che divenivano sedi amministrative con un netto incremento demografico.

Alcuni tra i toscani che avevano cominciato le proprie attività a São Paulo continuarono a spostarsi laddove percepivano la possibilità di ulteriori guadagni. La diffusione del marmo toscano almeno fino al 1914 seguì, infatti, l'imponente sviluppo delle ferrovie, che ne facilitarono il trasporto dal porto di Santos fino a São Paulo, e poi verso i centri urbani minori dell'interno dello stato. Negli anni successivi emerse la tendenza a sostituire gradualmente il prodotto toscano, comunque assai costoso per i costi di trasporto, con altre pietre locali che si prestavano all'utilizzazione in campo

¹⁷ Anche le statistiche raccolte in Italia dal Ministero di Agricoltura Industria e Commercio evidenziavano una propensione ad emigrare da parte di molti lavoratori del marmo attratti dalla richiesta nelle città del Nuovo Mondo di manodopera qualificata.

artistico e decorativo. Le officine degli italiani mantennero però la denominazione originale di «laboratorio del marmo».

La nuova rete ferroviaria e l'espansione dell'economia del caffè verso l'ovest paulista determinarono, quindi, l'apertura di nuovi laboratori di toscani nelle città vicine di Campinas, Amparo, Piracicaba, Araras, Ribeirão Preto, Franca, Batatais.¹⁸ È il caso, ad esempio del lucchese Natale Frateschi, artigiano del marmo che arrivò a São Paulo nel 1897 dopo che la sua formazione tecnica era già stata completata nella terra di origine. Eseguiti i primi lavori nella capitale decise di recarsi a Franca nell'interno dello stato dove installò una officina di lavorazione del marmo e della pietra producendo opere che, pur mantenendo una linea industriale come era richiesto dal mercato edilizio, riuscivano a conciliare l'affermazione di concetti artistici. Rimase a Franca per ventidue anni, sposò lì una signora brasiliana ed ottenne presto prestigiosi riconoscimenti. Nel periodo successivo della sua vita scelse come sede della sua attività la città di Juiz de Fora nel sud del Minas Gerais dove la «Casa São Pedro» dei fratelli Frateschi realizzò una produzione enorme di laterizi artistici, graniti artificiali e pietre plastiche. Come si riconosceva da più parti, in questi anni, anche numerosi centri dello stato di Minas Gerais fortemente cresciuti per impulso della nostra emigrazione, offrivano nelle chiese, nelle piazze, nei cimiteri e nelle più belle residenze, i documenti di questa attività schiettamente italiana.

Nella cittadina di Amparo esisteva già prima del 1892 la «Grande marmoraria Amparense» degli emigranti carraresi Luigi Fazzi e del figlio Aldamiro, specializzata nella costruzione di monumenti funerari nei piccoli centri urbani circostanti, coinvolti dall'espansione del caffè. A partire da quell'anno l'officina riuscì ad ampliare il proprio giro di affari aprendo una nuova filiale a São Carlos do Pinhal. Negli anni successivi l'abile figlio Aldamiro si avvalse della collaborazioni di altri giovani provenienti dalla Lunigiana, alcuni dei quali avevano frequentato l'Accademia delle Belle Arti di Carrara, per ampliare ulteriormente il laboratorio, che intanto cominciò a ricevere nuove ordinazioni dalle città emergenti nel sud del Minas Gerais.¹⁹

In linea generale si può affermare che, anche gli scultori più capaci che ottennero maggior successo e visibilità fino a diventare nomi noti in Brasile per le numerose produzioni artistiche nelle principali città, legano la propria esperienza a

¹⁸ Cfr. M. E. Borges, *Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto*, C/Arte, Belo Horizonte, 2002.

¹⁹ Ivi, pp. 103-110.

quella più generale dei primi flussi migratori di manodopera qualificata giunta dalla Toscana, e alle caratteristiche di tale emigrazione che in gran parte dei casi non perse i contatti con il luogo di origine. Un caso emblematico è quello di Lelio Coluccini che nato a Valdicastello nei pressi di Lucca nel 1910, giunse in Brasile all'età di due anni insieme al padre che aprì a Campinas nello stato di São Paulo un'officina per la lavorazione del marmo. Fu in questo ambiente che il giovane completò il suo apprendistato fino a sviluppare un interesse per la scultura. Come spesso avveniva per questo tipo di emigrazione, Lelio Coluccini tornò provvisoriamente in patria per affinare le proprie capacità, terminando gli studi prima all'istituto Stagio Stagi di Pietrasanta e poi all'Accademia di Belle Arti di Carrara. Tornato in Brasile con una solida base di conoscenza nella lavorazione del marmo, bronzo, granito, gesso e terracotta gli furono presto commissionati importanti lavori pubblici e privati nello stato paulista.²⁰

Lo stesso si può dire dei fratelli Incerpi «artigiani tra i più attivi nati in Brasile» scalpellini per tradizione provenienti da Vellano nei pressi di Pescia, che con la loro ditta installata nel centro di São Paulo, lavorarono alla costruzione della cattedrale cittadina, così come a tanti altri monumenti eretti nella capitale dello stato. Anche loro, figli di un artigiano della pietra emigrato in Brasile nel periodo dei grandi flussi, tornarono a studiare e ad affinare le proprie abilità a Pescia al seguito del padre proprietario di una cava, prima di diventare nomi noti in São Paulo.

Altro artista italiano che fu tra i primi a emigrare in Brasile è il lucchese Lorenzo Petrucci che, nonostante si fosse stabilito in São Paulo, lavorò molto per alcuni stati del Nord dove eresse monumenti importanti a Sergipe e Maceió. Il monumento più conosciuto è quello intitolato a Deodoro da Fonseca.²¹

Figlio dell'emigrazione toscana è anche Antelo Del Debbio, originario di Viareggio che giunse con la famiglia a São Paulo nel 1904. Dopo aver studiato all'«Instituto de Belas Artes» di São Paulo, tornò negli anni '20 a perfezionare le proprie abilità a Lucca, prima di diventare uno degli scultori più affermati nella grande città brasiliana, soprattutto per l'enorme numero di monumenti cimiteriali; opere in gran parte commissionate dalle famiglie dell'alta borghesia paulista.²²

Un altro esempio può essere quello dell'artista Carlo Barberi di Forte dei Marmi che, dopo aver studiato scultura in patria, si stabilì nel 1890 nella cittadina di Ribeirão

²⁰ Cfr. B. Giovannetti, *Artistas italianos nas praças de São Paulo*, DBA, São Paulo, 1992.

²¹ Cfr., *Cinquant'anni di lavoro*, op. cit., vol.1, p.198.

²² Cfr. J. E. Ribeiro, *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*, Tese de Doutorado em Historia, Departamento de História, Universidade de São Paulo, San Paolo, 1999, pp.252-254.

Preto nello stato di São Paulo per aprire nel 1892 un elegante *atelier* a cui aggiunse una officina di marmi, e alcuni grandi depositi. Anch'egli importatore diretto di marmi «grezzi e sbozzati» dall'Italia, si distinse presto per il gran numero di monumenti funebri che gli furono commissionati dalle principali famiglie della città.

La presenza di numerosi marmisti toscani in Brasile rappresenta, insomma, un esempio significativo di mobilità umana qualificata che, oltre ad esportare nel paese di arrivo un bagaglio di conoscenza ed arte manuale, beneficiò nella fase pionieristica dell'emigrazione di un legame costante e continuativo con il luogo di partenza, non solo per importare la materia prima, ma anche per approfondire il proprio sapere attraverso studi nelle scuole e accademie toscane.

Uma vila operária na colônia italiana
O caso Galópolis
(1906 - 1941)

Daniela Ketzer Milano¹

Resumo: O objetivo deste texto é trazer ao conhecimento um dos últimos exemplares de vila operária ainda edificada no Brasil que é representada por uma formação atípica de conjunto habitacional fabril dentro da colônia italiana. Para tanto será apresentado o surgimento e o desenvolvimento da vila operária de Galópolis, localizada em Caxias do Sul. Também será mostrado como a Arquitetura e os costumes trazidos, tanto do bairro operário do Lanifício Rossi de Schio quanto das casas da colônia italiana, contribuíram para a formação desta nova malha urbana.

Introdução

A vila operária de Galópolis, localizada em Caxias do Sul, surgiu a partir da formação de uma cooperativa de imigrantes italianos originários do antigo Lanifício Rossi, da cidade de Schio², que faziam parte do programa oficial de imigração italiana financiado pelo Governo brasileiro para ocupar e para colonizar aquelas terras. Inicialmente, ocuparam os lotes rurais, exercendo atividades agrícolas, porém nunca abandonaram o ofício da tecelagem.

Anos mais tarde alguns desses imigrantes formaram uma cooperativa têxtil. A partir do seu crescimento, a tecelagem transformou-se em lanifício. Para atrair mão de obra externa foram construídas habitações para os trabalhadores, inicialmente em madeira, substituídas gradualmente por unidades de alvenaria de tijolos e a criação de um grupo de edificações de aporte a estes funcionários.

A vila operária de Galópolis é um dos últimos exemplares de vila operária ainda edificada no Brasil. Além da relevada importância como patrimônio histórico, representa uma formação atípica do único conjunto habitacional fabril dentro da colônia italiana.

¹ Arquiteta e Urbanista graduada pela Faculdade Ritter dos Reis, Especialista em Arquitetura e Patrimônio Histórico no Brasil pela FAUPUCRS e Mestre em História Ibero-Americana pela PUCRS.

² Schio faz parte da província italiana de Vicenza.

Além da análise da Arquitetura das casas operárias, que foi realizada paralelamente ao desenvolvimento do Lanifício, foram estudadas as contribuições quanto aos costumes e aos modos de morar que os imigrantes e que os seus descendentes incorporaram a tais edificações.

Para que se entendesse a implantação das casas para trabalhadores da vila operária em estudo, foi necessário que se estabelecessem os motivos pelos quais ela foi formada, retomando, assim, a trajetória dos italianos que a fundaram.

Lanifício Rossi de Schio e emigração para o Brasil

A formação das cidades industriais na Itália é mais recente em relação ao restante da Europa, data da segunda metade do século XIX, porém aconteceu de maneira semelhante aos países em que se iniciou a Revolução Industrial. Assim, um grande contingente de trabalhadores do campo migrou como força de trabalho para as indústrias têxteis que se formavam, buscando trabalho nos períodos de inverno, quando a produção agrícola era inviável.

A recém-formada Itália passava por sérias mudanças sociais e econômicas, o que ocasionou uma grande corrente migratória do campo para as cidades industriais que estavam se formando, principalmente no norte, onde os conflitos agrários se tornavam mais graves.

Para Alessandro Rossi, que era filho do fundador do Lanifício Rossi, e que mais tarde o transformou na maior indústria têxtil da Península Itálica, havia duas preocupações que impulsionaram as atitudes em direção à criação da vila operária: a habitabilidade e a moralidade, que não estavam compatíveis com a ideia de alocar a nova população proveniente do êxodo rural na malha residencial da cidade.

Em 1872 contratou o arquiteto Antonio Caregaro Negrin, para projetar o Novo Quarteirão, que o planejou dentro dos novos modelos urbanísticos da *cidade jardim*, valorizando os espaços livres e o tecido urbano irregular: “O projeto se resumiu em uma

grande área verde, na qual os lotes eram delimitados pelas ruas e avenidas de desenhos sinuosos³”.

As primeiras habitações eram verdadeiros palacetes com fachadas ricamente ornamentadas. Tanto as casas quanto os elementos paisagísticos foram construídos com técnicas e com materiais tanto tradicionais como de acordo com as novidades tecnológicas da época⁴. Mesmo as casas de tipologia simples, apresentavam plantas e formas diferenciadas, no entanto todas tinham em comum uma ótima ventilação e insolação.

Ainda em 1872 foram executadas algumas casas do projeto original⁵, no entanto em 1873 o quarteirão passa a ser gerenciado pela sociedade anônima de operários e, para estes, o alto custo das casas isoladas no lote, excluía a possibilidade de compra. Neste mesmo ano, Negrin inicia alterações no projeto dentro da ideologia de um traçado urbano mais ortogonal.

As demais moradias foram construídas na forma geminada em fita. Entretanto a preocupação por parte de Rossi foi a de manter certa diferenciação e qualidade das moradias. Conforme carta a outro industrial, ele propõe o seu novo modelo urbano:

(...) casas econômicas portanto, e não debes chamar de casas operárias. E por isso não deve fazê-las uniformes, como em Moulhouse. Como boa máxima evita qualquer aparência dos falanstérios; e evita quanto antes a uniformidade da classe do inquilino...⁶.

Tais moradias embora partilhassem das paredes laterais, tinham certa privacidade, pois possuíam entrada individual através de um portão que dava acesso a um jardim frontal que, por sua vez, separava a rua da residência. Cabe ainda, frisar que a simplificação deste último tipo de projeto não tinha em vista somente a otimização do terreno mas também a economia de material de construção para as fachadas laterais, ao reduzir elementos de ornamentação e de esquadrias e, principalmente, ao apresentar fácil solução de telhado.

³ TRAVI, Elisa Mariani; TRAVI, Leonardo Mariani. **Il paesaggio italiano della Rivoluzione Industriale**: Crespi d'Adda e Schio. Bari: Dédalo Libri; Universale di Architettura Diretta da Bruno Zevi, 1979. p. 25. Tradução livre da autora.

⁴ Tecnologia do uso de materiais como zinco, cobre, ferro fundido e também o uso do vidro e de pedra mole.

⁵ Este fato comprova a intenção de Alessandro Rossi em executar o projeto do arquiteto contratado por ele.

⁶ TRAVI, 1979, op. cit., p. 29. Tradução livre da autora.

Sem dúvida, Alessandro Rossi e o Arquiteto Negrin criaram um programa urbano ambicioso e de vanguarda, no entanto nem todos os trabalhadores puderam usufruir os benefícios do Novo Quarteirão, pois o período de sua construção coincidiu com dois fatores – a transformação da tecelagem em Sociedade Anônima e a greve ocorrida em 1873⁷ – Fatores que levaram o Lanifício a uma grande crise.

Com a sucessão de greves que passaram a ocorrer, um contingente de trabalhadores da Tecelagem Rossi emigra para outros continentes em busca de melhores oportunidades de emprego. Portanto, a propaganda emigracionista surgiu como meio de resolver os problemas da alta densidade demográfica no campo e as revoltas dos trabalhadores das indústrias vênetas.

A vinda dos imigrantes do Lanerossi de Schio para o Rio Grande do Sul ocorreu em 1891, ano em que acontece uma greve com proporções jamais vistas na localidade; esta última teve como consequência a demissão e a “expulsão” de vários revoltosos para o Brasil. Conforme Franzina:

(...) a emigração de muitos operários do Lanifício Rossi de Schio e arredores em direção ao Brasil (Rio Grande do Sul) e, em seguida, de suas famílias foi facilitada pelo próprio Rossi, o que ocorreu sobretudo após a derrota sofrida pelos têxteis em greve, em um número realmente considerável (cerca de 4.300). Alguns núcleos de imigrantes de Schio constituíram no Brasil uma empresa têxtil ainda hoje em plena atividade e que nasceu como uma iniciativa cooperativista⁸.

A consequência deste movimento migratório foi a criação de indústrias formadas por operários italianos no Brasil com alto grau de qualificação no ramo têxtil e manufactureiro. Cenni esclarece que “(...) muitos imigrantes que se tinham dirigido ao campo procuravam depois as cidades ou, chegando ao Brasil, empregavam-se diretamente nos estabelecimentos industriais, pois em levadas sucessivas vieram da Itália também grandes

⁷ Esta greve ocorreu por causa da redução dos salários dos operários devido à compra do novo chasis mecânico para a fábrica.

⁸ FRANZINA, Emilio. A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. p. 197.

grupos de operários⁹”. Entre essas indústrias está o Lanifício São Pedro de Galópolis, em Caxias do Sul.

Para compreender como se procedeu a transferência do operário da indústria de Schio para a casa da vila operária de Galópolis, é necessário, anteriormente, conhecer a História das primeiras formas de morar e os costumes trazidos pelos precursores colonizadores italianos para a região e caracterizar como surgiu este tipo de configuração urbanística em uma colônia italiana.

Imigrante italiano no lote rural

Diferentemente da imigração italiana que ocorreu no restante do Brasil, que visava absorver força de trabalho para as os grandes latifúndios de café, no Rio Grande do Sul ela ocorreu de forma mais acentuada por volta de 1875 e se desenvolveu não só com o propósito de povoar e de defender as terras de fronteira da Província, mas também com a intenção de formar núcleos agrícolas diversificados para abastecer o mercado e ter à disposição mão de obra especializada.

Os primeiros imigrantes italianos que se instalaram nos lotes coloniais que constituíam o povoado de Galópolis faziam parte do programa oficial de imigração financiado pelo Governo brasileiro para ocupar e para colonizar aquelas terras.

Depois de alojados e enquanto esperavam pela colheita das roças de milho, iniciava-se o preparo do lote para receber a casa definitiva que contava agora com cantina e com um complexo complementar para atividades funcionais: “o espaço generoso do lote rural levou ao distanciamento necessário entre a casa e outras atividades cujas características de ordem higiênica ou de segurança tornavam preferível à separação¹⁰”.

Por causa do difícil acesso, o colono procurava o material mais disponível encontrado na natureza para construção de sua moradia, isto é, a madeira das florestas e a pedra, pois “a região da Itália que forneceu um maior número de imigrantes foi o Vêneto¹¹,

⁹ CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 254.

¹⁰ Os setores de atividades separados da casa eram: estábulos, paióis, horta, tanque, latrina, chiqueiro, pomar, parreiral e roça. Ver in: WEIMER, Günter. *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 125.

¹¹ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Noroeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975. p. 37.

cuja orografia em muito se assemelhava à nossa em que dominam as técnicas construtivas com o uso do basalto¹²”. Embora não dominassem o ofício da construção em madeira, esta foi assimilada de imediato. A esse respeito, Weimer expõe que:

(...) a existência de uma floresta rica e diversificada em madeiras – dentre as quais se destacava a araucária, que apresentava troncos, absolutamente retos e com galhos apenas no topo – oferecia uma matéria-prima insuperável para fins de exploração artesanal e industrial. Por isso muito rapidamente, reservaram as construções de pedra para as fundações, sobre as quais passaram a erguer construções de madeira. No caso da existência de uma cantina, as fundações correspondem às paredes¹³.

Devido ao fato de o terreno da região da Serra ser também rico em barro, foram construídas edificações em tijolos feitos manualmente e a domicílio. Mais tarde, este material “(...) passou a ser produzido em olarias, sempre maciço enquanto perdurou a influência da imigração italiana¹⁴”. A construção em tijolos possibilitou a execução de mais de dois pavimentos por se tratar de um material autoportante¹⁵, e também trouxe a possibilidade da aproximação da cozinha ao corpo principal da casa, uma vez que esse material eliminava em parte, o perigo do fogo.

Se faz necessário caracterizar que a residência típica da imigração italiana também foi construída de forma mista, ou seja utilizando os três materiais, a saber – pedra, madeira e tijolos. No entanto sua setorização era basicamente a mesma em qualquer um dos materiais com que fosse construída: a parte inferior ficava semi-enterrada e destinada ao porão. Segundo Bertussi neste compartimento da casa, “(...) residia a função industrial doméstica que foi por muitos anos a espinha dorsal de todo o funcionamento da colônia¹⁶”. O primeiro pavimento recebia a ala íntima e social, que por sua vez, podia ser desde um salão até uma pequena saleta ou apenas um corredor largo de distribuição para os quartos.

¹² BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de Arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (org.). A Arquitetura no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 127.

¹³ WEIMER, 1997. op. cit., p. 173.

¹⁴ Conforme Bertussi até a década de 1950. Ver: BERTUSSI, 1997, op. cit.

¹⁵ A parede de tijolos maciços serve de elemento de sustentação por se tratar de um material maciço e resistente às tensões da construção, diminuindo ou excluindo, assim, o número de pilares e de vigas.

¹⁶ BERTUSSI, 1997, op. cit., p. 130.

A escada que levava ao sótão e, por vezes, a um andar intermediário, ficava geralmente em um destes aposentos. Weimer ainda relata que: “Não raro, o sótão podia ser adaptado para abrigar um ou dois quartos que se destinavam aos filhos homens. Já as filhas dormiam no térreo, mais severamente controladas pelos pais¹⁷”.

Porém, é importante salientar agora, que com o passar do tempo e com a diminuição do tamanho dos lotes, as distâncias entre as moradias foram se aproximando proporcionalmente com a redução da escala tanto da habitação quanto das funções exercidas na propriedade individual. Esta aproximação foi positiva no sentido de trazer ao colono as origens da vida nos burgos italianos, dando a possibilidade de vida em comunidade com a qual estava acostumado.

Formação de Galópolis e da vila operária

Os imigrantes italianos ao receberam os lotes rurais nos campos da Serra se depararam com um terreno semelhante ao de sua pátria – elemento facilitador na prática da agricultura – já que o terreno era propício para os alimentos essenciais para sua subsistência. No entanto, devido à deficiência dos meios de transporte para comercialização e o escoamento destes produtos, a agricultura ficou limitada à auto-suficiência dos núcleos coloniais, fator que abriu caminho posteriormente ao desenvolvimento da industrialização, à proletarianização dos colonos e à adaptação da Arquitetura e dos costumes trazidos da Itália ao novo modelo de vida fabril.

Este fator somado ao fato de que os imigrantes solteiros não tinham direito à propriedade do lote colonial, geraram o desenvolvimento em direção à criação da área urbana e da industrialização da região de Galópolis.

Deste modo, a organização de atividades secundárias, como a têxtil, foi estimulada como complementação à agricultura, conduzindo a um sistema semelhante ao deixado na Itália. Esta opção nasceu a partir da ideia da compra de alguns teares e da formação de um cooperativa denominada Società Tevere e Novità. A iniciativa partiu dos próprios imigrantes de Galópolis: “antigos operários do Lanificio Rossi de Schio que cogitaram em

¹⁷ WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 177.

organizar um pequeno Lanifício. Isto conseguiram, constituindo uma sociedade em que entraram também novos colonos¹⁸”.

Devido às dificuldades para venda dos produtos, os cooperativados passaram a administração da sociedade em 1906 para as mãos de Hércules Galló, que era como eles um imigrante, porém com largo conhecimento da área comercial têxtil.

A expansão da indústria têxtil de Galópolis e a formação da vila operária ocorreu em meados de 1912, data em que a antiga cooperativa de Hércules Galló se funde com a Casa Comercial Chaves & Almeida¹⁹. A partir de então, foram construídas as primeiras habitações para funcionários do Lanifício, primeiramente em madeira, sendo substituídas gradualmente pelas casas de tijolos; contudo, até a morte de Galló, em 1921, este conjunto não havia sido concluído.

A partir da compra das ações da família de Galló, em 1928, pela família Chaves Barcellos, o Lanifício e a vila operária passam a ser gerenciado por Orestes Manfro. Com o seu falecimento em 1934, João Lanner Spinato assume o mesmo cargo e conclui a construção das moradias operárias e implementa prédios de aporte ao redor da praça.

A administração da família Chaves Barcellos durou de 1928 a 1979 e representou um período de grande expansão da indústria têxtil na região colonial. À medida que o Lanifício crescia, incorporava outras atividades econômicas presentes na vila, porém sem perder o perfil da população local e a continuidade da cultura italiana.

Após o reflexo da crise econômica sofrida por muitas indústrias no Rio Grande do Sul, em 1979, a sociedade é vendida para o grupo Kalil Sehbe. O Lanifício se uniu à Cia. Sehbe S.A., em 1983. Nesta transição, várias moradias da vila operária foram vendidas aos funcionários. Depois da falência do grupo, o Lanifício retornou à origem inicial, isto é, ao cooperativismo e foi adquirido por ex-funcionários, muitos deles descendentes dos seus antigos fundadores, que a estão administrando pelo nome de Cootegal Cooperativa Têxtil Galópolis Ltda.

Arquitetura e adaptações na casa operária

¹⁸ **Livro do Tombo** da Paróquia de Galópolis, 1936. p. 1.

¹⁹ A casa comercial Chaves & Almeida era uma empresa comercial que atuava desde 1864 no mercado têxtil regional e nacional.

A forma como os habitantes de determinado lugar, ao se deslocarem para outro ambiente, conservam os seus costumes é a maneira de manter a identidade, perpetuando aspectos da cultura e das tradições de um povo. Assim fizeram os habitantes da Colônia quando passaram a viver nas casas da vila operária. Os primeiros trouxeram de Schio alguns costumes para Galópolis.

Se a concepção das casas foi uma adaptação a partir das necessidades e dos materiais disponíveis do local, somada à experiência vivida dos antigos fundadores da Cooperativa Società Tevere e Novità vindos de Schio, é então necessário traçar um comparativo entre o modelo da vila operária em estudo, a Arquitetura popular da imigração italiana da região de Galópolis e o modelo do Novo Quarteirão do Lanifício Rossi.

As primeiras casas para os trabalhadores do Lanifício São Pedro de Galópolis foram construídas em madeira de forma linear. A casa não diferenciava do modelo arquitetônico que estava sendo construído na área urbana de colonização italiana, a saber—, sem porão e cuja planta era composta por sala, cozinha e quarto para os pais no térreo; o sótão representava um segundo pavimento dentro do volume da empena onde eram localizados os quartos para filhos. Contudo o elemento diferencial ficava por conta da individualização do espaço, cada volume que compunha o conjunto de habitações operárias abrigava duas famílias, ou seja, as casas eram geminadas.

Com o aumento do número de funcionários foram construídas novas unidades, cujo conjunto formava um “U” ao redor do chamado “campinho”, atual praça da Igreja Matriz. Neste local se formou o ponto central e concentrador da vila operária.

A substituição das casas de madeira pelas de alvenaria aconteceu de forma gradual e por muito tempo elas conviveram juntas. As novas habitações foram edificadas em tijolos maciços, sem ornamentações como as casas da colônia e como a Arquitetura fabril desenvolvida na Europa desde a Revolução Industrial.

Embora elas fossem construídas em tijolos, internamente continuaram em madeira (com exceção das paredes de divisa entre as unidades) como as casas da colônia. Todos os elementos como assoalhos, entre pisos, paredes internas, roda forros, roda pés, escadas e corrimãos são deste material, de modo que se o observador estiver no sótão terá a sensação de continuar na casa imigrante italiana. Cabe ainda frisar que a base das casas é em basalto, fazendo referência ao porão de pedra das casas imigrantes.

Apesar do modelo das primeiras casas do Lanifício de Schio apresentar riqueza volumétrica e variedade de elementos decorativos, ela possuía vários aspectos em comum tanto com as habitações da colônia quanto com as moradias operárias do Lanifício São Pedro, entre eles se destacam: volumetria retangular encimada por um volume triangular, representado pela empena, agora configurado pelo sótão; ritmo simétrico de esquadrias onde os cheios prevalecem sobre os vazios; em alguns exemplares há também a utilização do porão.

O conjunto de casas de alvenaria também foram dispostas ao redor da praça central, enfileiradas em duas linhas perpendiculares. Apesar de no primeiro olhar as casas parecerem iguais elas possuem diferenciações em hierarquia e proporção. Outra diferenciação se dá quanto ao número de unidades de cada bloco habitacional – existem casas duplas, com recuo de jardim lateral para ambas unidades e que representam um nível hierárquico superior; e as casas triplas, cuja unidade central possui um recuo lateral apenas na parte posterior da habitação. Essas duas tipologias também foram encontradas no conjunto do Lanerossi²⁰.

Já o último bloco de quatro casas geminadas de Galópolis se diferenciava das demais moradias do mesmo Lanifício em vários aspectos – foi construído em alvenaria rebocada não representando valor arquitetônico considerável no que diz respeito à sua volumetria e ao partido arquitetônico, porém a questão que o valorizou refere-se à disposição interna, que indicou um possível avanço em relação aos modelos anteriores. Com plantas idênticas entre si, a cozinha e o banheiro, passaram a fazer parte do volume principal da casa.

O acesso à porta principal destas casas deixou de ser efetuado diretamente pela sala. Foi adicionado um *hall* de entrada onde se localiza a escada que leva ao segundo andar, onde estão dispostos todos os dormitórios. Criaram-se, deste modo, dois elementos intermediários entre a calçada e a sala de estar: o visitante, precisa pois, percorrer o jardim de entrada e o hall para adentrar a área social da residência. A escada que conduz ao segundo andar, diferentemente das outras residências operárias do mesmo conjunto possui dois lances em “L”.

²⁰ Denominação também dada pela bibliografia pesquisada ao Lanifício Rossi de Schio.

Nesta última tipologia de telhado único, as habitações centrais não possuem recuo lateral de jardim, contudo possuem recuo frontal e um amplo pátio aos fundos da edificação, fazendo referência ao conjunto de casas econômicas do Lanificio italiano. A semelhança mais marcante é quanto à inclinação de telhados que têm caimento das águas para as fachadas, diferentemente das casas de tijolos do Lanificio São Pedro, que têm o caimento somente para as laterais devido à formação da empena.

Cabe destacar aqui que independentemente da tipologia arquitetônica adotada, a criação de animais e o cultivo da horta não foram costumes abandonados nas casas da vila operária. Tais hábitos puderam ser mantidos porque a habitação para trabalhadores possui, como raro exemplar, pátio nos fundos e recuo lateral de acesso a ele. Esta é uma condição diferenciada de outras vilas operárias. As adaptações nos hábitos também contribuíram para a evolução da cozinha que foi incorporada à casa operária – assim como na casa da Colônia –, de acordo com o aperfeiçoamento do fogão.

Nos primeiros tempos, nas primeiras casas de madeira da vila operária, a água precisava ser buscada de balde em um poço que se localizava na praça central e não mais em um rio ou fonte distante. As habitações também não tinham banheiro junto à casa²¹. Esse processo apesar de difícil era mais simplificado do que o exercido na Colônia.

Entretanto os moradores da casa operária de alvenaria egressos das Colônias já puderam usufruir de certos confortos aos quais não tinham acesso, como o fornecimento de água e de luz pela fábrica. O depoente Agostino Fontana relata: “a água e a luz eram da firma, só que na época de verão, apagava às dez horas da noite e vinha só às quatro horas da manhã, porque era luz própria naquela época, da Cascata Véu de Noiva, tinha um gerador²²”. Assim sendo, junto à cozinha, como um apêndice da casa, foi construído um banheiro munido de chuveiro e de aparelhos sanitários, ambos os ambientes recebendo água corrente.

Além de tais avanços em relação ao fornecimento de água e iluminação, o colono, quando foi morar nas casas da vila operária, passou a desfrutar do encurtamento das

²¹ Em relação ao modelo de casa da Colônia, Dorvalino Mincato conta que: “A estrebaria nos dias de chuva servia como banheiro. No terreno tinha uma fonte com água que descia do morro que abastecia a estrebaria, e onde minha avó se ajoelhava para lavar as roupas, de onde também puxavam a água para beber. Para buscar água era preciso carregar baldes com cerca de cinco quilos sem contar o peso da água”. Depoimento dado à autora em outubro de 2009.

²² Depoimento dado à autora em março de 2009.

distâncias percorridas para visitar os vizinhos, para vender os seus produtos ou para participar das atividades sociais e religiosas da paróquia. Muitas vezes, as atividades na Colônia eram realizadas na própria casa, pela dificuldade de deslocamento.

O costume de os colonos se reunirem para, em comunidade, desenvolver atividades com os seus vizinhos, era algo importante que se perpetuou depois da construção da vila operária de Galópolis. Para tanto, foi necessária a construção de espaços, como o da praça e edifícios de aporte, que cumprissem a função de realizar esses eventos²³, funcionando, pois, como um suporte à vida social dos moradores das casas operárias.

Em menor escala, a vila operária de Galópolis em sua concepção manteve o conceito próximo ao modelo italiano no que diz respeito à integração com o entorno. Neste sentido, a criação de uma praça central de convívio trazendo área verde para o meio do conjunto, a utilização de um amplo quintal, o espaçamento entre os blocos de casas e o entorno com ruas de traçado irregular e circundado de mata nativa complementam este panorama.

Considerações Finais

Os reflexos da Revolução Industrial na Itália foram marcados: pelas migrações transoceânicas, pelas emigrações internas e pela tradição da atividade agrícola aliada à atividade manufatureira artesanal da tecelagem; características estas perpetuadas até a formação da Società Tevere e Novità. A transformação do Lanificio em indústria e a transição do campo para a vila operária não impediram a repetição dos passos dos antepassados que de camponeses se transformaram em artesãos e que de artesãos passaram a operários.

Tanto a vila operária de Galópolis quanto o Novo Quarteirão de Schio foram implantados em uma zona montanhosa rica em vegetação e em uma localidade semi-rural. Ambas atraíram mão-de-obra camponesa oriunda de imigrações. Também, os dois Lanifícios foram introduzidos à beira de rios que vieram a gerar energia eletromotriz para as fábricas e cuja conformação urbana se desenvolveu a partir do crescimento da fábrica.

²³ Os edifícios de aporte que comportavam as atividades de lazer eram o cinema e a sede social do Círculo Operário. As atividades sociais em grupo, segundo depoimento de Dall'Agnoll fornecido à autora em junho de 2008, eram: jogos de carta, reza do terço, contos de anedota, rodas de conversa e leitura, jogo de bola, serenatas, jogo de bocha e truco, festejos e procissões, entre outros.

As semelhanças na tipologia arquitetônica entre a casa colonial italiana, a casa nos núcleos urbanos de Galópolis e as primeiras casas de madeira da vila operária, nada mais foram do que uma evolução da primeira. A atividade de produção alimentar e da fabricação do vinho bem como a estocagem de ferramentas utilizadas no porão da casa da Colônia tiveram a sua função reduzida na casa urbana e a sua extinção na maioria das casas da vila operária.

Entendendo que o modelo de vila operária de Schio é uma evolução das habitações para trabalhadores do setor têxtil da Inglaterra no período pós Revolução Industrial e que a vila operária de Galópolis, ao ser implantada – provavelmente sem registro de um projeto arquitetônico formal –, adaptou algumas destas características à construção e à cultura local da Colônia, pode-se concluir que o objeto em estudo demonstra uma Arquitetura com características próprias, identificada como Arquitetura fabril da imigração italiana do Rio Grande do Sul.

O ineditismo de um núcleo operário em uma localidade semi-rural com forte cultura da imigração italiana, que absorveu as inovações da habitação industrial europeia e ainda manteve os costumes e tradições da região²⁴ em perfeita harmonia, faz de Galópolis um lugar atípico e diferencial, com todos os atributos para se tornar um bem de patrimônio histórico que merece ser preservado.

Bibliografia

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de Arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006.

²⁴ A implantação das casas operárias visou ao fornecimento de habitações amplas, ventiladas, com Arquitetura de qualidade, em que o operário camponês pode através da utilização do “quintal” e de outros elementos de sua cultura cultivar os costumes trazidos dos lugares de origem. Além do módico aluguel, os moradores puderam contar com casas com números de ambientes e tamanhos maiores que os outros exemplares difundidos no Brasil e internacionalmente. As casas de alvenaria ainda contaram com as inovações da época em relação às instalações sanitárias e ao fornecimento de água e de energia custeados pelo Lanifício.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Noroeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975.

LIVRO DO TOMBO: Paróquia da Igreja Matriz de Galópolis, 1936.

TRAVI, Elisa Mariani; TRAVI, Leonardo Mariani. **Il paesaggio italiano della Rivoluzione Industriale**: Crespi d'Adda e Schio. Bari: Dédalo Libri; Universale di Architettura Diretta da Bruno Zevi, 1979. Tradução livre da autora.

SULIANI, Antônio (org.). **Etnias e carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

VERONA, Antônio Folquito. A indústria têxtil de Schio e a emigração operária: a quebra do contrato social pelos operários do Lanificio Rossi, de Schio (Itália), numa leitura crítica dos fatos ocorridos entre 1873 e 1891. In: SULIANI, Antônio (org.). **Etnias e carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WEIMER, Günter (org.). **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência:
considerações sobre mobilidade populacional em um estudo sobre a urbanização
de Canoas/RS

Danielle Heberle Viegas¹

Resumo: A presente comunicação tem o objetivo de analisar questões relativas à mobilidade populacional na cidade de Canoas/RS a partir de um estudo sobre a urbanização da cidade. O problema de pesquisa está vinculado a uma investigação das relações entre os processos de (i)migração e metropolização no desenvolvimento da cidade entre as décadas de 1930 e 1970. O período destacado é marcado por uma transformação vertiginosa em Canoas, antes caracterizada como um ponto de veraneio e posteriormente lembrada como uma cidade dormitório. Nesse sentido, propõe-se uma reflexão a respeito das especificidades que o fenômeno (i)migratório assumiu em diferentes momentos da configuração urbana da cidade de Canoas.

Notas introdutórias: Canoas, destino de Clarissa e muitos outros

“Clarissa saía todas as manhãs às sete para tomar o ônibus que levava a Canoas. Já começava a gostar dos novos alunos. Canoas era bonita, com suas vivendas no meio dos jardins verdes e floridos. Ouvia-se o canto dos passarinhos. Um silêncio fresco envolvia as casas, as árvores e as criaturas”

O trecho em destaque acima é fruto de uma leitura do livro *Um lugar ao sol*, de Érico Veríssimo. Diz-se que o conhecido escritor gaúcho, ao compor a referida obra literária, publicada originalmente em 1936, esforçou-se para dotá-la de características verossímeis com o contexto histórico do período. Entre outros temas compartilhados, elegeu a cidade. Mas não uma cidade qualquer ou, ainda, qualquer aspecto da cidade. Veríssimo focou sua narrativa na trajetória de uma migrante, que tentara a vida em uma cidade grande do Brasil na década de 1930, no caso, a recém modernizada Porto Alegre. Foi para a capital dos gaúchos que a personagem principal do livro, Clarissa, mudou-se em busca de outras oportunidades, senão as que seu município de origem no interior do Rio Grande do Sul oferecia.

¹ Licenciada e Bacharelada em História pelo Centro Universitário La Salle (UNILASALLE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na Linha de Pesquisa *Sociedade, Urbanização e Imigração*, com projeto de pesquisa orientado pela Prof.^a Dra. Núncia M. Santoro de Constantino.

Muitas foram as novidades que passaram a envolver a vida de Clarissa na capital, incluindo o seu cotidiano profissional, marcado por idas e vindas para lecionar em uma então desconhecida localidade muito próxima à cidade de Porto Alegre, nomeada de *Povôado de Canoas*. Naquela época, como bem descreveu Veríssimo, Canoas era conhecida por “suas vivendas no meio dos jardins verdes e floridos”, atrativos naturais esses bastante apreciados pela elite porto alegreense do período, que frequentava a cidade aos finais de semana em busca de momentos de lazer e descanso.

Mas o silêncio fresco de Canoas logo passaria a existir somente nas páginas de obras ficcionais. O povoado com ares bucólicos dos anos de 1930 transformou-se, já em 1960, em um dos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul, atingindo a notável marca de 390% de crescimento populacional naquela década (SOARES, 2007, p. 307). Diante desses dois cenários, a seguinte questão se ergue: o que há entre o pitoresco ponto de veraneio e a cidade que se tornou destino de milhares de migrantes na segunda metade do século XX?

O *intermezzo* temporal existente entre os dois cenários descritos acima compõe o recorte temporal abordado em um estudo que tem sido desenvolvido no âmbito de Mestrado, cujo objetivo principal é analisar a urbanização de Canoas/RS, entre os anos de 1939 (quando ocorreu a emancipação da cidade) e 1973 (data da inserção do município na Região Metropolitana de Porto Alegre).

Para compor a presente comunicação, propõe-se um desdobramento da temática de pesquisa acima referenciada. Nesse sentido, entre outros aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano de cidade Canoas, optou-se por compartilhar apenas questões concernentes à mobilidade populacional no município, que encontra no fator imigração uma de suas principais características históricas. A intensificação dessas (i)migrações para a cidade de Canoas deu-se em um momento específico, em confluência com outras cidades do país, a partir da segunda metade do século XX. Segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006, p. 212):

A partir de 1950 verifica-se uma aceleração do movimento migratório no país, fenômeno que se impõe nos decênios seguintes em um nível consideravelmente mais elevado. [...] Desse modo, a população brasileira tem uma movimentação cada vez maior, misturando, sobre todo o território, pessoas das mais diversas origens estaduais.

Os fatores que evidenciam o aumento das migrações nesse contexto estão relacionados, em nível nacional, aos processos da globalização e da urbanização

vertiginosa no qual se inseria o Brasil na época. Assim, ao estudar Canoas, confirma-se a tendência de pensar os fenômenos sociais da migração/urbanização/metropolização em perspectiva entrelaçada. A respeito desses processos, sobretudo da urbanização, pode-se adiantar que foram estabelecidos marcos muito além do simples crescimento populacional, pois a urbanização está relacionada a “um conjunto mais extenso de mudanças na sociedade desencadeado por processos de modernização econômica, social e cultural” (SOARES, op. cit., p. 291).

Refletindo-se a respeito desse conjunto dinâmico de transformações relacionadas à mobilidade populacional, destacam-se três principais referências que evidenciam as articulações existentes entre o fenômeno (i)migratório e as diferentes configurações urbanas assumidas pelo município de Canoas. São elas: ponto de veraneio, cidade dormitório e cidade industrial.

Tais referências, que se tornaram verdadeiras categorias de classificação da cidade e ganharam um forte respaldo social ao comumente serem reproduzidas pela imprensa local e pela historiografia acadêmica a respeito da cidade de Canoas, estão relacionadas a delimitações territoriais e práticas urbanas específicas. A sua busca a partir de referentes no real pode ser acessada, entre outras possibilidades, através das memórias de migrantes e imigrantes que habitaram e, de certa forma, compuseram tais cenários referenciais, construindo uma história que é “portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que, sob certo aspecto, condicionam o trabalho do historiador” (FERREIRA, 2002, p. 324). Apesar da referida oportunidade de acesso às chamadas testemunhas do processo histórico que se deseja averiguar, é fator comum que muitos estudos realizados sobre migrantes e urbanização no Brasil excluam as próprias vivências desses sujeitos, segundo Rejane Penna: “O processo migratório nacional foi amplamente estudado por geógrafos, sociólogos, antropólogos e estatísticos, a partir de 1960”, entretanto, “(...) foram insuficientemente abordados os modos como se transferiram os usos e costumes dos lugares de origem ao de destino e a maneira pela qual tenderam a reinterpretar suas vidas na terra natal no contexto da cidade maior” (2006, p. 2).

Refere-se, aqui, aos testemunhos orais. Ora, quais outras fontes dariam um acesso tão profícuo às interpretações próprias dos (i)migrantes a respeito de suas trajetórias nas cidades urbanizadas? No caso de Canoas, em específico, a colocação de depoimentos orais como fontes de consulta ultrapassa o compromisso historiográfico de levar em conta as memórias de (i)migrantes para um entendimento mais dinâmico do

processo de urbanização da cidade, mas fez-se como uma necessidade. Isso porque, segundo Penna (1998, p 67) o crescimento intensificado que Canoas sofreu a partir da década de 1950 contribuiu para o desaparecimento de muitos testemunhos da cidade, fato esse respaldado por uma consulta à documentação histórica da cidade, marcada pela alteridade e escassez.

Nessa direção, vivências e memórias como as desses migrantes e imigrantes, tornam-se alvo de investigação historiográfica ao proporcionarem a construção de eixos de reflexão sobre a formação urbana de Canoas e de outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil em período. Questiona-se de que forma se deram as construções de territórios de existência dos (i)migrantes estabelecidos na cidade de Canoas frente aos processos de urbanização e metropolização da cidade? Algumas possibilidades de pesquisa são:

- a) Observar os diferentes modos de inserção e interpretação dos migrantes e imigrantes em seus processos de transferência para a cidade de Canoas.
- b) Indicar as especificidades históricas das migrações e imigrações para a cidade de Canoas dentro do contexto de formação da Região Metropolitana de Porto Alegre.
- c) Possibilitar a diversificação dos estudos urbanos, bem como o aprofundamento da temática *(i)migração*, em relação às cidades metropolitanas.

Uma vez anunciadas tais delimitações, parte-se para uma breve exposição da relação entre mobilidade populacional e urbanização no município de Canoas nas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960. A estrutura do texto busca fazer correspondência com as distintas referências urbanas identificadas no período que se propôs a investigar.

Onde o trem passa, há movimento: mobilidade populacional no *Capão das Canôas*

Era o ano de 1931 quando o popular jornal gaúcho *Diário de Notícias* publicou na sexta página de sua edição de 25 de outubro a reportagem intitulada “*Em Canôas*”. Apesar de discreto, o título fazia menção a uma entusiástica matéria cuja pauta principal estava relacionada a uma “*festa campestre ocorrida no novo parque de turismo*”, a saber, o Instituto Pestalozzi, no então pouco conhecido *Povão de Canôas*. A partir da descrição do festejo, a publicação em destaque ilumina alguns vestígios sobre o cotidiano de Canoas na década de 1930 e referencia o povoado como um local de lazer frequentado pela elite porto alegreense do período. Conforme se acompanha através da leitura de um trecho, abaixo reproduzido:

“(...)Aderiram a esses festejos e aos mesmos compareceram, aumentando-lhes o brilhantismo o Clube do Comércio, Recreio Juvenil, Jocotó, Sociedade Filosofia, Austríaca, Esmeralda e Leopoldina. O serviço de transporte para o local da festa foi feito por trens e auto-ônibus, a preços populares. (...) Os festejos continuarão hoje, às 8.20, 10.30, 16.30 e 18 horas. Trens especiais para as sociedades, caminhões e autos”².

Em busca do pouco conhecido cenário de Canoas como um ponto de veraneio, segue-se o caminho percorrido pela família Ludwig, que é narrado por Oswaldo Kessler Ludwig, canoense nascido em 1914 na hoje histórica residência conhecida como *Vila Mimosa*. Oswaldo narra que:

“Em fins do século passado, a última década do século passado, o meu avô materno Félix Kessler adquiriu uma chácara a uma quadra ao norte da Estação, que era o centro demarcado de Canoas, da tranquila e pequena Vila de Canoas e aí construiu a sua residência que, de início era de veraneio. (...) Foi residir em Porto Alegre, mas não resistiu aos encantos de Canoas e por 1904 resolveu voltar para se instalar aqui definitivamente. Alugou, então, em fins de 1904 um chalé, que fica aqui ao lado e que era propriedade da família Schell, donde o nome hoje desta Rua Guilherme Schell. Passou um ano morando neste chalé, estilo suíço, muito bonito e acompanhou a construção da primitiva Vila Mimosa, que só ficou pronta em fins de 1905.(...) Nas duas peças térreas da frente, que tinham então quatro portas, duas em cada peça, minha mãe instalou de um lado um armazém de secos e molhados e do outro lado a primeira loja de fazendas e armarinhos de Canoas”

O depoimento de Ludwig, apesar de ser não caracterizado como a narrativa de um migrante, fornece algumas importantes indicações sobre a dinâmica do território de Canoas nas primeiras décadas do século, sendo a principal delas a que relaciona aspectos do povoamento de Canoas com a mobilidade populacional na região, impulsionada pela instalação de uma estação de trem nos territórios do então pequeno povoado. Isso porque mais do que uma simples motivação, as rotas a serem percorridas eram definidas de acordo com a facilidade de ir e vir, propiciada por ocasionais investimentos em transportes e estradas. Nesse sentido, a inauguração da primeira estrada de ferro do Estado do Rio Grande do Sul, em 1874, veio a determinar o início de práticas urbanas no *Capão das Canôas*, sendo essas primeiramente relacionadas à

² Jornal Diário de Notícias, 25.10.1931.

utilização do povoado como um ponto de veraneio e, posteriormente, à inauguração de certo comércio local na região e, posteriormente, indústrias. Conforme Penna:

“a ideia de constituir a região como um ponto de veraneio para aristocratas falhou e realmente quem se interessou foram os homens de negócio, incentivados pela estratégica localização do povoado entre a região de produção e a capital do Estado” (PENNA, 2004, p. 23).

É precisamente essa a questão mais importante para esse trabalho: o limiar que separa as visitas ocasionais ao ponto de veraneio e a mudança definitiva para esse povoado em busca das potencialidades comerciais oferecidas. A área localizada ao redor da estação de trem, decisiva para a formação e representação da ideia de “centro” do povoado e, posteriormente, da cidade, não foi a única a começar a sofrer modificações. Outras áreas da região começam a sinalizar transformações. Segue-se, então, a procura dos outros cenários e de suas relações com questões de mobilidade populacional.

Canoas e sua “população flutuante”: (i)migrantes e a formação do Bairro Niterói

O “*pitresco districto do município de Gravatahy, vizinho de Porto Alegre*”. Foi dessa forma que, em 1933, o *Jornal da Noite* descreveu o povoado de Canoas. Segundo os repórteres responsáveis pela edição, a localidade, se submetida a alguns melhoramentos, se tornaria “*não só um excelente ponto de veraneio, como também residência confortável para os que ali habitam*”³. A matéria prossegue, informando detalhes da excursão dos jornalistas à Canoas:

“Logo ao passar a excelente ponte existente entre o Rio Gravatahy, que é o limite entre Porto Alegre e aquele município, foi dado aos jornalistas observar o extraordinário progresso que se verifica, pois é grande o número de novas edificações que ali surgem, notadamente nas novas ruas da Villa Nictheroy. Chamam também a atenção as grandes plantações, estábulos, etc.”⁴

Já a *Folha da Tarde*, em 10 de outubro de 1944, reproduziu um discurso feito por Aluizio Palmeiro de Escobar, no qual o então Prefeito da cidade (gestão 1941-1945) teceu reflexões sobre o processo de povoamento da localidade:

“Inicialmente, o atual município de Canoas era uma simples zona de veraneio. As praias fluviais e marítimas eram algo quase interdito à grande

³ Jornal da Noite, 22.08.1933.

⁴ Idem.

*massa de veranistas. E a corrente escorria pela linha de menor resistência. Esse antecedente ainda influi na psicologia da população canoense, em grande parte ainda uma população flutuante e ligado pelo trabalho de todos os dias à capital do Estado”*⁵

Tais matérias podem ser consideradas indiciárias, pois, ao passo que se reportam à imagem de Canoas como um ponto de veraneio – já discutida nesse texto, indicam outras transformações urbanas em decorrência na época, transformações essas que se acredita serem portas de acesso a questões relativas à mobilidade populacional no período. Novas construções são descritas em outros locais da cidade senão a área ao redor da antiga estação do trem. Questiona-se: a qual território os jornalistas estão se reportando? Para quem ou por quem tais edificações estão sendo feitas?

O que interessa aqui é perceber a configuração dessas áreas a partir dos usos aplicados e/ou gerados nas mesmas, a partir da orientação teórica de Bernard Lepetit (2001) que sugere pensar a cidade como um campo de práticas. Sendo assim, cogita-se uma hipótese, em especial. É a de que as práticas de ocupação de tais áreas estiveram vinculadas com a elaboração de Canoas como um reduto dormitório de trabalhadores de Porto Alegre, questão essa reconhecida pelos próprios moradores da cidade. Conforme o depoente Carlos Eduardo Nascimento:

“Quase toda a Canoas é assim hoje. As pessoas nasceram em Canoas, mas até uns anos atrás, inclusive, Canoas era considerada dormitório de Porto Alegre, pessoas que saíam de manhã pra trabalhar e só voltavam pra dormir”.

Entre os espaços mais próximos da capital encontrava-se o então pequeno povoado de Canoas e, mais precisamente, a parte sul dessa área, em uma zona limítrofe com a cidade de Porto Alegre. É nesse ponto que está localizada a *Villa Nictheroy*, espaço que foi percebido como o cenário mais representativo de Canoas como um projeto de cidade dormitório. A vila foi, afinal, o primeiro loteamento a ser implantado em Canoas com a finalidade de atender à demanda de migrantes que procurava a região em busca de ofertas de moradia mais acessíveis do que as disponibilizadas na capital. Nesse sentido, ressaltam-se histórias como a de Flávio Damiani, que expõe sua trajetória no bairro:

⁵ Folha da Tarde, 10.10.1944.

“Eu nasci em Porto Alegre em 1927. O meu pai deve ter chegado em Niterói no ano de 1932. Comecei a frequentar o Colégio Teuto Brasileiro, que deve ter sido um dos primeiros colégios. (...) Esta escola era teuto-alemã devido a influência dos alemães, inclusive a minha mãe é Jochims, de Santa Cruz, e Damiani o meu pai. Aqui tinha muita influência alemã. Então o colégio teve se organizar assim, com a intenção de se ensinar a língua alemã. Aprendemos inclusive a escritura gótica que é alemã”

A comunidade alemã não foi a único grupo descendente de imigrantes que elegeu o bairro Niterói como o seu lar. Também os núcleos de poloneses e ucranianos são bastante representativos no bairro. A maioria dos imigrantes deslocou-se para o Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Penna (2004a, p. 83) relata a trajetória de Nicolau Sydor, que encontra sua origem na *“Austro Hungria, de onde ‘fugiu do comunismo’, junto a um grupo de amigos e conhecidos. Em Porto Alegre alugaram um casarão na Rua Azevedo para poder começar a vida. Ainda em 1932, o seu Nicolau e a família estabeleceram-se em Niterói.”*

Muitos outros imigrantes chegaram a Canoas e, mais precisamente, no Bairro Niterói, nas décadas seguintes. Tal é o caso do descendente de poloneses Silvestre Krolikoski, que compartilha sua trajetória abaixo.

“Nasci em Mariana Pimentel. Meu pai era estrangeiro. Veio com dois anos de idade. Era polonês, mas governado pela Rússia. Estavam mal e resolveram vir para o Brasil, porque diziam que aqui dava pra viver melhor. Ele veio mais ou menos em 1905 (...) Se estabeleceram em Porto Alegre. (...) Viemos para Canoas em 1948. Eu já trabalhava na Souza Cruz da Dr. Timóteo”.

Ainda desvelando o contexto da época a partir de relatos orais, questiona-se quais razões motivavam as pessoas a se deslocarem, precisamente, para Canoas. A resposta é fornecida por outro imigrante, o italiano Oronzo Fullone. Ele traça sua biografia a partir de suas memórias:

“Praticamente sai da Itália em 1954. Foi uma leva de imigrantes que fazia parte da convenção de Genebra. Naquela época, o falecido Getúlio Vargas, numa série de acordos, precisava industrializar o Brasil, ele pegou por meio do acordo de Genebra, recrutou uma quantidade de profissionais da Itália, da Alemanha.”

Sobre o Brasil, seu estabelecimento no Brasil e em Canoas ele relata que:

“Tinha bastante serviço. De São Paulo fui para Santo André numa firma que fazia máquinas para frigorífico. (...) Ai tinha outro imigrante que trabalhava em outro lugar, que disse, ‘olha vamos para Porto Alegre que lá muita gente fala italiano, o clima é melhor’”

Ele prossegue contando como chegou em Canoas:

“(...) me disseram que um senhor da colônia tinha casa em Niterói. Era na Rua Nelson Paim terra. Fui lá ver. Era uma das poucas casas que existiam. Não tinha loteamento. Isso era em 1954. Ele fez o preço e eu aluguei”.

Mas existem buracos negros no estigma de cenário dormitório da *Villa Nictheroy* quando se descobre o cotidiano do recém habitado loteamento a partir de um olhar sobre as sociabilidades na região. Já em 1933 foi fundado o Grêmio Esportivo Niterói, onde se realizou o primeiro baile de debutantes de Canoas (PENNA, 200Aa, p. 35). Igualmente, em 1935 foram fundados os clubes de futebol Iraí e Clemente Pinto. Tais associações de lazer e esporte comprovam a construção de territórios de existência no novo lar.

A afirmação da localidade como ponto de dormitório fora abalada, ainda, pela instalação de um grande centro concentrador de empregos próximo ao povoado, o qual a história busca compartilhar a seguir.

“De ponto de veraneio a cidade industrial”: notas sobre a relação entre (i)migração e industrialização em Canoas

Ao dar-se início aos apontamentos a respeito de Canoas como uma cidade industrial, optou-se, tal como no item desenvolvido anteriormente, pela elaboração de um estudo de caso. Nesse sentido, a narrativa dessa sessão está concentrada na trajetória de alguns migrantes que elegeram Canoas como cidade para morar em função dos empregos oferecidos na própria cidade e não na capital. Mais precisamente, refere-se às possibilidades de trabalho geradas com a instalação dos Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros Ltda., no ano de 1939, na chamada Vila Rio Branco. A empresa foi fruto de um desdobramento da antiga Sociedade da Banha Sul Rio-Grandense e acabou por englobar a própria empresa geradora. Penna (2004b, p. 18) descreve o contexto da época:

“O Brasil industrializa-se pela necessidade de substituição de importações, sendo que o segmento rural da sociedade brasileira permanecia intocado. A ênfase era urbana e para modernizar as relações de trabalho neste espaço,

unificava-se a legislação trabalhista e criava-se os institutos básicos de previdência social, estabelecendo as normas e as estruturas de regulamentação do fator trabalho”

Na recém emancipada cidade de Canoas do início da década de 1940, quem iria suprir a mão de obra necessária ao funcionamento de uma indústria que pretendia abater diariamente até mil bois? Leonid Cvirikum, ao recompor a trajetória de sua família, fornece pistas:

“Meu pai e minha mãe conseguiram emprego no Frigosul. Foram trabalhar nas câmaras frias. O Frigosul aceitava estrangeiros nesta função pois era difícil de ser preenchida devido às condições de temperatura. Como os recém chegados topavam qualquer parada, lá foram os meus pais e ficaram satisfeitos”.

A relação entre o Frigosul e migrantes não se estanca nessa questão. Além de estrangeiros, outro grupo, em especial, era priorizado para trabalhar no Frigorífico: migrantes provenientes da fronteira rio grandense, oriundos de municípios tais como Livramento, Lagoa Vermelha e Vacaria, devido à sua experiência de trabalho em frigoríficos daquela região. Padre Lotário, que mantém fortes vínculos com o Bairro Rio Branco, lembrou que tais migrantes declaravam: *“nascíamos no sangue, vivíamos no sangue e tínhamos que morrer no sangue”*. Outro caso é relatado por Joaquim de Paulo Bueno, que trabalhou no Frigosul por 14 anos. Ele relata que “os judeus vinham pessoalmente matar os bois e levavam apenas o dianteiro dos animais”.

Migrantes e imigrantes recebiam mais do que uma oportunidade de emprego no Frigorífico. Para acomodar o contingente populacional bastante elevado que viera trabalhar no Frigosul, a instituição construiu uma pequena vila que ficou conhecida popularmente como “pombal”. Casemiro Ivanowski, funcionário da empresa à época, fornece mais detalhes sobre o assunto:

“Eram setenta e cinco casas germinadas, de um lado uma família, de outro lado outra família. Tudo construído pelo frigorífico. Eram um pouco distantes do solo por causa das enchentes. Meio altas porque quando a água saía da beira do rio, eles ficavam ali mesmo, porque iam ir para onde?”

Tais dados direcionam a pesquisa para uma flexibilização da ideia de cidade industrial em prol da referência de cidade operária ou, senão, de uma fusão entre esses dois projetos. Seja qual for o predominante, a ideia de privilegiar a reconstrução desses

processos a partir das memórias de (i)migrantes, abre margem para a incorporação de diversas configurações possíveis para a cidade de Canoas, vista, a partir de então, a partir de suas semelhanças, mas também diferenças em relação a outros aglomerados urbanos brasileiros.

Considerações finais

Através desse breve ensaio puderam ser percebidas as diferentes formas que o fenômeno da mobilidade populacional assumiu no contexto da formação urbana de Canoas. As tipologias legadas a Canoas não se referem, somente, às tentativas de caracterizar a cidade a partir de um marco unitário de identificação. Eles se revelaram, sobretudo, como possíveis projetos para a elaboração da urbe, através dos quais se buscou reconstruir os cenários, mas também conhecer os atores, eles próprios construtores e constituintes dos territórios urbanos da cidade.

A associação às três principais referências que Canoas possui em seu desenvolvimento (ponto de veraneio, cidade dormitório e cidade industrial) possibilitou um entendimento integrado dessas categorias com os processos de urbanização e metropolização da cidade, bem como as diferenciações entre as escalas e contextos em que as (i)migrações estiveram incluídas. Nesse sentido, em um primeiro momento, a mobilidade populacional esteve associada ao uso de Canoas como um ponto de veraneio pela elite porto alegreense, questão imediatamente ligada ao âmbito local. Já posteriormente acompanhou-se, através de um estudo de caso sobre o Bairro Niterói, a construção de uma zona de fronteira entre diversos processos concomitantes na segunda metade do século XX, seja em dimensão global, nacional ou regional. E, por fim, flagrou-se a busca de trabalho em indústrias do município, processo esse estreitamente ligado às migrações intermunicipais.

Finaliza-se pensando que a construção dos territórios de existência dos (i)migrantes junto à realidade urbana vivenciada fornecem inúmeras outras possibilidades de pesquisa senão as aqui apontadas, tais como as permanências, rupturas, segregações e formas de sociabilidade ligadas a esses processos. A cidade acolheu (i)migrantes em diferentes momentos de sua constituição, seja como vila do município de Gravataí ainda no século XVIII, ou como cidade emancipada a partir da década de 1940. Trata-se de diferentes fluxos de migrantes e por isso a necessidade do entendimento da (i)migração como um processo de larga amplitude, considerando-a em suas diferentes formas (internacionais, intra-regionais, inter-municipais, etc.) devido à

grande diversidade de trajetórias com as quais essa pesquisa se deparou: são contingentes de europeus em fuga dos cenários das duas grandes guerras mundiais; grupos saídos de pequenos núcleos urbanos e rurais do Estado e, enfim, migrações em modalidades mais curtas. O elo é a busca de trabalho e melhores condições de vida, elementos esses que acabaram por definir os rumos da urbanização de diferentes cidades brasileiras na segunda metade do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Nas entrelinhas da narrativa: vozes de mulheres imigrantes*. **Estudos Ibero-Americanos**, v. XXXII p. 63-73, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. **Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-322.

PENNA, Rejane Silva. *Lembro; logo, existo: descobrindo a cidade e a história oral*. La Salle: **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, RS, v.3, n.1, p. 65-76, mar. 1998.

_____. *Deslocamentos e adaptações: uma proposta de interpretação das narrativas de migrantes, unindo elementos da hermenêutica e da análise de discurso*. IN: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, N. 1, p. 99-115, junho 2006.

_____. CORBELLINI, Darnis; GAYESKI, Miguel. **Canoas para lembrar quem somos – Bairro Centro**. Canoas, RS: La Salle, 2004.

_____. Canoas: para lembrar quem somos – Bairro Niterói. Canoas, RS: La Salle, 2004a.

_____. Canoas: para lembrar quem somos – Bairro Rio Branco. Canoas, RS: La Salle, 2004b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85)*. IN: GERTZ, René (dir.); GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul: República: da revolução de 1930 a ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SILVA, João Palma. **Pequena História de Canoas- Cronologia**. Canoas: Secretaria Municipal de Educação e Saúde, 1978.

WEBER, Regina. *A região metropolitana e as cidades-operárias*. In: Luís Alberto Grijó; César Guazzelli; Eduardo Neumann; Fábio Kühn. (Org.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 369-393.

Nota: todos os depoimentos orais citados neste texto são referentes ao Projeto – Canoas: para lembrar quem somos (Unilasalle/Prefeitura Municipal de Canoas) e encontram-se disponíveis para consulta no acervo do mesmo projeto localizado no Museu e Arquivo Histórico La Salle.

**A *Brazil Railway Company* e o incipiente processo de colonização e
urbanização da região do contestado (1906-1916)**

*Delmir José Valentini*¹

Resumo: Este estudo levantou dados sobre a atuação da Companhia *Brazil Railway Company*, através de subsidiárias instaladas na Região do Contestado no início do século XX e que atuaram nas atividades madeireiras e colonizadoras. A construção da ferrovia entre os rios Iguaçu e Uruguai coube à *Brazil Railway Company*, que completou o trajeto ferroviário entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, cortando verticalmente a Região do Contestado. Neste trajeto a Companhia construiu estações, distanciadas entre si de forma cadenciada em dezenas de quilômetros e em pontos estratégicos, muitas com projetos de núcleos urbanos nas suas proximidades.

Este estudo levantou dados sobre a atuação da Companhia *Brazil Railway Company*, através de subsidiárias instaladas na Região do Contestado no início do século XX e que atuaram nas atividades madeireiras e colonizadoras. A construção da ferrovia entre os rios Iguaçu e Uruguai coube à *Brazil Railway Company*, que completou o trajeto ferroviário entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, cortando verticalmente a Região do Contestado. Neste trajeto, a Companhia construiu estações, distanciadas entre si de forma cadenciada em dezenas de quilômetros e em pontos estratégicos, muitas com projetos de núcleos urbanos nas suas proximidades.

A maior parte das cidades do Meio-Oeste Catarinense, estabelecidas nas margens do Rio do Peixe, ao longo do trajeto ferroviário da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) tiveram o seu processo incipiente de colonização e urbanização nos primórdios do século XX, a partir do ano de 1910 e tiveram no passado a construção de uma estação ferroviária, cujo incipiente núcleo urbano se espalhou para ambas as margens dos trilhos.

Para entender as transformações que alteraram significativamente o modo de vida dos moradores da Região da Floresta Ombrófila Mista² após a inauguração da ferrovia São

¹ Doutor em História pela PUC-RS. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

² Floresta Ombrófila Mista – é a terminologia proposta pelo IBGE e adequada a um sistema de classificação da vegetação intertropical que mistura duas florestas distintas: a tropical afrobrasileira e a temperada austrobrasileira (pinhais ou matas de araucárias). As condições peculiares no Planalto Meridional Brasileiro,

Paulo-Rio Grande (dezembro de 1910) e que desencadeou processos de ocupação, povoamento, colonização e urbanização ao longo do trajeto ferroviário, se buscou dados nos documentos da Companhia, como os planos de venda dos lotes rurais das propriedades incorporadas, relações nominativas de terrenos medidos, demarcados e divididos para o requerimento de compra pelos posseiros em terras devolutas, a descrição de patrimônio de diversas fazendas, um resumo histórico da empresa antes da incorporação, porém, a maior parte dos dados são oriundos de um resumo do Programa Farquhar, onde estão descritas as empresas do grupo, as subsidiárias, as linhas ferroviárias no Brasil e no exterior, os portos, os aspectos administrativos, as projeções e as perspectivas quanto aos investimentos. No Programa Farquhar, foi possível analisar documentos sobre a *Brazil Railway Company* como a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e as empresas subsidiárias, organizadas com o propósito de fomentar o desenvolvimento das regiões atravessadas pelas suas linhas e garantir o retorno correspondente às ações investidas.

A *Brazil Railway Company* e o programa farquhar

Reginal Lloyd destacou a *Brazil Railway Company* como uma empresa constituída no ano de 1906 para gerir e para administrar “um sistema de estradas de ferro na República do Brasil, juntamente com uma porção de outros negócios subsidiários”. Esta descrição da *Brazil Railway Company*, realizada ainda na primeira década do século XX, já indicava que, além dos negócios ferroviários, a Companhia abarcava “uma porção” de outros negócios subsidiários (LLOYD, 1913, p. 228).

Na descrição da Companhia, Lloyd evidenciou a constituição de gigantescas subsidiárias instaladas pela *Brazil Railway Company*, entre outras, as que atuaram no incipiente processo colonizador e urbanizador da Região do Contestado. Além das descrições de Lloyd, no Programa Farquhar, a *Brazil Railway Company* é destacada pela expansão das malhas ferroviárias, ligando regiões e até países da América do Sul, mas também destaca as ações administrativas e de controle sobre os negócios que formavam o sistema desta gigante companhia.

associadas à latitude e às altitudes planálticas possibilitam a singular Região Neotropical (GUERRA et alli, 2003).

A criação da *Brazil Railway Company*, ocorrida em novembro de 1906, está relacionada à expansão do capital internacional e os empreendimentos liderados pelo norte-americano Percival Farquhar, que buscou sócios poderosos, teve apoio financeiro de banqueiros franceses e escoceses, investidores de Wall Street, financistas de Londres e criou “a holding do império que planejou na grande república dos trópicos” (GAULD, 2005, p. 221), grande tomadora de ações.

A atuação da *Brazil Railway Company*, através de empresas subsidiárias, envolveu a construção de ferrovias e portos, aquisições de malhas ferroviárias já estabelecidas, como as lucrativas ferrovias do sudeste brasileiro, aquisições de ações de outras companhias e investimentos inéditos como a construção da desafiadora ferrovia Madeira-Mamoré. A *Brazil Railway Company*, ainda, investiu no ramo de transportes fluviais, criação de gado e estabelecimento de grandes frigoríficos, investimentos na indústria madeireira e no ramo de colonização.

Os investimentos da *Brazil Railway Company* no Sul do Brasil são abertos com a aquisição das ações da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que havia iniciado a Ferrovia que ligaria o Sudeste ao Sul, numa extensão de mais de 1.400 quilômetros, mas que havia construído, parte do trajeto partindo de Itararé e no outro extremo, subindo de Santa Maria rumo ao Rio Uruguai. O trajeto entre o Rio Uruguai e o Rio Iguaçu, de 380 quilômetros, na área de litígio entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, a *Brazil Railway Company*, em 1907 partiu para a conclusão, já com projetos complementares de extração madeireira e colonização, através de subsidiárias.

Embora existindo a disputa pelo território contestado, os projetos das subsidiárias da *Brazil Railway Company* evidenciam a existência de “vastas zonas cobertas de densos pinheirais (...), extensas planícies...clima temperado...” E, mais uma vez, Lloyd deixou claro os objetivos da *Brazil Railway Company* ao concluir que:

O programa geral da Companhia visa ao rápido desenvolvimento de uma região extraordinariamente fértil e salubre, por muito tempo abandonada. Do progresso material dessa região, do aumento de sua produção e riqueza, depende o êxito da estrada de ferro que, baixando as tarifas, introduzindo imigrantes, estabelecendo colônias, criando novas indústrias e melhorando as comodidades de viagem - identificando-se, de fato, inteiramente, com os objetivos do país - espera obter

adequada retribuição ao seu capital. A Companhia tem largos planos a realizar (LLOYD, 1913, p. 228).

Referia-se, o autor, aos empreendimentos como a extração comercial da madeira, a colonização e as vantagens advindas de desenvolver o transporte ferroviário fomentando a criação de colônias, vilas e povoados ao longo dos trajetos construídos pela Companhia.

A Brazil Railway Company e a construção da ferrovia entre os rios Iguaçu e Uruguai

A Região do Contestado, antes da construção da ferrovia era habitada, esparsamente, pelas comunidades indígenas, pelos caboclos e mestiços pioneiros que remontam aos primeiros séculos da ocupação européia no Sul do Brasil e, principalmente, aos caminhos dos tropeiros que cruzavam Santa Catarina rumo a Sorocaba.

A construção da ferrovia, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, ressaltou a preocupação do Governo brasileiro em ocupar as chamadas “terras devolutas”. No final do Século XIX a região disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina havia sido alvo de disputa internacional protagonizada pelo Brasil e pela Argentina. A preocupação e a urgente necessidade de ocupação efetiva da área levou o governo brasileiro a conceder grandes áreas de terras para a Companhia construtora da ferrovia para fins de colonização.

Segundo Vinhas de Queiroz (1977, p. 70-71), a empresa construtora obtivera do Governo Federal “uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicado por 18”. De modo que, sem levar em consideração as posses de antigos moradores, a área total assim concedida, deveria ser escolhida e demarcada, “dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado”.

Segundo Charles A. Gauld, esta doação continha 2.248.020 hectares nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Somente no Paraná, o Governo cedeu 1.700.268 hectares para a companhia. Crucial para os planos de desenvolvimento, a Companhia planejava vender estas terras para os colonos que iriam então usar a ferrovia para embarcar os seus produtos da agricultura. Ainda, a Companhia descreveu a área incluída nesta doação como excessivamente rica, fértil, bem irrigada e que o clima não é desagradável para a raça branca. Em relatório de Farquhar, escrito em 1909, foi destacado que no Sul do Brasil “o

solo é muito fértil e próprio para trigo, milho, arroz, algodão, frutas e vegetais de praticamente todos os tipos” (GAULD, 1964, p. 210).

Em 1907, a *Brazil Railway Company* partiu de União da Vitória rumo a Marcelino Ramos para concluir rapidamente o trecho e da forma mais econômica possível. Segundo Diacon: “ de União da Vitória um exército de mil trabalhadores se movia para o Sul em direção de São João - SC. Logo uma cidade de barracas se espalhava sobre o interior para acomodar os trabalhadores. A Companhia encheu grandes armazéns, primeiro com as simples barracas de lonas, com comprimentos de trilhos, dormentes, e ferramentas de todas as formas e tamanhos. (DIACON, 2002, p. 48).

Em abril de 1908, foi inaugurado o primeiro trecho de 51 km e, um ano depois, completou-se o segundo trecho de 50 km, homenageando-se o Presidente da República, com o nome da nova estação de Presidente Penna, o qual compareceu à inauguração. No entanto, foi necessário intensificar os trabalhos para a conclusão até Marcelino Ramos, no prazo constante no contrato com o governo (dezembro de 1910).

Para atingir o objetivo rapidamente, o número de trabalhadores multiplicou-se de 1.000 para 5.000, de tal sorte que, trabalhando em ritmo acelerado, ao contratar trabalhadores para determinados trechos e ao construir pontes temporárias de madeira ao longo da linha, a Companhia concluiu os trabalhos em dezembro de 1910.

Diacon registrou a inauguração da ferrovia com o seguinte texto: “No dia 17 de dezembro de 1910, os oficiais locais e regionais da *Brazil Railway Company* e a elite da sociedade do Contestado embarcaram no trem alegremente decorado da *Brazil Railway* em União da Vitória. Horas mais tarde, atravessaram a balançante ponte em Marcelino Ramos e a História estava feita”. Afirmou também que “talvez os primeiros anos da construção não tenham alterado grandemente a vida na região. Agora, contudo, o grande avanço mudou tudo” (DIACON, 2002, p. 47).

Colonização e extração madeireira na região do contestado

A descrição de uma região “extraordinariamente fértil e salubre” são condicionantes nos planos de ocupação e de colonização após a conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande que cortou verticalmente a Região do Contestado.

Nos planos oficiais transparece a ideia da necessidade imediata de colonização e ocupação efetiva das terras consideradas devolutas. Segundo descrição no Programa Farquhar em relatório do ano de 2008, o Decreto 6.455/1907, do Ministro Miguel Calmon, da pasta de Indústria, Viação e Obras Públicas (ligada à pasta dos Negócios de Agricultura e Comércio), expediu o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro e visava “ a introdução de imigrantes agricultores que se proponham estabelecer-se no País, criando centros permanentes de trabalho, de riquezas” (Programa Farquhar).

Através do Decreto n. 7.426, de 27 de maio de 1909, o Presidente da República, Affonso Augusto Moreira Penna, e o Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, concederam autorização para a *Southern Brazil Lumber Company* a fim de funcionar na República, com os devidos estatutos apresentados, mediante a condição de cumprir a legislação em vigor. À substituição do nome *Southern Brazil Lumber Company* para *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* não são esclarecidos devidamente os motivos, apenas, a partir de 1913, sempre que foi citada em documentos oficiais, aparece o nome *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* ou simplesmente *Lumber*.

Na mudança do nome da Companhia, o acréscimo da palavra *colonização* (*colonization*) ao de *madeira* (*lumber*) parece ter acontecido por razões óbvias, já que grandes áreas de terra foram adquiridas para fins de exploração madeireira e consequentemente poderiam ser revendidas aos colonos pela mesma empresa sem precisar recorrer a outra subsidiária do mesmo grupo.

Instalada no centro de vastíssimo pinheiral, na margem esquerda do Rio Negro, entre os Rios São João e Canoinhas, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* começou a ser construída em 1909 e foi concluída no final do ano de 1911. Como em todas as demais subsidiárias da *Brazil Railway Company*, profissionais experientes foram incumbidos da execução do projeto.

Além da preocupação com a instalação da madeireira, os serviços do ramo de colonização foram incumbidos a Mr. Cole, profissional que já obtivera grandes sucessos como chefe dos serviços de colonização da *Canadian Pacific Railroad Company*. Cole foi

responsável pelo estabelecimento de imigrantes poloneses nas diversas colônias à margem das linhas da São Paulo-Rio Grande, entre União da Vitória e Marcelino Ramos.

Reginald Lloyd (1913) escreveu que a serraria erigida em Três Barras começou a funcionar em 22 de novembro de 1911 e tinha capacidade para serrar mais de 200.000 pés de madeira por dia. Além da grande madeireira de Três Barras, outras menores foram sendo construídas na região. Enquanto o grande engenho de serrar de Três Barras foi considerado a segunda maior madeireira do mundo, as demais serrarias menores, que foram sendo construídas e que pertenciam ao mesmo grupo, fizeram parte do maior complexo extrativo madeireiro de então.

A idéia da cadeia lucrativa ficou evidente nas descrições de Lloyd (1913), quando afirmou que a “*Brazil Railway Company* tirará grandes lucros desta empresa com a madeira, sem falar que o transporte da madeira da *Lumber* de 300 a 1.500 km constituirá considerável aumento no tráfego ferroviário” - tudo isso reforça, pois, as ideias constantes no Programa Farquhar; além disso, os lucros emergiriam de várias fontes. Mais do que nunca, tudo foi planejado para funcionar de modo sincronizado

As estações ferroviárias e os núcleos urbanizados ao longo da ferrovia São Paulo – Rio Grande na região do Contestado

A concessão, de grande faixa de terra ao longo das margens dos trilhos, facilitou os interesses mútuos: governo e *Brazil Railway Company*. A Companhia do Grupo Farquhar iniciou a colonização com imigrantes poloneses, ucranianos e, mais tarde, em todo o Vale do Rio do Peixe, chegaram italianos, alemães e outros grupos étnicos menores. Ao longo das estações desembarcaram os novos donos das terras, compradas das colonizadoras registradas em cartório e, quanto mais cresciam os povoados próximos das estações, maior valorização das terras.

A *Brazil Railway Company* teve participação em todo o processo incipiente de colonização da Região do Contestado, seja agindo diretamente ao criar colônias através das duas subsidiárias: *Brazil Development Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, seja de forma indireta, “através de contratos com empresas

particulares que assumiam os serviços de colonização das terras obtidas por concessão do Governo Federal” (SILVA, 1983, p. 78).

Rosângela Silva analisou diversas demandas judiciais e ações que envolvem o processo de colonização em toda a Região do Contestado e áreas concedidas para a *Brazil Railway Company* e suas subsidiárias. Entre os anos de 1908 e 1910, com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, inicia-se o povoamento com a chegada dos trabalhadores da ferrovia. No baixo Vale do Rio do Peixe, ainda em 1908, ocorreu o povoamento de Piratuba.

Ainda antes da conclusão da ferrovia já se iniciou a “discriminação das terras devolutas – autorização dada pelo Governo do Paraná para medição e demarcações. No ano de 1911, a ferrovia São Paulo-Rio Grande já havia iniciado o tráfego, e o processo de colonização ganhou impulso quando o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, expediu o título de revalidação de concessão para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande dos seguintes locais: área de 371.908.795 m² na Colônia Rio Uruguai; área de 40.399 hectares e 5.495 m² no Lageado Leãozinho, também próximo de Cruzeiro, mais tarde Limeira e hoje Joaçaba; na Colônia Rio Capinzal, a Companhia São Paulo-Rio Grande já havia iniciado a divisão dos lotes e a localização dos imigrantes (SILVA, 1983, p. 80).

Subindo o Vale do Rio do Peixe, no Meio-Oeste Catarinense, nas áreas amplas que abrangiam terras dos atuais municípios catarinenses de Videira e Caçador, estabeleceram-se, também, colônias e fazendas, como Bom Retiro, que depois se subdividiu em várias glebas. É interessante frisar que nesta área foi o Estado de Santa Catarina, através da Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas, que expediu o Termo de Reconhecimento de Direito e Aprovação de Medições das Terras Devolutas, como na área de 28.405 hectares e 9.103 m² de terras devolutas nos lugares de Rio Caçador, Rio das Antas e Rio das Pedras (Ibid., p. 91).

Nas concessões do Paraná, observa-se um movimento intenso próximo ao Rio Iguaçu, especialmente nas áreas de interesse colonizador e madeireiro. Silva destacou que, entre os anos de 1905 e 1909, sob o “domínio da *Brazil Railway Company* era construído o ramal São Francisco e intensificado o processo de colonização”. No ano de 1908, o

Governo do Paraná criou a Comarca de Porto União: “A *Southern Brazil, Lumber Company* adquire por compra de Affonso Alves de Camargo e outros o imóvel São Roque, área de 516.912.000 m²” (Ibid., p. 86–91), onde foi instalada uma grande madeireira.

Após a inauguração da ferrovia e das primeiras concessões de terra para a *Brazil Railway Company* para fins de colonização, seguiram-se décadas de intensas negociações de terra, seja por iniciativa da própria *Brazil Railway Company*, através de suas subsidiárias, cujos projetos constavam no Programa Farquhar, seja por companhias colonizadoras particulares.

Enquanto no Extremo-Oeste Catarinense e nas terras do Vale do Rio do Peixe até o Rio Uruguai predominaram os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, já, mais ao norte, nas terras próximas e no Vale do Rio Iguaçu, outras etnias fizeram parte do processo colonizador. Nas terras concedidas pelo Governo do Estado do Paraná, para a Companhia Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande entre as estações de Legru e São João (atual Matos Costa), surgiram várias colônias, a primeira de rutenos, que foi denominada Nova Galícia. Outras surgiram no Vale do Timbó, como Coronel Amazonas, Santa Cruz, São Pedro, São Miguel e Maratá. Ucrânios e poloneses aparecem nestas colônias e constituíram a maior parte da mão-de-obra nos projetos de extração madeireira do Programa Farquhar³.

São visíveis as marcas das transformações da ferrovia instalada na Região do Contestado e em todo o Vale do Rio do Peixe. Do Rio Iguaçu até o Uruguai, a cada duas ou três dezenas de quilômetros, aproximadamente, existiu uma pequena estação ferroviária em torno da qual, logo após a sua inauguração, principiou um pequeno povoado que cresceu com a derrubada da floresta, com o desencadeamento do processo de colonização e com a chegada dos descendentes de imigrantes, advindos, principalmente das colônias de imigração do Paraná e das colônias do campesinato independente do Rio Grande do Sul.

Acompanhando o período delimitado deste estudo (1906 - 1916) podemos destacar um histórico de eventos que são fundamentais no entendimento das transformações protagonizadas pelo impacto da chegada e pela ação do capital internacional na Região do Contestado e os processos de colonização e urbanização desta Região.

³ Além dos dados extraídos de SILVA (1983), também foram consultadas as obras de NODARI(1999) e PIAZZA (1982).

Em 1906, o ritmo de vida da população sertaneja da Região do Contestado continuava inalterado, salvo a ausência do velho monge João Maria de Jesus, que não palmilhava mais a região, pois havia desaparecido, entretanto, decisões tomadas naquele ano mudariam para sempre o curso da História dos moradores da exuberante Floresta Ombrófila Mista.

A Terceira Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1906, contou com a presença do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e de Elihu Root, Secretário de Estado dos EUA. Como resultado desta Conferência, revelaram-se perspectivas “altamente favoráveis” ao gigante da América do Sul, fornecedor de café para a “grande República da América do Norte” e importador de farinha de trigo, produtos elétricos, manufaturados, tecnologia e capitais (GAULD, 2005, p. 219). De Root para Percival Farquhar, o otimismo contagiante levou o *quacre* a tornar-se o “maior empresário de serviços públicos na História nacional” (GASPARI, *apud* GAULD 2005).

Ainda antes do final daquele ano (12 de novembro 1906), Farquhar criou em Portland, Estado do Maine, a *Brazil Railway Company*. Os caboclos ou brasileiros mestiços tiveram a sua História modificada com as decisões que se seguiram após o ano de 1906. No dia 16 de abril de 1907, o Ministro Miguel Calmon, da Pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, expediu o Regulamento de Povoamento do Solo Brasileiro. Em 1908, Miguel Calmon regulamentava o decreto, visando à introdução de imigrantes agricultores no país.

A partir do ano de 1910, os moradores da Região do Contestado iniciaram a experiência das decisões que já haviam sido deflagradas no ano de 1906. Foram, pois, alcançados pelos trilhos ferroviários e também assistiram à chegada das demais companhias madeireiras e colonizadoras do grupo da *Brazil Railway Company*.

A existência de terras devolutas na Região do Contestado facilitou o processo de ocupação e de colonização e correspondeu às iniciativas oficiais do Governo brasileiro. A conclusão da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, entre os Rios Iguaçu, ao norte, e Uruguai ao sul, na Região do Contestado, coube à *Brazil Railway Company*, do grupo de Farquhar. Largas concessões de terras foram expedidas em nome desta companhia, e o Programa Farquhar previa a exploração comercial da madeira e a posterior colocação dos colonos nas terras recém-desmatadas.

As aquisições de terras da *Lumber*, que ocorreram entre os anos de 1910 e 1912, embora registradas entre 1920 e 1921, somam, em oito propriedades pertencentes aos atuais municípios de Porto União e Canoinhas, a quantia de 523.221.922 m² (quinhentos e vinte e três milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e dois metros quadrados).

Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a *holding* de Farquhar e suas subsidiárias, muitas ainda em plena expansão, demandavam grandes investimentos; além disso, não havia possibilidades de retorno ou mesmo de sustentação própria. Todo o império de Farquhar desabou, o “Faraó das Américas” teve, pois, o seu programa interrompido.

Com o fim do Programa Farquhar houve a decretação da recuperação judicial da *Brazil Railway Company*. Em 1916, Farquhar afastou-se definitivamente da *Brazil Railway Company*. Por uma década (1906 a 1916), as suas decisões marcaram a vida e a história dos moradores da Região do Contestado. Nesta década, através da construção da ferrovia e da instalação das estações, foram plantadas as bases para a ocupação, fixação e urbanização definitiva deste espaço. Os recém-chegados abriram as matas, iniciaram o cultivo agrícola, estabeleceram casas comerciais, construíram igrejas, escolas, enfim, estava plantada a base da formação dos núcleos urbanos que originaram as atuais cidades do Meio-Oeste catarinense seguindo o curso da antiga ferrovia São Paulo – Rio Grande.

BIBLIOGRAFIA

BERNARDET, Jean Claude. **Guerra Camponesa no Contestado**. São Paulo: Global, 1979.

DIACON, Todd A. *Millenarian vision, capitalist reality* – Brazil’s Contestado Rebellion, 1912-1916. Fourth printing, Duke University Press, Durham and London 2002.

GAULD, Charles A. **Farquhar, o último titã**: um empreendedor americano na América Latina. Trad. de Eliana Nogueira do Vale. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.

GUERRA, Miguel Pedro e outros. Exploração, Manejo, e Conservação da Araucária (*Araucária Angustifolia*). In **Sustentável Mata Atlântica** – A exploração dos seus recursos florestais. 2 ed., São Paulo: SENAC, 2003.

LLOYD, Reginald. *Twentieth-century impressions of Brazil*. Londres: Lloyd, 1913.

NODARI, Renato. **Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande**. Causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900-1940). Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Porto Alegre: Pallotti, 1982.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

SILVA, Rosângela Cavalazzi da. **Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada** (um estudo sobre a *Brazil Railway Company* no meio-oeste catarinense). Dissertação de mestrado, UFSC. Florianópolis: 1983.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da *Brazil Railway Company* no Sul do Brasil: A instalação da *Lumber* e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)**. Tese de doutorado, PUC-RS, Porto Alegre: 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da *Brazil Railway Company* no Sul do Brasil. **Portos, Rotas e Comércio**. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História. São Paulo: 1971.

Resumo do Programa *Farquhar* ao organizar a *Brazil Railway Company*, feito e oferecido por Charles A. Gauld, Rio de Janeiro, 1942.

Programa *Farquhar*: Empresas subsidiárias, organizadas com capitais fornecidos pela *Brazil Railway Company* (*Southern Brazil Lumber Company, Southern Brazil Colonization Company, Brazil Land, Cattle and Packing Company*);

Arquivo Particular de Romário José Borelli, Curitiba, Paraná

Resumo histórico da empresa antes da incorporação (Documento de 304 p.).

No rol dos sulamericanos: o imigrante árabe em São José do Rio Preto-SP no início do século XX

Henry Marcelo Martins da Silva¹

Resumo: O presente artigo busca analisar a trajetória da inserção social da colônia árabe de São José do Rio Preto-SP no início do século XX, no contexto do turbilhão de transformações urbanas promovidas pelo complexo cafeeiro. Após um período marcado por intensas perseguições que chegaram à tentativa de coerção da fala do árabe pelo Legislativo do município em meados da década de 1900, o elemento *syrio* empreende um característico e bem sucedido projeto de inserção social, que culminou, na década de 1920, no reconhecimento e admiração de toda a comunidade. A partir de fontes impressas de época tais como jornais e Almanques locais, o trabalho busca apreender as dificuldades e as estratégias do grupo, bem como os resultados de um processo de inserção social que embora tenha sido vitorioso, fora marcado por diversos conflitos.

O presente trabalho busca analisar a trajetória da inserção social da colônia árabe na cidade de São José do Rio Preto-SP no início do século XX, num contexto marcado por intensas transformações do meio urbano promovidas pela inserção da localidade no complexo exportador cafeeiro; naquele período, as terras do interior paulista foram sendo paulatinamente ocupadas num processo que teve como fatores primordiais o grande fluxo de capitais e de mão-de-obra, especialmente imigrante, além do desenvolvimento do transporte ferroviário, que em São Paulo cumpriram a dupla função de escoar a produção das zonas produtoras mais antigas e desbravar o sertão, permitindo a ocupação das áreas sertanejas no caminho para Mato Grosso e Minas Gerais.

São José do Rio Preto localiza-se ao norte do Estado de São Paulo, numa região que à época de sua fundação, em meados do século XIX, era conhecida como *Sertões de Araraquara*, sendo frequentemente caracterizada como sertão desconhecido; até a primeira década do século XX, a cidade apresentava baixíssimos índices populacionais, tendo sua população composta por pequenos agricultores e comerciantes, que se empenhavam em enviar sua parca produção às cidades maiores mais próximas, como Araraquara e Jaboticabal que já contavam com ferrovia, ou ainda, no sentido oposto, exportar com imensas dificuldades para as regiões limítrofes de Mato Grosso.

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista e Professor da Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul-SP.

No entanto, a partir da década de 1910 a região passa a contar com o transporte ferroviário, e a observar um intenso processo de desenvolvimento; em 1912 a Estrada de Ferro Araraquara inicia o tráfego na estação local, momento a partir do qual a cidade observa uma intensa transformação dos antigos padrões urbanos, ao passo em que a antiga vila tornava-se a capital da maior zona produtora de café do Estado de São Paulo na década de 1930: a *Araraquarense*.

Naquele processo, São José do Rio Preto transforma-se num dos grandes pólos de atração de mão-de-obra imigrante do interior paulista, e em pouco tempo um “mar” de estrangeiros invade a pequena vila, que abrigava já nas primeiras décadas do século as maiores colônias espanhola, italiana e árabe do interior do Estado. Ligados não apenas às atividades agrícolas, mas também a diversos empreendimentos no meio urbano, os imigrantes inserem-se efetivamente na sociedade local, e já na década de 1920 estão entre os maiores comerciantes e produtores rurais da cidade.

Destes, destacam-se os de origem árabe, porque foram protagonistas de um dos episódios mais burlescos da história local: a tentativa, por parte do legislativo, de coerção da fala árabe na cidade. No entanto, empreendendo um bem sucedido projeto de inserção social, em pouco tempo a colônia insere-se definitivamente na sociedade local, tomando parte das principais atividades e empreendimentos do período, de modo a alcançar, conforme as palavras de um intelectual árabe do período, um lugar no “*rol dos sulamericanos*”. O ponto de partida para a análise da trajetória do elemento árabe na cidade é a Indicação à Câmara do vereador Porfírio Pimentel, em 1906, que reproduzimos abaixo:

“Indicação.

A bem popular e bem do governo municipal desta cidade:

1.º) *Todos os negociantes árabes e turcos desta cidade não poderão continuar no comércio deste município sem Ter um goarda livro esse que seja Brasileiro dentro do Prazo de 30 dias despois de avisado no fim dos 30 dias os que não tiver o goarda livro ô Escripturario Brasileiro, incorra na multa de 50\$000 e não poderá negociar.*

2.º) *Todos os Turcos que fallar na lingua turca perto de um Brasileiro por cada vez que fallar multa de 10\$000 paga na bocca do cofre municipal. Todo o brasileiro que ouvir elles falando e não der parte ao fiscal multa de 10\$000.*

Saude e fraternidade.

Paço Municipal, 3 de Julho de 1906.

P.P.”².

A controversa indicação do vereador Porfírio Pimentel é bem conhecida dos rio-pretenses, principalmente a partir de sua publicação no *Álbum de 1919*, sendo constantemente lembrada por estudiosos e pesquisadores da cidade, ou ainda por aqueles dedicados ao tema da imigração árabe³. O episódio foi utilizado de maneiras distintas pelos diversos autores, servindo para uns como exemplo de perseverança e superação dos membros da colônia, que já demonstravam ser importantes em meio aos demais comerciantes da cidade na época de publicação do referido *Album*, e que já em 1906, data da Indicação de Pimentel, mereciam atenção dos políticos e comerciantes mais antigos.

Para outros ainda, a Indicação do vereador demonstra a dificuldade enfrentada pelos imigrantes, advindas das diferenças culturais, principalmente em relação a sua língua natal, em tudo diferente do português, sendo também, em comparação com as línguas faladas por outros grupos imigrantes presentes em Rio Preto, como os italianos e espanhóis, bem mais ‘estranha’ aos ouvidos dos brasileiros.

Ao analisarmos os padrões migratórios do contingente árabe no Brasil, constatamos que em tudo diferem dos outros grupos estrangeiros que rumaram para o interior paulista. Diferente em primeiro lugar pelos motivos que os levaram a atravessar o oceano, que além do impulso econômico tinha importantes relações com a fuga das pressões e desmandos dos turcos, existindo também diferenças na viagem, paga do próprio bolso ao contrário da grande maioria – italianos e espanhóis principalmente – que obtinham subsídio; além disso, no que se refere à ocupação em terras brasileiras, esta se deu quase sempre em núcleos urbanos e ligados ao ramo do comércio, e quase nunca como colonos em fazendas de café.

Entendemos, portanto, baseados principalmente nas diferenças entre os grupos, que o elemento árabe, dentre todos os imigrantes, foi o que enfrentou as maiores dificuldades de adaptação e inserção social, pelo menos entre as etnias mais comuns em

² SILVA, R. *Album Ilustrado da Comarca de São José do Rio Preto 1919*, p. 14.

³ Podemos citar TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997; ARANTES e ZANIRATO, *Legislativo Rio Pretense: nossa história*. S. J. Rio Preto: Ed. Rio Pretense, 2000; SILVA, Henry M. M. *O imigrante na urbanização cafeeira de São José do Rio Preto: 1912-1940*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP-Franca. Franca: 2002; e SILVA, Henry M. M. *Conflitos na elite: a transformação dos grupos de poder de São José do Rio Preto na República Velha (1894-1930)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp-Franca. Franca: 2009.

São Paulo. E tal situação não foi diferente da enfrentada pelos *turcos* na Rio Preto do começo do século XX, como demonstra a famosa Indicação do início do trabalho.

E de fato foram várias as demonstrações de preconceitos culturais e perseguições aos árabes por parte dos comerciantes previamente estabelecidos, principalmente no início do século, sempre amparados pelos *donos do poder* da cidade, vereadores, polícia, fiscais, etc. No entanto, se avançarmos um pouco mais no tempo, alcançando a década de 1920, apenas dez ou quinze anos depois da tentativa de proibição da fala do árabe na cidade, que felizmente não prosperou, encontramos a colônia em situação totalmente diversa daquela do início do século, que motivara tamanhas perseguições.

O elemento árabe figurava então entre os maiores e mais influentes grupos econômicos locais, ligados tanto ao comércio urbano como à produção cafeeira, à Associação Comercial, além de também estarem ligados aos grandes projetos de benemerência e atividades culturais da época. Eram não apenas aceitos, mas também admirados pelos riopretenses de então. Em 1929, no *Álbum da Comarca*, como que em comemoração a uma trajetória vitoriosa, a colônia árabe encontra-se em destaque na *Galeria das Raças*, ao lado de outros grandes nomes e personalidades locais, tendo ressaltadas as suas qualidades e serviços prestados à comunidade. Não havia dúvidas de que naquele momento, os outrora ‘estranhos’ *syrios*, figuravam na elite de Rio Preto.

A presença do elemento árabe ao que parece é bem antiga em Rio Preto, como demonstra correspondência do então presidente da Câmara e chefe político municipal cel Pedro Amaral, datando do ano de 1898, na qual afirma que já àquela altura os árabes constituíam-se em importantes concorrentes aos comerciantes mais antigos, dois terços dos negociantes locais, sendo também o único grupo estrangeiro com proprietários estabelecidos na então pequena cidade sertaneja de finais do XIX⁴.

Se levarmos em conta o proposto por Truzzi, que o início do processo imigratório dos sírios e libaneses para o Brasil data ainda na década de 1870, é de se admirar que já em finais do XIX eles estivessem presentes de forma tão marcante em uma cidadela do ainda inabitado sertão paulista; ainda mais pelo fato de que os negociantes aos quais se referiu o então chefe político, ao que tudo indica, eram regularmente estabelecidos, ao contrário dos mascates ambulantes que perambulavam pelo interior do Brasil, alcançando as áreas ainda não densamente povoadas.

⁴ Amaral escreve que no ano de 1898, quando a cidade contava com uma população de cerca de 1.000 pessoas e 120 fogos, o então incipiente comércio local contava com 4 negociantes brasileiros e 8 “turcos”, não apresentando negociante de outras nacionalidades. SILVA, *Albun Ilustrado de 1919*, p. 13/14.

A presença destes em nada surpreenderia, já que marcadamente o mascate procurava tais regiões mais ‘desertas’, onde é conhecida sua importância como elemento de desenvolvimento. Mas um número tão grande de negociantes, para as proporções da cidade, regularmente estabelecidos; fixos portanto, ao contrário dos mascates; inseridos no meio local de modo a conseguirem uma relativa preponderância comercial⁵, demonstra grandes barreiras de uma sociedade altamente fechada? Não em nossa perspectiva.

Pelo contrário, entendemos que apesar das grandes dificuldades encontradas pelos pioneiros árabes em Rio Preto, a inserção destes elementos foi muito bem sucedida, principalmente se levarmos em conta que os únicos estrangeiros presentes no comércio local em fins do século XIX, eram os “*turcos*”. Mas como entender uma tentativa, ainda que mal sucedida e que muito provavelmente não tinha o apoio popular, de coerção da fala? Por mais ‘estranha’ que fosse a língua ou a cultura desse grupo imigrante, não seria ele apenas mais um em meio ao oceano de estrangeiros que dirigiam-se ao interior paulista, já familiarizado com as diversidades culturais desses novos elementos?

Entendemos serem outros os motivos que levaram o vereador Porfírio Pimentel a elaborar a Indicação à Câmara; motivos estes ligados às informações da *Correspondência* de Pedro Amaral, e que se referem à concorrência dos comerciantes *syrios*, que teriam desde cedo encontrado espaço no lugar. Nesse sentido, entendemos que ainda que as diferenças culturais constituíssem em barreiras à assimilação e inserção social do elemento árabe, estas não seriam tão importantes, quase intransponíveis, como nos faz pensar a *Indicação* de 1906.

Tais barreiras não foram capazes de afastar os habitantes locais dos hábeis negociantes árabes, que com suas armas atraíam os clientes, ao passo que com “*outras armas*” a antiga elite econômica tentava manter-se no controle. Nesse sentido, entendemos que os conflitos verificados encontram-se no âmbito da concorrência, entre novos e antigos grupos, pelo controle do poder econômico local; e a se julgar pelo

⁵ Entendemos que os dados fornecidos por Pedro Amaral na correspondência tinham por objetivo chamar a atenção das autoridades estaduais sobre a grande presença de negociantes estrangeiros, especialmente os de origem árabe, que impunham concorrência aos antigos “*donos*” do comércio local; o chefe político de então era, ele mesmo, um velho e importante comerciante rio-pretense. Nesse sentido, encaramos com certas ressalvas as premissas de domínio comercial dos “*turcos*”, que de acordo com Amaral constituíam-se de 8 dos 12 comerciantes locais. Em 1902 e 1905, por exemplo, não encontramos nenhum elemento árabe entre os maiores contribuintes dos impostos de indústrias e profissões.

sucesso alcançado pela colônia, reconhecido pelo *Álbum de 1929*, a disputa teve o elemento árabe como um dos vencedores.

Mas em que medida as diferenças encontradas nos imigrantes árabes poderiam dificultar a aceitação e a inserção social desses elementos na sociedade brasileira? Os primeiros árabes foram descritos por Alfredo Ellis Junior como “(...) *homens trigueiros, de aspecto forte, abundantemente servidos de pelos, falavam um idioma muito gutural e incompreensível*”⁶. Tal imagem perdurou no imaginário brasileiro, e criou-se uma série de preconceitos populares, onde, na maioria das vezes, os sírio-libaneses eram relacionados de forma depreciativa.

Truzzi descreve ainda outros atributos mais visíveis da colônia árabe que, como afirma, foram responsáveis pela identificação pejorativa e simplista pela qual eram conhecidos, simplesmente como “*turcos*”, ao invés de sírios ou libaneses: “(...) *a mesma língua nativa característica, a dedicação ao comércio, o padrão de casamento, a sociabilidade introvertida, centrada na própria colônia, e mesmo os pratos típicos tão logo incorporados à cozinha local*”⁷. Mas tais observações teriam ressonância em Rio Preto? Ao levarmos em conta a *Indicação* do vereador Pimentel, tudo indica que sim. Além disso, podemos observar em Rio Preto algumas referências aos diferentes costumes apresentados pelos árabes, como a brincadeira sobre a pronúncia dos sírios contida no *O Porvir* de março de 1906:

“SECÇÃO MOSAICO

É sabido que os árabes que vão se familiarizando com a nossa língua, trocam, ao pronunciar certas palavras, algumas letras.

Há dias um súbdito de Abdul-Hamide, foi consultar um medico, e passando a indagar da dieta, perguntou:

- Doutor, “bode” come carne? O medico impertubavel respondeu.

- Não; come capim.

- “?!...”. (O PORVIR, n.º 132, p. 3, 18/03/1906)

Safady⁸ ressalta que as dificuldades encontrada pelos imigrantes referiam-se aos problemas para pronunciar certas letras, o que segundo o autor teria causado um certo complexo de inferioridade em alguns indivíduos, o que os teria levado a trocar

⁶ ELLIS JUNIOR, A. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. p. 198.

⁷ TRUZZI, 1997. *Op. cit.* p. 76.

⁸ SAFADY, Wadih. *Cenas e cenários dos caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: 1966. p. 200.

seus nomes por traduções ou apropriações mais familiarizadas aos padrões brasileiros. Mas é certo também que a adaptação do nome foi utilizada como instrumento de inserção desses elementos, facilitando o convívio e o desempenho de suas atividades, como demonstra a declaração de Calil Abois, na *Sessão Livre* do *O Porvir* de 1905.

“SECÇÃO LIVRE

DECLARAÇÃO

Calil Abois, também conhecido por Miguel José, negociante residente neste cidade, declara para os devidos efeitos que d'esta data em diante passa a assignar-se Miguel José Calil Abois, sem entretanto prejudicar os negócios já realizados com o seu primeiro nome.

S. José do Rio Preto, 27 de Agosto de 1905.

Miguel José Calil Abois”. (O PORVIR, n.º105, p. 2, 10/09/1905).

Nesse sentido, é importante destacar como estratégia da colônia árabe o processo destacado por Truzzi como de “*reinvenção das identidades*”, onde a dedicação ao comércio, e especialmente a figura do mascate, seriam utilizados para transformar a ótica depreciativa pela qual se enxergava a colônia. Além disso, Truzzi destaca que as qualidades inerentes à figura do mascate, dentre as quais ressalta o trabalho duro, a frugalidade e a perseverança num futuro melhor, foram insistentemente reafirmadas e exibidas como exemplo de conduta⁹. Entendemos que de fato em Rio Preto a relação com o comércio foi a porta de entrada no processo de inserção destes elementos na sociedade local, projeto que embora bem sucedido, não aconteceu sem maiores conflitos.

Safady nos conta que o comércio, especialmente pela figura do mascate, foi a “(...) *base de toda a sua atividade e o ponto de partida para a sua dispersão em todos os recantos do país.*”¹⁰; de fato a dedicação, durante certo período, à atividade de mascateação estava inserida na estratégia coletiva de inserção dos árabes, onde os membros estabelecidos davam suporte aos mais novos, estabelecendo-se então uma estável corrente de imigração¹¹. Nesse sentido, ainda que em sua terra natal os sírio-libaneses dedicassem-se à atividades ligadas ao campo, esta não foi a opção da grande maioria ao chegar ao Brasil; a considerar-se os dados fornecidos pelos chegados em

⁹ TRUZZI, 1997. *Op. cit.*, p. 76.

¹⁰ SAFADY, J. *Panorama da imigração árabe*. São Paulo: Ed. SAFADY, 1972. p. 21.

¹¹ TRUZZI, 1997, *Op. cit.*, p. 35.

Santos, muito provavelmente já tinham em mente, como estratégia, trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos¹².

Embora não tenhamos dados que permitam mensurar a importância relativa dos árabes no comércio local para os primeiros anos do século XX, percebe-se, por meio dos jornais, que desde cedo eram identificados enquanto colônia. Em 1906, por exemplo, faziam-se representar coletivamente num evento importante para os padrões locais, estando presentes no enterro do filho do cel. Adolpho Corrêa, chefe político local, conforme referência feita pelo *O Porvir* de 13/05/1906¹³.

Em 1911, no evento comemorativo do dia 20 de setembro, data da colônia italiana, em que se realizou uma passeata pela cidade, com banda e grande pompa, a bandeira síria figurava à frente do grupo, ao lado das do Brasil e Itália; é interessante notar que o cortejo, numa alusão às principais colônias locais, homenageasse apenas os italianos e árabes, não havendo ainda referências a espanhóis e portugueses, outros importantes grupos estrangeiros presentes em Rio Preto no início do século passado.

No entanto, para o elemento árabe não foi tão simples o processo de inserção na sociedade da época. Apesar de cada vez mais aceitos, é de se imaginar a crescente concorrência imposta aos antigos comerciantes, principalmente pelos novos métodos de comércio utilizados pelos *syrios*, dentre os quais se destacam, além do ambulante que vai ao encontro dos clientes em suas residências, os preços menores praticados pelo grupo, além das imbatíveis vendas a prazo, que ao que parece logo atraíram estável clientela¹⁴.

Contra esse processo levantaram-se os poderosos locais, que utilizando-se do poder político lutaram contra a “*invasão*” árabe no meio comercial da cidade. E foram várias as tentativas, desde a primeira Câmara eleita e durante toda a primeira década do século passado, de barrar o avanço dos sírio-libaneses, como demonstram os pesados impostos cobrados aos mascates, que de tão altos alcançavam, às vezes, boa parte do orçamento anual da prefeitura. Nesse sentido entendemos as investidas da Câmara contra os árabes, principalmente se levarmos em conta que o primeiro chefe político da

¹² Os dados estatísticos apresentados por Truzzi, demonstram a grande diferença entre as etnias chegadas ao porto de Santos à época, uma vez que entre os sírios e libaneses do período, pouco se apresentaram como agricultores. Para um total de 18% de *syrios* ligados a atividades rurais, temos em comparação, por exemplo, para o mesmo período, os italianos, com 49,11% descritos como agricultores, os portugueses com 47,99%, 78,63% dos espanhóis e 98,95 % dos japoneses. TRUZZI, 1997. *Op. cit.*, p. 39.

¹³ O PORVIR, n.º 140, p. 2, 13/05/1906.

¹⁴ Truzzi qualifica de “*revolução*”, as inovações nas práticas comerciais introduzidas pelos árabes. TRUZZI, 1997, *Op. cit.*, p. 58.

cidade, cel. Pedro Amaral, era o maior negociante local. Arantes e Zanirato qualificam de draconianas as leis impostas contra os mascates, como demonstra o projeto aprovado em abril de 1896, que estabelecia em um conto de réis o imposto para a mascateação no município; e ressaltam a desproporção do valor estabelecido, pois uma vez que o orçamento total do município naquele ano era de 17 contos de réis, o imposto aplicado ao mascate era simplesmente exorbitante¹⁵.

E as perseguições não limitavam-se aos ambulantes, sendo vítimas também os comerciantes estabelecidos de origem árabe, como demonstra o conflito em 1907, no qual um grupo de representantes do comércio, todos membros da colônia, envia uma representação ao presidente da Câmara, reclamando contra a perseguição imposta aos mesmos por parte da polícia¹⁶.

As perseguições do período ao que parecem foram bastante duras, mas tiveram como consequência um efeito positivo: a organização, por necessidade de defesa, dos membros da colônia, que coletivamente lutavam para estabelecer-se na cidade, defendendo-se dos ataques dos “*de fora*”. Exemplo disso foi a greve empreendida por parte dos comerciantes locais no início de 1908, não comentada nos jornais e sobre a qual não temos muitas informações, da qual tomaram parte, pelo visto, vários elementos da colônia árabe. É o que se entende ao se analisarmos os expedientes da prefeitura do mês de fevereiro, publicados no *O Porvir*, que trazem uma *Portaria* do prefeito municipal do dia 1º. de fevereiro “...ao fiscal do primeiro districto, ordenando que casse as licenças de todos negociantes implicados na greve.”¹⁷.

Empreendidos então coletivamente, num projeto de inserção social que passava pelo estabelecimento efetivo no concorrido comércio da crescente Rio Preto, os árabes conquistaram pouco a pouco o seu reconhecimento pela sociedade receptora. E o estabelecimento econômico do *syrio* em Rio Preto não tardou em se efetivar; a partir da segunda década do século passado, observa-se uma verdadeira invasão dos árabes no comércio local, que passam a constituir boa porcentagem dos negociantes, muito embora fosse reduzida sua participação, em números absolutos, na composição da população local. Além disso, durante a década de 1920 encontramos vários indivíduos da etnia figurando entre os grupos de maior poder econômico.

¹⁵ ARANTES e ZANIRATO, 2000, Op. cit., p. 16.

¹⁶ (O PORVIR, n.º 199, p. 3, 12/07/1907).

¹⁷ (O PORVIR, n.º 228, p. 2, 23/02/1908).

Tomemos como exemplo a lista de contribuintes do imposto da *Coletoria Estadual*¹⁸ para o ano de 1927, que demonstra a grande presença do árabe entre os proprietários de estabelecimentos comerciais, representando mais de 28% dos negócios de imigrantes naquele ano. Do total de 566 estabelecimentos encontrados, os *syrios* são donos de 107. Dois anos depois, a mesma *coletoria* apontava 6 árabes entre proprietários dos 15 maiores estabelecimentos, sendo que os dois primeiros, a casa bancária de Chaim José Elias e o estabelecimento de Moysés Miguel Haddad & Cia, pertenciam a membros da colônia. Naquele ano, poucos estabelecimentos pagaram impostos cujo valor ultrapassasse um conto de réis; dentre os 31 estabelecimentos que atingiram essa marca, 9 eram de propriedade de *syrios*¹⁹.

Em 1930, na lista dos contribuintes²⁰ elaborada pela prefeitura, é visivelmente importante a presença do árabe entre os proprietários locais, representando grande parcela dos imigrantes em atividades comerciais à época; naquele ano, 4 *syrios* figuravam entre os 15 maiores proprietários de estabelecimentos comerciais da cidade. Além disso, se considerarmos dos contribuintes daquele ano apenas os estabelecimentos cujo imposto ultrapassou o valor de um conto de réis, perceberemos a intensa presença dos *syrios* entre os maiores comércios locais, uma vez que detinham, à época, exatamente um terço, ou seja, 20 dos 60 estabelecimentos daquele ano a alcançarem aquela marca.

E a presença econômica dos árabes não limitava-se apenas ao comércio, investindo em outros negócios lucrativos, de acordo com as diferentes oportunidades surgidas ao longo do tempo; no decorrer do período de estudo, e mais frequentemente na década de 1920, encontramos nomes de elementos da colônia ligados aos mais diversos empreendimentos, como o banco de Chaim José Elias, além de grandes empresas comerciais, como é o caso do maior empreendimento local da década de 1920, a criação da “*Cia Melhoramentos de Rio Preto*”, que fundada em 1925, foi responsável por vários quilômetros de estradas pelas diversas áreas do extenso município.

Além disso, era frequente entre o grupo o investimento do capital acumulado em alguns anos de trabalho na compra de terras e na formação de plantações de café; em Rio Preto, esse processo se deu ao que tudo indica desde o início do século XX, uma

¹⁸ O MUNICÍPIO, nº. 984, nº. 986, nº. 987, nº. 990, nº. 993, nº. 995, nº. 1001, nº. 1004, nº. 1005, nº. 1007, publicados entre 15/02 e 13/03 de 1927.

¹⁹ A NOTÍCIA, nº. 990, p. 4, 30/01/1929.

²⁰ O MUNICÍPIO, nº. 1706, nº. 1707, nº. 1708, nº. 1709, e nº. 1710 publicados entre 24 e 29 de janeiro de 1930.

vez que já em 1915, encontramos os *syrios* entre os mais importantes produtores de café locais. Nas listas dos maiores cafeicultores de Rio Preto, publicadas pelo periódico *Boletim do Café*²¹, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, encontramos diversos nomes de *syrios* entre os mais importantes proprietários dedicados àquela atividade; existente para o período de 1915 a 1938, o *Boletim* publicava os nomes dos vinte maiores cafeicultores de todos os municípios paulistas, e desde o primeiro número, encontramos árabes entre os mais importantes produtores rio-pretenses.

Em 1915, na lista que seria renovada apenas para o ano de 1922, os *syrios* Ferlitte José e Felício Scaff eram respectivamente o nono e décimo sétimo entre os maiores cafeicultores locais. Em 1924, o mesmo *Boletim* aponta outros dois elementos da colônia entre os mais importantes produtores: José Scaff e Homsí Buchalla & Cia, respectivamente oitavo e décimo sexto entre os vinte maiores para aquele ano.

E no final daquela década, o elemento árabe ocupa de vez um lugar entre os mais importantes do setor cafeeiro; em 1928, são árabes o dois maiores cafeicultores de Rio Preto, Moysés Miguel Haddad e José Scaff, respectivamente com 780 e 714 mil pés de café. Nesse ano também o quinto maior cafeicultor, Azziz Elias, era de origem árabe. Ainda em 1930, o *Boletim* apresenta José Scaff em primeiro lugar na lista dos vinte principais cafeicultores locais, que continha ainda os nomes de Moysés Miguel Haddad como décimo segundo, Abrão Ramom e Abrão Raduan, respectivamente décimo sétimo e décimo oitavo maiores produtores. O periódico da Secretaria de Agricultura foi publicado até o ano de 1938, e até esta data, o elemento árabe sempre figurou entre os maiores cafeicultores, sempre com mais de um indivíduo, destacando-se nesse período os nomes de Chaim José Elias, terceiro maior produtor em 1933, e Calil Buchalla, importantes produtores árabes que figuraram nas listas após o ano de 1930.

E o processo de inserção da colônia passava também pela sua representação em Associações, que muito mais do que voz oficial serviam de espaços de convivência entre os elementos patrícios. A primeira associação árabe local data já de 1913, constituída para representar a colônia em momentos de necessidade; tal instituição durou pouco, sendo várias vezes reformada até ser substituída pela “*Sociedade Jovens Syrios*”, fundada em 1922 e que a partir de 1925 torna-se a referência oficial da colônia

²¹ *Boletim do Café*: Estatísticas de Produção e de Comércio da Secretaria de Agricultura, Comercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo (1915-1938).

em Rio Preto. Sobre a associação árabe “*Jovens Syrios*”, escreve Choeire para o Álbum de 1929:

“Reunindo aí os mais preciosos elementos da Colônia, a Sociedade “Jovens Syrios” tem sabido, neste cinco annos e pouco de existência, desempenhar condignamente o seu delicado papel de representante official da Colônia Syria de Rio Preto e localidades vizinhas, correspondendo estrictamente aos seus desejos e aspirações, na louvavel obra e nobre missão da approximação entre Syrios e Brasileiros. Sempre apegada a essa divisa tem interpretado fielmente, o pensamento dos Syrios e aproveitado bem todas as occasiões de representar o Syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.”. (CHOEIRE, E. A Colônia Árabe ÁLBUM 1929. Galeria das Raças, s/n.).

É importante ressaltar ainda o papel das instituições coletivas da colônia para a efetivação do processo de *reinvenção das identidades* descrito por Truzzi, ditando a “imagem oficial” da colônia, ou, como nos explica Choeire no Álbum de 1929, “(...) *representar o Syrio como realmente elle é e não como supunham sel-o erradamente.*”. A “imagem” do elemento árabe passava então pela reafirmação, entre os membros da colônia, de sua cultura e tradições, que além de preservadas nas festas e convivências proporcionadas pela “*Jovens Syrios*”, eram ensinadas em um colégio próprio, mantido pela instituição. Além disso, como vimos, era essencial para o projeto de inserção do grupo, a imagem de trabalho e objetividade do elemento árabe, esta representada nos indivíduos de maior ascensão financeira. Nesse sentido, a associação árabe local mantinha na década de 1920 um efetivo serviço de proteção de indigentes, que mais que auxiliar patrícios, proporcionava um orgulhoso diferencial aos membros da colônia, sendo de acordo com Choeire “(...) *quase impossivel ver um mendigo de nacionalidade syria vaguear pelas ruas da cidade.*”²².

Durante a segunda década do século XX, especialmente pelo reconhecimento público de alguns membros da colônia, percebe-se que os árabes conseguem progressivamente sua aceitação por parte dos rio-pretenses. A sua definitiva consolidação econômica trouxe prestígio e levou o elemento árabe a participar ativamente da vida social da cidade, atuando nas mais diversas associações locais.

Tomemos como exemplo a *Associação Comercial* de Rio Preto, instituição que ao longo do tempo exerceu uma crescente influência política, e que contou em sua

²² CHOEIRE, E. A Colônia Árabe. In: CAVALHEIRO, ÁLBUM DA Comarca de 1929. Galeria das Raças, s/n.

organização, em 1920, com a participação dos comerciantes *syrios* João Bassit e Nagib Gabriel, este último, presidente de 1925 a 1928. Destaca-se ainda a *Associação dos Empregados do Comércio*, que teve os *syrio* Mario Tuffi Abufares como membro do conselho fiscal da primeira gestão, e Tuffi Elias Abufares como suplente de Diretor em 1929²³. Além disso, percebe-se o investimento dos membros da colônia em benemerência, participando ativamente de causas públicas como é o caso da criação do primeiro hospital local, fundado ainda em 1909 e que funcionou até 1915; a “Casa de Caridade”²⁴ teve, entre os seus idealizadores, os nomes dos *syrios* Chaim José Elias e José Scaff.

Ainda nesse período, foi importante a atuação de Nagib Gabriel, que membro da loja maçônica *Cosmos*, foi incorporador da “Casa de Caridade” mantida no surto epidêmico de gripe em 1918, que reativou momentaneamente os trabalhos da antiga e precária casa de saúde pública. Na década seguinte, na campanha para a criação definitiva da *Santa Casa* local, novamente foi fundamental a atuação de Nagib Gabriel e Chaim Jose Elias, presentes desde as primeiras reuniões, e que juntamente com outros “grandes” da colônia, foram de grande importância para o estabelecimento definitivo daquela conquista pela localidade, especialmente por seu auxílio financeiro²⁵.

E a presença dos representantes da colônia ao que parece era quase que obrigatória em todos os grandes projetos sociais que se efetivaram na cidade à época. Em 1926, por incentivo do Juiz de Direito local, diversos nomes de relevo uniram-se no projeto de fundação da “*Sociedade Beneficente de Rio Preto*”, fundada em 15 de novembro daquele ano com apoio financeiro de vários elementos da colônia, destacando-se a figura de Moysés Miguel Haddad, escolhido tesoureiro da entidade. Além disso, destaca-se o fato de a reunião de fundação da sociedade beneficente ter acontecido nos salões da “*Jovens Syrios*”²⁶.

Os representantes da colônia não deixam dúvidas sobre o padrão do árabe inserido na sociedade local; Chaim José Elias, João Bassit, Moysés Miguel Haddad e Nagib Gabriel eram todos elementos de posse, ligados aos mais diversos empreendimentos locais, estereótipo perfeito do árabe vitorioso almejado como imagem

²³ CAVALHEIRO, A. *Álbum de 1929*. Cap. XI - Rio Preto Associativo. s/n.).

²⁴ GOMES, *Gente que ajudou a fazer uma grande cidade* – Rio Preto. São Paulo: Ed. Gráfica São José, 1975. p. 125 e 126.

²⁵ É o que demonstra a lista dos doadores para as obras de construção do prédio da Santa Casa, publicada pelo A Notícia em 1925, onde os árabes representam boa parte dos doadores: entre os 13 nomes que haviam auxiliado a instituição, estavam os de João Bassit, Moisés Miguel Haddad, a firma “João Gabriel & Irmãos” de Nagib Gabriel e Chaim José Elias. (A NOTÍCIA, nº. 57, p. 1, 20/02/1925).

²⁶ O MUNICÍPIO, nº. 910, p. 1, 17/11/1926.

pela colônia. Internamente, atuando de forma mais próximas dos elementos da colônia, percebe-se a atuação de elementos diferenciados, como alguns intelectuais e profissionais liberais, como o professor Elias Choeire e os médicos Habib Garzuzi e Taufik Rahd, todos diretores da associação “*Jovens Syrios*” na década de 1920.

Em fins da década de 1920, a trajetória ascendente do elemento árabe ao que parece estava completa; os elementos da etnia estavam entre as maiores fortunas locais, e ligados aos mais importantes eventos e projetos. Eram ao que tudo indica admirados pelos rio-pretenses, como demonstrado nos eventos públicos em homenagem à colônia do início de 1929, como o “*Grandioso Festival Oriental*” e a apresentação do filme sobre a Síria e Líbano “*A atração do Oriente*”, eventos que foram grandiosamente noticiados pelo *O Município*:

“Diversões

Edem Parque

Será focalizada na tela desta casa de diversões, hoje na 2ª sessão, às 9 horas, a importante e bellissima pellicula ‘A Attracção do Oriente’, grandioso film documental de um dos paizes mais antigos na História da Humanidade: a Syria e o Líbano de 1927, pellicula filmada por pessoal technico e artístico.”. (O MUNICÍPIO, n.º1545, p. 2, 28/02/1929)

Elias Choeire, ao comentar para o *Álbum de 1929* o vitorioso processo de inserção e ascensão social do elemento árabe, elogiava a diversidade de empreendimentos a que se dedicavam os membros da colônia, prova cabal, segundo o autor, de que naquele momento, os “*filhos da Syria*” ocupavam seu merecido lugar de destaque, “*no rol dos Sul Americanos*”. Nas palavras de Choeire:

“Em summa, temos entre a colônia aqui, os lavradores, os industriaes especializados em productos de terra, os boiadeiros e os criadores, isto nos domínios da agricultura e seus derivantes.

Nas outras profissões igualmente honrosas e dignificantes o numero desses compatriotas não é, relativamente, pequeno.

(...)

*Todo esse movimento e esses varios empreendimentos quer na lavoura, nas profissões liberaes e na industria, todos elles de caracter perpetuo e de duração indefinida, indica perfeitamente e de maneira simples e cabal que os filhos da Syria que aqui estão, já estão contados no rol dos Sul Americanos.” (CHOEIRE, Elias. A colônia árabe. *Álbum de 1929*. Galeria das Raças. s/n.).*

Mas até que ponto ia a aceitação do árabe na sociedade rio-pretense? A sua ascendente trajetória mostra os *syrios* entre as elites econômicas e culturais de Rio Preto. Tal inserção seria confirmada pela entrada dos membros da colônia no grupo de poder político? É o que se apreende da eleição de José Scaff para a suplência do cargo de vereador, função que ocupou por curto período em 1912, e que deve ser considerada importante, uma vez que a presença do elemento árabe na política era praticamente nula até a década de 1930²⁷. Ressalte-se ainda que a figura do *syrio* nesse processo foi aquela tanto almejada pelos membros da colônia no *processo de reinvenção das identidades* e de valorização da etnia proposto por Truzzi: José Scaff, grande comerciante e importante lavrador, um dos quinze maiores produtores de café da cidade à época, encarnava o resultado do caminho trilhado pelo trabalho duro, exatamente as virtudes tanto ressaltadas pelos árabes, que seriam as bases pelas quais haveria a valorização daquela imagem prévia pejorativa tida pelo grupo. Tais características, ao que parece, foram as responsáveis pela importante entrada do elemento árabe no grupo de influência política local.

Mas ao contrário do que possa parecer, a precoce entrada de um árabe no grupo que controla o poder político, dada pela eleição de Scaff, não anunciava uma grande participação da etnia na política local ao longo do período, pelo menos no que se refere à ocupação de cargos eletivos, uma vez que não houve nenhum membro da colônia entre os vereadores e prefeitos rio-pretenses desde então. Somente na década de 1940 surgiram políticos de relevo entre os *syrios* da cidade, como Waldemiro Naffah (Secretário dos Negócios do governador Ademar de Barros em 1949) e Bady Bassit (prefeito municipal em 1950 e Deputado Estadual em 1955).

Em Rio Preto, ao que tudo indica as preocupações do elemento árabe estiveram mais voltadas aos seus negócios e atividades, e o grupo não envolveu-se em conflitos políticos de destaque no período, em consonância com a curiosa nota do *A Notícia* de 1929 em referência ao grande comerciante e fazendeiro *syrio* Moysés Miguel Haddad:

Seção Quitutes (Pensamentos, e... preconceitos)

“Por mim pode ser lá quem for o futuro Presidente da República, o que eu quero é vagões para embarcar café”. Moysés Haddad

((A NOTÍCIA, n.º 1134, P. 1, 09/08/1929).

²⁷ TRUZZI, 1997, *Op. cit.* p. 150.

No entanto, em fins da década de 1920, um curioso episódio envolvendo um importante membro da colônia árabe indica que as ideias políticas não estiveram totalmente descartadas pelo grupo, e revelam a forma de atuação política dos árabes rio-pretenses no período; Nagib Gabriel, presidente da *Associação Comercial*, falsifica ofício da entidade em congratulações à eleição de Victor Bastos para prefeito, inserindo vários elogios ao amigo, atitude que não passou pelo oposicionista *A Notícia*, que lança várias críticas ao presidente da associação:

“ELOGIOS DE ENCOMMENDA

O Sr. Nagib Gabriel, candidato perpétuo do sr. Victor Bastos, a uma cadeira de vereador, ilude a boa fé dos diretores da Associação Comercial
A posição crítica do Presidente da Associação que falsificou um offício

“Mas todos sabem das relações do sr. Nagib Gabriel com o sr. Victor Bastos, como também é do conhecimento que o sr. Victor sempre pensou em fazer do sr. Nagib, vereador à Câmara Municipal e que isso constitue o sonho do sr. Nagib.

Pois muito bem. O offício não agradou ao velho prefeito.

Queria o governador, largos elogios, rasgadas barretadas e d’ahi o sr. Nagib Gabriel substituir o offício...”. (A NOTÍCIA, n.º 474, p. 1, 30/01/1927).

O elemento árabe, embora não estivesse representado por nenhum membro da colônia nos cargos da Câmara, atuava à sua maneira no meio político local, adquirindo importância ao longo do tempo como grupo influenciador de opiniões e angariador de votos, como demonstram as participações de João Bassit em 1912, e a atuação de Nagib Gabriel em 1927.

E o que fizeram os árabes da colônia local no momento em que passaram a influenciar o meio político? Atuaram no sentido de garantir sua permanência na situação de destaque no meio econômico rio-pretense, origem de todo seu processo de ascensão; defendendo a posição que a duras penas haviam conseguido, os grandes árabes do comércio empreendem uma grande campanha contra o comércio ambulante, que “*muito prejudicava*” os comerciantes estabelecidos, como demonstra a nota do *A Notícia* de fins de 1925:

“EM BENEFICIO DO COMMERCIO HONESTO

Campanha necessaria

(...) é justo que a Camara Municipal procure corresponder a essa boa vontade, protegendo o commerciante estabelecido contra a ganancia e a especulação dos vendedores ambulantes, dos mascates, dos homens da prestação.

(...)

A nossa cidade està cheia desses typos indesejáveis que infestam as pensões e às vezes atrevidamente se apresentam às casas particulares.

(...)

Actualmente, disse-nos hontem sympathico gerente de uma das importantes casas da praça, é simplesmente espantoso o numero desses vendedores a prestação, desses ambulante sque muito seriamente prejudicam o negocio do commercio estabelecido e que sempre concorre para todas as iniciativas que visem o bem publico, o progresso da cidade.”. (A NOTÍCIA, n.º 196, p.1, 06/12/1925)

Por meio da *Associação Comercial*, da qual participavam vários elementos *syrios*²⁸, os donos do comércio atacam os ambulantes durante todo o final da década de 1920, sendo constantes nos jornais as referências ao comércio ilegal nas ruas²⁹, ou às necessidades de aumento de impostos para aquela atividade³⁰.

“Ambulante Multado

Hontem, o funcionário municipal, sr. Brigagão Luccas, multou o vendedor ambulante, Samuel Gumback, de que também apreendeu as mercadorias, por estar exercendo o commercio sem haver pago os impostos municipaes a que estava sujeito.”

(O MUNICÍPIO, n.º 1405, p. 1, 15/08/1928)

“Abuso nas feiras e as irregularidades no fechamento do commercio

As providencias da Associação Commercial

Irregularidades no fechamento dos estabelecimentos nos bairros mais afastados e a venda de artigos de armarinho e quinquilharias na feira. (artigos que não são de primeira necessidade.). (A NOTÍCIA, n.º 1354, p. 1, 27/05/1930)

²⁸ Fizeram parte da Diretoria da Associação Comercial naquele período os árabes Nagib e João Gabriel, João Bassit e Salomão Elias Abufares.

²⁹ A NOTÍCIA, n.º 203, p. 1, 18/12/1925.

³⁰ A NOTÍCIA, n.º 898, p.1, 07/10/1928.

Eram eles agora a pedir proteção da política em defesa de seus interesses, muito embora poucos anos antes, como vimos anteriormente, seus patrícios tenham enfrentado tão grandes dificuldades para inserir-se no mercado local; tudo indica que teriam aprendido a lição.

Insulares em Porto Alegre: a imigração siciliana na capital (1875-1920)

Leonardo de Oliveira Conedera¹

Resumo: O presente trabalho visa apresentar a imigração de sicilianos em Porto Alegre no último quartel do século XIX até o início do primeiro conflito mundial. Pretende-se contextualizar a realidade dos imigrantes insulares vindos no final do oitocentos; designar as suas províncias e suas cidades de origem; destacar os espaços que estes emigrados ocuparam em meio ao processo de urbanização pelo qual a capital passava; apresentar a inserção socioeconômica dos sicilianos na vida urbana porto-alegrense.

Palavras-chave: Imigração siciliana, Porto Alegre, Urbanização.

Porto Alegre e a imigração

Na segunda metade do século XIX, Porto Alegre era uma cidade em transformação. Na esfera comercial e industrial vislumbravam-se modificações significativas, cuja influência advinha, particularmente, das ações exercidas por imigrantes alemães e italianos estabelecidos no Rio Grande do Sul no decorrer do oitocentos.

A cidade acolheu parte significativa dos contingentes imigratórios que se destinaram para o país ao longo do século XIX (DIÉGUES Jr., 1964). Sérgio da Costa Franco (1983) enfatiza que a Guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870, beneficiou os bons negócios, pois o Arsenal em Porto Alegre estimulou relevante movimentação das atividades mobilizando diversos profissionais como ferreiros, armeiros, alfaiates, funileiros entre outros, visto que o combate demandava vários suprimentos.

As reformas urbanas verificadas entre os anos de 1850 e 1880 foram extremamente importantes: construção do Teatro São Pedro, em 1858, colocação de chafarizes nas principais praças públicas, surgimento da companhia Carris, em 1872, e o surgimento dos bondes de tração animal, a iluminação pública a gás, a abertura da estrada de Ferro ligando Porto Alegre a Novo Hamburgo, em 1874, e a inauguração da Companhia telefônica, em 1884 (FORTINI, 1962). Com relação aos espaços urbanos Constantino (1998) aponta que:

o centro era o espaço das sociabilidades públicas e, antes que uma reordenação global fosse promovida, fez-se da Rua da Praia um *boulevard*.

¹ Mestrando de História da PUCRS.

Pois era ali que havia a maior concentração de estabelecimentos comerciais. Em 1895, dos 286 estabelecimentos registrados, 161 são identificados com segurança por seus proprietários com sobrenome estrangeiro, descontados aqueles que evidenciam sobrenomes lusos. Como proprietários de origem italiana estão registrados 78 estabelecimentos, 48 são alemães, 22 denunciam origem francesa, árabe, judaica, polonesa, espanhola ou grega.

A partir desses dados, pode-se inferir que mais de 56% dos estabelecimentos comerciais de Porto Alegre pertenciam a imigrantes ou descendentes. Dentre esses se destacam os italianos proprietários de cerca de 27% destes estabelecimentos, enquanto os alemães possuíam 16%.

Em meio às transformações urbanas desenvolvidas na capital gaúcha, entre o final do século XIX e os dois primeiros decênios do XX, vislumbram-se também acréscimos populacionais significativos. O censo de 1872 registrava o número de 35 mil habitantes. Já em 1890, seriam 52 mil, e, em 1916, haveria 179 mil almas (BORGES, 1993). Isto é, a população de 1872 até 1916 quintuplicou. Os imigrantes foram primordiais para a quantificação do número de residentes no período.

No princípio do novecentos o crescimento e a formatação do setor industrial estavam diretamente vinculados com “os artífices entrados como imigrantes” no Rio Grande do Sul. A partir das pequenas oficinas e do seu gradativo desenvolvimento incluindo diverso maquinário, as indústrias começariam a crescer (DIÉGUES Jr., 1964). Paul Singer (1968) também frisa que a:

(...) evolução da cidade na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do atual se acha dominada pelas conseqüências da colonização alemã, não somente devido ao intercâmbio comercial com as colônias, mas porque o capital que nelas se acumula acaba sendo, em boa parte, investido em indústrias e empreendimentos comerciais de maior fôlego, cuja sede só pode ser Porto Alegre.

Portanto, no final do oitocentos e nos primeiros anos do novecentos, Porto Alegre recebeu um fluxo significativo de imigrantes de diversas etnias que corroboraram para a urbanização, crescimento e a prosperidade da cidade.

Diáspora Siciliana

A emigração dos peninsulares decorreu, especialmente, por dois fatores: um econômico-social e o outro político. O primeiro estava inter-relacionado com a economia pós-Unificação italiana, cujo alicerce era a agricultura e que sofreu duras perdas entre 1873 e 1879 quando houve a primeira grande depressão mundial, o que levou os preços dos produtos agrícolas a caírem drasticamente. Isto acarretou grave crise social e os agricultores encontraram na emigração a única alternativa para a miséria (GOLINI, AMATO, 2002).

O segundo fator vincula-se com a política emigratória adotada pelo governo italiano que se caracterizava pela ausência de fiscalização e de tutela por parte das autoridades, visto que não existia uma lei orgânica que regulamentasse a saída dos emigrantes. Neste período, portanto, a emigração caracterizava-se, majoritariamente, como espontânea e/ou clandestina. Também para corroborar com tal contexto a lei Crispi, de 1888, sancionou o direito de liberdade para os italianos partirem de sua pátria. Assim, o binômio crise econômica e política liberal agiu como facilitador à emigração italiana (Idem).

A partir de 1871, os pioneiros itálicos que se endereçaram, em larga escala, para outros países eram, principalmente, oriundos das regiões do Piemonte, Ligúria e Lombardia. Seguiram, preferencialmente, para países situados na Europa ocidental como França e Alemanha (SORI, 1978). Os meridionais, por sua vez, caracterizaram-se por destinarem-se, principalmente, às Américas.

O panorama do sul da Península Itálica após Unificação sofreu “grandes” transformações, pois, o que era antes o Reino das Duas Sicílias passou a constituir sete estados do novo reino formado e governado pela monarquia de Savoia. A parte meridional foi anexada ao novo reino através da campanha garibaldina de 1862 e de um sucessivo plebiscito. A nova condição dos estados do *mezzogiorno*² trouxe repercussões negativas nos âmbitos políticos, econômicos e sociais. O movimento do *brigantaggio*³, entre os anos de 1861 a 1866, gerou um grave problema de instabilidade neste momento pós-unitário (BEVILACQUA, 2005).

A Unificação Italiana provocou apenas uma “revolução política” e não social, logo o contexto após 1861 não alterou a situação de submissão e dependência dos setores mais pobres da sociedade meridional. Ou seja, as mudanças políticas não

² *Mezzogiorno*- refere-se à parte meridional da Itália.

³*brigantaggio*- movimento de bandos armados formados por camponeses e ex-soldados do exército borbônico: reivindicavam privilégios do período borbônico e eram contra o atual Estado italiano.

garantiram modificações significativas para a maior parte da população sulista composta por pequenos agricultores e camponeses que prosseguiram dependentes das famílias mais ricas e influentes do *mezzogiorno* (Idem).

O atraso em termos quantitativos relacionado ao início das evasões da ilha, no último quartel do Oitocentos, Raffaele (2003) esclarece que:

na Sicília os incidentes pós-unitários, como a desilusão seguida ao feito de Garibaldi, o declínio da aristocracia fundiária e o emergir de uma nova classe burguesa ávida e, seguidamente, corrupta, fizeram aparecer velhos equilíbrios alicerçados sobre um tipo de paternalismo-assistencialista que mudava a situação da proteção social em transformação de uma exploração econômica, corriqueiramente feroz, e de outro tanto com férrea subordinação social.

As circunstâncias que desencadearam uma emigração de massa para fora da Sicília deveram-se a fatores endógenos e exógenos. Os primeiros estavam relacionados às condições econômicas desfavoráveis em determinadas áreas. Os segundos foram gerados por perspectivas mais vantajosas, sugestões e chamados de parentes ou amigos que prosperavam, provenientes, portanto, do exterior (Idem).

A Sicília possuía grande parte de sua economia vinculada ao setor primário, especialmente, nas partes internas da ilha que fazem parte da chamada zona do grão, compreendendo as províncias de Caltanissetta, Enna, Agrigento e algumas cidades como Palermo, Catania e Trapani onde se cultivava os cereais em grande quantidade. Entre os séculos XVIII e XIX a zona do grão ocupava áreas que se perdiam de vista, o número de árvores era mínimo e nas propriedades agrárias empregava-se o sistema de rotação trienal dos campos (LAUDANI, 2003). Consequentemente, quando ocorreu a Grande Depressão econômica, a partir de 1880, Constantino (2007) frisa que:

a queda dos preços do setor agrícola [...] atingiu os mais importantes produtos italianos, principalmente os grãos, foi resultado do afluxo para a Europa de produtos agrícolas provenientes de outros territórios transoceânicos cuja exploração econômica se tornara mais intensa.

Outros fatores internos (*fasci* siciliano, crise do enxofre) também corroboraram, significativamente, para a fuga em direção ao exterior.

O enxofre, durante o setecentos e o oitocentos, constituía-se no principal mineral, cuja extração gerava um grande número de empregos para os sicilianos que

viviam na parte central da ilha, nas províncias de Caltanissetta, Enna e Agrigento. A crise pela qual passou o enxofre siciliano, no final do século XIX, foi semelhante ao problema dos grãos, isto é, o preço do mineral caiu, sofrendo a concorrência da produção norte-americana (LAUDANI, 2003).

Os *fasci* sicilianos, ou *fasci* dos trabalhadores, foi um movimento iniciado pelos pequenos proprietários, camponeses e operários, no ano de 1891. Estes organizaram campanhas que visavam melhorar as suas circunstâncias de vida e de trabalho. Suas reivindicações ocorreram de forma pacífica e democrática, sob uma inspiração socialista. Em 1893, através de intervenção militar do governo central Italiano, presidido por Francesco Crispi, o movimento foi contido. Todavia, com o fim dos *fasci* iniciou-se a “revolução silenciosa”, em 1894, quando os líderes do movimento eram perseguidos. Logo, muitos camponeses, operários e pequenos proprietários precisaram deixar a ilha. Sobre este êxodo, Sanfilippo (2007) registra ser “um fluxo que se caracteriza, com o tempo, como político e de massa. Partiram, obviamente, também muitos chefes do movimento levando a própria experiência política para a América”.

A Sicília, no final do século XIX, também vislumbrava três fenômenos contemporâneos que incentivaram de modo significativo transformações na sociedade insular que influenciaram o êxodo: a máfia, o desenvolvimento da burguesia e o pauperismo (BRANCATO, 1995).

Mencionaram-se os motivos internos os quais motivaram a emigração. Mas, grande parte dos historiadores que estudam o caso insular atribuem aos fatores exógenos maior preponderância para a ocorrência do êxodo. Raffaele (2003) sublinha que:

o principal fator exógeno foi, indubitavelmente, a demanda de mão-de-obra flexível e a baixo custo por parte das agências dos Estados onde já eram iniciadas o caminho para o capitalismo maduro, ou das grandes companhias empenhadas na construção das infra-estruturas de base (como as ferrovias transcontinentais no Canadá e nos Estados Unidos).

Angelo Trento (1989) destaca que os países sul-americanos desejavam absorver a mão-de-obra estrangeira, primeiramente, por questões demográficas mas, também, porque era necessário preencher as terras não cultivadas e aumentar a população. Além disso, tanto para o processo de imigração como para o de colonização, os governos sul-

americanos, como foi o caso do brasileiro, custeavam, muitas vezes, as despesas de famílias estrangeiras para imigrarem. Contudo, é importante lembrar que tal benefício não se aplicou para os insulares.

Ercole Sori (1978) recorda que outro importante catalisador de mão-de-obra imigrante foi o agente de emigração que, em muitos *paesi*⁴ italianos estabelecia postos para atrair indivíduos fragilizados pela crise econômica que estivessem dispostos a tentar a sorte longe da Itália.

Meridionais em Porto Alegre

O álbum do *Cinquantenario* da imigração italiana, de 1925, indica que antes de 1870 havia uma presença de famílias italianas nos principais centros urbanos do estado, especialmente, na capital.⁵

O aparecimento desses peninsulares deveu-se às transformações pelas quais Porto Alegre passava na segunda metade do século XIX. Outro fator seria uma tradição cosmopolita dos italianos. Gramsci observa que diversos itálicos eram cosmopolitas e não italianos, pois, muitas vezes, eram profissionais que desempenhavam serviços em diferentes países, como militares, artistas, cientistas, navegadores, além de indivíduos que exerciam outros ofícios (CONSTANTINO, 1990).

Os imigrantes do *Mezzogiorno*, como outros de seus compatriotas, caracterizavam-se por uma emigração espontânea. Constantino (2007) lembra que “não é o italiano meridional mais pobre que emigra, pois a emigração espontânea só é possível àqueles que possuem recursos para custeá-la”.

Sabe-se também que a imigração espontânea estava diretamente vinculada às redes de amizade ou parentesco. Cita-se o exemplo do senhor Paolo Lapis, imigrante siciliano que partiu da Itália em 1954. Estabeleceu-se em Porto Alegre, porque possuía parentes, primos por parte materna, que já se encontravam há muito tempo na cidade.⁶

As autoridades consulares destacam a constituição de “colônias urbanas” por imigrantes peninsulares nas cidades brasileiras. O cônsul, Pascale Corte, no relatório de 1884, observava que seus conterrâneos recém chegados formavam grupos de significação nas cidades do Rio Grande do Sul. Por isso, não havia grandes fortunas

⁴ *Paese*- refere-se a pequena cidade.

⁵ *Album do Cinquantenario della Colonizzazione Del Rio Grande Del Sud*. Porto Alegre, EST, V.1. 2000. p. 361.

⁶ Depoimento do Sr. Paolo Lapis. Porto Alegre, Novembro de 2008.

entre eles, como acontecia em Montevideu e Buenos Aires. Outro aspecto apontado pelo cônsul refere-se ao fato de que nem todos os peninsulares pretendiam permanecer no Brasil, já que partiam da Itália com a intenção clara de retornar. Menciona-se o caso do senhor Francesco Mainieri que construiu um majestoso edifício na rua principal de Morano Calabro com as economias resultantes do trabalho em Porto Alegre (CONSTANTINO, 2007).

Na capital, nas primeiras décadas do século XX, dentre os meridionais há aqueles imigrantes que alcançam notabilidade perante o grupo italiano pela conquista de prestígio e riqueza na sociedade porto-alegrense. Constantino (2007) cita “o caso de Nicola Rocco de Campobasso; Gennaro Grecco, Gennaro Scalzilli, também estes nascidos na Campânia; Pasqual Sirangelo e Natale Grimaldi, calabreses; Lo Pumo e Provenzano, sicilianos”.

A maior parte dos oriundos do *Mezzogiorno*, entretanto, inseriram-se como pequenos burgueses na sociedade de destino dando prosseguimento ao modelo social comum no país de origem. A Itália, na ótica de Massimo Paci (1982), “é um país caracterizado por amplas faixas de pequena burguesia independente, pequena burguesia artesã e camponesa, isto é, produtora de bens, e pequena burguesia comercial ou que presta serviços”.

Uma das formas de trabalho assumida pelos pequenos burgueses meridionais foi o comércio em funcionamento através de mão-de-obra familiar ou mesmo através das relações de amizade ou compadrio. Portanto, era comum existir relações de parentesco entre atacadista de carnes verdes e os açougueiros. Os compatriotas ocupavam nichos econômicos e, em geral, trabalhavam em redes familiares ou de amizade, além de pertencerem ao mesmo grupo étnico (CONSTANTINO, 1990).

Sicilianos em Porto Alegre

A imigração siciliana em Porto Alegre ocorreu em duas fases referentes aos períodos de êxodo da população peninsular. A primeira etapa corresponde ao último quartel do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX. Neste momento evidenciou-se os registros dos pioneiros italianos provenientes da ilha mediterrânea. Encontrou-se Antonio Provenzano e seu filho Francesco que, em 1872, já estavam estabelecidos em Porto Alegre (BORGES, 1993). Posteriormente, um número bem maior de insulares se instalariam na capital.

No período que vai de 1872 a 1920 pode-se citar os seguintes sobrenomes que evidenciam origem siciliana: Provenzano, Mancuso, Ciulla, Arisio, Miceli, Lo Pumo, La Delfa, Isaía, Reina, Grasso, Viccare, Pappalardo, Difini, Lapis, Camaratta, La Porta, Fortes, Grecco, Cangeri, Guarnieri, entre outros.

Através dos depoimentos colhidos de imigrantes sicilianos e descendentes concluiu-se que, na maioria dos casos, a emigração decorreu devido às dificuldades no âmbito econômico. A senhora Landélia Miceli Barbato destaca que seus avós, vindos de Leonforte, trabalhavam em minas de enxofre.⁷ No final do século XIX sabe-se que a extração de enxofre na ilha passava por uma crise decorrente, em parte, dos procedimentos utilizados para a extração e, especialmente, pela concorrência no mercado internacional. A maioria dos sicilianos eram agricultores, visto que provinham de zonas agrícolas. Alguns enfrentaram, portanto, as adversidades geradas pela crise dos grãos que golpeou a economia italiana a partir de 1880.

Os insulares que alcançaram a capital gaúcha foram, em esmagadora maioria, imigrantes espontâneos. Vieram motivados pelas oportunidades que o continente americano poderia oferecer. Francesco Ciulla com sua esposa e filhos deixaram seu *paese*, a fim de buscarem melhores condições de vida. Dirigiram-se a Buenos Aires onde possuíam parentes que prosperavam. Todavia, acabaram ficando em Porto Alegre para sempre⁸.

Os sicilianos que se estabeleceram em Porto Alegre vieram de cidades localizadas no centro e na parte oriental da ilha. A maioria dos séculos que ingressaram na capital do estado vieram da província de Enna, sendo possível identificar imigrantes provenientes das localidades de Assoro, Agira e, principalmente, de Leonforte. Na província de Agrigento localizam-se indivíduos de Cattolica Eraclea e de Sciacca. Aqueles partidos de Catania eram oriundos dos municípios de Adrano e de Catania onde estava a capital da província.

Os meridionais insulares, como os emigrados da Calábria pesquisados por Constantino (2007) emigraram, em sua maioria, de um município em especial. No caso calabrês destacaram-se os naturais de Morano Calabro, enquanto que, no caso siciliano salientaram-se os de Leonforte. Dos sobrenomes sicilianos averiguados, mais de 60% das famílias e indivíduos eram de Leonforte.

⁷ Depoimento de Landélia Miceli Barbato Porto Alegre. Outubro de 2008.

⁸ Depoimento de Maria Madalena Ciulla Paulo. Porto Alegre. Outubro de 2008.

O cônsul Pasquale Corte em relatório de 1884 comenta que quando dirigia o consulado de Montevidéu nos anos de 1874 e 1875 expediu milhares de passaportes para imigrantes residentes em Montevidéu e Buenos Aires seguirem para o Brasil e, em especial, para o estado do Rio Grande do Sul. O livro de registro de entrada de estrangeiros, entre 1877 e 1880, também confirma o deslocamento de imigrantes meridionais provenientes das cidades do Prata (Idem).

Na última década do oitocentos observa-se que os insulares já ocupavam posições de liderança perante a coletividade italiana na capital. O processo crime do tribunal do júri de 1894-95 relata um incidente envolvendo peninsulares que depredaram a gráfica do jornal *Volksblatt*. Motivados pela publicação de ofensas à pátria italiana (SIMÕES, CONSTANTINO, 1996).

Entre os seis líderes do ato de represália, dois indivíduos eram provenientes da ilha, Luiz Mancuso e Francisco Provenzano. As testemunhas dos acontecimentos relataram que os dirigentes reuniram patrícios para empreender a ação contra o jornal (Idem). O evento ilustra a capacidade dos sicilianos junto aos demais componentes do seu grupo étnico.

Os sicilianos inseriram-se, majoritariamente, no setor terciário, como outros meridionais que se instalaram em Porto Alegre; destacaram-se por trabalharem de forma autônoma, tornando-se pequenos empreendedores ou prestadores de serviços. Paolo Lapis informa que seus primos, da família Fortes, ao desembarcarem no município trataram de montar seu próprio negócio, abrindo uma loja de ferragens.⁹

Os estabelecimentos dos meridionais situavam-se na zona central de Porto Alegre, isto é, no mercado público, nas ruas dos Andradas, Voluntários da Pátria, Duque de Caxias, Demétrio Ribeiro, Lima e Silva, Venezianos e Itália, entre outras.¹⁰

Os insulares residiam, principalmente, no *quartieri* italiano, ou seja, no bairro Cidade Baixa (CONSTANTINO, 2000). Concentravam-se, especialmente, na rua Veneziana (atual Joaquim Nabuco)¹¹. Ainda hoje, alguns de seus descendentes residem próximos às antigas casas. Outras famílias sicilianas também residiram nas ruas dos Andradas e Voluntários da Pátria.¹²

⁹ Depoimento de Paolo Lapis. Porto Alegre. Novembro de 2008.

¹⁰ Arquivo Histórico municipal de Porto Alegre. *Livro de Cobrança de Impostos de 1915*, p. 1- 60.

¹¹ Depoimento de Landélia Miceli Barbato. Porto Alegre. Outubro de 2008.

¹² Depoimento de Maria Madalena Ciulla Paulo. Porto Alegre. Outubro de 2008.

No final do século XIX e no princípio do XX, dentre os empreendimentos explorados pelos indivíduos oriundos da Sicília, o comércio foi o setor principal. No relatório da Associação Comercial, correspondente ao ano de 1918 encontram-se, entre os italianos citados, sobrenomes sicilianos como Grecco, La Porta e Difini que indicam a posição destes na categoria dos comerciantes porto-alegrenses (BORGES, 1993).

A partir da análise dos livros de cobrança de impostos¹³ da última década do século XIX e dos vinte primeiros anos do XX é possível concluir que a maior parte dos sicilianos dedicou-se ao comércio e que o grupo, preferencialmente, possuía empreendimentos de pequeno e médio porte como tavernas, cafeterias, açougues, alfaiatarias, sapatarias, armazéns, entre outros. Entretanto, havia alguns que se dedicavam ao alto comércio ou que possuíam estabelecimentos ligados à indústria.

Verificou-se que a localização de seus estabelecimentos situava-se, especialmente, no centro da capital, já que se localizavam nas ruas dos Andradas, Voluntários da Pátria, Sete de Setembro e Dr. Flores.

Investigou-se também os inventários e testamentos a fim de buscar mais informações acerca destes imigrantes. Os documentos sinalizam as mesmas percepções obtidas nos livros de cobrança de impostos onde aparece um grupo que pode se classificar na camada social intermediária e outro, mais afortunado, que legoa importantes quantias em dinheiro e muitos bens imóveis aos seus herdeiros.

Não é possível registrar àqueles imigrantes mal sucedidos entre os sicilianos de Porto Alegre, dadas as dificuldades com relação às fontes. Entretanto, tal aspecto não pode ser descartado, considerando as complexidades e as múltiplas conjunturas em que ocorre o fenômeno migratório.

Referências Bibliográficas

Álbum do Cinquantenario della Colonizzazione Del Rio Grande Del Sud. Porto Alegre, EST, V.1., p. 361, 2000.

BEVILACQUA, Piero. *Breve Storia Dell'Italia Meridionale*. Roma: Donzelli, 2005.

BRANCATO, Francesco. *L'emigrazione Siciliana Negli Ultimi Cento Anni*. Consenza: Pellegrini.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p.27.

¹³ Arquivo Municipal de Porto Alegre. Livros de cobrança de impostos (1894, 1895, 1900, 1907, 1915, 1919).

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século*. Estudos Ibero-americanos, v.24, n.1, Porto Alegre, 1998.

_____. *Italianos meridionais em Porto Alegre: estudo para a história social*. In: DE BONI, Luis Alberto. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 2 v.1990.

_____. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. *O Italiano na cidade*. Passo Fundo: UPF, 2000.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Inst. Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional, 1964.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Assoc. Comercial, 1983.

FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre através dos tempos*. Porto Alegre: Div. de Cultura / SEC, 1962.

GOLINI e AMATO, Antonio e Flavia. *Uno Sguardo a um secolo e mezzo di emigrazione italiana*. In: BEVILACQUA, DE CLEMENTI e FRANZINA, Piero, Andreina e Emilio Org. *Storia dell'emigrazione italiana. Vol. I. Partenze*. Roma: Donzelli, 2002.

LAUDANI, Simona. *Agricultura e Commercio tra Sette e Ottocento*. In: BENIGNO, F. e GIARRIZZO, G. (a cura). Op. Cit. p. 59.

RAFFAELE, Giovanni. *Siciliani nel mondo*. In: BENIGNO, F. e GIARRIZZO, G. (a cura). *Storia della Sicilia. V.2 Dal Seicento a oggi*. Bari: Laterza, 2003.

SANFILIPPO, Matteo. *L'emigrazione siciliana*, "Archivio storico dell'emigrazione Italiana. n.º.2, Jul./ Dez. 2007. Disponível em: http://www.asei.eu/index.php?option=com_content&task=view&id=152&Itemid=250
Acesso em 15 de Setembro de 2008.

PACI, Massimo. *La Struttura sociale italiana: costanti storiche e trasformazioni recenti*. Bologna: Il Mulino, p. 172, 1982.

SIMÕES, Rodrigo Lemos e CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX*. Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, v.22, n.1, 1996.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana : análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo : Nacional, 1968.

SORI, Ercole. *L'emigrazione italiana dall'Unità alla seconda guerra mondiale*. Bolonha: Il Mulino, 1979.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

Fontes Orais

Landélia Miceli Barbato. Porto Alegre, Outubro de 2008.

Maria Madalena Ciulla Paulo. Porto Alegre, Outubro de 2008.

Paolo Lapis. Porto Alegre, Novembro de 2008.

**Cadeias migratórias e a recepção de médicos italianos:
o caso de Ricardo D'Elia**

Leonor C. B. Schwartzmann

Doutoranda PPG em História PUCRS

leonorschwartzmann@hotmail.com

Resumo: Ricardo D'Elia é o autor de um relato de viagem onde narra a sua experiência profissional na Argentina, Paraguai e Brasil, de 1888 a 1906. Pode-se identificar a formação de uma cadeia migratória que facilitou a recepção deste médico através da disponibilização de informações e ajuda. O autor destacou como ocorria o estabelecimento profissional nas diferentes cidades destes países, a presença de grande número de pessoas provenientes de seu *paese* ou de adjacências, a competição entre os médicos italianos, a luta para o reconhecimento, as profissões dentro da mesma família (medicina e farmácia), a falta de médicos e as possibilidades profissionais, a importância das novas especialidades na hierarquia médica, a convivência com curandeiros e os chamados médicos homeopatas, e a ocorrência frequente de itinerância entre os médicos. É salientado o imaginário envolvendo a imigração para o Brasil e as políticas de acolhimento que determinaram as facilidades de recepção dos médicos neste país e no Rio Grande do Sul.

Palavras chave: relato de viagem- médicos italianos- história da medicina

Ricardo D'Elia imigrou para a América do Sul em 1888. Escreveu um livro intitulado *Argentina, Paraguay e Brasile: ricordi e impressioni e consigli* (1906) após estadia de 18 anos nesta região. Nele estão descritos sua itinerância desde a Itália, a sua viagem na Europa, a viagem de navio para Buenos Aires com escalas no Rio de Janeiro e Montevideu, os períodos em que esteve trabalhando na Argentina, no Paraguai e no Brasil. Ao total há a referência a 11 locais onde o médico se estabeleceu profissionalmente.

Em estudos preliminares deste relato, Núncia Constantino constatou uma preocupação do médico em informar e destacar as virtudes do Sul do Brasil para a imigração italiana e os seus benefícios, a influência do Positivismo ao associar o trabalho do imigrante como propulsor do progresso e o grande trânsito de italianos por

essas regiões. (1993, p. 42-45) Foi também notado que o texto é permeado por uma visão colonialista, eurocêntrica, como aquela demonstrada na saudação proferida pelo médico direcionada ao novo agente consular italiano da cidade de Rio Grande. D'Elia destacou a grandeza da pátria italiana, lembrando que “a Itália havia dominado o mundo com a espada, havia dominado o mundo com a cruz cristã, e agora estava dominando com a corrente imigratória, que muito concorre para o progresso e a civilização dos povos.” (SCHWARTSMANN, 2008, p. 145)

Os interesses que condicionaram a vinda de médicos para o Rio Grande do Sul e a maneira como se deu a inserção destes profissionais é variada. Sabe-se que não havia uma política de restrição para a absorção de médicos até meados da década de 30 do século passado. Um fator que propiciou a facilidade de imigração de médicos para o Rio Grande do Sul foram as características da Constituição Estadual de 1891 que não exigia a apresentação de titulação médica ou exames de qualificação. (WEBER, 1998, p.131-138)

Observa-se que os tipos de imigração de médicos italianos também foram variados. Cita-se como exemplo Giovanni Palombini, médico *condotto* (sanitarista), também autor de relato de viagem, que fez uma viagem de reconhecimento para o Brasil com um colega oftalmologista, Arrigo Cini, acompanhados de suas respectivas esposas, antes de se decidirem a se estabelecer no Rio Grande do Sul, em 1901. Seu irmão Vincenzo era farmacêutico e também o acompanhou oportunamente ao Brasil. Riego Sparvoli, cirurgião ginecologista, foi convidado pelo renomado cirurgião de Pelotas, Berchon D'Essarts, para se estabelecer nesta cidade. Imigrou em 1912 acompanhado de sua mulher e posteriormente mudou-se para Rio Grande. Um fator que estimulou a sua escolha pelo Rio Grande do Sul foi a facilidade de inscrição médica. Piero Bertoni, fisiologista, foi diagnosticado com tuberculose e aconselhado a viajar por zonas mais quentes, numa tentativa de cura de sua doença. Em uma escala de sua viagem de navio, em Rio Grande, conheceu Riego Sparvoli que o convidou para trabalhar com ele. (SCHWARTSMANN, 2008, p. 93-96)

Na metodologia utilizada neste artigo, foi empregada a análise textual discursiva de material constante no relato de viagem, a partir de uma revisão bibliográfica. Esta análise tem como objetivo a construção de metatextos a partir de categorias e subcategorias resultantes da análise. Desta maneira, os metatextos representam “um modo de teorização sobre os fenômenos investigados.” (Moraes; Galianzi, 2007, p. 32)

Na análise do paradigma indiciário, indícios fornecem a chave para alcançar generalizações mais amplas. Pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. (GINZBURG, 1989, p. 145-149) Acreditamos que, a partir do estudo do relato deste médico, pode-se chegar a regularidades, aos sinais comuns, aos condicionamentos culturais e sociais destes indivíduos que representam uma coletividade.

Os objetivos deste trabalho são, a partir e de uma análise textual do relato de viagem, observar como eram formadas as cadeias migratórias que facilitaram a inserção deste profissional, que fatores propiciaram a itinerância do médico pelos diferentes países e como se deu o seu estabelecimento nas diferentes cidades.

Características do relato de viagem

O texto de D'Elia apresenta as características de um relato alegórico, em que a viagem é um pretexto escolhido pelo autor para expressar as suas opiniões. As suas observações são subordinadas a um desígnio preconcebido que aquelas estão destinadas a ilustrar, ou seja, apresentar a real situação social que ele viveu na América Latina. (TODOROV, 1993, p. 98-99)

Sabe-se que os viajantes que percorreram as terras da América do Sul, através de suas cartas, diários, crônicas, inventários, descrições, possibilitaram diferentes leituras sobre a época em que foram escritos. Eles interpretaram a realidade social, econômica e geográfica e desta maneira contribuíram para a produção de imagens sobre a América, relativas aos diferentes campos que percorreram. (HEVILLA, 2007, p. 67)

D'Elia se inscreve na tradição dos viajantes que tecem uma visão otimista acerca das possibilidades de sucesso nos países da América do Sul. Para o emigrante, a eleição de abandonar o lugar de origem para elevar o seu status econômico, social e cultural é também o fruto da elaboração, no plano imaginário, de uma série de estereótipos que atribuem à América o valor utópico de “Terra das Possibilidades”. Desta maneira, a sua decisão de emigrar deve ser lida como uma eleição pessoal que respondeu a exigências vinculadas com um projeto individual. (CATARULLA, 1999, p. 115)

As duas razões que o médico destacou para deixar a Itália são explicitadas: a procura de felicidade e de fortuna. (D'ELIA, 1906, p. 145) No plano profissional, uma razão para vir para a América foi poder atuar na profissão, executar honrosamente a sua profissão e receber compensação. (p. 24) Suas expectativas são fundadas na constatação da necessidade de médicos que encontrou na Argentina, no Paraguai e finalmente no

Brasil. Enfatiza a ausência de médicos no Brasil, nas pequenas cidades do interior do RS e a possibilidade de seu trabalho ser reconhecido financeiramente. (p. 161)

Seu livro é dedicado ao emigrante que deseja conhecer a vida real na América do Sul. Conforme o médico, as informações contidas no livro são "um inventário do imaginário, uma meditação sobre o passado, um misterioso domínio do pensamento e da recordação, projetos abolidos, sonhos extintos, planos abatidos, experiências desiludidas". (p. 9) Assim, seu relato de viagem não deixa de apresentar em seu conteúdo as características de autobiografia. Camilla Catarulla, ao estudar autobiografias de imigrantes italianos observou que a versão privada que contém essas autobiografias permite uma melhor compreensão das condições de vida na Itália que determinaram o horizonte de expectativa com respeito àquela nação, das dificuldades na passagem de um sistema conhecido a outro, das dinâmicas sociais que contribuíram para a integração ou para a assimilação. Neste sentido, o ponto de vista do imigrante resulta como modelo de uma classe social que viveu idênticas aspirações e conflitos. (1999, p. 117)

Os relatos de viagem escritos por médicos, desta maneira, se constituem em possibilidades de pesquisa para a compreensão histórica dos processos de conformação da profissão médica e podem ser considerados como dispositivos. Para Hortênsia Castro, os relatos de viagem são registros da realidade dotados de perspectiva. Eles são

como *filtros*, ou seja, como dispositivos que selecionam e descrevem, sob determinadas estratégias, certos elementos das áreas percorridas e relevadas; também, como *lentes*, ou seja, dispositivos que definem para outros (os destinatários ou leitores em geral do relato) o quê e como olhar. (2007, p. 94-95)

As cadeias migratórias e a inserção dos médicos

D'Elia se insere na tipologia de imigrantes que viajam com todo o grupo familiar. Estes se orientam para posições seguras, que ofereçam trabalho a todo o grupo familiar ou ao menos a seus membros masculinos. Para estes, a existência de uma sólida rede de proteção familiar ou de origem no *paese*, que se encontra presente com anterioridade na sociedade de recepção, se torna uma condição imprescindível.

Sua viagem inicia-se na Itália, na companhia de membros diretos de sua família nuclear (a mulher Carlota e a filha Maria) e o cunhado Leonardo Tarauto e sua mulher. Oportunamente seu irmão (prático de farmácia) e um primo juntam-se a eles. Vê-se que seus deslocamentos foram sempre feitos baseados em informações prévias, ou seja, havia um plano predeterminado de deslocamento que procurava melhores condições de

sucesso profissional. Constatase que o médico estava impregnado de informações oferecidas por compatriotas e por membros de seu *paese* (ou adjacências) que viviam nestes países.

As características observadas na composição familiar do grupo que está se deslocando com D'Elia corrobora o constatado por Devoto. Segundo este autor, os imigrantes europeus que se deslocaram para o Rio da Prata tinham uma perspectiva maior de permanência, estavam compostos de maior quantidade de famílias e por pessoas de maior qualificação profissional. Considera que havia a perspectiva de empregos mais estáveis na Argentina ao serem comparados com aqueles disponíveis no Brasil, ao mesmo tempo que o elevado custo das passagens, associado com uma duração mais longa da travessia, reduziriam os benefícios mais imediatos. (2004, p. 75)

A formação de uma cadeia migratória explica a posse dos conhecimentos necessários para os deslocamentos migratórios. Segundo L. Mac Donald, esta é definida como “o movimento em que os futuros migrantes se informam sobre as oportunidades, são providos de transporte e obtêm seus alojamentos e empregos iniciais, através de relações sociais primárias com imigrantes anteriores.” (MAC DONALD apud DEVOTO, 2004, p. 122)

Conforme Devoto, as cadeias migratórias repartidas em um espaço territorial possuem um caráter de aldeia ou micro regional maior que aquele familiar ou de parentela. Este fator decorre de “uma revalorização da “comunidade”, como campo de interação social, desde um ponto de vista conceitual e heurístico”. A aldeia é projetada como o espaço social da cadeia migratória, em um deslocamento no qual ocorre a rede de relações primária. Nela, são oferecidos um espírito paroquial, uma comunidade e uma solidariedade. A aldeia é vista, desta maneira, como um lugar de pertencimento, a pátria, o centro de experiências e de transmissão de mitos identitários. (2004, p. 127) Devoto conclui que as cadeias migratórias podem ser vistas como pontes que conectam redes sociais e que constroem um novo espaço de interação, de informação e de oportunidades. (p. 144)

D'Elia tinha conhecimento antecipado sobre as possibilidades de trabalho que teria pela frente em seus deslocamentos. Aliás, sempre procura explicar como vão acontecendo seus contatos, as características das informações obtidas e as razões que definiram estes contatos. Cita de que forma conhecia os informantes, para enfatizar a credibilidade e não a simples posse destas informações. Salienta que era filho do prefeito de seu *paese* e que os compatriotas tinham obrigações decorrentes deste fato

como quando encontra o vigário de Paraguay (Paraguai). Muitos destes informantes tinham sido colegas de escola ou de faculdade. Através destas informações, pressupõe-se que a imigração de pessoas de seu *paese* foi muito grande e que os laços de amizade ou de obrigação persistiram nos países da América do Sul. Este excesso de informação relativo a possibilidades de imigração é uma característica do período da imigração de massas o que torna os imigrantes mais inteirados das oportunidades existentes, diferentemente dos recursos oferecidos pela família nuclear ou por outras formas de patrocínio. (DEVOTO, 2004, p. 140-143)

Uma longa viagem

Desde o início de sua viagem, ainda na Europa, D'Elia descreve o encontro com pessoas provenientes de seu *paese*, colegas de profissão e antigas relações que também estão se deslocando. Nota-se que o autor relata as diferentes notícias que recebe acerca da viagem para a Argentina comparando-as com aquelas que recebe para se estabelecer no Brasil. Não há referências a sua prática profissional prévia nem os motivos que o fizeram decidir emigrar além de fazer fortuna e buscar a felicidade para sua família

Suas angústias em relação à viagem podem ser notadas pela descrição do sonho que teve ainda em seu deslocamento na Europa, no momento em que decidiu emigrar para a América do Sul. Sonhou que estava numa selva caçando tigres quando caiu num precipício cheio de serpentes e miasmas pestilentos. No sonho os seus amigos riem e criticam a sua decisão de partir para América. (D'ELIA, 1906, p. 21) Conforme Peter Burke, o conteúdo latente do sonho poderia estar configurado em parte pela cultura do indivíduo. Desta maneira, os sonhos podem dizer algo sobre o indivíduo e sua cultura, uma vez que referem-se às tensões, às angústias e aos conflitos vividos pelo indivíduo que sonha. (1999, p. 46-47). Para Devoto, os fatores psicológicos relacionados a um mundo localizado mais próximo pelo tempo de viagem e pelas informações podem influir na emigração. São causas que poderiam ser denominadas de culturais, que são centradas nas estruturas mentais, nos hábitos, nos mecanismos conscientes e inconscientes, e em suas inter-relações. (DEVOTO, 2004, p. 92) Pode-se pensar também que as reações dos indivíduos frente a problemas condicionados pela imigração criaram um discurso que inclui formas de explicação sancionadas e dominantes culturalmente, para a falta de adaptação as novas condições de vida.

Também relacionado ao imaginário da imigração, há o conteúdo da carta que recebe do pai, quando D'Elia já se encontra no Brasil, o exortando a partir deste país

imediatamente. Seu pai considerava ser o Brasil uma terra pestilenta de febre amarela e de outras epidemias de alto contágio; seus habitantes eram gente selvagem, que perseguia e que escravizava todos os estrangeiros. (1906, p. 119)

No trajeto de viagem ainda na Europa, no trem ou em navios, ou nas escalas em terra, nas cidades de Nápoles e Barcelona, há menções às pessoas conhecidas que vai revendo, sendo que muitas delas estão também em processo de emigração. Encontra-se com um amigo farmacêutico e ex-dono de farmácia, em Nápoles, que também estava de partida para a América. Há, também, uma descrição carregada de ironia acerca de uma antiga conhecida do período em que estudava nesta cidade. Conta-lhe que estava de partida para a América. Ela demonstra tristeza e, na sequência, retira-se do vagão de trem sem se despedir, o que o deixa atônito. Tempos depois, ele é participado de sua morte em decorrência de tuberculose no Hospital Gesù e Maria de Nápoles, e que seu corpo foi utilizado em sessões de anatomia patológica para os mesmos alunos de medicina com os quais, antes, ela tinha compartilhado em momentos de alegria. (p. 22)

Na escala no Rio de Janeiro, depara-se com outro conhecido, Antonio Bruno, de Acri, engenheiro que está residindo nesta cidade com a mulher e filhas. Este casal insiste para que ele e seus familiares fiquem no Brasil, pois acreditam que as chances de sucesso são maiores que aquelas existentes na Argentina. D'Elia é informado que os brasileiros são mais generosos e afetuosos que os Argentinos e que existe uma proteção das autoridades brasileiras referente aos imigrantes. As razões pelas quais descarta a possibilidade de ficar no Brasil são as notícias que tem sobre a incidência da febre amarela, doença que causa muita mortalidade entre os estrangeiros e que não poupa os médicos. Além disso, tinha um parente morando em Buenos Aires que o esperava, e 2000 habitantes de seu *paese*. (p. 63)

Em Buenos Aires, a família é recebida pelo parente Francesco Arcidiacono. As informações contidas no relato ajudam a compreender os mecanismos de recepção do médico e como ocorreu a sua inserção profissional neste país. Arcidiacono quer ajudá-lo a se estabelecer como médico:

tu és meu parente, e eu devo ajudar-te até que tu possas praticar a tua profissão; assim, a minha carteira e a minha casa estão a tua disposição, sem necessidade de vender as tuas jóias.

Estes três meses que faltam para o parto de tua mulher vocês passarão em nossa casa. Tu, entretanto, estudarás bem a língua espanhola, iniciarás as tuas relações de amizade e com a concessão temporária do inspetor de higiene,

que é muito meu amigo, farás algumas visitas médicas. Após o parto de tua mulher, irás para Córdoba e lá tu farás os exames de revalidação. (p. 76)

D’Elia parte para Córdoba, para prestar os exames médicos de revalidação na Faculdade de Medicina. Enquanto aguarda as provas, ele trabalha como assistente em um hospital da cidade. (p. 82). É convidado por outro compatriota, farmacêutico, para se estabelecer em Assunção devido às facilidades para obter clientela. (p. 91) Nesta cidade encontrou-se com o médico Carlo Pepe, seu colega de faculdade, em Nápoles. Esta era membro da comissão examinadora dos médicos estrangeiros e tentou obstaculizar o seu estabelecimento neste país. D’Elia critica a formação de Carlo Pepe, pois este não possuía nenhuma especialização, além da licença médica. D’Elia aceita fazer um acordo que lhe permite trabalhar fora de Assunção, e se dirige para uma pequena vila chamada Paraguay, no interior do país. (p. 97)

Importante salientar que não há informação precisa sobre a especialização médica de D’Elia. Sabe-se de seu interesse pela microbiologia, como a sua experiência foi utilizada na prevenção da varíola, e a descrição de alguns acompanhamentos clínicos e cirúrgicos. Nota-se que o período estudado é o mesmo em que já se estavam desenvolvendo as grandes especialidades médicas. No final do século XIX, a ciência médica apresentava uma crescente especialização causada pela impossibilidade de se dominar todo o seu conteúdo. (WEISZ, 2006, p. xii)

Retornando a Paraguay, esta pequena cidade não tinha outros médicos e farmacêuticos. Sentiu-se protegido pelo vigário, padre Trufari, que era do mesmo *paese* e que devia favores a seu pai, prefeito do local. (D’ELIA, 1906, p. 18) O médico passou 18 meses na miséria, neste vilarejo, onde foi constante a competição com os curandeiros e a interferência dos padres. A participação negativa dos padres jesuítas foi salientada por estes não estimularem os doentes a procurarem tratamento médico ao mesmo tempo em que faziam grandes e dispendiosos funerais. (p. 100)

Neste vilarejo há um comentário sobre o exercício da medicina por pessoas não habilitadas profissionalmente e que são valorizadas em suas comunidades. Seu estranhamento frente a estas práticas de saúde será também observado em descrição sobre um “médico homeopata” de São Gabriel (RS).

No Paraguay existem uma infinidade de *curanderos* (charlatões) que se contentam de fazer uma visita em troca de um cigarro ou de um copo de bebida: não conhecem nenhum medicamento e por isto dão ao acaso ervas do campo. Eles são procurados até pelos médicos porque falam o guarani, e

se entendem com maior facilidade naqueles locais, a campanha, onde a maior parte dos habitantes falam somente a língua guarani.

Não são procurados somente pelo povo, mas também pelos homens que ocupam os mais altos cargos; o exemplo mais evidente que eu observei foi com o Presidente da República Gonçalves, que tendo sua esposa enferma mandou chamar a médica de Taquaral, senhora totalmente analfabeta e que curava somente com benzeduras. (p. 99)

O médico retorna para Assunção onde ficou trabalhando pelo período de seis meses. Decidiu partir para o Mato Grosso, pois considerava-se insatisfeito devido à pouca receptividade que tivera na sociedade local e pela competição com os outros médicos ali estabelecidos. Apoiou-se nos contatos prévios que tivera com italianos residentes neste estado brasileiro e que se consultavam em Assunção. Os compatriotas o exortaram a se estabelecer em Cuiabá. Lá, segundo suas palavras, ele seria estimado, apreciado e faria fortuna. (p. 105) Sabia da existência de um farmacêutico que estava doente e que pouco tempo depois veio a falecer, nesta cidade. Aproveitou a oportunidade para comprar a farmácia para o seu irmão, prático de farmácia, que viera recentemente da Itália juntamente com um cunhado. Nesta cidade, foi estimado tanto por italianos como brasileiros e teve uma boa clientela e rede de amizades. (p. 110) Sabendo de sua predileção e experiência nos estudos bacteriológicos, o governo desta província o encaminhou novamente para Assunção, para aprofundar seus conhecimentos na produção de vacinas contra a varíola. (p.133)

Decide mudar-se para Rio Grande (RS), em 1901. Não é explicada a razão desta escolha, mas sabe-se que ficou em torno de um ano nesta cidade. Seus escritos constataam que era muito grande o número de italianos residentes, porém não havia nenhum médico italiano trabalhando ali. Orgulhoso, informa que foi convidado para ser agente consular nesta cidade, cargo que não aceitou (p. 145). Morou em Rio Grande até 1902, quando decide conhecer Bagé para se inteirar de possibilidade de clinicar nesta cidade.

A partir de sua estada em Rio Grande, nota-se uma aproximação com as autoridades políticas do estado que englobam contatos com o vice-presidente do estado e com pessoas que intermediavam estes contatos. É interessante salientar que o período em questão, início do século XX, é marcado na medicina rio-grandense pelas características de uma legislação positivista que permitia o exercício profissional por pessoas não habilitadas.

Em Bagé, o médico é recebido pelo agente consular, o senhor Cerone que era natural de Morano Calabro, distante 4 milhas de seu *paese*, e que conhecia Cassano e a sua família. Entre as várias pessoas importantes que este lhe apresentou estava o italiano Ferdinando Martino, que era intitulado de médico homeopático. (p. 146) Esta mesma pessoa é quem lhe providencia a carta de apresentação necessária para ter entrevista com o médico Fernando Abott, vice-presidente do Estado, relacionada à possibilidade de trabalho na região. Conforme D’Elia, Martino emigrou para o Brasil aos 14 anos, era autodidata e se utilizava de livros de medicina para trabalhar e atender aos pobres. Estabeleceu-se como farmacêutico e possuía uma farmácia muito respeitada nesta cidade. O médico descreve como ocorreu a formação deste indivíduo para prestar atendimento às pessoas.

Estimulado por uma grande vontade de instruir-se, começou a freqüentar uma escola noturna, e ao estar na campanha lia e aprendia durante o caminho. Frequentemente, acontecia que ao entrar em um casebre, distante muitas léguas de um *paese*, encontrava-se com um pobre doente, que, por falta de médico e de remédios, estava pouco a pouco morrendo. Entretanto, ele viu a necessidade de dar um consolo a estes abandonados pela sorte. Munido de um dos vários manuais de homeopatia que infestavam o Brasil e de uma pequena ambulância, socorria aqueles miseráveis, se não fisicamente, pelo menos moralmente, porque se acontecesse de alguns morrerem, os familiares tinham pelo menos o consolo de que seus entes queridos haviam recebido uma assistência médica na hora da morte. (p. 145-146)

D’Elia manteve uma atitude pragmática em seu relato em relação a esta situação, diferente dos apontamentos que fez relacionados ao charlatanismo e às competições no atendimento dos pacientes no Paraguai. Para Heller, “a unidade de pensamento e ação implica na inexistência de diferença entre “correto” e “verdadeiro” na cotidianidade; o correto é também “verdadeiro”. Considera que os juízos e pensamentos objetivamente menos verdadeiros podem resultar corretos na atividade social, quando representarem os interesses da camada ou classe a que pertence o indivíduo, o que facilita sua orientação ou ação em resposta às exigências cotidianas destas. (HELLER, 2004, p. 32).

Ao visitar o médico Fernando Abott, em São Gabriel, este insistiu que se estabelecesse nesta cidade. Ficou um mês ali e o acompanhou nas visitas aos seus pacientes. Abott lhe deu “cartas de recomendação para todos os lugares do Estado do Rio Grande do Sul”. Duas destas cartas eram direcionadas ao intendente do município

de São Vicente e para o diretor da Colônia de Jaguari, pertencente a este município e composta em sua maioria por colonos italianos. (D'ELIA, 1906, p. 150)

Relata que a notícia de sua chegada foi recebida como um acontecimento nestas duas localidades e aproveitou para discorrer sobre a socialização desenvolvida com o tabelião, o diretor da colônia e o vigário. A partir de suas experiências como médico, é oferecido um quadro de como se davam os atendimentos médicos em alguns casos acompanhados por ele. Há a descrição dos casos clínicos, da distância que necessitava percorrer para encontrar os pacientes, os acordos monetários relativos aos serviços prestados, o tempo de espera nas casas dos doentes até a melhoria do estado clínico do paciente, a convivência com o pessoal local até o retorno a sua residência na Colônia de Jaguari ou em São Vicente. Aproveita para discorrer sobre aspectos geográficos da viagem e as dificuldades que acarretavam a estadia até de uma semana na residência dos seus pacientes. Entre os casos que atendeu há a descrição de um atendimento conjunto feito com o Dr. Fernando Abott, de um paciente que apresentava tuberculose intestinal (sic). Esta relação profissional é motivo de orgulho para D'Elia, sendo desta maneira descritas as recepções que o ilustre médico recebeu na cidade. (p. 158)

D'Elia visita Porto Alegre. Durante a estadia nesta capital, teve um encontro com o Presidente do Estado Borges de Medeiros. Também encontrou-se com o médico Biagio Rocco, na farmácia de seu irmão Stefano Rocco. Os irmãos eram naturais de Morano Calabro, sendo que Biagio fora seu colega nos bancos escolares, em Cassano al Iono. Segundo as informações recebidas, este médico trabalhava em Porto Alegre há cinco anos, e era muito requisitado por italianos ou estrangeiros. Receitava diferentes fórmulas magistrais que eram manipuladas no laboratório farmacêutico de seu irmão e que tinham grande aceitação no Rio Grande e fora deste estado. (p. 172- 173)

Foram várias as entradas no livro que ligam a profissão médica com a do farmacêutico. Sabe-se que as atividades dos farmacêuticos estavam diretamente associadas à prática médica. A clientela das farmácias era eclética, composta por clientes dos médicos com receitas a serem aviadas, clientes dos diversos agentes de saúde externos à Medicina oficial, pacientes que se automedicavam ou que seguiam orientação terapêutica do farmacêutico. (EDLER, 2006, p. 94-97)

Considerações finais

No final do século XIX e início do XX, há um intenso deslocamento de médicos italianos que atinge o Rio Grande do Sul, e que inclui outros países da América do Sul.

Estes médicos procuravam melhores condições de trabalho caracterizando uma itinerância profissional, ao mesmo tempo em que colaboraram com o aporte de especialidades médicas. O conhecimento dos mecanismos das cadeias migratórias auxilia no entendimento de como se processou a recepção de D'Elia e sua inserção profissional nos diferentes centros urbanos. As cadeias migratórias funcionaram para prover informação e ajuda para a imigração e tiveram como suporte aspectos do imaginário do mito americano.

Bibliografia

- BURKE, Peter. **Formas de historia cultural**. Madri: Alianza Editorial, 1999.
- CASTRO, Hortensia. Otras miradas, otros lugares. Los relatos de viajeros en la construcción de La Puna Argentina In: ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla; CASTRO, Hostensia. **Viajes y geografías**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.
- CATTARULLA, Camila. El viagen del emigrante: un proyecto individual entre utopias y dudas. **Estudo Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 115, 1999.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Un medico calabrese nel Rio Grande do Sul. **La Regione Calábria- Emigrazione**, Catanzaro, ano 6, n. 1, p. 42-45, 1993.
- D'ELIA, Ricardo. **Argentina, Paraguay e Brasile: ricordi e impressioni e consigli**. Torino: Tipografia Torinese, 1906
- DEVOTO Fernando. **Historia de La inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.
- EDLER, Flávio Coelho. **Boticas & farmacias**. Uma história ilustrada da farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006. EDLER, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989**.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e terra, 2004.
- HEVILLA, Cristina. Los viajeros de las alturas: narrativas de viajeros y científicos sobre los Andes argentino-chilenos en el siglo XIX. In: ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla; CASTRO, Hostensia. **Viajes y geografías**. Buenos Aires: Prometeo, 2007, Libros.
- TODOROV, Tzevetan. **Las morales de la Historia**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1993.
- MAC DONALD, L., apud DEVOTO, Fernando. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

SCHWARTSMANN, Leonor C. Baptista. **Olhares do médico-viajante** Giovanni Palombini no Rio Grande do Sul (1901-1914). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

TODOROV, Tzevetan. **Las morales de la Historia**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1993.

WEBER, Beatriz T. Saúde pública e governos positivistas: os limites da prática. **Estudos Ibero-Americanos**, v.24,n.1 ,1998.

WEISZ, George. **Divide and conquer**. A comparative history of medical specialization. Nova York: Oxford University

A Trajetória de um padre imigrante na Colônia Silveira Martins (1881-1900)

*Maíra Ines Vendrame**

Resumo: Esta proposta de pesquisa tem por objetivo analisar alguns aspectos da trajetória do padre italiano Antonio Sório que se instalou entre seus conterrâneos na Colônia Silveira Martins em 1881. Na região colonial Sório se utilizou de recursos variados para conquistar reconhecimento como principal autoridade do lugar. Como imigrante, construiu um patrimônio material considerável por meio de uma atuação em diversos campos. Como liderança local, desempenhou o papel de mediador entre a população colonial e os representantes do município de Santa Maria. Porém, sua morte trágica, no ano de 1900, possibilitou que surgissem diversas versões sobre esse acontecimento. Uma dessas interpretações permite compreender os valores e normas que orientavam algumas das relações interpessoais próprias de um mundo camponês em constante movimento.

A partir de 1875, o Rio Grande do Sul passou a receber várias levas de imigrantes italianos que desejavam recomeçar suas vidas. Diversos núcleos de colonização italiana se formaram através do estabelecimento de um grande número de famílias camponesas que partiram, principalmente, da região do Vêneto, norte da Itália. Na Colônia Silveira Martins, localizada no centro do estado, dentre camponeses, artesões e comerciantes, chegaram também padres que partilhavam de objetivos como construir seu patrimônio e garantir certo *status* social. Este foi o caso do padre Antônio Sório, que chegou ao sul em 1881.

Convidado pelos seus conterrâneos que procuravam sacerdotes para se fixarem na região colonial, o padre Sório abandonou sua terra natal para iniciar uma nova vida do outro lado do Atlântico. Ciente da existência de um campo de trabalho em terras distantes e das possibilidades de conquistar prestígio e poder decidiu emigrar. Durante os dezenove anos em que viveu entre os imigrantes, o padre Sório se tornou uma liderança reconhecida pela população colonial e autoridades municipais da cidade de Santa Maria, servindo muitas vezes de árbitro nos conflitos dos italianos com as autoridades (VENDRAME, 2007). Em nível local, utilizou recursos variados para obter reconhecimento como principal autoridade em Silveira Martins, desempenhando o papel

* Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq.

de mediador entre a população colonial e os representantes do município de Santa Maria. Como imigrante, construiu um patrimônio material considerável por meio de uma atuação em diversos campos. Porém, sua morte “trágica”, no ano de 1900, fez com que surgissem diferentes versões sobre esse acontecimento. Essas narrativas são significativas à medida que forneceram elementos e indícios para se compreender as normas e valores que orientavam algumas das relações interpessoais nos núcleos coloniais.

As versões de uma tragédia

Em janeiro de 1900, em um dos jornais de maior circulação da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, era publicada uma notícia relatando um “fatal acontecimento” ocorrido em uma região colonizada por imigrantes italianos. A comunidade de Silveira Martins dava adeus ao seu pároco Antônio Sório após acompanhar sua agonia em decorrência de graves ferimentos sofridos. O jornal anunciava que o sacerdote italiano, há anos residindo na denominada ex-Colônia Silveira Martins, falecera por ser “vítima de um desastre”. Destacava ser o mesmo muito estimado pela população do lugar, contando com “inúmeras amizades e com grande prestígio”, sendo sua morte lamentada pelos imigrantes. A prova dessa consternação foi confirmada através da “extraordinária concorrência de pessoas que acompanharam o féretro”, comparecendo para prestigiá-lo duas bandas musicais, os amigos e colegas dos diversos locais da região colonial.

As informações apresentadas pelo jornal sobre os motivos da morte davam conta de ter ocorrido um “desastre” em uma das estradas da referida colônia – Linha Duas – “quando a cavalo ia a serviço de sua profissão”. Encontrado por um agricultor, o padre estava “prostrado no solo”, tendo assim permanecido por mais de dez horas até ser socorrido. Devido à gravidade das lesões, improvisaram uma cama de panos e o transportaram até a casa paroquial, onde permaneceu vivo por mais três dias suportando “dores cruelíssimas”. Nesse intervalo de tempo, foi assistido pelo médico Dr. Victor Teltz, que julgou o “caso perdido”. A morte era inevitável. Os redatores concluíram afirmando que lamentavam o “fatal acontecimento”, enviando, então, à população

colonial, condolências pela “perda de um dos seus grandes e ilustres protetores”.¹ Assim, o jornal *O Combatente*, com a reportagem intitulada “Padre Sório”, prestava uma homenagem àquela região colonial ao destacar o papel de liderança assumido pelo vigário enquanto pároco de Silveira Martins.

No registro de óbito encontrado no Cartório Cível de Silveira Martins, a data oficial da morte do padre é 3 de janeiro de 1900, às 02h30min da madrugada, em decorrência de ferimentos ocasionados por “queda do cavalo”.² Não consta a informação dos tipos de ferimentos que o levaram à morte, portanto, pouco acrescenta em relação à publicação do periódico que também não apresentou a natureza das lesões. Porém, prestando atenção às duas edições d’*O Combatente*, onde anunciaram o falecimento do padre, percebe-se uma pequena alteração: na edição do dia 7 de janeiro, a morte teria sido causada por uma “queda do cavalo”; na segunda, do dia 11, há referência a um “desastre” que teria vitimado Sório quando em seu cavalo se dirigia para realizar suas atividades de sacerdote pelo interior da paróquia. O jornal não repete, portanto, a versão de ferimentos por “queda de cavalo”.

Assim, de forma abrupta estava encerrada a trajetória do imigrante e sacerdote italiano Antônio Sório em uma colônia fundada em 1877 nas proximidades da cidade de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul.³ Na data de sua morte, em 3 de janeiro de 1900, o padre contava com 56 anos de idade. Era natural da *comuna de Zevio*, província de Verona, região do Vêneto, nordeste da península itálica. Havia migrado para o sul do Brasil há 19 anos estabelecendo-se na Colônia Silveira Martins, no recém criado povoado de Vale Vêneto.⁴ Tal como muitos imigrantes de seu tempo também planejava “fazer a América”.

Antes que o “fatal desastre” se consumasse em morte, o agonizante padre anunciou seus últimos desejos, convidando alguns indivíduos da região para testemunharem a elaboração de seu testamento. Assistido por parentes, amigos e autoridades, sofrendo com as fortes dores e sem esperança de melhora, uma vez que o

¹ Jornal *O Combatente*, 11 de janeiro de 1900. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria. Em edição de 7 de janeiro de 1900, o jornal já havia anunciado que em “consequência de uma queda do cavalo em que montava” o padre Antônio Sório havia falecido.

² Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins. Silveira Martins, RS.

³ Em 1878 o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, no centro geográfico do Rio Grande do Sul, com a chegada dos imigrantes italianos passou a ser denominado Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana, porém, foi alterado para Colônia Silveira Martins.

⁴ Na Colônia Silveira Martins em 1878 foi fundada a comunidade do Vale Vêneto a partir da instalação de diversas famílias de imigrantes italianos.

médico considerou o “caso perdido”, Antônio Sório apresentou seus últimos desejos, indicando um indivíduo para redigir o seu testamento. O padre se encontrava impossibilitado de qualquer movimento, em mau estado de saúde muito embora desfrutasse em “perfeito juízo” conforme anotado em seu testamento. Além de fazer a distribuição dos bens afirmou que, após sua morte, desejava ser enterrado no cemitério da Sede entre seus paroquianos. Também apontava que setecentos mil réis deveriam ser “consignados nas mãos do bispo diocesano” para que fossem empregados na celebração de uma “oficiatura solene no aniversário” de sua morte. Caso contrário, o bispo deveria aplicar o dinheiro da forma que desejasse. Aos sobrinhos deixava os seus bens, constituídos por três lotes de terra com suas respectivas casas conforme indicação: três lotes com casa e sobrado para o sobrinho Luiz Bianchi; um lote com casa recém edificada onde atualmente é escola pública à sobrinha Mariana Sório; um lote rural e casa edificada na Linha Duas a ambos os sobrinhos Luiz e Alexandre Sório.

Na sequência, Antonio Sório declarou que seus herdeiros deveriam pagar suas dívidas ativas, orientando-os para venderem os móveis e utensílios caso não conseguissem saldar os débitos. Quanto ao funeral, desejava que fosse realizado “sem luxo e sem pompa”.⁵ Assim, no dia 2 de janeiro de 1900, enquanto agonizava no leito da casa paroquial da ex-Colônia Silveira Martins, Antônio Sório ditava o seu testamento para o imigrante italiano Guido Carlos Passini, sendo o ato assistido por outras seis testemunhas: padre Mathias Schoennauer, José Dal Forno, Carlo Maffine, Paulo Bortoluzzi, Marchiori Rissieri e Biasuse Rissieri. Por fim, todos assinaram o testamento.

Chegando ao final da redação deste documento, Guido Carlos Passini assinou em nome do convalescente padre, comprovando ser o estado de saúde do mesmo muito grave, pois nem podia grafar o seu nome no testamento. Na presença das referidas testemunhas, o documento foi elaborado segundo o desejo do padre que faleceu no dia seguinte. Para legitimar a validade e autenticidade das informações e a circunstância de elaboração do testamento, foi este apresentado ao escrivão distrital do Cartório Cível da Sede Silveira Martins para reconhecimento das assinaturas das sete testemunhas.⁶ No dia da morte de Antônio Sório, o referido documento foi levado ao Juiz Distrital

⁵ Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, Porto Alegre.

⁶ Processo de validação do testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Joaquim Augusto Pinho que se encontrava na casa do escrivão Antônio Fantoni, em Silveira Martins.

Em abril de 1901, quando haviam se passado quinze meses do falecimento do padre, deu-se início à elaboração do inventário para a correta partilha dos bens. Pelo Juiz Distrital de Santa Maria foram inquiridas as testemunhas presentes no ato de redação do testamento e que presenciaram os momentos finais de vida do padre Sório. Ao serem questionados sobre as circunstâncias da escrita do testamento, em uníssono afirmaram que, no dia 2 de janeiro de 1900, achava-se Antonio Sório em sua casa “gravemente enfermo em consequência de uma queda que dera do cavalo que montava”. Sentindo-se muito mal e impossibilitado de mover-se, “mas em seu perfeito juízo,” mandou chamar Carlos Guido Passini para redigir o seu testamento. Declararam as testemunhas ter sido realizada a leitura em “voz alta” do documento. Dadas tais condições, o testamento foi julgado válido pelo Juiz Distrital de Santa Maria, portanto, os herdeiros poderiam iniciar o processo de partilha dos bens.

Deste modo, na documentação oficial elencada acima e produzida naquele momento, os motivos que levaram Antonio Sório à morte foi a gravidade dos ferimentos em decorrência de “queda do cavalo”. Várias testemunhas afiançaram tal versão, inclusive um padre e autoridades distritais, como um juiz e o escrivão do cartório, além de comerciantes de Silveira Martins e Vale Vêneto, bem como seus sobrinhos lá presentes nos momentos que antecederam o falecimento. Porém, o médico uma das pessoas que prestou assistência ao padre Sório na suas últimas horas de vida não foi inquirido pelo juiz para dar o seu parecer sobre o estado de saúde do enfermo. O Dr. Victor Teltz, com consultório em Santa Maria, atendia frequentemente na colônia Silveira Martins, e era especialista em “moléstias sífilíticas e das vias urinárias” conforme se pode ler nos anúncios publicados nos jornais.⁷ Lembremos que o médico julgou o caso do padre Sório perdido, ou seja, sem chances de recuperação.

Vítima de uma armadilha

O imigrante italiano Andrea Pozzobon apresentou novas informações sobre a tragédia que vitimara Sório, seu contemporâneo e com quem mantinha relações bastante próximas. Em suas memórias, Pozzobon, narrou momentos de sua vida tanto na Itália

⁷ Anúncios em várias edições do jornal *O Combatente*, dos anos de 1899, 1900, 1901. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso - ACMEC, Santa Maria.

como no Brasil, expondo suas inquietações, atitudes, visão de mundo e episódios que ocorreram nos núcleos de colônias do centro do estado do Rio Grande do Sul.⁸ Com relação à morte do seu conterrâneo da região vêneta italiano, Antonio Sório, afirmou que, no dia 29 de dezembro de 1899, “devido a uma queda de cavalo ou, como dizem outros, a um verdadeiro assassinato, rendeu sua vida o Rev. Dom Antonio Sório”, vigário da colônia Silveira Martins”. Não desconsiderando o fato de o padre ter sofrido um acidente e morrido em decorrência disso, destacou haver comentários asseverando ter sido ele “vítima de uma armadilha”. Na sequência, assegurou ter o padre Sório falecido após “golpe sofrido”, suportando “intensas dores” com “heróica resignação”. Apesar das suspeitas de crime serem compartilhadas entre boa parte da população da ex-Colônia Silveira Martins, segundo Andrea Pozzobon, o “caso nunca foi devidamente esclarecido” (POZZOBON, 1997, p. 178).

Tal informação, apresentada por um contemporâneo dos fatos, possibilita iniciar uma análise dos elementos que levaram à construção desta outra hipótese da morte do padre Sório. Nascida no seio da própria comunidade onde aquele era pároco, para ser possível entender os motivos da constituição desta versão, é necessário adentrar o cotidiano daquela sociedade colonial recentemente constituída e em fase de organização. Para acreditarem ter sido o padre Antônio Sório “vítima de uma armadilha”, os imigrantes italianos partiram das avaliações que faziam do comportamento dele enquanto pároco e dos possíveis atritos locais, e a partir disso, construíram a versão da agressão.

Porém, essa opinião circulava entre aqueles que eram reconhecidos como membros de uma coletividade local, ficando, muitas vezes restritas, às conversas privadas e reuniões familiares. Andrea Pozzobon, portanto, foi um dos primeiros, a registrar a possibilidade de ter ocorrido um “verdadeiro assassinato”, porém, ressaltou que as maiores desconfianças entre a população colonial eram as de ter sido Sório vítima de uma emboscada. Essa afirmação marca uma diferença entre dois entendimentos que necessariamente não tinham o mesmo significado para os imigrantes italianos, pois uma “armadilha” era uma prática utilizada no mundo camponês que não tinha o mesmo sentido de crime. No entanto, não mencionou a natureza dos ferimentos que levaram o padre Sório à morte.

⁸ As memórias do imigrante Andrea Pozzobon bem como todos e outros escritos foram publicadas por seu neto Zolá Franco Pozzobon (1997).

O sacerdote Frederico Schwinn (caderno a, p. 14), pároco da sede ex-Colônia Silveira Martins entre 1906 e 1918, narrou em seus manuscritos as realizações de Sório enquanto vigário da paróquia. Ao fazer isso não deixou de comentar as circunstâncias da morte do padre ocorrida no ano de 1900. Segundo Schwinn, no dia 29 de dezembro de 1899, numa das principais estradas da região, Antônio Sório foi encontrado “caído do cavalo [e] gravemente *pisado no baixo ventre*” (grifos meus). Após ser socorrido, recebeu atendimento médico, porém, devido à gravidade dos ferimentos, veio a falecer no dia 2 de janeiro, deixando fortes indicações de ter sido “vítima de um crime”. Presente na colônia desde 1906, o padre Frederico Schwinn escreveu o que ouviu de seus paroquianos. Certamente, também o que lhe contara o seu colega Matheus Schoennauer, testemunha que assistiu Sório nos seus últimos momentos de vida, que poderia dar esclarecimentos sobre as características dos ferimentos da vítima. Ao falar sobre o assunto usou termos brandos para indicar o tipo de lesão sofrido pelo padre, mas, por outro lado, declarou que as evidências indicavam ter ocorrido um crime.

A versão popular

Apontando para novos elementos de uma história ainda por ser explicada, a memória do crime não se apagou entre os descendentes de imigrantes italianos da região colonial. Além disso, a existência de versões diferentes do evento não solucionado, de relatos não validados ou incompletos forneceu estímulos para que a memória sobre o fim “trágico” do padre Sório fosse mantida. Deste modo, na década de 1990, o historiador Luiz Eugênio Vécio (2001, 25) tomou as interpretações sobre a morte do sacerdote como ponto de partida para uma reflexão mais ampla do embate entre a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou entrevistas entre os descendentes que residiam no município de Silveira Martins, apresentando as versões ainda sustentadas pela população. Através dos depoimentos, o autor constatou que na memória coletiva local subsistia a ideia de que o padre Sório havia sido “castrado e morto, vítima de uma terrível conspiração maçônica”.

No entanto, nos depoimentos, ressurge a versão de crime por castração, o que não chega a ser uma novidade, dadas às informações passadas pelo sacerdote Frederico Schwinn em seus manuscritos datados do início da década de 1920. Acreditando-se em crime de castração, o delito, então, foi planejado por questões de honra e não por motivações políticas. Segundo Vécio estas linhas de pesquisa não se excluíam, antes

tornavam a tarefa do historiador mais complexa e árdua, porém, Vécio optou por centrar sua investigação na versão que destacava a existência de um conflito entre maçons e católicos. Para isso, seguiu pistas com relação à construção da versão de crime político orquestrado por maçons.⁹

Através da análise dos depoimentos presentes na obra de Vécio, acredito ser possível começar a entender a tragédia do padre Sório em seu contexto cultural, analisando a versão de um crime de castração como uma possibilidade vivida pelos próprios imigrantes na região colonial. Conforme o depoente Achilles Pirotti (86 anos) há a afirmação de que ali na Linha Duas residia, à época da morte, o sobrinho do padre, de nome Luís Sório, sendo casado com uma tia do depoente. Sua mãe foi contemporânea aos acontecimentos, por isso narrou que um dia, quando o padre Sório retornava da casa de seu sobrinho na Linha Duas, “três homens pegaram” e “começaram a judiar dele”, ficando o mesmo “muito machucado. Na estrada o atacaram e o machucaram com pedras, chegando ao ponto de “castrar o padre”.

Assim, em consequência dos ferimentos, após ter padecido por três dias, Sório veio a falecer “sem contar a ninguém quem tinha feito tal barbaridade”. Alegou que “se sobrevivesse contaria, mas se morresse perdoaria a todos”. Era voz corrente na comunidade “que os três que fizeram esta covardia eram maçons”.¹⁰ Já o depoente Bento Rorato, afirmando apenas saber o que era comentário local declarou que a população apontava os maçons como culpados pela morte de Sório. Explicando o acontecimento “diziam que o padre tinha mexido com uma mocinha donzela e que os parentes dela o pegaram. O nome da moça ninguém contava, isso era segredo. Mas, me parece que caparam o padre”.¹¹

Na narrativa do descendente Odil Savenhago (54 anos) percebe-se uma maior convicção ao interpretar o acontecido, isto porque o padre Sório fora atacado nas terras de sua família, localizada a uns 200 metros da estrada que seguia para Silveira Martins. Segundo o depoente, o padre foi castrado por três homens. Quanto aos autores, declarou não acreditar ser a instituição maçônica a responsável por mandar matar o padre, apesar de os três elementos pertencerem à Loja maçônica de Silveira Martins. Para Odil

⁹ Ao analisar a Revista Rainha dos Apóstolos das décadas de 1920 a 1940 – revista editada pelos padres palotinos, estabelecidos em Santa Maria –, percebeu ali iniciar a ideia de que a morte do padre Sório era fruto de um complô maçônico.

¹⁰ Morador de Silveira Martins, depoimento de 09 de janeiro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 313)

¹¹ Morador de Silveira Martins. Depoimento de 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 312).

Savenhago, ao fazerem tal “barbaridade” contra o padre, aqueles agiram por motivos pessoais.¹² Sabendo que o padre havia sido ferido no “baixo-ventre”, o depoente possuía indícios para afirmar que a violência física usada contra o padre não tinha origem em divergências ideológicas entre católicos e maçons, antes foi uma violência simbólica resultante de uma desonra familiar.

Na memória transmitida no espaço familiar e comunitário subsiste a ideia de uma emboscada e agressão física por questões de honra, quando alguns indivíduos aplicaram uma punição como resposta a ofensas morais. Portanto, pretendo explorar os motivos de ter sido esta a versão surgida entre os contemporâneos do padre, percebendo que elementos culturais serviram de base para a elaboração da hipótese. Não tenho a pretensão de investigar o “crime em si”, mas sim a interpretação de uma “emboscada”, de ofensas morais e de punições entre a população colonial. Dessa maneira, busco compreender o significado dado à tragédia que vitimou o padre Sório dentro de um campo de possibilidades compartilhado pelo grupo.

Um horizonte de possibilidades

Os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins, local onde o referido padre prestava atendimento religioso, dotados de práticas culturais de uma Europa rural forjada há séculos, devem ter tido suas razões para acreditar na morte por vingança de uma família em desonra, pois tal constatação estava ligada a valores que possuíam sua racionalidade própria de um mundo tradicional ainda vivido. Partindo de seus códigos valorativos, aliado ao entendimento que tinham sobre o comportamento pregresso do sacerdote agredido, deram uma explicação diferente que se afasta da versão oficial: padre Antônio Sório fora vítima de um castramento por causa de seu procedimento inadequado com uma “mocinha donzela” do lugar.

Na região colonial ganhou fórum de verdade a interpretação de que a morte do padre era decorrente de um espancamento seguido de castração, forma de punição por ter ofendido a honra de uma moça. A violência praticada contra determinadas partes do corpo, como ferimentos no “baixo-ventre”, tinham um significado simbólico e caracterizavam uma agressão planejada para reparar a honra perdida. Nesse sentido, o castramento está ligado a um tipo específico de ofensa: a desonra sexual e a

¹² Morador da Vila Cattani, Silveira Martins, depoimento de 17 de julho de 1998 (VÉSCIO, 2001, p. 320).

impossibilidade de reparação. Para compreender a versão camponesa construída a respeito da morte do padre Sório é necessário investigar essa agressão como um tipo de punição que tinha uma lógica explicativa no universo cultural dos imigrantes italianos.

Através da versão do castramento, é possível levantar questionamentos sobre o funcionamento das comunidades, os valores, os tipos de punição, a atuação das famílias camponesas italianas que se estabeleceram nas regiões coloniais do sul do Brasil. É importante perceber as redes sociais de agregação formadas entre os imigrantes, suas relações de reciprocidade, confiança e aliança como recursos para garantir segurança e a sobrevivência do grupo. As ações dos indivíduos precisam ser analisadas dentro de uma trama de interdependências, identificando os padrões culturais e sociais que governavam essa trama. Por outro lado, a própria tradição oral, em determinados casos, pode ser usada como um mecanismo fundamental para solucionar conflitos, contradições, garantir estabilidade e evitar questionamentos das regras que regem a vida cotidiana. As narrativas orais são usadas para “dar sentido a uma ordem social” e também podem ter como objetivo solucionar “simbolicamente” alguns assuntos que necessariamente não foram resolvidos no campo da “atividade humana” (CRUIKSHANK, 2006, p. 152-153).

É no espaço familiar que diferentes narrativas sobre as causas da morte do padre Sório e a identidade dos seus agressores se refugia, materializando-se também ali em memória compartilhada na comunidade. Portanto, as famílias são as guardiãs e mediadoras dos fatos e impressões vivenciados (POLLAK, 1989). Apenas alguns indivíduos são indicados para falar das histórias locais, principalmente se possuem ligação ou proximidade com os acontecimentos vividos no passado. Nas narrativas orais dos descendentes de italianos, anteriormente apresentadas, os guardiões da memória do povoado são aquelas pessoas que possuíam laços de parentesco ou seus antepassados mantiveram alguma relação com eventos envolvendo a família Sório. São depoentes referenciais para o grupo quando o assunto é contar determinadas experiências compartilhadas, sendo, portanto, suas falas as mais ricas e significativas para se compreender as histórias vividas pelos imigrantes na região colonial.

O que permanece na “memória do povoado” sobre a tragédia do padre Sório é a versão do castramento, dos ferimentos no baixo-ventre, da desonra de uma moça e da vingança. Mesmo estando em constante movimentação, agregando novos elementos e reinterpretações, aquelas explicações não perderam sua força. Portanto, conforme os

caminhos apontados por Alessandro Portelli (1996, p. 65-70), as memórias oferecem um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginadas e não um esquema de experiências comuns. Nesse sentido, ganha destaque o conceito de “possibilidades”. A representatividade textual das fontes orais e memórias se medem pela capacidade de abrirem e delinearem um espaço de possibilidades expressivas. Para o autor, é o complexo horizonte das possibilidades que estabelece a esfera de “uma subjetividade socialmente compartilhada”.

Tanto os relatos orais dos descendentes como as narrativas e crônicas dos imigrantes e padres forneceram substrato inicial para delinear um contexto de possibilidades de atuação das famílias, lógicas, valores, estratégias individuais e comunitárias em Silveira Martins. As explicações para a morte do padre Sório encontram sua fundamentação num cenário de possibilidades reais, imagináveis e aceitáveis. Abre-se um campo de pesquisa que irá analisar através de outras fontes documentais os conflitos internos, as punições, os laços que ligavam as famílias, as relações interpessoais e, principalmente, o papel das redes sociais comunitárias. Uma proposta que leva em conta a dimensão local para entender a realidade interna - e relação externa – onde alguns episódios rompem, procurando compreender o desempenho “real dos mecanismos”, os significados de poder e a capacidade de atuação dos indivíduos. A dimensão local não é o reflexo daquilo que no nível macro é relevante, pois as possibilidades de ação e o “significado do exercício de poder” devem ser analisados no âmbito da aldeia.

Portanto, foi graças aos relatos individuais trocados entre aquele que faziam parte das redes de relações familiares, que uma “memória da comunidade” sobre o Antônio Sório se manteve. Muitas informações e lembranças sobre o episódio da morte deveriam ser transmitidas somente internamente no povoado. Tanto o silêncio como a ausência de investigação quando da ocorrência daqueles fatos não quer dizer que não sejam significativos para se entender a própria comunidade que optou por tal forma de comportamento. O segredo pode ter sido um mecanismo acionado pelos indivíduos para passar uma ideia de unidade e aceitação dos eventos locais. Essa aparente tranquilidade, onde nada parecia estar acontecendo, pode significar escolhas conscientes dos indivíduos para garantir estabilidade local além de exemplificar uma forma própria e autônoma de organização. As narrativas orais e escritas sobre a morte do padre Sório

permitem analisar a maneira como os imigrantes lidaram com fatos cotidianos e inesperados.

Referências Bibliográficas

CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos & abusos da história oral*. 8º ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEVI, Giovanni. “Problemas de Escala”. In: *Relaciones* 95. Verano, 2003, v. XXIV, p. 279-288. Htt: //WWW.colmich.edu.mx/relaciones/

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n.2, p. 59-72, 1996.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

SCHWINN, Frederico. Freguesia Silveira Martins. Caderno a, p. 14, Caixa 5, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

VENDRAME, Máira Ines. *Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

Migrações internas: uma análise do município de Novo Hamburgo (RS)

Maria Regina Klein

Resumo: As migrações fazem parte da história da humanidade e desempenham papel importante no contexto histórico. O principal objetivo do trabalho consiste em identificar e analisar o processo migratório no município de Novo Hamburgo (RS), no período 2000-2007. Busca-se através do estudo compreender as causas e consequências do fenômeno das migrações no município em questão, assim como verificar os impactos econômicos e sociais gerados, bem como as políticas adotadas pelas autoridades municipais com relação à migração interna. Como resultado observou-se que ocorreu uma migração intensa no auge de sua industrialização, ocorrendo o inverso com a chegada da crise econômica. Apesar do impacto econômico sofrido, Novo Hamburgo mantém-se entre os melhores municípios da RMPA em termos econômicos e de qualidade de vida, recebendo imigrantes que continuam a acreditar no potencial da cidade.

Introdução

As migrações fazem parte da história humana e remontam aos tempos pré-históricos. Entre os anos 300 a 900, ocorreu uma série de migrações de vários povos a partir da Europa e que se estenderia a todo o continente europeu. Segundo Simons (1971, p.12), “tribos inteiras de Bárbaros partiram da Escandinávia e percorreram milhares de quilômetros até chegar ao Ocidente Romano”.

Muitas razões podem explicar o ato migratório, entre elas: políticas, ideológicas, étnicas, raciais, profissionais, econômicas, catástrofes naturais, entre outras, sendo que as razões econômicas são as que predominam. O ato migratório apresenta causas onde o indivíduo é “forçado” a migrar devido à fome, guerra, epidemias, perseguições políticas e religiosas ou é “atraído” por determinado lugar ou país. As forças de atração podem ser as mais diversas, tais como a colonização, o crescimento econômico, a possibilidade de enriquecimento. A grande maioria das migrações tem como objetivo a busca de melhores condições de vida.

Atualmente, vários fatores têm contribuído para o aumento constante do fenômeno das migrações. De acordo com Coyle (2003), as forças da globalização, a diminuição dos custos de transporte e, talvez ainda mais importante, os custos de informação exercem grande influência sobre as migrações. O acesso de maneira rápida

e praticamente sem custo das informações possibilita aos migrantes potenciais ter mais consciência do mundo a sua volta. A agilidade e a rapidez dessas informações ao alcance da população fazem com que os indivíduos conheçam melhor as oportunidades disponíveis nas mais diversas regiões do mundo. A troca de informações sobre o que acontece aos amigos e às famílias que já se mudaram colabora com o aumento da probabilidade de migrar. Também as guerras, os conflitos, os desequilíbrios políticos e sociais de muitos países têm fomentado a migração.

Portanto, a motivação para realização do presente trabalho é o fato de que o processo migratório faz parte da história humana, refletindo de forma significativa sobre a sociedade. Sendo assim, dentro deste tema, objetiva-se estudar e pesquisar sobre o processo migratório do município de Novo Hamburgo, localizado na região da encosta do nordeste do estado do Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, foi determinado o período 2000-2007 para realização da pesquisa, sendo que em 2000 foi realizado o último Censo Demográfico do país pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetiva-se caracterizar e identificar as principais causas deste processo migratório no município em análise.

Além dos dados do IBGE, outros órgãos foram utilizados para o levantamento dos dados, como, por exemplo, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre outros. Também realizou-se uma entrevista com a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para obter informações sobre as migrações e os impactos sociais e econômicos gerados, bem como as políticas adotadas pelas autoridades municipais com relação à migração ocorrida no município. Jornais e revistas também foram utilizados para evidenciar o fenômeno, enfim todos os recursos que puderam auxiliar na concretização do estudo.

Migrações internas em Novo Hamburgo (RS)

Aspectos históricos

Situado na região Sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região do Vale do Rio dos Sinos, distante trinta e cinco quilômetros da capital Porto Alegre, o município de Novo Hamburgo foi emancipado em 05 de abril de 1927 e está entre os municípios de maior expressividade e importância, tanto economicamente como culturalmente. Faz parte dos trinta e um municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo ele, atualmente, o quinto mais populoso da região. De acordo com as estimativas de população para os municípios brasileiros, com

data de referência em 1º de julho de 2009 IBGE (2009a), o município possui um total de 257.746 habitantes. Com relação ao estado do Rio Grande do Sul, que é composto por 496 (quatrocentos e noventa e seis) municípios, Novo Hamburgo encontra-se entre as dez cidades com maior número de habitantes do estado, com PIBpm (2006), de R\$ mil 3.897.297. Na tabela 1 é apresentada a relação das dez cidades do estado do Rio Grande do Sul com maior número de habitantes e com seus respectivos dados econômicos.

Tabela 1: As Dez Cidades do Estado do Rio Grande do Sul com Maior Número de Habitantes

Municípios	Número de habitantes (estimativa 2009)	PIBpm 2006 (R\$ 1.000)	PIBpm 2006 Posto (*)	PIB Per capita 2006 (R\$)	PIB per capita 2006 Posto (*)
Porto Alegre	1.436.123	30.116.002	1.º lugar	20.900,00	23.º lugar
Caxias do Sul	410.166	8.621.444	3.º lugar	20.923,00	22.º lugar
Pelotas	345.181	2.857.463	8.º lugar	8.248,00	374.º lugar
Canoas	332.056	9.607.235	2.º lugar	28.823,00	7.º lugar
Gravataí	269.446	3.879.258	6.º lugar	14.327,00	113.ª lugar
Santa Maria	268.969	2.649.725	10.º lugar	9.811,00	267.º lugar
Viamão	260.740	1.425.387	19.º lugar	5.441,00	490.º lugar
Novo Hamburgo	257.746	3.897.297	5.º lugar	15.062,00	96.º lugar
Alvorada	213.894	854.695	31.º lugar	3.976,00	496.º lugar
São Leopoldo	211.663	2.390.931	12.º lugar	11.252,00	208.º lugar

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2009a) e FAMURS (2009).

Nota: (*) Posto ocupado entre as 496 (quatrocentas e noventa e seis cidades) que compõe o estado do Rio Grande do Sul.

Normalmente a cidade, de acordo com Singer (1973), que chega à industrialização, é aquela que já apresentava um relativo aspecto urbano por ter sido anteriormente importante centro comercial. A infra-estrutura criada dentro deste ambiente, necessária para o desenvolvimento da indústria já se encontra adiantada, facilitando, assim, o processo de industrialização e urbanização. As atividades passam a se concentrar essencialmente no perímetro urbano, onde se encontra a grande maioria dos usuários. Ocorre inclusive uma transferência de diversos serviços antes executados em áreas rurais para a cidade.

Na tabela 2 pode-se evidenciar o desenvolvimento acelerado da população urbana de Novo Hamburgo, destacando-se o período de 1950 a 1980 como consequência da evolução e prosperidade do parque industrial.

Tabela 2: Evolução da População da Cidade de Novo Hamburgo no Período 1920-2008

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total
1920	-	-	8.520
1940	13.670	5.581	19.251
1950	20.670	8.777	29.447
1960	45.344	8.572	53.916
1970	81.811	4.145	85.956
1980	133.206	3.288	136.494
1991	201.502	4.116	205.668
2000	231.989	4.204	236.193
2008	252.352	2.952	255.277

Fonte: Schütz (1977) e IBGE (2009a).

Observou-se no decorrer da história do município de Novo Hamburgo tais fatos, primeiro a fase pré-industrial, quando, segundo Schütz (1977), os colonizadores iniciaram suas atividades pelo cultivo da terra, inicialmente para sua subsistência, sendo que aos poucos o excedente passou a ser comercializado entre os produtores. Logo após, este excedente passou a ser transportado até o mercado, onde os próprios produtores comercializavam seus produtos. Criou-se assim, uma força econômica que foi ampliada, possibilitando o comércio entre povoações vizinhas. Todo esse processo levou o município à segunda fase, a da industrialização e urbanização. Houve uma diversificação dos produtos e o surgimento da indústria, que passaram a concentrar as atividades. Tais serviços começaram a ser prestados por estabelecimentos especializados dentro desta malha urbana, transformando-se em um importante centro comercial.

Migrações internas

Ao longo do tempo, com o crescente desenvolvimento, Novo Hamburgo tornou-se uma região cada vez mais atrativa para os migrantes, tal fato pode ser evidenciado pelo significativo aumento da população urbana em um curto espaço de tempo. Considerando ser improvável o aumento desta população, tão somente através do seu

crescimento vegetativo. As migrações internas desempenharam papel importante suprimindo a falta de mão-de-obra tão necessária para a expansão e para o desenvolvimento das indústrias. No ano de 1970 foram instaladas, no município, 189 fábricas de calçado, ocupando um total de 9.635 pessoas de acordo com Schütz (1977). Devido à escassez de mão-de-obra, tudo o que havia disponível na região foi absorvido. Além da grande oferta de empregos com boa remuneração, não havia praticamente obstáculos para se inserir no mercado de trabalho. Com o aumento das exportações e das vendas para o mercado interno e sem disponibilidade de profissionais qualificados, o setor calçadista disponibilizou vagas para os trabalhadores, sem muitas restrições. Havia colocação para todos, independente da idade, sexo, instrução, ou seja, a grande maioria encontrava emprego com muita facilidade mesmo sem qualificação.

Segundo Schütz (1977), a indústria calçadista enfrentou muitos problemas devido à falta de mão-de-obra qualificada. Em 1972, os operários sem especialização representavam 78% do total das pessoas que trabalhavam na indústria. Houve, inclusive, incentivo por parte do governo federal que permitia que as empresas abatessem sobre o imposto de renda um percentual para qualificação dos seus operários. Outra dificuldade do período, também citado por Schütz (1977), consistiu na falta de infra-estrutura do município para receber este grande contingente de imigrantes. Não havia moradia, nem disponibilidade de casas para alugar ou pensões para se alojar, tal situação, em muitos casos, determinava a volta dos imigrantes para seu local de origem. Tal situação promoveu o surgimento de loteamentos irregulares, onde os imigrantes com suas famílias construíam suas casas, humildes e precárias, sem as mínimas condições de habitação. Porém, sentiam-se recompensados pela disponibilidade de empregos com salários atrativos e com perspectivas de conquistar uma vida melhor.

Todavia, foram adotadas, pela prefeitura municipal, medidas como o programa “Fecha Fronteira”¹, que tinha por objetivo conter as migrações e orientar os imigrantes que chegavam ao município sem recursos para se instalar de forma digna. Houve grande repercussão, inclusive negativa para o município, segundo Peralta (2009). As consequências da explosão demográfica no município, da falta de infra-estrutura, de planejamento e controle, continuam refletidas nos dias atuais. Os órgãos públicos

¹ “Programa implantado pelo prefeito de Novo Hamburgo Atalíbio Foscarine. Constituía-se de equipes com cinco veículos, que circulavam nos locais de acesso à cidade e áreas públicas sujeitas à invasão. Quando encontravam um caminhão carregado de objetos de mudança, procuravam saber o local aonde iriam se instalar. Se não tivessem moradia definida ou pretendiam ocupar áreas públicas, eram orientados a retornar ao local de origem” (PROGRAMA, 1993, p. 14).

responsáveis não se encontravam estruturados para receber este grande volume de imigrantes, causando danos ao município. Em 2008, a prefeitura de Novo Hamburgo, através do decreto de lei 3.305/2008, transformou áreas verdes invadidas em áreas de interesse social. Ao todo são 98 (noventa e oito) áreas verdes que necessitam de planejamento urbano, infra-estrutura básica como energia elétrica, esgoto, água encanada, entre outros (PMNH, 2009).

Entre todas as atividades do município, o que predominou na sua industrialização foi a indústria de calçados que empregava a maioria da mão-de-obra. Com a chegada da crise no setor calçadista, o município sofreu o impacto imediatamente, sendo o desemprego uma das principais consequências devido ao fechamento das fábricas. A centralização da economia em praticamente um ramo de atividade, no caso o setor calçadista, intensivo em mão-de-obra, transformou-se em caos em meio à crise. Sem ter como absorver o número de desempregados em outros setores da economia, que na realidade não existiam, muitos imigrantes retornaram para suas cidades de origem. Novamente a prefeitura municipal tomou medidas para amenizar a situação e, em 2005, criou o Projeto Retorno às Origens, que funcionou da seguinte maneira: o imigrante que se encontrava desempregado e morava em Novo Hamburgo, procurava a Secretaria de Habitação e preenchia um pedido onde informava seu endereço, o número de integrantes da família e para onde desejava se mudar. Após esta etapa, um funcionário da prefeitura visitava a família para verificar as condições financeiras da mesma. Se fosse comprovada a falta de recurso para realizar a mudança, assim como a comprovação de emprego e moradia no local para onde o imigrante desejava se mudar, a prefeitura custeava as despesas da mudança. Foram custeadas mudanças para todo o Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (GRAEFF, 2006).

Porém, mesmo após a crise iniciada em 1990, quando muitos imigrantes saíram da cidade por não terem mais empregos, Novo Hamburgo ainda permaneceu entre os municípios da RMPA que mais recebem imigrantes, mantendo sempre saldo positivo. Na tabela 3 estão relacionados os trinta e um municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com as estimativas das migrações que ocorrem no período de 2001 a 2007 em cada um dos municípios.

As estimativas foram levantadas partindo-se da suposição de que não ocorriam imigração ou emigração, ou seja, que ambas sejam zero. Sendo assim, o crescimento da população já possível é de ser calculado através do crescimento conhecido como

crescimento natural ou crescimento vegetativo, ou seja, a diferença entre os nascimentos (taxa de natalidade) e os óbitos (taxa de mortalidade) de uma região. O crescimento vegetativo de uma determinada região pode ser positivo, ocorrendo maior número de nascimentos do que de mortes, se for o contrário será negativo, ou nulo quando o número de nascimentos for igual ao número de mortes.

Tabela 3: Migrações Internas dos Municípios da RMPA no período 2001-2007

Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Alvorada	464	700	1.028	1.030	1.111	1.174	1.512	7.019
Araricá	60	53	56	62	46	54	53	384
Arroio dos Ratos	-22	-18	14	-36	-58	-60	-29	-209
Cachoeirinha	-227	-273	-320	-426	-380	-445	-450	-2.521
Campo Bom	-271	-210	-239	-346	-248	-203	-227	-1.744
Canoas	-847	328	-117	721	683	-7	194	955
Capela de Santana	31	43	73	76	31	29	74	357
Charqueadas	346	317	292	314	265	274	367	2.175
Dois Irmãos	116	130	61	44	44	78	126	599
Eldorado do Sul	231	226	236	251	294	245	297	1.780
Estância Velha	302	320	377	356	370	380	473	2.578
Esteio	1.083	- 1.008	-1.005	-1.129	-952	-1.343	-1328	-5.682
Glorinha	145	156	161	136	151	171	159	1.079
Gravataí	1.153	1.506	1.620	1.592	1.42	2.071	2.268	11.852
Guaíba	-823	-869	-954	-979	-864	-1.052	-1.029	-6.570
Ivoti	263	264	274	246	289	285	382	2.003
Montenegro	-528	-74	-25	-150	-37	-120	-55	-989
Nova Hartz	63	21	44	34	46	74	79	361
Nova Santa Rita	493	519	552	520	520	541	547	3.692
Novo Hamburgo	293	320	370	432	393	587	824	3.219
Parobé	132	57	60	45	-103	-103	-52	36
Portão	352	283	308	297	338	372	400	2.350
Porto Alegre	- 1.796	-935	-273	-697	-145	406	1.337	-2.103
Santo Antônio da Patrulha	-112	-120	-92	-116	-117	-92	-1	-650
São Jerônimo	-161	-223	-166	-175	-152	-133	-147	-1.157
São Leopoldo	-182	-257	20	-168	-72	5	317	-337
Sapiranga	-162	-242	-268	-377	-267	-255	-263	-1.834

Sapucaia do Sul	- 1.095	- 1.148	-1.113	-1.290	-1.346	-1.115	-1.101	-8.208
Taquara	-297	-367	-405	-374	-380	-367	619	-1.571
Triunfo	122	52	105	16	13	38	78	429
Viamão	805	1.054	1.231	1.255	1.658	1.977	2.123	10.103

Fonte: Elaborado pela autora a partir de FEEDADOS (2009).

Políticas públicas e consequências da migração interna

A complexidade que envolve as migrações internas, as causas e suas consequências, como já apresentadas no decorrer do trabalho, através dos estudos desenvolvidos na área, engloba inúmeras questões. Seu entendimento requer uma análise profunda sobre os mais diferentes aspectos, entre os já citados, os de natureza ambiental, regional, econômica, social, cultural, entre outros. Tais aspectos relacionam os indivíduos e a sociedade como um todo. Vale investigar, pesquisar, aproximar-se da realidade dos fatos. Em entrevista realizada com Jairo Peralta, diretor de Produção Técnica e Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da prefeitura municipal de Novo Hamburgo, buscou-se mais subsídios para contribuir na análise do estudo.

De acordo com Peralta (2009), dentre todos os aspectos apresentados com relação à questão migratória de Novo Hamburgo, ao receber estas pessoas na região, observava-se que o município era considerado o “eldorado”, na medida em que oferecia emprego em abundância. Ressalta-se a questão do campo, expulsando as pessoas em função do modelo econômico adotado: a agropecuária na fronteira oeste do estado e a monocultura do trigo ou da soja na região colonial. Assim, havia o atrativo de Novo Hamburgo em relação ao emprego, mas, ao mesmo tempo, ocorria essa tendência de expulsão do campo, transferindo este contingente populacional.

Conhecendo a região desde 1974, Peralta (2009) relata que neste período era diária a chegada de pessoas, através de todos os meios, como ônibus ou envio de pessoas pelas próprias prefeituras de outros municípios em dificuldade. Realmente, era visível a corrida para o município: o “eldorado” era aqui. Em alguns casos, se percebia que a maior parte destas pessoas, antes do deslocamento para Novo Hamburgo, já havia migrado do campo, onde residia inicialmente em sua cidade sede, para o centro urbano da sua própria cidade sede. Por exemplo, Uruguaiana, Alegrete, Livramento, Santo Ângelo, Erechim etc. Considerando que na época não havia o recurso do telefone celular ou da internet, a comunicação era através do correio e, assim, utilizava-se nas cartas a expressão “vem prá cá que aqui é bom”. A partir daí se conseguia identificar o

fator de expulsão campo-cidade e qual era a intenção destas pessoas, ou seja, buscavam uma melhoria da qualidade de vida: educação, trabalho, oportunidades etc.

O Vale do Rio dos Sinos e o Vale Paranhana tiveram uma ampliação demográfica expressiva, causando a necessidade de formulação de políticas públicas pelos governos municipais. De acordo com Peralta (2009), que também conheceu a realidade de Campo Bom, as prefeituras não tinham condições de atender esta demanda crescente e repentina, pois não havia infra-estrutura. Novo Hamburgo tinha, assim como algumas cidades do Vale, apenas alguns estoques de lotes com infra-estrutura e apenas as pessoas com um poder aquisitivo mais elevado conseguiam adquirir estes lotes de terra em áreas com alguma infra-estrutura. No entanto, esta situação não durou muito, já que, considerando a idade das vilas de sub-habitações de Novo Hamburgo, onde esta população se instalou a partir da década de setenta, já na metade da década não havia lugares regulares para os que chegavam na cidade. Na verdade, a população instalava-se onde era possível mesmo sem condições mínimas de infra-estrutura.

Além disso, segundo Peralta (2009), as pessoas acreditavam que poderiam ter acesso aos governantes locais, como ocorria em suas cidades de origem e, portanto, chegavam em Novo Hamburgo e tentavam conversar com o prefeito e os vereadores a respeito de moradia. A partir daí, instalou-se a ocupação irregular das margens de arroios, das micro-estradas, dos banhados do rio, das áreas públicas. O município não tinha infra-estrutura capaz de controlar este caos e de oferecer melhores condições. Observava-se que a população que chegava não possuía condições financeiras para pagar pela moradia num lugar mais digno ou em condições ideais. De acordo com Peralta (2009), na década de oitenta não existia estoque de locais para habitação, até mesmo porque a cidade não era grande e este crescimento dobrou em curto espaço de tempo, assim, realmente, não teria como dar resposta a esta demanda.

Tal situação levou a prefeitura municipal a adotar medidas para estancar o caos que se instalava no município. Uma das medidas ficou conhecida como “A Fechada das Fronteiras”, criada em 1984 e que se espalhou pelo Rio Grande do Sul. Conforme relatado por Peralta (2009), que foi um dos criadores deste projeto, a medida causou problemas legais para o município. Assim, nesse mesmo ano, o município de Novo Hamburgo, preocupado com a situação que se alastrava com relação aos locais de sub-habitação, iniciou o desenvolvimento de um projeto de construção de casas em mutirão.

No ano seguinte, iniciou-se um estudo sobre a questão da habitação, um diagnóstico no sentido de como se apresentava a habitação da população de Novo

Hamburgo. Foram detectados, na época, 37 núcleos de sub-habitação. Nesta ocasião, entendeu-se que deveria haver uma intervenção e foram, então, identificadas as regiões mais inseguras (habitação, infra-estrutura e violência) de Novo Hamburgo. Por exemplo, havia um local conhecido como a “faixinha”: em 1974 foi construída a RS 239, na entrada de Estância Velha até Santo Antônio da Patrulha, e neste local, nos cinco quilômetros por onde esta estrada passava por Novo Hamburgo, se criou uma sub-habitação com 1.500 famílias vindas desta corrente migratória. Outro local onde se instalaram 1.800 famílias, inclusive com ajuda de um vereador na época e de uma liderança comunitária, foi no entroncamento da BR 116 até a divisa de Campo Bom. Um dos principais problemas enfrentados pelos migrantes nestes locais de sub-habitação era a violência.

Quando se fez este diagnóstico, começou-se a propor algumas medidas, tanto em nível institucional, com a criação de uma estrutura administrativa para poder atender o problema, quanto de soluções técnicas de como resolver o problema. Entendeu-se que não se podia deixar crescer mais esses núcleos de sub-habitação, causados pela vinda de migrantes de outras regiões. O objetivo era não apenas evitar que se expandissem, mas, também, disponibilizar um serviço para estes migrantes que proporcionasse uma melhora nas condições de vida. Esta era a proposta, evitar a degradação da qualidade de vida já existente nestes núcleos. A intenção era estancar para poder dar uma melhor qualidade de vida e tratar o problema.

Imediatamente foi feito um cadastro de todas as famílias que habitavam estes locais, colocando também ali, uma ambulância. Tinha-se como objetivo ter algum controle para que não houvesse mais a entrada de outras famílias e atendê-las no caso de alguma necessidade. No entanto, por ser uma ambulância, praticamente não foi possível cumprir o primeiro objetivo. Nesse momento foram comprados outros veículos, iguais a viaturas, com identificação da Secretaria da Habitação. Esta medida caracterizou-se como uma fiscalização, um policiamento, para fazer a proteção destas áreas. Foi nesta ocasião que gerou a polêmica questão: “A Fechada das Fronteiras”. Na verdade, houve uma distorção criada pela comunidade a partir desta situação, um mito de que as pessoas não poderiam ir para Novo Hamburgo, segundo relato de Peralta (2009).

A mídia também colaborou na divulgação deste fato que se tornou manchete nacional. Como era uma cidade de alemães, gerou-se várias consequências, como preconceitos, espalhando-se pelos demais municípios que também estavam recebendo a corrente migratória. Inclusive municípios como Farroupilha e Bento Gonçalves

adotaram medidas como a colocação de cancelas na entrada das cidades, lembrando muito a época da guerra. Porém, não era esta a proposta inicial, ou seja, impedir o deslocamento da população, mas monitorar esse deslocamento, impedindo o agravamento da situação. Essa medida teve consequências desastrosas, além da mídia negativa, o governador do estado na época, Alceu Collares, moveu um processo contra o município sobre o direito de ir e vir dos cidadãos.

O município de Novo Hamburgo ainda sofre as consequências dessas migrações desordenadas de grande fluxo em curto espaço de tempo. Desde então, segundo Peralta (2009), o município tem trabalhado muito no sentido de organizar esta situação. Iniciou-se uma política de remoção de áreas de risco, que são as beiras de arroio, beira do rio, leito de ruas, beira de estradas etc. Foram feitas mais de cinco mil habitações de interesse social, criadas para atender as migrações, mas a situação ainda não foi resolvida. Esta situação permanece inclusive com aumento destas áreas de risco, atualmente, em torno de 60 áreas.

De acordo com Peralta (2009), na época em que ocorreu o auge da industrialização em Novo Hamburgo, havia expressiva oferta de emprego, às cinco horas da manhã, os carros passavam pelas ruas, oferecendo vagas e anunciando benefícios como creche, alimentação, numa tentativa de atrair os trabalhadores. As fábricas de calçados chegaram a montar horário escalonado para as saídas dos operários em razão do trânsito de pessoas nas ruas. “Se olhar para cidade de Novo Hamburgo nos dias atuais, não se tem dimensão de como foi o auge da industrialização nas décadas de 1970 e 1980. Quem não vivenciou o período, não consegue imaginar”, afirmou Peralta (2009). Atualmente, muitas áreas públicas, que deveriam ser praças, estão ocupadas pelos migrantes, pelas pessoas que vieram para o município e permaneceram nele. Houve uma ocupação desordenada e irregular nestas áreas. O maior prejuízo desta industrialização foi no sentido urbano e o plano diretor do município foi muito comprometido devido a estas ocupações irregulares dos migrantes.

Com relação ao Projeto “Retorno às Origens”, implantado desde 1995, criou-se um instrumento para auxiliar as pessoas que, devido ao desemprego, ficavam sem condições de se manter, tinham no local de origem melhores condições de vida ou conseguiam emprego em outra região do estado. Este projeto auxiliava as pessoas com as despesas de locomoção para aqueles que não tinham recursos nem para fazer sua própria mudança. Uma das principais características da crise foi que ela não se deu de modo gradativo, foi de forma repentina e devastadora, atingindo fortemente o município

de Novo Hamburgo. Este projeto foi encerrado em 2008. Novos projetos estão sendo desenvolvidos, como o projeto da Vila Palmeira. Trata-se da maior vila irregular de Novo Hamburgo, herança das migrações ocorridas no auge da industrialização. O projeto prevê a regularização fundiária com investimentos em obras de pavimentação, esgoto e saneamento, infra-estrutura e habitações populares.

Novo Hamburgo, segundo Peralta (2009), apesar dos problemas gerados devido a estas migrações, encontra-se, atualmente, bem estruturado em termos de saúde, educação e infra-estrutura. A industrialização implicou na necessidade de melhorar os serviços públicos, assim como ampliá-los. Atualmente, houve também uma mudança no cenário econômico do município, com uma maior diversificação na atividade produtiva. Existem vagas de emprego, porém, ao contrário do que ocorreu no auge da industrialização, estas vagas encontram-se disponíveis devido à falta de mão-de-obra especializada. As empresas não admitem sem qualificação. Houve uma emigração de mão-de-obra especializada, mas ocorreu no momento em que não se investia mais no município, quando as indústrias de calçados fecharam e outras saíram de Novo Hamburgo. A tabela 4 apresenta os principais ramos de atividade do município de Novo Hamburgo no período de 1990 a 2008.

Tabela 4: Ramos de Atividade em Novo Hamburgo e Números de Estabelecimentos do período 1990-2008

Ramos de Atividade	Numero de Estabelecimentos		
	1990	2000	2008
Extrativa Mineral	0	2	3
Ind. de Produtos Minerais não Metálicos	32	23	25
Indústria Metalúrgica	86	202	296
Indústria Mecânica	111	162	207
Ind. Material Elétrico/Comunicação	15	16	27
Ind. Material de Transporte	7	11	14
Ind. da Madeira do Imobiliário	85	102	92
Ind. Papel/Papelão/Editorial e Gráfica	49	83	133
Ind. da Borracha/Fumo/Couros/Peles/Similares/Ind. Diversas	104	186	238
Ind. Química de Prod. Farmacêuticos/Veterinários/Perfumaria	86	191	252
Ind. Têxtil do Vestuário e de Artefatos de Tecidos	87	88	145
Indústria de Calçados	342	378	553
Ind. de Prod. Alimentícios/Bebidas e Alcool Etílico	45	79	106
Serviços Industriais de Utilidade Pública	18	6	7
Construção Civil	103	192	241

Comercio Varejista	1080	1700	2470
Comércio Atacadista	208	463	622
Instituições de Crédito/Seguros e Capitalização	34	100	143
Com. e Administração de Imóveis/Valores Imobiliários/Serviço Técnico	552	969	938
Transportes e Comunicações	73	209	335
Serviços de Alojamento/Alimentação Reparação/Manutenção/Redação	433	531	736
Serviços Médicos/Odontológicos e Veterinários	64	249	322
Ensino	20	56	88
Administração Pública Direta e Autárquica	10	11	7
Agricultura/Silvicultura/Criação de Animais Extrativismo Vegetal	31	36	31
Outros/Ignorados	410	0	0
Total	4085	6045	8031

Fonte: Elaborado pela autora a partir do MTE (2009).

Observou-se uma recuperação na economia do município durante este período e com uma maior diversificação nos ramos de atividade. A indústria de calçado não representa mais o setor de destaque entre as atividades econômicas do município, que foi considerado a Capital Nacional do Calçado. Segundo Schütz (1977), em 1970, havia no município um total de 604 ramos de atividade, sendo que 189 eram atividades do setor calçadista e representavam 31,29% sobre o total da atividade econômica do município. Atualmente, como se pode observar nos dados da tabela 6, houve uma expressiva alteração neste percentual. Em 1990, o ramo de atividade do calçado passou a representar 8,37%, em 2000 foi de 6,25% e em 2008 representou 6,89% sobre o total dos ramos de atividade do município. Pode-se evidenciar um novo perfil econômico, com menor concentração no ramo da atividade de produção calçadista.

Todo esse processo, de acordo com Peralta (2009), causou um fenômeno sociológico: a cidade ainda mantém algumas das características dos colonizadores alemães, porém, a sua população não é mais composta predominantemente por alemães. A população que migrou para o município, e que passa a ser a maioria, não é de origem alemã e não traz consigo a vocação pela produção do calçado. Consequentemente, a cultura muda e novos rumos podem ser traçados à medida que se renova esta população que possui diversas origens. Todavia, apesar do impacto econômico sofrido, Novo Hamburgo mantém-se entre os melhores municípios da RMPA em termos econômicos e de qualidade de vida, recebendo imigrantes que continuam a acreditar no potencial da cidade.

Conclusão

O processo migratório não se dá individualmente, desconectado do contexto histórico, cultural e econômico no qual os indivíduos encontram-se inseridos. Muito colaborou para análise do estudo, conhecer a história do município, desde sua formação, seu povo, sua cultura. Ao estudar sua história, entende-se o seu desenvolvimento e a importância de seu povo colonizador que atuou de forma eficiente em todos os setores da atividade econômica. Outros fatores também foram importantes e fizeram muita diferença, entre eles destaca-se o aspecto geográfico com sua localização privilegiada. A cidade de Novo Hamburgo encontra-se localizada em um ponto estratégico, facilitando seu acesso aos demais centros econômicos do país. Tornou-se importante centro distribuidor por onde diversos municípios vizinhos também encaminhavam a sua produção para distribuição e comercialização.

Voltados para o empreendedorismo, os colonizadores alemães que se estabeleceram em Novo Hamburgo fizeram do setor primário um meio para a industrialização do município. Observou-se que a urbanização não ocorreu devido à expulsão do homem do campo. A agricultura e a agropecuária foram as primeiras atividades desenvolvidas, porém, não permaneceram em primeiro plano. O fator marcante e de grande relevância que levou o município à industrialização e à urbanização foi o espírito empreendedor dos colonizadores alemães com seus conhecimentos trazidos da sua terra natal. Assim, a agricultura foi perdendo seu destaque no panorama econômico e a industrialização, que trouxe consigo a urbanização, ocupou seu espaço. Atualmente, pode-se afirmar que o setor primário do município é praticamente nulo.

No auge de sua industrialização, o município tornou-se um pólo atrativo para os migrantes. Evidenciou-se durante este período que praticamente não havia obstáculos para os imigrantes que chegavam. Muitos vindos de regiões próximas, o custo do deslocamento era baixo, não necessitavam de qualificação para trabalhar e havia emprego em abundância. Pontos positivos que serviram de estímulo e atração para os imigrantes, anulando grande parte das barreiras impostas pelos obstáculos intervenientes conforme citado na teoria de Lee (1980). Outro fator que se destaca no período em que ocorreu a explosão demográfica no município foi a questão política. Muitos dos imigrantes que chegavam sem recursos, instalavam-se mesmo que de modo precário e impróprio em áreas públicas. Este fato revela a manipulação do uso do poder

político que mantinha certa ligação com os imigrantes durante este período. Tal situação gerou consequências sociais e econômicas penosas para o município. Ao analisar o período recente, evidencia-se que muitos destes locais públicos, ocupados no auge da industrialização, ainda permanecem, após décadas, precários e sem condições dignas de moradia. Ficando assim evidenciado que as migrações não ocorrem somente dentro dos tradicionais fatores de expulsão e atração, fatores políticos também interferem de forma significativa no processo das migrações.

Atualmente, a cidade de Novo Hamburgo apesar de ter passado pela forte crise do setor calçadista, encontra-se estruturada. Diversificou seu ramo de atividade e continua a receber imigrantes. Nada comparado ao que ocorreu no auge da industrialização, mas vem mantendo um saldo positivo, mesmo que pouco expressivo. Não existem por parte dos órgãos públicos ou privados do município dados que possam informar quais as características destes imigrantes. Porém, percebe-se uma maior seletividade devido aos obstáculos encontrados, entre os quais estão a qualificação e os custos para se estabelecer. A maior parte das vagas disponíveis no mercado de trabalho é para profissionais qualificados, assim como os custos para se estabelecer na região também são expressivos.

Com relação aos impactos das migrações do ponto de vista econômico, pode-se concluir que produzem um efeito consideravelmente positivo, superando os negativos. Constata-se que as migrações tiveram um papel importante dentro da história do município, necessária como capital humano no período do seu desenvolvimento e que cumpriu com seu papel. Os principais pontos negativos causados pelas migrações se refletem ainda nos dias atuais. A ocupação de áreas públicas onde se encontram pessoas que vivem em sub-habitações, sem infra-estrutura e também o plano diretor do município que ficou totalmente prejudicado. As autoridades municipais, atualmente, mantêm políticas direcionadas para estas áreas carentes do município. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos moradores destes locais cuja maioria é de imigrantes que se originam da corrente migratória anterior.

Conclui-se que as migrações desempenham papel importante dentro de cada região, em todas as áreas, econômica, política e social. São impactantes quando ocorrem de forma desequilibrada e desordenada, como foi o caso do município de Novo Hamburgo. As migrações modificaram o perfil da população, que já não é mais predominantemente de origem alemã. A tendência, com o passar do tempo, é de que a cultura dos colonizadores alemães vá sendo substituída. Os dados mostram que o

município continua mantendo sua posição entre os melhores da Região Metropolitana de Porto Alegre. A questão que se coloca e que merece atenção para um estudo futuro é no sentido de verificar de que modo este novo perfil da população composta por diferentes culturas e proveniente de diversas regiões dará continuidade ao desenvolvimento do município. Até que ponto este aspecto pode interferir nas questões econômicas? Torna-se cada vez mais necessário e fundamental o estudo das migrações, seu entendimento fornece subsídios importantes ao desenvolvimento da sociedade em todos os aspectos.

Referências bibliográficas

- ALONSO, José Antônio. O fenômeno das desigualdades regionais é própria das economias capitalistas. **IHU On-line**, São Leopoldo, ed. 225, p. 8, 25 jul. 2007. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1182801173.66pdf.pdf>. Acesso em: 05 set. 2009.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. A Expansão Europeia Oitocentista: Emigração e Colonização. **Revista População e Sociedade**, Porto (Portugal), n. 14/15, parte I, p. 13-40, 2007. Disponível em: <<http://cepese.up.pt/ficheiros/14.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2009.
- ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Migrações**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=263>>. Acesso em: 24 set. 2008.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos cinquenta anos: Rio de Janeiro: IBGE/IPEA, 1977. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p303a327.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2008.
- COYLE, Daiane. **Sexo Drogas e Economia**. São Paulo: Futura, 2003. p. 181.
- DATASUS. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do SUS**. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus.php?area=359A1B0C0D0E0F359G3H0I1Jd1L2M0N&VInclude=../site/texto.php>>. Acesso em: 10 out. 2009.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- FAMURS. Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<<http://www.famurs.com.br/>>. Acesso em: 02 out. 2009.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo>>. Acesso em: 24 set. 2009.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Rural**, Ano IX, n.198, p. 101-110, 1º Semestre 2008.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte:

UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão, n.231). Disponível em:

<<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2008.

GRAEFF, Mauro. Crise do Calçado (2). **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 16, 22 maio 2006.

GUTERRES, Antônio. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. 72º

Comitê Executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Genebra:

ACNUR, 2007. Disponível em: <www.acnur.org/.../comunicado-em-portugues-alto-comissario-da-onu-para-refugiados-diz-que-os-complexos-...-22k->. Acesso em: 30 nov.2008.

HARRIS, John H; TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise de dois setores. In: MOURA, Hélio Augusto de. **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.173-209.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2009a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE. Os resultados finais de uma megaoperação. **Revista do Censo 2000**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 6-10, 2009b. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/censo/revista.shtm>>. Acesso em: 15 set. 2009.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?969196546>>. Acesso em: 10 out. 2009.

JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. Mobilidade populacional na região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.19, n.4, p. 78-95, out./dez. 2005.

KASSAB, Álvaro. **A nova geoeconomia do emprego**. Disponível em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/fevereiro2007/ju349pag03.html>.

Acesso em: 25 set. 2009.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (coord.). **Migração**

interna: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 89-114.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e Estatísticas**. Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2009.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações Internas: tentativa de se buscar uma teoria. **Ana. & Conj.**, Belo Horizonte, v.6, n. 1, p.38-46, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.fip.mg.gov.br/revista/analiseeconjuntura/include/getdoc.php?id=349&article=207&mode-pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

OBAID, Thoraya Ahmed. **A Passage to Hope: Women and International Migration.**

state of world population 2006. New York: UNPF, 2006. Disponível em:

<<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2006/sowp06-en.pdf>>. Acesso em 25 set. 2009.

OLIVEIRA, Orlandina de; STERN, Cláudio. Notas Sobre a Teoria da Migração Interna: Aspectos Sociológicos. In: MOURA, H.A. de (coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p. 245-265.

OSORIO, Ivan Dall'Igna. **O Fenômeno Migratório na Região Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

PATARRA, Neide L. **Movimentos Migratórios no Brasil:** Tempos e Espaços. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Texto para Discussão n. 7.

PERALTA, Jairo Peralta. Diretor de Produção Técnica e Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, 2009. Entrevista concedida à Maria Regina Klein em novembro de 2009.

PMNH. Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. **Decreto municipal transforma áreas verdes invadidas em áreas de interesse social**. Disponível em:

<<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=&content=news&id=1569>>. Acesso em: 15 out. 2009.

PROGRAMA tenta conter migrantes: Municípios do Vale do Sinos se unem para discutir e implantar o Fecha Fronteira em toda região. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 fev.1993. Interior, p.14.

RAIS. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Disponível em:<http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp>. Acesso em: 10 ou. 2009.

RAMOS, Eloísa H.Capovilla de Luz; **A Técnica de Produzir Sapatos**. Aprendizado veio dos alemães: IHU On-line, São Leopoldo, ed. 225, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1182801173.66pdf.pdf>>. Acesso

em: 05 set. 2009.

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.19-88.

SELBACH, Jeferson. **Pegadas Urbanas**: Novo Hamburgo como palco do flâneur. Cachoeira do Sul: Gráfica Print-Color, 2006. p. 236.

SIMONS, Gerald. **Os Bárbaros na Europa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A, 1971. p. 12.

SINGER, P. Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H.A. de (coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.211-244.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense Editora S.A, 1973.

SJAASTAD, L.A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. A. de (coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.115-143.

SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Novo Hamburgo**: Sua História Sua Gente. Porto Alegre: Livraria Editora Pallotti, 1977. p.30.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. Disponível em:

<http://www.unfpa.org.br/swop2008/swp_mensagem.htm>. Acesso em: 30 nov. 2008.

Reelaborando os espaços nacionais: o olhar da revista *O Cruzeiro*

*Marlise Regina Meyrer*¹

Resumo: O estudo aborda a representação do espaço nacional nas fotorreportagens da revista *O Cruzeiro* na década de 50, no contexto das discussões sobre o desenvolvimento nacional. Partindo da ideia de “processo civilizador” de Norbert Elias, procuro demonstrar como a revista construía uma determinada imagem da nação difundindo a necessidade de “civilizar” todos os espaços do país. Essa construção era permeada pelo ideário de integração do território nacional em conformidade com a lógica capitalista de ocupação e exploração. Nesse período, o espaço brasileiro passava por um processo de reorganização que a revista tratou de divulgar e, ao mesmo tempo, orientar, na medida em que, através dos textos, legendas, imagens e diagramação atribuía conotação positiva ou negativa às representações veiculadas.

Palavras-Chave: Brasil, imprensa, representação, civilização, espaço, fotorreportagem, revista *O Cruzeiro*, história.

Introdução

A revista *O Cruzeiro* foi, durante muito tempo, o principal veículo de circulação nacional a difundir imagens do país. A revista popularizou o gênero fotorreportagem, inovação que passou a caracterizá-la, tornando-a um dos principais veículos de comunicação do país na década de 50, sendo, por isso, um importante veículo construtor e difusor das representações da sociedade brasileira.

O diferencial da fotorreportagem é a ênfase na imagem fotográfica, que passou a ter o mesmo valor do texto verbal, até então dominante. Em uma reportagem tradicional, o eixo central de organização das ideias está apoiado no texto ao qual podem ser acrescentados elementos visuais como ilustrações de forma complementar. A fotorreportagem quebra com esse padrão estético, trazendo a fotografia para o centro da organização do discurso.

Nadja Peregrino (1991) diz que na fotorreportagem há a preponderância da imagem sobre o texto escrito, não sendo uma simples reportagem verbal ilustrada, mas visual auxiliada por texto; porém, para a caracterização de uma matéria como fotorreportagem,

¹ Doutora em História e professora do curso de graduação em História da Unisinos.

não basta a predominância da fotografia, é necessário que elas estejam organizadas sequencialmente, de modo a contar uma história, mais ou menos como uma “história em quadrinhos.”

Este material mostrou-se uma importante fonte para pesquisa histórica, na medida em que ele relativiza o predomínio do texto escrito, possibilitando outras visões sobre o tema, ampliando o leque de possibilidades de interpretação através do processo dialético entre o texto verbal e o visual.

Neste trabalho, nos propusemos a explorar esta fonte para analisar as representações do espaço nacional veiculadas na revista *O Cruzeiro* nos anos 50. Para tal análise, consideramos linha editorial da revista, as idéias defendidas pelo seu proprietário, bem como a posição ocupada pela revista no campo jornalístico nacional. Estas informações, aliadas ao contexto histórico do país na época, fundamentam a análise das fotorreportagens.

A representação dos espaços nacionais na revista *O Cruzeiro*

A partir da virada do século, o acelerado processo de urbanização vivenciado, principalmente por São Paulo, fez com que a imagem do Brasil, enquanto natureza, desse lugar a um “imaginário social bipolarizado em cidades e sertões”.² Para Arruda, o processo de transformação da paisagem resultante da urbanização levou a uma percepção da paisagem pautada cada vez mais pela vida urbanizada, entendida como “civilizada”, enquanto que o sertão “passou a ser considerado “atrasado”, “violento”, etc.”³ Este discurso - a divisão entre cidades e sertões - foi reforçado pela difusão dos meios de comunicação, em expansão neste período.

Na esteira desse processo, com o intuito de impor uma determinada visão sobre espaço nacional, *O Cruzeiro* retratou-o frequentemente em suas páginas, seja através de discussões acerca das questões estruturais das cidades brasileiras, da exploração racional do interior ou divulgando as paisagens nacionais que enfatizavam o “exotismo” do país. Nesse processo, promovia uma classificação das regiões brasileiras, ressaltando características identitárias regionais, utilizando-se ora de denominações para referir-se a um espaço, tais como: “Terra de Ninguém”, “Paraíso Perdido”, “Brasil Desconhecido”, “(território)

² ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2000.p.13.

³ ARRUDA, Gilmar. Op.cit.p.14-15.

Virgem”, “Brasil Exportação”, “Cidade Maravilhosa”, “Zona Norte”, “Zona Sul”; ora de fotografias, cujo simbolismo remetia ao mesmo universo de sentido.

O projeto de nação defendido e difundido em *O Cruzeiro* pressupunha um território nacional e integrado, como parte da tarefa de um “civilizar” que pode ser entendido como “homogeneizar” ou “soldar” territórios aos novos ideários, inscrevendo-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade”.⁴ Com esse objetivo, por diversas ocasiões, a revista atribuía-se a tarefa de (re) descobridor o Brasil, propondo-se a revelar, através das fotorreportagens, um país até então desconhecido pelos brasileiros. Contribuía para essa postura o próprio caráter da fotorreportagem em que a fotografia era entendida como *testemunho*, prova da realidade⁵ e o fotógrafo-repórter era o desbravador; o novo bandeirante cuja tarefa, nesse caso, era desbravar o território brasileiro, tendo como fim último a integração nacional.

Essa questão foi apresentada na revista de diferentes formas. As mais comuns foram as expedições ao interior, especialmente à Amazônia, mostrando a *imensidão* do país a desbravar. Muito antes da construção de Brasília, *O Cruzeiro* já trazia para o leitor as imagens dos vazios nacionais e as propostas de mudança da capital para o interior. Ao mesmo tempo, fazia, com frequência, referências ao mito do bandeirante paulista: corajoso, desbravador, que possibilitou o progresso paulista, símbolo das possibilidades de desenvolvimento da nação.

Essa temática, entretanto, não era exclusividade da revista *O Cruzeiro*. Mary Junqueira, em estudo sobre a revista *Seleções*, informa-nos que essa publicação fazia apelos para que o Brasil adotasse o modelo norte-americano da “marcha para o Oeste”, quando os norte-americanos “...tomaram os territórios do Oeste (...) confinaram os índios, exterminaram espécies selvagens e transformaram o continente num espaço cultivado e industrializado pelo norte-americano branco”.⁶

No Brasil, o projeto da *Marcha para o Oeste* elaborado pelo governo Vargas, nos anos 30, propunha uma colonização dirigida que visava ocupar os espaços vazios do

⁴ Ibidem.p.99.

⁵ “(...) a foto de imprensa, em maior grau que o texto escrito, aparece com uma tremenda força de objetividade. Pela qualidade da imagem conseguida através de seu aparato técnico, a foto aparece como um testemunho fidedigno e transparente do acontecimento”. PEREGRINO, Nadja. *O Cruzeiro: a revolução da fotorreportagem*. Rio de Janeiro: Dazibau, 1991. p.52.

⁶ JUNQUEIRA, MARY. Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*. **Revista Brasileira de História**. Ano 1, vol.21,n.042,dez.2001.p.339.

interior do Brasil e povoar as regiões brasileiras com pouca densidade populacional. A campanha objetivava a construção da Nação por todos os brasileiros. Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a *Marcha para Oeste*, integradas ao desenvolvimento econômico do país,

Desde o início, a rede Associada aderiu a este programa, não só divulgando, como participando das expedições ao interior do Brasil, sobretudo, nos territórios indígenas. O marco desse processo foi a cobertura da Expedição Roncador/Xingu,⁷ ainda nos anos 40, ficando célebres as reportagens da revista *O Cruzeiro* sobre os índios Xavantes, que teriam sido descobertos pelos repórteres da revista, que enfrentaram as flechas dos índios hostis para a realização da reportagem. As fotografias mostravam as marcas, no avião, que seriam decorrentes da flechas indígenas, numa representação que denota a luta civilização *versus* barbárie, identificando os indígenas como inimigos da civilização.⁸

Este ideário da interiorização do Brasil continuava em pauta nos discursos dos anos cinquenta, como podemos acompanhar através das extensas reportagens produzidas em *O Cruzeiro*, fruto de verdadeiras excursões realizadas pelos repórteres ao interior do Brasil.

Em reportagem sobre o sertão brasileiro, era Jânio Quadros, então governador de São Paulo, quem fazia o papel de bandeirante. O título era: “Jânio mergulha no sertão”⁹ e descrevia sua viagem pelo interior do Brasil, de acordo com o autor, “para tomar contato direto com os problemas nacionais”. A iniciativa era acompanhada por autoridades do governo do Estado, representantes do SPI¹⁰ e pela equipe de “*O Cruzeiro*” que documentou toda a excursão, através de registros fotográficos, narrativas sobre as localidades visitadas e entrevistas com Jânio, supostamente feitas ao longo da viagem. Tratava-se, assim, de atualizar a informação que existia sobre um determinado espaço até então desconhecido e/ou inexplorado.

A reportagem utilizou o termo “revolução” para indicar as mudanças que estavam em marcha, protagonizadas pelo então governador. As fotografias reforçavam o ideário

⁷ Esta Expedição era considerada a “ponta de lança” da colonização do Brasil Central, e Amazônia de onde partiriam as bases para a colonização de vastas áreas do Araguaia e do Xingu e atingisse Manaus.

⁸ Esta reportagem celebrou a dupla Davis Nasser e Jean Manzon como grandes representantes e pioneiros do fotojornalismo brasileiro. No entanto, ficou comprovado, posteriormente, que o episódio das flechas narrado não seria tecnicamente possível (velocidade e altura do avião e condições técnicas do equipamento fotográfico da época), denunciando o poder de manipulação das mensagens visuais. A este respeito ver CARVALHO, Maklouf. **Cobras Criadas**. São Paulo: SENAC, 2001.

⁹ *O Cruzeiro*. 23/04/1955

¹⁰ Serviço de Proteção ao Índio, criado pela Constituição de 1946.

bandeirante: ocupando toda a primeira página, uma foto de Jânio abrindo caminho no matagal era acompanhada da seguinte legenda: “Dotado de uma resistência férrea, o governador do Estado de São Paulo não se contentou em contemplar o Brasil Central do avião. Mergulhou nas selvas, correu riscos, trilhou piques, teve contato direto com o sertão.”¹¹ A página seguinte era composta por uma série de pequenas fotos de sua equipe seguida da frase: “Através de seis mil quilômetros percorridos nas selvas brasileiras, o governador paulista toma contato direto com problemas nacionais”¹²

A reportagem narrou uma entrevista com Jânio, na qual ele defendia a criação do Parque Indígena do Xingu¹³, enfatizando que o território deveria servir de “laboratório de estudos”.¹⁴ Jânio teria dito que: “A colonização no interior do Brasil deve ser incentivada, quando feita com bases honestas e racionais. Dentro de dez anos, no máximo assistiremos a um rush espetacular em direção ao oeste...”¹⁵. Os indígenas eram apresentados como parte integrante da natureza e, tal como ela, deveriam ser domesticados de acordo com a lógica capitalista e o ideário do progresso nacional. Índios e natureza evidenciavam o lado “in-civilizado” do país e, por isso, passíveis de serem conquistados para a civilização.

Na página final, a fotografia de maior destaque apresentava Jânio Quadros contemplando as “Sete Quedas”, cuja legenda dizia o seguinte: “... e elas estão aí, virgens esperando pelo homem”.¹⁶ Tal representação das cataratas revela a visão de mundo veiculada pela revista, ou seja, a paisagem era percebida sob a ótica do progresso enquanto potencial de riqueza e possibilidades para o futuro do país.

A reportagem enaltecia o papel do SPI¹⁷ como um dos poucos órgãos que vinha fazendo a conquista do interior definida como “bandeirismo”. Além do SPI, a FAB era citada como aliada nesse empreendimento. A própria palavra utilizada para definir a atuação do SPI – *conquista* – é por si só esclarecedora da função que lhe era atribuída. A

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ O parque Nacional do Xingu será criado em 1961 por decreto do então presidente Jânio Quadros. O SPI foi extinto em meados dos anos sessenta, já no governo militar, quando foi substituído pela FUNAI.

¹⁴ O Cruzeiro. 23/04/1955

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Serviço de Proteção ao Índio criado pela Constituição de 1946. O órgão desde 1954 vinha sofrendo acusações de uso político e venda dos lotes indígenas aos brancos. O SPI estava subordinado ao Ministério da Agricultura e há indicações de que o Ministro da Agricultura João Cleofas devia favores a Chateaubriand (apoio dos Diários Associados ao Ministro).

expressão remete novamente à luta entre civilização e barbárie, sendo que órgãos, como o SPI, eram considerados representantes legítimos da civilização,¹⁸ interpretando-se como batalhas heróicas no combate aos selvagens. A “proteção” ao índio, objetivo explícito do órgão, na realidade, visava inseri-lo no mundo civilizado, a fim de torná-lo produtivo da mesma forma que a natureza passava a ser vista sob o enfoque de suas possibilidades produtivas. Ao representar a região sob o prisma de suas potencialidades humanas e materiais, a reportagem cumpria a função de “adequação” ou “atualização” da paisagem ao desenvolvimento capitalista que se processava no país.

A revista também retratou os conflitos de terra decorrentes, em parte, da “*Marcha para o Oeste*”, iniciada nos anos trinta, em especial da falta de um planejamento adequado com relação às áreas de colonização, onde uma nova forma de ocupação – capitalista – implantava-se rapidamente. O Cruzeiro tratou de registrar estes embates, assinalando a necessidade do governo central assumir a direção do processo, entendido como uma etapa na direção do progresso. Os próprios conflitos, conforme a percepção da revista, evidenciavam o estágio de civilização em que o país se encontrava, ou seja, o caráter “em construção” da nação brasileira. O conflito de terras adquiria um sentido de luta pela civilização ou guerra contra o atraso, conforme ficou evidente no texto introdutório da reportagem: “Tributo de Sangue”,¹⁹ que reproduzimos, aqui, na íntegra pelo caráter elucidativo para o entendimento do que acabamos de expor:

“Esta não é uma reportagem de ataque ou de defesa. Os repórteres que a assinam pretendem apenas registrar um fato com o máximo de objetividade e honestidade. Oferecer ao leitor um “flasch” dos momentos angustiantes que o sertão goiano está vivendo, na luta eterna dos homens pela posse da terra. Desenrolam-se nos cerrados de Goiás, já empapados de sangue, os episódios por vezes heróicos, por vezes bárbaros, mas sempre devoradores de vidas, que marcaram a era da colonização de todos os continentes – o “far-west” norte-americano, a luta contra os suseranos feudais em solo europeu, a resistência africana aos conquistadores brancos, o desespero Incaico ou Botocudo ante as hordas invasoras espanholas ou lusitanas. Não é somente possível, é quase certo que os sangrentos choques que estão se sucedendo entre Uruaçu e Parangatu na

¹⁸ Legitimidade entendida, aqui, conforme Bourdieu, para quem esta depende do seu reconhecimento enquanto tal.

¹⁹ 14/04/1956.

região do Formoso e do Ribeirão das Trombas, no noroeste goiano, sejam rebentos tardios de uma época histórica já superada. É certo ainda que todas as vidas que já tombaram naquelas terras poderiam ter sido poupadas, se o Poder Público, mais previdente, mais cauteloso, tivesse agido em tempo com rapidez e espírito de justiça sumária. De qualquer forma, porém, a situação cristalizada em desavenças que poderão chegar a resultados mais trágicos ainda, aí está. Goiás está pagando pesado tributo à sua extraordinária expansão nestes últimos anos, com a valorização vertiginosa de seus campos e florestas. Dezenas de homens já foram imolados ao Progresso, que é um deus materialista, mas em cujo altar se ajoelham todos os povos, impelidos por um determinismo histórico que a ninguém é dado fugir. Dentro deste espírito e enquadrada nestas normas, foi escrita e fotografada a presente reportagem.”²⁰

Fica claro, a partir do exposto, a concepção dos autores com relação à etapa histórica que o país passava e o seu inevitável destino rumo ao progresso. Expunha o caráter inconcluso da nação brasileira ao mesmo tempo em que assinalava que o processo civilizatório estava em marcha. Lembramos que Norbert Elias²¹ situa os conflitos de terras como uma etapa do processo civilizador. Para o autor, esses decorrem de um período em que o monopólio da força física ainda estava em mãos privadas, baseado na força social de famílias ou grupos. O conflito seria a luta por este monopólio num processo de centralização do poder pelo Estado, o que levaria à pacificação, que em última análise, é o estágio civilizado livre de violência física.²² De acordo com essa concepção, o registro do caso de Goiás revelava, portanto, um Brasil ainda não “pacificado”, ou seja, duas formas de monopólio da violência estavam ainda em disputa e o apelo era pela intervenção do poder público que deveria assumir o controle e pacificar- civilizar a região.

A revista saiu em defesa dos colonos posseiros, utilizando-se de imagens que contrapunham a violência do poder local (resquícios do atraso) à situação vitimizada e indefesa das famílias de colonos. A composição da fotorreportagem utilizou-se dos contrastes para reforçar a mensagem: o sorriso aberto do policial contra a tristeza da

²⁰ O Cruzeiro. 14/04/1956.

²¹ ELIAS, Norbert. 1993. **O processo civilizador**. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 05. v. 2.

²² Ibidem.p.197-198.

família; a robustez do policial frente à “magreza” e pobreza da família; as armas versus a fragilidade das crianças. A vitimização desses personagens, entretanto, não implicava numa defesa pela revista das suas causas. A ênfase era a questão do conflito em si, sendo que a exposição do sofrimento dos sertanejos servia, no caso, para sensibilizar a opinião pública para as conseqüências do atraso em que viviam. O atraso era o inimigo a ser combatido e, nesse aspecto, tanto rebeldes quanto a polícia local representavam esta realidade.

O mesmo tema, o conflito de terras decorrente da “Marcha Para o Oeste,” voltou à tona em outra reportagem, desta vez em Pato Branco, no Paraná.²³ Novamente a crítica ao Governo Central que deveria conduzir a questão da distribuição das terras. Os vilões da vez eram as Companhias Colonizadoras que estariam expulsando os colonos de suas terras, muitas vezes, munidas de registros de propriedade falsos, obtidos com o próprio juiz do local, representante das antigas oligarquias regionais. Os rebeldes exigiam a intervenção federal e apoio do exército. Novamente a teoria de Elias sobre a luta pelo monopólio da força física é esclarecedora. No entender deste autor, o controle da violência, por parte do Estado centralizado com o apoio do exército, é pré-condição para atingir o estado de “pacificação”.

A síntese deste ideário civilizador em relação à integração do território nacional pode ser auferida por uma extensa reportagem que prestava homenagem ao Marechal Rondon, por ocasião de sua candidatura ao prêmio Nobel da paz em 1957. Nela podemos encontrar a personificação deste projeto “civilizador”.

²³O Cruzeiro. 02/11/1957.



A Epopéia de Rondon. O Cruzeiro. 15/06/1957.

A matéria ocupa dez páginas e é o tema da capa da revista, ilustrada pela fotografia de um índio²⁴. Os termos civilização, conquista e bandeirante permeiam toda a narrativa. A imagem de maior destaque dessa reportagem ocupou duas páginas inteiras sob o título: “A conquista do Coração da América Meridional: em meio século de atividades no sertão, Rondon colocou meio milhão de quilômetros quadrados no mapa”.²⁵ A imagem consistia num grande mapa, onde estavam assinaladas as rotas e os pontos conquistados pelas “bandeiras” de Rondon. Ela evidenciava a marcha da civilização na conquista do território, enfatizando sua extensão e riqueza. Mais do que isso, mostrava aos brasileiros, leitores da revista, os limites da civilização, representados pelos traços em vermelho no mapa e os nomes das localidades “conquistadas”. Limites confirmados pelas fotografias que mostravam o grupo de Rondon fixando a bandeira nacional em vários pontos do território. Era Rondon quem declarava : “Eu levava a bandeira do Brasil para hastear nos postos avançados: era o símbolo da Civilização”.²⁶ O mapa era a representação técnica do espaço brasileiro devidamente dividido e classificado em “sertão *versus* civilização”.²⁷ É importante lembrar que a Comissão Rondon era composta por técnicos, sobretudo,

²⁴ Importante destacar que ao longo de toda história da revista, foram raras as capas que não traziam uma imagem feminina, e esta é uma delas.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Idem.

²⁷ ARRUDA, Gilmar. Op.cit. p.127.

engenheiros militares, imbuídos de um imaginário pautado pela crença na técnica como elemento de progresso e civilização e na integração nacional, sendo necessário, portanto, o reconhecimento e mapeamento dos territórios para integrá-los à civilização.

Parte integrante da paisagem, o indígena era o indicador por excelência do grau de civilização de uma região. Por isso, a imagem do índio era recorrente na revista. Ele representava um empecilho ao modelo de desenvolvimento apregoado e, por isso, o empenho em civilizá-lo. O Cruzeiro representava o índio ora como exótico, ora como recurso natural a ser explorado pela nova ordem capitalista, mas para tal ele deveria ser dominado, conquistado para a civilização e a revista assumia, em parte, essa tarefa.

Nesse sentido, a reportagem “Caçando Tuberculose na Selva”, reforçava esse significado, ou seja, a necessidade de civilizar o Brasil indígena – selvagem -. Nela registrou-se as atividades de uma “missão sanitária” na selva amazônica a fim de combater a tuberculose, descrita como “peste branca”, marcando, com essa expressão, as diferenças entre nós (brancos-civilizados) e o outro (índio selvagem). Da mesma forma, a expressão utilizada no título - “caçando”- tinha uma conotação que “classificava” o público alvo da ação, pois certamente o combate à tuberculose nas cidades não era tratado como uma “caça”, palavra que remete ao mundo selvagem.

O trajeto da “expedição médica” era descrito detalhadamente, passando por várias regiões ocupadas por grupos indígenas. Salientava os conhecimentos científicos dos profissionais e as vantagens dos novos equipamentos, como os de Raio X. As imagens tinham como principal efeito a contraposição entre os índios e o equipamento técnico utilizado pelos médicos. A reportagem finalizava com um esclarecimento sobre o processo civilizador:

“As populações beneficiadas por esta iniciativa representam vários **estágios de civilização**. Foram radiografados lavradores, garimpeiros, funcionários, estudantes e militares destacados naquelas paragens e indígenas dos mais remotos contatos aos mais recentemente pacificados.”²⁸

O Cruzeiro preocupou-se, também, em revelar um país exótico, através da constante exposição e exaltação das belezas naturais brasileiras. Observa-se certo apelo romântico

²⁸ O Cruzeiro. 16/04/1955.

dado às reportagens, evidenciado tanto através dos textos, quanto pela escolha das fotografias. Essas eram tecnicamente bem trabalhadas para chegar ao efeito desejado. Também eram, em grande parte, coloridas, realçando a natureza tropical, própria do país.

Este apelo à paisagem como traço identitário do país não era novo e já foi intensamente discutido por vários autores que se preocuparam com a construção da identidade brasileira e a sua relação com a natureza. A visão edênica esteve presente nos relatos dos descobridores europeus e posteriormente nos viajantes “científicos”, sendo que esta imagem do Brasil como natureza cristalizou-se definitivamente com o ufanismo de Afonso Celso²⁹ no início do século. Posteriormente, vários autores, especialmente na literatura, retomam e reforçam esse imaginário. Uma análise mais aprofundada da questão foi feita pela primeira vez por Sérgio Buarque de Holanda.³⁰ Outro trabalho importante é o de Flora Sussekind³¹ que discute esta questão a partir das obras literárias brasileiras. A permanência desta imagem do país como natureza é avaliada por José Murilo de Carvalho³² em estudo feito partir de uma pesquisa com diferentes segmentos da sociedade brasileira atual. Gilmar Arruda³³ por sua vez, diz que a natureza é o ethos brasileiro mais difundido e o de maior penetração.

Entendemos que a revista reforçou esse imaginário especialmente pela possibilidade de produzir e difundir imagens e, não somente, discursos verbais. A preocupação com a identidade do país sobretudo, a afirmação desta no mundo, ou seja, integrar o país não apenas internamente, mas ao mundo civilizado, era um dos objetivos a serem alcançados.

Unindo a idéia de integração nacional ao imaginário edênico, Foz do Iguaçu figurava como um símbolo por excelência nas reportagens. Região de fronteira, sendo por isso cedo integrada ao território nacional através de ocupação militar e transformada em Território Federal durante o Estado Novo, ela, porém, permanecia inexplorada, *virgem*, conforme a fala de Jânio Quadros citada anteriormente. Era necessário, portanto, domesticá-la e inseri-la no âmbito da civilização, o que se daria por duas vias: sua

²⁹ AFONSO CELSO. (s/d.), *Porque me ufano do meu país*. 8ª ed., Rio de Janeiro, Garnier.

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

³¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil Não É Longe Daqui*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

³² CARVALHO, José Murilo. *O Motivo edênico no Imaginário social brasileiro*. Revista brasileira Ci. Soc. vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998

³³ ARRUDA, Gilmar. O.p.cit.

exploração turística e energética. Por outro, a exuberância de sua paisagem servia de fundamento aos discursos edênicos sobre o país. Nesse sentido, as imagens das cataratas veiculadas na revista apresentavam-se simultaneamente como possibilidade de riqueza e representantes das belezas naturais do país. Simbolizavam tanto o processo civilizador da conquista do sertão, quanto reforçavam o imaginário edênico, constituinte reconhecido da identidade nacional. Talvez por este duplo significado, as imagens das cataratas se repetiram na revista ao longo do período estudado. A natureza permanecia como traço definidor da nacionalidade, entretanto, o olhar passou a ser dirigido por outros interesses, especialmente, econômicos. Gilmar Arruda confirma este fato e diz que em meados do século XX, passamos de uma visão do país como natureza para outra de “naturalmente rico”.³⁴

Uma destas reportagens, a maior delas, feita em dez páginas com fotografias produzidas em cores e bem elaboradas, seguidas de legendas e textos explicativos sobre a região e as potencialidades da cachoeira – turísticas e hidrelétricas - retratava bem este simbolismo. Traçava, também, um paralelo com a Argentina, que, conforme nos informava a matéria, vinha explorando melhor a sua “parte” do paraíso. O apelo nacional ficava evidente tanto através do colorido das imagens que remetiam ao imaginário edênico, quanto pelo conteúdo do texto. O *lead*, logo abaixo do título, era o único trecho verbal, numa página dupla, coberta por duas fotografias das cataratas, orientando o leitor sobre o sentido da leitura que se desenrolaria nas páginas seguintes, ele diz: “... lancemos um olhar para nossas riquezas naturais, sem estéril ufanismo, mas com clarividência, para resolver os problemas básicos da nacionalidade”.³⁵ Claro está, portanto, o duplo sentido que Iguaçu adquiria no discurso veiculado na revista.

O conteúdo verbal da reportagem enfatizava as possibilidades econômicas da região. Bastante didático, o texto tinha como título: “Iguaçu, filho relegado do turismo brasileiro”³⁶, ao qual seguiam os seguintes subtítulos: “História e Geografia”; “Turismo e Paisagens e “Milhões de Quilowatts”³⁷. A fotografia principal, no centro, ocupando as duas páginas, era o que poderíamos chamar de um cenário paradisíaco, pois continha os

³⁴ ARRUDA, Gilmar. O.p.cit. p.19.

³⁵ O Cruzeiro. 27/04/1957.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

elementos que tradicionalmente compõe o imaginário sobre o paraíso, ou seja, - natureza exuberante, exotismo, clima ameno, profusão de água doce e riqueza mineira – a riqueza aqui pode ser identificada com as possibilidades energéticas da cachoeira.

A representação desejada foi obtida pelo cuidado na composição da imagem, destacando os elementos simbólicos descritos acima. A luz, vinda do alto, ilumina o centro da fotografia, onde aparecia a imagem do rio bastante azul, que transbordava formando as cachoeiras. O azul do rio era intercalado pelo verde da vegetação e o marrom da terra. A luz também incidia sobre as cataratas, muito brancas, que envolviam toda a paisagem, exibindo sua exuberância e, ao mesmo tempo, seu potencial energético. A imagem era “emoldurada” pela vegetação em tonalidades mais escuras e indefinidas, parte da mata ainda desconhecida e/ou inexplorada.

Ao final, entre as fotografias, podemos encontrar um pequeno texto sob o subtítulo: “Por que me ufano ...”,³⁸ onde era feita uma apologia às cataratas do Iguaçu, comparando-as, em beleza e potência com Niágara, nos EUA, e as quedas do Reno, que não chegariam aos pés de Iguaçu. Enfatizava que,

“... é necessário, entretanto, que o Governo Federal (já que uma política turística puramente estadual, só pode ser reduzida e de pouca valia) procure encarar de frente o problema de atração do visitante estrangeiro ao Brasil, fonte inesgotável de divisas, e fator indispensável de progresso, que no século atual ninguém pode desconhecer. (...) E em verdade, para que se possa dizer, o por que me ufano do “Iguaçu”, **é necessário obviamente que a obra incomparável da natureza seja completada pela inteligência criadora do homem.** Ou não teremos capacidade para tanto?”³⁹

A paisagem, portanto, deveria ser humanizada, domesticada, revelando o homem civilizado como agente transformador, em conformidade com o ideal de progresso defendido no qual a ação do homem sobre a natureza, mediado pela técnica, era fundamental para o desenvolvimento nacional.

Entendemos, a partir do exposto, que as fotorreportagens na revista O Cruzeiro divulgaram imagens e discursos sobre o processo de (re)conquista e integração do

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem. Grifo nosso.

território nacional, que ainda estava em marcha na década de 50, mesmo que já numa segunda etapa, a da consolidação das “conquistas” e organização dos espaços conquistados. Nesta prática, a revista veiculou a sua visão do movimento, que entendia como estágio do processo civilizatório pelo qual passava a nação.

O espaço nacional também foi representado como aquele das belezas naturais, numa continuidade da tão decantada visão edênica. Esta imagem, entretanto, ganhou um novo componente no período: a natureza passou a ser vista, não somente como paraíso natural, mas como fonte de riqueza, quando o ideário do desenvolvimento da época direcionou à natureza um novo olhar, pautado, sobretudo por fatores econômicos.

Mobilidade e ausência: Teresa com os filhos na América

Núncia Santoro de Constantino (*)

Resumo: Empregando o método indiciário, são reunidos fragmentos que remetem ao passado de uma mulher italiana cujos filhos emigraram para a América. Desses raros fragmentos/indícios infere-se sobre o contexto e a emigração na Província de Cosenza, Calábria, depois da crise agrícola iniciada em 1880; infere-se sobre a preservação de traços culturais, inclusive aqueles que remetem a minorias religiosas, como é o caso dos valdenses. Infere-se também sobre os países de imigração e, principalmente, sobre as decorrências dessa emigração maciça no pequeno paese de origem, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista afetivo, quando as ausências se perpetuam.

Conto sobre Teresa, personagem real e emblemática do processo emigração/imigração.

Foi uma mulher comum, que deixou poucos traços de sua passagem por este mundo; nem mesmo uma narrativa coerente do que teria sido sua vida. Lembrando a metáfora de Ecléa Bosi, a nossa protagonista foi dessas mulheres "[...] que viviam nas fimbrias do sistema, que se instalavam nas frestas sociais, à margem do trabalho significativo"; privadas da cultura letrada, lutando para sobreviver.¹ Pois a essas mulheres é quase sempre negado o direito à história, também porque há grande escassez de testemunhos sobre suas vidas e sua cultura, ou seja, sobre o conjunto de atitudes, crenças e códigos que nortearam a existência de pessoas como ela, na segunda metade do século XIX, na Itália marcada pela emigração.

Dessa Teresa Tripicchio restaram pouquíssimos traços. Breves menções lembradas na voz de uma neta já falecida, nascida em 1908, também chamada Teresa². Uma fotografia e uma certidão de casamento foi tudo o que dela sobrou, depois de viver toda uma vida no *paese* chamado Acquappesa, à beira do mar Tirreno, Província de Cosenza, Calábria.

Era fiandeira ao casar-se, em 1871 aos 19 anos com Domenico, de 30 anos, *contadino*, um agricultor sem terra. É provável que Teresa tenha abandonado o trabalho no tear ao longo da década de 1880. Deixava assim de complementar a escassa renda

* Professora Titular do PPGH- PUCRS; bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa

¹ Ecléa Bosi. "Prefácio". In: Maria Odila Leite Silva Dias. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.3-4

² Depoimentos de Teresa Zocollo di Tullio; Santos (SP) dezembro de 1980.

familiar, pois foi então que se agravou a crise econômica, cujos reflexos foram os piores na já debilitada economia da Calábria, a mais pobre das regiões italianas. Ali se encolhia ainda mais o mercado de trabalho, em consequência da Unificação e da concorrência com as províncias setentrionais italianas, onde surgiam as fábricas de tecidos, primeiro passo à industrialização. Os homens do sul eram desalojados de suas ocupações tradicionais; destruía-se a manufatura da seda e da lã, atividade que movimentara rocas e fusos por séculos na Região.

A manufatura doméstica por excelência havia sido a fiação e a tecelagem, atividades femininas por excelência, em área onde se criava o bicho-da-seda, onde se pastoreava ovelhas e cabras em grande escala. É provável que o tear de Teresa ficasse silencioso enquanto cresciam seus filhos; eram quatro homens, além de Rosa, a única mulher, todos nascidos na década de 1880.

Pois os meninos cresceram e precisaram emigrar, enquanto a única filha acompanhava a velha mãe no *paese*; Rosa casou e criou filhos que um dia também partiriam como emigrantes. A neta de Teresa, outra Teresa, partiu casada da Calábria para viver em Santos, São Paulo; foi ela que me emprestou lembranças da avó.

Através de suas palavras, pude inferir sobre a preservação de elementos culturais do *paese*, transmitidos por uma avó que não sabia ler e nem mesmo falava o italiano; intrigante é que apenas conhecia o dialeto local, mas sabia falar francês. Francês?

Há uma fotografia, encontrada entre os pertences do filho que morreu velho, imigrante em Porto Alegre a partir de 1898. Teresa está de pé, com a mão no ombro do marido idoso, sentado, também na companhia do neto Francesco, com cerca de oito anos. É uma mulher franzina, de baixa estatura, talvez esteja com seus sessenta anos; tem olhos fundos e pequeninos, zigomas salientes, a boca sem lábios, enormes mãos. Usa um vestido longo e amassado, com mangas vazadas na altura do ombro, deixando à mostra parte da blusa branca usada sob corpete ajustado. Tem brincos pingentes discretos.

Trago Ginzburg para lembrar os fundamentos do método indiciário: indícios funcionam como chaves para o conhecimento de realidades históricas. (Ginzburg, 1991). Os poucos dados sobre Teresa são indiciários, especialmente aqueles detectados na imagem.

Ela aparece na foto com cenário pintado, foto enviada ao filho, no início do século XX. Fotografar significava uma experiência incomum; sua expressão demonstra

claramente desconforto. A boca de Teresa, sem lábios, favorece a proposital seriedade, exigida no período. Está bem longe de ser uma mulher bonita. Suas enormes e desproporcionadas mãos sugerem muito trabalho de tecelagem, inclusive nas gerações precedentes. As roupas do trio familiar remetem à ideia de pobreza. Entretanto, o vestido amassado lembra, pelo feitio das mangas, o traje típico de um *paese* vizinho: Guardia Piemontese.

Através da parca memória preservada de Teresa, outros indícios são colhidos e permitem reconstruir em parte a sociedade em que esteve inserida. Procuro acompanhar alguns dos seus passos no antigo *Casaleto* de Acquappesa que fez parte do feudo do marquês Spinelli de Fuscaldo, assim como no vizinho *paese* chamado Guardia Piemontese.

Frente aos grandes proprietários de terra encontrava-se desde muito tempo a massa rústica camponeses paupérrimos. Mas, no final do século XIX, ocorreu um fenômeno que alcançaria consequências nunca imaginadas na economia e na sociedade meridional: a emigração para a América, desafogando pressões sociais.³ Cappelli acredita que a emigração representou uma forma de protesto das classes subalternas. O autor se refere à Calábria dos terremotos naturais e do grande terremoto social que foi a emigração transoceânica.⁴

Com tantas e tantas partidas, muitas lágrimas teria chorado aquela Teresa que ficou. Seus quatro filhos haviam aprendido a ler, escrever e contar, além de terem aprendido o ofício de sapateiro. Eram quatro sapateiros os filhos de Teresa, mas não eram analfabetos, apesar de que a escola estava quase ausente no *Mezzogiorno*. Desde o tempo do Reino de Nápoles e das Duas Sicílias, quase nada fora feito com o objetivo de favorecer a instrução ao povo.

Michele, o filho mais velho partira primeiro. Passou a viver e a trabalhar em Nova Iorque. Como tantos milhares de imigrantes, chegou à enorme cidade seguindo os fios de uma estrutura em rede, tecida por aqueles que imigraram primeiro. Michele prosperou, cumprindo com o que se espera de um emigrante: enviou dinheiro aos familiares que ficaram. Assim pode-se explicar alguns tímidos sinais de prosperidade na fotografia: brincos de ouro, corrente para relógio pendendo do bolso do menino.

³ Fortunato Seminara. “Emigrazione in Calábria”. In: Pietro Borzomati (a cura di) . *L'emigrazione calabrese dall'unità ad oggi*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1982. p. 306-7

⁴ Vittorio Cappelli. “ Emigranti e ‘soversivi’ dalla Calábria all’America”. In: *Calendario del Popolo*, n.445, junho 1982, p. 8794.

Michele já estava nos Estados Unidos há alguns anos; despediram-se juntos Antonio, Pasquale e Luigi, no verão de 1898.

Michele voltara para casar na Calábria, quando organizou e financiou uma viagem dos irmãos para os Estados Unidos. Mas estes nunca puderam chegar à Nova Iorque, pois a legislação restritiva aperfeiçoava-se. Mesmo assim era preciso partir sem demora porque não haveria o que comer no próximo inverno. O Brasil republicano desejava imigrantes. Dirigiram-se então ao Rio de Janeiro, onde já viviam muitos paisanos. Chegaram no verão de 1898.

Foram elos de corrente proveniente de Fuscaldo, Paola, Cetraro e lugares menos importantes, como Acquappesa ou Guardia Piemontesa.

Chegaram ao Rio no pico da emigração italiana e foram por algum tempo vendedores ambulantes. Mas logo Antonio morreu durante uma epidemia de Febre Amarela; Pasquale e Luigi desistem da cidade e partem para o sul, incentivados por outros paisanos que lá se encontravam.

Distanciavam-se ainda mais de Teresa, nessa mobilidade que caracteriza imigrantes, sempre a correr atrás de um projeto. Ela nunca mais veria os filhos.

O *paese* foi ficando cada vez mais vazio, tantos foram os moços que partiram. Um pobre e bonito lugar junto ao Tirreno, ao lado do *paese* chamado Guardia Piemontese.

Descendo à Guardia, Teresa poderia falar no dialeto praticado na sua família de origem. Tanto tempo havia passado quando deixou-se fotografar, mas ainda trazia nas roupas o pequeno sinal que identificava uma distante origem ocitânica, ainda que há séculos sua gente tivesse abandonado a heresia. E falava francês, ou melhor, falava a *língua d'oc*, herdada daqueles franceses hereges que atravessaram os Alpes, fugindo da fogueira, buscando refúgio na costa tirrênica, com a proteção dos senhores da Casa de Anjou, no século XIV.

O *paese* à margem do Tirreno ficava vazio, carregado de significados. Transformou-se em deserto quando partiram até os netos de Teresa. Poucas fotografias cruzaram o oceano, como míseros farelos dos afetos familiares. Os traços de Tereza desaparecem no casario com sua tragédia, que é a mesma de todas as mães em todos os tempos de imigração.

Os traços de Teresa remetem para a história da emigração meridional italiana.

Através deles reconstroi-se uma Calábria que expulsa, países que recebem, cidades que atraem, como Porto Alegre. Reconstroi-se, se for o caso, o drama da febre

amarela para milhares de imigrantes, assim como uma importante imigração calabresa no Rio de Janeiro, praticamente sem história.

A fotografia de Teresa, com o marido e o neto, é um traço de dolorida concretude. Significa principalmente uma prova de existência, de pertencimento a uma família que se encontra dispersa. Aquele trio fotografado está dizendo: “somos tua família e estamos aqui”. Um amarelado resquício de passado, uma âncora para a construção da nova identidade aos que começam nova vida no estrangeiro.

**Os imigrantes italianos na “Princesa do Sul”:
Aspectos da presença italiana em Pelotas (1815-1925)**

Paulo César Possamai¹

Resumo: O trabalho que apresentaremos resume os primeiros dados de uma pesquisa que pretende estudar a atuação dos italianos e seus descendentes no desenvolvimento do núcleo urbano do município de Pelotas durante o período da Primeira República (1889-1930). Ainda estamos no processo inicial da pesquisa, portanto o presente artigo baseia-se fundamentalmente na pesquisa da bibliografia existente sobre a história de Pelotas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul, além de fontes impressas como o relato de viagem de Vittorio Buccelli, de 1906, e a obra publicada em 1925 para festejar o primeiro centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. O recorte vai de 1815, data do registro do casamento do napolitano Antônio Luís Espineli até a publicação do *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*.

Este trabalho apresenta os primeiros dados de uma pesquisa que pretende estudar a atuação dos italianos e seus descendentes no desenvolvimento do núcleo urbano do município de Pelotas durante o período da Primeira República (1889-1930). Ainda estamos no processo inicial da pesquisa e embora já tenhamos localizado as fontes que darão suporte ao nosso estudo, dentre as quais citamos: jornais da época, registros da Santa Casa de Misericórdia e estatísticas da população do município, o presente artigo baseia-se fundamentalmente na pesquisa da bibliografia existente sobre a história de Pelotas. O recorte cronológico que utilizamos vai do primeiro registro encontrado de um italiano em Pelotas até o levantamento da comunidade peninsular na cidade, feito pelo álbum do cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Alguns dados estatísticos sobre os italianos em Pelotas

Em 1812 o povoado que daria origem à cidade de Pelotas foi elevado à condição de freguesia, sob a invocação de São Francisco de Paula. Dois anos depois, a população

¹ Doutor em História Social pela USP. Professor do departamento de História e Antropologia e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: paulocpossamai@hotmail.com

da freguesia somava 2.419 almas (ANJOS, 2000, p. 29). Os primeiros registros eclesiásticos elencam o casamento de dois italianos com brasileiras: Antônio Luís Espineli, napolitano, casou com Maria Bernardes de Quadros, da freguesia de São Luiz de Mostardas, em 11 de dezembro de 1815. O italiano Pedro Brizolara casou com Ana Francisca da Silveira, da freguesia de São Pedro do Rio Grande, em 28 de novembro de 1816 (JACCOTTET; BETEMPS, 2006, pp. 141; 161). O casal João Bloque, italiano, e Rafaela Maria Lourença da Conceição, de Porto Alegre, batizou seu filho João em 05 de fevereiro de 1821 (JACCOTTET; BETEMPS, 2006, p. 68).

A presença precoce dos italianos em Pelotas relaciona-se à crescente pujança econômica do povoado e a sua localização, próxima da fronteira com o Uruguai, onde os peninsulares tiveram papel importante no processo de independência. De fato, as primeiras sociedades italianas surgiram na região da fronteira, a primeira delas em Bagé, em 1871, o que indica que muitos italianos se radicaram no Brasil depois de passarem pela Argentina ou o Uruguai. Provavelmente muitos peninsulares acompanharam o grande número de uruguaios que se estabeleceu em Pelotas no período que registrou os maiores confrontos entre blancos e colorados no Uruguai, na primeira metade do século XIX (CONSTANTINO, 1991, pp. 33-37).

Segundo o levantamento de Alberto Coelho da Cunha, em 1899, o município de Pelotas contava com 43.091 habitantes, destes, 1.129 eram imigrantes italianos, o que correspondia a 2,62% da população, índice que só ficava abaixo dos portugueses, com 5,07% e dos alemães, com 3,75 %.² Entretanto os italianos eram o segundo grupo em número de imigrantes dos que habitavam o núcleo urbano, totalizando 654 indivíduos, ao lado de 482 uruguaios, 457 espanhóis e 291 alemães (ANJOS, 2000, p. 83).

Em 1911, a população do município totalizava 62.701 habitantes, dos quais 1.182 eram italianos. Destes, a maior parte se concentrava no núcleo urbano, com 535 pessoas, somando mais 95 que habitavam os subúrbios, com o restante se dividindo entre os seis distritos do município. Nesse ano os italianos continuavam como o terceiro contingente em número de estrangeiros em Pelotas, calculado em 1,92% da população total. O grupo mais numeroso continuava a ser representado pelos portugueses, com 3,13%, mas o segundo posto agora era composto pelos uruguaios, que somavam 2,15% da população do município. Desta vez, porém, os italianos deixaram de ser o segundo

² CUNHA, Alberto Coelho da. "Estatística demográfica de Pelotas". *Biblioteca Pública Pelotense*. Arquivo Histórico, ACC-004.

grupo de estrangeiros no núcleo urbano, uma vez que o número de uruguaios que habitava a cidade e os subúrbios era de 804 pessoas.³ Convém ressaltar que o número de italianos era ainda maior do que o que consta nesse levantamento, pois as estatísticas da prefeitura só registram os que nasceram na península, sendo que, conforme a legislação italiana de então os filhos dos italianos e seus descendentes por via paterna também eram considerados súditos do Reino da Itália.

O trabalho dos italianos em Pelotas

Os italianos se somavam aos trabalhadores brasileiros e aos imigrantes de outras nacionalidades em várias atividades. Em setembro de 1883, num desastre ferroviário, faleceram dois italianos e três compatriotas ficaram gravemente feridos. Todos eram trabalhadores da linha férrea (ANJOS, 2000, p. 116). Autoridades municipais e consulares buscavam inserir os imigrantes no mercado de trabalho de Pelotas. Em 11 de outubro de 1890 o Correio Mercantil noticiou que o vice-cônsul da Itália, por intermédio do subdelegado de polícia do primeiro distrito, conseguiu empregar “sete colonos (sic) italianos, sendo um cozinheiro, um carpinteiro, dois padeiros e três trabalhadores que aqui se acham sem emprego” (apud ANJOS, 2000, p. 77).

Entre os estabelecimentos fabris pertencentes a estrangeiros no último quartel do século XIX, se destacavam os italianos Domenico Stanisci, dono de uma fábrica de mosaicos, Francisco Cicchi, Alberto Cortez, João Thomaz Mignoni e Guilherme Marcucci. Em 1881 foi inaugurada a *Manufatura de Fumos Gentilini*, pertencente a Vicente Gentilini (ANJOS, 2000, pp. 92-95).

Mas os italianos se destacaram mais nas profissões liberais. Ainda no último quartel do século XIX, havia em Pelotas seis alfaiates, um barbeiro, um carpinteiro, cinco ferreiros, um funileiro, cinco sapateiros e um tintureiro (ANJOS, 2000, pp. 104-105). Por sua vez, o doutor Hugo Salvadory Baschieri, anunciava-se como “especialista em moléstias nervosas, demência e histerismo”, em 1900 (ANJOS, 2000, p. 107).

O álbum do cinquentenário relacionava, em 1925: Gaetano Sollazzo, da província de Cosenza, proprietário de uma loja de roupas; Alessandro Bertoni de Novara, dono de um estabelecimento que comercializava couro, lã e chifres; Rafaele Mazza, de Nápoles, dono do *Bazar da Moda*; Pierino Mariani, de Monza; J. M.

³ Idem.

Manfrin, de Rovigo, dono de uma fábrica de vidros; Achile Bertoli, de Massa Carrara, com uma manufatura de chapéus para senhoras; Nicola Caringi, de Avellino, dono de uma fábrica de chapéus; Luigi Loréa, de Novara e Luigi Povoleri, de Vicenza, proprietários de um estabelecimento dedicado ao comércio de importação e exportação. Era notória a presença dos italianos no comércio e manufatura de artigos ligados ao vestuário. O álbum ainda menciona três alfaiates: Nicola Caputo, natural da província de Potenza; Rocco Filippo, de Consezza e Miguel Mozzillo, de Salerno (CINQUANTENARIO, 1925, v. 2, pp. 295-306).

Outro ramo nos quais os italianos se destacaram foi o hoteleiro. Em 1843, Santiago Prati e Gaetano Gotuzzo fundaram o Hotel Aliança, na atual rua XV de Novembro. Este hotel se tornou um marco na vida social da cidade, não somente por abrigar manifestações da colônia italiana, mas também por receber em seus jardins a elite pelotense que se reunia na “estação calma” a ‘saborear gasosas’ e doces variados” (ANJOS, 2000, p. 117). Outros hotéis menos famosos eram propriedade de italianos residentes em Pelotas: Garibaldi, Piemonte, do Comércio, Brasil, do Globo, Itália e provavelmente também o Hotel Federativo, onde em 1892 ofereceu-se um banquete à comunidade italiana para festejar o quarto centenário do descobrimento da América (ANJOS, 2000, p. 118).

No campo das artes, como pintor, destacou-se o italiano Frederico Trebbi (MAGALHÃES, 1993, p. 204). O pintor italiano, Bernardo Grasselli, residiu durante algum tempo em Pelotas, onde fez um “bem acabado pano de boca” para o Teatro Sete de Abril em 1861 (MAGALHÃES, 1993, p. 214). Giovanni Falconi, cenógrafo, decorador e paisagista a óleo e aquarela decorou o Hotel Brasil em Pelotas e o palacete de Campos Moares em Rio Grande, antes de estabelecer-se em Porto Alegre em 1892 (ANJOS, 2000, p. 150). Aldo Locatelli decorou o interior da matriz. Também se destacaram os arquitetos José Izella, Guilherme Marcucci e Caetano Casaretto (MAGALHÃES, 1993, p. 218). Os dois primeiros foram responsáveis pelos prédios da Santa Casa de Misericórdia, Beneficência Portuguesa e os prédios neo-renascentistas da atual praça Coronel Pedro Osório (ANJOS, 2000, pp. 105-106).

Os italianos também se destacaram na música. Nos fins do século XIX, “o violinista Roberto Stella lecionava em casas particulares, Rufino Bidaola era professor de piano e canto e Edoardo Finardi ensinava piano em escolas ou casas particulares. Em

1894, Salvatore Riso era maestro do Club Beethoven. [...] E, em 1895, Eduardo Cavalcanti ministrava aulas de violino e bandolim”. Luigi Garbini foi o mais ativo dos italianos envolvidos em atividades musicais. “Em companhia de sua esposa, D. Elvira Garbini, não mais deixou Pelotas, transformando-se em incansável patrocinador da arte musical entre italianos e a comunidade pelotense em geral” (ANJOS, 2000, pp. 142-143).

A sociabilidade e a questão identitária

O 20 de setembro era a principal data que congregava os italianos. Ela marcava o dia da ocupação de Roma pelas tropas italianas em 1870 e marcou o fim do processo da unificação política da península. Como a data da conquista de Roma coincide com o dia em que se comemora a Revolução Farroupilha, sob a influência do castilhismo o 20 de setembro tornou-se uma festa de integração entre italianos e sul-rio-grandenses, com o culto conjunto dos heróis de ambos os povos pelos membros das sociedades italianas. Porém, se a coincidência da data favorecia a integração entre os imigrantes e seus descendentes com os sul-rio-grandenses, a atuação da Igreja, através do clero ultramontano, sempre se fez no sentido de impedir as comemorações que lembravam o fim do poder temporal do papa. (POSSAMAI, 2005, p. 167). Esta atitude da Igreja Católica é claramente perceptível na maior parte das colônias italianas do Rio Grande do Sul, e aponta outro caminho para a pesquisa em Pelotas, onde não encontramos estudos a respeito.

A história de Pelotas apresenta algumas facetas muito interessantes. Foi a primeira cidade a erigir um monumento aos ideais republicanos ainda durante a monarquia: um obelisco consagrado à memória de Domingos José de Almeida, votado pelos republicanos em 20 de setembro de 1884 e inaugurado em 7 de abril do ano seguinte. Exatamente um ano antes, em 20 de setembro de 1883, foi registrado o oferecimento à Câmara municipal de Pelotas de um quadro a óleo, em tamanho natural, de Garibaldi, pintado por Frederico Trebbi. Ora, Garibaldi era um herói da unificação da Itália, mas a data escolhida para a sua doação marcava tanto a Unificação Italiana como a comemoração da Revolução Farroupilha, o que podia ser visto como uma provocação ao regime monárquico. Entretanto, o quadro foi aceito e colocado no salão principal da escola Elyseu Maciel (OSÓRIO, 1962, pp. 64-65).

Em Pelotas também ocorriam festividades promovidas pela comunidade italiana para comemorar o 20 de setembro. Em 1892 o *Correio Mercantil* anunciou a programação: na noite anterior à data, baile nos salões das sociedades reunidas; ao romper do dia 20, salva de 21 tiros à bandeira italiana em frente ao edifício das sociedades reunidas, seguida de saudação pela *Banda Bellini* ao vice-cônsul da Itália; às onze e meia da manhã recebimento e batismo do estandarte da banda, cujos membros se apresentaram envergando o uniforme dos oficiais militares italianos; às 18 horas sessão solene seguida de marcha pelas principais ruas da cidade com a banda à frente; as festas se concluíram com um banquete servido às 21 horas no Hotel Aliança (ANJOS, 2000, p. 125). Os hotéis cujos proprietários eram italianos serviam como ponto de encontro da comunidade.

“Nesses hotéis, alguns conterrâneos recém chegados da Itália ou de outras províncias e ainda não ocupados, encontravam abrigo seguro enquanto aguardavam oportunidades. Nesses hotéis o ‘20 de setembro’, data máxima da nação italiana, tinha comemoração certa. Eram banquetes e reuniões, planejamentos e discussões que uniam a comunidade italiana e auxiliavam na formação de uma identidade cultural.” (ANJOS, 2000, p. 119).

Na rua XV de Novembro, por iniciativa da colônia italiana de Pelotas foi inaugurado na década de 1880 o Teatro Dante Alighieri, o qual, embora de dimensões reduzidas foi palco de grupos amadores, geralmente compostos por imigrantes que apresentavam peças teatrais, algumas das quais em dialeto milanês. O jornal *A Pena* descreve o “acanhamento da platéia, que muito pouca gente comporta” e dá uma breve descrição do pano de boca: “a Itália estende a mão a um pequeno anjo que traz desfraldada a bandeira brasileira”. Porém, o retrato de Dante não agradou ao jornalista, que escreveu que ele tinha “uns ares de *china velha*” (MAGALHÃES, 1993, p. 172).

Como na maioria das cidades onde havia uma considerável comunidade italiana, Pelotas também contou com sociedades italianas, que se constituíam em importantes centros de sociabilidade, onde a identidade étnica se manifestava através da língua, culinária e festas. Segundo Ospital e Constantino, que analisaram o papel das sociedades italianas de Porto Alegre e La Plata na construção da identidade coletiva entre os imigrantes, todo o aparato simbólico utilizado nas sociedades era de grande importância para passar uma imagem de união do grupo: “Edifícios e bandeiras foram

objetos de forte presença física e de poderoso significado. Demonstraram a importância de instituições de italianos nas cidades, ao mesmo tempo em que auxiliaram na ocultação das possíveis fissuras ou enfrentamentos no interior da coletividade.” (OSPITAL e CONSTANTINO, 1999).

De fato, as fissuras dentro da comunidade italiana de Pelotas, como nas demais comunidades espalhadas pelo mundo, existiam e geravam constantes atritos. Em primeiro de outubro de 1873 foi fundada a primeira sociedade italiana pelotense, a *Unione e Philantropia*, nas dependências do Hotel Aliança. Porém, não tardou em surgir uma dissidência. A sociedade, fundada sob a liderança de Gaetano Gotuzzo e Santiago Prati, expulsou os sócios fundadores Vicente Gentilini, Paschoal Falche (vice-presidente) e Jeronymo Canevaro (tesoureiro e agente consular) em 12 de setembro de 1875. Discussões entre os dois grupos foram publicadas nos jornais da época, resultando na formação de outra sociedade, porém com o mesmo nome, que se registrou em 4 de maio de 1877, a *Unione e Philantropia* (dissidente). No ano seguinte temos a última referência à permanência da primeira sociedade (ANJOS, 2000, pp. 130-133).

Em 3 de junho de 1883 foi inaugurada a *Sociedade de Beneficência e Instrução Circolo Italiano Garibaldi*, que, em 18 de outubro de 1885 uniu-se com a *Unione e Philantropia*, formando a *Sociedades Italianas Reunidas Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi* que, até o final do século XIX foi o principal centro de encontro da comunidade italiana em Pelotas. Em 19 de outubro de 1891 surgiu a *Sociedade 20 de Setembro*, que se tornou o braço festivo da *Sociedade Reunida*, responsabilizando-se pela organização dos festejos do 20 de setembro em Pelotas. De seus membros surgiu a *Banda Bellini*, composta por músicos amadores da comunidade italiana. Em 1892 surgiu a *Sociedade de Socorros Mútuos Cristoforo Colombo*, que sete anos mais tarde uniu-se às *Sociedades Italianas Reunidas*, formando a *Sociedade Unione e Benevolenza*. Entretanto, a união teve vida curta, pois só durou oito meses. Talvez a fusão das duas sociedades tenha sido feita para agradar o ministro Conde de Antonelli durante sua visita a Pelotas (ANJOS, 2000, pp. 133-135).

As *Sociedades Italianas Reunidas* se desorganizaram no início do século XX, devido a um grave problema de desarmonia no seio da colônia. Em setembro de 1902, houve uma tentativa de reorganização. Uma comissão dirigiu-se ao cônsul italiano neste sentido e fez um apelo à comunidade para que qualquer ressentimento particular fosse

sufocado pelo interesse do amor a pátria (*Diário Popular*, 04/09/1902). No dia 25 o presidente fez um veemente apelo ao fim do ódio que dividia a colônia italiana na cidade, pedindo que todos seus membros ingressassem na sociedade. Para festejar o 12 de outubro, dia da chegada de Colombo à América, a associação organizou festejos com salvas reais de manhã, ao meio dia e à tarde. Às 14 horas haveria uma sessão solene, um passeio com saudação que contaria com a presença de autoridades e imprensa e finalizaria com um banquete à noite para cem talheres no Hotel Federativo (*Diário Popular* 07/10/1902).⁴

Além da manutenção dos vínculos com a Itália, através das celebrações das datas nacionais do reino unificado, as sociedades italianas contribuíram para estimular e manter o sentimento de italianidade entre os colonos através das escolas italianas. Embora delas muitas surgissem espontaneamente nos primeiros tempos da colonização, representando o desejo das comunidades de garantir o ensino às crianças, a maior parte delas logo passou para o controle das associações italianas assim que estas se organizaram de maneira eficiente (POSSAMAI, 2005, p. 97).

“Em 1877 foi inaugurada a ‘Escola Pública Italiana’, iniciada pelo ilustrado Sr. Mazzolini e pelos cidadãos italianos Sr. Vicente Gentilini, Paschoal Falche e Jeronymo Canevaro. Em 1884, nas dependências do ‘Círculo Italiano Garibaldi’, passou a funcionar uma escola noturna de primeiras letras para os associados e seus filhos, sob a direção de Carlos Cantaluppi, e, em 1887, tem início a ‘escola gratuita para filhos de italianos’, localizada na sede da ‘Sociedade Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi Reunidas’. Em 2 de outubro do referido ano, no mesmo local, é estabelecido o ‘Curso Noturno’, sob a direção do Prof. Antonio Lorenzini, visando favorecer aqueles que, mesmo tendo os dias preenchidos pelas mais variadas atividades, ainda buscavam a instrução” (ANJOS, 2000, p. 129).

Em 1893, o agente consular Frederico Trebbi, informava que abriria uma escola italiana sob a responsabilidade do professor Giuseppe Marchiaro. Ela era subsidiada pelo Consulado, cobrando uma taxa de 1000 a 2000 réis mensais. Porém, os comprovadamente pobres tinham o direito a frequentá-la com isenção da taxa (*Correio Mercantil* 09/05/1893). Existia também a *Sociedade infantil 20 de Setembro*, formada

⁴ Gostaria de agradecer à professora Beatriz Ana Loner da UFPel, pela gentileza em ceder-me as anotações que diligentemente fez das suas leituras dos jornais aqui citados. Também agradeço pela revisão do texto e pelas sugestões de alterações no mesmo.

por alunos da escola italiana, os quais participaram dos festejos do 20 de setembro de 1895 (*Correio Mercantil*, 09/09/1895).

As notícias vinculadas na imprensa local indicam que as escolas não duravam muito, pois em 7 de abril de 1907 reabriu o colégio misto, patrocinado pelas Sociedades Italianas Reunidas, sob a direção da professora Camilla Roncoroni, funcionando com número regular de alunos. A professora lecionava em italiano, português e grego (*Opinião Pública*, 09/04/1907). Contudo, somente trinta anos depois foi inaugurado oficialmente o colégio misto ítalo-brasileiro, com a presença de autoridades, imprensa e instituições de ensino (*Opinião Pública*, 21/04/1937).

Entre os jornais elencados por Fernando Luís Osório em Pelotas, constam alguns sob a redação de italianos ou seus descendentes: *A ideia* (1878-1879), cujo redator era Frederico Sattamini e *O rebate* sob a redação de Frediano Trebbi (1914). Ele também destaca o jornal *Il venti settembre* (1883), de Carlo Cantaluppi e a revista *Ítalo-Brasileira* de V. Caneppa (OSÓRIO, 1962, pp.183-184). Marcos Hallal dos Anjos indica a existência de outro jornal italiano, *O Eco da Colonia Italiana* (1886), citado pelo jornal *Correio Mercantil*, mas afirma que: “desses jornais não se localizou nenhum exemplar” (ANJOS, 2000, p. 156).

Pelotas descrita pelas autoridades italianas

Enrico Acton exerceu o cargo de vice-cônsul da Itália em Pelotas, de 15 de janeiro a primeiro de fevereiro de 1891, quando passou para o cargo de cônsul, em Porto Alegre, até primeiro de novembro do mesmo ano. Ao contrário dos visitantes que, frequentemente faziam uma bela descrição da cidade, segundo Acton:

“esteticamente a cidade é feia: construções pobres, alinhadas em fila, ladeando estradas longas, largas, desertas, mal calçadas, de aspecto monótono. Poucos edifícios públicos e nenhum de valor artístico, raros jardins, que mais que variedade realçam a tristeza do conjunto. Situada em uma imensa planície árida, cercada de areia, lagoas, águas estagnadas, a cidade como sujeito e os arredores como paisagem, oferecem um quadro dos menos pitorescos que se possa imaginar” (apud IOTTI, 2010, p. 119).

Já Vittorio Buccelli, no seu livro *Un viaggio a Rio Grande del Sud*, publicado em Milão em 1906, descreve Pelotas “como uma das cidades mais belas do Estado do Rio Grande do Sul; é segunda depois de Porto Alegre, está construída sobre um plano

elevado e conta cerca 35.000 habitantes” (BUCCELLI, 1906, p. 371). Diz que, “logo que se desembarca do trem muitas carroças puxadas por dois cavalos se apresentam na praça da estação guiadas por uma corporação de cocheiros internacionais que revelam sua origem ao primeiro convite que nos fazem” (BUCCELLI, 1906, p. 371). Buccelli escreveu que o cocheiro que os conduziu reconheceu-os como sendo italianos. A comitiva dirigiu-se então para o hotel que havia sido recomendado, o Hotel Aliança, que como vimos era um ponto de referência para a comunidade italiana em Pelotas, onde ele e seus acompanhantes receberam muitas cortesias dos proprietários, que puseram à disposição dos viajantes pessoas para acompanhá-los, veículos, etc.

Para Buccelli, “O aspecto da cidade com suas estradas retas e simetricamente cruzadas nos fez a melhor impressão; se as casas fossem de cinco a seis andares nos pareceria ver um bairro de Turim” (BUCCELLI, 1906, p. 371). O viajante também apreciou as construções que viu: “As ruas em certos pontos se apresentam com grupos de construções elegantes e as praças são alegradas de magníficos jardins: a mais bela de todas nos pareceu aquela que leva por nome a data da proclamação da república – 15 de Novembro” (BUCCELLI, 1906, pp. 371-372).

Os visitantes pararam na esquina onde passava a maior parte dos bondes da cidade e comentaram a elegância no vestir das damas que passavam. Visitaram a igreja matriz, o Clube do Comércio, o Clube Caixeiral, a intendência, a biblioteca, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, o mercado, o posto de telégrafo, o asilo, o moinho pelotense, o liceu e os palacetes dos notáveis. Comentou então que:

“Se nota em todas essas construções não um luxo excessivo ou grotesco, do qual se abusou em certos momentos de prosperidade inesperada em muitas cidades da América do Sul, mas uma decente sobriedade de cores, de ornatos e uma certa harmonia de linhas sem grandes audácias estéticas e estáticas e sem ostentação de uma riqueza que não existe” (BUCCELLI, 1906, p. 372).

Segundo o vice-cônsul Enrico Acton, a colônia italiana de Pelotas contava com mais de mil pessoas em fins do século XIX. Lembrava ainda que os italianos daqui não haviam chegado ao Brasil através de subvenções do governo imperial para trabalhar na agricultura, ressaltando que “a colônia cidadina [...] compõe-se de indivíduos e famílias que chegaram na América em épocas diversas, em diferentes circunstâncias e que,

depois de vários acontecimentos, ou nas repúblicas vizinhas ou no próprio império, fixaram-se em Pelotas” (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Ainda segundo o vice-cônsul, a colônia italiana de Pelotas

“[...] é laboriosa e tranqüila, pelas necessidades da vida vai-se confundindo com o elemento indígena e aprende com facilidade a língua portuguesa; mas conserva nobríssimos sentimentos patrióticos, não esquecendo as ocasiões de comemorar a glória do nosso *risorgimento* e recordando o encanto da terra mãe com a esperança de poder retornar” (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Acrescenta ainda que “salvo raríssimas exceções, aqui ninguém pode enriquecer, ainda que, frequentemente, ocorram casos de pessoas que, tendo feito uma poupança, possam retornar à pátria com uma certa comodidade assegurada” (apud IOTTI, 2010, p. 120).

Na opinião de Bucelli,

“Os italianos têm em Pelotas uma posição que não é inferior àquela das outras nacionalidades. Conquistaram com o trabalho e a atividade constante a consideração pública e é uma prova a adesão de todos os cidadãos aos funerais de Humberto I, em 1900, feita pela colônia. Têm uma sociedade de beneficência florescente, que tem mesmo um edifício próprio, e em todas as circunstâncias buscam fazer honra ao nome e ao crédito da pátria distante” (BUCCELLI, 1906, p. 378).

Sobre a questão da identidade étnica em Pelotas, o álbum do cinquentenário afirma que: “As várias raças que concorreram para a formação da população do município, especialmente a italiana e a germânica, estão agora totalmente assimiladas e fundidas com a brasileira, formando uma nova raça e fazendo de Pelotas o tipo de cidade a mais brasileira de todo o Brasil” (CINQUANTENARIO, 1925, v. 2, p. 288)

Considerações finais

Como vimos pelos dados analisados, a imigração italiana se destacou em número e em atividade dentre as principais comunidades étnicas que formaram a sociedade pelotense.

Na zona rural do município instalaram-se colonos, em sua maioria provenientes do Vêneto, que se dedicaram à agricultura destinada ao mercado consumidor da cidade

e posteriormente à industrialização de doces em conserva. No núcleo urbano constatamos a predominância dos italianos no comércio e manufatura de vestuário e na rede hoteleira, além de variadas ocupações como operários, artistas e profissionais liberais. Aqui verificamos a presença de imigrantes provenientes das mais variadas regiões da Itália, mas com a predominância de meridionais.

A sociabilidade dos imigrantes italianos estava frequentemente ligada à identidade étnica, que servia como elemento catalizador, mas que não era suficientemente forte para congregar toda a comunidade italiana, que se fez representar por diferentes sociedades, surgidas das cisões do grupo. Entretanto, apesar dos constantes atritos que dividiam a colônia italiana, constatamos o apego aos símbolos da identidade étnica, mesmo porque eles asseguravam a sociabilidade do grupo, que se manifestava nas festas em homenagem às datas nacionais da Itália e no apego a sua cultura através da língua, da música e das artes plásticas.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2000.
- BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milano: L. F. Palestini, 1906.
- Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925*. 2ª ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000, 2 volumes.
- CONSTANTINO Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.
- IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul [1875-1914]*. Caxias do Sul: Educs, 2010.
- JACCOTTET, Alda Maria de Moraes; BETEMPS, Leandro Ramos (org.). *Povoadores de Pelotas: Freguesia de São Francisco de Paulo (1812-1825)*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 2006.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: EdUFPel; Livraria Mundial, 1993.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *A Cidade de Pelotas*. 2ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1962.

OSPITAL María Silvia; CONSTANTINO Núncia Santoro de. “Construção da identidade e associações italiana: La Plata e Porto Alegre (1888-1920)”. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, p. 131-145, dez. 1999.

POSSAMAI, Paulo. *Dall'Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

Nicolau Amoretti: um porto-alegrense na Colônia Caxias

Roberto do Nascimento¹

Resumo: Entre as famílias italianas que habitavam Porto Alegre no século XIX estava a de João Batista Amoretti, dono de padaria na rua Riachuelo. Um de seus filhos foi Nicolau Luiz Amoretti, que, já nascido no Brasil, *emigrou* para a Colônia Caxias e foi funcionário da Diretoria da Colônia e também comerciante. Nicolau Amoretti saiu da Capital, para a recém criada colônia na Serra, tipifica ocorrências nas quais elementos de vida urbana contribuíram para a urbanização colonial, exercendo atividades não ligadas à agricultura. A presença de Nicolau Amoretti na colônia resultou em contribuição com o incipiente mundo urbano de Caxias e com uma numerosa descendência de caráter marcadamente urbano, num ambiente que permaneceu por muito tempo rural.

Nicolau Luiz Amoretti nasceu em Porto Alegre, em 1852, e morreu em Caxias, em 1908. Tem-se aqui um caso de imigrante diferente, e não o típico que é instalado nas colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul. A especificidade está por conta de sua nacionalidade brasileira e sua ascendência italiana, num processo histórico em que brasileiros e italianos tinham papéis bem definidos, que dificilmente se misturavam.

É sabido e muito marcado que a condição dos italianos que foram instalados no Rio Grande do Sul não foi a mesma dos italianos que foram dirigidos para São Paulo. Enquanto os imigrantes italianos foram trabalhadores rurais e urbanos, em sua maioria, no estado paulista, os outros se tornaram proprietários rurais, na serra do estado rio-grandense. É, grosso modo, a *imigração* paulista e a *colonização* gaúcha.

Também marcada é a diferença entre a imigração de italianos ocorrida em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e a colonização das terras devolutas do estado, que se localizavam ao Norte de Porto Alegre, para além da área já ocupada pelos imigrantes alemães.

Em 1875, quando começou a chegar a grande imigração de italianos no estado, uma presença italiana já tinha importância em Porto Alegre, bem como em outras

¹ Doutorando em História na PUCRS.

cidades do interior.² Esses italianos não vieram para serem agricultores, não se enquadravam no perfil do imigrante que adere ao processo imigratório por impossibilidade de continuar em seu país de origem. Em 1875, eles já estavam estabelecidos na Capital exercendo atividades urbanas, no comércio e no que hoje se chama de “serviços”.

Durante o período da “grande imigração”, outros italianos começaram a chegar a Porto Alegre, caracterizando um processo distinto do “colonial”. Esses italianos vieram do Sul da Itália, e não pela mão do Estado, mas pela mão de parentes e amigos.³

Tanto antes como depois de 1875, os italianos e seus descendentes são, na Capital do estado, homens e mulheres urbanos, com atividades pequeno-burguesas e que se ajudam mutuamente.

Entre esses italianos estava João Batista Amoretti, proprietário de uma padaria na rua Riachuelo. Um de seus filhos foi Nicolau, que aos 24 anos de idade emigrou de Porto Alegre para a recém criada Colônia Caxias.

A Capital já era uma cidade razoável nesse período. Hospital, café, escola, jornal, teatro, bonde, entre outros, eram equipamentos e produtos urbanos que nela se encontrava, além do poder instalado, com palácio, polícia, tribunal. Quem nela vivia com condições sócio-econômicas suficientes, poderia desfrutar desse “mundo” oferecido por Porto Alegre.

Amoretti saiu dessa cidade para morar na sede da Colônia Caxias, que foi instalada ao lado de um sítio indígena denominado Campo dos Bugres. A Colônia começou a ser medida em 1875, e a região onde posteriormente foi instalada sua sede só foi alcançada em 1876. O espaço da sede começou a ser ocupado pelos funcionários da Diretoria da colônia e por alguns colonos, já com uma certa ordem. Porém, o plano urbanístico que orientou seu posterior crescimento e que ainda hoje é a região central da cidade de Caxias do Sul só foi ser definitivo a partir de 06 de dezembro de 1878, quando pelas mãos do diretor da ocasião, Luiz Manoel de Azevedo, funcionário do Tesouro do Estado em Porto Alegre, foi organizada a planta que à outra substituirá.⁴

² CONSTANTINO, Núncia Santoro. *O italiano da esquina*. 2ª Ed. Porto Alegre: EST Edições, 2008. Pág. 32-49.

³ Idem. Pág. 16.

⁴ NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009. Pág. 116.

A sede da Colônia Caxias foi projetada conforme o costume e a legislação imperial que tratava da colonização. Para além disso, como concepção teórica, ela é um acúmulo do tempo, pois traçada em tabuleiro de xadrez, forma utilizada historicamente em muitos empreendimentos coloniais, por diferentes Estados e povos, em quase todas as épocas e continentes. A medição de sua área foi levada a cabo pelo agrimensor Virgílio de Souza Conceição, natural de Santa Catarina. A futura cidade então começava a organizar seu espaço urbano, ainda sem hospital, sem escola, sem café, sem teatro.

A ocupação dos lotes urbanos da sede foi acontecendo de oeste para leste, o que transformou o limite oeste, que era próximo da clareira dos indígenas e da estrada Rio Branco, no “centro” do incipiente povoado. Nesse quadrante estava instalada a Diretoria da colônia, depois foi instalada uma escola, os funcionários do Estado ali residiam. Foi nesse local que Nicolau adquiriu dois lotes urbanos, e no qual, em 1884, data do recenseamento da colônia para sua transferência ao município de São Sebastião, ele morava com sua mulher Maria, de 20 anos, e seus filhos João, de 5, Luiz, de 4, e Sebastião, de 3.⁵ Depois desses, o casal teve mais 16 filhos nascidos e crescidos, além de cinco gestações interrompidas. Ele era reconhecido como negociante e também era concessionário do lote C da Segunda Légua. Posteriormente, foi concessionário de um grande lote dentro do logradouro público reservado no perímetro destinado à sede. Não há registro de que tenha alguma vez utilizado as duas propriedades para alguma atividade, agrícola ou não.

Amoretti participou da vida do novo povoado com atividades tipicamente urbanas, e este deve ter sido o propósito de sua mudança para a colônia. Foi o primeiro agente do correio, foi fiscal da Diretoria e da Comissão de Terras, foi coletor federal e foi comerciante. Nesta condição fez muitos negócios com o poder público. Em 17 de junho de 1881, ele recebeu 85\$920 por conta de compras feitas pela diretoria na sua casa de comércio. Por despesas da mesma diretoria entre maio e junho do mesmo ano foram mais 51\$500. E em janeiro de 1882 foram 273\$000.⁶ Sua casa também funcionou como albergue, restaurante e salão de bilhar – José Clemente Pozenato ambienta cenas de seu livro *A Cocagna* na casa de Amoretti. Ela era frequentada pelos funcionários da Diretoria e também por imigrantes. Também consta que empreitou a construção de

⁵ GARDELIN, Mário e COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST, 1993. Pág. 71.

⁶ AHRGS. Maço 53, Caixa 29.

21.512 metros da parte final da estrada Rio Branco, que foi concluída em 1888.⁷ Essa parte final foi contratada entre o Estado e três particulares: Nicolau Amoretti, Henri Bonnett e Germano Parolini.

Envolveu-se discretamente na vida política de Caxias – foi indicado, juntamente com muitos outros cidadãos, pelo intendente Campos Júnior para prestar esclarecimentos à polícia, em rumoroso episódio de suposto atentado contra ele, e que teve como pano de fundo a luta entre católicos e maçons pelo poder municipal. Antes disso, em 1893, teve sua casa queimada pelos federalistas, quando a vila de Caxias foi por eles invadida. Nicolau já tinha recolhido a família e descido a Serra até São Sebastião do Caí, por lá permanecendo muito tempo, até a reconstrução da residência. Em São Sebastião abriu uma padaria, fazendo o mesmo em Caxias, após o retorno.⁸ Filho de padeiro em Porto Alegre, tornou-se padeiro em Caxias. Amoretti contribuiu, conforme sua condição de homem nascido e criado em uma capital de província, com a lenta transformação da Sede Dante em uma área urbanizada.

Por algum motivo desconhecido, Nicolau Luiz Amoretti não recebeu a tradicional homenagem que recebem os primeiros moradores, em quase todos os lugares de ocupação nova: em Caxias do Sul não há sequer uma rua com seu nome. Em 1959 a Câmara Municipal da cidade denominou 239 novas ruas, com nomes escolhidos entre os “velhos construtores de Caxias do Sul”.⁹ Os nomes foram escolhidos pelo legislativo por indicações de João Spadari Adami. Estão lá os contemporâneos de Amoretti, parte significativa com vidas discretas como a sua; ele não está.¹⁰

O processo imigratório, e a instalação colonial no Nordeste do Rio Grande do Sul, movimentou brasileiros, que já eram ou aqui se tornaram funcionários do Império ou da República, tornando-se, também, imigrantes. Moraram nas sedes coloniais, por muito ou por pouco tempo, pessoas vindas de muitas partes do país, e que contribuíram para sua urbanização. Assim como Amoretti, exerceram funções de escriturários, auxiliares, ajudantes, fiscais, recenseadores. Os que aqui fixaram residência se envolveram na vida cultural da cidade, fundando jornais, clubes, associações literárias.

⁷ STORMOWSKI, Marcia. A importância da estrada Rio Branco para o desenvolvimento da colônia. In: BRAMBATTI, Luiz E. (Org.). *Roteiros de turismo e patrimônio histórico*. Porto Alegre: EST, 2002. Pág. 73.

⁸ SARTORI, Ivanizi Amoretti. *As raízes*. Monografia não publicada.

⁹ ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. 2ª Ed. do Tomo I. Caxias do Sul: Gráfica das Edições Paulinas, 1971. Pág. 59.

¹⁰ Nomeia rua em Caxias do Sul o seu filho Antônio Amoretti.

Lavra Pinto, Abreu e Lima, Ribeiro Mendes foram alguns sobrenomes desses que para a colônia rumaram, acompanhando o fluxo dos italianos que chegavam. Tal qual Nicolau Amoretti.

Bibliografia:

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. 2ª Ed. do Tomo I. Caxias do Sul: Gráfica das Edições Paulinas, 1971.

AHRGS. Maço 53, Caixa 29.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. *O italiano da esquina*. 2ª Ed. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

GARDELIN, Mário e COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: EST, 1993.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

SARTORI, Ivanizi Amoretti. *As raízes*. Monografia não publicada.

STORMOWSKI, Marcia. A importância da estrada Rio Branco para o desenvolvimento da colônia. In: BRAMBATTI, Luiz E. (Org.). *Roteiros de turismo e patrimônio histórico*. Porto Alegre: EST, 2002.

Migrações involuntárias: questões metodológicas

Zelinda Rosa Scotti

Resumo: Este artigo tem por finalidade trabalhar alguns aspectos sobre internamentos de italianos(as) no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS. Pretende observar o quantitativo e para isso utiliza documentos como os Relatórios apresentados ao Presidente da Província bem como de prontuário do Hospício São Pedro relativos ambos as primeiras duas décadas do século XX. Por fim, tem a pretensão de apontar uma estimativa de quantos italianos(as) estiveram no HSP, e qual a procedência quando se trata de alienados oriundos do interior. Este é um trabalho introdutório sobre italianos(as) nas dependências do Hospício São Pedro, privilegiando fontes primárias sem o intuito de uma apresentação/discussão bibliográfica.

Introdução

Este trabalho pretende ser uma introdução a pesquisa realizada sobre italianos(as) e descendentes internados no Hospício São Pedro em Porto Alegre/RS no início do século XX.

Vasta Bibliografia trata do tema da saída de italianos(as) de sua terra natal, porém não trata das consequências que acarretou um deslocamento para local tão longínquo quanto estranho. Obra clássica sobre a emigração de ítalos, *Homens sem paz* de IANNI¹, traz informação preciosa no que diz respeito a possíveis distúrbios de ordem psíquica: “Em 1956, o deputado Del Bò afirmou que é freqüente a necessidade de repatriar emigrantes por alienação mental, e que os pesquisadores das causas desse fato apontaram a nostalgia como fator de alienação mental²”. Se houve italianos(as) que não conseguiram se adaptar ao novo meio e por consequência sofreram de distúrbios mentais (e foram repatriados), é possível afirmar que o Hospício São Pedro foi outro destino para estes infelizes. Portanto, este trabalho encontra sua justificativa, abordar alguns aspectos metodológicos quanto à presença de italianos(as) no HSP, no fato de que a imigração não foi sentida de forma idêntica por todos

As mulheres que permaneceram isoladas nas colônias – muitas das quais embarcaram na aventura da imigração para o Império por escolha dos maridos ou dos pais, e não por vontade própria –, tinham consciência das

¹ IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

² IANNI, Constantino. op. cit., p. 110.

carências que afligiam os imigrantes. Fora da cultura aldeã tradicional européia, sozinhas num meio ambiente hostil e desconhecido, muitas delas viveram melancolicamente³.

Por entender que não apenas as mulheres, mas igualmente os homens foram afetados com a imigração, o presente artigo pretende tratar tanto da presença de mulheres italianas quanto de homens italianos no HSP.

Os objetivos são

- explicitar as fontes e marco cronológico com que se pretende trabalhar;
- apontar numericamente os internamentos de italianos(as) segundo os Relatórios do Diretor do Hospício ao Presidente da Província;
- apontar numericamente por sexo e cidade de origem italianos(as) internados no HSP;
- especificar de quais cidades do interior os(as) italianos(as)⁴ são procedentes.

Por ser esta escrita uma introdução, optou-se por privilegiar apenas alguns aspectos relativos aos italianos(as) e seus descendentes no interior da instituição. Serão valorizadas neste trabalho, informações quantitativas.

Fontes e marco cronológico

A documentação utilizada para este trabalho é, ao menos até a presente data, a única disponível sobre o Hospício São Pedro. Trata-se dos Relatórios apresentados ao Presidente da Província do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Estes documentos vêm acompanhados de uma sigla (por exemplo: SIE 3-017) e o ano a que se referem os dados que, geralmente, dizem respeito ao ano anterior à sua publicação (por exemplo: O Relatório SIE 3-017 de 1908 é sobre a gestão de 1907). Estes relatórios encontram-se no Memorial do Rio Grande do Sul e expõem dados do Hospício São Pedro sob a ótica de seus administradores, quer diretor, quer administrador/almoxarife.

Os prontuários do Hospício São Pedro, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, estão acondicionados em caixas de papelão (arquivos) numeradas por ano. Para seu manuseio o arquivo solicita a autorização do Conselho de

³ RENAUX, Maria L.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 324. Importante frisar que o trabalho de RENAUX trata especificamente da etnia alemã, porém *carências e meio hostil* foram comuns a ambas as etnias: alemã e italiana.

⁴ Para evitar que a leitura fique truncada, evitar-se-á a utilização da escrita italiano(a). No entanto, todas as informações dizem respeito ao conjunto de homens e mulheres de etnia italiana, exceto quando vier especificado por gênero.

Ética que viabiliza estudos e pesquisas junto aos pacientes/documentos do Hospício São Pedro. Até o ano de 2000, este Conselho esteve sediado no próprio HSP. Também no Arquivo Público podem ser encontrados os Regulamentos que ditaram as normas da instituição hospitalar.

Para este trabalho serão utilizados os Relatórios publicados de 1901 a 1921 e os prontuários médicos que dizem respeito aos anos no espaço de tempo entre 1900 a 1925 (a data diz respeito à primeira internação). O marco cronológico final para este trabalho, o ano de 1925, é quando o Hospício São Pedro deixa de ser assim denominado. Além de mudanças no interior da instituição tem seu nome modificado para Hospital São Pedro. Portanto, a utilização da nomenclatura Hospício São Pedro é condicionada a uma época histórica: ao menos até 1925 a instituição se autodenominava hospício, não cabendo aqui utilizar eufemismos tais como Hospital Psiquiátrico, ou Hospital São Pedro.

Relatórios

Segundo os Relatórios apresentados ao Presidente da Província é impossível quantificar quantos italianos estiveram no Hospício. Isto porque era informado a cada ano quantos italianos estavam nas dependências da instituição, mas não são informadas nem as entradas nem as saídas dos italianos em particular, e sim de todos os internos.

Sob o título *Cor, Nacionalidade, Estado Civil e Idade, por sexo dos alienados existentes neste Hospício*, se podem observar os seguintes dados (no exemplo abaixo as informações são referentes ao ano de 1900):

ESTADO CIVIL DOS ALIENADOS POR SEXO

HOMENS				MULHERES				TOTAL
SOLTEIRO	CASADO	VIÚVO	DESCONHECIDO	SOLTEIRA	CASADA	VIÚVA	DESCONHECIDA	
O	O	O	O	A	A	A	O	
136	44	5	5	65	36	5	27	323

COR NACIONALIDADE POR SEXO DOS ALIENADOS

HOMENS			MULHERES		
CORES					
BRANCOS	PARDOS	PRETOS	BRANCAS	PARDAS	PRETAS
142	24	14	84	30	19

NACIONALIDADE

BRASILEIRA		ALEMÃ		ITALIANA		FRANCESA		PORTUGUESA		DIVERSAS	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
135	113	4	2	34	9	5	-	5	1	17	8

Total 323

IDADE

DE 6 A 20		DE 21 A 30		DE 31 A 40		DE 41 A 50		DE 51 A 60		DE 61 A 70	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
18	14	72	35	52	35	31	18	12	7	1	2

De 71 a 90: 01 H

De 91 a 100: 1 M

Ignorada: 03 H e 27 M

Total 323⁵

Parece evidente que as informações de sexo, estado civil, idade e nacionalidade estão desagregadas, os alienados são tratados em bloco sem diferenciação quanto as suas características individuais (quantos italianos entre 31 a 40 anos, casados estiveram no Hospício?).

Abaixo uma tabela com as informações condensadas:

Tabela n.1

Ano*/Relatório	Homens Italianos	Mulheres Italianas	Total	Colônia Jacuhy
1900 SIE 3-010	34	9	43	
1901 SIE 3-011	26	9	35	

⁵ Tabelas extraídas do Relatório SIE 3-010, p. 165

1902 SIE 3-012	30	14	44	
1903 SIE 3-013	29	18	47	
1905 SIE 3-014	30	21	51	
1906 SIE 3-015	27	19	46	
1908 SIE 3-018	43	28	71	
1909 SIE 3-019	46	24	70	
1910 SIE 3-020	45	48	93	
1911 SIE 3-021	35	20	55	
1912 SIE 3-022	33	20	53	
1913 SIE 3-024	39	22	61	
1914 SIE 3-025	-	-	67	
1915 SIE 3-026	-	-	53	
1916 SIE 3-028	-	-	58	
1917 SIE 3-030	41	33	74	
1918 SIE 3-031	37	31	68	
1920 SIE 3-035	22	26	48	8

*Ano a que se referem os dados, não a publicação.

Para o ano de 1904 não há Relatório, e nos Relatórios referentes aos anos de 1907 e 1919 não foram encontradas informações sobre a quantidade de italianos no HSP.

Como é possível observar, os Relatórios não permitem dizer quantos italianos estiveram no Hospício, no entanto deixam evidente que eles estiveram na instituição e foram internados como etnia diferenciada (não apenas eles, mas também alemães, espanhóis, etc.)

Diante dos dados acima se pode depreender que a informação prestada pelos historiadores Stella Borges e Rovílio Costa⁶ apresentam uma pequena falha. Ao

⁶ BORGES, Stella; COSTA, Rovílio. Do Sonho à realidade: criminosos e doentes mentais alienados em Porto Alegre. In: DE BONI, Luiz A. *A Presença Italiana no Brasil (III)*. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 420. Tabela extraída da obra:

Tabela 11
Número de Alienados, por nacionalidades, existente no Hospício S. Pedro
entre 31/5/1910 e 1920 (p. 195)

Ano	Brasileiros		Italianos		Alemães		Franceses		Portugueses		Diversos		Total
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
1910	240	181	45	48	7	5	2	0	1	2	21	20	572
1911	193	174	35	20	8	7	2	0	1	2	17	10	469
1912	220	183	33	20	6	8	2	0	1	1	24	19	517
1913	236	212	39	22	9	8	1	0	1	1	24	12	565
1914	241	227	37	30	3	8	2	0	5	1	30	14	598
1915	251	256	33	20	4	7	2	0	2	1	25	13	614
1916	256	258	32	26	4	8	2	0	2	1	29	13	631
1917	264	271	29	28	4	8	2	0	2	1	28	18	655
1918	217	268	22	27	3	6	3	0	2	2	17	20	587
1919	269	264	30	25	1	5	3	0	0	2	21	21	641
1920	286	295	30	26	1	7	3	1	0	2	21	22	694
Total	2.673	2.589	365	292	50	77	24	1	17	16	257	182	6.543

pesquisarem sobre o número de italianos que estiveram no Hospício São Pedro os historiadores lançaram mão de uma tabela extraída de um Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e do Exterior, sob o título de “Número de Alienados, por nacionalidades existentes no Hospício São Pedro entre 31/5/1919 e 1920” (tabela reproduzida abaixo). Ocorre que esta tabela comete o equívoco de somar os dados ao longo dos anos. O profissional que formatou esta tabela somou os internos ano a ano, isto é, não foram considerados quantos alienados entraram nem quantos saíram. Isto claro afetou também a contagem dos italianos que teriam estado no HSP. Dito de outra forma, seria o equivalente a afirmar que a cada ano ocorreu uma renovação de alienados italianos no HSP. Por exemplo, segundo a Tabela n. 1

Ano*/Relatório	Homens Italianos	Mulheres Italianas	Total	Colônia Jacuhy
1910 SIE 3-020	45	48	93	
1911 SIE 3-021	35	20	55	
1912 SIE 3-022	33	20	53	

Existiam em 1910, 45 homens italianos no Hospício, e 48 italianas. No ano seguinte, **não entraram mais** 35 italianos e 20 mulheres italianas, e no ano de 1912 não entraram mais 33 homens italianos e mais 20 mulheres italianas. Estes números apenas informam **quantos estavam nas dependências da instituição** quando foi realizado o Relatório, ano a ano. A pessoa que executou a soma não levou em consideração o título das tabelas de onde foram extraídos os dados: *Cor, Nacionalidade, Estado Civil e idade, por sexo dos alienados existentes neste Hospício.*

Prontuários

Conforme exposto acima, segundo artigo dos historiadores Borges e Costa, entre os anos de 1910 e 1920 teriam adentrado o Hospício São Pedro 365 italianos e 292 italianas. No entanto, esta é uma informação que é passível, no mínimo, de uma contestação. Neste caso os prontuários médicos com informações individualizadas dos insanos podem ser observados como mais que simples amostragem. Podem representar um número próximo do número total de internos no Hospício.

Foram extraídos dados de 1.164 prontuários de alienados (159 italianos) contidos nas caixas de n. 4 a n.39, e que dizem respeito ao período que vai de 1900 a

1925. Duas observações merecem esclarecimento. Primeiro, foram coletadas informações dos documentos médicos em que a primeira internação do doente se encaixe neste espaço de tempo, significando que se o paciente ficou após 1925 as informações contidas nos prontuários são passíveis de serem utilizadas no intuito de esclarecer alguns dados. Segundo, que foram capturados dentre estes 1.164 prontuários fichas médicas tanto sobre italianos (assim descritos pelo próprio alienista) como de seus descendentes, sendo a descendência observada através do sobrenome. Em outras palavras, ou estava escrito no prontuário a nacionalidade como sendo italiana, ou a nacionalidade brasileira, mas sendo nome italiano foi este considerado descendente.

A coleta dos dados, toda feita manualmente, foi transferida para computador num primeiro momento em forma de listas/tabelas e a coleta obedeceu a uma metodologia chamada Análise de Conteúdo. Portanto foi empregada simultaneamente metodologia quantitativa (quantificação dos alienados) e qualitativa (Análise de Conteúdo). Com o aprimoramento de novas tecnologias de informação, os dados coletados foram redigitados no programa ACCESS, o que permitiu maior precisão em relação à contagem das informações quantitativas. O programa ACCESS possibilita através de “consultas”, o cruzamento de informações. A seguir alguns dados iniciais.

Foram encontrados 91 homens italianos e 68 mulheres italianas:

Tabela n.2 - Estado civil dos italianos(as)

Sexo/estado civil	Casado(a)	Solteiro(a)	Viúvo(a)	S/informação	Total
Homens	34 (37,7%)	49 (54,4%)	2 (2,2%)	5 (5,5%)	90 (100%)
Mulheres	34 (49,2%)	26 (28,8%)	8 (8,8%)	1 (1,1%)	69 (100%)
Total	68	75	10	6	159

Embora o número de italianos casados seja idêntico ao número de italianas casadas, se vistos em relação ao número absoluto de cada sexo, a maior incidência de casados que sofreu internamento é do sexo feminino. Contrariamente, o maior número de solteiros, 54,4%, é do sexo masculino.

Quanto à procedência:

Tabela n. 3 – Procedência dos italianos(as)

Procedência	Capital	Interior	Outros	Total
Homens	25 (27,7%)	62 (68,8%)	3 (3,3%)	90 (100%)
Mulheres	12 (17,3%)	55 (79,7%)	2 (2,8%)	69 (100%)

De quais cidades do interior são provenientes:

Tabela n. 4 – Cidades do interior do RS das quais os italianos(as) são procedentes

Cidades	Homens	Mulheres
Alegrete	1	1
Alfredo Chaves	2	7
Antônio Prado	1	2
Bagé	1	-
Bento Gonçalves	7	4
Bom Jesus	1	-
Cachoeira	1	2
Caxias do Sul	8	6
Cruz Alta	1	-
Encantado	-	1
Erechim	1	2
Estrela	1	-
Garibaldi	7	4
Guaporé	5	5
Ijuí	-	2
Jaguari	2	2
Lageado	3	2
Montenegro	1	1
Passo Fundo	3	2
Pelotas	5	2
Rio Grande	1	3
Rio Pardo	1	1
Rosário	1	-
Santa Cruz	1	-
Santa Maria	2	3
Santo Ângelo	1	1
São Gabriel	1	-
São Sebastião do Caí	-	1
São Sepé	1	-
Taquara	-	1
Uruguaiana	1	-
Venâncio Aires	1	-
Total	62	55

Segundo a tabela acima é possível constatar que o maior número de italianos procede das cidades de Alfredo Chaves, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Garibaldi e Guaporé.

Conclusão

Como observado acima, não há como determinar através dos Relatórios apresentados ao Presidente da Província quantos italianos e seus descendentes estiveram no Hospício São Pedro entre 1900 e 1920, pois não é especificado quantos italianos saíram e quantos entraram a cada ano.

Quanto aos prontuários pesquisados, que somam 90 italianos e 69 italianas, é possível tratar-se de número próximo das internações ocorridas, não sendo portanto simples amostragem.

Como esperado, o maior número de italianos internados é oriundo do interior do Rio Grande do Sul. Por fim, cumpre salientar que não é possível especificar quantos italianos do interior foram enviados ao Hospício São Pedro. Segundo a documentação apresentada, existe a possibilidade de que os números informados acima estejam próximos da realidade, mas, não podem ser apresentados como conclusivos.

Referências

BORGES, Stella; COSTA, Rovílio. Do Sonho à realidade: criminosos e doentes mentais alienados em Porto Alegre. In: DE BONI, Luiz A. *A Presença Italiana no Brasil (III)*. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

RENAUX, Maria L.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Fontes

RELATÓRIOS DA SECRETARIA DO INTERIOR E EXTERIOR

RSIE.3-010 de 1901; RSIE.3-011 de 1902; RSIE.3-012 de 1903; RSIE.3-013 de 1904; RSIE.3-014 de 1906; RSIE.3-015 de (s/d, provavelmente de 1907); RSIE.3-018 de 1909;

RSIE.3-019 de 1910; RSIE.3-020 (s/d, provavelmente de 1911);

RSIE.3-021 de 1912; RSIE.3-022 de 1913; RSIE.3-024 de 1914; RSIE.3-025 de 1915;

RSIE.3-026 de 1916; RSIE.3-028 de 1917; RSIE.3-030 de 1918; RSIE.3-031 de 1919;

RSIE.3-035 de 1921;

Iniciação no batuque ijexá-jejê: ensaio etnográfico sobre o ritual de feitura de uma militante da mobilização negra em Pelotas-rs

AVILA, Carla Silva de.

Mestranda em Ciências Sociais/ UFPel

sociocarla@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar um ensaio etnográfico sobre a iniciação na religião de Matriz Africana em uma casa de religião ligada à mobilização negra da cidade de Pelotas. Verificar a relação estabelecida com determinados símbolos rituais transferidos para universo de participação política, através do exercício da religiosidade afrobRASileira. Busca salientar o cruzamento de visões de mundo existente no processo de construção de políticas públicas ligada à temática étnico-racial.

Palavras Chaves: Religião- ritual- movimento negro.

Introdução

Na atualidade, vários aspectos ligados à religião de matriz africana são constantemente observados em diferentes formas de organização social negra. Percebe-se nesse contexto a possibilidade da existência de uma *cosmovisão* de matriz africana que direciona as relações sociais, culturais e políticas pautando com isso a ação política de determinados militantes. Constituindo assim um cruzamento entre a lógica racional do Estado Democrático com diferentes visões de mundo que guiam a ação social de grupos ligados à religião. Norton Corrêa (2006) discute a *cosmovisão batuqueira* a partir da polaridade do campo da filosofia religiosa em contraponto à visão de mundo ocidental. Parte do princípio que diferentes teorias apontam a cultura ocidental como superior, dividindo *nós* (centro do universo no ocidente), como o bem, a verdade única e absoluta, Deus, céu, o certo, a perfeição. Deixando para os *outros*, o mal, a mentira, o Diabo, o inferno, o castigo, a imperfeição, ou seja outras visões de mundo. É neste cruzamento de diferentes visões de mundo que este trabalho objetiva apresentar um ensaio etnográfico do processo de iniciação no batuque de uma militante política participante do movimento negro da cidade de Pelotas. Perceber a natureza de elementos e princípios constituintes no processo ritual e no dia a dia das pessoas

praticantes da religião de matriz africana. Símbolos e crenças que são transportados para o processo de organização política negra.

A participação das pessoas ligadas à religião de matriz africana em atividades políticas é caracterizada pela utilização de um arsenal de símbolos que identificam sua filiação religiosa. Linhas finas coloridas no braço ou tornozelos, na utilização dos *axós* (saías e batas), guias, colares de miçanga, semente, conchas ou búzios. São acessórios que caracterizam o pertencimento e filiação da pessoa à família de religião. As cores dessas linhas se modificam de acordo com a linha ou lado referente à nação ou à umbanda. Os *axós*, as *batas*, as *seguranças* e as *guias*, formam o conjunto de indumentárias utilizadas nos rituais, que em determinados momentos são transportados para o universo de decisão política partidária.

Atualmente, a religião de matriz africana no Rio Grande do Sul é dividida em duas modalidades: a Umbanda e o Batuque. Na Umbanda encontra-se a linha branca, que cultua os orixás e as divindades brasileiras - os caboclos e os Pretos Velhos. No batuque são cultuadas cinco tradições denominados os lados de parentesco de santo. Que são: *Oió*, *Ijexá*, *Jejê*, *Cambinda* e *Nagô*, contudo existem templos que adotam dois lados, como é o caso observado no lado *Ijexá-Jejê*. (CORRÊA, 2009).

Cada casa tem suas particularidades, não existe uma padronização das organizações das casas de religião, contudo existem quatro linhas básicas: os caboclos, os pretos velhos, os ciganos e os exus. Diferenciando-se do batuque e do candomblé, na umbanda¹ os orixás² não chegam, quem “baixa” são os espíritos enviados por eles. A linha branca é composta pelos caboclos e preto-velhos que realizam trabalhos direcionados à saúde. Os caboclos são espíritos dos índios, sereias e cavalheiros de Ogum. Os pretos são espíritos de escravos e os *ibejis* espíritos de crianças. Algumas casas trabalham com a linha dos baianos, que chegam junto aos pretos velhos. A linha cruzada trabalha juntamente aos exus e pombagiras e em alguns casos é denominado quimbanda. A linha de cigano, ou do oriente, é constituída por falanges enviadas pelos orixás, estando dividida em caravanas. São entidades alegres e de grande hierarquia.

¹ A linha de umbanda é formada por sete orixás. Ogum, Iansã, Oxossi, Xangô, Oxum, Iemanjá e Oxalá.

² Orixá é a denominação dada às divindades africanas que viveram na terra. Elas cultuadas nas religiões de tradição africana, são divindades ligadas a elementos da natureza, a determinadas cores, plantas e partes do corpo. Como o caso do Bará, cor vermelha, o dono das encruzilhadas e dos caminhos e responsável pelos órgãos sexuais. Os orixás cultuados no batuque são: Bará, Ogum, Iansã, Xangô, Ossanha, Odê, Otim, Obá, Xapanã, Oxum, Iemanjá e Oxalá.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho se deu pela observação participante no dia a dia de casas de religião, frequentadas por militantes políticos do movimento negro da cidade, em eventos políticos ligados à temática negra e nas reuniões do Forum do Movimento Social Negro. Na realização deste ensaio foi observado o processo ritual de iniciação no batuque. A militante iniciada é uma filha de *Otim*, participante da Economia Solidária junto às comunidades remanescente quilombolas de Canguçu. O Ilê, ou casa de religião, é o Reino de Pai Xapanã comandado pela Ialorixá Mãe N. de Xapanã que participa do movimento negro através da Organização Não Governamental Olojukam³. O centro religioso fica localizado no bairro Humuarama na cidade de Pelotas.

Atualmente a instância maior de participação política negra na cidade é o Forum Social do Movimento Negro de Pelotas. A militância negra pelotense é composta por pessoas e grupos participantes de projetos sociais que atuam na pauta das diferenças étnico-raciais na sociedade contemporânea. Reúnem-se periodicamente para organização de eventos e construção de políticas públicas ligadas a este segmento da sociedade.

Fragmentos de elementos constituinte da cosmovisão batuqueira foram observados em diferentes momentos de organização política, tais como a participação das comunidades de terreiros na etapa estadual da Conferência de Promoção de Igualdade Racial, em março de 2009. Nesse evento houve uma cansativa discussão sobre a disputa de duas vagas que sobraram para a etapa nacional, a dúvida era se as vagas ficariam com as comunidades de terreiros, ou com o recente grupo organizado: o movimento clubista. Mais de duas horas de discussões calorosas e até ofensivas sobre quem melhor representaria a comunidade negra: *A comunidade de terreiro x movimento clubista*. Os argumentos baseavam-se nos terreiros como espaço legítimo de resistência negra *versus* a resistência cultural dos clubes como espaço de sociabilidade. Por fim como não houve consenso entre os segmentos organizados, partiu-se para votação: o famoso levantar de crachá. De forma esmagadora ganhou o bloco das comunidades de terreiro, e na mesma hora em que se percebeu a vitória, começa-se a tocar os tambores, a cantar e a dançar cânticos em ioruba; durante uns quinze minutos a conferência cessa. O representante do Governo do Estado que estava presidindo a sessão não fez nada, fica

³ Olojukam em ioruba significa “Aquele que vê com os olhos do coração.”

estagnado e sem reação. Cria-se no meio da conferência uma verdadeira roda de batuque.

Na passagem acima se verifica fragmentos do cruzamento entre distintos campos de poder. Pois a disputa maior pela formulação de políticas públicas ocorre em âmbito nacional, decorrendo daí a importância de lutar pela legitimidade da representação política. Concorrência por quem irá melhor representar a comunidade negra. Nesses espaços, os militantes ligados à religião são caracterizados por suas vestimentas e suas guias de proteção. A autoridade religiosa é caracterizada pelas *guias* que simbolizam o número de *chão*⁴ feito pela pessoa, os orixás a ele consagrados. O maior símbolo visível é a guia imperial, um colar de miçangas com as cores correspondentes a todos os orixás de Bará a Oxalá, o assentamento de todo o *olodumaré*. Quem possui a guia imperial são os Babalorixás ou as Ialorixás, Pai ou Mãe de Santo, a autoridade máxima dentro do batuque. As cores das guias simbolizam o pertencimento as diferentes modalidades da religião de matriz africana. Por exemplo, uma guia vermelha e preta pode significar tanto a consagração à ao orixá Xapanã, pelo lado da nação, como uma guia de exu no lado de linha cruzada.

A iniciação da pessoa à religiosidade afrobrasileira se dá por uma série de rituais que a consagram aos orixás. Cada pessoa possui três orixás protetores, da cabeça, do corpo e do pé. No ato de fazer a cabeça, a pessoa dedica toda sua vida ao cuidado ao orixá em troca de proteção do mesmo. Cada indivíduo já nasce com seu orixá protetor, podendo ser revelado tanto em suas características pessoais e fenotípicas, por exemplo, as filhas de Oxum geralmente são mulheres de rosto arredondado, seios volumosos, vaidosas, calmas e caseiras. Já as filhas de Iansã são mulheres com forte personalidade, relacionamentos instáveis de pouca vaidade, porém possuem grande sensualidade.

Mulher de pele escura, cabelos negros e ondulados, mãe de dois filhos, atuante do movimento negro através do segmento Economia Solidária. Com forte personalidade não passa despercebida nas discussões referentes à organização negra. Em setembro de 2009 consagra sua vida à Otim. Otim é um orixá feminino, esposa de Odé, quem tem Otim na cabeça, tem Odé no corpo e vice-versa, esses foram os nomes revelados no jogo de búzios. O processo de iniciação no batuque se dá primeiramente pela jogada de búzios, momento em que se sabe quais os orixás que acompanharão a pessoa pelo resto de sua existência. São três orixás, da cabeça, do corpo e dos pés. No lado que Ijexá-

⁴ *Chão* é a expressão utilizada para indicar o processo ritual de consagração da pessoa ao orixá.

Jejê, na casa do Pai Xapanã, todos os filhos possuem o orixá Bará nos pés. Segundo Norton Correia (2009) o ritual para os Orixás se dá em três momentos, a matança, que é o *serão*, a festa e a *levantação*. A festa é o momento em que se come a comida de religião, a comida oriunda da obrigação, faz-se a dança na roda para todos os orixás, neste caso é a festa da mãe *Otim*.

O primeiro fundamento de feitura se chama *aribibó*, ritual em que se consagra o orixá dono da cabeça. Constitui em ofertar o axorô⁵ de pombo, marca-se a cabeça do iniciado e a quartinha⁶ do orixá correspondente. Seguidamente ocorre o processo de ir ao *chão*, momento de consagrar os demais orixás. Esse processo é constituído por fases divididas: o serão, a festa de batuque e a levantação. Na primeira semana realiza-se o *bori* ou *borido*, constituído pela oferta de aves aos orixás e a festa de batuque aos orixás consagrados. Na segunda semana é feito o serão de *quatro-pé*, nesse ritual é consagrado à guia de proteção que simbolizará os orixás assentados pela pessoa; por fim realiza-se a festa de batuque com a mesa de Ibeji.

Mulher de pele escura, cabelos negros e ondulados, mãe de dois filhos, atuante do movimento negro através da economia solidária. Com forte personalidade não passa despercebida nas discussões referentes à organização negra da cidade. Em setembro de 2009 consagra sua vida à Otim. Otim é um orixá feminino, esposa de Odé, quem tem Otim na cabeça, tem Odé no corpo e vice-versa, esses foram os nomes revelados no jogo de búzios. O processo de iniciação no batuque se dá primeiramente pela jogada de búzios, momento em que se sabe quais os orixás que acompanharão a pessoa pelo resto de sua existência. São três orixás: da cabeça, do corpo e dos pés. No lado que Jejê-Ijexá, na casa do Pai Xapanã, todos os filhos possuem o orixá Bará nos pés.

O primeiro fundamento de feitura do Orixá na cabeça se chama *Bori* é o momento de consagrar a cabeça e a vida ao orixá. O dia estava chuvoso, e a maioria dos filhos já estavam no salão, todos descalços e com roupas claras. No chão do salão havia um grande pano branco que serviria para o banquete dos orixás. Em cada ponta havia

⁵ *Axoro* é o sangue dos animais ofertados aos orixás. As aves são os galos e as galinhas e pombos. Os quatro pés são as cabritas, bode, ovelha, carneiro e porco. Segue uma divisão sexual: as fêmeas para orixás femininos e os machos para os masculinos. Exceto Oxalá que recebe uma cabrita branca.

⁶ Quartinha é um recipiente feito de barro em forma de garrafa na cor correspondente ao orixá. Bará: vermelho; Ogum: verde e vermelho, ou verde; Iansã: branco e vermelho predominante; Xangô: vermelho e branco; Odé e Otim: azulão; Ossanha: verde claro, Xapanã: rosa, Oxum: amarelo; Iemanjá: azul e Oxalá: branco.

uma *cumbuca*⁷ com diferentes tipos de alimento: canjica branca para *Oxalá*, canjica amarela para *Oxum*, milho com sete batatas cozidas para *Bará Ajelú*(Bará menino) e milho com sete batata assadas, pipoca, fitas de papel crepom vermelha para *Bará*. No peji estavam os assentamentos dos orixás a serem consagrados, além das imagens deles estavam os símbolos de cada orixá a ser assentado. Junto à estátua de Otim (Figura 1) estava a guia feita de miçangas marrom, o símbolo de consagração da militante ao orixá. Além de *Otim* e *Odé* estavam: *Bará*, *Ogum*, *Oiá*, *Xangô*, *Xapanã*, *Oxum*, *Iemanjá* e *Oxalá*.



Figura 1: Estátuas dos Orixás Odé e Otim a serem assentados junto à Guia de miçanga marrom.

Ao som da sineta, todos com os pés descalços formam um grande círculo ao redor da mesa. Antes de começar o ritual, uma das filhas da casa vai ao encontro da iniciada com um ramo verde nas mãos e um recipiente com água, leva o líquido até a sua boca, coloca o ramo em sua testa para pedir *Ago*, a licença para participar do ritual. Seguidamente ela faz o mesmo com todos participantes, iniciados ou não. Na batida dos tambores, em sintonia à reza, o orixá chega ao mundo. As rezas são em Iorubá e vão de *Bará* a *Oxalá*. Depois de realizado o corte, uma das filhas de santo passa uma bacia com o *axoro*⁸ para todos os filhos e demais participantes fazerem a marcação. A marcação consiste em fazer o sinal do cruzeiro nos pés para *Bará* abrir os caminhos.

⁷ Recipiente de barro para colocar as comidas dos respectivos Orixás.

⁸ *Axoro* é o sangue dos animais ofertados aos orixás. As aves são os galos e as galinhas e pombos. Os quatro pés são as cabritas, bode, ovelha, carneiro. Segue uma divisão sexual: as fêmeas para orixás femininos e os machos para os masculinos. Exceto *Oxalá* que recebe uma cabrita branca.

Posteriormente são ofertados os *quatro-pés* e as *aves* para cada orixá a ser assentado. Alguns orixás chegam à terra⁹ e auxiliam no ritual. Com mesa posta e cheia das oferendas os orixás começam a ir embora: “Vamos subir Pai.” Ou “Vamos subir Mãe.” Tudo com o auxílio dos filhos da casa. Sentado com uma toalha na cabeça com a cor respectiva ao orixá o filho faz o sinal do cruzeiro em cada pé e sopra no ouvido, em seguida é oferecido dendê ou mel, dendê para os orixás de guerra que vai até *Xapanã* e mel de *Oxum* a *Oxalá*, contudo os orixás de guerra também comem um pouco de mel, também é dado água num recipiente da cor correspondente a cada orixá. Neste momento o orixá se encontra no estado de *Axero*, momento de transição antes do filho ou da filha voltar a si. Lembrando que um dos fundamentos do Batuque é a pessoa nunca saber que recebe determinado orixá.

No decorrer do ritual os filhos faziam diferentes atividades, uns ficavam na cozinha fazendo a limpeza dos animais e outros do ambiente. Existe um grande cuidado com a comida ofertada. A limpeza e a divisão das partes que vão para os orixás e as que ficam para ser servido na festa do batuque. Este trabalho deve ser feito com muita atenção, pois não se deve alterar a ordem nem as partes de cada orixá. Também se observou certa divisão sexual do trabalho, as mulheres cuidam das aves e os homens dos animais de quatro pés.

No primeiro dia de chão existe um resguardo e acolhimento da família de religião à pessoa recentemente consagrada. No batuque cada casa é um caso., Configura-se um universo cheio de especificidades, tudo depende de como as Ialorixás ou os Babalorixás conduzem seus reinos. Na casa do Pai *Xapanã*, os trabalhos geralmente começam na quinta, há um intervalo na sexta para os filhos que trabalham poder descansar e a Festa do Batuque é realizada no sábado. Eles preferem começar cedo para não prejudicar os filhos e nem incomodar os vizinhos.

Na tarde de sexta-feira Mãe N. estava com outras filhas de santo preparando algumas coisas para a festa de sábado. Durante todo o dia a iniciada recebia visita de seus futuros irmãos de religião. Dia de relembrar o processo ritual de cada iniciado, conselhos e relatos de como um *chão* havia mudado suas vidas.

Segundo Norton Correia (2009) o ritual para os Orixás se dá em três momentos, a matança, que é o *serão*, a festa e a *levantação*. A festa é o momento em que se come a

⁹ Diferente do que ocorre com as entidades de Umbanda, os orixás chegam na terra, o orixá se ocupa na pessoa.

comida de religião, a comida oriunda da obrigação, faz-se a dança na roda para todos os orixás, neste caso é a festa da mãe *Otim*.

A festa de Batuque estava marcada para as 21h. Na cozinha estavam preparando um bolo, o molho para o pirão, e uma gamela com frutas e comida para *Xango*. O clima de festa estava presente em todos ambientes da casa. Antes de começar as danças na roda de batuque passa-se um recipiente com água para fazer a segurança da festa. Depois disso, todos de pé comiam o pirão com a galinha de obrigação. Os pratos eram distribuídos na ordem hierárquica dos orixás, de *Bará* a *Oxalá*, e depois os demais convidados. Todos comiam com as mãos, e não podiam comer sentados sob punição de *Xangô*. Por fim, se começa os toques ao som do sino e depois a oração. No dia da obrigação toca-se, canta-se e dança-se para cada Orixá de *Bará* a *Oxalá*. O ritmo do corpo é dado pelo tambor, os movimentos são coordenados pelos orixás na terra. Alguns orixás sobem e descem no intervalo das batidas, alguns filhos e participantes vão tomar axé com o orixá ali presente. A pessoa ocupada pelo orixá não fala, com os olhos fechados, a expressão do rosto também fechada, o orixá só toca no peito e dá um abraço.



Figura 2: A Ialorixã Mãe N. de Xapanã colocando o turbante na cabeça recém feita da iniciada filha de *Otim*

Finalizando esta primeira fase ritual, é realizada a *terminação* com o *axoro* de peixe. Na segunda- feira é feita a apresentação do iniciado à cidade, o *passeio*. Pela manhã bem cedo se vai ao mercado municipal, local onde está assentado o *Bará*, e na praia para *Iemanjá* e *Oxalá*. E por fim tem o café da manhã que é tomado na casa de um irmão de religião mais velho ou na casa de outro pai ou mãe de santo.

Para Victor Turner (2005) as relações da sociedade expressadas nos rituais, pensando o rito como uma relação social, como um processo de significados. Através da identificação dos símbolos dominantes observados em diferentes rituais podem-se apreender as relações da sociedade estudada. Para Turner ritual é entendido como um comportamento formal e prescrito em ocasiões não rotineiras. Tem como referência as crenças em seres e poderes míticos. O símbolo é a maior unidade do ritual, nele é estabelecida a relação de crença e pertencimento a determinado segmento social.



Figura 3: Seminário Municipal AIDS e Religião Organizado pela ONG OLOJUKAM

CONCLUSÕES

No processo de iniciação da filha de Otim observado, percebe-se uma série de elementos que apontam para uma distinta forma de organização do espaço social. Na relação com os orixás a pessoa consagra sua vida à divindade e leva essas características para onde ela for. O rigor exigido no trato à divindade é transportado para outros segmentos em que a pessoa atua. Nos processos rituais, além de consagrar se reforça os laços com determinada visão de mundo não somente do indivíduo, mas do coletivo. A iniciação de uma pessoa envolve toda a família de religião, e os demais segmentos da sociedade por ela freqüentados, inclusive os espaços de discussão social e política. Por fim, no Ilê do Pai Xapanã constata-se um espaço de compartilhamento da religiosidade

afrobrasileira com o engajamento político. Pois no lugar de realização do rito iniciático, funciona uma ONG ligada ao movimento negro, constituindo um lugar de transposição, ou diálogo entre diferentes setores de organização social, tanto religioso como político.

Referências bibliográficas.

ANJOS, José Carlos Gomes. No território da linha cruzada: a cosmovisão afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

CORRÊA, Norton F. Os tambores Batá no Batuque no Rio Grande do Sul (Extremo-Sul Brasileiro). In: Prepared for delivery at the 2009. Congress of the Latin American Studies Association, RJ Brasil June 11-14, 2009.

TURNER, Victor W. Os Símbolos no Ritual Ndembu. In: Floresta de Símbolos. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005, p. 49-82.

Tensão e conflito no campo religioso sul rio-grandense (1900-1930)

Marta Rosa Borin (UNISINOS)

Resumo: Após a Constituição de 1891, com a liberdade de culto, agentes sociais do campo religioso católico e metodista disputaram espaço de influência, principalmente através do campo educacional sul rio-grandense. A imprensa confessional foi ferramenta chave para analisarmos, não somente a intensa mobilidade destes agentes sociais pelo interior do Rio Grande do Sul, como também as relações entre ambas agremiações, no primeiro quartel do século XX. A situação de conflito, explicitada através dos jornais, determinava a lógica de funcionamento do campo religioso, pois tanto agentes sociais católicos como metodistas buscavam, além de, conquistar fiéis, afirmar suas crenças. Para tanto considera-se o campo religioso uma estrutura, um espaço de jogo, onde os agentes sociais ocupam uma posição determinada à qual estão ligados certos interesses.

Este artigo é um recorte da minha tese de doutorado, na qual analiso o processo de afirmação do catolicismo no Rio Grande do Sul, a partir de Santa Maria, cidade da Depressão Central do Estado. Para tratar esta questão, considero importante destacar a pluralidade do campo religioso do Estado, no final do século XIX, resultado da laicização do Estado após a Constituição de 1891, que previa a liberdade de culto. Fato que possibilitou, não somente a intensa mobilidade destes sujeitos pelo interior do Rio Grande do Sul, mas também a publicização da disputa pelo espaço de influência no campo religioso sul rio-grandense, entre os agentes sociais, neste caso, católicos e metodistas. Neste sentido, a imprensa confessional foi ferramenta chave para analisarmos as relações entre ambas as agremiações, no primeiro quartel do século XX¹.

No Rio Grande do Sul, a Restauração Católica², enquanto *renovação* da Igreja

¹ A territorialidade é compreendida através das relações sociais e culturais que os grupos mantêm com os lugares e itinerários que constituem o seu território. A identidade destes grupos, representada por instituições, constituía um território. Cf. SILVA, Joseli Maria. Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. *Revista de História Regional* 5 (2), inverno, 2000, p. 9.

² O Projeto de Restauração Católica no Brasil (1840-1920) visava garantir melhorias na formação do clero e na administração eclesiástica. A ideia de “restaurar” a Igreja no Brasil significava modernizar a Igreja luso-brasileira, “moralizar a vida dos clérigos, conduzindo-os à observância do celibato e às normas eclesiásticas como também substituir as crenças de cunho devocional, leigo e familiar do povo por expressões religiosas de caráter mais clerical e colocando a autoridade da hierarquia eclesiástica entre o povo e o Estado”. Cf. DREHER. Martin N. *A Igreja Latino-Americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, vol. 4, 1999

começou com a nomeação, em 1860, do Bispo D. Sebastião Dias Laranjeira³. Já o metodismo chegou ao Estado sul rio-grandense, em 1875, com o pastor João da Costa Corrêa, o qual residia no Uruguai e era representante do metodismo do norte dos Estados Unidos. Mais tarde, em 1877, o missionário John James Ramson, representante do metodismo do sul dos Estados Unidos e Ministro da Igreja Metodista Episcopal do Sul, também, visitou o Rio Grande do Sul. Assim, neste período encontravam-se duas vertentes do metodismo no Estado, mas o representante do metodismo do sul dos Estados Unidos retornou para a América do Norte⁴.

Durante as visitas dos ministros metodistas “houve forte distribuições de Bíblias” e, em 1885, o pastor João da Costa Corrêa foi indicado “para dirigir a obra do metodismo no Rio Grande do Sul”⁵. Neste período ficaram estabelecidas as regras de organização da Igreja Metodista Episcopal do norte dos Estados Unidos e a sua relação com a missão Metodista Episcopal da América Meridional.

Como no final do século XIX, o *campo religioso* sul rio-grandense era diversificado, a cidade de Santa Maria torna-se importante na difusão das ideias liberais devido, não somente a sua localização geográfica, mas, também, pela expressiva circulação de jornais republicanos⁶ que ela possuía e por ser um entroncamento ferroviário que ligava o Estado a outras localidades do país e do exterior, como a Argentina e Uruguai. No final do século XIX, a cidade que surgira sob o signo das missões jesuíticas também se caracterizava pela pluralidade no campo religioso: contava com uma antiga capela católica, praticamente em ruínas, demolida em 1888, uma capela do Divino Espírito Santo; uma Igreja Evangélica de Confissão Luterana, inaugurada em 1873; anglicanos e metodistas, que haviam chegado em 1900, sendo a Igreja anglicana inaugurada em 1906 e o primeiro culto metodista ocorrido na sede da Intendência Municipal, em 1901. Outro exemplo que atesta a importância de Santa Maria, em relação à dinamicidade do campo religioso, é o fato desta cidade ter sido sede do

³ HASTENTEUFEL, Pe. Zeno. *D. Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987.

⁴ JAYME, Eduardo Menna Barreto. *O Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Moderna, 1963, p. 15-37.

⁵ Ibidem, Idem.

⁶ Para atestar a cultura letrada do Rio Grande do Sul, no tocante à imprensa, destacamos que o jornal na Província surgiu em 1827, sendo que Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade em 1822. As datas de fundação dos jornais da metrópole e de Santa Maria, que adquiriu foro de cidade em 1878, demonstram que havia uma população que lia e se articulava, pois o primeiro jornal passou a circular em Santa Maria em 1883. Até 1928, a cidade possuiu, aproximadamente, quarenta e oito jornais, alguns com cunho político, outros críticos literários, confessionais e humorísticos. BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e o extinto Município de São Martinho – 1787-1930*. Canoas: La Salle, 1979 p. 233-240 e 286-287.

Terceiro Concílio Geral da Igreja Evangélica do Rio Grande do Sul⁷, em 1889 e, em 1904, sede da segunda Conferência Distrital Rio-Grandense dos metodistas. Um dos temas tratados nessa conferência foi o “indiferentismo do povo sul-rio-grandense ao Evangelho e a influência do cristianismo e das outras religiões pagãs e idólatras”.⁸ Outro acontecimento que pode atestar o movimento dos evangélicos em Santa Maria é a realização do Concílio da Igreja Anglicana na cidade, em 1905.

Considerando estes dados, percebe-se o campo das crenças na cidade como favorável aos evangélicos, além disso, em 1900, de acordo com a historiografia, o clero católico não tinha muito prestígio no Rio Grande do Sul e a Igreja sofria com a pouca frequência dos fiéis aos sacramentos. A situação de conflito aparece explicitada nos órgãos de imprensa confessional, neste caso estudado, católica e metodista. Os jornais, *O Testemunho*, órgão de imprensa metodista e *O Santamariense*, semanário católico, não só informavam à população sobre as diferenças doutrinárias como também procuravam catequizar os leitores explicitando suas posições morais e religiosas e, com isso, tentavam determinar a lógica de funcionamento do campo religioso, pois tanto os agentes sociais católicos como os metodistas buscavam, além de conquistar fiéis, afirmar suas crenças. Para tanto considera-se o campo religioso uma estrutura, um espaço de jogo, onde os agentes sociais ocupam uma posição determinada à qual estão ligados certos interesses⁹.

As edições do órgão *O Testemunho*, publicado em Porto Alegre pela Igreja Metodista do Sul, era quinzenal, e trazia notícias dos avanços da missão¹⁰ metodista do Distrito sul rio-grandense e também da missão em outros países; apresentava artigos de ensinamento evangélico, outros críticos à Igreja católica, aos sacerdotes e ao catolicismo. Os redatores responsáveis pelo periódico eram os pastores João Wollmer e Miguel Dickie.

Na primeira edição do *O Testemunho*, João Ruiz escreveu, de Bento Gonçalves, um artigo justificando a existência do jornal como “paladino da verdade evangélica [...] os heróis do sul para erguer o baluarte da liberdade cristã, [buscando a] igualdade como

⁷ DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade*. São Leopoldo: Sinodal/ EST/ EDUCS, 1984, p. 16.

⁸ “Conferência Distrital”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 19 mai. 1904, ano I, n. 10, p. 37.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

¹⁰ O protestantismo *de missão* chegou ao Brasil a partir de 1835, através dos missionários e agentes de Sociedades Bíblicas Americanas, as quais tiveram impulso no Brasil a partir de 1870, devido à Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Estabeleceram-se então diversas denominações protestantes no Brasil: presbiterianas, metodistas e batistas DREHER, Martin N. *Protestantismo na América Meridional*. In: DREHER, Martin N. (Org.). *500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: EST/ CEHILA, 2002, p. 127-129.

filhos de Deus e a pura e real fraternidade que enobrece e engrandece a família, a sociedade e a pátria.”¹¹

A mobilidade do metodismo na região pode ser verificada quando é anunciada no jornal a realização da II Conferência Distrital Rio-Grandense dos metodistas realizada na cidade de Santa Maria, com 605 membros. Estiveram presentes na conferência, além de clérigos metodistas do Distrito Evangélico de Santa Maria e de Porto Alegre, o pastor da Igreja Luterana, reverendo Emann, e o reverendo C. H. Sergel, pároco da Igreja Episcopal Brasileira, além de leigos. Um dos temas tratados nesta conferência foi o “indiferentismo do povo sul rio-grandense ao Evangelho”, as dificuldades encontradas na evangelização entre os italianos de Silveira Martins e a grande diferença entre a “influência do cristianismo e das outras religiões pagãs e idólatras”. As conclusões da Conferência, segundo João Vollmer, foram positivas: “foi uma cena tocante ver aquele grupo de obreiro darem-se as mãos em prova de união no propósito de ganhar o mundo para Cristo e assim prepara-los condignamente para o estabelecimento do reino messiânico.”¹² O progresso do metodismo foi comemorado, em 1904, com a inauguração de um novo salão para suas reuniões e cultos em Santa Maria.¹³ Neste mesmo ano, os católicos recém haviam iniciado a construção da atual matriz católica na cidade, concluída em 1909.

Como resultado da mobilidade destes sujeitos, em 1906, o metodismo em Santa Maria contava com 113 membros e no Rio Grande do Sul com 842. Neste ano, foi organizada a missão sul-brasileira, a qual separou o Distrito do Rio Grande do Sul da Conferência do Centro, com sede em São Paulo. Assim, a obra metodista do Rio Grande do Sul deixava de ser um Distrito e subia à categoria de Missão, passando a ser sede central a cidade de Porto Alegre¹⁴.

Como o objetivo do jornal era chegar onde os pregadores metodistas não podiam estar constantemente, através de seus artigos combatiam o catolicismo romano considerado por eles como “obscurantista”, atrasado; também divulgavam no jornal a verdade bíblica protestante visando, com isto, “expandir como fecho luminoso a luz divina espantando e despedaçando com a alavanca da verdade a trave medonha do obscurantismo e das paixões humanas.”¹⁵ Um instrumento usado para respaldar a

¹¹ RUIZ, João J. “Lutemos pelo bem”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º jan. 1904, ano I, n. 1, p. 2.

¹² “Conferência Distrital”, *O Testemunho*, Ibidem.

¹³ RUIZ, João. Seção “Correspondência”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 15 set. 1904, ano I, n. 18, p.71.

¹⁴ JAYME, op. cit.

¹⁵ RUIZ, João J. “Lutemos pelo bem”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º jan. 1904, ano I, n. 1, p. 2.

aceitação do metodismo no Rio Grande do Sul, era a publicação do número e do nome das pessoas que haviam aderido ao metodismo no Estado, as “conversões”. Um exemplo é o pedido de doze pessoas em Santa Maria para serem admitidas na Igreja Metodista, por ocasião da visita do presbítero presidente.¹⁶ Em outra edição do órgão *O Testemunho*, um artigo teceu críticas aos jornais “ultramontanos” e sobre a questão das “conversões de protestantes ao romanismo”. O autor citou uma notícia de um jornal católico de Porto Alegre onde este teria informado a conversão de um jovem protestante na cidade de Pelotas. O articulista metodista respondeu à questão: “na verdade é que onde se converte um protestante ao romanismo, por conveniência, se convertem cem romanistas ao protestantismo, por convicção”. Acrescentou ainda que os jornais metodistas não publicavam todas as conversões porque “não teríamos espaço para publicar outra coisa”, e alegou que o intuito dos metodistas “não é adquirir fama pelo número de nossos conversos, mas sim para fazê-los conhecidos à comunidade evangélica em geral”. Advertiu para o fato de que “o romanismo está constantemente perdendo terreno”. Para tanto registrou dados do Diretório Católico dos Estados Unidos a fim de mostrar que a Igreja católica romana estava em desvantagem em relação a Igreja Episcopal Evangélica que havia recebido “mais de 80 mil católicos romanos, naturais da Polônia e residentes na União Americana”. Afirmou que o mesmo acontecia no Brasil.¹⁷

A partir das edições de fevereiro de 1904, na coluna “Notas e Factos”, deste jornal confessional, foram publicadas, com mais frequência, notícias sobre acontecimentos entre os evangélicos e o número de batismos e adesões de católicos ao metodismo. No conjunto, os dados remetiam à ideia de que o metodismo crescia a passos largos em vários países, não somente no Brasil, permitindo ao leitor pensar que os agentes sociais desta agremiação eram articulados e estavam em constante movimento. Isto, indiretamente, relacionava-os às outras culturas, conferia-lhes prestígio. No entanto, também refletia uma ação estratégica nesta competição pela conquista do espaço confessional, pois a devoção, como bem de salvação, não tinha fronteiras.

O responsável pelo Distrito metodista de Santa Maria, em 1904, o pastor Leonel Lopes, ao relatar no jornal *O Testemunho* que havia percorrido Pinhalzinho, Pains, São Martinho da Serra, Silveira Martins e Estação Colônia, demonstra a mobilidade espacial

¹⁶ *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º jan. 1904, ano I, n. 1, p. 3.

¹⁷ “Conversões de protestantes”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º fev. 1904, ano I, n. 3, p. 10.

dos evangélicos e quando destacou que, naquele ano, em Silveira Martins, 130 pessoas haviam assistido ao culto, atesta que havia um número significativo de pessoas receptivas ao metodismo, considerando-se que naquela localidade predominavam imigrantes italianos católicos: “por todo o distrito há pessoas prontas para professar sua fé em Cristo”.¹⁸ Para reforçar o crescente número de adesões ao metodismo, os redatores do jornal citavam exemplos de sacerdotes que haviam apostatado na Europa, como na França e em Roma, por exemplo. Um sacerdote apóstata teria questionado: “quando se convencerão muitos que o romanismo não é o cristianismo em sua pureza?”¹⁹

Para atestar a decadência do catolicismo, uma nota no jornal *O Testemunho* informava que na Inglaterra o número de católicos romanos encontrava-se reduzido em milhões de habitantes. Citava o exemplo de um padre que teria dito no púlpito, durante a missa: “durante 40 anos temos perdido um milhão de católicos.”²⁰ Os dados sobre as conversões levavam o leitor a acreditar numa situação difícil para Igreja católica na Europa em relação ao número de fiéis. As notícias de uma posição privilegiada dos evangélicos, em outros países, davam a ideia de uma expansão significativa do metodismo.

No Estado do Rio Grande do Sul as adesões dos gaúchos, quando publicizadas, demonstravam que nos anos iniciais da República o metodismo tinha expressão. Alguns exemplos foram publicados na seção “Culto Público”, onde eram divulgados os cultos realizados pela Igreja metodista em Porto Alegre, Silveira Martins, Cruz Alta, Uruguaiana, Bento Gonçalves e Forqueta do Chay.²¹ Assim, em 1905, contabilizaram que o número de assistentes do culto metodista em Santa Maria, por exemplo, era de “36 pessoas, isto para uma estância é grande número.”²²

A questão das conversões tornar-se um tema provocante, pois vai delinear o quadro de disputa pelas *almas* das cidades. As informações numéricas serviam para atestar a expansão do metodismo e os adjetivos pejorativos contra o catolicismo desqualificavam a religião oponente. Na edição de agosto de 1904, por exemplo, o articulista Vollmer acusava os jesuítas de caluniadores e fraudadores das conversões e

¹⁸ “Circuito de Santa Maria”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º mar. 1904, ano I, n. 5, p. 18.

¹⁹ Seção “Notas e Factos”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º abr. 1904, ano I, n. 7, p. 26.

²⁰ Seção “Notas e Factos”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 15 ago. 1904, ano I, n. 16, p. 62.

²¹ Seção “Culto Público”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º jan. 1904, ano I, n. 1, p. 3.

²² “Circuito de Santa Maria”. Seção “Correspondência”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º nov. 1905, ano II, n. 21, p. 94.

dos dogmas católicos²³. Também foram rebatidos alguns órgãos de imprensa católica de outros Estados que “com humor pestífero atacavam, caluniavam e mentiam sobre o protestantismo”. Pois, um “*basofio*” de um órgão de imprensa católica havia insultado Lutero como “devasso” e Wesley como “*pastrano*”. O articulista católico foi qualificado como um “fantoche”, por ter usado uma “expressão de um *rústico* ignorante ou de um grosseiro *despeitado*.”²⁴ Para o pastor Vollmer, os articulistas dos jornais católicos deveriam estudar antes de escrever “tantas asneiras.” Ele perguntou: “não é estranho haverem *doutores de mulas russa*, quando asnos colaboram em jornais? Haverá necessidade de pregar aos botocudos quando a ignorância mais crassa reina entre aqueles que se prezam ter algum conhecimento de religião?”²⁵ Nesta mesma edição, o pastor Leonel Lopes registrou um número significativo de metodistas no Circuito de Santa Maria e outros que haviam abjurado ao romanismo aderindo ao metodismo.²⁶

Como à época era comum os sacerdotes usarem batinas pretas, a alusão a eles como “homens negros”, denota que a visibilidade no campo religioso também era usada para desqualificar o oponente, uma estratégia para denegrir cada vez mais a imagem do outro. O tom era sempre o mesmo, e o objetivo era o convencimento pela correção dos erros doutrinários e de postura: “no seu sistema de ultramontanismo ensinam o povo que a religião evangélica é novíssima e as suas doutrinas inventadas por homens corrompidos, que se esforçam para provar tais absurdos e calúnias não só verbalmente como por meio de panfletos.”²⁷

Contestando o catolicismo, o pastor articulista do jornal *O Testemunho* desdenhava a religião católica, a *moderna* Igreja romana com “doutrinas e mandamentos de homens, com suas missas, imagens, culto puramente idolatra, purgatório, celibato dos padres, confissão auricular e tantos outros decretado tudo a capricho do infalível.” Criticava o Papa Pio X por ter decretado a elevação de santidade “do seu tocaio Pio IX cuja vida de crimes a história registra e o mesmo, como se fosse

²³ VOLLMER, João. “Nós e a ‘União’”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 15 ago. 1904, ano I, n. 16, p. 1.

²⁴ VOLLMER, João. “Mais uma vez a União”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1 set. 1904, ano I, n. 17, p. 65.

²⁵ Ibidem Idem.

²⁶ LOPES, Leonel. Seção “Correspondência”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º set. 1904, ano I, n. 17, p. 66; Seção “Notas e Factos”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º out. 1904, Ano I, n. 19, p. 75.

²⁷ “Actividade da Curia romana”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º dez. 1904, ano I, n. 23, p. 89.

Deus, decreta no dia 8 de dezembro de 1854, a doutrina idolatra da imaculada concepção de Maria e em junho de 1870 a sua própria infalibilidade papal.”²⁸

Com o título “Roma intransigente” um dos redatores do órgão *O Testemunho* criticava o mundo liberal e a imprensa que através de jornais e revistas, aplaudiu a eleição do novo pontífice, o Papa Pio X (1903 a 1914)²⁹, e fez advertência em relação à Igreja católica: “debaixo da moderna direção de chefe tão liberal deste espírito democrático e conciliar, a igreja regenerar-se-á e o catolicismo (romanismo) virá a ser a religião do futuro”. Em seguida, com uma exclamação, o articulista pretendeu mostrar o engano: “mas que cruel ilusão! A Encíclica de Pio X os fez cair das nuvens. Bem pouco durou, pois seu entusiasmo e os pragynistas precipitados devem estar agora de cara a banda”. Classificou a Encíclica como alinhada à mentalidade medieval por exigir a obediência ao dogma papal e questionou a validade do documento pontifício. A incredulidade dos metodistas ao Papa foi registrada no jornal quando referiram-se ao documento como “carta santa” agregando a esta denominação um ponto de interrogação, expressando assim o quanto consideravam duvidosa a posição da Igreja católica romana³⁰. O artigo esclarecia que a Encíclica proibia os católicos de tomarem parte em lutas partidárias e também de discutirem no campo católico, salvo com prévia autorização eclesiástica. Em outras edições o papado foi sendo criticado pelos redatores metodistas, servindo assim a imprensa confessional como um meio para embotar o catolicismo na região.³¹ Como veremos, no semanário *O Santamariense*, seus oponentes eram semelhantes neste quesito.

Em 1910, os metodistas de Santa Maria reunidos no salão da Igreja, à Rua do Comércio, elevaram a Missão sul-brasileira à categoria de Conferência Anual “fato de grande significação religiosa para o metodismo”. Nesta sessão estavam presentes ministros e missionários leigos. Naquele ano o metodismo contava, no Rio Grande do Sul, com 12 ministros itinerantes, 10 pregadores locais e 1.309 membros³².

Aquelas publicações de deserções ou adesões de católicos, leigos ou sacerdotes, ao protestantismo desafiavam o clero católico a reagir, pois através do órgão *O Testemunho* o leitor percebia a mobilidade do campo religioso e, de certa forma, era

²⁸ Ibid., p. 89.

²⁹ Neste período o Papa Pio X escreveu as Encíclicas *E Supremi apostolatus* sobre a restauração de tudo em Cristo (4 de Outubro de 1903), e *Ad Diem Illum Laetissimum*, sobre o Cinquentenário da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição (2 de Fevereiro de 1904). Disponível em: <www.vatican.va> Acesso em: 19 abr. 2008.

³⁰ “Roma intransigente”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º fev. 1904, ano I, n. 3, p. 10.

³¹ Seção “Notas e Factos”, *O Testemunho*, Porto Alegre, 15 abr. 1904, ano I, n. 8, p. 31.

³² JAYME, op. cit,

levado a entender que estava havendo adesões aos evangélicos, como “a pura e verdadeira religião” e o catolicismo passava a ser visto como decadente “ultrapassado, interesseiro e astuto”.³³

A preocupação do clero católico de Santa Maria com a difusão do metodismo na cidade é publicizada na década seguinte, em 1921, no *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*. Naquele ano, foi publicada uma Epístola, enviada de Roma, a qual destinava-se aos “ordinários locais” a fim de alertá-los sobre o que consideravam *manobras* ou os *perigos* da via protestante. A preocupação expressa na Epístola estava centrada em uma “das novas agremiações acatólicas”, a Associação Cristã de Moços, instituição metodista que, segundo a carta cardinalícia, dizia não fazer distinção de nacionalidade, consideravam uma associação que possuía o apoio de “homens de elevada posição” e que: “há muito vem armando ciladas perniciosíssimas aos nossos fiéis, mormente jovens, fornecendo-lhes grande variedade de recursos sob pretexto de robustecer os corpos, e de os adiantar na cultura do espírito e do coração, mas na realidade corrompem a pureza”.³⁴ A carta do cardeal admoestava ainda que estas associações mascaravam o seu verdadeiro intento sob o pretexto de oferecer “faculdade libérrima de pensar independente e desligada de qualquer religião ou confissão” advertindo que a isto a Igreja denominava de “*indiferentismo religioso*”, o que era condenado, pois considerava que este “inclui em si mesmo a negação de qualquer religião”.³⁵

No jogo das crenças, um dos principais defensores da fé católica em Santa Maria, o padre Caetano Pagliuca, iniciou, em agosto de 1922, a publicação do semanário *O Santamariense*, um informativo com a finalidade de, não somente “guiar o povo católico e colocá-lo a par da vida religiosa da paróquia”, mas, também, “combater os nossos inimigos com as mesmas armas, pela palavra escrita”.³⁶ Esta iniciativa do vigário funcionava uníssona à Igreja da Restauração que, naquela época, contava com uma elite leiga que fundou o Centro D. Vital, no Rio de Janeiro e a revista *A Ordem*, importante veículo de comunicação dos católicos que traduzia a situação de tensão entre

³³ “Actividade da Curia romana”. *O Testemunho*, Porto Alegre, 1º dez. 1904, ano I, n. 23, p. 90.

³⁴ VAL, Cardeal R. Merry del. “Sagrada e Suprema Congregação do Santo Ofício. Epístola aos Ordinários locais despertando-lhes a vigilância à cerca de novos manejos dos acatholicos contra a nossa fé”. *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*, ano IX, n.º 3-5, mai. 1921, p. 50-53.

³⁵ Ibidem. Idem.

³⁶ “Catholicos”. *O Santamariense*, Santa Maria, 03 ago. 1922, ano I, n. 1, p. 1. *O Santamariense* circulou até 1929. Cf. RIBEIRO, Nely. *Jornais em Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 1993, p. 119.

católicos e liberais anticlericais.³⁷

Os redatores do semanário *O Santamariense*, na tentativa de esclarecer os católicos da cidade sobre as diferenças entre protestantismo e catolicismo, passaram a utilizar as informações dos próprios protestantes com o intuito de responder, ao que consideravam agressões à Igreja católica e ao mesmo tempo ridicularizar o protestantismo, neste caso como encontramos no jornal *O Testemunho*. O protestantismo passou a ser considerado pelos redatores do semanário católico como uma “seita” dividida em tantas outras.

O antiprottestantismo apareceu na primeira edição. A princípio o editor tomou o cuidado de esclarecer que não era contra os luteranos, mas contra os metodistas, pois informava que poucos meses antes desta publicação circulava na cidade um folhetim metodista intitulado *O Christão Catholico*. Os articulistas do *O Santamariense* criticavam o folhetim como sendo de “gente que atira a pedra e esconde a mão”, por ter sido impresso anonimamente. Em resumo, no folhetim criticavam a questão das conversões quando havia referido que um pretense padre e um Bispo, depois de terem “lido a Bíblia velha e outros livros” tornaram-se protestantes. O redator do órgão *O Santamariense* advertia que “fatos deste calibre exigem serem publicados em folhetins anônimos, pois não suportam a luz da crítica”. E atestava que “jamais existiram na Igreja católica tais sacerdotes e tais bispos”. Como os protestantes estimulavam a leitura da Bíblia, *O Santamariense* defendia a posição da Igreja católica em relação a esta questão, explicando que durante a formação de sacerdotes no Seminário “o jovem sacerdote estudava a Bíblia inteira, pois sobre ela baseiam-se os estudos teológicos e a santa Missa onde também são lidos trechos bíblicos”.

À época, a missa era rezada em latim e, de modo geral, o povo não entendia este idioma, o que os fiéis compreendiam era a pregação que o sacerdote fazia em língua vernácula. O artigo explicava ainda, que “todo o sacerdote católico é obrigado, sob pena gravíssima, de ler e explicar aos fiéis os santos Evangelhos, todos os domingos e dias santos”. E seguida, dizia que, no entanto, “apesar de tudo isto os sectários norteamericanos tem pejo de inventarem que um cura e um Bispo de idade avançada chegaram a descobrir a Bíblia. Como estes sectários são grosseiros na sua profissão de mentir”.³⁸ O artigo termina dizendo que da “santa Bíblia somente a Igreja católica faz uso razoável e sincero”.

³⁷ AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 27.

³⁸ F. S. “Christãos Chatolicos”. *O Santamariense*, Santa Maria, 03 ago. 1922, ano I, n. 1, p. 1.

A crítica foi direcionada aos metodistas: “que inculcaram a torto e a direito a leitura da Bíblia”, uma prática considerada “oposta a Jesus Cristo que nunca deixou escrito e mandou escrever coisa alguma, mas mandou os apóstolos pregarem. O redator do artigo alegava que “o Espírito Santo havia inspirado ‘a alguns’, mas advertia que “não há preceito algum que torne a leitura da Bíblia obrigatória”.³⁹ O vigário católico teria se sentido provocado com as pregações dos metodistas e externou no semanário suas convicções a respeito do assunto. Para reforçar o assunto em favor do catolicismo, no artigo intitulado “Christão Chatolico”, lembrou, em primeiro lugar, que na ótica da Igreja romana “foi a Igreja católica que através dos séculos conservou os textos sagrados e traduziu os escritos do aramaico e do hebraico para o grego, vulgata daquele tempo”. Advertiu também que “foi a Igreja católica que providenciou a tradução do grego para outras línguas modernas, pois antes de Lutero, a Bíblia já havia sido traduzida para o francês, o alemão, o holandês, inglês, polaco e língua escandinava”. Com isto, entende-se que o articulista queria mostrar aos fieis católicos que todos os estudos teológicos dos sacerdotes tinham por base a Bíblia e que as críticas dos protestantes eram infundadas: “mas tudo isto os sectários norte-americanos, estes mercadores de Bíblias, pouco ou nada sabem”.⁴⁰ Para completar a justificativa da proibição da leitura da Bíblia feita pela Igreja católica o padre redator explicava que a Igreja, desde a Antiguidade, havia contribuído com o desenvolvimento da cultura, neste caso, através da escrita, informando que as primeiras Bíblias, pelo fato de serem raras e terem sido publicadas manualmente, eram muito caras e somente pessoas de posses podiam comprá-las. Por isto poucos tinham acesso a elas. Para ser mais preciso referiu no semanário católico que “a Bíblia mais antiga em língua alemã é de 748, sete séculos antes da invenção da imprensa, 785 anos antes do nascimento de Lutero”.⁴¹

Em outras edições os redatores do semanário *O Santamariense* explicavam que a Igreja católica “não proíbe a ninguém a leitura da Bíblia [...] a igreja proíbe a leitura de Bíblias protestantes e heréticas, da Bíblia adulterada e mystificada”.⁴² Argumentavam ainda que por considerarem um texto de difícil compreensão, recomendavam critério e muito estudo para ler as Escrituras, pois as “pessoas sem ilustração podem incorrer em graves erros”. Para exemplificar citaram exemplos daquilo que consideravam erros dos

³⁹ Ibidem. Idem.

⁴⁰ Ibid., p. 3.

⁴¹ F. S. “Christãos Chatolicos”. *O Santamariense*, Santa Maria, 17 ago. 1922, ano I, n. 3, p. 4.

⁴² “Os Catholicos e a Bíblia”. *O Santamariense*, Santa Maria, 22 fev. 1923, ano I, n. 30, p. 1.

protestantes na interpretação bíblica.⁴³

As edições seguintes aparecem com o mesmo tom de crítica ao protestantismo onde afirmavam, por exemplo, que “inúmeras seitas protestantes unem-se para formarem uma espécie de Igreja Universal contra a unidade católica” e que o protestantismo se resume numa “multiplicidade de seitas professando idéias contraditórias”.⁴⁴

Em todas as edições semanais do ano de 1922, *O Santamariense* trazia suas advertências aos católicos em relação aos interesses dos protestantes, acusando-os de usarem também os comerciantes acatólicos ou anticlericais como intermediários de sua propaganda religiosa. Em relação ao Brasil acusava-os de investirem em pessoas de posses, donos de fábricas e indústrias que “não tem fé religiosa alguma, e por isso aproveitam a liga para terem agentes de propaganda de sua freguesia. Esses duplos agentes são conhecidos pela distribuição de Bíblias e folhetos anticlericais”, e juntamente com estes levavam seus “catálogos e amostras comerciais”, quando não raro “aliciam os maus padre católicos ambiciosos ou viciosos, especialmente os que não querem suportar o celibato, incapazes de suportar as austeras virtudes da Igreja romana”.⁴⁵

Em outros artigos do semanário católico apontavam novamente o protestantismo como um sistema mercantilista. Acusavam os pastores protestantes de não se preocuparem com o “puro Evangelho”, mas, com a “propaganda do tráfego inglês e americano. Calorosamente eles apóiam o imperialismo da própria nação”. Com estes artigos, percebe-se que para o clero, os católicos deveriam saber que, assim como a Igreja católica havia sido acusada de mercantilista ao longo da história, os protestantes também deveriam assim ser reconhecidos, pois faziam da sua religião um “mercado”. Para tanto, registraram no semanário que existia um “comércio missionário protestante” dividido em duas vertentes: uma coletivista e outra pessoal. Isto significava que acreditavam que havia “associações missionárias comerciais e missionários que negociavam por conta própria”.⁴⁶ Para dar credibilidade a estas acusações, em dezembro de 1924, foram citadas fábricas e indústrias de propriedade privada de Bispos e de membros das Igrejas protestantes, os quais teriam investido nas Companhias

⁴³ “Os Catholicos e a Bíblia”. *O Santamariense*, Santa Maria, 01 mar. 1923, ano I, n. 31, p. 4 e 1923, ano I, n. 32, p. 1 e 2.

⁴⁴ D’ União. “Os protestantes norte-americanos”. *O Santamariense*, Santa Maria, 24 ago. 1922, ano I, n. 4, p. 1. Artigo escrito em 27 de julho de 1922.

⁴⁵ Ibidem. Idem.

⁴⁶ “Apostolado ou commercio?” *O Santamariense*, Santa Maria, 27 nov. 1924, ano III, n. 17, p. 1.

Evangélicas, inglesas e americanas. Naquele mesmo ano, 1924, Santa Maria hospedou a 15ª Conferência Anual Metodista, presidida pelo Bispo Dobb que inaugurou o auditório do Colégio Metodista Centenário,⁴⁷ fundado em 1922, o qual passava a concorrer com as outras escolas de confissão católica na cidade, fundadas no início dos anos de 1900.

Parece-nos que os ataques aos metodistas no semanário *O Santamariense*, embora publicado décadas depois das edições a que tivemos acesso do jornal *O Testemunho*, eram uma resposta àquele órgão de imprensa e, por extensão, às demais confissões protestantes. Ao longo do ano de 1923, as advertências em relação aos metodistas continuaram aparecendo no órgão *O Santamariense* na mesma linha editorial: de crítica, combate e, ao mesmo tempo, de esclarecimento à população daquilo que a Igreja católica aprovava e reprovava em termos de religião. Este semanário foi um dos órgãos de mídia impressa usado para colocar a população católica a par das condenações da Igreja em relação ao protestantismo, uma vez que a presença e a atuação dos agentes sociais metodistas, como os de outras religiões, eram expressivas no Estado, desde o primeiro quartel do século XX, resultado da liberdade de culto e da circulação de idéias, através da imprensa.

A mobilidade no campo religioso, neste caso, estaria representada, não somente pelas ações dos agentes sociais das instituições religiosas, mas, também, pelas “conversões” ou adesões dos indivíduos de uma religião a outra, seja ela católica ou metodista. No jogo das crenças, controlar este movimento demandava, por parte dos agentes sociais de ambas agremiações, ações estratégicas que favorecessem suas posições no campo religioso. Neste caso, a imprensa pode ser considerada uma destas estratégias, através da qual pode-se perceber as tensões no campo religioso e a publicização das disputas pela “verdade” em matéria de religião.

⁴⁷ JAYME, op. cit p. 115-116.

Um coronel nas terras do mundo novo: Santa Cristina do Pinhal no século XIX

. Doris Rejane Fernandes

FACCAT/ IHSL

Resumo: Estudo do caso das terras apossadas pelo Cel. Francisco Alves dos Santos e suas estratégias para expulsar os moradores nacionais. O período a ser apresentado corresponde a segunda metade do século XIX no espaço do Vale do Sinos, conhecido como Mundo Novo, fronteira de avanço da colonização alemã e parte de São Leopoldo. O papel desenvolvido pelos funcionários das instituições de registro, as medições de terras e os processos judiciais mostram neste estudo como o Estado esteve ausente e como o poder local foi exercido para ampliar o patrimônio pessoal e o próprio domínio político e econômico. A ação sofreu resistência dos moradores que não aceitam e buscam alternativas legais como estratégia de defesa numa disputa por terras e poder.

As questões de terras são um dos aspectos pouco tratados e que caracterizam a estrutura agrária construída no Brasil. Muitas destas terras durante o século XIX foram apossadas e transformaram-se em instrumento para o exercício do poder dos coronéis. Apresento nesta fala o caso do Coronel Francisco Alves dos Santos e seus vizinhos. O coronel reside em Santa Cristina do Pinhal, Rio Grande do Sul, e é possuidor de uma área considerável de terras na encosta do Planalto Meridional.

O objetivo desta apresentação é refletir sobre a implantação da Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854, no Alto Vale do Sinos, identificando e caracterizando as formas de exercício de domínio de terras e de poder sobre pessoas. As fontes primárias são inventários post-mortem, autos de medição e demarcação de terras datadas na segunda metade do século XIX.

A Lei de Terras, de 1850, foi a primeira legislação agrária do Brasil, patrocinada pela classe política brasileira dominante (os latifundiários). Segundo MOTTA¹, ao trabalhar com a Lei de Terras de 1850, pensa-se o território "*como elemento revelador de uma dinâmica de luta social pelo direito à terra, isto é, não como resultante da*

¹ MOTTA, Marcia M. Menendes. *Terra, nação e tradições inventadas (Uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850)*. IN: MENDONÇA, Sonia et MOTTA, Marcia M. M. *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói: EdUFF, 1998, p. 81-92.

estrutura fundiária, mas como um processo".² Diz ainda, que a lei é "*a expressão legal dos conflitos vivenciados na sociedade*".³

A Lei de Terras foi aprovada após 28 anos de ausência de legislação que reestruturasse a situação fundiária do Brasil. Para José Murilo de Carvalho⁴, foi uma modernização conservadora; para Ilmar Mattos⁵, foi parte do projeto dos Squaremas; para Márcia Motta⁶, foi um projeto de nação, patrocinado pela classe política, que se formava com conflitos e contradições.

Entendemos que a Lei de Terras de 1850 refletiu-se sobre o espaço do Vale do Sinos. Nesse espaço, a Lei de Terras e seu Regulamento tiveram um impacto, revelando conflitos, como em qualquer outra parte no Brasil. No entanto, as terras do Vale do Sinos apresentam uma peculiaridade: são as mais valorizadas do país, em decorrência da imigração e colonização alemã.

Os autos de medição de terra foram uma determinação dessa legislação. As terras particulares, com título legítimo, poderiam obter um título passado pela Repartição Geral das Terras, desde que fossem medidas. As terras possuídas foram declaradas no Registro Paroquial de Terras (Registro do Vigário), servindo de instrumento de controle e não de posse das terras. Os posseiros não concordaram com isso, apresentando o registro paroquial de terras como prova de título. SILVA escreve:

Todo o problema constitui, subseqüentemente, qual era o objetivo tido em mente pelos legisladores do Império com o Registro do Vigário. O objetivo era tão-somente saber quais as terras apropriadas, para um levantamento estatístico e para fins de hipoteca..⁷

A demarcação das terras devolutas dependia da discriminação das terras particulares. O processo de legitimação das terras particulares dependia de um requerimento do posseiro ou sesmeiro, para medir e demarcar suas terras. Para agilizar todo o processo, o governo imperial concedeu aos presidentes de província a prerrogativa de comandar a demarcação e a medição das terras particulares. Segundo SILVA, a dependência de um segmento a outro, para o andamento do processo, tornava-

² Idem, p. 82.

³ Idem.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

⁵ MATTOS, Ilmar. *O tempo Squarema*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/Instituto Nacional do Livro, 1987.

⁶ MOTTA, ibid, p. 81-92.

⁷ SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 173.

se muito vulnerável, porque o início de tudo estava nas mãos de particulares. As informações sobre quais terras estariam à disposição para venda e para colonização estavam na dependência da demarcação das terras, sob o domínio de particulares e que, por efeito da lei, seriam legitimadas ou revalidadas⁸.

A medição e demarcação das terras não foi um processo natural: alguns não deram importância ao fato, por desconhecimento, por desvalorização da medida, pois já haviam registrado suas terras na Paróquia. Enquanto isso, outros se apossam tanto de terras devolutas, quanto de posseiros. Essa situação gerou processos judiciais, alguns deles nunca resolvidos, permitindo desvelar não só a questão da aplicação da Lei de Terras, mas também o mundo social e suas relações de poder e prestígio no resultado final.

O nome de Francisco Alves dos Santos consta em treze autos de medição⁹, em diversas situações: como vendedor, testemunha, embargante de medição, confrontante, em sociedade de terras, em disputa por terras, como Juiz Comissário. Suas posses estavam localizadas na encosta, em lugarejos denominados Marcos Secco, Recosta, Moreira, Quilombo, Rio da Ilha, São Francisco de Paula, Canastra.¹⁰ Residia em Santa Christina do Pinhal, quando assumiu, em 1881, a vereança na primeira legislatura¹¹.

Francisco Alves dos Santos era natural da Aldeia dos Anjos (Gravataí), filho de Ignacio José dos Santos, natural de São Paulo e Genoveva Maria, natural da Aldeia dos Anjos e casado com Maria Angélica, filha de Geraldo Antônio Maciel e Clara Ignácia de Jesus, naturais da Aldeia dos Anjos. Tiveram 12 filhos, nascidos e batizados em São Leopoldo e Santa Christina do Pinhal¹².

Fazendo um levantamento nos autos de medição, onde constam os negócios de Terras (compra e venda) de Francisco Alves dos Santos, constatamos que ele possuía, pelo menos, 8.921,35ha na encosta entre o rio Rolante, da Ilha, Padilha, Santa Maria, abrangendo a borda norte e nordeste do Vale do Sinos. A compra dessas terras foi registrada, ora pelo próprio Francisco, ora em sociedade com outrem. Entre seus sócios, citamos José Maria Vidal, Venancio Jozé da Costa, Ignacio José dos Santos, Virgílio

⁸ Ibid, p. 178.

⁹ Autos nº 1054, 1356, 1357, 1520, 1521, 2254, 1186, 1519, 1470, 1697, 1955, 2217, 1464.

¹⁰ O Coronel Francisco Alves dos Santos é considerado por Oliveira (1995, p. 315), como "o internegociador de grande parte das terras do hoje município de Gramado, como as dos Bier, do João Petry e José Bernardes da Silva..."

¹¹ AGUIAR et Casado, op. cit., p. 17.

¹² OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Introdução do Gado e fixação do homem na sesmaria serrana*. IN: DARÓS, Marília et BARROSO, Véra Lucia Maciel (org.). **Raízes de Gramado**. Porto Alegre: EST, 1995, p. 315.

Alves da Silveira. Segundo Monteiro, Virgilio e Venancio são irmãos de Francisco¹³ e possuidores de outras terras individualmente ou em outras sociedades¹⁴. São sócios de Ignacio José dos Santos, além dos irmãos, José Antonio Rangel, seu vizinho, e Carlos Miguel Kröeff. As medições, em que Francisco Alves dos Santos teve seu nome envolvido, foram realizadas entre 1881 e 1887. Há dois Autos de Medição que nos chamam a atenção devido ao seu desenvolvimento. Ambos são terras adquiridas em sociedade¹⁵. A primeira medição encaminhada por Santos foi a sociedade com seus irmãos, no lugar "Marcos Secco"

Illmº Snr. Juiz Commissario

Dizem Francisco Alves dos Santos, Ignacio José dos Santos e Vergilio Alves da Silveira que são possuidores de umas posses de terra que comprarão aos herdeiros do finado Tenente Coronel Marco Secco, sitas neste municipio no lugar denominado "Marcos Secco" na Serra do Mundo Novo, com cultura effectiva, morada habitual e muitas benfeitorias, das quaes são confrontantes; ao Norte os herdeiros do mesmo Tenente Coronel Marco Secco, ao Sul os herdeiros dos finados Lecizes, a Leste Claudiano d'Oliveira Pinto, ao Oeste Tristão José Monteiro.; e que vendo procederem á respectiva medição, para obterem título legal nos termos do artigo 5º da lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 e 44º do regulamento nº 1318 de 30 de Janeiro de 1854,...

Os 1.429ha eram cortados pela estrada do Mundo Novo. A casa de moradia se localizava à margem dessa estrada na confluência com a que levava para as terras de Claudiano d'Oliveira Pinto¹⁷. Nos autos de verificação de cultura efetiva e morada habitual, consta a seguinte descrição:

... que os posseiros Francisco Alves dos Santos, Ignacio Alves dos Santos e Virigilio Alves da Silveira, tem neste lugar morada habitual, coberta com telhas de madeira com um celeiro de deposito coberto com telhas de barro; declararam mais que tem cultura effectiva de milho, feijão, arroz, canna, etc. que tambem existem vastas capoeiras, potreiro de campo artificial, mangueira para encerrar tropas, muitas laranjeiras, figueiras pecegueiros, e

¹³ MHVS, Livro de Lembranças - 2ª parte: Tristão Jozé Monteiro. São Leopoldo, nº de obra 92035B M 772 e A8C, p. 89.

¹⁴ Ignacio José dos Santos: Autos nº 1331, 1358, 1446, 1591, 1332.

¹⁵ São os autos de medição nº 1186 e 2254.

¹⁶ AHRV, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, AUTOS Nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 1.

¹⁷ Claudiano também realizou medições e em 1960, o processo foi arquivado sem solução para a posse inicial. Autos nº 1918.

outras arvores frutíferas, as que pelo seu estado de desenvolvimento e idade que representam, mostram ter sido plantadas antes do regulamento de trinta de Janeiro de mil oitocentos cincoenta e quatro;...¹⁸

Como verificamos, tanto Francisco quanto Ignacio e Virgílio possuem outras terras. Não podemos afirmar qual deles estava ocupando essa posse, com moradia efetiva, talvez possuíssem agregados para tanto. No extrato para transcrição de imóveis dos irmãos, a extensão está descrita como "*...contendo a área superficial de vinte e cinco milhões de metros quadrados, mais ou menos*"¹⁹. Transformando em hectares, temos 2.500 ha em oposição aos 1.429ha que serão constatados mais tarde. A área era uma continuidade da pertencente aos herdeiros do tenente Coronel Marcos Secco²⁰, no lugar denominado "José Velho".

No entanto, o agricultor Manoel Ildefonso Pereira encaminha, em 1891, requerimento ao Presidente da Província, denunciando a invasão de suas terras e as do Estado (devolutas) e pedindo respeito a sua posse:

Ilustrissimo Egmº. Snrº Presidente do Estado

Diz Manoel Ildefonso Pereira, Cidadão brasileiro, natural e morador deste município, que tendo seus rocios onde cultiva os cereaes necessarios para sua subsistencia, na Serra Geral, no lugar denominado Recosta, no município da Taquara do Mundo Novo, a contesse que os cidadãos Francisco Alves dos Santos, Ignacio Alves dos Santos e Virgílio Alves da Silveira, que comprarão uma pequena posse, medirão uma grande estenção, incluindo nella não só as terras occupadas pelo supp^{te}, como de outros, e o que mais é, uma grande estanção de terras devolutas, do dominio do Estado. O supp^{te} valendo-se do disposto no nº 21 do artigo 20 da Constituição política do Estado, vem requerer á V. Eg^{cia} que vos digneis fazer respeitar sua posse, aguardando o supp^{te}, a decretação da fórma processar, para provar pelos meios regulares a cultura effetiva e morada habitual.

Assim P. que sendo esta junta os custos da medição

...

Cima da Serra, 15 de Outubro de 1891

¹⁸ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 3v.

¹⁹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 34.

²⁰ Ver autos nº 2217, 1493, 1621.

Manoel Ildefonso Pereira.²¹

Esse documento foi escrito dez anos depois do início das medições. Em 1895, o mesmo agricultor encaminha um requerimento ao Juiz Comissário, desistindo do direito de posse de suas terras na Recosta, alegando: "*...que tendo mudado sua residência deste Município e abandonado a dita posse...*"²² Possivelmente, Manoel recebeu algo em troca para desistir da posse e também sair do local, transferindo-se para outro lugar. Ou então, o mesmo Manoel foi coagido a se transferir. Manoel é um dos moradores da encosta que foram expulsos por "posseiros-grileiros", é um dos homens livres e pobres existentes e moradores nessas terras.

O parecer²³ sobre o memorial descritivo da medição requerida, aponta falhas como: a) a não observância do estabelecido em Regulamentos (8 de maio de 1854); b) a diferença entre a área apresentada no memorial e a que consta na planta é de "grandesa intolerável"; c) faltam alguns limites dos termos da medição, o que não permite a dedução da exatidão dos trabalhos; d) a existência de omissões na diligência procedida; e) irregularidades constatadas, por exemplo, a desistência de posse do agricultor Manoel Ildefonso Pereira.

O processo dessa medição e demarcação continuou, sendo que o mesmo não havia sido concluído ainda em 1941, quando eram solicitadas informações. Para entendermos o que ocorria, verificamos que, em 29 de dezembro de 1900, o Diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização, Francisco de Avila Silveira, diante da inexatidão das informações, constatou que

... essa parte pretendida pelos legitimantes e a que acima me refiro figura na posse legitimada por D^a Maria Candida Pacheco de Souza como consta dos autos sob nº 1955, cujo processo iniciado em 1882 foi julgado em 1887 e essa D^a Maria Candida Pacheco de Souza figura com o nome de Maria Candida Pacheco, como vendedora de posse legitimantes em 1881 (...); existem também encravadas na área pretendida pelos legitimantes, terras vendidas por Francisco Alves dos Santos a Claudiano Pinto...²⁴

²¹ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 44.

²² AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 47.

²³ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 50-50v.

²⁴ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 76v-78.

D^a Maria Candida Pacheco de Souza possui terras, por herança de seu marido Bernardo Luis de Sousa que as registrou na Paróquia, em 28 de maio de 1856. Sua posse era de 640,29ha .

Em 1877, Francisco vendeu ao Major João Schmitt, terras em Moreira, 223,484ha, vizinhas de Henrique e Luis Bier. Porém, há uma diferença de datas, entre a data do extrato para a transcrição de imóveis (1877) e a do traslado da Escritura de venda de dez colônias (1875)²⁵ . Ao que parece, a escritura de venda foi redigida antes do extrato para transcrição de venda, isto é, antes do resumo para elaboração da escritura de venda, ou seja, a escritura foi feita antes da conclusão da medição²⁶.

A existência de negócios entre o coronel Francisco Alves dos Santos e o Major João Schmitt enfrentaram a disputa entre ambos e com Monteiro. Não só isso, parte das terras de Claudiano de Oliveira Pinto foram compradas do capitão Francisco e delas também resultaram questionamentos.

Na medição das terras adquiridas em sociedade com D. José Maria Vidal, observamos que, mesmo tendo recebido título, no parecer dos autos há a informação de que

... as terras medidas no presente processo, achando-se situadas entre os dois municípios de Santo Antonio da Patrulha e São Francisco de Paula de Cima da Serra, a nenhum desses pertencem porque nesta parte não está determinado por lei o limite destes municípios, só mesmo um Juiz Comissário Especial investido de jurisdição sobre esse território avulso poderia legalmente proceder a essa medição.²⁷

A medição dessas terras, adquiridas em 1879, da herdeira D. Constância Meneses e Sá, foi realizada sob a direção do Juiz Comissário ad-hoc José Manuel Pereira da Silva que foi suspenso por proceder às medições, sendo considerados nulos seus atos. No entanto, a sentença e o título de propriedade foram concedidos. O

²⁵ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 3-4.

²⁶ Segundo Osório Silva, a partir de 1864 foi instituída a transcrição do título de domínio em cartório, dificultando a ação dos grileiros para obterem uma ante-data nos livros, falsificando documentos com data entre 1856 e 1864. (SILVA, op. cit., p. 165.)

²⁷ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo/Santo Antônio da Patrulha (São Francisco de Paula de Cima da Serra), 1880, Autos nº 1186, Francisco Alves dos Santos e José Maria Vidal e s/m.

confinante Sestherhen, ao depor como testemunha, solicita que suas terras sejam respeitadas e não acrescenta outra informação²⁸.

Os irmãos Wagner compraram umas terras de cultura, à margem direita do arroio Rolantinho d'Areia, do Capitão Francisco Alves dos Santos e s/m. Ao requererem a terra como sua propriedade, não puderam comprovar com documentos anteriores, a compra das terras, realizada pelo Capitão Francisco de José Antônio Ribeiro, o que foi feito com a apresentação de testemunhas. Assim, em 1888, tem o título de propriedade concedido²⁹.

Os irmãos Bier (Henrique e Luis) requereram três posses de terra compradas do Capitão Francisco Alves dos Santos, no lugar "Moreira". Nessa medição, segundo os requerentes, houve um engano, na transformação da medida braças quadradas para metros quadrados³⁰. O "engano", reconhecido pelas autoridades, foi de 4.598.000 m² contra 1.178.000m². Esse engano prejudicou os posseiros, pois estes não puderam adicionar o dobro às suas terras, porque a lei não permitia³¹. Esse equívoco transformou 387,2ha em 235,6 ha³². Essa decisão levou dez anos para ser tomada.

No entanto, de todos os autos de medição onde figurava o coronel Francisco Alves dos Santos, o de Marcos Secco é o mais longo³³. Os pareceres finais das autoridades são uma denúncia que se mantém no século XX. O parecer de Francisco José Simch, chefe da Secção, é rico em detalhes. As omissões constatadas na medição, somadas às irregularidades, foram os motivos para a não aceitação e pedido de correção através de nova medição. O parecer da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização, datado em dezembro de 1900³⁴, após nova medição, revela uma trama.

A constatação de invasão de terras já medidas e de outras legitimadas estava clara para as autoridades. O requerimento de Manoel Ildefonso Pereira é uma denúncia do apossamento de grande área de terras. Para o diretor, as medições realizadas não

²⁸ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros.

²⁹ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (São Francisco de Paula), 1888, Autos nº 1697, Francisco Jorge Wagner e outros, folha avulsa.

³⁰ A partir de 1864, a transcrição dos títulos de domínio em cartório deveria ser feita com o uso do sistema métrico decimal, substituindo as braças e léguas, valendo a mesma regra para as medições e demarcações.

³¹ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara, 1885, Autos nº 1520, Henrique e Luiz Bier. AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara, 1882, Autos nº 1521, Henrique e Luiz Bier.

³² Ver no Anexo nº 18, cópia do recurso dos irmãos Bier.

³³ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros.

³⁴ Nessa análise, avançamos um pouco no recorte temporal, para podermos entender o que estava acontecendo com o processo e chegarmos a sua conclusão.

passavam de uma prática ilícita, com procedimentos altamente irregulares e criminosos, pois considerou que houve a intenção de "leazar a fazenda pública". Na sequência, o processo de medição, contendo irregularidades graves e nulidades insanáveis, foi anulado e as terras revertidas ao domínio do Estado³⁵.

Essas contestações das autoridades coincidem com as lembranças de Tristão Jozé Monteiro, que assim se refere ao coronel:

... o Cel. F. A. dos Santos (o maior malvado e ladrão de terras e mattos que existe nesta Província é autor das demandas de terras que tem apparecido e hão de apparecer no Mundo Novo e sua vizinhança); unido á seu irmão Ignacio e Virgilio da Silveira, subornaram aos filhos de Marcos Secco, de Cima da Serra, já fallecido, para lhe vender falsamente uma grande porçam de terras de ambos os lados da Estrada de Cima da Serra, dando os compradores as divisas que quizessem; sendo publico e notório q. M. Secco durante sua vida nunca possuiu terras na Estrada, do Mundo Novo!!!, porém o Cel. Santos n'aquelle tempo era um rei pequeno e dispunha de tudo e de todos na Comarca, = era um valido fóрте do governo, etc... por isso, fiz uma medição pelo agrimensor Diogo Felicio dos Santos e outros, não citou aos vizinhos, invadiu as terras do Mundo Novo ede outros, seu irmão Ignacio deu à penhora a 3ª parte dessas terras, as quais foram adjudicadas á F. Esteves Barboza & Cia, de Porto Alegre!!! Cujas terras (tão mal havidas e roubadas) usurparam terras do Mundo Novo e dos colonos = occupam a área de 18.150.000 m² que falsamente diz o Dr. Castro ter medido e demarcado-----

Ali moram colonos legitimos donos de bôa fé-----

Ali moram intrusos de má fé e postos pelo Cel. Santos e sua sucia---

Ali tudo existe sem serem conhecidos os rumos das medições e os marcos das divisas entre uns e outros, principalmente - agora com a abertura da nova Estrada de carreta para Cima da Serra----

Na confusão em que atualmente existem os 18.150.000 m² de terras devolutas...³⁶

Para Monteiro, o Cel. Francisco Alves dos Santos comprou terras dos herdeiros de Marcos Secco e invadiu muitas outras, usurpando as dos colonos, "donos de boa fé".

³⁵ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 78. Esse processo possui uma duração de mais de 60 anos sem solução. Há um pedido de informações em 1941.

³⁶ MHVS, Livro de Lembranças - 2ª parte: Tristão Jozé Monteiro. São Leopoldo, nº de obra 92035B M 772 e A8C, p. 89.

A manipulação da medição é evidente, resultando na sua posterior anulação. A existência de vários colonos moradores nacionais e estrangeiros, com ocupação por posse ou por compras legítimas é outra evidência. A denúncia das irregularidades, da invasão e das manobras para burlar esses fatos estão nas palavras de Manoel Ildefonso Pereira: "...*incluindo nella (medição) não só terras occupadas pelo supp^{te}, como de outros, e o que mais é, uma grande estenção de terras devolutas do dominio do Estado.*"³⁷ Todavia sua desistência, por mudança de residência com abandono da posse, não alterou a denúncia. Outros pequenos agricultores estavam sendo invadidos pela medição do coronel.

Talvez seja esse processo, o motivo para o Coronel Francisco Alves dos Santos haver desistido dos embargos à medição e demarcação de Vicente Ferreira Maciel e Laurindo José Santos³⁸. Ou talvez a necessidade de mudança de estratégia do Coronel para manter seu poder sobre suas terras, sua clientela diante do movimento republicano.

Nas lembranças de Monteiro, ele cita que para a medição, Virgílio (o irmão) penhorou uma terça parte dessas terras (de 1.429 ha uma terça parte corresponde a 476,33 ha) e esta foi adjudicada a F. Esteves Barboza & Cia de Porto Alegre. Essa declaração mostra que, para a sociedade do Coronel Francisco, em primeiro lugar, era vantajoso colocar parte das terras como garantia do pagamento de despesas, pois o investimento dos sócios era pequeno; em segundo lugar, essa prática dava não só garantias como idoneidade e credibilidade aos solicitadores da medição; e em terceiro, as terras disponibilizadas eram resultado da invasão e expulsão de quem nelas estivesse. As terras foram adjudicadas³⁹, isto é, entregues, transferidas para pagamento da medição realizada. Era lucrativo, pois pagava-se com terras que não haviam sido adquiridas e que eram resultado de invasão.

No mesmo documento, apesar de ter sido escrito por Monteiro, seu opositor, a citação do agrimensor e do juiz comissário significa que esses estavam à mercê do Coronel Francisco Alves dos Santos e faziam parte da rede clientelística dele.

A anulação da medição desencoberta a trama, 19 anos após. Entre os vizinhos citados, observamos que seus representantes (procuradores) estavam também

³⁷ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros, p. 44.

³⁸ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo (Santa Christina do Pinhal), 1878, Autos nº 1054, Vicente Ferreira Maciel.

³⁹ O termo "adjudicada" significa uma adjudicação, isto é, "*o ato de transferir ao exequente bens penhorados ou os respectivos rendimentos, em pagamento do seu crédito contra o executado.*" (AURÉLIO, p. 37).

envolvidos, direta ou indiretamente, com questões da terra. Marcos de Oliveira Secco era representante dos herdeiros do Tenente Coronel Marcos Secco, que possuíam questões de partilha a serem resolvidas. José Schmitt, irmão do Major João Schmitt e do Capitão Pedro Schmitt, defende os herdeiros dos finados Luizes, na mesma situação do anterior. Verificamos que era uma prática, comprar terras inventariadas. Foi isso que ocorreu com a herança de D. Anna Berwanger Monteiro. A terra em questão também poderia ter sido medida, a partir das partilhas e não do documento apresentado pelo medinte. Portanto, a defesa usada por Monteiro também serviria para a dos lesados pelo Coronel e seus sócios. Outro aspecto é que o Coronel Francisco durante o transcorrer do processo, perde seu poder⁴⁰ e, de certa forma, é desmascarado pelas autoridades provinciais, quanto a sua prática de aquisição, limpeza e domínio de terras.

Ignacio José dos Santos e Virgílio Alves da Silveira, além de irmãos e sócios do coronel Francisco Alves dos Santos, são possuidores de terras. Localizamos cinco autos de medição, abrangendo para o primeiro, 1.678,18ha e para o segundo, 587,66ha, num total de 2.265,84ha, além dos tidos pelo Coronel. No entanto, essas posses não eram completas. No caso de Ignacio, apenas os 461,13ha comprados em sociedade com José Antonio Rangel receberam título de propriedade, em 1888⁴¹. As terras compradas no José Velho, 960,99 ha, de João Müller, Adão Wilbert e Catharina Heidrich, têm como vizinhos José Antonio Rangel, Pedro Werb e Ricardo Abruta, sendo, a leste, terras devolutas⁴². Recebe multa por não ter registrado as terras e encaminha requerimento, pedindo isenção da mesma, por ter família extensa, não ter recursos e estar diante de ameaças de tomada das terras, por dívidas⁴³. Recebeu título em 1884. Mas as posses de terras de cultura que comprou do primeiro ocupante, no lugar denominado Louro, após medição, foram anuladas em 1892, questão que continuava sem solução, em 29 de maio de 1953, 61 anos após⁴⁴. As terras foram compradas de 4 posseiros, através de escrituras particulares (de Joaquim Pereira David s/m Ignes Alves Vianna; de João Antonio de Farias e s/m Maria Candida Pereira; de Jacintho Antonio de Paula e s/m Maria José

⁴⁰ Em 1890, o Coronel Francisco Alves dos Santos foi demitido do comando superior da Guarda Nacional em Taquara e Santa Christina, sendo substituído pelo Major Francisco de Oliveira Neves (ex-escrivão), por não ser da confiança do Presidente Júlio de Castilhos.

⁴¹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1881-1888, Autos nº 1331, Ignacio José dos Santos e José Rangel.

⁴² AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (José velho), 1881-1884, Autos nº 1332, Ignacio José dos Santos, p. 2-4.

⁴³ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (José Velho), 1881-1884, Autos nº 1332, Ignacio José dos Santos, p. 32.

⁴⁴ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Louro), 1892, Autos nº 1591, Ignacio José dos Santos.

Pereira) e de uma escritura pública (Pedro Pereira David). Essas terras foram herança deixada por João Pereira David⁴⁵. Efetuada a medição, a mesma foi embargada por João Lorscheider, Pedro Gervher e Carlos Bartoholomeu Friederichs com apresentação da escritura pública.⁴⁶ O processo foi considerado nulo e a medição anulada, em 13 de fevereiro de 1892.⁴⁷

Virgílio Alves da Silveira⁴⁸ possui em sociedade com Carlos Miguel Kröeff no lugar denominado Canastra, 321,23ha, comprados de Joaquim Elias de Machado, Pedro Werb, João Müller, Adão Hilbert e Catharina Heidrich. Essas terras são vizinhas às de Ignacio José dos Santos. Recebem multa por não terem registrado as terras em tempo hábil e de outras solicitam a isenção diante da pobreza e da posse muito pequena que possuem. Medidas e demarcadas as terras receberam confirmação e título, em 1882⁴⁹. Já, no pedido de terras próximas ao Morro "Canastra"⁵⁰, as mesmas são questionadas por Justiniano Pacheco de Paula Machado que se afirma senhor e possuidor de um sítio de terras de cultura, na "Pedra Branca"⁵¹.

O questionamento foi contraposto com escritura de compra da área, por Virgílio Alves da Silveira, feita a Manoel Adolfo Pacheco⁵². Após a medição e demarcação foi apresentada uma justificativa e esclarecimento sobre o lugar "Pedra Branca" que ficou fora da área medida, para possibilitar a confirmação da posse⁵³. Virgílio recebe título,

⁴⁵ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Louro), 1892, Autos nº 1591, Ignacio José dos Santos, p.2, 5, 7, 9.

⁴⁶ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Louro), 1892, Autos nº 1591, Ignacio José dos Santos, p. 32.

⁴⁷ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Louro), 1892, Autos nº 1591, Ignacio José dos Santos, p 39.

⁴⁸ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1882-1886, Autos nº 1358, Virgílio Alves da Silveira.

⁴⁹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1882-1886, Autos nº 1358, Virgílio Alves da Silveira, p. 33.

⁵⁰ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1885-1886, Autos nº 1446, Virgílio Alves da Silveira.

⁵¹ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1885-1886, Autos nº 1446, Virgílio Alves da Silveira, p. 2. "...Entre os mais Bens que possuo, sou senhor, e possuidor de hum Sítio de terras de cultura no lugar denominado = Pedra Branca = no segundo Quarteirão e Distrito desta mesma Freguesia, tendo havido dito Sítio por posse minha, há já alguns annos, tendo em dito Sítio casa de morada, não podendo de modo algum referir nesta declaração, conforme manda a Lei, qual seja a extensão deste terreno tanto no seo maior comprimento, como na sua maior largura por não Ter ainda sido medido, tendo semelhante Sítio por confrontações o seguinte: fasendo frente a picada, que sahe das cabeceiras do arroio de Sancta Maria, e vai as cahidas da Serra divisando com meo Irmão José Pacheco da Silva Machado, e fundos ás capoeiras do Rincão denominado = dos Bugres; por huma ilharga confrontando com terrenos pertencentes á Jacob Horn, e Christiano Horn; e por outro lado confrontando pelas cahidas da Serra."

⁵² AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1885-1886, Autos nº 1446, Virgílio Alves da Silveira, p.3.

⁵³ AHRS, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1885-1886, Autos nº 1446, Virgílio Alves da Silveira, p. 23.

em 1885. Justiniano possivelmente perdeu parte de suas terras ainda não medidas e demarcadas.

Esses autos de medição de terras, apresentados até o momento, mostram muito mais que uma simples ocupação do espaço e sua legalização, diante da Lei de Terras de 1850 e de seu regulamento de 1854. A legislação de terras, ao ser implementada, fez emergir uma realidade fundiária, na qual senhores se apossam de terras, expulsando pequenos agricultores ou enfrentando outros senhores no Judiciário. O Estado também é prejudicado, pois ao não conhecer as terras devolutas, as perde para particulares.

Os autos de medição revelam disputas acirradas por terras, localizam moradores livres, pequenos agricultores, senhores com posses inseridos no mercado e com bens e produção, que agregam valor juntamente com poucos escravos, empreendedores de uma política de colonização particular e negociantes de terras. Neles, localizamos testemunhos da presença de moradores ou pequenos agricultores livres ou camponeses. Seus nomes são João dos Santos Roxo⁵⁴, Francisco Vas Pinto⁵⁵, "inúmeros agricultores" do José Velho⁵⁶, Jacintho Ramos de Oliveira⁵⁷, José da Silva⁵⁸, Serafim Ribeiro da Silva e Oliverio de Souza Rabelo⁵⁹, um desertor⁶⁰, Rabeco e João Francisco Nunes⁶¹, Antonio José Gonçalves e Antonio Florencio da Silva⁶², José Baiano⁶³, Francisco Pires Carneiro⁶⁴, João José Boeno⁶⁵, Manoel Ildefonso Pereira⁶⁶, e Justiniano Pacheco de Paula Machado⁶⁷. São no mínimo 17 homens pobres e livres.

⁵⁴ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rolante), 1871, Autos nº 423, Joaquim Pedro de Azevedo.

⁵⁵ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rolante), 1871, Autos nº 423, Joaquim Pedro de Azevedo.

⁵⁶ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal), 1858-1960, Autos nº 1918, Claudiano de Oliveira Pinto.

⁵⁷ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rio dos Sinos), 1871-1882, Autos nº 642, Serafim José Teixeira.

⁵⁸ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo (Passo da Cruz/Santa Maria), 1871, Autos nº 300, Manoel Alves de Siqueira.

⁵⁹ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rolante Grande), 1872, Autos nº 1125, Manoel de Souza Rabello.

⁶⁰ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rolante Grande), 1872, Autos nº 1125, Manoel de Souza Rabello.

⁶¹ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha (Rolante Grande), 1872, Autos nº 1125, Manoel de Souza Rabello.

⁶² AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Santo Antônio da Patrulha, 1882-1897, Autos nº 1683, Serafim Nunes da Silva.

⁶³ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo (Santa Christina do Pinhal), 1878, Autos nº 1054, Vicente Ferreira Maciel.

⁶⁴ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo (Santa Christina do Pinhal), 1878, Autos nº 1054, Vicente Ferreira Maciel.

⁶⁵ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, São Leopoldo (Rio da Ilha e Padilha), 1882, Autos nº 1219, João Schmitt e outros.

Desses, apenas Antonio José Gonsalves recebeu um título de propriedade, por suas terras em Santa Bárbara. Mesmo assim segue em frente, tentando se apossar, juntamente com outro, de novas terras, num lugar mais distante da sua. Na disputa, perdeu para um senhor e possuidor, além de mais antigo na posse, mais forte em sua argumentação e com condições de financiar recursos que validassem sua posse. No entanto, a situação de Antonio José Gonsalves indica que os pequenos agricultores migravam em busca de novas terras, talvez para seus filhos, porque o sistema de roças assim o exigia para sua subsistência.

Todos procuravam defender a terra que julgavam possuir para ocupação. A grande maioria desses nomes desaparece, como os homens livres que Sylvia Franco já havia rastreado, revelando o desafio, o conflito e a tensão que permeavam suas existências. Nesse contexto, os pequenos agricultores, camponeses, têm acentuada a sua instabilidade devido à evolução do grande proprietário que procura manter o velho estilo de enriquecer e salvaguardar a integridade pessoal, tendo os primeiros, à sua frente um futuro incerto, com exploração e domínio crescente. Percebemos que no Vale do Sinos a submissão não moldou uma visão parcelada da realidade, porque alguns desses homens livres reclamam seus direitos, denunciam as irregularidades e abusos, mesmo que depois percam a disputa, pois são coagidos a deixar a área. A denúncia de Manoel Ildefonso Pereira contribuiu para o desmascaramento do coronel e de seus sócios, apesar do denunciante ter-se mudado de lugar, desistindo da causa. A instabilidade faz com que Antonio José Gonsalves busque novas terras para si ou para seus filhos, nos moldes praticados por outros.

Esses moradores livres também são usados para justificar posses, domínios e/ou divisas, mesmo que sejam, em seguida, denunciados como intrusos e, para agravar a situação, como desertores. Cumpriam um papel social de ocupação da fronteira já aberta pela frente de expansão. Quando a fronteira estiver fechada servirão aos propósitos de coronéis e senhores de terra, todos grandes comerciantes imobiliários que buscam negócios, que lhes garantam riqueza, para, em seguida, serem expulsos. Nesse momento, nossas fontes contradizem a FRANCO (1997), pois esses agricultores localizados no Vale do Sinos, possuem terras cultivadas e habitadas com morada habitual.

⁶⁶ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Marcos Secco), 1881-1901, Autos nº 2254, Francisco Alves dos Santos e outros.

⁶⁷ AHRs, Autos de Medição, Diretoria de Terras e Colonização, Taquara (Santa Christina do Pinhal/Canastra), 1885-1886, Autos nº 1446, Virgílio Alves da Silveira.

Verificamos que alguns desses homens livres tomam decisões autônomas, denunciam os expurgos e pedem respeito aos seus direitos à posse. Mesmo perdendo ou desaparecendo, eles acionam processos de contestação longos e que minaram o poder de muitos senhores de terra no Vale do Sinos, como Francisco Alves dos Santos e Tristão Jozé Monteiro. Os agregados, sejam eles ex-intrusos e ex-desertores, são usados para garantir a ocupação para este ou aquele senhor. Isso ocorreu com Boeno, agregado de Monteiro e possuidor de terras. Ele integra-se à rede de influências, clientelista, de Monteiro. Agrega-se aos interesses, anulando, aí sim, a sua antiga vontade de possuir terras. MOTTA explica que, ao optar pela defesa do fazendeiro, o homem livre procura "salvaguardar sua condição de agregado, garantindo não somente seu acesso à terra, como a própria sobrevivência", não sendo uma decisão definitiva⁶⁸.

No entanto, outros homens livres com suas famílias continuam "a pontear" os documentos, onde num testemunho aqui e outro ali, fica registrada sua presença:

Em pequenas parcelas de terras, homens com poucos recursos plantavam pequenas roças de alimentos e construíam a (sic) suas choupanas. Mas este mesmo território era cobiçado por fazendeiros e lavradores que buscavam expandir os seus domínios e, muitas vezes, negavam, pela prática da expulsão, as parcelas de terras, antes pertencentes aos pequenos posseiros.

...

O sentimento de injustiça dos pequenos posseiros não era nenhuma abstração teórica sobre o seu direito à terra. Era resultado de uma certeza, dificilmente questionável. Com o seu trabalho, eles haviam derrubado as matas, iniciado as suas pequenas plantações. O seu direito àquela terra estava assentado em uma realidade vivida no trabalho cotidiano de sua luta pela sobrevivência.⁶⁹

Nas palavras de MOTTA temos a descrição das microações de quem efetivou a frente de expansão. Sentem-se injustiçados, alguns reagem mas não conseguem seu intento. Outros atingem seu alvo, em parte, através da denúncia. Outros, impotentes, apenas desaparecem. Não sabemos se esse desaparecimento de modo geral é uma troca de favores ou mera expulsão. O caso de Manoel mostra que havia advogados e/ou voluntários que, interessados em causar impacto, auxiliavam esses homens, redigindo e encaminhando documentos. Esse fato revela que era forte o sentimento de estar

⁶⁸ MOTTA, 1996, op. cit., p. 272.

⁶⁹ MOTTA, 1996, op. cit., p. 147.

sofrendo injustiça e a busca de uma defesa, porém, raramente conseguida. As concessões aos homens livres eram feitas aos pobres, amparados pela Lei. Os beneméritos cidadãos valeram-se das concessões para construir uma rede de compromissos, formando sua clientela, através de benesses.

Depois dos homens livres, localizamos dez oficiais, proprietários de terras e envolvidos em questões judiciais por medição. São eles: Tentente João Fisch, Capitão Antonio Francisco da Costa, Capitão/Coronel Francisco Alves dos Santos, Capitão Francisco Coelho de Souza, Capitão Lucio Schreiner, Major João Schmitt, Major José Antonio Coelho Jr., Tenente Coronel Marco Secco, Capitão Pedro Schmitt, entre outros. Todos possuem terras, todos estão envolvidos em medições e/ou partilhas e desejam o reconhecimento de suas posses e a propriedade da terra. Todos são homens com *status* ou que almejam chegar a ele através do título que ostentam, como consolidação de uma hierarquia que os separava dos miseráveis trabalhadores⁷⁰.

Entre os proprietários de terras, localizamos Tristão Jozé Monteiro, Ignacio José dos Santos, Virgílio Alves da Silveira, sendo que estes dois últimos são irmãos do Coronel Francisco Alves dos Santos; Jacob Sestherhenn, Henrique e Luiz Bier.

MOTTA escreve que, para o fazendeiro, a disputa por “...uma nesga, uma desprezível fatia de terra significava resguardar seu poder, impedir que terceiros viessem reivindicar direitos sobre coisas e pessoas que deviam permanecer, de fato ou potencialmente, sob seu domínio”.⁷¹ Mas não é só isso. Continua dizendo que esta disputa simbolizava uma luta para decidir quem iria dominar politicamente a região, “esforçando-se por submeter os pequenos posseiros e arrendatários aos ditames de seu poder.”⁷² Fato semelhante constatamos no processo de medição do coronel Francisco Alves dos Santos, comandante da Guarda Nacional e Vereador em Santa Christina do Pinhal.

Nos casos que analisamos, reconhecemos essa situação de domínio e poder. Quando as medições sofriam embargos, pedidos de reconhecimento de confrontantes, anulações, os envolvidos não se limitavam a recorrer apenas ao nível local. Se um dos lados recorria ao presidente da província, o outro buscava o vice-presidente, numa ferrenha e agressiva defesa da posse e do domínio.

⁷⁰ MOTTA, 1996, p. 27-28.

⁷¹ MOTTA, 1996, op. cit., p. 39.

⁷² MOTTA, 1996, op. cit., p. 40.

A argumentação se diferenciava uma da outra pela origem da posse, da cultura efetiva e morada habitual, da antiguidade. A comprovação era feita tanto com escrituras, ou por títulos de concessão, quanto por meio de testemunhas. Essas últimas faziam parte da clientela de cada lado. Interessante ver, por exemplo, que nos autos de medição de Vicente Ferreira Maciel e Laurindo dos Santos, embargados por Monteiro e Schmitt, há uma relação de testemunhas de ambos os lados. Entre as testemunhas de Tristão Monteiro estavam Jorge Fleck e Guilherme Lahm. O primeiro era chefe político liberal, que liderou a campanha para criação do município de Taquara. O segundo era um importante comerciante da localidade de Taquara. Entre as testemunhas de Maciel e Santos estavam dois irmãos Wagner, João Martins Filereno (Philereno)⁷³ e Godofredo Fay. Os primeiros enfrentaram a medição das terras, compradas do Coronel Francisco Alves dos Santos. O segundo era chefe do Partido Conservador, em Santa Christina do Pinhal. O terceiro era juiz comissário em São Leopoldo e depois ocupou cargos políticos em Santa Christina do Pinhal, inclusive de juiz municipal, em 1886. Sem contar o próprio Coronel Francisco Alves dos Santos, que foi vereador na primeira legislatura em Santa Christina do Pinhal e comandante superior da Guarda Nacional.

Os envolvidos no processo de medição possuem participação política nas suas localidades. A disputa de poder e de garantia do domínio das terras refletia-se na arena política. O espaço onde se concentram os maiores conflitos por terra abrange três municípios: Santo Antônio da Patrulha, Santa Christina do Pinhal e São Leopoldo. Nos anos de 1880, São Francisco de Paula de Cima da Serra e Taquara se emanciparam. Em Taquara do Mundo Novo assumem a vereança Guilherme Lahm, Júlio Petersen, José Raymundo Guilherme Korndörfer, Frederico Jacobus Jr., Henrique Fauth, João Petry, Carsten Heinrich Jürgensen. Em 1888, assumem como vereadores de Santa Christina do Pinhal na Vila do Senhor Bom Jesus do Mundo Novo (Taquara): Francisco d'Oliveira Neves, Pedro José Jung e Felipe Ebling F⁷⁴.

Os medintes de terras e os recorrentes não se contentavam com qualquer decisão judicial, nem se conformavam com as sentenças dadas sobre a legalização. A posse da terra significava mais: era o domínio sobre a mesma e sua clientela. Decidir favoravelmente a este posseiro ou àquele era mais do que reconhecer a prosperidade. Significava domínio sobre terra, gente e poder político.

⁷³ João Martins Philereno juntamente com Carl von Koseritz e os deputados provinciais, Frederico Guilherme Bartolomas são os responsáveis pelo projeto propondo a elevação à freguesia de Taquara do Mundo Novo. (Jornal RS-115, 02/06/2000, p. 02.)

⁷⁴ AHRs, Correspondência Câmara: Taquara do Mundo Novo, L-95A, M-276, 1887-1890.

As terras medidas, geralmente, tinham um lado que as confrontava com terras devolutas ou com divisas imprecisas, com ausência de clareza. MOTTA diz que para o fazendeiro, as matas eram partes integrantes de seu domínio. Nas tais matas ou nas terras devolutas estavam quase sempre estabelecidos posseiros ou moradores livres, pequenos agricultores. Para esses, estas parcelas de terra eram passíveis de serem apossadas. Os pequenos posseiros realizam atos possessórios (morada, cultivos, criação de animais), por estarem cientes de terem sido os primeiros a ocupar aquela parcela de terra. Diante do aparecimento de um coronel, ao pequeno posseiro restavam duas alternativas: submeter-se ao fazendeiro/coronel ou fazer valer seu direito. Tanto os "coronéis" ou "os possuidores de terras" quanto os pequenos posseiros trabalham com a possibilidade de transformar a posse em domínio. É o que realizam Tristão J. Monteiro, o Coronel Francisco Alves dos Santos, o Major João Schmitt e Jacob Diefenthäeler.

Quando os posseiros não se submetem, são acusados de ser intrusos⁷⁵, denominação que, por lei, não concede direito a requerer propriedade, porque fere o direito de terceiros. MOTTA nos lembra, ainda, de que a posse significava, para muitos, apenas uma situação de fato, na qual a pessoa detinha algo sob sua guarda. Para outros, o acesso à terra era uma questão de domínio.

Os moradores livres tinham a posse de sua terra, porém, a questão do domínio, que implica a posse e o poder sobre, não era ventilada. Quando aparecia um coronel ou fazendeiro expulsando-os de suas terras, aprendiam, de imediato, a defender-se. Com as ameaças de expulsão e as propostas de compra, alguns se submetiam, vendendo seus quinhões, ou então, reivindicando seus direitos: a posse e o reconhecimento de ser confrontante. Portanto, diante da ameaça, os moradores livres optavam pelo exercício do domínio sobre a terra, o que geralmente não durava muito. O caso dos Sequeira, no Passo da Cruz, e de Antonio Gonsalves da Silva, em Santa Bárbara são alguns em que o resultado foi satisfatório. As terras de Schmitt, Diefenthäeler, Monteiro, Vidal, Maciel, Santos, entre outros, apresentavam algumas divisas imprecisas e um dos lados devolutos. Essa imprecisão era a brecha deixada pelos fazendeiros que resistiam em impor limites às terras. Era uma forma sutil de resistência à execução da lei.

⁷⁵"...a noção de que os pequenos posseiros agiam de má fé não lhes permitia ter, nem ao menos, o reconhecimento legal de serem possuidores da terra. Em consonância com uma das presunções do direito presente nas *Ordenações*, segundo o qual presumia-se que o possuidor era senhor dela "enquanto não se prova o contrário", os fazendeiros conseguiam expulsar os pequenos posseiros dentro das normas exigidas pelo Direito. Eles abriam um processo, conseguiam um auto de embargo a partir do depoimento de suas testemunhas e livravam-se da incômoda presença dos invasores." (MOTTA, 1996, op. cit., p. 127-128).

As confusões, quanto a limites imprecisos, eram freqüentes e possibilitavam, como estratégia, a ampliação das terras. As mesmas serviam para a realização de negócios imobiliários, como o fizeram Tristão Jozé Monteiro e o Coronel Francisco Alves dos Santos, que se salientaram em seus empreendimentos. A diferença entre os dois é que Monteiro organiza uma colônia particular - O Mundo Novo - e Santos negocia, livremente, suas terras. A quantidade de terras que o último negociou,, 8.921,35ha, e a forma como adquiriu e vendeu as mesmas servem para que o denominemos de "grileiro"⁷⁶.

Todo esse processo está nas mãos de particulares, isto é, dos detentores das posses que devem solicitar a medição ao Juiz Comissário Municipal. É nos Autos de Medição que localizamos as relações sociais de poder e domínio sobre terras e pessoas. Pelos autos, verificamos que a resistência à demarcação das terras foi grande, pois havia medidas imprecisas, declaração de terras devolutas, de confrontantes desconhecidos. Constatamos a presença de pequenos agricultores, moradores livres muitas vezes expulsos de suas terras e, outras, cooptados como agregados pelos grandes posseiros e proprietários.

A apropriação das terras públicas é outra constatação, onde se destaca a grilagem da terra, lesando o Governo (Estado). Grandes nomes disputam o domínio sobre terras que alegam e buscam provar serem suas. No período entre os finais dos anos 70 até 90 do século XIX, ocorreram grandes medições de terra. Elas envolveram espaços amplos e múltiplos. Proprietários, com vínculo público destacado, buscaram a ampliação e consolidação de sua força pública, política e clientelista.

Nas medições feitas, o governo provincial/estadual não tomou decisões uniformes. Privilegiou determinados setores. Algumas não foram concluídas até a metade do século XX; outras foram anuladas e algumas aprovadas.

Simultaneamente ao processo de fracionamento das antigas fazendas ocorre o contrário: em outras partes do Vale, principalmente na encosta, há uma concentração de terras pela compra e sucessivos apossamentos. A frente pioneira, ao consolidar a terra cativa vivencia um processo de nova concentração de terras, promovido por senhores de terra, típicos "grileiros", porque realizam o apossamento, expulsam (limpam o terreno) os moradores e depois comercializam partes ou colônias, nas quais obtêm seus

⁷⁶ Consideramos inadequado o uso do termo "grileiro" para o período em análise. Pretendemos, porém, mapear essa forma de posse, como já o fizemos, a partir do capítulo 2, mostrando como essa prática vinha sendo usada, conforme a documentação consultada. No entanto, optamos pelo uso do mesmo, na ausência de outro vocábulo com sentido mais aproximado.

rendimentos. Portanto, esses senhores acumulam rendas, não pela produção inserida num mercado, mas pelo mercado de terras, aqui cativas, que agregam valor.

A disputa por terras reflete-se na esfera política. A força dos moradores da Taquara do Mundo Novo demonstra-se no desenvolvimento econômico e nas relações políticas com os deputados Koseritz, Haensel e Bartolomay que, compreendendo os anseios dos moradores, elaboram um projeto de criação do município de Taquara. O conflito expresso nas medições amplia-se, agora, do domínio particular para o público; da esfera econômica para a política. A criação de Taquara desmantela dois outros municípios novos: São Francisco de Paula de Cima da Serra e Santa Christina do Pinhal. Ambos são extintos e passam a pertencer ao recém-criado município de Taquara.

A área de disputas entre os três municípios é unificada, sem que isso signifique a solução das questões de terra. Essas disputas revelam não só uma fronteira ampla e dinâmica, como, também evidenciam que as divisas dos municípios atravessam propriedades. Entre municípios, a fronteira é móvel, sendo alterada de acordo com os interesses dos grupos que exercem o poder. Municípios podem ser criados, outros extintos para, mais tarde, serem recriados.

No momento em que ocorrem disputas por terra, em que a terra se torna cativa, a fronteira está fechada. Segundo MOTTA, com o fechamento da fronteira agrícola, a terra passa a ter valor de mercado. Esse cativeiro da terra é resultado de um passado de negação do direito dos homens pobres e livres à terra. O fato de serem expulsos, consolida o domínio de quem tinha poder para tal. Isso ocorria porque os senhores possuíam terras e homens. Por isso, a regularização fundiária não foi levada a sério. Diante desse quadro, muitos buscam o título de propriedade, como alternativa para os conflitos, numa forma de reafirmar seu domínio sobre determinadas áreas, enquanto outros buscam o que julgam ser direito seu. Desta forma os casos aqui apresentados retratam as disputas de poder, domínio, posse e propriedade no Vale do Sinos no Rio Grande do Sul.

Inmigración y acumulación de riqueza inmobiliaria en las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe, Argentina. Algunas interpretaciones a partir de una fuente fiscal (1864-1875)

Juan Luis Martiren

(Bolsista Conicet – Argentina)

Resumo: Assim como no sul do Brasil, desde meados do século XIX, iniciou-se na província de Santa Fé - localizada na região pampeana da República Argentina- um processo de colonização agrícola que transformaria sua estrutura sociodemográfica e produtiva. Estes núcleos de colônias começaram a emergir como um espaço dinâmico, baseado em uma planificação racional da suas bases produtivas e em mão-de-obra intensiva, que contrastaria com os típicos esquemas de produção crioula. Neste sentido, busca-se elaborar uma série de interpretações sobre imigração e crescimento econômico nesse *hinterland* colonial a partir de um documento fiscal particular, os Registros de Contribuição Direta. O objetivo principal do trabalho será portanto demonstrar as vantagens desta fonte para dar conta da mobilidade social dos imigrantes instalados na colônia Esperanza, o centro neurálgico do processo de colonização agrícola na província entre as décadas de 1860 e 1870.

“...quien en fin está en el caso de poder comparar lo que era la campaña y los alrededores de Santa Fe ahora 25 años y lo que son hoy, no podrá menos convenir que esta provincia y esencialmente el Departamento de La Capital debe su valor material, su valor productivo, su riqueza acumulada, a la inmigración, a la población y cultivo de terrenos hermosísimos y fértiles...” Semanario “El Colono del Oeste”, Colonia Esperanza, 15 de junio de 1878.

Introducción

La historia agraria sobre la región pampeana no ha estado exenta de los avances realizados por la historiografía argentina en las últimas décadas. Metodologías renovadoras y fuentes novedosas o alternativas han disparado una serie de trabajos que consiguieron desarticular posiciones canónicas fuertemente instaladas por décadas en buena parte del campo académico local. De este modo, algunos documentos de carácter público o privado, como archivos particulares de empresarios o empresas, contabilidades de estancias, expedientes sucesorios o bien fuentes fiscales han pasado a ser insumos centrales de estas nuevas interpretaciones. Precisamente en este último rubro nos detendremos para dirigir la mirada a la historia de la provincia de Santa Fe e

intentar plantear la validez de una particular fuente fiscal, los registros de Contribución Directa (en adelante CD), con el fin de analizar la evolución de las fortunas personales de un sector de inmigrantes instalados en sus colonias agrícolas.

Bien es sabido que desde mediados del siglo XIX se puso en marcha en territorio santafesino un proceso de colonización agrícola -en base a la instalación de inmigrantes europeos-, que modificaría sustancialmente su estructura productiva: en menos de medio siglo había pasado de ser una de las provincias más despobladas e improductivas de la región pampeana, a convertirse en una de las principales productoras de trigo del mundo.¹ Este proceso ha dado lugar al desarrollo de una extensa historiografía, que lo ha abordado desde varias ópticas, siendo el fenómeno inmigratorio una variable central de esos trabajos.² Sin embargo, poco se ha profundizado sobre el derrotero económico particular de estos actores. De ahí que siguiendo la línea de algunos avances historiográficos de los últimos años, vale la pena esbozar una serie de interpretaciones sobre inmigración y crecimiento económico en el núcleo central de colonias agrícolas en la provincia de Santa Fe, a partir de esta fuente fiscal particular, buscando de este modo plantear su validez para la realización de este tipo de análisis. La CD era un impuesto sobre la riqueza individual cuya recaudación tomó impulso en las administraciones provinciales luego de que las mismas debieron traspasar al Estado nacional las rentas aduaneras sobre las que hasta entonces habían basado sus ingresos fiscales. La posibilidad de contar con registros confiables que abarcan las décadas de 1860 y 1870, dando cuenta del capital inmobiliario individual de cada contribuyente en este espacio económico, permite a nuestro entender dimensionar cuantitativamente la evolución particular y la distribución de la riqueza inmobiliaria de estos actores. El objetivo principal del trabajo será en consecuencia demostrar las ventajas de esta fuente para dar cuenta de la movilidad social de los inmigrantes instalados en Esperanza, el centro neurálgico del proceso de colonización agrícola en la provincia entre las décadas de 1860 y 1870.³

¹ “*A la fin du siècle, en effet, les cultures dans la province de Santa Fe se sont étendues à une vitesse remarquable: 36.000 ha. de blé en 1872, 402.000 ha. en 1888, et un million ha. en 1895...*” Blain, M. (1970), *L'Economie cerealiere et son influence sur la croissance economique de l'Argentine, 1870-1929*, These presentée à la Faculté des lettres et sciences humaines de l'Université de Caen, Montreal, p. 28

² Ver, entre otros: Gallo, Ezequiel (1983), *La Pampa Gringa*, Buenos Aires, Sudamericana; Míguez, Eduardo (1985), *Las tierras de los ingleses en Argentina*; Bonaudo, Marta y Élica Sonzogni (2000), “Cuando disciplinar fue ocupar (Santa Fe, 1850-90)”, en *Mundo Agrario*, Revista de Estudios Rurales N° 1, 2° semestre, La Plata.

³ Es de destacar asimismo que combinaremos esta fuente con las fichas manuscritas del Censo Nacional de Población de 1869 y los protocolos notariales de los Juzgados de Paz de cada colonia. Si bien los registros de CD permiten obtener un panorama de la evolución del crecimiento de la riqueza inmobiliaria

Expansión de la frontera y fiscalidad estatal

Hacia mediados de la década de 1850, la provincia de Santa Fe no tenía poblada más que una pequeña parte de su territorio con algo menos de 50.000 habitantes. Azotada desde la década de 1820 por constantes guerras civiles, su plantel ganadero había tenido importantes mermas que afectaron directamente a la producción pecuaria y a las finanzas provinciales. Es por ello que si bien ese esquema productivo había comenzado una etapa de crecimiento desde la década del '40, la escasez de factores y una recurrente coyuntura bélica habían hecho de Santa Fe la provincia menos desarrollada de la región pampeana.⁴ En ese difícil contexto, la clase dirigente santafesina, más allá de su posición política, era consciente de la necesidad de poner en producción el enorme territorio provincial que no estaba aún bajo dominio público. De este modo, desde mediados de la década de 1850, los sucesivos gobiernos provinciales centraron unánimemente sus esfuerzos en la expansión de las fronteras internas.⁵ Uno de los puntales de esa expansión fue la puesta en marcha del proceso de colonización agrícola, que procuraba, además de los objetivos productivos, reasegurar la precaria línea de fortines existente.⁶ Siguiendo los pasos de las experiencias de colonización iniciadas en el sur brasileño unas décadas antes, se buscaba instalar un nuevo sistema productivo, que combinara mano de obra y capital extranjeros con el potencial que ofrecía la enorme disponibilidad de tierras que tenía la provincia.⁷ En términos generales, este fenómeno implicó la creación de núcleos de producción agrícola – denominados colonias- sobre tierras públicas o privadas, delineadas previamente en pequeños minifundios (que generalmente tenían entre 30 y 40 hectáreas), y poblados en la mayoría de los casos por extranjeros, particularmente europeos. De estas colonias primigenias, Esperanza, además de ser la primera colonia establecida, se convirtió en el

de cada contribuyente, el cruzamiento de datos con las fichas censales y los protocolos, agregan datos cualitativos que otorgan mayor complejidad al análisis.

⁴ Ver Gallo, E. (1965), “Santa Fe en la segunda mitad del siglo XIX. Transformaciones en su estructura regional”, en *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional del Litoral*, N° 7, Rosario, 1965; Frid, Carina (2007), *Preludio a la Pampa Gringa*, Trabajo presentado en la Red de Estudios Rurales en abril de 2007, Instituto Ravignani.

⁵ El primer gran corrimiento de la frontera en la región central se consolidó en 1858. En menos de dos décadas, Santa Fe triplicó su patrimonio territorial, pasando de la estrecha franja de los 12.000 km² a casi 57.000 km² en 1869.

⁶ Fue así que las primeras colonias se situaron sobre o incluso traspasaron la línea de frontera en el centro oeste. Ver Djenderedjian, J. (2008), *Gringos en las pampas*, Buenos Aires, Sudamericana.

⁷ Gallo, E. (1970), *Agricultural Colonization and society in Argentina. The province of Santa Fe (1870-1895)*, University of Oxford, Thesis for the Degree of Doctor of Philosophy, Oxford; Bonaudo, Marta y Élica Sonzogni (2000), op. cit.

centro principal del *hinterland* colonial. Establecida en 1856, la colonia estaba dividida en dos secciones de 100 concesiones cada una (cada concesión tenía 33 hectáreas), una parte poblada por franceses, y la otra por suizos y alemanes. Para mediados de la década de 1860, la colonia contaba ya con más de 1600 habitantes y comenzaba a planificarse su núcleo urbano.⁸ Los años iniciales estuvieron plagados de contramarchas hasta que, empujadas por la demanda de cereales producto de la Guerra del Paraguay, tanto Esperanza como sus vecinas San Carlos y San Gerónimo comenzarían una importante expansión productiva. Así, este pequeño núcleo de colonias comenzó a emerger como un espacio dinámico basado en una planificación racional de las bases productivas y del uso intensivo de la abundante mano de obra disponible, que desde 1868 dio lugar al surgimiento de un núcleo de colonias satélite, lindantes a éstas, que generaron un gran crecimiento económico en un espacio productivo prácticamente despoblado sólo unas décadas antes. Para 1875 entonces, el *hinterland* colonial contaba ya con 8 colonias establecidas y más de 7000 habitantes, en su mayoría extranjeros, un cuarto de los cuales estaba radicado en Esperanza.⁹

Imagen Nro. 1 – Colonias del centro oeste santafesino

⁸ Dos años más tarde de la fundación de Esperanza, se instalaría la colonia San Carlos, por iniciativa de Carlos Beck Bernard, un empresario suizo que se había encargado de reclutar familias para la fundación de Esperanza. Y ese mismo año también se establecería San Gerónimo, que nació de una iniciativa particular de un hacendado santafesino y se desarrolló gracias al accionar de un líder étnico, a partir de redes de relación personal en el Valais.

⁹ Datos extraídos del Anexo de Informe del Inspector de Colonias provincial de 1874. Ver Coelho, G (1875), *Memoria presentada al Exmo. Gobierno de la Provincia de Santa Fe por el Inspector de Colonias*, Buenos Aires, Imp. a Vapor de Juan H. Kidd y Cía.



Fuente: Catastro de la Provincia de Santa Fe correspondiente al año 1872, realizado por el Ing. Carlos Chapeaurouge. Archivo Museo Mitre, Mapoteca, Plano Nro. 191. Las colonias primigenias fueron Esperanza, San Carlos y San Gerónimo, establecidas en la segunda mitad de los '50; mientras que las demás surgieron al calor de la expansión de éstas, a partir de 1868. Pese a tener una configuración geográfica más acotada que muchas de las colonias aledañas, Esperanza era en 1872 la colonia más importante de la provincia.

En tal sentido, es posible postular que esa nueva racionalidad en el uso de los factores productivos había generado una mayor productividad de la tierra y a la vez un proceso de acumulación muy importante en los colonos. Para probar ello, centraremos nuestro análisis en el crecimiento económico de la colonia Esperanza, por ser ésta la más importante del núcleo de colonización agrícola en Santa Fe y asimismo, por la disponibilidad de registros de CD con los que cuenta, que permite seguir esa evolución durante las décadas de 1860 y 1870.

La CD, alcances y contenido

El impuesto a la riqueza en capitales inmuebles y en ganado fue uno de los pilares de la fiscalidad de la provincia de Santa Fe. En un contexto de expansión de la frontera, la política fiscal y de enajenación de tierras públicas tuvieron como propósito primordial equilibrar el presupuesto provincial, marcado por recurrentes déficits. Una vez iniciada la política de expansión territorial, se hizo sentir la necesidad de elaborar

un catastro provincial que fuese útil no sólo para regularizar y sistematizar el sistema de tenencia de la tierra, sino también para enfrentar necesidades fiscales mediante el cobro de impuestos a los inmuebles privados o la venta de tierras públicas. En línea con ese objetivo, la provincia sancionó entonces en 1855 la primera ley de impuestos que establecía el gravamen de CD. La normativa, que se pondría en marcha recién en 1858, gravaría con tasas diferenciales a la riqueza inmobiliaria (tierras y edificaciones) y al ganado.¹⁰ La modalidad para la implementación de dicho impuesto territorial se basaba en la declaración simple de los propietarios a comisiones reguladoras integradas por vecinos y autoridades locales. La estructura de los registros de CD especificaba generalmente el nombre del contribuyente, el capital en inmuebles (en solares urbanos o tierras), el capital en ganado (vacuno, ovino y equino), el monto total del capital avaluado y la tasa a pagar.¹¹ Con pequeñas reformas en 1863 y 1866, el gravamen al capital mobiliario e inmobiliario continuó hasta 1874, año en el que una nueva ley de CD pasó a gravar sólo el capital en inmuebles.¹² Los documentos existentes a partir de esa fecha, se limitaron entonces a especificar el nombre del contribuyente y su capital en inmuebles, sin definir la superficie en tierras ni las edificaciones existentes.¹³ Si bien los registros que se conservaron no son abundantes, son no obstante relativamente suficientes como para realizar algunas estimaciones sobre distribución y acumulación de la riqueza en distritos rurales predominantemente criollos y también en el *hinterland* colonial del centro oeste santafesino, área que será objeto de estudio en este trabajo.¹⁴

Metodologías y aplicaciones de una fuente poco trabajada

Si bien en los últimos años varios estudios han utilizado los registros de CD para analizar la desigualdad en el mundo rural pampeano del siglo XIX, estos análisis se han centrado en etapas previas a la inmigración masiva o bien sobre distritos donde

¹⁰ Vale destacar que, a diferencia de la provincia de Buenos Aires, la CD en Santa Fe no gravaba el capital en giro ni las industrias, de modo que los análisis sobre distribución y acumulación de riqueza en territorio santafesino sólo pueden circunscribirse a la riqueza inmobiliaria y ganado en las décadas de 1850 y 1860, y sólo a la inmobiliaria desde 1874.

¹¹ Si bien algunos distritos cuentan con menos información, en los registros existentes de la colonia Esperanza para los años fiscales 1864, 1866 y 1867 esos datos están completos.

¹² Es importante aclarar también que a partir de la reforma de 1863, quedaban exentos de pago aquellos contribuyentes con un capital menor a \$F500, aunque figuraban de todos modos en el relevamiento fiscal, lo cual permite realizar los análisis con el total del universo de propietarios.

¹³ Para 1875, los registros existentes para las 8 colonias existentes en el *hinterland* colonial del centro oeste santafesino, sólo figura el nombre del contribuyente y el monto de su capital en inmuebles, sin consignar más especificaciones al respecto.

¹⁴ De todos modos, para analizar la evolución de la riqueza en las colonias entre las décadas de 1860 y 1870, sólo se puede tomar en cuenta el capital inmobiliario, debido a la mencionada reforma tributaria operada a partir de 1874, que dejó de gravar el ganado.

predominaba una pauta productiva basada en la ganadería extensiva, con mayoría de población criolla. Ahora bien, poco se sabe en este sentido sobre las pautas de acumulación y distribución de la riqueza en distritos con mayoría de población extranjera, como es el caso de las colonias agrícolas santafesinas. La posibilidad de contar con este tipo de fuentes en los distritos rurales santafesinos que optaron por sistemas de producción más intensivos en base a mano de obra extranjera, abre la puerta a nuevas interpretaciones sobre la evolución económica de estos actores. A partir de diversas metodologías estadísticas, los registros de CD permiten establecer no sólo los patrones de desigualdad en estos espacios, sino también su acumulación y la distribución del capital en los distintos rubros productivos.

Con la intención de cumplir los objetivos del trabajo, utilizaremos dos indicadores metodológicos: uno que resulta útil para medir cómo se distribuía la riqueza inmobiliaria de todos los colonos, y otro para dar cuenta de la acumulación de su riqueza inmobiliaria y la distancia entre los más ricos y los más pobres. Para el primer objetivo se utilizará entonces el coeficiente de Gini, una fórmula matemática que mide la distribución del ingreso o la riqueza en una determinada población: se trata de un número que oscila entre 0 y 1, donde 0 corresponde a la perfecta igualdad (todos los individuos contarían teóricamente con el mismo nivel de ingreso o riqueza) y 1 a la total desigualdad. Tomando la información proporcionada por los registros de CD, que dan cuenta de la riqueza individual de cada contribuyente, es posible armar una matriz de datos que da lugar a este coeficiente, pudiendo de este modo establecer un diagnóstico de la distribución de la riqueza en un determinado espacio productivo. Para el segundo objetivo, recurriremos al índice 20/20, que a partir de la realización de “cortes” en determinados sectores o deciles de la población, permite estimar la distancia existente entre el 20% más rico y el 20% más pobre de los contribuyentes. Se optó particularmente por el caso de la colonia Esperanza, dado que, además de ser la colonia más importante de la provincia, cuenta con una amplia disponibilidad de registros (correspondientes a los años fiscales de 1864, 1867 y 1875). Ello nos permitirá alcanzar una noción extendida de la evolución de la riqueza inmobiliaria de los inmigrantes en tres épocas distintas: la etapa inicial, que resume los más difíciles años que tuvieron que atravesar los colonos; posteriormente, una etapa marcada por los beneficios económicos que generó la contienda bélica en Paraguay; y por último, los años '70, atravesados por la urbanización de la colonia y la expansión productiva del *hinterland* colonial. En fin,

se trata de tres épocas que marcaron el proceso de crecimiento económico de la colonia y por ende de la acumulación de riqueza de los colonos esperancinos.

El siguiente cuadro busca mostrar tanto la acumulación de riqueza cuanto su distribución. De acuerdo con la metodología utilizada en nuestros cálculos, supondremos que cada contribuyente era cabeza de familia. Es menester sin embargo advertir que a esos años ya existían familias sin bienes inmuebles ni ganado, dado que se habían ido incorporando algunos prestadores de servicios y asalariados, fruto tanto de nuevos inmigrantes como de la formación de familias de hijos de primeros colonos, quienes aún no habían accedido a lotes propios.¹⁵ No es posible saber puntualmente qué cantidad de familias no poseían ese tipo de bienes, pero incorporando recuentos de hogares hechos por inspectores de colonias o por los empresarios, además de los datos que ofrece el Censo Nacional de Población de 1869, podemos aproximarnos a la cantidad total de familias existentes, cuya diferencia con el total de contribuyentes podría en teoría ofrecernos la cifra de familias sin bienes.

En ese aspecto, la proporción de contribuyentes en Esperanza estimada sobre el total de unidades familiares sería del 86% en el Registro de 1864 (304 contribuyentes para 355 familias), del 87% en el Registro de 1867 (268 contribuyentes para 305 familias), y del 82% en el registro de 1875 (282 contribuyentes para 343 familias).¹⁶

Cuadro Nro. 1 – Evolución de la riqueza inmobiliaria y su distribución en Esperanza

	Esperanza		
	Año 1864	Año 1867	Año 1875
Total de Contribuyentes/Propietarios	304	268	282
Total de familias con y sin bienes	355	305	343
Monto avaluado (en \$F*)	194.670	211.151	316.452
Promedio entre propietarios (\$F)	640	788	1.122

¹⁵ Debe recordarse que al surgir de un contrato particular Esperanza, cada familia que se instaló en 1856 recibió una parcela de tierra de 33 hectáreas, lo que supone que virtualmente todos los colonos partieron desde un nivel homogéneo, es decir, con el mismo capital inmobiliario.

¹⁶ Las fuentes utilizadas para calcular la cantidad de familias según el año del registro fiscal fueron: para el año 1864 se cruzó la información proveniente de un cuadro estadístico inédito correspondiente a la colonia; para el año 1865 con los datos del Censo Nacional de Población de 1869. Para el registro de CD de 1867 se tomaron los datos del Censo de Población y datos estadísticas editados en una publicación oficial sobre las colonias ese año. Para el registro de CD de 1875, se confrontaron datos del censo de colonias de 1872, que especificaba la cantidad de familias por colonia, con el total de población que en ambas estimaba el Inspector de Colonias de 1874. De este modo, se dividió el total de la población de 1874 por el número de integrantes promedio por núcleo familiar arrojado por el censo de 1872. Documentos disponibles en AGPSF, Archivo de Gobierno, Tomo 30, Año 1867, Fs. 226 y ss; AGN, Censo de Población de 1869, Fichas manuscritas, Legs. 385-387; Argentina. Gobierno Nacional (1869), *Die Argentinische Republik*, Berna, Buchdruckerei von J. Alemann; Wilcken, G. (1872), op. cit.; Coelho, G. (1875), op. cit.

Gini entre Propietarios	0,3919	0,3647	0,5252
Gini sobre el total de familias	0,4793	0,4418	0,6096
20/20	7	7	18

Fuente: Elaboración propia en base a los Registros de CD de Esperanza correspondientes a los años fiscales de 1864, 1867 y 1875. AGPSF, Contaduría, Tomo 117, Año 1864, Leg. 28, Tomo 127, Año 1867, Leg. 1; y Tomo 117, “Expedientes Archivados”, Año 1875, Leg. 44.

*El peso fuerte (\$F), esencialmente moneda de cuenta, era el antiguo peso de plata de ocho reales de tiempos del dominio hispánico. El circulante de estos años en Santa Fe era el peso de plata boliviano, de menor ley. Existía también moneda de papel, pero de uso aún incipiente.

En lo referente a las mediciones, es conveniente destacar las particularidades que arroja el registro de CD de Esperanza de 1864, dado que resulta el primer diagnóstico de la evolución del crecimiento y la desigualdad en la distribución de la riqueza inmobiliaria, ocho años después de su fundación. Teniendo en cuenta sólo el universo de propietarios, la primera aproximación permite afirmar que la distribución de la riqueza en Esperanza era mucho más homogénea que en otras zonas del mundo rural pampeano.¹⁷ Según los cálculos realizados, la colonia tenía un Gini de 0,3919 y el 20% más rico tenía en promedio 7 veces más capital que el 20% más pobre. Esta cuestión variaba un poco al tomar en cuenta en el análisis el universo total de población de la colonia, esto es, incluyendo a las familias sin bienes. Así, el índice Gini aumentaba a 0,4793, un promedio igualmente bajo en comparación con la economía criolla, pero de todos modos llamativo dado el corto período de tiempo transcurrido desde la formación de la colonia. En ese sentido, para un primer diagnóstico debe advertirse que paradójicamente el crecimiento de la desigualdad fue muy alto en esos primeros años, dado que se pasó de un punto de partida virtualmente igualitario a una situación intermedia entre la perfecta igualdad y la total desigualdad.

¹⁷ Varios trabajos demuestran estas afirmaciones: En 1864, el universo de propietarios del distrito rural de Paraná, Provincia de Entre Ríos, tenía un Gini de 0,78 y existía una diferencia de 133 veces entre el 20% más rico y el 20% más pobre. Ver Djenderedjian, J. y Schmit, R. (2008) “Avances y límites de la expansión agraria argentina: crecimiento económico y distribución de la riqueza rural en Entre Ríos (1860-1892)” en *Investigaciones en Historia Económica*, Madrid, nro. 11; en la campaña bonaerense en 1839 el promedio del Gini entre propietarios era de 0,66 y la diferencia en el índice 20/20 era de 69, mientras que para 1855, sólo midiendo la propiedad inmueble, el Gini era de 0,65 y el 20/20 muy similar al anterior. Ver Gelman, J. y Santilli, D. (2009), “Una creciente desigualdad. La propiedad de la tierra en Buenos Aires entre 1839 y 1855”, Ponencia presentada en *XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association*. Hemos comparado las colonias santafesinas y un área criolla entrerriana en Djenderedjian, J. y Martirén, J. (2009), “Economía rural criolla y colonización en la década de 1860. Análisis de estructuras poblacionales y distribución de la riqueza rural en Esperanza, Santa Fe, y Paraná, Entre Ríos”, en *X Jornadas Argentinas de Estudios de Población*, Catamarca, noviembre 2009.

Es interesante entonces contrastar la distribución y acumulación de la riqueza inmobiliaria resultante del registro de 1864 con el de 1867, para medir en el corto plazo cómo fue la evolución de estas dos variables. En primer lugar debe remarcarse la caída en la cantidad de contribuyentes y de población que hubo en la colonia en esos años. En este caso, existe una limitación de la fuente fiscal, ya que debemos recurrir a otro tipo de fuentes cualitativas para explicar el por qué de esta disminución. En fin, dos razones permiten explicar este fenómeno: por un lado, la limitada configuración espacial de la colonia generaba problemas de productividad, ya que el tamaño de las concesiones de terreno comenzó a volverse ineficiente, no sólo por cuestiones edafológicas (los colonos no tenían posibilidad de dejar descansar la tierra en barbechos de al menos un año, para no perder fertilidad, dado que los lotes se volvieron muy pequeños para las pautas productivas que resultaron más útiles, y no había campos libres cercanos), sino también demográficas. Asimismo, comenzaron a surgir inconvenientes para conseguir terrenos de pastoreo para el ganado, una actividad que permitía vías de financiamiento alternativas a los cíclicos vaivenes característicos de la actividad agrícola.¹⁸ Esta razón llevó a muchos colonos de Esperanza a buscar nuevas extensiones de tierras en áreas más alejadas, a precios más bajos y funcionales a su propia lógica productiva. La fundación de la colonia Helvecia, establecida por un núcleo de familias esperancinas varias leguas al norte de la ciudad de Santa Fe, es un claro ejemplo de esta situación, que explica en buena medida la menor cantidad de contribuyentes en 1867. Este fenómeno de disminución de la población y de propietarios en Esperanza no sólo se reflejó en la distribución, sino también en la acumulación de la riqueza. Mientras la riqueza inmobiliaria total de la colonia se incrementó un 8%, la evolución de la media por contribuyente tuvo un incremento mucho más marcado, cercano al 20%, pasando de \$F 640 en 1864 a \$F 788 en 1867.

Si bien es cierto que el hecho de tener menos contribuyentes podría haber morigerado el aumento de la desigualdad, tanto el índice Gini como el 20/20 muestran una leve disminución o estancamiento de la misma incluso en un contexto de alto crecimiento económico, contrastando la tendencia fuertemente ascendente que se había producido en los años anteriores. Sin embargo, los cálculos de distribución de riqueza inmobiliaria realizados sobre los registros de contribución directa de 1875 parecen marcar a priori un escenario completamente diferente. El índice Gini entre propietarios

¹⁸ Wilcken, G. (1873), op. cit., pp. 25 y ss

muestra una suba destacable, que se refleja también en el índice 20/20, donde el 20% más rico pasó a tener 18 veces más que el 20% más pobre. Tan sólo teniendo en cuenta que si se comparan los registros de ambas décadas, la colonia incrementa su capital inmobiliario en un 155%, parece lógico pensar que esa fenomenal creación de riqueza hubo de tener impacto considerable en su distribución. Asimismo el crecimiento de las medias se correspondió con estos cambios en el monto de la riqueza total, registrándose un aumento del 30% con respecto a la media de 1867.

Por otra parte, dejando de lado la variable distributiva y centrándonos puntualmente en la acumulación, otro ejercicio de interpretación posible que otorga un mayor nivel de precisión es el cruzamiento de los contribuyentes repetidos en los tres registros. Si los cálculos anteriores daban cuenta de una visión general de la acumulación de los contribuyentes esperancinos a lo largo de dos décadas, los resultados siguientes se basan en un universo particular de 102 colonos, todos extranjeros, que se repiten en los tres registros analizados. Creemos que este es quizá el principal aporte que puede dar esta fuente para los objetivos planteados aquí.¹⁹

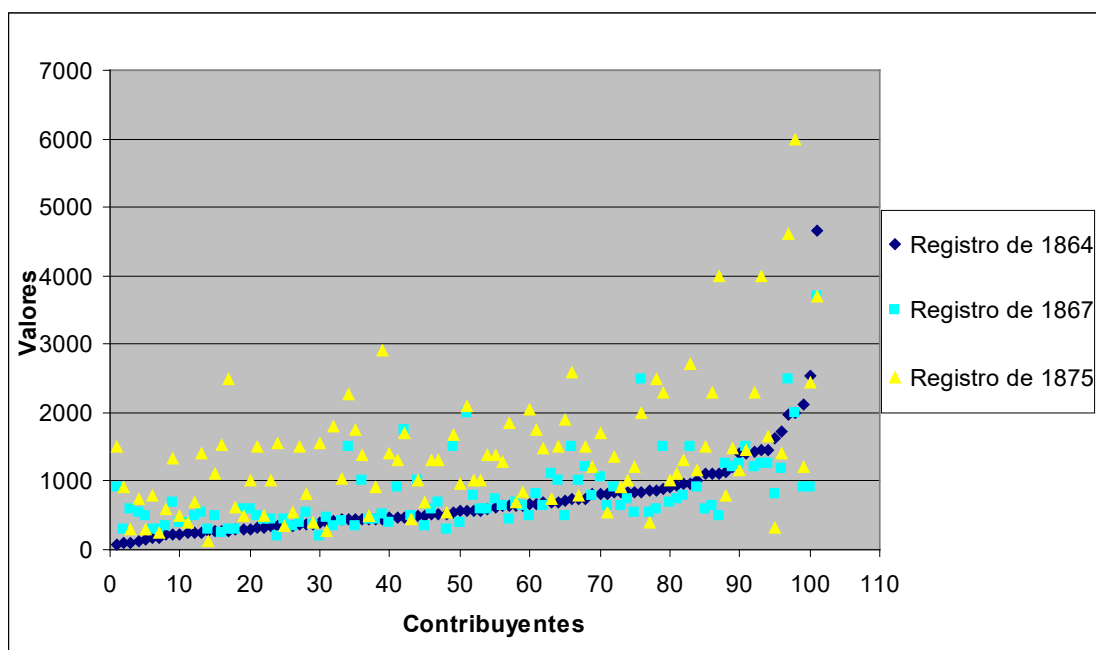
Como podría suponerse, dado que este universo comprende una muestra bastante amplia –alrededor de un tercio de cada registro–, el crecimiento de la riqueza fue muy importante. La tasa anual de crecimiento del capital inmobiliario de estos contribuyentes entre 1864 y 1867 alcanzó el 3,2%, pasando de un total de \$F 72.592 a \$F 80.305. La explicación puede centrarse básicamente en la expansión que comenzó a tener la colonia desde 1865 producto de la demanda de cereales proveniente del teatro de guerra en el Paraguay. No obstante, esa tasa crecería aún más en el período siguiente (1867 a 1875), alcanzando el 5,2% anual. El surgimiento de las mencionadas colonias satélite, en las cuales se habían afianzado sistemas de venta de tierras con hipoteca, permitió el acceso a nuevas parcelas en forma relativamente fácil, de manera que muchos colonos dedicados puntualmente a la agricultura en Esperanza lograron sortear los obstáculos impuestos por la limitada superficie de la colonia. Y esa expansión de la agricultura implicó por ende un fuerte salto en la producción de cereales, que fue acompañado por el crecimiento de la industria molinera y un incremento de los establecimientos

¹⁹ Es importante remarcar aquí la posibilidad de encontrar una muestra proporcionalmente muy amplia de contribuyentes repetidos en los tres registros. Es cierto que los cálculos realizados sobre la totalidad de los contribuyentes de estos registros dan una visión bastante completa tanto de la acumulación de la riqueza cuanto de su distribución. Pero realizar un análisis puntual del derrotero económico de un grupo de colonos durante las décadas de 1860 y 1870 permite tener una dimensión real de su éxito o fracaso económico.

comerciales, fenómeno que tendió a concentrar importantes inversiones de capital entre los colonos esperancinos.

El siguiente gráfico pretende de alguna manera ilustrar cómo fue el derrotero particular de cada colono comprendido en el universo seleccionado. De este modo, cada punto representa el capital de cada contribuyente según lo establece el registro de CD correspondiente a los años analizados. Los puntos marcados en color azul, corresponden a la riqueza que cada colono declaró tener en 1864. Están ordenados de menor a mayor para tener una mejor impresión del derrotero posterior de cada capital individual. Ello permite dimensionar la evolución creciente que en la mayoría de los casos tuvo la acumulación de la riqueza en Esperanza entre las décadas de 1860 y 1870. Los puntos marcados en color celeste corresponden a la porción de capital que cada contribuyente tenía en 1867 y los marcados en amarillo corresponden al año 1875.

Gráfico Nro. 1 – Evolución de la acumulación de la riqueza en el universo de contribuyentes seleccionado. Colonia Esperanza, años 1864, 1867 y 1875



Fuente: Elaboración propia en base a los registros de CD de la colonia Esperanza correspondientes a los años fiscales de 1864, 1867 y 1875, anteriormente citados

Más allá de lo remarcado en el párrafo anterior, queda claro que el crecimiento económico –al menos en términos de riqueza inmobiliaria- de los colonos fue muy alto entre 1867 y 1875. Tan sólo 9 contribuyentes disminuyeron su capital inmobiliario en 1875, lo cual permite poner en duda también algunas visiones clásicas que hicieron

hincapié en la paupérrima situación económica que muchos colonos debieron enfrentar en los años iniciales del proceso.²⁰

Este análisis puede profundizarse mucho más aún mediante un uso combinado de la fuente. En este sentido, se experimentó cruzando los datos del universo seleccionado en los registros de CD, con las fichas manuscritas del Censo Nacional de Población de 1869, con la intención de detectar la actividad o profesión de cada contribuyente. Debido a que estamos trabajando con un núcleo demográfico relativamente pequeño, afortunadamente fue posible detectar a los 102 contribuyentes, lo cual enriquece los datos arrojados en el siguiente cuadro:

Cuadro Nro. 2 – Evolución de la distribución del capital inmobiliario por rubros. Colonia Esperanza, 1864-1875

		1864	1867	1875
	Cantidad	Capital declarado (\$F)	Capital declarado (\$F)	Capital declarado (\$F)
Agricultores	67	40237	44280	82325
Oficios Semi Industriales (Herreros, Carpinteros, Carreros, Talabarteros, Curtidores, Toneleros, Constructores)	16	11925	14440	23540
Molineros	1	1988	2000	6000
Rentistas y/o Propietarios	4	2341	4050	4950
Comerciantes	9	5076	11200	19150
Otros oficios (Sastre, Tejedor, Relojero, Médico)	5	4048	4335	4470
TOTAL	102	65615	80305	140435

Fuente: Elaboración propia en base a los registros de CD de la colonia Esperanza correspondientes a los años fiscales de 1864, 1867 y 1875, anteriormente citados y a las fichas manuscritas del Censo Nacional de Población de 1869. AGN, Censo de Población de 1869, Fichas manuscritas, Legs. 385-387

²⁰ El trabajo de Scobie, uno de los tradicionales estudios sobre evolución de la agricultura en la región pampeana en la segunda mitad del siglo, además de plantear una visión bastante negativa de las condiciones de los agricultores –particularmente los arrendatarios-, hizo énfasis en la gran importancia que tuvieron de los sectores de comercialización de cereales en la región y puntualmente en Santa Fe. Ver Scobie, James (1968), *Revolución en las pampas. Historia social del trigo argentino, 1860-1910*, Buenos Aires, Solar / Hachette. Existen también visiones similares para el caso del sur brasileño, que hacen hincapié en el predominio de los comerciantes sobre los productores en zonas de colonización agrícola alemana. Ver, entre otros, Seyferth, Giralda (1974), *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Editora Movimento / Sociedade Amigos de Brusque.

Este cruzamiento de fuentes permite realizar algunas inferencias interesantes. En primer lugar, debe marcarse el tibio aumento del capital de los agricultores en el primer período (casi un 10%) y el brusco aumento en la segunda etapa, alcanzando un 86%. En segundo lugar, se destaca el fuerte aumento del capital de los comerciantes entre 1864-67 (un 121%) y su menor crecimiento relativo con respecto a los agricultores entre 1867-75 (un 71%). Y en tercer lugar, se destaca el impresionante aumento de los molineros, centrado puntualmente en el segundo período (200%).

Desde ya, los resultados arrojados por el análisis de esta fuente son realmente interesantes para reforzar hipótesis surgidas tanto de la revisión bibliográfica cuanto del análisis de otras fuentes cuali y cuantitativas sobre el fenómeno. De los datos expuestos, podría inferirse entonces que en el primer período la acumulación de valor parecería ser todavía generada en proporción mayoritaria por trabajo manual artesanal, servicios, comercio, entre otros (se trataba de una economía aún diversificada, en la que la agricultura era importante pero sobre todo para el abastecimiento local, esto es, predominaba la producción de hortalizas, quesos, huevos, y no tanto la producción cerealera con destino a mercados externos).²¹ En el segundo período pareció darse una abrupta valorización del producto agrícola, surgido al calor de la expansión de la agricultura propiamente cerealera (básicamente trigo y maíz), mientras que los demás continuaban su habitual ritmo de crecimiento, aunque a la zaga. Incluso algunos servicios perdieron peso relativo (como por ejemplo los sastres, tejedores o relojeros), y probablemente destinaron sus ahorros a la inversión en la compra de concesiones y probablemente también en producción agrícola. Los rentistas también disminuyeron su capital, porque la mayor demanda impulsaba la apertura de nuevas colonias. Es decir que la tierra ya ocupada, aun cuando aumentaba su valor, no rendía ganancias tan altas como la agricultura en esas nuevas colonias, lo que generó un vuelco del capital bastante claro hacia estas últimas. Esto es útil además en lo que respecta a evaluar el peso del sector que podríamos llamar “urbano”: si hubiera aumentado al ritmo en que lo hacía el sector agrícola extensivo, la generación de valor en las profesiones y servicios debiera también haber conseguido un ritmo de aumento similar, pero no lo hizo, lo que cuestiona el supuesto rol preponderante de los comerciantes sobre los agricultores.

En fin, es importante advertir que tanto los registros en general como también el universo seleccionado permiten realizar interesantes inferencias sobre el crecimiento de

²¹ Una idea similar es destacada también en Barsky, Osvaldo y Jorge Gelman (2001), *Historia del agro argentino*, Buenos Aires, Grijalbo-Mondadori.

la riqueza o bien reforzar hipótesis ya trabajadas, lo cual demuestra la validez y utilidad de la fuente.

Algunas conclusiones sobre la utilidad de la fuente

Más allá de los resultados puntuales, el trabajo pretendió demostrar la validez de una fuente fiscal para analizar una de las aristas del fenómeno inmigratorio. En este sentido, se buscó indagar sobre el crecimiento económico de los inmigrantes a partir de la evolución del capital inmobiliario en la principal colonia agrícola de la provincia de Santa Fe entre 1864 y 1875. Creemos haber mostrado que esta fuente ofrece muchas ventajas. En este sentido, se intentó dejar en claro que con una adecuada y no muy compleja metodología, se pueden realizar análisis tanto de la acumulación cuanto de la distribución de esa riqueza inmobiliaria. Es cierto que ello genera una mirada parcial del proceso, ya que la fuente no da cuenta de las deudas, los créditos a favor o el capital comercial. Sin embargo, en una economía en la cual el factor tierra era el principal componente del capital individual, analizar su evolución parece ser una buena vía para acercarse a la comprensión de este fenómeno. En lo que respecta al caso elegido, pareció quedar claro que tanto el análisis de los registros en general cuanto la selección de un universo de contribuyentes reiterados en todos los casos, permitió presentar una noción al menos general de ese proceso de crecimiento y acumulación de la riqueza inmobiliaria. Mas allá de demostrar el crecimiento, lo realmente interesante de esta fuente es que permite mensurarlo con un mayor nivel de agregación. Este análisis puede profundizarse mucho más aún mediante un uso combinado de la fuente. Si bien ello no fue realizado en este trabajo, el análisis del crecimiento del capital inmobiliario por profesiones a partir de los datos arrojados por las fichas manuscritas del Censo Nacional de Población de 1869 permite ver además la distribución por rubros de dicho capital.

Resulta lógico reconocer la existencia de ciertas limitaciones que, sin embargo, no son imposibles de sortear. El principal escollo está en la falta de registros para todo el período que duró el proceso de colonización agrícola. Al menos en lo que respecta a la provincia de Santa Fe, no parecen haberse conservado los registros posteriores a 1875, lo cual es importante, ya que sería de gran utilidad contar sobre todo con los correspondientes a las décadas de 1880 y 1890. Y otro, aunque menos preocupante, sea tal vez el subregistro o evasión, un defecto casi recurrente en las fuentes fiscales que puede no obstante subsanarse al menos en lo que respecta a riqueza inmobiliaria, mediante el cruzamiento con fuentes notariales, por ejemplo.

Partir para ficar: deslocamentos temporários de trabalhadores rurais e a manutenção de pequenas propriedades no Sertão da Bahia - 1990-2009¹

Maria Andréa Angelotti Carmo²

Resumo: Este trabalho é resultado do estudo de um amplo grupo de homens e mulheres e as múltiplas relações que estabelecem, a partir da inserção como trabalhadores temporários no universo do trabalho nas lavouras cafeeiras do Cerrado Mineiro. São sujeitos originários da região norte do estado da Bahia que se deslocam anualmente em busca de trabalho nas lavouras de café desde o início da década de 1990. A pesquisa teve início no local de chegada dos trabalhadores (região mineira), mas voltou-se para a região de origem (sertão da Bahia) passando, então, a compor a análise do movimento de deslocamento ou migração temporária. Entre outras questões pode-se observar que grande parte dos trabalhadores que saem do sertão da Bahia para os trabalhos nas lavouras de café o faz para que possam manter suas pequenas glebas de terra na região de origem, onde produzem para o próprio sustento e de suas famílias, sem que precisem migrar de maneira definitiva para outras áreas do país. Tal dinâmica leva a compreender os processos migratórios por uma nova ótica, assim como as opções que determinados grupos sociais realizam para se manterem no seu local de identidade.

Palavras-chave: deslocamentos, pequenas propriedades, campo.

Processos de deslocamentos: partir

Os movimentos de deslocamentos de grupos populacionais de uma região para outra no país não é evento atual e há muito se faz presente na dinâmica sócio-espacial de inúmeros grupos da população brasileira. Na recente história social do Brasil, o deslocamento de populações tem sido elemento constitutivo do processo produtivo de setores diversos, relacionados à agricultura, à indústria, à construção civil e ao setor de serviços.

Estudos acerca do processo migratório defendem a ideia de que migrar faz parte da cultura brasileira³, que geralmente as pessoas têm planos de mudar de cidade, de

¹ Texto apresentado no Seminário Internacional “Migrações: Mobilidade Social e Espacial” e XIX Simpósio de História da Imigração e Colonização, em São Leopoldo-RS. O texto apresenta parte das discussões travadas na pesquisa que resultou na tese de doutoramento em História Social junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História pela PUC/SP intitulada: *Entre Safras e Sonhos: trabalhadores rurais do Sertão da Bahia à lavoura cafeeira do Cerrado Mineiro – 1990-2008*, defendida em agosto de 2009.

² Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

estado e até de país. Contudo, outra corrente de pensamento defende, como aponta Ferreira:

A população não migra por um direito de liberdade de locomover-se na busca de algo melhor ou por livre opção de escolha de moradia. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim⁴.

Ao longo das últimas décadas os movimentos migratórios passaram por intensas alterações com crescimento dos movimentos circulares ou pendulares, dos movimentos de retorno, dos deslocamentos temporários de migração em que a mudança definitiva para outra cidade ou região não se constitui em objetivo final, mas a busca de um acréscimo temporário na renda que permita a manutenção de sua vida e da família na região de origem. Tal perspectiva traz a necessidade de melhor entender esse processo social que marca a sociedade contemporânea. Assim, o atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais já não possibilita mais

análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração-expulsão. As várias dimensões do processo migratório, incluindo a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas, adquirem papel relevante para o seu entendimento⁵.

A compreensão destas questões leva a observar que em algumas regiões do país, onde a produção agrícola assume características de atendimento rápido de mercados, a mão-de-obra sazonal é ocupada em diferentes momentos e é mais comum do que parece.

É nesse contexto de idas e vindas, de inserção nas atividades sazonais da lavoura cafeeira do cerrado mineiro que se encontra grande contingente de pessoas, homens, mulheres, adolescentes e jovens oriundos da região nordeste do estado da Bahia⁶. O grupo estudado é originário da região de Monte Santo, local onde há cerca de três

³ GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*. vol. 15, n. 43, São Paulo: set./dez. 2001.

⁴ FERREIRA, Janete Aparecida. *O eterno ausente: estudo com migrantes sazonais*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1992, p. 19.

⁵ Antico, Cláudia. Por quê Migrar? In.: Patarra et alli (org.) *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993*. Instituto de Economia, 1997.

⁶ Grande parte do grupo estudado habita o povoado de Horizonte Novo no município de Monte Santo bem como moradores da área rural deste município.

décadas havia expressiva produção de sisal aliada à manutenção de pequenos rebanhos de gado e ovelhas, assim como a pequena produção familiar de onde se retirava o sustento do grupo. Estes trabalhadores buscam realizar os trabalhos sazonais da safra de café desde o início da década de 1990 para onde se deslocam em grupos que normalmente trabalharão juntos nas fazendas de café, dividirão os alojamentos e constituirão um grupo de sociabilidade por alguns meses.

Estudos sobre a agricultura brasileira apontam para estes movimentos de deslocamentos populacionais muito ligados aos trabalhos no corte da cana-de-açúcar, na colheita da laranja, na colheita do café, mas estes movimentos não ocorrem apenas no Brasil. Mais recentemente, em países da América Latina⁷ como o México, Argentina e Chile, e também em alguns países europeus como a França e a Bélgica, este tipo de trabalho temporário e sazonal é muito frequente e apresenta, entre outras possibilidades, algumas formas de pensar a presença de diferentes grupos na sociedade e determinadas formas de se produzir que passam pelo processo da agricultura intensiva, assim como pela produção de mercadorias destinada aos grandes mercados⁸.

Estes deslocamentos físicos e geográficos vêm acompanhados de mudanças em outros aspectos da vida, como nas formas de trabalho e nas atividades desenvolvidas, nos costumes e nos valores de cada região. A mobilidade espacial torna-se também mobilidade das próprias condições, uma vez que, em cada lugar, faz-se necessário uma readaptação e um reorganizar, que passam pelo âmbito do trabalho e também por aspectos corriqueiros do cotidiano.

A observação destes grupos de trabalhadores na lavoura cafeeira no cerrado mineiro foi, a princípio, realizada nas lavouras, onde se buscava conhecer as condições de trabalho, de alojamento, bem como as relações de trabalho e todo um conjunto de experiências que estes trabalhadores apresentavam em seu cotidiano e narravam em suas entrevistas. Nesse sentido, as questões do mundo do trabalho foram tomadas como pluridimensionais que apresentam traços visualmente identificáveis carregados de significados, assim como espaços que transcendem o plano da materialidade podendo expressar-se como campo das subjetividades, da elaboração e reelaboração da cultura⁹.

⁷ FLORES, Sara Maria Lara. Le mouvement migratoire et les enclaves de l'agriculture intensive en Amérique Latine. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 39-56, jan./févr. 2008.

⁸ Étude sur le travail saisonnier et ses salaires dans les secteurs des fruits et légumes. Publicação do Ministério da Agricultura e da Pesca. Paris, 2001.

⁹ ALMEIDA, Antônio de. Os trabalhadores e seus espaços: cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela

O processo de entendimento destes grupos parecia incompleto à medida que os observava apenas no local da chegada (a lavoura de café). Constituiu-se uma necessidade a compreensão e o entendimento dos modos de viver daquele grupo de pessoas no local de origem, na tentativa de compreender o que os impulsionava a percorrer anualmente, cerca de dois mil quilômetros, permanecer em alojamentos precários por cerca de três meses, retornar para casa e, no ano seguinte, repetir novamente todo o processo.

Nesse sentido, os estudos de Nancy Green apontam para a perspectiva de que os deslocamentos ou os processos migratórios, não podem ser apreendidos apenas do ponto da chegada, após o movimento que a definiu, mas que se deve recuar do ponto de chegada ao ponto de partida, para em seguida, avançar com o migrante, da região de origem ao local adotado para, a partir daí, compreender as escolhas do sentido migratório¹⁰. Com isso, a problemática dos deslocamentos toma novo sentido à medida que considera não somente o local onde as pessoas se instalam após o deslocamento, mas, principalmente, os fatores ou situações motivadoras para o empreendimento.

Ainda nessa direção têm-se os estudos de Sayad nos quais aponta que todo estudo dos fenômenos migratórios que negligencia as condições de origem dos migrantes se condena a dar apenas uma visão parcial e etnocêntrica sobre o processo, como se sua existência tivesse início no momento da chegada¹¹. Este olhar sobre os grupos de trabalhadores que se deslocam anualmente para os trabalhos na safra de café levou à compreensão de que os movimentos de deslocamentos ocorrem muito menos por uma perspectiva de mudança definitiva para um outro local, e muito mais pela busca do aumento da renda que permita permanecer no local de identidade.

Nesse sentido, os significados dos deslocamentos para os grupos de trabalhadores estudados remetem à possibilidade de conquistar em menor tempo alguns bens ou de manutenção de uma outra condição de vida. A grande maioria dos trabalhadores entrevistados defende que, com o trabalho na colheita de café, conseguem adquirir bens que não seriam possíveis em tão pouco tempo. Nesse sentido, o senhor Tito revela: “Às vezes aqui a gente é, compra animal pra botar na roça, muitas vezes a gente compra moto, compra moto. Sempre emprega o dinheiro [...]. Compra criação,

(Org.). *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: EDUFU, 2001. p. 31.

¹⁰ GREEN, Nancy. *Repenser les migrations*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 3.

¹¹ SAYAD, Abdelmalek. *La Double absence: des illusions de l'emigré aux souffrances des l'immigré*. Paris: Deuil. 1999, p. 56.

terra, compra terra”¹². Além dos bens materiais, visíveis em sua residência, o senhor Tito e sua mulher, senhora Elisângela, revelaram que após os trabalhos nas lavouras de café conseguiram construir a casa em sua pequena propriedade¹³, instalaram os equipamentos de energia solar¹⁴ compraram móveis e outros equipamentos para casa, o que parece demonstrar uma condição de vida já estruturada e que é melhorada com as viagens realizadas pelo senhor Tito, segundo ele desde os vinte anos, repetindo-a anualmente. As pesquisas apontaram que, com os resultados obtidos a partir dos trabalhos nas safras, os bens e as conquistas dos trabalhadores são mais aparentes, consegue-se materializar o seu salário em bens e outras aquisições. Talvez este seja o fator que faz com que os senhores e senhoras, moradores do povoado e da região, acreditem na transformação do lugar a partir do trabalho temporário na safra de café, pois anteriormente a este período a renda conseguida por estes mesmos trabalhadores não era possível ser visualizada em tais bens, uma vez que é suficiente apenas para a manutenção da família. Contudo, os movimentos de deslocamento que hoje integram as vidas dessa população não são novidade. Se, por um lado, têm-se os trabalhadores jovens integrando os movimentos de deslocamento atual, por outro, vê-se que os moradores, hoje aposentados, participaram também de movimentos migratórios principalmente para o Sudeste e Sul do país. Parte desse contingente viveu alguns anos em outras regiões e retornou para seu local de origem conforme relata o senhor Marino em seu depoimento: “Eu fui daqui para o Paraná sete vezes, parece conta de mentiroso, eu fui cinco vezes solteiro e casado fui duas vezes. Eu fui daqui pra lá e ela ficou aqui, aí depois ela foi atrás, depois nós voltamos”¹⁵.

Tem-se que essa população, especialmente a menos favorecida, em um e outro momento viveu/vive um processo de itinerância em busca de condições de vida mais favoráveis. As mobilidades espaciais das populações menos favorecidas na sociedade

¹² Depoimento do senhor Tito de Jesus, 31 anos, em sua residência na região rural de Horizonte Novo-BA, no dia 6 de agosto de 2006.

¹³ De acordo com o depoimento do casal as terras que possuem medem três tarefas. A nomenclatura dos pesos e medidas utilizados na região possui marcas próprias. O senhor Jorge Amador, muito pacientemente, me explicou que: Aqui mede aqui é por tarefa. Vinte tarefa, trinta tarefa. Uma tarefa mede assim, trinta vara assim, trinta assim, trinta assim e trinta assim [com as mãos o entrevistado representa um quadrado] quer dizer que dá cento e vinte tarefa em quatro. Uma tarefa é quadrado. A gente compra a terra por tarefa, cinco tarefa, dez tarefa ou quatro tarefa, depende o total da pessoa, do dinheiro que pode comprar. Aqui é na faixa de quinhentos real a tarefa. (Depoimento do senhor Jorge Amador)
Assim, dizer que se tem uma tarefa de terra significa dizer que possui 3600m² de área, uma vez que uma vara corresponde a 2m.

¹⁴ Até o ano de 2007 havia apenas um projeto do governo do estado da Bahia, juntamente com o Governo Federal, de instalação de energia elétrica na zona rural da região, o programa Luz para Todos.

¹⁵ Depoimento do senhor Marino Gomes, coletado no dia 20 de julho de 2007 em sua residência em Horizonte Novo-BA, ao lado de sua mulher Sra. Maria Gomes.

brasileira é uma constante. Os fatores de propulsão da população rural nos idos das décadas de 1950 e 1960 do campo rumo aos centros urbanos, no denominado processo de êxodo rural, podem ser pensados como elementos que tornaram “disponível” parte dessa mesma população que voltou ao campo sob a condição de trabalhador volante temporário, ou ainda, fez de uma grande parcela dessa população reserva para os trabalhos no meio rural. Ao longo das últimas três décadas pode-se pensar que essa mesma força propulsora, que tem colocado em mobilidade grandes grupos da população ao longo dos anos, impulsiona milhares de trabalhadores a se deslocarem milhares de quilômetros para a realização de atividades temporárias na safra de diferentes produções. Desse modo, tem-se um grande número da população de algumas áreas do país submetida e estabelecendo diálogos com as formas de intensificação da produção agrícola capitalista que busca atender às demandas de um mercado cada vez mais exigente, mas que está em processo de retorno para a região de origem e não mais de saída definitiva.

A manutenção das pequenas propriedades: ficar

A pesquisa permitiu observar que mesmo entre os trabalhadores que não possuem mais suas pequenas glebas, como os moradores do povoado de Horizonte Novo a questão da terra se faz presente em seu cotidiano. Muitos já possuíram terras e tiveram que se desfazer delas; outros ainda a possuem, mas não praticam mais as mesmas atividades que há tempos passados, por razões as mais variadas: alguns porque já não têm condições financeiras para manter a terra produzindo, outros porque se “desgostaram” por causa dos problemas enfrentados ao longo do tempo como furtos, roubos e outras práticas; outros, ainda, mantém uma pequena gleba de terra com alguns animais apenas para o sustento familiar.

Os pequenos produtores fazem seus roçados onde plantam, de acordo com o período de chuva, feijão, milho, mandioca, reservando a maior parte da produção para o consumo, e destinando apenas o excedente ao comércio cujo valor é utilizado para adquirir os produtos necessários à manutenção da vida. Nesse sentido, quando perguntado ao senhor Valdir se ele possuía uma propriedade respondeu:

Tem uma terrinha pouca, só pra gente trabalhar mesmo. É uma base assim de nove hectare. Aí eu planto tudo, né? Feijão, milho, a mamona, a mandioca, né, de tudo, capim... Quando chove assim, que a gente tira bastante, a gente

come e vende também um pouquinho, né. Vende um pouco, vende e compra. Quando o ano é bom, a gente tira que sobra, né? aí fica pra se manter, e vender um pouco, também.¹⁶

A questão da terra, de ser um pequeno produtor se constitui em um elemento importante para esta população. A terra parece compor seu cotidiano de tal forma que, ao perguntar se ele possuía terras, o senhor Valdir respondeu dizendo que “tem uma terrinha pouca”, como se não pudesse considerá-la, de tão pouca que é? Talvez ainda, esta forma de mencionar sobre suas terras, esteja relacionada ao valor que ela possui para sua vida, que, embora pouco extensa, é a que o sustenta, por isso trata-a como terrinha.

Os significados da terra para os trabalhadores que experimentam o movimento e o trabalho em regiões tão diferentes e tão distantes, assim como para aqueles que não participam do processo de deslocamento, mas vivem da terra, podem estar carregados também de outras conotações como status, segurança, direitos, conforme aponta Thompson quando argumenta que “a terra carrega sempre outros significados, mais profundos do que o simples valor da colheita”¹⁷, uma vez que ela pode significar para estes sujeitos mais que a produção, o preço de mercado ou valor de troca.

Vale observar que a forma como denominam a área de terra que possuem pode estar relacionada com a questão do trabalho. Quando perguntei ao senhor Jorge Amador quanto de terra ele possuía respondeu que: “Entre aqui e ali tem a base de vinte tarefa”. A tarefa, como mencionado anteriormente, parece não só estabelecer uma medida como também remete à área em que um trabalhador deveria executar determinada atividade em um certo limite de tempo, ou seja esta seria a sua empreita ou a sua tarefa¹⁸. Ainda nesse aspecto, a maioria dos entrevistados não utilizou de outras nomenclaturas para se referirem às suas terras, mencionando quase sempre que tinham “uma terrinha ali; uma terrinha pouca; umas poucas tarefas”.

A questão do acesso à terra é primordial para estes pequenos agricultores, ao mesmo tempo em que parece constituir-se em um valor também para os trabalhadores que viajam para as lavouras de café. A forma como se estabelece a relação destes

¹⁶ Depoimento do senhor Valdir Deolindo de Lima, 59 anos, em entrevista realizada no dia 21 de julho de 2007 na residência de um de seus filhos, junto à sede da comunidade do Sítio do Geraldo.

¹⁷ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 64.

¹⁸ Sobre as medidas de superfície utilizadas em diferentes estados brasileiros o Serviço de Estatística da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibiliza uma tabela de Medidas não decimais onde a Tarefa possui treze variações de medidas diferenciadas de acordo com a Unidade da Federação.

sujeitos com a terra é diferenciada. Observa-se que, entre os trabalhadores que não possuem terras, parece haver o desejo pela aquisição, assim como se tem o acesso através do arrendamento, conforme mencionou o senhor Lino, ao afirmar que paga um “agrado” pelo arrendamento que fizera das terras de um parente, ou seja, parece não estar ainda instituído naquele contexto um valor monetário pré-estabelecido e, quando o dono da terra é mais próximo, como um amigo, um parente ou um compadre, o uso da terra chega a ser cedido (“dado”), como denominou o entrevistado¹⁹. O que nos leva a pensar que esses grupos possuem ainda relações de trabalho e valores que destoam daqueles vividos nas lavouras de café, marcadamente capitalistas.

As condições em que estes pequenos produtores estão inseridos, na dependência da natureza e sem acesso a alguns recursos para o trato das lavouras como em outras áreas do país, são muitas vezes interpretadas como os fatores que impulsionam para os deslocamentos e os processos de migração. Os estudos de Andrade fazem referência aos pequenos produtores da região nordeste do Brasil como grupos sujeitos à migração e que, às vezes, não têm acesso suficiente à produção sendo necessário buscar outras fontes de renda:

Não conhecendo os processos técnicos de conservação do solo e não dispondo de dinheiro para adquirir adubos, têm eles uma produção mínima, sendo a renda auferida insuficiente para a manutenção da família. O sitiante complementa o seu orçamento trabalhando “alugado”, como camarada, diriam no sul do país, para os grandes e médios proprietários vizinhos, ou emigra no estio para a área açucareira, a fim de trabalhar nas usinas de moagem, deixando à mulher a guarda e administração de sua gleba.²⁰

O movimento de deslocamento, como forma de busca por manutenção da própria vida e a de sua família, parece ser o mote das discussões sobre esses grupos populacionais em diferentes períodos históricos, como se fosse possível pensar em indivíduos cujos atributos intrínsecos e instantâneos que, em função de certos estímulos produzissem tal ou qual ação. Mas, ao que se observa, estes deslocamentos temporários funcionam como uma complementação para um modo de viver que lhes são próprios, lembrando que, muitas vezes, não são os pais das famílias que viajam, como no caso de

¹⁹ Depoimento do senhor Lino Moraes dos Santos, 37 anos, em entrevista realizada nas proximidades da fazenda onde trabalhava com mais vinte pessoas no dia 6 de junho de 2004.

²⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 168.

alguns entrevistados: senhores Valdir, Basílio, Jorge Amador, Jorge da Mota, José Barbosa, Fernando Araújo, senhora Inês e senhora Bia, mas seus filhos que ao retornarem acabam auxiliando no trabalho nas pequenas propriedades, bem como empregando parte da renda obtida com os trabalhos temporários na aquisição de bens para a família como terras, animais, motos, entre outros. Talvez seja possível pensar que a complexidade das pessoas implique em considerar que elas se inserem na história e que seu comportamento não deve ser traduzido somente em termos de atos, mas também, simultaneamente, em termos de perspectivas e de desejos²¹.

Os trabalhadores que experimentam os deslocamentos acabam se deparando com duas maneiras próprias de se pensar o acesso à terra e a relação com ela. Na região de origem, o tempo da natureza e a produção alcançada da relação do homem com a terra parecem ser um, enquanto que em Minas, o homem pode acelerar sua produtividade com os recursos a que tem acesso, utiliza muito menos o sistema de consorciação de culturas, está mais voltado para uma dinâmica de uso e exploração da terra mercantil. Na pequena propriedade na Bahia, a relação está mais voltada para a produção de subsistência com o uso intensivo da terra. É possível pensar que, nas experiências dos sujeitos pesquisados, a existência de um lugar é viável apenas em relação ao outro, ou seja, a manutenção de sua pequena propriedade talvez seja possível com o trabalho temporário nas lavouras de café, seja o seu próprio ou de algum familiar. Nesse sentido, as pesquisas de Silva apontam para uma relação muito próxima entre um lugar e outro, mantida pelo trabalho e o cultivo da terra.

Unindo duas terras separadas no tempo e no espaço. O homem na terra dos outros tem a força para trabalhar. Com o dinheiro produzido por esta força, o homem alimenta a família, que, então passa a produzir a força para trabalhar a própria terra. Somente assim, pode-se produzir a unidade anterior entre homem-terra. Da interação entre homem-terra, espera-se o produto, a colheita para produzir a força até o mês de maio, quando, novamente, impõe-se a partida para reproduzir a situação anterior.²²

²¹ Estas reflexões apresentam maior densidade e contribuem para pensar algumas formulações correntes sobre os processos de deslocamento populacional em: ROSENTAL, Paul-André. *Les Sentiers Invisibles: espace, familles et migrations dans la France du 19^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. 1999.

²² SILVA, Maria Aparecida Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.

A relação que os trabalhadores estabelecem entre um lugar e outro pode ser pensado menos como dependência da renda obtida com o trabalho na colheita de café e mais como possibilidade de manter ou aumentar o que possui. O depoimento do senhor José Ramon aponta elementos para pensar como a viagem para outra região foi incorporada pelos sujeitos que a empreendem: “Porque quando começa uma vez, vira tradição, né?, todo ano tem que estar aqui. Quando chega perto mesmo, a pessoa fica na ansiedade de vim, contando os dias, né?”²³.

Na palavra tradição, empregada pelo depoente, está embutido um certo ar de permanência do ato de viajar, mas talvez possa se compreender na narrativa do entrevistado não somente a repetição contínua do ato de viajar para os trabalhos na safra de café, mas também a legitimação e expectativa construída com este ato. Assim, há que se considerar que as viagens e os trabalhos em diferentes espaços compõem um amplo campo de disputas no qual se estabelece uma relação de troca, e no qual estão presentes todas as contradições sociais e culturais²⁴.

A relação desse grupo de trabalhadores com a terra e suas próprias condições de produção está quase toda centrada basicamente para o consumo familiar entre outras razões, pela dependência que possuem dos períodos de chuva que acabam determinando inclusive que tipo de cultura cada agricultor irá cultivar ou se irá cultivar, não podendo ainda comercializar muito do que produz para garantir uma reserva para o período de estiagem e reserva de sementes para o próximo plantio. Chama a atenção a referência que estes pequenos produtores fazem à expressão “plantar de tudo”, como narrou a senhora Inês:

A gente planta de tudo. Agora que a gente está deixando mais que nós não estamos mais plantando, mais de tudo a gente se plantava, mas agora esse ano não plantemo não e está muito devagar. De vez em quando tem plantar uma coisinha, quem tem pouco, um prato ou dois de feijão, tem que a gente pôr debaixo do chão.²⁵

A declaração da senhora Inês de que se planta de tudo talvez remeta a pensar que estes pequenos produtores plantam o que convém para o atendimento das necessidades

²³ Depoimento do senhor José Ramon Alves Pereira, 28 anos, em entrevista realizada nas proximidades da fazenda onde trabalhava na colheita do café no dia 10 de julho de 2005.

²⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*; estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 16-17.

²⁵ Depoimento da senhora Inês dos Santos, 65 anos, coletado em sua residência, na região denominada Mundo Novo, no dia 20 de julho de 2007.

da família, utilizando ao máximo possível a área de terra que possuem cultivando ali os mais diferenciados tipos de plantas, embora alguns tenham maior importância na manutenção da família do que outros e, embora nem sempre, os resultados desse plantio sejam positivos variando de acordo com os índices pluviométricos. Sobre as plantações ali efetuadas o senhor José Ramon afirmou que “é feijão, milho, abóbora, tomate, melancia”²⁶. As condições de manutenção da vida parecem ser um dos fatores que influenciam na decisão de plantar ou não, conforme registrou a entrevistada, afirmando que “tem que plantar uma coisinha”, mas ao mesmo tempo “tem que pôr debaixo do chão”, o que faz pensar que o ato de plantar para a entrevistada parece estar envolvido de um tratamento carinhoso dado aos grãos que irão alimentar a família e, mesmo à terra, uma vez que a motivação da disposição de lidar com a terra pode “estar além da necessidade de prover de alimentos o paiol do sítio e a dispensa, e da obrigação camponesa de transformar em mercadoria o restante das safras e transformar em reserva de dinheiro e compra de outros bens o produto sazonal da agricultura familiar”²⁷.

As referências dos entrevistados ao “plantar de tudo” aparecem em diferentes momentos apontando para os usos da terra de maneira consorciada, fato explicado, em parte, pela pequena área a que têm acesso os pequenos “sitiantes” procurando utilizar ao máximo a sua gleba entre o cultivo e a criação de animais como argumentou o senhor Valdir: “Ah, eu planto tudo, né. É o feijão, o milho, a mamona, a mandioca, né. De tudo né, capim também tem um pouco de capim”²⁸.

A compreensão de “plantar de tudo” faz referência ainda aos produtos necessários à manutenção e ao provimento do mínimo necessário para a subsistência. Entende-se que a produção de subsistência como aponta Heredia, é aquela que além de ser consumida pelos próprios produtores, pode também ser comercializada para adquirir “os bens necessários à reprodução física e social das famílias desses pequenos produtores”²⁹. Geralmente, toda a família de pequenos agricultores se integra no desenvolvimento das atividades exigidas pela produção, mas percebe-se uma divisão interna das tarefas, sendo destinadas aos homens algumas atividades e às mulheres outras. Foi possível verificar que às mulheres é destinada a tarefa de colheita e

²⁶ Depoimento do senhor José Ramon Alves Pereira, 28 anos, em entrevista realizada nas proximidades da fazenda onde trabalhava na colheita do café no dia 10 de julho de 2005.

²⁷ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999. p. 64.

²⁸ Depoimento do senhor Valdir Deolindo de Lima, 59 anos, em entrevista realizada no dia 21 de julho de 2007 na residência de um de seus filhos, junto à sede da comunidade do Sítio do Geraldo.

²⁹ HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *A morada da vida*. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 37.

beneficiamento do feijão, conforme se acompanhou no mês de agosto de 2006, quando algumas delas se encontravam nas lavouras “batendo feijão” como no caso da senhora Inês e da senhora Bia cujos filhos se encontravam, naquele período, nas lavouras de café. Normalmente, as mulheres se reúnem em grupos para se ajudarem na colheita e depois disso, realizam o que chamam de “bater feijão”, retirando os grãos das vagens e preparando para a armazenagem, o que revela uma dinâmica na execução desta atividade envolvendo grupos de mulheres da comunidade. Às mulheres ainda destina-se o cuidado com os animais do quintal como porcos e galinhas, além de todas as atividades relacionadas ao cuidado doméstico, como cozinhar, lavar, passar, cuidar das plantas do quintal entre outras. Aos homens destina-se a tarefa do plantio especificamente e da limpeza das roças, assim como o cuidado com os animais, especialmente, com o gado, com as ovelhas e cabras e, ainda, na comercialização dos produtos seja na feira, realizando as compras para casa, ou fazendo a troca de produtos excedentes por outros.

A pesquisa possibilitou observar os trabalhadores temporários nas lavouras cafeiras como grupos de homens e mulheres que fazem as suas opções, que dentre as possibilidades que possuem, escolhem compor os grupos de trabalhadores temporários, não porque não têm outras saídas ou estratégias, mas porque conseguiram, com a atividade da safra, aliar o aumento da renda com a condição em que vivem em suas regiões. Os significados e as representações que as viagens possuem para os trabalhadores e também para os seus familiares passam, em alguns momentos, pelas possibilidades alcançadas com o trabalho temporário, mas por todos os riscos que tal ação envolve, não somente durante as viagens e o trajeto percorrido, mas pelas transformações que estas experiências acarretam naquele que realiza tal ato como naqueles que permanecem à espera de seus filhos, pais, maridos, amigos, enfim, pois o fato de vivenciar uma outra dinâmica de vida, de experimentar o deslocamento, não permite que o indivíduo retorne para casa do mesmo modo, uma vez que sua ação não fica “impune”. Empreender tal ação pode significar, para a grande maioria dos trabalhadores estudados, a busca pela manutenção de seu local de residência, onde o trabalho temporário possibilita pequenas conquistas e alterações no modo como aquela população vive, na forma como passa a cuidar da terra, a tratar os animais, a lutar e defender a área da qual se sentem parte, se identificam.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antônio de. Os trabalhadores e seus espaços: cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (Org.). *Política, cultura e movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas*. Uberlândia: EDUFU, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTICO, Cláudia. Por quê Migrar? In.: Patarra et alli (org.) *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993*. Instituto de Economia, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- Étude sur le travail saisonnier et ses salaires dans les secteurs des fruits et légumes. Publicação do Ministério da Agricultura e da Pesca. Paris, 2001.
- FERREIRA, Janete Aparecida. *O eterno ausente: estudo com migrantes sazonais*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1992.
- FLORES, Sara Maria Lara. Le mouvement migratoire et les enclaves de l’agriculture intensive en Amérique Latine. *Migrations Société*. Paris, CIEMI, v. 20, n. 115, p. 39-56, jan./févr. 2008.
- GONÇALVES, Alfredo José. Migrações internas: evoluções e desafios. *Estudos Avançados*. vol. 15, n. 43, São Paulo: set./dez. 2001.
- GREEN, Nancy. *Repenser les migrations*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. *A morada da vida*. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSENTAL, Paul-André. *Les Sentiers Invisibles: espace, familles et migrations dans la France du 19^e siècle*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales. 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *La Double absence: des illusions de l’émigré aux souffrances des l’immigré*. Paris: Deuil. 1999.
- SILVA, Maria Aparecida Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum; estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Um “voo para tão longe”: a migração para/na colônia Neu-Württemberg

Rosane Marcia Neumann*

Resumo: Na década de 1890, verificou-se um intenso movimento migratório dos colonos rio-grandenses das *colônias velhas* rumo às *colônias novas* da região noroeste do Estado. Já na década de 1920, observa-se a transformação destas *colônias novas* de receptoras para fornecedoras de migrantes, alimentando a continuidade desse fluxo. Nessa perspectiva, o colono/imigrante alemão no Brasil não foi sedentário, e o seu apego à propriedade da terra o coloca/mantém em movimento na busca por terras férteis e a baixo custo, para si e seus filhos, permitindo a reprodução do seu sistema de produção colonial, bem como uma forma de aplicação de capital. Esse deslocamento populacional é visível na colônia Neu-Württemberg, a qual, após duas décadas de colonização, passou a fomentar o fluxo migratório para a colônia Erval Seco e Porto Feliz (Mondaí-SC), e será o caso analisado nesse estudo.

O processo de imigração e colonização alemã no Brasil foi acompanhado por um movimento interno paralelo: a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia – além do retorno dos (i)migrantes. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino cada vez maior. Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, insere-se a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes, atraídos pela possibilidade de adquirirem (mais) terras para si e seus filhos, por preços reduzidos, na perspectiva de permanecer/tornarem-se proprietários.

A migração é um fenômeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. O (i)migrante vive numa constante dialética de expulsão e atração (RAISON in ROMANO, 1986; SAYAD, 1998). Certa dose de fantasia e credulidade existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala, pois o migrante tende a exagerar as possibilidades disponibilizadas pelo local de

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.

destino, como se fossem infinitas, onde a capacidade de ação não encontra obstáculos, idealizando em excesso. Os relatos de migrantes sobre as dificuldades enfrentadas no novo meio são escassos. A grande epopeia da (i)migração, construída a *posteriori*, silencia os pormenores, afirmando que as dificuldades foram vencidas pelo trabalho. “A Colonização Alemã tornava-se o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria transformou-se em heroísmo. Os colonos são objetivos, decididos, corajosos e vencedores” (SANT’ANA, 1991, p. 62).

Segundo Giralda Seyferth (2004), por volta de 1840, atribuíam-se o insucesso da colonização e a mobilidade espacial dos colonos, exemplificados no caso de São Pedro de Alcântara, à facilidade de obter terra sem pagar nada por ela. Para aqueles que formulavam as políticas de imigração e colonização, a culpa cabia aos próprios colonos, acusados de só pensar nos subsídios e de não ter nenhum apego à terra recebida. Esse movimento de vai e vem de colonos não se restringiu às colônias públicas, aliás, foi um dos fatores responsáveis pela ocupação das colônias privadas, nas quais a migração era forçada pelo menor número de lotes, sem a possibilidade de dilatação da área.

Historiando a condição do trabalhador rural na Alemanha no século XIX, Max Weber (in SILVA e STOLCKE, 1981, p. 26) aponta que o camponês também não era tão sedentário quanto se imagina, pois as migrações em busca de trabalho eram corriqueiras – havia várias categorias de trabalhadores, e a dimensão da área que recebiam para cultivar oscilava entre dois terços de hectare a um hectare e meio. Já nas camadas mais modestas da Alemanha,

existia uma *Heimatlosigkeit* (ausência do sentimento de pátria) estrutural, vivenciada como a não-propriedade do solo ([*Grund*] – *Bezitlosigkeit*), o que tornava alguém sem terra o mesmo que alguém sem pátria, com a consequente condição de desgarramento, ou ausência de sentimento comunitário. Emigrar surgia como a única alternativa para um dia se realizar o sonho de ser proprietário de um pedaço de chão (ALENCASTRO e RENAUX, 1997, p. 318-319).

Para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. Porém, a ligação do imigrante com a terra é discutível. Para Ellen Woortmann (2004, p. 25), “mais que mercadoria, para aqueles camponeses a terra é um valor simbólico, um patrimônio familiar que deve passar de uma geração a outra e permanecer na casa-tronco, a *Stammhaus*”. E acrescenta:

“Passar para” é uma operação excepcional, um “mal necessário”, mas moralmente legítima por ser interna ao universo de parentesco ou comunitário, embora possa ser vista pela comunidade como resultado de incompetência do herdeiro-guardião. Mas vender para um estranho é visto como resultado de “ambição”: significa transformar a *Land* (e a *Stammhaus*) em mercadoria, renegando a labuta (*schuften*) das gerações anteriores (WOORTMANN, 2004, p. 33).

Outros estudos, como de Willems, Waibel, Roche e Seyferth, são unânimes ao afirmar que o colono era apegado à propriedade da terra como um bem econômico, porque os imigrantes haviam perdido uma virtude camponesa essencial: o apego à terra. Essa “perda cultural” seria a responsável pela venda, na primeira oportunidade, da sua terra, abandonando o seu lar, adquirindo um lote mais em conta, uma “terra boa” ou *Gutes Land*, um lote com uma localização mais favorável, um negócio mais rentável ou, ainda, migrando para os núcleos urbanos, dedicando-se a um ofício, geralmente aquele que já conheciam na Europa.

Assim, no Brasil, o colono foi menos sedentário do que o camponês europeu. Caracterizavam-no “a ânsia por novas terras e o ‘*Wanderlust*’ (desejo de peregrinar). Quando encontrava terras melhores para si e seus filhos, tornava a se mudar novamente” (FOUQUET, 1974). Roche (1969) afirma que, excetuando os que permaneciam no lote paterno, os descendentes de colonos migravam em média uma vez durante sua vida. Os imigrantes e seus descendentes alimentavam, então, as migrações internas, o que representa uma marca distintiva da colonização no Rio Grande do Sul. O *pioneirismo* permanente expandiu rapidamente a fronteira agrícola, formando novos núcleos coloniais em áreas cada vez mais afastadas da capital, processo que o autor denominou de *enxameamento*. A agricultura dos colonos alemães

teve caráter essencialmente pioneiro. [...]. Para continuarem agricultores, esses agricultores deixavam seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixavam o seu, pois não eram rendeiros mas proprietários ou filhos de proprietários. [...]. Porque eram proprietários, mais precisamente pequenos proprietários, os colonos foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros (ROCHE, 1969, p. 319).

Portanto, essas migrações foram resultados da conjugação de vários fatores: do crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã, aliado à escassez de terras para venda; a rotação de terras, acompanhada do uso intensivo e das queimadas,

provocavam o rápido esgotamento do solo, com a queda da produção;¹ a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização; o fluxo constante de imigrantes ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, abastecendo as colônias, pois os elementos estrangeiros deixavam as áreas rurais quando atraídos pelas possibilidades apresentadas pelas cidades, ainda mais com o incremento industrial;² o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade foi a responsável pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, diferia do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha.³ Somando-se a esses fatores, Seyferth (2004) entende que essa mobilidade espacial tinha outros pretextos, que também provocaram invasões irregulares de lotes entre colonos e abandono à revelia das autoridades: a má qualidade das terras e a distância em relação à sede colonial foram causas determinantes da migração, mas também a separação da família aparentada ou emigrada de uma mesma região, que reflete a impossibilidade de escolha da terra, sobretudo nas colônias oficiais.

Após um século de imigração e colonização alemã no estado, Theodor Amstad, reportando-se ao movimento das populações rumo às *colônias novas* da região do Planalto, ponderou que demorou “um bom tempo até que os colonos alemães se decidissem por um ‘voo para tão longe’”. O estímulo imediato para tanto foi dado pela febre por terras dos anos noventa. Derrubaram-se para os moradores das colônias velhas os limites de suas estreitas picadas natais, pela compra cega das colônias cobertas de mata” (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 127) – esse movimento teria se

¹ Um dos problemas fundamentais relacionados ao modelo de colonização adotado era a incompatibilidade entre a área de um lote colonial e as técnicas de produção adotadas, esgotando o solo na primeira geração. Criticando esse aspecto, Waibel (1979) apresenta a expressão alemã *minimale Ackernahrung*; a qual se refere à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. A *minimale Ackernahrung* depende principalmente de dois fatores: as características da terra e o sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar. Nessas circunstâncias, um agricultor no Brasil deveria receber entre 70 e 100 hectares, no mínimo.

² Isso não era uma característica exclusiva do Rio Grande do Sul. Também em São Paulo a situação não era diferente, pois, geralmente, quando quitada a dívida com a fazenda, esses imigrantes/colonos rumaram para as cidades, onde passaram a exercer a sua profissão de origem ou empregar-se como operários em fábricas, ou outras regiões próximas, onde poderiam adquirir uma pequena propriedade de terras. Assim, tanto na capital quanto no interior, formaram-se pequenos bairros alemães (cf. SIRIANI, 2003). Sobre a mobilidade dos colonos em São Paulo, Holloway (1986) afirma que eles retinham algum controle sobre a sua própria força de trabalho, escolhendo as melhores ofertas e possibilidades de progresso.

³ Waibel (1979) fala, sem se deter, sobre a forma de distribuição dos lotes de terras no sul do Brasil, com longas faixas de terras de forma retangular. Esse modelo teria sido comum no final da Idade Média, durante a colonização das montanhas do leste da Alemanha. Todavia, esse tipo de ocupação era quase desconhecida no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes, regiões nas quais viviam em vilas aglomeradas, comprimidos uns aos outros.

intensificado com o final da *Revolução Federalista* (1893-95). Nesses movimentos migratórios, os colonos carregavam as suas mudanças da forma possível: de trem, a cavalo, de carro ou carroças de boi.

Não raro podia-se assistir ao espetáculo inusitado, como pessoas que até aquele momento mal haviam ultrapassado os marcos de fronteira de seu município, carregarem com toda a naturalidade seus pertences numa carroça, passando três a quatro semanas peregrinando, até alcançarem o extremo noroeste do nosso Estado, em Serro Azul, Pirapó ou Serro Pelado, para aí construírem sua nova querência (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 128).

Para Amstad, uma das principais razões para esse deslocamento era o modelo de colônias públicas fundadas no início da República, baseadas na colonização mista, o que fazia com que boa parte dos colonos, detentores de capital, migrassem novamente para colônias particulares, confessionais e etnicamente separadas. Outro fator era a especulação dos compradores e vendedores de terras, que tinham seus agentes espalhados na capital, nas estações de trem, nas colônias, cada qual afirmando que suas terras eram as melhores e as mais baratas. Influenciados por essa propaganda, muitos migraram para as novas frentes de expansão agrícola. “Em questão de 10 a 15 anos o [rio] Ijuí, de Serro Azul até a sua desembocadura no rio Uruguai, numa extensão de 70 a 80 quilômetros, fora ocupado. Acabara-se de fundar a São Leopoldo do século vinte” (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 129).

Um dos destinos desse fluxo migratório foi o município de Cruz Alta, onde foi fundada em 1890 a colônia Ijuí, um modelo de colonização pública etnicamente mista. Nas suas imediações, instalou-se a colônia particular Neu-Württemberg, em 1898, de propriedade da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, a qual foi projetada para receber imigrantes alemães, logo, tratava-se de uma colônia étnica. No município de Palmeira, a empresa fundou as colônias Xingu (1897) e Erval Seco (1899), perfazendo áreas menores e com um desenvolvimento diferenciado (cf. NEUMANN, 2009).

A *Colonizadora Meyer* inicialmente apostou em um projeto de imigração, porém, os resultados foram negativos, visto que o imigrante idealizava em demasia a nova *Heimat*, tinha dificuldades em se adaptar às condições precárias de uma colônia em formação, sem infra-estrutura, com poucas opções de sociabilidade, levando-o ao retorno à Alemanha, ou à migração para outras colônias ou centros urbanos.⁴ Para

⁴ Davatz (1972, p. 193) aconselhava a todos aqueles que almejavam emigrar que adiassem esse projeto o máximo possível, mesmo que estivessem levando uma vida pobre e cheia de privações, mas honrada e honesta em sua terra natal. Justificava que a decepção, além dos perigos da viagem, não compensava. Ou,

contornar essa situação e garantir o prosseguimento da colonização, a empresa direcionou seus interesses para os colonos teuto-brasileiros das *colônias velhas*, que além de possuir capital suficiente para quitar seu lote colonial e manter-se nele, já sabiam desbravar a mata e dominavam as técnicas agrícolas. Na ótica da empresa, o colono era necessário na fase de implantação da colônia, e o imigrante somente era bem vindo depois de superada essa fase, quando crescia a demanda por técnicos, profissionais de ofício, professores, pastores, etc.

Os dados concretos sobre a recepção da propaganda promovida pela empresa na zona colonial, bem como a adesão a esse projeto, são os próprios colonos. As colônias São Lourenço e Teutônia forneceram as duas primeiras levas de colonos, por acaso, duas colônias particulares. Talvez porque já conheciam um modelo de colonização privada, as suas vantagens e as suas limitações, esses colonos optaram pela colônia Neu-Württemberg como destino preferencial, buscando reconstruir ali a sua *Nova São Lourenço* ou *Nova Teutônia* – segundo Jean Roche (1969), esse poderia ser, perfeitamente, o nome da colônia, visto que Teutônia forneceu, entre 1905 e 1935, quase um terço dos colonos. Santa Cruz, a *colônia-modelo* da zona de colonização antiga, segundo Meyer (1899), foi outro ponto de origem de significativo número de colonos, que viram no projeto de Neu-Württemberg uma *continuidade* do modelo de colônia que estavam deixando.

Observando a composição desses grupos migratórios, percebe-se que não eram famílias isoladas que migravam, mas sim, pessoas que tinham alguma ligação entre si – parentesco, compadrio, vizinhança – assim, eram *redes sociais* que se deslocavam (MATOS, BRAGA, 2004). Na colônia de destino, Neu-Württemberg ou Xingu, tentaram reproduzir novamente essa estrutura anterior, estabelecendo-se em uma mesma linha colonial e, se possível, em lotes contíguos. Devidamente instaladas, essas famílias, por meio da troca de cartas e visitas aos seus parentes e amigos remanescentes, contavam sobre as possibilidades dessa *nova* zona colonial e insistiam para que viessem

quando realmente convencidos de que a emigração seria a única saída, que *a priori* realizassem uma rigorosa investigação sobre a credibilidade do projeto de colonização em questão, buscando uma colocação no país de destino antes de abandonar o de origem. Enfim, desaconselhava o emigrante a se aventurar cegamente rumo à “terra da promessa”, pois “não há quem imagine, em sua terra, como é doloroso ter de definhir em um país distante, onde não se encontrou a felicidade apetecida...”.

a se integrar a esse projeto.⁵ Contribuíam, então, voluntariamente para a propaganda da colônia e do projeto de colonização como um todo.

Analisando os relatórios da *Colonizadora Meyer*, encontra-se nas suas colônias um imigrante/colono com baixo índice de fixação nos locais de chegada, circulando de uma colônia à outra, ou dentro do próprio complexo colonial de uma linha para a outra. O pioneirismo permanente e, por consequência, o abandono do lote colonial, foi um problema com o qual a empresa – tal qual os demais empreendimentos de colonização da região – conviveu no decorrer de sua atuação. A compra e devolução de lotes coloniais, mais a permuta entre os compradores e entre estes e a *Colonizadora* eram corriqueiros. Para um observador de fora, tal movimento geralmente era lido como um sinal de alerta de que poderia haver algum problema. Dessa posição, um artigo publicado em 1912 acusava Herrmann Meyer de capitalista, e apresentava o fato de que a maioria dos imigrantes novamente abandonava a colônia como um indício de que não se tratava de um projeto de colonização confiável.⁶

No ato da compra, os colonos assinavam um contrato de compra e venda particular com a *Colonizadora Meyer*. Conforme a cláusula 14 do contrato: “só depois de ter efetuado o pagamento total e de ter feito plantação no terreno adquirido e fixado moradia habitual, por si ou por seu representante, dentro da zona colonial, poderá o comprador exigir se lhe passe a competente escritura pública de compra e venda”. Com a escritura em mãos, o comprador podia revender o lote conforme os seus interesses. Em um conjunto de 1.886 contratos particulares da colônia Neu-Württemberg, desconsiderando, nesse caso, o número total de lotes vendidos, visto que a venda de mais de um lote para um mesmo indivíduo, geralmente era registrada no mesmo contrato, chega-se a seguinte amostragem: no quesito forma de pagamento, 38% dos compradores quitaram o contrato no ato da compra, e 62% parcelaram o valor contratado. Do total, 82% dos contratos referem-se a lotes coloniais, e apenas 18% a terrenos urbanos e chácaras. O dado mais interessante nesses contratos é a desistência ou devolução do lote colonial adquirido, assinalada pelo carimbo *zurückgegeben*/devolvido. Do total de contratos, 64% dos compradores desistiram da compra, ou transferiram o contrato para outro, ou permutaram o seu lote, enfim,

⁵ Resquícios dessa estrutura original ainda são visíveis nas linhas coloniais do município de Panambi hoje, pois em cada qual predomina uma dessas antigas parentelas, e se a investigação parte desse ponto até os dias atuais, facilmente chega-se à conclusão de que ali muitos são parentes entre si.

⁶ Artigo. Brasil – Alemanha (continuação). Tradução [francês-alemão] da *Revue Franco-Brésilienne*, Rio de Janeiro. Ano 3, N. 69, de 15/11/1912, página 2-4. Caixa 31, MAHP (Museu e Arquivo Histórico Hermann Wegemann – Panambi).

assinaram um termo de devolução do lote com as benfeitorias, desistindo de todos os seus direitos, em favor da *Colonizadora*. Dependendo do acordo com a empresa, esta concedia um prazo de 30 dias para retirada das benfeitorias. Do mesmo modo, a empresa era obrigada a devolver os valores já pagos, descontada a multa rescisória. Em apenas 36% dos contratos, os seus compradores permaneceram com o primeiro lote contratado, solicitando posteriormente a escritura pública.

Na fase inicial da colonização, a desistência apresentou índices mais elevados quando venciam os prazos para a quitação do contrato e, na falta de recursos, os colonos se viam obrigados a devolver o lote ou renegociar a dívida. Nos casos em que o colono quitava o lote no ato da compra, as transações de compra e venda eram mais frequentes ainda, pois uma vez proprietário, poderia dispor do lote a qualquer momento. A transferência do contrato para terceiros, até ser escriturado, também era uma prática comum. Problema mais grave era a inadimplência dos colonos. Em situações delicadas, a empresa procurou renegociar o contrato, em outras, pressionou pela devolução do lote e, como última medida, executou a dívida em juízo (cf. NEUMANN, 2009). Era corriqueiro os colonos trabalharem na abertura e manutenção de estradas, revertendo o valor das diárias para o pagamento do lote colonial.

Outro dado interessante, que passa despercebido nas análises gerais, relaciona-se ao preço de um lote colonial. A tendência natural seria o preço aumentar, conforme o andar da colonização. Porém, na colônia Neu-Württemberg, em 1900, um lote custava Rs. 800\$000 (oitocentos mil réis); a partir de 1901 até 1907, o preço foi elevado a Rs. 1:000\$000 (um conto de réis), chegando a Rs. 1:200\$000. Entretanto, a partir de 1908, com a ampliação da colonização além dos rios Fiúza e Palmeira, extrapolando os limites da *velha Neu-Württemberg*, verificou-se justamente o contrário, ou seja, uma redução sensível no preço de um lote colonial, voltando a Rs. 800\$000, e na área ao norte do rio Palmeira, o preço médio era de Rs. 600\$000, com a redução do prazo para pagar. Com essa alteração no mercado de terras, compensava ao colono desistir do contrato anterior e reiniciar todo processo pioneiro em uma *linha* colonial em formação. Logo, a própria variação dos preços dos lotes dentro dos limites da colônia e dos prazos de pagamento incentivava a migração de uma linha à outra, e de um complexo colonial a outro. No período de 1912 a 1926, o preço do lote ficava entre Rs. 500\$000 e Rs. 6:000\$000, e os prazos, de 6 meses a 4 anos. Ainda, a venda de *partes* de lotes tornou-se comum, como um quarto de/ou meio lote, diminuindo os custos e resultando no fracionamento do lote, formando uma estrutura de chácaras.

Tal redução substancial ou estagnação do preço de um lote colonial contrariava e comprometia a sustentabilidade econômica da *Colonizadora Meyer*. Uma das razões para esse comportamento foi a concorrência, pois vários empreendimentos do gênero atuavam na região planalto e no oeste catarinense, oferecendo preços mais competitivos, com isso, para se manter no mercado, a empresa via-se obrigada a reduzir os preços também. Outros fatores foram os conflitos verificados na região, criando um clima de instabilidade, bem como os conflitos externos, além das sucessivas crises econômicas do país. Esse contexto reduziu a demanda por terras e, por decorrência, os preços.

Portanto, o deslocamento migratório *interlinhas* acompanhou o processo de colonização desses espaços, visto que os primeiros compradores de lotes coloniais nas linhas em formação foram os próprios colonos já estabelecidos na colônia, ou os filhos destes, na perspectiva de comprar uma “terra boa”. Fato é que a *Colonizadora* não conseguiu controlar nem deter esses deslocamentos internos, pois a realocação por conta própria dos colonos, seja por questões financeiras, de parentesco, relações pessoais, etc., foi uma constante.

Acompanhando a trajetória migratória de alguns desses colonos, percebe-se pelo menos dois tipos: o primeiro, aquele que tinha como interesse ampliar a sua propriedade, adquirindo ou permutando novas áreas de terras nas imediações do lote original; o segundo tipo, mais comum, era o *colono errante*, ou talvez justamente o empreendedor, que aproveitava as ofertas de terras, transferindo com muita frequência o contrato para terceiros. Outros, ainda, adquiriram sucessivamente vários lotes e terrenos urbanos, em diferentes linhas coloniais e na sede, devolvendo ou transferindo-os em seguida, por vezes pagaram o preço total no ato da compra, outras, parcelaram, até permanecerem definitivamente com uma ou mais propriedades. Nota-se um grupo minoritário de imigrantes/colonos mais remediados, que tratavam a compra de terras como aplicação de capital ou, simplesmente, especulação – é fato que a *Colonizadora* procurava coibir a especulação, mas em momentos de dificuldades financeiras, esse ideal era suplantado pela necessidade de manter a engrenagem da empresa em funcionamento, injetando mais capital.

A migração não se restringiu apenas ao aspecto interno da colônia. No início da década de 1920, esgotadas as possibilidades de adquirir terras na colônia Neu-Württemberg, além de seus elevados custos, iniciava a venda de terras por parte da *Colonizadora Meyer* na colônia Erval Seco – inicialmente denominada colônia

Fortaleza⁷ – por preços mais baixos, atraindo considerável número de compradores. Como naquele momento o interesse da empresa era encerrar os seus negócios de terras, não houve uma preocupação maior com a composição étnica ou confessional da colônia. Assim, dentre os compradores, além de remigrantes de origem alemã da colônia Neu-Württemberg e outras regiões coloniais, encontrava-se um significativo número de colonos italianos, e um elevado número de luso-brasileiros. Chama atenção o elevado número de chácaras na colônia Fortaleza/Erval Seco, sinalizando para uma demanda considerável por tal modelo de propriedade devido à escassez de capital.

Em 1927, registrou-se o pico máximo de venda de terras em Erval Seco, contudo, o fator definitivo não foi a demanda, mas as circunstâncias: trata-se do ano pós-morte do diretor da empresa, Hermann Faulhaber. Temendo o pânico na colônia, descapitalizada e sem condições de quitar os depósitos dos colonos junto à *Colonizadora*, adotou como saída a conversão do capital aplicado em terras, evitando perdas para ambos os lados. *Vender terras* passou a ser a palavra de ordem, priorizando a comercialização de grandes frações – daí encontrar proprietários com 150, 200, até 500 hectares –, sem preocupações em manter ali o mesmo padrão das colônias Neu-Württemberg e Xingu, como pequena propriedade, etnia alemã, compromisso de estabelecer moradia habitual, cultivar a terra, assistência religiosa e escolar. Consequentemente, o povoamento e desenvolvimento da colônia Erval Seco eram lentos, verificando-se momentos de estagnação.

Prevendo o encerramento das atividades da *Colonizadora Meyer*, seu diretor Hermann Faulhaber procurou outros meios para se manter no campo da colonização, aceitando o convite para assumir a direção de outra empresa do ramo, a *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, com sede em Carazinho, e escritório na colônia Neu-Württemberg. A referida empresa fundou a colônia Porto Feliz (atual Mondaí), na outra margem do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, em 1922, após uma longa negociação de terras (KOELLN, 2004). Tal empreendimento, para conquistar a confiança dos colonos, valeu-se do prestígio pessoal de Faulhaber e sua experiência, bem como usufruiu das instalações do escritório da *Colonizadora Meyer*, do trabalho de seus funcionários e aplicação de seu capital (cf. NEUMANN, 2009).⁸ O fato de

⁷ A colônia Fortaleza era o 7º distrito de Palmeira. Com a emancipação de Seberi, em 1959, passou a integrar o território deste município. Foi emancipado sob o nome de Erval Seco em 1963, desmembrando-se em 1992 o município de Dois Irmãos Missões.

⁸ Faulhaber aplicou todo o capital da *Colonizadora Meyer*, incluindo os depósitos a juros dos colonos, nesse empreendimento, sem a assinatura de qualquer documento. Meyer somente conseguiu a restituição

Faulhaber ser o diretor das duas empresas, além de garantir credibilidade, dava a impressão, aos de fora, de tratar-se de um mesmo projeto de colonização, aspecto também reforçado pela propaganda do período, ao projetar Porto Feliz como a grande *nova Neu-Württemberg*.⁹

Conhecedor das dificuldades atinentes à formação de uma nova colônia, Faulhaber buscou as primeiras levas de colonos em Neu-Württemberg, bem como um grupo de profissionais responsáveis pela edificação das primeiras instalações da empresa e obras de infra-estrutura, incluindo ainda agrimensor, professor, pastor. A migração para a nova frente de colonização em Porto Feliz foi possível naquele contexto pela soma das variáveis: escassez e o alto custo das terras na colônia Neu-Württemberg; a formação de um excedente populacional na referida colônia; a existência de colonos com capital acumulado e interessados em investir em terras baratas; a curta distância entre as duas colônias em questão; o terreno acidentado da colônia Erval Seco, somado a intrusão e a instabilidade da região. Habilmente, Faulhaber soube lidar com essa situação a seu favor e, assim, conseguiu atrair para o seu novo empreendimento uma parcela significativa de colonos de Neu-Württemberg, outros de Erval Seco e Xingu. Outra estratégia empregada para estabilizar o novo empreendimento foi a obtenção de empréstimos a juros junto aos colonos, oferecendo como garantia um ou mais lotes de terras a preço de custo, com as condições mais variadas, ou seja, se dentro do prazo estabelecido a empresa não quitasse o capital aplicado, o colono receberia o valor tratado atualizado em lotes de terras, bem como poderia optar por isso. Tal prática é evidente ao consultar a lista dos primeiros compradores de terras de Porto Feliz, visto que um número significativo deles jamais saiu de Neu-Württemberg, e a compra de terras foi uma aplicação lucrativa de capital, revendendo-as posteriormente. Analisando a questão sob esse prisma, conclui-se que a especulação de terras em Porto Feliz foi intensa, o que explica o seu lento crescimento

do capital, somado a 6% de juros, em 1929, ao assumir 218 lotes, de 24,2ha, a Rs. 2:200\$000, da *Chapécó-Pepery*, em Porto Félix, Santa Catarina, os quais foram revendidos imediatamente para o *Volksverein*, rendendo a transação Rs. 479:600\$000. Essa intermediação foi longamente negociada com o *Volksverein*, “uma empresa séria”, que, dessa forma, faria os pagamentos, parcelados em dois anos, mediante nota promissória, diretamente para a *Colonizadora Meyer*. Por outras pendências financeiras, a empresa *Meyer* acabou por assumir 61 hectares na colônia Porto Feliz, que foram logo revendidos novamente (Carta. Neu-Württemberg, 1/6/1929. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig; Carta. Leipzig, 7/6/1929. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

⁹ Incorretamente, muitos dos estudos e artigos produzidos sobre esse projeto de colonização no oeste catarinense afirmaram que Meyer foi sócio do empreendimento, outros, ainda, que foi a própria *Colonizadora Meyer* quem fundou Porto Feliz.

populacional, bem como o *repovoamento* da colônia na década de 30, quando efetivamente essas terras foram revendidas e ocupadas.

Entretanto, o projeto de Porto Feliz como uma colônia alemã e protestante em grande escala – uma continuidade de Neu-Württemberg –, ficou a meio caminho, pois Faulhaber, o idealizador e responsável pela execução desse projeto suicidou-se em 1926, em decorrência das dificuldades financeiras da empresa e divergências internas. A partir daí, a colônia ideal cedeu lugar à colônia real possível.

Enfim, o (i)migrante vivia nessa gangorra, dividido entre o permanecer e o partir, vivendo uma situação de provisoriedade (SAYAD, 1998). Nas zonas de colonização, independente do grupo étnico ou da região de origem, continuou migrando, conforme as oportunidades que lhe surgiam, encarando a terra como uma moeda corrente e uma opção para a aplicação do seu capital, e as áreas urbanas como a oportunidade para continuar exercendo o seu ofício ou dedicar-se ao comércio. A migração interna foi responsável pela expansão da zona colonial antiga, bem como das colônias novas na região do Planalto rio-grandense, com o avanço da fronteira agrícola e o desenvolvimento da agricultura. O imigrante/colono real, então, jamais deixou de ser um *migrante*, especialmente nas colônias privadas, onde a disponibilidade de terras era menor e a possibilidade de expansão mais limitada. Por fim, a distância temporal entre o chegar e o partir poderia passar pelo permanecer o resto da vida no lugar de destino, ou apenas alguns dias ou semanas. Dessa forma, a colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, em duas décadas, passou de receptora de migrantes para fornecedora, fomentando o fluxo migratório para as colônias Erval Seco e Porto Feliz (Mondaí), e nessa busca insaciável por terras mais propícias, terminou o século XX enviando colonos para a fundação da *Colonização Panambi*, em Luis Eduardo Magalhães, na divisa dos estados da Bahia e Tocantins, continuando o “voo para [cada vez mais] tão longe...”.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: _____. **História da vida privada no Brasil: Império**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.

Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974**. São Paulo/ São Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KOELLN, Arno. **Porto Feliz, a história de uma colonização às margens do rio Uruguai**. Mondaí: Improeste, 2004.
- MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu/MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep. Acesso em 04/03/2006.
- MEYER, Herrmann. **Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899**. Gedruckt als “Reisebrief” für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. Porto Alegre, 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.
- RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8, p. 488-517.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.
- SANT’ANA, Sérgio Bairon Blanco. **História Palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira**. Tese [Doutorado]. São Paulo, 1991. Universidade de São Paulo, 1991.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã: Vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Teses e Monografias, 6).

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos alemães no Brasil**: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WOORTMANN, Ellen F. *Ein gutes land*: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: _____.(org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

***Täuschungen* – Ilusões. Conto em forma de cartas de Wilhelm Rotermond –
palavras transmitidas entre dois continentes**

Prof. Dr. Gerson Roberto Neumann

UFPel – IHSL

Resumo: Refletir a importância das cartas no século XIX, período de grandes migrações no continente europeu, é indispensável para que melhor se compreenda o que se informava da forma mais pessoal em torno das experiências vividas no contexto migratório. Nessa comunicação pretende-se: a) refletir a importância das cartas como forma de comunicação que exerce um determinante fator de atração e rechaçamento no contexto migratório; b) apresentar e analisar trabalhos já existentes em torno do tema e possam vir a contribuir para projetos de pesquisa que se iniciam e c) analisar o conto do também emigrante Wilhelm Rotermond (1843-1925), que publicou no *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Rotermond-Kalender) de 1881 o conto *Täuschungen* (Ilusões). Neste, o leitor pode ler a trágica emigração de um casal através de cartas enviadas.

Introdução

O envio de cartas como forma de comunicação, atualmente, no contexto da comunicação acelerada, está cada vez menos em uso e a tendência é que a epístola se torne, de fato, algo do nosso passado. Hoje o mail, SMS e todas as demais formas de mensagem rápida se impõem e a carta em papel, enviada pelo correio perde o seu espaço.

No século XIX, quando a viagem da Europa para o Brasil ainda se dava de navio e o tempo usado para se chegar ao destino muitas vezes era de semanas, as cartas também eram o único recurso que os viajantes tinham para se comunicar com os que ficavam para trás.

No texto aqui apresentado, pretende-se refletir brevemente a relevância da carta no contexto e(i)migratório alemão. Nesse momento, também se pretende buscar autores que já realizaram estudos, que servirão de fonte a partir das quais poder-se-á ter um panorama real em torno das informações que foram passadas de um lado do Atlântico para o outro. Além disso, serão apresentadas obras de ficção em que a carta aparece como forma de comunicação. Num segundo momento será apresentado e analisado o conto *Täuschungen* (Ilusões), de Wilhelm Rotermond, publicado em forma de cartas e que narra o drama de um jovem casal que decide emigrar para o Brasil.

A carta como forma de comunicação no período da e(i)migração

São poucos os estudos que usam cartas como tipos de textos ou que se ocupam da análise de cartas oriundas do contexto migratório. Recentemente tem-se observado tentativas de reunir cartas enviadas dos USA para a Europa ou então do Brasil para a Europa e vice-versa, para que, a partir delas, se possa elaborar um esboço do que se transmitia sobre o novo contexto. As cartas, oferecem, além disso, diversas opções para pesquisas, como por exemplo: aspectos linguísticos, choques culturais, relatos em relação a alimentação, natureza, arquitetura etc.

As cartas representam a transmissão de impressões pessoais e estas podem vir carregadas de um tom positivo ou negativo, resultado da forma como se deu o contato com o novo meio ou então consequência do grau de predisposição para o contato com o novo da pessoa que se desloca. Com isso, constrói-se, obviamente, uma representação daquilo que é reproduzido em cartas.

Também os imigrantes alemães que chegam ao Brasil a partir do século XIX usam de cartas para se comunicar com os familiares que deixaram para trás, para lhes narrar a forma como se deu a viagem e como a vida se estruturou no meio. Esse material se nos oferece hoje como valiosa fonte de pesquisa e como voz que nos dá informações sobre esse importante evento que marcou o século XIX.

Essas cartas podem exercer um fator de atração (*pull-factor*) ou então o contrário, um fator de rechaçamento (*push-factor*).¹ Em outras palavras, ao receberem cartas em que os pioneiros comemoram as grandes vantagens que a emigração lhes proporcionou e, conscientes do seu estado de pobreza e da falta de perspectivas para melhorias, é de certa forma lógico que os que leem essas cartas se sintam atraídos para a emigração.

Percebendo-se que as cartas provenientes do continente americano eram ansiosamente esperadas e lidas por praticamente toda a comunidade de onde saíra o emissor, agentes de viagem passaram a publicar essas cartas (e muitas fictícias) em jornais de emigração, muito comuns na época. Débora Bendocchi Alves afirma, sobre isso, no artigo “Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro - Turíngia (1852-1853)” que as cartas “eram prestigiadas pelo leitor simples que as considerava como fonte de informação segura, já que não se tratava, ao menos

¹ MARSCHALCK, Peter. 1973. Ver também NEUMANN, Gerson R. 2005, p. 43s.

explicitamente, de artigos-propaganda de companhias de navegação e colonização”². Também era comum que um agente de viagem, a quem interessava o número de desejosos em emigrar, tivesse alguém que redigisse cartas endereçadas a pessoas ligadas a ele na Europa, exaltando as vantagens de se emigrar, no caso para o Brasil.

Alguns estudiosos ocuparam-se com o estudo e a análise de cartas enviadas do Brasil para a Alemanha ou então da Alemanha para o Brasil. Dentre eles, cabe citar o estudo da já citada professora da Universidade de Köln, Débora Bendocchi Alves. No seu texto, a autora

apresenta nove cartas de imigrantes alemães residentes nas fazendas de café do Rio de Janeiro. Foram publicadas em 1852/53 nos jornais de Günther Fröbel, em Rudolstadt, com o intuito de incentivar a emigração para as fazendas de café fluminenses que haviam adotado o sistema de parceria em substituição ao sistema de trabalho escravo. Além de desempenharem a função de incentivo à emigração, construíram uma imagem do Brasil especificamente para imigrantes.³

Também Hansheinz Keller estuda a importância da “grande aventura” chamada emigração para o Brasil representada em cartas no artigo “Auswanderung: Das große Abenteuer in alten Briefen” (Emigração: a grande aventura em cartas antigas).⁴ Este autor dedicou-se ao estudo da emigração da região do Hunsrück para o Brasil e o artigo assim apresenta impressões de emigrantes já ambientados no Brasil, relatando suas experiências.

Outro pesquisador que recentemente se dedicou ao estudo das cartas de emigrantes é Martin N. Dreher. Um trabalho recente estudou cartas recebidas e enviadas para a região nordeste do Rio Grande do Sul. No trabalho “Cartas de e para Três Forquilhas. Um triste centenário”⁵ pode-se ter acesso a esse estudo. Além disso, Dreher tem outro trabalho em que estuda as migrações internas também a partir de uma carta, como o título diz “Migrações internas a partir de uma carta”⁶

Além disso, o projeto de pesquisa ALMA-H (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata – Hunsrückisch) propõe uma seleção e análise de cartas de emigrantes com o objetivo de estudar, principalmente, aspectos linguísticos.

² BENDOCCHI ALVES, Débora. 2003, p. 5.

³ Idem, 2003, resumo.

⁴ KELLER, Hansheinz. 1963, p. 306 – 316.

⁵ DREHER, M. N. 2007, p. 99-113.

⁶ DREHER, M. N. 2003, p. 485-498.

Sob o título *Cartas de Imigrantes: Para uma história das línguas de imigração alemã no Brasil*, o sub-projeto propõe, como se pode ler na página:

analisar um acervo de cartas escritas por imigrantes alemães em língua alemã, no Brasil, desde o início da imigração em 1824. Através destes registros, objetivamos identificar e reconhecer o grau de presença do Hochdeutsch e o início do processo de lusitanização junto às comunidades de imigrantes alemães e de seus descendentes nas diferentes fases do contato com o português.⁷

A carta como forma de texto literária

Como um dos exemplos mais representativos de cartas na literatura de ficção pode ser citada a obra *Os sofrimentos do jovem Werther* (*Die Leiden des jungen Werthers*), do autor alemão Johann Wolfgang von Goethe, publicada em 1774. Trata-se de uma obra que narra os sofrimentos do jovem Werther, que sofre por amar uma moça já noiva e transmite ao seu amigo Wilhelm todos os seus sentimentos na forma de cartas. Dessa maneira, ele é o narrador e o leitor acompanha, juntamente com Wilhelm, tudo que se passa nos últimos anos do jovem atormentado até o seu suicídio.

Sabe-se hoje que o romance epistolar de Goethe nasce de fatos reais do período em que o autor atuou profissionalmente na cidade de Wetzlar e teve contato com o casal Kestner (Johann e Charlotte Buff). Na primeira parte da narrativa, Werther é a representação do jovem Goethe, mas na segunda já se trata de Karl Wilhelm Jerusalem, jovem que se apaixona pela esposa do Secretário Herd, representante do Palatinado na cidade) e toma a decisão de se suicidar.

Como primeiro romance epistolar elaborado com características efetivas de romance é tomada obra de Aphra Behns *Love-Letters between a Noble-Man and his Sister* (1684/85/87). O romance relata o amor desesperado entre a heroína e o marido de sua irmã. Cria-se uma grande tensão, gerando conflitos cercados de intrigas e armações que o leitor acompanha a partir da leitura das cartas. Mas ao final, como geralmente costuma acontecer em romances epistolares, os heróis acabam arruinados.

Um romance epistolar caracteriza-se por ser a reunião de cartas fictivas que, na sua forma de apresentação – geralmente reunidas por uma voz (um narrador) que as edita –, ganham uma história romanceada. No gênero romance epistolar o estilo

⁷ Ver <http://www.ufrgs.br/projalma/oqueeh/subprojetos.html>.

encontra novas liberdades: trata-se de pessoas que escrevem sem a intenção de publicar seus textos e o leitor não se confronta com algum tipo de narrador que conta a história.

Uma perspectiva e um conhecimento concretos são de difícil abordagem no romance epistolar, pois não há um autor, conhecedor de todos os acontecimentos, mas atores que não conhecem as ações de outros atores, isolados uns dos outros e sem uma visão geral dos acontecimentos – mas há uma voz do editor das cartas, que pode situar o leitor em qualquer momento.

O fato de narrar a história em forma de cartas faz com que o leitor se sinta mais próximo, identificando-se, dessa forma, com os sofrimentos de Werther, por exemplo. O romance de Goethe levou muitos jovens, desesperados, a cometerem suicídio nos anos após sua publicação.

Além da obra de Goethe, outros autores também usaram a forma de cartas para narrar suas histórias. Treze anos antes, em 1761, Jean-Jacques Rousseau lançara *Julie ou la Nouvelle Héloïse*, causando estrondoso efeito ao lançar a obra a partir da reunião de cartas de amor, aparentemente autênticas, trocadas entre o professor Saint-Preux que se apaixona pela jovem nobre Julie d'Étanges, sua aluna, na Suíça. Ocorrem encontros amorosos entre os dois e Julie engravida, o que lhe obrigaria a casar com o professor. Mas, devido a uma queda, ela perde a criança. Saint-Preux não pretende casar com Julie no civil, o que deixa o pai muito descontente e desaprova o casamento. Saint-Preux muda-se para Paris, mas os amantes continuam se comunicando por cartas, o que é descoberto pela mãe de Julie. Esta morre pouco depois e Julie é praticamente forçada pelo pai a casar com von Wolmar, principalmente por dívidas de seu pai com o homem. Ao voltar de uma viagem ao redor do mundo, Saint-Preux encontra sua amada casada e mãe, mas ainda existe amor entre os dois, que continuam se correspondendo. A última carta que Saint-Preux recebe de sua amada chega a ele quando esta já está morta. Ela se jogara na água gelada para salvar um dos seus filhos, morrendo por febre de hipotermia.

No século 12, ou seja, muito antes da história de Jean-Jacques Rousseau, é famoso o caso do filósofo e teólogo francês Abelardo (1079-1142), então considerado um dos maiores intelectuais, com sua aluna Heloísa (1100-1164). Abelardo atendia como clérigo e cônego, período em que se respeitava o voto religioso para ensinar, mas ele se apaixonou por Heloísa, vinte anos mais nova. Tiveram um filho, Astrolábio. Casaram-se secretamente, colocando em risco a reputação de ambos.

O tio de Heloísa, Fulbert, descontente com as maledicências em torno do fato, mandou castrar Abelardo, que tomou o ato como um castigo divino e adotou a vida

monástica em Saint-Denis. Para respeitar seu amado, Heloísa entrou para um convento. Distantes, os dois se corresponderam em longas e cálidas cartas, mas nunca mais voltaram a se falar pessoalmente.⁸

***Täuschungen* – Ilusões. Conto em forma de cartas de Wilhelm Rotermund**

O autor do conto *Täuschungen*, Wilhelm Rotermund, nasceu a 21 de novembro de 1843, em Stemmen, localidade nas proximidades de Hannover. Estudou Teologia em Erlangen e Göttingen.

Rotermund é convidado por Friedrich Fabri, inspetor da Sociedade Missionária na Renânia, para ser seu secretário, mas logo é encarregado de atuar no sul do Brasil como organizador das comunidades protestantes luteranas naquela região, assumindo a função de professor particular, inspetor e secretário do Comitê para os alemães protestantes no sul do Brasil.

Inicialmente Rotermund não pretendia ficar por muito tempo no Brasil, mas as muitas divergências existentes nas comunidades e as várias funções que passou a assumir com o decorrer do tempo prendiam-no cada vez mais em solo brasileiro. De 1874 (ano de sua chegada ao Brasil) a 1919, Rotermund exerceu também a função de pastor da comunidade de São Leopoldo, cidade onde acabaria ficando até 1925, ano de sua morte.

Chegando ao Brasil, exerceu várias funções, mas a sua participação mais importante dá-se por meio da iniciativa jornalística, quando funda a Editora Rotermund, em 1877. Rotermund também foi o responsável pela edição do jornal *Deutsche Post* (Correio Alemão), que tem seu início em 1880. Seu objetivo com a edição do jornal era a integração dos imigrantes alemães e seus descendentes e a manutenção de sua herança cultural. Além do *Deutsche Post*, Rotermund publicou o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Anuário para os alemães no Brasil), que deveria fazer frente aos ideais liberais dos alemães Ludwig Feuerbach e Ernst Haeckel, difundidas por Karl von Koseritz e seus adeptos, no *Koseritz' deutscher Volkskalender* (Anuário popular alemão de Koseritz).

Wilhelm Rotermund adquiriu a cidadania brasileira e por intermédio do político Gaspar Silveira Martins buscou soluções para a melhoria da situação dos protestantes,

⁸ Ver CARPINEJAR, Fabrício. 2008.

no tocante à religião e à consciência. Rotermund, porém, em nenhum momento almejou e nem ocupou um cargo político.

Os aspectos culturais e religiosos das comunidades de imigrantes alemães, principalmente dos luteranos, viriam a ser sua prioridade e, para deixá-los ecoar, usaria com intensidade a publicação que passou a ter o seu nome: *Rotermundkalender*, ou *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. Trata-se da melhor referência para pesquisas sobre a vida literária do contexto imigratório alemão protestante no Brasil. Os personagens da obra de Rotermund são tomados do meio em que ele vivia e atuava como pastor. São eles: o vendeiro, o ilustrado, o colono, a mulher que sucumbe em meio a mundo desconhecido e brutal. Com o anuário, Rotermund pretendia fortalecer o aspecto ético e religioso dos imigrantes e seus descendentes, além de tentar integrá-los ao meio brasileiro, mas sem perder a herança dos antepassados.

* * *

O conto *Täuschungen* (Ilusões), que será apresentado e analisado a seguir, foi publicado no primeiro ano de existência do *Rotermundkalender*, em 1881, às páginas 1 – 29. Além disso, foi publicado na série *Südamerikanische Literatur*. Trata-se de uma série de literatura ficcional, publicada pela Editora Rotermund para a comunidade leitora em língua alemã no Brasil. Nesta, o conto em questão foi publicado no volume 15, às páginas 5 – 51.

Em 1997, Martin N. Dreher publicou onze contos traduzidos de Wilhelm Rotermund. Entre eles está o conto *Täuschungen*. A seguir será usada a versão traduzida do conto.

A história começa com a chegada do futuro editor das cartas – Ethmann – ao escritório de seu amigo Petersen, na cidade de Celle, na Alemanha, onde este atua como juiz de bailio. Ao entrar, Ethmann vê Petersen sentado à mesa em meio a cartas que parecem ocupá-lo. Trata-se da história da família de sua esposa relatada em forma de cartas. A tia de sua esposa emigrara e se comunicara com a mãe e as irmãs e agora as cartas estavam reunidas, permitindo a leitura dessa história de emigração. Petersen convida seu amigo a conhecer sua esposa. Ethmann sente-se atraído a ler as cartas que narram a história de uma família emigrante. Sua pretensão era viajar para Hamburg, mas existe a possibilidade de tomar o trem expresso e assim teria tempo para ler as cartas. Nessa mesma noite, Petersen tem seu ensaio de coral em um restaurante próximo

à estação. Assim, enquanto ocorre o ensaio, Ethmann pode ler sossegadamente as cartas e partir depois.

Bem instalado no restaurante, Ethmann inicia leitura. A primeira carta data de 13 de março de 1850, na localidade de Dona Flora. Passaram-se dois anos da saída do casal do lar paterno. Na verdade, os dois fugiram, pois os pais da moça não aprovavam o casamento de sua filha com Ferdinand Helberg por ser bebedor. A carta relata sem entrar em detalhes como se deu o início de suas vidas no Brasil. Ela informa a família sobre o nascimento de seu filho Ernst e pede que lhe perdoem por ter fugido e que escrevam.

No dia 8 de maio do mesmo ano, a filha recebe a resposta de sua mãe. Esta conta-lhe sobre o desespero da família ao perceber que ela havia fugido com Ferdinand. Ela diz que buscaram ter informações sobre eles e que principalmente o pai se culpava por não ter aceito o casamento da filha. Ele esperara por muito tempo, ansiosamente, a chegada de alguma notícia. A sua vida era de poucas alegrias desde a saída de Emma. Uma das poucas foi o noivado da filha Olga com o comprador no negócio da família. Assim o trabalho iniciado pelo pai continuava em família. Ele morreu no dia 13 de março. Assim, a mãe fica com a filha Fanny, Olga mora na casa cuidando dos negócios com o marido e Arthur continua estudando e pensa em fazer um doutorado. A família mora em Berka, junto ao rio Werra, uma cidade do estado da Turíngia,

Depois de ler as duas primeiras cartas, Ethmann faz uma primeira parada e reflete sobre as circunstâncias da saída da filha de casa e que agora não mais veria seu pai. Ao fundo, Ethmann é atraído pelas palavras do coral, que parecem estar em sintonia com o teor das cartas que narram uma história entre a Alemanha e o Brasil. O coral canta: “Um jovem amava uma menina,/ às escondidas fugiram de casa,/ nem o pai nem a mãe o sabiam!”⁹ A sua pausa, contudo, não é muito longa, pois está ansioso para ler a carta seguinte.

A carta seguinte de Emma é escrita ainda no ano de 1850, no dia 4 de dezembro. Emma fala de sua alegria por receber a carta, mas também da profunda tristeza por saber da morte de seu pai. Nesta carta, Emma quer contar à família mais detalhes sobre a sua vida no seu pedaço de terra. Ela anexa um desenho feito por Ferdinand para que possam ter uma melhor noção de como é seu novo lar e sua vida nesse meio. Sobre a casa, pode-se ler:

⁹ ROTERMUND, Wilhelm. 1881, p. 1-29. Citaremos aqui, contudo, as páginas do texto traduzido, visto que este é a nossa fonte para as citações neste momento. ROTERMUND, W. 1997, p. 88.

A cozinha, minha oficina, está à direita da moradia. Na colônia alemã, a cozinha é sempre um prédio lateral. Muitas vezes, estou na roça – é assim que se designa aqui as plantações – e auxilio meu querido marido no plantio e na eliminação do inço da lavoura. O menino brinca ao nosso lado, vestido com camisa longa e chapéu de palha.¹⁰

A descrição da vida de Emma dá a entender que, apesar das dificuldades, a sua situação é boa e que a tendência é de crescimento. Na gravura vê-se a bela família, composta pelo pai, a mãe e o pequeno Ernst, que nascera em junho de 1849.

Do leitor das cartas, que tem à sua frente a gravura, tem-se agora uma bela descrição da gravura que, como ele diz, “havia espantado mais meus maus pressentimentos”:¹¹

... Sobre o pequeno outeiro, ao qual se chegava por degraus feitos de troncos de árvores, encontrava-se a casinha suíça com pequeno terraço na frente. As duas janelas, que se encontravam cerradas, bem como a porta tinham pintura verde, o mesmo acontecendo com a balaustrada do terraço, ao fundo do qual se via uma porta...¹²

Na carta que a mãe responde no dia 3 de março de 1851, os comentários giram em torno da representação de Brasil que se cria e que também se desconstrói a partir de cartas e de gravuras enviadas da América do Sul. Na carta lê-se:

Através da descrição de vossa vida na colônia, tu derrubaste muito preconceito em relação ao Brasil. Por aqui se diz que as pessoas que emigram para o Brasil têm que trabalhar como escravos e têm vida insegura em virtude de animais selvagens e dos índios. [...] Tua carta e a gravura passaram por quase toda a localidade, e o mestre alfaiate Röthert, que sempre teve vida difícil por aqui, decidiu dizer adeus à pátria no final do presente mês e ir com sua família para a vossa terra.¹³

Na mesma carta, a irmã Fanny escreve para Emma e mostra-se encantada com as belezas que a irmã tem à disposição no novo mundo, um mundo “romântico-selvagem” e que, se ela pudesse convencer a mãe a acompanhá-la, ela com certeza emigraria. A irmã fala dos colibris, da selva e de belas imagens românticas que a gravura lhe levava a elaborar.

¹⁰ Idem, 1997, p. 89.

¹¹ Idem, 1997, p. 91.

¹² Idem, p. 90.

¹³ Idem, p. 91.

Depois de lida a carta, Ethmann pára e pensa sobre a situação das famílias, que aparentemente estava boa. Seu amigo falara que muitas lágrimas haviam sido derramadas, mas agora parecia estar tudo encaminhado em ambos os lados do oceano. Ethmann se pergunta se haveria ainda alguma surpresa e inicia a leitura da próxima carta. Praticamente um ano depois da carta escrita pela mãe e pela irmã, Emma responde e esta agora chega como um incêndio que queima toda a bela imagem construída nas cartas anteriores, um incêndio que queima a romântica construção elaborada na cabeça da irmã.

Na verdade, a vida de Emma era um tormento só e ela precisava colocar isso para fora de si, pois não aguentava mais. Ela diz: “Feri-me o coração saber que vocês se imaginaram nossa situação tão brilhante e que foi minha carta quem o provocou”.¹⁴ Ela fala também do marido que na verdade voltara a se entregar logo cedo à bebida. Apesar de ele beber, no início, ele ainda trabalhava arduamente na lavoura, mas aos poucos a sua persistência cederia à entrega cada vez mais intensa à bebida. No momento ele já nem trabalhava mais, ela – Emma – trabalhava sozinha no meio da mata, nada romântica. Enquanto isso, Ferdinand somente caçava e para tal havia comprado uma arma, munição, cães de caça, enfim feito gastos que engrossavam a lista de dívidas do casal.

A vida no início havia sido muito dura, pois tiveram que derrubar a mata fechada para poderem realizar o primeiro plantio. Para isso tiveram a ajuda de um empregado do comerciante mais próximo da terra deles, onde eles também passaram os primeiros dias e onde deixaram suas coisas. Enquanto isso, eles limpavam a terra onde seria construída a futura casa. Enquanto não existia a casa, eles dormiam no meio da mata mesmo e eram grandes as privações. Depois a casa – ou cabana, como Emma coloca na carta – ficou pronta e ela era tudo: cozinha, sala e quarto. Era um ambiente só. A cabana nada tinha a ver com o lindo desenho de Ferdinand. Ela escreve:

Na gravura – sim, ali é bela. Alegrem-se por não terem que morar nela! Quero descrevê-la para vocês de verdade. A construção está pregada com tábuas que não foram cortadas, mas fendidas. Quando foram pregadas estavam verdes. Agora estão secas. O sol as entortou e repuxou, de modo que em toda a parte se pode enfiar a mão, e, de vez em quando, o braço. Os tampos das janelas foram pregados nas aberturas. Não precisam ser abertos,

¹⁴ Idem, p. 93.

pois deixam passar ar suficiente. [...] Em nossa cama de campanha, somos atormentados à noite, não só pela tempestade, mas também pela chuva.¹⁵

Mais adiante, a própria Emma afirma que a gravura é um deboche da realidade, não tanto por ser falsa, mas por despertar falsas representações, por fazer com que as pessoas criem uma visão deturpada da real situação.

A filha reconhece os seus erros e sabe que foi um erro ter saído sem uma melhor noção da realidade que encontraria.

Na sua carta, Emma informa à família que, devido às dívidas junto ao comerciante do local, que já somavam um quinto do valor de sua terra, o marido decidira vender as terras e sumira com a sexta parte que ainda lhes restara. Dessa forma, nada mais lhe resta a não ser sair da terra com seu filho. Do marido ela nada mais sabe. Acredita que ele esteja em São Leopoldo. Ela pede à família que a partir de agora a família lhe envie correspondências ao consulado prussiano em Porto Alegre.

A mãe responde prontamente à filha e envia-lhe dinheiro para que a filha volte para casa, como a carta diz: “A casa paterna alegre-se pela filha e pelo neto.”¹⁶ A filha estava em Fortaleza, localidade próxima a Porto Alegre, onde trabalhava como lavadeira. Ao ser comunicada da existência de correspondência para ela no consulado e, ao sair de lá, encontrou-se na rua com o alfaiate Röthert, com quem conversou e o que fez com que seus planos mudassem mais uma vez. “A família está muito feliz por ter emigrado para cá. E como minha carta os motivou para emigração, sou vista como a cusadora da felicidade e cumulada de demonstrações de gratidão,”¹⁷ escreve Emma para sua família. A família quer dar abrigo e alimentação a Emma e seu filho e em contrapartida ela deveria dar aulas particulares e de pianos aos filhos dos Röthert. Por ser mais uma chance que se lhe oferece, Emma opta por ficar em Porto Alegre e tem consciência que deve, com isso, causar mais uma decepção a sua mãe.

Ethmann, que está absorto na leitura das cartas, comenta: “Como são as coisas! Enquanto a boa Emma estava em situação difícil, seu destino me interessava, e muito. Agora, quando se declarava satisfeita com sua sorte, meu interesse diminuía bastante”¹⁸.

A carta seguinte de Emma data de 10 de abril de 1868 e nesta ela relata que certo dia, foi visitada por seu marido, que estava em estado deplorável. Ela o auxiliou,

¹⁵ Idem, p. 96.

¹⁶ Idem, p. 100.

¹⁷ Idem, p. 102.

¹⁸ Idem, p. 103.

arrumando-o, mas no final do dia seguinte retornou novamente alcoolizado. Depois de dois meses, Emma descobre de onde seu marido consegue o dinheiro para a bebida: há uma dívida em seu nome. Ferdinand sumira novamente e, certo dia, o jornal *Deutsche Zeitung* trazia a notícia de que havia sido encontrado o corpo de um homem e, pelas informações de marinheiros, tratava-se do antigo foguista Ferdinand Herlberg.

A carta seguinte proveniente da Alemanha lamenta mais esse fato na vida de Emma, mas traz também mais uma notícia triste para a família. A carta do dia 3 de outubro de 1868 agora é assinada pela irmã Olga e ela escreve que no dia 16 de julho a sua mãe morrera e que a havia perdoado. Por todo o envolvimento, a irmã Fanny seguiu a mãe dois meses depois. Olga escreve que a sua casa está aberta para recebê-la e que com a parte de sua herança ela poderia recomeçar sua vida em Berka.

No dia 14 de dezembro de 1868, Emma inicia a carta que seria a última. Ela lamenta muito o fato de não poder rever sua mãe. Ela diz que nos últimos dias Ernst adoeceu e que está com muita febre. Ela pede a Deus para não ter que passar por mais uma provação. A carta é interrompida.

No dia 28 de maio de 1869 a carta é retomada e chama a atenção de Ethmann que a caligrafia é estranha. Trata-se de Friedrich Röthert, comunicando que Emma morrera a catorze dias. Antes do Natal, seu filho Ernst adoecera gravemente de varíola, vindo a falecer. A mãe não conseguiu superar esse golpe. Recolheu-se e parecia não mais querer viver.

Ethmann fica em silêncio e respira fundo com esse final rápido e trágico. Realmente uma história terrível contada em cartas. O coral canta trechos da poesia de Heine, musicadas por Mendelsohn: “Foge comigo e sê minha mulher,/ [...] Uma geada caiu na noite primaveril,/ Sobre sua sepultura, há uma tília.”¹⁹

São 22 horas, o trem para Hamburgo parte às 23. Nisso Petersen retorna do ensaio e chama o amigo para uma garrafa de vinho, mas o espírito de Ethmann não está para isso. Eles caminham lentamente para a estação de term. Ainda falando sobre a trágica história, Petersen comenta sobre as trágicas fugas de amantes:

[...] Mais tarde, deixam [os romancistas] os fugitivos retornar, mas ninguém sabe exatamente o que fizeram entrementes. E, certamente, essa segunda parte da história de amor, na maioria das vezes, seria mais pedagógica e

¹⁹ Ver páginas 110-111.

interessante que a primeira. Aqui temos a segunda parte da história, em cartas, a primeira parte pode ser facilmente imaginada.²⁰

Nisso Petersen pergunta a Ethmann se ele não teria interesse em transformar essa história em romance, ao que este responde que seria um prazer, mas que lhe faltam informações mais detalhadas sobre o Brasil. Seria mais fácil deixar as cartas como estão, mudando apenas os nomes.

Conclusão

Wilhelm Rotermund constrói, portanto, muito bem essa narrativa, podendo-se perceber também aqui o cunho pedagógico, como se pode perceber na última citação, além do cunho moralizante.

Baseando-se na estrutura da ficção epistolar, Rotermund também dá um final trágico à história de Emma. O editor das cartas, como se deixa claro na parte da narrativa, é quem conduz o leitor, realizando as necessárias paradas para a reflexão ou acelerando a leitura quando a narrativa assim o quer. A história é bem elaborada de modo que o leitor é levado a ler o texto, acompanhando as cartas, como um capítulo após o outro.

Poderíamos perguntar aqui se a história é baseada em fatos reais, se Wilhelm Rotermund recebeu cartas de alguém do seu círculo que lhe lançou a proposta de publicá-las. Poderíamos, mas não queremos fazê-lo aqui, pois tratamos a obra como uma obra de ficção que, semelhante a *Os sofrimentos do jovem Werther*, que se mantém como uma obra da literatura universal, apesar de ser baseada em fatos reais e trocas reais de correspondências entre Goethe e seus amigos de Wetzlar, mantém-se viva como um conto relevante no contexto da literatura de expressão alemã no Brasil.

Bibliografia

- BENDOCCHI ALVES, Débora. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro - Turíngia (1852-1853). In: *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 45, São Paulo, 2003.
- CARPINEJAR, Fabrício. Um amor por escrito. In: *Revista Cultura*. Reportagem: Cartas e Literatura. Ed. 12, jul. 2008.

²⁰ Idem, p. 111.

DREHER, M. N. Cartas de e para Três Forquilhas. Um triste centenário. In: *V Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte/RS*, 2010, Dom Pedro de Alcântara/RS. Dom Pedro de Alcântara Marcas do Tempo. Porto Alegre : EST Edições, 2007. v. 01. p. 99-113.

DREHER, M. N. *Migrações internas a partir de uma carta*. Cadernos do CEOM (UNOESC), Chapecó, v. 16, n. 17, p. 485-498, 2003.

KELLER, Hansheinz. Auswanderung: Das große Abenteuer in alten Briefen. In: *Zeitschrift für Kulturaustausch*. Stuttgart: Institut für Auslandsbeziehungen. Heft 4, Jg. 13, 1963, S. 306 – 316.

MARSCHALCK, Peter. Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert. Ein Beitrag zur soziologischen Theorie der Bevölkerung. In: CONZE, Werner. *Industrielle Welt. Schriftenreihe des Arbeitskreises für moderne Sozialgeschichte*. Stuttgart: Klett Verlag, Bd. 14, 1973.

NEUMANN, Gerson R.: *Brasilien ist nicht weit von hier! Die Thematik der deutschen Auswanderung nach Brasilien in der deutschen Literatur im 19. Jahrhundert (1800 - 1871)*. Frankfurt am Main/ Berlin, 2005.

ROTERMUND, Wilhelm. Täuschungen. In: *Kalender für die Deutschen in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1881, p. 1-29.

ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: EST, 1997.

A Mobilidade social no ensino de língua alemã no RS

Karen Pupp Spinassé (UFRGS / IHSL)

Resumo: O objetivo da presente comunicação é dar um panorama do ensino de língua alemã no Rio Grande do Sul e em comparação com outras localidades. Para tanto, abordaremos esse ensino de forma diacrônica, marcando suas fases mais características, para assim observar as mudanças sociais e espaciais, o seu estado atual, bem como as peculiaridades da região. Além de uma releitura das obras que descrevem as atividades dos imigrantes relacionadas à educação, utilizar-nos-emos de entrevistas e observações atuais que nos auxiliam a reconhecer as mudanças e as movimentações ocorridas ao longo do tempo.

Introdução

A língua alemã figura entre as línguas estrangeiras de maior procura no Brasil, em todas as regiões. Muito provavelmente devido à grande imigração em língua alemã para os estados da região sul do país, a importância e a procura pela língua alemã nesta região seja ainda maior e mais significativa do que em outras localidades.

Entretanto, muito se especula sobre se o interesse na língua alemã continua, mesmo apesar da falta de políticas lingüísticas públicas e da “concorrência” com as outras línguas estrangeiras. Fala-se em uma queda na quantidade de aprendizes da língua alemã em diferentes esferas, enquanto, por outro lado, os números desvelam um grande interesse na língua e na cultura.

O objetivo desse artigo é dar uma pequena contribuição para a visualização do panorama da língua alemã em nosso contexto atual. Para tanto, discutiremos brevemente a trajetória do ensino do alemão, bem como de sua presença em nosso meio ao longo dos anos, a fim de obter uma comparação que denote a mobilidade social e numérica do idioma, para assim entender as mudanças observadas nesse processo. Sendo assim, discutiremos também o papel desempenhado pelo alemão atualmente no âmbito das línguas estrangeiras de forma geral, o que apresentamos a seguir.

A situação do alemão no cenário mundial

A língua alemã é ensinada em praticamente todo o mundo. Por trás dessa prática estão muitas entidades de fomento que se ocupam da divulgação do idioma e da cultura alemãs em diferentes áreas e de diferentes formas, como o *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD), a *Zentralstelle für das Auslandsschulwesen* e os *Goethe-Institute*, além de muitas fundações (principalmente políticas), que com o seu trabalho divulgam a Alemanha, o alemão e as possibilidades de estudo e trabalho que se oferecem naquele país.

Existem, no entanto, outras instituições que trabalham diretamente com o alemão na área da formação (básica, superior ou complementar): os cursos de línguas, as universidades e as escolas que oferecem o alemão como língua estrangeira.

De cinco em cinco anos, o Ministério de Relações Exteriores alemão divulga dados estatísticos de algumas áreas relacionadas à Alemanha no exterior. A última estatística, publicada em 2005, apresenta números de aprendizes de alemão em todo o mundo. Para se ter uma idéia sobre uma possível queda ou um crescimento em relação ao aprendizado do alemão, faz-se necessária uma comparação com a mesma estatística publicada em 2000. O panorama seria o seguinte:

Região	2000	2005
União Européia	8.486.920	7.430.387
Antiga União Soviética	8.104.525	5.904.155
Europa (sem UE)	1.245.149	1.321.866
África	475.387	572.874
Ásia leste e sul	783.577	550.343
América do Norte	621.924	486.595
Austrália e Nova Zelândia	164.354	169.514
América do Sul	160.425	164.824
Oriente Médio	143.365	118.143
Total	20.167.616	16.718.701

Em dados gerais, o número absoluto de aprendizes de alemão diminuiu. Se observarmos, no entanto, especificamente o número relativo a determinadas regiões de forma mais individual (como a América do Sul), percebemos que houve um aumento nesse número.

Na revista *Info DaF* de Outubro de 2006, Peter Duesberg falou sobre uma possível diminuição do ensino do alemão em prol do inglês. O autor argumenta que a globalização, a grande oferta de possibilidades no mercado de trabalho qualificado de países de língua inglesa e a liderança tecnológica dos mesmos colocam-nos em um patamar bem elevado no ranking de interesse.¹ Entretanto, ele adverte que essa aparente queda no número de aprendizes de alemão é uma avaliação meramente quantitativa, mas que também seria importante avaliá-la de forma qualitativa, para ver se se trata realmente de uma perda.

O autor cita alguns exemplos, mostrando como está a situação da língua alemã em diferentes países e faz algumas observações a respeito:

- **França:** apenas 10% dos alunos escolhem o alemão como primeira língua estrangeira; e somente 20% como segunda língua estrangeira.
- **Itália:** o alemão se mantém em terceiro lugar, desde a reforma na educação.
- **Turquia:** houve aumento do alemão como segunda língua estrangeira (em 2000, 14.000 pessoas estudavam no Instituto Goethe de Istambul; em 2005 eram cerca de 19.600 alunos).
- **Hungria:** o número de aprendizes mantém-se estável (por causa da germanística nacional, que lá ainda é muito forte).
- **Rússia:** o inglês aumentou, mas o alemão ganhou em importância.
- **Suécia:** há uma tendência plurilíngüe – várias línguas estrangeiras são aprendidas.
- **Inglaterra:** nota-se um recuo do aprendizado de línguas estrangeiras de forma geral.
- **USA:** há uma tendência plurilíngüe – várias línguas estrangeiras são aprendidas.
- **Japão, Coreia do Sul, China:** a liberdade de escolha das disciplinas permitiu que a oferta se tornasse maior.
- **Brasil:** o autor cita que no Brasil já existem muitos falantes de língua alemã [sic], querendo se remeter às variedades historicamente derivadas do alemão que ainda são

¹ DUESBERG 2006, 411

faladas por aqui até hoje. Ele reclama da situação complicada do sistema educacional brasileiro e teme uma ameaça ao alemão por parte do espanhol. Duesberg, porém, também aponta que o alemão ainda está melhor do que o francês e o italiano no país.²

De forma geral, as principais conclusões do artigo de Duesberg foram:

- o interesse na língua alemã ainda é muito grande;
- depois do inglês, o alemão fica em segundo lugar nas línguas estrangeiras na Europa;
- o alemão é aprendido principalmente em escolas.

Além disso, o autor ressalta que a diversidade da oferta de línguas estrangeiras contribuiu para o fato de que em vários países o interesse no alemão tenha aparentemente diminuído. Em muitos países, entretanto, houve, justamente pelo mesmo motivo, um crescimento: como mais línguas são aprendidas, passou a haver uma distribuição numérica mais equilibrada entre os idiomas. Disso resultou um recuo natural no número de aprendizes de determinadas línguas, que anteriormente eram praticamente impostas como única língua a ser aprendida.

Como se vê na análise de Duesberg, o alemão não perdeu/perde a sua posição necessariamente para o inglês, mas em prol de uma pluralidade – o que, na verdade, fomenta a língua, uma vez que são criadas mais e mais possibilidades para o aprendizado de línguas em geral. Quanto maior a oferta, ou seja, quanto mais línguas podem ser aprendidas, mais línguas serão aprendidas – e há espaço para todas.

A questão do plurilinguismo

Nos dois últimos parágrafos, entramos um pouco na idéia do plurilinguismo. Ao se enfocar esse tema, não queremos nos reduzir ao fato de que cada país possui seu idioma. Certamente, isso caracteriza a diversidade linguística do mundo em que vivemos. Todavia, plurilinguismo aqui quer remeter a um fenômeno ainda maior: existem na Terra 198 países; segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), contudo, são faladas quase 7.000

² Idem, 419-420

línguas no mundo³ – o que dá uma média de 35 línguas por país. Segundo De Houwer (1997, 185) “metade da população mundial é funcionalmente bilíngüe, e a maioria destes bilíngües tem as duas línguas como suas línguas maternas”.

O Brasil também pertence a essa estatística, embora, ao longo da história, se tenha trabalhado muito fortemente em prol de uma pseudo homogeneidade linguística. Apesar de em 1500 existirem 1.078 línguas em território nacional⁴, elas foram reduzidas (pelo menos na história) a uma única Língua Geral – o que por sua vez é difícil de imaginar, devido à extensão do país e ao número de línguas autóctones (indígenas) com as quais a língua do colonizador entrou em contato. Nesse sentido, acreditamos ser mais provável ter havido várias ditas Línguas Gerais.

Já em 1758, Marquês de Pombal, em uma política que visava a afirmar (ou forçar) o monolinguismo idealizado, ignorando a pluralidade certamente vigente, promulga a Lei de Diretório, a qual declara o português como única língua nacional, oficial e de trânsito.

A partir de 1937, dentro do processo de Nacionalização, instituído por Getúlio Vargas, novamente essa ideia de monolinguismo é corroborada com leis e decretos que proíbem a manifestação pública em qualquer outra língua que não seja o português.

Contudo, existem no Brasil hoje – sem contar as influências africanas no próprio português – cerca de 180 línguas autóctones, bem como mais de 30 línguas alóctones (de imigração).⁵ Não é difícil de imaginar essa realidade se pensarmos em todos os grupos linguísticos de imigrantes que entraram em todo território brasileiro nos últimos séculos: por exemplo, pomeranos no Espírito Santo, suíços no Rio de Janeiro, holandeses em Pernambuco, japoneses em São Paulo, ucranianos no Paraná, alemães, italianos, poloneses etc. no Rio Grande do Sul, dentre outros. A partir do contato lingüístico decorrente da convivência entre essas línguas de imigração e o português, bem como através de seu desenvolvimento natural enquanto língua viva, essas variedades evoluíram e se modificaram, configurando hoje, muitas vezes, variedades distintas da original.

³ Vide http://www.un.org/events/iyl/unesco_stmt.shtml (último acesso 14 de setembro de 2010, às 16h35minh)

⁴ Vide RODRIGUES 1993, 23

⁵ OLIVEIRA 2002, 83-84. Dentro do grupo das línguas teuto-germânicas, podemos listar o hunsrückisch, o pomerano, o vestfaliano ou sapato-de-pau, o suábico, o chamado alemão do Volga (*Wolgadeutsch*), o *Platt* menonita, o austríaco e o bávaro.

Essas línguas podem ser consideradas “línguas brasileiras”⁶, já que elas se caracterizam por terem se desenvolvido no contexto nacional e sob determinadas condições fixadas por e atreladas a esse contexto – mesmo que seu *corpus* seja inegavelmente semelhante à língua originária. Tais variedades são aprendidas por muitos brasileiros como Língua Materna em seus lares em território nacional.

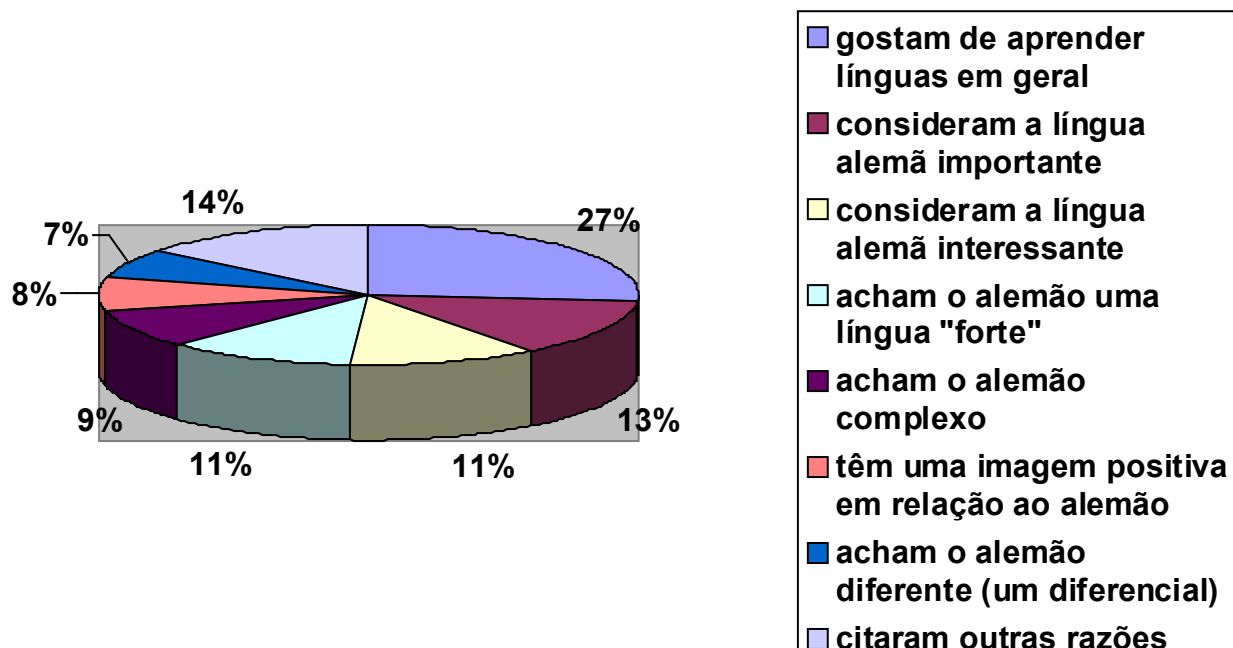
Além desse aspecto plurilíngue, muitas línguas estrangeiras também são aprendidas no Brasil; entre elas, como vimos acima, a língua alemã.

A situação do alemão no cenário nacional

Retornando ao tema do aprendizado do alemão como língua estrangeira no país, podemos nos questionar: por que aprender alemão? A resposta remete a uma discussão anterior: em um mundo plurilíngüe, as línguas representam possibilidades, oferecem expansão. Nesse sentido, é importante aprender outras línguas. Esse é também o caso do alemão, pois é uma língua muito presente, figurando entre as mais conhecidas. Com mais de 102 milhões de falantes nativos, o alemão é uma língua central na Europa multilíngüe. A situação geográfica da Alemanha, bem como sua importância cultural e econômica, faz com que a língua se torne atrativa no mundo inteiro.

Segundo levantamentos independentes e dados extraídos das já citadas estatísticas do Ministério de Relações Exteriores alemão de 2005, existem no Brasil hoje três escolas alemãs e cerca de 450 escolas de alemão como língua estrangeira (DaF). O número de alunos de DaF no contexto escolar conta com 52.000 alunos. Além disso, existem 49 Universidades (públicas e particulares) com oferta de alemão como língua estrangeira (calcula-se que 16 delas com cursos de Graduação em Germanística e/ou DaF) e cerca de 6.500 universitários estudam alemão (sendo cerca de 2.000 destes estudantes de Germanística ou DaF). Outras 270 instituições com ensino de DaF (de outros âmbitos, como os cursos de língua), somam cerca de 12.000 alunos aprendendo alemão. No total, estima-se que no Brasil 70.500 pessoas aprendam o alemão como língua estrangeira.

⁶ Cf. MORELLO & OLIVEIRA 2006



Mesmo assim, a pergunta ainda é pertinente: por que se aprende alemão no Brasil? E também aqui a realidade de um mundo plurilíngüe pode ser tomada como um dos motivos, como pudemos averiguar em uma pesquisa feita com aprendizes do idioma alemão no Rio de Janeiro.⁷ Questões profissionais, interesse na cultura e os ascendentes alemães também configuram dentre as respostas mais encontradas.

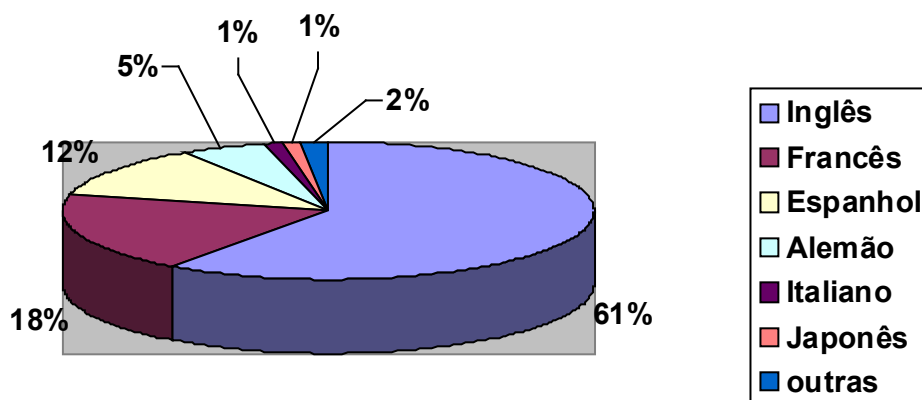
Além dessa pequena pesquisa com aprendizes de alemão, também se fez uma rápida pesquisa com cidadãos anônimos, de forma aleatória, na qual se fizeram as seguintes perguntas:

- O alemão pode lhe ser útil em sua vida profissional?
- Você tem vontade de aprender alemão um dia?
- A língua alemã tem para você uma imagem mais positiva ou negativa?

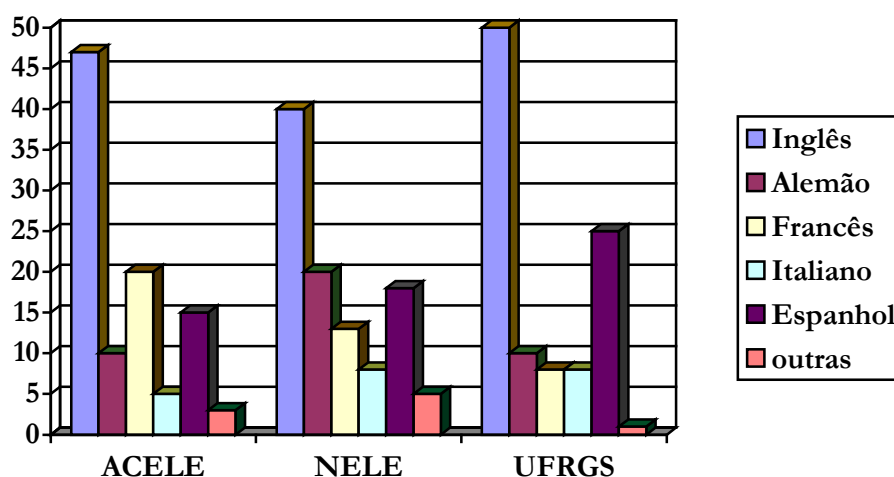
⁷ TAVARES 2000, 525

A primeira pergunta foi respondida com um “sim” por 74,5% dos entrevistados; a segunda, por 55,5%: eles afirmaram que o alemão lhes pode ser útil e demonstram a intenção de, algum dia, aprender o idioma. Na terceira pergunta, 49,5% responderam ter uma imagem positiva em relação ao alemão.

Na mesma pesquisa ainda, se perguntou que língua essas pessoas já haviam estudado ou que língua estavam aprendendo no momento. Segundo o resultado obtido, o alemão fica em quarto lugar.



Se analisarmos, porém, algumas instituições de ensino do Rio Grande do Sul, a situação parece um pouco diferente, como se pode ver na seguinte tabela (dados de 2006):



Já era de se esperar que a língua inglesa ficasse em primeiro lugar nesses rankings. A posição da língua alemã, porém, oscila, dependendo da instituição. Enquanto na Acele (Associação Comunitária de Ensino de Línguas Estrangeiras) o alemão fica em quarto lugar, na Graduação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) ele fica em terceiro lugar, e no NELE (Núcleo de Ensino de Línguas em Extensão), segundo a última estatística, encontrava-se em segundo lugar no ranking do número de alunos.

A situação do alemão no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul existem cerca de 200 escolas que oferecem ensino de alemão – e, conseqüentemente, cerca de 32.000 alunos aprendem alemão no estado. Isso está intimamente ligado ao fato de que aqui se encontram muitos descendentes de imigrantes de fala alemã, os quais mantêm ou querem manter uma ligação estreita com a língua alemã. No Rio Grande do Sul, onde há ainda tantos falantes de hunsrückisch⁸, muitos alunos acreditam que aprender alemão poderia ser importante para o seu dia a dia e que aprender alemão é “fácil” – um argumento que não é ouvido em outras regiões.

Para entendermos esse fato, faz-se necessário lembrar que o ensino da língua alemã no Rio Grande do Sul é muito antigo, sendo uma prática trazida com os imigrantes de língua alemã. Willems (1980, 272) afirma que em 1846 havia 51 escolas com ensino de alemão no estado, e que em 1860 já eram 152 escolas (número, segundo o autor, insuficiente para toda a demanda). Kreutz (1991, 48) afirma que em 1864 havia 26 escolas

⁸ Uma das línguas de imigração de base alemã citadas anteriormente

na cidade de São Leopoldo, sendo apenas três delas públicas e 23 privadas. Das privadas, apenas uma tinha ensino de português.

O português não era ensinado porque, na maioria das vezes, os próprios professores tinham pouco conhecimento no e a respeito do idioma oficial. Como as escolas eram comunitárias, construídas a fim de dar conta da demanda educacional da comunidade, em sua grande maioria (quando não totalidade) descendentes de imigrantes e falantes de alemão, a língua de ensino era a alemã.

No ano de 1900, havia 308 escolas comunitárias com ensino de e em língua alemã no Rio Grande do Sul (153 católicas e 155 evangélicas). O currículo era bem semelhante entre elas e continha as seguintes matérias:

- Religião (6 períodos semanais)
- Línguas (8 períodos semanais):
 - a) Alemão – leitura, memorização, redação, ortografia, caligrafia e gramática básica;
 - b) Português
- Matemática (6 períodos semanais)
- Estudos Sociais (1 período semanal): Geografia (mundial, mas com enfoque especial na brasileira), História (da Alemanha e do Brasil), Ciências.
- Canto (1 período semanal)⁹

Nota-se que no item a respeito do ensino de português não há nenhuma explicação a respeito do conteúdo ministrado – diferentemente do relativo ao ensino do alemão. O português era ensinado como Língua Estrangeira, seguindo, provavelmente, os moldes desse tipo de conteúdo. Nesse sentido, Kreutz (1991, 132-144) aponta o bilinguismo como o maior desafio pedagógico das escolas comunitárias. Evitava-se a bi-alfabetização, e acreditava-se que o aluno deveria saber muito bem o alemão, pois assim poderia aprender o português. Os próprios professores não dominavam o português muito bem, e este só aparecia na formação dos professores no último ano, como uma disciplina didática.

Essa realidade também se refletia na comunidade em geral. Por exemplo, no censo de 1940, 747.859 pessoas não falavam o português em casa no Rio Grande do Sul (393.934 destas falavam alemão), apesar de 95% dessas pessoas terem nascido no Brasil.¹⁰

⁹ RAMBO 1994, 128-129

A Nacionalização de Vargas obviamente contribuiu para a mudança radical desse quadro. No que diz respeito à escola, apenas materiais didáticos em português poderiam ser utilizados; professores e diretores deveriam ser necessariamente brasileiros; não era permitida a circulação de jornais, revistas etc. em língua estrangeira; o currículo deveria garantir o ensino de história e geografia brasileiras; não se podia aprender línguas estrangeiras antes dos 14 anos; e devia-se honrar a bandeira.

Com esse processo, das 1.000 escolas privadas existentes no Rio Grande do Sul, apenas 200 conseguiram se enquadrar nas normas e permaneceram abertas – não necessariamente mantendo o ensino de alemão. As outras tornaram-se escolas públicas (mudando completamente o seu currículo) ou foram fechadas. Aos poucos, ao longo dos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, algumas escolas foram restabelecendo o ensino da língua alemã, chegando, com oscilações durante esse período, às quase 200 escolas encontradas hoje em dia.

Conclusão

Depois de observarmos esses dados em relação à situação da língua alemã no Rio Grande do Sul (bem como em outros contextos), podemos chegar às seguintes conclusões:

- a situação da língua alemã no Brasil é relativamente boa e estável – muito em função da região sul, e conseqüentemente, muito em função da história da imigração e da presença de variedade minoritárias de base alemã em seus estados, o que continua pregando uma grande identificação e fomentando o interesse também na língua alemã padrão;
- todas as línguas podem lucrar com a globalização – às vezes pode haver em um determinado ano alguma queda no número de alunos, mas no ano seguinte volta a haver um equilíbrio, pois os alunos se dividem na grande oferta que se oferece;
- a orientação para o ensino de línguas deve ser, como no caso do Conselho Europeu e da União Europeia, buscar o fomento do plurilinguismo como o objetivo central;
- uma boa política lingüística é necessária – o que ainda falta no Brasil.

Bibliografia

¹⁰ KOCH 1974, 89

DE HOUWER, Annick. “Aquisição bilíngüe da criança”. In: FLETCHER, Paul & MAC WHINNEY, Brian (Org.) *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 185-208.

DUESBERG, Peter. “DaF International. Aktuelle Tendenzen weltweit und Herausforderungen für die deutschsprachigen Länder”. In: *Info DaF* n° 5, ano 33 (outubro 2006), p. 411-437.

KOCH, Walter. “Gegenwärtiger Stand der deutschen Sprache im brasilianischen Gliedstaat Rio Grande do Sul”. In: ENGEL, Ulrich & VOGEL, Irmgard (Org.) *Arbeitsstelle für Mehrsprachigkeit am Institut für deutsche Sprache*, 1. Mannheim: Institut für Deutsche Sprache, 1974. p. 79-117.

KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

MORELLO, Rosângela; OLIVEIRA, Gilvan Müller de. “Livro de registro de línguas: uma política patrimonial para as línguas brasileiras”. In: *As políticas lingüísticas das Américas em um mundo multipolar*. Rio de Janeiro: União Latina, 2006. p. 107-112.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. “Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico”. In: SILVA, Fábio Lopes da & MOURA, Heronides M. de Melo (Org.). *O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83-92.

RAMBO, Arthur Blásio. *A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. “Línguas Indígenas. 500 anos de descobertas e perdas”. In: *Ciência Hoje*, vol. 16, n° 95 (novembro de 1993), p. 20-26.

TAVARES, Luciano Lima. “Alemanha em questão: o que pensam estudantes universitários no Rio de Janeiro sobre a Alemanha, os alemães e a língua alemã”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Professores de Alemão*. Curitiba: ABrAPA, 2000. p. 523-528.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

(Contra)Mobilidade social e espacial na obra ficcional *Quem faz gemer a terra*, de Charles Kiefer

Lisiane Alves Savedra¹

Resumo: O trabalho trata da importância da terra para os descendentes alemães no Rio Grande do Sul, a partir da perspectiva da obra ficcional *Quem faz gemer a terra*, de Charles Kiefer, que descreve a luta das personagens para garantir seu espaço e resgatar a própria dignidade. O livro conta a história de Mateus (personagem-narrador), sua vida na propriedade que pertencia à família desde que seus antepassados vieram da Alemanha, a perda dessa terra em razão de dívidas, a ida para um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e todos os seus desdobramentos. O objetivo do trabalho é discorrer sobre a importância do elemento terra para os imigrantes e descendentes de alemães no Brasil, além de analisar aspectos referentes à imigração alemã e do papel dos descendentes de alemães nos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

Introdução

O romance *Quem faz gemer a terra* é uma narrativa em primeira pessoa, de Charles Kiefer, natural de Três de Maio – RS, onde nasceu em 1958. Kiefer é mestre e doutor em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professor de Literatura e instrutor de Oficinas Literárias nessa instituição, tendo sido agraciado com vários prêmios pelo valor de suas obras, tendo mais de 30 títulos publicados, alguns em outros idiomas.

A obra é centrada na personagem-narrador Mateus, descendente de alemães, que conta a história de sua vida. No início do livro, a primeira informação que se tem é a de que o Mateus está preso e da prisão é que conta a sua história.

A história inicia com o personagem-narrador relatando um pouco de sua infância, das brincadeiras, da convivência com o avô Lindolfo, de quem gostava muito, do irmão, da casa onde morou, deixando transparecer certo ar de nostalgia, ao fazer referência a objetos, fatos e sensações. A narrativa segue com Mateus, dizendo que

¹ Acadêmica do curso de Letras – Português/Alemão da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Bolsista do Projeto de Pesquisa “Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores” da UFPel, coordenado pelo professor Gerson Roberto Neumann. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Advogada. E-mail: lisianesavedra@hotmail.com.

morava na zona rural. Seu pai era dono de um pequeno lote de terras, no qual começou a fazer investimentos na tentativa de melhorar a economia da família. Para isso, fez um empréstimo junto a um banco, porém seus investimentos não foram exitosos, o que fez com que perdesse tudo o que tinha.

Por sugestão do irmão de Mateus, Pedro, em vista da ruína que lhes sobreveio, à família restou somente se juntar ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, na cidade fictícia de Pau-d'Arco. Porém, após desocupar a casa em que vivia, Mateus, frustrado com a situação de sua família, a incendeia.

No acampamento do MST em Pau-d'Arco, Mateus é designado para a função de vigilante por Junqueira, uma espécie de chefe do acampamento, que explicou à família o funcionamento da comunidade. Lá ele conhece Neusa, com quem vem a se casar e ter um filho, José. Antes de casar, entretanto, morre o pai de Mateus em decorrência de uma pneumonia, muito provavelmente por causa das péssimas condições de vida a que estavam submetidos os componentes do grupo dos Sem Terra.

A família, entretanto, segue sua vida apesar das dificuldades.

O personagem-narrador fala ao longo do livro sobre as condições precárias de vida no acampamento, sobre a indignação com as promessas não cumpridas pelo governo no tocante à Reforma Agrária, sentimento que não era só seu, mas de todo o grupo. Ressalta, porém, o espírito de cooperação, o alto nível de organização (divisão de funções) e a solidariedade entre os companheiros de acampamento, algo advindo da necessidade.

Num determinado momento, o narrador relata o incidente em que um avião sobrevoa o assentamento e esguicha substâncias tóxicas sobre os assentados, sob pretexto de pulverizar plantações de áreas vizinhas, evento que quase leva ao óbito a esposa dele e o bebê que ela tinha no ventre. Em decorrência desse evento, morreram algumas crianças e uma das mulheres do acampamento, que estava grávida, acabou por ter problemas na gestação (o filho nasceu sem cérebro), o que fez com que ela tivesse de ser internada em um hospital psiquiátrico, onde cometeu suicídio.

O filho de Mateus nasce, é batizado. Vários nascimentos e mortes se sucedem, até que a história segue para o seu ápice, o momento culminante que leva Mateus à prisão.

Junqueira, líder do acampamento, e a assembléia geral do grupo decidem que irão acampar em frente ao Palácio do Governador, na cidade de Porto Alegre, o que

implica na ida de Mateus e de outros tantos, de ônibus, em direção à “guerra” pela terra. Conforme disse Junqueira (KIEFER, 2006, p. 153), para eles era “agora ou nunca”.

A manifestação ocorre em meio a muito tumulto e, tomados de comoção e na violência das ideias e vontades contrapostas, Mateus mata um policial, o que sela seu destino e o leva ao cárcere de onde narra à história.

Em síntese, Mateus e sua família, após perderem as terras na qual moravam devido a dívidas e sem ter alternativas de locais onde se fixar, acabam indo para um acampamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – na visão deles, a única chance de ter novamente um pedaço de chão e de resgatar sua dignidade.

A obra ficcional fala de mobilidade, busca pela dignidade e, principalmente, das dificuldades enfrentadas na busca pela terra.

Embora ficcional, alguns dos fatos narrados na história têm paralelo na realidade, especificamente com o evento que ficou conhecido como Conflito da Praça da Matriz, o qual gerou uma grande repercussão social.

Mobilidade e imigração de alemães para o Brasil

Mobilidade espacial pode ser, de um modo bem simples, conceituada como o deslocamento físico de um ambiente a outro, enquanto a mobilidade social refere-se à mudança do *status* econômico do indivíduo na sociedade. De acordo com Olga M. S. Becker, a migração pode ser representada como sinônimo da mobilidade espacial da população (BECKER: 2003).

Antes de se falar da mobilidade social e espacial no contexto da obra *Quem faz gemer a terra*, é necessário conhecer os motivos que levaram os imigrantes alemães a emigrarem para o Brasil, como se deu essa mudança e no que resultou essa opção.

No tocante à imigração de cidadãos alemães no Brasil, a data convencional de início desse ciclo é o ano de 1824 e isso não porque não tivessem entrado antes alemães no país, e no Rio Grande do Sul, mas em razão de haver sido esse ano o que marca o começo do patrocínio da imigração por parte do governo imperial.

O motivo das migrações foi preponderantemente econômico graças à crise econômica e política que a Europa vinha passando na época, embora muitos migrassem também, dentre outras, por questões religiosas e políticas. Em decorrência da crise, muitas famílias perderam suas terras na Alemanha, vendo na América a chance de recomeço para uma vida melhor.

A importância da terra para os imigrantes alemães que vieram para o Brasil no século XIX e início do século XX reside, pois, no contraste entre as condições de vida dessas pessoas na Alemanha, que não eram boas, e a perspectiva de crescimento e prosperidade veiculados na propaganda institucional feita pelo governo imperial do Brasil ao cidadão alemão.

Ferdinand Schröder cita, no seu livro *Die deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859*, uma das propagandas que se fazia aos alemães para convencê-los a migrar para o Brasil:

Freie See- und Ueberlandreise [nach und] in Brasilien; ein freies Stück Land mit vorläufigem Haus; für eine Familie mit 3-4 Köpfen ein Ochse oder Pferd zum Zug, zwei Milchkühe, vier Schafe, zwei Ziegen, zwei Schweine, Samen von Weizen, Bohnen, Reis, Mais, Lein, Hanf, Ricinusöl (zu Brennöl), Größere Familien entsprechend mehr. Zum Unterhalt im ersten Jahr pro Kopf und Tag 160 Reis, im zweiten Jahr 80 Reis; die Einwanderer sollten ein Wundarzt und Apotheker mitbringen, ferner 2-4 Geistliche, die wie die brasilianischen gestellt werden sollten. Für den Bau und die Ausstattung der Hauptkapelle am Stadtplatz wollte der König sorgen. (SCHRÖDER, 1930)

Quando chegaram, as condições prometidas, na maioria das vezes, não condiziam com a realidade. As colônias eram uma “terra de ninguém”, sem a mínima infraestrutura; literalmente os imigrantes começaram do nada, e quase sempre sem a possibilidade de voltar.

Da dicotomia entre mão-de-obra em excesso e exploração desumana de pessoas decorrente desse excesso, resultaram várias consequências na Alemanha, dentre elas o desenvolvimento do socialismo através das ideias de Marx e Engels, o reconhecimento dos Direitos Sociais e a migração de um grande contingente de pessoas em busca de melhores condições de vida.

O movimento migratório foi estimulado pelo governo alemão da época, portanto, como forma de contornar as tensões sociais provenientes do aumento demográfico e do excedente de mão-de-obra em face do êxodo rural e da incapacidade do setor industrial em aproveitar os saídos do campo (KREUTZ, 1991). Disso se infere que o fluxo do capital influencia enormemente o fenômeno *mobilidade*, pois a mobilidade do trabalho pelo capital faz com que a força de trabalho que o serve também seja mobilizada.

No contexto brasileiro, a colonização se afigurava importante no sentido de que a prática da escravidão estava enfraquecendo, chegando a seu ocaso. Com o fim iminente da escravidão era preciso mão-de-obra de baixo custo. Mas, além disso, era preciso ocupar as fronteiras, de modo a garantir a soberania brasileira sobre esses territórios e se esperava, também, incentivar a formação no Brasil de uma classe média rural.

A emigração para o Sul se vincula aos planos de colonização do governo imperial brasileiro, baseados na pequena propriedade, ideal traçado por José Bonifácio e pelo imperador Dom Pedro, por razões sócio-econômicas e militares. Disso resulta que a mais bem-sucedida das colônias de imigração alemã na Região Sul foi a de São Leopoldo, iniciada em 1824 (FAUSTO, 1999).

No Rio Grande do Sul, as mais importantes zonas de colonização germânica foram as regiões do Rio dos Sinos, Rio Caí, Rio Jacuí e afluentes da margem esquerda – o cinturão do Jacuí (WILLEMS, 1946).

A colonização alemã se estendeu pelo nordeste de Santa Catarina, onde surgiram as colônias de Blumenau, Brusque e Dona Francisca, atual Joinville, tendo se dedicado os imigrantes à criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, batatas, verduras, e frutas. A produção de maçãs, por exemplo, até então era praticamente inexistente no Brasil. Além disso, vale citar também a instalação de oficinas e estabelecimentos industriais, surgindo a indústria de banha, de laticínios, de conserva de carne, de cerveja e outras bebidas (FAUSTO, 1999).

A partir daí a migração de alemães e descendentes tomou rumo ao norte do país, ocorrendo a colonização principalmente no oeste do Paraná, em algumas partes de São Paulo, Minas Gerais, chegando até o estado de Rondônia.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930 (FAUSTO, 1999). Conforme estatística elaborada pelo Departamento Nacional do Povoamento, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 1937 (WILLEMS, 1946), até 1914, 65 mil imigrantes alemães vieram para o Brasil, sendo que o índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940. IBGE. Conselho Nacional de Estatística, p. 1307 – citado por WILLEMS, 1946, p. 65) dá conta de 170.645 alemães imigrados entre 1884 e 1939.

Os descendentes desses imigrantes procuram preservar e transmitir os traços culturais legados por estes, como forma de proteger a própria identidade.

Na terra, os imigrantes alemães concentraram todo o esforço no intuito de sobreviver e prosperar e o que sobre ela foi construído ostenta o grau de obstinação dessas pessoas.

Mobilidade e luta pela dignidade na obra *Quem faz gemer a terra*, de Charles Kiefer

A obra *Quem faz gemer a terra* fala da luta por uma porção de terra. O texto aborda a vida de um sujeito, neto de imigrantes alemães que vieram ao Brasil buscar uma melhoria de vida. Ocorre que algumas gerações depois, o ciclo da busca se reinicia quase pelas mesmas razões que ensejaram o êxodo de muitos alemães para a América, o endividamento e consequente perda da terra.

A mobilidade espacial se mostra no livro, na vinda do avô do personagem Mateus, Lindolfo Lang, da Alemanha, como fala a personagem-narrador na seguinte passagem: [...], eu perguntava, porque sabia que foi de criança que ele veio da Alemanha, num navio de carga (KIEFER, 2006, p. 23).

Quando Mateus e sua família, em função das dívidas, vendem suas terras para saldar dívidas com um banco e, sem mais alternativas, aderem ao MST, verifica-se outro caso de mobilidade, só que espacial e também social.

Ressalte-se que os descendentes de alemães estão bem no centro da gênese do mais intenso movimento de luta pela terra no Brasil, o MST, que surgiu em 1979 no Estado de Santa Catarina, terra onde muitos deles se fixaram, exploraram a terra que algumas poucas gerações depois seriam perdidas em virtude da expansão e ocupação delas por sociedades empresárias (agroindústria) da área de laticínios e frigoríficos (GOHN, 1997).

Na realidade, conforme Roberto Zwetsch, quando fala sobre “Terra, lugar e espaço: A luta dos pobres por cidadania e dignidade no Brasil desde uma perspectiva teológica” (ZWETSCH, 2009, p. 585/586), muitas pessoas que vivem em assentamentos no norte do estado do Rio Grande do Sul

são oriundas de regiões de minifúndio, as antigas colônias da imigração européia, tanto de origem alemã quanto italiana. Os sem terra de agora são, na verdade, bisnetos dos sem terra que migraram da velha Europa no século 19 na esperança de “fazer a América”. Muitos conseguiram este objetivo, mas outros empobreceram e hoje refazem o aprendizado da luta por terra, espaço e direito de ser cidadão no próprio país.

“Não podemos nos acomodar e aceitar a miséria como uma vontade divina” (KIEFER, 2006, p. 146), disse o personagem Junqueira, líder do assentamento do MST onde se passa a maior parte da história, em um momento de extrema indignação, provavelmente o mesmo sentimento que impeliu também os imigrantes, em outro momento histórico, rumo à “terra prometida” e impele a todos que veem na terra a chance de uma vida melhor.

A dignidade do personagem principal foi subtraída com a tomada das terras em que vivia, terra que os permitia se manter pelo próprio trabalho não passavam fome. Os sentimentos que a perda da terra trouxe podem ser sintetizados na passagem abaixo:

Os bois entraram no estradão e eu senti um coice no peito [os personagens estavam partindo para o acampamento do MST de Pau-d'Arco]: Nunca mais eu ia fazer o caminho de volta, nunca mais. Eu devia era ter engraxado os eixos, pensei. O rangido das rodas doía fundo, mastigava minha alma. [...] O Pedro puxou a rigeira e os bois pararam. Eu saltei, corri de volta, peguei o litro de querosene que eu tinha escondido na cerca-viva e entrei na casa. Fui até o quarto e atirei a garrafa contra a parede. Da porta, joguei o fósforo acesso e corri outra vez. Ouvi o vuupt, mas não virei a cabeça. Só depois, quando eu já estava sentado na carroça de novo, é que eu olhei pra traz e vi o rolo de fumaça que subia na curva do estradão. O pai botou a mão no meu braço e não disse nada, só apertou ele e eu entendi. (KIEFER, 2006, p. 59-60).

A imobilidade ou a resistência à mobilidade, nesse cenário, seria a forma que as personagens têm para se opor às forças econômicas, o que se poderia chamar de contramobilidade, conforme GUADEMAR apud BECKER (2003). O desejo pelo regresso à terra antigamente ocupada seria, pois, uma forma de resistência, a antítese da mobilidade, uma antítese ao capital (BECKER, 2003).

Mateus, personagem-narrador, e sua família, diante do infortúnio, buscam no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra a chance de conseguir um lote sobre o qual se assentar e, tal qual seus antepassados, resgatar a própria dignidade, pois vendo que a busca solitária não lhes conduziria a lugar nenhum, a solução provavelmente residiria na busca em conjunto com outros tantos que estavam na mesma situação. A solução era a luta pela reforma agrária, conforme deixa clara a passagem a seguir:

Ficamos sem nada nosso, mas pagamos o banco. Uma semana antes do pai entregar a terra pro novo dono, o Pedro veio com a história do acampamento

que estava se formando pra diante de Pau-d'Arco. “Assim a gente tinha chance de ganhar um pedaço quando sair a reforma agrária”, disse o meu irmão. (KIEFER, 2006, p. 41)

As personagens passaram por cima de seus preconceitos para buscar, em conjunto com outros, a solução para seus problemas. A saga de Mateus não terminou de forma venturosa, já que o cárcere é o destino que ninguém quer e não se prevê como final feliz.

Quanto a essa parte da obra, a que consta da passagem da morte de um policial militar pela personagem Mateus, o que culminou com sua prisão, é uma alusão a evento ocorrido na Praça Matriz, na cidade de Porto Alegre, em 8 de agosto de 1990, no qual 400 membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e um contingente de membros da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul entraram em confronto, resultando dessa batalha campal 72 feridos e um policial morto.

No calor do conflito, o cabo da Brigada Militar, Valdeci de Abreu Lopes, teve a garganta cortada, ironicamente na chamada Esquina Democrática, cruzamento das avenidas Borges de Medeiros e Andradas.

Da caracterização da personagem principal e todos os que o cercam ao longo da narrativa, pode-se antever que Charles Kiefer teve o cuidado e talvez a intenção de mostrar que não são todas as pessoas que participam do MST sórdidas e vis, como muitos creem e pregam, procurando afastar esse estigma e não sem razão, pois a generalização excessiva acaba por formar os maiores equívocos, principalmente quando se busca julgar as motivações de um indivíduo ou pequeno grupo com base em comportamentos de massa ou o inverso.

Mateus faz interessante reflexão sobre como a sociedade, às vezes, tem certa dificuldade de analisar uma questão sob todos ou vários de seus prismas

Ninguém pensou que no centro da cidade, com tanto povaré por perto, fosse acontecer a guerra. Disseram que a nossa intenção era de provocar tudo, porque levamos os facões, as enxadas e as foices. Nós, sem as nossas ferramentas, podemos ser confundidos com os esfarrapados que andam pela cidade. Elas são o nosso símbolo de trabalho e de luta, como diz o padre Douglas. Agora, querem fazer da foice o símbolo da nossa violência. Me diga, não é violência o que passam os velhos e doentes, as crianças e as mulheres nos acampamentos? Não é violência prometer os assentamentos e não cumprir? Sabe o que eu ouvi, aqui na prisão, um locutor dizer no rádio?

Que a reforma agrária tinha a primeira vítima! E os que já morreram assassinados pelos jagunços? Colono morto é bicho, pra ser contado entre as galinhas! (KIEFER, 2006, p. 71)

Não se pode olvidar que a necessidade, a frustração e o calor do momento acabam por fazer aflorar o pior lado das pessoas e, é isso o que parece mostrar Charles Kiefer ao compor a personagem Mateus, um homem com sonhos, aspirações, família, que por um infortúnio e levado pelo ritmo dos acontecimentos e por um instinto quase animalesco de angústia e revolta acabou por matar um homem e selar seu destino.

Considerações finais

A história do romance *Quem faz gemer a terra* é sobre descendentes de imigrantes que, assim como aconteceu com muitos de seus antepassados, também devido a uma crise econômica, perderam suas propriedades.

Muitos imigrados no início do século XX buscaram no Brasil a chance de reiniciar uma nova vida e deixaram a seus descendentes um legado oriundo de um trabalho duro e das necessidades que passaram. Na manutenção, preservação e expansão desse legado reside a dignidade dos descendentes dos imigrantes e disso trata o romance.

A obra de Charles Kiefer mostra-nos que, também em solo brasileiro, muitos imigrantes e descendentes perderam a terra anteriormente adquirida.

De certa forma a história se repete e novas migrações ocorrem. No caso brasileiro, esse período levou uma grande massa migratória para os centros urbanos ou passaram a integrar movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, marcando um período de forte êxodo rural. A ficção do autor retrata, através de Mateus, a face real dessa realidade de perdas e buscas.

Bibliografia

BECKER, Olga Maria Schild. **O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) como expressão do contra-mobilidade espacial da população**. Anais do III Encontro Nacional sobre Migrações, da ABEP/UNICAMP, 2003. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 15 Ago. 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 6ª Edição. São Paulo: EDUSP, 1999.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil – 1808 – 1824 – 1974**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**, 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva**. I Congresso da *Asociación Latino Americana de Población*, 2004. Disponível em: <www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_347.PDF>. Acesso em: 15 Ago. 2010.

KAUTSK, Karl. **A Questão Agrária**: Tradução de Otto Erich Walter Maas. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

KIEFER, Charles. **Quem faz gemer a terra**, 7ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial – Magistério e Imigração Alemã**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS; Florianópolis: Editora de UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Die deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859**. Berlin: Verlag Ev. Hauptverein für Deutsche Ansiedler und Auswanderer, 1930.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824 – 1924**: Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil – Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pará – Porto Alegre, 1946.

_____ **Assimilação e Populações Marginais no Brasil – Estudo Sociológico dos Imigrantes Germânicos e de seus Descendentes**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Bahia – Pará – Porto Alegre, 1940.

ZWETSCH, Roberto. **Terra, lugar e espaço: A luta dos pobres por cidadania e dignidade no Brasil desde uma perspectiva teológica**. Fórum Mundial de Teologia e Libertação - 21 a 25 de janeiro de 2009 – Belém – PA. Disponível em: <www.wftl.org/pdf/060.pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2010.

Migrações e Educação: Referências conceituais para pesquisar o diálogo intercultural na história da educação

Lúcio Kreutz – UCS

Resumo: Historicamente, a diversidade cultural foi considerada pelas políticas educacionais como empecilho para a formação da Nação, exigindo severas medidas para extingui-la. A questão central do texto é epistemológica, a saber: que conceitos facultam pesquisar a interação de culturas na história da educação? Isto nos situa em referências da história cultural, construídas em diálogo com a antropologia. Na comunicação privilegia-se a questão teórica relacionada com conceitos que permitem analisar a questão do diálogo entre culturas, referenciando-o aos grupos étnicos do Rio Grande do Sul, com ênfase nos imigrantes e seu processo escolar étnico.

Palavras-chave: pluralidade cultural, políticas públicas de educação, história da educação

Somos migrantes

As condições do presente tornam a todos nós migrantes. Independentemente de deixar ou não o contexto nativo, somos migrantes. Com as mudanças sócio-culturais e as condições decorrentes das mesmas, somos privados do aconchego e do isolamento que marcavam a vida dos antepassados. E esta realidade de migrante cria desafios próprios para nossa dinâmica de vida no presente, consubstanciando-se lugares de encontro de indivíduos portadores de culturas diferentes, encontro esse que permite falar da construção do sujeito intercultural. Reconhece-se que “os migrantes são verdadeiros portadores da cultura, que transportam para além da língua, idéias, esperanças, hábitos e concepções educativas, que enriqueceram com hibridações em ambos os países” (PORTAL, VII CLBHE).

Para um melhor entendimento desta questão é importante explicitar o que se entende aqui por identidade e por pertencimento étnico. A identidade não deve ser entendida como algo constituído, naturalizado. Trata-se de percebê-la como processo identitário (Nóvoa, 1992; Hall, 1997 e outros) ou, como diziam Guattari e Rolnick (1986), “processos de singularização”. Neste sentido, não há um momento de definição da mesma. As identidades são sempre construídas, devendo por isso ser definidas histórica e não biologicamente. Para Stuart Hall (1997. p.13 e 75), a identidade unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, pois ela está diretamente

envolvida com o processo de representação que se localiza no tempo e no espaço simbólicos. Edward Said (apud Hall, 1997, p. 76) diz que a identidade tem sua “geografia imaginária”, e Bernd (1992, p.10) afirma que “a busca de identidade deve ser vista como um processo em permanente movimento”.

Quanto à etnia, Stuart Hall define-a “pelas características culturais - língua, religião, costumes, tradição, sentimento de ‘lugar’- que são partilhadas por um povo” (1997, p.67). Alerta, porém, que a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo. Isto significa que os descendentes de imigrantes, hoje, vivem um processo identitário bastante diferente das primeiras gerações que vieram para esta região.

Na etnicidade, os limites são múltiplos e instáveis. Para Seyferth (1994, p.23), estes limites podem mudar com frequência porque “a etnicidade é situacional”. Também Enguita (1995 e 1996) enfatiza o caráter relacional do conceito de etnia. Poutignat e Streif-Fenart (1998, p.123) realçam que nas teorias da etnicidade, hoje, a tônica cai mais no caráter relacional do que essencial das identidades étnicas, isto é, “o Nós constrói-se em oposição ao Eles”. Atribui-se importância central à competição e ao conflito étnico, querendo-se dizer que “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas”. O fundamental é que se perceba o étnico como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O étnico constrói-se nas práticas sociais, num processo de relação. A nomeação tem um papel central neste sentido. Por isso é muito importante estar atento para as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e culturais.

Assim, a identidade étnico-cultural, mesmo onde aparece como marginalizada, como excluída, não é uma realidade muda, simples objeto de interpretação. Ela é fonte de sentido e de construção do real. E normalmente, nas relações entre grupos humanos, os processos culturais tornam-se tensos, carregados de conflitos.

Para Célia Marques Pinho (Pinho, 2003, p. 193) o encontro entre culturas é momento rico e fecundo, pois uma cultura perdura e se enriquece quando se abre e interage com outras culturas. Segundo a pesquisadora, encontramos-nos rodeados por discursos e práticas diferentes dos nossos, lançando-nos em situação de constante questionamento de nossas convicções, desestabilizando seguranças e idéias, de modo que a herança cultural perde força na dinâmica de vida. Dispondo de uma pluralidade de

leituras da realidade com suas práticas correspondentes, os indivíduos têm a responsabilidade de fazer suas escolhas. No entanto, isto também comporta uma dimensão positiva, favorecendo a formação de nova subjetividade, embora de modo restrito, pois a cultura da mídia e as condições de vida o pressionam constantemente para determinadas perspectivas.

Segundo Ulf Hannerz antropólogo sueco, “nos últimos tempos, em vez de buscarmos a confortadora intimidade da vida provinciana, temos debatido a distância cultural que separa navio e terra firme, e a maneira de atravessá-la” (Hannerz, 1997, p. 7). Enfatiza que fluxo, mobilidade, recombinação e emergência tornaram-se temas favoritos à medida que a globalização e a transnacionalidade passaram a fornecer os contextos para nossa reflexão sobre a cultura. Neste sentido “as comunidades são diásporas e as fronteiras na realidade não imobilizam, mas, curiosamente, são atravessadas”. Frequentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, como já nos sinalizava Barth em *Grupos étnicos e suas fronteiras*, de 1969. Há um reconhecimento bastante geral que estamos vivendo uma situação histórica nova. O mundo globalizado tende a colocar em contato insularidades. O longínquo está cada vez mais próximo. As fronteiras são violadas por redes cibernéticas e por acordos de livre comércio. Segundo Marinucci (2007, p. 87), o “diferente entrou em nossas casas, às vezes sem ser convidado. (...) Se o mundo globalizado favorece os contatos, ele não determina as modalidades interativas, ou melhor, não garante interações simétricas”. As mudanças identitárias inerentes ao ato migratório têm e sempre tiveram repercussões no processo educacional. O ato migratório pode gerar uma crise identitária que, por vezes, pode levar a modificações de referência no processo cultural.

Referências para pesquisar as interações entre culturas na história da educação

Ao constatar que a cultura está no centro dos debates contemporâneos sobre identidades, coesão social e desenvolvimento, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (Paris, 1 de nov. de 2001). afirma que “o respeito à diversidade cultural, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em clima de confiança e de compreensão mútua, estão entre as melhores garantias de paz e de segurança internacionais”.

Se esta declaração não reflete a realidade plena do presente em termos de respeito à diversidade cultural, pelo menos sinaliza para um horizonte desejável a ser construído nas relações sociais. O ato legislativo do Congresso Brasileiro uniu-se à

Declaração da Unesco ao proclamar o ano de 2008 como O Ano da Diversidade Lingüística do Brasil (Relatório do GTDL, 2007). Mas como articular estes princípios com a pesquisa em história da educação?

Em 1976, Raymond Williams, um teórico literário e crítico cultural, publicou *Keywords*, (palavras-chave), que trazia por subtítulo *Um vocabulário da cultura e da sociedade*. O autor examinava pouco mais de cem conceitos centrais do discurso do século XX, salientando sua complexidade acumulada historicamente. A palavra *globalização* ainda não constava desta lista de conceitos centrais. Hoje, certamente estaria presente. A partir da iniciativa de Williams, Ulf Hannerz (1997 p. 9) procurou reunir algumas das idéias e imagens que o vocabulário atual evoca, bem como experiências, concepções, definições de problemas associados a essa linguagem e que ainda tem implicações para nossa agenda intelectual. Escolheu algumas palavras usadas na antropologia e que, em seu entendimento aparecem, de alguma forma, associadas ao termo *globalização*. Refere-se aos conceitos de **fluxos, limites e híbridos**. Segundo Hannerz estas são noções metafóricas e de certa maneira provisórias, mas tais palavras chamam a atenção quando examinamos com novo olhar o mundo que nos cerca, porque parecem proporcionar a percepção imediata de alguma qualidade essencial do que quer que se esteja tratando. No entanto, faz a ressalva que, em nossa reflexão acerca da *globalização*, ainda estamos “numa fase de palavras um tanto indomadas”.

Por isso, pergunto-me: quais os lugares que os conceitos de **fluxo, limites e híbridos** podem ocupar no presente, em nossas articulações teóricas para trabalharmos a questão das migrações e das culturas, na História da Educação?

Canclini (2001, p. 23) entende que os processos globalizadores acentuam a interculturalidade moderna, que “os fluxos e as interações que ocorrem nesses processos diminuíram as aduanas e as fronteiras, como também a autonomia das tradições locais, propiciando mais formas de hibridação produtiva, comunicacional e de consumo do que no passado”. O novo contexto histórico favorece intercâmbios, mesclas mais intensas e mais diversificadas que em outros tempos. Assim, há os que são brasileiros pela nacionalidade, portugueses pela língua, russos ou japoneses pela origem, católicos ou afro-americanos pela religião. Significa que essas pessoas encontram-se em grande variabilidade de regimes de pertencimento. Mas, para Canclini (2001, p. 25), isto representa “um desafio para o pensamento moderno do tipo analítico, acostumado a separar binariamente o civilizado do selvagem, o nacional do estrangeiro, o anglo do latino”. Para entender a inter-relação entre as culturas, suas transformações e seu reflexo

no processo educacional, Stuart Hall salienta que é preciso ter atenção especial para o que se entende com o conceito de identidade.

Em seu entendimento, a identidade “não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (...) a cultura não é uma arqueologia, mas é uma produção”. Segundo o mesmo autor, numa visão essencialista “*presume-se que a identidade cultural seja fixada no nascimento, seja parte da natureza*”. Possuir uma identidade cultural nesse sentido, significaria estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, “*ligando o presente e o futuro ao passado numa linha ininterrupta*” (Hall, 2003, p. 44).

O processo do encontro de culturas não ocorre em perspectiva linear. O mesmo autor entende que afirmar as culturas nacionais como unificadas, é apenas um dispositivo discursivo, pois “elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas por meio do exercício de diferentes formas de poder cultural” (Hall, 1997, p. 70).

Em seu polêmico Versos Satânicos, Salman Rushdie, com experiência de migração e com reflexão crítica sobre o encontro de culturas, argumenta que “(...) a novidade entra no mundo com o hibridismo, a impureza, a mistura, a transformação que vem de novas e inusitadas combinações dos seres humanos” (Apud Hall, 2003, p. 34).

Para re-enfatizar esta perspectiva de entendimento, retomo a pergunta já formulada acima: qual o espaço e a pertinência para os conceitos de **fluxo, limites e híbridos** em nossas articulações teóricas para trabalharmos a questão das migrações e culturas na História da Educação? Como trabalhar conceitualmente com esta realidade cultural dinâmica, em constante movimento de hibridação? Parece-me que neste sentido o antropólogo Ulf Hannerz e os cientistas sociais Canclini (2001) e Gruzinski (2001) podem oferecer algumas perspectivas. Para esses teóricos os conceitos de fluxos, hibridismo, interstícios, entre outros, revestem-se de potencialidade para nossas análises.

Ulf Hannerz, entende que o conceito de fluxo retrata

[...] um modo de fazer referência a coisas que não permanecem em seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões. Um aspecto fundamental dos fluxos é que eles têm direções. No caso dos fluxos de culturas, é certo que o que se ganha num lugar não necessariamente se perde na origem. Mas há uma reorganização da cultura no espaço (1997, p. 10).

Salienta, repito-o para dar maior ênfase, que freqüentemente é nas regiões fronteiriças que as coisas acontecem, sendo fluxo, hibridez e colagem, expressões apropriadas para identificar qualidades nas pessoas e em suas produções. Ele entende que há algum tempo se presta mais atenção aos fluxos entrecruzados e aos contrafluxos. Hannerz ressalta que, quando lê *Tenda dos Milagres*, fica fascinado com a maneira como Jorge Amado retrata a contínua influência das antigas correntes culturais da África Ocidental, através do Atlântico Sul, sobre a cultura popular da Bahia. Para o antropólogo sueco a idéia que o fluxo deve ser entendido como metáfora geradora, no sentido de suscitar desdobramentos nas culturas, tem aceitação crescente, especialmente entre antropólogos. O importante é que “*o conceito de fluxo se opõe ao pensamento estático*” e que a metáfora do fluxo nos propõe a tarefa de “*problematizar a cultura em termos processuais*” (HANNERZ, 1997, p. 14).

Outro conceito sugerido por Hannerz, é o de interstícios. Segundo o antropólogo, trata-se de termo muito usado no vocabulário dos “espaços intermediários” onde grupos de pessoas se encontram para formar os princípios de uma nova sociedade, após deixarem os lugares onde viviam. Afirma que os cenários das zonas intersticiais parecem cheios de vida, mas não completamente seguros, pois indivíduos despojam-se de uma carga de cultura para ganhar liberdade de movimento e “exploram a zona fronteira com mais criatividade e combinações inovadoras” (1997, p. 22). Parece-me que estes conceitos estão próximos ao que Hommi Bhabha (2001) expressa com o de “borda”, em que a dinâmica de vida desenha seus contornos.

O conceito de híbrido também entra em cena, juntamente com outras palavras que expressam mistura, apontando para novas combinações. Nestor Canclini (2001, p. 15) entende por hibridismo, “processos socio-culturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam em forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. O termo de origem biológica motivou alguns autores a advertirem que por vezes é associado a esterilidade, recordando o exemplo da mula. Mas não precisa ficar preso à conotação biológica. As ciências sociais importaram muitos conceitos de outras disciplinas sem que lhes invalidem as condições de uso na ciência de origem. O debate efetuado ao longo dos anos está relacionado com a consistência teórica e com o poder explicativo deste termo e não por sua vinculação de sentido na ciência da qual proveio. Salienta Hannerz que podemos contar com diversos termos, como hibridez, colagem, criouliização, mestiçagem, miscigenação, sincretismo e outros, para expressar o novo que se produz quando grupos culturais se encontram e interagem,

no entanto, é de parecer que “hibridismo parece ser o termo genérico hoje preferido. Talvez por derivar sua força, como ‘fluxo’, de uma fácil mobilidade entre disciplinas”.

Em relação às pesquisas sobre imigração e diálogo cultural, o Grupo de Pesquisa “Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil” (ALERS), da UFRGS, coordenado por Cleo Vilson Altenhofen, trabalha de alguma forma nesta perspectiva na área de lingüística, buscando a dinâmica de transformação lingüística a partir dos contatos interculturais, atendo-se especialmente ao novo que se produz nesse processo. Nesse sentido, o projeto de pesquisa “Topodinâmica dos Contatos Lingüísticos do português em áreas bilíngües de fronteira e de imigração”, de Cleo Vilson Altenhofen é um exemplo típico, bem como o são as demais pesquisas da Linha de Pesquisa “Linguagem no Contexto Social e Aquisição da Linguagem”, vinculado ao grupo de pesquisa ALERS¹.

Para Hannerz este processo foi percebido mais cedo no Brasil, nos estudos humanistas e das letras, podendo-se sugerir que foi aí que começou esta mudança de percepção. O autor entende que Jorge Amado com certeza foi um precursor de Salman Rushdie e que, nos anais da hibridez artística, a Bahia precede Bombaim. Também realça que os trabalhos de Gilberto Freire (1946; 1959), a respeito do Brasil como um ponto de encontro entre portugueses, ameríndios e africanos, certamente são fundamentais para uma história intelectual e cultural da hibridez. Ressalta ainda que este termo, como é usado por Homi Bhabha (2001) para fazer a crítica cultural do colonialismo, sublinha a subversão e a desestabilização da autoridade cultural colonial.

Gruzinski (2001, p. 26) pergunta-se sobre a melhor forma de abordar estes “mundos mezclados” e responde que primeiro, talvez, “aceitando-os como nos aparecem em vez de nos apressarmos em desarrumá-los e submetê-los a triagens que supostamente localizariam, e depois isolariam, os elementos que formam o conjunto”. Por isso, segundo o mesmo autor:

Aceitar em sua globalidade a realidade mezclada que temos diante dos olhos é um primeiro passo. Mas o esforço costuma resultar numa constatação que leva a uma espécie de impasse angustiante. A mistura estaria, invariavelmente, sob o signo da ambigüidade e da ambivalência. Tais seriam as maldições que pairariam sobre os mundos mezclados. (Gruzinski, 2001, p. 26).

¹ Neste mesmo sentido, ver também o projeto “Topodinâmica dos contatos lingüísticos do português em áreas bilíngües de fronteira e de imigração”, e as publicações dos integrantes desse Grupo de Pesquisa.

Gruzinski exemplifica sua afirmação com Macunaíma, o herói do romance de Mário de Andrade, que é “um personagem ambivalente, indeciso, dividido entre dois sistemas de valores”. Macunaíma aparece no romance como “um homem degradado que não consegue harmonizar duas culturas muito diferentes”. Em Macunaíma, os elementos culturais antagônicos apresentam-se como “as duas faces da mesma moeda” (p. 27). Assim, com o reconhecimento de Macunaíma dizendo: “sou um tupi tangendo um alaúde”, Mário de Andrade expressou o entendimento que no encontro entre culturas diferentes nada é “inconciliável, nada é incompatível, mesmo se a mistura é por vezes dolorosa”. Neste sentido “é possível ser tupi – portanto, índio do Brasil – e tocar um instrumento europeu, (de origem oriental) tão antigo, tão refinado como o alaúde” (p. 28).

Ainda, segundo o autor de *O Pensamento Mestiço*,

A arte de Mário de Andrade não consiste apenas em expressar ‘o grande dilaceramento (...) em todos os planos de relato’. As formas que ele inventa permitem explorar uma realidade polimorfa, composta de identidades múltiplas e de constantes metamorfoses. Ele consegue isso jogando com a indeterminação provocada pela superposição e pela fusão dos personagens (Gruzinski, 2001, p. 28).

Segundo este pensador, “o que assume as aparências da incoerência pode perfeitamente ter um significado”, pois “é no coração da metamorfose e da precariedade que se aloja a verdadeira continuidade das coisas” (idem, p. 28).

Embora todo um conjunto de termos tenda a indicar mistura cultural, Hannerz também chama atenção para o conceito de criouliização e que pode ser utilizado de modo bastante preciso para apontar este significado. O uso mais amplo do termo já está consagrado na sociolingüística. Entende que o conceito de

[...] criouliização é particularmente aplicável aos processos de confluência cultural que se estendem num continuum mais ou menos aberto de diversidade, ao longo de uma estrutura de relações centro-periferia que pode ser perfeitamente alargada para o âmbito transnacional, também caracterizada pela desigualdade de poder, de prestígio e de recursos materiais (HANNERZ, 1997, p.27).

Os autores acima apontados entendem que, em determinado período, algumas culturas são mais crioulas do que outras e que em alguns momentos da história, nós ou nossos antepassados podemos ter passado pela criouliização, mas não estamos envolvidos sempre nesse processo, nem o fomos necessariamente no mesmo grau. Também o termo *sincretismo* é usado para expressar o processo de interação entre culturas, mas é de uso mais freqüente na antropologia religiosa.

Com freqüência cada vez maior deparamo-nos com identidades culturais que não são fixas, mas provenientes de diferentes tradições culturais, tratando-se do resultado dos cruzamentos e das misturas culturais, cada vez mais comuns no contexto atual. As categorias apresentadas, juntamente com outras, como a de transculturação, sincretismo e interstícios, favorecem a pesquisa na história da educação em que se trata dos ricos e dinâmicos espaços de encontro entre culturas a partir do qual novas perspectivas se desenham.

Pessoas que atravessam e intersectam as fronteiras, segundo Hall, precisam negociar com as novas culturas em que vivem. Ocorre mais freqüentemente que nesses casos os indivíduos não se desligam completamente de seu processo identitário, mas também não se deixam assimilar plenamente pelo novo ambiente cultural. Nesse fluxo de vida ocorre uma hibridação. “Essas pessoas estão irrevogavelmente traduzidas (...), devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (Hall, 1997, 96/7).

Estudar processos culturais, por isso, em vez de levar a afirmar identidades auto-suficientes, serve para conhecer novas formas de situar-se no meio da heterogeneidade e entender como se produzem os hibridismos ou criouliizações. O que importa é a capacidade hermenêutica desses conceitos, tornando-os úteis para interpretar as relações de sentido que se reconstroem nas mesclas. Trata-se de conceitos que se situam muito mais próximo à contradição, à hibridação, à mestiçagem, ao sincretismo e à criouliização do que à identidade. Importa ressaltar com Hall que, se a identidade plenamente unificada e segura é uma fantasia, como já foi salientado acima, então:

ao invés disso, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 1997, p. 13/14).

Considerações finais

As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência, no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. Assim, em vez de falarmos de identidade, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. Por isso é sumamente importante estar atento para conceitos com os quais seja possível pesquisar e entender a dinâmica de vida decorrente do encontro de culturas por meio da migração.

Apoiado em Hannerz, (p.29), entendo que no vocabulário acima se trata de conceitos que ligam continentes e que ajudam a revelar a face humana da globalização. Levam a pensar que o mundo não está se tornando necessariamente igual. Há luta, mas também há jogo. Nas zonas de fronteira é que se dá uma dinâmica especial, em que determinadas articulações mais prosperam. Também Hall (1997, p. 106) entende que “os deslocamentos ou os desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes”. Parece que o mais importante é elaborar princípios teóricos e procedimentos metodológicos que nos ajudam a tornar a convivência, entre culturas diferentes, mais traduzível e mais coadunável com o novo e dinâmico que emerge desse processo, distinguindo o que cada um ganha e perde nesta interação entre culturas.

Parece-me que a conclusão mais importante a ser tirada da reflexão, exposta resumidamente acima, é de que, até o momento, temos explorado muito pouco nas pesquisas da história da educação essa perspectiva de análise e que me parece de uma grande potencialidade. Temos tratado mais dos imigrantes como grupo humano “desvinculado”, do contexto social e cultural, isto é, como se fossem duas realidades distintas, isoladas, os imigrantes num extremo e a sociedade nacional noutro. Centramos a atenção menos nos processos interativos, na maneira como se produziram hibridismos, no que aconteceu nas zonas de fronteira entre grupos, no novo resultante do contato intercultural dos imigrantes com seu contexto. Pois, a etnicidade se manifesta e se produz mais nas fronteiras, no entrecruzamento dos diversos grupos étnicos, como salientava Barth (1969). Por isso, as pesquisas têm trabalhado mais os problemas dos imigrantes a partir do que encontravam na nova pátria, suas diferenças, suas iniciativas e seus estranhamentos com a cultura nacional e com o poder público, enfatizando o que se considerava como aspectos positivos das iniciativas dos imigrantes, como processo

escolar étnico, difusão da imprensa e organização comunitária. Temos sido menos atentos para os processos de interação e de formação do novo, a partir do encontro entre culturas diferentes, como nos sinaliza a referência teórica a partir dos conceitos apresentados acima.

No poema *Traduzir-se*, Ferreira Gullar expressa com inspiração de artista a realidade da identidade móvel dos migrantes, e por isso concluo com os versos do poeta, entendendo que ele nos aponta para um novo olhar, para uma nova perspectiva em relação à questão central desse texto.

Uma parte de mim é todo mundo

Outra parte é ninguém, fundo sem fundo.
 Uma parte de mim é multidão
 Outra parte estranheza e solidão.
 Uma parte de mim pesa, pondera
 Outra parte delira.
 Uma parte de mim almoça e janta
 Outra parte se espanta.
 Uma parte de mim é permanente
 Outra parte se sabe de repente.
 Uma parte de mim é só vertigem
 Outra parte linguagem.
 Traduzir uma parte na outra parte
 Que é uma questão de vida e morte
 Será arte? (Gullar, 1980).

E arte certamente será conseguir perceber e traduzir esta perspectiva de entendimento do encontro de culturas na história da educação.

Referências bibliográficas

- BHABHA, HOMMI. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- BARTH, Frederic. Grupos étnicos e suas fronteiras (1969). In: Poutignat, Philippe: Streiff-Fenart, Joceline. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998 p. 187-227.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas*. Estratégias para entrar y salir de la modernidad. Nueva Edición. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *O negro na Bahia*. São Paulo: José Olympio, 1946.

_____. *Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como amalgamento de raças e culturas*. São Paulo: José Olympio, 1947.

GRUZINSKI, Sèrge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GULLAR, Ferreira. "Cultura Posta em Questão". In: *Arte em Revista*, ano 2, no. 3, março 1980. (<http://www.secrel.com.br/poesia/gula.html#traduzir> - acessado em 30/05/08).

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

HANNERZ, ULF. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Mana*. Revista da Sociedade Brasileira de Antropologia. Rio de Janeiro, n. 3, v. 1, 1997, p. 7-39.

MARINUCCI, Roberto. Religião, alteridade e migrações: a estrangeiridade como caminho de encontro. In: *REMHU. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília: Centro Scalabriano de Estudos Migratórios, v.15, n. 28, 2007, p. 87-107.

PORTAL VII CLBHE, Universidade do Porto, Portugal, 2008.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994, p. 11-28.

UNESCO. *Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural*. Paris, 2 de novembro de 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Keywords*. London: Fontana, 1976.

A língua e cultura alemãs na região de Pelotas: projetos e perspectivas

Maria Nilse Schneider (UFPel)¹

Resumo: Este artigo aborda projetos e questões pertinentes ao contato linguístico alemão-pomerano-português e ao ensino e aprendizagem de línguas em comunidades multilíngues na região de Pelotas. Esses projetos de pesquisas inserem-se nas áreas da Sociolinguística e da Sociolinguística Interacional e investigam: 1) as transferências linguísticas e seu tratamento e implicações no ensino e na aprendizagem de alemão e português; 2) as políticas linguísticas regionais e os graus de domínio e manutenção do Pomerano; 3) a expressão cultural alemã/pomerana em diferentes contextos sociais e meios de comunicação; e 4) a alternância de códigos alemão-pomerano-português. O objetivo central desses estudos é fomentar a consciência sociolinguística e o bilinguismo precoce e societal em escolas municipais de comunidades multilíngues, mais precisamente, em Arroio do Padre, Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas, bem como criar um ambiente favorável à implementação do ensino de alemão em escolas da região. Por fim, este artigo discute o projeto de lei que co-oficializa o Pomerano em órgãos públicos e aprova a implementação de seu ensino (na modalidade opcional) no Ensino Fundamental em distritos do município de Canguçu/RS.

Palavras-chave: políticas linguísticas, variedades alemãs, ensino e aprendizagem de línguas.

Introdução

O potencial da comunicação em diversas línguas é frequentemente subestimado. Muitos idiomas são abandonados em favor do inglês, seja na escola, no trabalho ou na universidade. Na área científica, entretanto, o domínio de vários idiomas garante a diversidade e a excelência. Isso parece levar cada vez mais universidades a implementar programas de mestrado e doutorado binacionais e outras parcerias binacionais entre instituições de ensino superior, para promover o intercâmbio e a cooperação no ensino de graduação como, por exemplo, o Unibral Brasil/Alemanha, desenvolvido em conjunto pelo

¹ Doutora em Letras - Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas e professora do Instituto de Letras da Universidade Federal de Pelotas - Rua Gomes Carneiro, 1 - Centro · CEP 96010-610 - Pelotas, RS Fone: (53) 3921-1401; e-mail: maria.schneider@ufrgs.br

Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC). Ademais, como bem destaca Jochen Hellmann, secretário-geral da Universidade Franco-Alemã (*Deutsch-Französische Hochschule*), aprender e “falar mais de um idioma treina a mente, expande as estratégias de comunicação e promove a troca cultural”². Nesse sentido, estudos empíricos apontam vantagens cognitivas em crianças bilíngues como os estudos de Billig e Frederes (2008) e Bandeira (2010). Há, portanto, inúmeras razões para que se implementem políticas linguísticas direcionadas às necessidades sociolinguísticas regionais e que fomentem o bilinguismo societal e precoce.

Fundamentação teórica

A história sociolinguística revela uma mudança na valoração das línguas no mercado linguístico. Neste, como em qualquer outro mercado, as ofertas linguísticas mudam de valor de acordo com o número e a importância das funções sociais que atendem. No século XIX, o francês era reconhecido como a língua da diplomacia e o alemão como a língua da ciência. Já no século XX, o inglês assume o *status* de língua franca e isso muda a posição das demais línguas. Observa-se que as línguas que atendem às necessidades científicas gozam de prestígio e *status* social e constituem uma forte moeda. A valoração social das línguas está diretamente ligada à formação e ocupação e aos papéis sociais do indivíduo, e, desse modo, o seu repertório linguístico pode tanto ser um passaporte para a sua ascensão social quanto manifestar a sua discriminação econômica.

Assim, as línguas coexistem, simultaneamente, em uma relação de interdependência e de competição, e constituem símbolos sociais capazes de conferir *status* e poder aos seus falantes. As línguas de imigrantes, faladas em zonas rurais como o Hunsrückisch e o Pomerano, em geral, são percebidas como “língua de colono”, o qual, por sua vez, muitas vezes, é percebido como alguém inculto. A tais preconceitos linguísticos subjazem fatores socioculturais e socioeconômicos, e a falta de políticas linguísticas (ALTENHOFEN, 2004; CALVET, 2007) direcionadas às necessidades sociolinguísticas regionais. O preconceito linguístico constitui uma forma de exercer poder e uma manifestação da discriminação econômica e da ideologia da exclusão social (BAGNO,

² <http://daad.mailler.com.br/noticia.php> Acesso em 06 de junho de 2010.

2002; BRITTO, 2004; GUY e ZILLES, 2006), que devem ser trazidos à superfície para poderem ser combatidos. Aqui cabe destacar que, sob o ponto de vista estritamente linguístico, todas as línguas possuem o mesmo valor independente de ser uma variedade minoritária, dialetal ou padronizada, porque cada uma delas oferece o que se espera de uma língua: promover a comunicação entre seus usuários. Ademais, uma língua minoritária em âmbito nacional, muitas vezes, é majoritária em âmbito local, onde, além de gozar de prestígio encoberto também atende às necessidades comunicativas dos membros da comunidade - um fenômeno comum em comunidades teuto-brasileiras.

Porém, desde os primórdios a política linguística brasileira tem desrespeitado os direitos linguísticos e caracteriza-se, primeiramente, pela indiferença, a qual o Estado Novo (1937 – 1945), sob o pretexto da nacionalização do ensino, substitui pela repressão linguística. Ao proibir as línguas alóctones (alemão, italiano, francês ...), o governo tira o direito à fala (OLIVEIRA, 2000) de grande parte da população de imigrantes e seus descendentes, tendo em vista que, muitas vezes, estas eram as únicas línguas de seu domínio. Em comunidades teuto-brasileiras, sobretudo em zonas rurais, primeiramente o descaso do governo levou os imigrantes alemães a fundar e construir suas igrejas e escolas, que mais tarde foram destruídas pelo Estado Novo. Em áreas urbanas, tais comunidades, em geral, contavam com indivíduos com elevado grau de instrução e empenhados na educação e produção de jornais e revistas, o que fez com que eles passassem a ser percebidos como uma ameaça à identidade nacional, chegando-se até mesmo a cunhar a expressão “o perigo alemão” (GERTZ, 1998). Em virtude desse suposto perigo, a partir de 1938, o regime ditatorial acelera o desmantelamento de todo o sistema escolar dos imigrantes alemães e seus descendentes. Tais medidas representam um marco de ruptura com a língua e cultura alemãs.

Nas escolas, os pais “estrangeiros” eram responsabilizados por não ensinarem o português aos seus filhos, conforme revela o comentário de uma professora de 1ª série, citado no relatório escolar do Grupo Escolar D. Pedro II de Blumenau, em 27 de fevereiro de 1943:

Esses pequenos não têm culpa de seus progenitores [alemães], que habitando esta terra tão rica, o nosso caro Brasil, terra hospitaleira, que lhes dá o pão e que lhe abre os braços, mas que se esquecem de ensinar

aos seus filhinhos a verdadeira língua da pátria - o português. (FIORI, 2004, p. 80)

Nesse sentido, Thum (2009) relata que os Pomeranos da Serra dos Tapes passaram, simultaneamente, por um processo de silenciamento nos meios públicos (escolas, igrejas, comércio) e de reinvenção de práticas, que tornavam evidente a necessidade de uma educação fundamentada no respeito às diferenças culturais.

Atualmente, em grande parte das comunidades teuto-brasileiras, a falta de políticas linguísticas, direcionadas às suas necessidades sociolinguísticas, ainda aponta para o paradigma monolíngue subjacente às crenças e aos preconceitos linguísticos suscitados pela repressão linguística como, por exemplo, a crença de que as crianças somente aprenderiam português quando deixassem de falar a língua étnica - crença que ainda habita a memória coletiva e as práticas didático-pedagógicas de vários professores nessas comunidades (SCHNEIDER, 2007).

Os cursos de formação de professores constituem um *locus* por excelência para desconstruir tais crenças e preconceitos linguísticos e para fomentar a consciência sociolinguística, através de pesquisas empíricas e reflexões sobre questões sociolinguísticas, político-linguísticas e didático-pedagógicas emergentes do contato linguístico alemão-português. Tais reflexões podem contribuir para a formação de professores conscientes acerca de seu papel social na co-construção de uma sociedade mais democrática e menos preconceituosa, bem como para gerar um ambiente favorável à implementação de políticas linguísticas direcionadas às necessidades sociolinguísticas e didático-pedagógicas regionais. Nisso reside o objetivo maior de nosso projeto de pesquisa *O contato linguístico e o ensino e aprendizagem de línguas em comunidades multilíngues*.

Objetivos

O presente projeto de pesquisa insere-se nas áreas da Sociolinguística e da Sociolinguística Interacional e investiga: 1) as transferências linguísticas e seu tratamento no ensino e na aprendizagem de línguas; 2) a alternância de códigos alemão-pomerano-português; 3) os graus de domínio e manutenção do Pomerano (em uma perspectiva diageracional) e sua relação com as políticas linguísticas regionais; e 4) a presença da

língua e cultura alemãs nos diferentes meios e contextos sociais (família, letramento informal, escola, meios de comunicação local, atividades de lazer e rurais, comércio ...) na região de Pelotas.

O objetivo central desta pesquisa é descrever e analisar fenômenos (socio)linguísticos e fomentar a consciência sociolinguística e o bilinguismo precoce e societal em escolas municipais de comunidades multilíngues alemão-pomerano-português, mais precisamente, de Arroio do Padre, Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas, bem como criar um ambiente favorável ao projeto de implementação do Ensino de Alemão em suas escolas. Este projeto encontra-se na fase inicial e visa a criar um espaço para estágios e futuro trabalho efetivo para os alunos do curso de ‘Licenciatura em Letras – Alemão e Português e Respectivas Literaturas’, através uma parceria interinstitucional entre as escolas e a Universidade Federal de Pelotas. Até o presente momento, esse projeto foi apresentado para duas instituições educacionais em diferentes comunidades, sendo que ambas demonstraram interesse em sua implementação.

Metodologia

O critério principal para a escolha dessas comunidades é o seu alto grau de contato alemão-português. De acordo com informações dos membros dessas comunidades, em torno de 60% a 80% de seus habitantes são descendentes alemães, sendo que grande parte é bilíngue (português-pomerano), ou trilingue português-pomerano-alemão-padrão.

O presente estudo combina instrumentos e categorias de análise das abordagens normativa, metalinguística e contextual (ERICKSON, 1987). Essa combinação metodológica viabilizará uma descrição e análise quantitativa e qualitativa, fundamentada na realidade sociolinguística e sócio-histórica (WILLEMS, 1946; COARACY, 1957; ROCHE, 1969; THUM, 2009), bem como no discurso didático-pedagógico e nas práticas sociais dos professores (SCHNEIDER, 2007) e membros dessas comunidades. Dessa forma, este estudo abarca as ações e as experiências dos professores e suas reflexões e interpretações sobre elas, bem como o contexto social e o modo como esse contexto molda as suas experiências e crenças (BARCELOS, 2001). Os instrumentos da pesquisa de campo são uma ficha sociolinguística, questionários, entrevistas individuais e observações e gravações de aulas em áudio e vídeo. Na transcrição e análise dos excertos de interação será

utilizado o sistema Gail Jefferson de transcrição e a perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica (ATKINSON e HERITAGE, 1984).

Apresentados os nossos projetos, a seguir comentaremos algumas políticas-linguísticas em relação ao Pomerano, mais precisamente, o projeto de lei que aprova a co-oficialização do Pomerano e a implementação de seu ensino no Ensino Fundamental em escolas de Canguçu, visto que este município faz parte de nossos estudos.

Políticas-linguísticas em relação ao Pomerano

Durante a última década, o debate acadêmico acerca dos direitos linguísticos e do plurilinguismo brasileiro trouxe um avanço quanto ao reconhecimento das línguas de imigração e à implementação de políticas linguísticas direcionadas às necessidades sociolinguísticas regionais como: 1) a implementação do ensino bilíngue português-espanhol em regiões de fronteira ³ e 2) a co-oficialização e a implementação do ensino do Pomerano no Ensino Fundamental nos municípios de Pancas (lei nº 987/2007) e Santa Maria do Jetibá (lei nº 1136/2009) no Estado do Espírito Santo e recentemente em Canguçu/RS.

Em alguns municípios da região de Pelotas como Canguçu, Arroio do Padre e São Lourenço do Sul, mais da metade de sua população é descendente de imigrantes alemães/pomeranos, e grande parte utiliza com, maior ou menor frequência, uma das variedades alemãs (Hunsrückisch, alemão-padrão, Pomerano) com forte predomínio do Pomerano. Diante desta realidade, em 16 de junho de 2010, um grupo de vereadores apresentou um projeto de lei que dispõe sobre a co-oficialização da Língua Pomerana e sua inclusão no currículo do Ensino Fundamental em escolas da rede municipal de Canguçu, mais precisamente, em distritos onde mais da metade da população é descendente de Pomerano. Os vereadores argumentam que: 1) o Pomerano faz parte da conversação cotidiana em três distritos de Canguçu; 2) os estabelecimentos comerciais, muitas vezes, exigem o domínio dessa variedade; e 3) que a geração dos idosos tem dificuldades para expressar-se na língua oficial do país.

³ Relatório dos Ministérios da Educação da Argentina e do Brasil ano de 2008, sobre o Projeto Bilíngue Escolas de Fronteira, disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf acesso em 02 de julho de 2009.

Os idealizadores desse projeto de lei fundamentam-se em diversos decretos e leis: ⁴

1) no artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 13 e 15 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que rezam que “toda pessoa deve poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa deve poder participar na vida cultural, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais”; 2) na Lei Estadual/RS nº 12998 de 08 de julho de 2008, que institui o dia 18 de janeiro como o Dia da Etnia Pomerana no Estado do Rio Grande do Sul, a qual, portanto, reconhece os Pomeranos como povos tradicionais; 3) no Decreto Estadual/RS nº 45.863 de 09 de setembro de 2008, que institui um comitê para o resgate, pesquisa e estudo cultural da etnia pomerana no estado - fortemente presente nos municípios de Canguçu e Arroio do Padre; 4) na co-oficialização do Pomerano nos municípios de Pancas (lei nº 987/2007) e Santa Maria do Jetibá (lei nº 1136/2009), no Estado do Espírito Santo; e 5) na Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em especial no artigo 26 que preconiza que “os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”, e no artigo 28, que reza que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região ...” ⁵.

Além desses decretos e leis, o projeto também considera a edição do Dicionário Enciclopédico Pomerano Português do linguista, pesquisador e historiador Ismael Tressmann, que recuperou a tradução e a morfologia da escrita do Pomerano. O Projeto de Educação Escolar Pomerana de Canguçu/RS fundamenta-se no PROEPO - Projeto de Educação Escolar Pomerana de Santa Maria do Jetibá. Em 15 de julho de 2010, esse projeto de lei foi aprovado, porém com a ressalva de que o ensino do Pomerano será na

⁴ Todos os decretos e leis aqui citados foram tirados do projeto. Para ver o projeto na íntegra acesse: <http://camaracangucu.blogspot.com/2010/06/mensagem-legislativa-n-04010.htm> Acesso em 20 de agosto de 2010. <http://wp.clicrbs.com.br/maiscangucu/2010/06/18/vereadores-propoem-ensino-da-lingua-pomerana-nas-escolas-do-municipio/> Acesso em 20 de agosto de 2010.

⁵ http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9394_96.htm Acesso em 10 de setembro de 2010.

modalidade opcional. Segundo o vereador Gerson Cardoso Nunes, essa lei “[a]lém de reconhecer a contribuição dos irmãos descendentes de alemães, possibilita sua real aplicação nas escolas que atendam o previsto na legislação, reconhecendo a contribuição deste povo para o município de Canguçu.”⁶

Sem dúvida, a aprovação desse projeto de lei constitui um passo importante em direção ao reconhecimento dos direitos linguísticos, e da importância sociocultural, política e econômica das línguas de imigração e dos imigrantes na construção de nossa história. Inquestionável também é o papel que as instituições educacionais exercem, ou deveriam exercer na promoção e revitalização das línguas de imigração, bem como na desconstrução de preconceitos linguísticos em relação aos traços de fala de comunidades teuto-brasileiras como, por exemplo, a sonorização de [p, t, k] e a dessonorização de [b, d, g], em geral, percebidos como traços da “língua de colono” (SCHNEIDER, 2007).

Porém, o projeto de implementação do ensino do Pomerano no currículo do Ensino Fundamental nos leva a fazer alguns questionamentos de ordem didático-pedagógica (metodologia, material didático, formação de professores) como: Este projeto de lei foi discutido amplamente com linguistas e especialistas em ensino de línguas? 2) Quais fundamentos teóricos e didático-pedagógicos vão nortear o ensino de uma língua praticamente ágrafa? Por fim, segundo o depoimento de alguns falantes de Pomerano na região de Pelotas, a variedade desta região é bastante diferente da do Espírito Santo, a qual, segundo os idealizadores desse projeto de lei, servirá de base para o ensino do Pomerano em Canguçu/RS. Este fato leva a mais uma pergunta: Qual fundamentação teórico-metodológica orientará o tratamento dessas diferenças linguísticas?

Em suma, o projeto de co-oficialização do Pomerano nos órgãos públicos é uma excelente iniciativa, porque vai ao encontro dos direitos linguísticos dos descendentes de Pomeranos. Porém, a valorização e manutenção do Pomerano também podem ser alcançadas com projetos de atividade extraclasse. Assim, a meu ver, seria mais profícuo introduzir o ensino do alemão-padrão no currículo do Ensino Fundamental, porque o domínio desta variedade trará vantagens profissionais e acadêmicas aos alunos. Por fim, vale ressaltar que, independente da língua (alemão-padrão ou pomerano) e da modalidade

⁶ <http://www.cangucuemfoco.com.br/2010/07/aprovado-projeto-para-ensino-de-lingua.html> Acesso em 10 de setembro de 2010.

de ensino (no currículo ou como atividade extraclasse) que as escolas venham a implementar, é fundamental que seus professores de língua recebam uma formação didático-pedagógica direcionada às necessidades da realidade local e em uma perspectiva sociolinguística. Isso os levará a entender a necessidade e as vantagens de se partir da língua materna do aluno (no caso o Pomerano) para ensinar toda e qualquer L2, seja o português, ou qualquer outra língua estrangeira a ser escolhida pela comunidade.

Referências

- ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, John. **Structures of Social Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no sul do Brasil. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt am Main, v. 1, n. 3, p. 83 - 93, 2004.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BANDEIRA, Marta Helena. **Diferenças entre crianças monolíngües e multilíngües no desempenho de tarefas executivas e na transferência de padrões de VOT (*Voice-Onset-Time*) entre as plosivas surdas do pomerano, do português e do inglês**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 23 de março de 2010.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Metodologia de Pesquisa das Crenças sobre Aprendizagem de Línguas. **Estado da Arte. Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 71 - 92, 2001.
- BILLIG, Johanna D.; FREDERES, Patrícia P. Bilinguismo e sua relação com a consciência metalingüística de crianças. In: **VIII ENCONTRO DO CELSUL**, 8., Porto Alegre, 29 a 31 de outubro de 2008. Anais do VIII Encontro do CELSUL, Porto Alegre: UFRGS, 2008. CD ROM
- BRITTO, Luiz Percival Leme. O ensino escolar da língua portuguesa como política lingüística: ensino de escrita x ensino de norma. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt am Main, v.1, n. 3, p. 119 -140, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. Trad. de Sergio Miceli et al. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas lingüísticas**. Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COARACY, Vivaldo. **A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Oficinas Gráficas Saraiva, 1957.

ERICKSON, Frederick. Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. **Anthropology and Education Quarterly**, Washington, D.C., v. 18, n. 4, p. 335 - 356, 1987.

FIORI, Neide Almeida. Poder, idioma e educação no Brasil dos anos 1930/1940: reflexões envolvendo Alemanha e Estados Unidos. **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt am Main, v. 1, n. 3, p. 71 - 81, 2004.

GERTZ, René. **O perigo alemão**. 2º ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

GUY, Gregory R. ZILLES, Ana Maria. O ensino de língua materna: uma perspectiva sociolingüística. **Calidoscópio**. São Leopoldo, v. 4, n. 1, jan./abril., p. 39 - 50, 2006.

<http://camaracangucu.blogspot.com/2010/06/mensagem-legislativa-n-04010.html> Acesso em 20 de agosto de 2010.

<http://wp.clicrbs.com.br/maiscangucu/2010/06/18/vereadores-propoem-ensino-da-lingua-pomerana-nas-escolas-do-municipio/> Acesso em 20 de agosto de 2010.

<http://www.cangucuemfoco.com.br/2010/07/aprovado-projeto-para-ensino-de-lingua.html> Acesso em 10 de setembro de 2010.

http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394_96.htm Acesso em 10 de setembro de 2010.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (Org.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000. p. 83 - 92.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra do Tapes**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 15 de Janeiro de 2009.

RELATÓRIO DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO DA ARGENTINA E DO BRASIL ano de 2008, sobre o Projeto Bilingue Escolas de Fronteira, disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf acesso em 02 de julho de 2009.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHNEIDER, Maria Nilse. **Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 07 de dezembro de 2007.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1946.

A emigração pomerana para as Américas retratada no romance *O pescador de arenques*

Richard Jeske Wagner¹

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

Resumo: O romance *O pescador de arenques*, do escritor e historiador Jairo Scholl Costa, narra a saga pomerana desde a região da Pomerânia até o continente americano. No presente trabalho será abordada a questão da imigração desencadeada por uma sucessão de problemas agrários enfrentados por esse povo. Além dos problemas na Prússia, o autor relata, através de cartas, como estão os imigrantes pomeranos que vivem no momento nos EUA. No Brasil, o personagem principal da obra, após ter migrado para o respectivo país, contesta a situação agrária da região em que se encontra, no caso em São Lourenço do Sul. Neste trabalho propõe-se estudar a temática da migração nesta obra.

Introdução

Aqui será apresentada a obra *O Pescador de Arenques*, de Jairo Scholl Costa. Trata-se de um romance que narra a saga de um pomerano, que sai de sua terra, passa pela região do Reno e chega a São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul.

Num primeiro momento, serão apresentados autor e obra, seguindo-se um breve enredo desse importante romance, publicado recentemente, infelizmente pouco conhecido do público geral. Num terceiro momento será abordado um tema que perpassa e caracteriza a obra de Jairo Scholl Costa: a questão da terra para as pessoas que e(i)migram.

Autor e obra

O romance *O Pescador de Arenques* problematiza questões de guerra, terra e imigração, que acontecem no decorrer do século XIX. O livro foi publicado pela editora Educat, de Pelotas, em 2007, e possui 434 páginas.

¹ Acadêmico do curso de Letras – Português e Alemão e Respectivas Literaturas da Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

A obra foi escrita pelo advogado, historiador e escritor Jairo Scholl Costa, que nasceu em São Lourenço do Sul-RS, e que pesquisa sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, mais precisamente sobre a imigração pomerana em São Lourenço do Sul. O mesmo ainda é autor de *Navegadores da Lagoa dos Patos – A saga náutica de São Lourenço do Sul* (1999). Além disso, tem artigos publicados em jornais brasileiros e alemães.

A obra do autor já foi objeto de estudos acadêmicos, como a dissertação de mestrado de Eduardo Iepsen, no Mestrado em História de Estudos Históricos Latino-Americanos, intitulado “Jacob Rheingantz: A construção de um herói”. Além disso, a obra do autor está agora incluída no Projeto de Pesquisa do professor Gerson Roberto Neumann, da UFPel, intitulado “Os alemães e seus descendentes na Literatura Brasileira – sua representação em novos autores”, no qual atuo como bolsista e desenvolvo o presente trabalho.

O pescador de arenques. Enredo

A trama gira em torno de três gerações de uma família de pescadores pomeranos, sendo as esposas de famílias de agricultores e possuem fortes relações com a terra. Ao longo dos anos, as dificuldades foram se acentuando naquele contexto rural, ainda fortemente marcado pelo sistema feudal, por guerras e por naufrágios. A perda de patrimônio e mortes são os acontecimentos-chave para a dramaticidade no romance. Com essa atmosfera de sofrimento, começam a acontecer as primeiras migrações para a América, - mais exatamente para os EUA - onde há uma promessa de terra e trabalho.

O livro conta a história de uma família de pescadores, o que contraria aquilo que se espera de uma família de imigrantes pomeranos; entretanto, o autor problematiza em três oportunidades a questão da terra. A região da Pomerânia ainda vivia em uma sociedade feudal, na qual os agricultores viviam em regime de servidão ou de exploração da sua mão-de-obra. Já no Brasil, os imigrantes pomeranos foram alocados em regiões de terrenos acidentados e distantes dos meios fluviais e pluviais de escoamento da sua produção, enquanto os luso-brasileiros estavam fixados em latifúndios em zonas perto da Lagoa dos Patos e do Arroio São Lourenço.

O autor trata também da fartura de terras e da facilidade dos imigrantes em prosperarem em solo estadunidense a partir de cartas de parentes do personagem principal, contrastando com os problemas anteriormente abordados.

* * *

A seguir, passarei a apresentar o enredo de forma mais concreta.

Às margens do Mar Báltico, o povo pomerano vive e padece das mais diversas formas em uma sociedade ainda feudal. Esse povo de origem eslava se instalou nessa região, e foi absorvido pela cultura de raízes germânicas e ameaçado pela invasão de poloneses, povo não bem-quisto pelos pomeranos. Outro motivo determinante para a germanização desse povo se dá pelo fato de os alemães possuírem o sal, do qual o povo pomerano precisava para salgar e armazenar o arenque, peixe da região que era pescado no Mar Báltico. Os pomeranos ainda abdicaram do seu idioma *Wende*, para adotar o *Platt-deutsch*, o baixo alemão, que no contato dessas duas línguas se transformaria no dialeto pomerano.

Rolf Kampke é um pescador pomerano que vem a se casar com Anna Kreitlow, filha de agricultores também pomeranos. Logo no início da trama, o autor insere aspectos que deixam transparecer o clima dramático no romance, sem que haja aparente motivo para o leitor constatar-lo já nesse momento. A questão gira em torno de um dos irmãos de Anna: “[...] [Rolf] passou a participar das refeições com a família Kreitlow, constituída de dois jovens irmãos de Anna que se chamavam Rutger e Ernst; este último visivelmente depressivo.” (SCHOLL, 2007: 38). Ao longo do romance, o autor insere mais situações de drama no mesmo.

Do casamento de Rolf Kampke e Anna Kreitlow nasce Martin. Este começará a acompanhar seu pai na pesca do arenque no Mar Báltico. A vida de Martin é marcada por fatos tristes, sendo um deles o de ver seu avô enforcado – desesperado ao perder suas terras para o senhor Baumann, o senhor feudal. A própria morte de Martin dá-se praticamente em vão na guerra contra a Dinamarca, pois morreu quando a guerra já havia terminado, deixando Peter, seu filho – ainda criança – órfão de pai.

Ernst e Rutger iniciam os primeiros movimentos migratórios no romance, entusiasmados pela propaganda de terra oferecida aos imigrantes e pelas constantes desgraças na vida da família na Pomerânia, eles emigram para os Estados Unidos. Os irmãos, no decorrer do romance, se comunicarão através de cartas, relatando como é viver nessa nova terra.

Ao longo dos anos, a vida da família parecia melhorar. Peter e seu avô Rolf eram prósperos pescadores. Porém, numa tempestade o barco *Nordwind* é destruído e Rolf morre no mar. Abalado pela perda de seu avô, Peter sai da Pomerânia e desloca-se para

a Renânia, para reencontrar sua mãe, a qual havia partido para a sua terra natal depois da morte do marido. Ele é convocado para lutar na guerra Franco-Prussiana, e é destacado para lutar na companhia de granadeiros pomeranos.

Terminada de forma vitoriosa a guerra em prol da Prússia, Peter volta à Renânia, trabalharia em uma adega. Peter conhece Regina Hoffmann, filha de seu patrão, e eles se apaixonam. Contrariado, e também ameaçado, *Herr Hoffmann* teve que prometer sua filha Regina em casamento a Mauritius Lautenberg, credor do mesmo. Regina prefere se matar a casar com tal homem. Mais uma vez acontece uma tragédia na vida de Peter, na vida dos Kampke, na vida dos pomeranos.

Com os contínuos movimentos migratórios para a América, com sua vontade de ser um homem livre, e principalmente por se sentir deslocado tanto na Pomerânia como na Prússia por inúmeros fatos trágicos, Peter Kampke emigra para o Brasil, embarcado na escuna “Cruzeiro do Sul” que levaria imigrantes pomeranos ao sul do Brasil, mais precisamente para São Lourenço do Sul.

Em São Lourenço do Sul, Peter é contratado por Harold Schmidt para trabalhar no barco “Estrêla da Manhã”, fazendo a rota de venda dos produtos produzidos pelos colonos alemães/pomeranos instalados no município. Após alguns dias de repouso depois da chegada em São Lourenço do Sul, esperando que lhe seja dada ordem de trabalho, Peter é convidado a visitar as terras onde os pomeranos estabeleceram colônias, administradas por Jacob Rheingantz. O administrador, em conversa com Peter, afirma-lhe que esses colonos já pagaram por suas terras e também conseguiram juntar uma quantia razoável de dinheiro, fazendo, é claro, uma comparação com a vida dos mesmos na Prússia.

Trabalhando no barco “Estrêla da Manhã”, Peter Kampke conhece seu ajudante Canuto, escravo adolescente, emprestado por um charqueador pelotense, em troca de pagamentos que o mesmo devia ao dono do respectivo barco. Peter não podia aceitar que uma pessoa pertencesse à outra, e passasse por tantos sofrimentos - assim como seu povo na Pomerânia – e decide que precisa alforriar o rapaz. Enfrentando o estancieiro, Peter consegue libertar o escravo com a ajuda de amigos, alguns dos quais pertencentes a uma confraria, uma sociedade secreta, à qual Peter pertence, a Ordem dos Carbonários.

Peter se afeiçoa pela sua professora de português, uma teuto-brasileira que veio de Novo Hamburgo para trabalhar na loja comercial Schmidt. Eles se casam e Peter finalmente estabelece um lugar seu, seu chão.

Em uma viagem, Peter é designado a levar um carregamento de batatas ao Uruguai e, como seu avô, companheiro de barco na Pomerânia, Peter encontra seu fim no mar. Numa tempestade na costa da cidade de Rio Grande, o barco que navegava, naufraga, terminando assim a saga de um pomerano.

Terra: a busca e a migração

Desde o início do romance, o autor aborda inúmeros problemas presentes na vida das famílias pomeranas, não apenas questões agrárias e de terra, mas estas são as que são apresentadas desde a Pomerânia até o processo de colonização da cidade de São Lourenço do Sul. A questão em torno dos problemas relativos à terra - os quais foram cruciais para o início da migração à América - perpassam a obra de Jairo Scholl Costa.

Na Pomerânia ainda se vivia numa sociedade com características feudais, onde o povo estava à mercê dos senhores e credores de terras. Estes não hesitariam em tomar as terras dos agricultores em caso de uma eventual dívida, não ocorrendo pagamentos de hipoteca ou os percentuais de colheita.

Havia naquele momento uma dificuldade para os agricultores manterem suas terras e até mesmo o seu sustento, como se lê também no romance: “Ela [Anna Kampke] vivia com seus pais, os quais possuíam uma gleba rural próxima ao porto. Esta, por seu turno, mal dava para o sustento da família.” (SCHOLL, 2007: 35). Nessa passagem, o autor introduz a questão agrária nesse romance, sendo que a pequena porção de terra havia custado um preço altíssimo, e com ela o pai não era capaz de sustentar uma família inteira. A situação da família piora, de forma que Rolf Kampke teve que pagar a dívida da terra de seu sogro Armin Kreitlow. Em uma situação posterior semelhante, Armin Kreitlow perde, por falta de pagamento da hipoteca, quase toda a sua terra, o que acarreta no seu suicídio. Esse trágico acontecimento motiva seus filhos Ernst e Rutger a emigrarem para os EUA, em busca de uma terra que era oferecida às pessoas com vontade de trabalhar: “- Olhem aqui tem o exemplo de um imigrante que foi para Minnesota e em cinco anos já é dono de terras e está a montar uma pequena fábrica de arados. E notem, ele já faz parte do conselho da cidade [...]” (SCHOLL, 2007: 73).

Após partirem para os Estados Unidos, os irmãos Ernst e Rutger continuam mantendo contato com seus parentes através de cartas, tanto na Prússia, quanto no Brasil – logo após a chegada de Peter. O conteúdo das cartas é animador, é sempre positivo, em contraste com os acontecimentos na Prússia e também no Brasil. A seguir, uma passagem de uma dessas cartas:

“Milwaukee, Setembro 25, 1847.

Querida mãe, querida família:

Estamos muito bem. Ernst e eu recebemos terras boas e férteis. Construímos uma cabana grande. Temos lareira. A lenha é farta. Já plantamos trigo e tivemos uma colheita abundante. Rendeu um bom dinheiro. Aqui o que ganhamos gastamos e poupamos outra metade.

Milwaukee está crescendo rapidamente, existe gente de toda a parte do mundo, mas, a cada dia chega mais alemães, que penso, logo, serão a maioria aqui.

Este país é muito grande e muito rico. Não há fome nem miseráveis. Comemos carne fresca diariamente, e não é luxo. Qualquer lavrador a consegue quando quer.” (SCHOLL, 2007: 86)

Após emigrar para o Brasil, Peter Kampke, questiona a distribuição de terras feita para os imigrantes alemães e pomeranos. As terras dos colonos eram – e ainda são na contemporaneidade – terrenos acidentados e longe dos meios fluviais de escoamento, como se pode ler a seguir, quando Peter questiona a distribuição e o uso das terras: “- Mas senhor, são terras planas e aráveis, próximas dos rios e da Lagoa dos Patos, ideais para estabelecer-se aldeias de plantadores. Se ocupadas com lavouras, tenho certeza de que renderiam mais que o gado.” (SCHOLL, 2007: 262).

O personagem não conseguia admitir a ideia de que uma terra tão vasta fosse tão mal aproveitada, levando em consideração o fato de que ele conhecia o aproveitamento das terras na Pomerânia, onde um pedaço pequeno de terra era muito melhor aproveitado que no Brasil.

Antes desse seu questionamento, Peter, tendo visitado a colônia de São Lourenço do Sul, toma conhecimento de revoltas dos colonos em relação a problemas de distribuição de terras entre eles. Eles questionavam o trabalho de Jacob Rheingantz, administrador da colônia de São Lourenço do Sul, e o acusavam de serem servos do mesmo. As acusações estavam atreladas ao medo de perderem essas terras recém-conquistadas e reiniciarem o ciclo migratório. Pode-se perceber na obra que o imigrante

pomerano teme um possível retorno do sistema feudal; de forma alguma o colono pomerano quer depender de e dever a alguém: “Trabalhavam de sol a sol, dia após dia. Trabalhar era a única conduta adequada e exigível para o pomerano imigrante. Não haveria prosperidade, alegria, nem vida, se não trabalhassem. A terra tinha de ser paga.” (SCHOLL, 2007: 296).

Conclusão

A migração, que neste caso, é fruto da questão agrária, na maior parte - problema enfrentado ainda hoje no meio rural - perpassa os séculos e mantém uma constante repercussão nos meios literários. O autor problematizou os problemas atrelados à terra na região da Pomerânia – na Europa – e em São Lourenço do Sul – no Brasil. Ele ainda coloca em questão, de forma comparativa com o Brasil e a Prússia, a facilidade de prosperar na América do Norte, que nesse caso é possuir um pedaço de terra e conseguir obter lucro com a mesma.

Tal problema, o dos movimentos migratórios, já marcou o Brasil e foi registrado na literatura (no Rio Grande do Sul com a Trilogia do gaúcho a pé, atualmente também com Charles Kiefer; na região Nordeste com as obras de Raquel de Queirós e de João Cabral de Melo Neto, entre outros) e continua sendo uma questão que movimenta não só grupos de pessoas no Rio Grande do Sul, no Brasil, mas no mundo todo na contemporaneidade e por isso deve ser abordado em obras da literatura.

Bibliografia

- ALMEIDA, José Sidnei Nunes de: “Valorizar é projetar o futuro” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 27-28
- BAHIA, J. D. V.: “Magia e religião: heranças de outro mundo” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p.23-25
- COSTA, Jairo Scholl. *O pescador de arenques*. Pelotas: EDUCAT, 2007. *Navegadores da Lagoa dos Patos - A Saga Náutica de São Lourenço do Sul*. EDITFURG, 1999.
- COSTA, Jairo Scholl: “Pomeranos: construtores de um império?” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 25-27
- DREHER, M. N.: “Há entre os pomeranos uma ética de trabalho muito acentuada.” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. p. 20-22

HEINEMANN, José Carlos. “Bons soldados e excelentes agricultores”. In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 5-8.

IEPSEN, Eduardo. Jakob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008, 280 p.

KIEFER, Charles. *Quem faz gemer a terra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

THIES, Vânia Grim: “Uma cultura ameaçada” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p.29-30

THUM, Carmo: “Silenciados pela hegemonia alemã” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 16-19

WACHHOLZ, Wilhelem. “Triglaw: a proteção pomerana” In: IHUOnline. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, set. 2008, Ed. 271, p. 13-16.

.

A escola alemã na colônia Hammonia: uma análise das aulas de português

Daniela Gertsch¹

Resumo: O presente trabalho ocupa-se com a inserção da Língua Portuguesa nas escolas alemãs da Colônia de Hammonia, hoje Ibirama. O trabalho consiste em duas partes principais: a contextualização histórica e a análise do livro escolar *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*, de Georg August Büchler. No âmbito da história são salientados tais aspectos: a fundação e imigração na Colônia Hammonia; biografia do organizador do sistema educacional em Hammonia: Dr. Paul Aldinger; as escolas alemãs: definição, desenvolvimento na colônia e relação com a igreja; a inserção da língua portuguesa na colônia e na escola de Hammonia. A análise do livro atém-se principalmente a três aspectos metodológico-didáticos: gramática, elementos visuais e a presença da língua e das situações cotidianas. A análise destes três pontos mostra-nos que, mesmo que as escolas alemãs estavam isoladas e longe da Europa, elas foram influenciadas pelas metodologias atuais do ensino de língua estrangeira. Pode-se reconhecer no livro escolar uma importante característica do Método Gramática-Tradução, mas o livro foi produzido nos princípios do Método Direto. O livro analisado não corresponde às atuais metodologias para o ensino de línguas estrangeiras, mas ele atendeu às necessidades das escolas alemãs daquela época. O livro foi para a aula de português um bom apoio e auxílio, pois os professores tinham grandes dificuldades na língua nacional.

Palavras chave: Colônia Hammonia. Escolas alemãs. Inserção da língua portuguesa. Livro escolar *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*.

Considerações iniciais

O trabalho em questão é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Escola Alemã na Colônia Hammonia: Uma análise do ensino de Português”. O trabalho foi apresentado em julho de 2010 na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

O estudo tem como objetivo verificar como a Língua Portuguesa foi introduzida nas Escolas Alemãs da Colônia Hammonia, hoje Ibirama, e como ela foi ensinada nos primeiros anos. Para alcançar tal objetivo, é, primeiramente, feita uma vasta

¹ Graduanda do curso de Letras Português Alemão da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade.

reconstrução histórica e depois realizada a análise de um livro utilizado para o ensino da Língua Portuguesa na época, o qual recebe o título *“Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen”* (Livro de Português para escolas coloniais), da autoria de Georg August Büchler. A Colônia Hammonia, como antes já mencionado, corresponde à atual cidade de Ibirama.

O trabalho pode, portanto, ser dividido em duas partes principais: a primeira detém-se à reconstrução histórica e a segunda parte ocupa-se com a análise do livro de ensino. Quanto aos aspectos históricos do meu trabalho, ressalto que se buscou reconstituir a história da Colônia Hammonia desde a sua fundação até a proibição da Língua Alemã em terras brasileiras por meio da Campanha de Nacionalização.

Para a realização do trabalho foi necessário, em um primeiro momento, reunir materiais e documentos. Foram visitados diferentes arquivos históricos, tais como o Arquivo Histórico de Ibirama, o Arquivo Histórico Professor José Ferreira da Silva, em Blumenau, e também acervos particulares. Além da busca de documentos na região, fez-se um levantamento de materiais na Alemanha, principalmente no que diz respeito à vida e a trajetória do Dr. Paul Aldinger, importante figura para a história da Colônia Hammonia. Muitos dos materiais encontrados não puderam ser fotocopiados e foi necessário, então, fotografá-los. Para embasamento teórico utilizo, entre outras, obras dos Professores Harry Wiese, João Klug e Lúcio Kreutz.

Como dito anteriormente, o trabalho pode ser dividido em duas partes principais: contexto histórico e análise do livro. Esta divisão será também utilizada ao longo deste artigo. Em um primeiro momento, reconstruirei brevemente a história da região, detendo-me principalmente à Colônia Hammonia, e em seguida apresentarei a análise do livro de ensino.

Da fundação da Colônia Hammonia até a proibição da Língua Alemã no Brasil

A Colônia Hammonia foi fundada em 08 de novembro de 1897 pelo diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Alfred Wilhelm Sellin, o engenheiro Emil Odebrecht, seis operários brasileiros e um cozinheiro alemão². O nome Hammonia foi

² Segundo o professor Harry Wiese “os nomes dos operários permanecem desconhecidos. Com relação ao cidadão alemão há controvérsias. Em várias fontes bibliográficas, aquela pessoa vem descrita como “cozinheiro da comitiva”, contudo José Ferreira da Silva apresenta-o com o sobrenome Koch, que na língua alemã significa “cozinheiro”. É possível, também, que se tratasse, realmente do “cozinheiro Koch”. Há, portanto, ainda, a necessidade de aprofundar a pesquisa, neste aspecto.” (WIESE, 2007, p. 41).

escolhido por Sellin e é uma homenagem a antiga denominação da cidade de Hamburgo, na Alemanha.

Os primeiros imigrantes chegaram em Hammonia praticamente dois anos após a fundação da Colônia. Willy Lüderwaldt, o pioneiro, chegou com a sua esposa Magdalena Lüderwaldt e a sua filha, em 1899. Logo após a chegada de Willy, vieram mais 12 imigrantes. Os imigrantes chegaram perto do natal e comemoraram a festa na casa do imigrante, dando início a popular festa da cidade: a Weihnachtsmarkt³.

Nos anos seguintes, a colônia foi recebendo mais imigrantes e evoluindo no que diz respeito à construção de estradas e também instalações. Dos anos iniciais até 1934, Hammonia pertenceu a Blumenau. A emancipação política aconteceu em 11 de março de 1934⁴. Com a independência política, foi nomeado o primeiro prefeito na cidade: Leopoldo Monich. Em 1936, ocorreu a primeira eleição.

Não só a vida política e econômica da colônia estavam em constante mudança, mas também as denominações de Hammonia mudaram. As principais designações para a colônia foram: Hammonia, Distrito Itajahy-Hercílio, Hansa, Hansa-Hammonia, Dalbérgia, Hamônia⁵ e Ibirama.

A colônia Hammonia teve desenvolvimento relativamente rápido. Os imigrantes tinham, desde o início, acentuada preocupação com a educação de seus filhos. Segundo Kreutz “desde os primórdios da colonização os imigrantes teutos zelavam por uma escola que se tornou característica das suas comunidades rurais” (KREUTZ apud WIESE, 2007, p. 113). A história da educação na Colônia Hammonia, propriamente dita, começou em 16 de julho de 1901 com a chegada do Dr. Paul Aldinger.

Aldinger foi, dentre outras coisas, o primeiro pastor e professor da colônia. Foi com a sua chegada que a escola e a Igreja, duas instituições que funcionaram interligadas por muito tempo, foram fundadas. O Pastor Aldinger é tido como o “pioneiro cultural” de Ibirama. Além de fundar a Escola Alemã em Hammonia, Aldinger instalou outra escola em seu Palmenhof⁶. Era uma escola para formação de professores e agricultores. Nessa escola Aldinger recebia os ex-alunos de Witzenhausen, Alemanha, e preparava para o trabalho nas terras brasileiras.

³ Weihnachtsmarkt pode ser traduzido como “mercado de natal”.

⁴ 11 de março é feriado municipal em Ibirama. Comemora-se o “Dia da Cidade”.

⁵ Destaca-se a mudança na grafia do nome da Colônia. A partir de 1937, em função da Campanha de Nacionalização, todos os nomes alemães precisavam ser substituídos por formas portuguesas.

⁶ Palmenhof pode ser traduzido com quinta de palmeiras.

Os ex-estudantes de Witzenhausen que continuaram seus estudos na Escola do Palmenhof de Aldinger, a chamada Lehrer - und Landwirtseminar, eram muito importantes para a preservação da germanidade e preservação dos costumes da velha pátria. Segundo João Klug:

Esperava-se que a Escola assumisse como ponto central de sua tarefa, a manutenção e desenvolvimento da germanidade evangélica (*evangelische Deutschtum*) e, para isso, seria fundamental a presença de colonos que tivessem passado pela Escola Colonial de Witzenhausen, os quais seriam “portadores da legítima cultura alemã e exemplos na região, do trabalho prático, líderes no exterior” (KLUG, 2000, s.p.).

Apesar de mencionado, o Lehrer - und Landwirtseminar não é o objeto de pesquisa desse estudo, mas sim as Escolas Alemãs. Em um primeiro momento, é preciso entender o que eram essas instituições alemãs em território brasileiro. A revista *Mitteilungen* divide as Escolas Alemãs em duas categorias:

As escolas alemãs no Brasil podem ser divididas em dois grupos: As das cidades, nas quais a Escola Alemã se acha perdida como um oásis no deserto e onde as crianças aprendem este idioma [português] no convívio com as crianças colegas da vizinhança tão fluentemente como o alemão. Então, a escola tem por obrigação preservar e explicar que a literatura [alemã] é pelo menos tão valiosa como qualquer outra. Bem diferente é nas escolas periféricas da Colônia alemã onde [...], é então obrigação da escola continuar a preservar o idioma alemão e introduzir a criança aos poucos no conhecimento da língua brasileira e tanto quanto é possível para que no futuro esteja capacitada a continuar e prosseguir seu caminho tornando-se um elemento útil à sociedade brasileira (MITTEILUNGEN, fevereiro de 1906, p. XXX).

A presente pesquisa se ocupa com o segundo grupo de escolas alemãs, ou seja, as instituições da colônia que precisam inserir as crianças aos poucos na vida da sociedade brasileira. Em Hammonia, as Escolas Alemãs funcionaram até 1937, quando, em função da Segunda Campanha de Nacionalização, todas as manifestações no idioma alemão foram expressamente proibidas. Uma forte aliada no processo de preservação das Escolas Alemãs e, principalmente, da língua foi a Igreja Evangélica. A religião era um forte meio de preservar a cultura alemã.

As Escolas Alemãs de Hammonia possuíam um currículo bem estruturado, em que as diferentes matérias eram distribuídas entre os quatro anos do ensino fundamental (anos iniciais). Destaca-se a importância do saber ler e escrever e calcular mentalmente. As crianças deveriam aprender desde pequenas a fazer contas sem o auxílio de lápis e caneta. Segundo Wiese “cálculos mentais já eram tradição na Alemanha” (WIESE, 2000, p. 95).

No início, a língua cotidiana e também a empregada em sala de aula era a alemã. Aos poucos, o português foi ganhando seu espaço. Os motivos para a inserção da língua portuguesa na vida da população e nas salas de aula são diversos. Um motivo é a falta de termos em língua alemã para nomear elementos tipicamente brasileiros:

O imigrante não tinha em sua bagagem vocabular, termos para designar: elementos do meio físico brasileiro, como a fauna, a flora, acidentes geográficos, etc.; técnicas ligadas à agropecuária, como carro de boi, engenhos de farinha e açúcar; costumes, vestuário, alimentação, pesos e medidas, etc (WIESE, 2003, p. 87).

Outra razão é a inserção na vida econômica e social da nova colônia. Os imigrantes necessitavam da língua portuguesa para se inserirem e se inteirarem dos assuntos relacionados ao Brasil, apesar de estarem vivendo em colônias alemãs. Nesse sentido, a escola foi o meio mais fácil de viabilizar o acesso ao conhecimento da língua vernácula. As crianças aprendiam desde cedo o português. A língua portuguesa foi introduzida nas Escolas Alemãs de Hammonia em 1905, ou seja, três anos após a fundação da primeira instituição escolar. Nos primeiros tempos, o ensino do português nas Escolas Alemãs foi bastante complicado, pois os professores eram alemães e não dominavam o vernáculo. Os próprios pais, preocupados com a educação dos filhos, reconheciam as dificuldades:

Não está na natureza alemã deixar seus filhos sem estudo e faz grandes sacrifícios por isto. Tomando em consideração, a vastidão do Estado, é muitas vezes quase ou mesmo impossível, o ensino da língua portuguesa como é desejado. [...] Todo alemão sabe o valor que o ensino do idioma português representa para seus filhos e não é preciso empregar métodos tão drásticos e prejudiciais, levando muitas escolas ao fechamento, em regiões afastadas e distantes, onde os habitantes ainda são poucos (BLUMENAUER ZEITUNG, 13 de agosto de 1915).

Em contrapartida, os obstáculos foram superados e a língua portuguesa foi ensinada nas escolas. Por meio de provas é possível reconhecer o método utilizado nos primeiros tempos. Pode-se perceber que o ditado e as traduções eram atividades essenciais nas aulas de língua. A conjugação de verbos em tabelas era uma característica das aulas de gramática, ao mesmo tempo em que a produção textual era valorizada para a exploração da escrita contextualizada. Os alunos precisavam saber escrever pequenos textos sobre uma temática, apesar de ficar evidente que algumas frases eram decoradas, não apresentando uma sequência coerente com o anteriormente dito. Após os primeiros anos, foram produzidos materiais que subsidiaram as aulas de português. Entre esses recursos está o livro de ensino analisado neste trabalho.

Os materiais de ensino nas Escolas Alemãs: Análise de um livro de ensino

Em um primeiro momento, é importante destacar que foram encontrados 13 livros utilizados nas Escolas Alemãs de Hammonia. Dentre eles, eu escolhi para a presente análise a obra que recebe o título “*Portugiesisch Sprachbuch für Kolonieschulen*” de Georg August Büchler publicado em 1914. O livro foi publicado pela Sociedade das Escolas Alemãs para Santa Catarina.

Em uma breve descrição, destaca-se que a obra abrange 229 páginas, mais duas páginas de prefácio e três de sumário. No final do livro, encontra-se também uma página com os erros de impressão (os “*Druckfehler*”), ou seja, uma errata. O livro é dividido em 40 lições que, segundo seu autor, podem ser perfeitamente trabalhadas no período de dois anos com 2 a 3 aulas semanais. Em praticamente todas as lições, são abordados temas gramaticais, sendo os mais frequentes: verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes e preposições. A predominância é dos verbos, os quais são, para Büchler, “a alma da frase”.

Os temas são inseridos e trabalhados a partir de histórias e vivências de uma família: a Família Ribeiro. São poucas as lições nas quais a Família Ribeiro não aparece. Na obra, predominam três tipos textuais: a descrição, os diálogos e as cartas. As descrições são encontradas mais frequentemente e os outros dois tipos aparecem apenas mais tarde, ou seja, ao longo das lições. A maioria dos textos é escrita em alemão, mas podem-se perceber também indícios do misturado⁷, e à medida que o grau

⁷ O misturado é uma junção do português com a língua alemã. Os imigrantes utilizavam termos em língua portuguesa em meio a diálogos proferidos em alemão.

de dificuldade do livro vai aumentando, são também apresentados textos escritos em Língua Portuguesa.

Há um cuidado ao mencionar cidades. Procura-se sempre citar cidades da região, ou seja, cidades que os alunos conhecem. O autor chama a atenção do professor, em alguns momentos, através de indicações “Hinweise” para que ele atente para tal. Os elementos visuais marcam também sua presença e frisam sua importância. Eles são mais frequentes no início das lições, mas também aparecem durante alguns capítulos e também na própria capa do livro.

A fonética, apesar de não ser enfatizada, não é esquecida. O autor se preocupa especialmente com a pronúncia, pois acredita que erros como “dizê” ao invés de “dizer” não devem ocorrer. Os alunos exercitam ainda matemática e aritmética em português. São propostas atividades como problemas, relação com o dinheiro, números, as quatro operações básicas, entre outras, na língua nacional. Matemática e aritmética são subsidiadas pelo livro específico dessas disciplinas, pois em alguns momentos são dadas indicações para que o professor de Língua Portuguesa complemente suas aulas com exercícios do livro de contas.

É ainda interessante destacar que na obra encontramos diversos ditos populares brasileiros, tais como “Quem muito dorme, pouco aprende”, “Nem tudo que reluz é ouro” e “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, entre outros. Além disso, a Canção do Exílio, de Gonçalves Dias (a versão em português e também a traduzida em alemão) ganha espaço nas últimas páginas.

Assim como já é antecipado no prefácio, o livro propõe 300 atividades/exercícios. Elas têm diferentes formas e também objetivos. Uma parte das atividades/exercícios é apresentada em alemão e a outra parte em português. As duas formas predominantes são: tradução e pergunta-resposta. Quanto à estrutura da obra, destaco a diferenciação na escrita da Língua Alemã e da Portuguesa. Sempre que aparecem palavras em alemão, temos a escrita em gótico e quando as palavras são em português, encontramos o alfabeto latino.

Importante é ainda que o autor classifica as aulas de Língua Portuguesa como sendo de língua estrangeira, pois os alunos não possuíam conhecimentos prévios desse idioma. Ele se declara aberto a críticas para a sua obra, considerando que ele não tivera nenhum modelo que o auxiliasse nessa produção para as escolas alemãs no Brasil.

O livro em questão é classificado por Luna (2000) - um autor que fez a análise da obra - como um livro específico para escolas teuto-brasileiras. Além dessa

especificidade apontada por Luna, foi preciso analisar, se a obra é um livro didático ou um livro de ensino. Para tal foi utilizada uma definição de Neuner e chegou-se à conclusão de que o *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen* é um livro de ensino. Tal classificação foi possível, por tal obra ser mais fechada, enquanto que o livro didático constitui-se de diferentes partes com diferentes funções (livro para a aula, livro de atividades, livro do professor). A obra aqui analisada é bastante “compacta” no sentido de apresentar tudo junto, tanto que as próprias sugestões para os professores são dadas ao longo do livro. Em outras palavras, o que no caso do livro didático seria função do livro do professor, é apresentado junto às atividades na obra em questão.

Por outro lado, destaca-se que o livro considera as situações reais de comunicação e valoriza a geografia local, como pode ser visto pela valorização das cidades conhecidas. Para a análise da obra, ou seja, para o aprofundamento da análise são considerados três pontos principais:

1. Presença e trabalho com a gramática,
2. Elementos visuais,
3. As situações e a linguagem cotidiana.

Presença e trabalho com a gramática

A presença da gramática é constante na obra. Ela aparece em todas as lições, exceto na última. Para delimitar o que seria analisado no quesito gramática, utilizou-se uma definição de Funk e Koenig (1991). Sendo assim, passa-se a olhar a gramática na obra como a “descrição científica do sistema de regras de uma língua”.

Partindo então para a análise especificamente, pode se ver que os fenômenos gramaticais são introduzidos por meio de um texto que geralmente tematiza algum aspecto da vida ou do cotidiano da Família Ribeiro. Para ilustrar trago um exemplo:

Zur Einführung: Heute wollen wir erfahren, wo sich die einzelnen Glieder der Familie Ribeiro früh morgens gewöhnlich aufhalten und was sie da tun. Der Vater ist in dem Geschäft und verkauft seine Waren. Die Mutter hält sich in der Küche auf. Sie kocht. Julio ist in Itajahy. Er hat dort eine Schmiede, in der er arbeitet. Anna ist gewöhnlich im Schlafzimmer zu finden. Sie räumt auf und reinigt das Haus. Luiz ist meistens in der Pflanzung, um sie vom capim (erklären!) zu säubern. Paulo befindet sich, wenn nicht gerade ein freier Tag ist, in der Schule, wo er liest, schreibt und rechnet. Emilia ist noch zu klein, um zur Schule zu gehen. Sie ist im Garten und spielt.

a) Der älteste Sohn des Herrn Ribeiro ist in Itajahy.

Julio está **em** Itajahy.

Julio ist in Itajahy.

na ferraria.

in der Schmiede.

Dieses na bedeutet em a.

(BÜCHLER, 1914, p.6).

Ilustração 1

Com o exemplo, podemos ver que as preposições são inseridas através de um texto e trabalhadas a partir de exemplos. Os aspectos gramaticais são traduzidos para a língua materna dos alunos. Não emergem regras propriamente ditas. As palavras que são introduzidas, ou melhor, as preposições que os alunos aprendem, são destacadas por meio do negrito. Portanto, podemos ver que as regras não são inferidas pelos alunos, ou seja, elas são mencionadas, mas não recebem o nome de regras. Tal ponto é reforçado no exemplo que segue:

Merke: 1. Pae, Julio, Luiz, Paulo sind männliche Namen.

An dieser Stelle kann man „**elle**“ sagen.

Mãe, Anna, Emilia sind weibliche Namen.

An ihrer Stelle kann man „**ella**“ sagen. (BÜCHLER, 1914, p.7)

Ilustração 2

As regras, como podemos ver, são apresentadas de forma bastante explícita, mas a nomenclatura “regra” não é utilizada. Ao invés de se dizer que se trata de uma regra gramatical, intitula-se esta parte de “Merke”, ou seja, algo a ser memorizado.

Podemos, portanto, dizer que a gramática não é apresentada e trabalhada diretamente, mas também não indiretamente, pois exemplos são dados e utilizados, mas os alunos não precisam pensar muito, considerando que a ordenação e a sistematização já está feita. Para exercitar e gravar os temas abordados, são sugeridas inúmeras atividades. Apesar de serem apresentados em grande quantidade, os exercícios não são muito variados. A maioria das atividades considera a escrita, ou seja, treinam mais tal habilidade. A tradução é também um recurso bastante frequente.

Por meio da análise dos elementos gramaticais na obra, pode-se ver que a obra é produzida a partir dos conceitos do Método Direto e do Método Gramática-Tradução. Tem forte influência do Método Direto por apresentar a gramática de forma não direta, ou seja, não apresentar as regras explicitamente. O uso da Família Ribeiro como recurso para treinar ou mesmo introduzir os temas gramaticais é outro ponto deste método de ensino de línguas estrangeiras. O Método Gramática – Tradução é reconhecido pelas inúmeras traduções presentes, tanto nas explicações quanto nos exercícios.

A função dos elementos visuais na obra

O segundo ponto a ser analisado na obra são os elementos visuais. O termo elementos visuais abrange diferentes e diversos métodos utilizados em sala de aula. Tudo o que é passível de captação dos olhos pode ser considerado um elemento visual. Apesar desta vastidão, a análise foi restringida apenas ao elemento visual figura.

São encontradas 13 figuras na obra. Elas possuem todas, exceto a figura da capa, a função de semantização, ou seja, evidenciam o significado. 9 das 13 figuras encontradas são utilizadas para ilustrar os textos introdutórios, ou seja, ajudam na compreensão global do assunto. As figuras utilizadas ao longo das lições, ou seja, as outras três que são apresentadas no decorrer dos capítulos, têm uma função mais específica: semantizar uma palavra ou apenas um termo. Elas referem-se diretamente ao vocabulário ou a algumas palavras deste. A única imagem que não tem um significado e uma função tão explícita é a ilustração da capa.

Com a presença dos elementos visuais na obra, ou seja, as figuras, podemos identificar também neste aspecto a presença do Método Direto. Por outro lado, levando em conta os princípios deste método, são poucas as figuras que emergem em 229 páginas.

As situações e a linguagem cotidiana

O objetivo da obra é a comunicação. Isso torna-se evidente já no prefácio. Para tal, o autor utiliza situações cotidianas, em que a linguagem adequada é empregada, ou seja, os textos são escritos considerando a linguagem falada. Portanto, os alunos aprendem o que eles podem aplicar em sua realidade, como por exemplo, compras de passagem de trem ou produção de uma carta na língua vernácula.

A família Ribeiro, recurso do livro de ensino, é um belo exemplo de situação real no país em que as crianças estão vivendo. A família Ribeiro é a representação da família brasileira. A partir do acompanhamento dos integrantes dessa família podia ser visto como as pessoas brasileiras viviam.

A linguagem utilizada no livro é a cotidiana, ou seja, em alguns momentos aparecem palavras que no “alemão padrão” não existem. Influência de relevância tem nesse sentido o uso do “misturado”. Assim sendo, encontramos no meio de textos, até mesmo sobre a família Ribeiro, algumas palavras em Língua Portuguesa, enquanto que o resto do texto está redigido em alemão. Por meio deste fenômeno comprova-se a utilização da linguagem cotidiana, pois se sabe que os imigrantes alemães inseriram palavras portuguesas em seu vocabulário para nominar o novo encontrado no Brasil. Mais uma vez destaco que as cidades citadas eram as da região para que correspondessem à realidade dos alunos e também chamo a atenção para a presença de ditos populares brasileiros.

Com o uso de situações e da linguagem cotidiana, constatamos a influência do Método Direto. A “Família do livro de ensino” é, segundo Neuner e Hunfeld (1993), um indício do uso desse método de ensino de línguas estrangeiras. No final da análise, pôde ser constatado que o autor alcançou o objetivo que ele expressou no início de seu trabalho: ensinar a Língua Portuguesa por meio de uma linguagem cotidiana, simples e carregada de sentido.

O papel do livro de ensino para as escolas coloniais

Após a análise do livro de ensino calcada nesses três pontos principais, podemos ver que o ensino da língua estrangeira é visto como um processo. Abro aqui um parêntese para uma explicação e delimitação do termo língua estrangeira e segunda língua. No trabalho eu utilizei o termo língua estrangeira, porque o autor, Büchler, sugere tal no prefácio ao dizer que a Língua Portuguesa é tratada como uma língua estrangeira. Hoje, é mais provável, que se utilizaria o termo segunda língua neste caso.

Como o termo “segunda língua” surgiu apenas na década de 70, optei por usar a nomenclatura proposta por Büchler, ou seja, tratar o português como língua estrangeira.

Voltando então ao ensino enquanto processo encontrado no livro. Os assuntos não são estudados e depois esquecidos, mas há uma retomada do que foi aprendido e é acrescentado mais algo novo. A repetição é um recurso frequente no que diz respeito à teoria de aprendizagem empregada. Em outras palavras, os alunos repetem e retomam o que já aprenderam e juntamente aprendem algo novo.

Percebe-se na obra de Büchler uma significativa influência da reforma no ensino de línguas estrangeiras vivenciada por ele na sua época escolar. Tal influência é bastante marcante pela primazia da linguagem oral/falada. Assim sendo, o autor transmitiu ideias vigentes e atuais na Europa para as escolas coloniais brasileiras, o que enriqueceu o ensino em escolas afastadas dos centros urbanos. Interessante é ainda que o livro aqui analisado não mais direciona os sentimentos pátrios à Alemanha, mas sim coloca o Brasil como receptor das manifestações de nacionalidade.

No final da análise, é possível constatar o sucesso e a importância da obra no ensino da Língua Portuguesa com palavras dos próprios alunos. Um aluno de uma escola de Hammonia assim se manifestou ao ser questionado sobre a eficácia do livro de ensino nas aulas de Língua Portuguesa: “Nas aulas de Português, o professor só falava pelo livro” (WIESE, 2007, p. 135). Tendo em vista as dificuldades dos professores com a língua vernácula, o livro foi o meio encontrado para subsidiar de forma significativa e eficaz o ensino.

Considerações finais

Ao final da reconstrução histórica e também da análise, foi possível constatar que a colonização de Hammonia aconteceu de modo diferenciado. Hammonia foi a última Colônia alemã a ser fundada e, portanto, todo o processo de desbravamento e vinda dos primeiros imigrantes ocorreu de modo organizado. Essa organização se refletiu claramente na educação, pois desde o início os imigrantes de Hammonia tinham grande preocupação em alfabetizar seus filhos.

Com as escolas alemãs, a língua e a cultura alemã foram transferidas para a nova pátria. Em outras palavras, os valores alemães foram repassados ao Brasil, o que garantia a preservação da sua cultura. Uma importante aliada no processo de preservação, principalmente, da língua, foi a Igreja. A Igreja mantinha o uso do alemão em seus cultos e estimulava a proliferação da fé, também trazida da velha pátria. Apesar

das escolas alemãs terem tido como função a transferência de aspectos alemães para o Brasil, as instituições consideravam a realidade das crianças. Os temas abordados condiziam com a vida que as crianças estavam levando na nova colônia.

Uma grande dificuldade das Escolas Alemãs foram, inicialmente, as aulas de Língua Portuguesa, porque os professores alemães não tinham conhecimentos no vernáculo. Como a aprendizagem da língua fora, com o tempo, necessária para a participação ativa na comunidade e na sociedade, foram buscados meios para melhorar o ensino e atender as necessidades da época. Um desses meios, e diria o mais importante, foi o livro de ensino.

Por um longo tempo, a língua alemã desempenhou na Colônia Hammonia a função de língua materna, mas hoje o seu papel foi invertido. Com todo o movimento da Campanha de Nacionalização, a Língua Portuguesa foi instituída como língua obrigatória para todos e a Língua Alemã ocupa hoje, nas escolas, o lugar de língua estrangeira. Aqui ressalto a importância do ensino da Língua Alemã nas escolas, pois se não preservamos e ensinarmos à nova geração a língua de nossos antepassados, esta será esquecida.

Referências

- Blumenaer Zeitung. Lokalnachrichten. N.º 64, Ano 34. Sexta-feira, 13 de agosto de 1915. (datilografado).
- BÜCHLER, G.A. *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen*. 1. Auflage. Blumenau: G. Arthur Koehler, 1914, 229 p.
- FUNK, Hermann; KOENIG, Michael. *Grammatik lehren und lernen*. München: Langenscheidt, 1991, 160 p.
- KLUG, João. O Pastor Dr. Aldinger e a Hansa Hammonia. In: FERREIRA, C. & FROTSCHER, Meri (org.) *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: Magistério e imigração alemã*. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 167 p.
- KREUTZ, Lúcio. *Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul*. 1. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1994, 187 p..
- LUNA, José Marcelo Freitas. *Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática*. Itajaí: Ed. da Univali: Blumenau: Ed. Furb, 2000, 234 p.

- Mitteilungen. Nosso trabalho. Blumenau, n.º 2, fevereiro de 1906 (datilografado)
- NEUNER, Gerhard; HUNFELD, Hans. *Methoden des fremdsprachlichen Deutschunterrichts*. Eine Einführung. Kassel: Langenscheidt, 1993, 184 p.
- WIESE, Harry. O papel da Igreja Evangélica na preservação da língua alemã na Colônia Hammonia. In: *Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Tomo XLVI, n.º 09/10 Setembro/Outubro 2005, p. 35 – 47.
- WIESE, Harry. Pastor Dr. Paul Aldinger. In: *Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Tomo XLV. n.º 07/08 Julho/Agosto 2004, p. 38 – 61.
- WIESE, Harry. *De Neu – Zürich a Presidente Getúlio: Uma História de Sucesso*. Presidente Getúlio: Nova Era, 2006.
- WIESE, Harry. *A inserção da língua portuguesa na Colônia Hammonia*. Ibirama: Edigrave, 2003, 142 p.
- WIESE, Harry. *Terra da Fartura*. 1. ed. Ibirama: Edigrave, 2007, 608 p.

**Reflexões de História Ambiental: relações entre o meio ambiente e construções
sócio-culturais dos imigrantes alemães e seus descendentes**

Márcio José Werle

João Klug

Resumo: Este ensaio textual apresenta uma análise sobre as fundações das Caixas de Crédito Rurais entre os imigrantes alemães e seus descendentes. Envolvendo aspectos acerca das construções sócio-culturais desses sujeitos históricos, dentro de uma perspectiva da História Ambiental. A partir da ideia de uma “paisagem cultural” pretende-se compreender a maneira como determinada configuração ambiental influenciou a adaptação dos imigrantes e seus descendentes em seu estabelecimento e desenvolvimento em território brasileiro. A hipótese a ser observada é de que as instituições Caixas de Crédito Rurais são fundadas como estratégia de adaptação ao meio natural, uma maneira de superar as dificuldades provenientes da colonização.

Atualmente é comum encontrarmos expressões que definem a história como um conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade e seu desenvolvimento, segundo um lugar, uma época, e um ponto de vista escolhido. Esta definição pode ser útil para início de discussão, no entanto, para o desenvolvimento de um trabalho científico tal definição necessita de complementos.

A realização de um estudo de história ambiental aponta, sobretudo, para questões relativas ao meio ambiente que estão presentes nos processos do passado da humanidade. Segundo o pesquisador Donald Worster, “em termos simples, trata do papel e do lugar da natureza na vida humana”¹. Por meio de uma abordagem histórica é possível observar as mudanças de atitudes dos seres humanos em relação à natureza no decorrer do tempo, por exemplo.

O estudo das interações dos diferentes povos com o meio ambiente sugere, inclusive, a investigação de suas inovações, práticas e conhecimentos relativos ao meio natural. Um dos lugares possíveis, mas não exclusivo, em que se podem observar tais questões é o espaço do “mundo rural”, ou seja, o contexto das comunidades agrárias. Desse modo, compreender os processos de interação e a relação de influências mútuas dos seres humanos com diferentes meios ambientais e suas consequências são os pontos principais do ensaio textual aqui apresentado. Nessa perspectiva, ressaltando as questões

¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.201

ambientais presentes nos processos de colonização e suas manifestações nas comunidades coloniais, é possível observar relações entre as recriações culturais dos imigrantes em seu estabelecimento ao meio natural brasileiro. Entrementes, a questão é saber em que medida determinada configuração ambiental influencia na organização de instituições cooperativas no âmago dos núcleos coloniais?

Uma resposta para essa questão pode ser obtida pela associação das ideias acerca da paisagem agrária presente na obra de Leo Waibel²: como conjunto de elementos materiais e circunstanciais que influenciam determinada formação e instauração de instituições sociais, neste caso analisado, nos primórdios da colonização da região sul do Brasil, durante o início do século XX. De maneira breve, pretende-se aqui demonstrar como o estudo do conjunto de elementos ambientais (relevo, vegetação e clima em geral) relacionados às práticas culturais (moradia, subsistência, manejo do solo), montaram um cenário de colonização da paisagem, no qual é possível compreender a instauração de instituições cooperativas, entendidas como estratégia de desenvolvimento dos núcleos coloniais.

Porém, em que medida a compreensão da paisagem pode contribuir para se ter um entendimento sobre as instituições de crédito rural, por exemplo? Para responder mais essa questão é necessário primeiro esclarecer qual a ideia de paisagem elaborada por Leo Waibel.

A ideia de paisagem agrária, enquanto a totalidade de elementos observáveis em determinado espaço, segundo Waibel, é desenvolvida a partir de dois conceitos: o de *Wirtschaftsformation* (Formação Econômica) e o de *Kulturlandschaft* (Paisagem Cultural), no qual é possível entender a *formação econômica* como uma *paisagem econômica* (quando o meio ambiente é modificado para a economia, como uma cultura de hortaliças, por exemplo), e a *paisagem cultural* como resultado do uso do solo, ou seja, do tipo de cultivos, técnicas utilizadas, estradas e instalações, determinadas pela *formação econômica*.³

A ideia de *paisagem natural* é amplamente estudada e desenvolvida por Waibel principalmente durante a primeira metade do século XX. Como bem apresentado por Virgínia Elisabeta Etges, no texto *A paisagem agrária na obra de Leo Waibel*:

Waibel passou a orientar-se para análises sistemáticas no campo da Geografia Econômica, especialmente no que dizia respeito ao espaço

² Léo Waibel(1888-1951) Geógrafo alemão que trabalhou no Brasil no período de 1946 a 195.

³ ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEOgraphia* (UFF), ano II, n. 4, 2000. p. 28.

agrário. Nas discussões referentes à Geografia da Paisagem (Landschaftskunde) Waibel deu sua contribuição quando passou a destacar o papel dos homens na formação da **paisagem cultural**, conceito este que tem sua origem nas pesquisas sobre a paisagem do início do século XX, expressando a influência dos homens na formação e transformação da superfície terrestre.⁴

No entanto, a ideia de paisagem também ultrapassa a simples expressão da influência sobre a superfície terrestre, pois ela abrange inclusive todos os aspectos não visíveis e sensíveis pelo concreto, como por exemplo, os fenômenos espirituais. Segundo Virgínia, “Waibel era da opinião de que aspectos sociais, religiosos e políticos não devem ser excluídos”.⁵

Em seus estudos sobre os *princípios da colonização européia no sul do Brasil*, Waibel investigou o processo de colonização e assentamento de imigrantes europeus na região Meridional brasileira, principalmente observando os aspectos econômicos e produtivos. Desse modo, realizou uma análise partindo de informações sobre as condições naturais dos três estados mais meridionais do país, no qual se destacam os elementos geomorfológicos, climatológicos e fitogeográficos.

A análise das condições naturais é um dos passos para se compreender a noção de paisagem que Waibel propõe. Um segundo passo refere-se ao aspecto do povoamento e sobre o tipo de colonização. Para Waibel, “a colonização no Brasil tem sido sempre organizada, planejada, subvencionada e dirigida por alguém: pelo governo federal, das províncias ou estados e dos municípios, companhias particulares ou proprietários de terras individualmente. Por conseguinte, os métodos aplicados e os resultados alcançados diferem muito, de acordo com o tipo de colonização”⁶. Nesse sentido, é possível compreender que dependendo da região a ser colonizada é necessário determinada organização, respeitando as características e as condições naturais da região.

Outro passo importante para compreender a ideia de paisagem é associado ao tipo de colonização, mas refere-se ao sistema agrícola adotado pelos colonos. Nas próprias palavras de Waibel, “depois do tipo de colonização, é o sistema agrícola

⁴ Ibidem, p. 40.

⁵ Ibidem, p. 42.

⁶ WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr-jun. 1949. p. 168.

adotado pelos colonos o fato de maior significado para a colonização”⁷. Por exemplo, no caso do uso e preparação do solo para o cultivo, Waibel exemplifica que:

Tanto na literatura nacional como na estrangeira, os métodos agrícolas dos colonos europeus no sul do Brasil, são altamente elogiados e considerados como um retumbante êxito. Entretanto, quando se estudam esses sistemas no campo, faz-se uma observação chocante, a maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira, na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras. Este é, naturalmente, o sistema que os fazendeiros portugueses receberam dos índios, e passaram a usar desde então em suas grandes propriedades.⁸

Compreende-se então que os elementos naturais (no caso acima as florestas), mais o tipo de colonização e o sistema agrícola (roças de queimadas) tomam parte dos elementos que formam a paisagem cultural de uma determinada região. Em outro comentário publicado com o título *O que aprendi no Brasil*, Waibel tece mais algumas observações acerca das maneiras de utilização do solo no Brasil:

Há no Brasil três tipos principais de utilização do solo: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. Estes tipos não constituem apenas sistemas agrícolas de interesse só para o agrônomo, mas são ao mesmo tempo instituições econômicas, sociais e culturais, que têm interesse tanto para o sociólogo como para o historiador ou geógrafo. Para estes tem essas instituições a maior importância, porque delas depende o aspecto da paisagem agrária. Além disso, elas influem nos tipos de habitação, de povoamento e em todo o nível de vida da população. Por esse motivo, a observação da paisagem cultural, pode dar grande contribuição ao estudo dos sistemas agrícolas.⁹

Nesse sentido, as observações sobre o estudo dos sistemas agrícolas levaram Waibel a perceber em detalhes um dos grandes problemas da colonização do sul do Brasil: o tamanho das propriedades destinadas aos colonos. Segundo o autor, o tamanho

⁷ Ibidem, p. 180.

⁸ Idem.

⁹ WAIBEL, Leo. O que aprendi no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, jul-set. 1950.p 422.

adequado das propriedades é vital para qualquer projeto de colonização, e devia ser estudado cuidadosamente de todos os ângulos, antes de ser iniciada a colonização. Nessa oportunidade, Waibel apresenta uma expressão alemã, *minimale Ackernahrung*, que se refere à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. O *minimale Ackernahrung* depende principalmente de dois fatores: as características físicas da terra e o sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar¹⁰. No caso do sul do Brasil, o tamanho médio das propriedades era de 25 a 30 hectares, que segundo os cálculos não permitem a aplicação da rotação de cultura por serem pequenos demais.

Suponhamos que os primeiros cinco hectares derrubados sejam usados para cultura apenas durante um ano, depois deixado em repouso durante três anos. Este caso, o agricultor precisaria de 5 mais 15, ou sejam 20 hectares. Se ele deixasse a capoeira crescer durante 6 anos, precisaria então de 5 mais 30, ou 35 hectares, e assim por diante. Quanto mais tempo os campos já cultivados ficarem em capoeira, tanto melhor será para a restauração do solo e, naturalmente adiar o novo cultivo da capoeira até que a fertilidade original do solo tivesse sido restabelecida. Segundo a opinião da maioria dos colonos com quem conversei, isto exigiria 10 a 12 anos em terras boas e 15 a 20 anos em terras pobres.¹¹

Desse modo, seguindo os cálculos de Waibel, o tamanho do lote que permitiria a *minimale Ackernahrung* deveria ser de 55 (5x10+5) e 65 (5x12+5) hectares em terra boa e entre 80 (5x15+5) e 105 (5x20+5) em terra ruim. Esses valores demonstram que os tamanhos de 25 e 30 hectares são incompatíveis com o sistema agrícola aplicado. Em consequência disso, o colono tem que usar uma rotação de terra muito mais curta e cultivar sua capoeira a cada 5 ou 3 anos. Daí resulta que os solos se esgotam rapidamente, as colheitas decrescem e a estagnação econômica se instala.¹² Quanto ao assunto da deterioração da terra, o autor ressalva que ela é ainda mais acelerada se considerarmos a divisão comum dos lotes originais entre os herdeiros, e nestas condições, por toda a parte os jovens emigram das propriedades rurais para as cidades ou para novas zonas pioneiras, nas quais procuram adquirir terra e começar o mesmo ciclo econômico.

WAIBEL, 1944, p. 195.¹⁰

¹¹ Ibidem, p. 195

¹² Ibidem, p. 196.

É conveniente ressaltar que para Waibel a ideia de *paisagem cultural* é resultado dessa união de elementos dados pelas condições naturais, pelo uso predominante do solo (cultivos, técnicas, estradas, instalações) e pela formação econômica. É interessante observar que para compreender os processos de transformação social, econômica e cultural das populações agrárias é de grande utilidade compreender também a “paisagem cultural leowaibeliana”. Pois, a elaboração e a noção de organização colonial como instrumento de análise para interpretar a ocupação espacial pelos colonos de origem alemã e a sua reprodução social nos sugere elementos para abordar historicamente a instauração e o desenvolvimento de instituições sociais nos núcleos coloniais.

As condições de existência material e social dos incipientes núcleos coloniais eram marcadas por essas dificuldades distinguíveis através da elaboração da paisagem cultural. São essas dificuldades: a distância em relação aos outros centros, as péssimas vias de comunicação e estradas, a falta de uma orientação nos métodos de trabalho, que caracterizam o contexto inicial em que está enraizada a fundação das caixas rurais nos núcleos coloniais alemães da região sul do Brasil.

Estes aspectos podem ser observados ao analisarmos o discurso do Diretor do núcleo colônia de Porto Novo, o Sr. Carlos Francisco Rohde, na ocasião da fundação da Caixa Rural, em 1932:

O agricultor, que emigra de núcleos mais populosos para procurar nas terras virgens o futuro de seus filhos fica abandonado ao léu nas inóspitas paragens do interior, desbravando a matta virgem, arroteando o solo para entregar depois a comunhão da Pátria, não pode esperar pelas providências tardias das autoridades que no sertão grosso, com a deficiência dos meios de comunicação, com a falta de meios não a acorrem e quiçá ignoram-lhe os anseios verdadeiros. A caixa rural é o que a todos deve unir, ella recolhe as sobras dos que mais possuem e as emprega a módicos juros para incentivar aquelles que menos compensados foram pelo aquinhoamento da sorte. O espírito da harmonia e da cooperação conseguirá em pouco refletir-se beneficemente sobre os interesses da coletividade e o lema christão de um por todos e todos por um constituirá princípio de prosperidade da colônia. O capital ganho na gleba assim permanecerá na própria colônia, não convergindo para os bancos, que tem seus interesses nas cidades, mas será empregado na própria circunscrição rural, onde influirá sobre a fortuna da população em geral.¹³

¹³ Livro de Matricula de Sócios da Caixa União Popular de Porto Novo. Manuscrito, p. 2. Arquivo da Creditapiranga Itapiranga – SC.

Nesta citação é possível observar como as caixas de crédito rural configuram uma solução para o difícil desenvolvimento colonial. As Caixas Rurais, conhecidas entre os imigrantes como *Spar und Darlehenkasse*, caixas de poupança e de empréstimo, também chamadas de Cooperativas de Crédito Rural, foram inicialmente idealizadas e instituídas na Alemanha durante o século XIX. Trata-se de um sistema cooperativista nos moldes das associações fundadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen,¹⁴ que desenvolveu cooperativas de crédito nas zonas rurais da Alemanha. Com a imigração, e mais precisamente com a chamada segunda onda migratória (de 1904 a 1930), foram também trazidas e adaptadas ao contexto brasileiro. No Rio Grande do Sul e oeste catarinense, o sistema de crédito foi implementado por Jesuítas de origem alemã.

Inicialmente, as caixas de poupança e de empréstimo eram resultado de iniciativas locais, sendo a primeira fundada em 1902. Um grupo de 19 agricultores, liderados por um Padre Jesuíta, Pe. Theodor Amstad, SJ.¹⁵ A partir desta iniciativa, fundaram-se instituições semelhantes em diversas outras localidades, de modo que, em 1926, foi fundada uma Central de Caixas Rurais com 12 representantes. Em 1927 esse número já crescera para 20. Em 1929, as caixas ligadas à Central eram as seguintes: Agudo, Alto da Feliz, Arroio do Meio, Boa Vista (Santo Cristo), Colônia Selbach, Harmonia, Novo Hamburgo, Picada Café, Poço das Antas, Porto Alegre, Roça Sales,

¹⁴ Raiffeisen nasceu, em 30 de março de 1818, como sétimo dos nove filhos do agricultor Gottfried Friedrich Raiffeisen e sua esposa Susane Marie, perto do Rio Sieg em Hamm, e faleceu em 11 de março de 1888 em Neuwied, perto de Koblenz. Raiffeisen cresceu nas condições economicamente opressoras. Em 1845 foi nomeado prefeito de 22 comunidades que perfaziam a prefeitura de Weyerbusch, no Westerwald.

¹⁵ Pe. Theodor Amstad, SJ, era suíço, nascido em 9 de novembro de 1851 em Bekenried am Vierwaldstättersee. Em 1864, com 13 anos de idade, estudou em Felkirch, no pensionato “Stella Matutina” até 1870. Em 3 de outubro de 1870 ingressou na Companhia de Jesus em Gorheim, Sigmaringen e nesse mesmo ano veio ao Brasil como Missionário. Atuou nas Paróquias de São Sebastião do Caí, São José do Hortêncio, Nova Petrópolis e Lageado. e foi o primeiro Vigário da Paróquia de Nova Petrópolis. Durante 38 anos, percorreu vastas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, fundando cooperativas, sindicatos agrícolas, hospitais, asilos, escolas, revistas, paróquias e colônias novas, como as de Cerro Largo e Santo Cristo. Dentre suas atividades a de maior repercussão, foi a fundação da primeira Cooperativa de Crédito Rural no Brasil, em 1902, donde surgiram uma série de outras, como Bom Princípio, Lageado, São José do Herval, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Cerro Largo, constituindo-se até 1964 numa rede de 62 cooperativas, todas filiadas à Central de Caixas Rurais, que em sinal de reconhecimento por suas grandes obras, construíram em sua memória, na Localidade de Linha Imperial, em Nova Petrópolis, um monumento com os dizeres: “Ao Iniciador do cooperativismo de crédito no Brasil”; “*In memoriam P. Theodor Amstad S. J. - Colonorum Pater*”. Acessado em 01/10/2008, e disponível em : <http://www.sicredipioneira.com.br/arquivos/padre.htm>

Rolante, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Angelo das Missões, S. José do Herval, Três Arroios, Estrela, Bom Princípio, Serra Cadeado, Serro Azul, Sobradinho e Taquara.¹⁶

Em 1932 foi implantada a primeira no oeste Catarinense, em Porto Novo, de modo que no final da década de 40, seu número no sul do Brasil chega a 47, conforme artigo publicado em 1949 no jornal “A voz de Chapecó”:

A primeira destas Caixas foi fundada em 1902, cinco anos antes, portanto, de ser promulgada, no Brasil, a primeira lei de cooperativa do País. Naquele tempo era secretário geral da Sociedade União Popular, o PE. Theodoro Amstad, de saudosa memória, natural da Suíça, o apóstolo sem par do cooperativismo no Sul do Brasil. A essa caixa seguiram-se, aos poucos, novas fundações e com o correr dos anos, até hoje, se formou esta pujante família de crédito cooperativo integradas pelas 47 Caixas existentes. Os resultados foram surpreendentes e a prova cabal do acerto no sistema dotado como modelo pela União Popular: o clássico sistema Raiffeisen, que prega a fórmula da constituição sem capital, sem distribuição de lucro e com a responsabilidade solidária e ilimitada do associado, bem como a gratuidade do associado. Poder-se-á imaginar fórmula mais ideal e cristã para o manejo do dinheiro? Parece-nos que não.

A “Central das Caixas Rurais” foi fundada no ano de 1926, quando o número de Caixas já havia ascendido a mais de uma dúzia, foi pelas mesmas resolvido fundar uma central, a atual Central das Caixas Rurais já citada. Visavam, com esta centralização de federativa, facilitar o intercâmbio de dinheiros entre as diversas zonas agrícolas, promover a uniformização e, sobretudo, criar um serviço permanente e eficaz de assistência às cooperativas de crédito existentes, no que concerne à contabilidade, técnica de receber e dar dinheiro, eliminação de vícios e abusos, esclarecimentos sobre legislação, defesa das Caixas nos seus direitos de isenção de impostos.(...)A caixa Rural é em verdade, o Banco do Colono para o Colono.¹⁷

No caso das Caixas de Crédito Rural, esses projetos de cooperação podem ser observados desde a sua origem e funcionalidade no contexto alemão, pois segundo fontes históricas, o sistema adotado pelos agricultores imigrantes no Brasil era inspirado ao sistema já existente na Alemanha.

Desse modo, na Alemanha, Raiffeisen viveu um contexto de intensos debates em torno das relações trabalhistas e organizações de trabalhadores, sendo ele quem se

¹⁶ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma colônia para Teutos-Católicos no processo de Expansão Colonial no Sul Brasileiro (1912-1933)* Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992, p. 68.

¹⁷ Fundação de uma Cooperativa de Crédito. *A voz de Chapecó*. 27 de Fevereiro de 1949, nº 224, p. 5 Arquivo Biblioteca Pública Estadual. Florianópolis – SC.

preocupou com os trabalhadores das áreas rurais. No período em que atuava como prefeito, como consequência de uma má colheita no Westerwald em 1846, ocorreu no inverno de 1846/47 uma complicada onda de fome, de modo que a maior parte da população não tivera nada o que comer. Raiffeisen realizou então a fundação da Associação do Pão de Weyerbusch (*Weierbuscher Brodverein*), com a qual conseguiu garantir as necessidades alimentícias da população.

Assim surgiu primeiramente a fundação de uma cooperativa de fornecimento (*Bezugsgenossenschaft*) em Weyerbusch. Mais tarde foi prefeito de Flammresfeld, constituída de 33 comunidades, fundou a (*Hilfsverein zur Unterstützung unbemittelter Landwirte*), ou seja, uma Caixa de Economias.

A partir dessas associações desenvolveu, de 1862 em diante, as Associações de Empréstimo (*Darlehnskassenvereine*), que foram concebidas como organizações de ajuda mútua com responsabilidade ilimitada dos sócios. Na sequência de sua aposentadoria, em 1866, Raiffeisen se ocupou com as associações por ele fundadas. Ele as interligou e fundou, em 1877, a Liga de Cooperativas Rurais (*Anwaldschaftsverband Ländlicher Genossenschaften*). Em sua fundação, a Liga contava com 24 Associações de Caixas de Empréstimo e, em 1888, ano da morte de Raiffeisen, o número aumentou para 400. Isso resultou na Liga geral de Cooperativas-Raiffeisen Alemães. Desta experiência se seguiram ainda outras e, em 1865, Raiffeisen escreveu um livro sobre o assunto, intitulado As Sociedades de Crédito como Instrumento de Auxílio das Necessidades da População Agrária (*Die Darlehenskassenvereine als Mittel zu Abhilfe der Not der Ländlichen Bevölkerung*). O sistema das associações de crédito organizadas por ele formam até hoje uma espécie de fundamento da organização das cooperativas rurais.

Os dados apresentados, acima, revelam que as Caixas Rurais tiveram destacada participação no desenvolvimento dos núcleos coloniais e que elas são fruto do “trabalho exaustivo”¹⁸ dos colonos imigrantes e seus descendentes, a ponto de algumas delas ainda estarem ativas e funcionando até os dias atuais. Esse é o caso, por exemplo, da Creditapiranga, fundada pela “Sociedade União Popular para Católicos Alemães” no núcleo colonial de Porto Novo, região que atualmente abrange a área dos Municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste, que em sessão solene realizada dia 05 de

¹⁸ CREDITAPIRANGA, a instituição financeira mais antiga de Santa Catarina. Vídeo disponível em: http://www.rarima.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=122&Itemid=95, Acessado em 01/10/2008.

maio de 2008, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina homenageou os 75 anos de sua fundação e foi reconhecida como a instituição financeira mais antiga em atividade no estado.

Portanto, a elaboração e a observação da paisagem cultural oferece aqui um conjunto de elementos que propiciam uma fundamentação para a construção de um contexto histórico, no qual é possível compreender o sentido amplo dessas instituições e sua participação no desenvolvimento dos núcleos coloniais. Desse modo, é possível observar a questão sobre a influência de determinada configuração ambiental na organização de instituições cooperativas E assim verificar a hipótese de que dependendo do contexto histórico-social, as Caixas Rurais surgiram devido às dificuldades de existência material e aos problemas de integração social que marcavam a paisagem cultural da colonização. A opção por esse tipo de instituição pode ser compreendida em decorrência do desafio vivido por esses sujeitos históricos em garantir a subsistência frente às dificuldades da colonização, sem perder os vínculos culturais de sua forma de concepção de vida social.

Ressaltamos que o estudo da paisagem cultural aparece como um importante campo de pesquisa historiográfica e que esta investigação e análise revela uma configuração da colonização do mundo rural catarinense durante o século XX, que pode contribuir inclusive como experiência de compreensão da própria realidade rural atual.

Referências

- ALMEIDA, Rufino Porfírio. *Cooperativa de credito Santa Cruz Ltda*. 1987. 310f. Trabalho apresentado para o concurso publico de professor titular no Centro de Ciências Humanas, na UFSC.
- DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 216-228. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos/deanbotanicaimperial.pdf>
- DRUMOND, José A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2319>
- ETGES, Virgínia Elisabeta. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. *GEOgraphia* (UFF), ano II, n. 4, 2000.
- FREITAS, Francisco E. *Cooperativa de Crédito Caixa União Popular Santa Cruz*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 1990.

- NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para Migrar: a atuação das companhias colonizadoras. In: Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Nº 10, Chapecó: UFSC 2002.
- RAMBO, Athur B. O Associativismo Teuto-brasileiro e os primórdios do Cooperativismo no Brasil. In: *Perspectiva Econômica*, vol. 23, nº 62-63, Cooperativismo 24-25, Jul-Dez. 1988
- SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 25-41, 2002. Disponível em << <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/380.pdf> >>.
- WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr-jun. 1949.
- WAIBEL, Leo. O que aprendi no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, jul-set. 1950.
- WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out-dez. 1955.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em:
<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2324>
- ZILLES, Maria. *Porto Novo: uma colônia para Teutos-Católicos no processo de Expansão Colonial no Sul Brasileiro (1912-1933)* Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

Menores, órfãos e estrangeiros nos processos de tutela do Juizado de Órfãos de Porto Alegre.

*José Carlos da Silva Cardozo**

Resumo: Diante das vicissitudes encontradas pelas famílias de imigrantes, muitas vezes, a vida familiar se desorganizava e os menores acabavam sofrendo os impactos dessa mudança. Muitos são os casos que chegaram ao conhecimento da Justiça em que doenças, acidentes, maus-tratos e mesmo a morte dos pais da criança acabavam por provocar a dissolução familiar. Para as famílias que possuísem menores como seus integrantes, havia um juizado especial que zelava pelo cuidado para com essas crianças, o Juízo dos Órfãos. Esta instituição cuidava para que os menores que vivessem essa situação de desagregação familiar recebessem um adulto legalmente constituído como seu responsável. O objetivo desse estudo é verificar, através dos processos de tutela, o cotidiano das crianças e das famílias que passavam por essas situações de crise.

Palavras-Chave: Menores – Órfãos – Estrangeiros – Tutela – Juizado de Órfãos.

Menores e o Juízo dos Órfãos

O trabalho de recuperar o cotidiano de crianças e adolescentes de origem estrangeira no Rio Grande do Sul deve, necessariamente, ser olhado por meio da família. No âmbito familiar era que eles apreenderiam os comportamentos e as regras sociais transmitidas pela socialização primária¹.

Entretanto, diante das muitas dificuldades encontradas pelas várias famílias de imigrantes que aqui aportaram na busca de melhores condições de vida e trabalho, muitas vezes, o universo familiar se desarticulava e os membros menores deste universo acabavam por sofrer os impactos dessa mudança. Tanto no perímetro urbano quanto no rural em virtude de acidentes, doenças, epidemias, falta de trabalho e assim recursos para manter e administrar o lar, colocavam aos integrantes da família o risco da desarticulação familiar.

* Historiador (UNISINOS), Cientista Social (UFRGS) e Mestrando em História Latino-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista Capes/MEC.

¹ Sobre os processos de socialização do ser humano ver em Peter BERGER e Thomas LUCKMANN “A sociedade como realidade subjetiva”. In: _____. **A construção da realidade social: Tratado de sociologia do conhecimento**. 32ª Ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010. p. 167-239.

Neste ambiente de esperanças e incertezas, que fizeram parte da vida de muitos estrangeiros, a vida das crianças e adolescentes poderia sofrer muitos baques por estarem diretamente ligados a um adulto pela responsabilidade e pela dependência deste. Assim, por exemplo, caso algo sobreviesse ao responsável ou responsáveis (pais ou outro familiar adulto) pela criança, qual seria o destino deste menor? E se esse algo fosse propriamente a morte?

Os menores que ficavam desamparados por perderem os pais ou responsáveis, por qualquer motivo (separação, abandono ou morte) eram uma preocupação social e acabavam por chamar atenção do Estado e de suas instituições como o Poder Judiciário por meio do Juízo dos Órfãos².

O acervo documental do Juízo dos Órfãos pode desvendar muitas histórias que o tempo permitiu que fossem preservadas. As informações produzidas por este órgão do Judiciário dão contribuições para a recuperação e a reconstrução de história de menores, entre estes, os de origem ou descendência estrangeira no Rio Grande do Sul que passaram pelas dificuldades de separação de seus pais ou responsáveis.

O Juizado de Órfãos foi, desde o período colonial brasileiro, uma das instituições mais importantes para a regularização da situação dos menores de idade que, por algum motivo não tinham mais sobre si a responsabilidade legal de um adulto. Na capital do Estado - Porto Alegre - já havia Juiz de Órfãos desde 1806, criado pela Real Resolução, transpôs o período Imperial chegando até a República, quando houve a criação, em 1927, e a substituição em definitivo deste Juízo pelo Juizado de Menores³, em 1933.

Num primeiro momento, o Juízo dos Órfãos cuidou dos menores que possuísem bens ou fossem de famílias privilegiadas socialmente, mas, com o passar do tempo, com a formulação de políticas reguladoras do convívio social no Brasil, foi direcionando sua atenção para os menores de famílias de baixa condição social. Sua atenção recaía aos menores no que tange ao abandono, saúde, moradia, roupas, educação, enfim, tudo que influenciasse a formação do futuro homem e mulher.

² O termo órfão não deve ser entendido estritamente, pois pode representar menores órfãos de pai e mãe como também os “órfãos de pais vivos”, ou seja, representava igualmente aqueles que tinham seus progenitores vivos.

³ Sobre o Juizado de Menores em Porto Alegre ver em Ana Paula ZANELLA “A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945)”. **Revista Justiça & História**, v. 3, n. 5, pp. 225-243. 2003.

Os documentos desse acervo, que se encontram depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, doravante APERS, são de variada complexidade e tipologia e a análise destes pode proporcionar um olhar sobre o cotidiano da criança, do adolescente, da família e das relações entre o adulto e o menor. Foram processos recorrentes neste Juízo os autos de Busca e Apreensão de Menor, Entrega de Menor, Inventários, Exames de Sanidade, Suplemento de Idade (emancipação), Permissão para casamento, entre outros, destes, porém os mais corriqueiros eram os processos de Tutela em que havia a necessidade de se transferir a autoridade legal sobre um menor para outro adulto.

Ana Scott e Maria Bassanezi, investigando a criança imigrante italiana em São Paulo, exploraram igualmente o Juízo dos Órfãos e revelam que

essas fontes apresentam aspectos qualitativos que se referem não só às relações entre pais e filhos, mas também entre marido e mulher, sogros, bem como indicam relações de adultério e de abandono do lar; enfim, todo o universo em que viviam muitas das crianças oriundi⁴.

Cláudia Fonseca⁵ já estudou os processos de Busca e Apreensão, para Porto Alegre, percebendo a “circulação de crianças” pelos diferentes lares no início do século XX – situação que se evidencia ainda presente nos morros porto-alegrenses na atualidade. Este conceito antropológico retrata toda a transferência da responsabilidade dos pais biológicos para outro adulto ou mesmo instituição, e era isso que acontecia nos processos de tutela que foram abertos no município de Porto Alegre nos anos iniciais do século XX.

Os processos de tutela são, muitas vezes, rápidos, contendo apenas duas ou três folhas, nas quais um interessado em ter a tutela de um menor informa a situação de vulnerabilidade deste ao Juizado. Essa situação era gerada pela condição insuficiente dos pais, seja financeira, seja moral, pelos maus-tratos, pelo abandono dos progenitores, a separação ou até mesmo a morte destes. No entanto, nem todos são rápidos, alguns levavam muito tempo, nesses há várias pessoas (familiares, padrinhos, patrões e até mesmo pessoas desconhecidas da criança) interessadas em requerer a tutoria do menor.

Dessa forma,

⁴ SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. “No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas”. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**. Joaçaba/SC: UNOESC, 2005. p.170.

⁵ FONSECA, Claudia. “Uma Tradição de Gerações”. In: _____. **Caminhos da Adoção**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-74.

as histórias recuperadas através dos autos mostram o conflito e as disputas que envolviam pais, parentes, tutores, empregadores e, no meio de tudo, as crianças que surgiam como atores principais nos processos, mas que acabavam por desempenhar papéis secundários no correr deles ao se transformarem em mera desculpa para as acusações que as partes litigantes trocavam entre si⁶.

Os processos de tutela, produzidos neste Juízo, podem revelar tanto sobre as influências de uma época na vida social da população⁷ quanto a utilização de menores em atividades produtivas⁸, mas, além destas informações, não é raro encontrar nos processos de tutela a história de crianças e adolescentes estrangeiros ou filhos de estrangeiros que passaram pelo Juizado de Órfãos. Dentre os 823 processos de tutela abertos no município de Porto Alegre, no período de 1900 a 1927, são vários os casos em que figuram esses atores sociais vindos de além-mar ou mesmo descendentes desses. Os processos de tutela oferecem ao pesquisador uma rica fonte sobre o cotidiano das crianças e dos adultos, nacionais ou imigrantes.

Órfãos, Estrangeiros e o Juízo de Órfãos.

No dia 11 de abril de 1912, Stanislaw Lesinski⁹, brasileiro naturalizado, morador na Rua Voluntários da Pátria nº 387A, lugar onde também possui uma farmácia, entrou com um pedido para tutelar Alexandre Kucenko, com 18 anos, Maria Kucenko, com 16 anos, e Ladisláu Kucenko, com 10 anos de idade. Os três menores eram filhos da viúva Aphollonia Kucenko, imigrante que veio para Porto Alegre a “4 anos mais ou menos” com todos os filhos da Polônia (Rússia)¹⁰.

O motivo que levou Stanislaw Lesinski a entrar com a solicitação de tutela, no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, ocorreu em virtude de Aphollonia Kucenko estar “enferma gravemente” a qual foi internada na Santa Casa de Misericórdia, “por ordem da Assistência Municipal”. O motivo da petição inicial se modificou em poucos dias,

⁶ SCOTT e BASSANEZI, “No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas”, p. 171.

⁷ CARDOZO, José Carlos da Silva. “A influência da Belle Époque brasileira na criança porto-alegrense por meio dos processos de tutela do Juizado de Órfãos”. **Revista de História da Universidade Federal da Bahia**, v. 1, n. 2, pp. 39-52. 2009a.

⁸ CARDOZO, José Carlos da Silva. “O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a Tutela de Menores: A formação do futuro cidadão através do trabalho”. **Aedos - Revista do Corpo Discente do PPG em História da UFRGS**, v. 4, n. 2, pp. 146-156. 2009b.

⁹ APERS - Fundo Poder Judiciário, 3ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 26, auto 593, ano 1912.

¹⁰ Nos autos, a localidade consta como expresso acima, evidenciando a imprecisão do país de origem.

pois a mãe dos menores não conseguiu sobreviver e, após cinco dias, acabou morrendo “na mais completa pobreza”, no dia 16 de abril.

A história de Aphollonia é um dos vários casos que revelam a vida difícil em que viviam as mulheres sem marido e com crianças e adolescentes para cuidar e sustentar. Muitas vezes discriminadas por não terem a figura do marido em casa e assim tendo que trabalhar para sustentar a família eram desprezadas pela sociedade com o agravante de serem imigrantes. O que poderia ser feito para amenizar a situação de fragilidade neste novo país era se relacionar com alguma família de conterrâneos para poder buscar auxílios nos momentos de maiores dificuldades.

Enquanto a mãe dos menores estava internada no hospital, fez um pedido a Stanislau Lesinski para que os menores ficassem sob a guarda dele; pedido que ele atendeu e como era dono de uma farmácia empregou o mais novo deles, Ladisláu Kucenko, como seu funcionário.

Dessa forma, com o falecimento da mãe dos menores e os mesmos estando em sua casa, desde que a mãe dos menores foi internada, Stanislau pediu ao Juizado de Órfãos a tutela dos menores “afim de que o amparo da Lei e da sociedade brasileira não lhes falte numa emergência tão acabunhadora; antes, que os proteja¹¹” até que atinjam a maior idade e esta “lhe[s] dê o critério necessário para se dirigirem”. Diante da situação de vulnerabilidade social em que se encontravam os menores, sem nenhum parente no país, o juiz, no dia seguinte à abertura do processo, deferiu o pedido de solicitação de tutela dos três menores a Stanislau Lesinski.

Procurando manter os menores consigo até que eles atingissem a maior idade, que no período era de 21 anos, para poderem dirigirem a vida conforme lhes convier, Lesinski ficou com a tutela das crianças e dessa forma se tornou o responsável legal por todos os atos deles além da manutenção (saúde, alimentação, vestuário e educação) dos mesmo.

Porém, viver com outras pessoas que não as familiares é difícil, ter que se adaptar a novas normas e regras de convivência é complicado quando se está ultrapassando a adolescência para a idade adulta. Em 21 de maio do ano seguinte Stanislau Lesinski volta ao Juízo de Órfãos de Porto Alegre para reclamar que os mais velhos “não têm se conduzido bem, nem deconernante além de se terem tornado

¹¹ As citações foram transcritas respeitando-se a pontuação e a gramática original, mas atualizou-se a ortografia.

refratários ao trabalho e ao conselho educativo, tornando-se por isso, impossível a permanência dos menores na casa” dele. Por esse motivo pede para ser “exonerado” do cargo de tutor dos menores Alexandre e Maria, respectivamente com 19 e 17 anos de idade, mas, “ficando tão somente [com] Ladisláu que continua conduzindo-se bem”. Passado mais de um mês, no dia 23 de junho, o Juiz defere o pedido de Dispensa da Tutela.

Possivelmente os irmãos de Ladisláu, por terem justamente mais idade que ele, não estavam dispostos a trabalharem ou mesmo a respeitar um “desconhecido” como Stanislau, talvez acreditassem que poderiam ter maiores possibilidades de felicidade se não tivessem mais ele como seu responsável. É uma pena não podermos acompanhar os dois irmãos de Ladisláu, pois o processo silencia sobre qual foi o destino dos mesmos, se foram tutelados por outra pessoa ou se conseguiram o Suplemento de Idade ou se tiveram outro encaminhamento legal.

Mas, podemos ver que o menino pequeno continuou sobre a tutela da família Lesinski, pois mesmo com a morte de Stanislau, em 18 de junho de 1920, sua esposa Helena Valéria Pachmann Lesinski, no mesmo mês, pediu e ganhou a tutela de Ladisláu Kucenko, agora com 18 anos de idade!

Com este processo podemos perceber, um pouco, as dificuldades que enfrentou Aphollonia, vindo com seus três filhos da Polônia (Rússia) para Porto Alegre no Brasil. Além de uma viagem desgastante cruzando o oceano, teve que conviver com a pobreza na terra em que acreditava poder encontrar a felicidade, não resistindo sua saúde aos revezes que a nova vida e o novo ambiente lhe trouxeram. Ficou doente e por meio da Assistência Municipal, por estar “na mais completa pobreza”, foi internada na Santa Casa, mas não resistiu, veio a falecer deixando os já órfãos de pai, Alexandre, Maria e Ladisláu, também órfãos de mãe.

As crianças não ficaram sozinhas, embora sem nenhum parente deste lado do Atlântico, foram acolhidas por um, acreditamos, conterrâneo de sua mãe que os tutelou para não ficarem desamparados neste novo país. Mas as dificuldades de relacionamento entre tutor e tutelados impossibilitaram que os irmãos permanecessem juntos por muito mais tempo, os dois mais velhos tiveram um destino diferente do pequeno; o menino mais novo, ao contrário dos irmãos, permaneceu com seu tutor até o fim da vida dele e mesmo com a morte desse, o menino continuou com a família que o acolheu no momento em que perdera sua mãe.

Em outro caso semelhante, a morte da mãe foi igualmente o motivo para se tutelar os três filhos menores dela. Com o falecimento de Carmem Medina Gonzáles, de origem espanhola, o senhor Francisco de Marinis, amigo da falecida, que já era viúva, pediu no dia 16 de abril de 1917 e recebeu no dia seguinte a tutela dos três filhos menores de Carmem Gonzáles, Francisco de Medina de Morales¹², de 11 anos de idade, Thomas Medina de Morales, de 9 anos de idade, e Manoel Medina de Morales, com 7 anos de idade.

Mas o destino dos menores foi diferente do caso anterior. Como a falecida possuía alguns recursos depositados na Caixa Econômica de Porto Alegre, o tutor dos menores se comprometeu perante o Juízo, com os recursos da finada mãe dos menores, ao enviá-los para a Espanha, mas precisamente para as Ilhas Canárias, onde residiam os únicos parentes vivos das crianças, seus avós.

Podemos perceber que a vida de algumas crianças fez o caminho oposto de seus pais, voltando para a Europa. Com a morte dos progenitores muitas crianças ficaram órfãs e sem nenhum parente que as pudesse cuidar. A solução, muitas vezes, era tentar voltar para o local de onde seus pais haviam saído, na esperança de continuarem envolvidos no laço familiar por algum parente adulto que permaneceu na Europa. Mas para que isso ocorresse havia a necessidade de capital, que, como vimos, a primeira família não possuía e já a segunda possuía o “suficiente” para enviar os menores de volta ao seio de sua família. Em todos esses casos, o papel do Juízo dos Órfãos foi fundamental, pois em menos de 30 dias, conforme regia a lei, a Justiça amparou e promoveu a colocação desses menores em novos arranjos familiares para que esses pudessem continuar, apesar da ausência do pai e da mãe, a receber alimentação, vestuário e educação.

Porém, não podemos idealizar que estar em companhia de familiares é a melhor escolha para um menor.

O processo da menor Hildej'art Saheas¹³, de 14 anos de idade, é significativo da situação que muitas crianças imigrantes enfrentaram no passado. Seus pais ficaram na Europa e ela vivia em companhia de sua tia Halma Bauer que a maltratava e, como

¹² APERS - Fundo Poder Judiciário, 1ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maços 02, auto 117, ano 1917.

¹³ APERS - Fundo Poder Judiciário, 1ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maços 03, auto 242, ano 1923.

informou o Subintendente da Polícia ao Juízo dos Órfãos, a menor “foi obrigada a abandoná-la devido aos maus tratos que recebia” da tia.

Dessa forma, o processo foi iniciado em 12 de junho de 1923 pelo subintendente da Polícia, apresentando a acusação contra Halma Bauer. O Juiz do caso, doutor Amado da Fonseca Fagundes, intima 3 pessoas que confirmam as alegações de maus-tratos infringidos contra a menor pela sua tia.

A menor foi retirada da casa da tia e sua tutela dada para uma das testemunhas, o doutor Joaquim Napoleão Epaminondas de Arruda Filho, no dia 26 de julho quando foi encerrado o caso.

Contudo, a vida estava longe de se tornar fácil para Hildej'art Saheas. O seu tutor teve que se mudar para a Capital Federal com sua família e não levaria a menina, assim, em 07 de março de 1924, ele pediu a Dispensa de Tutela.

Com quem ficaria a menor? A avó da menor, Anna Bauer, encaminhou junto ao Juizado de Órfãos o pedido para tutelar sua neta, a qual ganhou. Hildej'art Saheas novamente estaria em companhia de um familiar.

Com este processo podemos verificar a fragilidade da vida de muitos menores que viveram longe ou mesmo sem os pais. Muitos sofreram maus-tratos por parte de seus próprios familiares. Alguns não suportando o sofrimento foram forçados a fugir do lar, como no caso acima, e buscarem ajuda junto a terceiros ou mesmo ao Estado. O Estado e a sociedade estavam a vigiar o comportamento dos adultos, pois foi a polícia, por meio do subintendente, que apresentou o caso de maus-tratos contra a menina, e as três testemunhas que confirmaram a situação vivida pela menor. Ainda neste caso, verificamos a “circulação de crianças”, pois a menor saiu da companhia da tia, foi para a casa de um terceiro e este na impossibilidade, ou por não querer, desistiu de continuar com a criança em sua companhia e dessa forma a avó recebeu a tutela da menor, assim sendo, em menos de 1 ano a menina do caso acima passou por 3 lares diferentes.

Era comum que os avós requeressem a tutela de seus netos, o sentimento de solidariedade para com os membros menores de sua família era imenso.

E o caso da menor Herminia Pereira de Mello¹⁴, de 11 anos de idade, vinda de Portugal, é significativo, pois o “seu avô único”, José Dorindo Corrêa, requereu sua tutela porque os pais dela faleceram na Europa. O processo foi aberto em 28 de

¹⁴ APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 386, ano 1912.

novembro de 1911 e o pedido deferido pelo Juiz, doutor Hugo Teixeira, no mesmo dia. Apontando a necessidade de a menor ter um adulto como seu responsável legal na impossibilidade ou ausência de seus pais. Este processo continuou até 1922, quando foi feito o inventário do pai da menor, na “República de Portugal no valor de 1:437.250, em moeda daquele país” e repassado a sua neta e tutelada.

O sentimento de compaixão dos avós para com seus netos é significativo nos processos de tutela no Juízo dos Órfãos, como vimos nestes dois casos. O fato de eles pedirem a tutela de seus netos é fator expressivo do interesse no bem-estar de seus netos. Talvez, por serem filhos de seus filhos, ofertavam um cuidado maior do que os outros familiares ou terceiros que cuidavam ou recebiam a tutela de um menor. Cabe lembrar que não havia imposição ou hierarquia para se ganhar o cargo de tutor de uma criança e sim a espontaneidade e a capacidade para exercer tal função social.

Manter os laços familiares, quando possível, era importante para os imigrantes que vindos de além-mar necessitavam estar próximos dos de sangue.

O processo da menor Cornélia¹⁵, de 13 anos de idade, e de Daria, de 9 anos de idade, é um dos muitos casos em que a fatalidade do óbito fez com que a família, mesmo com poucos recursos, pudesse manter seus familiares reunidos.

Quando o italiano José Manfron deixou na península itálica sua esposa Cleorinda Paguotti e veio para o Brasil com suas duas filhas pequenas para tentar a vida junto com seu irmão e sua mãe, não imaginava que enfrentaria tantas dificuldades que acabaram ceifando sua vida.

Com a morte do pai das meninas no dia 24 de agosto de 1917, o irmão Sylvio dal Zotto entrou com o pedido, no dia 30 do mesmo mês, para tutelar a mais velha das meninas, pois a outra se encontrava com a avó delas em outra cidade, e lá abriria um processo para tutelar sua neta Daria. Em virtude de estarem órfãs por parte de pai e sua mãe estar do outro lado do Atlântico, a Justiça no dia seguinte à abertura do processo concedeu a tutela da menina Cornélia ao tio.

Mesmo as famílias com poucos recursos, como do caso acima, encontravam formas de cuidar de seus membros menores, mesmo que isso significasse separá-los para mantê-los em família. As duas meninas foram tuteladas por pessoas diferentes, mas familiares, ao invés de terem ido parar nas mãos de terceiros.

¹⁵ APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 463, ano 1917.

Mas muitos também foram os casos em que a família não pode continuar unida e um desses episódios foi do menor Fuad¹⁶, de apenas 3 meses de vida.

Sua mãe Naza Abud foi abandonada pelo seu marido e “sem recursos de espécie alguma para atender a sua subsistência e de seu filho Fuad” pediu no dia 26 de dezembro de 1913 que ele fosse tutelado pelo senhor Antônio Nasser, negociante, para que “cuide da criação e educação do seu referido filho”, o qual já se encontra com a família do senhor Nasser.

O processo foi deferido a favor dos intentos da mãe no mesmo dia em que foi aberto por causa da falta de recursos que ela tinha para cuidar de seu filho. A mãe deu seu filho para um terceiro por não ter como sustentá-lo.

Vários são os processos de tutela em que mulheres imigrantes foram abandonadas por seus maridos, ou amásios, quando ficavam grávidas ou mesmo após o nascimento do filho. Sem recursos, muitas mães não encontravam outra saída a não ser entregar seus próprios filhos para outras pessoas cuidarem.

Concluindo

Os casos que foram apresentados evidenciam a riqueza que a documentação, produzida pelo Juízo dos Órfãos, pode ofertar ao pesquisador que procura resgatar histórias de crianças e famílias estrangeiras, que vieram a Porto Alegre em busca de uma vida melhor. São situações problemáticas que tiveram seus desfechos no Judiciário, mas “em todo o caso, como é sabido, os conflitos sociais muitas vezes revelam tanto sobre a organização social de um grupo quanto o bom funcionamento de suas supostamente bem equilibradas normas”¹⁷.

Dessa forma, as reflexões levantadas, a partir dos processos de tutela do Juizado de Órfãos, contribuem para descobrirmos frestas sobre o passado e nele vermos o cotidiano dos imigrantes, recuperando vestígios de suas histórias, muitas vezes veladas por atingirem diretamente a manutenção ou a constituição de uma família abalada pela pobreza, conflitos internos, abandono ou até mesmo a morte.

Fontes

¹⁶ APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 397, ano 1913.

¹⁷ FONSECA, “Uma Tradição de Gerações”, p. 45.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 1ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maços 02, auto 117, ano 1917.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 1ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maços 03, auto 242, ano 1923.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 386, ano 1912.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 463, ano 1917.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 2ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 04, auto 397, ano 1913.

APERS - Fundo Poder Judiciário, 3ª Vara de Família e Sucessão, **Tutelas**, Estante 31, maço 26, auto 593, ano 1912.

Referências

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade subjetiva.

In: _____. **A construção da realidade social: Tratado de sociologia do conhecimento**. 32ª Ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010. p.167-239. 248p.

CARDOZO, José Carlos da Silva. A influência da Belle Époque brasileira na criança porto-alegrense por meio dos processos de tutela do Juizado de Órfãos. **Revista de História da Universidade Federal da Bahia**, v. 1, n. 2, pp. 39-52. 2009a.

CARDOZO, José Carlos da Silva. O Juizado de Órfãos de Porto Alegre e a Tutela de Menores: A formação do futuro cidadão através do trabalho. **Aedos - Revista do Corpo Discente do PPG em História da UFRGS**, v. 4, n. 2, pp. 146-156. 2009b.

FONSECA, Claudia. Uma Tradição de Gerações. In: _____. **Caminhos da Adoção**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2006. p. 43-74. 152p.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**. Joaçaba/SC: UNOESC, 2005. p. 163-176. 324p.

ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). **Revista Justiça & História**, v. 3, n. 5, pp. 225-243. 2003.

Onde estão os lugares malditos da cidade: a imprensa e a difusão de imagens sobre o meretrício de Taquara

Daniel Luciano Gevehr¹

Jaciara Brizzola Moraes²

Maicon Diego Rodrigues³

Leonardo Cardoso Wichinheski⁴

Resumo: O artigo analisa as imagens e representações construídas historicamente sobre as mulheres inseridas no contexto da prostituição sexual, tendo como recorte espacial o meretrício de Taquara – RS. A partir desse recorte, discutimos os elementos simbólicos que envolveram a construção de imagens de idealizações sobre as personagens, seu contexto e também sobre a dinâmica que envolve seu cotidiano, constantemente associado à violência e à devassidão. Para tanto, nos valem em nossa pesquisa da análise de diferentes artigos publicados pela imprensa taquarense, através do *Jornal Panorama*, no período compreendido entre 1975 e 1987.

Palavras-chave: Mulheres do meretrício. Prostituição. Imprensa. Imaginários Urbanos.

Introdução

A cidade é educadora: ela educa, forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes. No entanto, as possibilidades de leitura mais abrangente da cidade dependem de uma formação do cidadão. (CAVALCANTI, 2001, p.23)

Iniciamos nossa investigação, analisando criticamente o processo de construção dos discursos sobre o espaço urbano e sua relação com seus habitantes, na perspectiva de que os lugares da cidade e, por conseguinte - seus moradores - são alvo de interpretações e adjetivações criadas por diferentes grupos sociais. A partir dessa

¹ Doutor em História e professor no ISEI, IENH e FACCAT. Coordenador do projeto de pesquisa *Festa, devassidão e violência: as imagens do meretrício e a idealização de um cenário, de suas personagens e de seu enredo (Taquara, RS)*, vinculado ao Departamento de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

² Graduanda em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

³ Graduando em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

⁴ Graduando em História pela FACCAT e integrante do projeto de pesquisa.

problematização, buscamos interpretar, historicamente, os elementos que envolveram a criação de imagens e idealizações por parte da imprensa sobre a área conhecida como *zona do meretrício*, localizada no município de Taquara – RS, no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1980.

O meretrício de Taquara tem sua história – cuja origem data das primeiras décadas do século XX - associada ao desenvolvimento do próprio município, que desempenhou um papel relevante no contexto de desenvolvimento econômico regional do Vale do Paranhana. Área povoada pelos imigrantes alemães que se instalaram na região desde o século XIX, o município de Taquara tem sua história diretamente associada à imigração alemã, da qual descende grande parte de sua população. É nessa área de imigração alemã no Vale do Paranhana que acompanharemos o surgimento do espaço conhecido como o meretrício de Taquara, alvo de análise dessa pesquisa.

Com o desenvolvimento do município, viu-se também a expansão de seu espaço urbano, que se complexificava progressivamente. É nesse contexto, ainda das primeiras décadas do século XX, que acompanhamos o surgimento e o crescimento da área do meretrício, onde se instalaram diversas casas voltadas à diversão noturna e à prostituição feminina. Dessa forma, o meretrício de Taquara e seu conjunto de estabelecimentos, acabam chamando a atenção dos moradores da região, devido especialmente ao seu grande desenvolvimento, que contava já no início do século XX com algumas dezenas de mulheres que atuavam no local.

Além de o meretrício estar associado à prostituição de mulheres oriundas de diferentes localidades do estado – entre elas várias de descendência imigrante alemã - era frequentado por pessoas de diferentes localidades da região, que lá buscavam diversão com as diversas apresentações artísticas que eram realizadas por diversas celebridades do mundo artístico. Com isso, o meretrício não era lugar apenas de prostituição, mas também um espaço social frequentado por diferentes grupos sociais que lá buscavam diversão e entretenimento.

Muitos eram os momentos em que a sociedade local e regional prestigiava as apresentações artísticas do meretrício. Exemplo disso temos nas ocasiões em que se apresentaram os cantores *Ângela Maria* e *Nelson Gonçalves*. Esses artistas de renome nacional se apresentaram na *Apollo 11*, uma das maiores e mais famosas casas localizadas no meretrício. Entretanto, o meretrício de Taquara, mesmo estando associado à cultura e a diversão da região, acabou tendo sua imagem associada

fortemente à prostituição e à violência que se pratica em seus arredores e até mesmo em algumas casas do local. É a partir dessa ideia, de vinculação do lugar ao espaço da festa, da violência e do desregramento social, que pretendemos analisar as reportagens veiculadas pelo *Jornal Panorama* nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse período, registramos um número significativo de reportagens veiculadas pelo jornal - de repercussão municipal e regional - que associam o meretrício à criminalidade de Taquara. Com isso, procuramos discutir como e por que são apresentados os fatos pela imprensa e como esses se articulam com as noções de desregramento moral e violência da comunidade.

Repensando o Meretrício de Taquara através da história

Uma cidade é, sem dúvida, antes de tudo uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam. (PESAVENTO, 2000, p.32)

Iniciamos nossa análise sobre o meretrício a partir de algumas questões teórico-metodológicas que consideramos fundamentais no entendimento de nossa pesquisa. A primeira delas diz respeito à dimensão pela qual perpassa a difusão de idéias publicadas por um órgão de imprensa sobre os lugares de uma cidade, assim como sobre os personagens que nela habitam.

A imprensa, enquanto instrumento difusor de ideias e valores de uma sociedade, expressa idealizações, valores e sentimentos sobre as coisas e o mundo. Nesse sentido, os lugares e os personagens de uma cidade passam a ser alvo de interpretações que, por sua vez, estabelecem uma série de relações sociais através das quais as pessoas e os espaços associados a elas passam a apresentar um valor simbólico, sempre ligado às adjetivações. É essa simbologia que, através do tempo e da perpetuação de determinadas visões, reafirma ideias e imagens sobre os espaços sociais e seus personagens.

Entendemos nossas fontes jornalísticas como responsáveis pela difusão de imagens e representações, que veiculam discursos produzidos por indivíduos que mantinham contato com o espaço social analisado. Daí, ser possível afirmar que o

Jornal Panorama era responsável, no período analisado, por criar e difundir uma imagem idealizada sobre o meretrício de Taquara.

Concordamos com Peter Burke (2004), quando afirma que a produção de imagens e representações nunca é um ato inocente, mas sim dotado de pretensões e inserido em um determinado contexto social. Nesse caso, é preciso estar consciente de que o espaço analisado – o meretrício de Taquara – era considerado, na época analisada, um lugar de desregramento e exclusão social, ou seja, um local onde os indivíduos procuravam “emoções” diferentes do seu dia-a-dia. Assim, o lugar tornou-se estigmatizado e marcado pela marginalidade, prostituição e medo, o que resultou em discriminação e em preconceito por parte de muitos indivíduos.

Logo, por ser um lugar considerado adverso aos bons costumes, apregoados dentre os moradores da cidade, a *Zona* tornou-se um lugar de representações e simbolismo, onde pessoas buscavam ser ou fazer coisas que normalmente em outros locais não poderiam ser e realizar.

A historiadora Sandra Pesavento reflete sobre o urbano (PESAVENTO, 2000) e de forma especial sobre os diferentes lugares da cidade. Para ela, se construiu – e ainda se constrói – um verdadeiro ideal de cidade, cuja imagem é idealizada através dos grupos sociais que a constituem, que dessa forma manifestam seus interesses e seus imaginários, que normalmente se associam às noções de progresso e civilidade.

Entretanto, segundo a análise da historiadora, os espaços do *meretrício* desempenharam um papel fundamental na dinâmica social das cidades, na medida em que esses lugares – considerados subversivos à ordem estabelecida, funcionavam como uma “válvula de escape”, onde as pessoas procuravam extravasar seus sentimentos e aquilo que era considerado fora dos costumes estabelecidos pela comunidade.

Por seu turno, Chartier ressalta que os indivíduos ao se identificarem como grupo utilizam-se de representações como *elo de ligação* entre eles:

[...] as tentativas feitas para decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o *dédalo* das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, obscuro ou maior, o relato de uma vida, uma rede de práticas específicas) e considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo. (CHARTIER, 2002, p.66)

Verifica-se que, no caso das imagens e das representações sobre o meretrício de

Taquara, cria-se uma distinção entre os frequentadores e não frequentadores do local, pois ao criarem uma representação de grupo, distinguem-se os que mantêm os bons costumes e os marginalizados, que não se condicionam às normas estabelecidas.

As páginas do *Panorama* informam sobre a zona do meretrício

Em grande parte dos editoriais publicados pelo *Jornal Panorama*, evidencia-se a *Zona do Meretrício* como um espaço de desregramento e exclusão social, logo marcado como um lugar de marginalidade, prostituição e medo. A partir dessas constatações iniciais, é que passamos à análise mais aprofundada das publicações do *Panorama*, em diferentes edições.

Iniciamos com a análise da reportagem *Outro Assalto perto da Zona* publicada em 20 de dezembro de 1975, na qual a violência é o tema central. É relatado um assalto ocorrido nas imediações, onde três meliantes cercam um indivíduo que havia frequentado o meretrício. Ao anunciarem o assalto, a vítima tenta reagir e é golpeada na testa, perdendo os sentidos. Os assaltantes levaram da vítima sua bolsa leva-tudo e um relógio de pulso. Socorrida por populares, a vítima teria prestado queixa na Delegacia do município e teria sido encaminhada ao Hospital para tratar dos ferimentos. Em decorrência deste fato, a polícia do município anunciou que iria fazer operações no local.

Observa-se que o meretrício é diretamente associado ao lugar de bandidos e, portanto, daqueles que se contrapõem ao ideal de sociedade da época. Evidencia-se que esse tipo de operação policial era encorajado pela comunidade local, pois o ambiente mencionado contrariava os padrões éticos e necessitava de medidas controladoras por parte dos meios administrativos e de segurança pública.

Nessa mesma edição foi publicada uma reportagem intitulada *Polícia e Brigada fizeram Limpeza na Zona* e que retratava as medidas tomadas pelos órgãos de segurança em relação ao meretrício: [...] *Os constantes assaltos que estão ocorrendo nas proximidades da zona do meretrício, levaram a Polícia Civil e a Brigada Militar a unir as suas forças e efetuaram a chamada “Operação Varredura”, para recolher os desocupados.*[...]. (Panorama, 20 dez. 1975, n. 13, p.5)

Nessa operação, ao vasculharem as casas do local, os policiais teriam recolhido 16 pessoas que precisaram prestar esclarecimentos na Delegacia de Polícia local. A reportagem ainda retrata que outras operações deste tipo seriam efetuadas antes do final

do ano.

Num espaço como a *zona do meretrício*, elementos que corroboram para o embasamento de uma imagem negativa do local são encontrados com facilidade na imprensa taquarense. No editorial publicado no dia 21 de fevereiro de 1976 e que traz como título *Bateu na Elaine e quebrou a casa* é mostrado como os entorpecentes estão presentes nesse espaço de convívio social. A reportagem ressalta que uma moradora da zona esteve na delegacia prestando queixa de que um indivíduo estava promovendo um quebra-quebra em uma das casas do local, além de agredir uma outra moradora da casa. Após efetuarem uma diligência, os policiais constataram que o indivíduo estava sob efeito de tóxicos. Nota-se de que havia uma preocupação com o que ocorria no local e de que as coisas pudessem sair de controle.

No dia 28 de fevereiro de 1976, o Jornal Panorama editou outra reportagem intitulada *Tiroteio na zona*, que trata da violência do meretrício. Esta por sua vez retrata um tiroteio ocorrido no local, onde um indivíduo disparou tiros contra outro, nos fundos de uma das boates. O motivo principal envolveria uma mulher que trabalhava no local. A vítima procurou a Delegacia e registrou ocorrência do fato, pois um dos disparos atingiu seu braço, e em consequência disso foi encaminhado para o hospital local.

Ressaltamos o fato de que durante as décadas de 1970 e 1980 o *Jornal Panorama* noticiou fatos ligados, direta ou indiretamente, à zona do meretrício da cidade de Taquara, nos quais conflitos pessoais e de segurança pública eram pontos que o jornal enfatizava com maior frequência.

Na reportagem do dia 20 de dezembro de 1975, na página 5, intitulada “*Polícia e Brigada Fizeram Limpeza na Zona*”, noticiou-se a realização da Operação Varredura, onde, em parceria entre Polícia Civil e Brigada Militar, foi feita a apreensão de elementos em virtude de constantes assaltos nas proximidades da zona.

Os constantes assaltos que estão ocorrendo nas proximidades da zona do meretrício, levaram a Polícia Civil e a Brigada Militar a unir suas forças e efetuarem a chamada “Operação Varredura”, para recolher os desocupados [...]grande efetivo de soldados (...) deslocaram-se até a zona do meretrício, onde efetuaram um cerco. Vascilharam todas as casas e dormitórios recolhendo os desocupados. Muitos daqueles que se encontravam no interior das casas tentaram fugir pulando janelas até mesmo em trajes menores, porém o cerco dos policiais evitou a fuga de qualquer marginal. (Panorama, 20 dez. 1975. n. 13. p.5)

Segundo a reportagem, quinze homens foram levados à delegacia de polícia para realização de interrogatório. Ainda de acordo com o veículo de imprensa, na região da grande Porto Alegre, outras ações em conjunto entre Brigada Militar e a Polícia Civil seriam realizadas, dentro da *Operação Papai Noel*: *Segundo a reportagem apurou, dentro da Operação Papai Noel, que está sendo desencadeada em toda a grande Porto Alegre, muitas batidas conjuntas, entre Brigada Militar e Polícia Civil, serão realizadas ainda antes do final do ano.*(Panorama, 20 dez. 1975. n. 13. p.5).

Já na edição de número 24, publicada em 24 de março de 1979, foi noticiada a detenção de 18 elementos no hotel *Turista*, próximo ao meretrício. Na matéria intitulada *Polícia realizou batida e deteve 18 elementos*, o jornal afirma que a aglomeração no Hotel citado gerou desconfiança entre os policiais de que indivíduos suspeitos pudessem estar no local: *Os policiais, ao passarem pelo local, perceberam grande aglomeração de pessoas e desconfiaram que lá poderiam estar certos indivíduos procurados. Depois de feita uma triagem, foram presos 18 elementos [...].*(Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p.7)

Após realizar a batida, foi constatada a presença de um homem envolvido em crime ocorrido duas semanas antes. Desta forma, segundo o jornal, a polícia poderia dar continuidade à investigação, pois: *[...] A polícia estava em seu encalço e obteve êxito, podendo, agora com mais dados, continuar o inquérito sobre a morte de [...].*(Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p.7).

A chamada da notícia ainda faz referência aos serviços realizados pela Polícia em Taquara. Diz o jornal: *Continuando o trabalho de zelar pela ordem pública da comunidade taquarense, os policiais da DP local estão desenvolvendo uma série de “batidas” em lugares onde possam encontrar-se elementos nocivos a sociedade.*(Panorama, 24 mar. 1979. n. 24. p.7)

Dando continuidade a nossa investigação sobre os editoriais, notamos numa publicação do final da década de 1980 outros elementos interessantes. Na reportagem do dia 26 de junho de 1987, é trazida a notícia de que o assassino do proprietário de uma boate do meretrício, a *Boate Labarca*, havia se entregado à polícia. De acordo com o jornal, o assassino deu sua versão dizendo que era o terceiro de um grupo que estava entrando na boate. Ao entrar já estaria ocorrendo a confusão, sendo que neste momento o proprietário o atacou com uma faca. Sem outra possibilidade atirou no homem e fugiu.

O assassino disse que nem sabe porque começou a briga na boate Labarca. [...] ele era o terceiro de um grupo que estava entrando na boate. (...) Disse que quando entrou, já estava brigando (**o proprietário**) com os outros dois homens que o acompanhavam. No meio da confusão o dono da boate teria se voltado contra ele armado de faca, e que, encurralado, não teve outra alternativa, que não fosse atirar. (Panorama, 26 jun. 1987. n. 883. p.3. (grifo do autor)

A reportagem afirma que a versão das quatro primeiras testemunhas não confirmam a versão do indiciado. Segundo as testemunhas, os três indivíduos chegaram de outra boate, a *Apolo 11*, e que apenas aquele não apresentava sinais de embriaguês. A confusão teria começado com o desentendimento entre um garçom e um dos homens, que teria posto os pés sobre a mesa. Este teria sido expulso do recinto, gerando as consequências já sabidas.

As testemunhas disseram que tudo começou com desentendimento entre um garçom e um dos acompanhantes (**do indiciado**) que teria sentado inadequadamente, com os pés sobre a mesa. O elemento foi colocado para fora e instalou-se a confusão [...] (Panorama, 26 jun. 1987. n. 883. p.3. (grifo do autor)

Ainda de acordo com as testemunhas, a vítima não portava qualquer tipo de arma, sendo a única pessoa armada no local o indiciado. O caso ainda não estaria resolvido, pois a polícia desejava ouvir outras testemunhas do caso.

No mesmo ano, em 27 de novembro de 1987, o *Panorama* noticiava *Morto com dois tiros na zona do meretrício*, que abordava o assassinato de um homem nas proximidades da *Boate Apolo 11*. Segundo testemunhas, os tiros que vitimaram o homem teriam sido disparados do interior de um veículo, ocupado por dois indivíduos não identificados: *morreu na madrugada de domingo no interior de um taxi cujo motorista teve dificuldades para conseguir atendimento médico ao ferido nos hospitais de Taquara. A vítima foi atingida por dois disparos [...] nas proximidades da Boate Apolo 11, na zona do meretrício.* (Panorama, 27 nov. 1987. n. 893. Capa)

O acusado de assassinato apresentou-se à polícia, afirmando que havia sido vítima de tentativa de assalto por parte do assassinado. Na noite do crime teria descido do carro para urinar, e então teria sido abordado. Reagindo à situação, o homem disparou contra ele.

Na edição de 01 de novembro de 1975 encontramos a reportagem *Nossa vida noturna tem poucas opções*. De acordo com a mesma na *Apolo 11* se encontra diversão,

dança e música ao vivo. Cantores famosos costumam visitar frequentemente o local, alegrando o mesmo com suas músicas, atraindo um interesse por parte de homens e mulheres cada vez maior pela danceteria. Soma-se a isso o fato de que prostitutas trabalham no local, aumentando cada vez mais sua freguesia.

O papel desempenhado pelas prostitutas no meretrício era muito mal visto por grande parte da população de Taquara. Elas eram entendidas pela comunidade como responsáveis por adotar uma prática imoral, não sendo, segundo sua interpretação, dignas de conviver em sociedade. Para entendermos essa postura é importante lembrar qual era o ideal de mulher da época – as décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, a mulher deveria ter sensibilidade sexual, ou seja, mostra-se subordinada a sua condição sexual, especialmente em relação à maternidade e aos afazeres domésticos, vendo em seu marido um senhor superior a ela, sendo, portanto, totalmente dominada pelo seu esposo. Sua sexualidade era vista, ainda, como um tabu, ficando sem direitos de expressar-se publicamente. Enquanto que às mulheres cabiam os ofícios do lar e da família, aos homens era permitido o diálogo aberto e público em relação aos divertimentos que o meretrício proporcionava ao sexo masculino.

Através da análise feita, o jornal admite que, embora exista desordem no meretrício, o lugar é assiduamente frequentado pelos homens taquarenses, que buscam nesse espaço os serviços sexuais prestados pelas mulheres em troca de dinheiro. Daí ser possível afirmar que, se por um lado o meretrício é representado como lugar de devassidão e desordem, por outro lado ele é alimentado com o dinheiro dos homens da própria sociedade taquarense.

Já em 17 de abril, o *Panorama* informa através de o *Incêndio*, que no meretrício teria ocorrido um incêndio, que possivelmente teve causas propositais, por parte de desafetos que o lugar teria conquistado. Segundo o editorial:

São muitos freqüentadores assíduos do local, vindos de todos os lugares da cidade e até mesmo região, fica difícil para as autoridades encontrarem suspeitos para o crime. [...] O sinistro começou na cozinha e quando... (nome da pessoa) viu as chamas não havia mais chance de apagar o fogo.
(*Panorama*, 17 abr 1976. n. 30. p.4)

Conforme se apresenta nos exemplos aqui expostos, as notícias que informam a população taquarense dos crimes e da violência praticada no meretrício continuam sendo uma das pautas principais da imprensa, que acaba com isso reforçando o

imaginário taquarense quanto ao ambiente negativo do meretrício. Assim, a idealização estigmatizada do meretrício de Taquara encontrava na imprensa local um espaço de afirmação e difusão de ideias que circulavam livremente pelos diferentes espaços sociais de Taquara e também do Vale do Paranhana.

Algumas aproximações entre cenário, personagens e enredo do meretrício

O meretrício de Taquara foi alvo, sem dúvida, de diversas interpretações por parte da sociedade na qual o lugar se inseria geográfica e socialmente. Certamente muitas opiniões divergiam sobre o lugar, as personagens envolvidas bem como em relação aos acontecimentos que marcaram a trajetória de sua existência. Entretanto, prevaleceu materializada pela imprensa oficial de Taquara, a imagem de desregramento e imoralidade, que caracterizavam o meretrício.

Se por um lado esse era o lugar da diversão e também da realização de atividades culturais, prevaleceu por outro lado a noção de festa imoral, de devassidão e de violência, que em parte traduzia os interesses daqueles que detinham o poder de falar, os seja, de difundir a sua interpretação individual ou coletiva – ainda que de um grupo - sobre o meretrício de Taquara. Inserido em uma região tipicamente imigrante, o município de Taquara tem suas características “modificadas” pelo meretrício, que acaba rompendo com o ideal de sociedade, moldada a partir de determinados princípios morais e religiosos, que interpretam e acabam difundindo, uma imagem extremamente negativa das mulheres do meretrício e, conseqüentemente, do próprio lugar, que passa a ser entendido como aquilo que a historiadora Sandra Pesavento chamou em sua análise sobre os lugares de Porto Alegre, de *lugares malditos*.

O meretrício de Taquara, localizado num espaço geográfico de trânsito social entre as regiões do Vale dos Sinos, Paranhana e Região das Hortênsias, acabou alcançando visibilidade social, na medida em que era frequentado por diferentes segmentos da sociedade. Entretanto, foi essa visibilidade que acabou sendo responsável pela construção de sua imagem negativa, associada ao ambiente de devassidão, violência e prostituição. Todavia, essa representação construída e materializada pela imprensa taquarense deve ser compreendida e contextualizada como resultado da tentativa de negação da existência desse espaço, uma vez que esse não simbolizava - e não poderia ser associado - à imagem idealizada de sociedade preterida pelos seus habitantes naquele contexto.

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: História e Imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- CAVALCANTI, Lana de Souza (org). *Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia*. Goiânia, Alternativa, 2001.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PERROT, Michelle (org). *História da Vida Privada. Volume 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PRIORI, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro Flamarion (org). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

**Política de formação de mão de obra e amparo a meninos pobres na Escola
Elementar Industrial de Caxias**

Ramon Victor Tisott¹

Augusto Neftali Corte de Oliveira²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo estudar a política pública de capacitação profissional de crianças e jovens na Região Colonial Italiana, a partir do caso da Escola Elementar Industrial de Caxias, criada no governo de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. O contexto de sua instituição foi caracterizado pelo início do processo de industrialização e urbanização de Caxias do Sul, cidade escolhida para receber uma das quatro escolas industriais estaduais criadas no período. Na análise do processo de instalação e o desenvolvimento das atividades da referida escola, buscamos compreender sua inserção no projeto político *modernizador* do governo estadual e, ao mesmo tempo, identificar os interesses sociais e econômicos envolvidos no caso particular. A pesquisa utiliza o referencial teórico da história social do trabalho e da ciência política institucionalista.

O presente trabalho trata de dois elementos importantes para a compreensão histórica do Rio Grande do Sul do início do século XX. Um deles é o projeto de modernização que orientou a ação do governo do estado sob o comando do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense), no qual a educação tinha papel fundamental. O outro é a formação da Região Colonial Italiana (RCI), cujo desenvolvimento industrial, que teve início nas primeiras décadas do século passado, contribuiu para a modernização da economia do estado. Neste trabalho, focalizamos um ponto de encontro entre esses dois temas da historiografia regional, que foi a instalação de uma escola estadual para formação de mão de obra industrial em Caxias do Sul.

O objetivo principal é estudar a política pública de capacitação profissional de crianças e jovens na RCI, a partir do caso da Escola Elementar Industrial de Caxias, criada no governo de Borges de Medeiros, em 1917. O contexto de sua instituição foi caracterizado pelo início do processo de industrialização e urbanização da cidade, que se constituía como um pólo regional e foi escolhida para receber uma das quatro escolas industriais estaduais criadas no período. Na análise do processo de instalação e de

¹ Mestre em História pela Unisinos e professor do Centro de Ciências Humanas da UCS.

² Mestre e doutorando em Ciência Política pela UFRGS.

desenvolvimento das atividades da referida escola, buscamos compreender sua inserção no projeto político *modernizador* do governo estadual e, ao mesmo tempo, identificar os interesses sociais e econômicos envolvidos no caso particular.

A industrialização marca o desenvolvimento de Caxias do Sul, que foi fundada como uma colônia agrícola, em 1875. A colônia Caxias recebeu imigrantes europeus, que adquiriram lotes rurais de pequenas proporções oferecidos pelo programa oficial de colonização. O empreendimento imigratório trouxe para a Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul principalmente agricultores italianos pobres que, juntamente com suas famílias, deveriam trabalhar para aumentar a produção agrícola, com o objetivo de acelerar a produtividade agrícola nacional.

A uva foi o principal produto das primeiras décadas na RCI. A uva Isabel, casta americana que produz vinho considerado de baixa qualidade, foi o produto agrícola que caracterizou a região. A produção inicial era doméstica e artesanal, e tornou-se uma atividade industrial com a exportação dos vinhos para o centro do país (HERÉDIA, TISOTT, 2005, p. 564). Desde o final do século XIX ocorreram ações governamentais com vista ao melhoramento da produção da uva e do vinho, com campos experimentais, distribuição de mudas e cartilhas instrutivas, contratação de enólogos e agrônomos. Já na década de 1910, o agrônomo italiano Celeste Gobbato passou a atuar como agente do estado e, a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, se empenhou na qualificação da produção regional, especialmente na “luta contra o cultivo da Isabel” já iniciada anteriormente pelos técnicos (MONTEIRO, 2001, p. 96).

Em 1900, a população de Caxias totalizava 24.997 habitantes, sendo 2.500 na zona urbana. Em dez anos, o percentual da população urbana subiu de 10% para 15%, registrados em 1910. (MACHADO, 2001, p. 211). Cinco anos depois, essa relação já passou para 20%. (GIRON, BERGAMASCHI, 2001, p. 76). Esse crescimento pode ser explicado pela inauguração, em 1910, da ligação da vila de Caxias com a capital do estado, por meio de uma estrada de ferro. Essa era “uma reivindicação dos moradores de Caxias que datava dos primeiros anos da imigração” (MACHADO, 2001, p. 180). O trecho entre Montenegro e Caxias começou a ser construído em 1904, e foi concluído em 1º de Junho de 1910, mesmo dia em que a vila passou à categoria de cidade (p. 181). Na mesma época, Caxias passou a contar com outros benefícios tecnológicos, como a energia elétrica, o telégrafo e o telefone (HERÉDIA, MACHADO, p. 26-27).

Em 1910, havia 160 casas comerciais no município, sendo que 45 delas estavam na cidade. Segundo Machado, os números correspondentes às exportações realizadas em

1911 “são significativos e permitem afirmar que o município de Caxias realmente tinha assumido o papel de entreposto comercial na região (...), possibilitando uma certa autonomia perante as cidades vizinhas, fortalecendo seu comércio e garantindo sua expansão econômica e seu crescimento urbano” (p. 119). Entre os produtos exportados, destacavam-se os relacionados à produção de uva e sua vinificação.

No seu estudo do processo de industrialização da região, Vania Herédia indica as origens do processo de desenvolvimento da indústria na zona colonial como decorrência da expansão do comércio, do crescimento da produção agrícola e da urbanização ocorridos a partir da instalação das colônias. Segundo Herédia (1997) “a Colônia Caxias, em relação às demais da zona colonial, apresentou um rápido crescimento econômico, transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial” (p. 227). Por meio desse regime de produção, os colonos imigrantes atingiram o mercado já delimitado pelos comerciantes alemães, com o qual conseguiram “solidificar a posição no mercado regional e garantir a venda do excedente da produção fora da colônia” (p. 227).

O crescimento da colônia foi acompanhado do aumento considerável do número de oficinas artesanais, que abasteciam o mercado local atendendo às necessidades dos colonos. Segundo Herédia,

esses benefícios desencadearam um aumento na produção agrícola, sendo o excedente econômico exportado para outros mercados, garantindo o processo de circulação de bens e gerando uma nova fase econômica para a zona colonial. Esse percurso demonstrou o forte papel desempenhado pelo comércio, pelas pequenas oficinas, pelo artesanato rudimentar, sendo que a Colônia Caxias se transformou no centro principal das colônias de origem italiana. O crescimento econômico, decorrente da produção agrária e do forte ritmo do comércio, ocorreu paralelamente ao surgimento de pequenas indústrias que despontavam no município (p. 227).

As novas possibilidades desenvolvidas na RCI estavam em sintonia com a modernização conservadora do estado, programa do PRR, que comandou o governo nas primeiras décadas da República, dirigindo o Estado com orientação positivista, baseada na interpretação das ideias de Augusto Comte. O objetivo idealizado era a formação de uma sociedade moderna – quer dizer, racional –, que passava pela organização racional

do trabalho e do fomento à expansão das iniciativas fabris capitalistas, em contraponto à anterior prioridade ao setor agropastoril.

Um dos importantes representantes do PRR em Caxias, Coronel José Penna de Moraes, foi eleito em 1912 para a Intendência, depois de ter sido intendente interino. Seu primeiro mandato terminou em 1916, e Penna de Moraes foi reeleito mais duas vezes, ficando no cargo até 1924, com breves interrupções. Segundo Herédia e Machado (2001), o seu governo “caracterizou-se como o primeiro momento de entrosamento das classes produtoras com o poder público municipal, porque a maior preocupação do Intendente esteve sempre centrada no desenvolvimento da economia local, através do apoio às atividades produtivas e o estímulo à diversificação de culturas junto aos produtores rurais” (p. 32).

A história da Escola Industrial Elementar de Caxias, tema desta comunicação, é um exemplo de ação de governo que buscou colocar em prática esse projeto modernizador. Essa iniciativa também indica o entrosamento entre o governo do estado e a Intendência, e destes com empresários locais. Ela foi inaugurada em 8 de julho de 1917, por iniciativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre, órgão do governo do estado, que mantinha a escola com auxílio do município e de empresários.

Em carta de setembro de 1917, o intendente de Caxias foi formalmente informado pela direção da Escola de Engenharia de Porto Alegre que, cumprindo Lei do estado 167, de 9 de dezembro de 1913, o governo do estado decidiu instalar no município uma Escola Industrial Elementar. A carta anunciava que a finalidade dessa instituição seria ministrar o ensino profissional dos ofícios correspondentes às principais indústrias do município e da zona, para até 100 alunos. O documento também informava que a municipalidade deveria ceder um terreno para a construção do prédio próprio para a escola, durante o ano 1918, e incluir a destinação de dez contos de réis para a escola no orçamento do exercício seguinte.³

A lei mencionada permitia a ampliação dos recursos estaduais destinados à Escola de Engenharia de Porto Alegre que, em contrapartida, deveria abrir três “escolas profissionais”, além daquela que já mantinha na capital do estado. O governo do estado determinou que essas escolas seriam instaladas em Caxias, Santa Maria e Rio Grande, e o funcionamento de todas elas já consta no relatório da Escola de Engenharia referente a 1918. A localização das escolas e o plano de ensino foram determinados por um decreto

³ Ofício 111 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 08/09/1917. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

de Borges de Medeiros, que também as incumbiu da elaboração da “estatística industrial das regiões onde estiverem localizadas e da formação de seu museu industrial.”⁴

Inicialmente, a escola de Caxias funcionou provisoriamente em um prédio alugado pela Intendência. No primeiro mês, matricularam-se 30 alunos, número máximo permitido, e o curso oferecido duraria três anos, mais um para o curso de adaptação. Esse curso destinar-se-ia a complementar os conhecimentos dos alunos nas seguintes matérias: Português, Aritmética, Geometria Prática, Geografia, História, Ciências Elementares, Ginástica, Deveres Cívicos, Noções de Música, além de já introduzir trabalhos manuais, em barro, moldagem, etc. Os três anos subsequentes seriam para o ensino técnico, que teria as seções de tecelagem, cortes de edifício, construções metálicas, eletrotécnica e artes rurais, além de um curso de vinicultura. Os alunos receberiam ainda aulas de Português, Álgebra e Geometria, Trigonometria, Física e Química, cujo ensino teria caráter prático e aplicado, com vistas a habilitá-los a acompanhar “os processos modernos de technica de fundidor, moldador e mechanico”. (PENNA DE MORAES, 1918, p. 18).

Em 15 de maio de 1918, foi firmado um contrato entre a Intendência de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, para formalizar a situação. Nesse documento, a escola comprometeu-se a manter e dirigir em Caxias a Escola Industrial Elementar, que já estava em funcionamento há quase um ano, “para a propagação do ensino profissional gratuitamente”. O município, por sua vez, obrigava-se a subvencionar anualmente a Escola Industrial Elementar, com o valor mínimo de seis contos de réis, podendo chegar até dez contos nos anos subsequentes, se novos cursos fossem oferecidos e o número de alunos aumentado. Além disso, o município comprometeu-se a doar um terreno para a construção das instalações necessárias para a escola e a isentar de impostos. De acordo com o contrato, o estabelecimento prestaria contas sobre a aplicação dos recursos, mas o município não poderia fiscalizar sua direção nem ingeri-la.⁵

O terreno cedido para a Escola foi parte da área que estava reservada para a Praça 20 de Setembro, em uma quadra limitada pelas ruas Andrade Neves, 20 de Setembro, Guia Lopes e Bento Gonçalves. No relatório de 1919, Penna de Moraes previa que o prédio ficasse pronto em fevereiro do ano seguinte. Ainda em 1919, 29 alunos estavam matriculados, sendo que 21 frequentavam efetivamente a escola. O

⁴ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914 (acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS)

⁵ Contrato entre o Município de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, de 15/03/1918. (Livro de Contratos da Intendência, Acervo do AHMJSA).

corpo docente era formado pelo diretor, engenheiro eletricista Edmundo Conrad, e pelos professores Luiz Marques e Oscar Rocha, de Escultura e Eletricidade; L. A. Trein, de Música, Julio Furlan, pintor, e José Gallo, carpinteiro. Naquele ano funcionaram as oficinas de modelagem, de fundição e de eletrotécnica, e previa-se a abertura da oficina de tecelagem para 1920 (PENNA DE MORAES, 1920, p. 28).

As aulas de fundição eram ministradas por um “contramestre modelador” que o “abastado industrialista Sr. Abramo Eberle pôs gratuitamente à disposição do estabelecimento”. O “mestre-fundidor” foi cedido pela firma Abramo Eberle & Cia. para dedicar-se durante 9 horas semanais ao ensino de seu ofício na escola. Assim como Eberle, o relatório menciona a contribuição de outros empreários para o funcionamento da escola. Hércules Galló, proprietário de uma fábrica de tecidos em Galópolis, no interior de Caxias, contribuiu com a doação de um tear, Sétimo Sartori, dono de uma olaria, fornecia gratuitamente o barro e outros “estabelecimentos importantes” confiaram à escola diversos trabalhos de compostura de máquinas elétricas.⁶

Concomitante ao ensino prático, era ministrado o conhecimento teórico, considerado necessário para habilitar os alunos ao chamado “nível da technica moderna”. O intendente considerava as instalações suficientes, mas tinha a “plena certeza” de que a construção do novo prédio aumentaria, “dentro em pouco”, a matrícula e a frequência. Penna de Moraes, defensor do empreendimento, afirmava que os resultados até então mostravam que a escola era “de grande proveito, principalmente, para o filho do industrial e do operário”. Porém, dizia ser *mister* que tais resultados fossem, “devidamente, aquilatados e compreendidos, mediante matriculas e frequências anuais compensadoras dos sacrifícios em que importam para o erário municipal”. (PENNA DE MORAES, 1920, p. 28). Essa preocupação com a baixa procura pela formação técnica oferecida ou a preocupação com o aumento da matrícula e da frequência aparecem em alguns documentos, tanto da Escola de Engenharia quanto da Intendência.

Segundo Corsetti (2004), o projeto positivista do PRR vinculava a idéias de modernização social com um esforço educacional e pedagógico. Para Corsetti (p. 49), a partir da instalação do partido na presidência do Estado, a educação passou a ser compreendida como um instrumento de controle social e habilitação ideológica para a formação da mão-de-obra necessária ao atendimento das forças produtivas. A educação

⁶ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1914 (acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS)

estava no centro do projeto do PRR, na medida que lhe confiava a possibilidade de formar técnica e moralmente a força de trabalho indispensável à modernização e, evidentemente, suplantando as restrições dos indivíduos ao emprego racionalizado para as demandas da produção capitalista ou os conflitos advindos das relações de subordinação de classe.

Esta expectativa em relação ao papel da educação na modernização da sociedade passava, primordialmente, pelo ensino primário. Não obstante, a articulação da política educacional do PRR previa expressamente a questão do ensino técnico-profissional (Tambara apud Corsetti, 2004, p. 51). Corsetti (ibidem, p. 52) pontua como dois pontos essenciais do projeto educacional do PRR na presidência do Estado o estímulo ao serviço técnico-profissional e a nacionalização do ensino nas regiões coloniais. Conforme a autora, o Estado acabou por tomar a preponderância no ensino primário, deixando a cargo da Igreja o ensino secundário: esta medida visaria estender o controle estatal sobre o processo de formação da mão-de-obra. Neste sentido, o projeto de modernização do estado “tendo a escola como instrumento primordial, foi elaborado com a finalidade de projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade, defendido solidamente pelos republicanos positivistas” (ibidem, p. 53).

Na época em que o governo positivista fundou a Escola Industrial Elementar em Caxias, a população da cidade crescia vigorosamente, mas Caxias continuava a ter sua economia predominantemente agrícola e o vinho tinha mais importância que qualquer outro produto. Segundo uma publicação comemorativa, de 1918, o vinho seria responsável por um terço das exportações de Caxias, sobrando dois terços para outras atividades.⁷

A tendência de diversificação da produção de Caxias, como recomendava a racionalidade da modernização conservadora, está presente nesse álbum de 1918. Entre as outras atividades, é destacado o avanço das “indústrias manufatureiras”, que “vão abrindo caminho”. Um desses ramos era a indústria metalúrgica, que se concentrava em Caxias. “As fundições e fábricas de obras de metal na região colonial italiana representam um capital de 1.067 contos de réis, dos quais novecentos e vinte e três pertencem somente ao município de Caxias; vinte, ao de Garibaldi; trinta ao de Alfredo Chaves; e quatro ao de Antonio Prado”. As fábricas de artigos em metal e fundições da

⁷ LEMBRANÇA DA VISITA DA REAL EMBAIXADA ITALIANA AO RIO GRANDE DO SUL. [sem local]: Editor Loureiro Cunha, agosto de 1918. [sem paginação]. Acervo do CEDOC-UCS.

região representavam quase um quarto do capital desse ramo no estado, sendo que apenas Porto Alegre superaria Caxias na importância da indústria metalúrgica. Quanto ao valor da produção desses estabelecimentos na região, as informações indicam que 80% da produção regional era caxiense. Caxias empregava 260 operários no setor, enquanto em Alfredo Chaves havia 10, em Antonio Prado, dois, 67 em Bento e seis em Garibaldi. O álbum destaca também que Caxias tinha 63 serrarias e duas fábricas de tecido, ramo quase inexistente nos outros municípios da região. Essas fábricas eram a Fábrica de Fiação e Tecidos São Pedro, com 200 operários, e uma fábrica de seda, com 12 empregados.⁸

Segundo Maria Abel Machado, o aumento populacional da cidade nas primeiras décadas do século XX se deve à saída dos agricultores da zona rural, que “crescia à medida que a terra se tornava insuficiente para abrigar as novas famílias que iam se formando, com o casamento dos filhos dos agricultores” (MACHADO, 2001, p. 211). Em 1920, a população geral do município era de 33.773 habitantes, e estimou-se que mais de 20% residiria na cidade (p. 211). Os braços familiares que sustentavam a grande maioria dos empreendimentos na região passaram a sobrar nos lotes coloniais, e eram atraídos pela força da cidade.

Caxias vivia intensa urbanização e já despontava como um polo industrial do estado. A instalação da Escola Industrial objetivava fortalecer esse potencial de cidade capitalista moderna que Caxias apresentava, ajudando a desenvolver mão de obra para os setores industriais que garantiriam a diversificação da economia. Porém, aparentemente, a adesão da população caxiense ao projeto dos positivistas e dos industriais não foi a esperada. Embora os relatores não explicitem o insucesso do empreendimento, em função da baixa procura pelas vagas na escola de formação de operários, os números de alunos apresentados nos relatórios permitem essa interpretação.

O crescimento populacional da cidade, com a migração do campo e a chegada de imigrantes que se instalavam diretamente no meio urbano, foi provavelmente acompanhado pelo aumento da população pobre na cidade. Um indício desse fenômeno é o rumo tomado pela Escola Industrial Elementar de Caxias, que três anos depois de sua inauguração, passou a abrigar uma instituição para acolher “menores desvalidos”. No início de abril de 1920, Manoel Theóphilo Barreto Vianna, diretor interino da Escola de Engenharia de Porto Alegre, encaminhou um ofício para o Coronel Penna de Moraes,

⁸ Idem.

informando que “por esses dias” seria inaugurado um patronato anexo à Escola Industrial, para vinte meninos. Segundo o ofício, esse patronato forneceria educação primária agrícola e receberia, além dos menores internados, certo número de alunos externos.⁹

O patronato constituía uma seção da Escola Industrial, e destinava-se à formação de operários rurais. Faziam parte do corpo docente desse instituto o engenheiro Henrique Ther, como chefe, e os mestres Luiz Marques e Oscar Rocha; o capataz rural Juvenal Ribeiro; Luiz Trein, professor de Música; Leonoro Webber, de fundição; a professora primária Rita de Andrade Rosa, e um instrutor militar, o primeiro sargento Amador Silveira, que exercia “idênticas funções no Tiro de Guerra local”. (PENNA DE MORAES, 1920, p. 9-10).

O patronato foi instituído depois de o Ministério da Agricultura ter inaugurado, em 1918, uma “nova forma de amparo e de educação para menores desvalidos, nos postos de zootecnia, nas fazendas-modelo de criação, nos núcleos coloniais e em outros estabelecimentos do governo ‘para a educação dos menores desvalidos’, os *Patronatos Agrícolas*”. (MARCÍLIO, 2006, p. 219). Até então, “o problema do menor constituía um problema filantrópico correcional e preventivo, assunto para polícia – e como tal era tratado” (p. 220).

Para a instalação do patronato de Caxias, seria necessário que a Intendência cedesse o restante do terreno da praça onde estava sendo construído o edifício da Escola, já que era necessário espaço para outro prédio e para as seções de pomicultura, floricultura e horticultura, que constituiria principalmente a aprendizagem agrícola desse curso elementar. Nessa mesma oportunidade, também foi solicitada a concessão de uma “chácara com cinco lotes”, que a Intendência possuiria em terras próximas da Escola Industrial, e foi antecipado que “oportunamente” seria enviado pedido de auxílio para a construção da edificação para o Internato.¹⁰ Não foi localizada a resposta da Intendência para esse pedido, mas o teor do ofício seguinte leva a crer que houve a promessa de atendimento das duas solicitações, pois informa que a resposta foi recebida e agradece o amparo “sempre dispensado” pela Intendência à Escola de Engenharia.

O pedido de auxílio financeiro veio em novembro do mesmo ano, quando a Escola de Engenharia solicitou que fosse incluída, no orçamento de 1921, a quantia de

⁹ Ofício 31 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 05/04/1920 (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

¹⁰ Idem.

dez contos de réis para a nova obra, que abrigaria “os meninos pobres ali matriculados”. Para ajudar no convencimento da Intendência e do Conselho Municipal, a Escola alegou que tudo encareceu, principalmente as construções, e que, diferentemente das antigas, as novas obras ficariam pertencendo ao município, no caso de desaparecimento da Escola.¹¹

No relatório da Intendência sobre 1920, a Escola Industrial consta com 49 alunos matriculados no curso primário, sendo que 37 deles eram frequentes, e, desses, 20 eram internos no Patronato Agrícola, que funcionava na escola. A Escola Industrial tinha oficinas de carpintaria, onde os alunos executavam diversos trabalhos para uso do Patronato e da Escola, de fundição e de modelagem, e estava prevista para 1921 a inauguração das oficinas de mecânica e tecelagem. No programa das aulas teóricas, foi incluído o ensino de deveres cívicos. Segundo o relatório, no final de 1920 estava quase ultimado o novo edifício que a escola usaria, na Praça 20 de Setembro, devendo, no começo do ano seguinte, “serem para ali removidas todas as suas aulas e instalações”.

No relatório apresentado ao Conselho Municipal em dezembro de 1923, é relatado que 35 meninos estavam matriculados na Escola Elementar Industrial, dos quais 20 eram internos e “sustentados gratuitamente pelo ‘Patronato Agrícola Pinheiro Machado’, mantido pelo Governo Federal, sob a administração da Escola de Engenharia”. Desses 35 alunos, 31 frequentaram o curso elementar de trabalhos rurais e apenas quatro o curso técnico. (PENNA DE MORAES, 1924, p. 5). Esses dados publicados no relatório foram fornecidos para a Intendência pelo chefe da Escola, Sr. Henrique Ther, em carta de 29 de novembro de 1923. Uma informação da carta de Ther foi omitida no relatório. Segundo o chefe da Escola, em 1923, a frequência foi de 28 alunos, apenas oito a mais que o número de internos. Nesse mesmo documento, é informado que, em 1922, 39 alunos foram matriculados na Escola Industrial, sendo 30 no Curso Elementar de trabalhos rurais e nove no Curso Técnico, com a frequência de 30 estudantes.

Ainda no relatório de 1923, é registrado que houve significativo incremento no ensino público durante o ano de 1922, mas que, no ano seguinte, o equilíbrio orçamentário teria sido “seriamente ameaçado em consequência da anormalidade da situação”, obrigando a uma mudança na “orientação econômica”. Nas palavras do intendente, esse fato “obrigou-me a dispensar alguns professores, dos que regiam aulas

¹¹ Ofício 162 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 10/11/1920. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJA).

de menor freqüência, bem como deixar de prover outras que no decorrer do ano se tornaram vagas”. (PENNA DE MORAES, 1924, p. 5).

Em 21 de março de 1924, o intendente Penna de Moraes foi informado por ofício que o Conselho Universitário da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em reunião ocorrida no mesmo mês, resolveu suspender o funcionamento da Escola Industrial Elementar. Além de informar a decisão, o ofício determinava a suspensão dos trabalhos da escola em Caxias naquela data, sem mencionar qualquer justificativa ou motivação para tal.¹² A escola, que era para formar trabalhadores para a indústria que se desenvolvia e diversificava, que foi inaugurada pelo governo estadual e mantida com recursos do estado e do município, antes de seu fechamento foi transformada em uma instituição para abrigar “meninos desvalidos”, ocupá-los com trabalhos rurais, e passou a ser custeada pelo governo federal.

A formação da Escola Elementar Industrial de Caxias insere-se no contexto de busca pela expansão da mão-de-obra formada sob padrões técnicos. Exigência da indústria em desenvolvimento, responde igualmente à pretensão do setor político do Estado em guiar ou favorecer o processo de industrialização e formação da força de trabalho. Além destas relações, buscamos destacar na presente pesquisa a associação do ideal de adequação das crianças ao sistema produtivo fabril com o atendimento aos “menores desvalidos” (um sistema com verniz moralizador). Essa iniciativa revela a preocupação fundamental do estado em assessorar o processo de adequação da mão-de-obra para a produção capitalista, por meio da educação – dos jovens em especial – nas exigências do trabalho racionalizado.

O caso da escola estudada permite inferir as profundas relações firmadas entre o Estado e os industriais no início da formação fabril do município. Como foi destacado, o poder político da Intendência – em consonância com os ideais positivistas do PRR – expressamente voltou sua atuação para atender as demandas deste setor fabril ao buscar a instalação do estabelecimento de ensino profissionalizante, ligado à Escola de Engenharia. A disposição de recursos relevantes, como o imóvel na zona central do município e os repasses financeiros diretos do orçamento da Intendência, mostra o comprometimento político com o empreendimento. A participação nas atividades da escola de profissionais ligados a importantes empresas de Caxias do Sul, do setor metalúrgico e da tecelagem, bem como as disciplinas técnicas inicialmente programadas

¹² Ofício 35 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 23/04/1924. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

indicam – por outro lado – o forte vínculo da iniciativa com o objetivo de formar mão-de-obra qualificada para a indústria em expansão.

Portanto, mais do que apenas o ideal normativo da ordem positivista, a ação da Intendência e da presidência do estado estavam direcionadas à contemplação de uma necessidade objetiva do desenvolvimento das forças produtivas da RCI. Independente desta intenção, a possível quebra nas expectativas dos organizadores da escola em relação ao número de matrículas e estudantes pode indicar a dificuldade em separar o aprendizado técnico da própria atividade produtiva, no interior das empresas e mediante uma remuneração, ainda que baixa. A reconversão para atender “meninos desvalidos” com lições de ensino rural denota, sob o aspecto do pensamento positivista, um retrocesso em relação aos objetivos originais da escola. Deixa de se direcionar ao industrial (moderno) para atender ao agrário (tradicional). Não obstante, a atividade educacional permanece vinculada à inserção do indivíduo no processo produtivo e, mais do que isso, sob a perspectiva de colocar os meninos desviantes no caminho do trabalho.

Referências bibliográficas

CORSETTI, Berenice. Modernidade e modernização no Rio Grande do Sul: a expansão da escola pública (1889-1930). **Educação Unisinos**, Vol.5 nº 9, pp.39-59, 2004.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001

HERÉDIA, Vania B. M. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**.

Caxias do Sul: Educs, 1997.

_____; MACHADO, Maria Abel. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história**. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

_____; TISOTT, Ramon Victor . A vitivinicultura no Rio Grande do Sul: apontamentos históricos. In: **III Congreso de Historia Vitivinícola Uruguay y I Congreso de Historia Vitivinícola Regional**, 2005, Montivideo. Anais do III Congreso de Historia Vitivinícola Uruguay y I Congreso de Historia Vitivinícola Regional. Montivideo : Universidad de la Republica, 2005. p. 561-571.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2ed. Sao Paulo: Hucitec, 2006.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário** (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924). 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

PENNA DE MORAES, Cel. José. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 15 de Novembro de 1917**. Caxias: Typographia Popular – A. Mendes & Filho, 1918.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1920.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária em 22 de Dezembro de 1923**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1924.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1980-1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TISOTT, Ramon Victor. **Pequenos trabalhadores: infância e industrialização em Caxias do Sul (fim do séc. XIX e início do XX)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2008.

O trabalho de menores numa Vila Operária: o caso de Galópolis

Vania Herédia¹

Resumo: O presente estudo trata do trabalho de menores na vila operária de Galópolis. Essa vila, que foi construída por imigrantes italianos, ainda no século XIX, se desenvolve na segunda década do século XX, quando a indústria cresce por meio de fusão de capital comercial importador. O estudo descreve as condições de trabalho dos operários na indústria têxtil e as evidências da existência do trabalho de menores. Mostra ainda que, no período em que ocorre a regulação do mercado de trabalho pela legislação, não desaparece o trabalho do menor.

Introdução

O início do povoado de Galópolis data dos primeiros anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Os primeiros colonos italianos que se instalaram faziam parte do programa oficial de imigração, financiado pelo governo brasileiro, para ocupar e colonizar aquelas terras. Portanto, esses colonos eram proprietários de pequenos lotes, os quais se dedicaram a culturas de subsistência, visto que o local era cercado de morros e não propício à agricultura extensiva e à criação de gado.

Como a Colônia de Caxias havia sido dividida em vários travessões ou linhas, e esses em léguas, conforme a divisão territorial estabelecida pelos órgãos oficiais, os lotes referentes à futura vila operária estavam localizados na Quarta Léngua, nos Travessões de Barata Goes e Vêneto. Os limites da vila se situavam na extremidade sul da Quinta Léngua de Caxias e no Nordeste da Terceira Léngua.

Os primeiros colonos frequentavam a Capela da Maternidade, na Quinta Léngua, onde alguns anos mais tarde construíram um barracão para abrigar a Cooperativa Têxtil, chamada Società Tevere e Novità. Foram eles que fundaram a vila, alguns de origem camponesa e outros de formação artesã, provenientes das comunidades de Schio e Valle dos Signori.²

As famílias que compunham essa Capela eram, na maior parte, antigos operários da comunidade de Schio, Vicenza. Esses operários que haviam emigrado devido a conflitos salariais no final do século XIX, resolveram organizar um pequeno lanifício,

¹ Professora na Universidade de Caxias do Sul, no Centro de Ciências Humanas. Doutora em História pela Universidade de Gênova, Itália. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de História, Patrimônio e Região da Universidade de Caxias do Sul.

² Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis, 1936, p.1.

constituindo uma cooperativa, que garantisse, com a união de todos os seus recursos, a compra de alguns teares. Nessa iniciativa entraram alguns colonos que já habitavam no povoado.

A posse da pequena propriedade, o trabalho na própria fábrica, o emprego aos filhos e o investimento dos seus trabalhos agrícolas foram fatores determinantes na construção da vila operária. Esses fatores permitiram a mudança da condição econômica e do estrato social dos primeiros emigrantes, em confronto com a situação social vivida na antiga pátria. Com muito trabalho, esforço e dedicação, começaram a construir, na nova terra, uma paisagem com características europeias, a partir das condições encontradas no local.

A vila operária começa a ser construída a partir de 1912, com a fusão da Companhia de Tecidos com a empresa de Chaves & Almeida. As primeiras casas da vila operária foram construídas para abrigar mão de obra estrangeira contratada pela fábrica, a fim de mover os novos teares mecânicos comprados na Europa. Com a formação da Sociedade Chaves Irmãos, os proprietários decidiram implantar um plano habitacional que garantisse a fixação da mão de obra em torno da fábrica. Era um momento em que as empresas industriais se preocupavam com a manutenção da mão de obra, principalmente porque não era fácil encontrar bons tecelões e tintureiros, ou seja, mão de obra especializada. Por isso, a criação de uma vila operária solucionava esse problema à medida que garantia a fixação e imobilização de mão de obra especializada.

O modelo de indústria com vila operária não era um projeto novo em termos de indústria têxtil no Rio Grande do Sul, visto que a Companhia União Fabril de Rio Grande foi fundada em 1873, sob o nome de Rheingantz e Vater, como a primeira empresa brasileira a fabricar tecidos de lã. A presença de vilas operárias localiza-se na história econômica, por meio do estudo da industrialização e da formação do movimento operário, seja no estado, seja no País.

No Brasil, uma das grandes vilas operárias se localizou em Salvador, na Bahia, denominada Conjunto Empório Industrial do Norte, pertencente a Luís Tarquínio. Essa vila era composta por 258 casas com escola, jardim de infância e outros benefícios. Nessa mesma época, a “Companhia América Fabril, no Rio de Janeiro iniciou a construção de uma vila operária” (TEIXEIRA, 1990, p.70). Essas iniciativas mostram que a indústria têxtil no Brasil utilizou esse mecanismo como forma de retenção de mão de obra.

Antes de 1920, no Brasil havia uma ausência de regras que regulamentassem o trabalho feminino e o do menor, e, ao mesmo tempo, definissem as condições de trabalho, jornada, lei de férias e acidentes de trabalho. Isso significa que, desde a criação das vilas operárias, houve a presença de alguns códigos que criaram normas para controlar essas questões, mesmo que não fossem de âmbito nacional. É o caso do Código Sanitário de São Paulo de 1894, cujo conteúdo regulamentava o trabalho do menor. Esse código definia idade para o trabalho infantil, turno, tipo de trabalho e tipo de indústria.

Sua providências relacionavam-se à preservação da higiene e da salubridade nas fábricas e oficinas e proibia o emprego fabril de crianças menores de 12 anos, deixando a cargo das autoridades competentes o trabalho de menores entre 10 e 12 anos, em “atividades acessíveis”. Proibia o trabalho noturno ao menor de 15 anos e às mulheres até 21 anos. (TEIXEIRA, 1990, p. 105).

As normas, referentes ao trabalho de menores e feminino, sofreram várias alterações na segunda década do século XX. Em 1911, pelo Decreto Estadual em São Paulo, o trabalho do menor foi permitido entre 10 a 12 anos, desde que fosse trabalho considerado leve; entretanto, proibia o trabalho noturno de menores entre 10 a 18 anos. Já em 1917, a Lei Estadual 1.596 promoveu uma reforma no regulamento e ampliou a idade de 10 anos para 12 anos e proibiu a menores entre 12 a 15 anos trabalharem em fábricas consideradas perigosas. Ainda decorrente dessa lei, a contratação de menores dependia da apresentação de um atestado de saúde e de frequência à escola.

Apesar de essas regras não serem observadas, elas deram início à discussão sobre o papel do trabalho do menor na regulamentação do trabalho no Brasil, mesmo que as condições em cada estado do País fossem distintas. Em projetos posteriores, elaborados ainda em São Paulo, a posição era contraditória, uma vez que o empresariado reconhecia a necessidade do trabalho do menor nos processos industriais. Dessa maneira, em 1917, o projeto de Maurício de Lacerda foi discutido na Câmara de Justiça, como um projeto do Código de Trabalho e aprovado em outubro de 1918. (TEIXEIRA, 1990, p.112). Nessa proposta, a jornada de trabalho do menor era de seis horas diárias, salário não inferior a um terço daquele dos adultos, e havia regulamentação para contratos de aprendizagem.

A posição do empresariado era contrária. Por exemplo, Jorge Street, um dos empresários mais reconhecidos na indústria têxtil brasileira e presidente do Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo, na década de 20, expõe que

não via inconveniente no trabalho diário de dez horas, atentando não haver queixas entre seus operários, homens, mulheres e crianças, que, pelo contrário, aceitavam com prazer, o trabalho em horas suplementares, uma vez que, naturalmente, lhes proporcionava um “excedente de ganho”. (TEIXEIRA, 1990, p.114).

No Rio Grande do Sul, segundo Pesavento (1988), os representantes do Legislativo defendiam sempre a não intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho. Entretanto, em 1923, “foi instituído o Conselho Nacional do Trabalho, pelo Decreto 16.027, com a finalidade de tratar dos problemas referentes à organização do trabalho” (HERÉDIA, 1997, p.197), incluindo os contratos coletivos, a jornada de trabalho, os pagamentos, mão de obra feminina e infantil e até questões da previdência, como aposentadoria, saúde. Esse órgão não tinha funções deliberativas, mas por pressão dos industriais passou a assessorar bem mais a classe patronal do que a operária, sendo muito bem-aceito pela primeira.

Entretanto, no Censo de 1920, o número de trabalhadores femininos e de menores “no setor têxtil era da ordem de 58,79%, ou seja, mais da metade do operariado do setor era composta por esta força de trabalho no Estado de São Paulo”. (RIBEIRO, 1988, p.157-159).

E é nesse mesmo estado que foi criado o Código do Menor, mesmo que os empresários não cumprissem as normas nele estabelecidas, já que a fiscalização era praticamente inexistente. Em 1927, o Decreto 17.943, no governo de Washington Luís, proíbe o trabalho noturno para menores de 18 anos e o emprego de menores de 14 anos, com uma jornada de 6 horas, com intervalo de uma hora para descanso. Entretanto, alguns meses depois, o Senado aprovou uma emenda que prolonga a jornada de trabalho do menor de 14 a 18 anos para 8 horas diárias.

Para o empresariado, o Código do Menor era uma forma de impedir o avanço da economia. Acreditavam que

[...] a disposição do Código de Menores, que proíbe o menor, até 18 anos, de trabalhar mais de seis horas por dia, com um tempo de repouso mínimo de 1 hora, é profundamente desorganizadora do que aqui está feito em matéria de

trabalho industrial, trazendo, além do mais, deploráveis conseqüências para a economia do operariado, não se falando no que ela tem de perigosos para a saúde psíquica e moral dos menores que se quer proteger. (TEIXEIRA, 1990, p.115).

Havia ainda uma visão de que o menor ocupado não viveria nas ruas e, de certa forma, se salvaria pelo mundo do trabalho. O discurso do empresariado, no que diz respeito à regulamentação do trabalho do menor, sustentava-se na ideia de que o trabalho não faria mal à saúde do menor.

[...] Não existe inconveniente algum em que o trabalho dos menores entre 13 a 18 anos seja equiparado ao trabalho dos adultos, no que diz respeito da sua duração. Estes pequenos operários poderiam fixar sob as vistas dos M.M. Juizes Privativos de Menores e estes juizes fiscalizariam de perto suas condições de saúde e as condições de higiene dos locais de trabalho. (TEIXEIRA, 1990, p. 149).

No caso de Galópolis, a vila era a demonstração de uma experiência empresarial, cujo espaço agregava desde as habitações para operários, escola, armazém cooperativa, associação beneficente, mutualidade, o que para o quinto distrito de Caxias era uma proposta inovadora e atingia o objetivo de manutenção da mão de obra familiar e, ao mesmo tempo, de reprodução da força de trabalho. A expansão da vila dependia da expansão da fábrica, e os habitantes de Galópolis viviam em torno da mesma. O modelo utilizado para a construção das casas operárias era o modelo inglês. Isso indicava que os proprietários da fábrica, Hercules Galló e a família Chaves e Almeida, tinham conhecimento das necessidades operárias e da estrutura de vilas operárias, e que dispunham de dados sobre organização das vilas operárias estrangeiras.

As condições de trabalho na vila operária

A formação da mão de obra do Lanifício São Pedro se deu pelo próprio estabelecimento industrial. Muitos dos operários antigos informaram que “aprenderam na própria fábrica a arte de tecer”. Carregavam consigo a experiência da terra de origem, como operários de um grande lanifício italiano, que os havia expulsado devido a um conflito salarial no final do século XIX.

Esses imigrantes que se estabeleceram em Galópolis possuíam um domínio técnico na área têxtil, já que tinham tido experiência no lanifício italiano na região de Vicenza, comunidade de Schio. Muitos desses operários haviam emigrado na época da greve de 1891, alguns como filhos de operários, outros na condição de ex-operários do Lanifício Rossi de Schio.

O modelo de trabalho, a tarefa especializada, a organização do trabalho eram passados de pai para filho. A união de várias gerações em torno da fábrica reflete o grau de interação desse grupo de emigrantes nessa atividade industrial. “Muitos mostravam boa vontade em aprender, outros eram carregados pelos pais para trabalharem, pois filho de operário conseguia colocação direta.” (MARCHIORO, VALTER, 1988).

No início do lanifício, era preferida mão de obra masculina, principalmente devido aos serviços braçais e pesados. Não existia mulher-mestre nem contramestre nas primeiras administrações da fábrica. A mulher trabalhava igual ao homem; entretanto, alguns cargos eram dados apenas aos homens. A mulher trabalhava sem problemas no turno da noite e também as crianças. (FELIPPI, AQUELINO, 1989). O afastamento da fábrica era permitido apenas no período final da gravidez, retornando ao seu posto logo que tivesse condições físicas.

O colono-operário trabalhava numa jornada que chegava a atingir 16 horas diárias, divididas entre a fábrica e a roça. O dia começava de madrugada e acabava muitas vezes noite adiantada. Em termos de jornada de trabalho, representava 13 horas diárias no verão e 10 horas no inverno.

O trabalho do menor no lanifício

O uso de mão de obra de menores na produção era visto como uma forma de aprendizado do processo fabril e pequeno aumento da renda familiar. Era comum “ver-se trabalhando na mesma secção pai, filho, sobrinhos e primos”. (COMERLATO, CLAIR, 1990) como também era “tradição que em uma determinada profissão passasse de pai para filho, através dos tempos”.

Quando os meninos completavam 9 a 10 anos, seus pais os ofereciam à fábrica, para aprenderem o ofício ou para ajudarem nas secções. “Ninguém escapava de trabalhar na fábrica. Com a permissão e o agrado dos pais e a bênção do gerente, as crianças começavam a trabalhar com 9 a 10 anos. Era uma satisfação para a família” (COMERLATO, 1990). Quando completavam 14 anos, eram registrados como operários e recebiam salário estabelecido por lei para menores.

O menor aprendia o ofício que lhe seria útil para a inserção na fábrica. A mentalidade de oferecer os filhos ainda pequenos para aprender o ofício representava a garantia de que um dia seriam admitidos como operários e receberiam um lugar fixo na fábrica.

O emprego de menores passou a ser comum no lanifício, pois, além de aprenderem as tarefas, mesmo que no início apenas exercessem a função de ajudantes, vivenciavam desde cedo a disciplina da fábrica e começavam a se sujeitar às relações estabelecidas hierarquicamente entre operários, gerentes, mestres, contramestres. O convívio na fábrica era produtivo. As exigências da fábrica para aqueles que não necessitavam de conhecimento do ofício era também uma forma de controle, além do baixo pagamento pelo trabalho. O caso de Galópolis era uma alternativa de inserir as crianças no mundo do trabalho, o que era considerado um futuro para aquelas crianças. A aprovação do gerente era condição *sine qua non* para a entrada na fábrica.

Após a implantação das leis de trabalho, o pagamento do trabalho do menor era praticamente a metade do que se pagava para o adulto masculino. Nos dados apresentados na tabela a seguir, identificam-se: o total de trabalhadores, o número de menores, a massa salarial, a média salarial e o percentual do número de menores sobre o total de trabalhadores.

Tabela 1

Evolução dos salários dos menores na Companhia Lanificio São Pedro S.A.1934-1949

Ano	Trabalhadores	Menores	Massa salarial	Média salarial	% N/M:NTT
1934	416	105	10:140\$375	96\$575	25,86
1935	450	100	9:507\$500	95\$075	22,22
1936	503	124	12:390\$700	99\$925	24,65
1937	519	108	11:545\$200	106\$900	20,81
1938	544	109	10:611\$150	97\$350	20,04
1939	492	86	8:617\$200	100\$200	17,48
1940	505	77	7:091\$700	92\$100	15,25
1941	466	87	8:746\$980	100\$540	18,67
1942	494	90	10.372,00	115,24	18,22
1943	559	98	11.740,00	119,8	17,53
1944	641	97	16.109,76	166,08	15,13

1945	584	55	12.675,00	230,45	9,42
1946	632	74	21.560,00	291,35	11,71
1947	636	57	16.560,00	290,53	8,96
1948	642	75	32.248,00	429,97	11,68
1949	682	75	29.288,00	390,51	10,99

Fonte: Relação de Operários enviada ao Ministério do Trabalho. Relação de empregados menores (1942-1949). Arquivo da Companhia Lanifício São Pedro S.A. Galópolis. (HERÉDIA, V.B.M. *Processo de industrialização na zona colonial*. Caxias do Sul: Educs, 1997).

Os menores realizavam o mesmo trabalho que os adultos, mas percebiam salários inferiores. O que se constata é que o número de menores era elevado antes da implantação das leis sociais e que à medida que essas são realmente instaladas, a partir da década de 40 do século XX, há uma sensível diminuição na força de trabalho do menor.

Em 1934, essa força era representada por 25,86% do total de trabalhadores e, em 1949, equivale a 11,00% dos trabalhadores, como se observa na tabela 1. Em 1934, o número de menores era de 25,86% do conjunto dos operários, considerando que a média de salário dos menores era de 96\$575 em relação a dos adultos, que era de 190\$039.

Em 1949, o número de menores era de 10,99% sobre o conjunto dos trabalhadores, e o salário dos menores era de CR\$390,51 em comparação com o dos adultos, que era de CR\$ 887,17. Em 1934, 14,64% da massa salarial era proveniente da força de trabalho do menor, o que representava um índice elevado de acumulação pelo número de mão de obra de menores. No ano de 1949, esse percentual diminui para 5,16%, o que indica uma acentuada diminuição da força de trabalho do menor, que, nesse momento, é amparada pela lei. Esses dados demonstram claramente a utilização do trabalho do menor, como forma de acumulação de capital.

Algumas considerações

A vida em vila operária apresenta alguns benefícios para a classe trabalhadora, mas também uma série de restrições. Isso significa que muitas necessidades são supridas dentro do espaço fabril, representando uma forma de controle, já que as opções que são dadas são oferecidas pela fábrica e não negociadas pelos trabalhadores.

As condições de vida em vila operária impuseram uma forma de vida coletiva, definida pela fábrica como condição de participar da mesma, usar seus serviços, suprir

suas necessidades mais elementares e depender da manutenção do emprego, como meio de viver naquele espaço fabril. As despesas com moradia, escola dos filhos, vestimentas, crédito, cooperativa de consumo geraram uma dependência dos trabalhadores à fábrica e uma ideia de que estar ali era uma forma de compensação pelo trabalho e pela dedicação de cada trabalhador.

A mão de obra era vendida em grupo, já que toda família trabalhava na fábrica, e isso significava a reprodução da família operária, levando em consideração a soma do salário de todos. Essa constatação também aponta para o grau de dependência que gera quando todos, do mesmo grupo, devem estar alinhados à política da empresa, o que impunha um comportamento adequado por parte de todos os membros da família, como garantia de manutenção do emprego.

Essa situação muitas vezes conduziu à oferta dos filhos menores pelos pais ao gerente, em busca de trabalho. Ser operário na fábrica desde pequeno significava estar de acordo com as regras na vila operária e ter a proteção do gerente. Essa prática não dava muitas oportunidades às crianças de terem um futuro fora da fábrica.

As medidas adotadas pela fábrica, decorrentes da legislação trabalhista nos anos 30 e 40, mesmo que apareçam como controle do mercado de trabalho, favoreceram o crescimento do capital nessa atividade produtiva. Antes da implantação das leis trabalhistas, pode-se dizer que cada fábrica estabelecia suas próprias regras, que eram firmadas em contratos de trabalho. Era costume o contrato ser por tempo determinado e com salário determinado.

Referências

- DEAN, Warren. *The industrialization of São Paulo: 1880-1945*. London: Austin, 1969.
- FAGUNDES, Ligia Ketzer et al. *Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre, Universidade /UFRGS, FEE, 1987, p.195.
- HERÉDIA, Vania B.M. *O processo de industrialização da zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- _____. *Hercules Gallo: vida e obra de um empreendedor*. Porto Alegre: EST, 2003.
- _____. A vila operária de Galópolis. CHRONOS, 120 anos de Imigração italiana, Caxias do Sul: Educs, v. 29, n.1. p.1-128, jan/jun.1996.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LOPES, J.S.; SILVA, L. A. Machado da. Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.15.

PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha, dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1988.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A Igreja Católica na promoção de uma cultura cooperativa no Rio Grande do Sul (1950-1970)

Alba Cristina Couto dos Santos¹

Resumo: Este trabalho tem como proposta examinar a participação da Igreja Católica na promoção de uma cultura de valorização do cooperativismo no Rio Grande do Sul, no período de 1950-1970. Nesse período em que o cooperativismo rio-grandense se consolida economicamente por conta dos interesses políticos do governo estadual e federal, bem como de interesses econômicos, compartilhados com os pequenos produtores de terra e trabalhadores rurais. Procuramos analisar como se deu à difusão dos princípios Rochdaleanos no Rio Grande do Sul a partir da ação da Igreja Católica. Nesta perspectiva, destaca-se a educação cooperativa como meio de entendimento e apropriação do cooperativismo como um movimento social.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cultura Cooperativa; Movimento Social; Igreja.

Introdução

O presente trabalho é resultado das atividades realizadas como bolsista de Iniciação Científica, sob a orientação da professora doutora Marluza Marques Harres² na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A pesquisa me aproximou do assunto e fez despertar em mim, cada vez mais interesse, curiosidade, e vontade de continuar estudando sobre o tema, cooperativismo, na perspectiva de um movimento social.

Diante dos resultados desta pesquisa, percebemos uma forte influência da Igreja na promoção da cultura e ideais cooperativos perante a sociedade rural, realizando cursos e Semanas Ruralistas a partir de convênios firmados com o governo Estadual e Federal. Embora o Estado tenha oferecido e proporcionado cursos de formação cooperativa, seu interesse era o de fortalecer o sistema cooperativo para ampliar e fomentar a economia brasileira e não necessariamente à educação cooperativa a partir da doutrina rochdaleana e suas implicações.

¹ Licenciada em História - UNISINOS. Este trabalho é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História pelo Curso de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

² Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em História – UNISINOS.

Nesse sentido, a intenção de realizar este trabalho decorre das questões que emergiram durante a pesquisa, em especial sobre como as cooperativas no Rio Grande do Sul fomentavam os princípios do cooperativismo, e como difundiam os mesmos para os seus cooperados, construindo assim uma cultura cooperativa através das intervenções e políticas sociais tanto do Estado como da Igreja Católica.

No Rio Grande do Sul a década de 1950 foi um marco na consolidação econômica do movimento cooperativo viabilizado pelo Estado. Encontramos nas bibliografias utilizadas para o projeto pistas para perseguir a posição da Igreja diante deste contexto. Observou-se que foi significativo o envolvimento da Igreja no fomento da cultura e da solidariedade social no movimento cooperativista, utilizando principalmente a Frente Agrária Gaúcha (FAG) como instrumento de conscientização dos trabalhadores rurais em relação ao associativismo.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento do presente trabalho foram basicamente bibliográficas, embora a procura por fontes documentais tenha sido bastante intensa. Não podemos deixar de expressar um profundo pesar em relação à falta de informações sobre o lugar de armazenamento dos documentos em geral das cooperativas e suas federações, particularmente sobre os cursos e seminários realizados.

Desta forma, os principais objetivos são: a) Identificar as políticas de fomento e difusão da cultura cooperativa no estado a partir da Igreja Católica, e; b) Analisar as estratégias de promoção cultural para o cooperativismo através da Igreja.

Destacamos o cooperativismo como forma de expressão da própria doutrina construída pelos Pioneiros de Rochdale. Por isso é que procuraremos analisar a perspectiva cultural do movimento nas décadas de 1950-1970, em meio à preponderância econômica do sistema cooperativo neste período, por conta dos incentivos e estímulos governamentais. Queremos, sobretudo, identificar, se o cooperativismo rio-grandense conseguiu se revigorar e se manter como um movimento social e de idéias deste contexto.

Cooperativismo: Um Movimento Social

É preciso esclarecer, antes de tudo, como vemos e entendemos o cooperativismo na sociedade e a sua importância como forma de expressão econômica e social de um grupo.

Segundo Pinho, no livro “A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista: Suas modificações e sua utilidade” (1965), o cooperativismo surge nos países que adotaram o sistema do liberalismo econômico, principalmente França e Inglaterra. Os consumidores e trabalhadores se uniram em comunidades cooperativadas quando perceberam os abusos e exploração do novo sistema. Para a autora, no primeiro momento o cooperativismo representou um “corretivo” aos desequilíbrios resultantes do liberalismo.

Schneider, no artigo intitulado, “A doutrina do Cooperativismo nos tempos atuais” (1994), nos diz que o cooperativismo iniciou como um movimento operário e um movimento de ideias. De ideias porque o termo “cooperação” no sentido de ajuda mútua sempre esteve presente ao longo da história do homem, mas as cooperativas modernas surgem com a “cooperação sistemática”, como uma forma de reação do mundo operário e camponês ao início do capitalismo industrial com sua voracidade e exploração.

A partir destas premissas, o cooperativismo pode ser definido como um movimento social com características próprias, que procura fortalecer uma estrutura sócio-econômica construída de baixo para cima. Dentre os fundadores (SCHNEIDER, 1994, p, 10), destacam-se os pioneiros da localidade de Rochdale, Inglaterra.

Os 28 tecelões em situação de greve e de demissão em massa, começam a esboçar desde fins de 1843 o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na cooperativa de consumo, que na sobriedade operária surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias (SCHNEIDER, 1994, p. 10).

O enfoque do presente trabalho será sobre as cooperativas rurais, mais especificamente as cooperativas agrícolas ou agropecuárias que se caracterizam, de modo geral, pelo exercício coletivo do trabalho agrícola, inspiradas nas obras dos autores socialistas associacionistas e na experiência das normas rochdaleanas, que são:

a) Princípios gerais, de inspiração democrática:

1. adesão livre; 2. controle democrático; 3. neutralidade política, religiosa e étnica; 4. desenvolvimento do ensino.

b) Princípios especiais:

1. vendas segundo o justo preço; 2. retorno pro rata das compras; 3. vendas a dinheiro e a vista; 4. juros limitados ao capital (SCHNEIDER, 1994, p.11).

Estas “regras” constituem a base teórica das realizações cooperativistas e, por isso, sentimos a necessidade de distinguir o termo cooperativismo de cooperação. Pois, como já vimos anteriormente, a cooperação sempre existiu desde as sociedades primitivas até os dias de hoje. Do ponto de vista sociológico é uma forma de integração social que pode ser entendida como uma ação conjugada de ajuda mútua, de modo formal ou informal para alcançar os objetivos.

Para distinguir os dois termos, vamos utilizar neste trabalho, o conceito de Pinho: “Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas” (PINHO, 1965, p. 8).

Desta forma, o termo “cooperativas” também deve ser conceitualizado e utilizaremos “*cooperativas* no sentido de sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais” (PINHO, 1965, p. 08).

A doutrina rochdaleana, ao longo do processo de formação do sistema cooperativo, sofreu algumas alterações, mas não na sua essência, mantendo sua originalidade conforme os Pioneiros. São princípios que fazem parte de um sistema e são inseparáveis.

Destacamos a importância da educação e do ensino do cooperativismo na dimensão “sociedade de pessoas” (SCHNEIDER, 1994, p. 11) e na dimensão “empresa”. Através da prática do ensinar a doutrina para associados é que eles deixarão de ser ou de sentirem-se apenas um cliente da cooperativa que atende apenas seus objetivos individuais, além da formação e capacitação profissional. Construir o sentimento de pertença ao grupo faz parte da meta deste princípio.

A partir desta premissa é que procuraremos identificar e analisar se houve uma construção de cultura cooperativa entre os cooperados a partir dos princípios dos Pioneiros na comunidade onde a cooperativa está inserida, no caso do Rio Grande do Sul, e como aconteceu a promoção e transmissão desta cultura.

Estamos entendendo por cultura

sistema de atitudes, valores e significados compartilhados e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados[...] Mas cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre troca entre o escrito e oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena

de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto (THOMPSON, 1998, p. 17).

Esta citação ilustra bem o que buscamos. Pois, nas palavras de Thompson, cultura só existe como um sistema se houver a partilha do conhecimento ou a imposição de símbolos e de valores que caracterizem um grupo social. A partir disso, podemos pensar nas diferentes formas de se construir uma cultura cooperativa considerando as dificuldades do sistema cooperativo em manter-se tanto economicamente quanto socialmente, além das intervenções governamentais realizadas no país desde sua criação.

A prática cooperativista penetra no Brasil nos finais do século XIX ligada aos problemas de abastecimento, provocados estes pelo crescimento dos centros urbanos e industriais. Surge como uma proposta para eliminar, mesmo que parcialmente, a crise, aparecendo apoiada primeiramente por grupos de produtores mercantis e após a década de 30, apoiada pelo Estado. Não há consenso entre os autores se o movimento cooperativo iniciou no país com pequenos grupos de idealistas e intelectuais ou com os imigrantes, o fato é que a experiência dos imigrantes alemães, italianos e japoneses ajudou a consolidar o movimento, principalmente na região Sudeste-Sul do país, com pequenos esforços do Governo Federal e de alguns governos Estaduais.

Para o Rio Grande do Sul traçamos a trajetória do movimento desde o seu surgimento. Procuramos examinar, principalmente, as questões que tratam a respeito do início e da luta pela sustentabilidade do cooperativismo.

O Rio Grande do Sul foi o berço do cooperativismo brasileiro no início do século XX, destacando-se dois personagens importantes para a propagação do movimento. São eles: Theodor Amstad, na zona de colonização alemã, e Stéfano Paternó, na zona de colonização italiana. Mesmo com indícios de cooperação em outros estados brasileiros, como: em 1847 no Paraná; em 1888 no Rio de Janeiro; em 1891 em São Paulo e em 1895 em Pernambuco; o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a realizar concretamente a

proposta associativista/ cooperativista baseando-se nos princípios de Rochdale (PINHO, 1965).

Este início se deu nas zonas de colonização alemã no ano de 1902 na cidade de Nova Petrópolis sob a liderança do Pe. Teodoro Amstad S.J através das “Caixas de Reiffeisen”. Inicialmente este sistema estava ligado à Igreja Católica e procurava despertar no associado um espírito comunitário.

O sistema de crédito Reiffeisen organizou-se na Alemanha no período de 1847-48 destinado a atender as necessidades dos agricultores, baseado essencialmente, no princípio cristão de “amor ao próximo” (PINHO, 1965, p. 45). No Brasil, a entidade associativa que deu assistência às caixas rurais inicialmente foi a Sociedade dos Agricultores Rio-grandenses, em Feliz no ano de 1900, e tinha a finalidade de facilitar a solução dos problemas financeiros, sociais, culturais e religiosos dos colonos. Para Lauschner, todo este trabalho se deve à liderança de Amstad (LAUSCHNER et al, 1969)

Outro nome importante no surgimento do cooperativismo no estado é o de Stéfano Paternó. Este se especializou na divulgação de cooperativas agrícolas no setor do vinho, banha, laticínios (queijo, manteiga), madeira, suínos. Destacou-se na zona de colonização italiana. Paternó chegou a Porto Alegre em 1911 e fundou dez cooperativas vinícolas até 1913. Seu objetivo principal era evitar a fraude que desmoralizava o vinho nacional, que muitas vezes sofria alterações fora da região de produção. A ele deve-se também o surgimento das cooperativas de consumo dos ferroviários.

A audácia de Paternó e os efeitos benéficos que sua pregação promoveu revolucionando os hábitos e costumes do conservadorismo agrário, foi uma das mais eficientes contribuições do gênio italiano em solo rio-grandense, apesar dos pesares (LAUSCHNER E LENS, 1969, p. 176).

Apesar dos grandes esforços motivacionais para o cooperativismo e a construção de fábricas montadas, os associados não resistiram à saída de Paternó, em 1913, do Rio Grande do Sul, porque ainda precisavam de uma liderança forte para continuar e manter as cooperativas. Assim, a partir de 1914 houve um grande silenciamento (TAMBARA, 1983, p. 55-56) do cooperativismo na zona de imigração italiana no estado, o que durou até 1929.

A presença dos imigrantes, alemães e italianos, facilitou o processo de modernização no campo por conhecerem e se sentirem atraídos pelo associativismo. Para

eles, o cooperativismo representava uma alternativa de sobrevivência e consolidação econômica. Na região de colonização, o capitalismo penetrou mais facilmente com a mão-de-obra mais especializada (imigrantes) e condições favoráveis para o início do movimento cooperativo.

A via mercantil³ de penetração do capitalismo na região das colônias se consolidou especialmente a partir da década de 1950, através da injeção de crédito subsidiado governamental, destinado principalmente aos produtos “dinâmicos”: trigo e soja, bem como pelos investimentos realizados no setor rural por alguns elementos da burguesia urbana (principalmente comerciantes, indústrias e profissionais liberais) que passaram arrendar terras para fins de cultivo do trigo e posteriormente da soja (DUARTE, 1986, p. 33).

No Rio Grande do Sul, a consolidação do cooperativismo se deu na década de 1950 por pressão da necessidade e pelos incentivos à monocultura, neste caso, o binômio trigo/soja. Desta forma, o Rio Grande do Sul destacou-se como potência do cooperativismo no país pela representatividade de cooperativas agrícolas. Estas passaram a atuar mais no sentido empresarial como instrumento de modernização rural, viabilizando a agricultura especializada, por meio de estímulos do Estado (DUARTE, 1986, P, 44-45).

Igreja e cooperativismo

Pretendemos examinar as ações da Igreja e as intervenções, não somente no âmbito religioso, mas também no âmbito social inspiradas pelas transformações estruturais que a instituição foi sofrendo a partir do século XIX. Sobretudo as interferências relacionadas com a população rural, incluindo formas associativas de promover educação e liderança no estado do Rio Grande do Sul.

Mudanças Estruturais e o Novo Olhar da Igreja.

Após a Reforma Protestante, a vida religiosa e cultural da Europa mudou significativamente. As mudanças ocorreram não somente no que diz respeito à religiosidade, mas também no que diz respeito à concepção de pobreza social. O primeiro

³ Via mercantil, que envolve o investimento de capitais comerciais e industriais, ou seja, financeiros no setor rural, dando origem a unidades de produção rural, de tamanho intermediário entre a pequena produção familiar e a grande produção (DUARTE, 1986, p. 21).

grande documento da Igreja demonstrando preocupação com o mundo exterior foi promulgado em 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII.

Esta encíclica, *Rerum Novarum*, chamou atenção para a questão social, denunciando assim a precariedade da vida operária e apontando a garantia de direitos sociais através do Estado. Para Souza (2007, p. 138-139) a encíclica traz como proposta “uma verdadeira política social”, baseada na valorização do trabalhador, o que inspira as ações da Igreja e do Estado no século XX. No Brasil, a questão social ganhou voz a partir da ação dos imigrantes europeus na perspectiva de apresentar críticas à sociedade capitalista, trazendo luz a essa realidade de exploração do operariado.

Nas décadas de 60 e 70, no contexto da ditadura militar, a América Latina desperta com a Teologia da Libertação, base ideológica de mudanças na Igreja e na sociedade abrangente. Esta ideologia impulsionou a Igreja a se fazer presente, junto aos segmentos populares, principalmente nas áreas de conflito, ou seja, nos diversos âmbitos com sistematização de organização popular: sindicatos rurais, na educação de base, nas universidades e escolas secundárias e na ala esquerda dos partidos políticos.

A Teologia da Libertação cresceu substancialmente nesse contexto de “resistência” ao regime militar. Caracterizava-se como um movimento liderado por teólogos cristãos latino-americanos, sobretudo católicos, com certo referencial marxista e perspectiva de renovação do pensamento religioso do continente. Orientada por princípios do cristianismo primitivo, essa corrente teológica se propunha a impulsionar uma nova formação social para a América Latina, “por vias socialistas próprias” (SOUZA, 2007, p. 151).

Neste momento a Igreja pretendeu desfrutar do seu poder como instituição diferentemente do passado, encaixando-se assim no processo democrático e no pluralismo religioso em que a sociedade se encontrava. Além disso, esta política adotada foi resultante de um processo de mudança ideológico e histórico na construção de uma identidade Latina perante o catolicismo europeu.

A nova política adotada e a crescente transformação da Igreja impulsionaram para as realizações onde a instituição precisava se fazer presente, nos segmentos populares, principalmente nas áreas de conflito, ou seja, nos campos organizados e sindicatos rurais, na educação de base, nas universidades e escolas secundárias e na ala esquerda dos partidos

políticos. Reagindo assim nas áreas onde percebeu que poderia ganhar ou perder influências (BRUNEAU, 1974, p. 143-145).

Quanto à questão agrária, a *Mater et Magister* foi o primeiro documento da Igreja que tratou especificamente da necessidade de se atender as zonas rurais e realizar possíveis reformas. Atribui-se a ênfase desta encíclica ao passado rural do papa João XXIII. Publicada em 1961, estabeleceu a crítica da Igreja ao desenvolvimento social, diante da expansão do capitalismo durante a década de 50.

[...] Até o advento de “*Mater et Magister*”, todas as declarações progressistas da CNBB foram feitas em base regional e sem apoio de uma organização precisa (...) Todos reconheceram que a encíclica vinha em apoio e dava impulso ao incipiente modelo nacional de influência (BRUNEAU, 1974, p. 211).

Intervenções no Rio Grande no Sul

A Igreja manteve grande influência, intensificando os trabalhos voltados para população pobre durante as décadas de 50 e 60. Nestas décadas, as atividades foram intensificadas no campo, ora com o apoio do governo, ora com a participação e esforços da própria comunidade. Vejamos, uma das experiências significativas realizadas pela Igreja no campo.

Experiências da Frente Agrária Gaúcha – FAG.

A FAG atuava nas áreas dos pequenos agricultores, predominantemente nas zonas coloniais, estimulando uma aliança estratégica entre os pequenos proprietários, os trabalhadores rurais e os grandes proprietários. A FAG teve abrangência regional com o apoio de sete dioceses. A finalidade principal era levar os cristãos a participarem ativamente na vida sindical rural e na promoção dos homens do campo, difundindo e concretizando a Doutrina Social Cristã.

A principal estratégia da FAG para alcançar a formação e o envolvimento do mundo rural rio-grandense foi com os institutos de Educação Rural. Através destas instituições, segundo Bassani (1986), a FAG podia viabilizar a proposta educativa descrita em seu

estatuto, atingindo os jovens masculinos com maiores de 17 anos, a fim de prepará-los para um novo ambiente rural que seria construído baseado nos ideais da FAG.⁴

As atividades desenvolvidas pela FAG até 1968 fundamentavam-se na mobilização e conscientização do trabalhador rural e seus direitos. A partir de 1968 iniciou-se um interesse pelos jovens e, em 1979 começou a se dedicar à problemática do jovem rural, organizando seminários, encontros e cursos, nos quais incentivava a participação e ocupação do jovem rural na sua realidade. Os assuntos e atividades propostos para as aulas e círculos eram relacionados aos seguintes temas: ao homem integral; a sociedade e a comunidade; ao sindicalismo e ao cooperativismo; as várias doutrinas tipo comunismo, sindicalismo, catolicismo; a legislação e a reforma agrária.

Interessa-nos analisar o programa de educação da FAG, o que nos permite observar a orientação do conteúdo cultural do movimento através da organização dos trabalhadores rurais e dos valores ideológicos que norteiam a instituição, sobretudo no que diz respeito à educação associativista, cooperativismo/ sindicalismo na comunidade. Sua atuação tinha por base um projeto político ideológico, cuja concepção de mundo rural seguia os postulados de seu líder D. Vicente Scherer.

De acordo com a interpretação da Doutrina Social Cristã realizada por D. Vicente Scherer, não existia exploração de uma classe sobre outra e, portanto não seria necessário mexer nas questões estruturais. No que refere-se ao problema da terra “[...] pretendia assim a reforma agrária ser um movimento cristão comunitário, cujo ampliação seria conseguida através do exemplo. A organização em sindicatos seria um dos meios para atingir tais fins” (SCHERER, apud SANTAGADA, 1981, p. 58).

Se a FAG estava contribuindo para o desenvolvimento do espírito solidário e associativo através da educação, podemos supor que estava também contribuindo para o cooperativismo, mesmo na ambiguidade de suas questões ideológicas que, ora desejavam libertar o sujeito rural do “sofrimento”, ora desejava a permanência da situação.

O convênio firmado com as cooperativas agrícolas para o Programa de Educação Rural elucida a importância da FAG como órgão viabilizador de uma educação cooperativa na própria comunidade da cooperativa. Os institutos de Educação Rural realizavam cursos

⁴ FAG. Frente Agrária Gaúcha. Normas e passos para a fundação da frente agrária e sindicatos rurais. Porto alegre. S/d.

sobre o cooperativismo que tinham a intenção de instrumentalizar e modernizar a agricultura, mas também preparar lideranças comunitárias alicerçadas nos princípios cooperativos.

Buscando a organização dos trabalhadores na esfera rural, a FAG utiliza uma ferramenta extremamente importante para a construção de uma sociedade diferente, que se concretiza nas formas de cooperação, não mais de um sujeito, mas de uma classe ou grupo de trabalhadores. Dessa forma, visa um novo jeito de produzir, adquirir e pensar frente à realidade, obtendo assim uma nova sociedade (ZAMBERLAM, 1994, 55-60).

No estatuto da FAG consta, entre as finalidades, a formação de lideranças rurais e educação de base para o agricultor e trabalhador. Ora, este é um dos caminhos para a difusão de uma cultura cooperativa, a organização está incentivando o sentimento de pertença a um determinado grupo e comunidade, neste caso, o sindicato ou a cooperativa, incentivando o associado à participação e inserção no meio em que vive de acordo com a sua realidade.

Nesse sentido, podemos perceber que a FAG tinha uma intenção bem clara quando criou o Programa de Educação Rural. Diante da situação e pobreza da comunidade rural, não pretendia incentivar levantes dos menos privilegiados contra os grandes proprietários, mantendo e conservando o status “quo” e o direito a terra dos latifundiários. Porém, nesta análise vimos também que, mesmo sem a pretensão de promover uma cultura agrária contundente, a FAG estimulou a formação de uma cultura cooperativa através do seu Programa de Educação Rural.

Considerações finais

A Igreja tinha interesse no meio rural, principalmente depois da encíclica *Mater et Magister* que orientava um novo olhar para as populações rurais. Além disso, queria manter seu poder de influência religiosa e política nestes locais. A Igreja voltou-se para fora, e, ao olhar o mundo externo percebeu injustiças e desigualdades sociais.

A experiência da FAG e do seu Programa de Educação Rural, a partir da Doutrina Social Cristã de Dom Vicente Scherer, buscava desenvolver o espírito solidário entre os homens e organizar os trabalhadores rurais. Por meio dos temas propostos para educação nos círculos de aprendizagens, incluindo o cooperativismo e o sindicalismo, estimulava a

consciência de vida comunitária. A modernização do campo também fazia parte do programa, viabilizando o conhecimento de técnicas agrícolas e pecuárias e conscientizando o homem acerca da sua realidade.

Tanto o Estado quanto a Igreja fizeram intervenções importantes e significativas na fomentação da cultura cooperativa, ambos com interesses diferentes, mas utilizando as mesmas estratégias educacionais. Porém, a Igreja tinha a questão das lideranças e da consciência da realidade que aproxima muito da educação cooperativa.

A comunicação feita pela Igreja à comunidade rural talvez fosse mais acessível do que dos técnicos e engenheiros do governo, pela proximidade e estreita ligação de longa data com a comunidade rural, além disso, cabe ressaltar que o aspecto religioso, possivelmente, despertava maior confiança nos trabalhadores rurais.

A cultura cooperativa no Rio Grande do Sul foi construída e transmitida de cima para baixo, mas despertou o interesse dos associados, seja para participar dos cursos a fim de aprender novas técnicas agrícolas, seja para simplesmente participar e conhecer novos meios de desenvolver sua economia. O fato é que podemos perceber nas estratégias destacadas neste trabalho que o “cooperativismo”, nos limites de uma sociedade capitalista conseguiu crescer e se revigorar a cada década, fazendo com que seus associados buscassem o real sentido de ser e pertencer a uma cooperativa.

Referências bibliográficas:

- BASSANÍ, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha: Ação político - ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado em Sociologia Rural, UFRGS. Porto Alegre/ 1986.
- BRUNEAU, Thomás. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo e cooperativismo no RS**. Orientação de Juan Mario Fandiño Mairño. Potro Alegre: L e PM. Associação nacional de Pós Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais, 1986.
- LAUSCHNER S. J, Roque e LENS S. J, Martinho. **Associativismo no contexto da reforma agrária do Rio Grande do Sul**. In: Semana Social do Rio Grande do Sul.

Semanas Sociais do Rio Grande do Sul. Anais da Semana Social do Rio Grande do Sul, 4. Porto Alegre: ISCRE, 1969, p. 169-232.

SANTAGADA, Salvatore. **Participação dos agricultores em sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Análise do conteúdo assistencialista – 1965 – 1975.** In: Perspectiva Econômica, Ano XVI. Vol. II. Nº 32, 1981, p. 49-66.

SCHNEIDER, José Odelso. **A doutrina do Cooperativismo nos tempos atuais.** In: A cooperação para as organizações populares. Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano, v. 6, n. 12, 1994, p. 7-23.

_____. **Resgate dos aspectos da história do cooperativismo do Rio Grande do Sul 1902-1960.** Relatório final. Orientador professor Dr. José Odelso Schneider. UNISINOS-CEDOPE, s/ d.

SOUZA, André Ricardo de. **As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro.** In: Estudos de Sociologia. Revista do Programa de Pós – Graduação em Sociologia da UFPE, v. 13, n. 1, 2007, p. 131-160.

TAMBARA, Elomar. **Rio Grande do Sul. Modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Revisão técnica. Antonio Nego, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, caps. 13-24; 86-98.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista. Suas modificações e sua utilidade.** Livraria Pioneira Editora: São Paulo. 2º edição revista e ampliada, 1965.

ZAMBERLAM, Jurandir e FRONCHETTI, Alceu. **Planejamento da produção e organização do pequeno agricultor.** In: A cooperação para as organizações populares. Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano, v. 6, n. 12, 1994, p. 50-60.

“Que qualificação que tem que ter pra cortar coxa?” Problematização da disputa na sociedade: a alegação da falta de trabalhadores por parte da COPAGRIL e a explicação através dos trabalhadores

Ariele Souza de Vargas¹

Resumo: Esse trabalho traz algumas reflexões sobre pesquisa de mestrado em andamento, na qual busco compreender e interpretar como trabalhadores da região Oeste do Paraná se constituem enquanto trabalhadores do Frigorífico de Aves da Copagril, tendo em vista a forte rotatividade de funcionários. Problematizo os argumentos utilizados pela empresa para justificar a carência de mão-de-obra, construindo a explicação a partir dos relatos dos trabalhadores. Destacaria dentre os elementos identificados nas entrevistas, a formação dos ritmos e rotinas de trabalho e as condições de vida firmadas a partir das relações laborais.

Palavras-chave: Qualificação; Rotatividade; Trabalho; Linha de Produção

Introdução e localização da pesquisa

As reflexões apresentadas nesse trabalho resultam do estudo proposto em pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “Quem quer trabalhar dá os seus pulos, análise das experiências de trabalhadores e ex-trabalhadores do Complexo Avícola da Copagril”, sob orientação do professor Dr. Rinaldo José Varusa², onde busco compreender e analisar como trabalhadores e ex-trabalhadores se constituem enquanto trabalhadores do Frigorífico Avícola da Cooperativa Agroindustrial Copagril, em Marechal Cândido Rondon no oeste do Paraná. Para tanto, analiso os relatos de entrevistados que são identificados ao longo do texto através de pseudônimos, como forma de preservar a identidade dos mesmos.

A Cooperativa Agroindustrial Copagril iniciou suas atividades no dia 09 de agosto de 1970, em assembléia que contou com a participação de 29 produtores da região segundo uma matéria escrita pelo jornal “O Presente”, editado na cidade de Marechal Cândido Rondon. Ainda nesse artigo, “a Cooperativa expandiu investindo em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História – Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

² Doutor em História Social pela PUC-SP, professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), vinculado ao Laboratório de Pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais”

novas áreas e novas unidades e com essas inovações a partir de 200 o foco principal foi a avicultura”³ sendo que em 2005 instala-se a Unidade Industrial de Aves.

Segundo um outro artigo do jornal “O Presente”, intitulado “Copagril deve inaugurar Frigorífico de aves em janeiro”, do dia 25 de novembro 2004, página 11, a “inauguração do Frigorífico de Aves deverá acontecer entre os dias 15 e 25 de janeiro de 2005 e que a sua construção geraria mais de mil empregos diretos e indiretos”.⁴

O trabalho e o frigorífico

O Frigorífico de Aves da Copagril instalou-se no município de Marechal Cândido Rondon em 2005, ocorrendo o primeiro abate em abril daquele ano e é uma das indústrias que mais gera emprego na cidade de Marechal Cândido Rondon.

O frigorífico iniciou suas atividades em 2005, e segundo alguns funcionários e ex-funcionários entrevistados, já no início de suas atividades o Frigorífico enfrentou forte rotatividade. Nas palavras de uma trabalhadora entrevistada, “o pessoal achou que o serviço era fácil, mas aí viu que não era e muitos desistiram”⁵. Dessa forma, o frigorífico acaba passando à substituição frequente já nas primeiras turmas.

No ano de 2007, esta dificuldade se acentuou, através de pesquisa no SINE-Marechal Cândido Rondon, com a abertura do segundo turno, as novas vagas permaneceram por mais tempo. A situação continuou ainda pelos anos seguintes e no ano de 2009 foram abertas entrevistas que duraram de março até pelo menos novembro.

O anúncio encontrado no Mural do SINE de Marechal Cândido Rondon se intitulava da seguinte forma: “Vaga Urgente: Para trabalhar na linha de produção em frigorífico nessa cidade. Entrevistas todas as quartas feiras no SINE Marechal Cândido Rondon”. Informação obtida em visita ao SINE de Marechal Cândido Rondon. No de 2010, o anúncio continuava da seguinte forma: “entrevista para trabalho no frigorífico todas as quartas-feiras”.

Outro fator que nos apresenta a rotatividade, é o fato de a empresa ter que buscar mão-de-obra nos municípios vizinhos até mesmo no Mato Grosso do Sul, estado próximo de Marechal Cândido Rondon, pois, a mão-de-obra disponível na cidade

³ O Presente. **Copagril completa 35 anos**, in caderno especial: Especial Copagril 35 anos do dia 09 de agosto de 2005, terça-feira, páginas 12 e 13;

⁴ O Presente, **Copagril deve inaugurar frigorífico de aves em janeiro**. Art. p 11, 25 de novembro de 2004

⁵ Adélia Soares, trabalhadora da Unidade de Aves da Copagril a 3 anos, função de seladora, no segundo turno, entrevistada em sua residência no domingo de 17 de janeiro de 2010 às 19horas.

parece não preencher as vagas. Segundo Gemelli⁶, os trabalhadores que viajam diariamente ao frigorífico atingem quase 40% do total de trabalhadores, vindos das cidades de São José das Palmeiras, Santa Helena, São Pedro do Iguaçu, Guairá, Ouro Verde do Oeste, Entre Rios do Oeste, Mundo Novo – MS, Pato Bragado, Toledo, Mercedes e Quatro Pontes. Além dos que viajam, existem aqueles que são de outras localidades e que se mudam para a cidade com o objetivo de ficar mais próximos do emprego.

Em uma nova manchete do jornal O Presente, publicada no dia 1º de julho de 2010⁷, é destacada a carência de trabalhadores para o setor de linha de produção. O artigo fala que a principal empresa com dificuldades em encontrar mão-de-obra qualificada é o frigorífico da Copagril. Porém, se estão sobrando vagas na linha de produção, por que será que os trabalhadores não buscam qualificar-se para esse setor?

A rotatividade de trabalhadores nessa indústria, não só por ser uma indústria nova, com apenas cinco anos de funcionamento, apresenta-se com uma situação bastante contraditória, ao passo que as pessoas estariam lutando pela fixação no trabalho, isso parece não ocorrer no Frigorífico da Copagril.

Algumas constatações acerca da pesquisa

Ao analisarmos algumas questões sobre o Frigorífico de Aves da Copagril, os procedimentos para a contratação de seus funcionários bem como a rotatividade destes, tomamos como principal fonte a fala dos trabalhadores, tanto empregados como ex-funcionários.

Partimos da questão da rotatividade, problematizando-a como disputa na sociedade, verificamos a alegação de falta de trabalhadores por parte da empresa, mas construindo a explicação a partir dos trabalhadores. Para isso, valemo-nos da análise de seus relatos, como eles descrevem e explicam o processo de produção, as atividades que executam na empresa, os significados que atribuem ao trabalho no Frigorífico e como constroem este significado, confrontando-o com experiências vividas em outros trabalhos.

⁶ GEMELLI, Diane Daniela. Capital, Território e Trabalho no Oeste Paranaense: O Frigorífico de Aves da Copagril. Disponível em: www4.fct.unesp.br/ceget/D42.pdf, acesso em 08 de junho de 2010

⁷ O Presente. **Mão-de-obra qualificada ainda é uma carência.** Art. p 17 de quinta-feira, 1º de julho de 2010

A alegação da empresa para a rotatividade está na argumentação de que falta mão de obra qualificada para o trabalho no frigorífico. Ao analisar essa prática por parte da empresa, através dos artigos escritos nos jornais e confrontar com as entrevistas esperamos perceber qual é a qualificação que a empresa sugere que os trabalhadores devem ter para trabalhar em uma linha de produção de frigorífico, tendo em vista também o fato de que a empresa, apesar de sua dificuldade em contratar funcionários, demite grande parte dos que não passam pela experiência.

O período de experiência é de 90 dias, os quais são divididos em dois contratos de 45 dias. Segundo a fala de alguns trabalhadores e também de ex-funcionários, a experiência consta na CTPS, a Carteira de Trabalho e Previdência Social. É nesse período a empresa mais demite funcionários, sob a alegação de que os funcionários demitidos não foram aprovados na avaliação durante o período de experiência.

Ao analisar a questão da qualificação, constatei que a exigência de grau de escolarização não é influente na contratação dos funcionários, pois a grande maioria dos entrevistados não têm o Ensino Médio completo. Somente a ex-trabalhadora Jaqueline Souza⁸, 22 anos, ex-funcionária entrevistada, possui o Curso Técnico em Enfermagem, o qual, segundo ela só adquiriu dois anos após sua saída do frigorífico. A escolarização mínima exigida é a 4ª série do Ensino Fundamental.

Se escolarização não é a qualificação necessária, então, qual é essa qualificação? Nas palavras do ex-trabalhador Marcos Silva⁹, 23 anos, demitido após 45 dias de experiência, ao ser questionado sobre a alegação da empresa quanto à qualificação, respondeu indignado, com tom de ironia: “Que qualificação que tem que ter pra cortar coxa?”

A qualificação para trabalhar no Frigorífico da Copagril é mínima, e segundo Gemelli, “Os frigoríficos de aves são indústrias com baixa incorporação tecnológica, o que faz com que grande parte do trabalho seja realizada manualmente, de forma intensa e repetitiva, com vistas a atingir as metas diárias de produção”. Ainda, segundo Gemelli, “a exigência é a destreza e a habilidade com a utilização das mãos”.

As principais atividades desenvolvidas no âmbito da produção do frigorífico da Copagril, segundo Vânia Soares, ex-trabalhadora entrevistada, são a “degola” (o abate

⁸ Jaqueline Souza, ex-funcionária, trabalhava na sala de cortes, no segundo turno, entrevistada por mim em sua residência, no dia 17 de março às 18 horas, trabalha atualmente em hospital na função de secretária

⁹ Marcos Silva, ex-funcionário da sala de cortes do frigorífico no primeiro turno, trabalhador da Faville, função de embalador, entrevistado em sua residência às 20 horas do dia 15 de novembro de 2009

das aves), a escaldagem, a “visceração” (evisceração) que consiste na retirada dos miúdos, e a partir daí o frango vai para a sala de cortes, onde a temperatura é de 8° C.

Ao questionar a trabalhadora Vânia Soares¹⁰, 41 anos, sobre como ela começou o seu trabalho no Frigorífico, ela descreve a sua trajetória na empresa da seguinte forma: “Eu comecei na sala de cortes; lá eu cortava a asa, e trabalhei na visceração, lá era bom, lá não era muito frio lá, era bom, e na escaldagem”. Ao pedir a ela que explicasse como era o processo de trabalho na escaldagem, ela descreveu da seguinte forma: “Então, é... o frango já vinha dipindurado morto lá da ..da degola, daí era mergulhado a gente só tirava as penuginha que ficava mas com a aquela água ele já saía quase limpo, por que era uma água bem quente né”.

Ao analisar a fala da trabalhadora Adélia Soares, 39 anos, quando questionada sobre qual era o seu cargo no Frigorífico, e como era desempenhada a sua função, ela, além de descrever o seu trabalho nos diz sobre os procedimentos na sala de cortes, pois segundo a mesma a divisão de tarefas não se dá somente no processo de abate e resfriamento, segundo a fala da entrevistada, dentro da própria sala de cortes as funções se dividem da seguinte forma, antes do frango ir para a exportação:

Eu sô seladora [...] ah,... eu selo os pacotinho, tipo assim... se tem lá o que corta peito, que eu só selo peito né, daí o peito vem, é cortado já, daí ele vem daí a embaladora embala e tem eu, eu sô seladora, eu selo o pacotinho e daí ta pronto.

Ao analisar os procedimentos descritos pelos entrevistados, bem como Gemelli, percebo que a qualificação necessária vai além da destreza, agilidade e habilidade com as mãos. É nesse sentido, que busco a compreensão de como deve ser a qualificação, através dos relatos de como é o treinamento oferecido pelo próprio Frigorífico aos funcionários egressos.

Durante as entrevistas, percebi que o treinamento oferecido pela empresa era proporcionado ao trabalhador antes do mesmo ter contato com o Complexo Industrial Dessa forma, o trabalho manual exigido, o trabalhador só conheceria lá dentro. É nesse

¹⁰ Vânia Soares, ex-funcionária do Frigorífico, trabalhou na escaldagem, evisceração e por último na sala de cortes, no primeiro turno, atualmente trabalha na Faville como zeladora

sentido que analiso o depoimento de Sueli Maria¹¹, quando questionada sobre como era o treinamento oferecido pela empresa. Ela diz:

Ah é um treinamento assim... é ... como é que eu vo te explicar eles fazem no dia mesmo é tipo uma palestra sobre o trabalho como que é lá, sobre o frigorífico, é isso, mas o trabalho mesmo eles não falam isso a gente só vê lá quando chega pra trabalhar, quando vai começa, antes é só uma explicação o serviço a gente só vê lá na hora.

Ainda sobre o treinamento oferecido pela empresa, pedi a Sueli Maria que especificasse com mais detalhes como era o treinamento. Perguntei a ela o que era dito, mostrado, exigido, e senti que ela teve de puxar um pouco pela memória para relatar no seguinte trecho de sua entrevista:

O treinamento era de três dias, eles explicavam sobre a Copagril, sobre o funcionamento, sobre o frigorífico, como que era os uniformes, que nós ia ganha um seguro, o que era permitido, o que não era, as norma deles né... que tipo assim não pode ter unha comprida, não pode ta pintada nem suja, tem que os homens ta com a barba feita todo dia, que... que se caí um pedaço de frango no chão não pode junta, falam sobre ter atenção por que as faca cortam muito ... uma vez uma mulher foi coça as costa com a parte de cima da faca e se cortou sabe? Essas coisas... ah também do contrato que é de quarenta e cinco dias daí renova por mais quarenta e cinco, e daí se eles mandam embora antes eles pagam, mas se a gente saí antes de termina o contrato a gente que vai te que paga pra eles, eles falam do salário, que lá é frio, que a gente já deve te ouvido fala mal de lá mas que lá é um lugar bom, que eles assinam carteira que eles dão valor, o trabalhador que se depois de um tempo se a gente se esforça pode vira chefe, que é só a gente quere trabalha ... essas coisas... é... é isso, mesmo.

O relato acima mostra que a qualificação está além de saber utilizar bem as mãos, noções de higiene, com o próprio corpo e com o trabalho, cuidado e atenção no manuseio das ferramentas de trabalho, da valorização do trabalho e esforço e empenho ao desenvolver as atividades, são requisitos exigidos ao trabalhador qualificado.

Ao tentar perceber ainda sobre a qualificação, em alguns relatos é bastante perceptível a exigência de disciplina por parte da empresa, o que acontece com qualquer

¹¹ Sueli Maria, ex-funcionária do Frigorífico, trabalhava na sala de cortes, no primeiro turno, entrevista concedida em seu local de trabalho antes de seu início de expediente na pizzaria Pizza Haus, às 16 horas dia 25 de março de 2010

emprego, ou seja, o trabalhador indisciplinado acaba cedendo lugar ao trabalhador disciplinado. É nesse sentido, que analiso a disciplina que a empresa exige.

A entrevistada Ariane Almeida¹², 25 anos, ex-funcionária da sala de cortes, demitida durante a experiência por estar grávida, e que hoje trabalha como empregada doméstica, ao ser questionada sobre por que a empresa manda embora os funcionários que estão na experiência, sendo que o setor carece de mão de obra qualificada, ela diz: “Quem bota atestado ou que falta se tiver na experiência eles mandam embora, por que eles já dizem que lá é pra quem qué trabalhar”.

Ainda sobre as demissões, segundo a maioria dos entrevistados, elas acontecem no período de experiência e, na maioria dos casos, o fator principal é a “desobediência”. Ao questioná-los sobre o que seria essa desobediência ou como seria desobedecer, percebi que nem sempre a desobediência é somente o descumprimento de uma ordem, pois para o trabalhador ela adquire outro significado, como nos diz o ex-funcionário Marcos Silva:

Eu pedi pra ir no banheiro e não deixaram, ta, eu fiquei apertado até a hora do almoço, tinha mais quatro hora e eu pedi pra ir no banheiro também e eles não deixaram aí eu disse pro chefe da nossa linha que se ele não pegasse ali onde eu tava eu ia no banheiro, as coxa iam fica passando, azar eu não tava nem aí, acho que foi aí que começou. [...] E depois, nós tinha um encarregado e uma chefe um dia eu tava trabalhando, e ela e o pessoal tava saindo para almoçar na minha mesa tava passando coxa, mas era o meu segundo dia eu não sabia, larguei tudo e fui saindo e a minha chefe disse assim: Hei, psiu, passa aqui! Ainda não acabo de passa coxa! E aí quando ela disse passa aqui eu disse que ela não tava falando com os filhos dela! Eles são assim tipo mal educado mesmo não sabem fala com a gente, sei lá.

Marcos Silva foi questionado sobre por que ele achava que havia sido demitido. Expressa em sua fala a indignação, pois se sentia humilhado ao não poder ir ao banheiro quando sentia necessidade, sentiu-se desrespeitado ao ver o tom de voz e a maneira com que um superior se dirigiu a ele.

As reclamações, as indignações e as insatisfações com a situação apresentada pelo trabalho no frigorífico são o que levam os trabalhadores a tomar certas atitudes que revelam as suas frustrações, o que é tratado como desobediência.

¹² Ariane Almeida, ex-funcionária do Frigorífico, trabalhou na sala de cortes, no primeiro turno, entrevistada em sua residência, dia 5 de junho de 2010 às 15 horas, trabalha atualmente como empregada doméstica

Dessa forma, a desobediência, ou seja, a resistência que o trabalhador oferece com relação a situações adversas as suas concepções é de início barrada. Para a qualificação do trabalhador, além do desenvolvimento da sua função no processo de produção, a disciplina com o trabalho manual, passa a ser exigida também uma disciplina específica em suas relações com colegas e superiores, durante as suas rotinas de trabalho.

As rotinas de trabalho dos trabalhadores revelam também como é o trabalho no Frigorífico, e como outros trabalhadores não se sentem à vontade com o trabalho. Para esses trabalhadores fatores como o frio, os horários, as metas, a saúde, e a baixa remuneração, são determinantes para a sua não fixação no Frigorífico.

Ao perguntar ao trabalhador Edmundo Oliveira¹³, 36 anos, sobre por que será que muitos não queriam continuar trabalhando no frigorífico como ele que já estava lá há cinco anos, Edmundo diz que o fator mais relevante seria o frio. Segundo ele: “O que é ruim lá... é muito frio, os dedo da mão ficam amortecido do frio, lá não dá pra senti os dedos do pé!”

No relato de Jaqueline, o frio aparece como um dos principais desconfortos. Jaqueline também não se acostumou com o frio. Ao ser questionada sobre como era lá dentro, ela diz: “Ai lá é muito frio! Imagina eu que sô magrinha, não tenho gordura no corpo, menina eu saía de lá roxa de frio! Sempre, sempre, passo os três meses e eu não acostumei!”

A segunda questão encontrada nas entrevistas é a da baixa remuneração, que segundo a maioria deles deve-se em grande parte à quantia de descontos que a empresa efetua. Em uma das entrevistas, quando a ex-funcionária entrevistada Jane Bueno¹⁴, 23 anos, falou que havia trabalhado somente três dias, questionei-a quanto à remuneração que ela recebeu por esses três dias, o relato foi o seguinte: “Eu recebi nove reais! é nove reais! pelos três dias e meio...” e ao ser questionada sobre o que pensava sobre o fato respondeu: “eu achei o cúmulo... se eu trabalhá numa faxina aí só de manhã eu ganho 20! e só por meio dia!”

¹³ Edmundo Oliveira, trabalhador do Frigorífico a 5 anos na câmara fria, segundo turno, entrevistado por mim, em sua residência, no dia 18 de abril de 2010, às 16 horas

¹⁴ Jane Bueno, ex-trabalhadora do Frigorífico, trabalhava na sala de cortes, segundo turno, trabalha atualmente como copeira em lanchonete, entrevistada por mim em sua residência, no dia 21 de junho de 2010 às 18 horas

Ainda com relação à baixa remuneração, perguntei ao entrevistado Arlindo da Cunha¹⁵, ex-trabalhador do Frigorífico de Aves, se ele podia mostrar sua última folha de pagamento. Na folha consta como salário base o valor de R\$ 567,00 e como descontos constam: Faltas com desconto R\$ 46,39 faltas atrasos S/DSR R\$ 18,90, arredondamento mês R\$ 0,23, Contr. Negocial Associativ. R\$ 11,34, Contribuição Sindical R\$ 18,90, Vale Transporte R\$ 34,02, Mensalid. AACC R\$ 9,50, FGTS do mês R\$ 40,15, Alimentação R\$ 16,25 e Seguro de Vida R\$ 1,10, a soma total dos descontos é de R\$ 196,78, e o valor líquido é de R\$ 371,00, que correspondem ao pagamento do funcionário. Com relação às discriminações das verbas rescisórias constam os seguintes dados:

Valores a receber: R\$ 18,90 de saldo de salário, R\$ 47,25 de férias proporcionais, R\$ 15,75 de 1/3 de férias e R\$ 47,25 de gratificação natalina o que totaliza R\$ 129,15 do total de proventos. Vejamos agora o total de descontos: Faltas com desconto R\$ 27,06, faltas atrasos S/DSR R\$ 37,80, arredondamento mês R\$ 0,58, Contr. Negocial Associativ. R\$ 0,38, Vale Transporte R\$ 1,13 Alimentação R\$ 7,65 Seguro de Vida R\$ 1,10 INSS R\$ 3,78 o que totaliza o valor de R\$ 79,47, para ser descontado, assim dos R\$ 129,15 restaram apenas R\$ 49,68 da rescisão contratual.

Notadamente os valores são baixos. Essa também é uma das questões pelas quais os funcionários se sentem mutilados com relação ao seu trabalho. Em relação à baixa remuneração bem como os descontos, questionei ao ex-trabalhador quantas faltas ele tinha e ele disse que havia faltado ao trabalho apenas uma vez por ter perdido o ônibus. Analisemos agora o seguinte relato do ex-trabalhador. Quando questionado sobre o que pensava ele sobre os valores, afirmou:

Olha é muito pouco, quando vi a folha achei que tava faltando coisa, e depois eu não entendo por que eles descontam duas vezes, se eles já tinham descontado no salário por que tem os mesmos descontos na rescisão, eu achava que descontava uma vez só, é por isso que ninguém quer trabalhá lá, se eles pagassem mais tinha mais gente!

Com relação à exaustão física causada pelo trabalho na maioria dos relatos esse fator é associado também aos horários, pois em grande parte segundo a ex-funcionária Jane Bueno ao ser questionada sobre por que ela havia trabalhado somente três dias: “a

¹⁵ Arlindo Cunha, ex-funcionário da sala de cortes, segundo turno, atualmente trabalha como autônomo, entrevistado em sua residência no dia 07 de março de 2010 às 15 horas

gente não dormia direito né tava sempre cansado, tinha que ter mais um turno daí ficava bom.” Ainda, a ex-funcionária Vânia Soares que sempre trabalhou no primeiro turno, ao ser questionada sobre o esforço físico e o cansaço disse ser o horário o responsável por isso. Segundo ela: “Ah eu acho que mais eles passavam mal, por que não dormiam direito né, sei lá, acho que os horários são puxado, não é fácil acostumar!”

Os horários de início das atividades são às 5 horas da manhã para o primeiro turno e término às 15 horas da tarde, para o segundo turno o início é às 15 horas da tarde e término à 1 hora da manhã. Ao questionar Vânia sobre que horas ela ia para o trabalho, disse-me:

Eu pegava o ônibus lá na avenida mais ou menos umas três e quarenta e cinco quatro horas, por aí, por que eu morava lá perto do mercado né, e afirma é do outro lado então até que ele pegasse todo mundo dava uma hora! Depois pra saí daí a gente saía as três, três da tarde né, tinha que espera até o ônibus saí mais uma hora, eu chegava em casa umas cinco e meia seis, dependia né.

Vânia Soares descreve um processo longo e cansativo que faz parte da rotina do trabalhador do primeiro turno. Além de todo esse processo, há o trabalho em si que é extenuante e cansativo, que muitas vezes acaba por mutilar o trabalhador como nos revela esse depoimento da ex-funcionária Fernanda Castro¹⁶, 27 anos, que diz:

Eu trabalhei dois anos e meio, quando eu saí, eu tava de atestado uns dias antes, só que eu no último ano passava assim, por causa do meu pulso, eu sentia muita dor nos braço daí quando eu consultava lá o médico me dava um remédio bem bom que passava a dor, mas com o tempo foi ficando mais difícil e a dor começou a me prejudicar por que eu não agüentava, daí era um mês de atestado outro sem, por que o médico que me dava o atestado era outro e ele dizia que eu tinha que fazer tratamento, daí num mês que eu tava sem atestado eles me deram as conta.

A ex-funcionária Fernanda Castro foi questionada sobre o motivo de sua saída do Frigorífico de Aves da Copagril. Seu depoimento nos revela uma questão que vem de encontro à saúde do trabalhador, pois o trabalho lhe ocasionou também um problema de saúde.

¹⁶ Fernanda Castro, ex-trabalhadora do Frigorífico, na sala de cortes, segundo turno, atualmente não está trabalhando entrevistada por mim em sua residência, no dia 18 de março de 2010, às 14 horas

O trabalho no frigorífico além de ser desgastante fisicamente acaba por ser também responsável pelo cansaço mental, ao exigir que os funcionários façam movimentos rápidos com o objetivo de atingir as metas da produção, exige extrema atenção e rapidez. O trabalhador se sente muitas vezes constrangido com a forma com que superiores dirigem-se a ele, sente-se constrangido com a constante vigilância do seu trabalho. São diversos os fatores que levam o trabalhador a desistir do trabalho no Frigorífico de Aves da Copagril.

Assim a qualificação, está também presente naquele trabalhador que não fica doente com frio da sala de cortes, naquele trabalhador que suporta os ritmos da produção, naquele que não briga e não defende seus direitos.

A empresa usa o argumento de que há uma carência grande de mão-de-obra qualificada. Dessa forma passam por desqualificados todos aqueles que após a experiência não se submetem ao exaustivo trabalho no Frigorífico. A empresa desqualifica a todos aqueles que por sua vez foram demitidos e também aqueles que não permaneceram no Frigorífico. Assim, ao dizer que lá é lugar para quem quer trabalhar, coloca o significado contrário aos que já não estão mais na linha de produção, ou seja, quem não está mais lá ou que não passou na experiência é preguiçoso, desqualificado, ou não quer trabalhar.

Considerações finais

Além dessas, outras questões estão presentes na vida desses trabalhadores e ex-trabalhadores atuantes no frigorífico da Copagril. Sua vida familiar, sua condição econômica, seus valores morais e éticos se refletem em sua atividade de trabalho. Porém, existem muitas questões que perpassam esse universo do trabalho, e o fator do trabalho em si também interfere, modifica e transforma a vida dos trabalhadores em uma constante recíproca.

Ao analisar essas entrevistas percebi o quanto a trajetória de vida dessas pessoas influencia na sua concepção do que é trabalho, do melhor trabalho. Percebi o quanto fatos passados da infância, da juventude, podem influenciar nas decisões de hoje para esses trabalhadores. Quando falo dos trabalhadores, não falo mais somente dos que estão na linha de produção mas também daqueles que já saíram, porém não deixam de ser trabalhadores.

Uma das constatações que mais me deixou feliz foi a de que os trabalhadores estão tomando cada vez mais conhecimento sobre seus direitos, estão reagindo cada vez mais a situações adversas, e resistindo a formas mais sutis de abusos.

Porém, o fator econômico ainda é muito presente na vida desses trabalhadores, e apesar de uma mãe deixar de trabalhar pelo filho como nos diz essa ex-trabalhadora: “eu saí por causa do meu filho que era pequeno e eu não tinha tempo para ficar com ele”, o fator aparece tanto nas falas dos que já saíram da linha de produção, como dos que ainda permanecem como trabalhadores, ou seja, para sobreviver nesse contexto em que vivemos o trabalho como forma de sobrevivência no mundo capitalista passa a ser o principal valor adquirido, como essa ex- trabalhadora de 30 anos, Catarina Gonçalves¹⁷ falou “a gente tem que trabalha né, não dá prá morrer de fome!”

Ao analisar as falas dos ex-trabalhadores percebi nos que não gostaram do trabalho, nos que já não estão mais por outros motivos na linha de produção do frigorífico da Copagril, que eles não são preguiçosos ou que não gostam de trabalhar, e muito menos que eles não queiram trabalhar. Eles buscam condições melhores de trabalho.

Esses ex-trabalhadores do frigorífico são pessoas que estão em busca da satisfação profissional que não encontraram naquela linha de produção. Estão em busca de melhores condições de trabalho, e ao se depararem com situações adversas às suas concepções acabam por ir à luta, em outros empregos.

Quando analisei a fala de uma trabalhadora “quem qué trabalhá dá os seus pulos” mesmo ao colocar isso como uma absorção dos argumentos utilizados por “patrões”, do que deve ser o trabalhador nesses tempos de capital versus trabalho, percebi que realmente os trabalhadores não deixam de dar os seus pulos, sofrendo uma dor aqui, outra ali, enfrentando baixas temperaturas, calando-se diante de situações constrangedoras, deixando família e filhos muitas vezes sem a atenção que desejara dar, para ir trabalhar.

¹⁷ Catarina Gonçalves, ex-funcionária do Frigorífico, sala de cortes, segundo turno, entrevistada em sua residência, no dia 28 de março de 2010, às 18 horas.

**Criando animais, produzindo liberdades: o trabalho cativo na pecuária
(Alegrete, século XIX)**

Marcelo Santos Matheus

Resumo: Este trabalho tem por finalidade rediscutir, à luz da historiografia das últimas três décadas, o papel da mão-de-obra escrava nas regiões da província do Rio Grande que tinham na pecuária a principal atividade econômica, durante o período imperial. Neste sentido, analisamos como se produziam e reproduziam as relações sociais entre cativos e seus senhores no município de Alegrete, o principal da região da Campanha, onde estavam as principais estâncias de criação de gado da província. Para isto, abordamos como esta característica – a pecuária, aparece em algumas cartas de alforrias passadas por senhores alegretenses. Nesta última análise, percebemos que alguns cativos alcançaram importantes espaços de autonomia, os quais contribuíram na conquista da liberdade.

Palavras-chave: Alegrete; Pecuária; Alforria.

Introdução

Durante muito tempo acreditou-se que na região da Campanha, onde fica o município de Alegrete, caracterizada pela produção pecuária e pela condição de fronteira, o trabalho escravo não se fez presente, ou teve um papel insignificante, especialmente no que diz respeito às atividades ligadas ao trato com gado. Pensava-se que o cativo, quando utilizado, era empregado apenas na agricultura ou em serviços domésticos, nunca como ‘peão’ ou como ‘escravo campeiro’.

Neste sentido, durante um longo período, a história do Rio Grande do Sul, em se tratando de regiões com economia baseada na pecuária, foi compreendida quase que exclusivamente como protagonizada por estancieiros e peões, com os escravos mais presentes na charqueadas.¹ Assim, os cativos, quando citados, foram colocados como numericamente pouco importantes, ou seja, como elemento não-estrutural daquela economia ou mesmo daquela realidade como um todo. Estes trabalhos se basearam, dentre outras fontes, em relatos de viajantes, especialmente do francês Auguste de

¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FREITAS, Décio. *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Porto Alegre: EDUCS, 1984.

Saint-Hilaire.² Entretanto, o conhecimento acerca da composição social da província de São Pedro do Rio Grande do Sul vem se transformando a partir de novas pesquisas, as quais têm como característica uma forte base empírica.

Neste contexto, este artigo tem por finalidade rediscutir, à luz da historiografia das últimas três décadas, o papel da mão-de-obra escrava nas regiões que tinham na pecuária a principal atividade econômica, na província do Rio Grande, durante o período imperial. Depois, analisaremos de forma mais pormenorizada a presença escrava no município de Alegrete, o mais importante da região da Campanha, onde estavam as maiores estâncias de criação de gado da província.³ Por fim, abordaremos como esta característica – a pecuária, aparece em algumas cartas de alforrias passadas por senhores alegretenses.⁴

O trabalho cativo nas estâncias sulinas

Na década de 1960, Fernando Henrique Cardoso, além de desmistificar uma suposta brandura nas relações entre senhores rio-grandenses e seu escravos, apontou a importância dos cativos nas charqueadas, bem como sua utilização na pecuária. Todavia, ele ressalta que, nesta última, sua presença foi pequena em razão da disponibilidade da mão-de-obra indígena.⁵

Décio Freitas, já nos anos 1980, destacou que como as atividades da pecuária eram sazonais - exigindo mais mão-de-obra apenas em alguns momentos, seria desaconselhável o uso do cativo, já que não se poderia maximizar a exploração do seu trabalho. Acrescenta-se a este aspecto a questão da fronteira, a qual oportunizava ao escravo, principalmente aquele que soubesse andar a cavalo, fugir para a Banda Oriental, sendo o controle sobre estes indivíduos uma despesa que inviabilizaria o seu uso na pecuária. Portanto, seria irracional, economicamente falando, a utilização da

² SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. S. Hilaire, passou pelo Brasil Meridional entre os anos 1820-21.

³ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2007, p. 20 (Tese de Doutorado)

⁴ As reflexões que aqui fazemos fazem parte de nossa pesquisa de Mestrado “Fronteiras da Liberdade: alforrias em Alegrete (1832-1885)”, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira. Nela, busca-se compreender como ocorreu o processo de passagem da escravidão para a liberdade, via cartas de alforria, em Alegrete entre 1832 e 1885. Para isto, consideramos ser importante entender a relação que tiveram as atividades econômicas desempenhadas pelos cativos sobre a conquista da liberdade. Como argumenta Schwartz “o fenômeno da manumissão, como qualquer outro aspecto do regime escravocrata deve ser examinado com relação à situação sócio-política e econômica predominante”. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 105.

⁵ CARDOSO, op. cit., p. 60-69.

mão-de-obra cativa no trato com o gado, com os poucos escravos existentes nas estâncias utilizados no serviço doméstico.⁶

Mário Maestri, em trabalho que já data mais de 25 anos, apesar de não negar a presença e a utilização do braço escravo nas fazendas do Rio Grande, afirma que isso não indica “necessariamente” que ele ocupasse as “tarefas da pecuária”, onde era “um fator fortuito”, sendo mais usado no trabalho da terra.⁷ Em novo estudo, agora de 2002, o autor ainda afirmava que não “deixava de ser perigoso entregar um cavalo a um cativo [...] sem vigilância, sobretudo próximo às fronteiras”.⁸ Continua, argumentando que “o escravo africano não conhecia o pastoreio extensivo: muitos sequer o cavalo”.⁹

Os relatos de viajantes foram centrais nas elaborações destas teses acerca da mão-de-obra empregada na pecuária sulina no século XIX – mais importantes, inclusive, do que o trabalho empírico. Um elemento presente nos escritos de Saint-Hilaire que contribuía para esta ideia de que o cativo não se fazia presente naquela economia, como vimos nos apontamentos de F. H. Cardoso, é o de que havia um abundante número de índios na região das antigas Missões para serem empregados como peões.¹⁰ Ao passar pela Capela de Santa Maria, ele descreve que “em quase todas as estâncias” dos arredores desta localidade, “há índios desertores empregados como peões”.¹¹ Contudo, como já demonstramos em estudo anterior, os relatos de viajantes também servem para demonstrar que os escravos estavam presentes naquela realidade.¹² O próprio Saint-Hilaire, em conversa com um escravo, relata que este afirmou que “[...] nesta região, *toda gente*, mesmo pobre, *inclusive os escravos*, não dão um passo sem ser a cavalo”.¹³

Renovação historiográfica rio-grandense

A partir da década de 1990, algumas pesquisas procuraram demonstrar que a composição social do espaço agrário do Brasil meridional era muito mais complexa do que a dualidade senhor-peão apresentada e repetida ao longo dos anos. Esta renovação

⁶ FREITAS, op. cit., p. 35-36.

⁷ MAESTRI FILHO, op. cit., p. 50 e p. 53.

⁸ Idem. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002, p. 92.

⁹ Ibidem, p. 92.

¹⁰ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 126; p. 222-223; p. 249; p. 326

¹¹ Ibidem, p. 338.

¹² MATHEUS, Marcelo Santos. *Alforrias em Alegrete (1832-1871)*. Santa Maria: TFG/UNIFRA, 2009. (Monografia de Conclusão de Graduação). Neste trabalho, além dos escritos de Saint-Hilaire, analisamos também os relatos de Nicolau Dreys, Arsène Isabelle, Arsène Isabelle e Joseph Hörmeyer.

¹³ SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 52. (grifos meus)

historiográfica partiu da exploração de uma fonte extremamente rica, disponível para todos os recantos da província: os inventários *post-mortem*.

Paulo Zarth foi o primeiro historiador rio-grandense que, tendo como influência uma nova perspectiva de História Agrária,¹⁴ trabalhou com uma série de documentos, como relatos de viajantes, relatórios de presidente de província, processos-crime, registros de terra, correspondências das câmaras municipais e inventários. Quanto ao uso desta última fonte, o autor foi pioneiro na sua utilização, com o objetivo de responder qual era a composição social da mão-de-obra empregada na província do Rio Grande, tendo como foco o século XIX. Com base nos dados extraídos dos inventários, ele verificou uma grande representatividade de cativos em todas as atividades econômicas da província, inclusive nas estâncias. Nelas, a mão-de-obra escrava foi largamente utilizada, tanto nas pequenas, quanto nas grandes propriedades, sendo nesta última “indispensável por muito tempo”.¹⁵

Helen Osório, também explorando os inventários *post-mortem*, mas tendo como foco basicamente o período colonial – entre 1765 e 1825, de igual forma detectou a importância dos escravos no patrimônio dos rio-grandenses. Nos documentos que se referiam às estâncias (produtores com mais de 100 reses), em 97% deles havia escravos, com uma média de 11 cativos por propriedade.¹⁶ De todos os escravos arrolados, a autora encontrou 367 dos quais havia menção a sua ocupação (18% do total). Destes, 152 eram campeiros ou domadores, sendo estes “os escravos especializados de mais alto valor”.¹⁷

Por fim, alguns estudos, mais especificamente, demonstraram a importância da mão-de-obra escrava em Alegrete (município foco da terceira parte deste texto). Graciela B. Garcia, em sua dissertação de mestrado, demonstrou de forma esparsa,

¹⁴ Sobre esta questão, ver, dentre outros: LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História Agrária e Região. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 8, n. 15, p. 17-26. 1995.

¹⁵ ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, p. 112. O autor selecionou para análise alguns municípios com diferentes características no que diz respeito às atividades econômicas e a densidade demográfica.

¹⁶ OSÓRIO, Helen. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 106. Entre os produtores com menos de 100 reses, cerca de 15% não tinham escravos. Op. cit., p. 169.

¹⁷ Ibidem, p. 149-150 e p. 153. Em trabalho posterior, de uma amostra de 3.018 escravos, 409 (13,6%) tiveram a ocupação declarada. Destes, 154 eram “campeiros”, “peões de campo” ou “domadores”. OSÓRIO, Helen. *Campeiros de Domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVII*. CD-ROM [do] 4º Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”: Curitiba, 2009, p. 9.

através dos inventários, a presença escrava na mencionada vila.¹⁸ Luís A. Farinatti, também tendo os inventários como principal fonte do corpo documental analisado, de igual forma verificou que a mão-de-obra escrava era importante para aquela economia, onde a pecuária era a principal atividade, tendo o escravo um papel estrutural para a produção.¹⁹

Portanto, como se percebe, mesmo em regiões de recente ocupação e onde predominava a pecuária, o trabalho cativo foi fundamental para a economia. Deste modo, torna-se importante um olhar mais aproximado do peso que teve a escravidão não apenas para a economia, mas também nas relações sociais no município de Alegrete, o que tentaremos demonstrar através de alguns fragmentos encontrados em diferentes fontes.

A presença de escravos em Alegrete

Luís Augusto Farinatti, em seu estudo já citado, analisando 205 inventários *post-mortem* entre 1831 e 1870, demonstrou que a população e a economia da região eram muito mais complexas que a simples dicotomia peão-estancieiro/militares. Farinatti detectou que além dos grandes proprietários, existia uma miríade de indivíduos que tinham no seu horizonte a produção familiar e, com isso, a busca por uma maior autonomia em relação aos mais poderosos.²⁰

Como já apontamos, a mão-de-obra escrava tinha um papel estrutural naquela economia. Mas quantos cativos havia em Alegrete proporcionalmente em relação ao total da população? Durante o período de análise desta pesquisa, existem somente dois censos para Alegrete:²¹ o Mapa de Famílias de 1858 e publicado em 1859, no qual os inspetores de quarteirão tiveram um papel fundamental, além do Censo Geral, de 1872. Além deles, há um levantamento da característica dos escravos presentes nos inventários *post-mortem* feito por Farinatti, o que possibilita uma comparação entre estes dados, emprestando mais fidedignidade às informações.²²

No censo de 1859, os números são os seguintes:

¹⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005, p. 58-67. (Dissertação de Mestrado)

¹⁹ FARINATTI, op. cit.

²⁰ Ibidem, p. 359-367.

²¹ Apesar de não ser totalmente confiável, o Mapa de População serve para indicar aproximações.

²² FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Escravos nas estâncias e nos campos: escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870)*. CD-ROM [do] VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Conservatória (RJ): 2005.

TABELA 3.1 – População de Alegrete segundo a condição jurídica, 1859

	Livres	%	Escravos	%	Libertos	%
Homens	4.191	52,6	1.339	53	104	49,8
Mulheres	3.774	47,4	1.186	47	105	50,2
Total	7.965	100	2.525	100	209	100

Fonte: “Mappa Statístico da População da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o resumo total de livres libertos e escravos” In: FEDERAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, De Província de São Pedro a Estado do RS, 1981, p.65.

Neste panorama, os escravos representavam 23,5% do total de habitantes da localidade, bem parecido com a porcentagem de escravos para toda a província, que era de 25,5%. Somados aos libertos, este número sobe para mais de 25%, bastante significativo para uma região onde se acreditava que os cativos tinham sido pouco importantes numericamente. Como o censo, ao contrário de outras fontes, como os registros de batismo, por exemplo, não trazia a cor das pessoas, é de se imaginar que entre os 7.965 livres, nem todos fossem brancos. Além disso, não há entre os números a quantidade de guaranis, a qual deveria ser bastante representativa.

Segundo o censo de 1859, 47,3% dos cativos eram mulheres, números não muito diferentes dos encontrados por Farinatti.²³ De acordo com os inventários, entre 1831 e 1860, as escravas representavam apenas 40%. Esta diferença pode ser explicada em razão dos inventários sobre-representarem as camadas mais abastadas da população. Isto é tanto mais verdade quando vemos que os africanos perfaziam 42,4% dos escravos dos inventários, ou seja, os senhores representados ali eram de envergadura suficiente para adquirir escravos no mercado.

No Censo de 1872, a porcentagem da população escrava caiu drasticamente, apesar de em números absolutos se manter equilibrada:

TABELA 3.2 – População de Alegrete segundo a condição jurídica, 1872

-	Livre	Escravos	
-	-	Homens	1145
-	-	Mulheres	1163
Total	16.192	2.308	
%	87,48	12,52	

Disponível em: www.ibge.gov.br

²³ O autor trabalhou com 181 inventários (apenas aqueles onde apareciam bens rurais). FARINATTI, op. cit., 2005, p. 4, p. 6 e p. 8.

Novamente os dados são parecidos com os encontrados a partir dos inventários. Segundo estes documentos, entre 1861 e 1870, havia 52% de homens e 48% de mulheres escravas, números bem parecidos com os do censo (49,6% e 50,4%).²⁴

Em relação à posse de cativos, é interessante notar que naquela diversificação social notada por L. Farinatti, mesmo parte dos grupos subalternos tinha acesso à mão-de-obra escrava. O autor evidencia que no caso dos criadores de gado em Alegrete, dos 15 inventários analisados dos produtores até 100 reses, praticamente metade eram detentores de escravos; dez dos quatorze com mais de 101 e menos de 500 reses; acima destes, todos eram senhores de cativos.

Neste mesmo sentido, na tentativa de tentar entender a importância da escravidão na fronteira oeste da província, um documento nos revela como a posse de escravos estava disseminada pelos diferentes estratos sociais. Em 19 de agosto de 1848, Faustino de Carvalho e Silva e sua mulher, Maria Thomasia V. e Silva, registraram no cartório de Alegrete uma escritura pública de hipoteca de uma “morada de casas e dois escravos” em favor de João Marcellino Rodrigues Martins.²⁵ Até aí tudo bem, pois os registros de hipotecas nos livros notariais do município nos anos após o fim da Revolução Farroupilha são muitos, inclusive com grande presença de escravos neles. Todavia, no caso citado, o valor da “morada de casas” era exatamente o mesmo dos dois escravos: um conto de réis.²⁶ Ou seja, dentro o patrimônio possível de se hipotecar que tinham Faustino e Maria Thomasia, estavam dois escravos que valiam o mesmo que sua casa, o que mostra a importância da propriedade escrava, mesmo no momento de se desfazer da mesma.

Por outro lado, além da posse estar disseminada, alguns escravos do município, ao que parece, tinham grande mobilidade e autonomia. Dois aspectos nos permitem afirmar isso: primeiro, como veremos na análise das alforrias, alguns cativos detinham sua própria criação de animais; por sua vez, alguns deles moravam longe da *Casa Grande*, ou seja, habitavam em lugares socialmente reconhecidos como seus.

Em março de 1863, compareceu ao cartório o casal Ambrósio Jaques e Maria do Carmo, os quais vendiam uma meia-água, localizada na rua do Passo, à casa de negócios Alvim & Maximo por 600 mil réis.²⁷ O interessante é que Ambrósio era

²⁴ FARINATTI, op. cit., 2005, p. 8.

²⁵ Livros Notariais de Transmissão e Notas, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete: livro 2, folha 46r, APERS.

²⁶ Tanto o escravo Jacintho quanto a cativa Roza foram hipotecados, cada um, no valor de 500 mil réis.

²⁷ Livros Notariais de Transmissão e Notas, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete: livro 2A, folha 87v.

escravo de Antônio Rodrigues Jaques e, no ato da venda, apresentou uma “licença em forma de seu senhor para dispor de semelhante edifício”.

Há, neste caso, três aspectos bastante interessantes. Primeiro, a propriedade do escravo era socialmente reconhecida, inclusive pelo seu senhor e pelo comprador. Segundo, Ambrósio e Maria tinham uma grande autonomia, sendo muito provável que morassem juntos e, portanto, em um lugar diferente de Antônio Rodrigues. Como enfatiza Hebe Mattos, “a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativeiro parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias” estabelecidas pelos escravos, o que parece ter sido o caso.²⁸ E, por último, Ambrósio talvez pudesse realizar trabalhos a ganho, alugando seus serviços. Isto, no caso do esposo de Maria do Carmo, pode ter sido fundamental para a conquista de sua liberdade, já que em 22 de abril de 1872, ele teve sua alforria registrada pelo senhor.²⁹ Nela, o agora forro é descrito como preto e crioulo, e paga 1 conto e 82 mil réis pela manumissão. Deixemos os outros exemplos para serem apresentados ao longo do texto, em contextos específicos.

De posse destes elementos gerais acerca do município, passa-se agora à última parte deste estudo: em que medida a principal atividade econômica de Alegrete, a pecuária, aparece nas alforrias?

Pecuária e liberdade: criando animais, produzindo liberdades

A passagem da escravidão para liberdade na província do Rio Grande vem sendo tema, principal ou acessório, de uma série de estudos nos últimos anos.³⁰ Todos eles, apesar de algumas diferenças teóricas, enfatizam o protagonismo dos escravos na produção do seu cotidiano. Como já dissemos, em nossa pesquisa de mestrado, buscamos entender como ocorreu este processo em Alegrete, entre 1832 (ano do primeiro registro de uma alforria em cartório) e 1885, também partindo do pressuposto que os cativos eram capazes de elaborar sólidos laços sociais, os quais eram decisivos

²⁸ CASTRO, Hebe M. M. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, 72.

²⁹ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato de Alegrete, livro 6, p. 6r, APERS.

³⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. S. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003. SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008. (Dissertação de Mestrado); ARAÚJO, op. cit.; TEIXEIRA, Luana, op. cit.; ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas Paragens do Sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; PETIZ, Silmei de Sant’Ana, op. cit.

na hora de conquistar a liberdade. Como lembra Schwartz, “os escravos formavam comunidades e estruturas sociais nem sempre controladas pelos senhores”.³¹

Aqui, contudo, nosso objetivo é mais específico. Pretendemos demonstrar como a principal atividade econômica do município de Alegrete, a pecuária, aparece nas cartas de alforria, evidenciando assim as peculiaridades que essa atividade, voltada para o mercado interno, impunha ao complexo processo de manumissão. A alforria, como veremos, é uma fonte interessante para pensarmos esta questão, pois nos revela, às vezes, a ocupação dos escravos e também como eles pagaram pela sua liberdade.

Em apenas seis registros o cativo aparece como *campeiro* ou *peão*, sendo que em um deles de forma indireta.³² Foi o caso do cativo João, liberto em 23 de janeiro de 1852. Em seu testamento, Antônio Cabrereo, falecido senhor do escravo, determinou que

[...] o dito escravo era seu ‘peão’, por isso o testamenteiro deveria pagar 6 patações pelos seus serviços, afirmando que o mesmo poderia continuar em sua companhia enquanto lhe conviesse.³³

Ou seja, além de conseguir a liberdade oficial, João recebeu um pagamento pelos seus serviços prestados, das mãos do testamenteiro João Monjardim, o que parece ter sido possível em razão da ocupação de João.

Entretanto, o conteúdo de algumas cartas de alforria nos traz preciosas pistas, as quais ajudam a compreender um pouco melhor as complexas relações que se engendravam entre cativos e senhores nos confins meridionais do império brasileiro. Severino Antônio da Cunha Pacheco, em 29 de outubro de 1872 passou a carta de alforria ao preto crioulo Julião, de 39 anos. A forma que este pagou pela liberdade envolveu diferentes tipos de recursos, além de um terceiro indivíduo envolvido na negociação. Julião pagou, ao todo, 1:128\$ ao seu ex-senhor. Destes, o forro contribuiu 100 mil réis, entregando mais “16 reses de criar [...] no valor cada uma rês de 8\$”. Don

³¹ SCHWARTZ, op. cit., p. 15.

³² Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 2, p. 89r, APERS; Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 9, p. 9r, APERS; Livros Notariais de Transmissões e Notas 2º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 10, p. 176v, APERS; Livros Notariais de Transmissões e Notas 2º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 14, p. 40v e 84v, APERS. Em apenas um o cativo aparece como *roceiro* – o preto José, de 58 anos, aparece como “capaz de qualquer tipo de serviço roceiro”: Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 8, p. 5v, APERS.

³³ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato de Alegrete, livro 2, p. 89r, APERS.

Manoel Baltar completou o pagamento com mais 900 mil réis.³⁴ Infelizmente, o documento não nos informa qual relação que Julião construiu com Manoel Baltar, porém, é possível imaginar que entre ambos tenha sido feito um acordo em que o ex-escravo se dispusesse a prestar serviços a Manoel por um determinado período de tempo. Da mesma forma, é crível pensarmos que estes serviços estivessem ligados à pecuária, já que ainda quando escravo, Julião criava seus próprios animais. Esta última hipótese também é válida para os próximos exemplos.

Em 28 de abril do ano seguinte, duas diferentes senhoras, Maria Gomes da Rosa Lemes e Brísida Maria de Faria, registraram as alforrias de seus dois escravos, João Luiz e Isidio, respectivamente.³⁵ Além da data, estas manumissões guardam outra semelhança: João Luiz pagou pela liberdade “60 reses de criar”; já Isidio pagou “30 reses de criar” a sua ex-senhora. É bastante complicado afirmarmos que Isidio teve mais competência na negociação do que João Luiz, pois vários elementos que podiam influenciar no preço da alforrias nos são desconhecidos, como a idade dos cativos, a situação econômica das senhoras, assim como a relação que cada um deles construiu com elas.

Caso tenha passado despercebido, estas três alforrias mencionadas acima aconteceram *depois* de 1871, ou seja, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, a qual trouxe profundas transformações à escravidão. Com a gradual perda da legitimidade desta instituição, talvez os termos das negociações que os senhores engendravam com seus escravos estivessem passando por mudanças. Não queremos com isso afirmar que cativos não possuísem animais antes de 1871, o que, aliás, é bem provável que acontecesse. Entretanto, isto não aparece nas cartas de alforria em Alegrete, sendo possível, portanto, ponderar que após a Lei de 1871, as relações entre senhores e escravos, bem como os espaços de autonomia destes últimos, tenham ganho novos contornos, inclusive com o Estado, através do judiciário, intermediando algumas negociações, ou mesmo arbitrando medidas a favor dos cativos. Vejamos alguns casos.

O Dr. Francelino Dias Fernandes, juiz municipal de Alegrete, concedeu a manumissão ao preto Salvador, em dezembro de 1875. O liberto havia entrado com um requerimento, pedindo a sua liberdade em troca de um pecúlio. Como este era formado?

³⁴ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 6, p. 16v, APERS. (grifos nossos)

³⁵ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 6, p. 23r e 23v, APERS.

Por 220 mil réis mais “20 reses de criar”.³⁶ Novamente, o documento não nos traz importantes informações, como quem auxiliou Salvador no acesso à justiça, o que poderia nos revelar com quem ele se relacionava.

Cinco escravos da mesma senhora, a Baronesa de Cambaí, também chegaram à liberdade recorrendo à justiça.³⁷ Três deles nos interessam diretamente. Em seis de abril de 1878, os pretos Manoel Paulo e Firmino foram alforriados pelo juiz de órfãos Alberto Gonçalves Pereira de Andrade. Os despachos passados pelo magistrado são quase idênticos: “por parte do mesmo preto [...] me foi dirigida uma petição na qual alegou ter entregue animais de sua propriedade na Fazenda de Santa Eugênia de propriedade da dita Baronesa, cujos valores são superiores a quantia de 800\$, por que foi avaliado, e tendo este juízo verificado o expedido veio ao conhecimento da verdade alegado pelo dito preto, havendo ainda um saldo de 17\$ em seu favor” (Firmino foi avaliado em 600\$, tocando-lhe ainda o valor de 12\$). Ou seja, além de terem ganho a manumissão, Manoel e Firmino ainda tinham um débito a receber da Baronesa. Ainda em 1878, mas em novembro, o cativo Tito também libertou-se, mas através de um acordo, no qual passou “pertencer a Baronesa os bens que constituíam seu pecúlio, e que estavam em seu poder”. A liberdade conquistada por Manoel Paulo e Firmino talvez tenha feito com que a nobre Baronesa tenha ponderado ser melhor negociar com Tito do que vê-lo libertar-se de forma unilateral.³⁸

A criação de animais pelos cativos não abria a possibilidade apenas deles os entregarem em troca da liberdade. A sua produção podia também ser vendida, o que certamente lhes rendia alguns frutos (dinheiro ou outros tipos de gêneros que lhes interessassem).³⁹ Foi o que verificou Farinatti analisando o registro de uma tropa de

³⁶ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 8, p. 1v, APERS.

³⁷ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 7, p. 22r e 48r, APERS; Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 8, p. 36r e 37r, APERS; Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 9, p. 3v, APERS. Em 1874, a Baronesa “se encontrava interdita por sofrer em suas faculdades mentais e sob a curatela do cidadão João Pacheco Prates”, o que talvez tenha contribuído na solicitação dos cativos. Seu marido, o Barão de Cambaí, havia falecido em 1869. O casal não tinha filhos.

³⁸ Nestas três alforrias não há mais menção da Baronesa estar interdita. Apesar de não haver alusão à animais na manumissão de Tito, consideramos ser importante referi-la, dado o momento – mesmo anos das libertações de Manoel e Firmino, bem como haver referência ao cativo possuir “bens”. Os grifos nos textos são nossos.

³⁹ Acreditamos que, depois do reconhecimento da possibilidade dos escravos terem acesso a criação de animais própria, não se deve pensar que eles assim o faziam apenas com o intento de chegar a liberdade. Alguns deles podiam ter outros projetos, a curto e médio prazo, que não a alforria. A desnaturalização do desejo do cativo pela liberdade já foi debatido por nós em outros trabalhos: MATHEUS, op. cit., 2009; _____, op. cit., 2010.

bois vendida para charqueadas. Nela constavam os nomes de vários proprietários das reses e, dentre eles, dois escravos⁴⁰.

Um pergunta que de pronto apresenta-se é: onde, em que terras estes cativos criavam seus animais? Novamente, alguns documentos que temos reunido ao longo da pesquisa nos revelam importantes informações a respeito do dia-dia destas pessoas. Um fragmento encontrado em meio aos livros notarias revela um dado interessante. No dia 8 de abril de 1853 foi registrada uma escritura pública de venda de um prédio. Durante a descrição dos limites do mesmo, foi dito que ele fazia divisa “pelo norte com o rancho da *parda Maria, escrava* de João Nunes”.⁴¹ Se o escrivão anotou corretamente, Maria, além de possuir uma propriedade, ainda morava em um local diferente do seu senhor. Dois aspectos chamam atenção: primeiro, a propriedade da escrava era socialmente reconhecida, sendo referência na hora de descrever as terras dos vizinhos; e, também, a autonomia que tinha Maria, pois além de morar em um lugar diferente do seu senhor, podia ter uma produção (animais ou roças) própria.

A outra pista vem do conteúdo de uma alforria. Em três de novembro de 1873, o escravo Braz recebeu a manumissão gratuita de seu senhor, Antônio do Prado Lima. Na descrição da mesma, o ex-senhor afirma que concede a liberdade a Braz em razão “do tempo que nos acompanha sempre fiel [...] outrossim *tem em meus terrenos uma chácara já povoada que de suas cercas para dentro gozará dela* [liberdade] até sua morte, onde os herdeiros do senhor não poderiam o retirar, a não ser por sua morte”.⁴²

Finalmente, um último exemplo, por demais interessante. Em 27 de maio de 1877 foi registrada a alforria do preto liberto Antonio. Ele pagou ao seu ex-senhor, Jordão de Freitas Leão, 672 mil réis. Entretanto, este valor foi parcelado. Antonio ficou obrigado a pagar

⁴⁰ Manoel Mulato “escravo” era dono de 8 reses e Domingos “escravo” de 5 reses. Informação em: FARINATTI, op. cit., 2007, p. 387.

⁴¹ Severo Antonio de Souza e sua mulher Leopoldina Joaquina de Souza vendiam um prédio a João Baptista Neimayer. Livros Notariais de Transmissão e Notas, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete: livro 2, folha 135v, APERS. (grifos nossos)

⁴² Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 7, p. 5v, 10r e 10v, APERS. Conforme Helen Osório, apud Graciela Garcia, o termo “povoar” tinha uma conotação peculiar no Rio Grande de São Pedro: “povoar significava introduzir animais e não estabelecer pessoas [...], sendo o povoamento [...] feito com animais [...] e, nem sempre, com homens”. GARCIA, Graciela Bonassa. *Senhores de Terra e Intrusos: os despejos judiciais na campanha rio-grandense oitocentista (Alegrete, 1830-1880)*. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2008, p. 131. Portanto, é legítimo pensarmos que Braz também criava animais.

24\$ mensais durante os meses de junho a ultimo de novembro do corrente ano, a mesma quantia mensalmente durante os mesmos meses do ano vindouro de 1878, 32\$ mensais durante o mês de dezembro do corrente ano, e os de janeiro a maio e dezembro de 1878 e de janeiro a maio de 1879 perfazendo todo o total de 672.⁴³

Segundo L. Farinatti, havia dois momentos em que era maior a necessidade de mão-de-obra na pecuária.⁴⁴ No primeiro, que transcorria entre o final do outono, o inverno e o início da primavera, eram realizadas a marcação e a castração dos animais, “o que dava tempo para as feridas geradas por essas atividades cicatrizarem”, evitando “que os insetos, comuns no verão, depositassem ali suas larvas gerando bicheiras”.⁴⁵ Geralmente, esta atividade era chamada de *rodeio*. O segundo, dava-se quando da partida das tropas de gado para as charqueadas, que iam de novembro a maio do ano seguinte. Portanto, é possível especular que na negociação entre Antonio e Jordão de Freitas, ficou estabelecido que o cativo deveria fazer os pagamentos naqueles meses em que havia maior demanda de mão-de-obra pelos pecuaristas, ou seja, é possível imaginar que seria mais fácil a Antonio conseguir os valores para sua liberdade, empregando-se com algum criador de gado.⁴⁶

Considerações finais

Como vimos, no contexto atual da historiografia rio-grandense, não é preciso mais salientar a relevância que teve a mão-de-obra escrava, inclusive nas regiões onde predominava a pecuária. O exemplo do município de Alegrete, o mais importante da região da Campanha, onde estavam as maiores estâncias de criação de gado da província, ilustra bem a importância da mão-de-obra cativa. Nele, até pelo menos o final da década de 1870, a escravidão teve um papel econômico estrutural.

Naquele contexto, os cativos também conseguiram tecer relações que objetivavam a liberdade. Em alguns casos, esta era conquistada com o pagamento do preço da alforria sendo feito com animais pertencentes aos cativos. Assim, novas questões se impõem. Por exemplo, como se produzia (e reproduzia) a família cativa em um contexto agrário, fronteiriço e onde a guerra era um problema endêmico? Por outro lado, quais eram os mecanismos da escravidão rio-grandense que geravam hierarquias

⁴³ Livros Notariais de Registro Diversos, 1º Tabelionato, Fundo Alegrete, livro 8, p. 18v.

⁴⁴ FARINATTI, op. cit., 2007, p. 291-292.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 292.

internas, as quais faziam com que alguns cativos pudessem não querer qualquer tipo de liberdade?⁴⁷

Finalmente, é preciso entender como em um espaço de baixa circulação monetária, onde o pagamento do salário de peões e mesmo de escravos de ganho era feito, muitas vezes, em mercadorias, muito cativos tinham acesso a moeda circulante.⁴⁸ Para isso, talvez seja fundamental, primeiro, compreender como estes indivíduos conseguiam produzir relações com seus senhores, em que alguns deles tinham acesso a produção própria, inclusive, de animais.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ FARINATTI, op. cit., 2007, p. 329-335.

Paixões, excessos, moléstias: a morbididade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830/1850)

Paulo Roberto Staudt Moreira¹

Natália Garcia Pinto²

Resumo: Pretendemos uma análise da morbididade dos trabalhadores escravos e de suas famílias fazendo um comparativo entre as cidades de Pelotas e Porto Alegre, nos anos de 1830 a 1850. As fontes utilizadas serão os documentos eclesiásticos de óbitos de escravos, custodiados pelo Arquivo da Cúria Metropolitana de POA e pelo Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas. Ao total foram levantadas 1.675 falecimentos de cativos para Pelotas e 4.702 para POA. Como variáveis, usamos a faixa etária, gênero, origem e causas das mortes. Em suma, nossa pesquisa visa demonstrar os resultados até o dado momento computados na tentativa de pontuarmos as singularidades e diferenças de cada uma das vilas apontadas com relação à saúde de homens e mulheres escravizados.

Corria o dia 14 de setembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1846, quando o subdelegado de Polícia de Pelotas Joaquim de Faria Corrêa recebeu a notícia de ter aparecido na frente do portão do cemitério da cidade o cadáver de um homem *preto*. A autoridade imediatamente mandou que seus subordinados investigassem o caso, sendo produzido um corpo de delito feito pelo cirurgião-mor que dizia ter sido encontrado:

o cadáver de um preto, que parecia ser crioulo, vestido de camisa de chita cor de rosa, calça de algodão trançado branco, e envolvido por um lençol de algodãozinho, tendo o dito cadáver uma ferida na cabeça, faltando-lhe parte da carne do rosto, os olhos, as orelhas, e polpa dos dedos do pé esquerdo, conhecendo-se visivelmente terem sido aquelas partes do corpo sido comidas pelos ratos, talvez na noite anterior, em qual exame nada fora encontrado que pudesse dar lugar a suspeita de uma morte não natural. ³

Fazia parte do serviço *ordinário e habitual* da polícia da época “*pôr em boa forma os cadáveres encontrados nos caminhos ou nos campos, dando logo parte à*

¹ Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Doutor em História UFRGS, Pesquisador CNPq – staudt@unisinos.br

² Graduação em História (FURG), especialista em história (UNISINOS) e mestranda do PPGH da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - nataliag.pinto@gmail.com

³ Auto de Exame de Corpo de Delito. Processo de número 132, Maço 4A, Estante 36. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS.

autoridade competente”. (Moreira, 2009: p. 32) Assim, logo que recebeu *parte verbal* da existência deste cadáver, o Subdelegado Joaquim de Faria Correa chamou seu escrivão e mandou que ele intimasse dois cirurgiões e duas testemunhas para averiguar o ocorrido. Foram estes cirurgiões que examinaram o cadáver ainda no cemitério e redigiram o texto acima⁴. A questão era dirimir qualquer dúvida quanto à ocorrência de uma *morte não natural*, de um crime. Sendo natural o “*que pertence à Natureza, conforme a sua ordem e curso ordinário*”. (Silva, 1813: p. 335) Do contrário, a polícia teria em suas mãos um delito a investigar, um falecimento decorrente de uma causa externa, possivelmente um ato violento.

Os peritos indicados descartaram a *ferida na cabeça* como causa da morte – o que demandaria uma investigação mais minuciosa – e atribuíram aos roedores que frequentavam o cemitério pelotense a carência de carne do cadáver. O cadáver do *preto que parecia crioulo* deve ter sido *desovado* pelo seu senhor, querendo com isso desonerar-se do custo de um enterro digno. Dificilmente parceiros de cativo abandonariam o cadáver de um semelhante sem um tratamento adequado, o abandonando aos rotineiros famintos habitantes do campo santo. A autoridade policial, após aparentar eficiência e preocupação, tratou de enterrar o insepulto cadáver em uma cova rasa e o caso ficou esquecido.

As fontes que focam a morbidade escrava⁵ (documentação policial, eclesiástica, jornais, processos crimes, etc), se manipuladas com rigor metodológico, sensibilidade analítica e um adequado suporte teórico, podem ser usadas como vias de acesso ao entendimento da sociedade escravista oitocentista. É o que pretendemos expor neste artigo, cruzando duas pesquisas que se desenvolvem simultaneamente no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, abordando duas das povoações mais importantes do período na Província do Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Pelotas.

É sobejamente conhecida a explicação do jurista e ministro do Superior Tribunal de Justiça do Império Perdigão Malheiros sobre as formas pelas quais se encerrava a condição de escravo: “*1º pela morte natural do escravo; 2º pela manumissão ou*

⁴ Trata-se do cirurgião José Demazzine e do Doutor Justino José Alves Jacutinga e das testemunhas José Duarte Silva e Manoel José da Costa.

⁵ Morbidade: “*De maneira geral, o conceito está relacionado ao estudo das doenças, enfermidades ou moléstias de uma população*”. (NADALIN, 2004: p. 172)

alforria; 3º por disposição da lei”. O tribuno discorreu longamente sobre a questão da escravidão e suas contribuições estabeleceram jurisprudências diversas. No quesito do fim do cativeiro pela morte do escravo, entretanto, ficamos na dúvida, apesar de sabermos que ele se referia ao encerramento do status ou condição jurídica de escravo. Sabemos de explicações religiosas que atribuíam à morte um retorno simbólico para a África, continente dos antepassados. Alguns cativos idosos mostraram interesse e pouca resignação em acabar sua existência presos ao cativeiro, pois queriam reencontrar seus familiares sem esta mácula. Para as autoridades eclesiásticas, entretanto, não existiam dúvidas: os cativos, ao morrer, morriam escravos, e para isso existiam nas paróquias livros de registro específicos para registro de seus passamentos.

Pretendemos expor brevemente a potencialidade que temos vislumbrado nos registros de óbitos de escravos, tomando como variáveis a faixa etária, o gênero, a origem (os grupos de procedência), a causa morte. Como o viés é nitidamente comparativo, recortamos os dados já levantados para ambas as cidades da província, ao longo dos anos de 1830 e 1850. Temos para estes anos, 1675 falecimentos para Pelotas e 4.701 para Porto Alegre. Os registros de óbitos de escravos da primeira localidade encontram-se custodiados e preservados no Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas⁶ e os da segunda no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre⁷.

No ano de 1812, ocorre a fundação da freguesia de São Francisco de Paula, futura cidade de Pelotas⁸. Segundo Simão (2002: p. 56), a freguesia de São Francisco de Paula nasceu urbanizada. Durante o século XIX essa região foi um expressivo pólo produtor de charque, fator que lhe proporcionou um crescimento rápido. Cabe ressaltar que, além da economia baseada no charque, havia a produção de tijolos nas olarias, estâncias e chácaras, atividades comerciais e de transporte, onde o emprego de escravos se fazia presente. No ano de 1830, a freguesia de São Francisco de Paula é elevada à categoria de Vila e, conforme o historiador Caiuá Al-Alam (2008: p.53), Pelotas já contava neste ano com 500 prédios urbanos e uma população total de livres em torno de

⁶AHCDPE – endereço: Praça José Bonifácio - Pelotas/RGS.

⁷AHCMPA – endereço: Rua do Espírito Santo, nº 95 - Porto Alegre/RGS.

⁸ A freguesia de Pelotas, subordinada a vila de Rio Grande, foi criada pelo Alvará de 7 de julho de 1812 (confirmado pelo Edital eclesiástico de 18 de agosto do mesmo ano). FORTES; WAGNER, 1963.

4.300 pessoas, sendo 3.300 no perímetro urbano e 1.300 no perímetro rural⁹. Em 1833, de acordo com o censo feito pela Câmara Municipal, havia 10.873 pessoas, sendo 5.623 escravos, 1.137 libertos e 3.911 brancos e 180 índios. Posteriormente, em 1835, a então Vila de São Francisco de Paula passa a ser denominada como cidade de *Pelotas*.¹⁰

Em 14 de novembro de 1822, a Vila de Porto Alegre foi elevada à categoria de Cidade¹¹. Além do aparato administrativo executivo e legislativo provincial, a capital possuía um setor econômico caracterizado por atividades comerciais diversificadas, pequeno artesanato e uma área suburbana e rural com propriedades rurais de diferentes dimensões. Lembremos que as freguesias de Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia e Viamão faziam parte de sua circunscrição municipal. No ano de 1807, Porto Alegre e suas freguesias possuíam uma população total de 9.886 pessoas, sendo 3.415 escravos (34,5%) e 887 libertos (8,9%). (ALADRÉN, 2008: p. 13) Já o censo populacional mandado proceder pelo Chefe de Polícia interino Luiz Alves de Oliveira Bello, que abrangia as paróquias de Nossa Senhora Madre de Deus e a de Nossa Senhora do Rosário, em 1856, apontava um total de 17.226 habitantes, distribuídos em 12.080 livres (70,12 % do total) e 5.146 cativos (29,88 %).¹²

O levantamento dos registros de óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre demonstra a diferença populacional de ambas as povoações, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 1 - Origem dos óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre (1830/1850)

Origem	Números		%	
	Pelotas	Porto Alegre	Pelotas	Porto Alegre
Africanos	497	1.958 ¹³	29,8	41,64
Crioulos	606	2.116	36,2	45,00

⁹ Decreto Imperial s/nº de 7 de dezembro de 1830. Era, então, Pelotas dividida em três distritos: a sede de São Francisco de Paula, Boqueirão e Cêro da Buena. (FORTES; WAGNER, 1963)

¹⁰ Lei nº 5, de 27 de junho de 1835. (FORTES; WAGNER, 1963)

¹¹ Desde 25 de julho de 1773, por resolução do então governador José Marcelino de Figueiredo, Porto Alegre tornou-se sede do governo. Por Alvará de 23 de agosto de 1808, confirmado pela Provisão de 7 de outubro de 1809, é criada a Vila de Porto Alegre; e o Decreto Imperial nº 103, de 19 de outubro de 1841, concede o título de *Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre*, por sua resistência e abnegação contra a causa farroupilha. (FORTES; WAGNER, 1963: p. 326)

¹² AHRS – Estatística, maço 2.

¹³ Colocamos entre os africanos o pardo argentino (de Corrientes) Justo, de 30 anos de idade, falecido em 16.12.1845 de moléstia interna, escravo de Antonio José da Silva (AHCMA - Livro 5 de Óbitos de Escravos da Catedral, folha 172v).

Não consta	572	628	34,0	13,36
Total	1675	4.702	100	100

Fonte: AHCMA - Livros 3,4 e 5 de Óbitos da Catedral de Porto Alegre; AHCDPE - Livros 1 e 2 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula.

A primeira observação que salta à vista é uma característica comum aos registros de óbitos compulsados - a falta de padronização das informações inseridas nestas anotações: em 34% dos registros de óbitos de Pelotas e 13,36 % dos de Porto Alegre o responsável pelas anotações não anotou se eram crioulos ou africanos. Como veremos adiante, informações lacunares ou imprecisas eram absolutamente normais nestes registros, talvez excetuando aqueles óbitos de cativos envolvidos no tráfico e que os intermediários precisavam de certidões para comprovar o falecimento das *mercadorias* importadas.

Certamente tivemos muito mais mortes de cativos neste período do que os registrados nas cúrias, afinal o sub-registro foi usual. As autoridades civis e religiosas denunciavam frequentemente que as estâncias e charqueadas possuíam necrópoles próprias, onde os cativos eram enterrados, contando apenas com o apoio religioso de seus parceiros de senzala.

De qualquer maneira, esta fonte eclesiástica nos permite algumas considerações. Evidencia-se uma elevada africanidade – 29,8 % para Pelotas e 41,64 % para Porto Alegre. Como o marco cronológico que optamos abarca justamente o período entre a lei anti-tráfico de 1831 e o fim definitivo do comércio internacional de escravos em 1850, podemos perceber como era considerável o número de africanos, comprados apressadamente pelos senhores no afã de um fornecimento externo em vias de ser estancado. Voltaremos a esta população africana adiante, mas cabe destacar que se contabilizarmos apenas os registros em que se pode ver com clareza a origem dos falecidos, temos um equilíbrio entre a africanidade de Pelotas e da Capital.

Tabela 2 - Óbitos de escravos crioulos e africanos de Pelotas e Porto Alegre (1830/1850)

Origem	Números		%	
	Pelotas	Porto Alegre	Pelotas	Porto Alegre

Africanos	497	1.958	45,05	48,06
Crioulos	606	2.116	54,95	51,84
Total	1.103	4.074	100	

Fonte: AHCMA - Livros 3,4 e 5 de Óbitos da Catedral de Porto Alegre;
AHCDPE - Livros 1 e 2 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula.

Considerando a variável sexo, temos uma população cativa com um elevado índice de masculinidade: em Pelotas, os homens representaram 64,6 % do total dos falecimentos e as mulheres 35,4. Em Porto Alegre os varões mortos eram 57,57 % e as mulheres 42,43. Cruzando as variáveis sexo e origem, temos:

**Tabela 3 - Origem e gênero dos óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre
(1830/1850)**

	Homens		Mulheres	
	Pelotas	Porto Alegre	Pelotas	Porto Alegre
Africano	370	1.310	127	648
Crioulo	327	1.086	279	1.030
Total	697	2.397	406	1.678

Fonte: AHCMA - Livros 3,4 e 5 de Óbitos da Catedral de Porto Alegre; AHCDPE - Livros 1 e 2 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula.

Considerando os dados da tabela 3, percebemos uma diferença entre os sexos dos indivíduos mortos, que espelha a composição da população em geral. Os crioulos apresentam equilíbrio em ambas as cidades: os dados de Porto Alegre contabilizam 51,32 % de homens e 48,68 % de mulheres nascidos no Brasil, e os de Pelotas 53,96 e 46,04 %, respectivamente. Já entre os africanos, percebemos o impacto de um tráfico internacional que privilegiava as mercadorias masculinas: 66,9 % dos óbitos de africanos de Porto Alegre eram varões e 33,1 *fêmeas*, enquanto em Pelotas os números ficavam ainda piores, 74,45 % de homens e 25,55 % de mulheres. Evidentemente que esta distribuição não equitativa tinha influência nos arranjos familiares dos cativos e deve ter gerado disputas e incentivado relações inter-étnicas.

Mas através destas fontes eclesiásticas podemos investir ainda mais um pouco na procedência dos defuntos e com isso visualizar melhor a distribuição das nações

africanas em ambas as cidades. Neste quesito também encontramos dificuldades, como, por exemplo, centenas de falecidos serem apenas apontados resumidamente como *africanos* ou de *nação*: em Porto Alegre 665 foram registrados apenas como africanos e 15 *de nação*. Em Pelotas foram 82 indivíduos apontados apenas como sendo *de nação*. Assim, nossos totais de africanos com grupos de procedência específicos baixaram para 1.277 para a capital da Província e 415 para Pelotas. Usando uma distribuição já corriqueira (Karasch, 2000) quanto aos grupos provenientes do litoral africano, temos um equilíbrio entre as cidades analisadas, que resulta de terem ambas as mesmas vias e fontes de acesso ao tráfico internacional e interprovincial de escravos:

Tabela 4 – Procedência africana (óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

Procedência	POA	%	Pelotas	%
África Central Atlântica	849	66,48	269	64,82
África Ocidental	256	20,05	115	27,71
África Oriental	172	13,47	31	7,47
	1277	100,00	415	100,00

Percebemos na tabela 4, que os provenientes da África Central Atlântica são os mais representados tanto em Pelotas, como em Porto Alegre, seguindo os da África Ocidental e, finalmente, os da costa oriental. Seguindo as especificações dos registros de óbito, podemos pensar nos grupos de procedência, nas nações do tráfico, começando com a África ocidental:

Tabela 5 – Procedência África Ocidental e sexo (óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

	Pelotas				Porto Alegre			
	Homens	Mulheres	Nº	%	H	M	Nº	%
Costa	36	10	46	40,00	17	12	29	11,33
Mina	33	15	48	41,75	141	60	201	78,51
Calabar	03	02	05	4,35	4	7	11	4,30
Nagô	09	04	13	11,30	7	6	13	5,08
Ussá	02	01	03	2,60	XX	1	1	0,39

Gege	XX	XX	XX	XX	XX	1	1	0,39
	83	32	115	100,00	169	87	256	100,00

Entre as nações da África Ocidental destaca-se a *nação mina* como a mais frequente tanto em Pelotas como em Porto Alegre. Isso considerando que deixamos na tabela acima a denominação Costa, que demanda uma dúvida quase insanável: tratava-se de uma referência a Costa da Mina ou dos Escravos ou a Costa da África? Se usarmos os processos como pistas de referências de etnicidade, poderemos verificar que várias vezes esta denominação *da Costa* aparece associada com grupos de procedência absolutamente diferenciados, o que nos faz pensar em ser utilizada apenas de forma global ao litoral africano atlântico.

Mas *mina* é, sem dúvida, o que aparece em nossa tabela 5 com destaque, ainda mais considerando que *Mina*, *nagô* e *gege* são referências étnicas aproximadas, que aparecem muitas vezes *aparceiradas* – mina-gege, mina-nagô, gege-nagô. A denominação destes defuntos era uma referência à fortaleza de São Jorge da Mina - construída em 1481 -, que segundo os relatos de época possuiria dois fossos cavados na rocha, 400 canhões e poderia “armazenar” até 1.000 escravos, tendo sido tomada pelos holandeses em 1637.¹⁴ Como Minas foram designados, a partir do século XVII, “*todos os que provinham da Costa do Ouro, mas também. os da Costa dos Escravos e do golfo de Benim, ou seja, indivíduos oriundos de povos muitas vezes diferentes, mas que possuíam traços culturais, crenças e um panteão religioso muito próximo*”. (PORTUGAL, 1999: 73) Talvez se possa afirmar serem os *minas* uma identidade polissêmica formada na diáspora:

Ao contrário do que tem sido afirmado pela historiografia, os chamados ‘mina’ não são um grupo étnico e sim o resultado da reorganização de diferentes grupos étnicos procedentes da Costa da Mina que, a partir do século XV, em função da reorganização de vários grupos étnicos, passam a ser assim designados.¹⁵

Pesquisadores diversos como Mary Karasch (2000), Sidney Chalhoub (1996) e Jaime Rodrigues (2005) têm apontado os minas como competentes curandeiros, barbeiros, sangradores, sendo inclusive usados a bordo dos navios negreiros, em rotas distantes de seus

¹⁴ CAPELA, 1974: p. 98 e 1979: 116.

¹⁵ SOARES, 1999.

portos de origem, o que denota reconhecimento e a legitimidade de seus conhecimentos religiosos e curativos. Eram *profissionais eficientes nas artes de curar* (RODRIGUES, 2005: p. 279) e suas *tradições religiosas e terapêuticas* foram aceitas por outras nações africanas e proliferaram pelas culturas negras da diáspora.

Tabela 6 – Procedência África Oriental e sexo (óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

	Pelotas				Porto Alegre			
	Homens	Mulheres	Nº	%	H	M	Nº	%
Costa Leste	XX	XX	XX	XX	XX	1	1	0,58
Moçambique	27	04	31	100,00	129	42	171	99,42
	27	04	31	100,00	129	43	172	100,00

Os defuntos da costa oriental compunham 13,47 % dos óbitos da capital da província 7,47 % dos de Pelotas e são compostos dos egressos de Moçambique. Moçambique entra tardiamente, em comparação com as áreas africanas Atlânticas, como fornecedor no tráfico internacional de escravos, tanto para europeus como para os árabes. Entre 1770 e 1850 este comércio era a principal atividade econômica local, sendo que em 1829 “75 % das rendas alfandegárias eram dependentes do negócio de escravos”, o que permitiu que Portugal expandisse sua rede administrativa colonial, apesar de que, em meados do século XIX, sua presença estar ainda “*limitada a pontos costeiros: ao Ibo, à Ilha de Moçambique e à sua estreita faixa fronteiriça, às Ilhas Querimbas, e aos arredores das cidades de Quelimane, Inhambane, Beira, Xa-xai e Lourenço Marques*”. (ZAMPARONI, 2007: p. 29 e 31)

Tabela 7 – Procedência África Central Atlântica e sexo (óbitos de escravos de Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

	Pelotas				Porto Alegre			
	Hom	Mulheres	Nº	%	H	M	Nº	%

Angola	23	14	37	13,75	57	32	89	10,48
Benguela	32	23	55	20,45	149	81	230	27,09
Cabinda	29	10	39	14,50	158	70	228	26,86
Cassange	10	01	11	4,09	8	4	12	1,42
Congo	65	14	79	29,37	180	54	234	27,56
Mohumbe	03	-	3	1,12	2	1	3	0,35
Monjolo	12	03	15	5,57	20	2	22	2,59
Quissama	XX	XX	XX	XX	XX	1	1	0,12
Rebolo	21	09	30	11,15	15	15	30	3,53
Total	195	74	269	100,00	849	589	849	100,00

Observando a tabela, novamente percebemos a similaridade entre a composição étnica (ou de origem) da população cativa de ambas as cidades. Congo, Benguela, Cabinda e Angola são os principais grupos que aparecem. Destas regiões ou portos uma infinidade de grupos étnicos foram *exportados* para o Brasil, compondo a *grande família etnolinguística bantu*. (LOPES, 2004: p. 98)

Claro que estamos tratando a africanidade pelo lastro objetivo da morte de cativos desta origem, mas isso não limita ou esgota a questão, já que muitos dos falecidos crioulos eram, evidentemente, filhos de vítimas do tráfico transatlântico. Infelizmente o dado da filiação foi quase sempre desprezado pelos funcionários eclesiásticos, aparecendo quase que exclusivamente em cadáveres de crianças de até 7 anos de idade. Mesmo assim, 134 dos óbitos de Pelotas (equivalente a 8 % do total) são de crioulos filhos de mães africanas, enquanto que em Porto Alegre o número chega a 1.149 (cerca de 25 %). É um acréscimo razoável quanto a questão da africanidade, pois trata-se de crioulos certamente criados e influenciados pela cultura africana de suas mães.¹⁶

Tabela 8 – Procedência das Mães Africanas de Escravos Falecidos (Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

Região	Procedência	Pelotas	POA

¹⁶ Os pais são ainda mais difíceis de localizar, pois como predominavam as relações consensuais, as autoridades religiosas não anotavam os parceiros.

AOC¹⁷	Costa	09	62
	Mina	11	144
	Calabar	02	XXX
	Nagô	03	07
	Gege	01	XXX
AOR¹⁸	Moçambique	09	82
ÁCA¹⁹	Angola	21	30
	Benguela	26	93
	Cabinda	16	116
	Cassange	06	03
	Congo	12	77
	Monjolo	01	04
	Mucumbi	01	XXX
	Rebolo	11	04
	Monjolo	03	XXX

Novamente somos vítimas das denominações amplas e superficiais: para Porto Alegre 512 mães eram *apenas* africanas e 14 eram *de nação* (além de uma etíope); para Pelotas 2 mães eram *apenas* africanas e 1 *de nação*. Mas a tabela acima repete a procedência das anteriores.

Tabela 9 – Procedência das Mães Africanas de Escravos Falecidos por regiões (Pelotas e Porto Alegre, 1830/1850)

Regiões	POA	Pelotas
África Ocidental	213	26
África oriental	82	9
África Central Atlântica	327	96

Tabela 10 – Causas das mortes de escravos de Pelotas e Porto Alegre (1830/1850)

Tipo Doença	Porto Alegre	Pelotas

¹⁷ África Ocidental.

¹⁸ África Oriental.

¹⁹ África Central Atlântica.

Mal Definida	1.207	372
Infecto	1.143	249
Primeira Infância	1.115	14
Sistema digestivo	548	130
Sistema respiratório	216	156
Sistema nervoso	184	28
Morte violenta	150	78
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	52	27
Gravidez, parto	31	17
Não consta	24	594
Doenças reumáticas	15	05
Sistema circulatório	14	04
Sistema geniturinário	2	01
Total	4.702	1675

Fonte: AHCMA - Livros 3,4 e 5 de Óbitos da Catedral de Porto Alegre; AHCDPE - Livros 1 e 2 de Óbitos da Catedral São Francisco de Paula.

Esta breve nota de pesquisa que ora desenvolvemos versou sobre o tema da saúde e da morte, referente à população escrava de Porto Alegre e Pelotas, no período de 1830 a 1850. Nosso objetivo foi esboçar a potencialidade dos registros de óbitos de cativos como fonte e apontar brevemente as vantagens de uma análise comparativa, para o estudo da sociedade escravista dos oitocentos.

Abreviaturas

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Referências

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas Paragens do Sul*. Alforria e Inserção Social de Libertos em Porto Alegre, 1800-1835. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2008 [Dissertação de Mestrado]
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra força da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Sebo Icária, 2008.

- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1995.
- CAPELA, José. *Escravidão, a Empresa de Saque, o Abolicionismo (1810-1875)*. Porto, Ed. Afrontamento, 1974.
- CARREIRA, António. *Tráfico Português de Escravos*. Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar / Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1979.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarias para Uso das Famílias*. 6. ed., Paris : A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 v.
- COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M. & PELÁES, C. M. (coord.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976, p. 115-127.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.
- GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Universitária, 2001.
- KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808 / 1850*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Selo Negro, 2004.
- MAESTRI FILHO, Mário. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gaúchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.
- MALHEIRO, Agostinho Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. Ensaio Histórico, Jurídico, Social. 1º Volume. 2ª edição, Petrópolis, Vozes / INL, 1976.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p.325.
- NADALIN, Sergio Odilon. *Historia e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas, Associação Brasileira de Estudos Populacionais / ABEP, 2004.

- NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana (séculos XVIII-XIX). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. (Tese de Doutorado em História).
- PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Enfermidades de Escravos no Sul do Brasil. In: PORTO, Ângela (Org.). *Doenças e Escravidão*. Sistemas de saúde e práticas terapêuticas. Rio de Janeiro, Casa Osvaldo Cruz, 2007.
- PORTUGAL, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Os Negros em Portugal - Séculos XV-XIX*. Lisboa, Mosteiro dos Jerônimos, 1999: 73.
- RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (edição fac-símile da 2ª edição, de 1813 / 1ª edição: Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789)
- SIMÃO, Ana Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas (1812-1850)*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Os *Mina* em Minas: Tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. *Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História - História: Fronteiras - Vol. II*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999.
- SOUSA, Jorge Prata de. Anotações a respeito de uma fonte: os registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, século XIX. *Cadernos Saúde Coletiva*. Volume XI, nº 1, Jan-jun (33-58), 2003.
- VIDE. D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado Vol. 79. Ed. Do Senado Federal, 2007.
- ZAMPARONI, Valdemir. *De Escravo a Cozinheiro*. Colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador, EUFBA, 2007.

Patíbulo construído – negro enforcado: resistência escrava em Rio Pardo

*Olgário Paulo Vogt**

*Roberto Radünz***

Resumo: Durante o Império do Brasil (1822-1889), Rio Pardo, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre se constituíram nos principais centros de escravidão da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. A escravidão já foi tema de inúmeros estudos históricos. Às obras de caráter geral e pioneiras, somaram-se, nos últimos anos, inúmeras pesquisas feitas por professores de universidades gaúchas e dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em História. O artigo proposto é um dos desdobramentos do projeto de Pesquisa intitulado “Da Lei de Terras à Abolição: relação entre fazendeiros, colonos e escravos no Vale do Rio Pardo”, desenvolvido pelo Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. O texto está fundamentado em documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e aborda formas de resistência escrava no município de Rio Pardo nos anos que se seguiram ao término da Guerra Civil Farroupilha. Entre os episódios retratados estão a fuga de escravos para a Província da Banda Oriental, os aquilombamentos constituídos na Costa da Serra e a insurreição de escravos no distrito de Capivari.

Introdução

Durante o Império do Brasil (1822-1889), Rio Pardo, Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre se constituíram nos principais centros de escravidão da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. A escravidão já foi tema de inúmeros estudos históricos. Às obras de caráter geral e pioneiro, somaram-se, nos últimos anos, inúmeras pesquisas feitas por professores de universidades gaúchas e dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação. Os trabalhos mais recentes, valendo-se de diferentes fontes documentais e metodologias, reinterpretaram e jogaram novas luzes sobre a escravidão e a cultura da resistência escrava no Brasil meridional.

Este trabalho é um dos resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Da Lei de Terras à Abolição: relação entre fazendeiros, colonos e escravos no Vale do Rio Pardo”, desenvolvido pelo Departamento de História e Geografia da Universidade de

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

** Professor de História da UCS/UNISC

Santa Cruz do Sul. O texto tem por base documentos pesquisados no Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Dados os limites da apresentação, aborda apenas algumas formas explícitas de resistência escrava no município de Rio Pardo nos anos que se seguiram ao término da Guerra Civil Farroupilha.¹ Entre os episódios retratados estão: fugas de escravos para a Província da Banda Oriental, aquilombamentos constituídos na Serra do Distrito do Couto e a condenação, por enforcamento, do preto Ricardo.

A Guerra Civil e a necessidade de recaptura de escravos

A Guerra dos Farrapos ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. O confronto armado opôs os farroupilhas, denominados de liberais ou republicanos, e os imperiais, alcunhados de legalistas ou caramurus. Não foram todos os rio-grandenses que pegaram em armas contra o governo do Brasil. A linha de frente dos rebelados foi composta, majoritariamente, pela elite estancieira criadora de gado e por parcela da elite charqueadora.

Quando foi deflagrado o conflito, a Província contava com apenas 14 municípios. De uma maneira geral, os habitantes das principais cidades então existentes não foram seduzidos pelos ideais defendidos pelos revoltosos. No início da guerra, Rio Pardo, ficou ora nas mãos dos farrapos, ora nas mãos de soldados imperiais (Vogt; Romero, 2010, p. 80-84). Durante a luta armada, a vila foi palco de várias batalhas e em quatro oportunidades esteve sob o domínio dos revoltosos, embora os legalistas a retomassem em seguida. Em 30 de abril de 1838, ali ocorreu a célebre Batalha do Barro Vermelho, que se constituiu em um dos mais sangrentos combates da história do conflito - um dos mais importantes triunfos dos revolucionários e um dos maiores fracassos dos legalistas durante a Guerra Farroupilha. Em 25 de novembro do ano seguinte, os imperiais conseguiram retomar a vila e ali se mantiveram no poder até a assinatura da Paz de Ponche Verde.

Durante a conflagração, embora em Rio Pardo predominassem os adeptos do Império, sua elite esteve dividida em um dos dois lados litigantes. A guerra civil

¹ A resistência ao sistema escravista incluía formas explícitas de resistência como fugas, quilombos e revoltas, e a chamada resistência do dia-a-dia, constituída de roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos e de outros aspectos menos visíveis. Segundo a historiografia mais recente, no Brasil, como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema (Reis; Silva, 1989, p. 14).

desestruturou econômica, política e administrativamente praticamente toda a Província de São Pedro. Em decorrência, a coerção e a vigilância sobre os cativos também se afrouxaram significativamente, o que, para desespero de seus proprietários, oportunizou a fuga de um grande número de escravos de charqueadas, de fazendas e de núcleos urbanos. Isso foi potencializado também porque os farrapos, dada a insuficiência de combatentes, passaram a se valer de escravos negros e libertos para formar seu exército (Leitman, 1985).

Os soldados cativos eram recrutados, principalmente, dentre os plantéis daqueles proprietários que não apoiavam a causa dos farroupilhas. Aos escravos desses senhores foi prometida a liberdade em troca da prestação de serviço militar. Posteriormente o exército imperial adotaria uma postura semelhante para provocar a deserção entre os soldados farroupilhas.

Em abril de 1838, o juiz de paz de Rio Pardo deixava evidente a situação caótica em que se encontrava a vila e alertava para a necessidade de nomeação de um capitão de mato e organização de uma força para reprimir possíveis focos de resistência escrava.

Ilmos. Srs. Presidente e Mais Vereadores

Participo a V.V.S.S. que tenho cumprido com as Ordens, que para essa Câmara me foram encarregadas, em data de 29 e 30 do mês próximo passado fazendo publicar as proclamações que me foram enviadas e afixar suas copias no lugar mais publico, Ponte do Couto. Enquanto ao mais que é do meu dever promover, como são Oficiais de Justiça, Inspetores e Policia se não pode organizar por falta de gente, por que quase todos os moradores do Distrito estão ausentes e refugiados, ou no partido desorganizador, e logo que tenha lugar, ou de V.V.S.S. receba as insinuações precisas, serei pronto na sua execução. É segundo me parece de primeira urgência criar-se um Capitão do Mato, com uma suficiente escolta armada, para várias diligências indispensáveis. Na Aldeia existe um pardinho de nome Inocência que tem sua pratica deste serviço e que presentemente não vejo outro de que se possa lançar mão, lembro isto a V.V.S.S. afim de que achando ser justo dêem as precisas providencias. Deus Guarde a V.V.S.S.

Capela de São Nicolau, 5 de Abril de 1838.

Joaquim Jozé Pinto

Juiz de Paz

(Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo - AHMRP. Códice 1838)

Fugas para a província da Banda oriental

As fugas eram as formas mais recorrentes de resistência no sistema escravista de produção. Elas, por um lado, denunciavam os limites do poder senhorial; de outro lado, evidenciavam a capacidade de ação do trabalhador escravizado. As fugas, por vezes, poderiam objetivar a abertura de canais ou de espaços de negociação entre escravos e seus amos (Gomes, 2005, p. 134). Mas não eram incomuns as fugas definitivas que visavam romper o vínculo de escravidão, seja em quilombos, seja misturando-se à população negra livre de centros urbanos, seja buscando a liberdade no além-fronteira.

As fugas definitivas poderiam ser individuais ou coletivas. A manutenção da ordem escravista oscilava entre a violência e o paternalismo. Além do controle e da vigilância impostos pelos amos sobre seus escravos nas unidades domésticas ou produtivas, os senhores de escravos podiam contar, ainda, com o aparelho repressivo do Estado para o controle e manutenção do sistema (Reis; Silva, 1989, p. 27). Acontece que períodos de guerra coincidiam com os de relaxamento da vigilância. Eram, por conseguinte, ocasiões propícias para os trabalhadores escravizados se escaferem (Fiabani, 2008, p. 11). Durante a Guerra Civil dos Farrapos, quando a capacidade de coerção estatal sobre os escravos ficou reduzida, muitos escravos aproveitaram a situação para evadir-se em direção à Fronteira do Uruguai (Maestri, 2002, p. 81). Finda a guerra, os proprietários passaram a exigir das autoridades medidas de recomposição da ordem escravista, o que implicava na recaptura de escravos fujões.

Em 27 de novembro de 1847, o Governo da Província comunicava à Câmara Municipal de Rio Pardo que “para se reclamar das autoridades daquela República a sua entrega devem os respectivos senhores juntar aos seus requerimentos justificação autentica de que semelhantes escravos fugiram ou foram para isso seduzidos ou aliciados” (AHMRP. Códice 1847, p. 415).

Em 30 de janeiro de 1849, o delegado Patrício Antônio Alves, dando cumprimento ao ofício circular de 4 de outubro de 1848, encaminhou ao Presidente da Província uma relação de 133 escravos pertencentes a 57 distintos proprietários, que supostamente estariam foragidos na vizinha República do Uruguai ou nas províncias vizinhas.²

² No ofício de apresentação são indicados 57 proprietários e 132 escravos. Na descrição da relação, porém, aparecem 133 escravos.

TABELA 1: Procedência dos proprietários de escravos e sexo dos escravos fugidos do município de Rio Pardo no ano de 1849.

LOCALIDADE	Nº PROPRIETÁRIOS	Nº ESCRAVOS	Nº ESCRAVAS
Cidade	08	15	03
Distrito do Couto	02	02	00
Distrito da Cruz Alta	15	31	02
Distrito do Capivary	05	10	00
São João do Patrocínio	02	03	00
Encruzilhada	25	63	04
Total	57	124	09

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Polícia. Maço 26.

Dentre os foragidos, predominavam os escravos do sexo masculino. O maior contingente de negros fujões (50,75%) era oriundo do distrito de Encruzilhada. Esse distrito, depois da cidade, era economicamente o mais importante de Rio Pardo. Dado o desenvolvimento alcançado, principalmente com a criação de gado, foi emancipado política e administrativamente em 19 de julho de 1849. Encruzilhada era também naquela época um importante centro escravista. O censo demográfico realizado em 1872, apontou a presença de 1.558 cativos na Paróquia de Nossa Senhora da Encruzilhada. Desses, 895 homens e 663 mulheres. Para toda a província, Silmei Petiz (2006, p. 54) encontrou um total de 944 escravos fugidos para a Província do Uruguai em 1850. Eles procediam de diferentes localidades e eram reivindicados por nada menos do que 378 distintos proprietários.

Quilombos em Rio Pardo

Os quilombos se formavam tanto nas matas como nos arredores das cidades, e se caracterizavam por se localizar em áreas de difícil acesso. Nos mais isolados, a população podia dedicar-se ao cultivo da terra, praticar a caça e a pesca, produzir tecidos rústicos, potes de barro, cestos, instrumentos de trabalho e armas. Já nos situados mais próximos das cidades, vilas e povoados, os aquilombados podiam comercializar alguns de seus produtos com os habitantes dessas localidades, com os quais, muitas vezes, se estabeleciam relações de solidariedade. Mas para que isso se

efetivasse, era imprescindível driblar a vigilância dos donos de escravos, da polícia e dos capitães de mato.

Para os quilombos não confluíam somente escravos. Não raro ali também eram encontrados negros forros, índios e brancos pobres. Poderiam ser constituídos por algumas poucas pessoas até milhares delas, como foi o caso do famoso Quilombo dos Palmares. A destruição de quilombos era obstinadamente perseguida por autoridades políticas e policiais, municipais e provinciais.

Rio Pardo foi, indiscutivelmente, um importante centro escravista do Rio Grande do Sul. No final da década de 1840 até por volta de 1860, há evidências da existência de inúmeros pequenos quilombos. Em ofício datado de 4 de março de 1847 (AHRGS. Polícia. Maço 26), o Delegado interino de Polícia da cidade, Manoel Alves de Oliveira, e o Tenente Coronel do 9º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais e Guarnição de Rio Pardo, José Joaquim de Andrade Neves, comunicaram ao Presidente da Província que um quilombo existente na Serra do Distrito do Couto havia sido aniquilado em fins do mês de fevereiro. A partida, “que contara com quatro homens especialmente contratados para servirem de vaqueanos, foi guiada pelo capitão do mato Pedro Rodrigues da Costa.” A escolta armada, depois de fazer uma incursão de três dias à Serra, havia finalmente localizado um quilombo onde se refugiavam cerca de duas dezenas de escravos. Os aquilombados foram surpreendidos por volta do meio dia. Em razão da resistência oposta à força armada, um preto e uma preta acabaram sendo mortos no local. Outros 6 cativos fugidos foram recapturados pela escolta montada na operação. Eles foram identificados como sendo Miguel, escravo do Tenente Coronel Manoel Pedroso de Albuquerque, fugido a cerca de 1 ano; Duarte, escravo do Capitão Gaspar Pinto Bandeira, que andava foragido no mato fazia 5 anos; Benedicta, escrava da finada viúva Eduviges do Espírito Santo, que há cerca de 5 anos encontrava-se nos matos; Jozefa, escrava de Dona Anna de Faria, de Porto Alegre, há 6 anos vivendo no mato, sendo ali levada pelo escravo Ramão, do Capitão Gaspar Pinto Bandeira; Victória, escrava da falecida Dona Rosaura, há 16 anos vivendo fugida nos matos; Ledornia, escrava de Dona Francisca Cardozo Andrade Neves, que fazia um ano estava no quilombo (A AHRGS. Polícia. Maço 2).

Os líderes da força armada lamentavam o fato de 6 a 8 negros e 2 negras terem conseguido se safar da operação de busca por estarem trabalhando nos matos, empregados em diferentes trabalhos. Salientaram que dois grandes ranchos que aparentavam ter cerca de 20 anos de existência tinham sido queimados junto com todos

os mantimentos dos aquilombados. Informaram, ainda, que o capitão do mato vira vestígios de outro quilombo para além daquele destruído. Uma nova partida deveria ser realizada em breve para destruir aquele outro reduto de negros fujões.

O quilombo destruído, de acordo com o que informaram em interrogatório os 6 escravos recapturados pela expedição, possuía 20 integrantes, todos eles cativos fugidos, dos quais 7 eram mulheres. Todos os 6 foram enfáticos em dizer que haviam ouvido falar da existência de um outro quilombo maior na área, mas que não conheciam nenhum dos seus membros nem sabiam ao certo o local do mesmo.

O protesto social de escravos em forma de aquilombamentos teve vários significados. Houve quilombos que se caracterizaram pelo processo reivindicatório dos escravos fugidos em relação a seus senhores; existiram também pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos a fazendas e povoados próximos (Gomes, 2005, p. 34). No existente na Serra da Costa do Couto, ao que tudo indica, os quilombolas procuraram constituir comunidades independentes desenvolvendo atividades camponesas. Até que ponto podiam estar integrados à economia local, ainda não foi possível apurar.

Incursoes infrutíferas de perseguição a negros fugidos parecem ter sido feitas posteriormente à Costa da Serra. Em 1849, o Presidente da Província encaminhou documento à Câmara de Rio Pardo comunicando que novas despesas para recuperar escravos foragidos não mais seriam feitas às expensas do erário público:

Representando o delegado de policia do termo desta cidade a urgente necessidade de se baterem os quilombos, pedindo se abonasse a despesa que se fizesse nessas diligências, eu para isso o autorizei, e mandei em 2 de julho ultimo pagar duzentos e quarenta mil reis de jornais para os Capitães do Mato que ele disse haver contratado, além da força armada que requisitou, posto que nada se conseguiu de tais diligencias: e porque v.m.cês agora também pedem em 4 do corrente igual autorização para engajar homens para o referido serviço, tenho a dizer-lhes que tendo-se deste modo, e ainda há muito pouco tempo feito aquela despesa sem proveito algum, convenho apenas que se reúna para isso gente ganhando um tanto de gratificação de cada escravo que prenderem, paga pelos respectivos senhores e oito mil reis de cada desertor, sendo esta satisfeita pela pagadoria militar ao apreensor: não se abonando nada mais por conta do governo.

Palácio do Governo em POA, 12 de dezembro de 1849.

AHMRP - Códice nº 41- 1849 p.471

Em 1850, persistia a preocupação com os quilombolas. Dando resposta a uma solicitação encaminhada ao governo da Província pelos vereadores de Rio Pardo sobre os riscos representados pela existência desses focos rebeldes, recebem uma resposta mais alentadora. Foram informados que o Comandante da Guarda Nacional local poderia dispor de 400 mil réis para organizar a milícia que deveria pôr fim aos quilombos existentes na Serra.

O presidente da Província tomando em consideração o que lhe apresentou a Câmara Municipal da Cidade de Rio Pardo em ofício numero 12, de 20 de março ultimo, sobre a necessidade de serem batidos quanto antes os quilombos existentes na serra próxima a mesma cidade, comunico a referida câmara que na presente data expedi ordem ao coronel de Legião, José Joaquim de Andrade Neves, para organizar a força que deve ir explorar e bater os mesmos quilombos e pela contadoria provincial se mandou por a disposição do dito coronel a quantia de 400\$000 reis para ocorrer as despesas de tal diligencia.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 20 de abril de 1850

Jozé Antonio G. Bueno

(AHMRP - Códice nº 42,1850 p.215v)

A situação, no entanto, parece não ter se alterado significativamente nos meses seguintes. A insegurança existente, embora não possa ser creditada somente à ação de escravos, colocava em risco a própria cobrança de tributos municipais. Novas e mais eficazes providências eram esperadas da guarnição local da Guarda Nacional:

O presidente da Província recebeu o ofício da Câmara Municipal da cidade de Rio Pardo nº 27 de 25 de maio ultimo qual relatando arrombamentos, roubos e mortes que tem havido no seu município. Pede providencias não só para que desapareçam tais fatos como proteção para a cobrança das rendas municipais. Em resposta declara à mesma câmara que na presente data se ordena ao comandante da guarnição desta cidade que providencie para que se faça o serviço das patrulhas com regularidade que convém, pois que a força destacada é mais do que suficiente para tal efeito.

Palácio do Governo em Porto Alegre, 5 de junho de 1850.

Jozé Antonio Bueno

(AHMRP - Códice nº 42,1850 p.449)

Dias depois, mais uma vez a Câmara é informada que o governo provincial julgava que a cidade de Rio Pardo estava convenientemente policiada para manter a ordem.

O Presidente da Província respondendo ao ofício da Câmara Municipal da Cidade de Rio Pardo, nº 29 de 6 do corrente mês, declara que já em data de 3 deu as providencias que julgou necessárias para que a cidade fosse convenientemente policiada (...)

Palácio do Governo em Porto Alegre, 15 de junho de 1850

Jozé Antonio Bueno

(AHMRP - Códice nº 43,1850 p.99)

Essa troca de correspondências, entre a Câmara Municipal de Rio Pardo e o Governo da Província, sugere que os negros fugidos constituíam uma séria ameaça à ordem vigente e sua resistência era bem mais abrangente do que atribui a historiografia local. Além do mais, é possível pressupor que a recaptura de escravos fugidos tornou-se uma interessante fonte de renda para capitães de mato e aos que participavam dessas expedições.

Os capitães de mato vencerão a quantia de dois mil réis de cada escravo fugido ou escrava que prenderem na cidade ou povoações do termo; a de quatro mil réis efetuando-se a prisão fora das mesmas; a de seis mil e quatrocentos réis sendo em quilombo onde se achem reunidos quatro escravos; e havendo maior número destes, vencerão doze mil e oitocentos réis cada um, cujas quantias lhes serão pagas pelos senhores dos escravos ou por seus procuradores. (AHMRP. Art. 33 das Posturas Policiais da Câmara Municipal da cidade de Rio Pardo de 1849)

Retomando o controle

Na sociedade escravocrata, os homens livres viviam com medo dos escravos. Furtos, justiciamentos, assassinatos, fugas e insurreições eram temidos e duramente reprimidos (Maestri, 1993). O controle sobre a escravaria havia sofrido um duro golpe durante a Guerra dos Farrapos. Fazia-se necessário recompor a ordem escravista, ainda mais que na proximidade de Rio Pardo era fundada uma colônia que deveria ser povoada por imigrantes alemães (Cunha, 1991). A intensificação do controle e da vigilância sobre os escravos aparece na legislação municipal. Datadas de 1849, as

Posturas Policias da Câmara Municipal da Cidade de Rio Pardo objetivavam disciplinar a vida e o convívio dos cativos com os homens livres.

Art. 15º - Nenhum escravo ou escrava poderá ter casa alugada e viver nela sobre si, sem licença da Câmara; sob pena de pagar o senhor dos mesmos escravos pela primeira transgressão a quantia de dez mil réis e pelas mais o duplo; incorrendo em iguais multas o proprietário da casa, sendo pessoa diversa.

Art. 16º - Nenhuma pessoa poderá ter escravos por caixeiros de tabernas, botequins, bodegas e outras semelhantes casas, sem que nelas estejam presentes seus respectivos donos. O infrator pagará a multa de dez mil réis e nas reincidências o dobro. São compreendidos na proibição desta postura e sujeitos a mesma multa os boticários, que empregarem escravos na manipulação e venda dos remédios.

Art. 17º - Os proprietários das tabernas, botequins, bodegas e outras semelhantes casas nas quais se encontrarem de dia escravos parados sem justo motivo, incorrerão pela primeira vez na multa de um mil réis; nas reincidências em dois mil réis; e sendo de noite, no dobro das ditas multas.

Art. 30º - Todo escravo ou escrava que for encontrado de noite depois do toque do sino da Câmara sem bilhete do seu senhor, ou da pessoa, a cujo cargo estiver, será recolhido a prisão até que qualquer das referidas pessoas solicite a sua soltura, pagando a despesa que o mesmo escravo tiver feito.

(AHMRP. Códice 41. Ano 1849)

O Império brasileiro também atuou no sentido de organizar seu ordenamento penal e processual. A recém-emancipada nação, embora envolta em um ambiente liberal, firmava no seu regramento jurídico a manutenção do sistema escravista de produção. Em 1830, através da lei de 16 de dezembro, o país ganhava um Código Criminal. O artigo 114 estabelecia a pena de morte para os cabeças de insurreições de escravos. No artigo 192, o crime de homicídio, em grau máximo, também poderia ter condenação capital, desde que houvesse circunstâncias agravantes discriminadas pelo próprio código. A pena capital deveria ocorrer na forca (Art. 38). O Código de Processo Criminal de 1832 complementou o Código Penal. A eles se somaria a lei nº. 4, de 10 de junho de 1835, que foi especialmente dura contra os cativos. Ela estabelecia:

Art. 1º Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem

gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e às suas mulheres, que com elles viverem.

Se o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoutes a proporção das circumstancias mais ou menos aggravantes.

Art. 2º Acontecendo algum dos delictos mencionados no art. 1º, o de insurreição, e qualquer outro commettido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do Jury do Termo (caso não esteja em exercicio) convocada pelo Juiz de Direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente communicados.

Art. 3º Os Juizes de Paz terão jurisdicção cumulativa em todo o Municipio para processarem taes delictos até a pronuncia com as diligencias legaes posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluido que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito para este apresenta-lo no Jury, logo que esteja reunido e seguir-se os mais termos.

Art. 4º Em taes delictos a imposição da pena de morte será vencida por dous terços do numero de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se fôr condemnatoria, se executará sem recurso algum.

Art. 5º Ficão revogadas todas as Leis, Decretos e mais disposições em contrario

Afirma Franco (2010), que se o dispositivo penal era draconiano para com os escravos, incluindo mesmo lesões graves como causa de imposição da pena de morte, ainda piores poderiam revelar-se as regras de processo criminal. A lei previa a convocação extraordinária de júri somente para julgar escravos pronunciados, e estipulava que a sentença condenatória se executava sem direito a recurso. Ou seja, não havia qualquer tipo de “controle jurisdicional da justiça togada em relação ao Júri popular reunido extraordinariamente”, o que, na prática, poderia se constituir em um linchamento, “quando se sabe que a maior parte dos membros do Júri eram senhores de escravos.” (Franco, 2010, p. 4)

Não escapará da ação da justiça

No início do ano de 1850 uma tentativa de homicídio cometida pelo escravo de nome Ricardo, campeiro de atividade, contra o capataz da fazenda do desembargador Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, futuro barão do Quaraí, gerou uma represália no limite da pena capital.

Conforme o relato assinado pelo subdelegado de Rio Pardo, o escravo, reagindo a um castigo que lhe seria imposto, feriu o capataz José Bernardes. O ferimento, segundo exame de corpo de delito, foi cometido por “instrumento perfurante e cortante que pode comprometer para sempre a vida do paciente.” O representante policial, que esteve no local do crime logo após o acontecido, relatou que encontrou o capataz ferido e que o escravo estava foragido: “mandei logo gente em seu seguimento, e tenho dado todas as providências para a sua captura, concebendo as melhores esperanças de que elle não escapará a acção da justiça.” (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS - Civil e Crime, Rio Pardo, Caixa n.º 32 (01/01/1846 - 31/12/1890), n.º 4655, ano 1850. Maço 92).

O processo redundou na execução na forca do preto Ricardo. A condenação à morte de escravos não era corriqueira em Rio Pardo, pois sequer um patíbulo existia na cidade. Em 8 de outubro de 1850, o juiz Francisco Pereira Monteiro solicitava à Câmara providenciar, com a maior urgência possível, o levantamento de uma forca no alto da Fortaleza (AHMRP. Códice 1850, p. 389). Em 16 de outubro do mesmo ano, Valeriano Antônio da Fonseca comunicava que estava pronta a forca onde o preto Ricardo deveria ser executado. A despesa feita pela municipalidade na construção do patíbulo somou a importância de 66\$520 réis (AHMRP. Códice 1850, p. 318 e 320).

Mais severa e exemplar punição

Interessante nesse caso foi a alegação do subdelegado de proceder “na forma de lei” e que não poderia continuar no caso uma vez que a “circunstância de amizade íntima, que tenho ao senhor do dito escravo (...) me impede de ser o formador de culpa. Um attentado tão horroroso, e que pode ser de funestas conseqüências, he por certo digno da mais severa e exemplar punição”. (APERS - Civil e Crime.1850. Maço 92).

A mais severa e exemplar punição para uma tentativa de homicídio poderia custar muito caro para um dono de escravo. Aliás, os castigos aplicados raramente chegavam ao limite da pena máxima – o que significava perda de capital (escravo). O recorrente era, quando necessário, um castigo exemplar e a venda do escravo.

Porque a mais severa e exemplar punição contra o preto Ricardo? As autoridades e os senhores de escravos no pós-guerra Farroupilha procuraram recuperar o controle da situação. Era necessário recompor a ordem escravista, evitar a fuga de escravos e recolocar os negros na situação de cativos sem expectativas de liberdade.

Patíbulo construído – negro enforcado; *exemplar punição* reforçando a ordem escravista.

Referências

Censo Demográfico de 1872.

FIABANI, Adelmir. Antigos quilombos, novos quilombolas. In: MAESTRI, Mário (Org.). O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Passo Fundo Ed. UPF, 2008.

CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães e a fumicultura. Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul (1849-1881). Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

FRANCO, Sérgio da Costa. A pena de morte na legislação criminal comum do Brasil. O caso Motta Coqueiro e sua repercussão. Acesso em 10 de agosto de 2010.

http://www2.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol4n8/01_Sergio_%20Franco.pdf

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos*: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil.

Lei de 29 de novembro de 1832. Código de Processo Criminal de Primeira Instância.

Lei nº 4 de 10 de junho de 1835.

LEITMAN, Spencer L. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no sec. XIX. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha*: história & interpretações. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 61-78.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho*: resistência e trabalho. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade*: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851). Paso Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo Companhia das Letras, 1989.

VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch. *Uma luz para a história do Rio Grande*. Rio Pardo 200 anos: cultura arte e memória. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

Rumo: liberdade
Trajetórias dos antigos escravos na serra gaúcha

Um novo senhor é sempre severo
 (Ésquilo)

Lorraine Slomp Giron

Roberto Radünz

Resumo: O escravo sempre nutriu o desejo de encontrar a liberdade. Essa liberdade tardou a vir na maioria dos casos forçando os cativos a buscarem formas de se libertarem das correntes da escravidão. A liberdade, acenada pelos senhores quando substituídos na guerra, muitas vezes ficou em promessa não cumprida. O primeiro caminho de fato na busca de liberdade foi o da resistência representado pelo quilombo. Nas regiões menos habitadas como da Serra e suas encostas vários quilombos foram organizados aproveitando-se da própria situação natural de isolamento. A situação muda com a abolição onde os ex-escravos rumam à liberdade buscando espaços de trabalhos nas fazendas como diaristas, nas cidades em obras públicas ou em outras atividades que lhes pudesse garantir minimamente a sobrevivência. Essa apresentação integra o projeto *Negros na Serra* desenvolvido na Universidade de Caxias do Sul. O objetivo dessa comunicação é de analisar em primeiro lugar o caminho dos escravos rumo aos quilombos e a trajetória dos libertos na Serra Gaúcha.

Alguns temas clássicos da historiografia brasileira ainda merecem atenção dos historiadores. Nesse rol estão abordagens em torno da industrialização no Brasil; a questão dos movimentos operários e sociais, e a questão da escravidão. Se esses temas eram candentes nos anos 50 a 80, numa perspectiva notadamente marxista, nos períodos seguintes eles passaram a ser tratados, a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas. Essa pluralização das análises responde a dois fenômenos: de um lado a influência de novos paradigmas para a história e, de outro, a proliferação dos programas de pós-graduação e dos centros de pesquisa, que passaram a dar visibilidade a novas fontes documentais.

No Rio Grande do Sul, o tema escravidão foi e continua sendo trabalhado por pesquisadores que problematizam a questão buscando novos olhares para o passado. Na esteira desse processo, novos enfoques têm buscado aproximar grandes temas da

historiografia gaúcha com o da escravidão e da colonização europeia do século XIX. São representativos desse movimento os esforços de pesquisa relativos a essa aproximação em universidades, em áreas tradicionais da colonização alemã e italiana. Não se trata de uma exaustão do tema imigração e colonização, mas uma tentativa de ampliar as abordagens para além dos limites da antiga Região Colonial Italiana. Sujeitos históricos distanciados, como colonos e escravos, pelas matrizes explicativas da historiografia gaúcha, recentemente aparecem juntos numa mesma tentativa de abordar a história do Brasil meridional.

A presença escrava em áreas de colonização, ou seja, nas regiões de terras devolutas, segundo o entendimento oficial do século XIX, não é expressiva. As razões são conhecidas – proibições oficiais após 1850. No entanto, não se pode negar a presença negra em áreas de colonização nem mesmo que descendentes de alemães e italianos tivessem escravos.

O escravo sempre nutriu o desejo de encontrar a liberdade. Essa liberdade tardou a vir na maioria dos casos, forçando os cativos a buscarem formas de se libertar das correntes da escravidão. A liberdade, acenada pelos senhores quando substituídos na guerra, muitas vezes ficou em promessa não cumprida. O primeiro caminho de fato, na busca de liberdade, foi o da resistência nos quilombos. Nas regiões menos habitadas, como a da Serra e em suas encostas, vários quilombos foram organizados aproveitando-se do meio natural, marcado pela mata e pelo isolamento. A situação muda com a abolição, quando os ex-escravos rumam à liberdade buscando espaços de trabalhos nas fazendas, como diaristas; nas cidades, em obras públicas ou em outras atividades que lhes pudessem garantir minimamente a sobrevivência. Esse texto integra o projeto *Negros na Serra*, desenvolvido na Universidade de Caxias do Sul e tem como o objetivo analisar o caminho dos escravos rumo aos quilombos e a trajetória dos libertos na Serra gaúcha.

Quilombo: primeiro caminho

Eu não consentiria em trocar minha miséria por tua escravidão
(Ésquilo)

O primeiro caminho dos escravos no Brasil rumo à liberdade foi o quilombo. No Rio Grande do Sul, formaram-se muitos núcleos de resistência, principalmente nas

regiões mais isoladas da Serra e em sua encosta. Marcas desse primeiro caminho à liberdade continuam existindo. Segundo informa a Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul, existem mais de 130 comunidades quilombolas em território gaúcho, mas com outro caráter e outro sentido.¹

A manutenção de tais associações representa uma permanência que merece ser refletida. Elas se concentram, segundo a mesma fonte, no litoral rio-grandense do sul (municípios: São José do Norte, Mostardas, Tavares e Palmares do Sul); na região central (municípios: Restinga Seca, Formigueiro e entorno), e na Serra do Sudeste, a oeste da Laguna dos Patos. A região metropolitana de Porto Alegre abriga pelo menos seis quilombos urbanos, ou seja, as regiões onde o número de escravos foi maior.

Duas perguntas básicas acompanham esta reflexão: Quem eram os quilombolas? Onde eles se localizavam?

De forma geral, os moradores dos quilombos tinham duas origens: os escravos das fazendas e os soldados desertores das forças militares, sejam regionais, sejam imperiais. Weimer (1994, p. 41) ao tratar da escravidão no Rio Grande do Sul, aponta para o aumento extraordinário da fuga dos escravos na Província após 1850, tanto urbanos como rurais. O aumento de 60% nas fugas, na segunda metade do século XIX, constitui um indício de que os escravos conheciam seus direitos; de que começavam a ser reconhecidos a partir da proibição do tráfico. Os escravos buscaram os quilombos como forma de resistência e de liberdade.

Segundo Moura (1992, p. 34) havia sete quilombos no Rio Grande do Sul, que seriam os do negro Lúcio, situado na ilha dos Marinheiros (Guaíba); o do Arroio (em Arroio dos Ratos); o da Serra de Tapes; o de Manuel Padeiro; o de Rio Pardo; o da Serra do Distrito de Couto; o de Montenegro. Na historiografia e na documentação levantada ao longo da pesquisa, constatou-se que essas concentrações eram bem mais numerosas. Há indícios inclusive de que, quando os quilombos deixaram de existir, seus nomes foram guardados na memória dos habitantes e na toponímia da região - sinais evidentes de sua importância.

Muitos dos antigos quilombos foram abandonados por total impossibilidade de sobreviverem nessa situação. Exemplo disso, na região serrana, o “Morro dos Baianos,

1 http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_rs.html - acesso em 3 de ago de 2010.

Cerro dos Baianos, Quilombo dos Baianinhos ou ainda Morro do Céu, como é conhecido atualmente, trata-se de uma montanha de origem basáltica com altitude de 530 metros aproximadamente, que se localiza em Cotiporã”. No início do século XX, viviam da agricultura cerca de vinte famílias provenientes da Bahia. Seu líder era o patriarca “Ezequiel Gonçalves da Cruz, conhecido como “o velho perna de pau”, casado com Angélica Gonçalves da Cruz. Tiveram sete filhos: Antônio, José, Albino, Olívio, Ezequiel, Angélica e Maria”. (MINOSSO, 2007, p. 24 - 26). Malvisto pelo povo da região, o grupo se dispersou, não existindo remanescentes de sua passagem.

Outro quilombo parece ter existido nas proximidades da antiga fazenda da Pratinha, em Nova Prata, nas terras da sesmaria de Placidina Vieira de Araújo, grande proprietária da região. Reconhecido como comunidade quilombola, ainda “moram no local cinco famílias descendentes do casal Paula Gonçalves dos Santos e de Pedro Gonçalves dos Santos”. (MINOSSO, 2007, p. 24). Paulina era natural de Guaporé, negando ser originária do grupo do Morro dos Baianos. Em 1999, ela conseguiu o registro de 12,5 hectares do lote 17 da Fazenda da Pratinha, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul. Apesar de negar o parentesco ao casar com Pedro Gonçalves dos Santos, ligou-se ao grupo dos “baianos”, visto que o pai de seu marido, Luis Neves, era conhecido como Luis Baiano.

Um quilombo citado por Weimer (2008, p. 55), chamado São Roque, também existiu na Serra, tendo sido formado por escravos fugidos das fazendas serranas dos Fogaça, Nunes e Monteiro. Em Criúva, pertencente antigamente ao Município de São Francisco de Paula (atual distrito de Caxias do Sul), há um local chamado Quilombo, onde outrora viviam negros, mas na região deles já não restam descendentes. Em pesquisa realizada em 2005, encontraram-se apenas lembranças da existência de um grupo de negros que se dispersou. A última sobrevivente que permanecera no local havia falecido no ano anterior, com 103 anos.

Alguns quilombos se mantiveram, entre eles o da Mormaça, situado ao norte do estado, comunidade negra formada por 18 famílias. O grupo vive na região há cerca de 150 anos, em propriedade de 15 hectares, comprada por uma ex-escrava com nome de Mormaça. O grupo vive da agricultura, cercado por colonos de origem italiana das colônias de Araújo e Miranda, com os quais estabelece relações difíceis.

Registros bem mais antigos dão conta da existência de quilombos na região serrana e de como os proprietários agiram, no sentido de capturar os escravos fugidos.

Alves (2010) afirma que em 1843 foi feita solicitação à Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha no sentido de designar de um capitão de mato por proprietários de São Francisco de Paula, região dos Campos de Cima da Serra. Segundo o autor, nova solicitação foi feita em 1845 quando “compareceu nesta Câmara José Cardoso de Oliveira, Capitão do Mato do Distrito de São Francisco de Paula de Cima da Serra, pedindo que lhe passa se nova provisão visto a que tem estar findo o prazo por que foi assinada. Deliberou-se que se lhe passa se nova Provisão”. (ALVES, 2010, p. 62).

Segundo a mesma fonte, outra solicitação foi encaminhada em 1850, sendo então nomeado Capitão do Mato Antônio Correia dos Santos, bem como soldados não pertencentes ao serviço ativo da Guarda Nacional, para auxiliá-lo na captura de escravos fugidos. Tais nomeações são sinais da existência de número apreciável de escravos fugidos e boa era a remuneração que os perseguidores recebiam pelas capturas realizadas.

O furor da liberdade

Não foi uma ameaça, apenas: a terra pôe-se tremer.

O soturno ronco já se faz ouvir.

(Ésquilo)

Na época da abolição no Brasil, ao que tudo indica, havia cerca de 800 mil escravos . Em São Paulo, segundo Florestan Fernandes, haveria 397.131 negros e mestiços, que representariam cerca de 28,6% da população paulista. Contudo, essa população também tendia a diminuir, uma vez que as imigrações europeias alteraram a composição da população. Grande parte dessas pessoas vivia na zona rural, onde estavam 90% dos paulistas. Ex-escravos, imigrantes e demais brasileiros engrossavam o contínuo fluxo migratório da zona rural em direção à cidade, criando intensa teia de relações sociais. (SILVA, 2007, p. 3).

O número de escravos diminuiu de forma gradativa, em parte foi devido às guerras platinas, em parte devido ao aumento das fugas em massa dos escravos após 1850. “Ocorreu o incremento de 60% nas fugas em relação há 15 anos antes, talvez por consequência da guerra.” (WEIMER, 1994, p. 41).

No Rio Grande do Sul, o número de escravos reduziu com o tempo. Após 1870, quando a exportação gaúcha de escravos se tornou maior do que a do restante do Brasil,

o número de cativos declinou consideravelmente no sul do Império. Em 1872, os resultados do Censo, que não abrangeram o universo da população sul-rio-grandense, davam ao Rio Grande do Sul uma população de 434.813 almas. Os pretos constituíam 18,28%, e os pardos 16,32%, os brancos eram 59,43% da população, ou seja, haveria ainda na Província cerca de 80 mil escravos.

A substituição de mão de obra escrava pela livre, determinada pelas leis que terminaram de forma gradativa com a escravidão, contribuiu para acelerar a vinda de colonos estrangeiros, indispensáveis para garantir a produção agrícola regional, fez aumentar a população branca. Dessa forma, em pouco mais de 90 anos, o percentual da população negra baixou de 50% a pouco menos de 20% do total da população. No Censo de 1890, a população do estado dobrara, tinha 897.455 habitantes, distribuídos em 63 municípios, sendo que, destes, 459.418 eram homens e 438.337 mulheres. “Ao fim do império, a distribuição percentual da população era a seguinte: brancos 70,17%; pretos 8,68%; caboclos 5,35% e mestiços 15,80%.” (DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, 1908, p. 81).

Se for calculado o número de negros e mestiços recenseados após a abolição, o total de escravos existentes no RS se aproximaria dos 25 mil. Mas ainda mais nebuloso que o número de escravos libertos no Rio Grande do Sul é o dos escravos que restaram nos campos da Serra no mesmo período - ao que tudo indica pode se aproximar de 2,5 mil.

Para os dias de hoje, o número de escravos deixados sem auxílio pode parecer pequeno, mas, na época, um exército de 800 mil desabrigados era apreciável. A questão para o governo era: Como ocupar tais pessoas num mundo eminentemente rural? O governo brasileiro decidiu pelo mais fácil, ou seja, não fazer nada. O mesmo propósito seguiu o governo estadual.

Trabalho ou contravenção?

Eis como podemos ferir àqueles que no maltrataram.
(Ésquilo)

Não é possível determinar com certeza o que aconteceu em 1888 com os escravos libertos do Brasil, no Rio Grande ou na Serra. Há mais hipóteses do que certezas. Os indícios podem ser encontrados nas memórias, nos processos judiciais, nas notícias de jornais, e esses levam a crer que houve uma hecatombe social, segundo a

qual antigos escravos corriam das fazendas às cidades em busca de sobrevivência, causando desordens e crimes. A debandada de escravos tornou-se um problema nacional que repercutiu até no Parlamento brasileiro, em geral avesso às questões sociais, que registra em seus Anais:

Os escravos fugiram em massa, prejudicando não só os grandes interesses econômicos, mas também interesses de segurança pública: houve mortes, houve ferimentos, houve invasão de localidades, houve o terror derramado por todas as famílias, e aquela importante província durante muitos meses permaneceu no terror mais aflitivo. Felizmente os proprietários de São Paulo, compreenderam que, diante da inação da Força Pública, melhor seria capitular em frente a desordem, e deram liberdade aos escravos. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1888, pg. 52).

Os negros tinham uma concepção própria de trabalho, fruto das experiências escravistas. Libertos, tiveram que continuar a trabalhar para sobreviver. Referindo-se a essa concepção, Rovílio Costa compara o trabalho entre colonos italianos e negros na Serra gaúcha.

A idéia de que o negro não trabalha ou de que não tem organização perpassa a cultura italiana como comprova Bernardi (1937) em Nanetto Pipetta que retrata a vida e o pensar dos primeiros imigrantes italianos. A situação de escravidão tornou o negro sujeito a outra experiência cultural para a qual o conceito de trabalho e de economia difere do italiano. (COSTA, BATISTEL, 1982, p.108).

Muitos foram os trabalhos realizados pelos negros na Serra após a abolição. Para a maior parte dos escravos que viviam nas fazendas, o caminho parece ter sido o mesmo em todas as regiões, ou seja, a debandada em direção às cidades.

Se antes da abolição o caminho da liberdade era a contravenção representada pelo quilombo, após a abolição outros rumos poderiam ser traçados. Na busca por novos caminhos, não puderam contar com o apoio governamental ou privado, já que as associações abolicionistas deixaram de atuar após sua libertação oficial. Deixados à sua própria sorte, os recém-libertos buscaram dois grandes rumos: o do trabalho e o da contravenção.

O caminho começava no lugar onde viveram aprisionados. Os que viviam e atuavam nas cidades, em vez de trabalharem para os donos, como vendedores ambulantes ou alugados por eles para serviços variados, devem ter permanecido na cidade como trabalhadores livres; sua presença é atestada nos jornais da época. O mesmo parece ter ocorrido com os escravos que trabalhavam nas casas de seus donos na zona urbana ou na zona rural; podem ter se mantido nas mesmas atividades, porém na condição de trabalhadores livres.

Diversa foi a direção tomada pelos escravos que viviam na zona rural. Pelo número de quilombos registrados na região, fica evidente que muitos deles lá permaneceram, mudando sua condição de escravos fugidos para homens livres.

Outros trocaram a miséria da senzala pela dos casebres. Vários são os registros do início da década de 90 (1890) que revelam as péssimas condições de vida dos ex-escravos. O mesmo ocorreu na região da Serra do nordeste gaúcho. Mas nem todos os escravos deixaram as fazendas, alguns se instalaram em seus limites, outros receberam terras de seus donos. Segundo Alves,

o Capitão Narciso José Pacheco, tinha um filho (ilegítimo) havido com uma escrava, de nome José de Freitas Noronha. Com a morte de Narciso, Manoel Machado Pacheco reconheceu o neto que recebeu de herança uma parte da fazenda. Assim, Noronha, tornou-se o primeiro descendente de escravo com propriedade na região. (ALVES, 2010, p. 55).

Poucos foram os casos de filhos de senhores e de escrava que foram reconhecidos. Ainda menor foi o número daqueles que receberam terras; nem todos os filhos bastardos de fazendeiros tiveram a sorte de Noronha. A maioria dos escravos buscou trabalho em fazendas vizinhas, oferecendo-se como jornaleiros. Outros procuraram vilas ou cidades próximas.

Alguns desses libertos procuraram nas antigas colônias de Alfredo Chaves e Caxias, um lugar para viver e trabalhar. Ao se instalarem próximos a essas povoações, agruparam-se em regiões altas e desabitadas, em geral em morros. As favelas assim formadas recebiam o nome de África. Nelas passaram a viver os antigos escravos provenientes das fazendas de criação de gado, situadas nas proximidades das antigas colônias povoadas por imigrantes europeus. As vilas coloniais não eram estranhas aos

ex-escravos; muitos deles haviam sido tropeiros de fazendas e conheciam a região.

Os tropeiros muitas vezes viajavam sozinhos, sem donos ou capatazes, seguindo a antiga estrada Provincial, aberta na década de 70 (1870), que ligava os Campos de Cima da Serra ao rio Caí, no Porto de Guimarães; ou a Estrada Buarque de Macedo, que ligava a região dos campos com o vale do Caí, em São João de Montenegro, passando por Alfredo Chaves, Dona Isabel e Conde d'Eu. Tais caminhos mais tarde se tornaram a rota dos imigrantes. Com a demarcação e o povoamento das colônias, mais caminhos foram abertos por eles, pelos quais passavam mais tropeiros que, em geral, eram antigos escravos de há muito acostumados a essa atividade. Muitos foram os tropeiros que se estabeleceram nas antigas colônias.

Em Caxias, o principal agrupamento de negros ficava situado no Burgo, onde vivem ainda muitos de seus descendentes. Outro foi o Buraco Quente e a Zona do Cemitério, situados próximo do centro atual da cidade. Em Bento Gonçalves, os negros se reuniram na favela chamada Divineia, próxima da Cidade Alta.

Em busca de trabalho, alguns ex-escravos entraram para a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, fundada em 1837, em plena Guerra Civil Farroupilha, e que, desde seu início, os aceitou. Assim muitos deles entraram naquela corporação; alguns foram enviados à Serra. A força era pequena e, portanto, pequeno também foi o número de brigadianos que se fixou na região.



Grupo de guardas municipais em frente à antiga sede da Intendência Municipal (desde 1975 funciona o Museu Municipal). Caxias do Sul, 1920.

Fotógrafo: Domingos Mancuso. Coleção Francisco Fortuna

Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Além de tropeiros e de soldados, os antigos escravos se tornaram trabalhadores

braçais, ajudaram na abertura de estradas e, mais tarde, na construção da estrada de ferro. Nas fotos do período da abertura da ferrovia, grande número de negros está presente, da mesma maneira, nos serviços públicos do início do século XX.



Título: Carregamento de dormentes. Descrição: Carregamento de dormentes na Estação Férrea de Caxias do Sul para a construção de trilhos. Data: 1910.

Autoria: Domingos Mancuso. Coleção Domingos Mancuso. Código original: MAN 008

Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA)

A estrada de ferro prometida em 1875, nem o fim do Império nem o início da República resolveram o grave problema dos transportes nas antigas colônias. O projeto só saiu do papel na primeira década do século XX. A estrada de ferro chegou a Caxias em 1910, em Bento Gonçalves em 1919. Muitos trabalhadores negros chegaram à Serra com a estrada de ferro, assentando dormentes e explodindo rochas, e alguns nela passaram a residir. Sem esquecer que era expressivo o número de negros que trabalhava como empregados da ferrovia, tanto na condição de guarda-chaves, como de condutores.

Nem todos os antigos escravos entraram para o mundo do trabalho; alguns buscaram o da contravenção. Cardoso (2007, p. 60), ao analisar a escravidão no vale do Caí, no lugar chamado Rincão do Cascalho, relata a ocorrência de um crime, no qual um escravo matou com um tiro um mascate italiano, confundindo-o com o negociante que pretendia assassinar, no caso o dono da casa de negócio. Tal ação revela que algumas vezes os escravos andavam armados e armavam vinganças contra brancos.

Weimer (2008) apresenta dados que revelam que as regiões de imigração alemã e italiana foram as principais consumidoras do gado roubado de São Francisco de Paula, atividade realizada por antigos escravos, juntamente com homens livres. Revela ainda que alemães participavam de forma ativa de negócios escusos, tendo como centro Três Forquilhas. Muitos eram roubos políticos, porém a maioria era roubos comuns. Entre os roubos políticos estão os realizados por José Pacheco Horn, Manoel Marques Negrinho e outros na fazenda de Dona Bernardina Batista de Almeida Soares, esposa de Felisberto B. de Almeida Soares, da qual foram roubadas 130 cabeças de gado. (WEIMER, 2008, p. 168). Isso revela a existência de capangas das forças castilhistas nas fazendas, não como assalariados, mas sem salário fixo e presumível, que locupletam-se com as vacas gordas do patrão. Havia quadrilhas especializadas em abigeatos que percorriam as colônias vendendo gado roubado, das quais ex-escravos faziam parte, assim como lusos e alemães.

São frequentes nomes alemães entre os participantes das quadrilhas. Além dos Gross, também foram indiciados indivíduos que atendiam, por exemplo, por Burg, Hoffman, Schwartz e Horn. Alguns tinham situação razoável para a sociedade de então. (WEIMER, 2008, 170).

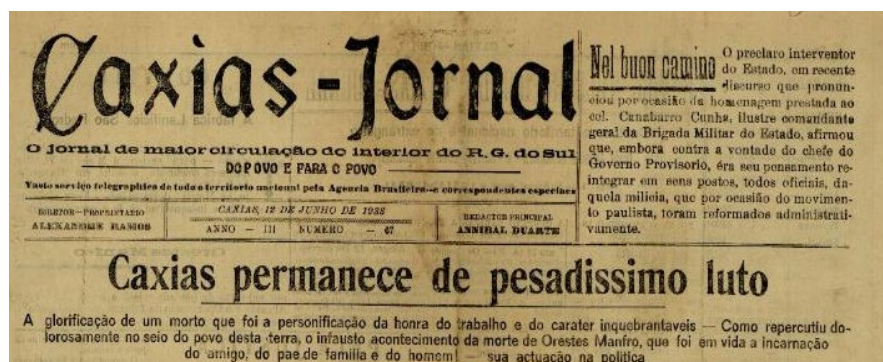
No começo do século XX, não eram incomuns incidentes envolvendo negros e brancos em registros feitos pela imprensa da época. Guerino Zugno, entrevistado em 1955 por Azevedo, informou que “os colonos não gostam dos negros por causa dos crimes de homicídio, raptos de moças e emboscadas”. (AZEVEDO, 1994, p. 162). Mas não é só no depoimento de Zugno que a contravenção se faz presente. O jornal *A Encrenca* relata um crime ocorrido em Caxias, em 15 de outubro de 1914.

Na manhã de quarta feira última, quando o senhor Angelo Muratori, na qualidade de sub-intendente interino do 1º distrito, pretendia na rua Sinimbu, neste cidade efetuar a prisão de um desconhecido indivíduo de cor mixta, sobre quem pesava a suspeita de ter praticado furtos, foi pelo mesmo

mortalmente ferido com um tiro de pistola, vindo a falecer. (A ENCRENCA, 1914, p. 2)

Outra notícia, citada por Azevedo no dia 22 de julho de 1915, relata um crime ocorrido em Nova Vicenza. Segundo a nota, um colono e um negro haviam bebido juntos num bar, após o colono deu uma carona para ele em sua carreta; ao descer para examinar uma roda que estava com um problema, foi morto e roubado. Logo o negro foi preso. (AZEVEDO, 1994, p. 327).

Num crime ocorrido em 7 de junho de 1933, foi morto a facadas o industrial Orestes Manfro, diretor do Lanifício São Pedro de Galópolis, interior de Caxias, por João de Deus Oliveira Filho, um mulato de 26 anos, natural de Bom Jesus, que morava na localidade há 8 meses. O fato ocupou as manchetes dos jornais e comoveu os habitantes de Caxias. Grave é o motivo do crime: Manfro teria se negado a contratar o operário. Segundo memória local, a empresa não contratava negros. (CAXIAS JORNAL, 1933, p. 1).



Diante do ocorrido, não é possível descartar a hipótese de que a contravenção algumas vezes pode ter sido causada por preconceito. Nos dois casos de crime relatados nos jornais, parece haver indícios de motivos raciais. O que leva a concluir que nem sempre era fácil para os negros achar trabalho no mundo dos brancos.

Considerações finais

Tu serás sempre, ó Poder, destituído de piedade e capaz de tudo!

(Ésquilo)

A liberdade, ao que tudo indica, foi enganosa. Enganosa, pois levou da miséria da escravidão para a escravidão da miséria. A miséria os reaproximou da contravenção, não mais a do quilombo, mas a da fria forma da lei, contra a qual a fuga era bem mais difícil. Os antigos escravos foram levados a outro tipo de prisão, não a do senhor, mas a do Estado.

Há muito que pesquisar sobre a temática. Muitos arquivos e jornais deverão ainda ser levantados para se poder traçar, de forma mais precisa possível, os indícios dos caminhos seguidos da escravidão à liberdade. Entretanto, os traços de sua passagem são precisos e podem ser seguidos.

Referências

A ENCRENCA. Caxias do Sul, 18 de outubro de 1914.

ALVES, Luís Antônio. *Criúva*: um povoado brasileiro. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados; terceira sessão Vigésima Legislatura de 1888. Volumes I, Imprensa Nacional RJ 1888; p. 52. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Abolicionismo_no_Brasil>. Acesso em 03 de setembro de 2010.

AZEVEDO, Tales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*: Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994 .

CARDOSO, Raul R. Schaefer. *Escravidão Rural*: formação de um território negro no vale do Caí, RS, 1870/1888. Porto Alegre: EST, 2007.

CAXIAS JORNAL, Caxias do Sul, 12 de 1933.

COSTA, Rovilio; BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre: Est, 1982.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Boletim Commemorativo da Exposição nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

<http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_rs.html> Acesso em 3 de agosto de 2010.

<<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/Principal.aspx?l=pesquisa&s=pesquisa>> Acesso em 3 de agosto de 2010

- MINOSSO, Andréia. Quilombolas em Nova Prata. 2007. Monografia (Conclusão do curso de História da Universidade de Caxias do Sul) – UCS, 2007.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.
- PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.
- OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. Caminho das tropas nos Campos de Cima da Serra. In: SANTOS, Lucila M. S. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.
- OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *O aurorescer das sesmarias*. Porto Alegre: EST, 1990.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Vivências no pós Abolição: migração, trabalho e autonomia (1888-1926)*. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/39.39.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2010.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade: ex-escravos na Serra gaúcha no pós- abolição*. São Leopoldo, Unisinos, 2008.
- WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

